SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 13 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3635

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
DISPENSA Nº 033/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) máquina lavadora e secadora de pisos e 02 (dois) secadores de mãos automáticos, destinados à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP.
CONTRATADA: Multi Ação Produtos e Equipamentos para Limpeza Ltda (CNPJ 73.244.337/0001-18)
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 22.580,00 (vinte e dois mil quinhentos e oitenta reais), para o objeto desta Dispensa.
FUNDAMENTO: Artigo 75 inciso II, da Lei 14.133/2021.
RATIFICO nos termos do artigo 72, da Lei 14.133/2021 a Dispensa de Licitação nº 033/2026, em conformidade com o Termo de Referência e o Parecer Jurídico, emanado pela Assessoria Jurídica.

Francisco Beltrão, estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente - AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:0C8D9978

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
DISPENSA Nº 034/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de adequação da infraestrutura elétrica do auditório da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP
CONTRATADA: Stella Engenharia Elétrica (CNPJ 33.090.867/0001-34)
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 22.238,10 (vinte e dois mil duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), para o objeto desta Dispensa.
FUNDAMENTO: Artigo 75 inciso II, da Lei 14.133/2021.
RATIFICO nos termos do artigo 72, da Lei 14.133/2021 a Dispensa de Licitação nº 034/2026, em conformidade com o Termo de Referência e o Parecer Jurídico, emanado pela Assessoria Jurídica.

Francisco Beltrão, estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente - AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:590784FC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
Processo Adm: Nº 097/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Rua Coberta, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários à execução integral da obra, localizada na Rua da Portulacas, no Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, memorial de cálculo e demais documentos técnicos, em atendimento ao contrato de Repasse OGU n° 984986/2025.
Empresas vencedoras valor total: R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais): **AUGUSTO MARINHAK VALUS LTDA** (16841572000133) com o lote: 1 no valor total de R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 09 de outubro de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:897A512E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 061.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 061/2026
Processo N° 102/2026

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de vigilância e monitoramento remoto de sistemas de alarme via rádio, incluindo fornecimento, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, suporte técnico e substituição de equipamentos e materiais necessários ao perfeito funcionamento dos

sistemas instalados nos prédios públicos do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 122.160,00 (cento e vinte e dois mil cento e sessenta reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 13/10/2026 às 08h30min do dia 29/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 29/10/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 09 de outubro de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F9FC5C3D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 062.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 062/2026
Processo N° 104/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de água mineral potável e botijão de gás de cozinha, destinados a todas as secretarias municipais de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 103.824,50 (cento e três mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 13/10/2026 às 13h30min do dia 29/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h31min até às 13h59min do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 29/10/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR ITEM.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 09 de outubro de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:4B8DA0A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1892, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 1892, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Designa a servidora pública municipal Alana Boing, para atuar como Ouvidora da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária pública municipal, Senhora **ALANA BOING,** portadora da Carteira de Identidade/CPF/MF sob o nº 079.653.129-30, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, da Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de **Ouvidora** da Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, a partir do dia 09 de outubro de 2026.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:A36716F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1893, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Designa a servidora pública municipal Gezieli Brites de Miranda, para atuar como responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão-SIC, do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária pública municipal, Senhora **Gezieli Brites de Miranda,** portadora da Carteira de Identidade sob o nº 12.832.900-5-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 041.286.621-86, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, como responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão - SIC do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, a partir do dia 09 de outubro de 2026.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:E096D6C1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 77.774.511/0001-95, com sede na Rua Diogo Antônio Feijó, nº 4073, Centro, neste Município e Comarca de Chopinzinho/PR, neste ato representada pela sua Presidente, **Sra. LÍDIA POSSO**, em pleno exercício de seu mandato e funções, **TORNA PÚBLICA A INTENÇÃO DE OBTER PROPOSTAS DE PREÇOS ADICIONAIS** de eventuais interessados, inclusive dos que já apresentaram orçamentos, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, observadas as especificações e condições do termo de referência, com fulcro no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/21 e Resolução nº 007/2023 desta Câmara Municipal.
OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, para dois veículos oficiais desta Câmara Municipal, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, visando atender às necessidades do Legislativo Municipal, conforme especificações e demais condições constantes do termo de referência
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 26.505,00
DATA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO: 16/10/2026
HORÁRIO FINAL: 23h59min (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA: licitacao@chopinzinho.pr.leg.br
São partes integrantes deste Aviso, os seguintes Anexos: Anexo I – Termo de referência; II – Minuta de termo de contrato; III – Modelo de proposta de preços; IV – Modelo de declaração unificada
Os documentos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial <https://camarachopinzinho.pr.gov.br/ >, na aba "Avisos e editais de licitações e dispensas".
Informações poderão ser obtidas pelo *e-mail* <licitacao@chopinzinho.pr.leg.br>, pelo telefone nº (46) 32421686 ou presencialmente na sede da Câmara Municipal, durante o expediente.
Chopinzinho/PR, datado e assinado digitalmente.

LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nataly Klabunde
Código Identificador:06855474

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO 90064/2026 - REGISTRO DE PREÇOS, POR UM PERÍODO DE 1 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE BENEFÍCIO EVE

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90064/2026 (SRP 987503 - 28/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 29 de outubro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de benefício eventual de cesta básica, na forma de créditos, disponibilizados por meio de cartão magnético, eletrônico ou de similar tecnologia, para aquisição de gêneros de alimentação em estabelecimentos comerciais do Município de Chopinzinho-PR (supermercados, mercados, padarias e açougues), destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Valor máximo estimado: R$ 440.425,44 (quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:8F26DDA1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DL 27/2026 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 320/2026.

Espécie: Extrato do Contrato nº 320/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Pirâmide Veiculos Ltda. CNPJ: 79.852.406/0001-52. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de revisão 10.000 Km do veículo Volkswagen Saveiro. Valor: R$ 970,86 (novecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos). Origem: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 27/2026. Fundamento Legal: Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21. Elemento de despesa (2869/3120) Fonte: 510/511. Data da assinatura 06/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Marcio Aurélio Pallaoro, pela empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:C826481B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DL 27/2026 - TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA: 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 179/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 5.158/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 75. É dispensável a licitação:
IV - para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **PIRAMIDE VEICULOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º 79.852.406/0001-52, com sede na Avenida Tupi, nº 3428, Bairro Baixada Industrial, CEP: 85.505-143, no município de Pato Branco – PR, neste ato representado pelo Sr. Marcio Aurélio Pallaoro, portador do CPF 005.178.409-28 e do RG 8.113.538-0 SSP/PR.

OBJETO
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de revisão 10.000 Km do veículo Volkswagen Saveiro.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 970,86 (novecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária Secretaria de Administração e Finanças:

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	510 Taxas - Exercício Poder de Polícia 511 - Taxas - Prestação de Serviços
Programa de Trabalho:	0412200022.006 - Manutenção do Departamento de Administração, Compras e Assessorias
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	2869/3120 – Outros Serviços de Manutenção e Conservação de Veículos
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
Justifica-se a necessidade da contratação de empresa especializada para a realização da revisão preventiva de 10.000 km do veículo Volkswagen Saveiro, pertencente à frota desta Administração Pública. A revisão periódica é necessária para assegurar o adequado funcionamento, a segurança, a conservação e a confiabilidade do veículo, considerando sua utilização regular nas atividades e serviços de interesse público. A manutenção preventiva também possibilita a identificação antecipada de eventuais desgastes ou falhas mecânicas, reduzindo o risco de panes e interrupções na utilização do veículo.
Ressalta-se que o veículo se encontra dentro do período de garantia de fábrica, sendo necessária a realização da revisão conforme as condições estabelecidas pelo fabricante. Dessa forma, os serviços deverão ser executados em concessionária autorizada da marca Volkswagen, observando-se os procedimentos, especificações técnicas e demais requisitos previstos pelo fabricante, de modo a preservar a cobertura da garantia do veículo.
No presente caso, a Pirâmide Veículos, concessionária autorizada Volkswagen localizada no Município de Pato Branco/PR, apresenta-se como a concessionária autorizada mais próxima do Município de Chopinzinho/PR apta à realização dos serviços necessários. A escolha contribui para a redução dos custos indiretos relacionados ao deslocamento do veículo, bem como para a otimização do tempo de atendimento e a manutenção de sua disponibilidade para as atividades da Administração.
A contratação mostra-se necessária para assegurar o cumprimento do plano de manutenção do veículo, preservar sua garantia de fábrica e mantê-lo em condições adequadas e seguras de circulação, contribuindo ainda para o prolongamento de sua vida útil e para a prevenção de despesas decorrentes de falhas ou problemas mecânicos evitáveis.
A contratação atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e adequada gestão do patrimônio público, assegurando a disponibilidade e a segurança do veículo para o desempenho das atividades administrativas.
A contratação encontra amparo no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:
"Art. 75. É dispensável a licitação: IV – Para contratação que tenha por objeto: a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia."
Por fim, registra-se que os preços unitários dos itens contratados se encontram compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pela documentação fiscal e orçamentária anexada ao processo.
Chopinzinho-PR, 06 de outubro de 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 06 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:47CCE96C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC ADM 62/2026 - NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, Nº 3811, nesta cidade, representado pelo Agente Administrativo, Sr. Paulo Egidio Dalsasso.

NOTIFICADA: MVS SERVICE SOLUTION
CNPJ: 52.472.601/0001-09
ENDEREÇO: Avenida Das Palmeiras, 2062, Bairro Jardim Paris II, Município de Maringá, Estado do Paraná
REPRESENTANTE LEGAL: Marcos Fernando da Silva Barros

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em direito, a notificante, por seu representante legal que a esta subscreve, vem formalmente NOTIFICAR a ocorrência dos fatos que se seguem, com o fito de criar e resguardar direitos e tentar derradeira solução amigável e menos onerosa.

Fora instaurado o Processo Licitatório n° 43/2024 que tem por objeto Contratação de Empresa Especializada na Execução de Obra de Reforma e Ampliação do CRAS Nossa Senhora Aparecida, referente a Concorrência Eletrônica 90003/2024, com sessão pública realizada em 04 de junho de 2024.
Considerando o Contrato 121/2024;
Considerando que no dia 02/04/2026 foi instaurado o Procedimento Administrativo 62/2026, visando a apuração de responsabilidade da empresa MVS SERVICE SOLUTION, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 73/2023.
Considerando o Memorando Eletrônico 1.643/2025;
Considerando o Parecer Final, constante no Despacho 37 do memorando eletrônico 1.643/2025, no qual a Comissão Processante, designada pela Portaria nº 359/2026, recomendou a aplicação cumulativa das seguintes penalidades: a) Multa moratória de 15% sobre o valor do contrato e; b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Chopinzinho pelo prazo de 2 (dois) anos.
Considerando o Parecer da Procuradoria Jurídica no qual opinou pela regularidade do trâmite do Memorando Eletrônico nº 1.643/2025 (despacho 46).
Considerando a Decisão da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Diretos Humanos, Sr. Neide Gasparetto Pasquali, constante no Despacho 42 do Memorando Eletrônico 1.643/2025 no qual:
"Determino:
I – a intimação formal da empresa MVS SERVICE SOLUTION LTDA., com encaminhamento de cópia integral desta decisão;
II – que na intimação constem expressamente o prazo, a autoridade competente e a forma para apresentação do recurso administrativo cabível, nos termos da legislação e regulamentação municipal aplicáveis;
III – que, após o encerramento da instância administrativa e tornando-se eficazes as penalidades, sejam efetuados os registros e comunicações legalmente exigidos;
IV – que o setor competente proceda ao registro da sanção de impedimento nos sistemas e cadastros pertinentes, observando rigorosamente o prazo de 2 (dois) anos e sua abrangência;
V – que o setor competente providencie a cobrança da multa de R$ 30.825,00, observados o procedimento, o prazo e as formas de satisfação do crédito previstos no contrato e na legislação aplicável;
VI – que sejam adotadas, caso ainda pendentes, as providências administrativas decorrentes da extinção do Contrato nº 121/2024, incluindo levantamento definitivo dos serviços efetivamente

executados, apuração de créditos e débitos e demais consequências contratuais;
VII – que eventual dano patrimonial adicional seja objeto de apuração própria, quando necessário;
VIII – cumpridas as providências e inexistindo outras medidas pendentes, sejam os autos arquivados com as cautelas de praxe."
Fica a Empresa notificada, quanto a Decisão da Secretária, conforme artigo 167 da lei 14.133/2021, informo que, da decisão, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**.
A presente NOTIFICAÇÃO representa a salvaguarda dos legítimos direitos da notificante e, caso não atendida no prazo, ensejará oportunidade para as medidas judiciais e administrativas pertinentes.

Chopinzinho - PR, 09 de outubro de 2026.

PAULO EGIDIO DALSASSO
Divisão de Licitações e Contratos

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:08479C52

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1110-2026 - FOLGA COMPENSATÓRIA SERVIÇOS ELEITORAIS ALEXANDRE BERTOLINI

PORTARIA Nº 1.110/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.488/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para o servidor Rafael Tasca, matrícula funcional nº 1073- 6, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, durante os dias 08 e 09 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:392F5B6E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1111-2026 - FOLGA COMPENSATÓRIA SERVIÇOS ELEITORAIS RENATO CAPELLI DE MARTINI

PORTARIA Nº 1.111/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 2.262/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para o servidor Renato Capelli de Martini, matrícula funcional nº 1580-1, ocupante do cargo de Administrador de Rede, durante os dias 13 a 16 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:8B7F63B5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1112-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR ANA CLAUDIA TAVARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.112/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 5.173/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 04 (quatro) dias consecutivos, à servidora Ana Claudia Tavares da Silva, matrícula funcional nº 1551-2, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, em razão do falecimento de seu tio, pelo período de a 1º e 02 de setembro de 2026, e em razão do falecimento seu avô, pelo período de 23 e 24 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:6B3938BD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1113-2026 - NOMEAÇÃO LOTAÇÃO PRISCILA GONÇALVES TIEQUIN

PORTARIA Nº 1.113/2026

Nomeia servidor temporário e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, visto os resultados finais do Processo Seletivo Público Simplificado, realizado de acordo com Edital de Abertura nº 140/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Priscila Gonçalves Tiequin, RG nº 14.***.*88-4 SESP/PR, chamada através do Edital de Convocação nº 163/2026, para exercer o cargo Temporário de Educador/Cuidador Social, percebendo vencimentos mensais correspondentes ao nível básico do cargo efetivo, a partir de 02 de outubro de 2026.

Art. 2º. Lotar a servidora Priscila Gonçalves Tiequin, matrícula funcional nº 4061-8, ocupante do cargo Temporário de Educador/Cuidador Social, junto à Secretaria de Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos/Departamento de Gestão SUAS/Divisão de Proteção Social Básica/CRAS Central, a partir de 02 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALI
Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:CB792113

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1114-2026 - FOLGA COMPENSATÓRIA SERVIÇOS ELEITORAIS CRISLAINE DE BASTIANI TRENTIN

PORTARIA Nº 1.114/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.520/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, à servidora Crislaine de Bastiani Trentin, matrícula funcional nº 4016-3, ocupante do cargo Temporário de Atendente de Consultório Dentário, durante os dias 13 a 16 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:3E714A6C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 317/2026 - NOMEIA COMPDEC

DECRETO Nº 317, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
D E C R E T A:
Art. 1º Ficam nomeados como membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC os abaixo nominados:
I – Coordenador Geral – Nara Lucia Bonasina;
II – Secretário – Géris Andrei Spadari;
III – Diretor Técnico-Operativo – Talita Baseggio Kaminski;
IV – Diretor Operacional – Christiano Dossa Silvestri.
Art. 2º Os critérios, normas e padrões a que se refere a Lei n° 4.236/2026, serão estabelecidos pelos órgãos dos Governos Federal e Estadual que atuam na Defesa Civil.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto n° 086, de 17 de fevereiro de 2025.
GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:838E08F0

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 175/2026 - CONVOCAÇÃO MOTORISTA TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 175/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Motorista, realizado de acordo com o edital de abertura nº 055/2026,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: MOTORISTA TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
6º	VALDEMAR PEDROSO DOS SANTOS

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:D36B5AB4

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 176/2026 - CONVOCAÇÃO AUXILIAR DE EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 176/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Auxiliar de Educador/Cuidador Social, realizado de acordo com o edital de abertura nº 109/2026,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: AUXILIAR DE EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
6º	VANESSA INHAIA DA MOTA
7º	CAMILA GHIDIN

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.

III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:1010D736

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE - PROTOCOLO 1900-2026

RATIFICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO SEM CHAMAMENTO PÚBLICO

Protocolo nº 1.900/2026
ENTIDADE: Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC
CNPJ: 19.517.253/0001-65
VALOR TOTAL: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
OBJETO: Repasse de recursos financeiros para contribuir com a manutenção da sala comercial locada, utilizada como sede administrativa e estrutura de apoio operacional da Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC, conforme Plano de Trabalho apresentado.
DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
A indicação da Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC considera as informações apresentadas pela Secretaria Municipal competente acerca de sua atuação específica na área de proteção e defesa animal. Nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do art. 10 do Decreto Municipal nº 51/2026, a inexigibilidade de chamamento público depende da demonstração concreta da inviabilidade de competição, em razão das características do objeto da parceria ou da impossibilidade de alcançar as metas e os resultados pretendidos por meio de outra organização da sociedade civil.
Conforme informações apresentadas pela Secretaria Municipal competente, a ADAC é a organização da sociedade civil identificada no Município com atuação específica na área de proteção e defesa animal. A parceria tem por objeto contribuir para a manutenção do espaço físico utilizado pela entidade como sede administrativa e estrutura de apoio operacional, visando assegurar a continuidade das ações previstas no Plano de Trabalho. A escolha da organização deverá estar amparada nos elementos concretos constantes do processo administrativo, observados os requisitos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do art. 10 do Decreto Municipal nº 51/2026.
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.107/2025 e o Decreto Municipal nº 51/2026, que regulamentam o Programa Dinheiro na Comunidade no âmbito do Município de Chopinzinho;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;
CONSIDERANDO a documentação apresentada pela Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC, bem como o Plano de Trabalho e a justificativa da Secretaria Municipal competente;
CONSIDERANDO a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme Ata nº 149, e o reconhecimento de utilidade pública da entidade, nos termos da legislação pertinente;
CONSIDERANDO a manifestação da Comissão de Avaliação e Monitoramento e a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a execução da parceria;
RESOLVE:
Art. 1º RATIFICAR, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis, a justificativa para a celebração de Termo de Fomento com a Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC, inscrita no CNPJ nº 19.517.253/0001-65, no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinado à manutenção da sala comercial utilizada como sede administrativa e estrutura de apoio operacional da entidade, conforme Plano de Trabalho constante do Protocolo nº 1.900/2026.
Art. 2º A formalização da parceria fica condicionada ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 51/2026, incluindo a instrução processual pertinente, a análise jurídica, a publicação da justificativa e o decurso do prazo regulamentar para eventual impugnação, bem como as demais manifestações e providências exigidas.
Art. 3º Determina-se a adoção das providências necessárias à publicidade do ato e à continuidade da instrução processual, observada a legislação aplicável.

Chopinzinho, 09 de outubro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:29062BAE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO- PROTOCOLO 1900-2026

TERMO DE JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO Nº 1.900/2026

1. DA IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A Organização da Sociedade Civil Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC, inscrita no CNPJ sob o nº 19.517.253/0001-65, com sede na Rua Santos Dumont, nº 4.616, Centro, CEP 85.560-000, no Município de Chopinzinho/PR, é entidade sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 3.272, de 7 de maio de 2014, e de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 19.507/2018.
2. DO OBJETO DA PARCERIA
A parceria tem por objeto o repasse de recursos financeiros no valor global de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio da locação de sala comercial utilizada pela ADAC como sede administrativa e estrutura de apoio operacional, incluindo o armazenamento de doações e a realização de bazares beneficentes, conforme as ações e metas estabelecidas no Plano de Trabalho apresentado pela entidade.
3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente justificativa fundamenta-se no art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no art. 10 do Decreto Municipal nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil.
Nos termos da legislação citada, a inexigibilidade de chamamento público poderá ocorrer quando houver inviabilidade de competição em razão da singularidade do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por determinada organização da sociedade civil, desde que devidamente demonstradas as circunstâncias que fundamentam a escolha.

4. DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE
A Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC desenvolve atividades de interesse público e social na área de proteção e defesa animal, incluindo ações de controle populacional por meio de castrações, atendimento emergencial, busca ativa de adoção responsável e defesa de animais abandonados ou em situação de vulnerabilidade no Município de Chopinzinho/PR.
Conforme informações apresentadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, a ADAC é a única organização da sociedade civil identificada no Município com atuação específica na área de proteção e defesa animal, possuindo histórico de atuação e estrutura organizacional voltados ao atendimento das demandas locais relacionadas à causa animal.

A manutenção do espaço físico utilizado pela entidade como sede administrativa e estrutura de apoio operacional constitui medida destinada a assegurar condições para a continuidade de suas atividades e para a execução das ações previstas no Plano de Trabalho.
Diante desse contexto, a indicação da Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC considera sua atuação específica na área de proteção e defesa animal e a finalidade da parceria proposta.
Nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do art. 10 do Decreto Municipal nº 51/2026, a inexigibilidade de chamamento público depende da demonstração, por meio de elementos concretos constantes do processo administrativo, da inviabilidade de competição em razão das características do objeto ou da impossibilidade de alcançar as metas e os resultados pretendidos por meio de outra organização da sociedade civil.
O reconhecimento de utilidade pública da entidade, isoladamente, não constitui fundamento suficiente para a inexigibilidade de chamamento público. A escolha da organização deverá estar amparada nas características concretas da parceria e nos elementos comprobatórios constantes do processo administrativo.

5. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global previsto para a parceria é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), com previsão de repasse em 4 (quatro) parcelas de R$ 6.000,00 (seis mil reais), observados o cronograma de desembolso e as condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.
As despesas correrão à conta dos recursos orçamentários destinados ao Departamento de Meio Ambiente, conforme disponibilidade orçamentária e financeira informada nos autos, na dotação indicada pela Secretaria Municipal **de** Administração e Finanças, elemento 3.3.50.43 – Subvenções Sociais, Ação 1830400182.094, observadas as informações constantes do respectivo documento orçamentário.

6. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

A instrução do processo administrativo deverá contemplar, conforme as exigências legais e regulamentares aplicáveis:
I – a justificativa circunstanciada da inexigibilidade de chamamento público e dos motivos que fundamentam a escolha da entidade;
II – a declaração de responsabilidade pela inexigibilidade, assinada pela autoridade competente, conforme o modelo previsto no Decreto Municipal nº 51/2026;
III – o parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município;
IV – a publicação do extrato da justificativa no sítio oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à formalização da parceria, conforme o art. 11 do Decreto Municipal nº 51/2026;
V – a observância do prazo regulamentar para eventual impugnação e a análise das manifestações apresentadas;
VI – a manifestação técnica do Assessor de Captação de Recursos ou responsável equivalente, quanto à adequação da proposta e do Plano de Trabalho, à compatibilidade do objeto com o programa e os recursos disponíveis, aos requisitos técnicos aplicáveis e às condições de monitoramento e prestação de contas;
VII – a comprovação dos requisitos de habilitação e regularidade exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal nº 51/2026.

7. DA CONCLUSÃO

Diante das informações e dos documentos constantes do Protocolo Administrativo nº 1.900/2026, apresenta-se a presente justificativa para a celebração de Termo de Fomento entre o Município de Chopinzinho/PR e a Associação de Defesa dos Animais de Chopinzinho – ADAC, no valor global de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinado ao custeio da locação do espaço utilizado como sede administrativa e estrutura de apoio operacional da entidade.
A continuidade do procedimento fica condicionada à comprovação dos requisitos legais da inexigibilidade, à emissão dos pareceres e manifestações exigidos, à publicidade da justificativa e ao cumprimento das demais etapas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 51/2026, antes da formalização da parceria.

Chopinzinho/PR, 09 de outubro de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal de Chopinzinho

IDEVALDO PERETTI
Secretário de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:C32DD26C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 108/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUMPDEC – FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.143/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do **NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUMPDEC – FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL** do Município de Corumbataí do Sul, para representarem os segmentos previstos na legislação vigente, conforme segue, com a inclusão dos seus respectivos documentos de identificação para maior clareza e formalidade:

I – Gabinete do Prefeito: Moacir Pereira Baia, CPF: 026.814.569-59.

II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e Secretário de Agricultura Meio Ambiente e Turismo: Elias Fernandes da Silva; CPF: 485.773.189-87.

III – Secretaria Municipal de Assistência Social: Fabiana de Carvalho Aniceto Artiz; CPF: 073.760.329-16.

IV – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Turismo: Francisco Fantucci Netto; CPF: 030.132.739-41.

V – Secretaria de Mobilidade, Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos Urbano: Vilson Prado de Pontes; CPF: 581.688.859-53.

VI - Secretaria de Transporte, Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos Rurais: Edson Adriano Moreira; CPF: 867.731.869-00.

Art. 2º Os membros nomeados exercerão suas funções de forma voluntária e sem vínculo empregatício com o Município, observando-se as competências, responsabilidades e prazos definidos na Lei Municipal nº 1.143/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Corumbataí do Sul, 09 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:2F06EEB3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
CONTRATO 097-2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2026

INSTRUMENTO DE ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE IMÓVEL RURAL, MEDIANTE JUSTA INDENIZAÇÃO, DESTINADO À AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.589.230/0001-44, com sede administrativa na Avenida 13 de Maio, 906, Centro Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **JEAN CARLOS CARDOSO**, doravante denominado **EXPROPRIANTE**;
E, de outro lado, o Sr. **LINO CELESTINO CAPPELLESSO**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº 224.810.369-72, residente e domiciliado nesta cidade de Cruzeiro do Iguaçu, doravante denominado **EXPROPRIADO**;
Resolvem celebrar o presente **ACORDO ADMINISTRATIVO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente instrumento fundamenta-se no Decreto Municipal nº 6623/2026, no Decreto Municipal nº 6598/2026, no Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941, especialmente em seus arts. 10 e 10-A, na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 74, inciso V e § 5º, e nas demais disposições legais aplicáveis.
1.2. A desapropriação tem por fundamento a declaração de utilidade pública do imóvel e a necessidade de ampliação do Parque Industrial do Município de Cruzeiro do Iguaçu, visando ao desenvolvimento econômico local, à atração de investimentos, à geração de empregos e ao incremento da renda municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste instrumento a desapropriação amigável do imóvel rural de propriedade do EXPROPRIADO, assim identificado:
I – Denominação: Lote de Terras Rural nº 65 – Parcela 3;
II – Gleba: nº 79-FB;
III – Núcleo: Francisco Beltrão;
IV – Colônia: Missões;
V – Município: Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná;
VI – Comarca: Dois Vizinhos, Estado do Paraná;
VII – Área total: 29.995,00 m² (vinte e nove mil, novecentos e noventa e cinco metros quadrados);
VIII – Matrícula: nº 63.723 do Registro de Imóveis de Dois Vizinhos – PR.
2.2. A descrição perimétrica, as coordenadas, os vértices, os azimutes, as distâncias e as confrontações do imóvel são aqueles constantes da matrícula imobiliária e do respectivo memorial descritivo e planta, que integrarão este instrumento como anexos.
2.3. O imóvel será incorporado ao patrimônio público municipal e destinado exclusivamente à ampliação do Parque Industrial de Cruzeiro do Iguaçu, observada a finalidade estabelecida no Decreto Municipal nº 6623/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

3.1. Para fins da presente desapropriação amigável, fica estabelecido o valor total da indenização em **R$ 1.023.000,00 (um milhão vinte e três mil)**, conforme avaliação realizada por corretores de imóveis credenciados junto à Administração Municipal e pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, instituída pela Portaria nº 7590/2025.
3.2. O EXPROPRIADO declara que teve conhecimento do valor ofertado e, mediante sua assinatura neste instrumento, manifesta sua concordância com o montante da indenização, desde que cumpridas as condições previstas neste contrato.
3.3. O valor pactuado corresponde à indenização pela desapropriação do imóvel descrito na Cláusula Segunda, sem prejuízo da apuração de eventuais direitos de terceiros, ônus ou outras circunstâncias juridicamente relevantes que devam ser regularizadas antes da transferência definitiva.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONDIÇÃO PARA O PAGAMENTO

4.1. Em cumprimento ao art. 10 do Decreto Municipal nº 6623/2026, o pagamento da indenização fica expressamente condicionado à **efetiva transferência, pelo Governo do Estado do Paraná, dos recursos financeiros vinculados ao convênio com a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, referente à prioridade nº 39, protocolo nº 24.285.497-7**, destinados à aquisição do imóvel objeto deste instrumento.
4.2. A obrigação de efetuar o pagamento da indenização somente poderá ser executada após a confirmação formal do efetivo ingresso dos recursos financeiros referidos no item anterior, observadas as condições do instrumento de repasse, a disponibilidade orçamentária e financeira e as demais exigências legais aplicáveis.
4.3. A assinatura deste instrumento, por si só, não autoriza a realização de pagamento com recursos municipais em desacordo com a condição estabelecida no Decreto Municipal nº 6623/2026.
4.4. Confirmada a transferência dos recursos, o Município adotará as providências administrativas, orçamentárias, financeiras e registrais necessárias à efetivação do acordo e ao pagamento da indenização.
4.5. Caso os recursos estaduais não sejam transferidos, o pagamento não será exigível enquanto não implementada a condição prevista nesta cláusula, devendo as partes formalizar, por escrito, os encaminhamentos cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades e dos direitos legalmente assegurados.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

5.1. Implementada a condição prevista na Cláusula Quarta e cumpridas as exigências legais e administrativas, o Município efetuará o pagamento integral da indenização, no valor de **R$ 1.023.000,00 (um milhão vinte e três mil)**, mediante transferência bancária para conta de titularidade do EXPROPRIADO, a ser formalmente indicada.
5.2. O pagamento será realizado no prazo de até 20 dias úteis, contados da comprovação do ingresso dos recursos, desde que concluídas as verificações documentais, orçamentárias e registrais necessárias.
5.3. Os dados bancários serão formalizados em documento próprio, assinado pelo EXPROPRIADO, ficando vedado o pagamento a terceiros sem fundamento jurídico idôneo e autorização formal da Administração.
5.4. O comprovante de transferência bancária constituirá documento comprobatório do pagamento, devendo ser juntado ao processo administrativo correspondente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO EXPROPRIADO

6.1. Constituem obrigações do EXPROPRIADO:
I – Apresentar os documentos pessoais e imobiliários necessários à formalização da desapropriação;
II – Fornecer certidão atualizada da Matrícula nº 63.723, bem como os documentos necessários à verificação da titularidade, dos ônus e das restrições incidentes sobre o imóvel;
III – Declarar, sob sua responsabilidade, a existência de eventuais ocupantes, arrendatários, possuidores, direitos de terceiros, ações judiciais, gravames ou restrições incidentes sobre o imóvel;
IV – Cooperar com a Administração Municipal na formalização da escritura pública, do instrumento juridicamente adequado e dos atos necessários ao registro da transferência;
V – Disponibilizar o imóvel ao Município na forma e no momento definidos no instrumento definitivo, respeitadas as condições legais e a efetivação do acordo;
VI – Assinar os documentos necessários à regularização da transferência, desde que compatíveis com este instrumento e com a legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. Constituem obrigações do EXPROPRIANTE:
I – Observar as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 6623/2026 e na legislação aplicável;

II – Manter no processo administrativo os laudos de avaliação, a justificativa da escolha do imóvel, a documentação dominial e os demais elementos necessários à regularidade da desapropriação;
III – Acompanhar e documentar a transferência dos recursos estaduais vinculados à aquisição;
IV – Efetuar o pagamento da indenização após o implemento da condição prevista na Cláusula Quarta e o cumprimento das demais exigências legais e administrativas;
V – Providenciar a formalização do instrumento definitivo de transferência e o registro do imóvel em nome do Município;
VI – Adotar as providências necessárias à incorporação do imóvel ao patrimônio público municipal e à sua destinação à ampliação do Parque Industrial.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE E DA POSSE

8.1. A transferência definitiva da propriedade será formalizada por instrumento juridicamente adequado à desapropriação amigável, com observância das exigências legais e registrais, inclusive quanto à escritura pública, quando exigível, e ao registro perante o Registro de Imóveis competente.
8.2. A transferência da propriedade será considerada efetivada com o registro do título aquisitivo na matrícula imobiliária, não sendo a simples assinatura deste contrato suficiente para produzir a transferência dominial.
8.3. A entrega da posse e a disponibilização do imóvel ao Município serão formalizadas por termo próprio, em consonância com o pagamento da indenização e com as condições estabelecidas no instrumento definitivo.
8.4. A formalização dos atos de transferência dependerá da verificação da regularidade da matrícula, da legitimidade do EXPROPRIADO para dispor do imóvel e do atendimento às exigências legais e registrais aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS E DOS ENCARGOS

9.1. As despesas necessárias à formalização da transferência, inclusive emolumentos notariais e registrais, certidões e demais encargos incidentes, serão suportadas conforme a legislação aplicável e as disposições do instrumento definitivo.
9.2. A responsabilidade por tributos, encargos, débitos, gravames e obrigações incidentes sobre o imóvel será apurada conforme sua natureza, o período de ocorrência e a legislação aplicável, sem prejuízo de eventual regularização previamente exigida para o registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução deste instrumento correrão à conta de dotação orçamentária própria do Município, a ser indicada e certificada pelo setor competente antes da assunção e execução da correspondente obrigação financeira.

10.2. A execução financeira observará o orçamento municipal, o instrumento de transferência dos recursos estaduais e as normas de direito financeiro aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

11.1. A regularidade dos atos relativos à desapropriação será acompanhada pelos setores competentes do Município, com a juntada dos documentos comprobatórios ao processo administrativo próprio.
11.2. Deverão integrar o processo, no mínimo, o Decreto Municipal nº 6623/2026, o Decreto Municipal nº 6598/2026, os laudos de avaliação, a matrícula atualizada, o memorial descritivo, a planta, a justificativa da escolha do imóvel, a documentação relativa à inexigibilidade de licitação, a comprovação dos recursos estaduais e os documentos necessários à formalização da transferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO E DAS CONTROVÉRSIAS

12.1. O presente instrumento poderá ser extinto nas hipóteses previstas em lei, mediante procedimento formal e motivado, assegurada a apuração dos direitos e das responsabilidades das partes.
12.2. A não implementação da condição financeira prevista na Cláusula Quarta impedirá a exigibilidade do pagamento, devendo a Administração avaliar e formalizar as providências cabíveis à luz do decreto, do instrumento de repasse e da legislação aplicável.
12.3. Eventuais controvérsias serão inicialmente submetidas à tentativa de solução administrativa. Não sendo possível a composição, fica eleito o foro da Comarca de Dois Vizinhos – PR, observadas as regras legais de competência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram este instrumento, para todos os efeitos, o Decreto Municipal nº 6623/2026, a matrícula imobiliária, o memorial descritivo, a planta, os laudos de avaliação e os demais documentos que instruem o processo administrativo.
13.2. Qualquer alteração das condições pactuadas deverá ser formalizada por escrito, mediante instrumento próprio, com justificativa e observância das exigências legais.
13.3. O presente acordo será submetido à análise da Procuradoria Jurídica do Município e aos demais controles administrativos pertinentes antes de sua execução definitiva.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estabelecidas, as partes assinam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, para que produza os efeitos jurídicos cabíveis, observadas as condições de eficácia e execução nele previstas.

Cruzeiro do Iguaçu – PR, 09 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal
Expropriante

LINO CELESTINO CAPPELLESSO
Proprietário
Expropriado

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:FB965B4E

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
CONVOCAÇÃO 003-20206

CONVOCAÇÃO Nº 003/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

JEAN CARLOS CARDOSO - PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1389/2021 e Comissão designada através do Decreto n° 6421/2026, torna público a Convocação da Candidata Classificada do Processo Seletivo Público, a ser contratada com a respectiva classificação em atendimento Normativa n° **002/2026**, para comparecer do dia **13/10/2026** a **19/10/2026**, com apresentação da documentação constante do Itens **4** e **12.3** da Normativa.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Classificação	Nome:
1º	**MÔNICA SCHORNER POLIDORO**

Cruzeiro do Iguaçu, 09 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:F2DF2AA7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6622-2026

Prefeitura do Município de Cruzeiro do Iguaçu DECRETO Nº 6622 de 9 de Outubro de 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Vendaval (13215).

O(A) Senhor(a) Jean Carlos Cardoso, Prefeito(a) do município de Cruzeiro do Iguaçu, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012, CONSIDERANDO: Que ocorreu No dia 04 de outubro de 2026, por volta das 02h da madrugada, o município de Cruzeiro do Iguaçu foi atingido por vendaval de forte intensidade, com ventos de aproximadamente 100 km/h, acompanhado de ocorrência de granizo. Os maiores danos registrados foram decorrentes do vendaval, que ocasionou impactos significativos em diversos setores do município, especialmente na infraestrutura educacional e em prédios públicos. Também foram registrados danos em diversas residências e barracões, além de quedas de árvores que afetaram vias de acesso e a circulação da população. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto; Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto; Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência. DECRETA: Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215). Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução. Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal. Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a: Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação; Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano; Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população. Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autorizase o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre. § 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras. § 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade. Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos. Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 9 de Outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:942AA6E2

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6623-2026

Decreto nº 6623/2026

Desapropria imóvel declarado de utilidade pública para fins de ampliação do Parque Industrial de Cruzeiro do Iguaçu, e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XII do art. 9º, o art. 19, o inciso IX do art. 68, o art. 122 e o art. 169 da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu, c/c o disposto nos arts. 2º, 5º, 6º e 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no § 3º do art. 182 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de promover políticas de desenvolvimento econômico, ampliação da oferta de empregos e geração de renda no Município;
CONSIDERANDO que compete ao Município promover o adequado ordenamento territorial e fomentar o desenvolvimento econômico local;
CONSIDERANDO que a atual área industrial do Município apresenta capacidade de ocupação comprometida, tornando necessária sua ampliação para possibilitar a instalação de novos empreendimentos;
CONSIDERANDO o interesse público na ampliação do Parque Industrial, visando atrair investimentos, fortalecer o setor produtivo, gerar empregos e renda e ampliar a arrecadação municipal;
CONSIDERANDO que a Administração Municipal identificou como estratégica, sob os aspectos logístico, urbano, ambiental e socioeconômico, a área objeto deste Decreto, especialmente em razão de sua localização e proximidade da malha urbana e das vias de acesso;
CONSIDERANDO que a área inicialmente objeto do Decreto nº 6598/2026 foi posteriormente georreferenciada, individualizada e registrada, passando a constituir imóvel autônomo sob a Matrícula nº 63.723 do Registro de Imóveis de Dois Vizinhos - PR;
CONSIDERANDO que a nova matrícula identifica o imóvel como Lote de Terras Rural nº 65 - Parcela 3, da Gleba nº 79-FB, do Núcleo Francisco Beltrão, Colônia Missões, Município de Cruzeiro do Iguaçu, Comarca de Dois Vizinhos - PR, com área de 29.995,00 m²;
CONSIDERANDO a possibilidade de utilização de recursos do Governo do Estado, através de Convênio com a SECID, relacionado a prioridade nº 39, protocolo n° 24.285.497-7 para aquisição da área destinada à expansão industrial;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941 acerca da desapropriação por utilidade pública;
CONSIDERANDO, por fim, a supremacia do interesse público e a necessidade de regular prosseguimento dos procedimentos administrativos destinados à aquisição do imóvel;
DECRETA:
Art. 1º Fica desapropriado, de forma amigável ou judicial, o imóvel rural com área de 29.995,00 m² (vinte e nove mil, novecentos e noventa e cinco metros quadrados), denominado Lote de Terras Rural nº 65 - Parcela 3, da Gleba nº 79-FB, do Núcleo Francisco Beltrão, Colônia Missões, Município de Cruzeiro do Iguaçu, Comarca de Dois Vizinhos - PR, objeto da Matrícula nº 63.723 do Registro de Imóveis de Dois Vizinhos - PR, de propriedade de Lino Celestino Cappellesso,

visando à ampliação do Parque Industrial do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

§ 1º O imóvel encontra-se devidamente individualizado e georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme certificação e dados técnicos constantes da Matrícula nº 63.723.
§ 2º A descrição perimétrica do imóvel, incluindo vértices, coordenadas geográficas, azimutes, distâncias e confrontações, é aquela constante da Matrícula nº 63.723 e do respectivo memorial descritivo, documentos que passam a integrar este Decreto como Anexo I, para todos os efeitos.
§ 3º O imóvel foi declarado de utilidade pública através do Decreto nº 6598/2026.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º possui área total de 29.995,00 m² e encontra-se devidamente individualizado sob a Matrícula nº 63.723, não dependendo de novo procedimento de desmembramento para sua identificação registral.

Art. 3º O imóvel declarado de utilidade pública destina-se exclusivamente à ampliação do Parque Industrial do Município de Cruzeiro do Iguaçu, em razão de suas características, localização e importância estratégica para o desenvolvimento econômico municipal.

Art. 4º O Município adotará as medidas administrativas, extrajudiciais ou judiciais necessárias à efetivação da desapropriação e à transferência do imóvel referido no Art. 1º ao patrimônio municipal, observada a legislação vigente.

Art. 5º O imóvel foi submetido à avaliação de corretores de imóveis credenciados junto a Administração e também pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, instituída pela Portaria nº 7590/2025, que atribuíram ao imóvel o valor de indenização da ordem de **R$ 1.023.000,00 (um milhão vinte e três mil)**.

Art. 6º O proprietário deverá ser formalmente notificado da declaração de utilidade pública e da proposta de indenização.

§ 1º A notificação deverá ser acompanhada, no mínimo, dos seguintes documentos e informações:

I - cópia deste Decreto de declaração de utilidade pública;
II - planta, memorial descritivo ou descrição do imóvel e de suas confrontações;
III - valor da oferta de indenização, acompanhado da respectiva avaliação;
IV - informação acerca do prazo para aceitação ou rejeição da proposta e das consequências da ausência de manifestação;
V - certidão atualizada da Matrícula nº 63.723 do Registro de Imóveis de Dois Vizinhos - PR.

§ 2º Havendo aceitação da proposta e cumpridas as demais exigências legais e administrativas, serão adotadas as providências necessárias à formalização da transferência do imóvel ao Município.
§ 3º Não havendo acordo quanto à indenização ou sendo necessária a adoção de medida judicial, a Procuradoria Jurídica do Município deverá promover as providências cabíveis na forma do Decreto-Lei nº 3.365/1941 e demais normas aplicáveis.

Art. 7º Os atos destinados à aquisição do imóvel objeto deste Decreto serão realizados por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que as características de instalação e localização tornam necessária a escolha específica do imóvel, observados os requisitos legais aplicáveis, especialmente os previstos no § 5º do referido artigo.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.

Art. 9º A certidão da Matrícula nº 63.723, juntamente com o memorial descritivo, planta e demais documentos técnicos referentes ao imóvel, integra o presente Decreto como Anexo I.

Art. 10. Fica expressamente determinado que a indenização somente será levada a efeito, se o Governo do Estado, efetivar a transferência do valor a ser conveniado com a SECID, que se refere a prioridade nº 39, protocolizada sob n° 24.285.497-7.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:BDFC6C99

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6624-2026

DECRETO Nº 6624/2026

Nomeia representantes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD de Cruzeiro do Iguaçu/ Estado do Paraná.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1666/2026**.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os representantes abaixo indicados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD de Cruzeiro do Iguaçu – Paraná.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Assistencia Social, Mulher e Pessoa Idosa;
Titular: Renata Cristina Curzel
Suplente: Paulo Cesar da Rosa
Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Pamela Eduarda Lopes dos Santos Rezena
Suplente: Alessandra Damazio Freitas
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
Titular: Grasiele Filipiak
Suplente: Eliane Tatsch .....
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recurso Hidricos;
Titular: Adair Vallendorf
Suplente: Leandro Matheus Muller Francischini
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
DEFICIÊNCIA AUDITIVA:
Titular: Susani Fátima Major Apolinário
Suplente: Tereza Bahls de Campos

DEFICIÊNCIA VISUAL:
Titular: Eliane Tomaz de Miranda Leria
Suplente:Sônia Mara Quintino
DEFICIÊNCIA FÍSICA:
Titular: Leonardo Luiz da Silva
Suplente: Nelcy de Lourdes Carrer
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
Titular: Eromilde Ghedin Rodrigues
Suplente: Adrieli Carrer Fior

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor nesta data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e
Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:93FA8ABF

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8167-2026

PORTARIA Nº 8167/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, conforme segue:

Servidor: **MÁRCIO PAULO DILL**
Função: **Diretor Departamento de Transportes**
Cidade: **Curitiba - PR**
Datas: **08 e 09/10/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 444,46**
Justificativa: **Deslocamento a Curitiba junto a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil para retirar, telhas de fibrocimento, sextas-básica, colchões e material de higiene pessoal.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:53D6D533

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8168-2026

PORTARIA Nº 8168/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias ao servidor público Municipal, lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:

Servidor: **LUIZ FERNANDO DOS SANTOS AZEREDO**
Função: **Assessor Setorial Operacional de Transportes**
Cidade: **Curitiba - PR**
Datas: **08 e 09/10/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 444,46**
Justificativa: **Deslocamento a Curitiba junto a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil para retirar, telhas de fibrocimento, sextas-básica, colchões e material de higiene pessoal.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:C809D77D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8169-2026

PORTARIA Nº 8169/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária a servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Servidora: **FABIELE KREFF CARDOSO**
Função: **Secretária de Saúde**
Cidade: **Curitiba – PR**
Datas: **13 a 15/10/2026**

Quantidade de Diárias:**02 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 888,92**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 50% = R$ 222,23**
Justificativa: **Participar do PROGOV – Gestão que Transforma Políticas Públicas, evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio da Escola de Gestão Pública, nos dias 13 e 14 de outubro de 2026, no Centro de Eventos da FIEP, em Curitiba.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se E
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:54A40350

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90066/2025
CONTRATO N° 121/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo prefeito Sr. JEAN CARLOS CARDOSO, brasileiro, portador do RG: 78895187 CPF: 034.526.049-00 e do outro lado HELOISA OBERGEN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.650.470/0001-57 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua sócia Gerente Sra. HELOISA OBERGEN, portadora do RG:12.64419-2 - SSP-PR – CPF:106.655.759-47, pelos termos do pregão eletrônico nº 90066/2025 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Contratação de empresa especializada em serviços de GUARDA VIDAS para atender as demandas na Praia Artificial do Município de Cruzeiro do Iguaçu, na temporada de verão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Qtd acrescida ao contrato	Valor Unit. (R$)	Valor total
01	Contratação de empresa especializada em serviços de GUARDA VIDAS, para atender as demandas na Praia Artificial do Município de Cruzeiro do Iguaçu, na temporada de verão 2026/2027.	7 meses	29.161,75	204.132,25

Fica estabelecida entre as partes o aditivo, no valor de até R$:204.132,25 (duzentos e quatro mil cento e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 08/10/2027.ou seja, APENAS para a próxima temporada, OUTUBRO/2026 a ABRIL/2027.
CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos demais termos aditivos. E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 08 de Outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO	***HELOISA ORBEN***
Município de Cruzeiro do Iguaçu – Pr.	Heloisa Obergen & CIA LTDA
Contratante	Contratado

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:E14B62D7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ARP

EXTRATO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Adesão a ARP 02/2026 | Processo Administrativo nº 054/2026
ÓRGÃO ADERENTE: Município de Enéas Marques, CNPJ nº 76.205.657/0001-57.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Público do Extremo Sul – COPES.
LICITAÇÃO ORIGINÁRIA: Pregão Eletrônico nº 007/2025 e Ata de Registro de Preços nº 007/2025.
CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO: Órgão não participante.
FORNECEDORA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.224.121/0002-84.
OBJETO: Adesão, na condição de órgão não participante, aos itens 9, 13 e 29 da Ata de Registro de Preços nº 007/2025 do COPES, para aquisição de 2 (duas) retroescavadeiras, 1 (uma) minicarregadeira com vassoura e 1 (um) rolo compactador, nas configurações e condições registradas.

Item	Descrição	Valor unitário	Valor total
9	Retroescavadeira New Holland B80C – 2 unidades	R$ 380.000,00	R$ 760.000,00
13	Minicarregadeira New Holland L320 com vassoura FleetPro – 1 unidade	R$ 379.000,00	R$ 379.000,00
29	Rolo compactador New Holland V110PD com kit registrado – 1 unidade	R$ 549.000,00	R$ 549.000,00

VALOR E VANTAJOSIDADE: valor global de R$ 1.688.000,00. A cesta de preços comparáveis totalizou R$ 1.862.750,00, diferença nominal de R$ 174.750,00, conforme pesquisa consolidada e certificação administrativa da vantajosidade a integrar o processo.
RECURSOS: Convênio SEAB nº 148/2026 (uma retroescavadeira, R$ 380.000,00); Prioridade SECID nº 59 (minicarregadeira com vassoura, R$ 379.000,00); e Prioridade SECID nº 61 (uma retroescavadeira e um rolo, R$ 929.000,00), com as contrapartidas municipais e dotações identificadas no ato autorizativo.
FUNDAMENTO: art. 86, §§ 2º, 3º, II, 4º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais documentos do processo.
PARECER JURÍDICO: nº 487/2026, de 08/10/2026, observadas as recomendações nele consignadas.
FORMALIZAÇÃO: três contratos administrativos autônomos, conforme a origem dos recursos. O reajustamento contratual adotará o IPCA/IBGE, com interregno mínimo de um ano contado de 25/09/2026, mediante concordância expressa da fornecedora.

CONDIÇÕES: contratação durante a vigência da ata e da anuência do COPES, com saldo reservado; formalização dos instrumentos da SECID quando aplicável; disponibilidade orçamentária.
Enéas Marques/PR, 09 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:9896E26F

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EXTRATO ENCERRAMENTO ADESÃO ARP

Extrato de encerramento do procedimento de adesão
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026
IDENTIFICAÇÃO ORIGINÁRIA INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
O Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, torna público o ENCERRAMENTO do procedimento destinado à aquisição de 1 rolo compactador de solo por adesão à Ata de Registro de Preços nº 14/2024 do Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA, Pregão Eletrônico nº 90010/2024, item 94, pelo reconhecimento da perda superveniente de sua finalidade e da impossibilidade jurídica de prosseguimento da contratação pretendida.
Durante a tramitação das providências junto à SECID para utilização dos recursos da transferência voluntária, encerrou-se a vigência da ata em 9 de julho de 2026, conforme o Termo de Apostilamento nº 64/2025. Também se exauriu o prazo de validade de 90 dias da proposta apresentada pela XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., CNPJ nº 14.707.364/0001-10, em 3 de março de 2026.
Não houve formalização contratual nem emissão de empenho. A decisão acolheu a manifestação formal da Procuradoria Municipal, determinando a comunicação posterior à empresa e ao órgão gerenciador, a adoção das providências referentes a eventuais reservas ou bloqueios orçamentários e o arquivamento após seu cumprimento.
A demanda permanece e eventual aquisição deverá tramitar em outro processo, com instrução própria e observância da disponibilidade orçamentária e da destinação dos recursos. A decisão integral está disponível nos autos e no sítio eletrônico oficial do Município.
Enéas Marques, 09 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:E691492D

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 267/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 267/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES E METTAENG CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA– PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Joaquim Bonetti, no 579, Centro de Enéas Marques/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Edson Lupatini, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 49383932 e inscrito no CPF/MF no 861.204.419-72, residente e domiciliado neste Município e;
CONTRATADA: METTAENG CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ 32.595.883/0001-16, localizada na Rua São Paulo, n° 2747, sala 02, Bairro Centro Cívico, CEP: 85.770-000, Município de Realeza- PR, representada por CARLOS EDUARDO VENDEL portador da cédula de identidade R.G. n. º 7.213.209-2, inscrito no CPF sob n. º 029.283.949-90, residente na Rua Santa Maria, n° 2529, Bairro Centro, CEP: 85.770-000, Município de Realeza- PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo de apostilamento do contrato administrativo Nº 267/2025, a contratação de empresa especializada na área de engenharia para construção de Creche do Programa Infância Feliz Paraná, com a execução de serviços preliminares e administração da obra, de acordo com especificações constantes no projeto básico, memorial descritivo dos serviços, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos., conforme processo digital no 1185/2026 e Concorrência Eletrônica Nº 04/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO APOSTILAMENTO
Fica alterado o contrato em epígrafe para extensão do prazo de execução, conforme parecer técnico que integra o processo digital no 1185/2026 com fundamento no Artigo 124, da Lei no 14.133/21, Artigo 115, parágrafo quinto da Lei no 14.133/21 e Cláusula quarta, item 4.4 do contrato inicial.
Em consequência da alteração, será realizado a extensão do respectivo prazo de execução pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.
Tendo em vista o apostilamento, o novo prazo de execução passa a ser na data de 24/09/2026 a 23/03/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
Enéas Marques, 07 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES
Contratante

METTAENG CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:A213FF2B

SETOR DE PESSOAL
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 033/2026

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Poder Executivo Municipal de **ENÉAS MARQUES**, Estado do Paraná, com sede na Av. Joaquim Bonetti, 579, inscrito no CNPJ sob nº. 76.205.657.0001-57, representado pelo Prefeito Sr. **EDSON LUPATINI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 70, alíneas g) e m), e o art. 172, da Lei Orgânica Municipal:

C O N V O C A
Toda a população e o Coselho da Cidade do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná para participarem da audiência pública de apresentação e discussão sobre o Plano de Arborização Urbana e a criação de Unidade de Conservação, que será realizada no dia **26 de outubro de 2026, (segunda-feira), às 18h00min no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques - Estado do Paraná**.
O PMAU é o instrumento que orienta o planejamento, o plantio, o manejo e a conservação das árvores nas ruas, praças e demais áreas públicas da cidade. Na audiência serão apresentados o diagnóstico da arborização existente e as diretrizes propostas para os próximos anos, além da proposta de criação da Unidade de Conservação municipal, conforme Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
Os trabalhos são realizados pela Prefeitura em parceria com a Associação dos Engenheiros Florestais do Sudoeste do Paraná (AEFOS), com execução técnica da Neofloresta Serviços Ecossistêmicos.
Enéas Marques/PR, em 09 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:4CF0C6DB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
RESOLUÇÃO N° 02/2026

Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fênix para reorganizar as Comissões Permanentes, redefinir suas competências e periodicidade de reuniões, instituir o Plano Anual de Fiscalização e disciplinar o processo de apreciação e julgamento das contas anuais do Prefeito.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX, por meio de sua Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a redação dos incisos II e III do Art. 47 do Regimento Interno que passa a vigorar com o seguinte texto:
Art. 47 (...)
II – Comissão da Organização dos Poderes, Meio Ambiente, Urbanismo e Segurança Pública;
III – Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas;

Art. 2º Ficam acrescidos os inciso IV e V ao Art. 47 do Regimento Interno que passa a vigorar com o seguinte texto:
Art. 47 (...)
IV – Comissão de Educação; e
V – Comissão de Saúde e Assistência Social.

Art. 3º Fica alterada a redação do Art. 49 que passa a ter o seguinte texto:
Art. 49. Compete à Comissão da Organização dos Poderes, Meio Ambiente, Urbanismo e Segurança Pública:
I – Emitir parecer sobre os seguintes assuntos:
a) Fixação e alteração do número de Vereadores;
b) Atribuições da Câmara;
c) Convocação de suplente;
d) Organização e competência das Comissões da Câmara;
e) Processo legislativo;
f) Soberania popular;
g) Eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito pela Câmara;
h) Símbolos do Município;
i) Criação, organização e supressão de distritos;
j) Política de desenvolvimento municipal, respeitados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil que tem o Município como um de seus entes;
K) Políticas de urbanização e Mobilidade;
l) Políticas e ações de segurança pública;
m) Descentralização administrativa da cidade;
n) Competência do Município;
o) Turismo e meio ambiente;
p) Planejamento governamental;
q) política urbana de habitação e planejamento, infraestrutura, expansão e desenvolvimento dos serviços de saneamento básico, inclusive abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e manejo de resíduos sólidos, ressalvados os aspectos diretamente relacionados à saúde pública e à vigilância sanitária;
r) Plano diretor e legislação correlata;
s) Política agrícola e fundiária;
t) Política de proteção e defesa civil;
u) Julgamento do Prefeito, com exceção de matérias referentes a prestação de contas anuais; e
v) desporto e lazer.
II – Elaborar normas sobre a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito pela Câmara e sobre o julgamento do Prefeito, em forma de projetos de resolução específicos;
III – Atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Art. 4º Fica alterada a redação do inciso III do art. 50 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 50. (…)
III – apreciar e instruir o processo relativo às contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal, emitir parecer conclusivo e elaborar o respectivo Projeto de Decreto Legislativo, observando-se o procedimento estabelecido na Seção XVII deste Regimento."

Art. 5º Fica acrescido o Art. 50-A com a seguinte redação:
Art. 50-A Compete à Comissão de Educação:
I – Emitir parecer sobre os seguintes assuntos:
a) Desenvolvimento cultural e artístico;
b) Patrimônio histórico e arqueológico;
c) Criação ou descontinuidade de unidades do sistema de ensino municipal;
d) Reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de educação;
e) Plano Municipal de Educação e correlatos;
f) Plano de Cargos, carreiras e remunerações do Magistério municipal;
g) Políticas educacionais em geral, do sistema público e privado;
h) Concessão de títulos de utilidade pública municipal a entidades filantrópicas, cuja atuação se dê no segmento da educação, artes, cultura e esportes; e
i) Ciência e tecnologia.
II – Atuar no âmbito da área de sua competência.

Art. 6º Fica acrescido o Art. 50-B com a seguinte redação:
Art. 50-B Compete à Comissão de Saúde e Assistência Social:
I – Emitir parecer sobre os seguintes assuntos:
a) programas assistenciais;
b) benefícios socioassistenciais;
c) inclusão social e amparo a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco;
d) diretrizes, ações, serviços e campanhas de saúde pública;
e) aspectos sanitários e de saúde pública relacionados ao saneamento básico, à higiene, à salubridade, à qualidade da água para consumo humano, à prevenção de doenças e aos riscos à saúde decorrentes das condições sanitárias e ambientais;
f) organização institucional dos serviços públicos de saúde;
g) regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito local;
h) acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e unidades de pronto atendimento;
i) parcerias, convênios e fomento a entidades beneficentes e organizações não governamentais (ONGs);
j) medidas de vigilância sanitária e epidemiológica;
k) controle de endemias, imunizações e segurança alimentar;
l) concessão de títulos de utilidade pública municipal a entidades filantrópicas, cuja atuação se dê no segmento da promoção a saúde e bem-estar social;
m) políticas públicas voltadas à medicina do trabalho e à saúde do servidor público; e
n) questões sobre família, criança, adolescente e idoso, defesa cidadão e defesa do consumidor
II – Atuar no âmbito da área de sua competência.
Parágrafo único. Quando a proposição relativa ao saneamento básico envolver simultaneamente matérias compreendidas nas competências da Comissão da Organização dos Poderes, Meio Ambiente, Urbanismo e Segurança Pública e da Comissão de Saúde e Assistência Social, será submetida à apreciação de ambas, cada qual quanto aos aspectos inseridos em sua competência temática.

Art. 7º Fica alterado o Art. 61 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 61 – As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, ordinariamente uma vez a cada 60 (sessenta) dias, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu respectivo presidente em razão de:
I – proposição em tramitação cuja matéria exija a manifestação e emissão de parecer; e
II – necessidade de realização de atos de fiscalização ordinária ou extraordinária.
§ 1º – Eleitos os presidentes das Comissões conforme art. 57, a primeira reunião ordinária de cada comissão realizar-se-á,

compulsoriamente, na mesma semana cronológica em que ocorrer a sessão ordinária inaugural do Plenário desta Casa Legislativa. As reuniões ordinárias subsequentes terão suas datas e horários estipulados mediante consenso entre a Presidência e os demais membros integrantes do respectivo órgão colegiado, condicionando-se a validade de tal deliberação ao seu devido registro formal em ata.
§ 2º – As reuniões serão públicas e durarão o tempo necessário para o exame da pauta respectiva."

Art. 8º Fica acrescido o art. 44-B ao Regimento Interno, com a seguinte redação:
"Art. 44-B. As Comissões Permanentes elaborarão, anualmente, no âmbito de suas respectivas competências temáticas, propostas de ações de acompanhamento e fiscalização a serem executadas no exercício financeiro subsequente, encaminhando-as à Mesa Diretora para fins de consolidação do Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal.
§ 1º As propostas de que trata o caput deverão indicar, sempre que possível:
I – os órgãos, entidades, políticas públicas, programas, ações, serviços ou matérias a serem objeto de acompanhamento ou fiscalização;
II – os objetivos e a finalidade da ação fiscalizatória; e
III – o período estimado para realização das ações.
§ 2º As propostas serão encaminhadas à Mesa Diretora no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Art. 9º Fica acrescido o item 3 à alínea "a" do inciso XV do Art. 34 que passa a ter a seguinte redação:
"Art. 34. (...)
XV - (...)
a) (...)
3) Plano Anual de Fiscalização, na forma e prazos definidos por regulamentação específica aprovada pelo plenário.

Art. 10. A Seção XVII do Regimento Interno passa a denominar-se "*Da Apreciação e do Julgamento das Contas*", ficando os arts. 229 a 232 integralmente substituídos e reorganizados na forma seguinte:
SEÇÃO XVII
DA APRECIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS CONTAS
SUBSEÇÃO I
DO JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO
Art. 229. Recebido pela Câmara Municipal o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre as contas anuais do Prefeito, o Presidente determinará sua imediata autuação, juntamente com os documentos que o acompanham, formando-se processo próprio de prestação de contas.
§ 1º O processo será disponibilizado integralmente no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), ressalvados os documentos submetidos a sigilo por determinação legal ou decisão da autoridade competente.
§ 2º O Presidente dará ciência ao Plenário do recebimento do parecer prévio e encaminhará os autos à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas para instrução e emissão de parecer conclusivo.
§ 3º O julgamento das contas anuais do Prefeito deverá ser concluído no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contado do recebimento, pela Câmara Municipal, do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser suspenso, mediante decisão fundamentada, pelo período estritamente necessário à realização de diligência, produção de prova, exercício do contraditório sobre elemento novo ou outra providência indispensável à adequada instrução do processo.
§ 5º Esgotado o prazo previsto no § 3º sem conclusão da instrução, o processo terá prioridade absoluta de tramitação, devendo ser imediatamente encaminhado à Mesa Diretora para inclusão na primeira Ordem do Dia possível, sem prejuízo das garantias do contraditório e da ampla defesa.
§ 6º O processo de prestação de contas permanecerá à disposição de qualquer cidadão, para exame e consulta, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua disponibilização no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL, ressalvadas as informações submetidas a sigilo ou restrição de acesso por determinação legal.
§ 7º Durante o prazo previsto no § 6º, qualquer cidadão poderá apresentar, por escrito, questionamento, impugnação, informação ou documento relacionado às contas em apreciação, mediante protocolo perante a Câmara Municipal ou pelos meios eletrônicos oficialmente disponibilizados.
§ 8º As manifestações recebidas serão juntadas aos autos e encaminhadas à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas para conhecimento e análise, quando pertinentes à matéria objeto da prestação de contas.
§ 9º Caso a manifestação ou documento apresentado contenha fato ou elemento novo capaz de influenciar desfavoravelmente o julgamento das contas, será assegurada ao responsável oportunidade de manifestação, observado o disposto no art. 229-C deste Regimento.
§ 10º A consulta pública prevista nos §§ 6º a 9º não suspenderá a instrução ou a prática dos demais atos do processo, vedada a realização do julgamento pelo Plenário antes do encerramento do prazo de 60 (sessenta) dias previstos no § 6º.
Art. 229-A. Recebidos os autos, o Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas determinará a notificação do responsável pelas contas para que, querendo, apresente defesa escrita, documentos e demais elementos que entender pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência.
§ 1º Considera-se responsável pelas contas, para os fins desta Subseção, o Prefeito que exerceu a Chefia do Poder Executivo no período correspondente às contas submetidas a julgamento, ainda que não mais esteja no exercício do cargo.
§ 2º Havendo mais de um responsável durante o exercício financeiro apreciado, todos serão individualmente notificados, assegurando-se a cada um o contraditório e a ampla defesa quanto ao respectivo período de responsabilidade.
§ 3º A notificação será acompanhada de cópia do parecer prévio ou da indicação do meio eletrônico para seu acesso, assegurando-se ao responsável acesso integral aos autos.
§ 4º A notificação será realizada por meio que permita a comprovação inequívoca de seu recebimento, admitida a utilização de meio eletrônico quando legalmente possível.
§ 5º Frustrada a notificação após diligências razoáveis para localização do responsável, será realizada notificação por edital, mediante publicação no órgão oficial utilizado pela Câmara Municipal, iniciando-se o prazo para defesa na forma estabelecida no respectivo edital.
§ 6º O não oferecimento de defesa pelo responsável regularmente notificado não impedirá o regular prosseguimento do processo.
§ 7º O prazo para apresentação da defesa poderá ser prorrogado, uma única vez, por até 15 (quinze) dias úteis, mediante requerimento fundamentado do responsável pelas contas, apresentado antes do término do prazo original, quando demonstrada a complexidade da matéria, a necessidade de obtenção de documentos ou informações indispensáveis à defesa ou outra circunstância relevante que justifique a dilação.
§ 8º O pedido de prorrogação será decidido pelo Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, mediante decisão fundamentada, considerando a necessidade da medida e a compatibilidade com o prazo global de tramitação do processo.
§ 9º O pedido de prorrogação formulado tempestivamente suspenderá o curso do prazo para defesa até a decisão, retomando-se sua contagem pelo período remanescente em caso de indeferimento.
Art. 229-B. Encerrado o prazo para defesa, a Comissão procederá à instrução do processo, podendo, mediante deliberação:
I – solicitar informações e documentos aos órgãos e entidades da Administração Pública;
II – realizar diligências necessárias ao esclarecimento da matéria;
III – solicitar informações ou esclarecimentos ao Tribunal de Contas do Estado, quando cabíveis;
IV – convidar ou convocar autoridades, servidores e demais pessoas, observadas as competências estabelecidas na Lei Orgânica e neste Regimento;
V – realizar audiência pública, sempre de caráter público e com prévia divulgação, quando a relevância ou a complexidade da matéria assim recomendar, assegurada a transparência e o acesso da população;

VI – deferir a produção de provas requeridas pelo responsável pelas contas quando pertinentes e necessárias ao esclarecimento da matéria; e
VII – indeferir, mediante decisão fundamentada, diligências ou provas manifestamente impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
§ 1º Quando o parecer prévio do Tribunal de Contas ou os demais elementos constantes dos autos envolverem matéria relacionada às competências específicas de outra Comissão Permanente da Câmara Municipal, a Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas encaminhará cópia das peças pertinentes à respectiva Comissão temática, para manifestação sobre a matéria de sua competência.
§ 2º A Comissão temática emitirá manifestação fundamentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, limitada aos aspectos compreendidos em sua competência regimental, encaminhando-a à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas para integração à instrução do processo.
§ 3º A manifestação da Comissão temática terá caráter instrutório e subsidiário, competindo exclusivamente à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas a emissão do parecer conclusivo sobre as contas e a apresentação do respectivo Projeto de Decreto Legislativo.
§ 4º A ausência de manifestação da Comissão temática no prazo previsto no §2º não impedirá o prosseguimento do processo, devendo a Comissão de Finanças certificar o decurso do prazo nos autos.
Art. 229-C. A juntada, durante a instrução, de documento, informação, parecer ou outro elemento novo capaz de influenciar desfavoravelmente a decisão sobre as contas e sobre o qual o responsável ainda não tenha se manifestado assegurará a este nova vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à mera reprodução ou juntada de documentos dos quais o responsável já tenha comprovadamente tomado conhecimento e sobre os quais tenha tido oportunidade de manifestação.
Art. 229-D. Encerrada a produção de provas, diligências e demais atos instrutórios, o responsável pelas contas ou seu representante legal será intimado para, querendo, apresentar alegações finais, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 1º As alegações finais deverão restringir-se às matérias constantes dos autos, não impedindo o prosseguimento do processo a ausência de manifestação do responsável regularmente intimado.
§ 2º Decorrido o prazo para apresentação das alegações finais, a Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas emitirá parecer conclusivo e fundamentado, propondo:
I – a aprovação das contas; ou
II – a rejeição das contas.
§ 3º O parecer examinará o parecer prévio do Tribunal de Contas, a defesa apresentada, os documentos e provas produzidos e os demais elementos constantes dos autos.
§ 4º Se a conclusão da Comissão divergir do parecer prévio do Tribunal de Contas, deverão ser indicados expressamente os fundamentos fáticos e jurídicos que justificam a divergência.
§ 5º Juntamente com o parecer conclusivo, a Comissão apresentará Projeto de Decreto Legislativo dispondo sobre a aprovação ou rejeição das contas.
§ 6º O parecer conclusivo, o Projeto de Decreto Legislativo e os autos serão encaminhados à Mesa Diretora para prosseguimento da tramitação.
Art. 229-E. Recebidos os autos pela Mesa Diretora, o Presidente determinará a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia, observadas as formalidades e os prazos regimentais aplicáveis.
§ 1º O responsável pelas contas será notificado da data da sessão em que ocorrerá o julgamento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º A pauta identificará expressamente o exercício financeiro submetido a julgamento, o responsável ou responsáveis pelas contas e a conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas.
§ 3º O parecer conclusivo da Comissão e o Projeto de Decreto Legislativo permanecerão disponíveis aos Vereadores e ao responsável pelas contas previamente à sessão de julgamento.
Art. 229-F. Na sessão de julgamento será assegurado ao responsável pelas contas ou a advogado por ele constituído o direito de realizar sustentação oral pelo prazo de até 15 (quinze) minutos, antes do início da discussão e da votação.
§ 1º Havendo mais de um responsável pelas contas, será assegurado individualmente o exercício do direito previsto no caput.
§ 2º A ausência do responsável ou de seu advogado, desde que regularmente notificado, não impedirá a realização do julgamento.
Art. 229-G. O julgamento das contas anuais do Prefeito compete ao Plenário da Câmara Municipal e será realizado mediante apreciação do Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas.
§ 1º Antes da discussão, será dada ciência ao Plenário das conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas e do parecer da Comissão, dispensada a leitura integral quando os documentos tiverem sido previamente disponibilizados aos Vereadores.
§ 2º Encerrada a discussão, o Presidente submeterá o Projeto de Decreto Legislativo à votação.
§ 3º A votação será nominal, devendo constar da ata o voto de cada Vereador.
§ 4º O Vereador que votar em sentido divergente da conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas deverá apresentar as razões de sua divergência, as quais constarão integralmente da ata da sessão de julgamento.
Art. 229-H. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre as contas anuais do Prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica.
§ 1º A decisão do Plenário que acolher a conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas será tomada pelo quórum ordinário previsto na Lei Orgânica e neste Regimento.
§ 2º A decisão do Plenário que afastar a conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
§ 3º Não alcançado o quórum previsto no § 2º, prevalecerá a conclusão constante do parecer prévio do Tribunal de Contas, devendo o resultado ser formalizado no respectivo Decreto Legislativo.
§ 4º O quórum previsto neste artigo será calculado sobre o número total de membros da Câmara Municipal.
Art. 229-I. Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado e declarará as contas aprovadas ou rejeitadas, conforme a deliberação do Plenário e o disposto no art. 229-H.
Parágrafo único. O resultado será registrado em ata, com indicação dos votos proferidos, do quórum alcançado e da conclusão quanto à aprovação ou rejeição das contas.
Art. 229-J. A decisão da Câmara Municipal sobre as contas anuais do Prefeito será formalizada por Decreto Legislativo, do qual constarão, no mínimo:
I – o exercício financeiro julgado;
II – o nome do responsável ou dos responsáveis pelas contas;
III – a conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas;
IV – a decisão da Câmara Municipal pela aprovação ou rejeição das contas; e
V – quando a decisão divergir do parecer prévio, o quórum obtido na votação.
§ 1º O Decreto Legislativo será promulgado pelo Presidente da Câmara e publicado no órgão oficial utilizado pelo Poder Legislativo.
§ 2º O Decreto Legislativo e os documentos essenciais do processo serão disponibilizados no SAPL, observadas as hipóteses legais de restrição de acesso.
Art. 229-K. Tornada definitiva a decisão, após o decurso do prazo para oposição de embargos de declaração sem sua apresentação ou, quando opostos, após o respectivo julgamento, o Presidente da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná cópia do Decreto Legislativo e dos demais documentos necessários à comprovação do resultado do julgamento.
§ 1º Na hipótese de rejeição das contas, será encaminhada, no mesmo prazo previsto no caput, cópia do Decreto Legislativo e dos documentos essenciais do processo ao Ministério Público, para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis, sem prejuízo de outras comunicações determinadas pela Constituição, pela Lei Orgânica Municipal ou pela legislação aplicável.

§ 2º O encaminhamento ao Tribunal de Contas e, quando cabível, ao Ministério Público será certificado nos autos, com a identificação da data, do meio utilizado e dos documentos remetidos.
§ 3º Cumpridas as providências previstas neste artigo e inexistindo outras medidas pendentes, o processo será arquivado na Câmara Municipal, sem prejuízo de sua permanente disponibilização no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL, observadas as hipóteses legais de sigilo ou restrição de acesso.
Art. 229-L. O processo de julgamento das contas observará, em todas as suas fases, os princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da publicidade, da motivação e da transparência, sem prejuízo das demais garantias previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento.
Parágrafo único. A ausência de manifestação do responsável regularmente notificado não impedirá o regular prosseguimento e julgamento do processo.
Art. 229-M. Da decisão do Plenário que julgar as contas caberão embargos de declaração, a serem opostos pelo responsável pelas contas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado de sua ciência ou da publicação do respectivo Decreto Legislativo, quando houver:
I – obscuridade;
II – contradição;
III – omissão sobre questão relevante que devesse ter sido apreciada; ou
IV – erro material.
§ 1º Os embargos de declaração serão dirigidos ao Presidente da Câmara, que determinará sua juntada aos autos e inclusão na primeira sessão ordinária subsequente, para apreciação pelo Plenário.
§ 2º Os embargos de declaração não se destinam à rediscussão do mérito das contas e serão rejeitados quando manifestamente incabíveis ou quando evidenciarem finalidade meramente protelatória.
§ 3º O julgamento dos embargos será realizado pelo Plenário, mediante votação nominal, restringindo-se à apreciação da omissão, contradição, obscuridade ou erro material apontado.
§ 4º Acolhidos os embargos, a decisão será integrada ou corrigida na extensão necessária ao saneamento do vício reconhecido.
§ 5º Caso o acolhimento dos embargos possa implicar modificação do resultado do julgamento, será assegurada prévia manifestação dos demais responsáveis pelas contas, se houver, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, antes de sua apreciação pelo Plenário.
§ 6º A decisão será considerada definitiva, para fins das comunicações previstas no art. 229-K, após o decurso do prazo para oposição dos embargos de declaração sem sua apresentação ou, quando opostos, após o respectivo julgamento.
SUBSEÇÃO II
DAS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL
Art. 230. As contas da Câmara Municipal serão prestadas e submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na forma, nos prazos e segundo os procedimentos estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na legislação aplicável e nas normas do Tribunal de Contas.
Parágrafo único. A Mesa Diretora adotará as providências necessárias ao encaminhamento das informações, demonstrativos e documentos relativos à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da Câmara aos órgãos competentes, nos prazos legalmente estabelecidos.
SUBSEÇÃO III
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS
Art. 231. A rejeição das contas implicará a adoção, pela Presidência da Câmara, das providências e comunicações decorrentes da decisão, na forma da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e da legislação aplicável.
Parágrafo único. A Câmara encaminhará cópia da decisão e dos documentos pertinentes aos órgãos competentes quando houver determinação legal, requisição ou quando do julgamento resultarem elementos que justifiquem a adoção das providências cabíveis.
Art. 232. As decisões da Câmara relativas à apreciação e ao julgamento de contas serão publicadas no órgão oficial utilizado pelo Poder Legislativo e disponibilizadas no SAPL, observadas as normas de transparência, acesso à informação e proteção de dados.
Parágrafo único. Os processos disciplinados nesta Seção terão tramitação prioritária, observados os prazos e procedimentos previstos neste Regimento."

Art. 11. Ficam acrescidos os incisos VIII e IX ao Art. 207 do Regimento Interno que passa a vigorar com o seguinte texto:
Art. 207. (...)
VIII – Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico durante o processo de votação já iniciado, o Presidente na impossibilidade de recorrer ao disposto no inciso anterior, determinará a anulação do escrutínio em curso e ordenará, ato contínuo, a imediata renovação do ato de votação; e
IX – O Presidente designará, mediante portaria, servidor público titular de cargo de provimento efetivo para exercer a função de operador do painel eletrônico, ao qual incumbirá a responsabilidade técnico-administrativa pelo registro e inserção dos atos do expediente no sistema oficial de gerenciamento legislativo.

Art. 12. Fica acrescido o art. 91-A ao Regimento Interno, com a seguinte redação:
Art. 91-A. Desde que constatada a viabilidade técnica, admitir-se-á, em caráter excepcional, a realização de sessões em formato híbrido, mediante a participação simultânea presencial e remota dos Parlamentares.
§ 1º Compete ao Plenário deliberar sobre a regulamentação específica das sessões de que trata o caput deste artigo, com vistas a resguardar a integral observância das obrigações regimentais.
§ 2º O ato regulamentar de que trata o parágrafo anterior definirá, dentre outros aspectos, obrigatoriamente:
I – As hipóteses fáticas ensejadoras da excepcionalidade a serem invocadas pelo parlamentar que pleitear a participação remota;
II – Os mecanismos tecnológicos e as modalidades de acesso e interação com o Plenário físico; e
III – O procedimento seguro para o registro formal dos votos.

Art. 13 Fica alterada a redação do Art. 92 que passa a ter o seguinte texto:
Art. 92. As sessões da Câmara Municipal serão públicas e transmitidas por meio da internet, bem como em sinal aberto de teledifusão pela TV Câmara mediante viabilidade técnica, assegurada, sob a mesma condição de viabilidade, a tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras).
§ 1º. As transmissões das sessões de que trata o caput deste artigo dar-se-ão em tempo real;
§ 2º. Para fins do cumprimento do disposto no parágrafo anterior, admitir-se-á a utilização de canal oficial em redes sociais, desde que a plataforma digital disponibilize mecanismos de controle e moderação da interação de terceiros junto ao conteúdo veiculado;
§ 3º. Os registros audiovisuais das sessões transmitidas deverão ser mantidos em arquivo digital de acesso público permanente e por prazo indeterminado;
§ 4º. Serão mantidas, obrigatoriamente e por prazo indeterminado, no mínimo, 2 (duas) cópias de segurança de cada sessão gravada, sendo as mídias armazenadoras guardadas em local seguro na sede do poder legislativo;
§ 5º Qualquer cidadão poderá requerer acesso às cópias de segurança de que trata o parágrafo anterior, utilizando-se dos canais oficiais de informação e peticionamento disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal ou presencialmente, competindo ao requerente arcar antecipadamente com os custos decorrentes da operacionalização de sua solicitação.
§ 6º. Na hipótese de superveniência de inviabilidade ou indisponibilidade técnica que impeça a transmissão da sessão em tempo real, admitir-se-á, em caráter excepcional, a sua gravação integral, preferencialmente em áudio e vídeo, devendo o respectivo arquivo ser disponibilizado para consulta pública no prazo improrrogável de até 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento do ato.
Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de Fênix, 16 de setembro de 2026.

JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Presidente

JOÃO CESAR DIAS BATISTA
Secretário

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:E8762868

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
310/2026

PORTARIA Nº 310/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **MARIA EDUARDA CÂNDIDO DE SÁ VIEIRA SILVA,** 20 (Vinte) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 13/08/2025 a 12/08/2026 a ser usufruída de 13 de outubro a 01 de novembro de 2026

OBS: COM ABONO (10) DIAS
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 09 de outubro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:AC08136A

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
311/2026

PORTARIA Nº 311/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **RIVALDO ANTONIO FERREIRA,** 20 (Vinte) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 13/08/2025 a 12/08/2026 a ser usufruída de 14 de outubro a 02 de novembro de 2026

OBS: COM ABONO (10) DIAS
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 09 de outubro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:FE4C0401

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 616/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.100,00 (Mil e cem reais) a favor da Sra. Rosiana Silva Sousa de Almeida, Secretária de Assistência Social, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias, face a viagem do dia 12/10/2026 a 14/10/2026 para Curitiba - PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 09 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:596B2275

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 617/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 840,00 (Oitocentos e quarenta reais) a favor da Sra. Hellen Bruna de Souza Maurício, Assistente Social, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias, face a viagem do dia 12/10/2026 a 14/10/2026 para Curitiba - PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 09 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:7C7EEA12

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 618/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.100,00 (Mil e cem reais) a favor do Sr. Luciano Cavalheiro, Secretário de Obras Viação e Serviços Urbanos, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias, face a viagem do dia 12/10/2026 à 14/10/2026 para Curitiba – PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 09 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:E4970107

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 619/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI**,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor do Sr. Fabio Barbosa Miranda, motorista, referente ao pagamento de 1/2(meia) diária, face a viagem do dia 09/10/2026 a 09/10/2026 para Apucarana-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 09 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:D2B1FD9A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

O Prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/21 e suas alterações legais, resolve:

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER do Agente de Contratação e Equipe de Apoio que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 74, INC II, da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de apresentações artísticas da dupla: "Elder e Greziele" na Festa de Confraternização de Fim de Ano (Jantar dos Funcionários Públicos) e Baile dos Idosos em atendimento das necessidades do município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

CONTRATADA: GREZIELE CRISTINA GONCALVES
CNPJ: 46.147.372/0001-46
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
VIGENCIA: até 31 de dezembro de 2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Reduzido	Exercício	Programática	Fonte	Descrição
516	2026	08006133920011281533903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora das Graças/PR.

Nossa Senhora das Graças/PR 09 de outubro de 2026

Cordialmente,

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:E77F759D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO GREZIELE CRISTINA GONÇALVES

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	31/2026
c) Modalidade:	Inexigibilidade:
d) Data da Homologação:	09/10/2026
e) Objeto da Homologação:	Contratação de empresa especializada para realização de apresentações artísticas da dupla: "Elder e Greziele" nos eventos: (Festa Pública Aniversário da Cidade); (Baile dos Idosos) e (Confraternização Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Assistência Social) em função das diversas festividades a serem realizadas no município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

13.392.0011.2.815. - Comemoração de Datas Festivas

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: GREZIELE CRISTINA GONÇALVES
CNPJ/CPF: 46.147.372/0001-46

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	REALIZAÇÃO DE SHOW A REALIZAR-SE NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2026 NO JANTAR DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, SHOW DE 4 HORAS.	1	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
2	REALIZAÇÃO DE SHOW A REALIZAR-SE NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026, BAILE DOS IDOSOS, LOCAL : ABRIGO DOS TRABALHADORES, SHOW DE 4 HORAS.	1	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

Valor Total Homologado - R$ 10.000,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 09 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:DC3F8B24

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
ACÓRDÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

- **Processo:** 339/2026
- **Recurso:** 1/2026
- **Espécie recursal:** Recurso Voluntário
- **Recorrente:** Paulo Eduardo Nami
- **Advogado:** Diego Henrique de Moraes Canever (OAB/PR nº 101.698)
- **Recorrida:** Fazenda Pública Municipal de Nossa Senhora das Graças

ACÓRDÃO

Ementa: Recurso voluntário. ISSQN sobre serviços notariais e registrais. Lançamento de ofício. Validade da notificação eletrônica. Inocorrência de decadência. Recurso desprovido.

I. Caso em exame

1. Recurso voluntário interposto por agente delegado de serventia extrajudicial contra decisão de primeira instância administrativa que manteve a exigibilidade de lançamentos de ofício de ISSQN referentes às doze competências do exercício de 2019, acrescidos da manutenção das correspondentes inscrições em dívida ativa.

II. Questão em discussão

2. Há cinco questões em discussão: (i) saber se a comunicação eletrônica enviada ao advogado constituído e ao contribuinte valida a notificação do lançamento tributário; (ii) saber se o ISSQN sobre serviços notariais submete-se ao lançamento por homologação (art. 150, § 4º, CTN) ou de ofício (art. 173, I, CTN); (iii) saber se operou a decadência do direito de constituir os créditos de 2019 lançados em 17/12/2024; (iv) saber se o procedimento fiscalizatório preenche os requisitos do art. 142 do CTN e se subsiste necessidade de juntada documental (pedido nº 7); e (v) saber se a constituição do crédito próximo ao termo final do prazo decadencial viola a segurança jurídica e a confiança legítima.

III. Razões de decidir

3. A notificação via correio eletrônico direcionada ao procurador regularmente constituído, que acusou o recebimento e apresentou defesa, acompanhada de cópia ao e-mail do contribuinte, assegurou a ciência inequívoca e o contraditório, afastando a nulidade por ausência de prejuízo (*pas de nullité sans grief*).

4. Ausente declaração prévia ou pagamento antecipado pelo contribuinte, o ISSQN incidente sobre serviços notariais e registrais é constituído mediante lançamento de ofício, aplicando-se a regra decadencial do art. 173, I, do CTN (Tema 688/STF).

5. Efetuado o lançamento de ofício em 17/12/2024 para exações do exercício de 2019, cujo quinquênio decadencial findaria em 31/12/2024, não se consumou a decadência tributária.

6. A apuração fiscal indicou com precisão o sujeito passivo, o tributo, a base de cálculo, a alíquota e o montante devido, satisfazendo os requisitos formais do art. 142 do CTN e restando prejudicado o pedido genérico de juntada de documentos que já instruem integralmente os autos digitais.

7. O lançamento promovido dentro do quinquênio legal configura exercício regular de direito do Fisco e não afronta os princípios da segurança jurídica ou da proteção da confiança legítima.

IV. Dispositivo e tese

8. Recurso voluntário conhecido e desprovido.

Tese de julgamento: "1. Na ausência de declaração prévia ou pagamento antecipado, o ISSQN sobre serviços notariais e registrais constitui-se mediante lançamento de ofício, submetendo-se ao prazo decadencial do art. 173, I, do CTN. 2. É válida a notificação do lançamento tributário realizada por mensagem eletrônica encaminhada ao procurador constituído nos autos e ao contribuinte, quando demonstrada a ciência inequívoca e assegurada a ampla defesa."

Dispositivos relevantes citados: CTN, arts. 142, 150, § 4º, e 173, I; CTM, arts. 485, 496 e 621, II.

Jurisprudência relevante citada: STF, RE nº 756.915 (Tema 688/RG) e ADI nº 3.089; STJ, REsp nº 973.733/SC (Tema 163/STJ) e AgInt no AREsp nº 934.319/SP.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os membros do Conselho Municipal de Contribuintes de Nossa Senhora das Graças, por unanimidade, em **conhecer do Recurso Voluntário** e, no mérito, **negar-lhe provimento**, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator.
Participaram do julgamento os Conselheiros Andreia Scabello Perozini, Mauro Vialle Junior, Lucas Alan Fiorese Pattaro e Marcilio Clovis Farias.

Nossa Senhora das Graças – PR, 8 de outubro de 2026.

CONSELHEIRA ANDREIA SCABELLO PEROZINI,
Presidente

CONSELHEIRO MAURO VIALLE JUNIOR,
Relator

Publicado por:
Mauro Vialle Junior
Código Identificador:BCDEF196

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 615/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias aos funcionários abaixo relacionados:

- **RENATA APARECIDA DE FARIA SCANELLO**, matrícula nº 762 – 10 (dez) dias de férias em forma de abono pecuniário, referentes ao exercício: 13/02/2025 à 12/02/2026.
Ficando 20 dias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 1077/2025.

- **ANA BEATRIZ JOSINO SOUZA**, matrícula nº **1326** – 10 (dez) dias de férias, referentes ao exercício: 05/05/2025 à 04/05/2026.
Ficando 10 dias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 1077/2025.
Período de férias: 03/11/2026 à 12/11/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 09 dias do mês Outubro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:6E81A320

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 613/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à Servidor Público Municipal, abaixo relacionado:

- **FRANCINALDO ALVES LUCENA**, matrícula nº 55 – Referentes ao exercício: 2014/2019. Conforme dispõe o Artigo nº 113-A da Lei Municipal nº 323/94, de 31 de dezembro de 1994. Cuja a Licença será concedida no período de: 11/10/2026 à 09/11/2026.

Ficando 30 (trinta) dias de Licença a desfrutar posteriormente.

Esta portaria entre em vigor com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 09 dias do mês de Outubro do ano de 2026.

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:4D5C286E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 614/2026

no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar do cargo de Motorista, o funcionário efetivo: Antônio Roberto Inácio de Oliveira, matrícula nº 18, a pedido do mesmo/aposentadoria, a partir do dia 13/10/2026.

Esta portaria entre em vigor com efeitos a partir de 13 de Outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de Outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:8B48C6DF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 926478 – 20/2026.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTERNA Nº 08/2026

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 29/10/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo Maior desconto que tem por objeto **Contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de 10 (dez) unidades habitacionais de interesse social – FNHIS oriundo do convênio n° 149/2026 junto a Cohapar, padrão térreo, tipologia com sala, cozinha/jantar, área de serviço externa coberta, banheiro e 2 (dois) quartos, com área aproximada de 47,33 m² por unidade, incluindo fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, conforme Memorial Técnico Descritivo, Projetos, Cronograma Físico-Financeiro, Frentes de Obra, Eventograma e Planilha Orçamentária.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 29 de outubro de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 08/10/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:E88C4A35

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 127/2025

EXTRATO DE TERMO

Termo aditivo:	**1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 127/2025**, parte integrante do(a) Pregão -Uso até 30/04/26 nº 52/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**BELINKI E SOUZA LTDA – CNPJ nº.** 08.831.603/0001-47
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 16/10/2027.** **II - a renovação até do limite do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 154.997,66 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos).**
Prazo de vigência	**16/10/2027**
Prazo de execução	**16/10/2027**
Data assinatura	09/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:8F322812

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 122/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 122/2026 Inexigibilidade/N°. 41/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA- CNPJ nº. 08.386.792/0001-96
Objeto	**Contratação, por meio de INEXIGIBILIDADE de Licitação fundamentada no artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, da empresa: ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 08.386.792/0001-96, localizada no logradouro Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, nº 621, Bairro Centro – CEP: 85.601-020, Francisco Beltrão/PR, objetivando prestação de serviços de refeições comerciais (café da manhã, almoço e jantar). A demanda visa atender às necessidades dos motoristas e servidores da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR durante deslocamentos a serviço, cursos, treinamentos e reuniões. CREDENCIAMENTO Nº 03/2026.**
Valor	R$ 49.272,00 (quarenta e nove mil duzentos e setenta e dois reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 09/10/2027
Prazo de vigência	até 09/10/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 09/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:00A37B6E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 123/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 123/2026 Inexigibilidade/N°. 42/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	Panificadora Moraes LTDA- CNPJ nº. 03.508.500/0001-27
Objeto	**Contratação, por meio de INEXIGIBILIDADE de Licitação fundamentada no artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, da empresa: PANIFICADORA MORAES LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 03.508.500/0001-27, localizada no logradouro Rua União da Vitoria, nº 1088, Bairro Vila Nova – CEP: 85.605-040, Francisco Beltrão/PR, objetivando prestação de serviços de refeições comerciais (café da manhã, almoço e jantar). A demanda visa atender às necessidades dos motoristas e servidores da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR durante deslocamentos a serviço, cursos, treinamentos e reuniões. CREDENCIAMENTO Nº 03/2026.**
Valor	R$ 49.272,00 (Quarenta e Nove Mil Duzentos e Setenta e Dois Reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 09/10/2027
Prazo de vigência	até 09/10/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 09/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:E9A6A2F1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 124/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 124/2026 Inexigibilidade/N°. 43/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	PIUBELLE MARMITARIA E COZINHA INDUSTRIAL LTDA- CNPJ nº. 53.730.995/0001-02
Objeto	**Contratação, por meio de INEXIGIBILIDADE de Licitação fundamentada no artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, da empresa: PIUBELLE MARMITARIA E COZINHA INDUSTRIAL LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 53.730.995/0001-02, localizada a Avenida Luiz Antonio Faedo, nº 2200, Bairro São Cristovão – CEP: 85.601-275, Francisco Beltrão/PR, objetivando prestação de serviços de refeições comerciais. A demanda visa atender às necessidades dos motoristas e servidores da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR durante deslocamentos a serviço, cursos, treinamentos e reuniões. CREDENCIAMENTO Nº 03/2026.**
Valor	R$ 31.672,00 (Trinta e Um Mil, Seiscentos e Setenta e Dois Reais)
Prazo de execução	12(Meses), até 09/10/2027
Prazo de vigência	até 09/10/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 09/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:C16AC3BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS

DECRETO Nº 5060/2026. ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL DE FIM DE ANO, PARA ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE - PR A PARTIR DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 5060/2026.

Estabelece o horário de expediente especial de fim de ano, para órgãos da Administração Municipal de São Jorge d'Oeste - PR a partir do dia 13 de Outubro de 2026, e dá outras providências.

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO**, prefeito municipal de **SÃO JORGE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 68, inciso VII, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de São Jorge d'Oeste - PR,
CONSIDERANDO que o Art. 68, inciso VII, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de São Jorge D'Oeste – PR, dispõe ser de competência do prefeito municipal, mediante decreto, organizar o funcionamento da administração pública municipal;
CONSIDERANDO o permissivo legal constante no Art. 101, §3º, da Lei Complementar nº 04/2025 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Jorge d'Oeste – PR), utilizando-se o argumento lógico-jurídico reconhecido na teoria da *a maiori ad minus*.
CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental;
CONSIDERANDO a necessidade de realização de planejamento financeiro visando adequar a prestação de serviços públicos às novas condições da arrecadação;
CONSIDERANDO que a Administração Municipal deve atentar-se ao preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), na Lei de Contabilidade e Finanças Públicas (Lei nº 4.320/64), na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente;
CONSIDERANDO que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a realização de ações planejadas e transparentes, assim como a execução de medidas efetivas para a prevenção de riscos ou correção de contingências suscetíveis de afetar o equilíbrio das contas públicas;
CONSIDERANDO que é dever da Administração manter o equilíbrio na execução orçamentária, bem como a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa, em atenção especial aos dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
D E C R E T A:
Art. 1º. A partir do dia 13 de outubro de 2026 até o dia 30 de janeiro de 2027, o horário de expediente e funcionamento dos órgãos públicos do Poder Executivo do Município de São Jorge D'Oeste - PR, inclusive o atendimento presencial à população na sede da Prefeitura Municipal, será de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 13h00, com 15 (quinze) minutos de intervalo a partir da quarta hora de laboro.
§ 1º O horário de expediente reduzido disposto no caput deste artigo não se aplicará:
I – À Secretaria Municipal de Saúde e seus respectivos órgãos, os quais permanecerão funcionando nos horários habituais.
II – À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e seus respectivos órgãos, os quais permanecerão funcionando nos horários habituais.
III – Os servidores lotados na Secretaria de Obra, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos que laboram na função de vigia e no serviço de coleta de lixo, que permanecerão exercendo suas atividades nos horários habituais.
IV – Aos servidores que laboram na realização de inseminações artificiais de que trata o Programa de Inseminação Artificial – PIA (Lei Municipal nº 853/2018).
Art. 2º. Durante o período previsto no Art. 1º deste Decreto, fica também vedado a realização de horas extras por quaisquer servidores.
§1º. Em razão da expressa vedação prevista no *caput*, eventual labor em extrajornada realizado por servidor público não será considerado, em nenhuma hipótese, para fins de pagamento e/ou cômputo em banco de horas.
§2º. Excetuam-se ao disposto no *caput* e no §1º deste artigo, somente os servidores de que tratam os incisos I a IV do §1º do Art. 1º, em razão do caráter imprescindível dos serviços prestados desde que devidamente justificadas e autorizadas.
Art. 3º. Excepcionalmente, os servidores que exercem atividades administrativas na sede da Prefeitura Municipal, poderão estender o expediente previsto no art. 1º quando houver necessidade de execução de serviços que não possam ser adiados sem prejuízo ao interesse público, mediante autorização prévia e justificada da chefia imediata.
§1º. As horas efetivamente trabalhadas além do expediente na forma do *caput*, devidamente registradas e atestadas pela chefia, serão computadas exclusivamente em banco de horas para posterior compensação, vedado seu pagamento em pecúnia.
§2º. À extensão do expediente realizada nos termos deste artigo não se aplicam as vedações previstas no § 1º do art. 2º e no art. 4º, nem as penalidades previstas no art. 7º deste Decreto.
Art. 4º. Observada a exceção disposta no §2º do Art. 2º, durante o período mencionado no Art. 1º fica vedado a qualquer Secretário Municipal solicitar, determinar e/ou de alguma forma impor a servidor público a realização de labor em extrajornada.
Art. 5º. Durante o período previsto no Art. 1º deste Decreto, fica também vedado a conversão em pecúnia de férias e/ou licença prêmio, com exceção das já devidamente autorizadas pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças na data de publicação deste Decreto.
Art. 6º. Durante o período previsto no Art. 1º deste Decreto, fica também vedado o pagamento de diárias, salvo situações excepcionais, mediante autorização prévia da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças.
Art. 7º. O descumprimento das determinações previstas neste Decreto ensejará na abertura de sindicância administrativa e/ou processo administrativo disciplinar pelo descumprimento do dever legal de obediência de que trata o Art. 162, inciso IX da Lei Complementar nº 04/2025 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Jorge D'Oeste – PR), sem prejuízo de outras sansões legalmente cabíveis.
Art. 8º. Para fins de organização e estruturação dos pagamentos do mês de dezembro de 2026, as notas fiscais de prestação de serviços continuados (mensais) serão recebidas até o dia 15 de dezembro e as demais notas de materiais/serviços/obras deverão ser entregues até o dia 10 de dezembro.
Parágrafo único: Excetua-se dos prazos mencionados no *caput* as notas fiscais cujos pagamentos sejam de fontes vinculadas (convênios) que tenham prazo especifico para utilização dos recursos em situações que possam ocorrer prejuízos a execução dos mesmos.
Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), 63º ano da emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:AB42BF13

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
RESOLUÇÃO 03/2026 SÚMULA: O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA VIGÊNCIA DE 2026 A 2029 DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE/PR.

RESOLUÇÃO 03/2026

SÚMULA: O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA aprova o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para vigência de 2026 a 2029 do município de São Jorge D´Oeste/PR.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São Jorge D´Oeste /Paraná, COMSEA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 843 de 12 de Junho de 2018 e o Decreto Municipal nº 3926 de 28 de Março de 2023, e
CONSIDERANDO a Resolução nº 01/2026 do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, que aprova o Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de 2026 a 2029 do município de São Jorge D´Oeste/PR;
CONSIDERANDO a Resolução nº 02/2026 da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, que estabelece representantes da Comissão Técnica da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN de São Jorge D´Oeste/PR;
CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, realizada em 09 de Outubro de 2026.
CONSIDERANDO a reunião ordinária da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, realizada em 09 de Outubro de 2026

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para vigência de 2026 a 2029 do município de São Jorge D´Oeste/PR.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PEDRO COELHO
Presidente do COMSEA

São Jorge D´Oeste, Paraná, 09 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:B83A4577

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 183/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 183/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.718, de 08 de outubro de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 125.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 125.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 01.00 – Câmara Municipal de Vereadores
Unidade: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores
Função: 01 – Legislativa
Sub-função: 031 – Ação Legislativa
Programa: 01 – Legislativo Atuante
Ação: 2.001 – Atividades da Câmara de Vereadores
Fonte: 001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 125.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 125.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:FD51266C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 184/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 184/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.719, de 08 de outubro de 2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 315.495,50 (trezentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339014 – Diárias – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 8.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 19.495,50

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 38.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 50.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 315.495,50.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
Fonte de Recurso: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Valor Excesso de Arrecadação R$: 20.000,00

Natureza da Receita: 1.7.1.5.52.0.1.00.00
Descrição: Transferência de Recursos da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Valor Excesso de Arrecadação R$: 40.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 60.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 30.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 – Encargos Especiais
Sub-função: 846 – Outros Encargos Especiais
Programa: 00 – Operações Especiais
Ação: 0.003 – Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319091 – Sentenças Judiciais
Valor em R$: 48.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 2.091,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 14.703,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil - Creche
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 2.701,50

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 38.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 30.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 20.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 255.495,50.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:293C2491

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 185/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 185/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.288,00 (quinze mil e duzentos e oitenta e oito reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.002 – Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 15.288,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 15.288,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, conforme definido no art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Valor do Superávit Financeiro R$: 15.288,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 15.288,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes

Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:BE8B75E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 87/2025 - PMSI

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO No 87/2025-PMSI, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA CONSTRUART ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA No 4/2025-PMSI.

OBJETO: Contratação de empresa especializa para a contratação de empresa para a construção de barracão industrial, contendo: área de produção, escritório, lavabo, copa e lavabos adaptados, com área de construção de 325,00m², com execução de: serviços preliminares e administração da obra; fundação; infraestrutura; estrutura pré-moldada; superestrutura; cobertura; impermeabilização; alvenaria; revestimento; pintura; esquadrias; piso; elétrica; hidrossanitário; prevenção de incêndio; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto, conforme Contrato de Repasse nº 972424/2024/MDICS/CAIXA, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, representado Caixa Econômica Federal, e o município de Saudade do Iguaçu.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Frei Vito Berscheid, no 708, centro, em Saudade do Iguaçu/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 95.585.477/0001-92, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal ROGERIO GALLINA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 4.xxx.xxx-5/PR e inscrito no CPF/MF no 788.xxx.xxx-20, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: CONSTRUART ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.075.523/0001-95, com sede à Rod. PR Moacir Júlio Silvestre km 18, nº 144, Bairro Vila Kordiak, Santa Maria do Oeste, Paraná, CEP: 85.230-000, telefone: 42 99989-2003, e-mail: panosso.construart@gmail.com, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **MARCOS ANTONIO DE PAULA**, portador da cédula de identidade nº 7.501.583-6 SSP PR, inscrito no CPF sob o nº 007.198.449-67, residente e domiciliado na cidade de Santa Maria do Oeste - PR, sito a Rua João Prestes de Carvalho, nº 144 – Centro – CEP 85.230-000

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica acrescido ao prazo de vigência original do contrato mais 90 (noventa) dias, iniciando em 15/10/2026 e terminando em 13/01/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

Saudade do Iguaçu, PR, 9 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
Contratante

CONSTRUART ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Contratada

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:74DCF50D

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 226 2026

PORTARIA Nº 226/2026, de 09 de outubro 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO as solicitações constantes nos memorandos nº 673/26 e 646/26, ambos tramitados no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME DO SERVIDOR	*DIAS*	*PERÍODO AQUISITIVO*	*PERÍODO CONCESSIVO*
Aline Maria Langhinotti Sangaletti	10	22/01/2025 a 21/01/2026	14/10/2026 a 23/10/2026
Marta Carmen Bertuol	05	02/05/2025 a 01/05/2026	19/10/2026 a 23/10/2026
Naudi Jose Spadari	30	13/07/2024 a 12/07/2025	26/10/2026 a 24/11/2026
Vanessa Zanela Koerich	30	16/09/2024 a 15/09/2025	19/10/2026 a 17/11/2026

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 09 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:F1CE88AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
PORTARIA Nº 23/2026

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Abatiá - Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

I - **INTERROMPER,** as férias concedidas a **CINTIA APARECIDA BRESSANI DE SIQUEIRA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, concedida através da **Portaria nº 21/2026, de 25/09/2026,** com período de gozo de 28.09.2026 à 17.10.2026. O interrompimento se refere a **8 (oito)** dias de gozo de férias por motivo de relevante interesse público, devido à ausência de servidor com treinamento específico para desempenhar sua função, com base no art. 104 da Lei Municipal nº12/93, o servidor retornará a sua função no dia **10/10/2026**.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

III - Registre-se.
IV - Publique-se.

Abatiá – Estado do Paraná, aos 09 de outubro de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:3B5F311C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 517/2026 - HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO - EDSON DE OLIVEIRA

PORTARIA N° 517/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula*: "*Dispõe sobre a HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO e dá outras providências*"*

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais, e considerando o resultado favorável da Avaliação Especial de Desempenho.
Resolve baixar a seguinte PORTARIA
Art. 1°.- Homologar o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho, referente ao Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público CP-01/2022, confirmando a sua**estabilidade**no cargo público:

Servidor(a)	Matricula	Cargo	Admissão	Resultado Final
Edson de Oliveira	2365	Motorista	02.10.2023	Satisfatório

Art. 2°.- Em consequência da homologação, fica a referida servidora reconhecida como estável no serviço público municipal nos termos do art. 41 da Constituição Federal.
Art. 3º. - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 09 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:C1F515DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 515/2026 - ALTERAÇÃO DE CARGO E NÍVEL SALARIAL DE SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO - PAULO HENRIQUE BUDAL DA COSTA

PORTARIA nº 515/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre alteração de Cargo e Nível Salarial de Servidor Público Comissionado"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica alterado o Cargo e Nível Salarial do Servidor Público Comissionado Sr. **PAULO HENRIQUE BUDAL DA COSTA**, portador da RG 5.724.301-5 PR, que passa a ter a seguinte redação:

Carga Horária Semanal	Cargo	Nivel Salarial
40	SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R$ 6.646,94

PARAGRAFO ÚNICO – Tendo como atribuições do cargo: prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria; gestão das atividades de administração em geral; preparar, redigir, expedir e registrar os atos oficiais de competência do prefeito, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, especialmente Projetos de Lei, Decretos, Portarias, comunicados e outros atos normativos do interesse da Administração, mantendo sob a sua responsabilidade os originais, tudo sob o acompanhamento da Procuradoria Geral e da Assessoria Jurídica; providenciar a publicação dos atos oficiais da prefeitura, na forma e pelos meios legais; receber, expedir e promover os transmites legais da correspondência pertinente ao Executivo Municipal; organizar e manter sob sua responsabilidade coletânea da legislação federal e estadual de interesse do município; estudar, examinar e despachar processos protocolados na prefeitura, acompanhando a sua tramitação legal; catalogar, selecionar e arquivar documentos do interesse da Administração e da população em geral, devendo, também, organizar e manter o arquivo público municipal. Dirige a execução das políticas governamentais do poder executivo na área de Administração, auxiliando o Prefeito Municipal na execução macro do programa de governo. Fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 012/2025, de 02 de Janeiro de 2025.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 09 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:61BE57D8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 516/2026 - ADMISSÃO POR CARGO COMISSIONADO - DIRETOR JURÍDICO MUNICIPAL - DENILSON DE MATTOS

PORTARIA nº 516/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

Considerando, a Lei Municipal nº 1.137/2024, de 19 de janeiro de 2024, que criou o cargo de Diretor Jurídico Municipal.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º – Admitir o Sr. **DENILSON DE MATTOS**, portador da RG nº 4.414.957-5 PR para exercer o cargo comissionado de Diretor Jurídico Municipal, com vencimentos de Nível 101 – CC-34.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: Assessorar o Poder Executivo Municipal nas questões jurídicas e legislativas. Coordenar e supervisionar as atividades jurídicas no âmbito municipal. Representar o Município em audiências, reuniões e demais eventos jurídicos. Desenvolver e implementar políticas e estratégias jurídicas em consonância com os objetivos do Governo Municipal. Apresentar pareceres complementares aos dos procuradores municipais. Zelar pela observância das normas legais no âmbito municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 09 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:D8F65C5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 518/2026 - NOMEAÇÃO DE FUNÇÃO COM CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DE EXAMES POR IMAGEM - LETICIA PINHEIRO FIGUEIREDO

PORTARIA nº 518/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre Nomeação de Função com Concessão de Função Gratificada e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. **LETICIA PINHEIRO FIGUEIREDO**, portadora da RG nº 944140173 PR**,** para exercer a função de **RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DE EXAMES POR IMAGEM.**

Parágrafo 1º – Tendo como atribuições da função:Planejar, organizar, coordenar e monitorar os processos administrativos e operacionais relacionados à realização de exames por imagem, assegurando a eficiência dos fluxos de atendimento, a qualidade dos serviços prestados, o cumprimento dos prazos e a integração entre as equipes envolvidas. Gerenciamento operacional. Organização da agenda. Controle da demanda. Acompanhamento de resultados e laudos. Gestão das equipes. Monitoramento de indicadores. Qualidade e segurança. Gestão de equipamentos. Gestão de sistemas e registros. Articulação entre setores. Gestão de intercorrências. Atendimento ao usuário. Relatórios gerenciais. Melhoria contínua. Conformidade institucional. Gestão de recursos. Capacitação e padronização. Prestação de informações.
Parágrafo 2º – O mesmo fará jus a Função Gratificada - FG-04 pelo desempenho da função.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 09 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:C31D9B6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 16/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE nº 16/2026
Processo Administrativo nº 108/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo e no uso das atribuições que me foram conferidas, com fundamento no inciso V do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO** a presente Inexigibilidade de Licitação para a locação do imóvel objeto deste processo.
Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos:

LOCADOR: COMERCIAL BAIL LTDA – CNPJ 08.582.368/0001-17.

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento do serviço de atendimento da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R$ 09.000,00 (nove mil reais).
VIGÊNCIA: 06 meses.

Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial, à prevista no Art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021, e que após o presente expediente devidamente atuado e arquivado.

Agudos do Sul, 09 de outubro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:516CC578

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO 148/2026 DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO REGIME ESPECIAL

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Prorrogar o prazo de validade do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado em Regime Especial nº 061/2025, de 01 de outubro de 2025, da Servidora Josiane Virginia Cardoso Rocha, matrícula nº 3445, em razão do afastamento de auxílio doença pela previdência.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, 29 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:0ECCC0B7

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO Nº 151/2026 DE RESCISÃO DE TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Tornar público a rescisão de término de contrato da servidora na forma abaixo especificado:

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	DATA DE RESCISÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO
001/2024	045/2024	3170	DAIANE CRISTINA DE MELO ANDRADE MICKUS	PROFESSOR - PSS	30/09/2026

Agudos do Sul, em 30 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:8C46F1C0

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1373/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a política municipal de incentivo e diretrizes para a aquisição institucional de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito do Município de Agudos do Sul e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL/PR, através do PRESIDENTE MOISÉS KERSCHER DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução n.º 01, de 14 de dezembro de 2010 e a Lei Orgânica Municipal, de 25 de março de 1990, aprovou, e eu, GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Agudos do Sul, a política municipal de incentivo à aquisição institucional de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, orientada por diretrizes gerais destinadas ao fomento da produção rural, à geração de renda no campo e à garantia da segurança alimentar e nutricional sustentável.
Art. 2º A Política Municipal ora instituída observará as seguintes diretrizes:
a) estímulo à diversificação produtiva e à valorização econômica das famílias rurais do Município;
b) incentivo à transição para práticas sustentáveis de cultivo, com preferência ao manejo orgânico, agroecológico e livre de agrotóxicos;
c) integração do abastecimento alimentar com a rede socioassistencial e educacional do Município, visando à oferta de alimentos saudáveis e com elevado valor nutricional;
d) fortalecimento das formas associativas e cooperativas de produção familiar rural;
e) transparência, impessoalidade e simplificação procedimental nas chamadas públicas e procedimentos licitatórios de compras institucionais, nos termos da legislação federal de regência;
f) preservação da agrobiodiversidade e valorização dos hábitos alimentares locais e da cultura culinária tradicional;
g) articulação intersetorial com programas estaduais e federais de fomento à agricultura familiar e de aquisição de alimentos, em consonância com a legislação nacional.
Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:
a) agricultor familiar e empreendedor familiar rural: a pessoa física ou núcleo familiar que preencha os requisitos definidos no art. 3º da Lei Federal n.º 11.326/06, detentor de inscrição ativa no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ou equivalente legal;
b) organização da agricultura familiar: as cooperativas singulares ou centrais e as associações constituídas por agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, na forma da legislação aplicável;
c) gêneros alimentícios da agricultura familiar: os produtos in natura, semiprocessados ou processados que resultem diretamente da atividade agropecuária desenvolvida pelos beneficiários referidos nas alíneas "a" e "b" deste artigo;
d) compras institucionais: os procedimentos de aquisição de alimentos promovidos pela Administração Pública Municipal direta e indireta para atendimento das necessidades dos órgãos e equipamentos municipais.
Art. 4º Nas compras institucionais de gêneros alimentícios, o Poder Público Municipal poderá adotar como critérios de seleção e preferência, observadas a viabilidade operacional, a razoabilidade dos preços vigentes de mercado, as normas gerais de licitações e contratos e as legislações federais de fomento:
a) produtos cultivados sob manejo orgânico, biológico ou de base agroecológica, devidamente certificados pelos órgãos competentes;
b) produção originária de agricultores familiares e empreendedores rurais cuja exploração produtiva esteja situada no território do Município e em sua microrregião geográfica;
c) fornecedores organizados sob a forma de cooperativas ou associações de agricultores familiares;
d) empreendimentos familiares que comprovem a liderança ou co-gestão feminina e a participação de jovens rurais, como mecanismo de incentivo à permanência da juventude e equidade no campo;
e) atendimento a normas sanitárias vigentes, admitida a adequação progressiva mediante orientação técnica pública e assistência dos órgãos de extensão rural.
Art. 5º Os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito das compras públicas municipais poderão ser prioritariamente destinados ao suprimento de:
a) unidades escolares e centros municipais de educação infantil, em articulação com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
b) serviços de acolhimento institucional, unidades de convivência e projetos da rede de proteção social básica e especial;
c) equipamentos da rede de atenção básica e ambulatorial de saúde;
d) ações municipais emergenciais ou continuadas voltadas à mitigação da insegurança alimentar de famílias vulneráveis cadastradas nos serviços socioassistenciais.
Art. 6º A participação dos agricultores familiares nos certames e chamadas públicas observará os princípios da ampla publicidade, da transparência e da simplificação burocrática, facultando-se ao Poder Executivo promover ações de esclarecimento, capacitação e apoio informativo aos produtores locais.
Art. 7º A execução dos instrumentos de fomento e das aquisições decorrentes das diretrizes estabelecidas nesta Lei observará os procedimentos licitatórios ou os regimes de chamada pública expressamente autorizados na legislação federal de normas gerais e nas leis federais específicas de programas institucionais de compras de alimentos.
Art. 8º A aplicação das diretrizes desta Lei não implicará alteração da estrutura organizacional, criação de cargos, redefinição de atribuições privativas de secretarias municipais ou imposição de obrigações coercitivas ao Poder Executivo.
Art. 9º As despesas decorrentes da execução de projetos e compras decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e consignadas nas leis orçamentárias anuais do Município, condicionadas à prévia existência de disponibilidade financeira e dotação específica, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul - Paraná, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:D2FCC1EA

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1374/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Estabelece as diretrizes da política municipal de fomento e apoio ao Jovem Agricultor e Empreendedor Rural no Município de Agudos do Sul/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL/PR, através do PRESIDENTE MOISÉS KERSCHER DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução n.º 01, de 14 de dezembro de 2010 e a Lei Orgânica Municipal, de 25 de março de 1990, aprovou, e eu, GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para a política municipal de fomento e apoio ao Jovem Agricultor e Empreendedor Rural no Município de Agudos do Sul, com o objetivo de incentivar a permanência do jovem no campo, estimular a sucessão familiar rural, impulsionar a agricultura sustentável e fomentar o desenvolvimento socioeconômico local.
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se jovem agricultor a pessoa física com idade compreendida entre 18 (dezoito) e 35 (trinta e cinco) anos que desenvolva, individualmente ou em regime de economia familiar, atividades agrícolas, pecuárias, agroecológicas, agroindustriais ou extrativistas no território do Município.
Art. 3º São diretrizes da política municipal de fomento e apoio ao Jovem Agricultor:
I. Fomento à sucessão familiar rural qualificada, valorizando a permanência sustentável da juventude no meio agrícola;
II. Difusão de conhecimento técnico, inovação, conectividade e boas práticas de manejo ambiental e conservação de recursos hídricos e do solo;

III. Incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e a formação de redes de cooperação solidária entre jovens produtores;
IV. Promoção do empreendedorismo no meio rural, com estímulo a agregação de valor primário por meio da agroindustrialização artesanal;
V. Estímulo a diversificação da matriz produtiva e ao fortalecimento de práticas agroecológicas no meio interiorano, periurbano e urbano;
VI. Apoio a facilitação do escoamento e inserção dos produtos originários de jovens rurais nos circuitos de consumo e compras locais;
VII. Articulação institucional e colaborativa com órgãos estaduais, federais, entidades sindicais rurais, cooperativas, instituições de ensino técnico e superior e centros de pesquisa agronômica.
Art. 4º Constituem eixos de ação programática passíveis de integração as políticas públicas municipais:
I. Realização de campanhas informativas, cursos de extensão, oficinas e debates voltados a gestão da propriedade familiar, contabilidade rural, marketing e governança sustentável;
II. Estímulo a participação de jovens agricultores em feiras livres, exposições e mostras agropecuárias realizadas no âmbito do Município;
III. Incentivo ao aproveitamento sustentável e ordenado de áreas compatíveis com as normas urbanísticas e de uso do solo para cultivo e hortas comunitárias;
IV. Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e arranjos produtivos adequados as características do meio rural de Agudos do Sul.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal, no exercício de sua competência privativa de administração e conveniência, definirá os fluxos de coordenação, o cadastramento de interessados e as rotinas de acompanhamento técnico dos planos de trabalho associados a esta Política.
Art. 6º As ações decorrentes da implementação desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nas respectivas leis orçamentárias anuais, respeitadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e as prescrições da Lei Complementar n.º 101/00.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul - Paraná, 08 de outubro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:D30856E9

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1375/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Denomina “Rua Maria de Lourdes Czaja”, a via localizada no bairro Ribeirãozinho.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL/PR, através do PRESIDENTE MOISÉS KERSCHER DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução n.º 01, de 14 de dezembro de 2010 e a Lei Orgânica Municipal, de 25 de março de 1990, aprovou, e eu, GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada “Rua Maria de Lourdes Czaja”, a via localizada no bairro Ribeirãozinho, com 510,00m (quinhentos e dez metros) de extensão e 6m (seis metros) de largura, conforme coordenadas.
Parágrafo único. A via apresenta latitude inicial de 7127075,00m S e longitude de 667116,00 m E. Latitude final de 7127317,05 m S e longitude de 666.899,36 m E.
Art. 2º O Poder Executivo fica obrigado a providenciar placas indicativas nas extremidades da rua, dentro no prazo de 90 (noventa) dias.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul - Paraná, 08 de outubro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:DFE9A7B9

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1376/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Promoção da Segurança do Ciclista e de Conscientização em Primeiros Socorros, denominada “Ciclista Seguro – Primeiros Socorros sobre Duas Rodas”, no âmbito do Município de Agudos do Sul, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL/PR, através do PRESIDENTE MOISÉS KERSCHER DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução n.º 01, de 14 de dezembro de 2010 e a Lei Orgânica Municipal, de 25 de março de 1990, aprovou, e eu, GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Agudos do Sul, a Política Municipal de Promoção da Segurança do Ciclista e de Conscientização em Primeiros Socorros, denominada “Ciclista Seguro – Primeiros Socorros sobre Duas Rodas”, orientada pelas diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei.
Art. 2º São princípios da Política Municipal “Ciclista Seguro”:
I. A proteção integral a vida e a integridade física dos ciclistas e pedestres;
II. O estímulo a mobilidade ativa e sustentável na malha urbana e nas vias rurais do Município;
III. A difusão da solidariedade e da responsabilidade compartilhada no trânsito;
IV. A valorização das medidas iniciais de socorro como instrumento essencial para a minimização de danos em sinistros viários.
Art. 3º A Política Municipal de que trata esta Lei tem por objetivos:
I. Fomentar a capacitação comunitária em noções fundamentais de primeiros socorros voltadas a situações de urgência e emergência envolvendo ciclistas;
II. Disseminar conhecimentos preventivos acerca do tráfego compartilhado, do respeito mútuo entre condutores e do uso de equipamentos de proteção individual;
III. Reduzir a gravidade de sequelas e o índice de letalidade em sinistros de trânsito ocorridos no território do Município;
IV. Incentivar a participação da sociedade civil, associações esportivas e entidades comunitárias nas ações de preservação da vida.
Art. 4º Constituem diretrizes para a consecução dos objetivos desta Lei:
I. O incentivo à realização de palestras, seminários, oficinas teóricas e práticas sobre segurança no trânsito e suporte básico inicial de vida;
II. O fomento à produção e disponibilização de conteúdos informativos e materiais didáticos digitais ou impressos de orientação preventiva;
III. O estímulo à veiculação de dados e orientações de segurança por meio de canais digitais, painéis ou sinalizações informativas nos principais trajetos cicloturísticos e vias públicas do Município;
IV. O incentivo a integração de ações de conscientização no âmbito do calendário de eventos do Município, em especial no mês dedicado a segurança no trânsito;
V. A promoção de campanhas educativas e pedaladas solidárias destinadas à integração entre ciclistas, pedestres e motoristas.
Art. 5º Para a consecução dos fins previstos nesta Lei, poderão ser celebradas parcerias, acordos de cooperação, convênios ou termos correlatos com entidades públicas, organizações da sociedade civil, conselhos de classe, empresas privadas e grupos de ciclistas, observadas as normas federais e municipais incidentes.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução das diretrizes previstas nesta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário, admitida a captação de recursos decorrentes de doações e cooperações privadas.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Agudos do Sul - Paraná, 08 de outubro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:E4B9EEF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
ATA DE ABERTURA - CREDENCIAMENTO 010/2026 - FEIRA COMERCIAL - FESTA DO MORANGO

ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 010/2026.
Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, a Agente de Contratação Sandra Maria Cumin, designada pela Portaria nº 442/2026, procedeu com a análise da documentação referente ao Credenciamento Público 010/2026, o qual tem por objeto a "PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO DESTINADO À EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ÁREAS ESPECÍFICAS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA FEIRA COMERCIAL".

Foi registrada a apresentação da documentação pelos seguintes interessados:

Nº	NOME	Nº DO PROTOCOLO	ESPAÇO/LOTE DE INTERESSE
1	MARIA JOANA NUNES BANACH	0018.000014829/2026	01
2	SONIA NELCINCA OTT	0018.000014826/2026	02
3	SONIA NELCINDA OTT	0018.000014588/2026	03
4	SONIA NELCINDA OTT	0018.000014589/2026	04
5	SONIA NELCINDA OTT	0018.000014590/2026	05
6	SONIA NELCINDA OTT	0018.000014591/2026	06
7	SONIA NELCINDA OTT	0018.000014821/2026	07
8	SONIA NELCINDA OTT	0018.000014822/2026	08
9	CENTRO ESPÍRITA BENEFICIENTE UNIÃO DO VEGETAL	0018.000014825/2026	09
10	MARIA EDUARDA WICKI BREGENSKI	0018.000013378/2026	10

Constatou-se que não houve interessados para os lotes 01, 02 e 09.

Os envelopes foram abertos e os documentos analisados. Após análise detalhada, verificou-se que todos os interessados cumpriram com a documentação exigida pelo edital de Credenciamento Público, não havendo irregularidades. Assim, foram declarados **HABILITADOS PARA O CREDENCIAMENTO.**

Fica assegurado o prazo recursal conforme a legislação vigente. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a análise foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que será assinada pela Agente de Contratação.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:BC5AB18D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO- CHAMAMENTO 007/2026

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 002/2026
Procedimento Licitatório: Chamamento Público 007/2026
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**.
Objeto:"Permissão sem outorga onerosa para entidades sem fins lucrativos de Almirante Tamandaré, com base na Lei 14.133/2021, para a utilização de 1 (um) espaço coberto 5x5 m, total 25 m2, nos dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h), no Parque Municipal Ambiental Aníbal Khury, durante o evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, para comercialização de alimentos da cultura local na forma de refeições, tais como:
1. Risoto/ galeto
2. Churrasco/ salada
3. Massas
4. Polenta/ linguiça/ farofa
5. Café (variados), chá, sanduíche natural, bolo seco e pão de queijo.
ESPAÇO: "Lote 01".
Prazo de Execução e Vigência: O prazo para execução será a data do evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO - 2026, dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h). A permissão é exclusivamente para os 03 (três) dias de realização da 5ª Festa Municipal do Morango, encerrando automaticamente com o encerramento do evento.
Data de Assinatura: 20/08/2026.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 003/2026
Procedimento Licitatório: Chamamento Público 007/2026.
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA – PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA**.
Objeto:"Permissão sem outorga onerosa para entidades sem fins lucrativos de Almirante Tamandaré, com base na Lei 14.133/2021, para a utilização de 1 (um) espaço coberto 5x5 m, total 25 m2, nos dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h), no Parque Municipal Ambiental Aníbal Khury, durante o evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, para comercialização de alimentos da cultura local na forma de refeições, tais como:
1. Risoto/ galeto
2. Churrasco/ salada
3. Massas
4. Polenta/ linguiça/ farofa
5. Café (variados), chá, sanduíche natural, bolo seco e pão de queijo.
ESPAÇO: "Lote 02".
Prazo de Execução e Vigência: O prazo para execução será a data do evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO - 2026, dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h). A permissão é exclusivamente para os 03 (três) dias de realização da 5ª Festa Municipal do Morango, encerrando automaticamente com o encerramento do evento.
Data de Assinatura: 20/08/2026.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 004/2026
Procedimento Licitatório: Chamamento Público 007/2026.
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E MITRA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA- PARÓQUIA ANJO DA GUARDA**.
Objeto:"Permissão sem outorga onerosa para entidades sem fins lucrativos de Almirante Tamandaré, com base na Lei 14.133/2021, para a utilização de 1 (um) espaço coberto 5x5 m, total 25 m2, nos dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h), no Parque Municipal Ambiental Aníbal Khury, durante o evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, para comercialização de alimentos da cultura local na forma de refeições, tais como:
1. Risoto/ galeto
2. Churrasco/ salada
3. Massas
4. Polenta/ linguiça/ farofa
5. Café (variados), chá, sanduíche natural, bolo seco e pão de queijo.
ESPAÇO: "Lote 03".
Prazo de Execução e Vigência: O prazo para execução será a data do evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO - 2026, dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h). A permissão é exclusivamente para os 03 (três) dias de realização da 5ª Festa Municipal do Morango, encerrando automaticamente com o encerramento do evento.
Data de Assinatura: 20/08/2026.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 005/2026
Procedimento Licitatório: Chamamento Público 007/2026.
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E IGREJA DO CULTO ECLÉTICO CEU DE SÃO SEBASTIÃO**.
Objeto:"Permissão sem outorga onerosa para entidades sem fins lucrativos de Almirante Tamandaré, com base na Lei 14.133/2021, para a utilização de 1 (um) espaço coberto 5x5 m, total 25 m2, nos dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h), no Parque Municipal Ambiental Aníbal Khury, durante o evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, para comercialização de alimentos da cultura local na forma de refeições, tais como:
1. Risoto/ galeto
2. Churrasco/ salada
3. Massas
4. Polenta/ linguiça/ farofa
5. Café (variados), chá, sanduíche natural, bolo seco e pão de queijo.

ESPAÇO: "Lote 04".
Prazo de Execução e Vigência: O prazo para execução será a data do evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO - 2026, dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 22h). A permissão é exclusivamente para os 03 (três) dias de realização da 5ª Festa Municipal do Morango, encerrando automaticamente com o encerramento do evento.
Data de Assinatura: 20/08/2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:C4F6F653

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DO PROCESSO Nº 091/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 091/2026

PROTOCOLO 0018.000018348/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES PORTÁTEIS EM VHF, COM BATERIAS RESERVAS E FONES DE OUVIDO, E ESTAÇÃO REPETIDORA EM VHF, DESTINADOS À COMUNICAÇÃO OPERACIONAL ENTRE OS TRABALHADORES ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO",** a favor da empresa **VOICERCOM RADIO COMPANY LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 15.203.863/0001-33,** com o valor global de **R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais),** conforme solicitação da Comissão Organizadora da 5ª Festa do Morango . Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 09 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:4E62F087

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2022

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000016118/2026.
OBEJTO: Oferecer acolhimento provisório para adultos, ambos os sexos que e encontram em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, sem condições de autossustento, com histórico de dependência química.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA – CRAVI.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência** do Termo de Colaboração nº 001/2022, que visa ao oferecimento de acolhimento provisório para adultos, de ambos os sexos, que se encontram em situação de rua e desabrigo por abandono, migração ou ausência de residência, sem condições de autossustento, com histórico de dependência química, mantendo-se inalteradas as condições operacionais e o quantitativo de 30 (trinta) vagas mensais pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DO NOVO PRAZO.
O prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 001/2022 fica prorrogado por igual e sucessivo período de **12 (doze) meses**, com início em **29 de setembro de 2026** e término em **28 de setembro de 2027**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A cobertura financeira para a execução contratual no período prorrogado será de até **R$ 640.440,00 (seiscentos e quarenta mil e quatrocentos reais)** anuais, destinados ao atendimento geral de até 30 (trinta) pessoas mensalmente, com repasses mensais limitados a **R$ 53.370,00 (cinquenta e três mil, trezentos e setenta reais)**, com base no valor unitário de R$ 1.779,00 por pessoa/mês.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes deste aditamento correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo à seguinte dotação orçamentária informada em 11 de setembro de 2.026 pela secretaria Municipal da Fazenda – fls. 42:

Órgão/Unidade: 09.01 - Secretaria Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0015.2.046 – Rede de Atenção à Saúde Mental
Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00 - 1000 – Subvenções Sociais

Data da Assinatura: 28/09/2026.

Almirante Tamandaré, 09 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:BA50A751

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 329/2022

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000006755/2026.
OBEJTO: Seleção e contratação de empresa especializada para adequação de estradas vicinais – requalificação de pavimentação asfáltica em CBUQ – Rua Antonio Eduardo Trevisan – Trecho I – Bairro Marmeleiro no Município de Almirante Tamandaré no Estado do Paraná.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA FAS COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA EPP.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 329/2022 por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 13 de maio de 2026 e término estipulado para 12 de maio de 2027, com fundamento no Parecer Técnico nº 20260423-001, em razão do retardo da liberação dos repasses federais decorrentes do Contrato de Repasse MAPA/CEFOGU nº 925672/2021.

Data da Assinatura: 12/05/2026.

Almirante Tamandaré, 09 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:FD53330D

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000015992/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
As partes, de comum acordo, prorrogam o prazo de vigência do contrato de locação relativo a 01 (um) imóvel situado na Rua José Real Prado, nº 15, Jardim São Francisco, Almirante Tamandaré/PR, com 897,60m² de área total, contendo uma edificação em alvenaria com 02 (dois) pavimentos, com 391,85m² de área construída, por mais 12 (doze) meses, com início em 02 de setembro de 2026 e término em 01 de setembro de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E VALOR DO CONTRATO.
Reajusta-se o valor do contrato de locação, conforme cálculo realizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, no Memorando nº 141/2026 – SMF (fl. 24), de R$ 4.735,13 (quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e treze centavos) R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para R$ 4.935,12 (quatro mil novecentos e trinta e cinco reais e doze centavos) considerando o índice IPCA (IBGE), considerando o período de agosto de setembro de 2025 a agosto de 2026, e percentual correspondente de 4,735,13%.

Data da Assinatura: 01/09/2026.

Almirante Tamandaré, 09 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:2E9EC125

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM,** modo de disputa **ABERTO,** conforme segue:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado e sob demanda de marmitas individuais completas, destinadas ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Altamira do Paraná/PR, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas nos documentos que instruem a contratação.

VALOR MÁXIMO: R$ 154.680,00 (cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e oitenta reais).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br ("BLL Compras").

DATAS E HORÁRIOS:
Início do Recebimento das Propostas: A partir das 08 horas do dia **13/10/2026**.
Fim do Recebimento das Propostas: Até às 08 horas do dia **28/10/2026**.
Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09 horas do dia **28/10/2026**.
(Horário de Brasília-DF).

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do Município (www.altamiradoparana.pr.gov.br), no Portal da Transparência e na plataforma BLL Compras.
Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail: setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou telefone (44) 3755-1133.

Altamira do Paraná/PR, 09 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:550B0095

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA AO TERMO DE REFERÊNCIA E AO EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2026

ERRATA AO TERMO DE REFERÊNCIA E AO EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2026

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de adequação das exigências de habilitação constantes do Termo de Referência e do Edital, visando assegurar a competitividade do procedimento e evitar restrições desnecessárias à participação dos interessados;

TORNA PÚBLICA a presente retificação do Termo de Referência e do Edital da **Dispensa Eletrônica nº 36/2026**, nos seguintes termos:

1. DA RETIFICAÇÃO
1.1. Fica excluída do Termo de Referência e do Edital da Dispensa Eletrônica nº 036/2026 a exigência de apresentação de **Certidão Negativa de Insolvência Civil**, anteriormente prevista entre os documentos de habilitação.
1.2. A referida exigência deixa de integrar as condições de habilitação do procedimento, não podendo ser utilizada como requisito para participação ou habilitação dos interessados.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital da **Dispensa Eletrônica nº 36/2026**, desde que não contrariem a presente retificação.
2.2. Determino ao Agente de Contratação responsável que adote as providências necessárias à divulgação da presente retificação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial do Município, observadas as disposições legais aplicáveis.
2.3. A necessidade de alteração do prazo para apresentação das propostas deverá ser avaliada conforme a fase em que se encontra o procedimento e os efeitos da presente retificação sobre a participação dos interessados.

Altamira do Paraná/PR, 09 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:F32EBA12

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.069.143/0001-47, torna público, para conhecimento dos interessados, que, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 008/2024 e demais regulamentações aplicáveis, realizará **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR, NA FORMA TRADICIONAL**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR CUSTO TOTAL MENSAL PARA A ADMINISTRAÇÃO**, conforme segue:

DA REPUBLICAÇÃO: A presente republicação decorre da retificação do Edital e do Termo de Referência, com a exclusão da exigência de apresentação de **Certidão Negativa de Insolvência Civil** entre os documentos de habilitação, visando ampliar a competitividade do procedimento, com a consequente reabertura do prazo para apresentação das propostas.

OBJETO: contratação de pessoa física ou jurídica, na condição de prestador autônomo ou de empresa especializada, para prestação de serviços de monitoria do transporte escolar na rota Assentamento Pingo de Ouro, com carga estimada de 30 (trinta) horas semanais, pelo período estimado de 10 (dez) meses, com acompanhamento dos estudantes no embarque, durante os percursos e no desembarque, conforme calendário escolar, mapa operacional e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO: O valor mensal de referência da contratação é de R$ 1.655,70 (mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), correspondente ao valor-base mensal dos serviços, perfazendo R$ 16.557,00 (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e sete reais) para o período estimado de 10 (dez) meses.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas poderão ser apresentadas por meio digital ou físico, na forma estabelecida no Edital/Aviso de Contratação Direta, durante o prazo de divulgação do procedimento.
E-mail: setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com.
Endereço: Rua Cantu, nº 180, centro, Altamira do Paraná – Paço Municipal (Setor de Licitação e Contratos Administrativos).

DATAS E HORÁRIOS DO PROCEDIMENTO:

• **Início do recebimento das propostas:** 13 de outubro de 2026, às 08 horas;
• **Fim do recebimento das propostas:** 19 de outubro de 2026, às 08 horas;
• **Abertura da sessão pública para análise das propostas:** 19 de outubro de 2026, às 09 horas.

ACESSO AO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital Retificado e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município de Altamira do Paraná e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pelo Município. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos, por meio do e-mail setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou pelo telefone (44) 3755-1133, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Permanecem inalteradas as demais condições do procedimento que não contrariem a retificação realizada.

Altamira do Paraná/PR, 09 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:4DB0B600

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº. 853/2026

Súmula: Autoriza o poder executivo Municipal a contratar Operações de crédito com a Agência de fomento do Paraná S.A., e dá outras Providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S.A operações de crédito, até o limite de R$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais).

Parágrafo Único. As operações de crédito estão condicionadas à obtenção pelo Município de autorização para a sua realização, observada a legislação vigente, em especial as normas aplicáveis ao endividamento público, a Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções do Senado Federal.

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão aos normativos das autoridades monetárias federais, e em especial à Resolução do Senado Federal e às normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S.A.

Art. 3º Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei podem ser destinados, tão somente, para as seguintes finalidades:

I – Equipamentos Rodoviários;
II - Veículos;
III – Pavimentação de Vias;
IV – Urbanização/Calçadas;
V – Praça;
VI – Centro de Desenvolvimento Econômico;
VII – Parque Urbano;
VIII – Barracão Industrial;
IX – Capela Mortuária.

Art. 4º Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a outorgar à Agência de Fomento do Paraná S.A. as parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montante necessário para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, conforme previsão contratual.

Art. 5º Os recursos provenientes das operações de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento (PPA, LDO e LOA) ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativo(s) ao(s) contrato(s) de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 7º Fica o(a) Chefe do Poder Executivo autorizado(a) a abrir créditos adicionais, suplementares ou especiais, para viabilizar as operações de crédito, até o limite fixado no artigo 1º desta Lei, e para fazer face às receitas e às despesas provenientes das operações de crédito.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (09/10/2026).

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:E8801192

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 389/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 608/2019, bem como, subsidiariamente e no que couber, os arts. 175, 177 e 181 e seguintes da Lei Municipal nº 130/2005, e considerando os documentos encaminhados por meio do Ofício nº 80/2026-SMS, da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º ***INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR*** *destinada à apuração dos fatos relatados na documentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, relacionados à atuação funcional da contratada temporária A. S. d. S., vinculada ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

Art. 2º Designar os servidores ***ANA BELLY PACHECO COIMBRA****, matrícula funcional nº 508949,* ***SHIRLEY RAK MANTOVANI****, matrícula funcional nº 508219 e* ***MARCELO PENHA GOIS****, matrícula funcional nº 508472, sob a presidência do primeiro, para constituírem Comissão de Sindicância, responsável pela apuração dos fatos e elaboração de relatório conclusivo.*

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, observando o procedimento especial previsto no art. 13 da Lei Municipal nº 608/2019 e, subsidiariamente, as disposições compatíveis da Lei Municipal nº 130/2005.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:86A172E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 085/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de **capacitação técnica** continuada na área de Proteção Social Básica, no âmbito do Sistema Único de
Assistência Social – **SUAS**, com carga horária de 12 (doze) horas.

CERTIFICO, para os devidos fins, que, **após análise do Processo Administrativo nº 085/2026 e considerando o Parecer Jurídico nº 170/2026**, que apontou a inadequação do enquadramento da contratação por inexigibilidade de licitação, **foi decidido encerrar o presente procedimento e promover a abertura de novo processo administrativo**, com o enquadramento e a instrução correspondentes, observadas as orientações jurídicas e a legislação aplicável.
Diante disso, certifica-se o encerramento da tramitação do presente procedimento, para fins de organização e registro administrativo, devendo ser juntados aos autos os documentos pertinentes à decisão de encerramento e ao encaminhamento para instauração de novo processo.
Após as providências cabíveis e a conferência da documentação, proceda-se ao arquivamento destes autos, sem prejuízo da utilização das peças pertinentes no novo processo, quando juridicamente cabível.

Amaporã/PR, 09 de Outubro de 2026.

AMANDA GOMES DOS SANTOS
Chefe da Divisão de Compras e Licitação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:00740B24

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 01.54/2025 DE 11/12/2025).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 01.54/2025 de 11/12/2025).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** as candidatas aprovadas no **Concurso Público nº 001/2025**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no período de **12 a 16 de outubro de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, o aprovado será posteriormente empossado em seu cargo.
AMPLA CONCORRÊNCIA

ZELADORA

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Rozeli Pinheiro Ramos	065.064.289-96	0042793	80,00
Marilza Aparecida da Silva	057.963.849-96	0042456	79,00

As candidatas convocadas para a contratação terão o prazo de **05 (cinco) dias**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;

• Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
• Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
• Cópia do documento de Identificação;
• Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
• Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
• Cópia do Registro no órgão de classe;
• 01 (uma) fotografia 3X4 recente;

• Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
• Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
• Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da contratação, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua contratação;
• Cópia da Certidão de Nascimento e CPF do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos;
• Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
• Cópia do comprovante de residência;
• Número do PIS/PASEP;
• Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
• Atestado de aptidão física e mental devidamente preenchidos por médicos competentes (medico do trabalho e psicólogo)

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Amaporã, 09 de outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:DCB5798A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 280/2026

PORTARIA No 280/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **GISLAINE CRISTINA GALLETTI DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade nº 10.939.094-1 e do CPF nº 078.140.339-18, lotada no Departamento de Administração, no cargo de **ZELADORA** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **07/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 07/10/2026.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:A780C085

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 281/2026

PORTARIA No 281/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **SILMARA MACEDO DE AZEVEDO,** portadora da Cédula de Identidade nº 10.004.554-0 e do CPF nº 067.743.589-42, lotada no Departamento de Administração, no cargo de **ZELADORA** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **09/10/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:FA982FCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 282, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 282/2026

SÚMULA: Inclui membro na Comissão Técnica de Avaliação responsável pela realização da Prova de Conceito (POC), referente ao Pregão Eletrônico nº 47/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada avaliação técnica da solução de software objeto do Pregão Eletrônico nº 47/2026, especialmente quanto à análise dos requisitos técnicos e funcionais durante a realização da Prova de Conceito (POC);
CONSIDERANDO a recomendação constante do Acórdão nº 1200/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), no que se refere à participação de servidor com formação na área de Tecnologia da Informação ou Computação na análise técnica de contratações de soluções de software;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar a composição da Comissão Técnica de Avaliação, instituída pela Portaria nº 266/2026, de modo a fortalecer a capacidade técnica e a segurança dos procedimentos de avaliação;
RESOLVE:
Art. 1º Incluir o servidor **CRISTIANO SANTOS RODRIGUES**, matrícula nº 3858, na composição da Comissão Técnica de Avaliação responsável pela realização da Prova de Conceito (POC), referente ao Pregão Eletrônico nº 47/2026, instituída pela Portaria nº 266/2026.
Art. 2º O servidor ora designado passará a integrar a Comissão, participando das atividades de avaliação técnica da solução apresentada, observadas as atribuições da Comissão e as disposições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 266/2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Amaporã, aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:1F9D47D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
ESCLARECIMENTO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

Processo Administrativo nº 072/2026 Objeto: Construção de infraestrutura urbana (lazer) CGSF – Meu Campinho: campo de futebol com grama sintética, alambrado e rede de nylon, instalações elétricas, paver e par de traves (área construída de 837,02 m²) – SAM 94. Em resposta à impugnação apresentada, e em conformidade com o Parecer Jurídico nº 249/2026, a Administração Municipal esclarece:

• Item 7.5.3.1, "b" e "b.1"

O atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa será aceito independentemente de registro ou averbação no CREA/CAU.
A exigência de Certidão de Acervo Técnico (CAT) aplica-se apenas à comprovação da capacidade técnico-profissional do responsável técnico indicado, nos termos do item 7.5.3.2, "b".
A CAT ou ART/RRT do profissional poderá ser utilizada apenas como meio de conferência da autenticidade do atestado.

• Itens 4.1, 5.2 e 7.1.3

Todos os licitantes devem encaminhar, até as 08h00 do dia 14/10/2026, exclusivamente pelo sistema, a proposta inicial acompanhada dos documentos previstos nos itens 5.2.1 a 5.2.3 (proposta conforme Anexo II, planilha de serviços, cronograma físico-financeiro e planilhas de BDI e encargos sociais), além das declarações do item 3.6.
Após a etapa de lances e eventual negociação, apenas o licitante mais bem classificado deverá reapresentar, em 24 horas, a proposta e planilhas readequadas ao valor final.
Aceita a proposta, somente esse licitante será convocado a apresentar, em 2 horas, os documentos de habilitação do item 7.5, dispensados aqueles já constantes do SICAF ou do cadastro unificado do PNCP.

• Prorrogação da abertura do certame

Indeferida. Mantida a sessão pública para o dia **14/10/2026, às 09h00**, na plataforma BNC.

Anahy/PR, 09 de outubro de 2026

LEILANE DA SILVA
Agente de Contratações

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:421E715C

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 086/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026
Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
1.DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto do a instituição do Sistema de Registro de Preços, destinado à eventual aquisição de equipamentos hospitalares e materiais permanentes, abrangendo mobiliário clínico, aparelhos de suporte, dispositivos de tecnologia assistiva à mobilidade e acessórios correlatos, com a finalidade de estruturar e modernizar a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Anahy, no Estado do Paraná.
2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
2.1.Fornecedor Registrado: A empresa **URSA COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 26.628.908/0001-38,** com sede na Rua Doutor Pedro Rangel, 577, Sala 5, Bairro São João, Itajaí/SC, CEP: 88.304-430, representada por seu Sócio Administrador o Sr. Raimundo Mileo Gomes, Portador do RG sob nº 12.XXX.XXX-6/SSP-SP,e CPF nº 252.XXX.XXX-01, E-mail: ursaltda@gmail.com, Whatsapp (43) 3375-3341/ (47) 9.9163-2802.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
4, 8 e 9	URSA COMERCIAL LTDA CNPJ: 26.628.908/0001-38	R$ 1.345,00 (um mil e trezentos e quarenta e cinco reais).
VALOR TOTAL		**R$ 1.345,00 (um mil e trezentos e quarenta e cinco reais).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:30FC731A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026 VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, com sede administrativa na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Centro, Anahy/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Arilson Batista de Souza**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, no município de Anahy/PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.XXX.XXX-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 764.XXX.XXX-20. **CONTRATADA:** a empresa **WM NICOLAU EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 24.069.459/0001-00,** com sede na Rua Carlos Pierozan, nº 122, Bairro Neva, Cascavel/PR, CEP 85.802-320, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. Jorge Nicolau, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.XXX.XXX-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 545.XXX.XXX-68. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de instrutores especializados (oficineiros) para a ministração de oficinas socioeducativas, artísticas, culturais, esportivas e recreativas. O serviço destina-se ao atendimento direto dos públicos prioritários e das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social referenciados na rede de proteção social do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Anahy/PR.**DO PREÇO E DOS ENCARGOS:** Pela execução integral do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total global de R$ 199.770,00 (cento e

noventa e nove mil, setecentos e setenta reais).**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, com início a partir da data de sua assinatura, caso as assinaturas sejam realizadas em meio eletrônico, os efeitos jurídicos e o prazo contratual serão contados a partir da data da última assinatura válida. **DOTAÇÃO**: Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Anahy-PR, 07 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:DB91A500

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

A Prefeitura Municipal de Anahy, CNPJ nº 95.594.800/0001-94, **torna pública a Retificação do Aviso de Licitação** – Processo Administrativo nº 087/2026, Pregão Eletrônico nº 034/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 08 de outubro de 2026 – Edição 3633, pág. 31; no jornal *O Paraná* em 08 de outubro de 2026 – Edição 14.959, pág. Editais 14; e no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, em 08 de outubro de 2026 – Edição nº 12.233, pág. 58, conforme segue:

I. ONDE LÊ-SE:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 08/10/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 21/10/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**: Das 08:00 às 09:00 do dia 21/10/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 09h horas do dia 21/10/2026.

II. LEIA-SE:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 09/10/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 23/10/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**: Das 08:00 às 09:00 do dia 23/10/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 09h horas do dia 23/10/2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Aviso de Licitação.

Anahy-PR, 09 de outubro 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:C7B3822B

SECRETARIA GERAL
DECRETO N° 2.559/2026

Dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Anahy/PR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por pela Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, conforme o Artigo 35 da Lei Municipal nº 655, de 26 de maio de 2015 e,

CONSIDERANDO a Nota Informativa no 01/2026 do Conselho Nacional de dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre a 13a Conferência Nacional de dos diretos da Criança e do Adolescente e definiu a etapa para as Conferências municipais;

CONSIDERANDO A Resolução Conjunta no 01/2026 – CEDCA/SEDEF referente à Convocação da XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Deliberação no 023//2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR) que deliberou pela organização da XII Conferência Estadual, bem como sobre as orientações aos municípios do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal seguirá as diretrizes temáticas do Conselho Nacional e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelecido nos materiais orientadores;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação do atual panorama de execução das políticas públicas referentes aos direitos das crianças e adolescentes, seus avanços, retrocessos e perspectivas de trabalho em todas as esferas de governo;

DECRETA:

Art. 1° Fica convocada a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Anahy/PR a ser realizada no dia 17 de novembro de 2026, com início às 8h00min, no Centro de Conivência do Idoso (CCI).

Art. 2° A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anahy/PR seguirá os moldes do Documento Base da 13a Conferência Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescente do CONANDA, bem como as normativas do CEDCA/PR e terá como tema central: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".

Art. 3° O regimento interno da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será elaborado pela Comissão Organizadora, designada por ato normativo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Art. 4° As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal serão custeadas pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência e por dotação própria do Departamento Municipal de Ação Social.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

VANESSA DE FREITAS JACOMEL
Vice Presidente do CMDCA

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:6D73F990

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.608/2026.

Dispõe sobre o ressarcimento por despesas referente a viagem de servidora pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora Aline Raquel Gatti, portador do CPF. nº 076.388.499-57, Coordenadora do CRAS, lotada no Departamento de Ação Social, matrícula funcional nº 8214-1, o valor de R$ 43,00 (vinte e nove reais) a título de ressarcimento, por

despesas referentes à viagem realizada a serviço do Departamento Municipal de Ação Social, cujos dados seguem abaixo:

Data:	31 de julho de 2026.
Destino:	Toledo - Pr
Objetivo:	Participar da Assembleia Geral ordinária do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná - CIASOP
Protocolo nº	424/2026
Valor do ressarcimento:	R$ 43,00

Art. 2º A comprovação das despesas ressarcidas consta em anexo à solicitação de ressarcimento protocolada pelo servidor indicado no artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:645D3F19

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.609/2026.

Dispõe sobre o ressarcimento por despesas referente a viagem de servidora pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora Francieli Pelozi Alves, portador do CPF. nº 098.304.109-19, efetiva no cargo de psicóloga, lotada no Departamento de Ação Social, matrícula funcional nº 12133-1, o valor de R$ 29,00 (vinte e nove reais) a título de ressarcimento, por despesas referentes à viagem realizada a serviço do Departamento Municipal de Ação Social, cujos dados seguem abaixo:

Data:	15 de setembro de 2026.
Destino:	Umuarama - Pr
Objetivo:	Buscar adolescente acolhida no serviço de acolhimento familiar que estava em internamento hospitalar e recebeu alta.
Protocolo nº	425/2026
Valor do ressarcimento:	R$ 29,00

Art. 2º A comprovação das despesas ressarcidas consta em anexo à solicitação de ressarcimento protocolada pelo servidor indicado no artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:792058BA

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.610/2026.

Dispõe sobre o ressarcimento por despesas referente a viagem de servidora pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora Aline Raquel Gatti, portador do CPF. nº 076.388.499-57, Coordenadora do CRAS, lotada no Departamento de Ação Social, matrícula funcional nº 8214-1, o valor de R$ 39,79 (trinta e nove reais e setenta e nove centavos) a título de ressarcimento, por despesas referentes à viagem realizada a serviço do Departamento Municipal de Ação Social, cujos dados seguem abaixo:

Data:	01 de outubro de 2026.
Destino:	Corbélia - Pr
Objetivo:	Deslocamento para transportar criança em medida protetiva.
Protocolo nº	423/2026
Valor do ressarcimento:	R$ 39,79

Art. 2º A comprovação das despesas ressarcidas consta em anexo à solicitação de ressarcimento protocolada pelo servidor indicado no artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A86D7E4F

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.611/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo Célio Roberto Scandolari, motorista, portador do RG. 7.099.957-9/PR, lotado no Departamento de Saúde sob a matrícula nº 7617-1, 01 (uma) diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	13 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba - PR
Objetivo:	Transportar com o veículo TRACKER placa: SEP1B95, a paciente Ana Clara Santos de Campos e acompanhante para retorno em consulta médica no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.
Protocolo nº	422/2026.
Quant. de Diária:	01 (uma) diária.
Valor Total:	R$ 400,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:AF466C95

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.612/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Prefeito Municipal deste poder e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Senhor Arilson Batista de Souza, Prefeito Municipal, portador do RG. 5.341.856-2/PR, 01 (uma) diária para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	14 e 15 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 27 e 28 de agosto, onde participará de reuniões institucionais com os Deputados Estaduais Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes, visando o acompanhamento de demandas administrativas, convênios, investimentos e projetos de interesse da municipalidade junto ao Governo do Estado. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	427/2026.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária
Valor Total:	R$ 700,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C3531510

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.613/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Secretário de Coordenação Geral e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Senhor Carlos Antonio Reis, Secretário de Coordenação Geral, portador do RG. 3.926.005-0/PR, matrícula funcional nº 9083-7, lotado na Secretaria de Coordenação Geral, 01 (uma) diária, para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	14 e 15 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, onde participará juntamente com o Prefeito Arilson de reuniões institucionais com os Deputados Estaduais Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes, visando o acompanhamento de demandas administrativas, convênios, investimentos e projetos de interesse da municipalidade junto ao Governo do Estado. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	428/2026.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária.
Valor total	R$ 500,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:BC3C0548

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.614/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor comissionado Marlon Raffael Pinto, Diretor do Depto. de Administração, portador do RG. 9.102.893-0/PR, lotado no Departamento de Administração, matrícula funcional nº 12085-1, 01 (uma) diária, para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	14 e 15 de outubro de 2026.
Destino:	Curitiba – Pr.
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, com a finalidade de transportar o Prefeito Arilson e o Secretário Geral Carlos que irão participar de reuniões institucionais com os Deputados Estaduais Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes, visando o acompanhamento de demandas administrativas, convênios, investimentos e projetos de interesse da municipalidade junto ao Governo do Estado. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	429/2026
Quant. de Diária:	01 (uma) diária.
Valor Total:	R$ 500,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C9042EE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.374/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.364.0008.2.026.		Apoiar Estudantes Universitários	
1466 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	

06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
1467 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	38.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
09.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
09.002.04.122.0002.2.069.		Manter o Departamento de Obras Públicas	
1468 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
		Total Suplementação:	**70.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:0185523C

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.375/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 22.200,00 (vinte e dois mil duzentos reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
665 - 3.3.90.30.00.00	1512	MATERIAL DE CONSUMO	22.200,00
		Total Suplementação:	**22.200,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.2.1.53.01.00.00000000 Fonte: 1512		22.200,00
	Total da Receita:	**22.200,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:F7C90DC8

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.376 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Andirá/PR.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deste Município, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas voltadas à Infância e Adolescência no Município e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO a Resolução nº 276, de 12 de novembro de 2025 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que convocou a 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta nº 01/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR) e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), que convocou a XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 19/2026 que instituiu a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Andirá.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 19 de novembro de 2026 em dois períodos, das 08h à 12h, e das 13h30 à 17h, no Salão Paroquial Padre Arno, localizado na Rua Santa Catarina, 155, Centro, Andirá/PR.

Art. 2º A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa".

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026; 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:37D3E839

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.370 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº.20.370 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 19 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANA PAULA DE FREITAS GOMES** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** referente ao período aquisitivo: 01-02-2024 a 31-01-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8AB28F90

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.371 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 19 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **JULIANA CASAGRANDE FELIX** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** referente ao período aquisitivo: 02-04-2025 a 01-04-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:A3B887C3

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.372 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 12 dias de férias remanescentes, a partir do dia 29 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI** ocupante do cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** referente ao período aquisitivo: 15-08-2024 a 15-08-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D7AE4D14

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.373 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 16 de novembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **CINTIA RAFAELA DOS SANTOS** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 03-05-2024 a 02-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:78434732

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.374 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 16 de novembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **REGIANE DE FATIMA PEGORARE CASTELHONE** ocupante do cargo de**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 07-05-2025 a 06-05-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:09C58E98

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.375 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 03 de novembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **FERNANDO DOS SANTOS BEZERRA** ocupante do cargo de**AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 12-04-2025 a 11-04-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:67C6BF35

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.20.376 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 03 de novembro de 2026, a Servidora Pública Municipal**NEIDE APARECIDA CAVALCANTE NARDONI** ocupante do cargo de**ENFERMEIRO,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 13-04-2024 a 12-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:95D40732

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.377 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 10 dias de férias finais, a partir do dia 21 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** referente ao período aquisitivo: 02-04-2024 a 01-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F8F9DE45

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.378 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a Portaria nº. 20.369 de 08 de outubro de 2026, a qual concedeu 20 dias de férias remanescentes, a partir do dia 19 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA**,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, a partir do dia 19 de outubro de 2026, o Servidor Público Municipal **DIRCEU LUIZ**, para exercer interinamente a função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,** durante o período de férias da Servidora acima mencionada.

Art. 2º. Não decorrerá ao nomeado, direito de acréscimo aos seus subsídios.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá,
Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:83D6F34D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.379 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a Portaria nº. 20.372 de 09 de outubro de 2026, a qual concedeu 12 dias de férias remanescentes, a partir do dia 29 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI**,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, a partir do dia 29 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO**, para exercer interinamente a função de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** durante o período de férias da Servidora acima mencionada.

Art. 2º. Não decorrerá a nomeada, direito de acréscimo aos seus subsídios.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá,
Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:76D271D3

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E EMBALIZE EMBALAGENS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **10/10/2026** e término em **09/10/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais**), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.
Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
DATA: 10/10/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:12F1F95B

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE SÉTIMO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 014/2022

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **11/10/2026** e término em **10/10/2027**, com fundamento no Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de valores na importância de **R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais**), com fundamento no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 11/10/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2022

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:4298ED00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2026-4492

CONTRATANTE: Município de Antonina, Estado do Paraná, com sede à Rua XV de Novembro, 150 – Centro – Antonina - Paraná, inscrito no CGC/MF nº 76.022.516/0001-07, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Rozane Maristela Benedetti Osaki.

CONTRATADA: Construções LM Ltda, com sede na Avenida Ivo Jangada, nº 214, Bairro Centro, CEP 84250-000, no Município de Imbaú, Estado do Paraná, inscrito no CGC/MF nº 31.358.436/0001-80, neste ato representado pelo Sr. Leandro Machado de Oliveira.

OBJETO: Construção de Barracão Industrial I, contendo: Barracão Térreo, Área Coberta (acesso Construção de Barracão Industrial I, contendo: Barracão térreo, Área Coberta (acesso principal e serviço), Depósito de Resíduos, Hall, Administração, Copa, Instalação Sanitária Masculino para pessoas com deficiência (I.S. PcD MASC.), Instalação Sanitária Feminino para pessoas com deficiência (I.S. PcD FEM.), Depósito de material de limpeza (DML).

VALOR: R$ 1.397.525,84 (um milhão, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Antonina, Estado do Paraná.

Antonina, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:6C68DA11

SAMAE DE ANTONINA
ALTERADO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAMAE 015/2023

ALTERADO
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAMAE 015/2023
PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR
PROCESSO Nº 021/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.247.098/0001-85, com sede administrativa na Rua Bento Cego, nº 220, Centro, CEP 83.370-000, Município de Antonina, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. Cleber de Araújo Cezarino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 021.624.629-33, residente e domiciliado em Antonina/PR, no exercício de suas atribuições legais.

CONTRATADA: CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 18.499.902/0001-80, estabelecida na Rodovia PR-412, Engenheiro Darci Gomes de Moraes, nº 1394, Bairro Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Haroldo

Fernando Paiva, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 8.676.174-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 042.889.489-59.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 015/2023 por mais 12 (doze) meses, bem como o reajuste do valor contratual mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), observadas as disposições contratuais.

O objeto original consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços nas áreas de construção civil e controle e monitoramento da qualidade da água, conforme estabelecido no instrumento convocatório, no contrato original e na proposta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 015/2023 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 09 de outubro de 2026 a 08 de outubro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL

Fica reajustado o valor contratual mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondente à variação acumulada nos 12 (doze) meses compreendidos entre setembro de 2025 e agosto de 2026, no percentual de 3,9833%, observadas as condições de reajustamento previstas no contrato original.

Parágrafo único. O valor global do contrato para o período prorrogado de 12 (doze) meses, após a aplicação do reajuste, passa a ser de R$ 3.184.951,85 (três milhões, cento e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DOS REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELA CONTRATADA

A CONTRATANTE declara ter recebido os requerimentos apresentados pela CONTRATADA relativos à repactuação decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho PR002045/2026 e à revisão dos custos relativos à periculosidade dos leituristas. Tais requerimentos não integram o objeto específico deste Termo Aditivo e serão objeto de análise administrativa específica quanto ao seu cabimento, à documentação comprobatória, aos critérios de cálculo e aos eventuais efeitos financeiros, observadas as disposições contratuais e a legislação aplicável.

Parágrafo único. O registro dos requerimentos neste instrumento limita-se a consignar seu recebimento e a delimitar o objeto do presente Termo Aditivo, não implicando reconhecimento prévio da procedência das pretensões, dos valores apresentados ou dos períodos pleiteados. Eventuais valores e efeitos financeiros que venham a ser reconhecidos após a conclusão da análise administrativa serão objeto de formalização pelos instrumentos cabíveis, conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA JUSTIFICATIVA E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente alteração contratual justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, considerando que:

I – Os serviços contratados possuem natureza contínua e são indispensáveis ao funcionamento regular das atividades operacionais da autarquia;

II – A interrupção dos serviços poderá comprometer a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prejudicando a prestação de serviços públicos essenciais à população;

III – A continuidade da execução contratual contribui para a manutenção da eficiência operacional, considerando o conhecimento técnico adquirido pela equipe na execução das atividades;

IV – A prorrogação visa assegurar a continuidade administrativa e operacional dos serviços, observada a demonstração da vantajosidade para a Administração Pública;

V – O reajuste contratual tem por finalidade preservar o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado, mediante a aplicação do índice previsto contratualmente.

A prorrogação contratual encontra fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, aplicável ao contrato original, observados os requisitos legais e o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o exercício financeiro de 2026, mediante emissão das respectivas notas de empenho:

23.001.17.512.0008.2076.3.3.90.34 – Fonte 76
23.001.17.512.0008.2076.3.3.90.39 – Fonte 76

Parágrafo único. As despesas correspondentes ao exercício financeiro de 2027 correrão à conta das dotações orçamentárias próprias a serem consignadas no respectivo orçamento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 015/2023 e em seus termos aditivos anteriores, desde que não contrariem as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Antonina, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Termo Aditivo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Antonina/PR, 08 de outubro de 2026.

ASSINADO PELO DIRETOR GERAL DO SAMAE E REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATATA

Publicado por:
Cleber de Araujo Cezarino
Código Identificador:111E7F36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 310/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 13.000,00

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE AN
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 310/2026 de 31/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 13.000,00 (treze mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
23.000.00.000.0000.0.000.		Serviço Autonomo de Agua e Esgoto	
23.001.00.000.0000.0.000.		SAMAE	
23.001.17.512.0008.2.076.		Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	
43 - 3.1.90.94.00.00	01076	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	13.000,00
		Total Suplementação:	**13.000,00**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
23.000.00.000.0000.0.000.		Serviço Autonomo de Agua e Esgoto	
23.001.00.000.0000.0.000.		SAMAE	
23.001.17.512.0008.2.076.		Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	
55 - 4.4.90.30.00.00	01076	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
		Total Redução:	**13.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 31 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

CLEBER DE ARAUJO CEZARINO
Diretor Geral do SAMAE

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:3EC3A88B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 332/2026 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL DE R$ 84.551,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 332/2026 de 22/09/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 84.551,70 (oitenta e quatro mil quinhentos e cinqüenta e um reais e setenta centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento e Execução de Obras Públicas	
636 - 3.3.90.39.00.00	31608	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,35
637 - 3.3.90.39.00.00	31610	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,10
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
634 - 3.1.90.11.00.00	2095	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	322,91
633 - 3.1.90.11.00.00	3605	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	81.412,85
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. da sec. assist. social	
635 - 3.3.90.39.00.00	2095	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.815,49
		Total Suplementação:	**84.551,70**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 22 de setembro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

FOED SALIBA SMAKA JUNIOR
Secretario de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7BCDF57F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 343/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 890.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 343/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
03.004.04.122.0003.2.006.		Manutenção do gabinete do secretário da SA	
47 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.020.		Manutenção da rede municipal Ensino Fundamental	
202 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	750.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.327.		Assistencia à atenção Primaria - Recursos SUS	
307 - 4.4.90.52.00.00	01495	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
		Total Suplementação:	**890.000,00**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
03.004.04.122.0003.2.006.		Manutenção do gabinete do secretário da SA	
45 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	120.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.020.		Manutenção da rede municipal Ensino Fundamental	
196 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	750.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.327.		Assistencia à atenção Primaria - Recursos SUS	
306 - 3.3.90.39.00.00	01495	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	20.000,00

		JURÍDICA	
		Total Redução:	**890.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 06 de outubro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

FOED SALIBA SMAKA JUNIOR
Secretario de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B9785116

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 455/2026 - PRORROGA CONTRATO PSS Nº 001/2025 E 003/2025 , CONSIDERANDO TABELA ANEXA A PORTARIA.

PORTARIA Nº 455/2026, de 30 setembro de 2026.

Prorroga Contrato PSS nº 001/2025 E 003/2025 , Considerando tabela Anexa a Portaria.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, **ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI** no uso de suas atribuições legais de acordo com o PSS Nº 001/2025 E003/2025 , **Memorando**/Semed,Nº 684/2026

Considerando PSS Nº 001/2025 e 003/2025 e os Contratos por Tempo determinado para Professores com fundamento no art. 4º , da Lei nº 12/2017, determina que "o prazo de validade do Contrato Público **será de até 18/12/2026,** prorrogável por igual período até o máximo de 02 (dois) anos [...]",

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até 18/12/2026 , a partir de 30 de setembro de 2026, o prazo de validade dos **Contratos do Processo Seletivo Público nº 001/2025 e 003/2025** , considerando relação do Anexo divulgada abaixo:

PROCESSO SELETIVO CONTRATO VENCIMENTO 2026

PROFESSOR I – PSS Nº 001/2025

Nome do Contratado	Matrícula	Vencimento
ANA MARIA DOS SANTOS MEIRA	6384	18/12/2026
MARGARETE SEMFLE	6388	18/12/2026
MARISTELA DA SILVA LIMA	6387	18/12/2026
ELOANE ROSA RODRIGUES	6398	18/12/2026
VALQUÍRIA DE FREITAS DIAS TEODORO	6394	18/12/2026
HALANA ARAUJO BISCOTTO	6390	18/12/2026
ANDRESSA BISCOTTO	6533	18/12/2026
ELAINE CRISTINA GOUVÊA GOMES VIEIRA	6548	18/12/2026
ANDRESSA FELIS DE AMURIM	6537	18/12/2026
ALEXSANDRA DE SOUZA TORRES SILVA	6538	18/12/2026
FELIPE ROCHA DE ALMEIDA	6531	18/12/2026

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – PSS Nº 001/2025

Nome do Contratado	Matrícula	Vencimento
KADMON JAEL MENDES	6399	18/12/2026

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – PSS Nº 003/2025

Nome do Contratado	Matrícula	Vencimento
RENATO PORTELA DO CARMO	6478	18/12/2026
HELTON FLAVIO	6481	18/12/2026
FELIPE ROCHA DE ALMEIDA	6409	18/12/2026
HEVELYN KATYENE DA SILVA MARTINS	6534	18/12/2026
HEVELYN KATYENE DA SILVA MARTINS	6406	18/12/2026

NUTRICIONISTA

Nome do Contratado	Matrícula	Vencimento
TAIRINE MACHADO PASSOS	6383	18/12/2026

Art. 2º - Está Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos vigentes na data estabelecida conforme discriminado no anexo acima , revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Procedam-se as devidas anotações na sua ficha funcional

Gabinete da Prefeita, 30 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:461A13F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 456/2026 - LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, SIMONE CALISTO CASTRO , PROFESSOR(A) – MATRICULA Nº 1911

PORTARIA Nº 456/2026, de 29 de setembro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, Considerando o Protocolo nº 228/2026

Resolve:

Conceder, a(o) Servidor(a) **SIMONE CALISTO CASTRO , Professor(a) – Matricula nº 1911 ,** 15 (quinze) dias, Licença Tratamento de Saúde, conforme atestado anexo ao protocolo supracitado, sendo os primeiros 15 (quinze) diasde **27/09/2026 até 11/10/2026,** pagos pela Prefeitura e a partir do 16º (décimo sexto) dia pago pelo RGPS/INSS, desde que deferido pela perícia médica/INSS.

Conforme atestado o servidor deverá permanecer em tratamento médico/clinico por um período **–15 (quinze)** dias, devendo requerer auxilio doença junto ao RGPS/INSS, auxiliado pelo Setor de Recursos Humanos – PMA.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:8147ADF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 459/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, PATRICIA RUBIA MANIERI, CIRUGIÃO DENTISTA – MATRICULA Nº 6073

PORTARIA Nº 459/2026, de 06 de outubro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o atestado anexo:

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **PATRICIA RUBIA MANIERI, Cirugião Dentista – Matricula nº 6073,** 14 (quatorze) dias de Licença para

Tratamento de Saúde, no período de **28/09/2026 à 11/10/2026**, conforme o atestado anexo.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 06 de outubro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B2E9DC39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 460/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, MARIANEE GARCIA ALBUQUERQUE, MOTORISTA D/E – MATRÍCULA Nº 306781

PORTARIA Nº 460/2026, de 06 de outubro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o Protocolo nº 10099/2026.
Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **MARIANEE GARCIA ALBUQUERQUE, Motorista D/E – Matrícula nº 306781,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **05/10/2026 à 18/10/2026**, conforme o atestado anexo.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 06 de outubro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:AC7063AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 461/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, GUILERME FERNANDES SILVA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM – MATRÍCULA Nº 6074

PORTARIA Nº 461/2026, de 06 de outubro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o Protocolo nº 00007/2026.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **GUILERME FERNANDES SILVA, Técnico em Enfermagem – Matrícula nº 6074,** 08 (oito) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **30/09/2026 à 07/10/2026**, conforme o atestado anexo.
.
Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 06 de outubro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:C4A9219C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 462/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, CHRISTIANE ELIZABETH MACHADO DA SILVA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM – MATRICULA Nº 925

PORTARIA Nº 462/2026, de 06 de outubro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 10108/2026,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **CHRISTIANE ELIZABETH MACHADO DA SILVA, Técnica em Enfermagem – Matricula nº 925,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **30/09/2026 à 13/10/2026**, conforme o atestado anexo.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 06 de outubro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DA7C9A4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N. º 716/2026

PORTARIA N. º 716/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 25333/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferido(a) o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ANTONIO CARLOS SALMOREA			
Origem: SMS – Almoxarifado **Destino:** SMS - Centro Médico Bom Jesus	Motorista	40641	08/10/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 08 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:D638C6F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

OBJETO: "**Contratação de empresas especializadas para locação de estruturas, equipamentos e fornecimento de produtos para realização de eventos".**

Comunicamos aos interessados que o **Pregão Eletrônico nº 061/2026** encontra-se **SUSPENSO**, em virtude da necessidade de análise e manifestação acerca da impugnação interposta pela empresa CURITIBA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA (CNPJ nº 62.308.989/0001-52).

Informamos que, após a apreciação do recurso e a realização das adequações eventualmente necessárias no instrumento convocatório, o edital será republicado com a abertura de nova data para a realização da sessão pública, observados os prazos legais de publicidade.

Balsa Nova/PR, 09 de outubro de 2026.

Assinado Eletronicamente
RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Cósta
Código Identificador:0955D5E4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente a supressão de aproximadamente 12,30%, referente a contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Valor: Até R$ 1.484,72 (um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos) por todo o objeto contratado aditivado.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições da Contrato Administrativo nº 041/2026.

Balsa Nova, 09 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:FDB8B9D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 117/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 117/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 104/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: COPEL DISTRIBUICAO S.A.
OBJETO: Ampliação e rede de baixa tensão para iluminação pública - Rodovia PR-510, Rodeio Chapada em Balsa Nova.
VALOR: Até R$ 159,20 (cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.452.0005.1038-4.4.90.51.00.00.2507.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 09 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:914E1FAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
PORTARIA 169/2026

Dispõe sobre a não realização da Sessão Ordinária prevista para 13 de outubro de 2026 e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25, incisos I e II, alínea "p", e o parágrafo único do art. 23 do Regimento Interno, e o art. 128 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, em razão do feriado nacional de 12 de outubro de 2026, a sessão ordinária seria realizada em 13 de outubro de 2026, nos termos do art. 92, § 3º, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO que, encerrado o prazo de protocolo previsto no art. 94, § 1º, do Regimento Interno, não foram apresentadas proposições para a referida sessão;

CONSIDERANDO que a medida não compromete o número mínimo de sessões ordinárias anuais previsto no art. 92, § 2º, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a não realização da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz prevista para o dia 13 de outubro de 2026.

Art. 2º O expediente administrativo da Câmara Municipal funcionará normalmente no dia 13 de outubro de 2026.

Art. 3º Dê-se ciência aos Vereadores e ampla divulgação desta Portaria, inclusive às entidades e órgãos a que se refere o art. 92, § 4º, do Regimento Interno.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Sirley Montila de Sá
Código Identificador:D6280A15

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 83/2026

DECRETO Nº 83/2026

SÚMULA: Transfere o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido para o dia **30 de outubro de 2026 (sexta-feira)** o ponto facultativo alusivo ao **Dia do Servidor Público**, comemorado anualmente no dia 28 de outubro, no âmbito das repartições públicas da Administração Pública Municipal.
Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior, não haverá expediente nas repartições públicas municipais no dia **30 de outubro de 2026 (sexta-feira)**, ressalvados os serviços públicos essenciais e aqueles que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, os quais funcionarão em regime de escala ou conforme determinação dos respectivos responsáveis.
Art. 3º O expediente nas repartições públicas municipais será normal no dia **28 de outubro de 2026 (quarta-feira)**.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 07 de outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:A4A7390D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 48/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 48/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 26/10/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão Eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, registro de preços para a AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAIS ESCOLARES, conforme especificação descritas no Anexo-I e termo de referência, do edital.
Valor Total: R$160.885,90 (Cento e Sessenta Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Noventa Centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 13/10/2026 às 08h30min do dia 26/10/2026. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 26/10/2026 às 08h59min do dia 26/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 26/10/2026.
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital Nº 48/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por Lote estará à disposição dos interessados a partir do dia 13/10/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.
Barra do Jacaré/PR, 09/10/2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:E3712B22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 SAMAE
LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque PR junto ao SAMAE, torna público que no dia 29 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BOMBAS PARA O SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. A PEDIDO DO SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR. CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por LOTE).
Valor total: R$ 188.800,90 (cento e oitenta e oito mil oitocentos reais e noventa centavos.
Entrega das propostas e documentações: até o dia 29 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 09 de outubro de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:68BB088A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 52/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 52/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE IMPLANTAÇÃO DO COMPIR

O Município de Boa Ventura de São Roque, por meio da SecretariaMunicipal de Promoção Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de implantação e organização do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para reunião destinada à apresentação, organização e adoção das providências necessárias para a efetiva implantação do Conselho.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL
Data: 14 de outubro de 2026
Horário: 15h00
Local: Promoção Social
Endereço: Avenida Dalzotto/Centro
Município: Boa Ventura de São Roque – PR

2. OBJETIVO DA REUNIÃO
A reunião terá como objetivo principal promover as providências necessárias para a implantação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, fortalecendo a participação do Poder Público e da sociedade civil na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Município.

3. PAUTA
A reunião terá a seguinte pauta:
Abertura dos trabalhos;
Apresentação dos objetivos e da finalidade do COMPIR;
Apresentação da legislação municipal relacionada à criação do Conselho;
Orientações sobre a composição e o funcionamento do COMPIR;
Definição dos representantes do Poder Público e da sociedade civil, conforme a legislação municipal;
Conferência e registro dos nomes dos membros titulares e suplentes;
Discussão sobre a forma de escolha, indicação ou eleição dos representantes, quando cabível;
Definição da Presidência e demais cargos da Mesa Diretora, conforme a legislação e o regimento;
Discussão e encaminhamento para elaboração ou aprovação do Regimento Interno e Estatuto do COMPIR;
Definição da Secretaria-Executiva e da estrutura necessária ao funcionamento do Conselho;
Definição da periodicidade e calendário das reuniões ordinárias;
Discussão sobre as primeiras ações e prioridades do COMPIR;
Definição dos encaminhamentos necessários para a formalização e funcionamento do Conselho;
Registro das deliberações em ata;
Assuntos gerais;
Encerramento.

4. DOS PARTICIPANTES
Ficam convidados(as) a participar da reunião:
Representantes do Poder Público Municipal;
Representantes de entidades da sociedade civil;
Lideranças comunitárias;
Instituições e entidades interessadas na promoção da igualdade racial;
Demais cidadãos e cidadãs interessados(as) na implantação e funcionamento do COMPIR.

5. DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO
A participação das entidades e representantes interessados é fundamental para garantir a construção democrática e participativa do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. O COMPIR deverá constituir-se como espaço de diálogo, participação social e acompanhamento das políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação racial.

6. DOS ENCAMINHAMENTOS
Durante a reunião serão discutidas e encaminhadas as providências necessárias para a implantação do COMPIR, observando-se a legislação municipal vigente e demais normas aplicáveis. As decisões e encaminhamentos realizados serão registrados em ata, que deverá conter, entre outras informações, os participantes presentes, assuntos discutidos, deliberações e responsabilidades definidas.

7. DA CONVOCAÇÃO
Diante do exposto, ficam CONVOCADOS (AS) os representantes do Poder Público, da sociedade civil e demais interessados (as) para participarem da reunião de implantação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, a realizar-se no dia 14 de outubro de 2026, às 15h00, nas dependências da Promoção Social. A presença dos representantes convocados é de grande importância para a constituição, organização e início das atividades do Conselho.

Boa Ventura de São Roque – PR, 08 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:331F56A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 359/2026

PORTARIA Nº 359/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: O Servidor João Paulo Koleska, Matricula de Nº 418007, nomeado através do Decreto 18/2025 Cargo em Comissão Chefe de Seção de Material 04 (quatro) dias de Folga Compensatória referente a serviços prestados a Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais de 04/10/2026, que serão fruídas nos dias 13/10/2026 e 16/10/2026, nos termos do art. 98 da Lei n. 9504/97 (Leis das Eleições), art. 1º, parágrafo 2º, da Resolução TSE n. 22.747/2008 e Resolução TSE n. 23.554/2017. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 09 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:6CB246A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 360/2026

PORTARIA Nº 360/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Maria Lucia de Campos Kloster**,** matricula de Nº 372-1 nomeado através da Portaria 764/2004 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e Reenquadrada pela Portaria 40/2007 para o Cargo de Serviços Gerais, 10 (dez) dias de férias referente ao período 01/03/2025 a 28/02/2026 que serão fruídas em 13/10/2026 a 22/10/2026 e retorno ao trabalho dia 23/10/2026. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 09 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:8B42ABD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 255/2026

DECRETO Nº 255/2026
Data: 09/10/2026

Súmula: Transfere, excepcionalmente no exercício de 2026, o recesso escolar alusivo ao Dia do Professor, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR EDUARDO JOSÉ HENRICHS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO que o art. 116 da Lei Municipal nº 790/2023 estabelece o dia 15 de outubro, Dia Nacional do Professor, como recesso escolar para os professores da Rede Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que o dia 12 de outubro de 2026, segunda-feira, é feriado nacional, em comemoração ao Dia de Nossa Senhora Aparecida;
CONSIDERANDO que o Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino para o exercício de 2026 já contempla o recesso alusivo ao Dia do Professor em 13 de outubro de 2026, observados os dias letivos e a carga horária mínima anual exigidos pela legislação educacional vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de organização e adequação das atividades escolares, visando à melhor distribuição dos períodos de atividades pedagógicas e de recesso, em atendimento ao interesse público e à conveniência administrativa;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica transferido, excepcionalmente no exercício de 2026, do dia 15 de outubro para o dia 13 de outubro de 2026, o recesso escolar alusivo ao Dia do Professor, previsto no art. 116 da Lei Municipal nº 790/2023, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida, em conformidade com o Calendário Escolar previamente estabelecido para o corrente exercício.

Art. 2º. Em decorrência da transferência estabelecida no artigo anterior, o dia 15 de outubro de 2026 será considerado dia normal de atividades escolares, observadas as disposições do Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida/PR, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:3D3C2E0F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 210/2026

PORTARIA Nº 210/2026
Data: 09/10/2026

Súmula: Altera a composição da Comissão Avaliadora da Prova de Conceito, instituída pela Portaria nº 183/2026, de 26 de agosto de 2026, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a Portaria nº 183/2026, de 26 de agosto de 2026, que constituiu a Comissão Avaliadora para realização e julgamento da Prova de Conceito no procedimento licitatório destinado à contratação de solução de gestão territorial integrada do Município de Boa Vista da Aparecida/PR;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição da referida Comissão, visando à continuidade e ao regular desenvolvimento dos trabalhos de avaliação técnica;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 2º da Portaria nº 183/2026, de 26 de agosto de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Ficam designados para compor a Comissão Avaliadora os seguintes servidores:

I – CLEBER TEODORO BECKER, Assessor Especial de Desenvolvimento e Estratégias, matrícula funcional nº 1181280, Presidente;
II – NILSO TEDY DA SILVA SUZANA, Fiscal, matrícula nº 1173960, Membro;
III – ANA FLAVIA SANTOS FEUSER, Engenheira Civil, matrícula nº 1181430, Membro."

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições da Portaria nº 183/2026, de 26 de agosto de 2026.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida/PR, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:89102E53

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 105/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 105/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: J P A CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 10 (DEZ) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, TIPOLOGIA FAD 47, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ, CONFORME CONVÊNIO Nº 258/CONV/2026 – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS..

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.609.600,00 (um milhão, seiscentos e nove mil e seiscentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Aná Flávia Santos Feuser.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **09 de outubro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:F154635F

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **LEANDRO REBELLO LOEHDER**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA SOCORRISTA – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 2.308,61 (dois mil, trezentos e oito reais e sessenta e um centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **FLAVIO NEPOMUCENO**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA - TEMPORARIO EST**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **VALDIR ZATTA**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **MOTORISTA DE CAMINHÃO TEMPORARIO - EST**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 2.539,37 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e sete centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **ADEMAR RIBEIRO LIEBBER**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **MOTORISTA CARRO LEVE TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **IDITE POLTRONIERI DE MIRANDA.**

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três reais e dez centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **JOSE ALEX DA SILVA**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA – TEMPORÁRIO**, por 30 (trinta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 3.003,57 (três mil, e três reais e cinquenta e sete centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **EDUARDO CESAR DE ALMEIDA**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **OFICIAL ADMINISTRATIVO – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 2.539,37 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e sete centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **LUCIANE TEZZA**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três reais e dez centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **ROSENILDO PEREIRA DE OLIVEIRA**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **MOTORISTA DE TRANSPORTE SANITÁRIO – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 2.308,61 (dois mil, trezentos e oito reais e sessenta e um centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025.

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **SILVANA DIAS MASCARENHAS MULLER.**

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – TEMPORÁRIO**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três reais e dez centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 003/2024

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PARTE: Município de Boa Vista da Aparecida e **VALDECIR ANTUNES DA SILVA**.

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a prestação de serviços na função de **AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA - TEMPORARIO EST**, por 40 (quarenta) horas semanais, que o contratado prestará ao contratante.

VALOR: R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três centavos).

LEGISLAÇÃO: Processo Seletivo Nº 02/2025

Boa Vista da Aparecida, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:E1202CBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026

Câmara do Município de Bocaiúva do Sul
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2026

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Redução de Dotação ao orçamento geral do Município para o corrente exercício e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 25 inciso V do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente
DECRETO LEGISLATIVO
Art. 1º – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÃO** no valor de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** com a seguinte especificação:

01 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	R$250.000,00
Total	**R$250.000,00**

Art. 2º – Paradar coberturaao crédito aberto na forma do artigo1º é indicado como recurso, a anulação parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões):

01 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$100.000,00
3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais	R$150.000,00
Total	**R$ 250.000,00**

Art. 3º – Ficam convalidadas as despesas anteriormente realizadas.
Art. 4º – Alteram-se os valores de ações e programas na Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA2026-2029), e da Lei Municipal nº. 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (08/10/2026).

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:F4E261F2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178/2026

PORTARIA Nº178/2026

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, de conhecimento de fato, ouvida a chefia imediata da servidora, **RESOLVE:**

Conceder:

Licença Maternidade de 180 dias a Servidora Anili Assunção Bruno, CPF ***.301.539-**, ocupante do cargo em de técnica de enfermagem, podendo ausentar-se de suas atividades normais do seu local de trabalho na Secretaria Municipal de Saúde, de 17.09.2026 à 15.03.27 e devendo retornar as suas atividades normais em 16 de março de 2027.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 17 de setembro de 2026.

Registre / Comunique-se.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:A548CFFC

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº23/2026

Eu, CESAR EMANUEL ESPÍNDOLA, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.886.XXX-72, nomeado pelo Decreto nº 11/2025, e conforme o Decreto nº 353/2025 no Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Inexigibilidade nº 23/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de APAE - ASSOC PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.270.514/0001-81, no valor total de R$ 535.999,56(quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), referente a CELEBRAÇÃO DE PARCERIA, MEDIANTE TERMO DE COLABORAÇÃO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL/PR E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA, RESIDENTES NO MUNICÍPIO, de acordo com Parecer da Procuradoria Jurídica deste Município e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 09 de outubro de 2026.

CESAR EMANUEL ESPINDOLA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:8F415530

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2026

OBJETO: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA, MEDIANTE TERMO DE COLABORAÇÃO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL/PR E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA, RESIDENTES NO MUNICÍPIO
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL : ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ: 40.270.514/0001-81
OBJETO: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA, MEDIANTE TERMO DE COLABORAÇÃO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL/PR E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA, RESIDENTES NO MUNICÍPIO
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL : ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ: 40.270.514/0001-81
VALOR: R$ 535.999,56 (quinhentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos)
VIGÊNCIA: 09/10/2026 A 09/10/2027
BOCAIÚVA DO SUL, 09 DE OUTUBRO DE 2026.
CESAR EMANUEL ESPÍNDOLA

Secretário Municipal de Educação
VIGÊNCIA: 09/10/2026 A 09/10/2027

BOCAIÚVA DO SUL, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CESAR EMANUEL ESPÍNDOLA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:62EF5F16

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOGAÇÃO - PREGÃO Nº 50/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	50/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	07/10/2026
Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS PARA COZINHA E ELETRODOMÉSTICOS, COMPREENDENDO FOGÕES, FORNOS, GELADEIRAS, FREEZERS, TERMÔMETROS, BALANÇAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL.

Fornecedores com itens Homologados:
1) R.A HERNADES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 08.148.745/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 81.314,40 (oitenta e um mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

2) PAULO C MARTINS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 35.953.886/0001-72 no valor total dos itens vencidos de R$ 58.793,00 (cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais).

3) FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA inscrito no CNPJ/CPF Nº 20.481.118/0001-96 no valor total dos itens vencidos de R$ 37.134,95 (trinta e sete mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

4) REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 52.386.933/0001-62 no valor total dos itens vencidos de R$ 32.694,50 (trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

5) R&L SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 48.705.865/0001-80 no valor total dos itens vencidos de R$ 23.094,50 (vinte e três mil e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

6) ELETRO MECANICA MARIELI LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 78.331.089/0001-66 no valor total dos itens vencidos de R$ 13.544,00 (treze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais).

7) JM LICITAÇÕES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 67.288.646/0001-97 no valor total dos itens vencidos de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

8) DIRCEU LONGO &CIA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 92.823.764/0001-03 no valor total dos itens vencidos de R$ 11.757,70 (onze mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos).

9) ESSENCIA NEGOCIACOES E INTERMEDIACOES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 62.391.849/0001-90 no valor total dos itens vencidos de R$ 11.475,00 (onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

10) DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 44.259.236/0001-12 no valor total dos itens vencidos de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

11) K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 21.971.041/0001-03 no valor total dos itens vencidos de R$ 7.440,00 (sete mil, quatrocentos e quarenta reais).

12) AGCM ATACADISTA E ELETRNICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 55.265.519/0001-93 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.803,80 (três mil, oitocentos e três reais e oitenta centavos).

13) PHM COMERCIO E CONFECCOES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 35.794.003/0001-29 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.488,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

14) MN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 57.156.070/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.372,50 (um mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Bocaiúva do Sul, 07 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:94D1A01C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 3 DO CONTRATO N°229-2024

TERMO ADITIVO
Terceiro Termo Aditivo do Contrato N°229/2024, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ZETAR SAÚDE LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 51.793.830/0001-54, com sede na Rua Princesa Isabel, N° 681, Bairro Canoas, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.164-054, neste ato representada pelo Sr. THIAGO PROCÓPIO DOS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº 137974380 SSP/PR e do CPF Nº 097.598.809-38, residente e domiciliado no município de Londrina – PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 31 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o presente contrato no montante de **R$ 220.449,48 (duzentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos)** em conformidade com a prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 09 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

ZETAR SAÚDE LTDA
- Contratada-

CLARICE DILL PRETTO
- Gestora do Contrato-

TESTEMUNHAS:
_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS
_____
ALCIONE MAZOCATO

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:BA487DC9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°211-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°211/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: B2G PARTICIPAÇÕES LTDA.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Bom Jesus do Sul-PR.
VIGÊNCIA: 09/10/2026 à 31/12/2027.
VALOR: R$ 22.596,50 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°54/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C4A72435

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°212-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°212/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: DAVINIO ADÃO PIN ATACADO LTDA.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Bom Jesus do Sul-PR.
VIGÊNCIA: 09/10/2026 à 31/12/2027.
VALOR: R$ 27.570,50 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°54/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:582AE49C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°213-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°213/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: J. DA ROSA & CIA LTDA.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Bom Jesus do Sul-PR.
VIGÊNCIA: 09/10/2026 à 31/12/2027.
VALOR: R$ 440.209,85 (quatrocentos e quarenta mil, duzentos e nove reais e oitenta e cinco centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°54/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3A54622F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°214-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°214/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: VACCARIN & ALFF LTDA - ME.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Bom Jesus do Sul - PR.
VIGÊNCIA: 09/10/2026 à 31/12/2027.
VALOR: R$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°54/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A47B85FD

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇAO DE AVISO DE LICITAÇÃO PR65/2026

RETIFICAÇÃO

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 22/10/2026, às 13h30min, que tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Bom Jesus do Sul/PR.
Recebimento das propostas: de 13/10/2026 às 08h00min até 22/10/2026 às 08h00min.
Abertura das propostas: 22/10/2026, às 08h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 22/10/2026, às 08h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 07 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0B677925

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.924, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, abre fonte de recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por superávit financeiro o valor de R$ 2.184,07 (dois mil, cento e oitenta e quatro reais e sete centavos), e por anulação de dotação o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	**Depto de Educação, Cult Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid. Op do Ensino Fundamental**		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita (1779)	000	40.000,00
12.361.0010.2.030	**Manutenção do Transp. Escolar**		
3.3.90.30	Material de Consumo (378)	104	20.000,00
09.03	**Divisão e Cultura**		
13.392.0011.2.035	**Apoio ao Desenv Atividades Cult**		
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica	1063	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica	51063	2.184,07
TOTAL			**112.184,07**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados os seguintes recursos, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:
R$ 2.184,07 (dois mil, cento e oitenta e quatro reais e sete centavos), provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do § 1º, inciso I, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964;
R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), provenientes de excesso de arrecadação, na forma do § 1º, inciso II, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964; e
R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias, na forma do § 1º, inciso III, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme especificado abaixo:
I – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados:

FONTE	NOMENCLATURA	TOTAL
51063	Transf. Pol. Nacional Aldir Blanc. Fom a Cultura	2.184,07
TOTAL		**2.184,07**

II – Por excesso de arrecadação:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1719.60.01 (80)	Transf. Pol Nac. Aldir Blanc. Fom a Cultura	51063	47.000,00
1321.01.11.01 (126)	Rend. de aplicação financeira	1063	3.000,00
	TOTAL		**50.000,00**

III – Por anulação de dotação:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
06.00	**Depto de Obras e Serv. Urbanos**		
06.01	**Divisão de Obras e Ser. Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Atividades Op. da Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
3.3.90.39	Outros Serv. Terc. – P. Jurídica (112)	000	40.000,00
09.00	**Depto de Educação, Cult Esportes**		

09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid. Op do Ensino Fundamental**		
3.3.90.30	Material de Conusmo (358)	104	20.000,00
TOTAL			**60.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F31BD818

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 538, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionadas diárias de viagem em razão do deslocamento à cidade de **Curitiba– PR**, a serviço da Administração Municipal, para participação do Curso PROGOV: Gestão que transforma políticas públicas.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Jeans Lucas Esquivel Santos	Engenheiro Civil	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Fernando da Silva	Auditor Fiscal da Receita Municipal	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Yonara Beatriz Penso	Assessora da Divisão de Contratos e Convênios	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Andreia Zanella	Diretora de Gabinete	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Fabio Zanella	Técnico em Informática	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Juliane Nunes da Silva Nesi	Nutricionista	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Marilete Chiarelotto	Chefe da Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Marcelo Dambros	Coordenador do Sistema de Controle Interno	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Jucimar Girardello de Freitas	Motorista	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial
Lidiane de Mello Faversani	Diretora do Departamento de Saúde	**13/10/2026 14/10/2026 15/10/2026** Saída: 05:00h Retorno: 03:00h	01 e ½ (uma e meia) diárias	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:9B338F91

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2026
CONTRATADA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME
CNPJ: 02.329.391/0001-18
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto formalizar a alteração de marca do item 38 – papel higiênico folha simples com 60m, fardo com 64 rolos –, a substituição da marca PERSONAL pela marca SIRIUS.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA
Fica autorizada, para os fornecimentos futuros do Item 38 da Ata de Registro de Preços nº139/2026, a entrega de papel higiênico folha simples com 60m, fardo com 64 rolos da marca SIRIUS em substituição à marca PERSONAL, considerando a aprovação técnica do produto e a constatação de atendimento às características, certificações e padrões de qualidade exigidos no instrumento convocatório.
A substituição ora autorizada não altera as especificações, a natureza ou as demais condições do objeto registrado, permanecendo a detentora da ata integralmente responsável pelo atendimento das exigências previstas no edital, no termo de referência, na proposta e na Ata de Registro de Preços.
As alterações formalizadas neste instrumento produzem efeitos para os fornecimentos futuros do Item 38 realizados com a marca SIRIUS. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº139/2026 que não conflitarem com o presente instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA VINCULAÇÃO
A presente alteração é formalizada com fundamento no processo administrativo correspondente, no requerimento da detentora da ata, na avaliação técnica do produto substituto, no Parecer da Diretora do Gabinete e no parecer jurídico constante dos autos, observados os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e as condições do Pregão Eletrônico nº16/2026 e da Ata de Registro de Preços nº139/2026.
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo. Bom Sucesso do Sul - PR, 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:E3EF948F

RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

RELATÓRIO Nº 005/2026
Aos 02 (dois) dias do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte seis), reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, instituída pela Portaria nº 144, de 06 de fevereiro de 2025, na Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, para proceder à avaliação de desempenho no estágio probatório do (a) servidor (a) **DAIANE PINHEIRO FIGUERÓ**, RG nº 13. ***.990-* /PR, ZELADORA, aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2019, nomeado (a) em 02 de outubro de 2023. Após a análise da avaliação realizada pela Diretora do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, Diretora do CMEI Vovó Helena – EI e Diretora da E.M. Irmã Neli – EF, esta Comissão julga aprovado (a) o (a) servidor (a) **DAIANE PINHEIRO FIGUERÓ**, no estágio probatório, para o fim de torná-lo (a) estável no serviço público municipal. Nada mais

havendo a tratar, lavrou-se o presente Relatório que vai assinado pelos membros da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

VALENTINA MARINHUK
Presidente da Comissão

ANDRÉIA ZANELLA
Membro da Comissão

JOSIANE CRISTINA SANTIAGO DO NASCIMENTO
Membro da Comissão

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:D9E4538F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 516, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO que a gestão do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, demanda coordenação permanente, supervisão e validação das informações produzidas pelos diversos setores da Administração Municipal, bem como responsabilidade institucional pela consistência, integridade e tempestividade dos dados encaminhados ao órgão de controle externo, constituindo atribuições específicas e adicionais às atividades ordinárias do cargo efetivo de Contadora;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **ANDRIELE CRISTINA SCHLICKMANN**, matrícula nº **698-0/1**, ocupante do cargo efetivo de **CONTADORA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável pelo Sistema SIM-AM / Tribunal de Contas**, vinculada ao Departamento de Finanças, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial no percentual de **50% (cinquenta por cento)** do vencimento básico da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:247F8914

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 517, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **ROSMARI TEREZINHA PADILHA GROFF**, matrícula nº **95-7/2**, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Coordenador da Unidade Básica de Saúde e Responsável Técnico de Enfermagem**, vinculada ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de **50% (cinquenta por cento) do vencimento básico**, correspondente à função de maior percentual, vedada a percepção cumulativa de mais de uma gratificação, nos termos da legislação municipal vigente, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:E03BB054

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 518, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidor público municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional do servidor e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação do servidor;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **EVANDRO EDUARDO PRECHLAK**, matrícula nº **443-0/1**, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável de Vigilância Sanitária**, vinculado ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão de o servidor já perceber gratificação pelo exercício de outra função, a designação de que trata o caput não acarretará concessão de novo adicional ou pagamento cumulativo pelo exercício da função ora designada, enquanto persistir a situação funcional impeditiva.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A presente designação possui natureza transitória, precária e vinculada ao efetivo exercício da função, não gerando incorporação, vantagem permanente ou direito adquirido à percepção de adicional pelo exercício de encargo especial.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o exercício das atribuições do encargo especial quando houver o afastamento do servidor, a revogação do ato ou a cessação da necessidade administrativa, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor, sem lançamento de novo adicional pelo exercício de encargo especial enquanto persistir a situação funcional impeditiva indicada no processo administrativo.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:DA42F38C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 519, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidora pública municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede gratificação pelo exercício da função e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.806, de 09 de setembro de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.806/2026 instituiu normas gerais sobre as Funções por Encargo Especial no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de Função por Encargo Especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria;
CONSIDERANDO a compatibilidade entre a qualificação profissional da servidora e as atribuições do encargo, bem como a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o

pagamento da gratificação, observados os limites legais de despesa com pessoal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidora efetiva para o exercício de atribuições específicas de coordenação, supervisão, fiscalização, responsabilidade técnica ou execução de atividades de maior complexidade e responsabilidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo, observada a compatibilidade entre as atribuições da função e a qualificação da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **SELAINE TAVARES**, matrícula nº **444-8/1**, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRA**, para exercer a Função por Encargo Especial de **Responsável pela Epidemiologia**, vinculada ao Departamento de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.806/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedida à servidora gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial, no percentual de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico da servidora, durante o período de efetivo exercício da função, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Municipal nº 1.806/2026.

§ 2º A designação de que trata esta Portaria terá início em 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Compete à servidora designada exercer as atribuições previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 1.806/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata, desde que compatíveis com a natureza do encargo.
Art. 3º A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial possui natureza transitória, sendo devida exclusivamente durante o efetivo desempenho das atribuições inerentes à função, não se incorporando ao vencimento da servidora para qualquer efeito, não constituindo base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, salvo disposição legal expressa, e não gerando direito adquirido à sua percepção.
Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de Função por Encargo Especial observará, quanto ao pagamento durante as férias e à composição das bases de cálculo do adicional constitucional de férias e da gratificação natalina, as disposições dos arts. 99, 100, 105, 182, 192, 224 e 225 da Lei Complementar Municipal nº 47/2026, sem que tais efeitos impliquem incorporação permanente ao vencimento ou à remuneração da servidora.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o direito à percepção da gratificação com o término da designação ou da efetiva execução das atribuições da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.806/2026.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais da servidora e ao lançamento financeiro da respectiva gratificação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:2A9FF571

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 539, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Exonera, a pedido o servidor Caetano Borges Sartori, *ocupante do cargo efetivo de Professor de Língua Inglesa.*

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, e a partir de 09 de outubro de 2026, o servidor Caetano Borges Sartori, matricula 727-7/1, ocupante do cargo efetivo de Professor de Língua Inglesa, com carga horária de 20 horas.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:6593B9AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 033/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 033/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização da **Dispensa de Licitação nº 033/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem com alimentação completa, no litoral paranaense, destinada aos participantes do Grupo da Pessoa Idosa da Secretaria Municipal de Assistência Social de Braganey/PR, no período de 26 a 30 de novembro de 2026.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO:R$ 33.272,00 (Trinta e três mil e duzentos e setenta e dois reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 16:30 horas do dia 16/10/2026 [Assunto].

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 19/10/2026[Assunto].

Braganey – PR, 09 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0B0810FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITAL DE CLÍNICAS ECLEA WOLF, CNPJ sob nº 75.538.389/0001-22.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência **do contrato nº 087/2025**, vinculada a Inexigibilidade nº 026/2025, cujo objeto é o prestação de serviços de atendimento ambulatorial, urgência e emergência, com funcionamento ininterrupto 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de

semana e feriados, para pacientes do Município de Braganey/PR, prorrogando sua vigência por mais **12 (doze) meses**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

PRAZO ORIGINAL DE VIGÊNCIA: 10/10/2025 a 10/10/2026.
PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 10/10/2026 a 10/10/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
Braganey/PR, 09 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:816E926A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: JOHNER RECREAÇÃO E EVENTOS LTDA, CNPJ: 14.975.241/0001-60.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência **da Ata de Registro de Preços nº 78/2025**, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 026/2025, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem completa, lavagem de aparência e limpeza interna dos veículos que compõem a frota do Município de Braganey/PR**, prorrogando sua vigência por mais **12 (doze) meses**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.
PRAZO ORIGINAL DE VIGÊNCIA: 13/10/2025 a 13/10/2026.
PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 13/10/2026 a 13/10/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
Braganey/PR, 09 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:7C7029D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/2026

EMENTA: CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias a servidora **VANESSA MAURICIO**, inscrita no CPF: 099.***.499-97, devidamente lotada na Secretaria de Saúde, no período de 13 de outubro de 2026 a 10 de novembro de 2026.
Art. 2º - Conceder férias ao servidor **VALDIVINO DOS SANTOS**, inscrito no CPF: 694.***.579-15, devidamente lotado na Secretaria de Infraestrutura e transporte, no período de 13 de outubro de 2026 a 10 de novembro de 2026.
Art. 3º - Conceder férias ao servidor **OTANIEL BISPO DOS SANTOS**, inscrito no CPF: 395.***.669-34, devidamente lotado na Secretaria de Infraestrutura e transporte, no período de 13 de outubro de 2026 a 29 de outubro de 2026.
Art. 4º - Conceder férias a servidora **LUCIANE APARECIDA WENG**, inscrita no CPF: 028.***.029-62, devidamente lotada na Secretaria de Saúde, no período de 13 de outubro de 2026 a 10 de novembro de 2026.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.
Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 09 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:72D43023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICADO AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 063/2026
EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

RETIFICADO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 063/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 063/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: aquisição de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades de todas as Secretarias, Departamentos e demais unidades administrativas do Município de Braganey – PR, mediante fornecimento parcelado, conforme demanda da Administração Municipal.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 303.167,95 (Trezentos e três mil, cento e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 16/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 16/10/2026.

Braganey – PR, 09 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:7CAA56EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2.637/2026

Súmula: Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cafeara – COMSEA, para o mandato de 2025 a 2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 615, de 21 de março de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para o mandato de 2025 a 2028, conforme as representações a seguir:

I – REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Órgão	Representante	Função	Tipo
Secretaria Municipal de Saúde	Leonardo Ribeiro Pinheiros	Secretário Municipal	Titular
Secretaria Municipal de Saúde	Flávia Elaine Alves Mada	Agente Administrativo	Suplente
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Claudia Pinaffi dos Santos	Nutricionista	Titular
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Regiane de Fátima Carvalho Lazaretti	Coordenadora Pedagógica	Suplente
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Marcos Antônio Ferreira	Secretário Municipal	Titular
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Fernanda Lúcia de Oliveira de Paula	Agente Administrativo	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social	Valéria Turozi Lazaretti	Secretária Municipal	Titular
Secretaria Municipal de Assistência Social	Gabriele Cristina Rezende Silva Poletto	Assistente Social/ coordenadora Cras	Suplente

II – REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Classe/Segmento	Representante	Função	Tipo
Pastoral do Idoso	Nilda da Silva Felix	Membro	Titular
Pastoral do Idoso	Tercilia da Silva Santos	Membro	Suplente
Terceira Idade	Leonice Borali	Membro	Titular
Terceira Idade	Maria Pereira Bastos da Silva	Membro	Suplente
Igreja Filadélfia de Cafeara	João Batista Ferreira Coelho	Pastor	Titular
Igreja Filadélfia de Cafeara	Cristina Gonçalves de Oliveira Coelho	Regente das Irmãs	Suplente
APAE	Edna Volpato Salviano	APAE	Titular
APAE	Diana Regina Salviano Piccinini	APAE	Suplente
Cooperativa de Trabalho de Costureiras de Cafeara – COSTUARA	Aldenice Felix de Lima	Costureira	Titular
Cooperativa de Trabalho de Costureiras de Cafeara – COSTUARA	Maria Regina da Silva	Costureira	Suplente
CooperCafeara	Maria Aparecida Feliz Pinheiro	Membro	Titular
CooperCafeara	Luiz Carlos Santana	Membro	Suplente
Igreja Paróquia Santa Luzia	Antonio Carlos Rebeschini	Membro da Igreja	Titular
Igreja Paróquia Santa Luzia	Miguel Carlos Dias	Membro da Igreja	Suplente
Associação ADECCAF	Jair de Oliveira	Membro	Titular
Associação ADECCAF	Heverson Lazaretti	Agricultor	Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cafeara – PR, 07 de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:6B0A997C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 135 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 135 de 09 de outubro de 2026.

SÚMULA: Instaura Processo de Sindicância em face do Ofício nº 651/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a apuração dos fatos relacionados às máquinas de uso industrial para lavanderia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 651/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 030/2026 da Secretaria Municipal de Governo, no qual solicita a abertura do Processo de Sindicância.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instaurado Processo de Sindicância, com fundamento no Ofício nº 651/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, visando à apuração dos fatos relacionados às máquinas de uso industrial para lavanderia destinadas ao Hospital Municipal Fioravante Motter, com o objetivo de apurar eventual ocorrência de infrações, bem como suas consequências legais e possíveis responsabilidades.

Art. 2º. Fica nomeada a Comissão a seguir qualificada, que responderá pela abertura, desenvolvimento e conclusão do Instaura Processo de Sindicância ora instaurado:
- **Danieli Axionov** - Auxiliar técnico Administrativo;
- **Sérgio Joenck** - Assessor de Secretaria;
- **Juliana Gomes** - Técnico Administração.

Parágrafo único: Fica designada a Sra. Danieli Axionov para exercer a Presidência da Comissão, e o Sr. Sérgio Joenck para exercer a função de Secretário.

Art. 3º. Fica determinado à Procuradoria Jurídica do Município que preste o necessário auxílio técnico-jurídico à Comissão de Sindicância, sempre que solicitado, para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 4º. Comissão de Sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua instalação, para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AF6EC52E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 136 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 136 de 09 de outubro de 2026

SÚMULA: Abre crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Cafelândia, para o exercício de 2026, conforme Lei nº 2.070/2026.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.070 de 01 de agosto de 2026, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento-programa da Prefeitura Municipal de Cafelândia, para o exercício de 2026, no valor total de R$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), para a seguinte dotações orçamentárias:

1 - Inclusão de valor nas dotações orçamentárias:

8	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.001	COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0009-1034	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO	

		INFANTIL		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
4532	974	Incentivo Creche - primeira infância	Excesso	175.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para o atendimento do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o Artigo anterior, de conformidade com o Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II (Excesso) da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, a seguir especificado:

EXCESSO	FONTE	VALOR
24295101000000 - Transferência recurso estado programa educação	974	175.000,00
TOTAL		**175.000,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. Em Contab.
CRC-PR.30.705

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A41A78AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 137 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 137 de 09 de outubro de 2026

SÚMULA: Abre crédito Adicional Suplementar/Especial no orçamento do Município de Cafelândia, para o exercício de 2026, conforme Lei nº 2.059/2026.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.059 de 08 de abril de 2026, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar/Especial no orçamento-programa da Prefeitura Municipal de Cafelândia,
para o exercício de 2026, no valor total de R$ 108.376,25 (cento e oito mil trezentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

1 - Inclusão de valor nas dotações orçamentárias:

5		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
5.001		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
16.482.0019.1073		FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
982	989	Transferências Federais Unidades Habitacionais	excesso	108.376,25

Art. 2º - Constituem recursos para o atendimento do Crédito Adicional Suplementar/Especial, de que trata o Artigo anterior, de conformidade com o Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II (Excesso) da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, a seguir especificado:

EXCESSO	FONTE	VALOR
2414990101000000 - TRANSFERENCIA CONVENIO FEDERAL UNIDADES HABITACIONAIS	989	108.376,25
TOTAL		**108.376,25**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. Em Contab. CRC-PR.30.705

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:1F69C4EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ERRATA

ERRATA: Referente à Portaria n. º 472/2026-DRH, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 08 de outubro de 2026, Edição nº3633 página 67/68, a qual concede GTIDE a servidor efetivo.

Onde se lê:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 07 de outubro de 2025.

Leia-se:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 07 de outubro de 2027.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:80505BB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.079/2026

Lei nº 2.079/2026.

SÚMULA: Institui a Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Município de Cafelândia - PR, aprova o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos, metas, responsabilidades e penalidades, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CONSIDERANDO que todos os munícipes têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo preservá-lo para a presente e as futuras gerações (CF/88 art. 225);

CONSIDERANDO exigência federal de instituição do **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos** pelos municípios brasileiros em conformidade com a Lei Federal n° 12.305/2010 (**PNRS**), a Lei Estadual n° 20.607/2021, e as diretrizes do (**PMGIRS**) de Cafelândia – PR, elaborado nos anos de 2024 e 2025 por meio de processo técnico-participativo.

CONSIDERANDO que sua aprovação garante segurança jurídica, continuidade administrativa e o alinhamento do Município às boas práticas de sustentabilidade, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – (**ODS**), ao controle social e ao uso racional dos recursos naturais, observando integralmente os preceitos da legislação estadual pertinente.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Resíduos Sólidos, com fundamento na Legislação Federal, Estadual e Municipal aplicável.

Parágrafo Único - Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e os que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, tendo em vista processos de reaproveitamento, tratamento e destinação final de rejeitos.

Art. 2º. Fica aprovado o (PMGIRS), com validade de 20 (vinte) anos, devendo ser revisado, a cada dez (10) anos, mediante processo técnico e participativo.

Art. 3º. O Município poderá, mediante Lei específica futura ou convênio, integrar-se a consórcios públicos intermunicipais, com a finalidade de promover a gestão associada dos serviços de manejo de resíduos sólidos, visando maior eficiência econômica, técnica e ambiental.

TÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES:

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, adotam-se as definições seguintes, com base na Lei nº 12.305/2010, incluindo: Resíduos Sólidos, Gerenciamento, Logística Reversa, Coleta Seletiva, Rejeitos, Grandes Geradores, entre outros;

I. Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos recicláveis previamente segregados na fonte geradora, conforme sua constituição, composição ou classificação;

II. Destinação ambientalmente adequada: destinação dos resíduos sólidos incluindo processos de reaproveitamento, o reuso, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos de controle ambiental, entre elas, a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais negativos;

III. Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, de acordo com os instrumentos municipais de planejamento e gestão integrada de resíduos sólidos, exigidos nesta Lei;

IV. Gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

V. Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico, social e ambiental, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a segregação na fonte geradora, a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em sua cadeia produtiva ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação ambientalmente adequada;

VI. Reciclagem: processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos, através da sua transformação, envolvendo a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos de vigilância sanitária e ambiental;

VII. Resíduos domiciliares: originários de atividades domésticas em residências urbanas. São compostos por resíduos orgânicos (restos de alimentos, cascas de frutas e legumes), rejeitos (não recicláveis, tais como papel higiênico e papel engordurado) e recicláveis (resíduos secos como papel e papelão, plástico, metal e vidro);

VIII. Resíduos de Limpeza Urbana: composto pela atividade de coleta, transbordo e transporte dos resíduos, bem como triagem, além de envolver os resíduos de varrição, capina, e poda de árvores de vias públicas urbanas;

IX. Resíduos Sólidos: Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

X. Resíduos Sólidos Urbanos (**RSU**): são compostos pela soma dos resíduos resultantes das atividades domiciliares e de limpeza urbana (varrição, capina, poda e limpeza das vias urbanas);

XI. Resíduos volumosos: resíduos inservíveis de grande porte e peso que não se enquadram nas outras classificações;

XII. Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços: são os resíduos gerados nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, que mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público;

XIII. Resíduos industriais: aqueles gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

XIV.Resíduos de Serviço de Saúde (**RSS**): definidos como os resíduos gerados nos serviços de saúde;

XV. Resíduos da Construção Civil (**RCC**): aqueles gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluindo os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

XVI. Resíduos Agrossilvopastoris (**RASP**): gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluindo os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

XVII. Resíduos de Serviços de Transporte: originários dos serviços realizados em portos, aeroportos, terminais, alfandegários, rodoviários, ferroviários e passagens de fronteira;

XVIII. Resíduos Classe 1: resíduos perigosos que apresentam características de periculosidade como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, patogenicidade e toxicidade;

XIX. Resíduos Classe 2: resíduos não perigosos;

XX. Reutilização: processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais e de vigilância sanitária competente;

XXI. Geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades produtivas e prestadoras de serviços, nelas incluído o consumidor final;

XXII. Grande gerador: pessoa física ou jurídica que gere por meio de suas atividades produtivas e prestadoras de serviços um volume superior a 600 litros por semana de resíduos enquadrados como domiciliares;

XXIII. Pequeno gerador: pessoa física ou jurídica que gere por meio de suas atividades produtivas e prestadoras de serviços um volume até 600 litros por semana de resíduos enquadrados como domiciliares.

TÍTULO III
DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES:

Art. 5º. São objetivos principais: ampliar a coleta seletiva, consubstanciando reduzir o envio de resíduos a aterros, garantir a logística reversa, promover compostagem e economia circular, fortalecer associações de catadores e integrar os resíduos às políticas de saneamento, meio ambiente e planejamento urbano.

Art. 6°. A Política Municipal de Resíduos Sólidos reúne, portanto, o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Municipal, isoladamente ou em regime de cooperação com os Governos Estadual e Federal, ou com a iniciativa privada, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 7º. As diretrizes, metas e ações estabelecidas pela Política Municipal de Resíduos Sólidos e neste PMGIRS deverão ser incorporadas, de forma obrigatória, aos instrumentos de planejamento e gestão do Município, especialmente:

I. Ao Plano Plurianual - (**PPA**);
II. À Lei de Diretrizes Orçamentárias - (**LDO**);
III. À Lei Orçamentária Anual - (**LOA**);
IV. Ao Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá adotar as providências necessárias para assegurar a plena compatibilização entre o (**PMGIRS**) e os demais instrumentos de gestão territorial, ambiental e orçamentária, promovendo a integração intersetorial e a eficiência administrativa;

Art. 8º. O Município implementará programas permanentes de educação ambiental, destinados à conscientização da população quanto à correta separação, redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos sólidos, envolvendo a participação das escolas, associações de catadores e demais segmentos sociais e comerciais;

Art. 9°. Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a realização de campanhas de conscientização da população, através dos diversos meios de comunicação.

TÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 10. Constituem instrumentos essenciais para a implementação, monitoramento e aprimoramento da Política Municipal de Resíduos Sólidos e do PMGIRS:

I. Instituir o (**PMGIRS)**, como instrumento de planejamento estratégico, diagnóstico e definição de metas para a gestão sustentável dos resíduos sólidos, estabelecendo a responsabilidade compartilhada entre geradores e poder público;

II. Instituir o Fundo Municipal de Meio Ambiente – (**FMMA**), destinado a prover suporte financeiro às ações, programas e projetos vinculados ao PMGIRS e à Política Municipal de Resíduos Sólidos;

III. Criar o Cadastro Municipal de Geradores, destinado à identificação, registro e monitoramento dos geradores de grandes volumes de resíduos sólidos, bem como de seus respectivos Planos de Gerenciamento;

IV. O licenciamento ambiental, junto ao órgãos fiscalizador do Estado, como instrumento de controle e fiscalização das atividades potencialmente geradoras de resíduos sólidos ou passíveis de causar impactos ambientais;

V. O sistema de informação municipal sobre resíduos sólidos, que deverá ser público, acessível e atualizado periodicamente;

VI. As campanhas permanentes de educação ambiental, voltadas à conscientização da população sobre a importância da segregação, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos;

VII. Os Planos de Gerenciamento de Resíduos, incluindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (**PGRS**), o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – (**PGRCC**), e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – (**PGRSS**), conforme a natureza e quantidade dos resíduos gerados;

VIII. Regularizar as tarifas, taxas e preços públicos aplicáveis aos serviços de manejo, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, como instrumentos econômicos de sustentabilidade e regulação.

TÍTULO V
DAS METAS E ESTRATÉGIAS:

Art. 11. Esta lei dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos e estabelece metas a serem progressivamente atingidas até o ano de 2044.

As metas quantitativas e qualitativas estão detalhadas no PMGIRS.

TÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES
CAPÍTULO I
DO PODER PÚBLICO

Art. 12. Compete ao Município de Cafelândia, por meio de seus órgãos e entidades competentes, a execução, fiscalização e promoção das ações necessárias à gestão integrada de resíduos sólidos, especialmente:

I. Para as secretarias caberão as seguintes atribuições:
a. Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo: Avaliação quanto a aprovação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (**PGRS**) e Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (**PGRCC**). Gestão dos resíduos sólidos urbanos em parceria com as demais secretarias municipais;

b. Secretaria Municipal de Saúde: Gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde nas Unidades de Saúde;

c. Vigilância Sanitária: Avaliação quanto a aprovação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (**PGRSS**).

II. Prestar diretamente ou delegar, mediante contrato ou convênio, os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos domiciliares, garantindo eficiência, universalização e regularidade;

III. Executar ou contratar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados por pequenos geradores, conforme critérios estabelecidos em regulamento;

IV. Abster-se ou realizar a cobrança total das despesas com o serviço de coleta e a disposição final de resíduos sólidos oriundos de grandes geradores, aos quais cabe a responsabilidade, de forma exclusiva, pela gestão e destinação ambientalmente adequada de seus resíduos, conforme regulamentação específica;

V. Apoiar técnica, institucional e/ou financeiramente a Associação **ECO AMBIENTAL** ou outras organizações de catadores de materiais recicláveis, promovendo sua capacitação, formalização, estruturação e inclusão socioeconômica na cadeia produtiva da reciclagem;

VI. Planejar, executar e fomentar ações permanentes de educação ambiental, campanhas de conscientização, fiscalização do cumprimento das obrigações legais e regulamentares, bem como editar as normas complementares necessárias à plena implementação desta Lei e do PMGIRS.

CAPÍTULO II
DOS GERADORES:

Art. 13. Os geradores de resíduos sólidos, públicos ou privados, ficam obrigados a:

I. Realizar a segregação adequada dos resíduos na fonte de geração, conforme suas características físicas, químicas e biológicas, em observância às orientações técnicas e normas municipais vigentes, especialmente aos resíduos obrigados à logística reversa, tais como:
a. Agrotóxicos, suas embalagens e resíduos;
b. Pilhas e baterias;
c. Pneus;
d. Óleos lubrificantes, suas embalagens e resíduos;
e. Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista;
f. Produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
g. Medicamentos;
h. Embalagens em geral.

II. Os grandes geradores, ou empreendimentos que gerarem resíduos perigosos, deverão elaborar, apresentar e executar o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (**PGRS**), garantindo sua aprovação prévia pelo órgão municipal competente. Esse deverá ser protocolado na secretaria junto ao processo de alvará ou renovação, devendo os empreendimentos já licenciados se enquadrarem na nova legislação;

III. Os grandes geradores (mais de 1 m³/mês) de RCC deverão elaborar, apresentar e executar o respectivo Plano de Gerenciamento da Construção Civil (**PGRCC**) ou documento semelhante, garantindo sua aprovação prévia pelo órgão municipal competente. Esse deverá ser protocolado na Secretaria de Planejamento junto ao projeto civil da construção para solicitação de início da obra. Ainda, após a finalização da obra, deverá ser apresentado notas ficais (ou semelhante) da destinação dos resíduos, como comprovantes.

IV. Deverá ser apresentado no momento de solicitação de aprovação do projeto de construção, junto à Secretaria de Planejamento, documento comprobatório de locação de caçambas ou similares para destinação do RCC, considerando o início e fim da obra. Esse contrato deverá ser encaminhado junto com o Plano de Gerenciamento da Construção Civil (**PGRCC**) ou documento semelhante, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

V. Os geradores de (**RSS**) deverão elaborar, apresentar e executar o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS) garantindo sua aprovação prévia pelo órgão municipal competente. Esse deverá ser protocolado na secretaria junto ao processo de alvará ou renovação, devendo os empreendimentos já licenciados se enquadrarem na nova legislação;

VI. Assumir integralmente a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, independentemente da contratação de terceiros para as etapas de coleta, transporte, tratamento ou disposição final;

VII. Cumprir rigorosamente os procedimentos e orientações estabelecidos pelo Município para a gestão integrada de resíduos sólidos, bem como manter atualizados os registros e relatórios exigidos pelos órgãos de fiscalização.

TÍTULO VII
DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO:

Art. 14. Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (**PGRS)**, de Resíduos da Construção Civil (**PGRCC**) e de Resíduos de Serviços de Saúde (**PGRSS**) deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (**ART**), Certificado de Responsabilidade Técnica (**CRT**) ou documento equivalente, conforme exigido pelo respectivo conselho de classe, seguindo o termo de referência disponibilizado pela Prefeitura ou órgão federal.

Parágrafo único - Os referidos planos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação dos órgãos competentes, conforme a natureza do resíduo, observadas as legislações específicas e as normas técnicas vigentes.

TÍTULO VIII
DAS PROIBIÇÕES:

Art. 15. Ficam expressamente proibidas, no âmbito do Município de Cafelândia, as seguintes práticas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, sob pena de sanções administrativas, civis e penais:

I. O lançamento, despejo ou disposição de quaisquer resíduos sólidos ou rejeitos, sem tratamento ou triagem prévia, em corpos d'água, vias públicas, áreas de preservação permanente, terrenos baldios, áreas públicas, margens de estradas, ou quaisquer outros locais não licenciados para tal finalidade;

II. A queima, incineração ou combustão de resíduos sólidos a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esse fim, salvo quando expressamente autorizadas por norma específica e mediante controle técnico-ambiental;

III. O armazenamento, depósito ou acondicionamento de resíduos em condições inadequadas, em recipientes não aprovados ou em desacordo com as normas técnicas e sanitárias vigentes, que possam causar riscos à saúde pública, ao meio ambiente ou à segurança;

IV. O armazenamento irregular de resíduos em unidades domiciliares ou comerciais que possam causar riscos à saúde ou ao meio ambiente;

V. Quaisquer outras práticas vedadas pela legislação ambiental federal, estadual ou municipal, ou contrárias às normas técnicas de gestão integrada e gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos.

VI. A instalação de lixeiras e outros objetos com finalidade similar em canteiros centrais, praças públicas e/ou outras áreas públicas.

§ 1º Fica liberado a instalação de lixeiras em áreas públicas edificadas com fluxo de funcionários públicos, como, UBS, Escolas, Creches, Prédios Públicos entre outros locais públicos definidos pela equipe técnica da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

VII. O armazenamento de resíduos sólidos, de qualquer natureza, em canteiros centrais, praças públicas, vias públicas e demais espaços públicos.

VIII. O armazenamento para coleta de resíduos sólidos sem a correta segregação/separação, seja esses resíduos de quaisquer classificações.

TÍTULO IX
GESTÃO E MONITORAMENTO

Art. 16. A gestão e monitoramento do presente Plano ficará a cargo do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico - CMMASB, órgão de caráter consultivo, deliberativo e de apoio à gestão, com composição entre representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, terá as seguintes atribuições:

I. Acompanhar a implementação e a execução das ações previstas no **PMGIRS**;

II. Avaliar periodicamente os resultados alcançados, propondo ajustes e recomendações para o aprimoramento das políticas públicas;

III. Atuar na promoção do controle social e da transparência das ações relativas à gestão dos resíduos sólidos;

IV. Propor normas complementares, estudos e iniciativas para o fortalecimento da gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos.

Parágrafo único. A composição, a forma de escolha dos membros, o mandato e o funcionamento do Comitê serão regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal para esta finalidade.

Art. 17. O Município, por meio do órgão municipal competente, deverá elaborar e apresentar, a cada dois anos, um Relatório de Execução e Monitoramento do PMGIRS, contendo:
I. A avaliação dos indicadores técnicos, operacionais, ambientais, sociais e econômicos relativos à gestão dos resíduos sólidos;

II. A descrição das ações implementadas, os avanços obtidos e os desafios identificados;

III. As propostas de ajustes ou de revisão das metas e programas previstos no PMGIRS;

IV. A divulgação ampla e transparente à sociedade.

Parágrafo único. O Relatório de Execução e Monitoramento do **PMGIRS** deverá ser elaborado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico– CMMASB, deverá ser feito com periodicidade bianual. As recomendações emitidas terão caráter orientativo e deverão ser consideradas pelo Poder Executivo na revisão de metas, programas e ações previstas no PMGIRS.

TÍTULO X
DAS PENALIDADES:

Art. 18. Para fins de sustentabilidade econômica da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, permanece vigente a taxa de coleta de resíduos instituída pela Lei Municipal nº 2.051/2025, incidente sobre os imóveis edificados no perímetro urbano, áreas de expansão e distritos, calculada conforme o consumo de água destes imóveis.

Art. 19. O descumprimento das disposições previstas nesta Lei e em sua regulamentação sujeitará os infratores às seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, conforme a gravidade da infração e eventual reincidência:
I. Advertência escrita e obrigação de adequação da conduta, em prazo a ser estabelecido pela Secretaria Própria.

II. Na reincidência: Multa de 01 (uma) Unidade Fiscal do Município – UFM, para infrações leves;

III. Multa de 02 (duas) a 05 (cinco) UFMs, para infrações médias;

IV. Multa de 06 (seis) a 10 (dez) UFMs, para infrações graves;

V. Multa superior a 10 (dez) UFMs, para infrações gravíssimas ou em caso de reincidência.

§ 1º. Persistindo o descumprimento da Lei, poderá ser aplicada multa no valor correspondente ao dobro.

§ 2º. O não pagamento da multa no prazo fixado acarretará na inscrição do valor correspondente em dívida ativa, incidindo, neste caso, as mesmas penalidades previstas para os demais tributos municipais, conforme legislação tributária Cafelândia vigente.

§ 3º. Os valores arrecadados com a aplicação das multas previstas neste artigo deverão ser integralmente revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, para financiamento de ações e programas de gestão integrada e educação ambiental.

§ 4º. No caso de infrações cometidas em áreas condominiais, o condomínio será responsabilizado solidariamente pelos danos e penalidades, sem prejuízo da apuração de responsabilidades individuais.

§ 5º. A Prefeitura poderá realizar a recolha dos resíduos caso este não faça a correção ambiental da infração, sendo cobrado pela limpeza o valor de 05 a 100 **UFM**, a depender da extensão do dano causado, sem prejuízo da imposição das penalidades ao infrator, quer civis, e/ou criminais que o caso ensejar.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será o órgão responsável pela orientação, fiscalização, avaliação do dano e da aplicação de multa e demais penalidades estabelecidas no âmbito desta Lei.

Art. 21. Em caso de denúncia de armazenamento e/ou destinação incorreta de resíduos em que seja efetiva a localização e identificação do munícipe infrator (como por exemplo, disponibilização de imagens, vídeos entre outros) e aplicação de multa, o denunciante receberá **20% (vinte por cento)** do valor da multa aplicada.
TÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAl

Art. 22. O Poder Executivo poderá instituir incentivos fiscais, financeiros ou creditícios destinados a estimular boas práticas na gestão de resíduos sólidos, como a compostagem domiciliar, a redução da geração de resíduos e a participação em sistemas de logística reversa.

Art. 23. Fica o município obrigado a dar o destino ambientalmente adequado ao resíduo orgânico domiciliar, priorizando quando possível a compostagem, podendo utilizar aterros sanitários devidamente licenciados para a fração não passível de aproveitamento.

Parágrafo único: O resíduo orgânico, como restos de frutas, verduras e alimentos, poderá ser depositado em hortas, após a realização do processo de compostagem.

Art. 24. O recolhimento do resíduo seco ou reciclável poderá ser feito por empresas terceirizadas, escolhidas por processo licitatório ou através de concessão a associações ou cooperativas, desde que legalmente constituídas.

§ 1º. A coleta seletiva do resíduo domiciliar processar-se-á regularmente, de acordo com calendário pré-estabelecido, sendo que o material deverá ser disposto para coleta de acordo com o dia e horário correspondente à cada localidade.

§ 2º. O material reciclável deverá ser acondicionado em embalagens, preferencialmente exclusivas para o material, para distinguir dos demais.

§ 3º. O Município poderá fornecer as embalagens para acondicionamento do resíduo, porém fica ressaltado que a responsabilidade pelo acondicionamento é do munícipe.

Art. 25. O resíduo orgânico na área urbana será coletado conforme cronograma definido pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo e caberá às unidades domiciliares, acondicioná-los em sacos plásticos distintos dos destinados ao material reciclável, de fácil visualização e identificação não sendo permitida a presença de materiais recicláveis.

Art. 26. A coleta de resíduos recicláveis terá prioridade para catadores organizados em associações ou cooperativas credenciadas pelo Município, podendo também ser realizada por empresas contratadas, conforme regulamentação específica;

Art. 27. O resíduo seco ou reciclável produzido na Zona Rural do Município será coletado conforme a sua demanda e disponibilidade do Município, sendo que também deverá ser acondicionado de maneira adequada e limpa.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Parágrafo único - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:88364716

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.080/2026

Lei nº 2.080/2026.

SÚMULA: *Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA).*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (**SIM/POA**), no âmbito do Município de Cafelândia - PR.

Art. 2º. Torna-se obrigatória a fiscalização e a inspeção prévia industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal, quais sejam:

I. Comestíveis;
II. Preparados;
III. Transformados;
IV. Manipulados;
V. Recebidos;
VI. Acondicionados;
VII. Depositados; e
VIII. Em trânsito.

Art. 3º. A fiscalização e a inspeção tratadas nesta Lei abrangem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I. Realizar inspeção "**ante mortem" e** "**post mortem"** das diferentes espécies animais;

II. Verificar as condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;

III. Verificar a prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;

IV. Verificar os programas de autocontrole dos estabelecimentos;

V. Verificar a rotulagem e os processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto a atendimento da legislação específica;

VI. Coletar amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises:

a) Físicas;
b) Microbiológicas;
c) Físico-químicas;
d) De biologia celular e molecular;
e) Histológicas; e
f) Demais análises que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo.

VII. Avaliar as informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública ou das informações que façam parte de acordos internacionais com os países importadores;

VIII. Avaliar o bem-estar dos animais destinados ao abate;

IX. Verificar a água de abastecimento;

X. Verificar as fases de:
a) Obtenção;
b) Recebimento;
c) Manipulação;
d) Beneficiamento;
e) Industrialização;
f) Fracionamento;
g) Conservação;
h) Armazenagem;
i) Acondicionamento;
j) Embalagem;
k) Rotulagem;
l) Expedição; e
m) Transporte de todos os produtos comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;

XI. Verificar a classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;

XII. Examinar as matérias-primas e os produtos em trânsito no município;

XIII. Averiguar os meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;

XIV. Promover o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;

XV. Verificar os controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;

XVI. Averiguar a certificação sanitária dos produtos de origem animal; e

XVII. Outros procedimentos de inspeção considerados pertinentes à prática e ao desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.

Art. 4º. Estão sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei:

I. os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados;

II. o pescado e seus derivados;

III. o leite e seus derivados;

IV. o ovo e seus derivados; e

V. os produtos de abelhas e seus derivados.

Art. 5º. A fiscalização de que trata esta Lei, far-se-á:

I. nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;

II. nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas neste Decreto para abate ou industrialização;

III. nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;

IV. nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;

V. nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VI. nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VII. nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados; e

VIII. nos portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais e recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação.

Art. 6º. O trabalho de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será realizado:

I. nos estabelecimentos e localizações descritas no art. 5°;

II. por fiscais com formação em Medicina Veterinária, e demais cargos efetivos de atividades técnicas de fiscalização agropecuária, lotados na Secretaria ou Departamento de Agricultura do município de Cafelândia respeitadas as devidas competências;

Art. 7º. Fica expressamente proibido, em todo o território do município a duplicidade de fiscalização e inspeção industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal.

Parágrafo único: A fiscalização prevista no *caput* será exercida por um único órgão, na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 8º Nos estabelecimentos de abate de animais torna-se obrigatória a inspeção industrial e sanitária em caráter permanente, para realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização "**ante mortem"** e "**post mortem"**, durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis nos estabelecimentos.

Art. 9º. Nos demais estabelecimentos registrados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o art. 5°, excetuado o abate, a inspeção industrial e sanitária será em caráter periódico para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização.

Art. 10. Nenhum estabelecimento industrial de produtos de origem animal poderá funcionar no município sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade.

Art. 11. Consideram-se infrações a esta Lei:

I. atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do **SIM/POA** no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II. desacato, suborno, ou simples tentativa;

III. informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, à qualidade e à procedência dos produtos; e

IV. qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao **SIM/POA**.

Art. 12. O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo.

§ 1º. Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:

I. advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II. multa, que varia entre 01 a 10 (UFM's), nos casos não compreendidos no inciso I;

III. apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV. suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e

V. interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 2º. As multas previstas no inciso I serão agravadas até o grau máximo, nos casos de:
I. artifício;
II. ardil;
III. simulação;
IV. desacato;
V. embaraço; ou
VI. resistência à ação fiscal.

§ 3º. O valor da multa será definido levando-se em conta:
I. as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

II. a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 4º. A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 5º. Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro.

§ 6º .Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.

§ 7º. As sanções previstas no "*caput"* serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.

§ 8º. Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

Art. 13. Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à fiscalização e à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 14. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a data de sua publicação oficial estabelecendo as diretrizes para seu perfeito cumprimento.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, e suplementadas se necessário.

Art. 16. Revogam-se as Disposições em Contrario.

Art.17 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:ACB2CB1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 473/2026 - DRH

PORTARIA N.º 473/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Especial de 03 (três) meses ao servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença Especial de 03 (três) meses a Servidora **DIRCE MARIA DERES FUZINATTO** matrícula 767321841, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de **COZINHEIRA**, referente ao quinquênio 2021/2026 no período de 08/10/2026 a 08/01/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 09 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:993BC31C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 474/2026 - DRH

PORTARIA Nº. 474/2026-DRH

SÚMULA: Concede Quinquênio aos Servidores Ocupantes de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Provimento Efetivo, o percentual correspondente sob seus vencimentos básicos relativos ao **QUINQUÊNIO**, compreendido de reenquadramento, os quais implementam o direito durante o mês de outubro de 2026, conforme segue:

Nome	Cargo	Matrícula	%
ANA KARLA DEBIAZI	FARMACEUTICA	767321877	5
INDIANARA RENGEL DE OLIVEIRA	SERVIÇOS GERAIS	77761	5
JANETE TEREZINHA ELY SCHWENDLER	MOTORISTA I (CARRO PESADO)	79991	5
KAREN ACCORDI COSTA	PROFESSORA	767321878	5
LUIZ DE CARVALHO	MOTORISTA I (CARRO PESADO)	77791	5
MAGALI BONELLI	FARMACEUTICA	77801	5
OSMAR FERREIRA	MOTORISTA I (CARRO PESADO)	77781	5

Art.2º Fica autorizada ao Departamento de Recursos Humanos a fazer as anotações de praxe.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 09 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F42DA952

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 475/2026 - DRH

PORTARIA N. º 475/2026-DRH

SÚMULA: Prorroga Licença Maternidade a Servidora ocupante de cargo efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 11.770 de 09 de setembro 2008 e Lei Municipal Nº 1036/2010.

R E S O L V E

Art. 1º PRORROGAR a licença maternidade da Servidora, **NELCILAINE ANDRADE**, Matrícula 75031 ocupante do cargo efetivo de **TELEFONISTA**, referente ao período de 09/10/2026 a 07/12/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 09 de outubro de 2026

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B7377A5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 476/2026 - DRH

PORTARIA N.º 476/2026-DRH

SÚMULA: Exonera por término de contrato Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 10/10/2026 pelo término do contrato, a Servidora **JESSICA GISSELE FONTOURA HANAUER** matrícula 767323043**,** contratada para ocupar o Cargo de **VIGIA - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 09 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:55D58692

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 477/2026 - DRH

PORTARIA Nº. 477/2026-DRH

SÚMULA: Concede Adicional Especial à Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER à servidora **VILMA INÊS DEFINSKI**, ocupante de cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, matrícula 71421, o percentual correspondente a 5% sob seus vencimentos básicos, relativos ao **ADICIONAL ESPECIAL**, compreendidos de reenquadramento.

Art. 2º Fica autorizado ao Departamento de Recursos Humanos a fazer as anotações de praxe.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 09 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F0885ABB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2025
Pregão Eletrônico nº 59/2025 — Processo Digital nº 3833/2026

Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 59/2025, Processo Digital nº 3833/2026.
O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 17 de Dezembro, nº 149, Califórnia/PR, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.279/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Paulo Sergio Chileide, doravante denominado CONTRATANTE, e D J DOS SANTOS DE PAULA – MANUTENÇÕES ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.735.575/0001-55, com sede na Rua Francisco Alves, 873, Centro, Novo Itacolomi – PR, 86.895-022, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2025, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO ANUAL
Em observância à cláusula de reajustamento do contrato e à memória de cálculo anexa, os preços contratuais sujeitos ao reajuste anual ficam atualizados em 4,223450%, pela aplicação do IPCA (IBGE), considerando o fator acumulado de 1,04223450 no período de setembro de 2025 a agosto de 2026, vinculado à data-base do orçamento estimado de agosto de 2025 e observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses previsto nos arts. 25, § 7º, e 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
Sobre a base de R$ 40.800,00 considerada na memória de cálculo, o acréscimo apurado é de R$ 1.723,17, resultando em R$ 42.523,17. Para a renovação do período contratual, o saldo a ser renovado será atualizado pela mesma variação, conforme planilha de saldo/itens que deverá integrar este Termo como Anexo I. O valor global do período prorrogado corresponderá ao saldo contratual remanescente elegível ao reajuste, acrescido do reajustamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 188/2025 por mais 12 (doze) meses, de 11 de outubro de 2026 a 10 de outubro de 2027, mantidas as condições de execução previstas no instrumento original, ressalvadas as alterações expressamente estabelecidas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas pela Contabilidade no Processo Digital nº 3833/2026, observada a disponibilidade orçamentária no momento da emissão do empenho e a classificação correspondente aos itens/serviços contratados:

Manutenção da Atenção Primária
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.30 Fonte 303 - Red. 189
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.30 Fonte 335 - Red. 189
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 303 - Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 335 - Red. 192

Manutenção da Saúde Bucal
05.001.10.301.0009.2025 – 3.3.90.30 Fonte 303 - Red. 213
05.001.10.301.0009.2025 – 3.3.90.39 Fonte 303 - Red. 214

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 188/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas, para que se produza o necessário efeito legal. Caso o presente instrumento seja assinado digitalmente, nos termos do artigo 10 da MP 2.200/2001, as partes declaram a aceitação das normas regulamentares sobre a assinatura digital, para que se produza o necessário efeito legal.

Califórnia/PR, 08 de outubro de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito – Município De Califórnia

D J DOS SANTOS DE PAULA – MANUTENÇÕES ME
Contratada

ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO DO REAJUSTE ANUAL PELO IPCA
Contrato Administrativo nº 188/2025 — Pregão Eletrônico nº 59/2025

1. IDENTIFICAÇÃO
Contratante: Município de Califórnia/PR. Contratada: D J dos Santos de Paula — Manutenções ME, CNPJ nº 17.735.575/0001-55. Objeto: manutenção corretiva e preventiva de equipamentos odontológicos, médicos hospitalares e fisioterapêuticos, com fornecimento de peças e deslocamentos, conforme documentos do Processo Digital nº 3833/2026.

2. BASE E METODOLOGIA
Correção feita com base no IPCA (IBGE), disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1, do valor nominal de R$ 40.800,00, no intervalo de 09/2025 a 08/2026, pelo fator 1,04223450. O intervalo corresponde a 12 competências mensais (setembro de 2025 a agosto de 2026). A memória abaixo reproduz e confere aritmeticamente esse cálculo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração.

3. DEMONSTRATIVO

Descrição	Valor / parâmetro
Data-base	08/2025
Valor-base informado nos autos	R$ 40.800,00
Índice	IPCA (IBGE)
Período da simulação	09/2025 a 08/2026 (12 competências)
Fator acumulado informado pelo BCB	1,04223450
Percentual correspondente	4,223450%
Valor corrigido	R$ 40.800,00 × 1,04223450 = R$ 42.523,17
Acréscimo apurado	R$ 42.523,17 − R$ 40.800,00 = R$ 1.723,17

Califórnia/PR, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:D3F8238E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 146/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de

março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 23 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando uma **aquisição de van atenção as Resoluções do Governo do Estado, através do protocolo 25.685.368-0 para frota da Secretaria Municipal de Saúde de Califórnia.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 09 de outubro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:2173BD54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 147/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 27 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de estrutura, equipamento, infraestrutura e serviços de apoio destinado à realização de eventos promovidos pelo Município de Califórnia/PR, compreendendo locação, montagem, desmontagem de estruturas, sonorização, iluminação, painéis de led, tendas, gerador de energia, banheiros químicos, serviços de apoio técnico, alimentação, hospedagem e transporte.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 09 de outubro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:F54B12A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 270

DECRETO 270/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 44.353,65 (quarenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.
4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.260,60

04.001.15.452.0005.2.015 MANUTENCAO DO CEMITERIO E CAPELA MORTUARIA
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00

04.002 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
04.002.26.782.0006.2.019 MANUTENCAO DA FROTA MUNICIPAL.
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 25.093,05

Total Suplementação: 44.353,65

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução

03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.004 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.004.04.122.0002.2.005 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO.
3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 44.353,65

Total Redução: 44.353,65

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 09 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:77A2275E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 271

DECRETO 271/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 653.489,79 (seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.002 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
04.002.26.782.0006.2.019 MANUTENCAO DA FROTA MUNICIPAL.
3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 250.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.3.90.34.00.00 3000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO 250.000,00

05.001.10.301.0010.2.023 CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS E INSTITUICOES EQUIPARADAS
3.3.72.39.00.00 3000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 153.489,79

Total Suplementação: 653.489,79

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
3000 – Recursos Ordinários (Livres)

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 09 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:2A60D5F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 272

DECRETO 272/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 6.000,00

07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 20.000,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.047 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL.
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 20.000,00

Total Suplementação: 46.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Receita:
1.1.1.4.51.1.1 IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - 46.000,00

Total da Receita: 46.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 09 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:0BDAA8C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 273

DECRETO 273/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 46.955,90 (quarenta e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.
3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 25.968,00
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 20.987,90

Total Suplementação: 46.955,90

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução

03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN

03.004 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.004.04.122.0002.2.005 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO.
3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 46.955,90

Total Redução: 46.955,90

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 09 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:D085D476

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 169/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 169/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

OBJETO: Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.
FORNECEDOR: CALITUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 20.037.789/0001-62
REPRESENTANTE LEGAL: MARCO ANTONIO CARREIRA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 689.320,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 08/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:84191517

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 170/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 170/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

OBJETO: Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.
FORNECEDOR: NARTUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
CNPJ/CPF: 19.941.134/0001-35
REPRESENTANTE LEGAL: NUBIA APARECIDA GERALDO RIBEIRO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 689.320,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 08/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:A16BD4AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 171/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 171/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

OBJETO: Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.
FORNECEDOR: NATAL TUR VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ/CPF: 04.271.497/0001-33
REPRESENTANTE LEGAL: CARLOS ROBERTO HOLONKA DOS SANTOS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 689.320,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 08/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:61691355

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

OBJETO: Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.
RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE: A presente contratação tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas e microempreendedores individuais (MEI) para a prestação de serviços de transporte de estudantes regularmente matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior, residentes no Município de Califórnia/PR e matriculados em instituições de ensino localizadas em outros municípios.
A contratação decorre da necessidade de garantir a efetividade da política pública municipal de incentivo ao acesso, permanência e conclusão da educação profissional e superior, assegurando condições para que estudantes do Município possam frequentar cursos que não são ofertados pela rede municipal de ensino.
O Município de Califórnia instituiu o Programa de Incentivo à Educação Técnica e à Educação em Nível Superior, por meio da Lei Municipal nº 1.528/2014, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 043/2017 e nº 068/2024, em conformidade com os arts.161, inciso IV e 188 §2º, da Lei Orgânica Municipal, autorizando a concessão de auxílio financeiro destinado ao transporte dos estudantes.
Atualmente, são atendidos estudantes matriculados em instituições de ensino localizadas nos municípios da região, dentre elas:

• Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR - Apucarana;
• Faculdade Anhanguera – Arapongas;
• Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Apucarana;
• Faculdade de Apucarana – FAP – Apucarana;
• Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR –Apucarana;
• Centro de Educação Profissional Alvo - Apucarana;
• Colégio Izidoro Luiz Cerávolo - Apucarana;
• Curso SESI - Apucarana;
• Colégio Padre Ângelo Casagrande – Marilândia do Sul.

bem como outras instituições que venham a ser contempladas durante a vigência do credenciamento, desde que atendidos os requisitos previstos na legislação municipal.
O transporte será realizado durante os períodos letivos das respectivas instituições de ensino, estimando-se aproximadamente 200 (duzentos) dias letivos (nível técnico médio) e podendo chegar a 225 dias de trabalho acadêmico efetivo (ensino superior), por ano, descontados os

períodos de férias acadêmicas, podendo ocorrer de segunda-feira a sábado, conforme os horários e calendários específicos de cada instituição.
Após realizado o credenciamento das vans, no início do ano letivo, os estudantes interessados deverão realizar cadastro junto à Secretaria Municipal de Educação, mediante apresentação de declaração de matrícula atualizada, documentos pessoais e demais documentos exigidos na regulamentação municipal, comprovando o atendimento aos requisitos legais para concessão do benefício.
Após a homologação do cadastro, o Município efetuará o pagamento da parcela do transporte correspondente ao incentivo previsto na legislação municipal, permanecendo sob responsabilidade do estudante o pagamento da diferença eventualmente existente entre o valor subsidiado pelo Município e o valor integral cobrado pelo prestador do serviço, conforme valores estabelecidos no Decreto Municipal nº 068/2024.
A não realização do presente credenciamento acarretará prejuízos diretos aos estudantes e às suas famílias, uma vez que o auxílio financeiro atualmente concedido pelo Município constitui importante mecanismo de permanência no ensino técnico e superior. Sem a contratação dos prestadores de serviço, os estudantes passarão a suportar integralmente os custos do transporte, despesas estas que, até então, eram parcialmente custeadas pelo Município, podendo inviabilizar a continuidade dos estudos de parte dos beneficiários, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Como consequência, poderá ocorrer aumento da evasão escolar, redução do acesso ao ensino técnico e superior, comprometimento da política pública instituída pela Lei Municipal nº 1.528/2014 e diminuição das oportunidades de qualificação profissional da população, com reflexos negativos no desenvolvimento social, educacional e econômico do Município.
A contratação será realizada mediante inexigibilidade de licitação, por meio de credenciamento, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a Administração pretende credenciar todos os interessados que preencham as condições estabelecidas no edital.
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
Nessa modalidade, inexiste competição entre os interessados, uma vez que não há seleção de apenas um prestador de serviços. Todos aqueles que atenderem às exigências de habilitação e às condições estabelecidas pela Administração poderão ser credenciados, observados os critérios previstos no edital e na legislação municipal.
Dessa forma, resta caracterizada a inviabilidade de competição, autorizando a contratação direta mediante credenciamento, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso **II**, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que a escolha do prestador é realizada pelo usuário do serviço, inexistindo seleção ou distribuição de demanda promovida pela Administração Pública.
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:(...)
II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
A presente contratação encontra fundamento ainda:

• na Lei Municipal nº 1.528/2014, que institui o Programa de Incentivo à Educação Técnica e à Educação em Nível Superior;
• no Decreto Municipal nº 043/2017;
• no Decreto Municipal nº 068/2024;
• no art. 161, inciso IV e art. 188 §2º, da Lei Orgânica do Município.

Inclui-se que a contratação será para 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada incluindo quantitativo, dentro dos limites estabelecidos no art. 106 da Lei 14.133/2021, conforme segue:
Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, (...).
Diante do exposto, verifica-se que a contratação por inexigibilidade, mediante credenciamento, mostra-se adequada, necessária e compatível com o interesse público, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em que a seleção do prestador ocorre por escolha do beneficiário direto do serviço. A solução adotada observa os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, isonomia e continuidade da política pública municipal de incentivo à educação técnica e superior, assegurando aos estudantes a liberdade de escolha entre os prestadores credenciados e garantindo a execução regular do programa instituído pela Lei Municipal nº 1.528/2014.

VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 79, inciso I.
VALOR TOTAL: R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais)

Califórnia, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:0C67EA1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, TENDO COMO OBJETO A(O) Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados de saúde para atendimento da demanda espontânea do Centro Municipal de Saúde, para compor equipe de PSF, atestados médicos e Férias.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 19.850.311/0001-78, com sede na Rua Humberto Moacir Schenna, 444, Centro, Ibaiti/PR, CEP 84900-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Cristiano Parra Vieira, inscrito(a) no CPF n.º 055.174.029-92, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 193/2025, referente ao resultado do Inexigibilidade nº 013/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 193/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do Contrato nº 193/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 14/10/2026 até 13/10/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Califórnia	Norte Sul Serviços De Saúde LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***CRISTIANO PARRA VIEIRA***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:7EF5C736

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA SINUSMED SERVIÇOS LTDA, TENDO COMO OBJETO A(O) Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados de saúde para atendimento da demanda espontânea do Centro Municipal de Saúde, para compor equipe de PSF, atestados médicos e Férias.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **SINUSMED SERVIÇOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.980.867/0001-75 com sede na Rua Jose Martins Vieira, 919, Sala A, Centro, Faxinal/PR, CEP 86.840-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) OSVALDO PARDIM LEITE, inscrito(a) no CPF n.º 581.260.909-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 191/2025, referente ao resultado do Inexigibilidade nº 013/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 191/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do Contrato nº 191/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 10/14/2026 até 10/13/2027.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente, reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Califórnia	Sinusmed Serviços LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***OSVALDO PARDIM LEITE***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:FDF2C3C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 192/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 192/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA BIZON SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, TENDO COMO OBJETO A(O) Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados de saúde para atendimento da demanda espontânea do Centro Municipal de Saúde, para compor equipe de PSF, atestados médicos e Férias.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **BIZON SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 61.175.795/0001-63 com sede na Rua Carlos Godoi, 277, Residencial Rafaella, Califórnia/PR, CEP 86.820-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Vanilda Aparecida Bizon, inscrito(a) no CPF n.º 268.922.168-38, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 192/2025, referente ao resultado do Inexigibilidade nº 013/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 192/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do Contrato nº 192/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 10/14/2026 até 10/13/2027.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Califórnia	Bizon Serviços De Enfermagem LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***VANILDA APARECIDA BIZON***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:4AFD17B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA DANIEL ENFERMEIRO LTDA, TENDO COMO OBJETO A(O) Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados de saúde para atendimento da demanda espontânea do Centro Municipal de Saúde, para compor equipe de PSF, atestados médicos e Férias.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **DANIEL ENFERMEIRO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 62.675.383/0001-55 com sede na Rua José Fazano Neto, 344, Núcleo Habitacional João Goulart, Apucarana/PR, CEP 86.807-130, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) DANIEL ALBINO PEREIRA, inscrito(a) no CPF n.º 934.900.899-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 194/2025, referente ao resultado do Inexigibilidade nº 013/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 194/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do Contrato nº 194/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 10/14/2026 até 10/13/2027.
CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente, reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Califórnia	Daniel Enfermeiro LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***DANIEL ALBINO PEREIRA***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:26A28EB0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 196/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 196/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA VANESSA RAMOS VIEIRA – ENFERMAGEM, TENDO COMO OBJETO A(O) Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados de saúde para atendimento da demanda espontânea do Centro Municipal de Saúde, para compor equipe de PSF, atestados médicos e Férias.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **VANESSA RAMOS VIEIRA – ENFERMAGEM** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 62.823.900/0001-96 com sede na Rua Sergipe, 115, Loteamento Residencial Recanto Verde, Califórnia/PR, CEP 86.820-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Vanessa Ramos Vieira, inscrito(a) no CPF n.º 087.447.089-71, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 196/2025, referente ao resultado do Inexigibilidade nº 013/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 196/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do Contrato nº 196/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 10/14/2026 até 10/13/2027.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Califórnia	Vanessa Ramos Vieira – Enfermagem
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***VANESSA RAMOS VIEIRA***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:3A743DFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA R M MARQUES BOVO - ENFERMAGEM LTDA, TENDO COMO OBJETO A(O) Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados de saúde para atendimento da demanda espontânea do Centro Municipal de Saúde, para compor equipe de PSF, atestados médicos e Férias.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **R M MARQUES BOVO - ENFERMAGEM LTDA** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 63.153.817/0001-10 com sede na Rua Pouso Alegre, 278, Centro, Califórnia/PR, CEP 86.820-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ROSANGELA MARIA MARQUES BOVO, inscrito(a) no CPF n.º 953.841.469-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 197/2025, referente ao resultado do Inexigibilidade nº 013/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 197/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do Contrato nº 197/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 10/14/2026 até 10/13/2027.

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 09 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal De Califórnia	R M Marques Bovo - Enfermagem LTDA
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE Prefeito	***ROSANGELA MARIA MARQUES BOVO*** Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:40F243D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026 RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2026
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

DO OBJETO: Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.

INSTITUIÇÃO: CALITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 20.037.789/0001-62
VALOR: R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 74, inciso II.

INSTITUIÇÃO: NARTUR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
CNPJ: 19.941.134/0001-35
VALOR: R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 74, inciso II.

INSTITUIÇÃO: NATAL TUR VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.271.497/0001-33
VALOR: R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 74, inciso II.
VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **Valor Total: R$ R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais).**
Ratifico a Inexigibilidade da Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:C0FDBE31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 002/2026.

EMENTA: Institui o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, disciplina o acesso a informações no âmbito da Câmara, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituído o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC da Câmara Municipal de Campina do Simão, responsável pelo recebimento, tramitação e resposta aos pedidos de acesso a informações públicas formulados no âmbito da Câmara Municipal, em cumprimento à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Parágrafo único. O SIC da Câmara Municipal é instância autônoma em relação à Ouvidoria Parlamentar e às ouvidorias de outros Poderes, não se confundindo com o Serviço de Informações ao Cidadão do Poder Executivo Municipal, nem com a Ouvidoria Geral do Município.

Art. 2º É dever fundamental do Estado, na forma do art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, garantir a todos o acesso a informações públicas, cuja publicidade é a regra e o sigilo, a exceção, ressalvadas as hipóteses de sigilo legal, comercial, fiscal, bancário ou profissional, e as informações classificadas nos graus previstos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
§ 1º. Os procedimentos de classificação, reclassificação, desclassificação e reavaliação de informações sigilosas observarão os requisitos e os procedimentos previstos nos arts. 24 a 31 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, aplicáveis por analogia à estrutura da Câmara Municipal.
§ 2º. Quando a informação for parcialmente restrita, será assegurado o acesso à parte não protegida, mediante ocultação da parte sujeita à restrição.

Art. 3º São objetivos do SIC da Câmara Municipal:
I – garantir o acesso do cidadão às informações públicas de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pela Câmara Municipal, observados os sigilos legalmente previstos;
II – dar cumprimento às disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Legislativo local;
III – orientar o requerente quanto aos meios de acesso, aos prazos e aos recursos previstos na legislação aplicável; e
IV – contribuir para a transparência ativa e passiva da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II — DO SIC E DO RESPONSÁVEL
Art. 4º O SIC da Câmara Municipal funcionará na sede da Câmara, com atendimento presencial em horário divulgado ao público, e, adicionalmente, por meios eletrônicos, incluindo correio eletrônico institucional e página eletrônica da Câmara na internet.
Parágrafo único. O atendimento será prestado de forma gratuita, vedada a cobrança de taxas, salvo custos de reprodução de documentos em quantidade que exceda o padrão gratuito fixado em ato do Presidente.

Art. 5º O Presidente da Câmara Municipal designará servidor responsável pela operacionalização do SIC, ao qual competirá:
I – receber os pedidos de acesso a informações, registrar e fornecer protocolo;
II – orientar o requerente quanto ao preenchimento de formulários e aos meios de apresentação do pedido;
III – tramitar os pedidos às unidades ou aos servidores custodiantes das informações;
IV – consolidar a resposta e encaminhá-la ao requerente nos prazos previstos nesta Resolução; e
V – manter registros dos pedidos e das respostas, para fins de acompanhamento e prestação de contas.
§ 1º A função de responsável pelo SIC poderá ser acumulada por servidor que exerça outras atribuições na Câmara, inclusive as previstas para a Ouvidoria Parlamentar, observada a separação dos fluxos de tramitação e dos registros.
§ 2º Ocorrendo vacância ou impedimento do responsável, o Presidente designará substituto.

Art. 6º As unidades, os servidores e as autoridades da Câmara Municipal detentores de informações requeridas têm o dever de colaborar com o SIC, incumbindo-lhes:
I – prestar as informações solicitadas no prazo fixado no Anexo Único desta Resolução;
II – comunicar formalmente ao responsável pelo SIC, no mesmo prazo, a inexistência da informação, sua indisponibilidade ou sua submissão a sigilo, com indicação da disposição legal aplicável; e
III – indicar, quando a informação não for de sua custódia e for conhecida, a unidade ou o servidor que a detenha.

CAPÍTULO III — DOS PEDIDOS DE ACESSO A INFORMAÇÕES
Art. 7º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso a informações no âmbito do SIC da Câmara Municipal, presencialmente ou por meio eletrônico, sem necessidade de motivação do interesse, observados os sigilos legalmente previstos.

§ 1º O pedido deverá conter a identificação do requerente, a indicação da informação requerida e a forma desejada de entrega da informação (digital ou física).
§ 2º O requerente não precisa indicar a finalidade do pedido, mas o responsável pelo SIC poderá solicitar informações adicionais exclusivamente para localizar o material objeto do pedido.

§ 3º Aquele que desejar acessar informação pessoal relativa a si próprio ou de sua representação deverá apresentar declaração de identidade ou de representação legal.

Art. 8º Toda informação que não estiver sujeita a sigilo será de acesso público, observado o disposto nesta Resolução, compreendendo:
I – os documentos, arquivos e registros que integrem a atividade legislativa e administrativa da Câmara Municipal, inclusive em suporte digital;
II – as informações que já constem de sítios eletrônicos oficiais da Câmara, caso em que o responsável indicará, na resposta, o local de localização da informação; e
III – os dados constantes de registro documental produzidos para fins de controle, fiscalização e prestação de contas.

Art. 9º São hipóteses de não atendimento ao pedido de acesso a informações:
I – pedido de natureza genérica, que não permita a identificação precisa da informação requerida;
II – pedido que exija trabalhos desproporcionais de produção, pesquisa, interpretação, avaliação, tratamento de dados ou serviços prestados;
III – pedido que exija análise, interpretação, consolidação ou elaboração de parecer sobre a informação requerida;
IV – pedido relativo a informações sujeitas a sigilo legal, sem prejuízo das hipóteses de acesso previstas em lei.
Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I a III do caput deste artigo, o responsável pelo SIC orientará o requerente sobre a reformulação do pedido ou sobre as formas de obter, com esforço mínimo, as informações desejadas, e comunicará expressamente a razão do não atendimento.

CAPÍTULO IV — DO ATENDIMENTO E DOS PRAZOS
Art. 10 A Câmara Municipal concederá acesso imediato à informação disponível em sua sede, e, não sendo possível o acesso imediato, responderá ao requerente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do pedido.
§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa e comunicada ao requerente.
§ 2º Realizadas diligências para obtenção de informação sob guarda de terceiro, o responsável pelo SIC deverá encaminhar o pedido à autoridade custodiante, cientificando o requerente da providência.

§ 3º Se o pedido não for respondido no prazo previsto no caput deste artigo, fica o responsável pelo SIC obrigado a comunicar ao requerente a razão da não resposta ou a indicar a data em que a resposta será disponibilizada.
§ 4º Enquanto a resposta não for concedida, o requerente poderá, nas hipóteses previstas na legislação de acesso à informação, requerer a aplicação do dever de prioridade na tramitação do pedido.

Art. 11 Havendo dúvida quanto à aplicação de sigilo ou ao tratamento de dados pessoais em resposta a pedido, o responsável pelo SIC solicitará manifestação da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal; não constituída ou não instalada a Comissão, a consulta será dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, cuja manifestação será registrada nos autos do pedido.

CAPÍTULO V — DA NEGATIVA DE ACESSO E DOS RECURSOS
Art. 12 A negativa de acesso a informações objeto do pedido, total ou parcial, deverá ser formalizada por escrito e fundamentada, indicando a disposição legal ou regulamentar que autorize a restrição, o prazo de vigência da restrição, o direito de interposição de recurso e o endereço eletrônico do órgão ou da autoridade competente para conhecimento de recurso.

Art. 13 Na hipótese de negativa de acesso ou de insatisfação com a resposta fornecida, o requerente poderá interpor recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da decisão, observada a seguinte sistemática escalonada:
I – o recurso será recebido e registrado pelo responsável pelo SIC, que o encaminhará, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à apreciação de autoridade diversa daquela que proferiu a decisão recorrida, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis; II – apreciado o recurso pela autoridade indicada no inciso anterior e mantida a decisão de negativa, os autos serão submetidos ao Presidente da Câmara Municipal, que proferirá a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
III – é vedado que autoridade que tenha participado da decisão recorrida aprecie o recurso na instância subsequente.
§ 1º Caberá também pedido de reavaliação de informações classificadas como sigilosas, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, ou, quando diverso da autoridade classificadora, à autoridade que tiver promovido a classificação, observada a legislação federal aplicável.
§ 2º Esgotadas as instâncias administrativas internas, permanecem asseguradas ao requerente as medidas previstas na legislação federal de acesso à informação, inclusive a comunicação ao órgão de controle competente.

CAPÍTULO VI — DA TRANSPARÊNCIA ATIVA, DOS RELATÓRIOS, DOS DADOS PESSOAIS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14 A Câmara Municipal manterá, em seu sítio eletrônico, em local de fácil acesso:
a) as informações sobre o funcionamento do SIC, os canais de apresentação de pedidos e o nome do responsável;
b) o registro das informações desclassificadas ou de acesso público; e
c) os dados exigidos pela legislação de transparência aplicável.

Art. 15 O responsável pelo SIC elaborará, semestralmente, relatório estatístico de pedidos de acesso à informação, contendo no mínimo: número de pedidos recebidos, número de atendidos, número de indeferidos, número de pedidos não localizados ou inexistentes, número de recursos e seus resultados, e prazo médio de resposta, o qual será publicado no sítio eletrônico da Câmara Municipal.
Parágrafo único. O relatório previsto no caput deste artigo não conterá dados pessoais de requerentes ou de terceiros, observada a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 16 As informações pessoais relativas a requerentes e a terceiros serão tratadas com observância à Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), vedada a divulgação de dados pessoais protegidos por sigilo legal ou de dados pessoais sensíveis, sem prejuízo das hipóteses de acesso previstas em lei.

Art. 17 Recomenda-se à Presidência da Câmara Municipal:
I – a adesão da Câmara Municipal à plataforma e-SIC mantida pela Controladoria-Geral da União (integrada ao Fala.BR), gratuitamente disponibilizada aos órgãos públicos, como meio eletrônico preferencial de apresentação e tramitação de pedidos; e
II – o fomento à capacitação do servidor responsável pelo SIC, inclusive mediante materiais e cursos disponibilizados pela Controladoria-Geral da União.

Art. 18 A tramitação dos pedidos de acesso a informações é distinta do tratamento das manifestações da Ouvidoria Parlamentar; recebido pelo SIC pedido que configure denúncia, reclamação, solicitação, elogio, sugestão ou pedido de simplificação, o interessado será orientado a encaminhá-lo aos canais da Ouvidoria Parlamentar, e vice-versa, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Resolução nº001 de 05 de outubro de 2026 (Ouvidoria Legislativa).

Art. 19 O Presidente da Câmara Municipal poderá editar atos complementares necessários à execução desta Resolução, incluindo formulários de pedido, o padrão de resposta, o quantitativo do padrão gratuito de reprodução de documentos e outros instrumentos operacionais.

Art. 20 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal, à luz da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da legislação aplicável.

Art. 21 Ficam revogadas as disposições em contrário, não se conhecendo ato normativo anterior da Câmara Municipal que discipline a mesma matéria.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campina do Simão, 05 de outubro de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente da Câmara

ERONILSO LOURENCO WOZNE
Vice-Presidente

MARCOS SANDESKI
1º Secretário

AIRTON JOSÉ MORAES
2º Secretário

ANEXO ÚNICO — FLUXO DE ATENDIMENTO AOS PEDIDOS DE ACESSO A INFORMAÇÕES

1. DO OBJETO
1.1. Este Anexo disciplina o fluxo interno de atendimento aos pedidos de acesso a informações formulados ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC da Câmara Municipal de Campina do Simão, fixando as etapas de tramitação, os responsáveis e os prazos internos de cada fase, em conformidade com os arts. 6º, 9º, 10, 11, 13 e 15 da Resolução a que se anexa.
1.2. Os prazos internos estabelecidos neste Anexo visam ao controle de gestão interna e não prejudicam, ampliam ou restringem os prazos legais fixados no art. 10 desta Resolução e no art. 15 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2. DO FLUXO DE ATENDIMENTO
2.1. **Etapa 1** — Recebimento e registro. O recebimento do pedido, em qualquer canal previsto no art. 4º da Resolução, será seguido de registro imediato no sistema de controle do SIC, com emissão e comunicação ao requerente do número de protocolo, que identificará o pedido até o seu encerramento.

2.2. **Etapa 2** — Análise inicial. No prazo de 2 (dois) dias úteis, o servidor responsável pelo SIC verificará:
(a) se o pedido contém os requisitos do art. 7º, § 1º, da Resolução;
(b) se a informação requerida é identificável com precisão; e
(c) se o pedido se enquadra nas hipóteses de não atendimento do art. 9º da Resolução. Havendo necessidade, o requerente será orientado a reformular o pedido ou informado expressamente da razão do não atendimento.

2.3. **Etapa 3** — Levantamento da informação. No prazo de 6 (seis) dias úteis, as unidades e os servidores custodiantes prestarão as informações solicitadas ou comunicarão formalmente ao responsável pelo SIC a inexistência, a indisponibilidade ou a submissão a sigilo da informação, na forma do art. 6º da Resolução, indicando, quando conhecida, a unidade ou o servidor que a detenha.

2.4. **Etapa 4** — Análise jurídica. Havendo dúvida quanto à aplicação de sigilo ou ao tratamento de dados pessoais, o responsável pelo SIC solicitará manifestação da Comissão de Justiça e Redação, ou, não constituída ou não instalada a Comissão, do Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 2 (dois) dias úteis, na forma do art. 11 da Resolução.

2.5. **Etapa 5** — Análise final e resposta. No prazo de 3 (três) dias úteis, o servidor responsável pelo SIC consolidará a resposta conclusiva, o indeferimento fundamentado ou a orientação de não atendimento, observados o art. 12 da Resolução (fundamentação da negativa) e o art. 10, §§ 3º e 4º, da Resolução (comunicação da não resposta e dever de prioridade), e a encaminhará ao requerente, por escrito e pelo mesmo canal do pedido, salvo indicação diversa do requerente.

2.6. **Etapa 6** — Recursos. Recebido recurso na forma do art. 13 da Resolução, o responsável pelo SIC o registrará e o encaminhará, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à apreciação de autoridade diversa daquela que proferiu a decisão recorrida, mantida a confidencialidade dos autos quando for o caso.

2.7. **Etapa 7** — Encerramento. Concedido o acesso, respondido o recurso ou encerrado o trâmite por qualquer motivo, o pedido será encerrado no sistema de controle no prazo de 1 (um) dia útil, com registro da data, do resultado, do fundamento e, se houver, do prazo de vigência da restrição, alimentando os dados do relatório estatístico previsto no art. 15 da Resolução.

3. DO QUADRO SINTÉTICO DO FLUXO

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo interno
1	Recebimento e registro do pedido, com emissão e comunicação do protocolo	Servidor responsável pelo SIC	Imediato
2	Análise inicial: requisitos, clareza e hipóteses de não atendimento (art. 9º); orientação ao requerente, se necessário	Servidor responsável pelo SIC	2 dias úteis
3	Levantamento e disponibilização da informação pelas unidades e servidores custodiantes (art. 6º)	Unidades e servidores custodiantes	6 dias úteis
4	Análise jurídica, havendo dúvida sobre sigilo ou dados pessoais (art. 11)	Comissão de Justiça e Redação ou Presidente	2 dias úteis
5	Análise final, consolidação da resposta, do indeferimento fundamentado ou da orientação de não atendimento, e encaminhamento ao requerente	Servidor responsável pelo SIC	3 dias úteis
6	Recurso (art. 13): registro e encaminhamento à autoridade diversa da que decidiu	Servidor responsável pelo SIC	2 dias úteis do recebimento do recurso
7	Encerramento, registro nos controles do SIC e alimentação do relatório estatístico (art. 15)	Servidor responsável pelo SIC	1 dia útil

3.1. Os prazos internos das etapas 1 a 5 somam no máximo 13 (treze) dias úteis, dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias corridos fixado no art. 10 da Resolução, preservando folga para a eventual prorrogação justificada prevista no art. 10, § 1º, da Resolução.

4. DA CONTAGEM DOS PRAZOS
4.1. Os prazos internos previstos neste Anexo contam-se em dias úteis, excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
4.2. Os prazos legais do art. 10 da Resolução contam-se na forma da legislação federal de acesso à informação.
4.3. Havendo prorrogação do prazo legal, o responsável pelo SIC comunicará o fato ao requerente com a justificativa expressa, na forma do art. 10, § 1º, da Resolução.

5. DOS CONTROLES E DO ACOMPANHAMENTO
5.1. O sistema de controle do SIC manterá, para cada pedido: número de protocolo, data de recebimento, canal de ingresso, identificação do requerente, descrição da informação requerida, movimentações internas com datas e responsáveis, decisão final e fundamento, data da resposta ao requerente e, se houver, dados do recurso e do seu resultado.
5.2. O requerente poderá acompanhar o andamento do pedido mediante consulta ao meio eletrônico disponibilizado pela Câmara Municipal, informado no protocolo, na forma do art. 4º da Resolução.
5.3. Os registros do SIC permanecerão disponíveis para fins de auditoria, prestação de contas e elaboração do relatório estatístico previsto no art. 15 da Resolução.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1. Aplicam-se supletivamente a este Anexo os atos complementares editados pelo Presidente da Câmara Municipal na forma do art. 19 da Resolução, inclusive os formulários de pedido e os padrões de resposta.
6.2. Os casos omissos neste Anexo serão resolvidos na forma do art. 20 da Resolução.

Publicado por:
Paulo Marcio Camilo
Código Identificador:2E26032D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
10/2026

Objeto: Aquisição de 4 passagens aérea de ida e volta, com saída do Aeroporto Afonso Pena (Curitiba/PR) para Foz do Iguaçu/PR, com embarque no dia 27/10/2026 e retorno no dia 30/10/2026.

Fornecedor: VIAJECOMCAMI Ltda
CNPJ: 50.706.162/0001-18
Valor: R$ 8.477,16 (oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos).
Data da homologação: 08/10/2026
Fundamento Legal: Art.74, IV, da Lei 14.133/21

Autorização:
Pedro Aparecido Café
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:3F80C809

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA Nº 52, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação da Licença-Maternidade da servidora GABRIELLE FERNANDA BANDEIRA DOS SANTOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 102, VI da Lei Municipal nº 09, de 08 de junho de 2004, e art. 1º da Lei Municipal nº 1.128, de 02 de julho de 2026, considerando a licença-maternidade concedida por meio da Portaria nº 30/2026, **RESOLVE**:
Art. 1º Fica concedida à servidora **GABRIELLE FERNANDA BANDEIRA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Assessora Parlamentar, matrícula funcional nº 419, a prorrogação de Licença-Maternidade pelo período de 60 (sessenta dias), com início em 1º de outubro de 2026 e término no dia 29 de novembro de 2026, sem prejuízo de sua remuneração, que será custeada pelo Poder Legislativo, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.128, de 02 de julho de 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Campina Grande do Sul, em 09 de outubro de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Elizete Machowski
Código Identificador:957435B2

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 124/2026
ID Nº: 2026259

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 124/2026
ID nº: 2026259
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA **CNPJ:** 30.082.076/0001-74
Valor total: R$ 6.248,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:14C40E99

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 125/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 125/2026
ID nº: 2026260
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA **CNPJ:** 35.626.812/0001-21
Valor total: R$ 22.173,58. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:8124748B

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 126/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 126/2026
ID nº: 2026261
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: BH DENTAL COMERCIAL EIRELI - EPP **CNPJ:** 29.312.896/0001-26
Valor total: R$ 6.950,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:08B83DB2

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 127/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 127/2026
ID nº: 2026262
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: DENTAL MED PLUS LTDA **CNPJ:** 55.675.690/0001-70
Valor total: R$ 17.555,50. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:A98F9A40

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 128/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 128/2026
ID nº: 2026263
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA **CNPJ:** 44.223.526/0001-06
Valor total: R$ 3.750,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:C82F4798

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 129/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 129/2026
ID nº: 2026264
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: E.C.S. TECNOLOGIA EM SAUDE, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA **CNPJ:** 35.706.397/0001-16
Valor total: R$ 1.728,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:7D5F247E

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 130/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 130/2026
ID nº: 2026265
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: DENTAL UNIVERSO EIRELI EPP **CNPJ:** 26.395.502/0001-52
Valor total: R$ 5.302,62. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2F5A7FC9

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 131/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 131/2026
ID nº: 2026267
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA **CNPJ:** 46.884.097/0001-43
Valor total: R$ 1.617,90. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:FED92025

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 132/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 132/2026
ID nº: 2026268
Pregão nº: 63/2026
Objeto:SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA -ME **CNPJ:** 11.300.287/0001-91
Valor total: R$ 2.920,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 30 de Setembro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:4D062AD8

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº1 CONTRATO 85 2025

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.85/2025, objetivando a CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 76/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a empresa **CRUZ & MACHADO – SAÚDE MNETAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **60.747.901/0001-73**. Constitui o objeto do presente termo aditivo a prorrogação de prazo de vigência do contrato nº. 68/2025 em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 10/10/2026 a 09/10/2027, com fundamento artigo 107 da Lei nº14.1333/2021. Para o novo período o valor do contrato será de R$ 844.978,68 (oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), renunciando ao direito de reajuste em razão da prorrogação. Campina Grande do Sul, 05 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:7B2DC8F7

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº4 CONTRATO 16 2023

Termo de **aditivo n°4** Termo do contrato nº.16/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO decorrente de Concorrência n° 7/2022, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING SS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 81.078.289/0001-63. Constitui objeto do presente termo aditivo, o acréscimo de valor no importe de R$ 170.009,30 (cento e setenta mil, nove reais e trinta centavos), correspondem a 25% do valor inicial contratado, com fundamento no art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93. CAMPINA GRANDE DO SUL, 06 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:23433450

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº8 CONTRATO 137 2023

Termo Aditivo n° 8 Termo do contrato nº.137/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL. decorrente de Pregão n° 104/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 12.532.358/0001-44. Constitui o objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do contrato nº 137/2023, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 21/10/2026 à 21/04/2027, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Para o novo período o valor permanecerá inalterado, ou seja, de R$ 27.366,04 (vinte e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e quatro centavos) mensal. CAMPINA GRANDE DO SUL, 07 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:94E95609

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PG N° 85/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 85/2026
Processo nº 222/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 85/2026, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICO PARA PREMIAÇÃO MEDIANTE SORTEIO DA CAMPANHA DENOMINADA "IPTU PREMIADO 2026" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ, DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL N° 2645/2026 DE 30 DE MARÇO DE 2026., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA -ME	11.300.287/0001-91	R$ 5.245,01

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 09/10/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrick Cavalli Poli Chiquitti
Código Identificador:95AE6043

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1255/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Ofício nº. 166/2026, emitido pela Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, protocolado sob o nº. 37.057/2026;

D E S I G N A

A servidora **CAMILA ZANETTI VIEIRA MATTE - Matrícula nº. 98061, inscrita na OAB/PR: nº. 32.657,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal - Nível B11 da Tabela de Vencimentos Anexo XV da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, para responder interinamente pela Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, entre os dias 06 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026, em substituição do Procurador Municipal Leandro Zanetti - Matrícula nº. 44131, que estará de férias neste período.

Campina Grande do Sul, 06 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0539272E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1257/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **LUANY YONE MIYOSHI - Matrícula nº. 329443,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, lotada no Centro de Vigilância em Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Reunião e Capacitação SIM/POA"**.
VI	Período da viagem;	Dia 08 de outubro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 08 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D193844E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1259/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

D E S I G N A

A servidora **TATIANE MARTINS SOARES RIBEIRO - Matrícula nº. 329640**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – cedida do Município de Colombo para o Município de Campina Grande do Sul (através da Portaria nº. 1248/2026, datada de 01 de outubro de 2026, publicada na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº. 3634, página nº. 89 de 09/10/2026), para exercer a função gratificada de Diretor, responsável pela direção do Departamento de Turismo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2026.

Campina Grande do Sul, 08 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:22AE8940

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1260/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

E X O N E R A

A partir da presente data, a função gratificada de Assessor Jurídico, da servidora **SULAMITA ALIETE FERREIRA - Matrícula nº. 1367601**.

Campina Grande do Sul, 08 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:B49AFBC1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1261/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

REMOVE

A servidora **SULAMITA ALIETE FERREIRA - Matrícula nº. 1367601,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista – Nível C08 da Tabela de Vencimentos Anexo IX da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, da Secretaria Municipal da Cultura, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:AD8277A4

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1262/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando a Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabeleceu normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando o Decreto Municipal nº. 1.949/2023, de 27 de fevereiro de 2023, que regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito municipal;

Considerando o art. 2º da Portaria SEGES/MGI nº. 1.769, de 25 de abril de 2023, que prevê a regência de processos licitatórios anteriores a 29 de dezembro de 2023 pelas leis antigas durante toda a sua vigência;

Considerando o Decreto Municipal nº. 2.139, de 20 de dezembro de 2023, que ratifica a Instrução Normativa Conjunta nº. 07/2023 sobre procedimentos de fiscalização e gestão de contratos e recebimento de materiais, serviços e obras;

R E S O L V E

Art. 1º Art. 1º Designar os servidores relacionados nos Anexos I a XIV desta Portaria para atuarem como Fiscais de Contratos, Atas de Registro de Preços e/ou instrumentos equivalentes, no âmbito de suas respectivas Secretarias, observadas as áreas de atuação, a competência técnica e as indicações constantes dos respectivos processos administrativos, contratos, atas, termos de referência, ordens de serviço, ordens de fornecimento ou documentos correlatos, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Parágrafo único. Quando a publicação desta Portaria ocorrer em data posterior ao início da vigência do respectivo contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, a designação produzirá efeitos a partir da data de início da vigência do instrumento, desde que o servidor já conste indicado no respectivo processo administrativo ou em documento correlato da contratação.

Art. 2º A designação do fiscal responsável por cada novo contrato ou ata de registro de preços específico será formalizada e publicada juntamente com o extrato do contrato ou ato autorizativo na imprensa oficial, considerando a área técnica e/ou atuação do servidor.

Art. 3º As atribuições dos Fiscais de Contratos estão previstas na legislação vigente, incluindo o acompanhamento e a verificação da execução do objeto contratual, a comunicação de irregularidades e o ateste de documentos fiscais para pagamento.

Art. 4º Os contratos e atas de registro de preços vigentes na data de publicação desta Portaria ficarão automaticamente sob a responsabilidade dos servidores designados nos anexos, conforme suas respectivas Secretarias e áreas de atuação.

Art. 5º Designar os servidores VALDOMIRO LOPES DOS SANTOS (matrícula nº. 328993) e VIVIANE CECCON (matrícula nº. 161951), para, em conjunto com os servidores relacionados no Art. 1º, serem responsáveis pelo recebimento de materiais no Município.

Art. 6º Os recebimentos de materiais, serviços e obras junto às Secretarias Municipais ficarão sob responsabilidade dos servidores indicados no Art. 1º desta Portaria, vinculados à respectiva área de atuação e competência técnica.

Art. 7º Os recebimentos de materiais no Departamento de Almoxarifado do Município, ficarão sob responsabilidade do servidor VALDOMIRO LOPES DOS SANTOS.

Art. 8º Os recebimentos de materiais, serviços e obras junto às Secretarias Municipais, ficarão sob responsabilidade dos servidores indicados no Art. 1º desta Portaria.

Art. 9º - Nos motivos de afastamentos previstos em lei, o responsável pelo recebimento será o Secretário da Pasta.

Art. 10 As atribuições dos Fiscais de Contratos e responsáveis pelo recebimento de materiais, serviços e obras estão previstas na Instrução Normativa Conjunta nº. 07/2023, ratificada pelo Decreto Municipal nº. 2.139, de 20 de dezembro 2023, da seguinte forma:
I - Atribuições dos Fiscais de Contratos em geral (produtos e serviços): Artigos nº. 11, 12 e 18 da IN nº. 07/2023;
II - Atribuições dos Fiscais de obras e serviços de engenharia: Artigos nº. 11, 12, 13, 18 e 19 da IN nº. 07/2023;
III - Atribuições dos Fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada ou não, sem dedicação exclusiva: Artigos nº. 11, 12, 14, 18 e 20 da IN nº. 07/2023;
IV - Atribuições dos Fiscais de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva: Artigos nº. 11, 12, 15, 16, 17, 18 e 20da IN nº. 07/2023;
V - Atribuições dos Fiscais de serviços de transporte: Artigos nº.11, 12, 18 e 21 da IN nº. 07/2023;
VI - Atribuições da Comissão de Recebimento: Artigo nº. 43 da IN nº. 07/2023; - Procedimentos de recebimento de materiais e serviços: Artigos nº. 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da IN nº. 07/2023;
VII - Procedimento de recebimento de obras: Artigos nº. 47 a 52.

Art. 11º Fica revogada a Portaria nº. 1.179/2026, datada de 08 de setembro de 2026, publicada na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº. 3612, páginas nº. 111 a nº. 113 de 09/09/2026.

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 09 de outubro de 2026.

Anexo I: Secretaria Municipal de Administração:

• **DAIHANE GISELE DOS SANTOS** – matrícula nº. 149151;
• **GABRIEL SALCEDO GOVONI**– matrícula nº. 328419;
• **LALESKA GIACOMITTI DALLAZUANNA** – matrícula nº. 329227;
• **MARCOS ANDRÉ ALVES DE SOUZA**– matrícula nº. 159971;
• **ROBSON ROBERTO FRIGOTTO DA COSTA** – matrícula nº. 319251;
• **SANDRA MARA SQUIDINO MARTINS**– matrícula nº. 159621;
• **SUELEN DA CUNHA RIBAS**– matrícula nº. 160121;

• **TACIANE GUIDOLIN DE OLIVEIRA MOCELLIN**– matrícula nº. 329561.

Anexo II: Secretaria Municipal da Cultura:

• **ADRIANA FERNANDA DA ROCHA GAVRON**– matrícula nº. 181201.

Anexo III: Secretaria Municipal da Educação:

• **ERENILDA BATISTA**– matrícula nº. 327407;
• **MARCIA CRISTINA PAVELIK HATHY**– matrícula nº. 116731;
• **NAIARA FRANCA SANTOS**– matrícula nº. 329037;
• **NELCI COVALSKI CAPOTE**– matrícula nº. 204861;
• **VANESSA APARECIDA GIACOMITTI CROZETTA**– matrícula nº. 155551;
• **VANESSA DA SILVA AGUIAR**– matrícula nº. 148771.

Anexo IV: Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Racial:

• **FERNANDO JOSÉ VIDOLIN**– matrícula nº. 329223.

Anexo V: Secretaria Municipal da Saúde:

• **ADRIANA HORZEY DE SOUZA VOLTOLINI**– matrícula nº. 290331;
• **ELISANGELA EMILIA DOS REIS STRAPASSON**– matrícula nº. 148421;
• **GRASIELE ROSA HENEMANN**– matrícula nº. 153851;
• **IZABELA REGINA LIMA RAMOS BROCH**– matrícula nº. 329618;
• **KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO**– matrícula nº. 1430301;
• **LUCIANO DA SILVA NOGUEIRA**– matrícula nº. 155041;
• **LUIZA PEREIRA DE LARA PRESTES**– matrícula nº. 329609;
• **MAJORIE REGINA RIBEIRO LEITE**– matrícula nº. 329429;
• **RAFAEL DE ARAÚJO FLORENTINO**– matrícula nº. 328946;
• **SANDRA DOS SANTOS BARROS**– matrícula nº. 329616;
• **VIVIAN PRISCILA DE ALMEIDA**– matrícula nº. 131101;
• **YARA BATISTA DA LUZ**– matrícula nº. 327453.

Anexo VI: Secretaria Municipal da Tecnologia, Inovação e Transformação Digital:

• **ELINE HIROKI OLIVEIRA**– matrícula nº. 158571;
• **JEAN ANDREY RODRIGUES**– matrícula nº. 326884.

Anexo VII: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

• **JAQUECELI ESQUEDINO MAURICIO**– matrícula nº. 153601.

Anexo VIII: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

• **NELSON VAGNER DE SANTI**– matrícula nº. 157681;
• **SILMARA DE SOUZA COSTA**– matrícula nº. 157841;
• **SILMARA TAYS ANDRADE GONÇALVES DOS SANTOS**– matrícula nº. 67341.

Anexo IX: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável:

• **ANA PAULA BISCARO DE MATOS**– matrícula nº. 148851.

Anexo X: Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Jurídicos:

• **SAMANTA RIBEIRO DE LIMA**– matrícula nº. 329442.

Anexo XI: Secretaria Municipal de Infraestrutura:

• **ABNER DE SOUZA CORDEIRO**– matrícula nº. 329175;
• **DANIELE FIGUEIREDO DA CRUZ**– matrícula nº. 106261;
• **ELIEL BONFIM**– matrícula nº. 329563;
• **FRANCIELE ZAVADZKI HABINOSKI**– matrícula nº. 329612;
• **LILIAN DE ARAÚJO** – matrícula nº. 328954;
• **WILLIAN MISAEL OLIVEIRA REIS**– matrícula nº. 325063.

Anexo XII: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança:

• **MARCELO ADRIANO ASSIS DE SOUZA**– matrícula nº. 188051;
• **SILMARA LIMA DE AZEVEDO**– matrícula nº. 66611.

Anexo XIII: Secretaria Municipal de Urbanismo:

• **ADENIR SILVANO**– matrícula nº. 326774;
• **JANAINE ESQUEDINO MAURICIO**– matrícula nº. 161871;
• **LAURI AUGUSTO BAHLS**– matrícula nº. 329588;
• **LUCIANO VALÉRIO BATISTA DOS SANTOS**– matrícula nº. 329557;
• **RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO**– matrícula nº. 329289;
• **WILLIAN MURILO ANDREATA**– matrícula nº. 329430.

Anexo XIV: Procuradoria Geral do Município:

• **JOICE CECCON DE GODOY** – matrícula nº. 202731.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6C3E3402

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1263/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 1.160/2026, emitido pela Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 37.406/2026;

A U T O R I Z A

A redução de carga horária de 28 (vinte e oito) para 20 (vinte) horas semanais de trabalho da servidora **ELAINE REIS STRAUBE VARELA - Matrícula nº. 277401,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 07 do Quadro do Magistério Municipal, no Centro Municipal de Educação Infantil Ângela Maria Trevisan, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:254390BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 065/2025

Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica 03/2025 – PAVIMENTAÇÃO EM TST
Fundamento: Art. 124, I, "b" da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: 5º termo aditivo visando a adequação e correção do projeto, resultante no acréscimo de R$ 68.528,09, correspondente a 5,6842% ao valor atualizado do contrato.
Valor total deste aditivo: R$ 68.528,09 (sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e nove centavos)
Contratada
PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.750.290/0001-87

Data de Assinatura: 09/10/2026

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:B2FFDA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°332/2026

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica designada, à Servidora Pública Municipal Chintia Maria Rosa, matrícula nº 6981, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar a função de Coordenadora da Defesa Civil, sendo remunerado por FG IV.

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com efeitos financeiros a contar de 01 de Outubro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 09 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:A9DABE0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 733/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 14 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
04.122.1038. 2.048 - MANUT. FOLHA DE PAG. - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	90.000,00
TOTAL			**90.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 90.000,00 (noventa a mil reais), proveniente da fonte: 0000.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 09 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:5A8D8104

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 798/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 210.600,00 (Duzentos e dez mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 210.600,00 (Duzentos e dez mil e seiscentos reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
08.243.1008. 2.027 - SUBVENÇÕES SOCIAIS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0000	210.600,00
TOTAL			**210.600,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação, no valor de R$ 210.600,00 (Duzentos e dez mil e seiscentos reais), proveniente da fonte: 0000.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 09 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F64A4F9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2026

A Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR, através da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Chamada Pública para "**credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para contratação continuada de locação de espaços esportivos, sendo campos de futebol, conforme a demanda administrativa, destinados à realização de treinos regulares da escolinha municipal e à promoção de atividades esportivas, educacionais e culturais do município, seguindo os termos e condições do presente Edital e seus anexos".**
O credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 5 (cinco) anos, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, a partir da data da publicação do presente edital.**,** exclusivamente por meio eletrônico, mediante o sistema do Portal BNC Compras, disponível no endereço eletrônico https://bnccompras.com/**.**
O edital da Chamada Pública, estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação, está disponível no endereço

acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: licitacao@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4046.

Campo Magro/PR, 09 de outubro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:6E3CF9A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR, através da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados a REPUBLICAÇÃO DO EDITAL de "**Chamada Pública para inscrição de profissionais das áreas de comunicação, publicidade ou marketing, visando formar Subcomissão Técnica para análise e avaliação de propostas técnicas, vinculadas ao futuro processo licitatório que terá por objeto a contratação de agência de propaganda para a prestação de serviços técnicos de publicidade e propaganda visando a elaboração de projetos e campanhas da Prefeitura Municipal de Campo Magro, em conformidade com os §§1º, 2º e 3º do artigo 10, da Lei Federal nº 12.232/10".**
O prazo para envio da documentação será de **13 a 27 de outubro de 2026**, exclusivamente por meio eletrônico, mediante o sistema do Portal BNC Compras, disponível no endereço eletrônico https://bnccompras.com/**.**
O edital da Chamada Pública, estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação, está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: licitacao@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4046.
Para esclarecimentos e demais informações, os interessados poderão enviar e-mail para o endereço eletrônico licitacao@campomagro.pr.gov.br.
Campo Magro/PR, 09 de outubro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:8471A3EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 61/2026 ORIGINÁRIO DA DISPENSA 42/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA
CNPJ: 05.095.582/0001-50
OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de outsourcing de impressão, compreendendo a disponibilização, mediante locação, de impressoras, copiadoras, equipamentos multifuncionais, impressora plotter e scanners profissionais, incluindo instalação, configuração, assistência técnica especializada presencial e remota, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, componentes, toner, cartuchos, cilindros, reveladores e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, exceto papel, para atendimento das Secretarias, Departamentos e demais unidades da Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR
VALOR TOTAL: R$ 62.820,00 (sessenta e dois mil oitocentos e vinte reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias – 04 (quatro) meses – ou até a efetiva conclusão e implantação da contratação definitiva decorrente do protocolo nº 5652/2026, o que ocorrer primeiro
DATA DE ASSINATURA: 6 de outubro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:BD42EF13

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 62/2026 ORIGINÁRIO DA DISPENSA 43/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: KMS INCORPORADORA LTDA
CNPJ: 33.248.214/0001-30
OBJETO: Contratação EMERGENCIAL de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinados à recuperação e recomposição da pista de rolamento em trechos afetados por recalque/afundamento, localizados no Município de Campo Magro/PR, compreendendo os seguintes locais:
| - Rua Juraci Magalhães, Bairro Pioneiro;
Il - Rua Amazonas, Bairro Jardim Cecília.
Il - Rua Leonardo Fillus nº 208, Jardim Viviane
VALOR TOTAL: R$ 156.937,78 (Cento e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos)
PAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para execução dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato, celebrado com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, terá vigência máxima de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da situação emergencial, sendo vedada a sua prorrogação, a qualquer título
DATA DE ASSINATURA: 8 de outubro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:64A6CB3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

PROTOCOLO 4468/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.74, inciso V da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Inexigibilidade supracitada, cujo objeto é **LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RODOVIA GUMERCINDO BOZA, Nº 18.135, EM CAMPO MAGRO/PR, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** em favor de **THALIA DAIANE KMIECIK**, inscrita no **CPF sob o nº 083.801.109-86**, com o valor global de **R$ 49.284,00 (**Quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais**)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 09 de outubro de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:F7EE6905

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADOS A ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

EDITAL Nº 06/2026
HOMOLOGAÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** a Homologação da Fase de Habilitação dos Projetos Culturais Selecionados do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADOS A ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, conforme a seguir:

HOMOLOGAÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO.
Homologação da fase de habilitação dos projetos inscritos no Edital de Chamamento nº 02/2026 – PNAB, será conforme a seguir:

ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS				
OR.	**Nº INSC.**	**NOME DO PROPONENTE**	**DADOS DO PROJETO**	**SITUAÇÃO**
01	01	Angelita Alves de Alcântara	**Arte em pontos: Crochê:** Oficina de crochê para mulheres do Despraiado.	DEFERIDA
02	02	Angieli Alcântara dos Santos	**Crochê para todas:** Oficina prática de crochê.	DEFERIDA
03	03	Renato Ramos de Siqueira	**Festa em honra a São Pedro e São Paulo** – Comunidade São Pedro. Minidocumentário	DEFERIDA
04	04	Simone Neves da Silva	**Vozes Do Despraiado – Saberes, Mulheres E Tradições Quilombolas:** Videoclipes da comunidade	DEFERIDA

Eventuais recursos poderão ser protocolados junto à Secretaria de Cultura, situada no Centro Cultural Doridin Antunes, na Avenida José Antunes Fabricio, 1944, ou pelo e-mail: cultura@candoi.pr.gov.br , até as **17h do dia 14 de outubro de 2026.**
Para recebimento dos recursos, o agente cultural **DEVE ABRIR CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**, em instituição financeira pública **isenta de tarifas bancárias** ou em instituição financeira privada. Os dados da conta e o extrato zerado da conta, devem ser entregues no Departamento de Cultura, situado no Centro Cultural Doridin Antunes, na Avenida José Antunes Fabricio, 1944, até às **17h do dia 14 de outubro de 2026.**

Candói, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DCF2429A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO CONTRATO Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.730/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: MARCOS BRISTOT - CNPJ sob o nº 59.623.754/0001-40.
OBJETO: Contratação de empresa para realização de Palestra Show com Marcos Bristot e Marco Marssaro, no evento alusivo ao Dia do Idoso, promovido pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família.
VALOR GLOBAL: **R$ 7.470,00** (sete mil quatrocentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 09/10/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:188EE2E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 086/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 431/2026 de 09.10.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 086/2026 de 08.09.2026,** a presente licitação tem por objeto a aquisição de caixas de abelha visando atender a Emenda Parlamentar Especial – PIX – P0932024, conforme solicitação nº 276/2026 da Secretaria de Agricultura e Pecuária e especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço por item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***J. P. MATIAZZO ARTEFATOS DE MADEIRA*** com o valor de ***R$ 55.200,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 09 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 455/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 086/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: J. P. MATIAZZO ARTEFATOS DE MADEIRA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de caixas de abelha visando atender a Emenda Parlamentar Especial – PIX – P0932024, conforme solicitação nº 276/2026 da Secretaria de Agricultura e Pecuária e especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 55.200,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (meses) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 521 – 14.001.20.606.1060.1134.4.4.90.52.00.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 09 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:DB41A0C3

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 392/2026

DATA: 29.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 52.500,00 (Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
02.000 - GOVERNO MUNICIPAL
02.009 - COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
02.009.6.182.1006.2105-3.1.90.13.00.00.00.00 - Ct Pat R$4.000,00 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 4.000,00
09.000 - SECRET DE SAUDE - FUNDO MUNIC DE SAUDE
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.48.00.00.00.00 - Out R$45.000,00 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 45.000,00
09.002 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE - MSAUDE/SUS - UNIAO
09.002.10.301.1043.2170-3.1.90.13.00.00.00.00 - Ct Pat R$2.000,00 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Cust Saúde 2.000,00
09.002.10.301.1043.2171-3.1.90.13.00.00.00.00 - Ct Pat R$1.000,00 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Cust Saúde 1.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.541.1017.2211-3.1.90.16.00.00.00.00 - Out Des R$500,00 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 500,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
02.000 - GOVERNO MUNICIPAL
02.009 - COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
02.009.6.182.1006.2105-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind e Res R$4.000,00 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 4.000,00
09.000 - SECRET DE SAUDE - FUNDO MUNIC DE SAUDE
09.002 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE - MSAUDE/SUS - UNIAO
09.002.10.301.1043.2173-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$3.000,00 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Cust Saúde 3.000,00
09.004 - FUNDO MUN SAUDE -CONSORCIO INTERM SAUDE
09.004.10.302.1042.2166-3.3.71.70.00.00.00.00 - Rat C R$45.000,00 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 45.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.541.1017.2211-3.1.90.94.00.00.00.00 - Ind e Res R$500,00 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 500,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 29 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:A72946B4

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 402/2026

DATA: 07.10.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar por Remanejamento de recursos orçamentários no Exercício de 2026, no valor de R$ 350.900,00 (Trezentos e Cinquenta Mil e Novecentos Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
13.000 - SECRET MUNC OBRAS, INFRA SERVIÇOS PUBLIC
13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
13.001.15.451.1055.1128-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obra R$350.900,00 00501/00501.04.99.00.00.2.755.0000 (SF) - Rec Alien 350.900,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
08.000 - SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO
08.001 - DIVISAO DE PROJETOS DA CULTURA E TURISMO
08.001.13.392.1027.1118-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obra R$350.900,00 00501/00501.04.99.00.00.2.755.0000 (SF) - Rec Alien 350.900,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 07 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:4606C07B

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIENCIA PUBLICA

CONVITE

O Prefeito do Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, com a finalidade de incentivar a participação popular dos munícipes nas demandas da comunidade,
Convida a população para participar da Audiência Pública que se realizara no dia 27 de outubro de 2026 as 14:00hs na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, para propor e expor as alterações que são necessárias no Plano Diretor 2018 as quais precisam ser aprovadas pela população“
Capitão Leônidas Marques, 09 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:62AB898B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N º 450/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA,*** com sede na Rua General Osorio, nº 1330,Parque São Paulo, Município de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.803-760, inscrita no CNPJ sob n. º 41.191.505/0001-68, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *ALEXANDRE TOLOTTI DE MESQUITA,* portador do CPF sob n. 025.579.019-89. Conforme previsão contratual e Lei 14.133/2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, compreendendo gêneros alimentícios, itens de copa e cozinha, materiais de limpeza e

produtos de higiene pessoal, destinados a atender às necessidades das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público das diversas Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques-PR.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 03 (três) meses e o reajuste (3,7256%) de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 07 de janeiro de 2027, a partir do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:80242C21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N º 451/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*, em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***BACH INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA,*** com sede na Rua Servidão Angelo Strada, Barracão 02, Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob n. º 37.952.094/0001-09, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *AMARILDO PAIM HENRIQUE,* portador do CPF sob n. 072.695.639-26. Conforme previsão contratual e Lei 14.133/2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, compreendendo gêneros alimentícios, itens de copa e cozinha, materiais de limpeza e produtos de higiene pessoal, destinados a atender às necessidades das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público das diversas Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques-PR.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 03 (três) meses e o reajuste (3,7256%) de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 07 de janeiro de 2027, a partir do vencimento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

BACH INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:145D7CFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N º 452/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*, em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***OLMIR LUIS PECCIN ME,*** com sede na Av. Iguaçu, nº 201, Centro, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-001, inscrita no CNPJ sob n. º 79.209.763/0001-05, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *OLMIR LUIS PECCIN,* portador do CPF sob n. 483.273.799-68. Conforme previsão contratual e Lei 14.133/2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, compreendendo gêneros alimentícios, itens de copa e cozinha, materiais de limpeza e produtos de higiene pessoal, destinados a atender às necessidades das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público das diversas Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques-PR.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 03 (três) meses e o reajuste (3,7256%) de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 07 de janeiro de 2027, a partir do vencimento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

OLMIR LUIS PECCIN ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:5734A2D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 002/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 067/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 234/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***VSL COMPANY LTDA,*** com sede na Rua Presidente Jackson, 472, Vila Santa Helena, em Apucarana, Estado do Paraná, CEP: 86.810-080, inscrita no CNPJ sob n. º 58.428.430/0001-99, neste ato devidamente representada por sua Titular, Senhora *LAURELINA RAMOS DA SILVA CAMPOS,* portadora do CPF sob n. º 046.498.116-60. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 02 (dois) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 07.12.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de outubro 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

VSL COMPANY LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:97BA558E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 110/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 469/2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções e de outro lado a empresa ***VILSON BRUGALLI,*** com sede na Avenida Iguaçu, 509, Centro, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 04.072.642/0001-57, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *VILSON BRUGALLI,* portador do CPF sob n. º 644.347.969-68. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 03 (três) meses a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 09.01.2027.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

VILSON BRUGALLI
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:94B4526F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 014

SÚMULA – Dispõe sobre a Aprovação de Construção de FISIOCENTRO PORTE II, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS-PR, em reunião extraordinária, online via whatsapp (Meet Google), ata nº 014.2026 na data de 09 de Outubro de 2026 às 11:00h, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e pela Lei Municipal n° 116/1991 e alterada pela Lei nº 1372/2018, e ainda, considerando a Lei Federal nº 8.142 de 28/12/1990, bem como, as competências atribuídas em seu Regimento Interno.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO SESA Nº 320/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026, o qual considera o protocolo de nº 26.314.206-3, o qual trata-se de repasse fundo a fundo por meio da Resolução da SESA Nº 320/2026, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e o município de Carlópolis, cujo objeto consiste no repasse de recursos financeiros para a construção de um FISIOCENTRO PORTE II.

RESOLVE:
Art. 1° Deliberar e Aprovar a Construção de um Centro de Fisioterapia para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Carlópolis-PR.

Art. 2° Esta Resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Ademar Robles Bueno
Vice- Presidente do Conselho
Municipal de Saúde

Carlópolis-PR, 09 de Outubro de 2026

Publicado por:
Joyce Sales Almeida Ormeneze
Código Identificador:063568A6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL 4344/2026

SÚMULA: *Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.026.*

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.768 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinado às dotações orçamentárias constantes no anexo I do presente decreto.

Art. 2º -Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior serão utilizadas as formas constantes no artigo 43, parágrafo 1.º, Incisos I, II e III da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 conforme especificado nos anexos II, III e IV do presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis/PR, 09 de outubro 2.026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Lima
Código Identificador:2C48F033

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 271/2026

DECRETO nº 271/2026

Revoga o Decreto nº 211/2026, de 10 de agosto de 2026, e Dispõe sobre a designação de Comissão para estudar e elaborar propostas de alterações e revisão no PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO de Centenário do Sul – Estado do Paraná.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR,Prefeito do Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de alteração e revisão e atualização da legislação vigente,
Resolve:
Art. 1º Revogar o Decreto nº 211/2026, de 11 de agosto de 2026.
Art. 2º Fica instituída a Comissão Especial encarregada de analisar, avaliar e elaborar proposta de alteração/revisão da Lei Municipal nº 2811/2015, que instituiu o PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO.
Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes servidores do Poder Público, e dos representantes dos sindicatos dos respectivos servidores da classe:
Poder Público:
Valéria Aparecida de Quadros Mançan– Professora – matrícula nº 730
Marcus Vinicius Podestá de Moraes – Diretor de Departamento – matrícula nº 1443
Fernando Aparecido Miguel – Secretário de Fazenda – matrícula nº 1286
Luan Vicente dos Santos – Controlador Interno – matrícula nº 1306

Representantes do Sindicato dos Servidores Municipais deCambé e Região:

Elaine Aparecida Scalone – Professora – matrícula nº 879
Gislaine Cristina da Silva – Professora – matrícula nº 1178
Fernanda da Silva Queiroz Giovaninete– Professora – matrícula nº 1334
Maria Cristina Teodoro da Silva Lima – Professora – matrícula nº 1349
Danieli Parussolo Fiori – Professora – matrícula nº 1539

Representantes do Sindico APP Arapongas:

Eurides da Silva Pinto – Professora – matrícula nº 532/219
Sonia Maria Meca Vital – Professora – matrícula nº 276
Yasmim Raiza de Souza – Professora – matrícula nº 1418/1483
Sandra Cristina Evaristo da Silva – matrícula nº 1420
Selma Mendonça da Costa Santos – matrícula nº 1451

§1º - A Comissão será presidida pela professora Valéria Aparecida de Quadros Mançan.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 120 dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para apresentar o relatório final e a minuta do Anteprojeto de Lei com as alterações propostas.
Parágrafo único - O prazo estabelecido no *caput* poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada e aprovado pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Os membros da Comissão exercerão suas atividades sem prejuízo das atribuições inerentes aos seus cargos, sendo o serviço considerado prestação de relevância pública, devendo se reunir fora do horário de trabalho.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, aos 09 dias do mês outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:DA96B964

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 078/2026.

PORTARIA Nº 078/2026.
MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,
R E S O L V E
Artigo 1° - Revogar a portaria n° 047/2026, de 07 de abril de 2026.
Artigo 2° - Designar os membros abaixo nominados para compor a **COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR** do Hospital Municipal Dr. Lauro Macedo Sobrinho.
MEMBROS CONSULTORES
- INGRIDY LARISSA TAROZZO
- RICARDO GARCIA PEREIRA LIMA
- JESSICA THALITA DA SILVA SANTOS

MEMBROS EXECUTORES
- JESSICA THALITA DA SILVA SANTOS
- ANDRESSA MOREIRA DIAS FAGOTTI
- RAQUEL BARBOSA DE OLIVEIRA DIAS
- ANA HELENA POLETO MATESCO

Artigo 3° - Referida comissão será presidida pela servidora **JESSICA THALITA DA SILVA SANTOS.**
Artigo 4° - Esta portaria produzirá efeitos na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 26 de junho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

REPUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:3794AC13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 370, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre o funcionamento normal e expediente regular no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino no dia 27 de outubro de 2026, Feriado Municipal, para fins de reposição de aulas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as fortes chuvas que atingiram o Município de Cerro Azul nos dias 12 e 13 de setembro de 2026, resultando em bloqueios de estradas rurais e urbanas que inviabilizaram o transporte escolar e o acesso de alunos e profissionais da educação;

CONSIDERANDO a necessidade de acolhimento emergencial da população atingida, culminando na utilização de pelo menos duas unidades escolares municipais como abrigos temporários;

CONSIDERANDO a suspensão das atividades escolares no período compreendido entre os dias 14 e 18 de setembro de 2026 em decorrência dos eventos climáticos e assistenciais supramencionados;

CONSIDERANDO o Decreto nº 351, de 15 de setembro de 2026, que declarou Situação de Emergência no Município de Cerro Azul, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (13214), que por sua vez foi reconhecida pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto nº

15.103, de 15 de 2026, e, igualmente reconhecida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Governo Federal;

CONSIDERANDO o cumprimento da exigência legal de reposição do calendário escolar para atendimento do número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar e carga horária anual, nos termos do art. 24, I, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB);

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o expediente regular e o funcionamento normal do trabalho administrativo e pedagógico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino no dia 27 de outubro de 2026 (terça-feira), data comemorativa do Aniversário do Município de Cerro Azul.

Art. 2º As atividades desenvolvidas na referida data serão destinadas, exclusivamente no âmbito da educação municipal, à reposição das aulas e carga horária não ministradas no período de 14 a 18 de setembro de 2026, decorrente do estado de emergência e interrupção das vias causados pelas chuvas.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação expedirá as orientações complementares e os ajustes necessários no Calendário Escolar 2026 para a devida operacionalização das atividades pedagógicas e do transporte escolar na referida data.

Art. 4º Permanecem inalteradas as disposições sobre o feriado municipal para os demais órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Cerro Azul.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito, em 09 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:FDE329D4

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 371, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a antecipação do feriado escolar alusivo ao Dia do Professor e a utilização do dia 13 de outubro de 2026 para reposição de atividades letivas na Rede Municipal de Ensino de Cerro Azul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 351, de 15 de setembro de 2026, que declarou Situação de Emergência no Município de Cerro Azul em decorrência de Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas (13214);

CONSIDERANDO que os eventos climáticos ocasionaram a interrupção das atividades escolares, comprometendo o cumprimento do calendário letivo da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de reposição das atividades escolares e de garantia do cumprimento da carga horária e dos dias letivos previstos na legislação educacional vigente;

DECRETA:

Art. 1º Fica antecipado, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Cerro Azul, para o dia 13 de outubro de 2026, o feriado escolar alusivo ao Dia do Professor, originalmente previsto para o dia 15 de outubro.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o dia 13 de outubro de 2026 será considerado dia letivo, destinado à reposição das atividades escolares suspensas em decorrência da Situação de Emergência declarada pelo Decreto Municipal nº 351, de 15 de setembro de 2026, visando ao cumprimento do calendário escolar e da carga horária legalmente exigida.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz do Amaral
Código Identificador:EDF50134

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 033/2026

PORTARIA Nº 033/2026

Declara e oficializa a designação dos Líderes das Bancadas Partidárias da Câmara Municipal de Clevelândia para a Sessão Legislativa Ordinária de 2026, nos termos do art. 60 da Resolução nº 002/2026 (Regimento Interno), e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

CONSIDERANDO o disposto no art. 60 do novo Regimento Interno, que disciplina a instituição, as atribuições e a atuação das Lideranças Partidárias com representação nesta Casa de Leis;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 60, § 4º, do Regimento Interno, na ausência de indicação formal da bancada ou na falta de consenso interno, considera-se automaticamente designado como Líder o Vereador mais votado da respectiva legenda nas eleições municipais;
CONSIDERANDO a vedação regimental expressa constante do art. 64 do Regimento Interno, que proíbe o Presidente da Mesa Diretora de exercer a função de liderança partidária em qualquer hipótese, impondo o exercício da liderança do MDB ao outro vereador desimpedido da bancada;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição das lideranças partidárias para viabilizar a indicação dos membros e respectivos cargos para as Comissões Permanentes na Sessão de 14 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º DECLARAR oficialmente designados os Líderes das Bancadas Partidárias da Câmara Municipal de Clevelândia para o exercício do mandato durante a Sessão Legislativa de 2026, com a seguinte composição:
I – Bancada do Partido Social Democrático (PSD) - 3 Vereadores:
• Líder de Bancada: Marsol Miguel Dolny - Mais Votado do PSD
II – Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - 2 Vereadores:
• Líder de Bancada: Henrique Dall' Asta - Vereador desimpedido, haja vista o impedimento do Presidente da Mesa (Art. 64 do RI)
III – Bancada do Republicanos (REP) - 2 Vereadores:

• Líder de Bancada: Vereadora: Camila Loyola Daneluz - Mais Votado do Republicanos
IV – Bancada do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) - 1 Vereador:
• Líder de Bancada: Diego Alcides Martignoni
V – Bancada do PODEMOS (PODEMOS) - 1 Vereadora:
• Líder de Bancada: Andreia Aparecida de Abreu
Art. 2º Compete aos Líderes Partidários ora declarados expressar em Plenário o posicionamento de suas bancadas, participar das reuniões convocadas pela Presidência, encaminhar votações nas hipóteses regimentais e formalizar as indicações dos membros e respectivos cargos para a composição das Comissões Permanentes da Casa.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Clevelândia - Paraná, 09 de outubro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:B4BFAF17

GABINETE
DECRETO N°240/2026

DECRETO N°240/2026

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:
Art. 1° Luto Oficial de três dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor, **Lucas Julian Baldin,** acadêmico do curso de pedagogia, da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente-FAMA.

Art. 2° Durante esse período de luto oficial fica determinado que a Bandeira Municipal fique hasteada a meio mastro.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 08 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A114DEC2

GABINETE
DECRETO N°241/2026

DECRETO N°241/2026

Dispõe sobre o ponto facultativo em razão da comemoração do Dia do Servidor Público.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Clevelândia/PR no dia 30 de outubro de 2026, em alusão ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro.

Parágrafo único: A medida, todavia, não abrangerá serviços essenciais, que por sua natureza não permite paralisação, tais como: Defesa Civil, Pronto Atendimento Municipal de Saúde, limpeza pública e serviços que os Secretários Públicos Municipais julguem ser necessários e que necessitem a realização por Servidores responsáveis.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:5B74A618

GABINETE
DECRETO N°242/2026

DECRETO N°242/2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias aos Servidores Municipais abaixo relacionados:

Regina Ribeiro de Lima	13/10/26 à 27/10/26
Francieli dos Santos de Araújo	13/10/26 à 01/11/26
Alexander Biedermann de Jesus	13/10/26 à 11/11/26
Beatriz Zeferino	13/10/26 à 16/11/26
Priscila Bianca Talaszka	13/10/26 à 11/11/26

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:6E24183C

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº. 017/2026

Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente
Clevelândia-Pr

RESOLUÇÃO Nº. 017/2026

SÚMULA: Institui a comissão intersetorial de elaboração deste Plano Decenal

Institui a Comissão Intersetorial para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Clevelândia – PR (2026–2036) e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CLEVELÂNDIA – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.067, de 4 de outubro de 2007, e conforme deliberação da plenária realizada em 08 de outubro de 2026,

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, que assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os dos direitos fundamentais;

CONSIDERANDO os arts. 86 e 88 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que estabelecem a política de atendimento por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 171, de 4 de dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para discussão,

formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e elaborar o Plano de Ação Municipal, prevista no art. 10 da Lei Municipal nº 2.067/2007;

CONSIDERANDO o encerramento do período do Plano Municipal para a Infância e Adolescência de Clevelândia (2019–2024);

CONSIDERANDO a Rede de Atenção e Proteção Social (Decreto Municipal nº 277/2021), a Rede Municipal Intersetorial de Prevenção, Atendimento e Enfrentamento às Violências (Decreto Municipal nº 216/2022) e o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência (Decreto Municipal nº 196/2023);

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Intersetorial para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Clevelândia – PR, para o decênio 2026–2036.

Art. 2º A Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes representantes, com seus respectivos suplentes:

I – 2 (dois) conselheiros do CMDCA representantes do governo e 2 (dois) representantes da sociedade civil;

II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, preferencialmente da gestão do SUAS ou da Vigilância Socioassistencial;

III – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social;

IV – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

V – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para acompanhamento orçamentário;

VI – 1 (um) representante do Conselho Tutelar;

VII – 1 (um) representante do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco;

VIII – 1 (um) representante da Rede Municipal Intersetorial de Prevenção, Atendimento e Enfrentamento às Violências;

IX – 2 (dois) adolescentes, indicados pelas escolas ou pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com participação garantida nos termos da Resolução CONANDA nº 171/2014.

§ 1º Os membros serão indicados pelos órgãos e entidades no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação desta Resolução e nomeados conforme o Anexo Único.

§ 2º A Comissão será coordenada por um conselheiro do CMDCA, eleito entre seus membros na primeira reunião.

§ 3º A Comissão poderá contar com assessoria técnica especializada e convidar representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, das polícias, da Câmara Municipal e de organizações da sociedade civil para contribuir com seus trabalhos.

§ 4º A participação na Comissão é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3º Compete à Comissão Intersetorial:
I – elaborar o diagnóstico socioterritorial da situação de crianças e adolescentes do Município, com base nos dados das políticas setoriais, do Conselho Tutelar e dos sistemas oficiais de informação;

II – organizar a escuta de crianças e adolescentes, com atenção aos que vivem na área rural, aos negros e aos indígenas, para que contribuam na definição das prioridades do Plano;

III – formular as ações, os prazos, os responsáveis e os indicadores de monitoramento, organizados nos eixos do Plano Nacional Decenal e nas diretrizes da Resolução CONANDA nº 171/2014;

IV – articular as ações do Plano com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os planos municipais setoriais;

V – submeter a minuta do Plano à consulta pública e à apreciação da plenária do CMDCA;

VI – propor ao CMDCA a forma de monitoramento e avaliação do Plano durante sua vigência.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 30 dias, a contar da posse de seus membros, para apresentar a minuta do Plano Decenal ao CMDCA. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante justificativa aprovada em plenária.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo e logístico necessário ao funcionamento da Comissão.

Art. 6º A Comissão será extinta com a aprovação do Plano Decenal pelo CMDCA. O monitoramento do Plano passará a ser feito pela Comissão Intersetorial de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação, a ser instituída por resolução própria.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia – PR, 08 de outubro de 2026.

CAMILA SERPA BALENA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

ANEXO ÚNICO – Composição da Comissão Intersetorial

Representação Suplente
CMDCA – governamental Titular : Gleismery Flores
CMDCA – governamental Suplente : Neusa Serpa
CMDCA – sociedade civil Titular : Zeli Daneluz
CMDCA – sociedade civil Suplente : Aline da Maia
Secretaria Municipal de Assistência Social - Titular: Keli Roberta A. Anhaia Ruaro
Suplente:Gláucia Riane Marquat Berno
Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social : Titular: Rafael Barbosa
Suplente: Maria Hartmann

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte: Titular: Andréa S. I. Batistella
Suplente:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças Titular: André Henrique R. Bueno
Suplente: Alex Fernando da Silva
Conselho Tutelar : Titular Sabrina da Cunha Macedo
Suplente: Falzia Elen do Amaral
Núcleo Regional de Educação de Pato Branco Titular:
Suplente:

Rede Intersetorial de Enfrentamento às Violências - Titular:
Suplente:
Adolescente : Titular
Adolescente : Suplente

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:0BD81100

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 9/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 71/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Eletrônica - 9/2026
Processo Administrativo: 71/2026
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 485/2025, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 4 de novembro de 2026, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 9/2026, na modalidade de Concorrência Eletrônica.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:
Contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares de interesse social no Loteamento da Luz, localizado na Rua 7 deSetembro, s/n°., bairro Sinval Martins Araújo.

Clevelândia - PR,8 de outubro de 2026

Responsável

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:118CF177

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 085/24, DE 23/10/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 020/24, DE 27/08/2024, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 085/24, DE 23/10/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 020/24, DE 27/08/2024, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Pontotech Comércio e Desenvolvimento de Software Ltda.

OBJETO: Prorrogação de prazo e vigência do contrato.

PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) **meses**.

VALOR DO ADITAMENTO: R$. 89.880,00 (oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais).

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 01/11/2026 a 31/10/2027.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 01/11/2024 a 31/10/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR**.**

Clevelândia, 06 de outubro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:4AFEF962

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

COLOMBO PREVIDÊNCIA
PORTARIA

PORTARIA Nº 023/2026

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Investimentos da Colombo Previdência e dá outras providências.

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL COLOMBO PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.715/2023,
Considerando o disposto no art. 40 da Constituição Federal;
Considerando a Lei Federal nº 9.717/1998;
Considerando a Emenda Constitucional nº 103/2019;
Considerando a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022;
Considerando a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025;
Considerando o Manual da Certificação Profissional dos Dirigentes, Conselheiros e Membros do Comitê de Investimentos do Ministério da Previdência Social;
Considerando o Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.1;
Considerando as boas práticas de governança estabelecidas pelo Programa de Avaliação da Governança Pública – PROGOV do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Considerando a necessidade de fortalecer a governança, a transparência, os controles internos, a gestão de riscos e a profissionalização da gestão dos recursos previdenciários;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê de Investimentos da Colombo Previdência, constante do Anexo desta Portaria, disponibilizada no site da Colombo Previdência: (https://www.colomboprevidencia.com.br/portarias/).
Art. 2º O Comitê de Investimentos atuará como órgão técnico consultivo e deliberativo, observadas as competências previstas neste Regimento e na legislação aplicável.
Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 06/2015 e demais disposições em contrário.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 10 de Setembro de 2026.

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

Publicado por:
Luiz Vanderley Dallasuana
Código Identificador:4F6C74C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026 - ESPETÁCULOS CIRCENSES

HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Meio Ambiente de Colombo/PR no uso das atribuições que lhe são conferidas:
R E S O L V E:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026**, cujo objeto trata-se da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apresentação de espetáculos circenses aos alunos da rede pública municipal de ensino, idosos atendidos pela Secretaria de Ação Social e público em geral através da Secretaria de Cultura em alusão ao mês da criança.
EMPRESA VENCEDORA:
CIRCO ZANCHETTINI LTDA
Item :01 (único)
Valor total: R$ 374.500,00 (trezentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais).

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme Edital
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com o veículo efetivamente entregue, em até 30 (trinta) dias.

Dê-se publicidade.
Colombo, 09 de outubro de 2026.

WILLIAN ZANINI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:8FAA3C86

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026, 09 DE OUTUBRO DE 2026

Estabelece diretrizes para a oferta de Serviço de Profissional de Apoio Escolar Inclusivo, promovido pelo Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Colombo/PR.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Núcleo Pedagógicode Educação Especial e Inclusão, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas seguintes leis:

Lei Federal n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da EducaçãoNacional Decreto Federal n.º 8.368, de 02/12/2014, que regulamenta a Lei n.º 12.764, de 27/12/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Lei Federal n.º 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência
Lei Federal n.º 14.116/2020 – Plano Nacional de Educação
Decreto n.º 12.686 /2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.
Decreto n.º 12.773/2025 – Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.
Instrução Normativa n.º 09/2023 - DEDUC/SEED
Nota Técnica n.º 24/2013 - MEC/SECAD/DEE
Nota técnica n.º 19/2010 - SEESP/GAB

INSTRUI

Art. 1º É dever do Poder Público assegurar a oferta do sistema educacional inclusivo, garantindo aos estudantes público da educação especial o direito a serem incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem, bem como viabilizar a presença de profissional de apoio escolar, sempre que comprovada a necessidade por meio de Estudo de Caso.

DA DEFINIÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO

Art. 2º Considera-se público da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, estudantes com deficiências (física, intelectual, motora e/ou sensorial), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos Globaisdo Desenvolvimento.
Art. 3º O direito ao serviço de Apoio Escolar Inclusivo deve ser assegurado nos seguintes casos:
I - Estudantes com diagnóstico de deficiências (física, intelectual, motora e/ou sensorial) e Transtornos do Espectro Autista que apresentem comprometimentos significativos nas funções físicas, cognitivas ou sensoriais, que impactem em sua autonomia (higiene, alimentação e locomoção);
II - Estudantes com diagnóstico de Altas Habilidades/Superdotação, desde que comprovada necessidade no suporte e ajuste comportamental para favorecer a mediação da aprendizagem;
III - Estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento e outras condições de saúde que impactem em seu desenvolvimento educacional, que demandem suporte intensivo, garantindo o acesso, permanência, participação e aprendizagem. Após comprovada necessidade por meio de Estudo de Caso.
IV - Estudantes que não possuem diagnóstico médico e que apresentem alguma necessidade específica, devendo ser devidamente avaliados em Estudo de Caso, pela equipe pedagógica da instituição de ensino juntamente com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º A permanência dos estudantes público da Educação Especial na perspectiva inclusiva, não está vinculada à presença do Apoio Escolar Inclusivo.
Art. 5º A designação do Profissional de Apoio Escolar, será concedida às crianças devidamente matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Colombo, após realizado estudo de caso e comprovada a necessidade.

DO ESTUDO DE CASO
Art. 7º A oferta do Profissional de Apoio Escolar será determinada através do resultado do Estudo de Caso e independerá do resultado de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde, sem prejuízo do Estudo de Caso.
Art. 8º O estudo de caso constitui-se em metodologia de produção, sistematização e registro de informações e estratégias relativas ao AEE – Atendimento Educacional Especializado, e configura-se etapa inicial necessária para a identificação de estudante público da educação especial (decreto 12.686/2025, Art.11).
I - Identificação inicial das demandas individuais e barreiras;
II - Análise das barreiras e do contexto escolar;
III - Identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante; e
IV - Definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras.
Art. 9º Para a elaboração do Estudo de Caso, é necessária a participação ativa do estudante no contexto escolar, e de seus familiares ou responsáveis pelo cuidado diário durante todo o processo de elaboração, contribuindo com informações sobre estratégias já utilizadas e necessidades atuais do aluno.
Parágrafo único. A Unidade Escolar ou o Núcleo Pedagógico da Educação Especial/Inclusão, poderão estabelecer diálogo com os terapeutas e demais profissionais da saúde que atendam o aluno, a fim de estabelecer estratégias em conjunto, para viabilizar a melhor oferta pedagógica.
Art. 10° A Unidade Escolar deverá considerar e planejar recursos de acessibilidade na educação, de modo a garantir ao aluno condições adequadas de acesso ao currículo, participação nas atividades escolares e avanço em sua aprendizagem, quando comprovada necessidade, solicitação de visita técnica para formalização.
Parágrafo único. Esses recursos podem incluir tecnologias, serviços, estratégias pedagógicas e adaptações que contribuam para remover barreiras presentes em materiais didáticos, ambientes, transporte, mobiliário, equipamentos, sistemas de comunicação e informação, entre outros aspectos da vida escolar.
Art. 11° O atendimento do profissional de apoio deverá ser em caráter individual quando:
I - Comprometimento severo: Estudantes com limitações graves de locomoção, higiene ou alimentação que exigem vigilância constante.
II - Comportamentos desafiadores: Em casos de autismo (TEA) com alto nível de suporte, entre outras condições, onde crises ou comportamentos de risco exigem
mediação imediata e integral.
Art. 12° O atendimento do profissional de apoio poderá ser compartilhado quando os estudantes apresentam necessidades moderadas ou leves, que não demandam intervenção contínua.
I - Designação específica: Quando o suporte é pontual (ex.: apenas na hora da alimentação, banheiro, higiene ou locomoção entre salas).
II - Fomento à autonomia: Para evitar a "ajuda aprendida", o profissional pode circular entre 2 ou 3 alunos na mesma sala, intervindo apenas quando necessário.
Parágrafo único: A necessidade de continuidade do apoio deverá ser reavaliada periodicamente por meio do Estudo de Caso, considerando os avanços e as necessidades atuais da criança ou do estudante, podendo ocorrer reorganização
da forma de atendimento ou retirada gradual do apoio à medida que se amplie sua autonomia.

DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR
Art. 13° O Profissional de Apoio Escolar é o servidor que atuará no cuidado, apoio e acompanhamento dos estudantes público da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, visando seu bem-estar e segurança, auxiliando em suas atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestando auxílio individualizado ou compartilhado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência.

Art. 14° O servidor que atuará como Profissional de Apoio Escolar, de acordo com o Decreto nº 12.686/2025, deverá ter formação inicial mínima de nível médio, além da formação continuada, com carga horária de, no mínimo cento e oitenta horas, sendo ofertada pela Secretaria Municipal de Educação (Núcleo de Formação).
Art. 15° O Profissional de Apoio Escolar atua nas unidades educacionais, CMEIs e Escolas, vivenciando e contribuindo com o processo inclusivo dos estudantes público da Educação Especial na perspectiva inclusiva.
Art. 16° Compete, no que se refere às atribuições dos Assistentes de Alunos na função de Profissional de Apoio:
I - Realizar a higiene dos estudantes, incluindo o banho e trocas de fraldas quando necessário, sob a orientação dos Educadores Infantis ou Professores;
II - Auxiliar na rotina dosono dos alunos e exercer vigilância durante o período de sono, garantindo sua segurança e bem-estar;
III - Acompanhar e auxiliar na rotina de alimentação dos estudantes, atentando- se aos sinais de risco como refluxos ou engasgos;
IV - Prezar pelos cuidados com os estudantes, sob a orientação dos EducadoresInfantis ou Professores;
V - Atuar no apoio aos estudantes com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação, no espaço escolar, de forma compartilhada e/ou individualizada, com vistas à superação das barreiras relacionadas à comunicação, interação social, locomoção, alimentação e higiene, visando a promoção de sua autonomia;
VI - Atuar de forma colaborativa com o coletivo da unidade, visando a plena participação da criança/estudante em todos os ambientes;
VII - Atender às normas de higiene pessoal no manuseio da criança/estudante que está sob seus cuidados;
VIII - Zelar pela segurança e bem-estar dos estudantes atendidos, devendo ser registrado e notificado à equipe gestora, qualquer situação duvidosa;
IX - Favorecer a interação dos estudantes com sua turma e demais pessoas no processo de socialização em todos os ambientes da unidade;
X - Auxiliar no atendimento às necessidades básicas de higiene, às correspondentes ao uso do banheiro, alimentação e locomoção dos estudantes com Deficiência ou Transtorno do Espectro Autista, conforme a necessidade;
XI - Informar à equipe gestora sobre a necessidade de atendimento médico de urgência;
XII - Garantir os cuidados necessários na entrada e saída dos estudantes público da Educação Especial e Inclusão, no período que estiver no espaço escolar;
XIII - Higienizar e organizar as dependências utilizadas para trocas de fraldas e banhos;
XIV - Informar imediatamente a equipe gestora em casos de situações adversas para demais encaminhamentos;
XV - Participar de formações e assessoramentos ofertados pelo Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão e pelo Núcleo de Formação do município;
XVI - O Profissional de Apoio deverá justificar eventual ausência para que a instituição de ensino possa reorganizar o atendimento ao estudante.
Art. 17° O Apoio Escolar Inclusivo será acompanhados por:
I - Professor regente da turma;
II - Equipe pedagógica das unidades escolares;
III - Professores especializados das Salas de Recursos Multifuncionais;
IV - Equipe especializada do Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão.

DA SOLICITAÇÃO DO APOIO ESCOLAR INCLUSIVO
Art. 18° Após cumpridas as etapas estabelecidas em Estudo de Caso, a unidade escolar deverá anexar a documentação ao drive, e requerer através do e-mail docapoio@educacao.colombo.pr.gov.br, a realização de visita técnica da Assessora Pedagógica responsável pela solicitação de Profissional de Apoio.
Parágrafo único. O prazo para realização da visita técnica é de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento do e-mail. Após, a unidade escolar receberá o relatório técnico correspondente.
Art. 19° O recrutamento e seleção ficará a cargo do Núcleo de Suprimentos e Pessoal, podendo ocorrer através de chamamento em concurso público e/ou contratação através do Processo Seletivo Simplificado (PSS).
Art. 20° O profissional contratado para o exercício da função de Profissional de Apoio Escolar Inclusivo deverá dedicar-se, de forma exclusiva, à turma e/ou ao(s) estudante(s) previamente designado(s) pelo Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão, conforme comunicação formal expedida pelo Núcleo de Suprimentos e pessoal na respectiva unidade educacional.
Parágrafo único. É vedada a movimentação ou realocação do referido profissional, salvo por determinação expressa do Núcleo de Suprimentos e Pessoal e/ou a pedido do Núcleo de Educação Especial e Inclusão.

DA NEGATIVA AO ATENDIMENTO
Art. 21° Comprovado que o estudante consegue realizar as atividades de vida diária e acadêmica sem suporte direto, não será concedido o atendimento do profissional de apoio.
Art. 22° Nas hipóteses em que o Estudo de Caso anual evidenciar sua evolução, será realizada a retirada gradual do profissional de apoio atestando o progresso verificado em seu desenvolvimento, mediante monitoramento pela equipe pedagógica.
Art. 23° O Município de Colombo oferta o Serviço de Atendimento Educacional Especializado - AEE nas salas de recursos multifuncionais, oferecido no contra turno a todos os estudantes que após Estudo de Caso, certifique-se a necessidade de suporte pedagógico.
Art. 24° A professora regente, com o suporte da equipe pedagógica e do profissional do AEE, deverá realizar as adaptações e flexibilizações necessárias ao ensino em classe regular.
Art. 25° Em caso de discordância dos responsáveis frente ao primeiro resultado do Estudo de Caso, poderá ser realizado pedido de reavaliação para junta de análise técnica, mediante protocolo junto à Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

DA COMPETÊNCIA DA EQUIPE GESTORA E DO PROFESSOR REGENTE
Art. 26° Especificamente em relação ao Apoio Escolar Inclusivo, a equipe gestora e o professor regente deverão:
I - Assegurar condições adequadas para sua atuação;
II - Promover a integração com a equipe pedagógica;
III - Assegurar o alinhamento das práticas com as diretrizes da educação inclusiva,
em parceria com o Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão.
IV - Receber e acolher o Profissional de Apoio Escolar Inclusivo ao se apresentar na instituição de ensino, orientando quanto a participação obrigatória nas formações pedagógicas específicas para atuar na área;
V - Supervisionar as mediações viabilizadas pelo Apoio Escolar Inclusivo;
VI - Orientar, supervisionar, incentivar, acompanhar o Profissional de Apoio Escolar Inclusivo, bem como, solicitar assessoria ao Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 27° Os casos omissos serão analisados e dirimidos através de procedimento formal, respeitadas as diretrizes legais, pelo Núcleo Pedagógico de Educação Especial e Inclusão.
Art. 28° A presente instrução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 29° Fica revogada a Instrução Normativa n.º 02/2025.

Colombo, 09 de outubro de 2026

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária de Educação
Portaria nº 013/2025

Publicado por:
Marianna Fraga Jager
Código Identificador:D9152B7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2026

Súmula: "Decreta luto oficial no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Contenda".

O Presidente da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 03 três dias no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Contenda, Estado do Paraná, em sinal de pesar pelo falecimento do servidor EDSON LUIS FERREIRA.
Art. 2º As sessões ordinárias e as demais atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Contenda, permanecem inalteradas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas às disposições em contrário.

Contenda, 09 de outubro de 2026

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Marina Schultz Fragoso Padilha
Código Identificador:41BB4360

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2026 DISPENSA Nº 027/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 255/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2026
DISPENSA Nº 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 255/2026
OBJETO: Aquisição de cartilhas do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.361.0016.2.028.3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.
VALOR: R$ 3.987,36 (três mil novecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)
CONTRATADA: MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA, CNPJ n° 34.382.012/0001-40
VIGÊNCIA: 03 MESES
EXECUÇÃO: 03 MESES
DATA: 08/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:37411A0A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 164/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 252/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 164/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 252/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de Auxiliar de Serviços Gerais através da Chamada nº003/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.003.10.301.0019.2.043.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: MARISE RODRIGUES DE SOUZA, CNPJ: 62.645.252/0001-25
DATA: 09/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:E60C014D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2025
OBJETO: Reconstrução do site do município, hospedagem do mesmo e das contas de e-mail institucionais municipais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR: R$ 15.633,00
PRAZO DE VIGÊNCIA de 13 de outubro de 2026 até 13 de outubro de 2027.
PRAZO DE EXECUÇÃO de 13 de outubro de 2026 até 13 de outubro de 2027.
CONTRATADO: STYTECH DESENVOLVIMENTO DE SITES E SISTEMAS LTDA, CNPJ 21.987.322/0001-46
DATA: 09 de outubro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4D53CC6B

IPRECONTENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2026 PREGÃO ELETRONICO N° 002/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de Censo Previdenciário dos segurados do RPPS do Município de Contenda, abrangendo ativos, aposentados e pensionistas, incluindo coleta, atualização, validação e consolidação de dados cadastrais, funcionais e financeiros, com execução em modelo híbrido (presencial e digital), disponibilização de sistema informatizado, suporte técnico e entrega de base de dados atualizada e relatórios gerenciais.
PRAZO DE EXECUÇÃO: de 31 de outubro de 2026 até 30 de março de 2027.
PRAZO DE VIGÊNCIA: de 31 de outubro de 2026 até 30 de março de 2027.
CONTRATADO: INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA, CNPJ nº 12.078.030/0001-08
DATA: 08 de outubro de 2026

FABIO LUIS PADILHA
Presidente do IPRECONTENDA

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:FC85D896

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO ADITIVOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
TERMOS ADITIVOS
Resumo de Aditivo nº 01/2026 da Inexigibilidade de licitação nº 33/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida – Paraná. Objeto: Credenciamento de pessoa Jurídica para confecção de próteses dentárias totais e parciais removíveis, maxilar e mandibular, para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida. Prazo de vigência: 12 meses, de 27.10.2026 a 26.10.2027.

CONTRATO Nº	CONTRATADA	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO
79/2025	CELAB LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS LTDA	44.691.826/0001-10	417.600,00

Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026. Anderson Manique Barreto, Prefeito
Resumo de Aditivo nº 01/2026 da Inexigibilidade de licitação nº 33/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida – Paraná. Objeto: Credenciamento de pessoa Jurídica para confecção de próteses dentárias totais e parciais removíveis, maxilar e mandibular, para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida. Prazo de vigência: 12 meses, de 27.10.2026 a 26.10.2027.

CONTRATO Nº	CONTRATADA	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO
80/2025	F R M SERVIÇOS DE PRÓTESES LTDA	50.795.235/0001-95	417.600,00
81/2025	LORECI SALETE PÊSS BONISSONI ART'LAB	06.104.823/0001-43	417.600,00
82/2025	LUANA BORDIGNON OSÓRIO - ME	13.213.518/0001-55	417.000,00

Coronel Vivida, 07 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Jamyle Mariely Bairros da Silva
Código Identificador:7976A8F4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO AUTORIZAÇÃO DISPENSA 23-2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO
Processo de Dispensa de Licitação nº 23/2026
Processo Licitatório nº 123/2026, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, declaro dispensável a licitação nos termos do Artigo 75, inciso II, do diploma legal invocado, para contratação direta por dispensa de licitação. Contratação de empresa especializada para fornecimento de sonorização para a Quadra do Complexo Esportivo Barro Preto. Contratada: **MPDL EQUIPAMENTOS DE AUDIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 55.292.685/0001-89. Valor total de R$ 38.032,40 (trinta e oito mil, trinta e dois reais e quarenta centavos). Prazo de execução: 20 (vinte) dias úteis. Publique-se. Coronel Vivida, 09 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:C56CA87A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026 PROCESSO Nº 124/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 40/2026
PROCESSO nº 124/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação o Registro Preço **objetivando a aquisição de cascalho in natura irregular, cascalho britado regular limpo (graduado), cascalho britado fino limpo e cascalho britado regular (rachão médio), os quais serão utilizados pela Secretaria de Obras desta municipalidade**, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.364.500,00 (Três milhões trezentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 14:00 do dia 14/10/2026 às 08:00 horas do dia 27/10/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 27/10/2026
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 27/10/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 09 de outubro de 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:7B2B5E0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 PROCESSO Nº 119/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 41/2026
PROCESSO nº 119/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa objetivando o Registro de Preço para aquisição de medicamentos, destinados para uso em pacientes em tratamento médico no Hospital Santa Terezinha, bem como para compor a Farmácia Básica do Centro de Saúde e Unidades de Saúde desta municipalidade**, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 70.741,20 (Setenta mil setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 14:00 do dia 13/10/2026 às 08:00 horas do dia 28/10/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 28/10/2026
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 28/10/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 09 de outubro 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:E9FE7430

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2986/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 33.200,00 (trinta e três mil duzentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO
08.001.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001.15.452.0016.2.050 Manutenção da Iluminação Pública
237 - 3.3.90.39.00.00 507 OUTROS SERV. DE TERC. – PESSOA JURÍDICA.... R$ 11.000,00.
08.002.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO
08.002.26.782.0017.2.054 Manutenção da Frota Rodoviária
256 - 3.3.90.30.00.00 511 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 22.200,00.
Total Suplementação..... R$ 33.200,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.1.2.2.01.01.00.0000 Fonte 511..... R$ 19.200,00.
Receita 1.1.2.2.01.04.00.0000 Fonte 511..... R$ 3.000,00.
Receita 1.2.4.1.50.01.00.0000 Fonte 507..... R$ 11.000,00.
Total da Receita..... R$ 33.200,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:7F58C5CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2987/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 47.164,00 (quarenta e sete mil cento e sessenta e quatro reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIADEASSISTÊNCIASOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.1.038 Estruturação Física para a Política de Assistência Social
430 - 4.4.90.52.00.00 3401EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE..... R$ 31.164,00.
08.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO
08.002.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO
08.002.26.782.0017.2.054 Manutenção da Frota Rodoviária
429 - 3.3.90.30.00.00 3511 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 16.000,00.
Total Suplementação..... R$ 47.164,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:B5662954

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2988/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE PESSOAL EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º- **EXONERAR**, por motivo de falecimento, a Senhora **CLARICE LURDES VALANCUELO,** brasileira, solteira, ocupante do Cargo provimento efetivo de **Técnico de Enfermagem** matricula funcional nº 40031, admitido em 01/03/2010, lotada na Secretária Municipal de Saúde.
Art. 2° - Fica decretado vago o cargo que o mesmo ocupava, conforme estabelece a lei n°. 035/2011.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:1E8581B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 158/2026

SUMULA: AUTORIZAR CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA:

O Prefeito Municipal de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº.

037/2011 de 08/11/2011, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Diamante D'Oeste.
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER, conforme solicitação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, com período aquisitivo de 30 (trinta) dias, sendo que a mesmo irá gozar a partir de 05/10/2026 até o dia 03/11/2026, para o seguinte servidor do quadro efetivo:

NOME	CARGO	MATRICULA
MARIA NAIR DE LIMA	Professora	21001 e 21002

Art. 2 º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D´Oeste Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:A3983DDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PR SRP 39/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 142/2026**, na modalidade **Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preço sob nº 39/2026**, **Contratação 989915-20/2026** no compras.gov.br, do tipo **menor preço por item**, para **aquisição de tênis e garrafa térmica – Programa Cuida Mais - destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Diamante D´Oeste;** devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **22-10-2026 às 9h (nove horas).** Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 09 de Outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:149D1B4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Institui o Plano Municipal de Comunicação, Monitoramento e Mobilização da Política Municipal de Alfabetização e estabelece diretrizes para análise, divulgação e acompanhamento dos resultados educacionais da Rede Municipal de Ensino de Diamante D'Oeste – PR.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Municipal nº 567/2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização, no Decreto nº 2.974/2026 que institui o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política Municipal de Alfabetização, bem como as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023: institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Lei nº 567, de 22 de setembro de 2026: institui a Política de Alfabetização Municipal para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Diamante D'Oeste/PR em consonância com o programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.435, de 25 de julho de 2023: dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Cenac);

CONSIDERANDO a Decreto nº 2.974, de 29 de setembro de 2026: dispõe sobre a criação dos membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.

CONSIDERANDO a Portaria nº 351, de 4 de agosto de 2023: estabelece diretrizes e orientações para que os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma complementar ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e ofereçam subsídios para o monitoramento do CNCA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1773, de 1º de setembro de 2023: institui a Comissão de Acompanhamento Permanente do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023: dispõe sobre as atribuições, a composição e o funcionamento da RENALFA e define os valores para o pagamento de bolsas de formação continuada para os articuladores do CNCA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 47, de 29 de setembro de 2023: designa os Articuladores da Renalfa do CNCA;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Comunicação, Monitoramento e Mobilização da Política Municipal de Alfabetização, com a finalidade de fortalecer a governança da política pública, promover o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais e garantir a transparência das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º O Plano tem como princípios:
Gestão democrática;
Transparência das informações;
Uso pedagógico dos dados educacionais;
Corresponsabilidade entre secretaria municipal de educação, escolas e comunidade escolar;
Melhoria contínua da aprendizagem;
Participação coletiva na definição de estratégias pedagógicas.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos do Plano:
Fortalecer a comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as
instituições de ensino e a comunidade escolar;
Promover a análise permanente dos indicadores educacionais;
Subsidiar a tomada de decisões pedagógicas baseadas em evidências;
Divulgar os resultados das avaliações internas e externas;
Mobilizar profissionais da educação para o alcance das metas da Política Municipal de Alfabetização;
Fortalecer a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua;
Incentivar a participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.

CAPÍTULO III
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 4º Constituem públicos-alvo do Plano:
Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Diretores escolares;
Coordenadores pedagógicos;
Professores;
Professores de apoio e demais profissionais da educação;
Estudantes;
Famílias;
Conselho Municipal de Educação;
Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política Municipal de Alfabetização;
Comunidade em geral.

CAPÍTULO IV
DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Art. 5º A comunicação será realizada por meio de:
Reuniões técnicas;
Reuniões pedagógicas;
Encontros de análise de resultados;
Formações continuadas;
Visitas técnicas às escolas;
Grupos institucionais de comunicação;
Ofícios, memorandos e circulares;
Sítio eletrônico oficial do município;
Redes sociais institucionais;
Boletins informativos;
Reuniões com famílias;
Audiências e eventos educacionais.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo realizará o acompanhamento sistemático dos indicadores de aprendizagem por meio da análise de resultados provenientes das avaliações internas e externas.

§1º Serão considerados, entre outros:
Avaliações diagnósticas municipais;
Avaliações de fluência leitora;
Prova Paraná;
SAEB;
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
Demais avaliações oficiais.

Artigo 7º Os resultados serão analisados em reuniões técnicas periódicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

§1º As reuniões ocorrerão conforme cronograma anual definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, Cultura, Esporte e Turismo.

§2º Os professores serão organizados em grupos estratégicos de trabalho, considerando a etapa de ensino, o ano escolar e as especificidades das turmas.

§3º Durante as reuniões serão realizadas:
Análise dos indicadores de aprendizagem;
Identificação de avanços;
Identificação de defasagens;
Estudo dos descritores e habilidades;
Planejamento coletivo de intervenções pedagógicas;
Elaboração de estratégias de recomposição das aprendizagens;
Definição de metas de acompanhamento.

CAPÍTULO VI
DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Art. 8º Constituem estratégias permanentes de mobilização:
Reuniões pedagógicas nas escolas;
Encontros de formação continuada;
Devolutivas pedagógicas dos resultados;
Divulgação de boas práticas;
Acompanhamento individualizado das instituições de ensino;
Orientação às famílias sobre o desenvolvimento da aprendizagem;
Campanhas de incentivo à leitura;
Projetos municipais de alfabetização.

CAPÍTULO VII
DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo divulgará periodicamente os resultados educacionais da rede municipal, respeitando a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais.

§1º A divulgação ocorrerá por meio de:

Reuniões técnicas;
Reuniões com gestores;
Reuniões pedagógicas;
Apresentações ao comitê estratégico;
Relatórios técnicos;
Boletins informativos;
Apresentações ao conselho municipal de educação.

§2º Os resultados deverão subsidiar a elaboração dos planos de ação das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

CAPÍTULO VIII
DAS COMPETÊNCIAS DO COMITÊ ESTRATÉGICO

Art. 10. Compete ao Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política Municipal de Alfabetização:
Acompanhar os indicadores educacionais da rede municipal;
Analisar os relatórios produzidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Monitorar o cumprimento das metas da política municipal de alfabetização;
Propor estratégias para melhoria dos resultados;
Acompanhar a implementação das intervenções pedagógicas;
Avaliar a efetividade das ações desenvolvidas;
Emitir recomendações técnicas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Elaborar relatório anual de monitoramento da política municipal de alfabetização.

Art. 11 RESPONSABILIDADES

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

coordenar e supervisionar a execução do Plano;
produzir materiais institucionais;
divulgar resultados e indicadores;
promover campanhas municipais**.**

Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização

acompanhar a implementação do plano;
analisar os indicadores;
propor melhorias;
apoiar as ações de mobilização.

Diretores Escolares

implementar o Plano Local de Comunicação;
promover reuniões com famílias;
divulgar os resultados da unidade escolar;
estimular a participação da comunidade.

Coordenadores Pedagógicos

organizar devolutivas pedagógicas;
orientar professores quanto ao uso dos dados das avaliações;
apoiar ações de comunicação com as famílias.

Professores

I manter diálogo permanente com as famílias;
II compartilhar orientações para o acompanhamento das aprendizagens;
III participar das ações de mobilização e divulgação das práticas pedagógicas.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Plano Municipal de Comunicação, Monitoramento e Mobilização será revisado anualmente pelo Comitê Estratégico Municipal, considerando os resultados obtidos e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026.

ELISIANE VANUSA BATISTA DA SILVA
Secretária Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Turismo

ANEXO ÚNICO
PERIODICIDADE DAS AÇÕES

AÇÕES	PERIODICIDADE
Publicação de atos oficiais	Conforme demanda.
Divulgação dos resultados das avaliações internas e externas	Após a consolidação dos resultados nas plataformas.
Devolutiva dos resultados junto à Equipe Gestora	Após a divulgação dos resultados.
Reunião com a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Mensal.
Reuniões com o Comitê estratégico Municipal da Política de Alfabetização	Bimestral.
Formações Continuadas	Anual, conforme cronograma do calendário anual.
Divulgação Institucional	Diariamente, conforme demanda.
Socialização de boas práticas pedagógicas.	Anual, no decorrer de todo ano letivo.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:D00B0FEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026.

Institui o Programa Municipal de Certificação e Reconhecimento dos Profissionais da Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Diamante D'Oeste, e estabelece procedimentos para sua implementação, registro, certificação e reconhecimento institucional.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, especialmente as disposições relativas à garantia do direito à aprendizagem, à organização da educação básica e à autonomia dos sistemas de ensino;
CONSIDERANDO as diretrizes e ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada instituído pelo Governo Federal, voltadas à garantia do direito à alfabetização e à redução das desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO o Decreto n.º 396 de 1º de dezembro de 2025, sobre a Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO, a importância da formação continuada dos profissionais da educação para o fortalecimento das políticas de alfabetização, recomposição das aprendizagens, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes;
CONSIDERANDO a importância da valorização e do reconhecimento dos profissionais da educação que participam e concluem ações formativas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO a necessidade de manter registros institucionais que possibilitem comprovar a realização das ações de formação continuada, a participação dos profissionais, a carga horária cumprida e a emissão dos respectivos certificados,

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA
Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Diamante D'Oeste, o Programa Municipal de Certificação e Reconhecimento dos Profissionais da Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens.
Art. 2º -.O Programa tem por finalidade promover, incentivar, certificar e reconhecer institucionalmente a participação e a conclusão dos profissionais da educação em ações de formação continuada relacionadas à alfabetização, à recomposição das aprendizagens e ao fortalecimento das práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Art. 3º - O Programa constitui iniciativa institucional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo integrando as ações municipais de formação continuada e de implementação das políticas de alfabetização e recomposição das aprendizagens.
Art. 4º - O Programa poderá contemplar ações formativas realizadas pela própria Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo bem como formações promovidas em parceria ou articulação com órgãos públicos, instituições de ensino, programas, projetos e demais instituições oficialmente reconhecidas.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 5º - São objetivos do Programa:
I – fortalecer a política municipal de formação continuada dos profissionais da educação;
II – promover o desenvolvimento profissional de gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas;
III – ampliar e qualificar as práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização;
IV – fortalecer ações de recomposição das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – incentivar a participação dos profissionais em formações continuadas;
VI – reconhecer institucionalmente o compromisso dos profissionais com sua formação e com a melhoria da aprendizagem dos estudantes;
VII – assegurar o registro formal das ações de formação continuada realizadas pela Rede Municipal de Ensino;
VIII – promover a certificação dos profissionais que cumprirem os critérios de participação e conclusão estabelecidos para cada formação;
IX – contribuir para a implementação e o fortalecimento das políticas municipais, estaduais e nacionais de alfabetização;
CAPÍTULO III
DO PÚBLICO-ALVO
Art. 6º - Poderão participar das ações do Programa:
I – professores da Educação Infantil;
II – professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – professores responsáveis por ações de recomposição das aprendizagens;
IV – coordenadores pedagógicos;
V – gestores escolares;
VI – integrantes das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
VII – articuladores e formadores vinculados às políticas de alfabetização;
VIII – demais profissionais da educação definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo único: A participação nas ações formativas será realizada de acordo com o interesse de cada profissional, considerando sua área

de atuação, a etapa ou faixa etária dos estudantes atendidos e a pertinência da temática para sua prática pedagógica, observados os objetivos e o público-alvo definidos para cada formação.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 7º - Poderão integrar o Programa, entre outras, as seguintes modalidades de formação:

I – cursos de formação continuada;
II – jornadas pedagógicas;
III – encontros formativos;
IV – seminários;
V – oficinas;
VI – palestras e conferências;
VII – grupos de estudos;
VIII – reuniões formativas;
IX – formações relacionadas à alfabetização;
X – formações relacionadas à recomposição das aprendizagens;
XI – formações sobre avaliação e acompanhamento da aprendizagem;
XII – formações relacionadas às práticas de leitura, escrita e matemática;
XIII – formações vinculadas ao Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada – CNCA;
XIV – demais ações formativas oficialmente reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Art. 8º - Cada ação formativa deverá possuir planejamento ou registro institucional contendo, preferencialmente:

I – título da formação;
II – justificativa;
III – objetivos;
IV – público-alvo;
V – período de realização;
VI – carga horária;
VII – conteúdos ou temáticas abordadas;
VIII – metodologia;
IX – critérios de participação e conclusão;
X – responsável pela formação.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO E CONCLUSÃO

Art. 9º - A certificação dos participantes ficará condicionada ao cumprimento dos critérios estabelecidos para cada ação formativa, observados os percentuais de participação e frequência previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 10. Poderão ser considerados critérios para conclusão:

I – frequência mínima estabelecida para a respectiva ação formativa;
II – participação nas atividades propostas;
III – realização das atividades formativas;
IV – cumprimento da carga horária correspondente ao percentual de participação alcançado;
V – realização de atividades avaliativas, quando previstas;
VI – apresentação ou entrega de atividades, quando exigidas;
VII – outros critérios previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo .

Art. 10- O reconhecimento das boas práticas poderá ocorrer mediante:

I - certificação;
II - troféu, medalha ou menção honrosa;
III - divulgação nos canais institucionais do Município;
IV - apresentação das experiências em encontros, seminários, formações ou eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Educação;
V - publicação, sistematização ou registro institucional das práticas reconhecidas;

§ 1º O reconhecimento de que trata este Capítulo não terá natureza pecuniária.

§ 2º O reconhecimento não gera incorporação remuneratória, vantagem funcional permanente ou direito à sua repetição em exercícios posteriores.

§ 3º - O profissional que apresentar percentual de participação inferior a 75% não fará jus à certificação no âmbito do Programa, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e analisadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 11. A relação dos profissionais concluintes deverá ser formalmente registrada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

CAPÍTULO VI

DA CERTIFICAÇÃO

Art. 12. Os profissionais que concluírem as ações formativas receberão Certificado de Participação e Conclusão de Formação Continuada, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo ou pela instituição responsável pela formação, conforme a natureza da ação.

Art. 13. O certificado emitido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo deverá conter, no mínimo:

I – identificação do Município e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
II – nome completo do profissional;
III – cargo ou função;
IV – unidade escolar ou setor de vinculação;
V – nome da formação;
VI – temática da formação;
VII – período de realização;
VIII – carga horária;
IX – declaração de participação e conclusão;
X – data de emissão;
XI – assinatura da autoridade responsável;
XII – número de registro do certificado, quando adotado.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo manterá registro das certificações emitidas, contendo a identificação dos profissionais certificados, a formação realizada, a carga horária e a data de emissão.

CAPÍTULO VII

DO RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo poderá promover ações de reconhecimento institucional dos profissionais que participarem e concluírem formações relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

Art. 16. O reconhecimento institucional poderá ocorrer mediante:

I – emissão de certificado;
II – declaração de reconhecimento;
III – menção honrosa;
IV – registro institucional da participação;
V – entrega pública de certificados;
VI – divulgação das ações nos canais institucionais;
VII – reconhecimento dos profissionais em eventos pedagógicos;
VIII – outras formas de valorização definidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 16-A. A execução das ações de certificação e reconhecimento institucional previstas nesta Instrução Normativa deverá ocorrer até o encerramento do ano letivo de vigência, contemplando os profissionais que participarem e concluírem as ações de formação continuada relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

§ 1º - As ações de reconhecimento institucional poderão ser realizadas de forma contínua ao longo do ano letivo ou concentradas em momento específico definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, desde que concluídas até o encerramento do respectivo ano letivo.

§ 2º - Ao final do ano letivo, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo deverá consolidar os registros das formações realizadas, dos profissionais participantes e concluintes, da carga horária cumprida e dos certificados emitidos, assegurando a documentação comprobatória da execução do Programa.

§ 3º - O reconhecimento institucional deverá abranger os profissionais que atenderem aos critérios de participação e conclusão estabelecidos para as respectivas ações formativas realizadas durante o ano letivo.

Parágrafo único. As ações de reconhecimento terão caráter institucional e formativo, destinando-se à valorização dos profissionais e ao fortalecimento da cultura de formação continuada na Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VIII

DO REGISTRO INSTITUCIONAL DAS FORMAÇÕES

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo manterá Registro Institucional das Ações de Formação, Certificação e Reconhecimento, destinado a documentar as formações realizadas no âmbito do Programa.

Art. 18. O registro institucional deverá conter, sempre que aplicável:

I – identificação da formação;
II – temática;
III – objetivos;

IV – período de realização;
V – carga horária;
VI – público-alvo;
VII – identificação dos formadores;
VIII – relação nominal dos participantes;
IX – cargo ou função dos participantes;
X – unidade escolar ou setor de vinculação;
XI – controle de frequência;
XII – critérios de conclusão;
XIII – relação dos profissionais concluintes;
XIV – número dos certificados emitidos;
XV – data de emissão dos certificados;
XVI – registros fotográficos ou outros registros institucionais, quando disponíveis;
XVII – relatório final da ação formativa, quando elaborado.

Art. 19. Os documentos comprobatórios das ações formativas poderão ser mantidos em meio físico e/ou digital, observadas as normas de organização, guarda e proteção dos documentos institucionais.

CAPÍTULO IX
DO RELATÓRIO ANUAL

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo poderá elaborar, ao final de cada ano letivo, Relatório Anual do Programa Municipal Certificação e Reconhecimento dos Profissionais da Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens.

Art. 21. O relatório poderá apresentar:
I – número de formações realizadas;
II – temáticas abordadas;
III – carga horária total ofertada;
IV – número de profissionais participantes;
V – número de profissionais concluintes;
VI – número de certificados emitidos;
VII – identificação dos segmentos profissionais participantes;
VIII – principais ações desenvolvidas;
IX – registros e evidências das formações;
X – resultados e encaminhamentos decorrentes das ações formativas.

CAPÍTULO X
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 22. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:
I – planejar e promover ações de formação continuada;
II – definir o público-alvo de cada formação;
III – estabelecer os critérios de participação e conclusão;
IV – acompanhar a frequência e participação dos profissionais;
V – emitir os certificados aos concluintes;
VI – manter os registros institucionais;
VII – promover ações de reconhecimento;
VIII – organizar e arquivar a documentação comprobatória;
IX – elaborar relatórios das ações realizadas;
X – articular as formações às políticas de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

Art. 23. Compete aos profissionais participantes:
I – participar das ações formativas;
II – cumprir os critérios estabelecidos;
III – realizar as atividades propostas;
IV – cumprir a carga horária prevista;
V – aplicar, sempre que pertinente, os conhecimentos construídos nas formações em sua prática profissional.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As ações desenvolvidas no âmbito deste Programa poderão ser articuladas às ações do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada – CNCA, às políticas estaduais de alfabetização e às demais iniciativas municipais relacionadas à melhoria da aprendizagem.

Art. 28. A documentação produzida no âmbito do Programa poderá integrar os registros oficiais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e compor processos de monitoramento, acompanhamento e avaliação das políticas municipais de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo poderá estabelecer normas complementares necessárias à execução desta Instrução Normativa.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Diamante D'Oeste – Paraná.

Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Diamante D'Oeste - Estado do Paraná, 09 de outubro de dois mil e vinte e seis.

ELISIANE VANUSA BATISTA DA SILVA
Secretária Municiapal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:F5A587A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DISPENSA 51

E X T R A T O C O N T R A T U A L D E F O R N E C I M E N T O

QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTE D'OESTE/PR,** e as empresas **"SAX MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP", "CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA" e "CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA – EPP".** PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 143/2026; MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL SOB Nº 51/2026. OBJETO: A aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, referentes aos itens que restaram desertos no Pregão Eletrônico nº 13/2026; Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO Nº 110/2026, datado de 09-10-2026 vigência de 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de Outubro de 2027.

CONTRATADO	Valor Global R$
"SAX MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP", Inscrito no CNPJ nº 53.596.430/0001-84. Contrato sob o nº 267/2026.	**R$ 47.182,00**
"CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA", inscrita no CNPJ sob nº 03.652.030/0001-70. Contrato sob o nº 268/2026.	**R$1.690,00**
"CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA", inscrita no CNPJ sob nº 32.743.242/0001-61. Contrato sob o nº 269/2026.	**R$ 19.204,00**

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:4FE618E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
PORTARIA Nº 019/2026

PORTARIA Nº 019/2026

JUAREZ ALBERTON, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conforme o art. 35, inciso XXIX e art. 41, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, da Lei nº 1680/12 e do art.90, inciso I da Lei Municipal n.º 577/93.

RESOLVE

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias remanescentes à Servidora **Albina Boggio Rodrigues**, referente ao período aquisitivo de 14/01/2025 a 13/01/2026.
Art. 2º O período de gozo de férias inicia-se em 13/10/2026 e finda-se em 27/10/2026;
Art. 3º Fica autorizado o pagamento do adiantamento proporcional do período de férias previsto no artigo 1º no mês de outubro de 2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, em 09 de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Registre-se.
Publique-se.

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:75878EBA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 116/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 116/2026

Contrato	458/2026 – Pregão Eletrônico nº 90064/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Jessica Alves Comercial Ltda - CNPJ/MF nº 54.517.369/0001-03.
Objeto	Aquisição de equipamentos de som para atendimento das necessidades de sonorização dos eventos e atividades desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 3.358,00 (três mil, trezentos e cinquenta e oito reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	05 de outubro de 2026.

Contrato	459/2026 – Pregão Eletrônico nº 90064/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Prosul Comércio e Serviços Ltda - CNPJ/MF nº 62.110.122/0001-98.
Objeto	Aquisição de equipamentos de som para atendimento das necessidades de sonorização dos eventos e atividades desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 1.083,92 (um mil, oitenta e três reais e noventa e dois centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	05 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	031/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Jhonata Michel Mozzer - CPF nº 064.xxx.xxx-60.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	032/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Juliano Tombini - CPF nº 972.xxx.xxx-20.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	033/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Mauro Mugnol - CPF nº 645.xxx.xxx-72.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	034/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Amanda Rita Della Justina - CPF nº 120.xxx.xxx-09.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	035/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Sidney Della Justina - CPF nº 856.xxx.xxx-15.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	036/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Lenecir Rita – CPF nº 039.xxx.xxx-65.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	038/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Anderson Gonçalves - CPF nº 093.xxx.xxx-07.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Viz inhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	07 de outubro de 2026.

Dois Vizinhos, 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F299A458

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0085/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0085/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PARANÁ E A EMPRESA VELOZSPORTS MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olívio Gabriel de Oliveira, nº 10, Centro, Doutor Ulysses/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Júnior, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **Velozsports Materiais Esportivos LTDA** inscrita no CNPJ nº 52.233.615/0001-61 com sede na Avenida Américo Belay, 1158, Sala 01-147, Jardim Imperial, Cep 87025210, cidade de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. Cristiane dos Santos Bertolasce, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Processo Administrativo nº 0065/2026 e da Dispensa de Licitação nº 0013/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do Município de Doutor Ulysses – PR, contemplando treinamentos, projetos esportivos, competições, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	BOLA DE FUTSAL PROFISSIONAL, OFICIAL CONSTRUÇÃO TERMOTEC OU TERMOFUSION (100% SEM COSTURA), GARANTINDO ZERO ABSORÇÃO DE ÁGUA, MAIOR DURABILIDADE E ESFERICIDADE PERFEITA. MATERIAL EXTERNO EM POLIURETANO (PU) PRO DE ALTA QUALIDADE PARA MACIEZ E CONFORTO.	penalty	12	R$ 138,9600	R$ 1.667,5200

	ESTRUTURA INTERNA COM CÂMARA 6D (6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE) OU AIRBILITY PARA EQUILÍBRIO E PRECISÃO. COM ESPECIFICAÇÕES SIMILAR OU SUPERIOR. MIOLO SUBSTITUÍVEL E LUBRIFICADO, TIPO CÁPSULA SIS. PESO: 410G A 440G. CIRCUNFERÊNCIA: 62,5CM A 63,5CM. GOMOS: 14 A 16.				
2	BOLA OFICIAL PARA FUTEBOL DE CAMPO CONFECCIONADA EM POLIURETANO (PU) OU MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA COM TECNOLOGIA QUE PROPORCIONE BAIXA ABSORÇÃO DE ÁGUA CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68 CM E 70 CM PESO ENTRE 410 G E 450 G CONSTRUÇÃO TERMOFUSIONADA OU COSTURADA ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE INDICADA PARA USO EM COMPETIÇÕES E TREINAMENTOS EM GRAMADOS NATURAIS E SINTÉTICOS.	magussy	20	R$ 48,9700	R$ 979,4000
5	TROFÉU 2° LUGAR COM APROXIMADAMENTE 130 CM.	jebs	1	R$ 531,6900	R$ 531,6900
9	CARTÃO DE ARBITRAGEM FUTSAL - KIT CARTÃO OFICIAL DE ÁRBITRO DE FUTSAL NAS CORES VERMELHO, AMARELO E AZUL, MEDINDO 8 X 9,5 CM (LXA) , FABRICADO EM PLÁSTICO INJETADO.	saclibu	2	R$ 23,8300	R$ 47,6600

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
II – Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 02/2026;
III – Termo de Referência;
IV - Demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência contratual não altera o prazo de entrega dos materiais, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

3.2. A entrega será realizada em local indicado pela Administração Municipal, na sede do Município de Doutor Ulysses – PR.

3.3. O preço contratado deverá compreender frete, seguro, tributos, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento.

3.4. Os materiais serão recebidos para conferência das quantidades e especificações e, constatada a conformidade, será realizado o recebimento definitivo.

3.5. Os materiais entregues em desconformidade com as especificações, danificados ou que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal do Município.

3.6. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Jeverson Eduardo Chamberlain Prodossimo, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e a fiscalização sob responsabilidade de Gabriel da Silva Fitz, Diretor de Esportes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 3.226,27(três mil duzentos e vinte seis reais e vinte sete centavos).

4.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, frete, seguro, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à vista, após a entrega, conferência e atesto dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.2. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida, devendo a CONTRATADA manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Receber e conferir os materiais;
II – Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas;
III – Efetuar o pagamento após o recebimento, conferência e atesto;
IV – Fornecer as informações necessárias à execução;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
VI – Aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer os materiais nas quantidades e especificações estabelecidas;
II – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos;
III – Substituir, sem ônus, materiais defeituosos, danificados ou desconformes, nos prazos estabelecidos;
IV – Arcar com os custos relacionados ao fornecimento e transporte;
V – Cumprir os prazos estabelecidos;
VI – Manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante. Para as traves metálicas, deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses.

9.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, observados os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Red	Dotação	Fonte	Tipo de despesa
420	15.001.27.812.0018.2.057.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO
425	15.001.27.812.0018.2.057.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul/PR (ou comarca competente da região), para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

Doutor Ulysses/PR, 05 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal
Contratante

Velozsports Materiais Esportivos LTDA
CRISTIANE DOS SANTOS BERTOLASCE
Contratada

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer,
Gestor do Contrato

GABRIEL DA SILVA FITZ
Diretor de Esportes
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A0B3DA3C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0087/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0087/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PARANÁ E A EMPRESA 64.387.196 BRUNA MELRO FRANCO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olívio Gabriel de Oliveira, nº 10, Centro, Doutor Ulysses/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Júnior, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **64.387.196 Bruna Melro Franco** inscrita no CNPJ nº 64.387.196/0001-00 com sede na Rua Jornalista Moacir Padilha, Centro, Cep 24020350, cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada pela Sra. Bruna Melro Franco, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Processo Administrativo nº 0065/2026 e da Dispensa de Licitação nº 0013/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do Município de Doutor Ulysses – PR, contemplando treinamentos, projetos esportivos, competições, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	BOLA DE VOLEIBOL PROFISSIONAL DE QUADRA, OFICIAL, COM SELO DE APROVAÇÃO DA FIVB (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL) OU CBV (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL). CONFECCIONADA EM MATERIAL SUPER COMPOSITE COVER OU POLIURETANO (PU) DE ALTA RESISTÊNCIA. TECNOLOGIA DE MATRIZAGEM OU COSTURA INVISÍVEL QUE PROPORCIONA MACIEZ E ADERÊNCIA. CÂMARA DE BUTIL OU LATEX, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. PESO OFICIAL: 260G A 280G. CIRCUNFERÊNCIA: 65CM A 67CM (TAMANHO 5). 18 GOMOS.	mikasa	6	R$ 220,0000	R$ 1.320,0000

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
II – Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 02/2026;
III – Termo de Referência;
IV - Demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência contratual não altera o prazo de entrega dos materiais, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.
3.2. A entrega será realizada em local indicado pela Administração Municipal, na sede do Município de Doutor Ulysses – PR.
3.3. O preço contratado deverá compreender frete, seguro, tributos, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento.
3.4. Os materiais serão recebidos para conferência das quantidades e especificações e, constatada a conformidade, será realizado o recebimento definitivo.
3.5. Os materiais entregues em desconformidade com as especificações, danificados ou que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal do Município.
3.6. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Jeverson Eduardo Chamberlain Prodossimo, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e a fiscalização sob responsabilidade de Gabriel da Silva Fitz, Diretor de Esportes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 1.320,00(um mil trezentos e vinte reais).
4.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, frete, seguro, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à vista, após a entrega, conferência e atesto dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
5.2. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida, devendo a CONTRATADA manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Receber e conferir os materiais;
II – Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas;
III – Efetuar o pagamento após o recebimento, conferência e atesto;
IV – Fornecer as informações necessárias à execução;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
VI – Aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer os materiais nas quantidades e especificações estabelecidas;
II – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos;
III – Substituir, sem ônus, materiais defeituosos, danificados ou desconformes, nos prazos estabelecidos;
IV – Arcar com os custos relacionados ao fornecimento e transporte;
V – Cumprir os prazos estabelecidos;
VI – Manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante. Para as traves metálicas, deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses.
9.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, observados os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Red	Dotação	Fonte	Tipo de despesa
420	15.001.27.812.0018.2.057.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO
425	15.001.27.812.0018.2.057.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul/PR (ou comarca competente da região), para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

Doutor Ulysses/PR, 05 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal
Contratante

64.387.196 Bruna Melro Franco

BRUNA MELRO FRANCO
Contratada
JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretário Municipal De Esportes, Recreação E Lazer,
Gestor Do Contrato
GABRIEL DA SILVA FITZ
Diretor De Esportes
Fiscal Do Contrato

Testemunhas:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:9EC1F4CF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0088/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0088/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PARANÁ E A EMPRESA RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPO RTIVOS LTDA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olívio Gabriel de Oliveira, nº 10, Centro, Doutor Ulysses/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Júnior, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **Rmm Sports Comercio de Produtos Esportivos LTDA** inscrita no CNPJ nº 22.382.705/0001-53 com sede na Avenida Rio Branco, 762, Bairro Zona 05, Cep 87015380, cidade de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Gulla, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Processo Administrativo nº 0065/2026 e da Dispensa de Licitação nº 0013/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do Município de Doutor Ulysses – PR, contemplando treinamentos, projetos esportivos, competições, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
7	REDE DE FUTEBOL SOCIETY ESTILO EUROPEU 4M – FIO 4 NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, MALHA 14 TAMANHO: (LXA) 5,20X,2,30M LATERAL: INFERIOR SUPERIOR 1,50 M	ppe	2	R$ 411,0000	R$ 822,0000
8	REDE PARA VOLEIBOL OFICIAL CONFECCIONADA EM FIO DE POLIETILENO (PE) 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO CONTRA RAIOS UV ESPESSURA MÍNIMA DE 2 MM MALHA DE 10 X 10 CM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,00 M DE ALTURA POR 9,50 M DE COMPRIMENTO FAIXA SUPERIOR CONFECCIONADA EM LONA SINTÉTICA OU PVC BRANCO COM LARGURA MÍNIMA DE 5 CM CABO DE AÇO GALVANIZADO OU REVESTIDO EM PVC NA PARTE SUPERIOR PARA FIXAÇÃO LATERAIS REFORÇADAS ACABAMENTO RESISTENTE INDICADA PARA USO EM QUADRAS ESPORTIVAS INTERNAS E EXTERNAS COM ELEVADA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E ÀS INTEMPÉRIES PRODUTO NOVO DE PRIMEIRA QUALIDADE COM GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	ppe	1	R$ 306,2000	R$ 306,2000

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
II – Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 02/2026;
III – Termo de Referência;
IV - Demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência contratual não altera o prazo de entrega dos materiais, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

3.2. A entrega será realizada em local indicado pela Administração Municipal, na sede do Município de Doutor Ulysses – PR.

3.3. O preço contratado deverá compreender frete, seguro, tributos, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento.

3.4. Os materiais serão recebidos para conferência das quantidades e especificações e, constatada a conformidade, será realizado o recebimento definitivo.

3.5. Os materiais entregues em desconformidade com as especificações, danificados ou que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal do Município.

3.6. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Jeverson Eduardo Chamberlain Prodossimo, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e a fiscalização sob responsabilidade de Gabriel da Silva Fitz, Diretor de Esportes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 1.128,00(um mil cento e vinte e oito reais e vinte centavos).
4.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, frete, seguro, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à vista, após a entrega, conferência e atesto dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
5.2. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida, devendo a CONTRATADA manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Receber e conferir os materiais;
II – Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas;
III – Efetuar o pagamento após o recebimento, conferência e atesto;
IV – Fornecer as informações necessárias à execução;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
VI – Aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer os materiais nas quantidades e especificações estabelecidas;
II – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos;
III – Substituir, sem ônus, materiais defeituosos, danificados ou desconformes, nos prazos estabelecidos;
IV – Arcar com os custos relacionados ao fornecimento e transporte;
V – Cumprir os prazos estabelecidos;
VI – Manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante. Para as traves metálicas, deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses.
9.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, observados os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Red	Dotação	Fonte	Tipo de despesa
420	15.001.27.812.0018.2.057.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO
425	15.001.27.812.0018.2.057.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul/PR (ou comarca competente da região), para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

Doutor Ulysses/PR, 05 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal
Contratante

RMM Sports Comercio de Produtos Esportivos LTDA
GIAN CARLOS GULLA
Contratada

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer,
Gestor Do Contrato

GABRIEL DA SILVA FITZ
Diretor de Esportes
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3C770D2F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0089/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0089/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PARANÁ E A EMPRESA AK INOVAÇÕES LTDA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olívio Gabriel de Oliveira, nº 10, Centro, Doutor Ulysses/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Júnior, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **AK INOVAÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ nº 53.696.164/0001-61 com sede na Rua Professor Amalio Pinheiro, Bairro Santa Cruz, sala 3, Cep 85015440, cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Alenson Francisco Kulka, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Processo Administrativo nº 0065/2026 e da Dispensa de Licitação nº 0013/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do Município de Doutor Ulysses – PR, contemplando treinamentos, projetos esportivos, competições, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Descrição dos itens:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
14	TROFÉU 1° LUGAR COM APROXIMADAMENTE 160 CM.	1	R$ 655,8400	R$ 655,8400

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
II – Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 02/2026;
III – Termo de Referência;
IV - Demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
2.2. O prazo de vigência contratual não altera o prazo de entrega dos materiais, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.
3.2. A entrega será realizada em local indicado pela Administração Municipal, na sede do Município de Doutor Ulysses – PR.
3.3. O preço contratado deverá compreender frete, seguro, tributos, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento.
3.4. Os materiais serão recebidos para conferência das quantidades e especificações e, constatada a conformidade, será realizado o recebimento definitivo.
3.5. Os materiais entregues em desconformidade com as especificações, danificados ou que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal do Município.
3.6. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Jeverson Eduardo Chamberlain Prodossimo, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e a fiscalização sob responsabilidade de Gabriel da Silva Fitz, Diretor de Esportes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 655,84 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).
4.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, frete, seguro, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à vista, após a entrega, conferência e atesto dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
5.2. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida, devendo a CONTRATADA manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Receber e conferir os materiais;
II – Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas;
III – Efetuar o pagamento após o recebimento, conferência e atesto;
IV – Fornecer as informações necessárias à execução;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
VI – Aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer os materiais nas quantidades e especificações estabelecidas;
II – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos;
III – Substituir, sem ônus, materiais defeituosos, danificados ou desconformes, nos prazos estabelecidos;
IV – Arcar com os custos relacionados ao fornecimento e transporte;
V – Cumprir os prazos estabelecidos;
VI – Manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante. Para as traves metálicas, deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses.
9.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, observados os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Red	Dotação	Fonte	Tipo de despesa
420	15.001.27.812.0018.2.057.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO
425	15.001.27.812.0018.2.057.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul/PR (ou comarca competente da região), para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

Doutor Ulysses/PR, 05 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal
Contratante

AK Inovações LTDA
ALENSON FRANCISCO KULKA
Contratada

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, Gestor Do Contrato

GABRIEL DA SILVA FITZ
Diretor de Esportes
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:9B871B51

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PARANÁ E A EMPRESA SANGAO REDES ESPORTIVAS LTDA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olívio Gabriel de Oliveira, nº 10, Centro, Doutor Ulysses/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Júnior, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **SANGAO REDES ESPORTIVAS LTDA** inscrita no CNPJ nº 36.208.029/0001-00 com sede na Rua

Enfermeira Sandra Helena, Bairro Jardim das Avenidas, Cep 88906010, cidade de Araranguá Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Josue Rosa, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Processo Administrativo nº 0065/2026 e da Dispensa de Licitação nº 0013/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do Município de Doutor Ulysses – PR, contemplando treinamentos, projetos esportivos, competições, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	REDE DE FUTSAL 3,20M LARGURA, 2,10M DE ALTURA, 1,00M DE RECUO SUPERIOR E 1,00M DE RECUO INFERIOR; MALHA (DISTÂNCIA ENTRE NÓS) 12X12CM; CONFECCIONADA NO FIO 4MM DE POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES DO TEMPO U.V); NA COR BRANCA.	Sangão	2	R$ 270,0000	R$ 540,0000

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;

II – Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 02/2026;

III – Termo de Referência;

IV - Demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência contratual não altera o prazo de entrega dos materiais, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

3.2. A entrega será realizada em local indicado pela Administração Municipal, na sede do Município de Doutor Ulysses – PR.

3.3. O preço contratado deverá compreender frete, seguro, tributos, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento.

3.4. Os materiais serão recebidos para conferência das quantidades e especificações e, constatada a conformidade, será realizado o recebimento definitivo.

3.5. Os materiais entregues em desconformidade com as especificações, danificados ou que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal do Município.

3.6. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Jeverson Eduardo Chamberlain Prodossimo, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e a fiscalização sob responsabilidade de Gabriel da Silva Fitz, Diretor de Esportes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 540,00(quinhentos e quarenta reais).

4.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, frete, seguro, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à vista, após a entrega, conferência e atesto dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.2. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida, devendo a CONTRATADA manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Receber e conferir os materiais;

II – Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas;

III – Efetuar o pagamento após o recebimento, conferência e atesto;

IV – Fornecer as informações necessárias à execução;

V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

VI – Aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer os materiais nas quantidades e especificações estabelecidas;

II – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos;

III – Substituir, sem ônus, materiais defeituosos, danificados ou desconformes, nos prazos estabelecidos;

IV – Arcar com os custos relacionados ao fornecimento e transporte;

V – Cumprir os prazos estabelecidos;

VI – Manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante. Para as traves metálicas, deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses.

9.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, observados os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Red	Dotação	Fonte	Tipo de despesa
420	15.001.27.812.0018.2.057.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO
425	15.001.27.812.0018.2.057.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul/PR (ou comarca competente da região), para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

Doutor Ulysses/PR, 05 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal
Contratante

Sangao Redes Esportivas LTDA
JOSUE ROSA
Contratada

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer,
Gestor do Contrato

GABRIEL DA SILVA FITZ
Diretor de Esportes
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5C7C069F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº0108/2026 CONCEDER LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA VERA LUCIA DA APARECIDA DOS SANTOS FRANÇA.

PORTARIA Nº0108/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o tempo de efetivo exercício do cargo apresentado pela servidora;
CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora;

CONSIDERANDO, as disposições do art. 96 da Lei n° 33 de 29 de dezembro de 1993, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses – PR;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Especial a servidora **VERA LUCIA DA APARECIDA DOS SANTOS FRANÇA,** PROFESSORA, matricula 1551, portadora do CPF nº 023.xxx.xxx-04, a partir do dia 14 de setembro de 2026;

Art. 2° - A Licença de que trata esta portaria será pelo período de 03 (três) meses, com remuneração do cargo conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses – PR;

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos 14 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 09 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3012B9C6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N°001/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 042/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N°001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 042/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°001/2025, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
EDISON DOS SANTOS	58	MOTORISTA CABECEIRA DO TIGRE
ANA FRANCISCA DOS SANTOS	142	MONITOR ESCOLAR

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 08 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7F6ADD2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: 59.153.307 JEAN CARLOS DE JESUS
CNPJ: 59.153.307/0001-75

OBJETO: Contratação de grupo musical para apresentação ao vivo em evento comemorativo ao Dia do Professor do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

VALOR TOTAL: R$ 2.300,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 09 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:D8AB6E21

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 260/2026 - CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR TITULAÇÃO

Súmula: Concede Progressão Funcional Vertical por Titulação, em conformidade com a Lei Municipal nº 834/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 834/2023 e no requerimento de Progressão Funcional, objeto do Protocolo Digital nº 145/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Vertical por Titulação à servidora pública municipal abaixo identificada, conforme o cargo e os níveis indicados no quadro a seguir:

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível com a Progressão	Protocolo
864-2	GILMARA STELLE	Professor	B	C	145/2026 (Digital)

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 09 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:C9E06346

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000158

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da obra de ampliação do cemitério municipal localizado na Comunidade de Bituva dos Machados, no Município de Fernandes Pinheiro/PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 53.990,00 (cinquenta e três mil e novecentos e noventa reais): SIRLEI PEPE MARTINS ME (27538267000193) com os lotes: 1 no valor total de R$ 53.990,00 (cinquenta e três mil e novecentos e noventa reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), sexta-feira, 9 de outubro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:1F5F4DBC

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000158

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da obra de ampliação do cemitério municipal localizado na Comunidade de Bituva dos Machados, no Município de Fernandes Pinheiro/PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 53.990,00 (cinquenta e três mil e novecentos e noventa reais): SIRLEI PEPE MARTINS ME (27538267000193) com os lotes: 1 no valor total de R$ 53.990,00 (cinquenta e três mil e novecentos e noventa reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), sexta-feira, 9 de outubro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:889DC613

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESOLUÇÃO N.º 05/2026

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação, institui o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, dispõe sobre os procedimentos de transparência ativa e passiva, e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, os procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis.

Art. 2º As disposições desta Resolução aplicam-se a todos os órgãos, unidades administrativas e agentes públicos da Câmara Municipal, compreendendo:
I – a Mesa Diretora;
II – a Presidência;
III – as Comissões Permanentes e Temporárias;
IV – a Secretaria Administrativa;
V – a Àrea Jurídica;
VI – a Controladoria Interna;
VII – os gabinetes parlamentares, relativamente às informações de natureza administrativa e sujeitas ao dever de publicidade;
VIII – os servidores efetivos, comissionados, cedidos, temporários e demais agentes públicos que exerçam atividades na Câmara Municipal.
Art. 3º O acesso às informações públicas observará os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como os princípios da publicidade, transparência, eficiência, boa-fé, razoabilidade, economicidade, supremacia do interesse público, proteção dos dados pessoais e controle social.

Art. 4º Constituem diretrizes desta Resolução:
I – observância da publicidade como regra geral e do sigilo como exceção;
II – divulgação espontânea de informações de interesse coletivo ou geral;
III – utilização de meios eletrônicos e presenciais para facilitar o acesso às informações;
IV – incentivo ao controle social da administração pública;
V – promoção da cultura da transparência;
VI – utilização de linguagem clara, objetiva e acessível ao cidadão;
VII – observância da acessibilidade digital e física, sempre que possível;
VIII – proteção das informações pessoais, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I – **informação**: dados, processados ou não, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
II – **documento**: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte utilizado;
III – **informação pública**: aquela produzida, recebida ou custodiada pela Câmara Municipal no exercício de suas competências;
IV – **transparência ativa**: divulgação espontânea de informações independentemente de solicitação;
V– **transparência passiva**: fornecimento de informações mediante requerimento do interessado;
VI – **informação pessoal**: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
VII– **tratamento da informação**: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, arquivamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
VIII – **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC**: unidade responsável pelo atendimento dos pedidos de acesso à informação.

CAPÍTULO II
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 6º A Câmara Municipal promoverá, independentemente de requerimento, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral em seu Portal da Transparência e site, observadas as exigências da Lei Federal nº 12.527/2011, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e da legislação correlata.

Art. 7º Deverão ser disponibilizadas, no mínimo, as seguintes informações:
I – estrutura organizacional;
II – competências dos órgãos e unidades administrativas;
III – endereço, telefone, horário de funcionamento e meios de contato;
IV – legislação municipal consolidada;
V – composição da Mesa Diretora;
VI – relação dos Vereadores e respectivos contatos institucionais;
VII – calendário das sessões plenárias;
VIII – pautas das sessões;
IX – atas das sessões;
X – votações com identificação nominal;
XI – projetos de lei, projetos de resolução, indicações, requerimentos, moções e demais proposições;
XII – remuneração e subsídios, na forma da legislação;
XIII – quadro de pessoal;
XIV – concursos públicos;
XV – licitações, dispensas, inexigibilidades e contratos administrativos;
XVI – receitas e despesas;
XVII – execução orçamentária e financeira;
XVIII – diárias, passagens e ressarcimentos;
XIX – patrimônio público;
XX – relatórios de gestão fiscal;
XXI – prestações de contas;
XXII – Plano de Contratações Anual;
XXIII – perguntas frequentes;
XXIV – outras informações cuja divulgação seja exigida em lei.

Art. 8º As informações deverão ser disponibilizadas em linguagem clara, objetiva e de fácil compreensão, observando-se, sempre que possível:
I – acessibilidade às pessoas com deficiência;
II – atualização permanente;
III – integridade e autenticidade dos dados;
IV – disponibilização em formato aberto, quando tecnicamente viável;
V – mecanismos de pesquisa.

Art. 9º A divulgação de informações observará a proteção de dados pessoais e as hipóteses legais de restrição de acesso previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO III
DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Art. 10. Fica instituído o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, responsável por receber, registrar, controlar, processar e responder aos pedidos de acesso à informação dirigidos à Câmara Municipal.
Parágrafo único. O SIC funcionará durante o horário normal de expediente da Câmara Municipal.
Art. 11. Compete ao SIC:
I – orientar o cidadão quanto ao acesso às informações públicas;
II – receber pedidos de acesso à informação;
III – registrar e protocolar os requerimentos;
IV – encaminhar os pedidos às unidades competentes;
V – acompanhar o cumprimento dos prazos legais;
VI – prestar informações sobre o andamento dos pedidos;
VII – fornecer as respostas aos requerentes;
VIII – manter arquivo dos pedidos e respectivas respostas;
IX – elaborar estatísticas sobre os atendimentos realizados;
X – desempenhar outras atividades relacionadas ao acesso à informação.

Art. 12. O SIC poderá receber pedidos:
I – presencialmente;
II – mediante formulário físico protocolado;
III – por correspondência;
IV – por correio eletrônico institucional;
V – por sistema eletrônico específico.
§ 1º O atendimento presencial será realizado por servidor designado.
§ 2º O cidadão receberá comprovante contendo número do protocolo, data e identificação do pedido.

CAPÍTULO IV
DA AUTORIDADE DE MONITORAMENTO

Art. 13. Fica instituída a Autoridade de Monitoramento prevista no art. 40 da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 14. A função de Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, será exercida pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, de forma colegiada.
§ 1º Compete ao Presidente da Câmara coordenar as atividades da Autoridade de Monitoramento e representar a Mesa Diretora nos atos decorrentes do exercício dessa função.
§ 2º As deliberações da Mesa Diretora no exercício das atribuições de Autoridade de Monitoramento serão registradas em ata ou em instrumento próprio, para fins de controle e acompanhamento.
§ 3º O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e as unidades administrativas da Câmara Municipal prestarão à Mesa Diretora as informações e o apoio necessários ao exercício das atribuições de monitoramento previstas nesta Resolução.

Art. 15. Compete à Autoridade de Monitoramento:
I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação;
II – monitorar a implementação desta Resolução;
III – recomendar medidas para aperfeiçoamento da transparência;
IV – orientar os servidores quanto ao cumprimento da legislação;
V – supervisionar a elaboração do relatório anual de acesso à informação;
VI – acompanhar os recursos administrativos previstos nesta Resolução;
VII – promover ações de capacitação dos servidores;
VIII– apresentar recomendações à Presidência para aprimoramento da transparência institucional.
CAPÍTULO V
DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 16. Qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de demonstração de interesse específico, poderá solicitar acesso às informações públicas produzidas, recebidas ou custodiadas pela Câmara Municipal.
Art. 17. O pedido de acesso à informação poderá ser apresentado:
I – presencialmente perante o SIC;
II – mediante protocolo físico;
III – por correspondência;
IV – por correio eletrônico institucional;
V – por sistema eletrônico próprio.
§ 1º É vedada a exigência de motivação para o pedido de acesso.
§ 2º O requerente deverá fornecer apenas os dados necessários à sua identificação e ao encaminhamento da resposta.
§ 3º O anonimato impedirá o processamento do pedido, ressalvadas as comunicações tratadas pelos canais próprios de ouvidoria, quando cabíveis.

Art. 18. O servidor responsável pelo atendimento prestará auxílio ao requerente que necessitar de apoio para formular o pedido, especialmente à pessoa idosa, com deficiência, analfabeta ou com dificuldade de compreensão da linguagem escrita.
Parágrafo único. Nos atendimentos presenciais, o servidor poderá reduzir a termo o pedido formulado verbalmente, colhendo, sempre que possível, a assinatura do requerente.
Art. 19. O pedido deverá conter, sempre que possível:
I – nome do requerente;

II – documento de identificação, quando necessário para individualização do pedido;
III – endereço físico ou eletrônico para recebimento da resposta;
IV – descrição clara e precisa da informação pretendida;
V – forma preferencial de acesso à informação.

Parágrafo único. A ausência de algum dos elementos previstos neste artigo não implicará o indeferimento automático do pedido, quando houver elementos suficientes para sua identificação e processamento.

Art. 20. Recebido o pedido, o SIC efetuará seu registro, fornecerá protocolo ao requerente e encaminhará imediatamente a solicitação à unidade administrativa competente para análise e atendimento, observados os prazos previstos nesta Resolução.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSAMENTO DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 21. Recebido o pedido pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, este será registrado em sistema próprio ou livro de protocolo, recebendo numeração individualizada, e encaminhado imediatamente à unidade administrativa competente para manifestação.
§ 1º O encaminhamento deverá ocorrer no mesmo dia do recebimento ou, não sendo possível, no primeiro dia útil subsequente.
§ 2º O registro deverá conter, no mínimo:
I – número do protocolo;
II – data e horário do recebimento;
III – identificação do requerente;
IV – resumo do objeto do pedido;
V – unidade responsável pelo atendimento;
VI – data da resposta;
VII – forma de disponibilização da informação.

Art. 22. Compete ao responsável pela unidade administrativa que detenha a informação:
I – localizar os documentos solicitados;
II – verificar eventual restrição legal de acesso;
III – elaborar resposta técnica quando necessária;
IV – encaminhar a resposta ao SIC dentro do prazo estabelecido;
V – justificar formalmente eventual impossibilidade de atendimento.
§ 1º A resposta deverá ser objetiva, clara e fundamentada.
§ 2º Sempre que possível deverá ser encaminhada cópia integral do documento solicitado.
Art. 23. Os órgãos e unidades administrativas da Câmara deverão colaborar entre si para assegurar o atendimento tempestivo dos pedidos de acesso à informação.
Parágrafo único. Quando a informação depender de mais de uma unidade administrativa, caberá ao SIC coordenar o fluxo interno até a consolidação da resposta.
Art. 24. Caso o pedido seja genérico, incompreensível ou insuficientemente detalhado, o SIC solicitará ao requerente complementação das informações necessárias.
§ 1º Enquanto não houver complementação, ficará suspensa a contagem do prazo legal.
§ 2º Não atendida a solicitação de complementação no prazo de 30 (trinta) dias, o pedido poderá ser arquivado, mediante comunicação ao interessado.

Art. 25. Quando a informação solicitada não estiver sob guarda da Câmara Municipal, o requerente será informado dessa circunstância.
§ 1º Sempre que possível, será indicado o órgão ou entidade que detenha a informação.
§ 2º Não compete à Câmara produzir informações inexistentes, realizar estudos, emitir pareceres, elaborar planilhas ou consolidar dados exclusivamente para atender ao pedido.

CAPÍTULO VII
DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO

Art. 26. O acesso à informação será concedido imediatamente, quando disponível e possível de ser fornecido no momento do atendimento.

Art. 27. Não sendo possível o atendimento imediato, o pedido será respondido no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data do protocolo.
§ 1º O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por até 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.
§ 2º A prorrogação deverá ser comunicada ao requerente antes do término do prazo original.

Art. 28. Para assegurar o cumprimento do prazo legal, ficam estabelecidos os seguintes prazos internos:
I – até 2 (dois) dias úteis para encaminhamento do pedido pelo SIC;
II – até 10 (dez) dias úteis para manifestação da unidade responsável;
III – até 3 (três) dias úteis para análise final e elaboração da resposta pelo SIC;
IV – até 2 (dois) dias úteis para envio da resposta ao requerente.
Parágrafo único. Os prazos internos poderão ser reduzidos pela Autoridade de Monitoramento sempre que necessário ao cumprimento dos prazos legais.

CAPÍTULO VIII
DAS FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 29. O acesso às informações poderá ocorrer mediante:
I – consulta presencial aos documentos;
II – fornecimento de cópias físicas;
III – envio por meio eletrônico;
IV – disponibilização de arquivo digital;
V – acesso a banco de dados ou sistema informatizado, quando tecnicamente possível;
VI – indicação do endereço eletrônico onde a informação já se encontre disponível.
§ 1º Quando a informação estiver disponível no Portal da Transparência, o SIC poderá indicar o respectivo endereço eletrônico, sem prejuízo de prestar orientação ao interessado.
§ 2º Sempre que possível, será privilegiado o fornecimento em formato digital.

Art. 30. O fornecimento de cópias de documentos e de arquivos eletrônicos serão gratuitos.

CAPÍTULO IX
DAS HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO E NEGATIVA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 31. O acesso à informação somente poderá ser negado nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e nas demais normas aplicáveis.
§ 1º A negativa de acesso deverá ser sempre motivada, por escrito, indicando:
I – os fundamentos legais da restrição;
II – a autoridade responsável pela decisão;
III – a possibilidade e o prazo para interposição de recurso administrativo.
§ 2º É vedada a negativa genérica ou desprovida de fundamentação.
Art. 32. Não serão atendidos os pedidos que:
I – exijam a elaboração de estudos, pesquisas, pareceres ou interpretações inexistentes;
II – demandem a consolidação de informações não disponíveis na forma solicitada;
III – versem sobre consultas jurídicas ou administrativas;
IV– tenham conteúdo manifestamente abusivo, desarrazoado ou que comprometa significativamente o funcionamento regular das atividades administrativas, sem prejuízo do dever de fundamentação da decisão;
V – incidam sobre informações protegidas por sigilo legal.
Parágrafo único. Sempre que possível, o requerente será orientado sobre a forma adequada de obter as informações efetivamente disponíveis.

Art. 33. Quando apenas parte da informação estiver sujeita à restrição de acesso, será assegurado o fornecimento da parcela não protegida, mediante ocultação, anonimização, tarjamento ou outro procedimento que preserve as informações sigilosas ou pessoais.
Parágrafo único. A restrição parcial deverá ser expressamente indicada na resposta ao requerente.

CAPÍTULO X

DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Seção I

Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 34. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:
I – prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações;
II – prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso;
III – pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
IV – oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do Município;
V – pôr em risco a segurança de instituições ou de autoridades municipais e seus familiares;
VI– comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

Art. 35. A informação em poder dos órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Município, poderá ser classificado no grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

Art. 36. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse pública da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:
I – a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município; e

II – o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 37. Os prazos máximos de classificação são os seguintes:
I – grau ultrassecreto: vinte e cinco anos;
II – grau secreto: quinze anos; e
III – grau reservado: cinco anos.
Parágrafo único – Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento.

Art. 38. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito do Município, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, e seus cônjuges e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 39. Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul classificar as informações no grau de sigilo, mediante decisão fundamentada, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, nesta Resolução e nas demais normas aplicáveis.
§ 1º A competência prevista no *caput* poderá ser delegada, mediante ato formal, a servidor ocupante de cargo efetivo ou função de direção, chefia ou assessoramento, vedada a subdelegação.
§ 2º O ato de classificação deverá indicar, no mínimo:
I – o assunto sobre o qual versa a informação;
II – o fundamento legal da classificação;
III – o grau de sigilo atribuído;
IV – o prazo de restrição de acesso, observado o limite estabelecido na legislação; e
V – a identificação da autoridade responsável pela classificação.
§ 3º A classificação será comunicada ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e à Autoridade de Monitoramento, que deverão manter registro atualizado das informações classificadas, para fins de controle, acompanhamento e cumprimento das obrigações legais.
§ 4º A Autoridade de Monitoramento acompanhará a regularidade das classificações realizadas e poderá recomendar à Presidência da Câmara a revisão, reavaliação ou desclassificação das informações, quando presentes os pressupostos legais.
§ 5º A classificação de informação deverá ser excepcional, fundamentada e limitada ao período estritamente necessário à proteção do interesse legalmente tutelado.
§ 6º Quando for possível, será assegurado o acesso à parte não protegida da informação, mediante ocultação ou tratamento da parte submetida à restrição de acesso.

Seção II

Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 40. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada através de um temo de classificação de informação, contendo:
I – informação a ser classificada;
II – grau se sigilo;
III – tipo de documento;
IV – data da produção do documento;
V – razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 39;
VI – indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no artigo 37;
VII – identificação da autoridade que classificou a informação;
§ 1º O termo de classificação de informação seguirá anexo à informação.
§ 2º As informações previstas no inciso VII do *caput* deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Art. 41. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

Seção III

Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 42. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.
Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, além do disposto no art. 36, deverá ser observado:
I – o prazo máximo de restrição de acesso à informação previsto no art. 37;
II – a permanência das razões da classificação;
III – a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação.

Art. 43. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado aos órgãos e entidades independentemente de existir prévio pedido de acesso à informação.
Parágrafo único. O pedido de que trata o *caput* será endereçado à autoridade classificadora, que decidirá no prazo de trinta dias.

Art. 44. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação pela autoridade classificadora, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, à autoridade hierarquicamente superior, que decidirá no prazo de trinta dias,
Parágrafo único. Nos casos em que a autoridade classificadora esteja vinculada as informações ou a entidade, o recurso será apresentado ao dirigente máximo da entidade.

Seção IV

Disposições Gerais

Art. 45. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo de classificação.

Art. 46. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas ao arquivo geral do Poder Legislativo, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 47. As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 48. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 49. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos a pessoas que necessitem conhece-la.

Art. 50. As autoridades do Poder Legislativo Municipal adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado conheçam as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo.
Parágrafo único. A pessoa natural ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, executar atividades de tratamento de informações classificadas, adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança **das informações.**

Art. 51. A autoridade máxima do Poder Legislativo Municipal publicará anualmente, até o dia 31 de dezembro, em seu site:
I – rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;
II – rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá contar:
a) código de indexação do documento;
b) categoria na qual se enquadra a informação; e
c) data da produção, data da classificação e prazo da classificação.
III – relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos; e
IV – informações estatísticas agregadas dos requerentes.
Parágrafo único. A Câmara de Vereadores deverá manter em meio físico as informações previstas no *caput*, para consulta pública em sua sede.

CAPÍTULO XI
DA PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 52. O tratamento de informações pessoais observará os princípios, direitos e garantias previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, sem prejuízo das disposições da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 1º Consideram-se informações pessoais aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável.
§ 2º O acesso às informações pessoais dependerá de fundamento legal, consentimento do titular, determinação judicial ou das demais hipóteses autorizadas em lei.
Art. 53. Sempre que possível, antes da disponibilização de documentos contendo dados pessoais, deverá ser realizada a anonimização ou a supressão das informações que não sejam indispensáveis ao atendimento do pedido.
Parágrafo único. A disponibilização parcial do documento não prejudicará o direito de acesso às demais informações de natureza pública.

CAPÍTULO XII
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 54. Da decisão que negar, restringir ou deixar de atender pedido de acesso à informação caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão.
§ 1º O recurso será dirigido à Autoridade de Monitoramento, que poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º Não havendo reconsideração, o recurso será encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal para decisão final, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º A decisão deverá ser fundamentada e comunicada ao recorrente pelos mesmos meios utilizados para o envio da resposta, salvo solicitação diversa.
Art. 55. Os pedidos de acesso à informação, as respectivas respostas, os recursos administrativos e as decisões deverão permanecer registrados pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, em meio físico ou eletrônico, para fins de controle, transparência, auditoria e elaboração dos relatórios estatísticos previstos nesta Resolução, observado o disposto na legislação de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO XIII
DAS RESPONSABILIDADES E INFRAÇÕES

Art. 56. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público, para os fins desta Resolução e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:
I– recusar-se injustificadamente a fornecer informação pública requerida nos termos da legislação vigente;
II – retardar deliberadamente o fornecimento da informação ou deixar de observar os prazos legais e regulamentares;
III– fornecer informação incorreta, incompleta, imprecisa ou desatualizada de forma intencional;
IV – utilizar indevidamente, subtrair, destruir, ocultar, alterar ou inutilizar informação pública sob sua guarda ou responsabilidade;
V – impedir ou dificultar o acesso do cidadão às informações públicas;
VI – agir com dolo ou má-fé na análise, tramitação ou resposta aos pedidos de acesso à informação;
VII – divulgar, permitir acesso ou compartilhar indevidamente informações protegidas por sigilo legal ou informações pessoais;
VIII – descumprir as normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 57. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no artigo anterior, estará sujeita às seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III – rescisão do vínculo com o Poder Público;
IV – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e
V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
§ 1° A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput*.
§ 2° A multa prevista no inciso II do *caput* será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderão ser:
I – inferior a R$ 1.000,00 (um mil reais) nem superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural; ou
II – inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de entidade privada.
§ 3° A reabilitação referida no inciso V do *caput* será autorizada somente quando a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do *caput*.
§ 4° A aplicação da sanção prevista no inciso V do caput é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade privada.
§ 5° O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de dez dias, contado da ciência do ato.
Art. 58. A responsabilidade administrativa do agente público será apurada considerando:
I – a natureza da conduta praticada;
II – a gravidade da infração;
III – os danos causados à Administração Pública ou a terceiros;
IV – a existência de dolo ou culpa;
V – os antecedentes funcionais;
VI – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 59. Os servidores e agentes públicos da Câmara Municipal deverão:

I – zelar pela guarda e conservação das informações sob sua responsabilidade;
II – encaminhar ao SIC, dentro dos prazos estabelecidos, as informações necessárias ao atendimento dos pedidos;
III – comunicar imediatamente ao superior hierárquico ou à Autoridade de Monitoramento qualquer situação que possa comprometer o acesso ou a preservação das informações públicas;
IV – observar as normas de transparência, sigilo e proteção de dados pessoais.

Art. 60. Os titulares das unidades administrativas são responsáveis pelo acompanhamento dos pedidos de acesso à informação encaminhados aos respectivos setores e pela adoção das providências necessárias ao seu atendimento.
Parágrafo único. A ausência de resposta injustificada da unidade responsável será comunicada pela Autoridade de Monitoramento à Presidência da Câmara para adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 61. A Câmara Municipal promoverá ações de orientação e capacitação dos servidores e agentes públicos quanto:
I – ao direito de acesso à informação;
II – aos procedimentos previstos nesta Resolução;
III – às responsabilidades decorrentes do descumprimento das normas de transparência;
IV – à proteção de dados pessoais e informações sigilosas.

Art. 62. A aplicação de penalidades administrativas previstas nesta Resolução não impede a adoção das medidas judiciais ou administrativas cabíveis quando houver indícios de prática de ilícitos civis ou penais.

Art. 63. A Presidência da Câmara poderá expedir atos complementares para estabelecer procedimentos internos de apuração, controle e acompanhamento das responsabilidades relacionadas ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CAPÍTULO XIV
DO RELATÓRIO ANUAL, ESTATÍSTICAS E MONITORAMENTO

Art. 64. O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC elaborará relatório anual contendo informações relativas ao cumprimento das normas de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul.
Parágrafo único. O relatório será encaminhado à Autoridade de Monitoramento e à Presidência da Câmara para conhecimento e avaliação das medidas de aperfeiçoamento da transparência institucional.
Art. 65. O relatório anual deverá conter, no mínimo:
I – a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos no período;
II – a quantidade de pedidos atendidos integralmente;
III – a quantidade de pedidos atendidos parcialmente;
IV – a quantidade de pedidos indeferidos;
V – os motivos dos indeferimentos;
VI – a quantidade de recursos apresentados;
VII – os resultados dos recursos administrativos;
VIII – o tempo médio de resposta aos pedidos;
IX – os setores administrativos mais demandados;
X – as dificuldades encontradas na implementação da política de transparência;
XI – as medidas adotadas para melhoria dos serviços;
XII – outras informações consideradas relevantes pela Autoridade de Monitoramento.

Art. 66. As estatísticas dos pedidos de acesso à informação deverão ser organizadas de forma a permitir o acompanhamento da efetividade da transparência pública, preservando-se os dados pessoais dos requerentes quando protegidos por lei.
Parágrafo único. Os dados estatísticos poderão ser divulgados no Portal da Transparência da Câmara Municipal e no site, observados os princípios da publicidade e da proteção de dados pessoais.

Art. 67. A Autoridade de Monitoramento acompanhará continuamente o cumprimento desta Resolução, especialmente quanto:
I – ao funcionamento adequado do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;
II – ao cumprimento dos prazos legais;

III – à atualização das informações divulgadas no Portal da Transparência e site da Câmara de Vereadores;
IV – ao atendimento das recomendações dos órgãos de controle externo;
V – à observância das normas de proteção de dados pessoais;
VI – à adoção de medidas de melhoria dos mecanismos de transparência.

Art. 68. A Autoridade de Monitoramento poderá recomendar à Presidência da Câmara:
I – alterações nos procedimentos internos de atendimento ao cidadão;
II – melhorias no Portal da Transparência e site da Câmara de Vereadores;
III – capacitação dos servidores;
IV – criação ou aperfeiçoamento de sistemas eletrônicos de informação;
V – atualização dos instrumentos de controle e acompanhamento dos pedidos.

Art. 69. Os setores administrativos da Câmara Municipal deverão fornecer à Autoridade de Monitoramento todas as informações necessárias ao acompanhamento da política de transparência institucional.
Parágrafo único. O fornecimento das informações deverá observar os prazos estabelecidos internamente, de modo a garantir a elaboração dos relatórios e o cumprimento das obrigações legais.
Art. 70. A Câmara Municipal promoverá, sempre que possível, ações de avaliação e aprimoramento dos procedimentos relacionados ao acesso à informação, considerando:
I – os resultados dos relatórios anuais;
II – as manifestações dos cidadãos;
III – as recomendações dos órgãos de controle;
IV – a evolução das tecnologias de informação e comunicação;
V – as boas práticas de governança e transparência pública.

Art. 71. A Presidência da Câmara poderá instituir mecanismos complementares de monitoramento da transparência, incluindo indicadores de desempenho, avaliações internas e instrumentos de participação social.
Art. 72. O relatório anual previsto neste Capítulo poderá integrar o relatório de gestão ou de atividades da Câmara Municipal, quando existente, sem prejuízo da publicação das informações específicas relacionadas ao acesso à informação.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 73. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul poderá expedir atos complementares necessários à regulamentação e execução desta Resolução, especialmente quanto aos procedimentos internos do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Art. 74. Os formulários, modelos de atendimento, fluxos internos e demais instrumentos necessários ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão poderão ser aprovados por ato da Presidência da Câmara Municipal.
Art. 75. Os servidores e agentes públicos da Câmara Municipal deverão observar as disposições desta Resolução e colaborar para a efetividade do direito constitucional de acesso à informação.

Art. 76. A Câmara Municipal manterá, em seu Portal da Transparência, site da Câmara de Vereadores e em local de fácil acesso ao público, informações relativas:
I – ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;
II – aos procedimentos para apresentação de pedidos de acesso à informação;
III – aos prazos de atendimento;

IV – aos canais disponíveis para solicitação de informações;
V – aos recursos administrativos cabíveis.

Art. 77. Os pedidos de acesso à informação protocolados antes da entrada em vigor desta Resolução continuarão sendo processados conforme as normas vigentes na data de sua apresentação, salvo disposição mais favorável ao requerente.
Art. 78. A unidade administrativa da Câmara Municipal deverá promover as adequações necessárias para cumprimento desta Resolução no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 79. A Câmara Municipal poderá promover a integração do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC com outros canais institucionais de participação popular, especialmente Ouvidoria.
Art. 80. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, observados os princípios constitucionais da Administração Pública, a Lei Federal nº 12.527/2011, a Lei Federal nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis.

Art. 81. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto n° 006/2013.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 08 de outubro de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

ANEXO I
FORMULÁRIO DE PEDIDO FÍSICO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC
CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – PR

1 – IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
Nome completo:
_____
Documento de identificação:
_____
Pessoa:
( )Física
( ) Jurídica
CPF/CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
2 – FORMA DE RECEBIMENTO DA RESPOSTA
Desejo receber a resposta por:
( ) E-mail
( ) Retirada presencial na Câmara Municipal
( ) Correspondência
( ) Outro meio: _____
3 – DESCRIÇÃO DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Descreva de forma clara e objetiva a informação solicitada:
_____
_____
_____
4 – OBSERVAÇÕES DO REQUERENTE
_____
_____

Local e data:
_____

Assinatura do requerente:
_____
_____

USO EXCLUSIVO DO SIC
Número do protocolo:
_____
Data do recebimento:
//_____
Servidor responsável:
_____

Prazo para resposta:
//_____

ANEXO II
FORMULÁRIO DE RECURSO ADMINISTRATIVO FÍSICO
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC
CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – PR

1 – IDENTIFICAÇÃO DO RECORRENTE
Nome:
_____
Número do protocolo original:
_____
Data da resposta:
//_____
2 – FUNDAMENTO DO RECURSO
O requerente apresenta recurso administrativo em razão de:
( ) Negativa total de acesso à informação;
( ) Negativa parcial de acesso;
( ) Ausência de resposta dentro do prazo legal;
( ) Informação considerada incompleta;
( ) Outro motivo:
_____
_____

3 – FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO
Apresentar as razões do recurso:
_____
_____
_____

4 – PEDIDO
Solicita:
_____
_____

Local e data:
_____

Assinatura:
_____
_____

USO ADMINISTRATIVO
Recebido em:
//_____
Responsável pelo recebimento:
_____

Decisão:
( ) Deferido
( ) Indeferido
( ) Parcialmente deferido
Fundamentação:
_____

ANEXO III
TERMO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL E PROTOCOLO
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, compareceu perante o Serviço de Informação ao Cidadão da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul o(a) cidadão(ã):
Nome:
_____
Que apresentou pedido de acesso à informação, registrado sob protocolo nº:
_____

Descrição resumida do pedido:
_____
_____

Forma escolhida para recebimento da resposta:
( ) E-mail
( ) Retirada presencial
( ) Correspondência
Declaro que o pedido foi recebido e encaminhado para análise, observados os prazos
previstos na Lei Federal nº 12.527/2011 e na Resolução nº ____/2026.
Local e data:
_____

Servidor responsável:
_____

Assinatura do requerente:
_____
_____

ANEXO IV

FLUXO INTERNO DE TRAMITAÇÃO DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

1 – RECEBIMENTO
Responsável: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
O pedido poderá ser recebido:
• presencialmente no SIC;
• por protocolo físico;
• por correspondência;
• por e-mail institucional;
• por sistema eletrônico, quando disponível.
Todos os pedidos recebidos deverão ser encaminhados ao SIC para registro e controle.
↓
2 – REGISTRO
Responsável: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
O SIC deverá:
• registrar o pedido;
• gerar protocolo;
• identificar o prazo de resposta;
• informar o requerente;
• manter o registro necessário ao acompanhamento da tramitação.
↓
3 – ANÁLISE INICIAL
Responsável: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
O SIC deverá verificar:
• a clareza e a precisão do pedido;
• a existência de informação disponível para atendimento imediato;
• a necessidade de encaminhamento à unidade administrativa competente;
• a necessidade de complementação do pedido, quando cabível.
↓
4 – ENCAMINHAMENTO E MANIFESTAÇÃO DO SETOR RESPONSÁVEL
Responsável: Titular da unidade administrativa competente ou servidor por ele designado
A unidade administrativa que produza, detenha ou custodie a informação deverá:
• localizar a informação ou os documentos solicitados;
• verificar a existência de eventual restrição legal de acesso;
• avaliar a necessidade de proteção de informações pessoais ou sigilosas;
• elaborar manifestação objetiva e fundamentada;
• encaminhar a informação e a respectiva manifestação ao SIC dentro do prazo estabelecido.
Quando o atendimento depender de mais de uma unidade administrativa, caberá ao SIC coordenar os encaminhamentos necessários à consolidação da resposta.
↓
5 – ANÁLISE FINAL
Responsável: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
O SIC deverá verificar:
• o atendimento ao objeto do pedido;
• a existência da manifestação da unidade administrativa competente;
• a fundamentação apresentada em caso de negativa ou restrição de acesso;
• a observância das regras relativas à proteção de dados pessoais e informações sigilosas;
• a forma adequada de disponibilização da informação;
• o cumprimento do prazo para resposta.
Havendo dúvida de natureza jurídica que impeça a conclusão da resposta, poderá ser solicitada manifestação da Área Jurídica da Câmara Municipal.
↓
6 – RESPOSTA AO CIDADÃO
Responsável: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
Compete ao SIC encaminhar a resposta ao requerente, que poderá ocorrer mediante:
• envio eletrônico;
• entrega presencial;
• disponibilização de documentos;
• correspondência, quando cabível;
• indicação do endereço eletrônico em que a informação esteja disponível.
A resposta deverá conter orientação quanto à possibilidade, ao prazo e à autoridade competente para apreciação de recurso, quando cabível.
↓
7 – ARQUIVAMENTO, CONTROLE E MONITORAMENTO
Responsável pelo registro e arquivamento: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
Responsável pelo monitoramento: Autoridade de Monitoramento
O SIC manterá, em meio físico ou eletrônico:
• protocolo;
• pedido;
• documentos relativos à tramitação;
• resposta;
• recursos e respectivas decisões;
• registros dos prazos de atendimento;
• dados necessários à elaboração das estatísticas e do relatório anual.
A Autoridade de Monitoramento acompanhará o cumprimento dos prazos e procedimentos previstos na Resolução e poderá recomendar medidas destinadas ao aperfeiçoamento do acesso à informação.

ANEXO V

MODELO DE RESPOSTA AO REQUERENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – PR
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC
Protocolo nº: _____
Requerente:
_____

Em atenção ao pedido de acesso à informação apresentado em //_____, informamos:
( ) A informação solicitada encontra-se disponível integralmente.
( ) A informação foi disponibilizada parcialmente, conforme fundamentação abaixo.
( ) O pedido foi indeferido, conforme fundamentação abaixo.
( ) A informação solicitada não é produzida ou custodiada por esta Câmara Municipal.
Resposta:
_____
_____

Fundamentação legal (quando aplicável):
Informamos que, caso haja discordância desta decisão, poderá ser apresentado recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, conforme previsto na Resolução nº ____/2026.
Local e data:
_____

Servidor responsável:
_____
_____

ANEXO VI
MODELO DE RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC
CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – PR
Ano-base: _____

1 – IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO RELATÓRIO
Período de referência: ____/____/_____ a ____/____/_____
Responsável pela elaboração: _____
Responsável pela validação: _____
Data de elaboração: ____/____/_____

2 – PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO RECEBIDOS
Total de pedidos recebidos: _____
Pedidos recebidos presencialmente: _____
Pedidos recebidos por protocolo físico: _____
Pedidos recebidos por correspondência: _____
Pedidos recebidos por correio eletrônico: _____
Pedidos recebidos por sistema eletrônico: _____
Pedidos encaminhados a outras unidades administrativas: _____
Pedidos que dependeram de mais de uma unidade administrativa: _____
Fonte dos dados: registro dos pedidos de acesso à informação mantido pelo SIC.
Responsável pela consolidação: _____

3 – RESULTADO DOS PEDIDOS
Pedidos atendidos integralmente: _____
Pedidos atendidos parcialmente: _____
Pedidos indeferidos: _____
Pedidos arquivados: _____
Pedidos cuja informação não era custodiada pela Câmara Municipal: _____
Pedidos com informação já disponível no Portal da Transparência ou no sítio eletrônico da Câmara: _____
Principais fundamentos dos indeferimentos ou restrições de acesso:
Fonte dos dados: registros dos pedidos, respostas e decisões administrativas.
Responsável pela consolidação: _____

4 – PRAZOS DE ATENDIMENTO
Tempo médio de resposta: _____ dias.
Quantidade de pedidos respondidos dentro do prazo legal: _____
Quantidade de pedidos respondidos após o prazo legal: _____
Quantidade de pedidos prorrogados: _____
Quantidade de pedidos respondidos imediatamente: _____
Quantidade de pedidos com atraso atribuído à unidade responsável pela informação: _____
Principais causas dos atrasos eventualmente verificados: _____
Fonte dos dados: registros de protocolo, tramitação e resposta mantidos pelo SIC.
Responsável pelo levantamento: _____

5 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Quantidade de recursos apresentados: _____
Recursos deferidos: _____
Recursos parcialmente deferidos: _____
Recursos indeferidos: _____
Recursos não conhecidos ou arquivados: _____
Quantidade de recursos decididos dentro do prazo: _____
Quantidade de recursos decididos fora do prazo: _____
Principais fundamentos dos recursos: _____
Fonte dos dados: registros dos recursos e respectivas decisões administrativas.
Responsável pela consolidação: _____

6 – PRINCIPAIS DEMANDAS DE INFORMAÇÃO		
Ordem	Assunto ou categoria da informação	Quantidade de pedidos
1	_____	_____
2	_____	_____
3	_____	_____
4	_____	_____
5	_____	_____

Outros assuntos relevantes: _____
Fonte dos dados: classificação temática dos pedidos registrados pelo SIC.
Responsável pela consolidação: _____

7 – UNIDADES ADMINISTRATIVAS MAIS DEMANDADAS		
Ordem	Unidade administrativa	Quantidade de pedidos
1	_____	_____
2	_____	_____
3	_____	_____
4	_____	_____
5	_____	_____

Observações sobre a demanda das unidades: _____
Fonte dos dados: registros de encaminhamento e atendimento dos pedidos.
Responsável pela consolidação: _____

8 – MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA TRANSPARÊNCIA				
Problemas, dificuldades ou deficiências identificados no período:				
Medidas de aperfeiçoamento implementadas:				
Nº	Problema ou necessidade identificada	Medida adotada	Responsável	Situação
1	_____ _____	_____ _____	_____	( ) Concluída ( ) Em andamento
2	_____ _____	_____ _____	_____	( ) Concluída ( ) Em andamento
3	_____ _____ __	_____ _____ __	_____	( ) Concluída ( ) Em andamento

Medidas propostas para o período seguinte: _____

9 – AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
Principais resultados alcançados no período:

Principais dificuldades identificadas:

Necessidades de capacitação identificadas:

Necessidades de aperfeiçoamento dos sistemas ou canais de atendimento:

10 – RESPONSABILIDADES E VALIDAÇÃO
Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC:
Nome: _____
Cargo/função: _____
Assinatura: _____
Autoridade de Monitoramento:
Nome: _____
Cargo/função: _____
Assinatura: _____
Presidência da Câmara Municipal – ciência:
Nome: _____
Cargo/função: _____
Assinatura: _____
Data: ____/____/_____

DECLARAÇÃO
Declaro, para os fins administrativos e de controle, que as informações constantes deste relatório foram consolidadas a partir dos registros mantidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e das informações fornecidas pelas unidades administrativas responsáveis,

observadas as normas relativas ao acesso à informação, à proteção de dados pessoais e às demais disposições aplicáveis.

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:D5698910

LICITAÇÕES
ADITIVO : 061/2026 TIPO ADITIVO : ADITIVO DE PRAZO E VALOR (ACRÉSCIMO)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 061/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contrato Nº : 107/2025

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : DIECKSON LEONIR TESKE 05620670945

Valor : R$ 48,290.00

Vigência : Data do Aditivo: 09/10/2026 Nova data final : 09/10/2027
Objeto : Aditivo nº 061/2026 Registro de preços para futura e eventual locação de brinquedos infláveis e outros, para que sejam montados nos dias dos eventos realizados pelas Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração e Finanças, tais como Festa do Município, Dia das Crianças, Natal Iluminado e outros, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

FLOR DA SERRA DO SUL, 09 DE OUTUBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:38C398BA

LICITAÇÕES
LISTA DE CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 04/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026

MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR
LISTA DE CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 04/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026
REF: Chamamento Público para credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), especializadas na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, sem fornecimento de material, para pequenos reparos em prédios públicos, incluindo serviços de alvenaria, pintura, elétrica, carpintaria, hidráulica e marcenaria, sob demanda, para atendimento da Administração Direta do Município de Flor da Serra do Sul – PR.
A Agente de Contratação e Comissão responsável pelo procedimento, constituída nos termos da Portaria nº 104/2026 e Portaria nº 263/2024, comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Credenciamento nº 04/2026 a relação dos interessados habilitados e credenciados, após análise dos requerimentos de inscrição e da documentação apresentada:

Nº	CREDENCIADO	CNPJ/CPF	PROTOCOLO
1º	SIDINEI ROQUE RAHINI	64.280.931/0001-73	474/2026
2º	JORGE ORICO PAZ DE QUADROS	62.073.702/0001-52	477/2026
3º	OLAIDES DE SOUZA	42.891.398/0001-43	478/2026
4º	JULIO CESAR BERTOLI	69.262.927/0001-04	485/2026
5º	GILMAR TAVARES DOS SANTOS	69.255.579/0001-30	486/2026
6º	CLOVIS ANTONIO CORADI	68.465.234/0001-48	487/2026
7º	JAISON CONSTANTINO	35.105.452/0001-12	496/2026
8º	VANIA FATIMA VARIANI	44.150.689/0001-06	502/2026
9º	EVERSON DANIEL BERNO	69.349.187/0001-30	503/2026
10º	NILTON SCHAPANSKI	45.277.577/0001-83	511/2026
11º	CLAUDINEI LANGNER	50.977.678/0001-05	544/2026

O interessado CLAUDINEI LANGNER, inscrito no CNPJ nº 50.977.678/0001-05, apresentou Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND Federal) com prazo de validade expirado em 03 de maio de 2026.
Considerando o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável, foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação fiscal, contado na forma prevista na legislação aplicável e no instrumento convocatório, constituindo a regularidade fiscal exigência para a formalização da contratação.
Assim, a formalização de eventual contratação ficará condicionada à apresentação de certidão válida ou à comprovação da regularização fiscal dentro do prazo concedido, observadas as disposições do Edital e da legislação vigente.
O credenciamento caracteriza-se como procedimento de **contratação paralela e não excludente**, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, em que todos os interessados que atenderem aos requisitos de habilitação serão credenciados para a prestação dos serviços, **sem competição entre si e com preços previamente fixados pela Administração**.
O credenciamento, contudo, **não garante contratação**, configurando mera expectativa de direito, cabendo à Administração convocar os credenciados conforme a demanda existente e observados os critérios estabelecidos no Edital.
Os serviços, quantitativos estimados e preços unitários fixados pela Administração permanecem aqueles estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 04/2026 e seus anexos.
Os contratos serão firmados mediante processo de inexigibilidade, com fundamento no **art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de vigência estabelecido no Edital, possibilitando o ingresso de novos interessados que atendam às condições de habilitação previstas no instrumento convocatório, observados os critérios estabelecidos para distribuição da demanda.
Comunica outrossim que está aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste ato, para que qualquer das proponentes que se sinta prejudicada possa interpor recurso, nos termos do Edital e da legislação aplicável.
Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico para o e-mail **licitacao@fssul.pr.gov.br**.
Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
O resultado, contendo a relação dos credenciados, será divulgado na forma estabelecida no Edital, permanecendo **permanentemente disponível e atualizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, nos termos do instrumento convocatório.
Flor da Serra do Sul – PR, 08 de outubro de 2026.

JULIANA BORGES DA ROSA DE ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:413FC65F

RH
PORTARIA 397/2026

PORTARIA Nº 397/2026

Dispõe sobre a substituição de membro nomeado pela Portaria 315/2026 para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de substituição de membro da equipe processante;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os membros da Comissão Processante, a qual passará a ser composta pelos seguintes servidores:

I – MARA TATIANE HOLSCHER – Membro
II – SUSANA CLERI MACHADO– Membro
III – CÉSAR ZANELLA LAMERA– Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul/PR, 09 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:464824CC

RH
PORTARIA 398/2026

PORTARIA Nº 398/2026

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a lotação do servidor público municipal, Sr. **MARCO ANTONIO KRUTQUEVISKI**, inscrito no RG sob nº 12613810-5 II-PR ocupante do cargo efetivo de Motorista Categoria D, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, passando a desempenhar a partir de 14 de outubro de 2026 suas funções na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 09 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:DF6D7020

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 5.164, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO N° 5.164, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa membros para a comissão de avaliação de bens patrimoniais móveis e imóveis objeto de leilões do Município de Flórida, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e no caput do art. 17 e no art. 53, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1°Ficam designados os membros abaixo relacionados, para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Avaliação dos Bens Móveis e imóveis objeto de Leilões do Município de Flórida, que ficará encarregada de avaliar os bens do Município para fins de alienação, nos termos da legislação municipal e demais aplicáveis:

I. Reginaldo Severino de Andrade, CPF nº *.***.529-15;**
II. Salomão Antonio Zanolli, CPF nº *.***.279-80;**
III. Carlos Antonio Zavatini, CPF nº *.***.799-91;**
IV. Vitaliano Benedetti Junior, CPF nº *.***.379-49;**
V. Emerson Pastre, CPF nº *.***.919-89;**
VI. Júnior Cézar Andrusziewicz, CPF nº *.***.819-00.**

Art.2° Os bens móveis e imóveis objeto de leilões, de que trata este Decreto, referem-se aos bens considerados inservíveis, ociosos, antieconômicos e/ou irrecuperáveis.

Art.3º Sua convocação se dará sempre que necessário, por simples ato do Prefeito Municipal, Chefia de Gabinete ou Secretaria Municipal de Administração.

Art.4° Os trabalhos da comissão de que trata o art. 1º deste decreto serão registrados em ata.

Art.5º Fica revogado o Decreto nº 4.961, de 22 de janeiro de 2026.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida/PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:54B96E68

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.159, DE 1º DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.159, DE 1º DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a progressão e adicional por tempo de serviço a servidores no mês de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art..21, inciso I, da Lei Municipal nº 383/2011 e o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 258/2008

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído um (1) nível de vencimento por Progressão Vertical por Tempo de serviço, conforme dispõe o art.21, inciso I, da lei Municipal nº 383/2011, aos seguintes servidores:

Matrícula	Nome	Cargo	Nível de Vencimento
2-01224	Andressa Denipoti Vilhena da Silva	Psicóloga/20h	De 53 para 54
2-01306	Aparecido Raimundo Filho	Motorista/40h	De 42 para 43
2-01307	Eunice Paulino da Silva	Motorista/40h	De 42 para 43
2-01122	Irene Nunes Palhares da Silva	Merendeira/40h	De 19 para 20
2-01247	Renata Gisele de Souza	Psicóloga/30h	De 79 para 80
2-01053	Sandra Andrea Picinin	Farmacêutica/40h	De 123 para 124
2-01083	Selma Cristina Picinin	Cirurgiã Dentista/40h	De 154 para 155
2-01081	Vanda de Fátima Zacharia Geraldo	Técnica em Enfermagem/40h	De 63 para 64

Art. 2º Fica atribuído o adicional de 1% (um por cento) por Tempo de Serviço, conforme dispõe o art. 6º § 1º da Lei Municipal nº 258, de 21 de maio de 2008, aos seguintes servidores:

Matrícula	Nome	Cargo	Adicional
2-01224	Andressa Denipoti Vilhena da Silva	Psicóloga/20h	De 6% para 7%
2-01306	Aparecido Raimundo Filho	Motorista/40h	1%
2-01307	Eunice Paulino da Silva	Motorista/40h	De 3% para 4%
2-01122	Irene Nunes Palhares da Silva	Merendeira/40h	De 18% para 19%
2-01247	Renata Gisele de Souza	Psicóloga/20h	De 4% para 5%

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 1º de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:885206F9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.160, DE 1° DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.160, DE 1° DE OUTUBRO DE 2026.

Concede adicional de escolaridade a servidores, referente avaliação de titulação nº 009/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 21 e no art. 24 da Lei Municipal nº 383 de 24 de novembro de 2011, e considerando o resultado de avaliação de títulos nº 009/2026, de 11 de setembro de 2026

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 1º de outubro de 2026, o adicional de escolaridade aos seguintes servidores no percentual abaixo indicado, o qual incidirá sobre o respectivo vencimento base e passará a compô-lo de forma permanente para todos os efeitos legais:

Matrícula	Nome	Cargo	Adicional de Escolaridade
2-01221	Eliane Fatima Bergamo	Motorista	5%
2-01246	Fabiana Tomé Pessoa	Zelador	5%
2-01055	Rosamaria Marques Piton	Fisioterapeuta	10%

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 1° de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:2FCA8DB4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.163, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.163, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Licença Prêmio à servidora Vanda de Fátima Zacharia Geraldo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando os arts.130 aos 134 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o requerimento da servidora

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, Licença Prêmio por 3 (três) meses, no período de 15 de outubro de 2026 a 14 de janeiro de 2027, à servidora Vanda de Fátima Zacharia Geraldo, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem/40h, matrícula nº 2-01081, referente ao período aquisitivo de 17/10/2010 a 16/10/2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 9 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:E001023A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 826, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI Nº 826, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Bônus de Resultado de Aprendizagem – BRA no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Flórida e estabelece critérios para sua concessão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Bônus de Resultado de Aprendizagem – BRA, destinado aos servidores efetivos e comissionados que exerçam atividades nas instituições de ensino da Rede Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e nas unidades a ela vinculadas, no ano de divulgação dos resultados oficiais que servirão de base para a aferição das metas educacionais.

§ 1º O Bônus de Resultado de Aprendizagem – BRA possui caráter indenizatório, excepcional, eventual, transitório e não permanente, tendo como objetivo incentivar a melhoria da qualidade da educação municipal e o alcance das metas educacionais estabelecidas para a Rede Municipal de Ensino, não se incorporando aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos dos servidores para qualquer efeito legal.

§ 2º O pagamento do BRA ficará condicionado ao recebimento, pelo Município de Flórida, da complementação-VAAR – Valor Aluno Ano Resultado, prevista na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, observados os critérios e condicionalidades estabelecidos na legislação federal.

§ 3º O incentivo possui natureza de premiação institucional vinculada ao desempenho global da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2° A concessão do BRA fica condicionada ao atingimento das metas de resultado de aprendizagem estabelecidas para o respectivo período de avaliação, mediante aferição dos indicadores oficiais de desempenho educacional aplicáveis à Rede Municipal de Ensino de Flórida e ao alcance das metas educacionais previstas nesta Lei.

§ 1º Para fins de aferição do cumprimento das metas de resultado de aprendizagem, serão considerados, conforme o respectivo ciclo de avaliação e a disponibilidade dos resultados oficiais:

I – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, observado o respectivo ciclo de avaliação e as metas projetadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;

II – os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Paraná – IDEPR, observadas as metas e projeções oficialmente estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR;

III – o Indicador Criança Alfabetizada – ICA, ou outro indicador oficial que venha a substituí-lo ou sucedê-lo, observadas as metas estabelecidas pelos órgãos competentes;

IV – os indicadores oficiais de aprendizagem, atendimento e equidade utilizados para fins de aferição dos critérios relacionados à complementação-VAAR do Fundeb, nos termos da legislação federal e das metodologias oficialmente vigentes;

V – outros indicadores oficiais de aprendizagem que venham a ser formalmente adotados pelos órgãos competentes e que sejam aplicáveis à Rede Municipal de Ensino de Flórida.

§ 2º As metas e os parâmetros aplicáveis a cada período de avaliação constarão do Anexo I desta Lei, elaborado com base nos dados,

projeções e parâmetros oficiais divulgados pelos órgãos responsáveis pelos respectivos indicadores.

§ 3º Considera-se atingida a meta para fins de concessão do BRA quando o resultado oficialmente apurado pela Rede Municipal de Ensino de Flórida alcançar ou superar os parâmetros estabelecidos para os respectivos indicadores e períodos de avaliação, observados os critérios definidos no Anexo I.

§ 4º A aferição do cumprimento das metas será realizada exclusivamente com base nos resultados oficiais divulgados pelos órgãos responsáveis pelos respectivos indicadores, vedada a utilização de estimativas ou resultados não oficializados.

§ 5º Na hipótese de inexistência de resultado oficial para determinado indicador no período de avaliação, serão observados os demais indicadores e critérios aplicáveis previstos no Anexo I desta Lei.

§ 6º O cumprimento parcial das metas não dará direito ao pagamento proporcional ou parcial do BRA, sendo devido o bônus somente quando satisfeitos integralmente os critérios de atingimento estabelecidos nesta Lei e no Anexo I.

Art. 3º São beneficiários do BRA os servidores públicos municipais efetivos e comissionados que estejam em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Educação, nas instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino ou nas unidades a ela vinculadas, observados os demais requisitos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. O professor que exerça suas atividades em mais de uma unidade escolar ou que possua mais de uma matrícula funcional fará jus a apenas um BRA, vedado o pagamento cumulativo em razão da quantidade de matrículas, vínculos ou unidades de exercício.

Art. 4º O valor integral do BRA será de:

I – R$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais), para os ocupantes do cargo de Professor;

II – R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), para os demais servidores.

Parágrafo único. O valor previsto no inciso I será pago integralmente, independentemente da jornada de trabalho do professor, limitado o pagamento a um único BRA por servidor, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei.

Art. 5º Não fará jus ao recebimento do Bônus de Resultado de Aprendizagem – BRA o servidor:

I – cedido a outros órgãos ou entidades;

II – usufruindo de licença para tratar de assuntos particulares;

III – sem vínculo ativo no ano de recebimento.

Art. 6º O BRA será pago no exercício financeiro em que forem divulgados os resultados oficiais utilizados para a aferição das metas estabelecidas nesta Lei, em parcela única, observados os requisitos para sua concessão.

Parágrafo único. A apuração do resultado e a relação dos servidores aptos ao recebimento serão formalizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º O pagamento do Bônus de Resultado de Aprendizagem – BRA dependerá, cumulativamente, do atendimento das seguintes condições:

I – recebimento, pelo Município de Flórida, da complementação-VAAR do Fundeb, nos termos da legislação federal;

II – atingimento das metas de resultado de aprendizagem estabelecidas nesta Lei e no Anexo I;

III – existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento;

IV – observância dos limites e exigências previstos na legislação orçamentária, fiscal e de responsabilidade na gestão dos recursos públicos, especialmente quanto às despesas com pessoal.

§ 1º O recebimento da complementação-VAAR pelo Município constitui condição indispensável para a concessão e o pagamento do BRA.

§ 2º A ausência de recebimento da complementação-VAAR impedirá a concessão e o pagamento do BRA, ainda que as metas de resultado de aprendizagem tenham sido atingidas.

§ 3º Os recursos provenientes da complementação-VAAR somente poderão ser utilizados para o pagamento do BRA quando houver previsão e autorização na legislação federal aplicável, observadas as respectivas regras de aplicação e destinação dos recursos.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A implementação do BRA observará as exigências legais relativas à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, inclusive quanto à estimativa do impacto orçamentário-financeiro e à declaração de adequação orçamentária e financeira, quando exigíveis.

Art. 9º A concessão do BRA referente a determinado período não gera direito à sua concessão em períodos subsequentes, ficando cada pagamento condicionado ao recebimento da complementação-VAAR, ao atingimento da respectiva meta, ao preenchimento dos requisitos legais e à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por decreto, especialmente quanto aos critérios de cálculo, requisitos de elegibilidade, aferição das metas e procedimentos administrativos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 9 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

ANEXO I – METAS PROJETADAS ATÉ 2030

ANO	IDEB (Indice de Desenvolvimento da Educação Básica)	ICA (Indicador Criança Alfabetizada)
2025	8,0	68
2026	8,0	71
2027	8,2	73
2028	8,2	76
2029	8,4	78
2030	8,4	80

ICA	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados
IDEB	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL - 2º ANO	ENSINO FUNDAMENTAL - 5º ANO	
	SAEP (Sistema de Avaliação da Educação Básica)	SAEP (Sistema de Avaliação da Educação Básica)	IDEPR (Índice de Desenvolvimento da Educação Paranaense)
2025	5,79	8,24	8,20
2026	5,89	8,34	8,30
2027	5,99	8,44	8,40
2028	6,09	8,54	8,50
2029	6,19	8,64	8,60
2030	6,29	8,74	8,70

SAEP/ IDEPR	https://www.educacao.pr.gov.br/iqep

Publicado por:
Genilza Corrêa de Godoi
Código Identificador:C8550CDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
ORDEM DE SERVIÇO N° 04/2026

Pela presente, uma vez homologada a licitação da Concorrência n° 05/2026, para a Empreitada global para execução de obra de construção de 10 (dez) unidades habitacionais. E adjudicado o objeto em favor da empresa SCANDELAI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 16.852.133/0001-26, inclusive com assinatura do contrato respectivo, fica esta AUTORIZADA a iniciar os serviços constantes no contrato, iniciando-se, a partir deste, o prazo para execução contratual.

Flórida, 06 de outubro de 2026.

Município de Flórida
ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

GUSTAVO HENRIQUE BERALDI MARALDI
Engenheiro Civil
CREA/PR 175155/D
Fiscal da Obra

SCANDELAI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:69E5702E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.660, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.660, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial e dispõe sobre a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário ao servidor Paulo Sérgio Pereira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem os arts. 87 e 92-A da Lei Municipal nº 03/2001, CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5.134/2026 e CONSIDERANDO o requerimento do servidor, devidamente acompanhado da decisão fundamentada

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Paulo Sérgio Pereira, Contador/40h, matrícula 2-01046, 20 (vinte) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 16/05/2021 a 15/05/2022, para fruição no período de 13 de outubro a 1° de novembro de 2026.
Parágrafo único. Fica convertido em pecúnia 1/3 (um terço) de férias, correspondente à remuneração equivalente a 10 (dez) dias de férias, acrescido do respectivo terço constitucional, referente ao mesmo período aquisitivo.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 08 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:5B2CCFDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº267/2026

PORTARIA Nº267/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997 e a Lei Municipal nº 934/2022.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear o Senhor "**ROMULO BIRANI LEMOS"** portador do RG n° 435126994 SSP/RR e inscrita no CPF nº 352.193.898-07, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – **PSS**, para exercer o Cargo de **"MÉDICO CLINICO GERAL 40H"**, nos termos do Edital nº 02/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 08 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:214E7720

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268/2026

PORTARIA Nº 268/2026

O Prefeito Municipal Francisco Clei da Silva, no uso das atribuições previstas no Art. 293 e seguintes da lei municipal nº 05/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria nº **176/2026** de 17 de outubro de 2026, publicada no Diário dos Municípios, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão constantes no Memorando-CPAD nº 002/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:B1F69688

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 269/2026

PORTARIA Nº 269/2026

O Prefeito Municipal Francisco Clei da Silva, no uso das atribuições previstas no Art. 293 e seguintes da lei municipal nº 05/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria nº **178/2026** de 17 de outubro de 2026, publicada no Diário

dos Municípios, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão constantes no Memorando-CPAD nº 003/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:F356230A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 558 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica**EXONERADA**, por motivo de aposentadoria, a servidora**MARIA IVONILDE SERPA,** matrícula nº 127, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Clínica Dentária, no dia 09 de outubro de 2026.
Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, declara-se vago o referido cargo, nos termos do artigo 47º da Lei Municipal nº 002 de 2005 do Estatuto dos Servidores Municipais.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro, 09 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:B869DF4C

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 559 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, prefeito Municipalde General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2023 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01 de novembro de 2023, Ano XII / n° 2890.

DECRETA

ART. 1° - Fica **NOMEADA,** no dia 13 de OUTUBRO de 2026, **ALEXANDRA CRISTINA WAGNER,** no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO-MODALIDADE ESTATUTÁRIO**, do CONCURSO PÚBLICO N° 01/2023.

ART. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 09 de OUTUBRO de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0899BA73

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 114 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 114 de 09 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**

1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria “C” e “D” e “E”, conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
7	**CLAUDIA PEREIRA**	AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS	Afrodescendente

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:87832938

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 424 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 424 de 09 de outubro de 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n° 045/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a Portaria n° 045/2026 de 21 de janeiro de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo instaurado também pela Portaria n° 045/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para integrar a Comissão Processante do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 045/2026, em substituição à servidora Suzana de Oliveira Machado.

Art. 2º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I – Pablo Hector Casanova – Desenhista Técnico – Presidente;
II – Lindomar Bialeski – Diretor Geral de Planejamento – Membro;
III – Vilson Augustinho de Oliveira – Agente Administrativo - Membro;

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°045/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:CE95D6C6

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 425 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe:Sobre a EXONERAÇÃO do cargo deCOORDENADOR DE PROGRAMAS ADMINISTRATIVOS E RECURSOS NA SAÚDE

Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

RESOLVE:
Art. 1ºEXONERAR, a servidora **ADRIANE RAFAELA SANDI SANTANA,** Matrícula nº 3523, do cargo em comissão de Coordenador de Programas Administrativos e Recursos na Saúde, integrante da estrutura funcional da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 09 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D3161BE0

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 427 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria nº. 427 de 09 de outubro de 2026

Dispõe:Sobre a NOMEAÇÃO do cargo de DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO DO RASTREADOR E CONTROLE ESTRATÉGICO DA FROTA DA SAÚDE

Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

RESOLVE:
Art. 1ºNOMEAR, a servidora **ADRIANE RAFAELA SANDI SANTANA,** Matrícula nº 3523, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Fiscalização, Monitoramento do Rastreador e Controle Estratégico da Frota da Saúde, Integrante da estrutura funcional da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a contar de 13 de Outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 09 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0F46CD90

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº. 553 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Nº 001/2011 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

DECRETA

Art. 1º- Fica EXONERADA, por motivo de aposentadoria, no dia 08 de outubro de 2026, **ROSELI BARBARA MAGUELNISKI LEANDRO,** Matrícula n.º. 1054, do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos do Quadro de Servidores deste Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:65BE294D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 561/2026

DECRETO N.º 561/2026

"Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de General Carneiro,
CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é comemorado anualmente em 28 de outubro;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais de General Carneiro, Estado do Paraná, no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), em razão das comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro.

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais, os quais deverão funcionar normalmente, mediante organização das respectivas Secretarias
Parágrafo único. Os Secretários Municipais e dirigentes dos órgãos da Administração ficam autorizados a adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueidi Budnhak
Código Identificador:2B504D6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 177/2026
Pregão Eletrônico N° 073/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **29 de outubro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **073/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de caixas térmicas, vassouras tipo gari (vassourão), sacos plásticos para acondicionamento, transporte e embalagem de cestas básicas e luvas de proteção, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de General Carneiro – PR

General Carneiro - PR, 09 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:91076B17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 560

DECRETO Nº 560/2026

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de General Carneiro-PR referente ao decênio 2026–2036 e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo;
DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de General Carneiro, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:
I – Comissão Gestora;
II – Equipe Técnica;
III – Grupos de Trabalho (GTs).
Parágrafo único. As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.
Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:
I – Diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
II – Identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
III – Definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
IV – Consulta e validação social;
V – Elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VI – Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II – DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.
Art. 4º Compete à Comissão Gestora:
I – Coordenar o processo geral de elaboração do PME;

II – Definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III – Instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV – Garantir a participação social e a transparência do processo;
V – Validar o diagnóstico educacional do Município;
VI – Deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII – Aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII – Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX – Articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a Rede de Cooperação Técnica do MEC;
X – Assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI – Designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII – Definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII – Deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.
Art. 5º A Comissão Gestora será composta por 4 (quatro) membros titulares, representantes das seguintes instituições:
I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante do Fórum Municipal de Educação;
§ 1º Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente.
§ 2º Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições.
§ 3º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
§ 6º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III – DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.
Art. 7º Compete à Equipe Técnica:
I – Levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II – Elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III – Analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV – Apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V – Orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI – Sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII – Garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII – Elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX – Padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X – Assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI – Subsidiar decisões com base em evidências;
XII – Articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.
Art. 8º A Equipe Técnica será composta por 4 (quatro) membros titulares, designados pela Secretária Municipal de Educação por meio de Portaria específica.
§ 1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I – Estatísticas e indicadores educacionais;
II – Planejamento e gestão pública;
III – Orçamento público e financiamento da educação;
IV – Elaboração de documentos técnicos e normativos;
V – Currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais e representantes de instituições de ensino Estadual.
§ 3º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.
§ 4º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
§ 5º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV – DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.
Art. 10. Compete aos Grupos de Trabalho:
I – Analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II – Identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III – Contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV – Propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V – Participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI – Submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.
Art. 11. Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I – Educação Infantil;
II – Alfabetização e Ensino Fundamental;
III – Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV – Educação Integral e em tempo integral;
V – Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI – Valorização dos Profissionais da Educação;
VII – Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII – Financiamento da Educação;
IX – Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
X – Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.
Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.
Art. 12. Cada Grupo de Trabalho contará com:
I – 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II – 1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.
§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.
§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

CAPÍTULO V – DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 13. A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:
I – A Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II – Os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III – A Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV – A Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V – O texto-base do Plano Municipal de Educação será submetido à consulta pública, assegurando-se a participação da sociedade, independentemente de deliberação específica da Comissão Gestora;
VI – O documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.
Art. 14. Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.
Art. 16. Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.
Art. 17. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, suplementadas, se necessário.
Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.
Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito municipal

Publicado por:
Sueidi Budnhak
Código Identificador:E922809E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 062/2026
Processo Licitatório nº 178/2026
Adjudicação/Homologação: 09/10/2026
Contratada: **CMOS DRAKE S.A**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "Aquisição emergencial de **eletrodos multifuncionais descartáveis, adulto e infantil, compatíveis com o Desfibrilador Externo Automático – DEA LIFE 400 FUTURA, da marca CMOS DRAKE**, destinados ao uso no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro/PR, mediante **dispensa de licitação em caráter emergencial**, visando garantir a disponibilidade do equipamento para atendimento de situações de urgência e emergência**."**

Fundamentação legal: A contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da necessidade emergencial de aquisição de eletrodos multifuncionais compatíveis com o Desfibrilador Externo Automático – DEA LIFE 400 FUTURA, visando assegurar o pleno funcionamento do equipamento e a continuidade dos atendimentos de urgência e emergência no Pronto Atendimento Municipal, garantindo a segurança e a preservação da vida dos pacientes.

Valor da Despesa: **R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:400A6A52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de licitação nº 033/2026
Processo Licitatório nº 179/2026
Homologação/Adjudicação: 09/10/2026
Contratada: **HANNA INSTRUMENTS BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **"Contratação de empresa para fornecimento de reagentes, padrões de verificação, kits de calibração e demais insumos específicos e compatíveis com equipamentos da marca HANNA INSTRUMENTS, destinados às análises de cloro residual e turbidez realizadas pela Vigilância Sanitária Municipal de General Carneiro/PR."**

Valor Estimado da Despesa: **R$ 4.095,21 (quatro mil, noventa e cinco reais e vinte e um centavos.)**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7AA198DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL
Processo Administrativo Licitatório: 158/2026
Pregão eletrônico: 060/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 13/10/2026 à 13/10/2027
Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de palestra técnica de formação continuada sobre os aspectos psicológicos, cognitivos e de manejo comportamental no Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase em estratégias de intervenção durante momentos de crise no ambiente escolar, a ser conduzida obrigatoriamente por profissional graduado em Psicologia com a atuação comprovada na abordagem ABA (Análise do Comportamento Aplicada), visando a capacitação da comunidade escolar da rede municipal de ensino do município de General Carneiro/PR.
--
Contratada: CLINICA DE PSICOLOGIA FRANCIELE DE OLIVEIRA LTDA
Contrato: 323/2026
Valor do Contrato: R$ 1.430,00 (mil quatrocentos e trinta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Red.	Recurso
310	104

Valor Estimado da Despesa: R$ 1.430,00 (mil quatrocentos e trinta reais).

General Carneiro – Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:32B72D30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL
Processo Administrativo Licitatório: 164/2026
Pregão eletrônico: 064/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 13/10/2026 à 13/10/2027
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de brinquedos e equipamentos recreativos, destinados ao atendimento de eventos, ações e atividades promovidas pela Administração Pública Municipal de General Carneiro/PR, incluindo transporte, carga e descarga, montagem, instalação, fixação, testes de funcionamento, equipamentos e acessórios necessários, acompanhamento por monitores durante a utilização, desmontagem e retirada.
--
Contratada: LETICIA WACHHOLZ LEMOS
Contrato: 324/2026
Valor do Contrato: R$ 18.350,00 (dezoito mil trezentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FONTE DE RECURSO	DOTAÇÃO
1002	34
000	34
104	310
000	310

Valor Estimado da Despesa: R$ 18.350,00 (dezoito mil trezentos e cinquenta reais).

General Carneiro – Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7E456D4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 158/2026
Pregão Eletrônico nº 060/2026
Adjudicação e Homologação: 09/10/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de palestra técnica de formação continuada sobre os aspectos psicológicos, cognitivos e de manejo comportamental no Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase em estratégias de intervenção durante momentos de crise no ambiente escolar, a ser conduzida obrigatoriamente por profissional graduado em Psicologia com a atuação comprovada na abordagem ABA (Análise do Comportamento Aplicada), visando a capacitação da comunidade escolar da rede municipal de ensino do município de General Carneiro/PR.

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
CLINICA DE PSICOLOGIA FRANCIELE DE OLIVEIRA LTDA	01

General Carneiro - Paraná, 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2546B5B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 164/2026
Pregão Eletrônico nº 064/2026
Adjudicação e Homologação: 09/10/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de brinquedos e equipamentos recreativos, destinados ao atendimento de eventos, ações e atividades promovidas pela Administração Pública Municipal de General Carneiro/PR, incluindo transporte, carga e descarga, montagem, instalação, fixação, testes de funcionamento, equipamentos e acessórios necessários, acompanhamento por monitores durante a utilização, desmontagem e retirada.

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT LOTE
LETICIA WACHHOLZ LEMOS	01

General Carneiro - Paraná, 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0CA208B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 426

PORTARIA N.º 426/2026

Altera o inciso VII do parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 227, de 28 de maio de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso da atribuição conferida por Lei, nos termos do art. 75, VII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º O inciso VII do parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 227, de 28 de maio de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"VII – Atas de Registro de Preços publicadas por órgãos ou entidades da Administração Pública de quaisquer municípios, preferencialmente da região, admitida a utilização de atas de outros municípios quando inexistentes referências regionais adequadas e, subsidiariamente, de atas de órgãos ou entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas a compatibilidade do objeto, as condições de fornecimento e a atualidade dos preços."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 227, de 28 de maio de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro, Pr., 09 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueidi Budnhak
Código Identificador:C299299E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.015/2026

ALTERA O ART. 12 DO DECRETO Nº 9.904/2026, QUE REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR

MERECIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

DECRETA:

Art. 1º O art. 12 do Decreto nº 9.904/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 12.** (...)*
***§ 3º** Da decisão da Comissão de Avaliação de Desempenho que mantiver o resultado desfavorável ao servidor caberá recurso à Comissão Geral, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação ou intimação da decisão;*
***§4º** A Comissão Geral, após o recebimento do recurso, deverá proferir decisão fundamentada, final e irrecorrível no âmbito administrativo, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis;*
***§5º** Após a decisão proferida pela Comissão Geral ou o transcurso dos prazos sem apresentação de pedido de reconsideração ou interposição de recurso, o resultado da avaliação de desempenho será submetido à homologação final do Chefe do Poder Executivo Municipal." (NR)*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:98FCAD92

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.018/2026

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO Nº 9.136/2025, DE 14 DE JANEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que disciplina os benefícios eventuais no âmbito da assistência social;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 40 e 42 da Lei Municipal nº 3.073/2024, que preveem a concessão de benefícios eventuais às famílias e aos indivíduos afetados por desastres e calamidade pública, inclusive mediante prestação em dinheiro;

CONSIDERANDO que o art. 42 da Lei Municipal nº 3.073/2024 atribui ao Poder Executivo Municipal a regulamentação dos procedimentos e fluxos para a prestação dos benefícios eventuais;

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 9.135, de 14 de janeiro de 2025, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:
"Art. 8 - A. O Auxílio Aluguel Social consiste em prestação financeira suplementar e temporária destinada ao custeio integral ou parcial de aluguel residencial, para assegurar moradia provisória às famílias ou aos indivíduos residentes no Município de Goioerê que, em decorrência das situações previstas nos arts. 40 e 41 da Lei Municipal nº 3.073/2024, estejam impossibilitados de permanecer em sua residência e não disponham de meios próprios ou de alternativa habitacional adequada para atender à necessidade imediata de moradia.
§1º A concessão do auxílio deverá guardar relação direta com o evento que ocasionou a perda, a interdição ou a impossibilidade de utilização segura da moradia.
§2º O auxílio possui natureza temporária e suplementar, não comportando renovação automática ou concessão por prazo indeterminado.
§3º A concessão será articulada com o acompanhamento socioassistencial e, quando necessário, com as ações de defesa civil, habitação e demais políticas públicas, visando à superação da situação que motivou o atendimento."
"**Art. 8 - B.** O Auxílio Aluguel Social poderá ser concedido quando constatada uma das seguintes situações:
I. perda total ou parcial da moradia em decorrência de incêndio que inviabilize sua utilização segura;
II. danos à moradia decorrentes de enchentes, alagamentos, vendavais, tempestades, deslizamentos ou outros eventos anormais abrangidos pelo art. 41 da Lei Municipal nº 3.073/2024;
III. desabamento ou comprometimento estrutural da moradia decorrente dos eventos previstos na legislação municipal, com risco à integridade de seus ocupantes;
IV. interdição ou determinação de desocupação da residência pela Defesa Civil ou por outro órgão competente, em decorrência das situações previstas neste artigo;
V. necessidade de desalojamento ou desabrigo decorrente de situação de emergência ou calamidade pública oficialmente reconhecida;
VI. outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito abrangidas pelo art. 41 da Lei Municipal nº 3.073/2024, que ocasionem a impossibilidade temporária de utilização da moradia, comprovadas mediante avaliação técnica fundamentada.
§1º O enquadramento nas hipóteses deste artigo dependerá de estudo social e, quando a situação envolver risco físico, danos estruturais ou interdição do imóvel, de relatório, laudo ou manifestação da Defesa Civil ou do órgão técnico competente.
§2º A concessão nas hipóteses dos incisos I a IV e VI não dependerá da edição de decreto de situação de emergência ou calamidade pública, desde que comprovados o evento, seus efeitos sobre a moradia e o enquadramento na legislação municipal.
§3º A insuficiência de renda, o desemprego, a inadimplência locatícia ou a existência de ordem de despejo, isoladamente considerados, não caracterizam hipótese de concessão do auxílio regulamentado neste artigo."
"**Art. 8 - C**. São requisitos para a concessão do Auxílio Aluguel Social:
I. residência no Município de Goioerê na data do evento que motivou o requerimento;
II. enquadramento em uma das situações previstas no art. 8º-B;
III. impossibilidade de custear, com recursos próprios, solução habitacional adequada à necessidade imediata, apurada mediante estudo social;
IV. inexistência de outra moradia disponível e adequada à utilização pelo requerente ou por seu núcleo familiar;
V. parecer social favorável, emitido por assistente social da rede socioassistencial municipal
VI. decisão administrativa fundamentada da Secretaria Municipal de Assistência Social.
§1º A concessão e a prorrogação observarão os critérios e prazos definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social — CMAS, a previsão orçamentária e a disponibilidade financeira, sem prejuízo das providências necessárias ao atendimento emergencial.
§2º A residência e a situação familiar poderão ser comprovadas por documentos oficiais, comprovantes de endereço, contratos, registros do Cadastro Único, prontuários socioassistenciais ou outros meios idôneos, inclusive mediante verificação técnica.
§3º A perda ou a indisponibilidade de documentos em decorrência do evento não impedirá o atendimento e a instrução do requerimento por outros meios idôneos, cabendo à equipe técnica auxiliar na regularização documental.

§4º Na avaliação da capacidade econômica, serão considerados a renda, as despesas essenciais, as perdas decorrentes do evento e as condições efetivas de proteção e subsistência familiar, observado o art. 9º deste Decreto.
§5º Será concedido um único auxílio por núcleo familiar, vedado o custeio em duplicidade da mesma despesa de aluguel por benefício público de igual finalidade."
"Art. 8 - D. O Auxílio Aluguel Social será concedido no valor mensal correspondente ao aluguel efetivamente contratado, limitado a R$ 700,00 (setecentos reais).
§1º Quando o valor do aluguel for inferior ao limite previsto no *"caput"*, o auxílio corresponderá ao valor contratado.
§2º Quando o valor do aluguel superar o limite do auxílio, a diferença será de responsabilidade do beneficiário, devendo a avaliação social verificar a viabilidade de sua complementação sem comprometimento das despesas essenciais à subsistência familiar.
§3º O auxílio destina-se exclusivamente ao pagamento do aluguel residencial, não abrangendo caução, multas, juros, encargos condominiais, tributos, contas de água, energia elétrica ou outras despesas acessórias.
§4º O imóvel deverá apresentar condições adequadas de segurança, salubridade e habitabilidade, compatíveis com as necessidades do beneficiário e de seu núcleo familiar."
Art. 8º - E. O Auxílio Aluguel Social será concedido pelo prazo inicial de até seis meses, definido na decisão administrativa de acordo com a avaliação técnica da necessidade de atendimento.
§1º O auxílio poderá ser prorrogado uma única vez, por período igual ao inicialmente concedido, mediante:
I. novo estudo social e parecer técnico fundamentado;
II. comprovação da persistência dos efeitos do evento sobre a moradia e da ausência de solução habitacional adequada;
III. avaliação das providências adotadas para a superação da situação;
IV. previsão orçamentária e disponibilidade financeira;
V. decisão administrativa fundamentada da Secretaria Municipal de Assistência Social.
§2º A prorrogação não será automática, devendo ser decidida antes do término do período de concessão, sempre que possível.
§3º O prazo total de atendimento referente ao mesmo evento não poderá exceder doze meses, vedada a abertura de novo requerimento com a finalidade de contornar esse limite.
§4º A proximidade do encerramento do auxílio deverá ser considerada no acompanhamento socioassistencial, com encaminhamento às políticas públicas pertinentes quando persistir a necessidade de proteção."
"**Art. 8 - F.** O pagamento do Auxílio Aluguel Social será realizado mensalmente, diretamente ao locador, que deverá ser pessoa física, mediante transferência para conta bancária de sua titularidade, por conta do benefício concedido à família ou ao indivíduo.
§1º O pagamento dependerá da apresentação de:
I. contrato de locação residencial celebrado entre o beneficiário e o locador, com identificação das partes, endereço do imóvel, valor do aluguel e prazo de vigência;
II. documentação de identificação do locador e comprovação de sua legitimidade para locar o imóvel;
III. dados bancários do locador;
IV. termo de adesão e responsabilidade assinado pelo beneficiário, com autorização expressa para o pagamento direto ao locador;
V. declaração de ciência do locador quanto ao valor e ao período do auxílio e à responsabilidade do beneficiário pelo eventual saldo do aluguel e pelas demais obrigações contratuais.
§2º A escolha do imóvel e a celebração do contrato de locação competem ao beneficiário, com apoio técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social, quando necessário.
§3º O Município não integrará o contrato como locatário, fiador ou garantidor, ficando sua atuação restrita à concessão e ao pagamento do auxílio, nos limites da decisão administrativa.
§4º O pagamento será instruído com a comprovação da manutenção da locação e da utilização do imóvel como moradia do beneficiário ou de seu núcleo familiar, devendo o locador fornecer recibo discriminado da parcela recebida.
§5º A alteração do imóvel locado ou do locador dependerá de comunicação prévia e atualização da documentação, sem reinício do prazo de concessão."
"Art. 8º - G. Compete ao beneficiário:
I. utilizar o imóvel para sua moradia e de seu núcleo familiar, vedada a cessão ou sublocação;
II. prestar informações verdadeiras e apresentar os documentos necessários à concessão, manutenção e reavaliação do auxílio;
III. comunicar alterações de endereço, composição familiar, renda ou outras circunstâncias relevantes à manutenção do benefício;
IV. informar a rescisão do contrato, a desocupação do imóvel ou a cessação da situação que motivou a concessão;
V. colaborar com o acompanhamento socioassistencial e com a verificação das condições de manutenção do auxílio;
VI. cumprir as obrigações decorrentes do contrato de locação que não sejam abrangidas pelo auxílio;
VII. assinar e observar o termo de adesão e responsabilidade."
"**Art. 8º - H.** A Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhará a concessão do Auxílio Aluguel Social e reavaliará periodicamente a permanência de seus requisitos, mediante entrevistas, atualização documental, visitas domiciliares e outros procedimentos técnicos pertinentes.
§1º A concessão, o indeferimento, a prorrogação, a suspensão e o encerramento serão formalizados em processo administrativo, com indicação dos fundamentos e ciência do interessado.
§2º A equipe técnica articulará os encaminhamentos necessários à recuperação da autonomia familiar e à busca de solução habitacional adequada.
§3º A Secretaria Municipal de Assistência Social disponibilizará ao CMAS informações sobre a execução do auxílio para fins de acompanhamento e controle social, preservados o sigilo profissional e os dados pessoais dos beneficiários."
"**Art. 8º - I**. O Auxílio Aluguel Social poderá ser suspenso cautelarmente por decisão fundamentada quando houver elementos concretos de pagamento indevido, inexistência da locação, desocupação do imóvel ou irregularidade que comprometa a legitimidade da prestação.
§1º A suspensão cautelar deverá indicar seus fundamentos e as providências necessárias à apuração ou regularização, assegurando-se ao interessado ciência e prazo de dez dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentos.
§2º A necessidade de complementação documental, por si só, não determinará a suspensão quando a situação puder ser comprovada por outros meios idôneos, especialmente nos casos de perda de documentos em decorrência do evento.
§3º O auxílio será encerrado quando:
I. cessarem as condições que motivaram sua concessão;
II. o beneficiário passar a dispor de moradia adequada, independentemente do auxílio;
III. esgotar-se o prazo de concessão ou de prorrogação;
IV. houver desistência expressa do beneficiário;
V. ocorrer mudança definitiva para outro Município;
VI. for comprovada fraude ou irregularidade que inviabilize a manutenção do auxílio.
§4º O encerramento por fraude ou irregularidade dependerá de apuração em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de suspensão cautelar fundamentada.
§5º Caberá pedido de reconsideração das decisões relativas ao auxílio, dirigido à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo de dez dias úteis contado da ciência do interessado, sem prejuízo dos recursos previstos na legislação municipal.
§6º A eventual restituição de valores indevidamente pagos dependerá de apuração específica, com identificação do responsável e garantia do contraditório e da ampla defesa."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações próprias destinadas aos benefícios eventuais da assistência social, observadas as normas orçamentárias e fiscais aplicáveis.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social estabelecer os instrumentais e procedimentos operacionais necessários à execução do Auxílio Aluguel Social, nos termos do art. 10 do Decreto nº 9.135, de 14 de janeiro de 2025, observadas as deliberações do CMAS e os limites deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:9BB49F0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 638/2026

Concede licença especial e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
Considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 41/2018 e art. 98 e 99 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, licença especial remunerada, a servidora pública municipal AMANDA VERISSIOMO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 03 (três) meses, iniciando em 14 de outubro de 2026 e encerrando em 13 de janeiro de 2027, referente ao quinquênio 2017/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:00ECB2B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 639/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 13 de outubro de 2026, a servidora pública municipal ANNA JULIA FERNANDES SIQUEIRA E SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Controle Processual, com admissão em 05 de janeiro de 2026, nomeada por meio da Portaria nº 003/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:DD099993

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 640/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 13 de outubro de 2026, o senhor RAFAEL KOUJI KINA BERENGUE, portador do RG. nº.: 14.399.540-2 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Controle Processual, percebendo seus vencimentos pelo CC-05, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:46EF8A7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 019/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 13h40, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, deu-se início à reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM. A presidente, senhora Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura, iniciou a reunião desejando uma boa tarde a todos os presentes. Em seguida, passou-se à pauta ordinária do dia, tendo como primeiro item a apreciação da prestação de contas dos recursos destinados ao fortalecimento da Rede de Proteção e ao Enfrentamento às Violências contra as Mulheres. Na sequência, a senhora Sandra Regina Souza Vieira realizou a leitura da prestação de contas referente aos recursos oriundos da Deliberação nº 002/2024, destinados ao fortalecimento da Rede de Proteção e ao Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, cujo período de execução e pagamento compreendeu até 31 de dezembro de 2025. Após a apresentação das informações relativas à execução dos recursos, a prestação de contas foi colocada em discussão e, posteriormente, submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Dando continuidade à reunião, foram discutidas ideias e propostas para a organização das ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, com o objetivo de promover a valorização das mulheres, a conscientização sobre seus direitos e o enfrentamento à violência de gênero. Os participantes puderam apresentar sugestões para o desenvolvimento de atividades e ações que contribuam para a promoção da igualdade de direitos e o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres no município. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença e a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes, ficando a lista de presença anexa.

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:C7E75278

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 56/2026 – CMDPI

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 10 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social,

situada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, deu-se início à reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. O presidente do Conselho, senhor José Joaquim Soares, abriu a reunião desejando bom dia a todos os presentes. Em seguida, passou-se à pauta do dia, referente à apreciação e aprovação das prestações de contas dos recursos destinados às políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Inicialmente, foi apresentada a prestação de contas referente à **Deliberação nº 034/2024 – Projeto Viaja +60 – Fase II**, cujo período de execução e pagamento ocorreu até 31 de dezembro de 2025, com valor de repasse de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e valor executado de R$ 49.507,32 (quarenta e nove mil, quinhentos e sete reais e trinta e dois centavos). Na sequência, foi apreciada a prestação de contas referente ao **Incentivo Paraná Viaja +60, regulamentado pela Deliberação nº 024/2023**, com período informado até 1º de janeiro de 2025 e valor de repasse de R$ 10.115,00 (dez mil, cento e quinze reais), sendo informado que não houve execução dos recursos. Em seguida, foi apresentada a prestação de contas referente ao **Incentivo Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência**, correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, com valor de recurso de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e valor executado de R$ 11.854,32 (onze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Por fim, foi apreciada a prestação de contas referente ao **Incentivo ao Serviço Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa, regulamentado pela Deliberação nº 019/2023**, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, com valor de recurso de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e valor executado de R$ 19.157,68 (dezenove mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos). Após a apresentação e apreciação das quatro prestações de contas, todas foram colocadas em votação e **aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes**. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes, ficando a lista de presença anexa.

Goioerê, 8 de outubro de 2026.

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:622C090C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDM

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos destinados ao fortalecimento da Rede de Proteção e ao Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, conforme Deliberação nº 002/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3.014/2023;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.014/2023, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 002/2024, referente aos recursos destinados ao fortalecimento da Rede de Proteção e ao Enfrentamento às Violências contra as Mulheres;
CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 8 de outubro de 2026, conforme Ata nº 019/2026, na qual foi apresentada e apreciada a prestação de contas dos recursos destinados ao fortalecimento da Rede de Proteção e ao Enfrentamento às Violências contra as Mulheres;
CONSIDERANDO que a referida prestação de contas foi submetida à votação e aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos destinados ao fortalecimento da Rede de Proteção e ao Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, oriundos da Deliberação nº 002/2024, referente ao período de execução e pagamento até 31 de dezembro de 2025.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Goioerê, 8 de outubro de 2026.

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:99467F72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 – CMDPI

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, referentes aos Incentivos Viaja +60 – Fase II, Paraná Viaja +60, Garantia de Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência e Serviço Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 2.662/2019;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO as deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná que regulamentam os incentivos destinados ao desenvolvimento de ações e serviços voltados à garantia dos direitos da pessoa idosa;
CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 8 de outubro de 2026, conforme Ata nº 056/2026, na qual foram apresentadas, apreciadas e aprovadas, por unanimidade dos conselheiros presentes, as prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente ao Projeto Viaja +60 – Fase II, regulamentado pela Deliberação nº 034/2024, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná.
Art. 2º Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo Paraná Viaja +60, regulamentado pela Deliberação nº 024/2023, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná.
Art. 3º Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência, destinado ao fortalecimento das ações de promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa.
Art. 4º Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo ao Serviço Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa, regulamentado pela Deliberação nº 019/2023, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê, 8 de outubro de 2026.

JOSÉ JOAQUIM SOARES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:0B66B44B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (IMPRESSORA E MICROCOMPUTADOR) E SONORIZAÇÃO (MICROFONE, CAIXA DE SOM, MESA DE SOM E CABOS), destinados à estruturação e modernização do Centro de Convivência do Idoso (CCI) de Goioerê/PR, sendo contemplados através do recurso oriundo da Deliberação nº 049/2025/CEDIPI/PR que institui o Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 13/10/2026.

Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 23/10/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 09 de outubro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:891FA6DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 9/2026
O Município de Goioerê/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos Administrativos, em atendimento ao disposto no item 5.2 do Edital de Chamamento Público nº 9/2026, torna público que realizará sessão pública para abertura e análise dos envelopes protocolados após a realização da primeira sessão na seguinte data:
Data: 15/10/2026
Horário: 08h00min
Local: Sala de reuniões do Paço Municipal.
Goioerê/PR, 09 de outubro de 2026.

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:921F23CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 558/2022

Pelo presente Termo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por meio do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, matrícula funcional nº 604009, e a empresa a PIZZATTO – CLÍNICA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 07.172.493/0001-96, situada na Rua São Josafat, nº 1349, Edifício Adhara, Centro, CEP: 87.302-170, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, neste ato representado pelo senhor MARCELO RODRIGO PIZZATTO, tendo em vista o que consta no Processo nº 267/2022, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 558/2022, referente a Inexigibilidade de Licitação nº 074/2022, para constar a seguintes alterações:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato:
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 558/2022 e reajuste contratual de acordo com a Resolução nº 011/2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Goioerê.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará a ter o seu quantitativo original prorrogado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit (R$)
01	CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPEDIATRIA - Os atendimentos serão realizados em consultórios nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Goioerê.	Serv	-	720	168,50

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$121.320,00 (cento e vinte e um mil trezentos e vinte reais)
2.3. Este valor é apenas estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
207	12.001	2.032	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
207	12.001	2.032	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Goioerê-Pr, 07 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

MARCELO RODRIGO PIZZATTO
Pizzatto – Clínica Médica LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:BDEF82C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 179/2026
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: Aquisição de tecidos destinados à confecção, reforma, adaptação e customização de figurinos para as atividades da Secretaria Municipal de Cultura, incluindo apresentações, projetos, oficinas, eventos e demais ações culturais desenvolvidas pelo Município.
CONTRATADO: ESTOQUE TECIDOS TOLEDO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 35.437,00
CONTRATADO: MARINTEX COMERCIO DE TECIDOS E MALHAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 950,00
09/10/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marcal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:C4384C42

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.014/2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO

MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3.236/2026, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.181.004,08 (um milhão cento e oitenta e um mil e quatro reais e oito centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16.000 SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.544.4.1218- 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$1.181.004,08
00002.00002.01.07.00.00.1.501.0000 Desvinculação das Receitas dos Municípios DRM	1.181.004,08

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$1.181.004,08
00002.00002.01.07.00.00.1.501.0000 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	1.181.004,08

Art. 3º Autoriza a inclusão no PPA - Plano Plurianual de Investimentos - Lei nº 3.171/2025, datada de 09/12/2025; Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 3.145/2025, datada de 16/07/2025 e Lei Orçamentária Anual - Lei nº 3.173/2025, datada de 17/12/2025.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – PR., em 09 de outubro de 2026

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Daiane Franciele Dos Santos
Código Identificador:EC1BC024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO N° 021/2026

Declara Ponto Facultativo o dia 13 de outubro do corrente ano, na Câmara Municipal de Goioxim, face ao feriado nacional de 12 de outubro consagrado a Nossa Senhora Aparecida- Padroeira do Brasil, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o feriado nacional de 12 de outubro, consagrado a Nossa Senhora Aparecida, nos termos da Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 48, de 07 de outubro de 2026, expedido pelo Poder Executivo Municipal, que determina a observância do feriado nacional de 12 de outubro de 2026 e estabelece ponto facultativo no dia 13 de outubro de 2026 no âmbito das repartições públicas municipais;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de harmonizar o funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal nas referidas datas;
CONSIDERANDO a necessidade de organização dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Goioxim;
RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada, no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim, a observância do **feriado nacional do dia 12 de outubro de 2026 (segunda-feira),** ficando suspenso o expediente administrativo e o atendimento ao público na referida data.

Art. 2º Fica estabelecido **ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim no dia 13 de outubro de 2026 (terça-feira),** ficando suspensos o expediente administrativo e o atendimento ao público.

Art. 3º Fica **suspensa a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Goioxim prevista para o dia 13 de outubro de 2026 (terça-feira)**, em razão do ponto facultativo estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo único. A Sessão Ordinária suspensa nos termos deste artigo será realizada em nova data, mediante convocação da Presidência, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioxim.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara Municipal de Goioxim

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:A9721E73

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 52 2026 - CRIA O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Cria o Comitê Interinstitucional de elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Goioxim/PR.

O **Prefeito Municipal de Goioxim**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela da Lei Orgânica do Município de Goioxim.
CONSIDERANDO a absoluta prioridade à criança e ao adolescente na elaboração das políticas públicas, conforme previsto no Artigo 227 da Constituição Federal do Brasil e no Artigo 4.º do Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que recomendam que todos os estados e municípios da federação elaborem, implantem e implementem os seus respectivos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que requer um planejamento intersetorial, visando à garantia dos direitos fundamentais de todas as crianças e os adolescentes.

DECRETA

Art. 1.º. Fica criado o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, indicados pelos Chefes dos seguintes órgãos/instituições:
I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
Titular: Eliton Leite da Silva
Suplente: Leila Fatima Pelozo Cagnini
II – Conselho Tutelar;
Titular: Elaine Aparecida Rothermel
Suplente: Iliane Farias de Lima
III – Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Lucimeri Nunes de Oliveira
Suplente: Vanessa Tauscher
IV - Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Tania Mara Foschera
Suplente: Eliane Silveira do Prado
V – Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Jaqueline Souza dos Santos
Suplente: Angela Fabiane Cagnini
Art. 2.º. Será convidado a compor este Comitê um adolescente indicado pelo CMDCA, com 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente.
Art. 3.º. O Comitê ora instituído será presidido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (responsável pelas políticas da criança e do adolescente no município).

Art. 4.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem a seguinte atribuição:
I – Elaborar o Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMDCA; e
II – Acompanhar a implementação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 6.º. Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de Direitos da Criança e do Adolescente participantes deste Comitê deverão subsidiar a equipe técnica de elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com informações e dados estatísticos que permitam traçar o diagnóstico da atual situação das crianças e dos adolescentes do município de Goioxim/PR, dentro de suas atribuições.
Art. 7.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentará à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 30 dias (estabelecer o prazo) a partir da publicação deste Decreto, o texto preliminar do referido Plano, com todos os componentes recomendados, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição envolvido.
Art. 8.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação no Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 09 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:CC15F145

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 53 2026 - INSTITUI A INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO INTERSETORIAL DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Institui a Instância de Coordenação Intersetorial do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Goioxim/PR e estabelece sua composição, atribuições e funcionamento.

O **Prefeito Municipal de Goioxim**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela da Lei Orgânica do Município de Goioxim.
CONSIDERANDO a necessidade de organizar o processo de elaboração e a articulação para implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, com vigência proposta para o período de 2027 a 2036;
CONSIDERANDO a natureza intersetorial do atendimento socioeducativo e a necessidade de participação das políticas públicas e dos órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a importância do planejamento integrado para qualificar o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e às suas famílias;

DECRETA

Art. 1º Fica instituída a Instância de Coordenação Intersetorial do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Goioxim/PR, destinada a coordenar sua elaboração e articular sua implementação, monitoramento e avaliação.
Parágrafo único. A atuação da instância observará as competências próprias dos órgãos e instituições participantes e as atribuições deliberativas e de controle social do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 2º A Instância de Coordenação Intersetorial será composta por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes órgãos ou segmentos:
I – Órgão gestor municipal da Assistência Social;

II – Equipe responsável pela Proteção Social Especial e pelo atendimento socioeducativo em meio aberto;
Titular: Lucia Antunes do Amaral
Suplente: Jaqueline Souza dos Santos
III – Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Lucimeri Nunes de Oliveira
Suplente: Vanessa Tauscher
IV – Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Tania Mara Foschera
Suplente: Eliana Silveira do Prado
V – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
Titular: Eliton Leite da Silva
Suplente: Leila Fatima Pelozo Cagnini
VI – Conselho Tutelar;
Titular: Jandira Gonçalves Anacleto
Suplente: Iliane Farias de Lima
VII – sociedade civil, com participação de representantes de famílias, conforme procedimento de escolha a ser definido pelo CMDCA.
§ 1º O suplente substituirá o titular em suas ausências e impedimentos.
§ 2º A substituição de representantes deverá ser comunicada formalmente à coordenação, para atualização do ato de designação.
Art. 3º Compete à Instância de Coordenação Intersetorial:
I – Organizar o processo participativo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;
II – Avaliar o Plano anterior, identificando ações realizadas, resultados, dificuldades e prioridades para o novo ciclo;
III – Reunir e sistematizar dados para o diagnóstico municipal e do atendimento socioeducativo, preservando o sigilo e a proteção das informações pessoais;
IV – Promover a participação das equipes técnicas, dos órgãos e instituições da rede, dos adolescentes e de suas famílias na elaboração e avaliação do Plano;
V – Propor objetivos, ações, metas, indicadores, prazos, responsáveis e fontes de verificação;
VI – Realizar a validação técnica intersetorial da proposta do Plano e encaminhá-la ao CMDCA para deliberação;
VII – Articular a implementação das ações aprovadas, respeitando as competências dos órgãos responsáveis;
VIII – Propor e acompanhar fluxos, protocolos e pactuações entre o serviço socioeducativo e as demais políticas públicas;
IX – Acompanhar os indicadores e a execução das metas, identificando dificuldades e propondo providências para seu enfrentamento;
X – Contribuir para o planejamento orçamentário das ações, encaminhando as necessidades aos órgãos competentes;
XI – Organizar avaliações periódicas e propor revisões fundamentadas do Plano;
XII – Consolidar e apresentar ao CMDCA relatórios de acompanhamento e avaliação;
XIII – Promover a articulação entre o Plano e o Projeto Político-Pedagógico do serviço de atendimento socioeducativo em meio aberto.
Art. 4º A coordenação da instância caberá ao órgão gestor municipal da Assistência Social, responsável por:
I – Convocar e organizar as reuniões;
II – Elaborar as pautas, considerando as contribuições dos membros;
III – Acompanhar os encaminhamentos e os prazos pactuados;
IV – Organizar os registros e documentos produzidos;
V – Manter interlocução com o CMDCA e com os órgãos participantes.
Art. 5º Poderão ser convidados a participar das reuniões representantes do Sistema de Justiça, de outras políticas públicas, de instituições parceiras e de demais organizações cuja contribuição seja pertinente à pauta.
Parágrafo único. A participação de convidados não implicará integração automática à composição formal da instância.

Art. 6º A participação de adolescentes e de suas famílias será organizada por meio de espaços de escuta e consulta adequados, assegurando participação voluntária, acessibilidade, respeito e proteção contra exposição indevida.
Art. 7º O acesso e o compartilhamento de informações observarão a finalidade do planejamento e do acompanhamento da política municipal, as atribuições institucionais e os deveres de sigilo e proteção de dados pessoais.
Parágrafo único. Os relatórios e demais documentos de divulgação pública utilizarão dados agregados ou anonimizados, de modo a evitar a identificação dos adolescentes e de suas famílias.
Art. 8º A participação na Instância de Coordenação Intersetorial não será remunerada.
Art. 9º. As propostas da instância que dependerem de aprovação administrativa, previsão orçamentária, formalização de parcerias ou deliberação do CMDCA serão encaminhadas às autoridades e aos órgãos competentes.
Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 09 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:B712E234

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD

ENCONTRO TEMÁTICO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD
O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 13, 14 e 15 da Lei Municipal nº 980/2026,
CONVOCA as pessoas com deficiência, seus tutores, curadores ou responsáveis legais, as entidades que prestam atendimento às pessoas com deficiência e demais interessados para participarem do **Encontro Temático para Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goioxim – CMDPD**, conforme as disposições seguintes:
1. DO OBJETO
1.1. O Encontro Temático tem por finalidade eleger 03 (três) representantes titulares da sociedade civil e seus respectivos suplentes para compor o CMDPD, observados os segmentos previstos no artigo 13, inciso II, da Lei Municipal nº 980/2026.
1.2. A composição do Conselho observará a paridade entre Poder Público e sociedade civil, totalizando 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes.
2. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL
2.1. O Encontro Temático será realizado no dia **11 de novembro de 2026**, no período da tarde, **a partir das 14h**, na **Secretaria Municipal de Assistência Social de Goioxim/PR**.
3. DAS VAGAS DA SOCIEDADE CIVIL
3.1. Serão eleitos representantes para os seguintes segmentos:
I – 01 (um) representante pessoa com deficiência física ou seu tutor, curador ou responsável legal, e respectivo suplente;
II – 01 (um) representante pessoa com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista, ou seu tutor, curador ou responsável legal, e respectivo suplente;
III – 01 (um) representante de entidade que preste atendimento às pessoas com deficiência, e respectivo suplente.
3.2. Cada suplente deverá pertencer à mesma representação ou segmento do respectivo titular.
3.3. Os representantes da sociedade civil deverão, preferencialmente, ser pessoas com deficiência, observadas as hipóteses de representação por tutor, curador ou responsável legal previstas na Lei Municipal nº 980/2026.
4. DA PARTICIPAÇÃO E DO PROCESSO ELEITORAL
4.1. Será assegurada ampla publicidade do Encontro Temático e igualdade de participação entre os interessados.
4.2. As regras de inscrição, habilitação, participação, votação e apuração deverão observar o ato previsto no artigo 14 da Lei Municipal nº 980/2026, com divulgação aos interessados.
4.3. A eleição observará a representação dos segmentos definidos no item 3 deste Edital, com escolha dos respectivos titulares e suplentes.
4.4. Os trabalhos e o resultado da eleição serão registrados em ata, com identificação dos representantes eleitos e dos respectivos segmentos.
5. DO MANDATO
5.1. O mandato dos membros titulares e suplentes do CMDPD será de **02 (dois) anos**, permitida **01 (uma) recondução por igual período**, nos termos do artigo 15 da Lei Municipal nº 980/2026.
6. DA REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL
6.1. Os representantes do Poder Público e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das Secretarias Municipais de Saúde; Educação, Esporte e Cultura; e Assistência Social, e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme o artigo 13, inciso I e § 4º, da Lei Municipal nº 980/2026.
7. DA PUBLICIDADE
7.1. Este Edital deverá ser publicado e amplamente divulgado com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** da realização do Encontro Temático, conforme o artigo 14 da Lei Municipal nº 980/2026.

Goioxim/PR, 09 de outubro de 2026

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:E9C42A65

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 229 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026, MARILZA KOWALCZYK.

PORTARIA Nº 229 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) MARILZA KOWALCZYK, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias, a contar de 13 de outubro de 2026, ao servidor(a) MARILZA KOWALCZYK, ocupante do cargo de Auxiliar de Odontologia, matricula funcional nº 137942, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 09 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:0B819E84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 10/2026

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR.

A Câmara Municipal de Guaíra torna público aos interessados que pretende realizar: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem simples e completa dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Guaíra/PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência**, em conformidade com art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo eventuais interessados apresentar Proposta Adicional de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a Administração selecionará a proposta mais vantajosa.

Valor Máximo Estimado: R$ 4.831,52 (quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos).

Critério de Julgamento: Menor preço global.

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 13/10/2026 às 00h00 até 16/10/2026 às 08h30.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS: Após às 8h30 do dia 16/10/2026.

ENTREGA DAS PROPOSTAS
As propostas poderão ser apresentadas por meio físico ou eletrônico, sendo consideradas válidas ambas as formas. PROTOCOLADA **no Setor de Protocolos da Câmara Municipal de Guaíra-PR**, situada na Praça João XXIII, 200, Centro, Guaíra-PR – CEP – 85.980-123, no horário das 07h30 às 12h00 e da 13h30 às 17h00, em dias úteis **ou pelo e-mail: compras@guaira.pr.leg.br** até a data limite. O Aviso e o Termo de Referência da Dispensa estarão disponíveis no Site Oficial da Câmara Municipal de Guaíra https://camaraguaira.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais ou através do E-mail: compras@guaira.pr.leg.br**.**

Guaíra, 09 de outubro de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Guaíra/Gestão 2025-2026

Publicado por:
Edson Jose Ito
Código Identificador:61739E18

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 475/2026

Pregão Eletrônico nº 169/2026
Processo Administrativo nº 284/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **AUTO MECANICA IMPACTO LTDA, CNPJ nº 09.115.306/0001-68**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 1.359.242,00 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **08 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9FCDA05F

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2026

Pregão Eletrônico nº 169/2026
Processo Administrativo nº 284/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA, CNPJ nº 79.763.058/0001-47**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 800.124,00 (oitocentos mil cento e vinte e quatro reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **08 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:02A7B639

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 477/2026

Pregão Eletrônico nº 169/2026
Processo Administrativo nº 284/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **RAFFAGNATO BOMBAS INJETORAS LTDA, CNPJ nº 81.406.878/0001-23**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 3.295.146,00 (três milhões duzentos e noventa e cinco mil cento e quarenta e seis reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **08 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8CDA2214

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 663/2026

Processo Administrativo nº 307/2026
Dispensa de Licitação nº 053/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 77.396.810/0007-29**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para manutenção da Frota 730, veículo **Fiat Cronos Drive 1.3 Flex, ano 2026, Frota Municipal nº730, placa UBE6I47/PR, chassi 8AP359AFUTU476070**, que pertence a frota que está lotada na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Guaíra/PR.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 690,64 (seiscentos e noventa reai, sessenta e quatro centavos).

Recursos Orçamentários:

971.09.01.2060.3339039199900000000.413
948.09.01.2060.3339030010600000000.413
948.09.01.2060.3339030399900000000.413

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **30 (trinta) dias**, com início na data de assinatura e término em **09 de novembro de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 09 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 09 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:47F988C0

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 664/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 475/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 169/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **AUTO MECANICA IMPACTO LTDA, CNPJ nº 09.115.306/0001-68**

Objeto do Contrato: Fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 1.359.242,00 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais)
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **08 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:CBEEBA05

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 665/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 476/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 169/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA, CNPJ nº 79.763.058/0001-47**

Objeto do Contrato: Fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 800.124,00 (oitocentos mil cento e vinte e quatro reais)
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **08 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9ED17522

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 666/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 477/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 169/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **RAFFAGNATO BOMBAS INJETORAS LTDA, CNPJ nº 81.406.878/0001-23**

Objeto do Contrato: Fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e

intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 3.295.146,00 (três milhões duzentos e noventa e cinco mil cento e quarenta e seis reais)
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **08 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8CABC530

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 619/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 169/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 169/2026**, cujo objeto é o fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:

AUTO MECANICA IMPACTO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 09.115.306/0001-68,** vencedora dos lotes 1, 4, 5 e 8 da licitação, com valor total máximo de **R$ 1.359.242,00 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais).**

MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 79.763.058/0001-47,** vencedora dos lotes 2, 3, 6 e 7 da licitação, com valor total máximo de **R$ 800.124,00 (oitocentos mil cento e vinte e quatro reais).**

RAFFAGNATO BOMBAS INJETORAS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 81.406.878/0001-23,** vencedora dos lotes 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da licitação, com valor total máximo de **R$ 3.295.146,00 (três milhões duzentos e noventa e cinco mil cento e quarenta e seis reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 08 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:BCC42AC4

CONSAMU
PORTARIA Nº 211/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe, a Sra. Mayara de Oliveira Bronoski, RG 14.650.314-4 SSP PR com gratificação de 12%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 325/2025 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:29322339

CONSAMU
PORTARIA Nº 212/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe, a Sra. Susana Regina Batista, RG 12.581.750-5 SSP PR com gratificação de 12%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 072/2024 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:84F3D8D4

CONSAMU
PORTARIA Nº 213/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe, a Sra. Ana Paula da Silva Camargo Gerardi, RG 2.715.466-21 SSP PR com gratificação de 12%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 186/2022 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:BBD54201

CONSAMU
PORTARIA Nº 214/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Encarregada de Setor, lotada no Setor Farmacêutico do CONSAMU, a Sra. Elaine Aparecida Medeiros Hotz, RG nº 7.148.335-5 SSP PR com gratificação de 23%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 179/2025, e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:EA3CF7CE

CONSAMU
PORTARIA Nº 215/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Encarregado do Setor Administrativo do Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho, do município de Cascavel-PR, o Sr. Eduardo Cestaro Sodre, RG nº 10.501.001-0 SESP PR com gratificação de 23%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 064/2025, e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:00FAB99A

CONSAMU
PORTARIA Nº 216/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe, a Sra. Elizete Nunes, RG 5.252.006-1 SSP PR com gratificação de 8%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:E4790009

CONSAMU
PORTARIA Nº 217/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Assessor Administrativo, a Sra. Giulia Soares Schimidt, RG 14.564.549-2 SESP PR com gratificação de 08%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:3FB8CACE

CONSAMU
PORTARIA Nº 218/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Assessor Administrativo, a Sra. Meire Francieli da Silva Carvalho Savian, RG 8.358.343-6 SSP PR com gratificação de 08%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:AC5E5F18

CONSAMU
PORTARIA Nº 219/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe, a Sra. Nicolli Graça Carnaval, RG 14.067.230-0 SESP PR com gratificação de 12%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 326/2025 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:5A4F2FE0

CONSAMU
PORTARIA Nº 220/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Equipe, a Sra. Diandra Aparecida Giongo, RG 9.566.135-1 SSP PR com gratificação de 12%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria 073/2024 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 09 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:83B8BCA4

PROJUR
DECRETO Nº 474/2026 DATA: 09.10.2026 EMENTA: DESTITUI MANDATO DE MEMBRO DE CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, estado do Paraná, no uso das atribuições legais, em conformidade com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando o artigo 94, inciso I, da Lei Municipal nº 1.593/2008, em conjugação com os arts. 40, incisos I e II, 44, inciso III, 45, 46 e 47 da Resolução CONANDA nº 231/2022 e com os arts. 131 e 133, inciso I da Lei Federal nº 8.069/1990;
Considerando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº 456/2026 que observou o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório;
Considerando o relatório conclusivo da Comissão Disciplinar e a decisão proferida nos Autos do Procedimento;

Considerando o memorando online sob o nº 1.916/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aplicada a penalidade de destituição do mandato de membro do Conselho Tutelar, da Sra. (o) J. D. J., CPF nº XXX.450.469-XX, Conselheiro (a) Tutelar, com desligamento no dia 07 de outubro de 2026.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 07 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:53B75EE1

PROJUR
DECRETO Nº 475/2026 DATA: 09.10.2026 EMENTA: EXONERA ASSESSORA DE IMPRENSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 015/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerada **ANTONIELI GARCIA DE SOUZA**, portadora da CI/RG nº XXX.417.029-XX SESP/PR, do cargo em comissão de Assessora de Imprensa, símbolo CC-03, com desligamento no dia 12 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 292/2026 de 16 de junho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 12 outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:578D8465

PROJUR
DECRETO Nº 476/2026 DATA: 09.10.2026 EMENTA: NOMEIA ASSESSOR DE IMPRENSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 015/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeado **ALISSON APARECIDO BORELLI LEITE**, portador da CI/RG nº XX1.806.3XX - MS, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Imprensa, símbolo CC-03, a partir de 13 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 21 da Lei nº 2.024 de 26.09.2017, cujo valor da remuneração dar-se-á nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 13 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C4EA8F1D

PROJUR
DECRETO Nº 477/2026 DATA: 09.10.2026 EMENTA: NOMEIA ASSESSORA DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER EM ESPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, e, considerando o memorando on-line sob o nº 026/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada **ANTONIELI GARCIA DE SOUZA**, portadora da CI/RG nº XXX.417.029-XX SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Assessora da Diretoria de Esporte e Lazer em Esporte, símbolo CC-04, a partir de 13 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 137 da Lei Municipal nº 2.024 de

26.09.2017, cujo valor da remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 13 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:9CAFC872

PROJUR
PORTARIA N° 620/2026 DATA: 09.10.2026 EMENTA: DESIGNA COMISSÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO (POC) DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, em conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra e na Lei Municipal nº 2.024/2017, alterada pela Lei nº 2.286/2023, e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que se refere à observância do julgamento objetivo e à verificação da conformidade das propostas com as exigências do edital;

Considerando a previsão de realização de Prova de Conceito (POC) no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 129/2026, Processo Administrativo nº 218/2026, cujo objeto é o licenciamento de software de apoio à pesquisa, composição e elaboração de mapas de preços para contratações públicas;

Considerando a necessidade de designação de servidores para acompanhar a demonstração prática da solução ofertada, verificar as funcionalidades previstas no edital e emitir avaliação técnica fundamentada;

Considerando o memorando online sob o n° 251/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Comissão Técnica responsável por acompanhar e avaliar a Prova de Conceito (POC) referente ao Pregão Eletrônico nº 129/2026, observadas as exigências previstas no edital e em seus anexos.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

I – Rafael Fernando Soares Marques – Matrícula nº 29711;
II – Felipe Bittencourt – Matrícula nº 31115;
III – Pietran Sergio Darolt – Matrícula nº 29898.

Art. 3º Compete à Comissão Técnica:

I – Acompanhar a demonstração da plataforma em ambiente funcional e verificar, de forma objetiva, a aderência da solução aos requisitos do Termo de Referência;
II – Aplicar o Checklist de Avaliação da Prova de Conceito e acompanhar o roteiro de apresentação, conforme previstos no instrumento convocatório;
III – Solicitar, durante a demonstração, testes práticos, pesquisas e a apresentação de telas, rotinas e relatórios, dentro dos limites estabelecidos no edital;
IV – Registrar as evidências apresentadas, as ocorrências e a indicação de atendimento ou não atendimento de cada requisito examinado;
V – Elaborar e assinar ata ou relatório técnico fundamentado, com a identificação da empresa, dados da apresentação, requisitos avaliados e conclusão quanto à aprovação ou não aprovação da solução, encaminhando-o à Pregoeira para juntada aos autos.

Art. 4º A Comissão atuará em caráter exclusivamente técnico, observando os critérios previstos no instrumento convocatório, sem criar exigências adicionais e sem substituir as competências da Pregoeira e da autoridade competente.

Art. 5º A participação dos servidores designados não ensejará pagamento de remuneração adicional, gratificação ou vantagem pecuniária, sendo as atividades desenvolvidas no exercício de suas atribuições funcionais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo a designação válida até a conclusão das avaliações da Prova de Conceito necessárias ao Pregão Eletrônico nº 129/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BCBC980B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
PORTARIA Nº 014/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder aos Vereadores Marcio Vieira da Silva e Wesley Giovani Gobbo, 02 (duas) diárias e mais 60% de 01 (uma), cada, no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cada diária, para viagem com destino a Curitiba/PR, com saída no dia 13 e retorno no dia 15 de outubro de 2026, para realização do curso "PROGOV: Gestão Que Transforma Políticas Públicas", realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) nos dias 13 e 14.

Art. 2º. O valor total das diárias autorizadas é de R$ 1.820,00 (Um mil, oitocentos e vinte reais), nos termos das Leis Municipais 987/2005 e 1.636/2021.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guaraci, Estado do Paraná. Aos 09 de outubro de 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:2D7CDE5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº116/2026- INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026
Processo Administrativo nº116/2026- Inexigibilidade nº 016/2026 – Credenciamento nº 005/2026
Ao sétimo dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 13h, no edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, situado na Rua Prefeito João de Giuli, 180, reuniram-se a Comissão e com os seus membros, nomeados pela portaria nº138/2025 de 26 de junho de 2025, para analisar os documentos apresentados para

CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITAS) E REFEIÇÕES NA MODALIDADE SELF-SERVICE. Para este processo licitatório, os seguintes interessados realizaram o envio da documentação exigida para a comissão de credenciamento no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Guaraci ou para o e-mail: (credenciamento@guaraci.net).

NÚMERO	INTERESSADOS	CNPJ
01	COLOMBARI & COLOMBARI RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA	97.545.216/0001-74
02	S. FERREIRA DOS SANTOS – RESTAURANTE	26.391.335/0001-71
03	SAL ROSA RESTAURANTE LTDA	17.640.512/0001-15

Após a análise da documentação apresentada, a Comissão habilita as empresas citadas a cima, pois trouxeram as documentações pendentes da ata de nº 001/2026.
Nada mais havendo a tratar, a Comissão declarou encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão presentes.

Guaraci, 07 de outubro de 2026.

TIAGO LUIZ DE FREITAS	*ISADORA DOS SANTOS SILVA*
Presidente	Secretária
RICARDO HENRIQUE PRADO MARÇAL	*JOSÉ LOURENÇO DA SILVA NETO*
Membro da Comissão	Membro da Comissão

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:AD83F11E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº116/2026- INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026
Processo Administrativo nº116/2026- Inexigibilidade nº 016/2026 – Credenciamento nº 005/2026
Ao nono dia do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 09h, no edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, situado na Rua Prefeito João de Giuli, 180, reuniram-se a Comissão e com os seus membros, nomeados pela portaria nº138/2025 de 26 de junho de 2025, para analisar os documentos apresentados para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITAS) E REFEIÇÕES NA MODALIDADE SELF-SERVICE.** Para este processo licitatório, os seguintes interessados realizaram o envio da documentação exigida para a comissão de credenciamento no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Guaraci ou para o e-mail: (credenciamento@guaraci.net).

NÚMERO	INTERESSADOS	CNPJ
01	ANGELINA DA SILVA	48.941.993/0001-22

Após a análise da documentação apresentada, a Comissão habilita a empresa citada acima, pois trouxe as documentações pendentes da ata de nº 001/2026.
Nada mais havendo a tratar, a Comissão declarou encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão presentes.

Guaraci, 08 de outubro de 2026.

TIAGO LUIZ DE FREITAS	*ISADORA DOS SANTOS SILVA*
Presidente	Secretária
RICARDO HENRIQUE PRADO MARÇAL	*JOSÉ LOURENÇO DA SILVA NETO*
Membro da Comissão	Membro da Comissão

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:EB102E62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 028/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE.** A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E DE RECARGAS DE GÁS EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT E CORTINA DE AR, INSTALADOS EM TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **26 de outubro de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:876DDBE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO Nº 161/2026

DECRETO Nº 161/2026

Altera a fonte de recursos financiadora do Crédito Adicional Especial aberto pela Lei nº 1869/2026, sem alteração do valor total do crédito, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas
DECRETA:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a fonte de recursos financiadora do Crédito Adicional Especial aberto pela Lei nº 1869/2026, no âmbito da dotação orçamentária abaixo discriminada, sem alteração do valor total do crédito, no montante de R$ 729.667,50 (setecentos e vinte e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos):
05.007.27.812.0023.1944 – Reforma e Ampliação do Estádio Municipal
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Art. 2º Fica autorizada a anulação, na dotação orçamentária indicada no artigo anterior, dos seguintes valores, classificados nas respectivas fontes de recursos livres:

Fonte de Recursos	Valor (R$)
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres) do Exercício	106.000,00
Fonte 1000 – Excesso de Arrecadação – Recursos Livres	146.167,50
TOTAL ANULADO	**252.167,50**

Art. 3º Como contrapartida à anulação prevista no artigo 2º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a mesma dotação orçamentária referida no artigo 1º, na fonte de recursos abaixo discriminada:

Fonte de Recursos	Valor (R$)
Fonte 1944 – Recursos de Convênio – Ministério do Esporte Contrato de Repasse nº 963674/2024/MESP/CAIXA	252.167,50
TOTAL SUPLEMENTADO	**252.167,50**

Art. 4º A alteração de fonte de recursos ora autorizada tem por finalidade adequar a execução orçamentária e financeira da despesa ao mecanismo de identificação e controle da contrapartida vinculada ao Contrato de Repasse nº 963674/2024/MESP/CAIXA, tendo em vista que os recursos serão executados mediante transferência bancária diretamente identificada à fonte de convênio, dispensando a emissão de empenho nas fontes de recursos livres ora anuladas, em benefício da rastreabilidade e do controle financeiro dos recursos aplicados na obra.
Art. 5º Este Decreto não implica aumento de despesa nem de receita, tratando-se exclusivamente de remanejamento da fonte de recursos financiadora do crédito adicional especial já autorizado, permanecendo inalterados o valor total, a classificação funcional-programática e o elemento de despesa constantes da Lei nº 1869/2026.
Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:94138FB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 162/2026

DECRETO N.º 162/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme abaixo:
15 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
001 – Departamento de Obras e Viação
04 – Administração
0122 – Administração Geral
0007 – Manutenção e Conservação de Próprios Municipais
2.019 – Manutenção e Conservação de Próprios Municipais
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 189..... R$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 30.000.00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do excesso de arrecação como segue:

1.7.1.1.51.2.1.00.00.00 – Cota-parte do FPM - Fonte 1000..... R$ 30.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ..... R$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 09 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F661DFEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 1901/2026

Súmula: Dispõe sobre a alteração dafonte de recursos financiadora do Crédito Adicional Especial aberto pela Lei nº 1869/2026, sem alteração do valor total do crédito, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte
LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a fonte de recursos financiadora do Crédito Adicional Especial aberto pela Lei nº 1869/2026, no âmbito da dotação orçamentária abaixo discriminada, sem alteração do valor total do crédito, no montante de R$ 729.667,50 (setecentos e vinte e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos):
05.007.27.812.0023.1944 – Reforma e Ampliação do Estádio Municipal
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Art. 2º Fica autorizada a anulação, na dotação orçamentária indicada no artigo anterior, dos seguintes valores, classificados nas respectivas fontes de recursos livres:

Fonte de Recursos	Valor (R$)
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres) do Exercício	106.000,00
Fonte 1000 – Excesso de Arrecadação – Recursos Livres	146.167,50
TOTAL ANULADO	**252.167,50**

Art. 3º Como contrapartida à anulação prevista no artigo 2º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a mesma dotação orçamentária referida no artigo 1º, na fonte de recursos abaixo discriminada:

Fonte de Recursos	Valor (R$)
Fonte 1944 – Recursos de Convênio – Ministério do Esporte Contrato de Repasse nº 963674/2024/MESP/CAIXA	252.167,50
TOTAL SUPLEMENTADO	**252.167,50**

Art. 4º A alteração de fonte de recursos ora autorizada tem por finalidade adequar a execução orçamentária e financeira da despesa ao mecanismo de identificação e controle da contrapartida vinculada ao Contrato de Repasse nº 963674/2024/MESP/CAIXA, tendo em vista que os recursos serão executados mediante transferência bancária diretamente identificada à fonte de convênio, dispensando a emissão de empenho nas fontes de recursos livres ora anuladas, em benefício da rastreabilidade e do controle financeiro dos recursos aplicados na obra.
Art. 5º Esta Lei não implica aumento de despesa nem de receita, tratando-se exclusivamente de remanejamento da fonte de recursos financiadora do crédito adicional especial já autorizado, permanecendo inalterados o valor total, a classificação funcional-programática e o elemento de despesa constantes da Lei nº 1869/2026.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná,em08 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:88FBD0F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 172/2026

PORTARIA Nº 172/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Antonio Carlos Rael, para levar atletas sub 40 para campeonato, no dia 02 de outubro 2026, das 18:00 as 23:00, na cidade de Atalaia - Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Antonio Carlos Rael, para levar atletas sub 15 para campeonato, no dia 19 de setembro 2026, das 12:00 as 17:00, na cidade de Itaguagé - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe para troca de acompanhante em hospital, no dia 05 de outubro 2026, das 17:00 as 22:00, na cidade de Rolândia - Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar atletas para campeonato cobrinhas em Colorado, no dia 03 de outubro 2026, das 07:15 as 14:30, na cidade de Colorado - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipes para consulta no Hospital Zona Norte, no dia 02 de outubro 2026, das 06:30 as 15:30, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para buscar dois alunos no colégio agrícola Nilson Ribas, no dia 01 de outubro 2026, das 17:30 as 23:30, na cidade de Apucarana - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar pacientes para consulta no Cismepar, no dia 30 de setembro 2026, das 05:30 as 13:00, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar pacientes para consulta no Hospital de Olhos, no dia 29 de setembro 2026, das 09:00 as 16:50, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar pacientes na rua maranhão Clinica de Olhos, no dia 28 de setembro 2026, das 07:00 as 13:30, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar atletas para jogo de volei, no dia 26 de setembro 2026, das 07:00 as 17:00, na cidade de Miraselva - Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar pacientes na no Hospital ICL, no dia 24 de setembro 2026, das 06:00 as 14:00, na cidade de Londrina - Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe para troca de acompanhante em hospital, no dia 23 de setembro 2026, das 06:00 as 14:00, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Altair Luiz Matheus, para buscar o paciente S.D em hospital, no dia 26 de setembro 2026, das 06:00 as 13:30, na cidade de Arapongas - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Gilvano Campos Pacheco, para levar pacientes em consulta médica em Londrina e Rolândia - Pr, no dia 26 de setembro 2026, das 06:00 as 13:30, na cidade de Londrina e Rolândia - Pr.
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar alunos do Colégio Nair de Bentópolis para passeio no Parque do Ingá, no dia 07 de outubro 2026, das 11:30 as 18:00, na cidade de Maringá - Pr.

Conceder 21 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, João Francisco dos Santos, para levar alunos do Colégio Agrícola de Astorga, no mês de setembro de 2026, na cidade de Astorga - Pr.

Conceder 21 diárias, no valor de 35,00 cada, a favor do servidor municipal, João Francisco dos Santos, para levar alunos do Colégio Agrícola de Astorga, no mês de outubro de 2026, na cidade de Astorga - Pr.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, Estado do Paraná
Aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo José Amaro
Código Identificador:B088BBD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 173/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Desligar a servidora **MARIA EDUARDA DE SOUZA CASTELAR** do Emprego de Bioquímica, pelo término do contrato por tempo determinado a partir de 03 de outubro de 2026.

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Guaraci, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6DE6D14B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 174/2026

PORTARIA Nº 174/2026

Súmula: Designa os membros da Comissão de Seleção do Programa Bolsa Cultura Viva, instituído pela Lei Municipal nº 1.897/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.897/2026, que institui o Programa Bolsa Cultura Viva no Município de Guaraci;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 156/2026, que regulamenta o Programa;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para compor a Comissão de Seleção do Programa Bolsa Cultura Viva, responsável pela condução e avaliação do processo seletivo previsto no Edital de Chamamento Público nº 001/2026:
I – Representantes do Conselho Municipal de Cultura:
a) Eliza Cristiani Rodrigues Torres;
b) Rafaella de Araújo.
II – Servidoras públicas municipais efetivas:
a) Andreia Fulgencio dos Anjos, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo;
b) Dalila Alves Barboza, ocupante do cargo de Nutricionista;
c) Lorena Alzira de Souza Alexandre, ocupante do cargo de Orientadora Social.
Art. 2º Compete à Comissão de Seleção conduzir as etapas do processo seletivo, incluindo a análise da documentação apresentada pelos candidatos, a avaliação dos documentos comprobatórios, a atribuição de pontuação conforme os critérios objetivos estabelecidos no edital, a classificação dos candidatos e a análise dos recursos administrativos, observadas as regras aplicáveis.
Art. 3º Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade,

transparência e igualdade entre os candidatos, bem como comunicar eventual situação de impedimento ou conflito de interesses.
Art. 4º A Comissão exercerá suas atribuições durante a realização do processo seletivo referente ao Edital de Chamamento Público nº 001/2026, até a conclusão dos trabalhos, sem prejuízo de eventual necessidade de nova designação por ato do Poder Executivo Municipal.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, 08 outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A279792D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 26.2026

Aos cinco dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, a Sra. Marilda Vidal da Rosa Santos, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **CHAMAMENTO PÚBLICO O CREDENCIAMENTO DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE PESSOA FÍSICA OU PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS CONSTITUÍDOS COMO MICROEMPRESA (ME) OU SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU), DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS, TÉCNICAS E LEGAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

INABILITADO:
Caleb de Lima Ribeiro, CPF: 045.351.189 - 90

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

OSMAR ONORATO RODRIGUES

MARILDA VIDAL DA ROSA SANTOS

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:AA117C4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, O SENHOR ELIELSON DA SILVA LEAL, OCUPANTE DO CARGO ATENDENTE DE FARMÁCIA - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS"

PORTARIA N.º 221/2026

SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, O SENHOR ELIELSON DA SILVA LEAL, OCUPANTE DO CARGO ATENDENTE DE FARMÁCIA - PSS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025,RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a pedido, o senhor ELIELSON DA SILVA LEAL, inscrito no CPF n.º 017. ******-12, do cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA PSS, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, do município de Guaraqueçaba/PR.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 5 de outubro de 2026.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 9 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:FB3A06E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA

PORTARIA N.º 06, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispensa Serviços Administrativos do Poder Legislativo de Honório Serpa.

A Presidente da Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar os serviços administrativos do Poder Legislativo do Município de Honório Serpa, no dia 30 de outubro de 2026, em razão de que os servidores deste Poder cumprirão carga horária normal no dia 28 de outubro de 2026, dia em que é comemorado o "dia do servidor público.".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA ALVES,
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
José Carlos Cardoso
Código Identificador:226735B0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 08-A.2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) – DECÊNIO 2026/2036

SÚMULA: Convoca a comunidade escolar e a população em geral para a Audiência Pública de apresentação, discussão e coleta de contribuições ao

PME do município Honório Serpa – PR, e dá outras providências.

O MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA – PR, por meio do Departamento Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a Constituição Federal, especialmente o disposto no art. 206, inciso VI, que estabelece a gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente quanto à gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 2026;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 642/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do Município de Honório Serpa – PR;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 93/2026, que dispõe sobre as providências e procedimentos relacionados à elaboração do Plano Municipal de Educação – PME para o decênio 2026/2036;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na construção, discussão e aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais do Município;
CONSIDERANDO os princípios da gestão democrática, da publicidade, da transparência, da participação social e do interesse público;
TORNA PÚBLICA a presente convocação para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2026/2036**, nos termos deste Edital:

1. DA CONVOCAÇÃO
1.1 Ficam convocados os profissionais da educação, estudantes, pais e responsáveis, membros dos Conselhos Municipais de Educação, FUNDEB, Alimentação Escolar e demais conselhos relacionados à educação, representantes de instituições de ensino, sociedade civil, Poder Legislativo, Poder Executivo e a população em geral para participarem da Audiência Pública destinada à apresentação, discussão e coleta de contribuições para o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Honório Serpa – PR, para o decênio 2026/2036.
1.2 A participação na Audiência Pública será aberta a todos os interessados, sem necessidade de inscrição prévia.

2. DA FINALIDADE
2.1 A Audiência Pública terá por finalidade:

I – apresentar o diagnóstico da educação municipal;

II – apresentar as metas e estratégias propostas para o Plano Municipal de Educação – PME 2026/2036;

III – promover a discussão pública acerca das diretrizes, metas e estratégias que integrarão o PME;

IV – possibilitar a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na construção e aperfeiçoamento do Plano;

V – receber sugestões, críticas, propostas e demais contribuições relacionadas ao texto do PME;

VI – promover a transparência e a gestão democrática das políticas públicas educacionais do Município de Honório Serpa – PR.

3. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL
3.1 A Audiência Pública será realizada no dia **06 de novembro de 2026 (sexta-feira)**, no **Centro Cultural Bento Santos, Bairro Tia Chica, Avenida Júlio Scheib, nº 1009, Município de Honório Serpa – PR**.
3.2 A Audiência Pública observará os seguintes horários:
I – **1ª convocação:** às **9h00**, condicionada à presença da maioria absoluta, correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos participantes habilitados;
II – **2ª convocação:** às **13h30**, com qualquer número de participantes presentes.

4. DA PARTICIPAÇÃO E DAS CONTRIBUIÇÕES

4.1 A participação dos profissionais da educação, estudantes, pais e responsáveis, conselhos municipais, instituições de ensino, representantes do Poder Público, sociedade civil e demais interessados é de fundamental importância para a construção democrática do Plano Municipal de Educação.

4.2 Os participantes poderão apresentar manifestações orais durante a Audiência Pública, mediante inscrição no local, observado o limite de 5 (cinco) minutos por participante, conforme a organização dos trabalhos.

4.3 As contribuições escritas poderão ser apresentadas durante a Audiência Pública ou encaminhadas ao Departamento Municipal de Educação até o dia 30 de outubro de 2026.

4.4 As sugestões, críticas e propostas apresentadas serão registradas e submetidas à análise da equipe responsável pela elaboração do PME, podendo ser incorporadas ao texto final, quando consideradas pertinentes e compatíveis com as diretrizes legais e educacionais aplicáveis.

5. DA CONSULTA À MINUTA DO PME

5.1 A minuta do Plano Municipal de Educação – PME 2026/2036 estará disponível para consulta pública a partir do dia 08 de outubro de 2026.

5.2 A minuta poderá ser consultada no Departamento Municipal de Educação, localizado na Rua São Sebastião, nº 84, Bairro Picapau, Honório Serpa – PR, bem como no Portal da Transparência do Município.

5.3 Para informações e esclarecimentos, os interessados poderão entrar em contato com o Departamento Municipal de Educação pelo telefone (46) 92002-6687.

6. DO REGISTRO E DA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES

6.1 Os trabalhos realizados durante a Audiência Pública serão registrados em ata, acompanhada da respectiva lista de presença.

6.2 Todas as contribuições apresentadas durante o processo de participação pública serão consideradas e analisadas pela equipe responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação.

6.3 As contribuições consideradas pertinentes poderão ser incorporadas ao texto final do PME 2026/2036, observada a legislação vigente e a compatibilidade com as diretrizes e objetivos da política educacional municipal.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A Audiência Pública constitui instrumento de participação popular e gestão democrática, assegurando-se aos interessados o direito de apresentar manifestações, sugestões e propostas relacionadas ao Plano Municipal de Educação.

7.2 Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão resolvidos pelo órgão responsável pela condução dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação, observada a legislação aplicável.

7.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MARIAZINHA DE FÁTIMA H. CRISTOFOLI
Diretora do Departamento Municipal de Educação

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:B2EFD361

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO 01.Z.5

EDITAL 01-Z.5 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
06	Marcos Antonio Rodrigues	6º

CARGO: MOTORISTA CAMINHÃO/ONIBUS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
05	Weverton Luiz Lamonato	5º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 09 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:116D8165

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 203/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 203/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe
foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.480,00 , destinados ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08001 - DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.451.0013.1016000 - RECAPEAMENTO ASFALTICO DE RUAS E AVENIDAS	
Despesa - 652 - 449051 - 00843 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.480,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	1.480,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
132101110843000000 - 242 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 843
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 9 de outubro de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8C904D0A

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 205/2026

PORTARIA Nº 205/2026

Súmula: Concede Licença Maternidade à servidora que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito Municipal de Iguaraçu, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 51 e ss. da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença maternidade, com amparo no §1.º do Art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho no Art. 3º do Decreto n.º 75.207/75, combinado com o Art. 109º da Lei Municipal nº 005/2010, publicada no dia 28/04/2010, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora abaixo relacionada:

Servidora	Cargo	Período de Gozo
SARAH CRISTINA GODOY FERREIRA DA FONSECA	ASSISTENTE SOCIAL 30 HORAS	05/10/2026 a 02/04/2027

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B16765CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ AVISO DE REABERTURA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026

Processo Administrativo: nº 215/2026
Dispensa Física: nº 048/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do **art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/10/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/10/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/10/2026 às 16h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 19/10/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@iguaracu.pr.gov.br ou Paço Municipal sito Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor de Licitação em envelope lacrado.

LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.iguaracu.pr.gov.br/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☐ Sim ☒ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☐ Sim ☒ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Do Afastamento da Exclusividade ME/EPP: O objeto foi anteriormente submetido à Dispensa de Licitação nº 044/2026 (Processo Administrativo nº 195/2026), homologada como fracassada em 10 de setembro de 2026, por ausência de empresas ME/EPP interessadas. Diante disso, e considerando que o levantamento de mercado identificou que as empresas aptas a atender ao objeto são de grande porte, a presente contratação será processada em ampla concorrência, sem a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, inciso II, da mesma Lei Complementar.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a disponibilização de licença de uso de sistema ou plataforma eletrônica integrada para pesquisa, consulta e referência de preços de peças, componentes, acessórios, serviços e mão de obra destinados à manutenção da frota municipal, incluindo acesso à base de dados, atualizações e suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, com disponibilização de 01 (um) usuário, conforme condições, requisitos e especificações estabelecidos neste instrumento convocatório.

Informações através do e-mail: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br** ou pelo fone (44) 3248-1222.

Iguaraçu/PR, 09 de outubro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação - Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1E6D1358

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 180/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para ADRIANA FERNANDES VILAR GAMAS, durante o período de 13/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, ABRIL de 2025 a ABRIL de 2026 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 09 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:2AF5A8F3

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 181/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para JOSANI KLUTIKOSKI SCHARLAU, durante o período de 14/10/2026 à 23/10/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, MARÇO de 2025 a MARÇO de 2026 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 09 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:F1EC897C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 216/2026

DECRETO Nº 216/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é consagrado à comemoração do Dia do Servidor Público**, conforme previsão do art. 236 da Lei 8112/91.**

DECRETA

Art.1º- Fica declarado recesso administrativo no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Inácio Martins, no dia 03 de novembro de 2026 (terça-feira), em razão da comemoração do Dia do Servidor Público, que ocorre em 28 de outubro (quarta-feira), este ponto facultativo.

Art. 2º - Excluem-se do disposto no artigo anterior os serviços e atividades consideradas essenciais e de natureza contínua, que por sua peculiaridade não possam sofrer paralisação, os quais deverão funcionar normalmente mediante escala organizada pelo respectivo Secretário ou responsável.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:BA813A69

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 436/2026

PORTARIA Nº 436/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Transferir o servidor **LUCAS ANTONIO VEIGA GARCIA – MATRICULA 80000448,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotado no de Departamento de Obras, para prestar serviços junto ao Departamento de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:34BAF095

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 437/2026

PORTARIA Nº 437/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve,

RESOLVE

Art. 1° Revogar a partir de 01/10/2026 a gratificação de 20,81% sobre seu salário base, a Título de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva concedida através das portarias nº 230/2023 e 163/2025, ao servidor Erivelto Sebastião Antunes - matricula 80000040, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:97CED73F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 439/2026

PORTARIA Nº 439/2026.

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Complementação de Férias a servidora **TAIS APARECIDA GONCALVES VIEIRA – MATRICULA 679-1,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Administração VIII, lotada no Departamento de Administração, no período de **13/10/2026 a 16/10/2026 – (04 dias),** referente período de aquisição **2024/2025,** conforme requerimento e os **10 dias restantes** serão gozados posteriormente conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:68AE09CD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 440/2026

PORTARIA Nº 440/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 91/93, de 29 de novembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Médica, a servidora **ROSANA MARCHECK ADAO - Matrícula 80000041** ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada no Departamento de Saúde, pelo **período de 02/09/2026 a 01/10/2026 - (60 dias**) conforme **LAUDO PERICIAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor retroativo a 02/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:99DD9050

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 098/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR JULIO CEZAR CADORIN A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **JULIO CEZAR CADORIN**, brasileiro, casado, Arquiteto, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 663.XXX.XXX-91, Matrícula 46, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 16 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;

c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1°secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:8836FA2A

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 099/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR JUBINEIS ALVES DO REIS (KELÉ) A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **JUBINEIS ALVES DOS REIS-KELÉ**, brasileiro, casado, Empresário, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N°- 017.XXX.XXX-80, Matrícula 41, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 16 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1°secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:A91A46E2

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 100/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR MARCOS ROBERTO PEREIRA A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **MARCOS ROBERTO PEREIRA**, brasileiro, solteiro, Agricultor, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 067.XXX.XXX-99, Matrícula 62, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 16 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.
Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1°Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:94FB1658

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 101/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR CLEVERSON ROCHA, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **CLEVERSON ROCHA**, brasileiro, casado, Empresário, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 043.XXX.XXX-51 Matrícula 64, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, , a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 16 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1°Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:DAA4011D

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 102//2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR DANIEL JOSÉ NEVES A VIAJAR A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **DANIEL JOSÉ NEVES**, brasileiro, casado, Produtor Rural, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 010.XXX.XXX-54, Matrícula 61, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 16 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos), para participar do Curso**: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS- Os riscos e as responsabilidades de vereadores, gestores e servidores à luz do Código Penal e da Lei nº 14.133/2021**
O Curso será Promovido pela Empresa NS–CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA., e que será realizado no Auditório do Hotel Wyndham, Rua Rui Barbosa, 394, 85851-170, na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".
(....)
.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1°secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:B3BAE9E3

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 103/2026

SÚMULA: AUTORIZA A SERVIDORA TAYNÁ MARQUES BARROS, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar a Servidora **TAYNÁ MARQUES BARROS,** brasileira, casada, Matricula 67, inscrita no CPF N°081.XXX.XXX-03, Diretora

de Finanças, do Quadro de Servidores deste Legislativo Municipal, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com saída no dia 12 de outubro de 2026 e retorno no dia 15 de outubro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos),**: para participar do evento promovido pelo Tribunal de Contas do Paraná com a abordagem ao PROGOV: Gestão Que Transforma Políticas Públicas. JURISDICIONADOS 2026**

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:

Art. 5º ....
a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1°secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:8E632940

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1590/2026

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA LAVÍNYA DE OLIVEIRA FAGUNDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-535/2026

RESOLVE:

I – Exonerar a pedido, a partir de 02 de outubro de 2026, a Servidora, **LAVÍNYA DE OLIVEIRA FAGUNDES**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 094.xxx.xxx-97, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 09 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0511724D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
RESOLUÇÃO NR. 04/2026

RESOLUÇÃO Nº 004/2026

Súmula: Altera a Resolução nº 002/2018, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, para normatizar a composição e competência das Comissões Permanentes, a atuação parlamentar, os procedimentos legislativos e o rito de julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte
RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I - DAS ALTERAÇÕES RELATIVAS ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Art. 1º O art. 30 da Resolução nº 002/2018 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati) passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 30. As Comissões de caráter permanente serão compostas por 3 (três) membros cada uma, conforme o caso, e terão as seguintes denominações:
I - Justiça, Redação e Legalidade;
II - Finanças, Tributos e Orçamento;
III - Obras, Patrimônio, Serviços Públicos e Política Urbana;
IV - Educação, Saúde e Assistência Social e Meio Ambiente;
V - Segurança Pública.
Parágrafo único. As Comissões Permanentes poderão ser criadas, extintas ou modificadas mediante Projeto de Resolução que altere este Regimento Interno."
Art. 2º O art. 43 da Resolução nº 002/2018 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati) passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 43. Compete à Comissão de Obras, Patrimônio, Serviços Públicos e Política Urbana opinar sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços prestados pelo Município, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal, assim como opinar sobre processos referentes a assuntos ligados ao patrimônio público municipal, política urbana, habitação, indústria, comércio, agricultura e pecuária.

Parágrafo único. À Comissão de Obras, Patrimônio, Serviços Públicos e Política Urbana compete também fiscalizar a execução do Plano Diretor do Município, a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e as diretrizes de mobilidade e infraestrutura urbana."
Art. 3º O art. 44 da Resolução nº 002/2018 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati) passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 44. Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social e Meio Ambiente emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino, patrimônio cultural, histórico e artístico, esportes, lazer, higiene e saúde pública, atenção ao idoso, proteção às pessoas com deficiência, infância e juventude, programas e obras assistenciais, bem como sobre proteção ambiental, saneamento básico, recursos hídricos, sustentabilidade e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Município."
Art. 4º Fica acrescentado o Art. 44-A à Subseção IV da Seção II do Capítulo III do Título II da Resolução nº 002/2018 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati), com a seguinte redação:
"Art. 44-A. Compete à Comissão de Segurança Pública manifestar-se e emitir parecer sobre todas as proposições, planos e matérias atinentes a:
I - políticas públicas municipais de segurança, vigilância e prevenção da violência e da criminalidade;

II - organização, estruturação, funcionamento, capacitação e aparelhamento da Guarda Municipal e dos serviços municipais de proteção e defesa civil;
III - integração, cooperação e convênios do Município com órgãos federais e estaduais de segurança pública e forças policiais;
IV - medidas de trânsito, sinalização viária e segurança no tráfego urbano e rural, no que impactem a proteção da integridade física dos cidadãos;
V - ações preventivas e comunitárias voltadas à mediação de conflitos, iluminação pública protetiva e videomonitoramento de espaços públicos municipais;
VI - programas e campanhas voltados à defesa dos direitos humanos, proteção e apoio a vítimas de violência no âmbito do Município."

CAPÍTULO II - DAS ALTERAÇÕES RELATIVAS ÀS SESSÕES, À ATUAÇÃO PARLAMENTAR E AOS PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS

Art. 5º Fica acrescentado o Art. 105-A ao Capítulo I do Título IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, regulamentando a realização de sessões em formato híbrido:
"Art. 105-A. As sessões plenárias poderão ser realizadas em formato híbrido, permitindo a participação presencial e remota dos Vereadores, sob as seguintes condições:
I – Quando autorizado por Resolução específica da Câmara;
II – A Câmara manterá infraestrutura tecnológica para permitir a participação remota, fornecendo acesso a plataforma de videoconferência segura, realizando testes técnicos prévios e garantindo qualidade de áudio e vídeo;
III – O Vereador que participar remotamente deverá comunicar previamente à Secretaria da Câmara com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, estar presente no horário de abertura, manter câmera e microfone ativados durante toda a sessão, permanecer visível em local apropriado, adequadamente trajado e respeitar as regras de decoro e comportamento regimental;
IV – A presença remota será registrada no sistema eletrônico, considerada para efeitos de quórum, e a ausência por falta de acesso técnico deverá ser formalmente registrada e justificada."

Art. 6º Fica acrescentado o Art. 105-B ao Capítulo I do Título IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, disciplinando a validade do voto de Vereador participante em sessão híbrida:
"Art. 105-B. O voto proferido por Vereador que participa remotamente de sessão em formato híbrido é válido e vinculante, observadas as seguintes condições:
I – O voto será registrado no painel eletrônico de votação ou sistema equivalente, com identificação verificável do Vereador, concomitante à realização da deliberação e documentado na ata da sessão;
II – O Vereador deverá estar credenciado na plataforma, visível na transmissão durante o período de votação, registrar o voto dentro do prazo definido e não será permitida votação sem identificação clara;
III – Qualquer questão quanto à validade do voto remoto deverá ser levantada antes do encerramento da votação, cabendo à Presidência analisar e decidir a questão, com o devido registro em ata."

Art. 7º Fica acrescentado o Art. 110-A ao Capítulo I do Título IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, estabelecendo a obrigatoriedade da transmissão das sessões via internet:
"Art. 110-A. As sessões plenárias da Câmara Municipal serão obrigatoriamente transmitidas ao vivo via internet em canal oficial mantido ou administrado pela Câmara Municipal de Irati, observadas as seguintes disposições:
I – Sessões Ordinárias: todas as sessões ordinárias serão transmitidas ao vivo pela internet, sem exceção;
II – Sessões Extraordinárias: as sessões extraordinárias também serão transmitidas ao vivo, ressalvados casos de impossibilidade técnica devidamente justificados;
§1º - A transmissão será disponibilizada em plataforma digital mantida pela Câmara Municipal, com acesso público e gratuito, sem restrições ou bloqueios, podendo ser realizada simultaneamente em múltiplos canais oficiais;
§2º - A gravação de cada sessão será armazenada e disponibilizada para consulta pública permanente no sítio da Câmara, preservada digitalmente conforme a legislação aplicável;
§3º – A transmissão será iniciada com a abertura da sessão e encerrada com seu fechamento, de forma contínua e íntegra;
§4º - A transmissão observará padrão mínimo de qualidade, com áudio e vídeo claramente audíveis e visíveis;
§5º – A Presidência designará servidor responsável pela coordenação das transmissões e pela manutenção da plataforma."

Art. 8º Fica acrescentado o Art. 119-A ao Capítulo IV do Título IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, estabelecendo prazos específicos para as etapas de tramitação das proposições legislativas:
"Art. 119-A. As proposições legislativas tramitarão pelas seguintes etapas e prazos específicos, sem prejuízo das regras gerais deste Regimento:
I – Protocolo e Encaminhamento para a Sessão Ordinária subsequente (5 dias): a proposição será protocolada, numerada e encaminhada para leitura no Expediente da Sessão Ordinária subsequente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data do protocolo;
II – Parecer em Comissão 10 (dez) dias: a Comissão Permanente competente emitirá parecer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da proposição;
§ 1º O prazo previsto no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez por mais 10 (dez) dias, mediante requerimento fundamentado aprovado pela Comissão antes do término do prazo inicial.
§ 2º Findo o prazo sem emissão do parecer, a proposição será incluída em pauta automaticamente, conforme disposto neste Regimento.
§ 3º O prazo para emissão de pareceres pelas Comissões Permanentes ficará suspenso na hipótese de envio de ofício do Poder Legislativo ao Poder Executivo solicitando informações, esclarecimentos ou documentos sobre a matéria, reiniciando-se a contagem a partir da data do protocolo oficial da resposta ao respectivo ofício.
III – Pauta e Inclusão em Ordem do Dia (5 dias): após parecer favorável ou conclusão do prazo, a proposição será incluída em pauta no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
IV – Votação em Plenário: incluída em pauta, a proposição será votada na primeira sessão realizada;
V – Encaminhamento ao Executivo (5 dias): aprovada a proposição, será encaminhada ao Prefeito no prazo máximo de 5 (cinco) dias, devidamente formalizada e assinada pela Presidência da Câmara.
Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo são contados em dias corridos."

Art. 9º Fica acrescentado o art. 192-A ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, regulamentando o painel eletrônico de votação, com a seguinte redação:
"Art. 192-A. A votação nas deliberações plenárias será realizada por meio de painel eletrônico de votação, que observará as seguintes diretrizes:
I – Registrar automaticamente o voto de cada Vereador (sim, não ou abstenção);
II – Apurar votações nominais em tempo real e exibir o resultado imediatamente após o encerramento;
III – Possibilitar consulta pública dos registros de votação.
§ 1º Cada Vereador receberá credencial de acesso ao painel eletrônico, para que os votos sejam registrados individualmente durante o período definido pela Presidência.
§ 2º A votação será encerrada após o sinal de fechamento, não sendo contabilizados votos registrados após o encerramento.
§ 3º O resultado apurado pelo painel eletrônico será considerado válido e definitivo, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 4º e 5º, devendo a ata da sessão registrar os votos de cada Vereador; cópia do resultado será arquivada em sistema oficial e disponibilizada para consulta pública no sítio institucional.
§ 4º Verificada falha técnica no sistema eletrônico que impeça ou comprometa o registro regular do voto de qualquer Vereador, este deverá comunicar imediatamente o fato à Presidência, que, constatada a ocorrência, determinará o cancelamento da votação e sua imediata realização novamente.
§ 5º Na hipótese de persistência ou repetição da falha técnica que impossibilite a conclusão regular da nova votação pelo sistema eletrônico, a Presidência determinará que a votação seja realizada nominalmente, mediante manifestação individual dos Vereadores, devendo os votos e o resultado ser registrados em ata.
§ 6º Restabelecido o funcionamento do sistema eletrônico após o início da votação nominal prevista no § 5º, será mantida a forma de votação já iniciada até a conclusão da matéria."

Art. 10. Fica acrescentado o Art. 247-A ao Capítulo I do Título XI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, instituindo a obrigatoriedade do uso de sistema eletrônico de gestão legislativa:
"Art. 247-A. A Câmara Municipal de Irati adota obrigatoriamente sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos, o qual constitui instrumento exclusivo para:
I – protocolo de proposições legislativas;
II – tramitação de todas as matérias legislativas;
III – registro e armazenamento de documentação legislativa;
IV – consulta pública de proposições em tramitação;
V – publicidade dos atos legislativos e decisões do Plenário;
VI – acompanhamento de processo de prestação de contas;
VII – registro de votações e resultado de deliberações.
Parágrafo único. Não serão admitidos fluxos paralelos predominantes em meio exclusivamente físico, devendo toda a documentação legislativa ser registrada e mantida em sistema eletrônico."

CAPÍTULO III - DAS ALTERAÇÕES RELATIVAS AO JULGAMENTO DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Art. 11. O § 3º do art. 233 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati passa a vigorar acrescido de disposições sobre a fundamentação e o registro da discordância quanto ao parecer prévio do TCE/PR:
"Art. 233. [...]
§ 3º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, seja para aprovar contas com parecer pela rejeição, seja para rejeitar contas com parecer pela aprovação.
§ 4º A discordância fundamentar-se-á em razões de fato e de direito que sustentarão o voto qualificado do parlamentar.
§ 5º As razões de divergência manifestadas pelos Vereadores constarão integralmente e com identificação individual da ata da sessão de julgamento, encaminhando-se cópia formal ao Tribunal de Contas do Estado juntamente com a comunicação do resultado."
Art. 12. O § 1º do art. 234 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati passa a vigorar acrescido das seguintes disposições sobre as garantias de defesa do Prefeito Municipal:
"Art. 234. [...]
§ 1º O Prefeito Municipal, ou representante legal por ele indicado, terá garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa mediante:
I – Notificação Formal: notificação pessoal expedida pela Presidência da Câmara quanto ao recebimento do parecer prévio, acompanhada de cópia integral do parecer e com informação sobre prazos e procedimentos;
II – Defesa Escrita: apresentação de defesa escrita no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação, acompanhada de documentos, justificativas e esclarecimentos, a ser analisada pela Comissão Especial e disponibilizada aos Vereadores;
III – Diligências: requerimento de diligências para esclarecimento de fatos, as quais serão realizadas quando a Comissão Especial reputar tecnicamente relevantes;
IV – Prorrogação de Prazo para Defesa: requerimento fundamentado de prorrogação do prazo inicial antes do seu término, baseado na complexidade técnica ou administrativa da matéria, a ser analisado pela Comissão Especial no prazo de 3 (três) dias úteis, concedendo-se uma única prorrogação por até 15 (quinze) dias corridos;
V – Alegações Finais: direito de apresentar alegações finais após a análise da defesa escrita e antes da sessão de julgamento, mediante requerimento apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos."
Art. 13. O Título IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati (Resolução nº 002/2018) passa a vigorar acrescido da Seção I ao Art. 234, detalhando o rito e a constituição da Comissão Especial de Julgamento de Contas:
"Art. 234-A. O processo de julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo Municipal observará as seguintes etapas e procedimentos instrucionais:
I – A Câmara receberá o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, registrando a data de recebimento na Secretaria e notificando imediatamente a Presidência, com protocolo e disponibilização simultânea a todos os Vereadores;
II – Logo após o recebimento do parecer prévio, a Presidência constituirá Comissão Especial de Julgamento de Contas, de caráter temporário, composta por:
a) Presidente da Câmara Municipal;
b) Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Tributos e Orçamento (Relator);
c) 2 (dois) Vereadores indicados pela maioria;
d) 1 (um) Vereador indicado pela minoria; e
Parágrafo único. Os membros da Comissão Especial de Julgamento de Contas não poderão ser substituídos durante o processo de julgamento, ressalvadas as hipóteses de vacância ou impedimento legal."
Art. 14. Fica acrescentado o Art. 234-B ao Título IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, regulamentando a consulta pública do processo de contas:
"Art. 234-B. Após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, o processo completo de contas será disponibilizado para consulta pública pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de publicação de edital específico, observando-se os seguintes critérios:
I – Será disponibilizado via internet no sítio oficial da Câmara Municipal, em seção específica denominada 'Julgamento de Contas', e em cópia física na sede da Câmara durante o horário de funcionamento, podendo incluir resumo executivo em linguagem acessível;
II – Será concedido cópia do parecer prévio do TCE/PR, proposta orçamentária e execução, demonstrações contábeis, relatório de auditoria e documentação complementar relevante;
III – os cidadãos e entidades da sociedade civil poderão apresentar questionamentos ou impugnações até o término do período de consulta pública, os quais serão analisados pela Comissão Especial e considerados na apreciação técnica;
IV – a abertura da consulta pública será anunciada por edital publicado no sítio institucional, no Diário Oficial e na mídia local, indicando o modo de apresentação de manifestações."
Art. 15. Fica acrescentado o Art. 234-C ao Título IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, regulamentando as audiências públicas no processo de contas:
"Art. 234-C. Poderão ser realizadas audiências públicas no âmbito do processo de julgamento das contas do Prefeito, observadas as seguintes disposições:
I – Publicidade e Transparência: garantia de acesso à população, transmissão ao vivo via internet no canal oficial da Câmara e espaço para participação cidadã;
II – Convocação: publicação de edital pela Comissão Especial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando data, horário, local e tema;
III – Atas e Registros: lavratura de ata formal registrando presentes, temas e conclusões, com disponibilização pública das manifestações dos cidadãos para subsidiar a análise das contas."
Art. 16. Fica acrescentado o Art. 234-D ao Título IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, disciplinando a notificação para a sessão de julgamento e os requisitos formais da decisão:
"Art. 234-D. O Prefeito Municipal será formalmente notificado sobre a data da sessão de julgamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, por ofício formal assinado pela Presidência ou por edital em caso de não localização, contendo a indicação precisa do local, data, horário, direitos de defesa e normas aplicáveis.
§ 1º A decisão final proferida pelo Plenário observará a seguinte estrutura mínima:
I – Relatório: resumo dos fatos, síntese do parecer prévio do TCE/PR e análise das controvérsias;
II – Fundamentação: demonstração clara das razões de fato e de direito, com citação expressa da legislação e análise de conformidade;
III – Dispositivo: conclusão clara pela aprovação ou rejeição das contas, seus efeitos e encaminhamentos decorrentes;
IV – Assinatura: subscrição pela Presidência e membros da Comissão Especial, com indicação de data e forma de divulgação.
§ 2º O julgamento será realizado por votação nominal em Plenário, registrando-se o voto individual de cada Vereador na ata da sessão e disponibilizando-se o resultado no sítio oficial."

Art. 17. Fica acrescentado o Art. 234-E ao Título IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati, prevendo o cabimento de embargos de declaração no julgamento de contas:
"Art. 234-E. Admitir-se-á a interposição de embargos de declaração contra a decisão de julgamento das contas no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigidos à Comissão Especial, para sanar omissões, contradições ou obscuridades no julgado, transmitindo-se o resultado formalmente ao Prefeito e ao TCE/PR."
Art. 18. O art. 239 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irati passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único, disciplinando o encaminhamento imediato da decisão ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público:
"Art. 239. [...]
Parágrafo único. Finalizado o julgamento das contas, adotar-se-ão os seguintes encaminhamentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis:
I – envio do Decreto Legislativo contendo a decisão ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná via sistema eletrônico ou ofício formal;
II – envio de cópia integral da decisão e da documentação ao Ministério Público do Estado do Paraná, na hipótese de rejeição das contas;
III – publicação oficial da decisão no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Câmara Municipal no prazo de até 10 (dez) dias."
CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 19. A eleição para a composição inicial da Comissão de Segurança Pública dar-se-á no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação desta Resolução, nos termos do art. 33 do Regimento Interno, com mandato até o término da sessão legislativa correspondente.
Art. 20. O sistema eletrônico de gestão legislativa previsto no art. 10 desta Resolução deverá ser implantado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação desta Resolução.
Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Irati, em 07 de outubro de 2026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:F2A58165

PROCURADORIA
DECRETO Nº 761/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por término de contrato, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
JOSIELE SOARES DO BOMFIM	Técnico Em Enfermagem - Pss (P.A.)	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.829-28

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, produzindo efeitos em 10/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 09 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:5DB2BC8A

PROCURADORIA
DECRETO Nº 762/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
ROSANA TERESINHA BRANDALISE	PROFESSOR 20 HR PSS 2026	Secretaria de Educação	XXX.XXX.629-59

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 09 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:F7BEA2CF

PROCURADORIA
DECRETO Nº 763/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
AMANDA CAROLINE PAULUK	Diretor de Departamento IV	Secretaria de Industria e Comércio	XXX.XXX.089-03

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, produzindo efeitos retroativos à 07/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 09 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:04C13B9D

PROCURADORIA
DECRETO Nº 764/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam designados para fazer parte do **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**, **gestão 2023 a 2026**, conforme determina a Lei Municipal nº 2813/2008, e a Lei Municipal nº 4650/2019, os seguintes membros:

GESTORES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Angela Marcia Vieira
Suplente: Deise Stefania Daniliszyn

4ª REGIONAL DE SAÚDE
Titular: Rodrigo Schoenherr
Suplente: Cristiana Maria Schavaidak

PRESTADORES DE SERVIÇOS

SANTA CASA DE IRATI
Titular: Sidnei João Barankevicz
Suplente: Jussara Kublinski Hassen

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Renato Marques
Suplente: Angela Maria da Cruz Cardoso

TRABALHADORES DA ÁREA

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF
Titular: Fernanda Luize Faria
Suplente: Ligia Petchak Zanlorenzi

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SUS DO PARANÁ - ASSEF
Titular: Lays Fernanda Slabicki
Suplente: Maria Luiza dos Passos Stier

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS
Titular: Ana Cláudia Ferreira de Andrade
Suplente: Valéria Ruppel Jatzek

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM – COREN
Titular: Isabelle Pereira da Costa
Suplente: Mario Ney Falkoski de Oliveira

USUÁRIOS

COMUNIDADE BETHANIA
Titular: Andreia Carla Glinski
Suplente: Murilo Pedro Rossa

ASSOCIAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO AO PORTADOR DE CANCER DE IRATI - ANAPCI
Titular: Leoni do Carmo da Luz
Suplente: Margarida de Jesus da Silva Almeida

APAF – CEEBJA
Titular: Carla do Rocio Mosele Ragugneti
Suplente: Vanessa Cristina Horstch

OAB-PR – SUBSEÇÃO DE IRATI
Titular: Eder Padilha dos Anjos Velozo
Suplente: Adriana Bootz Polati

ASSOCIAÇÃO SANTOS INOCENTES – ASI
Titular: Carla Adriana Prado Spak Sobol
Suplente: Tatiane Maria Horst

ROTARY
Titular: Wanderley Carlos Perdoncini
Suplente: Luís Duílio Fillus

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
Titular: Milena tysia de Souza Machado
Suplente: Carin Caroline Dzembatyi

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
Titular: Gerson Musial
Suplente: Danieli Cristine Puquevicz Strassmann

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 197/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 09 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:65306B66

PROCURADORIA
DECRETO Nº 765/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, razoabilidade e proporcionalidade, que orientam e vinculam a atuação da Administração Pública, que orientam a atuação da Administração Pública, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo nº 506126/2026, por meio do Decreto nº 509/2026, destinado à apuração de condutas atribuídas à servidora contratada temporariamente para a função de Cuidadora Social, mediante Processo Seletivo Simplificado (PSS);

CONSIDERANDO o Parecer Final apresentado pela Comissão Processante, contendo as conclusões decorrentes da instrução do Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a decisão do chefe do Executivo Municipal, que acolheu integralmente as conclusões da Comissão Processante;

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica rescindido, por justa causa, o contrato por prazo determinado firmado com a servidora J. M. F., contratada mediante Processo Seletivo Simplificado (PSS) para exercer a função de Cuidadora Social, em decorrência da falta grave apurada no Processo Administrativo nº 506126/2026, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º – Ficam encerrados os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pelo Decreto nº 509/2026, em razão da conclusão da apuração e da apresentação do respectivo parecer final.
Parágrafo único: Fica dissolvida a Comissão de que trata o caput, cessando, a partir do encerramento dos trabalhos, eventual gratificação percebida por seus membros em razão da participação na referida Comissão, observada a legislação aplicável.

Art. 3º – Compete aos setores responsáveis adotar as providências necessárias à formalização da rescisão contratual, à realização dos registros funcionais pertinentes, à ciência formal da interessada acerca da decisão administrativa e às demais comunicações e providências administrativas cabíveis, observada a legislação aplicável.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 09 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:69A47448

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ARTESÃOS PARA PARTICIPAÇÃO NA FEIRA DE ARTESANATO JUNTO À FEIRA DO PRODUTOR IRATIENSE

1. APRESENTAÇÃO
1.1 – A Prefeitura Municipal de Irati, por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de artesãos interessados em participar da **Feira de Artesanato junto à Feira do Produtor Iratiense**, a ser realizada no dia **17 de outubro de 2026**, no espaço externo da Feira do Produtor Iratiense, no Município de Irati – Paraná.
1.2 – O presente chamamento tem por finalidade oportunizar aos artesãos espaço para exposição e comercialização de produtos artesanais, promovendo a valorização do artesanato, da cultura local, do empreendedorismo e da geração de renda.

1.3 – A realização do chamamento encontra fundamento na Lei Municipal nº 4.901/2021, que regulamenta a Feira do Produtor Iratiense e prevê expressamente a comercialização de produtos de artesanato, bem como a categoria de feirante artesão.
1.4 – A participação dos artesãos selecionados será **gratuita**, não sendo cobrada taxa, preço público ou qualquer outra contraprestação pelo espaço disponibilizado pela organização, observadas as condições estabelecidas neste edital.

2. DO OBJETO
2.1 – O presente Edital tem por objeto o chamamento público e a seleção de até **14 (quatorze) artesãos** para ocupação de espaços destinados à exposição e comercialização de produtos artesanais durante a Feira de Artesanato junto à Feira do Produtor Iratiense.
2.2 – O número de participantes poderá ser ampliado ou reduzido pela Comissão Organizadora, **conforme a disponibilidade de espaço, estrutura, segurança e organização do local**.
2.3 – A participação será exclusiva para **artesãos**, não sendo admitida a comercialização de alimentos, bebidas ou produtos que não estejam enquadrados como artesanais e previamente informados no ato da inscrição.

3. DOS OBJETIVOS
3.1 – São objetivos deste chamamento:
I – Valorizar o artesanato e a produção artesanal local;
II – Promover a cultura e as manifestações artísticas do Município de Irati;
III – Proporcionar aos artesãos oportunidade de exposição e comercialização de seus produtos;
IV – Fomentar o empreendedorismo, a geração de renda e o desenvolvimento econômico local;
V – Incentivar a participação da comunidade em atividades culturais e de economia criativa;
VI – Integrar a atividade artesanal às ações realizadas no espaço da Feira do Produtor Iratiense.

4. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO
4.1 – A Feira de Artesanato será realizada no **espaço externo da Feira do Produtor Iratiense, Irati – PR**, no dia **17 de outubro de 2026**.
4.2 – O horário de funcionamento será definido pela organização, considerando o funcionamento da Feira do Produtor e a programação estabelecida para a data.
4.3 – A organização poderá realizar ajustes nos horários de montagem, funcionamento e desmontagem, comunicando previamente os participantes selecionados.

5. DA PARTICIPAÇÃO
5.1 – Poderão participar deste chamamento pessoas físicas que exerçam atividade artesanal e que apresentem produtos de sua própria criação ou confecção.
5.2 – Será dada preferência aos artesãos que desenvolvam e comercializem produtos de fabricação própria, em consonância com a definição de feirante artesão prevista na Lei Municipal nº 4.901/2021.
5.3 – Cada participante poderá realizar sua inscrição para **01 (um) espaço**, ficando a localização e a dimensão do espaço sujeitas à disponibilidade e à organização da Comissão.
5.4 – Não será permitida a participação de comerciantes que utilizem o espaço exclusivamente para revenda de produtos produzidos por terceiros.
5.5 – A inscrição e a participação no evento não garantem ao interessado direito adquirido à utilização de espaço em futuras edições ou eventos realizados pelo Município.

6. DOS ESPAÇOS
6.1 – Serão disponibilizados inicialmente até **14 (quatorze) espaços** para artesãos.
6.2 – A quantidade de espaços poderá ser alterada conforme a disponibilidade de estrutura física, organização, segurança e condições do local.
6.3 – Os espaços serão distribuídos pela Comissão Organizadora, considerando a disponibilidade, organização do evento e diversidade dos produtos artesanais.
6.4 – A organização poderá estabelecer critérios de distribuição dos espaços visando evitar a concentração de produtos de mesma natureza e proporcionar diversidade aos visitantes.
6.5 – O participante deverá permanecer dentro dos limites do espaço que lhe for destinado, sendo vedada a utilização de áreas de circulação ou espaços destinados a outros participantes.
6.6 – A disponibilização do espaço não inclui, salvo comunicação expressa da organização, mobiliário, equipamentos, materiais de exposição, decoração ou demais itens necessários à atividade do artesão.

7. DA GRATUIDADE
7.1 – A participação dos artesãos será **gratuita**, sendo isento o pagamento de taxa pelo uso temporário do espaço disponibilizado para o evento.
7.2 – A gratuidade refere-se exclusivamente à disponibilização do espaço pela organização, ficando sob responsabilidade do participante todos os custos relativos a transporte, montagem, desmontagem, exposição, decoração, mobiliário, equipamentos e demais materiais necessários à sua participação.
7.3 – A gratuidade não implica qualquer obrigação do Município quanto à comercialização dos produtos, garantia de vendas ou ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da atividade comercial.

8. DAS INSCRIÇÕES
8.1 – As inscrições serão realizadas no período de **13 a 15 de outubro de 2026**, conforme os procedimentos e local definidos pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
8.2 – A inscrição deverá ser realizada mediante preenchimento da Ficha de Inscrição constante no Anexo I deste edital e apresentação da documentação exigida.
8.3 – As inscrições serão recebidas dentro do horário de atendimento estabelecido pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
8.4 – Após o encerramento do período de inscrições, não serão aceitas novas inscrições, salvo se houver necessidade de preenchimento de vagas remanescentes, a critério da Comissão Organizadora.
8.5 – Caso o número de inscrições habilitadas seja superior ao número de espaços disponíveis, será formada lista de suplentes, observados os critérios estabelecidos neste edital.

9. DA DOCUMENTAÇÃO
9.1 – Para inscrição, o interessado deverá apresentar:
I – Documento oficial de identificação;
II – CPF;
III – comprovante de endereço;
IV – Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
V – Relação dos produtos artesanais que pretende expor e comercializar;
VI – Declaração de que os produtos apresentados são de produção própria;
VII – demais documentos que venham a ser solicitados pela organização, quando necessários à regularidade da participação.
9.2 – A Comissão Organizadora poderá solicitar documentos complementares para comprovação das informações apresentadas na inscrição.

10. DA SELEÇÃO
10.1 – As inscrições serão analisadas por Comissão Organizadora designada pelo Município.
10.2 – Serão considerados habilitados os inscritos que atenderem às exigências deste edital e apresentarem documentação adequada.
10.3 – Havendo número de inscritos superior ao número de espaços disponíveis, a Comissão poderá utilizar como critérios:
I – Residência no Município de Irati;
II – Produção artesanal própria;
III – Diversidade de segmentos e produtos artesanais;
IV – Ordem de inscrição, quando necessária para desempate.
10.4 – A Comissão poderá formar cadastro de suplentes para eventual substituição de participantes que desistam ou sejam desclassificados.
10.5 – A participação estará condicionada à disponibilidade de espaço e estrutura do local.

11. DOS PRODUTOS ARTESANAIS

11.1 – Somente poderão ser expostos e comercializados os produtos informados na ficha de inscrição e compatíveis com a finalidade deste chamamento.
11.2 – É vedada a comercialização de produtos industrializados adquiridos de terceiros, produtos de revenda ou quaisquer itens que não tenham sido previamente informados e autorizados pela organização.
11.3 – Não será permitida a comercialização de alimentos e bebidas neste chamamento, por se tratar de espaço destinado exclusivamente ao artesanato.
11.4 – Os produtos deverão estar em condições adequadas de exposição, conservação, segurança e comercialização.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO
12.1 – Compete à organização:
I – Realizar o processo de inscrição;
II – Organizar e distribuir os espaços;
III – Orientar os participantes quanto às regras de funcionamento;
IV – Promover a divulgação institucional da atividade, conforme planejamento do Município;
V – Fiscalizar o cumprimento das disposições deste edital;
VI – Adotar as providências necessárias para organização e funcionamento do espaço.
12.2 – A disponibilização do espaço não implica responsabilidade do Município pela guarda dos produtos, equipamentos, estruturas ou demais bens pertencentes aos participantes.

13. DAS RESPONSABILIDADES DOS ARTESÃOS
13.1 – São responsabilidades dos artesãos selecionados:
I – Comparecer no horário estabelecido pela organização;
II – Realizar a montagem e desmontagem de seu espaço dentro dos horários determinados;
III – Levar todos os equipamentos, mobiliários e materiais necessários para exposição e comercialização;
IV – Manter o espaço limpo, organizado e dentro dos limites estabelecidos;
V – Comercializar somente os produtos informados e autorizados;
VI – Respeitar as orientações da Comissão Organizadora e dos órgãos de fiscalização;
VII – Responsabilizar-se pela guarda de seus produtos, equipamentos e demais pertences;
VIII – Tratar com respeito os demais participantes, servidores, organizadores e público;
IX – Retirar seus produtos e materiais ao término do evento, deixando o espaço limpo e organizado.

14. DA MONTAGEM E DESMONTAGEM
14.1 – A montagem dos espaços deverá ocorrer exclusivamente nos horários previamente definidos pela organização.
14.2 – É de responsabilidade exclusiva de cada artesão providenciar os materiais necessários para montagem, exposição e decoração de seu espaço.
14.3 – A decoração dos espaços será permitida, desde que não prejudique a circulação, a segurança, a visibilidade dos demais participantes ou a estrutura existente no local.
14.4 – A desmontagem deverá ser realizada após o encerramento das atividades, no horário determinado pela organização.

15. DA COMERCIALIZAÇÃO
15.1 – A comercialização dos produtos será de inteira responsabilidade do artesão participante.
15.2 – O Município não se responsabilizará pelo volume de vendas, preços praticados, formas de pagamento, perdas, danos ou prejuízos decorrentes da comercialização.
15.3 – Os preços dos produtos deverão ser informados de maneira clara ao consumidor.
15.4 – O artesão deverá observar as normas legais aplicáveis à sua atividade e à comercialização de seus produtos.

16. DAS PENALIDADES
16.1 – O participante que descumprir as disposições deste edital ou as orientações da organização poderá sofrer:
I – Advertência;
II – Retirada de produtos ou materiais não autorizados;
III – Exclusão do evento;
IV – Impedimento de participação em futuros chamamentos ou eventos promovidos pelo Município, quando cabível.
16.2 – A aplicação das medidas previstas neste artigo observará a gravidade da conduta e as circunstâncias do caso.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
17.1 – A inscrição implica conhecimento e aceitação integral das condições estabelecidas neste edital.
17.2 – A participação no evento não gera qualquer vínculo empregatício, contratual ou de representação entre o participante e o Município de Irati.
17.3 – A autorização para participação é pessoal e intransferível.
17.4 – Não será permitida a transferência do espaço para pessoa diversa daquela selecionada.
17.5 – A Comissão Organizadora poderá realizar adequações na disposição dos espaços em razão de necessidades técnicas, estruturais, de segurança ou organização.
17.6 – O número de participantes poderá ser alterado conforme a disponibilidade de estrutura do local.
17.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observada a legislação municipal aplicável.
17.8 – Os dados pessoais coletados durante o procedimento serão utilizados exclusivamente para fins de inscrição, organização, execução e fiscalização do presente chamamento, observada a legislação aplicável.
17.9 – A Lei Municipal nº 4.901/2021 estabelece que o Conselho Gestor da Feira do Produtor é responsável pela organização e funcionamento da feira, incluindo a organização das modalidades de comércio existentes no local.
17.10 – O presente chamamento será divulgado pelos meios oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal de Irati.

Irati – PR, 09 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Prefeitura Municipal de Irati – PR

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO E TERMO DE RESPONSABILIDADE FEIRA DE ARTESANATO JUNTO À FEIRA DO PRODUTOR IRATIENSE
1. DADOS DO ARTESÃO
Nome completo: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ **CEP:** _____
Telefone/WhatsApp: _____
E-mail: _____
2. DADOS DA ATIVIDADE ARTESANAL
Tipo de artesanato: _____
Descrição dos produtos que serão comercializados:

Necessitadeenergiaelétrica?
( ) Sim ( ) Não
Observações sobre a estrutura necessária:

3. TERMO DE RESPONSABILIDADE
Declaro, para todos os fins, que as informações apresentadas nesta ficha são verdadeiras e que estou ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para participação na Feira de Artesanato junto à Feira do Produtor Iratiense.
Declaro, ainda, que:
a) Os produtos apresentados são de minha própria produção artesanal;
b) Não comercializarei produtos industrializados adquiridos de terceiros ou produtos de revenda;
c) Não comercializarei alimentos ou bebidas no espaço destinado ao presente chamamento;
d) Respeitarei o espaço que me for destinado pela organização;
e) Responsabilizo-me pela montagem, decoração, manutenção, limpeza e desmontagem do meu espaço;
f) Responsabilizo-me pela guarda dos meus produtos, equipamentos e demais pertences;

g) Cumprirei as orientações da Comissão Organizadora e dos órgãos de fiscalização;
h) Estou ciente de que a participação é gratuita e não implica garantia de vendas ou qualquer ressarcimento por parte do Município;
i) Estou ciente de que a autorização para participação é pessoal e intransferível;
j) Autorizo o tratamento dos dados fornecidos para as finalidades relacionadas à execução e fiscalização deste chamamento público, observada a legislação aplicável.
Por ser expressão da verdade, firmo o presente termo.
Irati – PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Artesão
Nome: _____

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:32D731DE

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 004/2026-CME

Súmula: Prorroga os prazos das etapas pendentes do Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME para a Gestão 2026/2029 e aprova cronograma retificado.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI – CME, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.785/2008, com as alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 4.782/2020 e nº 5.242/2025;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público nº 01/2026-CME e as Portarias nº 001/2026-CME, nº 002/2026-CME e nº 003/2026-CME, que disciplinam o Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati para a Gestão 2026/2029;

CONSIDERANDO que a necessidade de conferência e análise da documentação apresentada pelos interessados demandou prazo adicional para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, impossibilitando o cumprimento das etapas subsequentes nas datas inicialmente estabelecidas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a análise adequada da documentação, a observância dos prazos recursais e a regularidade, a transparência e a conclusão do processo de escolha;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados os prazos das etapas pendentes do Processo de Escolha dos representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME para a Gestão 2026/2029, observado o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a conclusão das etapas necessárias à publicação do resultado final consolidado, conforme o cronograma retificado constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º A Comissão Especial deverá concluir a análise documental e executar as etapas subsequentes, observando o cronograma retificado e as disposições do Edital de Chamamento Público nº 01/2026-CME.

Art. 3º Fica aprovado o cronograma retificado constante do Anexo Único desta Portaria, que substitui as datas anteriormente estabelecidas para as etapas nele indicadas.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 01/2026-CME e das Portarias anteriormente expedidas, desde que não conflitantes com esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irati/PR, 13 de outubro de 2026.

JUSSARA RUPPEL
Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME

ANEXO ÚNICO
CRONOGRAMA RETIFICADO
Processo de Escolha dos Representantes do Conselho Municipal de Educação de Irati – CME
Gestão 2026/2029

Etapa	Data/Período
Publicação da Portaria nº 004/2026-CME e divulgação do cronograma retificado	13/10/2026
Conclusão da análise documental pela Comissão Especial	14/10/2026 a 16/10/2026
Publicação da relação preliminar dos habilitados	19/10/2026
Prazo para interposição de recursos	20/10/2026 e 21/10/2026
Análise e julgamento dos recursos	22/10/2026 e 23/10/2026
Publicação da relação definitiva dos habilitados	26/10/2026
Publicação do resultado final consolidado	27/10/2026
Encaminhamento do resultado ao Poder Executivo Municipal	29/10/2026
Publicação do Decreto de nomeação	Até 05/11/2026
Posse dos representantes	Até 19/11/2026

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:BB8DB89D

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 098/2026

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao requerimento e de acordo com as disposições contidas no *caput* e parágrafos do art. 103 da Lei nº 1045/91 e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica concedida a servidora pública municipal **ANGELA PAULUK**, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, regime estatutário, a prorrogação da **LICENÇA SEM VENCIMENTOS,** pelo **período de 1 (um) ano**, a partir de 02/09/2026.

Art. 2º – Ressalta-se que, nos termos do art. 103 da Lei nº 1.045, de 14 de janeiro de 1991 (com redação dada pela Lei nº 1.210/1993), a licença terá prazo máximo de dois anos, podendo ser prorrogada por mais um ano, conforme as normas aplicáveis e análise do caso concreto.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 02/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 09 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:634300C3

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo Contrato de Locação nº 107/2023, Dispensa de Licitação nº 049/2023 – PMI. Locador: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati - APAE, CNPJ 78.148.707/0001-37. Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Dr. Correia, 471, a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, com início no dia 11 de outubro de 2026, terminando em 11 de outubro de 2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual mensal de R$ 22.113,70 (vinte e dois mil, cento e treze reais e setenta centavos), estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:75B7F9CF

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Irati, torna público que irá requerer ao IAT (Instituto Água e Terra) o pedido de Licença de Operação - LO, para a atividade de Serviço de Saúde para construção do Pronto Atendimento Médico - PAM, localizado na Avenida Virgílio Moreira esquina com Rua Nestor Clair, Bairro Canisianas, Município de Irati - PR.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:0A40983D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
Processo Administrativo Nº 003/2026

Objeto: Contratação de empresa para confecção de brasão oficial em aço inox escovado para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR.

Empresa Vencedora: IBIPORÃ ADESIVOS LTDA
CNPJ: 45.005.979/0001-29
Valor Total: R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Itambaracá/PR, 09 de outubro de 2026.

ULYSSES FERNANDO LORDANI PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:D4223947

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
Processo Administrativo Nº 004/2026
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, copa e cozinha para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR.

Empresa Vencedora: W.A. MARQUES & MARQUES LTDA ME
CNPJ: 13.786.783/0001-22
Valor Total: R$ 12.945,45 (doze mil novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Itambaracá/PR, 09 de outubro de 2026.

ULYSSES FERNANDO LORDANI PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:28BFFFAB

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.544/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 5544/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0003.2.025.		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
263 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
07.001.08.244.0003.2.026.		Desenvolvimento e Apoio às Ações do CRAS	
510 - 3.3.90.39.00.00	31011	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
		Total Suplementação:	**160.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0003.2.026.		Desenvolvimento e Apoio às Ações do CRAS	
509 - 3.3.90.30.00.00	31011	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
07.002.00.000.0000.0.000.		DIREITOS HUMANOS ASSISTÊNCIA À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E A MULHER	
07.002.08.422.0003.2.030.		Proteção e Promoção dos Direitos da Mulher	
300 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
301 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.000,00
302 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
303 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
304 - 3.3.90.48.00.00	01000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.000,00
305 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
07.002.08.422.0003.6.006.		Fortalecimento das Ações do Conselho Tutelar	
312 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
07.003.00.000.0000.0.000.		ASSISTÊNCIA AO IDOSO	
07.003.08.241.0003.2.028.		Centro de Convivência do Idoso	
313 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
314 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	4.000,00
315 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
		Total Redução:	**160.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:B644C53E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
CONTRATANTE: Município de Itambaracá/PR.

CONTRATADA: Gente Seguradora S/A – CNPJ nº 90.180.605/0001-02.
OBJETO: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, referente à prestação de serviços de seguro dos veículos integrantes da Frota Municipal, com assistência técnica 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todo o território nacional, e atualização do valor contratual de R$ 1.916,42 para R$ 2.001,56.
VIGÊNCIA: Prorrogada até 30 de outubro de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 92, 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itambaraca; 09 de outubro de 2026.

AMARILDOTOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:D7A6B0AB

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 28.01/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

EDITAL Nº 28.01/2026

A "Comissão Examinadora de Acompanhamento, Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado (PSS)" do **Município de Itambaracá – PR**, no uso de suas atribuições legais, **torna pública a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS** classificados no **Processo Seletivo Simplificado – PSS 2025**, no cargo abaixo relacionado.
1. DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

CARGO: ***Motorista Coletivo***

Classificação	Candidato (a)	Contingente
14º	Wesley Luiz Aguiar de Oliveira	Global

1.1. O candidato convocado acima, dentro do número de vagas deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itambaracá, munidos dos documentos abaixo especificado, conforme previsto no item 20.6 do Edital do PSS nº 01/2025.

*20.6 - O candidato ao ser **convocado para a contratação** deverá apresentar no **ato de seu comparecimento**, além dos **documentos comprobatórios dos títulos**, **cópias legíveis** da seguinte documentação:*

Ø Cédula de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
Ø Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Ø CNH (Motorista);
Ø Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
Ø Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
Ø Título de Eleitor e comprovantes de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
Ø Certidão de Casamento;
Ø Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos

Ø Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade;
Ø Registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei e se o exercício da Função o exigir;
Ø Declaração Negativa de Débitos emitida pelo órgão de classe (se necessário);
Ø Comprovante de endereço atual;
Ø Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para a Função;
Ø Documento que comprove a experiência exigida para a Função;
Ø Documento que comprove a abertura de **CONTA SALÁRIO** perante o Banco Bradesco S/A – Abrir a conta na Agência da Prefeitura Municipal - contendo: nome, agência e nº da conta salário – (Para abertura da conta salário, é necessário apresentar fotocópia do RG, CPF e comprovante de residência atual);
Ø 02 (duas) foto 3x4 recente;
Ø Atestado Saúde Admissional emitido no máximo em 90 (noventa) dias **(Anexo IX).**
Ø Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (FÓRUM);

Ø Comprovante do curso especializado para condutores de veículos (para Motoristas) - Transporte Coletivo e/ou - Transporte Escolar

1.2. Solicita-se especial atenção por parte dos **candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas** aos seguintes itens deste Edital:
*6.3 - Aos **candidatos afrodescendentes da etnia negra** serão reservadas **20% (vinte por cento) das vagas temporárias** de cada edital de abertura de Processo Seletivo Simplificado (PSS), desde que o(a) candidato(a) tenha sua inscrição homologada, nos termos da **Lei Federal nº 12.990/2014.***
6.3.1 - Assim sendo, a cada (05) cinco vagas temporárias convocadas, pelo menos uma deverá ser para atender este item do edital.

20.2 - A Convocação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de Classificação Final;

*20.3 - Dado o caráter excepcional da contratação que fundamenta esse Processo Seletivo Simplificado, os **candidatos convocados, dentro do número de vagas ofertadas** neste Edital, deverão **apresentar-se portando os documentos descritos** nesse edital (ACIMA) perante o **Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itambaracá**, no **dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga,*** no período **matutino** das ***8h30min às 11h00min**. e no período **vespertino**, das **13h00 às 16h30min.**.*

*20.4 - O **candidato convocado** que, por **qualquer motivo**, **não se apresentar na data e horário estipulados** será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, para a Função escolhida, não sendo permitido o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.*

*20.5 - **Não haverá**, em hipótese alguma, **prorrogação**, por solicitação do candidato, da **data da convocação para apresentação dos documentos**.*

*21.8 - Na convocação de candidatos para distribuição de vagas temporárias será respeitada a ordem de classificação, sendo que o(a) candidato(a) que assumir a Vaga ofertada deverá assinar o **"Termo de Compromisso de Trabalho" (Anexo XIII)** e aquele que não tiver interesse pela vaga ofertada será realocado ao final da lista, assinando o **"Termo de Desistência ou Desinteresse de Vaga Temporária" (Anexo XIV).***

*21.10 -. **O(a) candidato(a) que convocado não comparecer a sessão pública de distribuição de vagas temporárias** ou que **não comparecer com a documentação para contratação**, **será considerado desistente** e seu nome será eliminado da lista de classificação definitiva.*

*22.3. **Serão contratados** somente aqueles que **tenham comparecido na sessão púbica de distribuição de vagas temporárias** e efetivamente assumido compromisso o cargo/emprego, por meio do **"Termo de Compromisso de Trabalho" (Anexo XIII).***

*21.10 - Os documentos comprobatórios apresentados para a contratação devem ser entregues na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Itambaracá **no prazo máximo de três (03) dias úteis após assinatura do "Termo de Compromisso de Trabalho".***

21.11 - As cópias de documentos entregues não serão devolvidas em hipótese alguma, ficando arquivada nos autos do referido processo seletivo.

21.12 - No ***ato da contratação****, o* ***candidato deverá apresentar as fotocópias dos documentos comprobatórios, junto dos originais para fins de conferência pelo município****.*

22.8 - Os aprovados deverão ***apresentar atestado de saúde de aptidão física e mental****, expedido por* ***médico registrado no Conselho Regional de Medicina*** *considerando-o* ***apto*** *para o* ***exercício da função objeto da contratação****.*

2.3. Segue abaixo modelo do **Atestado Médico Admissional (Anexo IX),** conforme previsto no Edital do PSS nº 01/2025
2.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pulique-se, Registre-se e Cumpra-se.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ ESTADO DO PARANÁ EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JOSIANE CRISTINA ROSIM
Presidente da "Comissão Examinadora Acompanhamento Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado (PSS)"
Portaria nº 217/2025

BRUNA TAYLISE LAURENTINO PICCIONI	***CAMILA APARECIDA RIBEIRO***	***CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO***
Membro	Membro	Membro

EULA ROSA SOUZA	***JULIANA HELENA DE GRANDE***	***ROSANA APARECIDA MENDES BATISTA ARON***
Membro	Membro	Membro

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:27EC60A3

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.080/2026

SUMULA: "Declara de Utilidade Pública a Associação Rural Industrial e Exposição de Itambaraca – ARIEXI"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Rural Industrial e Exposição de Itambaracá – ARIEXI", devidamente constituída e inscrita no CNPJ sob nº 59.882.086/0001-76, com sede na Rua Geraldo Maluta, nº 924, Centro, neste Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:2C01CE70

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 389/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1104/2026 do Ofício nº 269/2026 da Secretária Municipal de Saúde que autoriza Gozo de Férias do referido servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de Gozo de Férias forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
EDINALDO FUMIO KAJIWARA	600341	DIRETOR DO DEP. DE FARMÁCIA	03/02/2025 A 02/02/2026	13/10/2026	27/10/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:615C141D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 390/2026

SÚMULA: Exonera Cargo em Comissão e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar do Cargo em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE VIAÇÃO, o Senhor GABRIEL FERIATO, deixando de receber símbolo CC.2, a partir de 13 de outubro de 2026.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:37280CF1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 391/2026

SÚMULA: Nomeia Cargo em Comissão e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear para o Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E CONTROLE DE FROTA, o Senhor GABRIEL FERIATO, passando a receber símbolo CC.3, a partir de 13 de outubro de 2026.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:0BFE337B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 392/2026

SÚMULA: Nomeia Cargo em Comissão e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear para o Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, o Senhor EVERTON ROMANINI, passando a receber símbolo CC.3, a partir de 13 de outubro de 2026.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:2CC70AF6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 393/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
CARLOS CESAR DE CARVALHO	600339	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	21/01/2025 A 20/01/2026	13/10/2026	11/11/2026

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:220EAB74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
PORTARIA 008.2026

PORTARIA Nº 008/2026

SÚMULA: Designa advogado para responder pelas atribuições da advogada titular durante o período de licença-maternidade e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o Dr. **ALCIDES CAETANO VIEIRA**, inscrito na OAB/PR sob o nº **13.905**, para responder pelas atribuições da Dra. **ALLMIRIAN VITTÓRIA SILVA AQUINO**, inscrita na OAB/PR sob o nº **101.907**, durante o período de seu afastamento em razão de licença-maternidade.
Art. 2º A presente designação compreende o período de **20 de julho de 2026 a 15 de janeiro de 2027**, em substituição à advogada afastada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 20 de julho de 2026.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Câmara Municipal de Itambé, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Sonia Saade Youssef Said
Código Identificador:0F02D197

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR SIMONE MACEIS DE ASSIS, aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, no cargo de Auxiliar de Creche, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);

f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:331D607A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223/2026

O Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 07 de outubro de 2026, a Sr.ª. CRISTIANE MILIATI DE ALMEIDA, RGº 10.397.XXX-X SESP-PR, por motivo de falecimento conforme Certidão de Óbito nº 129767 01 55 2026 4 00010 070 0001568 12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Itambé, Estado do Paraná, aos 08 dias do mês de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire Cristina Trombini Zamberlan
Código Identificador:2966D941

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2026

Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e com respaldo no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021, HOMOLOGO a decisão do Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, devidamente designados pelas Portarias Nº 049/2025 e Nº 174/2025, referente ao **Pregão Eletrônico nº 24/2026**, e ADJUDICO o objeto ora licitado, o qual resume-se por: Aquisição de veículo automotor para atendimento das necessidades administrativas do Município, em favor da empresa: **TOYOPABRA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA**, com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 01.643.145/0001-73, no valor total de R$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais).

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 09 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:B74D0A83

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 157/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 157/2026, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Aprova o Regimento Interno do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Itambé, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no Decreto nº 106/2026/GP,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Itambé, Estado do Paraná, na forma do Anexo Único que integra este Decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itambé – PR, 09 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIERA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 157/2026
REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA
POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, VINCULAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, instituído pelo Decreto nº 106/2026/GP, é um órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Itambé, Estado do Paraná, destinado a planejar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações voltadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização e das ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).
Art. 2º O Comitê tem por finalidade contribuir para a garantia da alfabetização de todas as crianças na idade adequada, por meio do acompanhamento das ações educacionais, da análise dos indicadores de aprendizagem e da proposição de estratégias para a melhoria da qualidade do ensino.
Art. 3º O Comitê desenvolverá suas atividades em consonância com a legislação educacional vigente, com a Política Municipal de Alfabetização, com o Plano Municipal de Educação de Itambé e com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
• I – Acompanhar a execução das ações da Política Municipal de Alfabetização;
• II – Monitorar os indicadores de aprendizagem, frequência e permanência dos estudantes;
• III – Analisar os resultados das avaliações internas e externas relacionadas à alfabetização;
• IV – Propor estratégias para a melhoria da aprendizagem dos estudantes;
• V – Acompanhar a execução do Plano de Ação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• VI – Promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais órgãos envolvidos;
• VII – Elaborar relatórios periódicos e registros das reuniões realizadas;
• VIII – Incentivar a formação continuada dos profissionais da educação;
• IX – Apoiar a implementação de práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas de aprendizagem.
Art. 5º No exercício de suas competências, o Comitê poderá recomendar medidas, propor ações e encaminhar sugestões à Secretaria Municipal de Educação, visando ao fortalecimento das políticas e práticas de alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
• Parágrafo único. As recomendações e propostas do Comitê deverão observar as competências legais dos órgãos responsáveis pela gestão educacional do Município.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelos seguintes representantes, conforme estabelecido no Decreto nº 106/2026/GP:
• I – Secretário(a) Municipal de Educação, que exercerá a coordenação;
• II – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• III – Coordenador(a) Pedagógico(a) da Secretaria Municipal de Educação;
• IV – Diretor(a) de Escola Municipal;
• V – Coordenador(a) Pedagógico(a) de Escola Municipal;
• VI – Diretor(a) de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI);
• VII – Representante dos Professores Alfabetizadores;
• VIII – Representante do Fórum Municipal de Educação;
• IX – Representante do Conselho Municipal de Educação.
Art. 7º Os membros do Comitê serão designados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 106/2026/GP.
Art. 8º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO E DOS MEMBROS

Art. 9º Compete à coordenação do Comitê:
• I – Convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
• II – Organizar, juntamente com os membros, a pauta do dia;
• III – Conduzir as discussões e promover a participação dos integrantes;
• IV – Orientar o acompanhamento das ações e dos encaminhamentos definidos pelo colegiado;
• V – Solicitar informações e documentos necessários à análise das ações de alfabetização, respeitadas as competências dos setores envolvidos;
• VI – Acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos deliberados;
• VII – Representar o Comitê perante a Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos institucionais;
• VIII – Encaminhar propostas, recomendações e relatórios aos setores competentes.
Art. 10. Compete aos membros do Comitê:
• I – Participar ativamente das reuniões, contribuindo para as discussões e análises;
• II – Examinar previamente os documentos, indicadores e materiais disponibilizados para subsidiar as reuniões;
• III – Apresentar informações e dados pertinentes à sua respectiva área de atuação;
• IV – Colaborar na proposição e no acompanhamento de estratégias para a melhoria da alfabetização;
• V – Cumprir os prazos e encaminhamentos assumidos em reunião;
• VI – Contribuir para a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os segmentos representados;
• VII – Comunicar à coordenação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos para participação nas reuniões;
• VIII – Zelar pelo tratamento sigiloso e responsável das informações e dos documentos aos quais tiverem acesso no exercício de suas atribuições.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO E DAS REUNIÕES

Art. 11. O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua coordenação.
Art. 12. As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para as ordinárias, e 2 (dois) dias úteis para as extraordinárias, contendo indicação de data, horário, local e pauta.
• Parágrafo único. Os documentos e materiais de apoio relacionados à pauta serão encaminhados eletronicamente de forma prévia aos membros, visando otimizar o tempo de discussão.
Art. 13. As reuniões deverão contemplar, conforme o planejamento:
• I – Apresentação e análise dos indicadores de aprendizagem, frequência e permanência dos estudantes;
• II – Avaliação dos resultados internos e externos relacionados à alfabetização;
• III – Monitoramento do Plano de Ação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• IV – Proposição de estratégias corretivas ou de melhoria para os gargalos identificados;
• V – Definição de cronogramas, responsáveis e prazos para as ações acordadas.

CAPÍTULO VI
DOS REGISTROS E ATAS

Art. 14. As deliberações, discussões e encaminhamentos das reuniões serão registrados em Atas Oficiais.
Art. 15. As atas deverão conter formalmente:
• I – Data, horário (início e término) e local ou plataforma virtual da reunião;
• II – Relação de membros presentes, ausências justificadas e convidados;
• III – Síntese clara das discussões, propostas, responsáveis e prazos pactuados;
• IV – Assinatura dos membros presentes, colhida de forma física ou eletrônica.
Art. 16. Os registros, relatórios e documentos do Comitê ficarão sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas de transparência pública e as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CAPÍTULO VII
DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o apoio técnico, logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Comitê.
• Parágrafo único. O suporte compreenderá a organização logística das reuniões, redação e guarda das atas oficiais, bem como a compilação e sistematização de dados educacionais solicitados pelo Comitê.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela coordenação do Comitê, ouvida a plenária, observadas as disposições do Decreto nº 106/2026/GP.
Art. 19. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua homologação por ato oficial do Poder Executivo Municipal.

Itambé – PR, 09 de OUTUBRO de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:4A279AD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 002/2026

Dispõe sobre a implementação e a organização da estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Itambé – Paraná, destinada à coordenação, implementação, execução, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e:
• CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a efetividade das políticas públicas educacionais no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
• CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 68, de 14 de maio de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Itambé;
• CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 205, 206 e 211, que estabelecem o direito à educação e a organização dos sistemas de ensino;
• CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
• CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), observada a legislação aplicável ao seu período de vigência e respectivas atualizações normativas;
• CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a organização curricular da Educação Básica;
• CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556/2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e as demais normas aplicáveis à política nacional de alfabetização;
• CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a Política Municipal de Alfabetização de Itambé mediante organização administrativa e pedagógica específica, com definição de responsabilidades, planejamento, formação continuada, acompanhamento das aprendizagens e avaliação dos resultados;
• CONSIDERANDO a importância da articulação harmônica entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos e os professores da Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Itambé – Paraná, a organização da estrutura administrativa e pedagógica específica para a implementação, coordenação, execução, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º A estrutura prevista nesta Instrução Normativa tem como finalidade assegurar condições administrativas, técnicas e pedagógicas para a garantia do direito à alfabetização plena, ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e da alfabetização matemática, respeitadas as etapas de escolarização e as especificidades dos estudantes.
Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida de forma articulada com:
I – o Plano Municipal de Educação de Itambé;
II – o currículo da Rede Municipal de Ensino, alinhado à BNCC e às normas curriculares vigentes;
III – o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades escolares;
IV – as políticas estadual e nacional de alfabetização, especialmente o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
VI – os programas e instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e de acompanhamento da aprendizagem;
VII – as ações de recomposição das aprendizagens e de atendimento às necessidades educacionais dos estudantes.
Art. 4º A implementação da estrutura administrativa e pedagógica observará os princípios da gestão democrática, da equidade, da inclusão, da colaboração, da valorização dos profissionais da educação, da continuidade das políticas públicas e da utilização de evidências educacionais para a tomada de decisões.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

Art. 5º A estrutura administrativa e pedagógica específica da Política Municipal de Alfabetização será organizada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, respeitada a estrutura administrativa oficial do Município e a legislação local vigente.
Art. 6º A organização compreenderá, conforme a disponibilidade de pessoal e a estrutura legal existente:
I – a Secretaria Municipal de Educação, responsável pela coordenação geral da política;
II – a Coordenação Municipal da Política de Alfabetização, responsável pela articulação técnica e pedagógica das ações;
III – a equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo planejamento, assessoramento, formação e acompanhamento;
IV – o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, quando instituído por ato próprio, responsável pela articulação intersetorial, análise de resultados e proposição de medidas de fortalecimento da política;
V – as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, responsáveis pela execução e pelo acompanhamento das ações no contexto escolar;
VI – os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, responsáveis pelo desenvolvimento das práticas pedagógicas e pelo acompanhamento contínuo das aprendizagens.
Art. 7º A criação de funções, cargos, gratificações ou unidades administrativas permanentes dependerá de previsão legal específica, observadas as competências dos órgãos municipais e as disposições orçamentárias aplicáveis.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – elaborar, aprovar e acompanhar o plano de ação anual da política;
III – definir metas, indicadores e estratégias de acompanhamento da alfabetização e da recomposição das aprendizagens;
IV – assegurar a articulação entre as ações administrativas e pedagógicas da Rede Municipal de Ensino;
V – promover a formação continuada dos profissionais da educação, com foco na alfabetização, no letramento, na leitura literária, na oralidade, na escrita, na avaliação e na recomposição das aprendizagens;
VI – orientar as unidades escolares quanto à utilização pedagógica dos resultados das avaliações diagnósticas e formativas;
VII – acompanhar os indicadores de aprendizagem, frequência, participação e desenvolvimento dos estudantes;
VIII – organizar e manter registros, relatórios, planilhas e documentos comprobatórios das ações realizadas;
IX – articular-se com os órgãos estaduais e federais competentes para a execução das políticas educacionais;
X – promover a participação das equipes gestoras e docentes no planejamento e na avaliação das ações;
XI – propor intervenções pedagógicas sempre que forem identificadas dificuldades ou defasagens de aprendizagem;

XII – elaborar relatórios periódicos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IV - DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 9º A Coordenação Municipal da Política de Alfabetização será exercida por profissional designado pela autoridade competente, observados os requisitos legais e administrativos aplicáveis.
Art. 10. São atribuições da Coordenação Municipal da Política de Alfabetização:
I – coordenar tecnicamente a execução do plano de ação municipal;
II – articular as ações de alfabetização com as equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e com as unidades escolares;
III – acompanhar a implementação das estratégias de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
IV – organizar reuniões periódicas de estudo, planejamento e avaliação;
V – orientar a análise dos resultados das avaliações e a elaboração de planos de intervenção pedagógica;
VI – acompanhar a participação dos gestores, coordenadores pedagógicos e professores nas formações continuadas;
VII – sistematizar informações sobre as ações desenvolvidas e os resultados alcançados;
VIII – produzir relatórios técnicos periódicos para subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação;
IX – acompanhar a execução das ações pactuadas no âmbito dos programas estaduais e nacionais de alfabetização;
X – propor ajustes nas estratégias de atendimento aos estudantes, com base nas evidências de aprendizagem.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Art. 11. Compete à equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:
I – orientar a organização do trabalho pedagógico nas unidades escolares;
II – apoiar a elaboração e a execução dos planejamentos docentes;
III – promover estudos sobre currículo, alfabetização, letramento, consciência fonológica, sistema de escrita alfabética, fluência leitora, compreensão textual e produção escrita, de acordo com as necessidades formativas da rede;
IV – acompanhar a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos adotados pelo Município;
V – assessorar a elaboração e a execução de planos de intervenção para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VI – orientar a organização de agrupamentos pedagógicos e outras estratégias de atendimento, respeitadas as necessidades dos estudantes e as normas educacionais;
VII – apoiar as escolas na realização de avaliações diagnósticas e formativas;
VIII – acompanhar a implementação de práticas de leitura literária e de ampliação das experiências de linguagem;
IX – registrar orientações técnicas, encaminhamentos e resultados do acompanhamento pedagógico;
X – colaborar na elaboração dos relatórios de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO VI - DAS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 12. Compete às equipes gestoras das unidades escolares:
I – assegurar a implementação das orientações pedagógicas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação;
II – incluir as ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens no planejamento da unidade escolar;
III – acompanhar a execução dos planejamentos dos professores;
IV – organizar momentos de estudo, planejamento coletivo e análise dos resultados das avaliações;
V – acompanhar a frequência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes;
VI – garantir o registro atualizado das aprendizagens e das intervenções pedagógicas;
VII – promover a comunicação com as famílias sobre o desenvolvimento escolar dos estudantes;
VIII – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os dados e relatórios solicitados, observadas as normas de proteção de dados pessoais.
Art. 13. Compete aos coordenadores pedagógicos, nas unidades escolares em que houver esse profissional em sua estrutura:
I – orientar os professores na elaboração e execução dos planejamentos;
II – acompanhar as práticas de alfabetização e as estratégias de recomposição;
III – promover a análise dos resultados das avaliações diagnósticas;
IV – apoiar a elaboração de intervenções pedagógicas individualizadas ou coletivas, conforme as necessidades identificadas;
V – acompanhar os registros de aprendizagem e os avanços dos estudantes;
VI – participar das formações e reuniões técnicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 14. Compete aos professores:
I – desenvolver práticas pedagógicas intencionais, inclusivas e adequadas às necessidades de aprendizagem dos estudantes;
II – realizar os registros pedagógicos e participar das avaliações diagnósticas e formativas;
III – utilizar os resultados das avaliações para replanejar as ações de ensino;
IV – desenvolver estratégias de leitura, escrita, oralidade, compreensão textual e alfabetização matemática, conforme o currículo e a etapa de escolarização;
V – participar das formações continuadas e dos momentos de planejamento coletivo;
VI – executar e registrar as intervenções pedagógicas destinadas aos estudantes que apresentem dificuldades ou defasagens de aprendizagem.

CAPÍTULO VII - DO PLANEJAMENTO, DA FORMAÇÃO E DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Art. 15. A Política Municipal de Alfabetização será operacionalizada por meio de plano de ação anual, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, contendo, no mínimo:
I – diagnóstico da situação de aprendizagem da rede;
II – objetivos e metas educacionais;
III – ações e estratégias pedagógicas;
IV – responsáveis pela execução;
V – cronograma de implementação;
VI – indicadores de acompanhamento;
VII – instrumentos de registro e comprovação;
VIII – mecanismos de avaliação e revisão das ações.
Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos, diretores e demais profissionais envolvidos na política, considerando as necessidades identificadas no diagnóstico da rede.
Art. 17. As formações continuadas deverão priorizar, conforme as demandas educacionais:
I – práticas de alfabetização e letramento;
II – oralidade, leitura, escrita e leitura literária;
III – avaliação diagnóstica e formativa;
IV – planejamento e intervenção pedagógica;
V – recomposição das aprendizagens;
VI – inclusão e atendimento à diversidade;
VII – análise de indicadores educacionais e utilização pedagógica dos resultados.
Art. 18. As unidades escolares deverão elaborar e executar estratégias de intervenção pedagógica para os estudantes que apresentem dificuldades ou defasagens de aprendizagem, com acompanhamento periódico dos avanços observados.

CAPÍTULO VIII - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 19. O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização será realizado de forma contínua e sistemática pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares.

Art. 20. O monitoramento poderá considerar, entre outros, os seguintes indicadores:
I – resultados das avaliações diagnósticas e formativas;
II – evolução das habilidades de leitura e escrita;
III – desenvolvimento da oralidade e da compreensão textual;
IV – participação dos profissionais nas formações continuadas;
V – execução das estratégias de intervenção pedagógica;
VI – participação dos estudantes nas atividades propostas;
VII – frequência escolar e acompanhamento dos estudantes com maiores necessidades de apoio;
VIII – cumprimento das metas estabelecidas no plano de ação municipal.
Art. 21. A Secretaria Municipal de Educação manterá instrumentos de acompanhamento, tais como planilhas, relatórios técnicos, atas de reuniões, registros de formação, instrumentos de avaliação e evidências das intervenções pedagógicas.
Art. 22. Os resultados do monitoramento serão analisados periodicamente para orientar a revisão do planejamento, a definição de prioridades e a adoção de medidas destinadas à melhoria da aprendizagem.
Art. 23. Ao final de cada ano letivo, deverá ser elaborado relatório de avaliação das ações desenvolvidas, contemplando os resultados alcançados, os desafios identificados, as estratégias implementadas e as propostas de continuidade e aprimoramento.

CAPÍTULO IX - DOS REGISTROS, DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares deverão manter organizados os documentos comprobatórios da implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 25. Os registros de aprendizagem, relatórios, planilhas e demais documentos deverão observar as normas de guarda documental, transparência administrativa e proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Art. 26. A divulgação de resultados deverá priorizar dados consolidados, resguardando informações pessoais e a identificação dos estudantes e de suas famílias, conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares, instrumentos de acompanhamento, modelos de relatórios e cronogramas necessários à execução desta Instrução Normativa.
Art. 28. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 29. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Itambé – Paraná, 9 de outubro de 2026.

ENI CASTALDELLI DA SILVA

Secretária Municipal de Educação
Município de Itambé – Paraná

Publicado por:
Eni Castaldelli da Silva
Código Identificador:5B73947A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4389/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4389/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Ari Olinto Testa, inscrita no CPF/MF sob o nº 227.196.369 - 91.
Objeto: Contratação de empresa ou fornecedor de barracão/garagem a ser utilizada para guarda dos ônibus escolares pertencentes ao Município de Itapejara D'Oeste utilizados para o transporte escolar de alunos, em conformidade com o Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº 012/2026.
Valor do Contrato: R$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 09 (nove) de Outubro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:353AD40B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 826/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 826/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho N. da Maia, Matrícula: 112.305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Arlinda dos Santos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 10/10/2026 as 06h30 e retorno dia 10/10/2026 as 16h00. Destino: Laranjeiras do Sul. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Strada placa UBH9D48. Finalidade da viagem: Levar familiar para visita obrigatória. Local: Cense. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 06.10.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:356E9DDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CONSELHOS MUNICIPAIS
PORTARIA Nº 002/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

INSTITUI A COMISSÃO ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES(AS) E VICE-DIRETORES(AS) DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPERUÇU E DESIGNA SEUS MEMBROS.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPERUÇU**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1002/2026 e no Edital de Convocação nº 003/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Eleitoral do processo de seleção e consulta à comunidade escolar para escolha de Diretores(as) e Vice-Diretores(as) das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino – Gestão 2027/2029, composta pelos seguintes membros:
I – Trabalhadores da Educação Pública em exercício nos estabelecimentos de ensino, designados por este Conselho:
a) Verediana da Silva Paske, matrícula nº 379141
b) Elisandra Natalina Prestes Socher, matrícula nº 44031
II – Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, designados pelo Secretário da pasta:
a) Debora das Neves, matrícula nº 57371
b) Alaite Faria de Jesus Lara, matrícula nº 57291
III – Representante do Sindicato da categoria, eleito em Assembleia específica realizada em 06/10/2026:
a) Maika dos Santos Oliveira, matrícula nº 59981

Art. 2º A Comissão Eleitoral será presidida por Debora das Neves, membro designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 3º Compete à Comissão Eleitoral exercer as atribuições previstas no art. 21 da Lei Municipal nº 1002/2026 e no Edital de Convocação nº 003/2026.
Art. 4º O mandato dos membros da Comissão Eleitoral encerra-se com a homologação do resultado do processo eleitoral de 2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 09 de outubro de 2026.

VERIDIANA DA SILVA PASKE
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Itaperuçu
Portaria Nº 090/2026 de 11 de Agosto de 2025

Publicado por:
Josiliane Perpetua Costa Machado
Código Identificador:97CB364D

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 023/2026 – CMAS DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUADRIMESTRAL DO EXERCÍCIO DE 2026, REFERENTE AOS MESES DE MAIO A AGOSTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPERUÇU/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS DE ITAPERUÇU/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 629/2019 de 20 de agosto de 2019 e lei Municipal 688/2021 de 12 de março de 2021.

CONSIDERANDO reunião ordinária realizada às 09h00min do dia 08 de outubro de 2026, na Sala de Reuniões dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 017/2026.

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR a Prestação de Contas Quadrimestral referente aos meses de maio a agosto do exercício de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaperuçu/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

MARA LUCIA PIASSA
Presidente do CMAS
Itaperuçu/PR

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:A134208F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 67/2026 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE E A PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL E TRANSITÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU,**Estado do Paraná**, EDILSON RUIZ DE FREITAS,**no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO a homologação inicial do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 01/2025 ocorrida em 20 de março de 2025, destinado ao suprimento de vagas na Atenção Primária à Saúde;
CONSIDERANDO a emissão de Recomendação Administrativa pelo Ministério Público em 16 de maio de 2025 solicitando a imediata suspensão dos atos do certame, orientação devidamente acolhida pela Administração Pública Municipal no exercício da autotutela administrativa;
CONSIDERANDO a posterior revogação da referida Recomendação de suspensão promovida pelo Ministério Público em 29 de agosto de 2025;
CONSIDERANDO a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº 01/2025) firmado entre este Município e o Ministério Público em 18 de setembro de 2025, cujo objeto pactuou a contratação transitória dos aprovados no PSS nº 01/2025 para garantia da continuidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde até a realização e conclusão de Concurso Público;
CONSIDERANDO a publicação do Edital de Homologação do Concurso Público para provimento efetivo do cargo de Agente Comunitário de Saúde, efetuada no Diário Oficial em 08 de outubro de 2026, cumprindo integralmente a cláusula principal do TAC nº 01/2025;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de assegurar a transição regular, administrativa e operacional no quadro de pessoal, compreendendo os prazos para publicação dos atos de convocação, realização de exames médicos admissionais, entrega e análise de documentação e posse dos aprovados no certame efetivo;

CONSIDERANDO que o desligamento imediato dos cargos contratados temporariamente antes do efetivo exercício dos novos servidores aprovados provocaria descontinuidade grave na prestação dos serviços públicos essenciais de saúde e desassistência à comunidade local;
CONSIDERANDO o dever constitucional da Administração Pública de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, em especial as ações de Atenção Primária à Saúde

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a suspensão do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 01/2025 no período compreendido entre 16 de maio de 2025 e 18 de setembro de 2025, em virtude do acatamento da Recomendação Administrativa do Ministério Público e posterior formalização do TAC nº 01/2025.

Art. 2º Fica prorrogado, em caráter excepcional e estritamente transitório, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29 de agosto de 2026, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 01/2025 e os respectivos contratos administrativos temporários.

Art. 3º A prorrogação tratada no Art. 2º destina-se exclusivamente a resguardar o atendimento à saúde da população durante o transcurso operacional das etapas de convocação, qualificação e posse dos candidatos aprovados no Concurso Público homologado nesta data.

Art. 4º Os contratos temporários vigentes decorrentes do PSS nº 01/2025 serão rescindidos motivadamente de forma gradual ou total, à medida que os candidatos aprovados no Concurso Público assumirem o efetivo exercício de suas funções.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de agosto de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:CE934CC6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 421/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder para a servidora **MARCIA JOCILIANE TOSTO,** RG **N° *******590/PR,** CPF **N° ********951,** matrícula **55101,**

ocupante do Cargo Efetivo de **Professor,** Licença de 30 dias a contar da data de 07/10/2026 a 05/11/2026, conforme Lei 276/2005 Art. 78.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:2CC4093E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 418/2026 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica exonerado a partir desta data por motivo de concessão de aposentadoria, o servidor **ANTONIO BUENO DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade RG **Nº *******931/PR,** CPF **Nº ********996,** matrícula **Nº 5941,** nomeado através da Portaria Nº109/96, para o cargo Efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais.**
Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:8305CC07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2026

CONTRATO Nº 239/2026
MODALIDADE DISPENSA N° 20/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: BRINQUE LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 33.038.864/0001-51
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESMONTAGEM, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITORES TREINADOS, DESTINADOS ÀS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DAS CRIANÇAS, QUE OCORRERÃO NO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2026, DAS 08H00 ÀS 17H00, CORRESPONDENTES AO LOTE I DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 020/2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.
DO VALOR: R$ 23.900,00 (VINTE E TRÊS MIL E NOVECENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 08 DE OUTUBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5C1F498E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 84/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 84/2026, que tem como objeto a **"**Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados às atividades da Secretaria Municipal de Esportes de Itaperuçu/PR**".**Cujo vencedor foi a empresa **LUC SERVICE LTDA, CNPJ: 40.706.088/0001-86**, no valor de **R$ 141.500,00 (cento e quarenta e um mil e quinhentos reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:6C2CDC03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 28/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 28/10/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Aquisição, fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo quente e frio, destinados ao atendimento das necessidades das Escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede municipal de ensino".***
VALOR MÁXIMO: R$ 903.490,25 (novecentos e três mil quatrocentos e noventa reais e vinte e cinco centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:02CDC59E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 29/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 29/10/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de poltronas para o Centro de Convenções Municipal"***
VALOR MÁXIMO: R$ 471.135,87 (quatrocentos e setenta e um mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:4415581D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2026

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 03/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 03/11/2026 às 09h00min.

Objeto: ***""Contratação de empresa especializada no fornecimento de vacinas RB51 e B19 e de insumos veterinários, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento"***
VALOR MÁXIMO: R$ 24.200,80 (vinte e quatro mil duzentos reais e oitenta centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:117728BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 23/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 23/10/2026 às 09h00min.
Objeto: ***Aquisição de gêneros alimentícios para alunos Intolerantes a Glúten, Lactose e Diabéticos destinados a Merenda Escolar.***
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 123.313,50 (cento e vinte e três mil trezentos e treze reais e cinquenta centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:B3E2CDE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2026

LICITAÇÃO COM LOTE PARA MICRO EMPRESA E EPP E LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 26/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 26/10/2026 às 09h00min.
Objeto: *"****Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Informática, eletrônicos e acessórios"***
VALOR MÁXIMO: R$ 241.997,13 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e novena e sete reais e treze centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:81969515

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 27/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 27/10/2026 às 09h00min.
Objeto: **"Contratação de Empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais para cobertura, proteção e fixação"**, destinados à utilização em eventuais ocorrências ocasionadas por chuvas intensas e demais eventos climáticos adversos no Município de Itaperuçu, visando possibilitar resposta rápida da Administração Municipal quando necessária a utilização dos materiais"
VALOR MÁXIMO: R$ 266.793,00 (duzentos e sessenta e seis mil setecentos e noventa e três reais).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 09 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:683D9641

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 370/2026

PORTARIA Nº 370/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares e autoriza a conversão de 1/3 (um terço) do período de férias em pecúnia ao servidor Rogerio Zowtyi, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao servidor Rogerio Zowtyi, matrícula nº 464, CPF 035.9**.***-21, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado no Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 2023/2024, nos termos do art. 106, § 2º, da Lei Municipal nº 085/1990, totalizando 20 (vinte) dias, a serem usufruídos no período de 13/10/2026 a 01/11/2026.

Art. 2º Fica autorizada a conversão em pecúnia de 1/3 (um terço) do período de férias, mediante requerimento do servidor e observados os requisitos previstos no § 5º do art. 106 da Lei Municipal nº 085/1990.

Art. 3º A conversão em pecúnia de que trata o artigo anterior será calculada de acordo com o período de férias a que o servidor fizer jus, observada a legislação municipal vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretora Executiva de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:8D89CEE7

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 371/2026

PORTARIA Nº 371/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a adequação e consolidação das providências administrativas para cumprimento de medidas cautelares determinadas nos autos nº 0001382-27.2026.8.16.0121.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a decisão judicial anteriormente proferida nos autos nº 0001382-27.2026.8.16.0121, que determinou a suspensão cautelar do exercício da função pública de médico pelo servidor **RODRIGO FELIPE AMPARADO**, matrícula nº 869, bem como outras medidas cautelares;
CONSIDERANDO que, em cumprimento à determinação inicial, foi editada a Portaria Municipal nº 252/2026, de 08 de julho de 2026;
CONSIDERANDO a posterior decisão judicial que determinou a manutenção da suspensão cautelar do exercício da função pública por prazo indeterminado;
CONSIDERANDO a decisão proferida em 07 de outubro de 2026, no mov. 232.1 dos autos nº 0001382-27.2026.8.16.0121, por meio da qual o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Nova Londrina esclareceu que a decisão posterior não substituiu integralmente as medidas cautelares anteriormente impostas, tendo apenas alterado o prazo da suspensão do exercício da função pública para prazo indeterminado, permanecendo vigentes as demais restrições;
CONSIDERANDO que a mesma decisão esclareceu que a suspensão cautelar abrange o exercício da medicina em qualquer unidade de saúde vinculada ao Município de Itaúna do Sul, incluindo Hospital Municipal, Unidades Básicas de Saúde, pronto atendimento, ambulatórios e demais estabelecimentos integrantes da rede municipal de saúde;
CONSIDERANDO, ainda, que permanece vigente medida cautelar que proíbe o servidor de adentrar os limites territoriais do Município de Itaúna do Sul;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar os atos administrativos municipais ao exato conteúdo das determinações judiciais atualmente vigentes;
RESOLVE:
Art. 1º Fica mantido, por prazo indeterminado e até ulterior deliberação judicial, o afastamento cautelar do servidor RODRIGO FELIPE AMPARADO, matrícula nº 869, do exercício da função pública de médico no âmbito da rede pública municipal de saúde de Itaúna do Sul.
§ 1º O afastamento previsto no caput abrange o exercício das atribuições médicas em qualquer unidade de saúde vinculada ao Município de Itaúna do Sul, incluindo o Hospital Municipal, Unidades Básicas de Saúde – UBS, pronto atendimento, ambulatórios e quaisquer outros estabelecimentos integrantes da rede municipal de saúde.
§ 2º O afastamento permanecerá vigente até que sobrevenha nova determinação do Juízo competente autorizando sua alteração, revogação ou cessação.
Art. 2º Permanecem vigentes todas as demais medidas cautelares anteriormente determinadas pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Nova Londrina nos autos nº 0001382-27.2026.8.16.0121, devendo ser integralmente observadas pelo servidor e pelos órgãos da Administração Municipal.
Art. 3º Em especial, permanece vedado ao servidor acessar ou frequentar as dependências abrangidas pelas determinações judiciais anteriormente expedidas, inclusive o Hospital Municipal, a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo das demais restrições fixadas judicialmente.
Art. 4º Permanece igualmente vedado ao servidor manter contato, por qualquer meio, direto ou indireto, presencial, telefônico, eletrônico, por aplicativos de mensagens, redes sociais ou por interposta pessoa, com funcionários, subordinados, vítimas e testemunhas relacionadas aos fatos objeto da ação penal, nos termos das medidas cautelares determinadas pelo Juízo competente.
Art. 5º Deverá ser observada, ainda, a medida cautelar judicial que proíbe o servidor de adentrar os limites territoriais do Município de Itaúna do Sul, enquanto permanecer vigente a respectiva determinação judicial.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde, a Direção do Hospital Municipal, o Departamento de Recursos Humanos e os demais órgãos e setores administrativos competentes deverão adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das medidas previstas nesta Portaria e das demais determinações judiciais vigentes.
Art. 7º O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder às anotações funcionais cabíveis, fazendo constar que o afastamento decorre de medida cautelar judicial e permanece vigente por prazo indeterminado, até ulterior deliberação do Juízo competente.
Art. 8º As questões de natureza administrativa e funcional não expressamente abrangidas pela determinação judicial, inclusive aquelas relativas aos efeitos remuneratórios do afastamento cautelar, serão objeto de análise própria pela Administração Municipal, à luz da legislação aplicável.
Art. 9º Encaminhe-se cópia desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos, à Secretaria Municipal de Saúde, à Direção do Hospital Municipal e aos demais setores administrativos competentes, para ciência e cumprimento.
Art. 10. Encaminhe-se, ainda, cópia desta Portaria à Vara Criminal da Comarca de Nova Londrina/PR, nos autos nº 0001382-27.2026.8.16.0121, para ciência e comprovação das providências adotadas pela Administração Municipal.
Art. 11. Fica revogada a Portaria Municipal nº 252/2026, passando o cumprimento administrativo das medidas cautelares judiciais relativas ao servidor a ser disciplinado pela presente Portaria, sem qualquer interrupção das medidas anteriormente impostas.
Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos enquanto permanecerem vigentes as respectivas determinações judiciais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul/PR, 09 de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:99790E8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº12, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ivaí - PR e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IVAÍ/PR – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Municipal nº 1.116/2015; e,
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 276, de 12 de novembro de 2025, que convoca a 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece as diretrizes para as etapas municipais;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 176/2026, que convoca a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ivaí – PR;

CONSIDERANDO a necessidade de planejar, coordenar e executar as ações necessárias para a realização da etapa municipal da conferência;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ivaí - PR, com o objetivo de coordenar o planejamento, a organização, a execução e o acompanhamento das atividades do evento.
Art. 2º A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:
I – Representantes Governamentais:
a) PATRICIA BOBEK
b) CYNTHIA VERENKA

II – Representantes da Sociedade Civil:
a) ANTONIO JORGE FERREIRA DE LIMA
b) MARIA ISABEL FERREIRA DE LIMA

III – Participação de Adolescentes:
a) ELIZIANE RIBEIRO
b) LORENA GOLBA SINHORI

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí/PR, 09 de outubro de 2026.

ADRIANE RAIFUR DE CASTRO FIDÊNCIO
Presidente do CMDCA – Ivaí/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:E3060BDB

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 177/2026

Decreto n° 177/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Município de Ivaí, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1565/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.302.1001.1.045	Aquisição de Equipamentos para a Assistencia Hospitalar - Média e Alta	
147 - 4.4.90.52.00.00 488	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.400.000,00
	Total Suplementação:	1.400.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 2.4.2.1.50.0.1.01 FAF INVESTIMENTO - ESTADUAL - Fonte: 488	1.400.000,00
Total da Receita:	1.400.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Município de Ivaí, Estado do PR, em 9 de Outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:F7D92482

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2025

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2025
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2025
CONTRATADA: MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA (CNPJ Nº 40.898.176/0001-27)
ASSUNTO: DECISÃO ADMINISTRATIVA DE RESCISÃO UNILATERAL E PROVIDÊNCIAS ACAUTELATÓRIAS E SANCIONATÓRIAS

1. RELATÓRIO

Cuida-se de procedimento administrativo instaurado no âmbito da Administração Pública Municipal de Ivaí com a finalidade de deliberar sobre a rescisão unilateral e a aplicação de medidas sancionatórias e acautelatórias em face da pessoa jurídica **MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.898.176/0001-27.
A pessoa jurídica sagrou-se vencedora do certame licitatório processado sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 070/2025**, vinculado ao Processo Administrativo nº 073/2025, o que culminou na celebração da **Ata de Registro de Preços nº 117/2025** em 20 de outubro de 2025, cujo objeto compreende o registro de preços para eventual contratação de serviços contínuos de operação de tratores agrícolas correspondentes ao Lote 003.
No transcurso da execução das atividades contratadas, a fiscalização municipal constatou graves irregularidades operacionais e contratuais concernentes ao adimplemento de encargos laborais básicos dos empregados terceirizados alocados na prestação dos serviços públicos municipais. Em razão de tais desconformidades, foram emitidas sucessivas notificações à sociedade empresária:
A primeira notificação ocorreu em **17 de dezembro de 2025**, em decorrência da supressão injustificada do auxílio-alimentação fixado no montante de **R$ 805,00 (oitocentos e cinco reais)**, bem como de vantagens convencionais de tratorista alocado na execução pública, violando a planilha de custos homologada, sendo conferido o prazo de dez dias úteis para a regularização dos pagamentos.
Posteriormente, apurou-se o inadimplemento contumaz de salários dos trabalhadores terceirizados, ensejando a expedição de nova interpelação em **09 de julho de 2026** pelo atraso da folha do mês de junho de 2026 e pelo indevido condicionamento da quitação trabalhista à prévia liberação de ordens bancárias municipais.
Em face da reiteração das faltas e do prolongamento da mora salarial pertinente aos meses de julho e agosto de 2026, a Administração expediu terceira e peremptória notificação em **10 de agosto de 2026**, fixando o prazo derradeiro de três dias para a comprovação da regularização das folhas de pagamento e dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sob cominação expressa de extinção do vínculo e penalidades.
Decorrido o lapso temporal sem a correção voluntária das falhas ou a demonstração da quitação integral das obrigações trabalhistas, os autos foram submetidos à análise técnica da Procuradoria Geral do Município de Ivaí. O órgão de assessoramento jurídico emitiu o substancioso Parecer Jurídico datado de **15 de setembro de 2026**, de lavra do Procurador Geral, opinando expressamente pela imediata rescisão unilateral dos vínculos contratuais, cancelamento da respectiva ata, retenção cautelar de créditos para solvência de encargos e instauração de procedimento administrativo sancionatório.
Vieram os autos conclusos a este Gabinete do Executivo para decisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Acolhida Integral do Parecer Jurídico e da Autotutela Administrativa

A manifestação exarada pela Procuradoria Jurídica do Município de Ivaí abordou com exatidão a moldura fática e a disciplina normativa aplicável à espécie. No exercício da prerrogativa da **motivação referenciada**, acolho na íntegra as razões fáticas e jurídicas deduzidas no pronunciamento técnico de 15 de setembro de 2026, adotando-as como fundamentos determinantes desta decisão executiva.

O regime jurídico dos contratos administrativos impõe à autoridade pública o dever inafastável de fiscalizar e reagir prontamente a violações que comprometam a continuidade dos serviços essenciais e ameacem o erário com a formação de passivos patrimoniais. A inércia da contratada após três notificações formais evidencia a **quebra da fidúcia**, autorizando a pronta intervenção estatal.

2.2. Do Inadimplemento Culposo e da Autonomia das Obrigações Trabalhistas

O comportamento demonstrado pela empresa revela infração direta às obrigações legais e contratuais. A recusa ou protelação no pagamento de salários e verbas indenizatórias elementares aos tratoristas e motoristas fere de morte o núcleo da dignidade dos prestadores de serviço e desatende a planilha de custos contratual.

Ademais, mostra-se inadmissível a tentativa da contratada de transferir o ônus de sua gestão empresarial à Administração Pública mediante o condicionamento da quitação das verbas de sua equipe ao prévio repasse das medições municipais. Nos termos do artigo 121, caput e parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais recai exclusivamente sobre a contratada, não se transmitindo de forma imediata à Fazenda Pública nem autorizando a suspensão dos deveres patronais.

De fato, o risco da atividade econômica é integralmente suportado pelo particular contratado. Essa diretriz encontra respaldo no artigo 50 da Lei nº 14.133/2021, que impõe ao fornecedor o dever de comprovar mensalmente a solvência dos salários, depósitos fundiários e benefícios dos colaboradores dedicados à execução da avença.

2.3. Da Legalidade da Rescisão Unilateral do Contrato

A inexecução das cláusulas contratuais e a desobediência às ordens fiscalizatórias regulares legitimam a extinção antecipada da contratação administrativa. Incidem na hipótese os preceitos do artigo 137, incisos I e II, combinados com o artigo 138, inciso I e parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autorizam expressamente a extinção unilateral por ato escrito e motivado da autoridade competente.

A empresa teve asseguradas sucessivas oportunidades formais para recompor a higidez contratual, tendo permanecido silente e inadimplente, restando plenamente atendidas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa antes da decretação extintiva.

Desse modo, impõe-se a rescisão imperativa dos contratos formalizados com a prestadora, com destaque para os pactos identificados como Contrato nº 073/2023 e Contrato nº 6111/2025 decorrentes da ata de registro de preços, bem como o cancelamento do respectivo registro.

2.4. Da Legitimidade das Medidas Cautelares de Retenção e Pagamento Direto

A salvaguarda do patrimônio público exige a imediata contenção de danos secundários. Nos termos do artigo 121, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá ser responsabilizada de modo subsidiário caso haja falha ou leniência na fiscalização contratual.

Para evitar prejuízo ao erário e coibir o enriquecimento ilícito da contratada faltosa, a ordem legal assegura a **retenção cautelar de faturas e créditos**, conforme previsto no artigo 139, incisos III e IV, e no artigo 121, parágrafo 3º, incisos II e IV, da Lei nº 14.133/2021. Esse mecanismo permite a utilização dos saldos contratuais retidos para a compensação de penalidades e a realização de pagamentos diretos aos empregados precarizados, glosando-se as quantias respectivas do montante faturado.

2.5. Da Necessidade de Apuração Sancionatória e Garantia da Continuidade dos Serviços

A conduta imputada à fornecedora se amolda às infrações administrativas capituladas no artigo 155, incisos I, II e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista que a paralisação ou embaraço na condução dos maquinários agrícolas e serviços correlatos vulnera o interesse público municipal.

Faz-se mister a instauração de processo administrativo sancionatório em rito próprio, com esteio no artigo 156, incisos II e III, e parágrafo 4º, da Lei Geral de Licitações, com vistas à aplicação de **multa compensatória** e da sanção de **impedimento de licitar e contratar com o Município de Ivaí** pelo prazo de até três anos, ressalvada a hipótese de cabimento de declaração de inidoneidade caso comprovada postura dolosa gravosa.

Por derradeiro, em obséquio ao **princípio da continuidade do serviço público**, autorizo o chamamento prioritário dos licitantes remanescentes que figuram no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços nº 117/2025 e, constatada a impossibilidade técnica, a instrução célere de contratação emergencial nos termos do artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, adstrita estritamente ao prazo indispensável à ultimação de novo certame.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ivaí e com esteio nos fundamentos do Parecer Jurídico de 15 de setembro de 2026 emitido pela Procuradoria Geral do Município, **DETERMINO**:

a) a **RESCISÃO UNILATERAL** imediata dos vínculos contratuais decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 117/2025 mantidos com a empresa **MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA** (CNPJ nº 40.898.176/0001-27), notadamente o Contrato nº 073/2023 e o Contrato nº 6111/2025, com fundamento nos artigos 137, incisos I e II, e 138, inciso I e parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) o **CANCELAMENTO FORMAL** do registro de preços da empresa MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA constante da Ata de Registro de Preços nº 117/2025 (Pregão Eletrônico nº 070/2025), com esteio nas cláusulas 1.32.1 e 1.33 do referido instrumento convocatório;

c) a **RETENÇÃO CAUTELAR INTEGRAL** de todas as faturas em aberto, créditos pendentes de liquidação e eventuais garantias contratuais de titularidade da empresa contratada, com fulcro no artigo 121, parágrafo 3º, e no artigo 139, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, reservando-se tais montantes para o adimplemento direto das verbas salariais e indenizatórias dos trabalhadores terceirizados prejudicados e para o ressarcimento dos prejuízos suportados pelo Município;

d) a **INSTAURAÇÃO IMEDIATA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO**, garantindo-se à contratada o contraditório e a ampla defesa no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, para a aplicação das penalidades de multa compensatória e impedimento de licitar e contratar com o Município de Ivaí pelo período de até 3 (três) anos, com amparo nos artigos 155, incisos I, II e VII, e 156, incisos II e III e parágrafo 4º, da Lei nº 14.133/2021;

e) a **CONVOCAÇÃO IMEDIATA** dos fornecedores classificados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços nº 117/2025 ou, subsidiariamente, a formalização de procedimento de contratação emergencial fundamentado no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo prazo estritamente necessário para garantir o atendimento ininterrupto das demandas agrícolas e de transporte da municipalidade;

f) a **NOTIFICAÇÃO FORMAL** da empresa MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA acerca do teor da presente decisão, cientificando-a para o exercício de eventual direito recursal na forma do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021;

g) a **REMESSA DE CÓPIA INTEGRAL** dos presentes autos ao Ministério Público do Trabalho e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para conhecimento e adoção das medidas de suas respectivas competências fiscalizatórias.

Publique-se no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, aos 8 de outubro de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:B9CA7173

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº. 036/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente ACQUAPLANT QUIMICA DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ n° 81.372.070/0001-72, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de Análise de Solo e Água, atendendo critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA N.° 420/2009, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 036/2026-PMI, no valor de R$ 13.088,00 (treze mil e oitenta e oito reais).

Ivatuba/Pr, 09 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:6B9BC158

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 037/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 53.814.361/0001-3, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Gêneros Alimentícios (doces e sorvetes), conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 037/2026-PMI, no valor de R$ 23.897,75 (vinte e três mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

Ivatuba/Pr, 08 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:64A82CD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
ERRATA – PORTARIA Nº.682/2026

Na publicação do Diário Oficial Eletrônico (DOE), do dia 09/10/2026, a PORTARIA Nº. 682/2026, Código Identificador: 6754FB80, Edição 3634,

Onde se lê: DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.677,48(um mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) a favor da Sra. PAMILA VIDIGAL BAZONI, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, referente ao pagamento de 3 e ½ diária, face a viagem que fará a Curitiba - Pr., para participar nos dias 21 e 22/10/2026, do Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial promovido pelo Governo do Estado do Paraná, visando a atualização e ao aprimoramento dos conhecimentos relacionados à Vigilância Socioassistencial no âmbito do SUAS. Saída dia 20/10/2026 às 08h00, e retorno às 16h00 do dia 23/10/2026, conforme o Processo nº.4565/2026. Para pagamento será utilizado recurso do Fundo Estadual de Assistência Social, repasse: Piso Único de Assistência Social (PAS).

Leia-se: DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 1.677,48**(um mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) a favor da Sra. **PAMILA VIDIGAL BAZONI**, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, referente ao pagamento de 3 e ½ diária, face a viagem que fará a Curitiba - Pr., para participar nos dias 21 e 22/10/2026, do Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial promovido pelo Governo do Estado do Paraná, visando a atualização e ao aprimoramento dos conhecimentos relacionados à Vigilância Socioassistencial no âmbito do SUAS. Saída dia 20/10/2026 às 08h00, e retorno às 16h00 do dia 23/10/2026, conforme o Processo nº.4565/2026. **Para pagamento será utilizado recurso do Fundo Nacional de Assistência Social, repasse: Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.**

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
Em 09 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:CA6AF2EA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 683/2026

PORTARIA Nº. 683/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 13/10/2026, a aprovada no Concurso Público – Edital 001/2024, com resultado Definitivo nº 18/2024 de 30/08/2024, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 15/07/2026, para ingresso no Cargo Público de Técnico em Enfermagem, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas.

NOME	CPF
JOICE FERNANDA DE ANDRADE SILVA	***.577.079-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 08 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:F22CC36B

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 686/2026

PORTARIA Nº. 686/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 14/10/2026, a aprovada no Concurso Público – Edital 001/2024, com resultado Definitivo nº 18/2024 de 30/08/2024, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 15/07/2026, para ingresso no Cargo Público de Técnico em Enfermagem, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas.

NOME	CPF
GABRIELLI RUBIO DA SILVA	***.423.059-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 09 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:AE9EFCCB

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 687/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,60**(duzentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) a favor do servidor público municipal Sr**. OTONIEL MIRANDA DA SILVA**, motorista, referente ao pagamento de 05 (cinco) diárias, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento a Londrina – Pr., nos dias 17,22,23,29 e 30/09/2026, para atender pacientes do município na casa de apoio, nos horários apresentados em planilha, conforme Processo nº.4624/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 09 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9FEE01C9

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, decorrente de procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação da empresa B F GASPAROTTO SOMAR AUTO PEÇAS, devidamente credenciada no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 001/2025 – Processo Administrativo nº 008/2025, para prestação, sob demanda, de serviços mecânicos em veículos leves, serviços mecânicos em veículos pesados, fornecimento de peças/acessórios para veículos pesados e fornecimento de peças/acessórios para veículos motocicletas/leves, conforme condições estabelecidas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CONTRATADA: B F GASPAROTTO SOMAR AUTO PEÇAS.
CNPJ: 19.786.382/0001-59.
VALOR ESTIMADO: R$ 152.300,00 (cento e cinquenta e dois mil e trezentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo, sendo os serviços executados conforme a necessidade do SAMAE, mediante emissão de Ordens de Serviço e observância das regras de rodízio estabelecidas no credenciamento.

Mais informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:F39D7CA3

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, decorrente de procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação da empresa LAURO TAKASHI KANABATA & CIA LTDA, devidamente credenciada no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 001/2025 – Processo Administrativo nº 008/2025, para prestação, sob demanda, de serviços mecânicos em motocicletas, serviços elétricos em veículos leves, serviços elétricos em veículos pesados e fornecimento de peças/acessórios para veículos motocicletas/leves, conforme condições estabelecidas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CONTRATADA: LAURO TAKASHI KANABATA & CIA LTDA.
CNPJ: 77.561.016/0001-60.
VALOR ESTIMADO: R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo, sendo os serviços executados conforme a necessidade do SAMAE, mediante emissão de Ordens de Serviço e observância das regras de rodízio estabelecidas no credenciamento.

Mais informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:FA11B131

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, decorrente de procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação da empresa A J FARIAS - FUNILARIA E PINTURA, devidamente credenciada no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 001/2025 – Processo Administrativo nº 008/2025, para prestação, sob demanda, de serviços de funilaria em

veículos leves, conforme condições estabelecidas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CONTRATADA: A J FARIAS - FUNILARIA E PINTURA.
CNPJ: 01.491.374/0001-00.
VALOR ESTIMADO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo, sendo os serviços executados conforme a necessidade do SAMAE, mediante emissão de Ordens de Serviço e observância das regras de rodízio estabelecidas no credenciamento.

Mais informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:B49573F8

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, decorrente de procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação da empresa ANTONIO CARLOS AMADEU & CIA LTDA, devidamente credenciada no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 001/2025 – Processo Administrativo nº 008/2025, para prestação, sob demanda, de serviços mecânicos em veículos pesados e fornecimento de peças/acessórios para veículos pesados, conforme condições estabelecidas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CONTRATADA: ANTONIO CARLOS AMADEU & CIA LTDA.
CNPJ: 07.849.843/0001-06.
VALOR ESTIMADO: R$ 104.800,00 (cento e quatro mil e oitocentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo, sendo os serviços executados conforme a necessidade do SAMAE, mediante emissão de Ordens de Serviço e observância das regras de rodízio estabelecidas no credenciamento.

Mais informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:6F0ABBF3

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio de seu Diretor, torna público a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, decorrente de procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação da empresa HIDROMEC MECÂNICA LONDRINENSE, devidamente credenciada no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 001/2025 – Processo Administrativo nº 008/2025, para prestação, sob demanda, de serviços mecânicos em veículos pesados e fornecimento de peças/acessórios para veículos pesados, conforme condições estabelecidas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CONTRATADA: HIDROMEC MECÂNICA LONDRINENSE.
CNPJ: 24.020.235/0001-03.
VALOR ESTIMADO: R$ 104.800,00 (cento e quatro mil e oitocentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter estimativo, sendo os serviços executados conforme a necessidade do SAMAE, mediante emissão de Ordens de Serviço e observância das regras de rodízio estabelecidas no credenciamento.

Mais informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:2AD4EBCB

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

O **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã – Estado do Paraná**, por intermédio de seu Diretor, torna público que promoverá licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento de **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE**, tendo como referência a **Tabela SINAPI/PR**, por meio da plataforma eletrônica www.bll.org.br.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL, DESTINADOS ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DO SAMAE DE JAGUAPITÃ/PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE SOBRE OS PREÇOS DOS INSUMOS CONSTANTES DA TABELA SINAPI/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas serão realizados por meio da plataforma eletrônica www.bll.org.br, a partir das 08h00min do dia 14 de outubro de 2026 até às 08h00min do dia 26 de outubro de 2026 (horário de Brasília).
A abertura das propostas e o início da sessão pública do Pregão Eletrônico ocorrerão às 08h30min do dia 26 de outubro de 2026 (horário de Brasília).
Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos: Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes ao Edital deverão ser apresentados até o dia 21 de outubro de 2026, na forma e pelos meios previstos no instrumento convocatório.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações do SAMAE e poderá ser solicitado através do e-mail samaejag@hotmail.com.
Mais informações: O Edital e demais informações referentes ao certame poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, pelo telefone (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:0431D73C

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026

O **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã – Estado do Paraná**, por intermédio de seu Diretor, torna público que promoverá licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento de **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE**, tendo como referência a **Tabela SINAPI/PR**, por meio da plataforma eletrônica www.bll.org.br.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTO, RAMAIS PREDIAIS, CAVALETES E INSTALAÇÕES OPERACIONAIS DO SAMAE DE JAGUAPITÃ/PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE SOBRE OS PREÇOS DOS INSUMOS CONSTANTES DA TABELA SINAPI/PR, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.
Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas serão realizados por meio da plataforma eletrônica www.bll.org.br, a partir das 08h00min do dia 14 de outubro de 2026 até às 08h00min do dia 27 de outubro de 2026 (horário de Brasília).
A abertura das propostas e o início da sessão pública do Pregão Eletrônico ocorrerão às 08h30min do dia 27 de outubro de 2026 (horário de Brasília).
Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos: Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes ao Edital deverão ser apresentados até o dia 22 de outubro de 2026, na forma e pelos meios previstos no instrumento convocatório.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações do SAMAE e poderá ser solicitado através do e-mail samaejag@hotmail.com.
Mais informações: O Edital e demais informações referentes ao certame poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, pelo telefone (43) 98419-1500.

Jaguapitã – PR, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Luciene Bernardo Santos Mattos
Código Identificador:304B5557

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA ADMINISTRATIVA N.º 031, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão da sindicância administrativa, com objetivo de apurar possíveis irregularidades envolvendo servidora pública municipal, e dá outras providências".

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria Administrativa nº 026, de 24 de agosto de 2026, foi instaurada Sindicância Administrativa destinada à apuração dos fatos relatados no Ofício/CI nº 193/2026, do Departamento Municipal de Saúde, que noticia possíveis irregularidades envolvendo servidora pública municipal;

CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância, regularmente constituída, não logrou concluir os trabalhos no prazo estabelecido pelo art. 4º da Portaria Administrativa nº 026, de 24 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar à Comissão tempo hábil para a conclusão da apuração e a elaboração do respectivo relatório;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais **30 (trinta) dias consecutivos**, o prazo para conclusão da Sindicância Administrativa instaurada por meio da Portaria Administrativa nº 026, de 24 de agosto de 2026, destinada à apuração dos fatos relatados no Ofício/CI nº 193/2026, do Departamento Municipal de Saúde, nos termos do art. 4º da referida Portaria.

Art. 2º A prorrogação prevista no artigo anterior destina-se a assegurar à Comissão de Sindicância o tempo necessário para a conclusão dos trabalhos, a apuração integral dos fatos e a apresentação do respectivo relatório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a **24 de setembro de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Sede do Paço Municipal, em 05 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:C88D99CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 79/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 802 de 22 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 1.807.250,00 (Um Milhão, Oitocentos e Sete Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Departamento de Administração Geral	
05.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	

490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.900,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
750	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.000,00
	SUBTOTAL	184.900,00
07	Departamento de Finanças	
07.003	TESOURARIA	
28.843.0010.2015	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA MUNICIPAL	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
1160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
	SUBTOTAL	190.000,00
11	Departamento de Esporte e Lazer	
11.002	ESPORTES	
27.812.0023.2039	MANUTENÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL DE FUTEBOL NICANOR BUENO MENDES	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2820	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	455.000,00
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3060	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	560.000,00
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2830	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	120.000,00
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3070	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	75.000,00
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2880	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	6.500,00
10.301.0025.2049	PROGRAMA MUNICIPAL DE CUSTEIO COM RECURSOS ESTADUAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2990	00495-Atenção Básica	8.000,00
	SUBTOTAL	1.224.500,00
14	Departamento de Assistência Social	
14.001	ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2063	MANUTENÇAO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	37.000,00
	SUBTOTAL	37.000,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.003	OBRAS	
15.451.0018.2080	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OBRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4681	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	40.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4690	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.850,00
	SUBTOTAL	105.850,00
16	Departamento de Transportes Rodoviário	
16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
	TOTAL	1.807.250,00

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas de receitas e fontes de recursos 000 no valor de 33.900,00, 303 no valor de 1.200.000,00 e 504 no valor de 40.000,00 :

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Gabinete, Procuradoria, Controladoria	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0010.2002	MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
	SUBTOTAL	80.000,00
11	Departamento de Esporte e Lazer	
11.002	ESPORTES	
27.812.0023.2040	PROGRAMA DE MANTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DE ACADEMIAS E PARQUE INFANTIS MUNICIPAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3090	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	6.500,00
10.303.0025.2045	PROGRAMA MUNICIPAL DE FARMACIA BASICA - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3230	00495-Atenção Básica	8.000,00
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3130	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
	SUBTOTAL	24.500,00
14	Departamento de Assistência Social	
14.001	ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0030.2068	PROGRAMA MUNICIPAL DE BENEFICIOS EVENTUAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
08.243.0030.2059	MANTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E CMDCA MUNICIPAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
08.244.0030.2068	PROGRAMA MUNICIPAL DE BENEFICIOS EVENTUAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
	SUBTOTAL	37.000,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.002	URBANISMO	
15.452.0031.2073	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇAO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
15.451.0018.2071	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
15.452.0031.2072	PROGRAMA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E EXTENÇÃO DE REDES	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
15.451.0018.2071	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	49.000,00
15.003	OBRAS	
15.451.0018.2079	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	159.000,00
16	Departamento de Transportes Rodoviário	

16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4803	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	56.850,00
	SUBTOTAL	227.850,00
	TOTAL	533.350,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 01 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:98CB1087

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°311/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 311/2026 - De 13/10/2026 à 15/10/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Cassia Regina Paiva	Diretora do Departamento Municipal de Saúde	Curitiba	13/10/2026 à 15/10/2026	Participar de Capacitação PROGOV: Gestão que Transforma Políticas Públicas.	R$ 1.190,00
Letícia Aparecida Inácio de Oliveira	Auxiliar Administrativo do Departamento Municipal de Saúde	Curitiba	13/10/2026 à 15/10/2026	Participar de Capacitação PROGOV: Gestão que Transforma Políticas Públicas.	R$ 1.190,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:33388FD3

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 80/2026

DECRETO Nº 80/2026

Sumula: Nomeia os membros que compõem o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI – do município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito do município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 449 de 23 de outubro de 2013 e Lei Municipal 483 de 16 de dezembro de 2015;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado os membros que compõem o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, em conformidade com a Lei Municipal nº 449/2013 e Lei Municipal 483/2015, para a gestão 10/2026 à 10/2028, conforme segue:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

I – Departamento Municipal de Assistência Social
Titular: Amanda Aparecida Maia
Suplente: Devani Coutinho Vieira Alvarenga

II – Departamento Municipal de Saúde
Titular: Janaína Regina da Costa Fernandes
Suplente: Delaine de Campos Pulcineli

III – Departamento Municipal de Educação, Cultura e Desportos
Titular: Maiki Godinho Fidêncio
Suplente:Neidilene Aparecida Godinho Fidêncio

REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAL

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Bruna Gabriela Ferreira de Araújo
Suplente: Simone de Lima Silva

Instituições Religiosas
Titular:Luiz Gonçalves Viana
Suplente: João Aparecido Pepi

Grupo de Idosos "Viver e Conviver - Idoso"
Titular: Maria de Lourdes Mariano de Lima
Suplente: Mercês Filomena da Silva Fernandes

Art. 2° O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Paragrafo Único:O titular do Órgão Publico Municipal responsável pela Coordenação da Politica Municipal dos Direitos do Idoso, na qualidade de representante do executivo municipal será membro nato no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

Art. 3° Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, terão mandato de (02) anos.

Art. 4° Os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, poderão ser substituídos mediante solicitações da instituição ou da autoridade publica a qual estejam vinculadas, apresentando-se ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso -CMDI, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único: Os membros representantes do poder executivo municipal são demissíveis *ad nutum*, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 5º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul/PR, 08 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:EED46AEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº. 611, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a renovação de Registro e Inscrição de Programa, para oferta de serviços voltados à criança e ao adolescente, para Associação de Apoio e Desenvolvimento à Rede de Ensino da Lapa e ao Centro de Atenção Integral à criança Ministro Flavio Suplicy de Lacerda CAIC- ADECAL, inscrita no CNPJ nº 01.123.994/0001-04.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº. 1306 de 23/11/1995, regido pela Lei Municipal nº. 3065 de 16/03/2015.

Considerando o disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 90 e o Artigo 91 da Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990;

Considerando a Resolução CMDCA – Lapa/PR nº 129, 06 de Julho de 2016, que dispõe sobre o registro e fiscalização de entidades de atendimento não governamentais, solicitação e renovação de inscrição de programas governamentais, não governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes e na educação profissional no Município de Lapa/PR nos termos dos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Entidade desenvolve Programa de Proteção e Programa de Aprendizagem, sendo pertencente à Política Pública da Criança e do Adolescente em diversas áreas, de Educação e Assistência Social, tem como objetivo a proteção a família, infância e a adolescência, prestando serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela;

Considerando o Comunicado Interno Nº 15, de 04 de Setembro de 2026, da Associação de Apoio e Desenvolvimento à Rede de Ensino da Lapa e ao Centro de Atenção Integral à criança Ministro Flavio Suplicy de Lacerda CAIC- ADECAL, que solicita a renovação de Registro e Inscrição de seus Programas;

Considerando o Parecer da Comissão para avaliar a Documentação para Inscrições de Entidades e Programas e Monitoramento Entidades/ Programas, datado em 06 de Outubro de 2026,

Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 07 de Outubro de 2026, em Reunião Ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a Renovação de Registro e Inscrição de Programa, para oferta de serviços voltados à criança e ao adolescente, da Associação de Apoio e Desenvolvimento à Rede de Ensino da Lapa e ao Centro de Atenção Integral à criança Ministro Flavio Suplicy de Lacerda CAIC- ADECAL, inscrita no CNPJ nº 01.123.994/0001-04, conforme segue:

DATA DA DELIBERAÇÃO	NOME DA ENTIDADE/PROGRAMAS	SITUAÇÃO/TIPO	NÚMERO
22/09/1998	Associação de Apoio e Desenvolvimento à Rede de Ensino da Lapa e ao Centro de Atenção Integral à criança Ministro Flavio Suplicy de Lacerda CAIC- ADECAL, inscrita no CNPJ nº 01.123.994/0001-04.	1° Registro	10
02/05/2018 13/03/2019 06/11/2019 07/04/2021 06/04/2022 07/10/2026		Renovação de Registro	
02/05/2018	**Programa de Aprendizagem**	Inscrição do Programa	10.1
13/03/2019 06/11/2019 07/04/2021		Renovação Inscrição do Programa	
06/04/2022		Cancelamento Inscrição Programa/Cursos	
02/05/2018	**Programa de Proteção** Regime: Orientação e apoio Sociofamiliar e Apoio socioeducativo em meio aberto e; Nome do Serviço: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Faixa Etária: Crianças até 06 anos, Crianças e Adolescentes de 06 a 17 anos; Segmento: Masculino/Feminino; Capacidade: 80 crianças e adolescentes/ mês	Inscrição do Programa	10.2
13/03/2019 06/11/2019 07/04/2021 06/04/2022 07/10/2026		Renovação Inscrição do Programa	

Art. 2º - O Registro da Entidade e inscrição de seu Programa terá validade de 04 (quatro) anos, até 07 de Outubro de 2030.

Art. 3º - A Entidade deverá protocolar o pedido de renovação de Registro e Inscrição de seus Programas, no CMDCA, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 07 de Outubro de 2026.

DULCE BACH
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DF532D4A

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº. 612, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a renovação de Registro e Inscrição de Programa para oferta de serviços voltados à criança e ao adolescente da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da Lapa/PR, CNPJ: 40.298.143/0001-46.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº. 1306 de 23/11/1995, regido pela Lei Municipal nº. 3065 de 16/03/2015.

Considerando o disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 90 e o Artigo 91 da Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990;

Considerando a Resolução CMDCA – Lapa/PR nº 129, 06 de Julho de 2016, que dispõe sobre o registro e fiscalização de entidades de atendimento não governamentais, solicitação e renovação de inscrição de programas governamentais, não governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes e na educação profissional no Município de Lapa/PR nos termos dos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Entidade desenvolve Programa de Proteção, sendo pertencente à Política Pública da Criança e ao Adolescente em diversas áreas, Educacional, Cultural, Assistencial, Saúde, Estudo e Pesquisa, tendo como objetivo promover a melhoria de qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

Considerando o Ofício N° 68 de 16 de Setembro de 2026, da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE da Lapa, o qual solicita a Renovação de Registro e Inscrição do Programa da Entidade no CMDCA Lapa-PR;

Considerando o Parecer da Comissão para avaliar a Documentação para Inscrições de Entidades e Programas e Monitoramento Entidades/Programas, datado em 06 de Outubro de 2026,

Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 07 de Outubro de 2026, em Reunião Ordinária

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a Renovação de Registro e Inscrição de Programa para oferta de serviços voltados à criança e ao adolescente da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da Lapa/PR, CNPJ: 40.298.143/0001-46, conforme segue:

DATA DA DELIBERAÇÃO	NOME DA ENTIDADE/PROGRAMAS	SITUAÇÃO/TIPO	NÚMERO
18/06/2001	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE CNPJ: 40.298.143/0001-46	1° Registro	16
04/04/2018 06/04/2022 07/10/2026		Renovação de Registro	
04/04/2018	**Programa de Proteção** Regime: Orientação e apoio Sócio – familiar, através do Serviço de habilitação e reabilitação de Pessoas com Deficiência intelectual, múltipla e transtorno global do desenvolvimento; Faixa etária: 0 a 18 anos Segmento: Masculino / Feminino	Inscrição do Programa	16.1
06/04/2022 07/10/2026		Renovação Inscrição do Programa	

Art. 2º - O Registro da Entidade e inscrição de seu Programa terá validade de 04 (quatro) anos, até 07 de Outubro de 2030.

Art. 3º - A Entidade deverá protocolar o pedido de renovação de Registro e Inscrição de seus Programas, no CMDCA, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 07 de Outubro de 2026.

DULCE BACH
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:09A36E17

GABINETE
DECRETO N° 29969, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Admite MARTA PACHECO DA CRUZ, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 04 de 06/08/2026 que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 e Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 21329/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 14.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL, abaixo relacionado(a):

MARTA PACHECO DA CRUZ
RG: 4.565.164-9/PR
CPF: 653.552.459-00
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 09 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EC1099E6

GABINETE
DECRETO Nº 29970, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeia EDUARDA BROGIAN LEMOS, para provimento do cargo de CUIDADOR SOCIAL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 22271/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 14.10.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de CUIDADOR SOCIAL, abaixo relacionado(a):

EDUARDA BROGIAN LEMOS
RG: 15.126.368-2/PR
CPF: 136.201.899-60
CARGO: CUIDADOR SOCIAL
GRUPO OCUPACIONAL TECNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE B REFERENCIA 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA A MULHER

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 09 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:33B322E0

GABINETE
DECRETO Nº 29971, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeia MARTA BARBOSA DA SILVA, para provimento do cargo de ENFERMEIRO (A).

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 22271/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 14.10.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de ENFERMEIRO (A), abaixo relacionado(a):

MARTA BARBOSA DA SILVA
RG: 7.664.339-3/PR
CPF: 035.886.779-76
CARGO: ENFERMEIRO (A)
GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR
CLASSE C REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA 30 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 09 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:17114C0A

GABINETE
DECRETO Nº 29972, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeia DYULIAN SCHUSTER BLASIUS, para provimento do cargo de ENFERMEIRO (A).

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 8194/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 14.10.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de ENFERMEIRO (A), abaixo relacionado(a):

DYULIAN SCHUSTER BLASIUS
RG: 106.239.859-93
CARGO: ENFERMEIRO (A)
GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR
CLASSE C REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA 30 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 09 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:06E57456

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 168/2025

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025 (PD Nº 9820/2025) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28428, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. ANDRÉ REZENDE CHERUBINI.
CONTRATADA: CANIL SANTO ANTÔNIO LTDA ME, CNPJ SOB Nº 58.670.116/0001-18, REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. ANA PAULA MARQUES MARINS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ABRIGO EXTERNO DE ANIMAIS, MÉDICO VETERINÁRIO (ART), EQUIPE DE LIMPEZA COM PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TODO ESPAÇO E TRATADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1364/2026 (PD Nº 22508/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 865/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 168/2025 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.11.2026 E 31.10.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 1.814.400,00 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E QUATORZE MIL E QUATROCENTOS REAIS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/10/2026
DATA ASSINATURA: 08/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2D9110E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 107/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2025 (PD Nº 10679/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADA: LUIZ MARCELO VIEIRA SANTOS ME, CNPJ/MF SOB O Nº 17.514.801/0001-78, REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR SR. LUIZ MARCELO VIEIRA SANTOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA CASA DE PASSAGEM, NO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
CONSIDERANDO O PROCESSO DIGITAL Nº 23500/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER E CONSIDERANDO A ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL DA EMPRESA CONTRATADA COM REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ SOB O Nº 41215160260, EM 02/09/2026, PROTOCOLO Nº 264973097 DE 02/09/2026, NIRE: 41215160260, COM EFEITOS DO REGISTRO EM 31/08/2026:
FICA ALTERADA A RAZÃO SOCIAL, NÚMERO DE TELEFONE E E-MAIL DA CONTRATADA, PASSANDO A SER:
... EMPRESA ***CONSTRUTORA VIEIRA SANTOS LTDA ME***, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 17.514.801/0001-78, SEDIADO(A) NA RUA SERAFIM FERREIRA DE ALMEIDA MACIEL, Nº 466, ENGENHO, LAPA/PR, CEP 83751-202, ***TELEFONE (41) 99990-6813, E-MAIL NILSONRAMINCONTABILIDADE@GMAIL.COM***,
DORAVANTE DENOMINADO CONTRATADA, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR ***SR. LUIZ MARCELO VIEIRA SANTOS***...
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 23/09/2026
DATA ASSINATURA: 08/10/2026

FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5EF83107

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 (PD Nº 31228/2024) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
LOCADOR: LEAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 76.635.119/0001-00, REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO, SR. ALDO FERNANDO KLEIN NUNES.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AMBULÂNCIAS E CAMINHÕES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – LOTE 03 – ITEM 01, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1335/2026 (PD Nº 21842/2026) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER COM A MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025, SR. JONATHAN ALAIKO FERREIRA; CONSIDERANDO O 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025, ASSINADO EM 21.08.2026, COM PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP NA DATA DE 24.08.2026, QUE PROMOVEU O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025; CONSIDERANDO O PARECER Nº 899/2026/PGM; CONSIDERANDO O TERMO DE CONVALIDAÇÃO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 06.10.2026, EDIÇÃO Nº 3631, CONFORME ART. 55 DA LEI Nº 9785/1999, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA RETIFICADO OS VALORES DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025, LOTE 03-ITEM 01, PASSANDO O VALOR DO ITEM A TER UM ACRÉSCIMO DE R$354,87/MÊS (TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) TOTALIZANDO O VALOR DE R$5.156,95/MÊS (CINCO MIL, CENTO E CINQUENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO DE 2025, CONFORME O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025.
O VALOR COMPLEMENTAR A EMPENHAR COM AS DESPESAS DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025 LOTE 03-ITEM 01, É DE R$4.258,44 (QUATRO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 08/10/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:77BC713A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 (PD Nº 31228/2024) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
LOCADOR: LEAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 76.635.119/0001-00, REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO, SR. ALDO FERNANDO KLEIN NUNES.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AMBULÂNCIAS E CAMINHÕES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – LOTE 03 – ITEM 01, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1301/2026 (PD Nº 20853/2026) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER COM A MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025, SR. JONATHAN ALAIKO FERREIRA; CONSIDERANDO OS CÁLCULOS DA CORREÇÃO PELO IGPM REALIZADO PELA CONTADORA, SRA. JESSICA CRISTINA CAETANO DA CRUZ COM PERÍODO DE 01/2025 À 12/2025; CONSIDERANDO O PARECER Nº 876/2026/PGM; CONFORME ART. 92, V DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA REAJUSTADO O CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025 LOTE 03-ITEM 01, A PARTIR DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025, ATRAVÉS DO ÍNDICE IGPM (PERÍODO DE 01/2025 – 12/2025) NEGATIVO DE -1,049130% (MENOS UM VÍRGULA ZERO QUATRO NOVE UM TRÊS ZERO POR CENTO), PASSANDO O VALOR DO ITEM A TER UMA REDUÇÃO DE R$54,10/MÊS (CINQUENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS), RESULTANDO NO VALOR MÊS DE R$5.102,85 (CINCO MIL, CENTO E DOIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).
O VALOR A SER REDUZIDO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025 LOTE 03-ITEM 01, É DE R$555,42 (QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 08/10/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:33D68A5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 (PD Nº 31228/2024) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
LOCADOR: LEAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 76.635.119/0001-00, REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO, SR. ALDO FERNANDO KLEIN NUNES.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AMBULÂNCIAS E CAMINHÕES, PARA A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – LOTE 03 – ITEM 01, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1392/2026 (PD Nº 23166/2026) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER; CONSIDERANDO O PARECER Nº 871/2026/PGM, CONFORME ARTIGOS 105 E 107 DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 148/2025, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 11.10.2026 E 10.10.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$61.234,20 (SESSENTA E UM MIL, DUZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS), SENDO R$5.102,85 (CINCO MIL, CENTO E DOIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO MENSAL, VEÍCULO: VOLKSWAGEN T-CROSS 200 TSI AT, COMBUSTÍVEL FLEX, CAPACIDADE 05 PASSAGEIROS, COR PRETA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 08/10/2026
DATA ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B592BF86

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026 (PROTOCOLO Nº 12329/2026)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, ESTADO DO PARANÁ, COM SEDE NA PRAÇA MIRAZINHA BRAGA, Nº 87, INSCRITO(A) NO CNPJ SOB O Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815/2023 DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO, PORTADOR DO CIRG Nº 444.157.379-00 SESP/PR, INSCRITO NO CPF SOB Nº 444.157.379-00, E
CONTRATADA: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, CNPJ 32.750.290/0001-87, LOCALIZADA AVENIDA IVO CARLI, 2655, SÃO CRISTOVÃO, GUARAPUAVA/PR, CEP 85065-520, TELEFONE (41)99938-8040, E-MAIL PROGRESSO@PROGRESSOENG.COM.BR, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. MAURICIO ZENI KURMANN, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. N. º 95422071 SESP/PR, INSCRITO NO CPF SOB N. º 048.696.589-92.
OBJETO: A EXECUÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, DA (S) SEGUINTE (S) OBRA (S): LOCAL: DISTRITO DE MARIENTAL - MUNICÍPIO DE LAPA; OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM CBUQ, 7.514,17 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ENSAIOS TECNOLÓGICOS. TRECHOS: - RUA ESTRADA DO PASSO VELHO (TRECHO 1) INÍCIO NA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-476 ATÉ A ESTACA 0 + 289,00M; - RUA ESTRADA DO PASSO VELHO (TRECHO 2) INÍCIO NA RUA SÃO CRISTÓVÃO ATÉ A ESTACA 0 + 464,13M; - RUA "A" ENTRE A RUA "B" E RUA SÃO CRISTÓVÃO; - RUA "B" COM O INÍCIO E FIM NA RUA ESTRADA DO PASSO VELHO (TRECHO 2); - RUA FRANCISCO MULLER INÍCIO NA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-476 ATÉ A ESTACA 0 + 337,00M. ÁREA PAVIMENTADA: 7.514,17 M² COLOCAÇÃO DE PLACAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL – LOTE 1.
VALOR: R$ 2.565.000,00 (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO MIL REAIS).
PRAZO DE EXECUÇÃO: EM ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA CITADA NO EXTRATO DO CONTRATO PUBLICADO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (TREZENTOS E SESSENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA CITADA NO EXTRATO DO CONTRATO PUBLICADO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 09 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE LAPA, ESTADO DO PARANÁ.

LAPA, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AAD66C31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 135-2025
CONTRATANTE: Município de Laranjal, Estado do Paraná, com sede à Rua Pernambuco, inscrito no CGC/MF nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo senhor Maycon Lopes Simioni Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.065.395-8 SSP/PR e do CPF/MF nº ***.805.019. **.
CONTRATADA: DAS PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 48.839.712/0001-25, com endereço Gleba Banco de Areia S/N Sala 01, Pedreira CEP: 84935-000 na Cidade de Tomazina Paraná. neste ato representado pelo Srº João Carlos Dellai empresário, inscrito no CPF:***.787.300-**. Residente e domiciliado na cidade de Tomazina – PR na Gleba Barra Seca n 33800, Casa A, Fazenda Bom Jesus - Rural CEP: 84.935-000.
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) RUA 01 (BAIRRO SANTA RITA) – ÁREA: 3.046,20 M² TRECHO ENTRE COORDENADAS 356.425,51; 7.253.115,13 E 356.646,76; 7.253.399,46. (LOTE – 03.
VALOR: Permanece Inalterado.
PRAZO DE EXECUÇÃO:180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Laranjal, 12 de junho de 2026

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:291AFCDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 052/2023)
CONCORRENCIA 02/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 075/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADO: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /0001-60 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná.
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM CBUQ
NÚMERO: 8º Aditivo Contratual Prazo de vigência

DATA DO CONTRATO: 17 julho de 2026
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias 17/09/2026
EXECUÇÃO: permanece inalterado
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:36495DCE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 052/2023)
CONCORRENCIA 02/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 075/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADO: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /0001-60 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná.
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM CBUQ
NÚMERO: 9º Aditivo Contratual Prazo de Vigência
DATA DO CONTRATO: 17 setembro de 2026
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias 17/11/2026
EXECUÇÃO: permanece inalterado
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:AEB2676E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 127/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 122/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 55/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, neste ato representado pelo prefeito municipal, sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: IARA TERRES DA SILVA DAMBROSKI ME, inscrita no CNPJ sob o n° 26.655.261/0001-33, com endereço na Estrada Paiquere, 0 - CEP: 85.350-000 - BAIRRO: Paiquere, cidade de Nova Laranjeiras/PR, neste ato representado pelo Srª. Iara Terres da Silva Dambroski, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade n° 103484553 e inscrita no CPF/MF sob o n° 070.135.129-23, residente e domiciliada em Paiquere, SN Zona Rural - CEP: 85.350-000 - BAIRRO: Paiquere cidade de Nova Laranjeiras/PR.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE DOCES VARIADOS PARA CONFECÇÃO DE LEMBRANCINHAS A SEREM DISTRIBUÍDAS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
1º Termo Aditivo Contratual de prazo e valor, Procedimento Licitatório 122/2025
DATA DO ADITIVO: 02/10/2026
VIGÊNCIA. 12 meses
VALOR TOTAL: Renovação da totalidade dos quantitativos inicialmente previstos no contrato.
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:A13B3DAC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Prorrogação do Prazo de Execução Contratual.
Processo Administrativo n° 145/*2025*
Termo Aditivo nº *01/2026*

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE LARANJAL, POR INTERMÉDIO DA EMPRESA: DAS PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O Município de Laranjal com sede na Rua Pernambuco 501 inscrito no CNPJ sob o nº *95.684.536000180*, neste ato representado pelo Maycon Lopes Simioni, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº ***.805.019. ** doravante denominado CONTRATANTE, DAS PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 48.839.712/0001-25, com endereço Gleba Banco de Areia S/N Sala 01, Pedreira CEP: 84935000 na Cidade de Tomazina Paraná. neste ato representado pelo Srº João Carlos Dellai empresário, inscrito no CPF:***.787.300-**. Residente e domiciliado na cidade de Tomazina – PR na Gleba Barra Seca n 33800, Casa A, Fazenda Bom Jesus - Rural CEP: 84.935-000. Tendo em vista o que consta no Processo nº 145/*2025* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº *135/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias, admitindo-se sucessivas prorrogações, nos termos do **artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021**, que fundamenta a presente alteração.
CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
O presente Termo Aditivo tem por objeto ajustar aspectos da execução e vigência contratual**,** tais como prazos, não implicando acréscimo de valores**,** mantendo-se inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício.
CLÁUSULA QUINTA – PRODUÇÃO DE EFEITOS
O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da assinatura.
CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Laranjal 12 de junho de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Representante Legal do Contratante

JOAO CARLOS DELLAI
Representante Legal do Contratado

TESTEMUNHAS

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:FA262C7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2026-PML
PROCESSO Nº. 144/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, acessórios e componentes automotivos novos, genuínos, originais ou de reposição com padrão de qualidade equivalente, bem como para a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva das vans e ambulâncias pertencentes à frota do Município de Loanda, incluindo mão de obra, diagnóstico, desmontagem, montagem, reparação e substituição de componentes, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, de Serviços Urbanos e de Esportes do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 03 de novembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 08de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F2F6AA57

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2026-PML
PROCESSO Nº. 142/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de árvore, palmeiras, flores em geral e produtos de jardinagem para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte e Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Assistência Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00h do dia 27 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.228.422,20 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 08de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B5D7993D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026-PML
PROCESSO Nº. 141/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada em promoção de eventos para execução de serviços de som, palco, telões, filmagem, locação de tendas instaladas, banherios químicos, geradores de energia e camarim container, para atender as necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Loanda e das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Cultura e Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00h do dia 05 de novembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 4.656.717,30 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 09de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5E27C340

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA - PREGÃO Nº021/2026-PML

COMUNICADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº021/2026-PML
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de materiais e artigos esportivos das mais diversas modalidades e materiais recreativos e pedagógicos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Esportes, Lazer e Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Políticas Públicas para Mulheres do Município de Loanda-PR,

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, do Município de Loanda, juntamente com sua comissão técnica, comunica as empresas interessadas no Pregão nº 021/2026-PML, que estará realizando na data de 13 de outubro de 2.026 (terça-feira) a partir das 09:00h na Sede da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, localizada à Avenida Paraná S/N, Loanda - Paraná, a análise das amostras referente ao Item XVIII do Edital de Pregão Eletrônico nº021/2026-PML, sendo:

Item	Especificação	Unidade
2	Bola de Vôlei de quadra adulto, em microfibra com 18 gomos matrizada, com câmara de ar, construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível. Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 260-280 e circunferência entre 65-67. Produzida no Brasil. Aprovada pela FIVB, aprovada pela Federação Paranaense de Voleibol. Ou apresentar qualidade superior	UN
5	Bola de futsal adulto, em PU com 8 gomos, sistema de fusão com 0 % de absorção de agua, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola, Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL), composto de amortecimento interno com 3,8 a 4,5 mm de espessuras que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 400 a 440 e circunferência entre 62 a 64 cm, fabricado no Brasil. Aprovado pela Federação Paranaense de Futsal. Ou apresentar qualidade superior	UN
8	Bola de Futebol de campo oficial, adulto Profissional, em poliuretano PU, costura: termotec, câmara da bola está composta por 6d, com válvula substituível, acabamento texturizado. feita com 14 painéis. Peso de 410g a 450g, tamanho de circunferência 68 a 70cm. Bola aprovada pelas Federações, usada nos campeonatos Nacionais.	UN

Loanda, 07 de outubro de 2.026.

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:0766C98E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 066/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos, utensílios e itens de estrutura destinados à implantação, organização e funcionamento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres do Município de Loanda-PR, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência:

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº58.892.523/0001-70, vencedora dos Lotes 01, 02, 04, 05, 06, 08, 09, 11, perfazendo o valor global de R$8.491,99(oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e nove centavos);
· **DAC MÓVEIS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº56.101.450/0001-25, vencedora dos Lotes 07, 12, perfazendo o valor global de R$4.370,00(quatro mil, trezentos e setenta reais);
· **RZR DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº58.881.924/0001-24, vencedora do Lote 03, perfazendo o valor global de R$3.540,00(três mil, quinhentos e quarenta reais);
· **66.095.953 MURILO MARIOTO PAPA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº66.095.953/0001-99, vencedora do Lote 10, perfazendo o valor global de R$2.199,99(dois mil, cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos);
Loanda, 09 de outubro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A9540355

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 198/2026.

DECRETO Nº. 198/2026.

Súmula: "*Homologa laudo de avaliação realizado pela Comissão Especial de Avaliação De Imóvel.*"

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL realizado pela Comissão Especial de Avaliação De Imóvel nomeada pela Portaria n.º 188/2021 para fins de permuta.
Art. 2°. O valor auferido pela Comissão Especial de Avaliação dos imóveis abaixo relacionados de **PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LOANDA** perfaz a quantia total de **R$ 836.785,26 (oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis reais)**:
I – LOTE URBANO: Lote N° 1-D do desmembramento do Lote 1-C, da aglutinação dos lotes Remanescente 1-A e Remanescente 1-B da divisão do imóvel da · Area · Constituída pelo Sub-Lote nº 269,.' destacado do Lote nº 18 e da -Area Constituída ·pelo Sub-Lote nº 268, Subdivisão do Lote nº 15, ambos da Gleba 1.6, · Colônia Paranavaí, situado nesta cidade e Comarca de Loanda - Estado do Paraná, com a área de 12.179,64 Metros Quadrados. Imóvel objeto da Matrícula n° 47.214 do Registro de Imóveis de Loanda-PR, avaliado em **R$ 296.258,56 (duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e oito mil reais e cinquenta e seis centavos);**
II – LOTE URBANO: Lote n° A-2R, da Subdivisão do lote "A", da Subdivisão dos Sub-Lotes n° 273 e 274, destacados dos Lotes 15 e 16, situado nesta cidade e Comarca de Loanda- Estado do Paraná, com a área de 22.182,86 metros quadrados. Imóvel objeto da Matrícula n° 53.245 do Registro de Imóveis de Loanda-PR, avaliado **em R$ 540.503,70 (quinhentos e quarenta mil, quintos e três reais e setenta centavos).**
Art. 3º - O valor auferido pela comissão especial de avaliação do imóvel abaixo relacionado de propriedade de **ADMYLSON OSVALDO CASTRO ZORATTO,** CI.RG. n° 4.124.853-0-SSP-PR e CPF/MF, nº 744.661.869-87, casado com Flavia Sdnéia Mella da Silva Zoratto, CL.RG. nº 4.101.894-1-SESP-PR e CPF/MF nº 790.547.149-72, **JORIDES WASHINGTON CASTRO ZORATTO**, CI.RG. n° 3.950.254-2-SESP-PR e CPF/MF n° 527.289.869-91, casado com Fabiana Martins Martin Zoratto, CI.RG. nº 6.255.773-7-SESP-PR e CPF/MF nº 919.545.179-04, **RENAN GARNACHO ZORATTO**, Ci.RG. nº 001.432.461-SSP-MS e CPF/MF n° 035.394.361-46, perfaz a quantia de **R$ 836.785,76 (oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos)**:
I – Uma área de terras que mede 24,2 hectares, consistentes dos sub-lotes n°s 271, 272, 275, 276, 279 e 280, destacados do lote n° 15, da gleba n° 16, da Colônia de Paranavaí, situada neste Município e Comarca de Loanda, Estado do Paraná. Imóvel objeto da Matrícula n° 1.466 do Registro de Imóveis de Loanda-PR.
Art. 3º - A finalidade da presente avaliação, tem como objetivo a realização de processo de permuta dos imóveis de propriedade do Município com o imóvel do particular.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições contrárias ou incompatíveis.

Loanda-PR, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:F3145F50

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 199/2026

DECRETO Nº. 199/2026

SÚMULA: Atualiza a base de cálculo dos tributos para pagamento após o vencimento das obrigações tributárias.

***JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES**, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente as previstas no artigo 62 inciso II da Lei Complementar Municipal nº. 014/2009, Código Tributário Municipal;*

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido, conforme previsto no artigo 62 inciso II, da Lei Complementar Municipal nº. 014/2009, a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor, INPC relativo ao mês de **SETEMBRO/2026,** para fins de atualização monetária dos créditos tributários para pagamento após o vencimento:

ANO	MÊS	NUMERO ÍNDICE	VARIAÇÃO PERCENTUAL
2026	SETEMBRO	7874,13	0,82

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:DBAB866C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 200/2026.

DECRETO Nº 200/2026.

Súmula: Declara de utilidade pública imóvel destinado à implantação de bacia de acumulação de águas pluviais e ao aprimoramento do sistema municipal de drenagem urbana, para fins de aquisição, preferencialmente mediante permuta, ou por compra, doação ou desapropriação, amigável ou judicial, e dá outras providências.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, 2º, 5º, alíneas "d", "e", "h" e "i", 6º e 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que disciplinam a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação;
CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento da infraestrutura municipal de drenagem urbana, especialmente quanto à captação, acumulação, retenção e escoamento controlado das águas pluviais provenientes dos bairros Jardim Florença, Florença I, Florença II, Petrópoles e da região do Aeroporto Municipal;
CONSIDERANDO que a implantação de uma nova bacia de acumulação de águas pluviais permitirá maior eficiência hidráulica, melhor planejamento do sistema de drenagem urbana e adequada gestão das águas provenientes das precipitações pluviométricas, contribuindo para a prevenção de alagamentos, erosões e outros danos decorrentes do escoamento superficial;
CONSIDERANDO que a implantação da nova estrutura possibilitará, observada a viabilidade técnica, a desativação da bacia de acumulação atualmente existente, permitindo o posterior aproveitamento da respectiva área para fins de desenvolvimento urbano e implantação de novas unidades habitacionais, em consonância com o interesse público e as diretrizes de planejamento territorial do Município;
CONSIDERANDO que a aquisição do imóvel poderá ser viabilizada preferencialmente mediante permuta de bens imóveis, observados o interesse público, a avaliação prévia, a autorização legislativa pertinente e os demais requisitos previstos na legislação vigente, sem prejuízo da adoção de outras modalidades legalmente admitidas;
CONSIDERANDO, finalmente, que a implantação da nova bacia de acumulação de águas pluviais constitui medida de relevante interesse público, destinada à melhoria da infraestrutura urbana, à segurança da população, à eficiência dos serviços de drenagem e ao desenvolvimento ordenado e sustentável do Município;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, para fins de aquisição pelo Município de Loanda, preferencialmente mediante permuta, ou por compra, doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, com fundamento no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, nos arts. 1º, 2º, 5º, alíneas "d", "e", "h" e "i", 6º e 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas disposições pertinentes da Lei Orgânica Municipal, o seguinte imóvel:
I – Uma área de terras medindo **24,2 hectares (242.000,00 m²)**, constituída pelos sublotes nºs 271, 272, 275, 276, 279 e 280, destacados do lote nº 15, da Gleba nº 16, da Colônia de Paranavaí, situada no Município e Comarca de Loanda, Estado do Paraná, objeto da **Matrícula nº 1.466 do Registro de Imóveis de Loanda/PR**, de propriedade de **ADMYLSON OSVALDO CASTRO ZORATTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.124.853-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 744.661.869-87, casado com **FLAVIA SDNÉIA MELLA DA SILVA ZORATTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.101.894-1 SESP/PR, inscrita no CPF sob nº 790.547.149-72; **JORIDES WASHINGTON CASTRO ZORATTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.950.254-2 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 527.289.869-91, casado com **FABIANA MARTINS MARTIN ZORATTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.255.773-7 SESP/PR, inscrita no CPF sob nº 919.545.179-04; e **RENAN GARNACHO ZORATTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 001.432.461 SSP/MS, inscrito no CPF sob nº 035.394.361-46.
Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade prioritária a implantação de uma nova bacia de acumulação, retenção e controle de águas pluviais, destinada ao atendimento das necessidades do sistema de drenagem urbana dos bairros Jardim Florença, Florença I, Florença II, Petrópoles e da região do Aeroporto Municipal, visando proporcionar maior eficiência ao escoamento das águas, prevenir alagamentos e processos erosivos e promover o adequado planejamento da infraestrutura urbana.
Parágrafo único. A implantação da nova bacia poderá viabilizar a desativação da estrutura atualmente existente e a posterior destinação da respectiva área à implantação de empreendimentos habitacionais ou outras finalidades públicas compatíveis com o planejamento urbano municipal, desde que observadas as condições técnicas, ambientais e legais aplicáveis.
Art. 3º A aquisição do imóvel declarado de utilidade pública poderá ocorrer mediante permuta com imóvel de propriedade do Município, desde que demonstrada a conveniência e o interesse público da operação, observadas a avaliação prévia dos bens envolvidos, a autorização legislativa pertinente e as demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação municipal.
Art. 4º Na impossibilidade ou inconveniência da aquisição mediante permuta, o Município poderá adotar outras modalidades legalmente admitidas, inclusive compra, doação ou desapropriação, amigável ou judicial, observadas as exigências legais pertinentes.
Art. 5º A declaração de utilidade pública não importa, por si só, na transferência da propriedade ou da posse do imóvel ao Município, nem confere aos respectivos proprietários direito à realização de determinada modalidade de aquisição, podendo a efetiva aquisição abranger a totalidade ou parte da área declarada, conforme a necessidade pública e os estudos técnicos pertinentes indicarem.
Art. 6º O Poder Executivo poderá, quando efetivamente caracterizada e justificada a urgência, requerer a imissão provisória na posse do imóvel, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, observados os requisitos legais.
Art. 7º Ficam os órgãos municipais competentes autorizados a adotar as providências administrativas, técnicas e jurídicas necessárias à efetivação da aquisição do imóvel, incluindo avaliação, levantamentos topográficos, estudos de viabilidade, negociação **com os proprietários e, quando necessária, adoção das medidas judiciais cabíveis.**
Art. 8º As despesas decorrentes da desapropriação correrão por conta das dotações orçamentárias municipais vigentes à época do respectivo pagamento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Loanda-Pr, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:55B4D876

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

MINUTA DE EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026

Processo Administrativo nº 01/2026.

Partes: Município de Loanda-PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR, e M.B PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, CNPJ nº 28.116.944/0001-48.

Objeto: concessão de apoio financeiro para execução do projeto cultural "Festival de Calouros de Loanda 01", contemplado no Edital nº 001/2026, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB.
Valor: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições do instrumento e da legislação aplicável.
Fundamento: Lei nº 14.399/2022, Decreto nº 11.740/2023 e Decreto nº 11.453/2023. Data da assinatura: 08 / 10 / 2026.

Pelo Município: Ana Paula Marques Alencar - Secretária Municipal de Cultura e Turismo. Pelo

Agente Cultural:
MAURICIO BANA ROSSI **-**
Representante De M.B Produções Artísticas.

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:42B8DD78

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 653/2026 - REPUBLICADO POR ERRO

PORTARIA Nº 653/2026

Súmula: Designa os membros da Comissão Especial de Seleção Habitacional do Residencial Esperança.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o disposto nos artigos 97 e seguintes da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para integrar a Comissão Especial de Seleção Habitacional do Residencial Esperança os seguintes servidores:
I – **DIOGO MEIRA AMARAL**, matrícula nº 967105, representante da Secretaria de Habitação - SEHAB, que exercerá a Presidência;
II – **LUIZ CLAUDIO MENDES TOLEDO**, matrícula nº 965964, representante da Secretaria de Trabalho e Assistência Social - SETAS;
III – **DEBORA BRASILINO DOS SANTOS**, matrícula nº 967089, setor responsável ou vinculado ao Cadastro Único;
IV – **DIEGO MARQUES RIBEIRO**, matrícula nº 966227, representante da Secretaria de Educação – SEDUC;
V - **NOELY DA SILVA**, matrícula nº 966994, representante da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - SEMU;
VI - **MARIA LUSMIR FERNANDES**, matrícula nº 945601, representante da Secretaria de Saúde - SESA;
Art. 2º Compete à Comissão exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 194/2026 e no Edital de Seleção do Residencial Esperança.
Art. 3º Os membros deverão atuar com imparcialidade e declarar impedimento ou suspeição quando possuírem vínculo familiar, interesse pessoal ou qualquer circunstância capaz de comprometer a independência da análise de determinado candidato.
Parágrafo único. Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o membro não participará da análise, deliberação ou votação relativa ao respectivo candidato, fazendo-se o registro em ata.
Art. 4º As decisões serão tomadas pela maioria dos membros participantes e registradas em ata ou ficha própria de análise.
Art. 5º A Comissão poderá solicitar informações e documentos aos órgãos municipais necessários à conferência das informações declaradas pelos candidatos, respeitadas as normas de proteção de dados pessoais.
Art. 6º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:EE087FD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 23/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026

O MUNICIPIO DE LOBATO, por intermedido da Secretaria Municipal de Saúde, torna público aos interessados que o processo do pregão Eletrônico nº 23/2026 em epigrafe encontra-se suspenso TEMPORARIAMENTE, para fins de revisão, adequação e ajustes no instrumento convocatório e respectivos anexos.
A medida visa ao aperfeiçoamento do edital, à correção de inconsistências formais e à garantia da plena conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
A retomada do certame será comunicada oportunamente, mediante nova publicação oficial, na qual serão informadas as alterações promovidas e, se for o caso, a nova data para realização da sessão pública, com a consequente reabertura dos prazos legais.

Lobato PR. 09 de outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito do Município.

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:735FAD18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
LEI Nº. 14/2026

Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 34/2006.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte

LEI
Artigo 1º Os artigos 1º, 4º e 10 da Lei Municipal nº. 34/2006 de 8 de novembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes redações:

"...
Artigo 1º - Os créditos de natureza tributária inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2025, e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, e os débitos referentes ao exercício de 2025, poderão ser pagos de acordo com os seguintes critérios e benefício:...

Artigo 4º - O contribuinte deverá requerer o parcelamento previsto nos incisos III a V do artigo primeiro desta lei, impreterivelmente até o dia 31 ***de dezembro de 2026.***

Artigo 10 – O prazo para os contribuintes aderirem ao presente programa vai até a data estipulada no artigo 4º...."

Artigo 2º Continuam inalterados os demais dispositivos da referida lei.
Artigo 3º Esta lei vigora a partir de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 09 de outubro de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:4F0AAB64

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023, homologado conforme Decreto nº 057/2024 de 24/05/2024, devidamente publicado em 27/05/2024 e prorrogado conforme Decreto nº 026/2026, de 20/05/2026, devidamente publicado em 21/05/2026.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
3º	Engenheiro Civil	Leonardo Alvin de Freitas

O aprovado acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, nesta Cidade, no período de **13 a 19/10/2026**, munido dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestarem interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o recebimento e conferência dos documentos, o candidato será encaminhado para **exame médico**:

- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista e CNH *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso).*
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:010C7D6A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 33/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 33/2026

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às **09 horas do dia 23 de outubro de 2026**, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E POSTERIOR RETIRADA DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS CENOGRÁFICAS, PORTAIS, ÁRVORES NATALINAS, ILUMINAÇÃO EM LED E CENÁRIOS TEMÁTICOS, DESTINADOS AOS ENFEITES DE ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS - PR PARA AS FESTIVIDADES DE NATAL DE 2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma Bolsa de Licitações BLL, disponivel também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/ , Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100, no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 09 de outubro de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauan Romão Gonçalves
Código Identificador:392511B8

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2026

Ata de registro de preço N° 139/2026 – Pregão - Eletrônico nº 31/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: CONFECÇÕES GIGANTEX LTDA EPP
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR
Valor Total 800,00 (Oitocentos Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 09 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:4286EA07

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2026

Ata de registro de preço N° 147/2026 – Pregão - Eletrônico nº 29/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, MATERIAIS DE ENFERMAGEM, MATERIAIS PARA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, INSUMOS PARA CURATIVOS, MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO, DISPOSITIVOS MÉDICOS, EQUIPAMENTOS DE APOIO ASSISTENCIAL E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF) E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUPIONÓPOLIS/PR.
Valor Total 3.594,40 (Três Mil, Quinhentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES

Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício
2480 - 08.001.10.302.0008.2043 - 303 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício
2490 - 08.001.10.302.0008.2043 - 1494 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício
2491 - 08.001.10.302.0008.2043 - 3494 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 09 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:089CAB0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 421/2026 *REPUBLICAÇÃO PARA RETIFICAÇÃO DE CONSIDERAÇÃO

DECRETO Nº 421/2026
***Republicação para retificação de consideração**

Nomeia a comissão organizadora e examinadora do processo seletivo simplificado para o cargo de Professor, Terapeuta Ocupacional, Contador, Zelador, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem.

O Prefeito Municipal de Mallet, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições legais com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, do art. 65, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mallet, e nas disposições da Lei Municipal nº 1.330/2017;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público desse Município de Mallet, no tocante a contratação, por tempo determinado, de profissional para ocupar os cargos de Professor, Terapeuta Ocupacional, Contador, Zelador, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, conforme fundamentos expostos no processo nº 00003086/2026*;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para os cargos de Professor, Terapeuta Ocupacional, Contador, Zelador, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Máquinas, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, responsável pelo edital, exame e demais fases do certame, composta pelos seguintes membros:
I) Presidente:
a) TALITA APARECIDA GIOVANONI - Agente Administrativo - matrícula funcional nº 60.809;
II) Secretária:
a) MARLI POLAK - Contadora, Portaria n° 025/2026;
III) Membros:
a) VANESSA RACHWAL – Auxiliar Administrativo – matrícula funcional nº 60.430.
b) DYEGO FRANCISCO DOS SANTOS – Auxiliar Administrativo – matrícula funcional nº 60438
c) DANIELI BACHTCHEN – Pedagogo – matrícula funcional nº 5098
d) IRINEU KURACH - Operador de Máquinas – matrícula nº 2467
e) ANA PAULA MARCINIUK, auxiliar administrativo – matrícula nº 60693
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Mallet, sexta-feira, 9 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:790B7947

GABINETE DO PREFEITO
REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A pedido, fica publicado que DERLI DO AMARAL ME, inscrito no CNPJ n° sob n° 07.813.932/0001-00, torna público que irá requerer ao Instituo Água e Terra - IAT a LAS - Licença Ambiental Simplificada, para a atividade de lavagem de veículos automotores leves e pesados, localizada na Rodovia BR-153, Km 197, s/n, município de Mallet, Estado do Paraná, CEP 84574-000.

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:085456C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

I – OBJETO:

Contratação da empresa credenciada para prestação de serviços de médico clínico geral com especialização em saúde mental, neurologia ou psiquiatria, a serem realizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Mallet/PR, conforme o item 01 do Edital de Credenciamento nº 003/2026.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a contratação decorre do Edital de Credenciamento nº 003/2026, especificamente de seu item 01, destinado à prestação de serviços de médico clínico geral com especialização em saúde mental, neurologia ou psiquiatria nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Mallet/PR.
As empresas foram habilitadas e convocadas conforme a ordem cronológica de deferimento definitivo e o limite de até dois credenciados com execução simultânea. A contratação será formalizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por decorrer de credenciamento paralelo e não excludente, observadas as condições padronizadas, o valor

previamente definido e os critérios objetivos de distribuição da demanda estabelecidos no edital.
A necessidade da contratação está relacionada à ampliação da oferta de atendimento médico especializado aos usuários do SUS acompanhados pela Atenção Básica, visando reduzir o tempo de espera, assegurar a continuidade do cuidado, apoiar as equipes municipais e diminuir encaminhamentos evitáveis para serviços localizados fora do Município.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **DORNELAS SERVICOS DE SAUDE LTDA, CNPJ: 42.435.382/0001-26**, a escolha do proponente não decorre de disputa de preços, exclusividade ou decisão discricionária da Administração, mas da aplicação dos critérios objetivos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 003/2026.
A empresa apresentou a documentação exigida no edital, foi considerada habilitada para o item 01 e ocupa a primeira posição na ordem cronológica de deferimento definitivo dos pedidos de credenciamento.
O item 01 do Edital de Credenciamento nº 003/2026 admite a convocação simultânea de até dois credenciados, com distribuição igualitária da demanda. A DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA encontra-se dentro desse limite de execução e manifestou expressamente interesse e disponibilidade para prestar os serviços solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde.
O valor unitário de R$ 232,69 por hora foi previamente fixado pela Administração no item 01 do Edital de Credenciamento nº 003/2026 e aceito pela empresa em sua proposta de credenciamento. Portanto, a escolha não se fundamenta no menor preço, mas na habilitação, na ordem de convocação e na aceitação das condições padronizadas.
Dessa forma, resta justificada a escolha da DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA para a contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por decorrer de credenciamento paralelo e não excludente.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 78.183,84 (setenta e oito mil cento e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Inexigibilidade de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.** Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Inexigibilidade para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

364 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.34.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, no Conselho Regional de Medicina.

COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL no Conselho Regional de Medicina;

CERTIFICADO DE ESPECIALIDADE na área pretendida registrado no Conselho da Classe Profissional, referente ao profissional que irá atuar como especialista e que prestará o serviço;

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO UNIFICADA.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra respaldo legal no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem

como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Após a convocação da vencedora para a assinatura do contrato, a mesma deverá realizar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no art. 155, inciso VI, c/c art. 156, inciso III e §4º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 09 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:36D48A35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

I – OBJETO:

Contratação da empresa credenciada para prestação de serviços de médico clínico geral com especialização em saúde mental, neurologia ou psiquiatria, a serem realizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Mallet/PR, conforme o item 01 do Edital de Credenciamento nº 003/2026.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a contratação decorre do Edital de Credenciamento nº 003/2026, especificamente de seu item 01, destinado à prestação de serviços de médico clínico geral com especialização em saúde mental, neurologia ou psiquiatria nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Mallet/PR.
As empresas foram habilitadas e convocadas conforme a ordem cronológica de deferimento definitivo e o limite de até dois credenciados com execução simultânea. A contratação será formalizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por decorrer de credenciamento paralelo e não excludente, observadas as condições padronizadas, o valor previamente definido e os critérios objetivos de distribuição da demanda estabelecidos no edital.
A necessidade da contratação está relacionada à ampliação da oferta de atendimento médico especializado aos usuários do SUS acompanhados pela Atenção Básica, visando reduzir o tempo de espera, assegurar a continuidade do cuidado, apoiar as equipes municipais e diminuir encaminhamentos evitáveis para serviços localizados fora do Município.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **VINICIUS SANTOS SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 61.877.611/0001-07**, a escolha do proponente não decorre de disputa de preços, exclusividade ou decisão discricionária da Administração, mas da aplicação dos critérios objetivos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 003/2026.
A empresa apresentou a documentação exigida no edital, foi considerada habilitada para o item 01 e ocupa a primeira posição na ordem cronológica de deferimento definitivo dos pedidos de credenciamento.
O item 01 do Edital de Credenciamento nº 003/2026 admite a convocação simultânea de até dois credenciados, com distribuição igualitária da demanda. A VINICIUS SANTOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA encontra-se dentro desse limite de execução e manifestou expressamente interesse e disponibilidade para prestar os serviços solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde.
O valor unitário de R$ 232,69 por hora foi previamente fixado pela Administração no item 01 do Edital de Credenciamento nº 003/2026 e aceito pela empresa em sua proposta de credenciamento. Portanto, a escolha não se fundamenta no menor preço, mas na habilitação, na ordem de convocação e na aceitação das condições padronizadas.
Dessa forma, resta justificada a escolha da VINICIUS SANTOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA para a contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por decorrer de credenciamento paralelo e não excludente.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 78.183,84 (setenta e oito mil cento e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Inexigibilidade de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Inexigibilidade para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

364 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.34.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, no Conselho Regional de Medicina.

COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL no Conselho Regional de Medicina;

CERTIFICADO DE ESPECIALIDADE na área pretendida registrado no Conselho da Classe Profissional, referente ao profissional que irá atuar como especialista e que prestará o serviço;

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO UNIFICADA.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra respaldo legal no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Após a convocação da vencedora para a assinatura do contrato, a mesma deverá realizar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no art. 155, inciso VI, c/c art. 156, inciso III e §4º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 09 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:956C86F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO CONTRATO DE Nº 006/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente apostilamento tem como objeto a inclusão de dotação orçamentária no contrato a seguir, conforme solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações e pareceres dos setores competentes, permanecendo inalteradas as demais cláusula:

CONTRATO Nº 006/2026 - CLAUDIA CRISTIANE CHUSTER PRZYBYSZ, CPF Nº 031.119.969-05.

Dotação orçamentária apostilada:

Desp. 349 - 02.014.08.243.0016.2.050.3.3.90.36.1000 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Prefeitura Municipal de Mallet, 09 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:8E1E001F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO CONTRATO DE Nº 160/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente apostilamento tem como objeto a inclusão de dotação orçamentária no contrato a seguir, conforme solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações e pareceres dos setores competentes, permanecendo inalteradas as demais cláusula:

Contrato 160/2026 - HERDEIROS DA TRADIÇÃO PRODUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 14.297.239/0001-80.

Dotação orçamentária apostilada:

Desp. 313 - 02.013.10.305.0015.2.042.3.3.90.39.2494 - MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

Prefeitura Municipal de Mallet, 09 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:60A2F9D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 055/2026

Súmula: Concede progressão por merecimento a servidora Laura Rodrigues Simões, pertencente ao quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Mandaguari, e revoga a Portaria 53/2026.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede progressão por merecimento, nos termos do Art. 55 e seguintes da Lei Municipal Complementar nº 3.952/2023, para a servidora Laura Rodrigues Simões, ocupante do cargo efetivo de Advogado, matrícula nº 114.

Art. 2º Nos termos do Processo Administrativo nº 13/2026, bem como a avaliação de desempenho emitida pela Direção Geral, fica concedida a progressão em 01 nível de referência da tabela constante no anexo II da Lei Complementar Municipal nº 3.952/2023, em favor do servidor supracitado.

Art. 3º Com a concessão da Progressão por Merecimento objeto desta Portaria, o servidor passa a ocupar a referência nº 12 da tabela constante no anexo II da Lei Complementar Municipal nº 3.952/2023.

Art. 4º Esta Portaria revoga a Portaria 53/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 11/12/2025, com pagamento a partir da data de reintegração da servidora.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (09.10.2026).

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:8F768751

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 494/2026 - EXCLUI E NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR A COMISSÃO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DELOTEAMENTOS-CAAL

DECRETO Nº 494/2026

Súmula: Exclui e nomeia integrantes para compor a Comissão de Análise e Aprovação deLoteamentos-CAAL, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam excluídos os servidores abaixo relacionados da Comissão de Análise e Aprovação deLoteamentos-CAAL, e dá outras providências, nomeados através do Decreto Nº 07/2024, de 05/01/2024 a saber:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO
97146	Milena Martins Marin	Suplente
97796	Patrícia Salvador Candido	Titular
95145	Ronaldo Deo Silva	Suplente

Art. 2º Ficam nomeados os membros abaixo para comporem Comissão de Análise e Aprovação deLoteamentos-CAAL.

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
97146	Milena Martins Marin	Titular	Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos
97796	Patrícia Salvador Candido	Suplente de Milena Martins Marin	Secretaria deUrbanismo, Obras e Serviços Públicos
98099	Giovanna Carla Marzola Leal	Suplente de Dioni de Souza Gomes	Secretaria deUrbanismo, Obras e Serviços Públicos

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (09/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:D0E5E00C

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 57/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: COPEL DISTRIBUICAO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.368.898/0001-06, com endereço na JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158, MOSSUNGUE, CEP: 81200-240, na cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **CLESSI APARECIDA KUSMA SIMIONI**, inscrito no CPF sob o nº 028.027.199-98.

OBJETO: Contratação da COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. (COPEL), concessionária exclusiva do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná, para fornecimento de energia elétrica destinado aos prédios públicos e à iluminação pública municipal, prestação de serviço de mão de obra especializada para manutenção da rede elétrica, fornecimento de materiais elétricos de consumo e fornecimento de equipamentos/materiais permanentes de rede elétrica, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme especificações e quantitativos definidos em termo de referência..

VALOR: 4.260.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 20 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:358CCC62

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 294/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 294/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: LEMES PRADOS COMERCIO DE TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.025.665/0001-41, com endereço na AVENIDA MARIPA, 4542, CENTRO, CEP: 85.902-060, na cidade de TOLEDO/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor EMERSON LEMES PRADOS, inscrito no CPF sob o nº. 007.679.511-07.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE TINTAS, MATERIAIS E PRODUTOS DE PINTURA DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 66.183,18.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 17 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F4FCAC96

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: I. A. SAVOLDI JUNIOR & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.863.499/0001-96, com endereço na MUNHOZ DA ROCHA, 1004, PQ INDUSTRIAL, CEP: 87160-000, na cidade de Mandaguaçu/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **IRINEU APARECIDO SAVOLDI JUNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 772.905.779-49.

OBJETO: O objeto da presente licitação é para a compra de alimentação seca para os cães e gatos e milho para os animais do Parque da Pedreira em atendimento as necessidades do Centro de Bem-Estar Animal da cidade de Mandaguari e milho em grãos para alimentação dos animais do Parque da Pedreira de acordo com especificações dos itens, em atendimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo.

VALOR: 1.043,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 5 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:95D663A2

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: PET VET COMERCIO DE RAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 45.264.075/0001-18, com endereço na Rua Travessa Palmeira, 112, Centro, CEP: 86800-580, na cidade de Apucarana/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **Marcelo Daniel de Andrade Duarte**, inscrito no CPF sob o nº 741.063.509-63.

OBJETO: O objeto da presente licitação é para a compra de alimentação seca para os cães e gatos e milho para os animais do Parque da Pedreira em atendimento as necessidades do Centro de Bem-Estar Animal da cidade de Mandaguari e milho em grãos para alimentação dos animais do Parque da Pedreira de acordo com especificações dos itens, em atendimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo:

VALOR: 2.840,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 5 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:374E8492

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2026

DISPENSA Nº 33/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: ESTANCIA ESTRELA YENDIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.523.167/0001-01, com endereço na ESTRADA ALEGRE – LOTE 85-B-3 GLEBA DO RIBEIRAO ALEGRE, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ADMAR ESTRELLA BELLAN**, inscrito no CPF sob o nº 061.271.168-48.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO REGIONAL COM FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E ATIVIDADES RECREATIVAS, DESTINADO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR: 23.250,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 6 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:ABE13A58

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 51/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: MUNICIPIO DE LOANDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.972.074/0001-51, com endereço na Av. MATO GROSSO, 354, Alto da Gloria, CEP: 87900-000, na cidade de Loanda/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 20458798 SESP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 389.032.969-15.

OBJETO: PAGAMENTO DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO DAS EQUIPES DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI NO 38º JOGOS DA JUVENTUDE DO PARANÁ (JOJUPS) – FASE MACRORREGIONAL E NO 68º JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS) – FASE MACRORREGIONAL.

VALOR: 800,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:6B89B96E

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 360/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2025
PROCESSO Nº 200/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **ESPAÇO TERAPÊUTICO VILLA DOM BOSCO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.491.953/0001-81, com endereço na Avenida Emilio Ribas, 604, Bairro: Jardim Tijuco, CEP: 07020-010, CIDADE Guarulhos/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **NELSON LUIZ DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF sob o nº. 281.595.328-57, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do **Pregão 79/2025**, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata n° 360/2025 referente ao Pregão n° 79/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 07 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da Secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

LOTE	DESCRICAO	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	Serviços especializados de acolhimento institucional em regime de moradia a pessoas portadoras de distúrbios psíquicos, com limitações físicas (Sexo feminino + de 18 anos).	DIÁRIA	1.460	216,78	316.498,80

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Ata de Registro de Preços Original, datado de 16 de outubro de 2025.

Mandaguari (PR), 06 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7F0588D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 36/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 96/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV N.º 455978 - 135/2026

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPRESSÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA CONTRAPARTIDA EXIGIDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS – 5º CICLO CASTRAPET PARANÁ, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 019/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA E O INSTITUTO ÁGUA E TERRA.
Data da Sessão: 04 de novembro de 2026 às 09h00.

Valor Máximo Estimado: R$ **2.506,50** (dois mil quinhentos e seis reais e cinquenta centavos).
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 09 de Outubro de 2026

ANDRIELI TAÍS ZIMERMAN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:F7C5C471

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 395 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991 e considerando requerimento expresso formulado perante o órgão competente,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO** de 90 (noventa) dias, a servidora **SIMONE CRISTINA DE ASSIS,** matrícula de **n.º 1884** no cargo de **PROFESSOR,** sendo no período de 05/10/2026 a 02/01/2027, conforme Lei Complementar n.º 05/2015.

Parágrafo único: A licença de que trata o Caput deste Artigo, refere-se ao período aquisitivo de 16/07/2015 a 19/02/2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, 08 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:EAC2205E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0305/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0305/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO 0305/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	JOSÉ ALTAIR TEIXEIRA	**MATR.**	**1012236**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAANFRINÓPOLIS

VÍNCULO						**TIPO DE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**			**TRANSPORTE**	TRANSPORTE TERCEIRIZADO.
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**			**AVIÃO ( )**	**PLACA:**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**			**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ; ACOMPANHAR OS IDOSOS EM VIAGEM .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – Pr, em 06 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:C19BC1AB

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0306//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0306//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0306/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	MARINEZ ALVES CARNEIRO			**MATR.**	**7721**
CARGO/FUNÇÃO	GESTOR DO CADATRO ÚNICO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO						**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**			ÔNIBUS TERCERIZADO	
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**			**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**			**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ; ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:2227B9E6

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0307//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0307//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0307/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	SOLANGE RODRIGUES DA SILVA NEVES			**MATR.**	**1012089**
CARGO/FUNÇÃO	SERVIÇOS GERAIS	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS		
VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		ÔNIBUS TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ; ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:E14EAE34

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0308//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0308//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0308/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	FERNANDA PEGORARO		**MATR.**	**1012220**
CARGO/FUNÇÃO	PSICÓLOGA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		TRANSPORTE TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ; ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:24385FEC

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0309//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0309//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0309/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ADRIANA PEREIRA BARBOSA		**MATR.**	**1012286**
CARGO/FUNÇÃO	ASSISTÊNTE SOCIAL	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		TRANSPORTE TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ; ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:18F111B7

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0310//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0310//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0310/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VENILDES FORSTHOSTER		**MATR.**	**1351**
CARGO/FUNÇÃO	RECEPCIONISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		TRANSPORTE TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM . ;	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:32C03248

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0311//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0311//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0311/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	ADEMIR ANTÔNIO CARBONERA	MATR.	1231
CARGO/FUNÇÃO	DIGITADOR	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		ÔNIBUS TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA .
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM . ;	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:229B922C

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0312//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0312//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0312/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	SÔNIA REICHERT		MATR.	9511
CARGO/FUNÇÃO	ASSISTÊNTE SOCIAL	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		TRANSPORTE TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM . ;	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:2A7BE627

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0313//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0313//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0313/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	JOÃO ALVES DA SILVEIRA		MATR.	1012218
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIIENTE E SANEAMENTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		TRANSPORTE TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM ; .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:EB198D68

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0314//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0314//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0314/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	THAYS DA SILVA		MATR.	1012206
CARGO/FUNÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		TRANSPORTE TERCEIRIZADO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
07/10/2026	08/10/2026	PRUDENTÓPOLIS	PR	PARA ACOMPANHAR IDOSOS EM VIAGEM ; .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 06 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:9B9F2CF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 06/2026 CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.084, de 04 de julho de 2019, e considerando a deliberação da plenária ordinária realizada em 09 de outubro de 2026, conforme Ata nº 05/2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Prestação de Contas FINAL do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, conforme estabelecido na Deliberação nº15/2022 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, ao município de Mangueirinha – PR.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangueirinha – PR, 09 de outubro de 2026.

JULIANATIEPO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:8A3B5EF9

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 07/2026 CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.084, de 04 de julho de 2019, e considerando a deliberação da plenária ordinária realizada em 09 de outubro de 2026, conforme Ata nº 05/2026,
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar a Prestação de Contas FINAL do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, Fase I, conforme estabelecido na Deliberação nº 024/2023 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, ao município de Mangueirinha – PR.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangueirinha – PR, 09 de outubro de 2026.

JULIANATIEPO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:EDEF87A1

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 08/2026 CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.084, de 04 de julho de 2019, e considerando a deliberação da plenária ordinária realizada em 09 de outubro de 2026, conforme Ata nº 05/2026,
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Fase II, conforme estabelecido na Deliberação nº 034/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, ao município de Mangueirinha – PR.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangueirinha – PR, 09 de outubro de 2026.

JULIANATIEPO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:1C3E1724

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2026 – PMM

O Departamento de Licitação do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO, por prazo indeterminado, o PREGÃO PRESENCIAL nº 054/2026 – PMM**, cujo objeto consiste no **registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futuro e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.** A suspensão decorre da apresentação de impugnação ao edital, a qual se encontra em análise pela Administração, visando assegurar a observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.
A nova data para realização da sessão pública será oportunamente divulgada, mediante publicação nos mesmos meios utilizados para divulgação do edital, após a apreciação da impugnação e, se necessário, a realização das adequações pertinentes ao instrumento convocatório.

Mangueirinha – PR, 09 de setembro de 2026.

Departamento de Licitação
Município de Mangueirinha – Paraná

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:1B5930B0

PROCURADORIA
PORTARIA N° 21 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 21 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Instaura Processo Administrativo Sancionador, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de apuração de possíveis irregularidades relacionadas a licitantes ou contratados da Administração Pública Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 255/2025;

CONSIDERANDO a importância de assegurar o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal nos procedimentos administrativos sancionadores;

RESOLVE:

Art. 1° Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR em face da empresa ADENILSON FERREIRA DOS SANTOS TRANSPORTES – ME, inscrita no CNPJ nº 03.130.529/0001-18, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades relacionadas à execução do Contrato nº 027/2026-PMM, conforme documentação constante dos autos.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão responsável pela condução do Processo Administrativo Sancionador, sob a presidência do primeiro:
I – LUCAS PERLIN, matrícula nº 196774 - Presidente;
II – ALISON RODRIGO TARTARE, matrícula nº 195729 - Membro;
III – EDSON JUNIOR DELLA VALENTINA GERVAZIO, matrícula n° 195773 – Membro.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de **30 (trinta) dias** para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa fundamentada, apresentada antes do término do prazo inicial.

Art. 4º Compete à Comissão realizar os atos necessários à apuração dos fatos, inclusive notificação da contratada, análise da defesa, realização de diligências, coleta de provas e elaboração de relatório conclusivo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, bem como a proteção das informações sigilosas constantes dos autos.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Bruna Kolberg Leal
Código Identificador:480A755C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 105/2026.

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 135/2026, oriundo do Processo de inexigibilidade nº 054/2026, Processo Administrativo nº 086/2026, firmado com a empresa LP PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - CNPJ N° 45.274.931/0001-16, para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARILENA – PR, NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026.**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Ademilson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, como, GESTOR DO CONTRATO nº 135/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o senhor Tiago de Souza, matricula n° 6474, ocupante do cargo de Secretário de Turismo, como FISCAL DO CONTRATO nº 135/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 09 de novembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:1DB70168

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº106/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os Contrato Administrativo nº 106/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Dispensa nº030/2026, Processo Administrativo nº 087/2026, firmado com a empresa **ECO STORE – PAPELARIA PRESENTES E CONVENIÊNCIA LTDA**;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR a servidora Darlene de Souza Barbosa, matrícula nº 6336, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, como GESTOR DO CONTRATO nº 106/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Ademílson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário de Administração, como FISCAL DO CONTRATO nº106/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 09 de Outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:001B0BC1

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 357/2026.

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 087/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, cujo objeto é **aquisição de mochilas escolares para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o ano letivo de 2027, da Rede Municipal de Ensino de Marilena – PR.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 030/2026, em favor da empresa**: NFR CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no **CNPJ: 67.086.797/0001-62**; com sua proposta no valor de **R$54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:33DE78C7

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 359/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 054/2026 PROCESSO ADM. 086/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 054/2026 Processo Adm. 086/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal Permanente de Licitação, destinado à Contratação da empresa LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA para realização de Show artístico em comemoração ao 57º aniversário do Município de Marilena – PR, no dia 17 de outubro de 2026.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 054/2026, em favor da Empresa **LP PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - CNPJ N° 45.274.931/0001-16;** com sua proposta no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:6C6225FF

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2026.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: LP PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - CNPJ N° 45.274.931/0001-16;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARILENA – PR, NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026.

VALOR TOTAL : R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSO:

05.002.13.392.0003.2030.3.3.90.39 – MANUT DE ATIVIDADES CULTURAIS – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
FONTES DE RECURSO:
168 - 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE.

PRAZO DE VIGÊNCIA:

O CONTRATO TERÁ O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 30 (TRINTA) DIAS E VIGENCIA DE 60 (SESSENTA) DIAS, PODENDO SER PRORROGADO POR MEIO DE TERMO ADITIVO NA OCORRÊNCIA DE HIPÓTESES PREVISTAS DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES.

MARILENA-PR, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:AA2675EE

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2026.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ANO LETIVO DE 2027, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARILENA – PR.

CONTRATADA: **NFR CONFECÇÕES LTDA, CNPJ: 67.086.797/0001-62.**

VALOR: R$54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais).

Fontes de Recursos:
05.003.12.361.0003.2035.3.3.90. – **Ensino Fundamental(1103/1104)l** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.
194 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
195 – 1104 – Demais impostos vinculados à educação básica
05.004.12.361.0003.2041.3.3.90. – **Ensino Fundamental(1103/1104)l** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.
218 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.005.12.365.0003.2047.3.3.90. – **Creche(1103/1104)l** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.
522 -1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.006.12.365.0003.2051.3.3.90. – **Creche(1103/1104)l** –– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.
604 – 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:569FD8C5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 358/2026.

Decreto nº 358/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2371/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
08.002.00.000.0000.0.000. DIRETORIA DE OBRAS
08.002.15.451.0006.1.149. Ciclovia
659 - 4.4.90.51.00.00 31016 OBRAS E INSTALAÇÕES 349.000,00
426 - 4.4.90.51.00.00 852 OBRAS E INSTALAÇÕES 20.000,00
Total Suplementação: 369.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.2.99.01.22.00000000 Fonte: 1000

Total da Receita:

20.000,00
20.000,00

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:4DCF21A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2026/CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA MARÍÓPOLIS – PARANÁ

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2026/CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE MARÍÓPOLIS – PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na Lei Municipal nº 7/2023, de 08 de março de 2023, e no Edital nº 001/2026/CMDCA, torna pública a presente PRIMEIRA RETIFICAÇÃO, para adequação dos procedimentos, prazos e cronograma do Processo de Escolha Suplementar Indireta para membro do Conselho Tutelar de Mariópolis – PR.

1. DA RETIFICAÇÃO DO PRAZO PARA REGISTRO DAS CANDIDATURAS

1.1. Fica retificado o prazo estabelecido no item 4 do Edital nº 001/2026/CMDCA, referente ao período de inscrição e registro das candidaturas.

Onde se lê:

"28/09/2026 a 08/10/2026."

Leia-se:

"28/09/2026 a 16/10/2026."

1.2. Permanecem válidas as inscrições realizadas dentro do prazo originalmente estabelecido, sendo assegurado aos candidatos já inscritos o direito de complementar a documentação exigida por esta Retificação, especialmente quanto à comprovação do requisito de residência no Município.

2. DA RETIFICAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA

2.1. Fica retificado o inciso II do item 3.1 do Edital nº 001/2026/CMDCA, referente à documentação necessária para comprovação do requisito de residência.

Onde se lê:

"Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital."

Leia-se:

"Comprovantes ou outros documentos idôneos que demonstrem residência no Município de Mariópolis pelo período mínimo de 01 (um) ano, observado o requisito estabelecido na Lei Municipal nº 7/2023."

2.2. Para fins de comprovação do período mínimo de residência, poderão ser apresentados documentos que, individualmente ou em conjunto, demonstrem a residência do candidato no Município pelo período exigido, observada a legislação aplicável e a análise da Comissão Especial Eleitoral.

2.3. Serão admitidos, entre outros documentos idôneos, comprovantes de residência, documentos públicos, contratos com registro em cartório, declarações ou outros meios documentalmente aptos a demonstrar a residência pelo período exigido, desde que permitam a adequada verificação pela Comissão Especial Eleitoral.

2.4. Os candidatos que já tenham realizado sua inscrição poderão complementar a documentação relativa à comprovação de residência no período de 21/10/2026 a 23/10/2026, sem prejuízo da inscrição anteriormente realizada.

2.5. A complementação documental prevista neste item não será considerada nova inscrição, destinando-se exclusivamente à comprovação do requisito de residência.

3. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

3.1. Ficam adequados os itens 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 do Edital nº 001/2026/CMDCA, de modo a evitar duplicidade de regras relativas à composição e às atribuições da Comissão Especial Eleitoral.

3.2. A Comissão Especial Eleitoral, constituída por meio da Resolução CMDCA nº 010/2026, exercerá suas atribuições nos termos da referida Resolução, observadas a Lei Municipal nº 7/2023, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais normas aplicáveis.

3.3. A Comissão Especial Eleitoral será responsável pelo acompanhamento e execução das etapas do processo que lhe forem atribuídas, incluindo análise documental, apreciação de recursos, organização das etapas preparatórias, divulgação dos resultados e demais providências previstas no Edital e na resolução própria.

3.4. A composição, o funcionamento e as atribuições específicas da Comissão Especial Eleitoral observarão o ato próprio de sua constituição, assegurada a imparcialidade, a transparência, a igualdade de tratamento entre os candidatos e a regularidade do processo.

4. DA CAPACITAÇÃO E DA FORMAÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1. Fica esclarecido que o processo compreenderá 20 (vinte) horas de formação obrigatória, distribuídas da seguinte forma:

I – **08 (oito)** horas de capacitação preparatória, realizadas antes da prova de conhecimentos;

II – **12 (doze)** horas de formação complementar, realizadas após a escolha suplementar indireta.

4.2. A participação dos candidatos nas atividades de formação previstas neste Edital será obrigatória, observados os critérios de frequência estabelecidos pelo CMDCA.

4.3. A capacitação preparatória de 08 (oito) horas será realizada em **21/11/2026**, conforme horário e local a serem divulgados pelo CMDCA.

4.4. A formação complementar de 12 (doze) horas será realizada nos dias **03 e 04 de dezembro de 2026**, conforme programação e local a serem divulgados pelo CMDCA.

4.5. A formação complementar deverá contemplar conteúdos relacionados ao exercício da função de Conselheiro Tutelar, às atribuições do órgão, ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e às demais matérias pertinentes ao exercício da função.

5. DA RETIFICAÇÃO DOS PRAZOS DO ITEM 9

Ficam retificados os **itens 9.4 a 9.20 do Edital nº 001/2026/CMDCA**, que passam a observar os seguintes prazos:

9.4. A relação das inscrições deferidas e indeferidas será publicada no dia **20/10/2026**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.5. O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de **26/10/2026 a 29/10/2026**, no horário de atendimento ao público, no local definido pelo CMDCA.

9.6. A Comissão Especial Eleitoral deverá apreciar os recursos e publicar o respectivo resultado no dia **30/10/2026**.

9.7. Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de **03/11/2026 a 04/11/2026,** no horário e local definidos pelo CMDCA.

9.8. O CMDCA apreciará os recursos e publicará o resultado no dia **05/11/2026**, juntamente com a relação das inscrições deferidas.

9.9. Publicada a relação das inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar candidatura, mediante apresentação dos fundamentos e das respectivas provas, no dia **06/11/2026**, no horário de atendimento ao público e no local definido pelo CMDCA.

9.10. A publicação da relação dos candidatos que tiverem suas candidaturas impugnadas deverá ocorrer no dia **09/11/2026.**

9.11. Os candidatos cujas candidaturas forem impugnadas poderão apresentar defesa ou recurso no período de **10/11/2026 a 12/11/2026**, na forma estabelecida neste Edital.

9.12. A Comissão Especial Eleitoral apreciará as defesas e os recursos apresentados pelos candidatos impugnados e publicará o respectivo resultado no dia **13/11/2026.**

9.13. Da decisão proferida pela Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma escrita e fundamentada, no dia **16/11/2026.**

9.14. O Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apreciará os recursos e proferirá decisão final no dia **17/11/2026.**

9.15. Após a decisão final do Plenário do CMDCA, será publicada, no dia **18/11/2026,** a lista definitiva dos candidatos aptos a participar das etapas subsequentes do Processo de Escolha Suplementar Indireta.

9.16. A capacitação preparatória dos candidatos considerados aptos será realizada no dia **21/11/2026**, com carga horária de **08 (oito)** horas, em horário e local a serem divulgados pelo CMDCA.

9.17. Será realizada, no dia **22/11/2026**, em horário e local a serem divulgados pelo CMDCA, **a prova** de conhecimentos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, para a qual o candidato deverá obter **nota mínima de 6,0 (seis)**, na mesma data será realizado a **avaliação psicológica** prevista neste Edital.

9.18. A divulgação do resultado da prova ocorrerá no dia **24/11/2026**, sendo assegurado aos candidatos o direito de interpor recurso perante a Comissão Especial Eleitoral no dia **25/11/2026.**

9.19. Os recursos interpostos contra o resultado da prova serão apreciados pela Comissão Especial Eleitoral, que proferirá decisão fundamentada e encaminhará o resultado ao CMDCA.

9.20. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará, no dia **26/11/2026**, o resultado final da prova e a relação dos candidatos habilitados a participar da Escolha Suplementar Indireta.

6. DA ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA

6.1. Considerando que o Processo de Escolha é realizado de forma indireta, a escolha do candidato será realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme as regras estabelecidas no Edital, na Lei Municipal nº 7/2023 e nos atos complementares expedidos pelo CMDCA.

6.2. Fica retificado o **item 11.15** do Edital nº 001/2026/CMDCA.

Onde se lê:

"13/11/2026."

Leia-se:

"27/11/2026."

6.3. A Escolha Suplementar Indireta pelo CMDCA será realizada no dia **27/11/2026**, em horário, local e condições previamente divulgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. A apuração dos votos e a publicação do resultado da escolha ocorrerão no dia **27/11/2026**.

6.5. Os procedimentos relativos à convocação dos membros aptos a votar, organização da sessão, cédulas, votação, apuração e demais providências necessárias à escolha serão disciplinados pelos atos próprios do CMDCA.

7. DA NOMEAÇÃO E POSSE

7.1. A nomeação e posse do candidato escolhido ocorrerão após a conclusão das etapas previstas neste Edital e o cumprimento de todas as exigências legais e administrativas.

7.2. Fica estabelecido o dia **07/12/2026** para a nomeação e posse do candidato escolhido, observadas as exigências legais e administrativas pertinentes.

7.3. A posse ficará condicionada ao cumprimento das exigências previstas no Edital, na Lei Municipal nº 7/2023 e nas demais normas aplicáveis.

7.4. A formação complementar de **12 (doze)** horas, prevista para os dias **03 e 04/12/2026,** integra o processo de formação dos candidatos e deverá ser cumprida na forma estabelecida pelo CMDCA.

8. DA RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA

8.1. O **item 13** do Edital nº 001/2026/CMDCA passa a vigorar com o seguinte cronograma:

DATA	ETAPA
25/09/2026	Publicação do Edital nº 001/2026
28/09/2026 a 16/10/2026	Prazo para registro das candidaturas
20/10/2026	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos pela Comissão Especial Eleitoral
21/10/2026 a 23/10/2026	Prazo para complementação da documentação de comprovação de residência pelos candidatos já inscritos, quando necessária
26/10/2026 a 29/10/2026	Prazo para interposição de recurso pelo candidato com inscrição indeferida
30/10/2026	Publicação, pela Comissão Especial Eleitoral, do resultado dos recursos
03/11/2026 a 04/11/2026	Prazo para recurso ao CMDCA contra decisão da Comissão Especial Eleitoral
05/11/2026	Publicação do resultado dos recursos pelo CMDCA e da relação das inscrições deferidas
06/11/2026	Prazo para impugnação das candidaturas pela população
09/11/2026	Publicação da relação dos candidatos impugnados
10/11/2026 a 12/11/2026	Prazo para apresentação de defesa/recurso pelos candidatos impugnados
13/11/2026	Publicação do resultado dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral
16/11/2026	Prazo para recurso ao Plenário do CMDCA
17/11/2026	Decisão final do Plenário do CMDCA
18/11/2026	Publicação da lista definitiva dos candidatos aptos
21/11/2026	Capacitação preparatória – 08 horas
22/11/2026	Prova de conhecimentos e avaliação psicológica
24/11/2026	Divulgação do resultado da prova
25/11/2026	Prazo para recurso contra o resultado da prova
26/11/2026	Publicação do resultado final da prova e dos candidatos habilitados
27/11/2026	Escolha Suplementar Indireta pelo CMDCA
27/11/2026	Apuração e publicação do resultado da escolha
03/12/2026 e 04/12/2026	Formação complementar – 12 horas
07/12/2026	Nomeação e posse do candidato escolhido, após cumprimento das exigências previstas no Edital

8.2. O cronograma acima substitui integralmente o cronograma anteriormente constante do item 13 do Edital nº 001/2026/CMDCA.

8.3. Eventuais alterações posteriores no cronograma deverão ser formalizadas por ato próprio do CMDCA e amplamente divulgadas,

observados os princípios da publicidade, transparência, isonomia e segurança jurídica.

9. DA RETIFICAÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

9.1. Em razão das alterações promovidas por esta **Retificação**, todas as referências às datas anteriormente estabelecidas no Edital nº 001/2026/CMDCA deverão ser consideradas substituídas pelas datas constantes desta **Primeira Retificação**.

9.2. Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Edital nº 001/2026/CMDCA que não tenham sido expressamente modificadas por esta Retificação.

9.3. Os candidatos já inscritos não serão prejudicados pelas alterações promovidas por esta Retificação, sendo assegurado, quando necessário, prazo para complementação documental, especialmente quanto à comprovação do requisito de residência.

9.4. A presente Retificação passa a integrar o Edital nº 001/2026/CMDCA para todos os efeitos legais.

9.5. O candidato deverá acompanhar as publicações oficiais do CMDCA e do Município de Mariópolis referentes a todas as etapas do Processo de Escolha Suplementar Indireta.

Mariópolis – PR, 07 de outubro de 2026.

_____
Presidente do Conselho Municipal dos Direitosda Criança e do Adolescente – CMDCA, Mariópolis – Paraná

_____
Presidente da Comissão Especial Eleitoral Processo de Escolha Suplementar Indireta

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:C23F23D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 137/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Sr. ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS, Vereador, a seu pedido, 10 (dez) dias de férias provenientes daquelas anteriormente concedidas pela Portaria 029 e revogadas pela Portaria 036/2026,a contar de 09 a 18 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Matinhos, 08 de outubro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:3AC16C9F

CMDCA
ATA Nº 017.2026 - CMDCA - 07/10/2026

ATA Nº 017/2026 – Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matinhos – CMDCA. Ao sétimo dia do mês de outubro de 2026, às 10h10min, nas dependências destinadas às reuniões dos Conselhos Municipais, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, encerrando-se às 10h55min. Estiveram presentes: Marcos da Silva Lotoski, Secretaria Municipal de Assistência Social – Presidente; Simone Cordeiro, representante da secretaria de Educação; Dginane Linhares, Secretaria Municipal de Assistência Social – Secretária; Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo; Zenaide A. de O. Franco, representante da Confederação Brasileira de Xadrez Escolar; Josiane Szargiki e Nicleuson Lobato, representante do Conselho Tutelar (ouvinte); Maurileides R. Cabral, representante do Gabinete; Ana Julia Martins e Aline Zemniczak, representante do CREAS, (ouvinte); Fátima T. O. Santos, representante da APMF (Bolinha de Neve); Luiz Antônio Ramos, representante da Guarda Mirim; Geraldo F. da Silva e Lidiomar P. Costa, representante do Int. Mestre Bacico. Aberta a reunião pelo Presidente, passou-se ao ITEM 1 – Disponibilização da ata anterior para aprovação e assinatura dos conselheiros. A ata da reunião anterior foi disponibilizada aos conselheiros para apreciação, sendo submetida à votação e APROVADA POR UNANIMIDADE, ficando autorizada sua assinatura pelos membros. Na sequência, passou-se ao ITEM 2 – Apresentação de informes, alinhamento logístico e operacional sobre a realização da Conferência Municipal do CMDCA. Foram apresentados informes acerca da organização da Conferência Municipal, sendo informado que, em razão de orientação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA quanto à realização das conferências durante o período eleitoral, e considerando o calendário municipal, foi prevista a realização da Conferência para o dia 02 de dezembro de 2026. Também foi informado que foi contratada empresa para auxiliar na organização e realização do evento. Destacou-se a necessidade de formalização da comissão responsável pela organização da Conferência, observando-se a participação de adolescentes em percentual de 50% de sua composição. Foi informado, ainda, que a Secretaria Executiva encaminhou ofícios às escolas estaduais solicitando a indicação de representantes dos grêmios estudantis para participação na organização da Conferência. ENCAMINHAMENTO: ficou definido que, após o recebimento das indicações das escolas, será realizada reunião para organização dos trabalhos da Conferência, sendo a data posteriormente informada aos integrantes da comissão/grupo de organização. Em seguida, passou-se ao ITEM 3 – Deliberação sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Tutelar. Foi informado que o Regimento Interno havia sido objeto de discussão anterior entre representantes do CMDCA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Procuradoria do Município e do setor de Recursos Humanos, especialmente em razão da necessidade de atualização do horário de funcionamento e demais disposições. Também foi registrada a existência de cobrança da 1ª Promotoria de Justiça quanto à aprovação e atualização do documento. Após a disponibilização do Regimento aos conselheiros e não havendo manifestações contrárias ou apontamentos para alteração, o documento foi submetido à apreciação do Plenário. DELIBERAÇÃO: o Plenário APROVOU O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR, para fins de atualização e regularização, ficando a Secretaria Executiva responsável pelos encaminhamentos administrativos decorrentes da aprovação. Na sequência, passou-se ao ITEM 4 – Deliberação sobre a aprovação do Projeto Político-Pedagógico do Serviço de Medidas Socioeducativas. As representantes do CREAS apresentaram informações sobre a revisão e atualização do Projeto Político-Pedagógico do Serviço, destacando que o documento foi elaborado anteriormente e passou por revisão e aprimoramento, com maior detalhamento da metodologia de acompanhamento e das atividades desenvolvidas no Serviço de Medidas Socioeducativas. Foi informado que o documento foi encaminhado previamente aos conselheiros para leitura e apresentação de eventuais sugestões. Após manifestação dos presentes e não havendo apontamentos ou objeções à aprovação, o documento foi submetido à votação. DELIBERAÇÃO: o Plenário APROVOU O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, ficando registrado que eventuais sugestões de complementação poderão ser encaminhadas posteriormente para análise, conforme manifestação apresentada durante a reunião. Antes da apreciação do item seguinte, foi registrada

a apresentação da nova representante da APMF – Bolinha de Neve, Fátima T. O. Santos, aos demais presentes, sendo-lhe dadas as boas-vindas e destacada a importância de sua participação nas atividades do CMDCA. Passou-se ao ITEM 5 – Deliberação sobre a aprovação dos ajustes no calendário de férias das Conselheiras Tutelares. Foi apresentada a necessidade de reorganização do calendário de férias dos Conselheiros Tutelares em razão da saída de uma conselheira que estava prevista no cronograma e da necessidade de reorganização das substituições. Foi informado que, em razão da alteração ocorrida, seria necessário realizar uma nova organização do calendário de férias, considerando os períodos já cumpridos pelos conselheiros suplentes e os próximos períodos de substituição. Durante a discussão, a Conselheira Josiane Szargiki manifestou-se informando que suas férias já estavam programadas e que havia adquirido passagem para viagem ao exterior. Relatou que a antecipação das férias poderia ocasionar a perda da passagem ou gerar custos para alteração da viagem, destacando que havia se organizado anteriormente, quando foi divulgado o calendário de férias. Na sequência, foi informado que uma das Conselheiras Tutelares havia apresentado atestados médicos anteriores e que, conforme relatado à Presidência, teria a possibilidade de apresentar, no dia 14 de outubro, novo atestado médico com previsão de afastamento por 90 dias, ou, caso isso não ocorresse, poderia solicitar exoneração. Foi esclarecido que, até aquele momento, o referido documento ainda não havia sido apresentado. Durante a discussão, foi manifestado que, diante dessa situação, seria necessário aguardar a apresentação do documento para verificar a necessidade de nova reorganização das férias e das substituições. Após as manifestações, os presentes concordaram em deixar a questão dos ajustes no calendário de férias em aberto, aguardando a apresentação do documento mencionado, para posterior análise e regularização junto ao setor de Recursos Humanos. Foi informado, ainda, que a matéria poderá ser retomada em reunião extraordinária, caso necessário. DELIBERAÇÃO: aguardar a apresentação da documentação mencionada e, posteriormente, reavaliar e regularizar o calendário de férias dos Conselheiros Tutelares. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às 10h38min. Eu, Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo do CMDCA, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Secretário Executivo e pelos membros presentes. Matinhos, 07 de outubro de 2026.

Assinaturas:

_____
Dginane Linhares

_____
Zenaide A. de O. Franco

_____
Lidiomar P Costa

_____
Geraldo F. da Silva

_____
Luiz Antônio Ramos

_____
Nicleuson Lobato

_____
Josiane Szargiki

_____
Simone Cordeiro

_____
Maurileides R. Cabral

_____
Fátima T. O. Santos

_____
Aline Zemniczak

_____
Ana Julia Martins

_____
Marcos da Silva Lotoski
Presidente do CMDCA Município de Matinhos/PR
Decreto Nº 4578, de 12 de dezembro de 2025

_____

Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDCA

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:3F544386

CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 023/2026 – CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município de Matinhos/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal e demais normas aplicáveis à proteção dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, bem como supervisionar as ações do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização, adequação e regularização do Regimento Interno do Conselho Tutelar, especialmente no que tange ao horário de funcionamento e demais disposições operacionais, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes administrativas do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a cobrança e recomendação formal da 1ª Promotoria de Justiça quanto à aprovação e atualização do referido documento;

CONSIDERANDO a apreciação e a deliberação unânime do Plenário durante a Reunião Ordinária realizada em 07 de outubro de 2026, conforme registrado na ATA nº 017/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município de Matinhos/PR, para fins de atualização, adequação e regularização de suas normas de funcionamento e atendimento.

Art. 2º Caberá à Secretaria Executiva do CMDCA adotar os encaminhamentos administrativos decorrentes da aprovação desta Resolução, bem como comunicar os órgãos competentes, incluindo o Ministério Público e o setor de Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 09 de outubro de 2026.

MARCOS DA SILVA LOTOSKI
Presidente do CMDCA Município de Matinhos/PR
Decreto Nº 4578, de 12 de Dezembro de 2025

FÁBIO LEANDRO ARMINDO
Secretário Executivo do CMDCA

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:BA0595EF

CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 024/2026 – CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político-Pedagógico do Serviço de Medidas Socioeducativas do Município de Matinhos/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei

Municipal e demais normas aplicáveis à proteção dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para acompanhar, avaliar e deliberar sobre as políticas públicas de atendimento e proteção aos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a apresentação da revisão e atualização do Projeto Político-Pedagógico do Serviço de Medidas Socioeducativas pelas representantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

CONSIDERANDO que o referido documento foi previamente encaminhado aos conselheiros para análise, trazendo maior detalhamento da metodologia de acompanhamento e das atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Medidas Socioeducativas;

CONSIDERANDO a apreciação e a deliberação unânime do Plenário durante a Reunião Ordinária realizada em 07 de outubro de 2026, conforme registrado na ATA nº 017/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico do Serviço de Medidas Socioeducativas, apresentado pelas representantes do CREAS, nos termos da versão revisada e aprimorada submetida ao Plenário.

Art. 2º Eventuais sugestões de complementação ao documento poderão ser encaminhadas posteriormente para análise e consideração técnica, conforme pactuado em reunião.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 09 de outubro de 2026.

MARCOS DA SILVA LOTOSKI
Presidente do CMDCA Município de Matinhos/PR
Decreto Nº 4578, de 12 de dezembro de 2025

FÁBIO LEANDRO ARMINDO
Secretário Executivo do CMDCA

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:EF51EC99

GABINETE
DECRETO Nº 5299/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação no valor de R$ 1.127.949,49 (um milhão, cento e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 1.127.949,49 (um milhão, cento e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0112.2028	3339030000000000000	Material de consumo	3.115,89	00369
12.001.0010.0301.0112.2027	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.534,00	00496
12.001.0010.0301.0112.2027	3339030000000000000	Material de consumo	8.577,80	00496
12.001.0010.0305.0112.2030	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	8.709,27	00496
07.002.0008.0244.0107.2014	3339030000000000000	Material de consumo	1.645,73	00935
11.002.0015.0452.0111.2043	3339030000000000000	Material de consumo	103.366,80	00507
11.001.0015.0452.0111.2041	3339030000000000000	Material de consumo	1.000.000,00	00000

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, abrir por Superávit Financeiro no valor de R$ 1.127.949,49 (um milhão, cento e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos) nas fontes de recursos 00369, 00496, 00935, 00507 e 00000.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029, em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 8 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8457A5C8

GABINETE
DECRETO Nº 5300, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício n° 149/2026-SMAS, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art.1º De **NATANE DE BORBA,** inscrita no CPF sob o nº 060.xxx.xxx-06, e portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.xxx.xxx-1 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ILPI,** simbologia **CC-1**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 08 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:A637F512

GABINETE
PORTARIA Nº 1084/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o ofício n° 142/2026-SMAS, resolve:

CONCEDER

A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, **15 (quinze) dias de férias**, a contar do dia 02 a 16 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
66664/1	Adriana Silmara Ache Postal	Atendente Infantil	2025/2026

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 02 de novembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 08 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F8B9E83E

GABINETE
PORTARIA Nº 1085/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 1236330/2026, resolve:

CONCEDER

Art.1° Férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, como segue:

30 (trinta) dias de férias, contar de 02 de novembro a 01 de dezembro de 2026:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
63517/1	David Alan de Freitas	Guarda Municipal	2024/2025
62642/2	Lauana Sentone	Guarda Municipal	2025/2026
62677/1	Marcio Luiz Borba	Guarda Municipal	2024/2025
22225/1	Miguel Julio Viana	Guarda Municipal	2025/2026
53724/1	Odarli do Amaral Junior	Guarda Municipal	2025/2026
55557/1	Ubiratã Patruni	Guarda Municipal	2025/2026

15 (quinze) dias de férias, contar de 02 a 16 de novembro de 2026:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
62723/2	Edmilson Alves Mesquita	Guarda Municipal	2024/2025

Matinhos, PR, 08 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1A12C6A6

GABINETE
PORTARIA Nº 1086/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 1236816/2026 , resolve:

CONCEDER

Art.1° Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
74039/1	Jaime Ribeiro de Novais	Operador de Maquinas Pesadas	2023/2024

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 03 de novembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 08 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EBC409BA

GABINETE
PORTARIA Nº 1087/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 1236991/2026, resolve:
CONCEDER

Art.1° A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 01 a 15 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101751/1	Rosani Aparecida de Pontes	Enfermeiro	2025/2026	

Art.2° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 05 a 17 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
82724/2	Ananias Caetano da Silva	Técnico Vigilância Sanitária	2024/2025	
101745/1	Jessica Ribeiro dos Santos Maestrelli	Enfermeiro	2025/2026	
101811/1	Nathaly Barrozo Neves	Auxiliar de Administração	2025/2026	

Art.3° A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 05 a 19 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101844/1	Gabriela Dockhorn Paluch	Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista	2025/2026	

Art.4° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 16 a 30 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101800/1	Liana Bueno de Souza Batista Freire	Técnico em Enfermagem	2025/2026	
60810/1	Sonia de Fatima dos Santos	Agente Comunitário de Saude	2025/2026	

Art.5° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 23 de novembro a 07 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101360/1	Fernanda Goulin Drausnick	Agente de Combate a Endemias	2025/2026	
21555/2	Marcia de Oliveira Machado	Farmacêutico Generalista	2020/2021	
101318/1	Ricardo de Amorim Falcão	Agente de Combate a Endemias	2025/2026	

Art.6° Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 30 de novembro a 14 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
100840/2	Heloy Ignacio Ribeiro	Agente de Combate a Endemias	2025/2026	

Art.7° A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **20 (vinte) dias de férias**, a contar de 16 de novembro a 05 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
100715/1	Cintia Siufi de Julio Barbo	Técnico Em Radiologia	2024/2025	

Art.8° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 01 a 30 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
100513/1	Elianai Zapchau	Auxiliar de Serviços Gerais	2023/2024	
101781/1	Elisa Leodoro da Silva	Técnico em Enfermagem	2025/2026	
78768/1	Eloha Dosso da Silva	Enfermeiro	2020/2021	
101614/1	Isabella Cristina Mendes Rossa	Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista	2025/2026	
101386/1	Leonardo Francisco Pereira	Técnico em Enfermagem	2024/2025	
101377/1	Lucimara de Oliveira	Técnico em Enfermagem	2025/2026	
57509/2	Renato Ioscazu Amemiya	Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista	2023/2024	
52450/2	Roberto Costa	Auxiliar de Administração	2021/2022	
55573/1	Terezinha Antunes de Souza Borges	Auxiliar de Enfermagem	2020/2021	

Art.9° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
100903/1	Cinthya Rodrigues da Silva	Nutricionista	2024/2025	
61263/1	Dilson Caetano	Fisioterapeuta	2022/2023	
101786/1	Dulcineia Rabelo Pianca	Técnico em Enfermagem	2025/2026	
101573/2	Eluana Cristina Rosa Macalossi	Chefe de Departamento	2025/2026	
101815/1	Leandro Luiz Minas	Auxiliar de Administração	2025/2026	
101391/1	Samantha Padeski	Nutricionista	2024/2025	

Art.10° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
83356/1	Alessandra Moreno Munhoz Firmino	Agente Comunitário de Saúde	2025/2026	
67601/1	Claudineia Aparecida da Silva	Agente Comunitário de Saúde	2024/2025	
65757/1	Adenir Maria Veiga Correa	Agente Comunitário de Saúde	2025/2026	

Art.11° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101186/1	Thalita Felix de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	2025/2026	
73490/1	Stefanny Karolini de Carvalho Liberato	Auxiliar de Serviços Gerais	2024/2025	

Art.12° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 09 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:85AF2795

GABINETE
PORTARIA Nº 1088/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

PRORROGAR

Art.1º A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, do servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação, Assuntos Fundiários, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
21733/1	Renato Valiati da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	28/09/2026 A 26/03/2027 (180) dias	Sim

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 26 de março de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 09 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:9E372DCD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 056/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 056/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADO: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FANFARRAS E BANDAS - FPFB
CNPJ Nº: 00.350.623.0001-94
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FANFARRAS E BANDAS – FPFB, PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO II CONCURSO DE BANDAS E FANFARRAS “CIDADE DE MATINHOS – PR

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Contratação da Federação Paranaense de Fanfarras e Bandas - FPFB, para a realização do II Concurso de Bandas e Fanfarras "Cidade de Matinhos - PR".	Und	01	R$ 45.700,00	R$ 45.700,00
VALOR TOTAL					R$ 45.700,00

VALOR TOTAL: R$45.700,00 (quarenta e cinco mil setecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:D1E6ADF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

O Prefeito Municipal de Matinhos AUTORIZA a Inexigibilidade nº 029/2026 que prevê a CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FANFARRAS E BANDAS – FPFB PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO II CONCURSO DE BANDAS E FANFARRAS “CIDADE DE MATINHOS – PR” inscrita no CNPJ Nº 00.350.623.0001-94 no valor de R$45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais), com base no Art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria Jurídica do Município.

Matinhos, 02 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:90CF9B86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA A DECORAÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DE FESTIVIDADES NATALINAS, para a seguinte empresa: FGV NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 36.658.861/0001-09 com o lote: 1 no valor total de R$353.000,00 (trezentos e cinquenta e três mil reais).

Município de Matinhos, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:B8D60946

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 48/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Aquisição de macaco hidráulico destinado à Oficina Mecânica do Município de Mato Rico/PR, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal transportes, Obras e Serviços Urbanos.
O Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a regularidade dos atos praticados, ADJUDICA E HOMOLOGA o procedimento referente à Dispensa de Licitação nº 48/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 129/2026, cujo objeto é a aquisição de macaco hidráulico destinado à Oficina Mecânica do Município de Mato Rico/PR, em favor da empresa M. A. Silva Mecânica e Auto Peças, inscrita no CNPJ sob nº 35.841.794/0001-09, conforme proposta apresentada

FORNECEDOR: **M. A. Silva Mecânica e Auto Peças**, inscrita no CNPJ sob nº 35.841.794/0001-09.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
1	MACACO HIDRAULICO 32T	01	Und	3.075,00	3.075,00
Valor total				3.075,00	

Dessa forma, o valor total adjudicado e homologado é de R$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais).
Mato Rico-Pr, 08 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:AB6E3CB5

MUNICÍPIO DE MATO RICO
ATA Nº01 - CREDENCIAMENTO Nº02/2026

ATA Nº001/2026
ATA DE RECEBIMENTO, ANÁLISE E HABILITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

No Primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, no Município de Mato Rico, Estado do Paraná, a Comissão de Credenciamento reuniu-se para registrar o recebimento, a análise e o resultado da documentação de habilitação apresentada pela empresa HOLOVKA E BITTENCOURT TOMOGRAFIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.716.421/0001-81, referente ao Chamamento Público para Credenciamento de Pessoas Jurídicas Prestadoras de Serviços de Saúde, objeto do Edital de Chamamento Público nº 03/2026, Credenciamento nº 02/2026 e Processo Administrativo nº 110/2026.
Objeto: credenciamento de pessoa jurídica destinada à prestação de serviços de saúde, compreendendo serviços médico-hospitalares, incluindo consultas, exames, procedimentos médicos ambulatoriais e especializados, atendimento de urgência e emergência, serviços obstétricos, bem como pronto atendimento 24 horas, abrangendo demandas de média e alta complexidade, destinados ao atendimento das demandas do Município de Mato Rico/PR.
DO RECEBIMENTO E DA ANÁLISE
A documentação foi recebida por e-mail, no endereço licitacoes@matorico.pr.gov.br, em 22 de setembro de 2026, e analisada conforme os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.
Após a conferência dos documentos, a Comissão constatou o cumprimento das exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório.
DA DECISÃO
Diante do exposto, a Comissão declara HABILITADA a empresa HOLOVKA E BITTENCOURT TOMOGRAFIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.716.421/0001-81, para prosseguimento no procedimento de credenciamento, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos membros da Comissão e juntada aos autos do Processo Administrativo nº 110/2026.

Mato Rico/PR, 01 de outubro de 2026.

MARCIO ADALBERTO BECHER
Agente de Contratação

MARCELO BEDNARCZUK
Membro da Comissão

BRUNO BINI
Membro da Comissão

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:27F7C0B2

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº24/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº128/2026

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar as 09:00 horas, do dia 27 de outubro do ano de 2026, no Portal de compras- Bolsa Nacional de Compras BNC - www.bnc.org.br, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº24/2026, tipo menor preço por item, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e conjuntos de ferramentas de marcenaria, novos, completos e sem uso, destinados à Secretaria municipal de Agropecuária, Indústria e Comércio, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone 0800 888 5155, WhatsApp (42) -3633 1160, **42 9 2002 9738** ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, e no portal BNC **https://www.bnc.org.br** de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 09 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:67DF5E62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS

ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E SORTEIO DA ORDEM DE CREDENCIAMENTO
Aos nove dias do mês de outubro do ano de 2026, às 09 horas, no Setor de Licitações e Contratos do Município de Miraselva, Estado do Paraná, reuniram-se os responsáveis pela análise da documentação apresentada no âmbito do **Chamamento Público nº 001/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº 065/2026**, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, DEVIDAMENTE REGISTRADOS E REGULARES PERANTE A JUNTA COMERCIAL COMPETENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LEILOEIRO OFICIAL, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE LEILÕES PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE MIRASELVA/PR**.

1. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO
Registra-se a presença do Sr. **JOÃO ANTONIO SENA**, representante do Leiloeiro Público Oficial **LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA**, devidamente constituído por meio de procuração apresentada para este fim, o qual acompanhou, na condição de representante, a realização do sorteio eletrônico para definição da ordem de credenciamento.
Inicialmente, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelos interessados, mediante conferência dos documentos exigidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, incluindo a Carta de Credenciamento, Proposta, Declaração Unificada e demais documentos de habilitação.

Após a análise, foram considerados **HABILITADOS** os Leiloeiros Públicos Oficiais relacionados abaixo, por terem atendido às condições e requisitos estabelecidos no instrumento convocatório:

ORDEM	Leiloeiro Público Oficial	Habilitado: Sim/Não
01	FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	SIM
02	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	SIM
03	JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	SIM
04	FABIO MARLON MACHADO	SIM
05	MARCOS ANTONIO TULIO	SIM
06	DIEGO WOLF DE OLIVEIRA	SIM
07	ALEX SANDRO VIEIRA FELIX	SIM
08	CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	SIM
09	LUIZ CARLOS DALL AGNOL	SIM
10	JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	SIM
11	LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	SIM
12	LELIA MARIA DE PAULA LENZ CESAR GAUDENCIO	SIM
13	CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES	SIM
14	RICARDO FERREIRA GOMES	SIM
15	SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	SIM
16	ANDRE LUIZ WUITSCHIK	SIM
17	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MEGEGOTTO	SIM
18	DANIEL ELIAS GARCIA	SIM
19	HELCIO KRONBERG	SIM
20	JOACIR MONZON POUEY	SIM
21	PEDRO LERNER KRONBERG	SIM
22	JAQUELINE SPERANÇA	SIM
23	ADALBERTO SCHERER FILHO	SIM
24	JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	SIM

2. DO SORTEIO DA ORDEM DOS CREDENCIADOS
Considerando a necessidade de estabelecer a ordem dos Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados para fins de organização e distribuição das demandas decorrentes do presente credenciamento, procedeu-se à realização de **sorteio eletrônico on-line**, entre todos os interessados considerados habilitados.
O sorteio foi realizado por meio da ferramenta eletrônica **Sorteio.com**, disponível em plataforma on-line, mediante inserção dos nomes dos Leiloeiros Públicos Oficiais habilitados, sendo a ordem definida de forma aleatória pelo sistema.
Ferramenta utilizada: Sorteio.com
Endereço eletrônico da ferramenta: https://sorteio.com/sorteio-de-nomes
Data e horário do sorteio: 07/**10**/2026, às 09h08min.
Foram inseridos no sorteador os nomes de todos os Leiloeiros Públicos Oficiais habilitados, em condições de igualdade, não sendo realizada qualquer interferência manual na ordem apresentada pelo sistema.
Concluído o sorteio eletrônico, foi obtida a seguinte ordem:

3. RESULTADO DO SORTEIO – ORDEM DE CREDENCIAMENTO:
Primeiro: RICARDO FERREIRA GOMES – Junta C. Nº 21/332-L
Segundo: ADALBERTO SCHERER FILHO – Junta C. Nº 21/329-L
Terceiro: MARCOS ANTONIO TULIO – Junta C. Nº 20/326-L
Quarto: JAQUELINE SPERANÇA – Junta C. Nº 21/328-L
Quinto: LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR – Junta C. Nº 10/030-L
Sexto: DIEGO WOLF DE OLIVEIRA – Junta C. Nº 20/317-L
Sétimo: JORGE MARCO AURELIO BIAVATI – Junta C. Nº 17/289-L
Oitavo: ANDRE LUIZ WUITSCHIK –Junta C. Nº 20/327-L
Nono: CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES – Junta C. Nº 22/343-L
Décimo: FABIO MARLON MACHADO – Junta C. Nº 23/374-L
Décimo Primeiro: JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA – Junta C. Nº 24/402-L
Décimo Segundo: HELCIO KRONBERG – Junta C. Nº 653
Décimo Terceiro: GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MEGEGOTTO – Junta C. Nº 24/405-L
Décimo Quarto: LELIA MARIA DE PAULA LENZ CESAR GAUDENCIO – Junta C. Nº 630
Décimo Quinto: CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI – Junta C. Nº 23/376-L
Décimo Sexto: PEDRO LERNER KRONBERG – Junta C. Nº 20/322-L
Décimo Sétimo: FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – Junta C. Nº 24/401-L
Décimo Oitavo: DANIEL ELIAS GARCIA –Junta C. Nº 20/316-L

Décimo Nono: LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA – Junta C. Nº 24/399-L
Vigésimo: ALEX SANDRO VIEIRA FELIX – Junta C. Nº 18/297-L
Vigésimo Primeiro: JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA – Junta C. Nº 24/400-L
Vigésimo Segundo: JOACIR MONZON POUEY – Junta C. Nº 18/295-L
Vigésimo Terceiro: SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR – Junta C. Nº 19/309-L
Vigésimo Quarto: LUIZ CARLOS DALL AGNOL – Junta C. Nº 639

A ordem acima será observada para fins de **organização e distribuição das demandas** decorrentes do presente credenciamento, na forma estabelecida no Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

O resultado do sorteio eletrônico, incluindo eventual **captura de tela, comprovante, relatório ou registro gerado pela ferramenta utilizada**, será juntado aos autos do Processo Administrativo nº 065/2026 como documento integrante da presente Ata.

4. DA PUBLICIDADE E DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Registra-se que o presente credenciamento possui caráter **paralelo e não excludente**, permanecendo aberto pelo período estabelecido no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, possibilitando o ingresso de novos Leiloeiros Públicos Oficiais que atendam integralmente às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Os novos interessados que vierem a ser habilitados serão incluídos no credenciamento e terão sua posição na ordem de distribuição definida conforme as regras estabelecidas no Edital.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ficam registrados nesta Ata:

I – a análise da documentação apresentada pelos interessados;
II – a relação dos Leiloeiros Públicos Oficiais considerados habilitados;
III – a realização de sorteio eletrônico on-line entre os habilitados;
IV – a ordem resultante do sorteio, constante do item 3 desta Ata e do respectivo Anexo;
V – que o resultado do sorteio será juntado aos autos para fins de comprovação e publicidade do procedimento.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos responsáveis.

Miraselva/PR, 09 de outubro de 2026.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Agente de Contratação

JOÃO ANTONIO SENA
Representante/Procurador

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:93523C27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2992 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2992/2026 de 06/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 6.000,12 (seis mil reais e doze centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
15.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
15.001.27.812.1520.1.027		CONSTRUCAO DE UMA PISTA DE SKATE	
515 - 4.4.90.51.00.00	11005	OBRAS E INSTALACOES	6.000,12
		Total Suplementação:	6.000,12

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.94 REM BANC. - FUNDO MUNIC. DE ESPORTES - Fonte: 11005	6.000,12
Total da Receita:	6.000,12

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 6 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:24DEDF44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2996 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2996/2026 de 07/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 16.000,00 (dezesseis mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
440 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	16.000,00
		Total Suplementação:	16.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
437 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
441 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
		Total Redução:	16.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 7 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2FCDC0C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2997 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2997/2026 de 07/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 6.872,52 (seis mil e oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.361.0190.2.016		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
111 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.262,41
112 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	915,65
114 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	694,46
		Total Suplementação:	6.872,52

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.122.0100.2.045		EXECUCAO POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
325 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.872,52
		Total Redução:	6.872,52

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 7 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:EE802AF4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3000 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto n° 3000/2026 de 09/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Específica nº 995/2026 de 09/10/2026.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Especial, no Orçamento Geral do Município 4.688.306,08 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e trezentos e seis reais e oito centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Suplementação
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNDACAO DE ATENCAO A SAUDE DE MORRETES - FASMO
CONTRATO DE GESTAO
CONTRATO DE GESTAO

Total Suplementação:

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNDACAO DE ATENCAO A SAUDE DE MORRETES _ FASMO
SENTENCAS JUDICIAIS
SENTENCAS JUDICIAIS

Total Redução:

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 9 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D3831552

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3001 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 3001/2026 de 09/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001		GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001.04.122.0013.2.060		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	

420 - 4.4.90.52.00.00	1009	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	56.000,00
		Total Suplementação:	56.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita		
Receita: 2.1.1.9.99.0.1.01	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - Fonte: 1009	56.000,00
	Total da Receita:	56.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 9 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8A676627

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3002 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3002 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a Nomeação e Convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos de 2023 do Município de Morretes, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, em especial no art. 87, inciso I, alínea "o" combinado com a Lei Municipal nº 02/1997, e suas alterações, em especial a Lei Municipal nº 038/2004, Lei Municipal nº 191/2012, Lei Municipal nº 362/2014, Lei Municipal nº 730/2022, e no referido Edital de Homologação Resultado Final, publicado no dia 21 de agosto de 2023, referente ao Concurso Público nº 001/2023.

DECRETA:

Art. 1º - FICA NOMEADO para o cargo público e devidamente **CONVOCADO** para a apresentação de documentos, os candidatos aprovados no Concurso Público realizado de acordo com o Edital nº 001/2023.

CARGO: **FISCAL DE POSTURA**
CANDIDATO: **TALYTA FRANCIS SANTOS GARCIA**
CLASSIFICAÇÃO: **26º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0003240**

CARGO: **VETERINÁRIO**
CANDIDATO: **ANA PAULA WAKIUCHI**
CLASSIFICAÇÃO: **5º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0002687**

Art. 2º – Os candidatos relacionados terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para se apresentarem ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Morretes, para a nomeação em seu cargo, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido no item 12.5 do Edital nº 001/2023. No ato de sua apresentação, os candidatos deverão estar munidos dos documentos que **COMPROVEM:**

I – Ser brasileiro(a) nato ou naturalizado;

II – Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;

III – Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos – site: www.tse.jus.br;

IV – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal Regional Federal da região do último domicílio do candidato;

V – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal de Justiça da região do último domicílio do candidato;

VI – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Federal – site: www.dpf.gov.br;

VII – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Civil do último domicílio do candidato;

VIII – Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

IX – Quitação com as obrigações eleitorais;

X – Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XI – Declaração de bens e fonte de renda;

XII – Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

XIII – Declaração de ter sofrido ou não, no exercício do cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;

XIV – Documentos pessoais: Carteira de Identidade; CPF próprio; PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão; Título de Eleitor; Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos; Comprovante de Residência;

XV – Termo de declaração de interesse na nomeação, conforme modelo do Anexo I deste Decreto;

XVI – Termo de desistência do cargo, conforme modelo ao Anexo II deste Decreto.

Parágrafo Único. Os documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas e acompanhadas dos originais, para serem vistadas no ato de nomeação, não sendo aceitos protocolos.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 09 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **CONFIRMO O INTERESSE** na nomeação e posterior posse no cargo de _____, nos termos da legislação vigente.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II
TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu,_____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura

Municipal de Morretes, **DECLARO RENUNCIAR**, em caráter definitivo, a nomeação e posse para o cargo de _____.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BE98E36C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 109/2026
Dispensa de Licitação n.º 20/2026

OBJETO: Trata-se de elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, destinado à recuperação ambiental da área do antigo aterro controlado do Município de Morretes, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos do Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento para todos os fins de direito.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pela Senhora Mariana Meduna Moscardi Charello, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

CONTRATADA:
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 136/2026 – ID 306/2026
BMB FLORESTAL E AMBIENTAL LTDA.
CNPJ n.º 33.004.089/0001-13.
Lote Único.
Valor total de R$ 14.999,00 (Quatorze mil, novecentos e noventa e nove reais).
Assinatura: Bernardo Baraldi Mendes Batista, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental de uma área de aproximadamente 7.000 m², dentro de uma área total com 24.200,00 m², onde era operado um "aterro controlado".	Serviço	R$ 14.999,00	R$ 14.999,00

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:D2B95A53

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 67/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 07/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 67/2026
Concorrência Eletrônica n.º 07/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança, no Município de Morretes/PR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO, Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

CONTRATADA(S):

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 133/2026 – ID 303/2026
MARCO ANTONIO COSTA CONSTRUTORA LTDA.
CNPJ n.º46.256.089/0001-52.
Item(ns) 1.
Valor total de R$ 310.100,00 (trezentos e dez mil e cem reais).
Assinatura: MARCO ANTONIO COSTA, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (meses) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato, abrangendo o período necessário para execução dos serviços, recebimento provisório, recebimento definitivo e demais procedimentos administrativos decorrentes da contratação. O prazo para execução da obra será de 6 (seis) meses, conforme estabelecido no cronograma físicofinanceiro, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração Municipal.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para execução de reforma e ampliação da capela mortuária municipal, localizada no cemitério municipal de Morretes/PR, compreendendo os serviços de melhorias de infraestrutura, construção de muro de vedação, instalação de gradil e portões, execução de cobertura metálica com policarbonato para área de convivência, implantação de paisagismo e demais serviços necessários, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos integrantes do processo licitatório.	SERVIÇO	1	R$ 310.100,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:169E6AD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 77/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 77/2026
Pregão Eletrônico n.º 30/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL S-10 E S-500), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MANOEL MEDEIROS MACHADO, Secretário(a) Municipal de Saúde; NATHÁLIA OZÓRIO BET, Secretário(a) Municipal de Comunicação; ANDERSON LUIS DE AMORIM FERREIRA, Secretário(a) Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil; MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO, Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo; ADRIANA ASSUMPÇÃO, Secretário(a) Municipal de Educação; JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO, Secretário(a) Municipal de Governo; MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO, Secretário(a) Municipal de Assistência Social; EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER, Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – Interino Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 171/2026 – ID 301/2026
AUTO POSTO MOREIRA LTDA.
CNPJ n.º75.140.848/0001-15.
Item(ns) 1, 2, 3 e 4.
Valor total de R$ 3.096.438,75 (três milhões e noventa e seis mil e quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), com desconto apresentado de 0,01% em relação a tabela da ANP.
Assinatura: Diogo Jose Moreira, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da publicação do extrato. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÁXIMO LOTE (R$)	MAIOR DESCONTO (%)
1	GASOLINA COMUM	LITROS	116.956,73	R$ 811.043,6775	0,01

LOTE 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÁXIMO LOTE (R$)	MAIOR DESCONTO (%)
1	DIESEL S-10	LITROS	271.021,87	R$ 1.999.511,649	0,01

LOTE 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÁXIMO LOTE (R$)	MAIOR DESCONTO (%)
1	DIESEL S-500	LITROS	38.915,20	R$ 264.235,5837	0,01

LOTE 4

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÁXIMO LOTE (R$)	MAIOR DESCONTO (%)
1	ETANOL	LITROS	5.000,00	R$ 21.647,835	0,01

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:1247E567

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9507 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9507 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Súmula: "Nomeia o Agente de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Morretes e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no art. 72, parágrafo único, alínea "a", e no art. 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **CAROLINA DE SOUZA FREIRE**, matrícula funcional nº **515207**, para exercer a função de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO** da Prefeitura Municipal de Morretes.

Art. 2º Fica designada a servidora **VIVIANA OILKE KULKA STRAPASSAN**, matrícula funcional nº **214042**, para exercer a função de **SUPLENTE DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO**.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 3148, de 23 de outubro de 2023, que não conflitarem com a presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 09 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:03D1C686

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9508 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9508 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Designa servidora para substituição temporária na gestão dos contratos da Procuradoria-Geral do Município, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **NICOLLY JACOB CASTANHA**, matrícula nº 115.635, ocupante do cargo de Superintendente de Contencioso Judicial, para exercer, temporariamente, a função de Gestora dos Contratos sob responsabilidade da Procuradoria-Geral do Município, em substituição à servidora **MAÍRA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 515087, durante o período compreendido entre os dias 10 de setembro a 05 de outubro de 2026.

Art. 2º. Compete à servidora designada exercer as atribuições inerentes à gestão dos contratos durante o período de substituição, incluindo o acompanhamento da respectiva execução, observadas as disposições da legislação vigente e dos instrumentos contratuais pertinentes.

Art. 3º. Encerrado o período de substituição, as atribuições de gestão dos contratos retornarão à servidora **MAÍRA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA**.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos a 10 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 09 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:87C7506E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 71/2026
Pregão Eletrônico nº 35/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS 3D E FILAMENTOS, DENTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONFORME DELIBERAÇÃO COEDE Nº 09/2024.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 71/2026 e Pregão Eletrônico N.º 35/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

JOSIANE DO ROCIO MICHALOSKI, inscrita no CNPJ n.º46.318.775/0001-00, vencedora do(s) item(ns) 1 no valor total de R$ 15.986,50 (quinze mil e novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).
GTMAX TECNOLOGIA EM ELETRONICA LTDA, inscrita no CNPJ n.º07.483.598/0001-66, vencedora do(s) item(ns) 2 no valor total de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos,

incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria.” [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 08 de outubro de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:78DDDDCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 95/2026
Pregão Eletrônico nº 40/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE TONERS E SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 95/2026 e Pregão Eletrônico N.º 40/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

DM LICITA COMERCIO E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º46.613.430/0001-80, vencedora do(s) item(ns) 6, 10, 21, 23 e 27 no valor total de R$ 3.524,11 (três mil e quinhentos e vinte e quatro reais e onze centavos).
CAMILA ZAGO CHIMELLO GRACIANO, inscrita no CNPJ n.º29.142.104/0001-12, vencedora do(s) item(ns) 16 no valor total de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ n.º10.820.186/0001-89, vencedora do(s) item(ns) 24 no valor total de R$ 898,60 (oitocentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).
KRJ SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º49.043.592/0001-18, vencedora do(s) item(ns) 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 28 e 29 no valor total de R$ 38.952,00 (trinta e oito mil e novecentos e cinquenta e dois reais).

Item fracassado: 17

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]” Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria.” [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 06 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO	***MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLHO***
Secretário Municipal de Saúde	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
LEANDRO BONSENHOR ZANCISKOSKI	***GILTON DIAS JUNIOR***
Secretário Municipal da Fazenda e Orçamento	Secretário Municipal de Cultura e Turismo
JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO	***KARIN CRISTINA DUARTE SAIF***
Secretária Municipal de Governo	Procuradora Geral do Município
ANDERSON LUIS DE AMORIM FERREIRA	***ADRIANA ASSUMPÇÃO***
Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil	Secretária Municipal de Educação
JOSE LEANDRO MAZUR JORGE	***MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO***
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Assistência Social
EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KMMER	
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas Interino	
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação	

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:81A38893

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNCÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA – PR.

DATA	ATIVIDADE
07/10/2026	Composição da Comissão Central para o processo de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino da Educação Básica.
09/10/26	Edital de divulgação do processo de consulta de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino da Educação Básica.
09/10/26	Publicação da Instrução Normativa ou Regulamento.
14/10/26 a 15/10/26	Assembleia para a Designação da Comissão Interna das Instituições de Ensino.
16/10/26	Divulgação da Comissão Interna das Instituições de Ensino.
21/10/26 a 23/10/26	Inscrição dos Pré Candidatos para à Avaliação de Mérito e Desempenho.
26/10/26	Avaliação de Mérito e Desempenho pela Comissão Interna.
27/10/26	Publicação do Resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho dos Pré Candidatos.
03/11/26 a 06/11/26	Inscrição dos Pré Candidatos ao processo de escolha de Diretores das Instituições de Ensino.
10/11/2026	Divulgação dos Pré Candidatos para o processo de escolha de Diretores das Instituições de Ensino.
11/11/26	Edital de Convocação da Comunidade Escolar para processo de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino.
16/12/26	Eleição Direta – Processo de Escolha dos Diretores.
17/12/26	Divulgação do Resultado do processo de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino.
17/12/26 a 18/12/26	Prazo para recurso contra o resultado da consulta, contadas a partir da divulgação do resultado dos candidatos ao processo de escolha de diretores.
21/12/26	Publicação dos resultados da Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino pela Comissão Central.

Nova América da Colina – PR, Outubro/2026.

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:8AD4B49E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE DIVULGAÇÃO

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

DA ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES PELA CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA DESIGNAÇÃO DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR.

A Comissão Central da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação, por este instrumento, afixado na forma e prazo determinados, vem tornar público à Comunidade Escolar composta pelo Conselho Escolar, Professores, Pedagogos, Servidores Técnicos, Pai ou Mãe e/ou Responsável Legal pelo aluno não votante, mediante voto direto, secreto e facultativo, **a Abertura do Processo de Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Educação Básica do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

PROFESSORA DEYANNI SETNI ROGATI e da ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ESCORSIN DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I.

Nova América da Colina-PR, 09 de outubro de 2026.

A Comissão Central

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:2725928F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 / SEMED.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 / SEMED.

SÚMULA: *Dispõe sobre o Regulamento do Processo de Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Educação Básica do Municipio de Nova América da Colina, Estado do Paraná, nos termos dispostos na Lei Municipal n. 525/2022 e n. 631/2026.*

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação, do Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná, juntamente com a Comissão Central, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal nº 525/2022, de 15 de setembro de 2022, e Lei Municipal nº 631/2026, de 18 de setembro de 2026" para o Processo de Escolha de Diretores das Instituições de Ensino do Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná,

RESOLVEM:

Determinar a abertura oficial do processo de eleição da Gestão Democrática da Educação Pública para Consulta à Comunidade Escolar para a Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica, conforme Regulamento anexo a esta Instrução Normativa.

Parágrafo Único: O processo eleitoral deverá ocorrer nas Instituições de Ensino da Rede Municipal aptas ao processo, onde houverem candidatos interessados e com os requisitos exigidos para a concorrência.

ANEXO I
REGULAMENTO

Capítulo I
Da finalidade e da Organização do Processo de Escolha de Diretores nas
Instituições Escolares Municipais

Art. 1º A escolha de diretores de estabelecimentos de ensino público municipal no ano de **2026**, para o **biênio 2027/2028**, tem por finalidade consolidar o processo de gestão democrática da rede de ensino municipal de Nova América da Colina - PR, através do voto direto e secreto dos segmentos que compõe a Comunidade Escolar, em conformidade com a Lei Municipal nº 525/2022 e nº 631/2026;

Parágrafo Único – O processo de escolha de diretores das escolas públicas municipais que trata o caput, será realizado nas Instituições de Ensino abaixo relacionadas:

Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Deyanni Setni Rogatti";
Escola Municipal "Francisco Escorsin, Educação Infantil e Ensino Fundamental I";

Art. 2º O processo de escolha para diretores das Instituições de Ensino do Município de Nova América da Colina-PR, será organizado pelas seguintes instâncias:

Comissão Central para a Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino Municipais, com a função de organizar, coordenar e fiscalizar, em grau de recurso todo o processo de escolha no âmbito dos estabelecimentos de ensino;
Comissão Interna para a Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino Municipais, com a função de organizar, coordenar, e fiscalizar todo o processo de escolha de Diretores das Instituições de Ensino e da Avaliação de Mérito e Desempenho do pré candidato a diretor no âmbito dos estabelecimentos de ensino;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação de Nova América da Colina - PR, com a função de prover a todos os estabelecimentos de ensino a infra-estrutura necessária ao processo de escolha, bem como, gerir todo o processo;
A administração do estabelecimento de ensino, com função de providenciar as condições necessárias ao processo de escolha dos diretores para as Instituições de Ensino;

Capítulo II
Das atribuições da Comissão Central e da Comissão Interna para a
Condução do Processo de Consulta a Comunidade

Art. 3º A Comissão Central para Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino Municipais foi instituída pela Portaria Municipal nº 140/2026, composta por 5 (cinco) membros titulares, com a seguinte representatividade: Representante do Conselho Municipal de Educação; Representante do Conselho Municipal do Fundeb; Representantes dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, e Representante da Procuradoria Geral do Município;

Parágrafo Único – Estarão impedidos de compor a Comissão Central para Escolha dos diretores das Escolas Municipais:

os membros do magistério ou servidores das Instituições de Ensino que tiverem interesse a concorrer a direção a qual estiverem em exercício;

Art. 4º Os membros da Comissão Central para a Escolha de Diretores têm as seguintes atribuições:

organizar e coordenar o processo de consulta de escolha de diretores das Instituições de Ensino, obedecendo às normas legais vigentes;
receber via ofício os nomes dos membros da Comissão Interna das Instituições de Ensino;
orientar as Comissões Internas para o processo de consulta para escolha de diretores das Instituições de Ensino;
assessorar as Comissões Internas quando necessário;
receber da Comissão Interna via ofício o resultado da Avalição de Mérito e Desempenho dos pré candidatos a diretores das Instituições de Ensino;
publicar no edital o resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho dos pré candidatos a diretores das Instituições de Ensino;
publicar o edital de abertura para o processo de escolha de diretores das Intituições de Ensino;
receber dos candidatos as incrições para escolha de diretor;
apreciar e deferir os requerimentos, inscrevendo os candidatos em fichas, numerando-as conforme a ordem da inscrição;
registrar as solicitações de candidaturas, na data estabelecida neste regulamento;
divulgar as instruções as Comissões Internas referente ao processo de escolha de diretores as Instituições de Ensino;
acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo de escolha de diretores das Instituições de Ensino;
analisar e julgar ocorrências formalizadas, decorrentes deste processo;
exercer outras atribuições que lhe forem inerentes.

Art. 5º A Comissão Interna para Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino Municipais será composta por 5 (cinco) membros titulares com seus suplentes a serem escolhidos entre seus pares por assembleias, com a seguintes representatividades: Representantes dos Professores; Representantes de Funcionários (Administrativo, Cozinheira ou Serviços Gerais); Representantes do Conselho Escolar; Representantes da APMF, e Representante Legal pelos alunos não votantes;

§ 1° A Comissão Interna, após constituída elegerá um dos membros como Presidente.

Parágrafo Único – Estarão impedidos de compor a Comissão Interna para escolha dos diretores das Escolas Municipais:

os membros do magistério ou servidores das Instituições de Ensino que tiverem interesse a concorrer a direção a qual estiverem em exercício;

Art. 6º Os membros da Comissão Interna para a escolha de Diretores têm as seguintes atribuições:

organizar e coordenar o processo de Avaliação de Mérito e Desempenho dos pré candidatos a escolha de diretores das Instituições de Ensino, obedecendo às normas legais vigentes;
é de responsabilidade da Comissão Interna orientar e fiscalizar todas as etapas do processo de votação e apuração para a escolha dos candidatos a diretores das Instituições de Ensino;
dispor da ficha de inscrição, sendo duas vias aos pré candidatos para Avaliação de Mérito e Desempenho para escolha de diretores das Instituições de Ensino;
receber em duas vias as fichas de inscrição dos pré candidatos juntamente com Plano de Gestão;
avaliar os inscritos para Avaliação de Mérito e Desempenho para a escolha de pré candidatos a diretores das Instituições de Ensino;
encaminhar a Comissão Central via ofício o resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho dos pré candidatos a Comissão Central;
divulgar, amplamente à Comunidade Escolar as normas e critérios relativos ao processo de escolha para diretores das Instituições de Ensino;
dispor do Requerimento de Inscrição para os candidatos para escolha dos diretores das Instituições de Ensino;
constituir as mesas eleitorais/escrutinadoras;
definir a infra-estrutura operacional necessária à realização da escolha de diretores das Instituições de Ensino;
providenciar e acompanhar o número de urnas e sua localização em salas;
providenciar todo material sobre o processo de consulta;
orientar previamente os mesários sobre o processo de consulta;
definir e divulgar o horário de funcionamento das urnas, com antecedência mínima de 72(setenta e duas) horas de forma a garantir a participação do conjunto da Comunidade Escolar;
dispor às mesas eleitorais/escrutinadoras e à Comissão Central a relação dos integrantes da Comunidade Escolar das Instituições de Ensino, que terão direito a participar do processo de consulta para votação;
credenciar os fiscais das mesas receptoras, e afixar junto às cabines de votação a relação das chapas concorrentes, constando nome, apelido dos candidatos e números das chapas;
em caso de impugnação encaminhar a Comissão Central, os recursos contra as decisões relacionadas aos pedidos de impugnação dos atos de votação ou escrutinação;
encaminhar a Comissão Central, devidamente lacradas as atas de votação, de escrutinação e o mapa de apuração com o resultado final, após o encerramento do processo de votação escrutinação;
divulgar o resultado final do processo de consulta por seu presidente;
exercer outras atribuições que lhe forem inerentes;

Parágrafo Único – É da responsabilidade da Comissão Interna para escolha dos Diretores das Instituições de Ensino Municipais examinar a veracidade das informações referentes aos candidatos;

§1º A Comissão Interna deverá constituir as mesas eleitorais/escrutinadoras necessárias a cada segmento, com um presidente, um secretário e um mesário para cada mesa, escolhidos dentre os integrantes da Comunidade Escolar;

§ 2º Todas as reuniões que tratar do processo de consulta a Comunidade Escolar para a escolha de candidatos a diretores das Instituições de Ensino serão lavradas em atas, registradas em livros próprios das Instituições de Ensino;

Capítulo III
Da Comunidade Escolar

Art. 7º Compreende-se como Comunidade Escolar o conjunto formado pelos seguintes segmentos, com direito a participar da escolha dos candidatos a diretores das Instituições de Ensino:

membros do Conselho Escolar;
professor/pedagogo em efetivo exercício na Instituição de Ensino;
servidores técnicos e de apoio em efetivo exercício na Instituição de Ensino;
Pai e/ou mãe e/ou responsável pela matrícula do aluno devidamente matriculado nas instituições de ensino municipal.

Art. 8º A consulta processar-se a por voto direto e secreto de todos os membros integrantes da Comunidade Escolar para a escolha dos candidatos a diretores das Instituições de Ensino sendo:

os candidatos à função de diretores das Instituições de Ensino;
membros do Conselho Escolar;
professores e servidores técnicos do quadro funcional das Instituições de Ensino;
Pai, mãe ou responsável (um voto por família) pelos alunos menores matriculados nas Intituições de Ensino;

§ 1º Considera-se responsável legal aquele(a) que estiver registrado(a) na documentação do aluno matriculado nas Instituições de Ensino ou que apresente documento comprobatório dessa responsabilidade para o processo de votação;

§ 2º O professor que possuir padrão de 20(vinte) horas em mais de uma Instituição de Ensino poderá exercer o direito de escolha dos diretores em cada Instituição;

§ 3º Em nenhuma hipótese, um eleitor terá direito a mais de um voto em cada Instituição de Ensino, mesmo que represente dois segmentos;

§ 4º Não é permitido votar por procuração;

Art. 9º Os votantes deverão apresentar-se a mesa receptora de votos, munidos de um documento de identificação com foto;

Art. 10 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada;

Art. 11 A direção das Instituições de Ensino ficam encarregadas de providenciar as listagens dos votantes, bem como a divulgação por escrito junto aos pais dos alunos, informando data, local, horário e documentos necessários para a votação.

Capítulo IV
Da Avaliação de Mérito e Desempenho

Art. 12 Através da Avaliação de Mérito e Desempenho serão considerados aptos os pré candidatos interessados a direção das Instituições de Ensino, que alcançarem, ao menos, 150 (cento e cinquenta) pontos de 200 (duzentos) pontos;
§ 1º A avaliação de Mérito se dará por meio de Avaliação Profissional apresentada pelo interessado que poderá alcançar **60** (sessenta) pontos, assim distribuídos: Formação Profissional; Formação Específica para Direção; Participação em Cursos de Formação, e Penalidades sofridas;
§ 2º A avaliação de Desempenho poderá alcançar **140** (cento e quarenta) pontos de acordo com os seguintes critérios e pontuações assim atribuídas: Assiduidade; Ausência; Pontualidade; Participação em reuniões administratrivas; Participação em reuniões Pedagógicas; Colaboração com a Direção; Participação em Atividades Extra-classe; Integração com os demais professores; Integração com os servidores, e Relacionamento com os alunos e pais;
Art. 13 Os pré candidatos deverão fazer suas inscrições para a Avaliação de Mérito e Desempenho através de ficha de inscrição, a ser disponibilizada pela Comissão Interna das respectivas Instituições de Ensino;
§ 1º As fichas de inscrição após preenchida, juntamente com o Plano de Gestão, deverá ser protocolado junto a Comissão Interna das respectivas Instituições de Ensino, a ser assinado pelo presidente da

comissão, em duas vias, que ficará com a 1º via e a 2º via será entregue aos pré candidatos;
Art. 14 A Comissão Interna após avaliar os pré candidatos, encaminhará a Comissão Central via ofício o resultado da avaliação que será publicado em edital;
Art. 15 Do Resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas à ser protocolado com a Comissão Interna responsável pela avaliação, os quais decidirão de imediato;

Capítulo V
Da Inscrição dos Candidatos

Art. 16 Poderá inscrever-se para concorrer à função de diretores, os professores concursados da rede municipal, que atenderem os seguintes requisitos:
Pertencer ao Quadro Próprio do Magistério Municipal;
possuir formação em nível superior em curso de licenciatura plena em Pedagogia ou curso normal superior ou uma licenciatura específica ou em nível de pós-graduação, a critério da Instituição de Ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional;
estar lotado e em exercício na instituição de ensino que pretente ser candidato, pelo período mínimo de 12(doze) meses completos e ininterruptos que antecedem o processo;
ter disponibilidade legal de 8(oito) horas diárias para dedicação exclusiva conforme regime de funcionamento da instituição, e necessidade para o pleno atendimento do processo pedagógico, bem como a disponibilidade para atendimento de reuniões em horários alternados;
apresentar o Plano de Gestão;
não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 2(dois) anos;
não ter sido condenado nos últimos 8(oito) anos conforme Lei Complementar nº 135 de 04 de junho de 2010, ao cumprimento de penalidade administrativa de suspensão de 45(quarenta e cinco) dias ou mais, multa, destituição da função, demissão e cassação de aposentadoria.
§ 2º O professor só poderá candidatar-se para a direção de uma única Instituição de Ensino;

§ 3º Todos os atuais diretores em exercício poderão se candidatar ao cargo de diretor da Instituiuição de Ensino, desde que comprovem os requisitos legais;

§ 4º O candidato deverá afastar-se de suas atividades na Instituição de Ensino onde concorrer 24(vinte e quatro) horas que antecedem ao dia do processo de consulta para Escolha dos Diretores das Instituição de Ensino;

Art. 17 O candidato fará sua inscrição através de requerimento de inscrição protocolado junto a Comissão Central para Escolha dos Diretores das Instituição de Ensino Municipais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação, na Avenida Tibagi, nº 230, Centro, Nova América da Colina;

§ 1º A inscrição de cada candidato só será efetivada quando deferido o requerimento pela Comissão Central para escolha dos Diretores das Instituições de Ensino;

§ 2º O formulário de inscrição, em duas vias, deve ser assinado por um dos membros representantes da Comissão Central para escolha dos Diretores das Instituições de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação, que ficará com a 1º via e a 2º via será entregue ao candidato;

Art. 18 Cada candidato poderá indicar, até o dia anterior à eleição, 2(dois) fiscais por Mesa Receptora, devendo os mesmos estar identificados no dia da votação, escolhido dentre os votantes da comunidade escolar, a serem encaminhados a Comissão Interna;

§ 1º Após eleito, o candidato que descumprir qualquer das normas e compromissos previsto na lei e no Plano de Gestão, poderá ser destituído do cargo, através de procedimentos administrativos, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, conforme regulamento a ser expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação;

Capítulo VI
Da Propaganda
Art. 19 Não será permitido:

qualquer ato de agressão física ou moral às instituições ou pessoas;
pichação de paredes ou muros do estabelecimento de ensino;
o uso de brindes ou divulgação de material de propaganda dentro ou fora da Escola, a partir da publicação desta Instrução Normativa;
uso de propaganda em rádio ou televisão, alto-falantes fixos ou móveis ou de qualquer outra forma de poluição sonora ou manifestação que faça referência a propaganda de candidatos;
qualquer forma de manifesto a candidatos, na sala em que estiver ocorrendo a votação;
utilizar-se de Programa de Assistência Social Municipal, Estadual ou Federal, que caracterize intenções de voto;
uso de veículo do poder público para se beneficiar na campanha;
exposição de faixas e/ou cartazes vinculados ao processo eleitoral deste regulamento;
realização de festas na escola que não estejam previstas em seu calendário, ou que não tenham sido autorizados pelo(a) diretor(a) ou pela Comissão Escolar, nos casos em que o Diretor for candidato;
aparecer em qualquer meio de comunicação (rádio, TV, redes sociais, jornais, ou aplicativos como whatsApp), relacionando o seu vínculo com a eleição escolar ou com as ações da escola, ainda que em forma de entrevista jornalística, sem prévia autorização da comissão eleitoral;
atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza para se beneficiar neste processo;
aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuários ou objetos que contenham qualquer propaganda de candidato;

Parágrafo Único: O candidato que descumprir qualquer destas normas, poderá ter sua candidatura impugnada;

Capítulo VII
Das Impugnações e dos Recursos

Art. 20 As impugnações dos recursos, em qualquer fase do processo de consulta, não terão efeitos suspensivos e serão recebidos pela Comissão Interna;

§ 1º Os recursos impetrados contra o resultado da consulta, poderão ser interpostos no prazo de 48(quarenta e oito) horas contadas a partir da divulgação oficial do resultado;

§ 2º Na escola em que não houver impugnações, a Comissão Central homologará as candidaturas, no prazo de 72(setenta e duas) horas, contadas do término do processo;

§ 3º Havendo impugnações, estas serão decididas pela Comissão Central, no prazo de 72(setenta e duas), contadas do término do processo;

Art. 21 Só serão recebidos os recursos que estiverem devidamente instruídos com documentos que comprovem o alegado;

Art. 22 Todas as decisões deverão ser circunstanciadas e fundamentadas na Lei Municipal nº 525/2022 e nº 631/2026 e nesta Instrução Normativa;

Art. 23 O Presidente da Comissão Interna deverá designar assembleia anotar em Ata o local, o dia e a hora do recebimento das impugnações e dos recursos, respectivamente;

Art. 24 As alegações de suspeição dos mesários, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Presidente da Comissão Interna, em até 24(vinte e quatro) horas, após a designação;

Parágrafo Único. Sendo procedentes as alegações, os mesários serão substituídos;

Art. 25 Os pedidos de impugnação contra atos da Votação e da Escrutinação deverão ser dirigidos ao Presidente da Mesa Receptora ou Escrutinadora, respectivamente, os quais decidirão de imediato;

§1.º Havendo controvérsia na decisão referida no *caput*, caberá à Comissão Interna solucioná-la;

§2.º Todas as ocorrências devem ser detalhadamente registradas em Atas, sob pena de responsabilidade dos componentes da Mesa Receptora ou Escrutinadora;

Capítulo VIII
Da Organização do Processo

Art. 26 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação de Nova América da Colina-PR, providenciará o material abaixo relacionado, que será distribuído à Comissão Central para o processo de Escolha dos Diretores das Escolas Municipais:

Cronograma – Processo de consulta para designação de diretores das Instituições de Ensino;
Edital da Divulgação do Processo de Consulta à Comunidade Escolar;
Ficha de inscrição para os pré candidatos para Avaliação de Mérito e Desempenho para escolha de diretores das Instituições de Ensino;
Requerimento para inscrição da chapa dos candidatos a diretores das Instituições de Ensino;
formulários de ato de nomeação dos mesários;
credenciais para fiscais;
urnas e cédulas;
envelope para os votos em separado para cada candidato;
modelo de relação dos integrantes da Comunidade Escolar que terão direito a participar do processo de consulta;
modelo de designação e credenciamento dos membros da mesa receptora;
modelo de designação e credenciamento dos membros da mesa escrutinadora;
formulário de ata de votação para cada Mesa Escrutinadora;
formulário de ata de votação para cada Mesa;
mapa de apuração com resultado final;
proposta de plano de gestão.

Parágrafo Único: A ordem dos nomes dos candidatos na cédula de votação, para as escolas que possuírem mais de um candidato, será por ordem alfabética;

Art. 27 O diretor no exercício da função deverá providenciar a organização do estabelecimento educacional, em conformidade com as solicitações da Comissão Central para o Processo de Escolha dos Diretores das Escolas Municipais Eleitoral;

Art. 28 A Comissão Central para o Processo de Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino, juntamente com a Comissão Interna, orientará os mesários quanto ao processo de votação e proverá o local com urnas, mesas e material específico;

Art. 29 Cada mesa Receptora será constituída de 3(três) membros nomeados pela Comissão Interna para Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino, sendo: presidente, secretário e mesário, escolhidos dentre os integrantes da comunidade escolar, atráves de reunião devidamente registrada em ata, pela comissão com antecedência de 03(três) dias úteis;

Art. 30 Os membros das Mesas Receptoras terão as seguintes atribuições:

– Presidente:
presidir e coordenar os trabalhos de votação;
substituir os membros da Mesa Receptora nos impedimentos e ausências;
verificar se a urna e a listagem entregue pela Comissão Interna correspondem à sua Mesa;
verificar as credenciais dos fiscais de cada candidato concorrente, autorizando seu trabalho;
cumprir o horário de início e de término do processo de votação;
controlar e resguardar as cédulas de votação;
rubricar as cédulas entregues aos votantes;
receber os pedidos de impugnação, registrando-os e colocando o voto em separado a serem encaminhados a Comissão Interna para análise;
pedir esclarecimentos à Comissão Interna, quando for necessário;
manter a ordem, através de ação conjunta com a Comissão Interna;
exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

– Secretário:
substituir o presidente em sua ausência;
localizar o nome do votante na lista de votação;
rubricar, juntamente com o presidente, as cédulas entregues aos votantes;
coletar assinatura dos votantes no momento da votação;
devolver aos votantes, após o exercício do voto, documento de identificação apresentado;
elaborar a ata de votação, registrando a quantidade de votantes, os pedidos e protestos de impugnação e quaisquer fatos relevantes ocorridos no horário de votação;
exercer outras atribuições inerentes ao cargo;

– Mesário:
substituir o secretário em sua ausência;
organizar a fila, priorizando idosos, gestantes, doentes e portadores de necessidades especiais;
organizar a entrada, o acesso à urna e a saída dos eleitores do local;
realizar outras atribuições inerentes à função.

Art. 31 Todos os membros da Comissão Interna e das Mesas Receptoras deverão comparecer à instituição educacional, no mínimo, uma hora antes do início da votação;

Capítulo IX
Da Votação

Art. 32 Os pedidos de impugnação de voto só poderão ser realizados por fiscais, diretamente ao presidente da mesa que encaminhará à Comissão Interna para análise;

Art. 33 O voto em separado deverá ser colocado em envelope específico, constando o nome do eleitor, e deverá ser lacrado, registrando-se de imediato a ocorrência, nos casos do votante com identidade comprovada, cujo o nome não conste em nenhuma lista;

Art. 34 Terminada a votação, as urnas serão lacradas e rubricadas pelos membros da mesa receptora, devendo ser elaborada a ata dos trabalhos, contendo o número de eleitores que compareceram, o número de votos, assim como os pedidos de impugnação, sendo a ata assinada por todos os componentes da Mesa;

Capítulo X
Da Apuração e dos Resultados

Art. 35 Será realizada a contagem dos votos, logo após o encerramento da votação, no próprio local em que a mesma ocorreu;

Parágrafo Único: Na sala de apuração só poderão estar presentes a Comissão Interna, o presidente, o secretário e mesário de cada mesa receptora, e um fiscal de cada candidato;

Art. 36 Os votos em separado serão julgados pela Comissão Interna e, caso sejam aprovados, serão colocados junto aos outros votos do respectivo segmento;

Parágrafo Único: A Comissão Interna deverá resguardar o sigilo dos votos em separado;

Art. 37 A Comissão Interna efetuará a conferência do quantitativo de votantes, constantes das listagens de cada Mesa, verificando se está compatível com a quantidade de cédulas da respectiva urna;

Art. 38 A Comissão Interna, na presença de um fiscal de cada candidato, realizará a contagem dos votos, registrando o resultado em mapas e, em seguida, lavrando a ata da apuração;

Art. 39 Após a apuração, os representantes da Comissão Interna encaminharão as cédulas utilizadas e as não utilizadas, as atas de cada mesa, juntamente com o mapa de apuração e a ata contendo o resultado do pleito à Comissão Central nomeada através da Portaria nº 140/2026;
Art. 40 Serão anulados os votos:
que estiverem identificados com palavras ou quaisquer marcas ou símbolos;
em que não fique clara a intenção do voto;
quando o eleitor votar em mais de um candidato.

Art. 41 Encerrando o processo de escolha, será divulgado o resultado nos editais das Escolas Municipais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação, da Prefeitura Municipal, bem como, no site da prefeitura www.novaamericadacolina.pr.gov.br;

Capítulo X
Do Calendário

Art. 42 O processo de escolha será realizado, obedecendo ao seguinte calendário:

DATA	ATIVIDADE
07/10/2026	Composição da Comissão Central para o processo de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino da Educação Básica.
09/10/26	Edital de divulgação do processo de consulta de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino da Educação Básica.
09/10/26	Publicação da Instrução Normativa ou Regulamento.
14/10/26 a 15/10/26	Assembleia para a Designação da Comissão Interna das Instituições de Ensino.
16/10/26	Divulgação da Comissão Interna das Instituições de Ensino.
21/10/26 a 23/10/26	Inscrição dos Pré Candidatos para Avaliação de Mérito e Desempenho.
26/10/26	Avaliação de Mérito e Desempenho pela Comissão Interna.
27/10/26	Publicação do Resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho dos Pré Candidatos.
03/11/26 a 06/11/26	Inscrição dos Pré Candidatos ao processo de escolha de Diretores das Instituições de Ensino.
10/11/2026	Divulgação dos Pré Candidatos para o processo de escolha de Diretores das Instituições de Ensino.
11/11/26	Edital de Convocação da Comunidade Escolar para processo de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino.
16/12/26	Eleição Direta – Processo de Escolha dos Diretores.
17/12/26	Divulgação do Resultado do processo de escolha dos Diretores das Instituições de Ensino.
17/12/26 a 18/12/26	Prazo para recurso contra o resultado da consulta, contadas a partir da divulgação do resultado dos candidatos ao processo de escolha de diretores.
21/12/26	Publicação dos resultados da Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino pela Comissão Central.

Art. 43 O horário de votação será de **8:00h às 17:00h, sem interrupção,** nas Instituições de Ensino do Município de Nova América da Colina;

Art. 44 Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regulamento serão apreciados e resolvidos pela Comissão Central para Escolha dos Diretores das Instituições de Ensino (**Portaria nº 140/2026**), e Secretária Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Recreação (**Portaria nº 42/2025**), observando as disposições legais.
Nova América da Colina – PR, 08 de outubro de 2026.

Representante do Conselho Municipal de Educação
IZABEL CRISTINA GOMES DA SILVA ARAÚJO
Port. nº 140/2026

Representante do Conselho Municipal do FUNDEB
ELISANGELE ADRIANA SOARES NEVES
Port. nº 140/2026

Representante dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação
SIRLENE PIO
Port. nº 140/2026

Representante dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação
SUZANA AMÂNCIO DE CARVALHO SANTANA
Port. nº 140/2026

Representante da Procuradoria Geral do Município
MAYARA GABRIELA MILLÉO CORSI BITTENCOURT
Portaria nº 140/2026

FLÁVIA COSTA DE PAULA SANTOS
Secretária Municipal de Educação , Cultura, Esporte e Recreação
Portaria nº 42/2025

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:829C3BB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 009/2026
CONTRATO Nº 297/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Mega Internet Ltda - CNPJ nº 19.714.966/0001-19 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de interconectividade dedicada via fibra ótica, para interligação em pontos predefinidos do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, que trata da prestação de serviços a serem executados de forma contínua, concedendo-lhes o reajuste conforme cláusula *DÉCIMA* do contrato, com base na variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses, de **4,223450%,** objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando o valor mensal de **R$ 2.093,40 (dois mil noventa e três reais e quarenta centavos),** para o valor de R$ **2.181,81 (dois mil cento oitenta um reais e oitenta um centavos)**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – Conforme cláusula *Nona* do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência, para mais 12 (doze) meses, ou seja, até **10/10/2027.**

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR – Devido ao aumento da vigência e reajuste concedido, fica acrescido ao contrato original o valor de **R$ 26.181,72 (vinte e seis mil cento e oitenta um reais e setenta dois centavos)**.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:FE15B0FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026- PRAZO
TERMO ADITIVO Nº 005/2026 - REAJUSTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 227/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 048/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 088/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Soufer Terraplenagem Ltda – CNPJ N° 37.360.499/0001-58 – Nova Prata do Iguaçu-Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - A Contratação de empresa para prestação de serviços de horas-

máquina de rolo compactador vibratório liso, com potência mínima de 130 HP e peso operacional mínimo de 11.000 kg, com operador, combustível e manutenções preventiva e corretiva, de forma fracionada, para auxílio nos trabalhos desenvolvidos pelo Município de Nova Prata do Iguaçu – PR no melhoramento de estradas rurais e em programas de apoio ao desenvolvimento agrícola e empresarial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, considerando a necessidade de continuação dos serviços de horas-máquinas de rolo compactador, os quais são essenciais para a execução e manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Viação e Obras, especialmente no melhoramento, recuperação e conservação das estradas rurais do Município, bem como, no atendimento aos programas de apoio ao desenvolvimento agrícola e empresarial, e como o fato de que o contrato possui saldo contratual suficiente, verifica-se a necessidade de aditivo de prazo por mais 12 (doze) meses. Fica reajustado os valores após 12 (doze) meses, com base na variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses, de **4,223450%,** previsto na Lei 14.133 em seu artigo 136.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – Conforme cláusula Décima do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, ou seja, até 10/10/2027.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item	Descrição do Produto	Valor Unitário original	Valor Reajustado
01	Serviços de horas máquinas de rolo compactador vibratório liso, potência mínima de 130HP e peso operacional mínimo de 11.000kg	310,00	323,09

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR - Fica acrescido ao contrato original o valor total de R$ 5.955,95 (cinco mil novecentos cinquenta cinco reais e noventa cinco centavos) com saldo final na presente data de R$ 218.305,95 (duzentos dezoito mil trezentos cinco reais e noventa cinco centavos) e total contratual reajustado de R$ 470.955,95 (quatrocentos setenta mil novecentos cinquenta cinco reais e noventa cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DO ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL – Fica alterado o representante legal para neste ato o Senhor **Rudinei Teles de Souza**, portador do CPF nº 038.497.779-01 e Cédula de Identidade Civil RG nº 84978175 SSP/PR, conforme certificado de Registro na Junta Comercial em 28/01/2026 sob nº 20260262498.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.

E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:DF92C7AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026 – (Compras.gov.br - 987995-25/2026)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2026

Tendo em vista a documentação apresentada, HOMOLOGO a contratação direta do processo administrativo n° 093/2026 da Dispensa de Licitação n° 009/2026, após parecer jurídico, com fundamento no inciso II do artigo nº 75 da Lei nº 14.133/2021, para Contratação de empresa especializada para locação, montagem, operação, manutenção e desmontagem de brinquedos infláveis e recreativos, entre outros, para uso na realização de evento alusivo e comemorativo de Natal, promovido pelo Município de Nova Prata do Iguaçu – PR.

DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total será de R$ 9.945,00 (nove mil novecentos e quarenta cinco reais).

DA EMPRESA CONTRATADA: LUCIANO RICARDO MACIEL GONCALVES 04959192925 – CNPJ N° 18.820.344/0001-02.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá a vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias da sua apresentação, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato.

OBS: Demais informações encontram-se dispostas no Termo de Referência, Edital de Dispensa Eletrônica n° 009/2026 e demais documentações que é parte integrante desta contratação.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 09 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026 – (Compras.gov.br - 987995-25/2026)
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 093/2026

CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.

CONTRATADA: Luciano Ricardo Maciel Gonçalves 04959192925 – CNPJ 18.820.344/0001-02 – Francisco Beltrão - Pr.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, montagem, operação, manutenção e desmontagem de brinquedos infláveis e recreativos, entre outros, para uso na realização de evento alusivo e comemorativo de Natal, promovido pelo Município de Nova Prata do Iguaçu – PR.

VALOR: R$ 9.945,00 (nove mil novecentos quarenta cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 - Secretaria de Educação e Cultura; 002 - Departamento de Cultura; 13.392.0010.2-020 – Manutenção do Departamento de Cultura; 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

PRAZO DE VIGENCIA: 90 (noventa) dias.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:BC74D377

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6405/2026

PORTARIA Nº 6405/2026
DATA: 09/10/2026

SÚMULA: Concede férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Adelirdes Pereira, matricula funcional nº 13611-1, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, relativo ao período aquisitivo de 09/04/2025 a 08/04/2026, que serão gozadas a partir de 05/10/2026 a 03/11/2026 (30 dias).

Caroline May Dal Molin, matricula funcional nº 12201-1, ocupante do cargo de Advogada, relativo ao período aquisitivo de 08/09/2023 a 07/09/2024, que serão gozadas a partir de 13/10/2026 a 01/11/2026 (20 dias).

Eliane Caetano de Souza Longareti, matricula funcional nº 8951-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, relativo ao período aquisitivo de 14/02/2025 a 13/02/2026, que serão gozadas a partir de 09/11/2026 a 23/11/2026 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:86ECD265

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6406/2026

PORTARIA Nº 6406/2026
DATA: 09/10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição de serviço de apoio presencial para a realização de inscrições no Concurso Público nº 01/2026 do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, mediante o auxílio aos interessados que apresentem dificuldades de acesso ou utilização dos meios digitais.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em observância ao o Edital de Concurso Público nº 001/2026, e

COSIDERANDO que o Município de Nova Prata do Iguaçu celebrou Termo de Ajustamento de Conduta nos autos sob nº 0002743-97.2023.8.16.0149, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em conjunto com o Ministério Público do Estado do Paraná, assumindo o compromisso de planejar, organizar, realizar e homologar concurso público para o preenchimento de vagas no serviço público municipal até 22 de janeiro de 2027;

CONSIDERANDO que o Concurso Público nº 01/2026, encontra-se em andamento com período de inscrições aberto, sendo a inscrição realizada por meio eletrônico, conforme as disposições do respectivo Edital de Abertura;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, que devem orientar a atuação da Administração Pública em todas as etapas do Concurso Público;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de assegurar condições isonômicas de acesso aos cargos públicos, observadas as exigências legais e editalícias, sem a criação de privilégios ou restrições indevidas aos interessados;

CONSIDERANDO a ocorrência de tempestades, temporais e outros fenômenos climáticos que atingiram o Município nos últimos dias, ocasionando dificuldades de acesso à energia elétrica em determinados pontos no território municipal e comprometendo, para parte da população, a utilização dos meios necessários à realização de inscrições eletrônicas;

CONSIDERANDO que determinados cargos previstos no edital exigem apenas escolaridade de nível fundamental ou médio, circunstância que amplia o universo de potenciais candidatos e torna necessário considerar as diferentes condições de acesso aos recursos tecnológicos e de familiaridade com ferramentas digitais;

CONSIDERANDO que pessoas idosas, pessoas com baixa alfabetização digital, munícipes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e outros interessados podem encontrar dificuldades técnicas ou materiais para realizar a inscrição por conta própria, sem que tais circunstâncias apresentem, por si sós, impedimento ao exercício do direito de participação no concurso público;

CONSIDERANDO que a disponibilização de auxílio administrativo presencial constitui medida de caráter instrumental, voltada à facilitação do acesso ao sistema eletrônico de inscrições, sem alteração das regras do certame, dos requisitos para investidura nos cargos, dos prazos estabelecidos ou dos critérios de avaliação e classificação;

CONSIDERANDO os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, acessibilidade, transparência e interesse público, bem como a necessidade de conferir efetividade aos direitos dos cidadãos, especialmente diante da dificuldade extraordinária de acesso aos serviços digitais; e

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de estabelecer procedimento objetivo, transparente, impessoal e acessível a todos os interessados, prevenindo favorecimentos individuais e assegurando tratamento uniforme aos candidatos,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu/PR, serviço de apoio presencial destinado a auxiliar os interessados na realização das inscrições para o Concurso Público nº 01/2026, exclusivamente durante o período de inscrições previstos no respectivo Edital de Abertura.

§1º O serviço de que trata o caput tem natureza exclusivamente administrativa e instrumental, destinando-se a facilitar o acesso aos interessados ao sistema eletrônico oficial de inscrições, especialmente daqueles que não disponham de equipamentos, conexão à internet, conhecimentos técnicos ou condições materiais suficientes para realizar o procedimento de forma autônoma.

§2º O atendimento poderá ser procurado por qualquer interessado, independentemente de idade, escolaridade, condição econômica, residência na zona urbana ou rural ou qualquer outra circunstância pessoal, vedada a adoção de critérios discriminatórios ou restrições que não estejam previstos nesta Portaria ou na legislação aplicável.

§3º O auxílio será disponibilizado sem cobrança de qualquer valor pelo Município, não abrangendo eventuais taxas de inscrição, cuja isenção ou pagamento permanecerá sujeito exclusivamente às disposições do Edital.

§4º O serviço não constitui modalidade autônoma de inscrição, permanecendo obrigatória a utilização do sistema eletrônico oficial e o cumprimento de todas as exigências estabelecidas no edital.

Art. 2º - Fica designado a servidora pública municipal Maria Regina Morgan, matriculada sob nº 15111-2, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para prestar o atendimento e o auxílio operacional de que trata esta Portaria.

§1º Compete à servidora designada:
I – Receber e atender os interessados que procurarem a Administração Municipal para obter auxílio na realização da inscrição;
II – Disponibilizar, no âmbito da estrutura administrativa autorizada, os meios materiais e tecnológicos necessários à utilização do sistema eletrônico oficial;
III – Orientar os interessados quanto às etapas operacionais do acesso ao sistema e preenchimento do formulário eletrônico, observadas as instruções constantes no edital;
IV – Auxiliar no preenchimento dos campos do formulário eletrônico, com base exclusivamente nas informações fornecidas pelo próprio interessado;
V – Assegurar que o interessado tenha oportunidade de conferir e confirmar as informações inseridas antes da conclusão do procedimento;
VI – Orientar o interessado quanto à necessidade de acompanhar a confirmação da inscrição, guardar o respectivo comprovante e observar obrigações previstas no edital;
VII – Prestar atendimento de maneira impessoal, cordial, transparente e uniforme, respeitando a autonomia e as decisões de cada interessado;

VIII – Comunicar à Chefia imediata eventuais falhas no sistema, indisponibilidades técnicas ou outras circunstâncias que possam comprometer a prestação do serviço;
IX – Manter registro administrativo simplificado dos atendimentos realizados, para fins de controle e comprovação da execução do serviço, observada as disposições relativas à proteção de dados pessoais.

§2º O servidor designado não poderá escolher o cargo pretendido pelo interessado, decidir sobre pedidos de isenção, alterar informações por iniciativa própria, emitir juízo sobre a aptidão do candidato ou praticar atos de competência da banca organizadora ou de outros órgãos responsáveis pelo concurso.

§3º Caso o interessado não consiga fornecer as informações necessárias, não compreenda o conteúdo do formulário ou não confirme os dados inseridos, o servidor deverá prestar os esclarecimentos operacionais cabíveis, sem presumir sua vontade ou concluir o procedimento sem a confirmação do interessado.

Art. 3º - O serviço de apoio presencial observará, obrigatoriamente, as seguintes diretrizes:
I – Impessoalidade: atendimento disponibilizado a todos os interessados que dele necessitem, sem favorecimento, preferência ou discriminação em razão da idade, escolaridade, condição econômica, relações pessoais ou qualquer outra circunstância alheia às regras do certame;
II – Publicidade: ampla divulgação da existência do serviço, dos horários, do local de atendimento e do prazo para a sua utilização;
III – Isonomia: preservação das mesmas exigências, condições de participação, requisitos de inscrição, prazos e critérios previstos no edital para todos os candidatos;
IV – Gratuidade do auxílio: vedação à cobrança de valores pelo atendimento prestado pelo Município, sem prejuízo das obrigações relativas à taxa de inscrição previstas no Edital;
V – Acessibilidade e inclusão digital: adoção de medidas razoáveis para facilitar o acesso aos interessados que apresentem dificuldades de utilização dos meios eletrônicos;
VI – Transparência: fornecimento de informações claras sobre o caráter auxiliar do serviço e sobre a necessidade de observância integral das regras do concurso;
VII – Proteção dos dados pessoais: utilização das informações fornecidas exclusivamente para a realização da inscrição e para as finalidades administrativas legítimas relacionadas ao atendimento, nos limites da legislação aplicável.

Art. 4º - A Administração Municipal dará ampla publicidade à disponibilização do serviço de apoio presencial, mediante publicação nesta Portaria no Diário Oficial do Município e divulgação nos canais de comunicação institucional, incluindo, conforme disponíveis, o sítio eletrônico oficial, as redes sociais institucionais, os murais públicos e outros meios de comunicação utilizados pelo Município.

Art. 5º - Para a prestação do serviço, o atendimento ocorrerá nas dependências da Agência do Trabalhador, localizado na Avenida Iguaçu, nº 711, centro, nesta cidade de Nova Prata do Iguaçu, nos dias úteis, das 08:00 às 18:00 horas, durante o período de inscrições estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A Administração poderá organizar o fluxo de atendimento de acordo com a sua capacidade operacional, mediante critérios objetivos e impessoais, assegurando a todos os interessados a possibilidade de acesso ao serviço durante o horário divulgado.

Art. 6º - Durante a realização do atendimento, deverão ser observados as seguintes cautelas:
I – O interessado deverá indicar pessoalmente as informações necessárias à inscrição e definir o cargo para o qual pretende concorrer;
II – O servidor deverá permitir que o interessado confira as informações preenchidas e manifeste sua concordância antes da finalização da inscrição;
III – Sempre que tecnicamente possível, o interessado deverá utilizar diretamente o sistema eletrônico, com o auxílio do servidor, de modo a preservar sua autonomia e a confidencialidade de seus dados;
IV – Senhas, códigos de autenticação e outras credenciais de acesso deverão ser mantidos sob controle do próprio interessado, não devendo o servidor armazená-los, registrá-los ou utilizá-los posteriormente;
V – O servidor não deverá conservar cópias de documentos pessoais, comprovantes ou informações cadastrais além do estritamente necessário e legalmente autorizado para a execução do atendimento;
VI – Concluída a operação, o interessado deverá ser orientado a verificar a confirmação da inscrição e, quando disponibilizado pelo sistema, obter e guardar o respectivo comprovante;
VII – Eventuais dificuldades relacionadas à interpretação de regras do edital, ao pagamento de taxas, à concessão de isenções ou a decisões da banca organizadora deverão ser encaminhadas ao canal competente, sem que o servidor antecipe ou substitua decisões dos órgãos responsáveis.

Parágrafo único. Caso o sistema eletrônico exija o cadastramento de endereço de correio eletrônico, número de telefone ou outros dados de contato, o servidor deverá orientar o interessado a fornecer informações válidas às quais tenha acesso, sem utilizar dados de terceiros sem autorização ou criar informações em seu nome.

Art. 7º - A prestação do auxílio presencial não afasta a responsabilidade do interessado pela veracidade das informações fornecidas, nem substitui a análise dos requisitos de participação pela banca organizadora ou pela Administração Pública, conforme as competências previstas no edital.

§1º A inscrição somente será considerada realizada após o cumprimento das etapas exigidas pelo sistema oficial e a correspondente confirmação, nos termos do edital.

§2º O servidor designado não poderá assegurar a efetivação da inscrição quando houver indisponibilidade do sistema, ausência de informações obrigatórias, falta de pagamento da taxa devida ou qualquer outra pendência cuja solução não esteja sub sua competência.

§3º A eventual indisponibilidade do sistema deverá ser comunicada à chefia imediata e, quando cabível, à banca organizadora, para adoção das providências pertinentes, sem autorização para o servidor ou para a Administração criar, por iniciativa própria, prazos e condições excepcionais de inscrição.

Art. 8º - A instituição do serviço de apoio presencial fundamenta-se no dever de eficiência administrativa e na adoção de medidas razoáveis para ampliar o acesso dos cidadãos ao concurso público, especialmente diante das dificuldades decorrentes dos recentes fenômenos climáticos, da eventual interrupção do fornecimento de energia elétrica e das limitações de acesso ou familiaridade com ferramentas digitais.

Parágrafo único. As circunstâncias mencionadas neste artigo justificam a disponibilização do auxílio administrativo, mas não autorizam tratamento privilegiado, flexibilização dos requisitos do edital ou dispensa das obrigações aplicáveis aos demais candidatos.

Art. 9º - Os casos omissos relativos à organização do serviço serão resolvidos pela Secretaria Municipal responsável pelo atendimento, observadas as disposições do edital, as orientações da banca organizadora e a legislação aplicável.

Art. 10 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DECLARAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026	
Nome completo:	
CPF:	RG nº:
Telefone para contato:	

Eu, acima identificado(a), declaro, para os devidos fins, que procurei voluntariamente a Administração Municipal de Nova Prata do Iguaçu/PR para obter auxílio na realização da minha inscrição no Concurso Público nº 01/2026, em razão de dificuldades próprias de acesso, utilização ou operação dos meios eletrônicos necessários à realização do procedimento.

Declaro, ainda, que:

I – Recebi do servidor municipal responsável pelo atendimento as orientações necessárias à realização da inscrição, inclusive quanto aos procedimentos operacionais para utilização do sistema eletrônico, às regras pertinentes do edital e à necessidade de cumprimento dos requisitos e prazos estabelecidos para participação no concurso público;

II – Fui informado(a) de que o auxílio prestado pelo Município possui caráter exclusivamente administrativo e operacional, não implicando dispensa de requisitos, alteração das regras do edital, concessão de vantagens ou garantia de aprovação, classificação ou nomeação;

III – As informações pessoais e demais dados utilizados no preenchimento do formulário eletrônico foram fornecidos por mim, ou por mim expressamente confirmados, sendo de minha responsabilidade a veracidade das informações declaradas;

IV – Antes da conclusão do procedimento, tive a oportunidade de conferir as informações inseridas no sistema eletrônico, especialmente meus dados pessoais e o cargo escolhido, tendo confirmado que correspondem à minha vontade e às informações por mim fornecidas;

V – Fui orientado(a) quanto à necessidade de verificar a efetivação da inscrição, guardar o respectivo comprovante, quando disponibilizado pelo sistema, e observar as demais obrigações previstas no edital, inclusive quanto ao pagamento da taxa de inscrição ou à obtenção de isenção, quando aplicável;

VI – Estou ciente de que a assinatura deste termo comprova o recebimento das orientações e a confirmação das informações por mim declaradas, mas não substitui a confirmação eletrônica da inscrição nem dispensa o cumprimento das exigências previstas no edital;

VII – Declaro que as informações constantes deste documento correspondem à verdade e que pude esclarecer as dúvidas relacionadas ao procedimento de inscrição, sem prejuízo da possibilidade de buscar os canais oficiais competentes para questões que extrapolem o auxílio operacional prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente termo para fins de registro administrativo e comprovação do atendimento realizado.

Nova Prata do Iguaçu/PR, ___ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) interessado(a): _____.

REGISTRO DA CONFIRMAÇÃO ELETRÔNICA

( ) Inscrição concluída, com confirmação disponibilizada pelo sistema.
( ) inscrição iniciada, pendente de conclusão ou confirmação pelo sistema.

Observações necessárias:

CERTIDÃO DE REGISTRO DO ATENDIMENTO PELO SERVIDOR MUNICIPAL

CERTIFICO que prestei ao(à) interessado(a) as orientações operacionais pertinentes à realização da inscrição, oportunizei a conferência das informações inseridas e solicitei sua confirmação expressa quanto ao cargo escolhido, nos termos da a Portaria Municipal que institui o serviço de apoio presencial.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Prata do Iguaçu/PR, ___ de _____ de 2026.

MARIA REGINA MORGAN
Agente Administrativo
Matrícula nº 15111-2

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:943B057B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de materiais, com montagem, manutenção e desmontagem de iluminação e decoração ornamental natalina, visando às festividades de fim de ano no Município de Nova Prata do Iguaçu - PR.**

O Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, Centro, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, vem neste ato RETIFICAR o edital acima descrito, conforme segue:

1º - JUSTIFICATIVA: A empresa Carvalho & Carvalho – CNPJ n° 31.561.462/0001-01 impugnou o presente processo quanto a exigências e incompatibilidade de informações, verificando-se pela equipe de elaboração que a impugnação deve ser parcialmente acatada, assim **RETIFICA-SE O EDITAL**, com nova data de abertura do certame, da seguinte forma:

I - Termo de Referência (Anexo I) do Edital

ONDE SE LÊ:
"a) Tecnologia de iluminação: exclusivamente LED de alta eficiência com índice de proteção IP65 ou superior, garantindo economia energética mínima de 60% comparada a tecnologias convencionais, durabilidade estendida e resistência às condições climáticas adversas; todos os elementos luminosos com certificação INMETRO e conformidade com normas ABNT aplicáveis".
LEIA-SE:
"a) Tecnologia de iluminação: exclusivamente LED de alta eficiência com índice de proteção conforme descritivo dos itens (Tabela 01 do TR), garantindo economia energética mínima de 60% comparada a tecnologias convencionais, durabilidade estendida e resistência às condições climáticas adversas; todos os elementos luminosos com certificação INMETRO e conformidade com normas ABNT aplicáveis".

ONDE SE LÊ:
"**8.3.1.2.** É mandatório o uso exclusivo de iluminação em LED de alto brilho e baixo consumo energético em 100% dos pontos luminosos (mangueiras, estrobos e cordões blindados com grau de proteção mínimo IP65 ou superior para elementos externos), operando na tensão nominal compatível".
LEIA-SE:
"8.3.1.2. É mandatório o uso exclusivo de iluminação em LED de alto brilho e baixo consumo energético em 100% dos pontos luminosos (mangueiras, estrobos e cordões blindados com grau de proteção conforme descritivo dos itens (Tabela 01 do TR) ou superior para elementos externos), operando na tensão nominal compatível".
2º - Informamos que a data de abertura da licitação será para o dia **29/10/2026, às 08:30 horas.**

3º - Ficam inalterados os demais itens previstos no referido edital.

4º - A rerratificação encontra-se disponível na Plataforma COMPRAS.GOV - https://www.gov.br/compras/pt-br/ e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu: www.npi.pr.gov.br. Esclarecimentos: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (46) 3545-8000.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 09 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:E3FA7D37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 87 /2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

PORTARIA nº 87 /2026

Súmula: Conceder férias ao Sr. ALAN CARLOS DOS SANTOS, e dá outras providências.

O Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, Vereador MICHAEL BRUSTULIN, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias ao Sr. **ALAN CARLOS DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº ***.*82.789-**, ocupante do cargo de Diretor-Geral, no período de 14 de outubro de 2026 à 23 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 à 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Fica convertido um terço 1/3 das férias em espécie, conforme previsto na lei 583/91 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal), referente ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 à 05 de janeiro de 2026.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 09 de outubro de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:665413F5

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 42° TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO POSTO MACEDO

EXTRATO DO 42° TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.372.351/0001-94.

CONTRATADO: ***POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA****, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 42º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 09/10/2026 às 11:30 horas,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Educação de Paiçandu, juntamente com o transporte escolar, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	6,99
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,59

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,39
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 89/2025 no Pregão nº 23/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu - PR, 09 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:B9ADD987

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026 DISPENSA Nº 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU
CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 03.612.312/0004-97.
OBJETO: Aquisição de Fórmula Anamix Junior MMA/PA de 400G, conforme decisão liminar proferida nos autos nº 0001236-78.2024.8.16.0210, para o paciente A.A.O., atendendo às necessidades desta Fundação em caráter emergencial.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	(CÓDIGO BR 404758) Fórmula Anamix Júnior MMA/PA – lata de 400g, marca Danone, destinada ao atendimento de paciente em cumprimento de decisão judicial.	4	R$ 1.667,52	R$ 6.670,08
TOTAL	R$ 6.670,08			

VALOR: R$ 6.670,08 (seis mil seiscentos e setenta reais e oito centavos).
VIGÊNCIA: 6 (seis) meses

Paiçandu, 29 de setembro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente Da Fundação De Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:0A86ADCE

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 42º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 6º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 09/10/2026 as 11:30 hrs),** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Saúde, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,59**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,39**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 1462/2024 no Pregão nº 21/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu – PR, 09 de outubro de 2026

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:96B1447E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 308-2026 REPUBLICAR

REPUBLICAÇÃO

DECRETO N.° 308/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADA ÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que Ihe foram conferidas pela Lei n° 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.350.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(oes)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.2421000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-FUNDEB (CRECHE)	
Despesa - 814 - 319011 - 37101 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**1.900.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE) Funcional - 12.365.0909.2421000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-FUNDEB (CRECHE)	
Despesa - 815 - 319013 - 37101 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**450.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =»	2.350.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64:
Receitas:
175150010000000000 - 642 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 18 de setembro de 2026

LSMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:95CD723F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 42º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO POSTO MACEDO

EXTRATO DO 42º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 42º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 09/10/2026 AS 11:30 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 6,99
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,59**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,39**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-PR, 09 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:1FFCE66A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 62

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Alex Barbosa Ferreira, brasileiro, Motorista (Categoria "D" ou "E") – PSS, CPF ***.346.439-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:443D7AF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 63

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Ana Rafaela Araujo Marquis, brasileira, Educadora Social – PSS, CPF ***.821.079-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0D47B83F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 64

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Carla Patricia Mendonça de Aquino Peruchi, brasileira, Educadora Social – PSS, CPF ***.204.169-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 7 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 6 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 6 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C10D0299

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 65

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-

15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Cristiane Maria da Silva Dourado, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.439.568-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5A0942DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 66

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Eliane Aparecida Ramos, brasileira, Assistente Social – PSS, CPF ***.173.189-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0DE938EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 67

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Hadassa Andrielli Andreazi, brasileira, Educadora Social – PSS, CPF ***.238.609-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F48CEA39

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 67

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Hadassa Andrielli Andreazi, brasileira, Educadora Social – PSS, CPF ***.238.609-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CA432C48

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 68

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Monique Aparecida de Souza, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.131.638-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 6 de abril de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 5 de outubro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 5 de abril de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:87D8E350

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 25/2026 – CMAS

Dispõe sobre aprovação da Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

O **Conselho Municipal de Assistência Social** – CMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.532/2017, de 10 de março de 2017,e Lei complementar nº 3399/2025, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no município, de caráter permanente, deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

CONSIDERANDO que a nota técnica formaliza, descreve e organiza o fluxo das ofertas executadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Paiçandu - Pr, com intuito de garantir um padrão operacional seguro para os profissionais e assegurar a resolutividade das atendimentos a população em vulnerabilidade social;

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho realizada em 01 de Outubro de 2026 e registrada na Ata de Reunião Ordinária nº 09;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paiçandu, 06 de Outubro de 2026.

SOLANGE CANDIDO
Presidente – CMAS

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:90741DD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 26/2026 – CMAS

Dispõe sobre aprovação da Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente.

O **Conselho Municipal de Assistência Social** – CMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.532/2017, de 10 de março de 2017,e Lei complementar nº 3399/2025, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no município, de caráter permanente, deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

CONSIDERANDO que a nota técnica formaliza, descreve e organiza o fluxo das ofertas executadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente do município de Paiçandu - Pr, com intuito de garantir um padrão operacional seguro para os profissionais e usuários do serviço;

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho realizada em 01 de Outubro de 2026 e registrada na Ata de Reunião Ordinária nº 09;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paiçandu, 06 de Outubro de 2026.

SOLANGE CANDIDO
Presidente – CMAS

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8938D77A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 27/2026 – CMAS

vDispõe sobre aprovação da Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Pessoa Idosa.

O **Conselho Municipal de Assistência Social** – CMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.532/2017, de 10 de março de 2017,e Lei complementar nº 3399/2025, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no município, de caráter permanente, deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

CONSIDERANDO que a nota técnica formaliza, descreve e organiza o fluxo das ofertas executadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Pessoa Idosa do município de Paiçandu - Pr, com intuito de garantir um padrão operacional seguro para os profissionais e usuários do serviço;

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho realizada em 01 de Outubro de 2026 e registrada na Ata de Reunião Ordinária nº 09;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Pessoa Idosa.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paiçandu, 06 de Outubro de 2026.

SOLANGE CANDIDO
Presidente – CMAS

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9C0321DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 28/2026 – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 28/2026 – CMAS

Dispõe sobre aprovação da Nota Técnica do Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

O **Conselho Municipal de Assistência Social** – CMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.532/2017, de 10 de março de 2017,e Lei complementar nº 3399/2025, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no município, de caráter permanente, deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

CONSIDERANDO que a nota técnica formaliza, descreve e organiza o fluxo do Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos, a fim de promover a proteção social e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e pessoas idosas que apresentam dificuldades de acesso aos serviços socioassistenciais, por meio de acompanhamento no domicílio, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, dos vínculos familiares e comunitários e para prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho realizada em 01 de Outubro de 2026 e registrada na Ata de Reunião Ordinária nº 09;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Nota Técnica do Fluxo de Atendimento do Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paiçandu, 06 de Outubro de 2026.

SOLANGE CANDIDO
Presidente – CMAS

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B4A60B98

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 40/2026
Nº PROC. ADM. 92/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA.

PUBLICAÇÃO: 24/08/2026 11:34
INÍCIO REC. PROPOSTA: 24/08/2026 12:00
FIM REC. PROPOSTA: 28/10/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 28/10/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 4.295.016,0000

OBJETO DO PROCESSO

O presente processo licitatório tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de coleta de resíduos sólidos em residências e estabelecimentos comerciais, na área urbana da cidade de Paiçandu e no distrito de Água Boa e o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário Municipal, incluindo solução tecnológica integrada com sistema gerenciador de frotas, que permita o monitoramento, de atividades, rastreabilidade, cumprimento de coleta e laudo técnicos, por um

Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 ou acesso pelo link:
https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DuulUOCydPkqGY8v4QcZ78IWrvcKT2PsvOs4

%2FnPM8yCtrwmYPvGvGYTlZHrhrIsDbo7kkyTX_mRd6lKc1YZdTinnxSNiVb5_DwPDQBwOUn%2Fo%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 09/10/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:B2B83B52

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO 79

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
CONTRATO Nº 79

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU**, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 44/2026, homologado em 07/10/2026, integrante do Processo Administrativo nº 103/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa B2G PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 58.959.886/0001-85, com endereço RUA BAHIA, CEP 87260000, representada por JARBAS JUNIOR DA SILVA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 065.899.399-26, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:
1. DO OBJETO:
2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **A aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS destinados ao atendimento das demandas**

administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo do Município de Paiçandu/PR, em substituição a equipamentos obsoletos, depreciados e/ou inexistentes. para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada

a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 09 de outubro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___
ISMAEL BATISTA

___
B2G PARTICIPAÇÕES LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 037	1.063,00	**Total: 1.063,00**
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: Pantum	Modelo: Pantum	
Descrição: IMPRESSORA MONOCROMÁTICA - IMPRESSORA MONOCROMÁTICA:Tecnologia laser monocromática; impressão frente e verso automática; conexão USB e rede; velocidade mínima de 30 (trinta) páginas por minuto; compatível com Windows 11.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 1.063,00**			Total Item: 1.063,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**1.063,00**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:9146E098

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO 80

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
CONTRATO Nº 80

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 44/2026, homologado em 07/10/2026, integrante do Processo Administrativo nº 103/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS, CNPJ nº 11.138.213/0001-09, com endereço AV JUSCELINO KUBTSCHECK, 466, CEP 87970000, representada por TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 050.175.689-21, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **A aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo do Município de Paiçandu/PR, em substituição a equipamentos obsoletos, depreciados e/ou inexistentes.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 09 de outubro de 2026 vias de igual teor,

que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 2	Quant.: 1	Num: 638	4.380,00	**Total: 13.140,00**
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: SKULL	Modelo: I5-13G	16G DDR4 1T NVME500W T24" T M WIN11
Descrição: COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO - PADRÃO CORPORATIVO - COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO - PADRÃO CORPORATIVO:Processador Intel Core i5 de 13ª geração ou superior, ou AMD Ryzen 5 série 7000 ou superior; memória RAM mínima de 16GB DDR4/DDR5 3200MHz ou superior; armazenamento SSD NVMe M.2 PCIe com capacidade mínima de 1TB; vídeo integrado compatível com múltiplos monitores ou placa de vídeo dedicada com mínimo de 4GB; placa-mãe com Wi-Fi e Bluetooth integrados; portas USB 3.0 ou superior; rede Gigabit; fonte de Alimentação mínima de 500W reais, com certificação 80 Plus; monitor mínimo de 24" IPS Full HD, com entrada HDMI; teclado padrão ABNT2 e mouse USB inclusos; sistema operacional Windows 11 Pro original e licenciado; garantia mínima de 12 (doze) meses.				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 4.380,00**			Total Item: 13.140,00
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 994	8.140,00	**Total: 8.140,00**
Item: 3	Unidade: UNIDADE	Marca: ASUS	Modelo: TUF GAMING A15	
Descrição: NOTEBOOK: PROCESSADOR INTEL CORE I7 DE 13ª GERAÇÃO OU SUPERIOR - NOTEBOOK Processador Intel Core i7 de 13ª geração ou superior, ou AMD Ryzen 7 série 7000 ou superior; placa de vídeo dedicada com mínimo de 6GB GDDR6, equivalente ou superior à NVIDIA RTX 3050; memória RAM mínima de 32GB DDR5; armazenamento SSD NVMe PCIe com capacidade mínima de 1TB; tela mínima de 15,6" Full HD IPS; conectividade Wi-Fi 6 e Bluetooth; portas HDMI, USB 3.0 e USB-C; webcam integrada; sistema operacional Windows 11 Pro original e licenciado; garantia mínima de 12 (doze) meses.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 8.140,00**			Total Item: 8.140,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 21.280,00				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:7F1A0D2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO 81

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
CONTRATO Nº 81

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 44/2026, homologado em 07/10/2026, integrante do Processo Administrativo nº 103/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa VL - LOJA DE VARIEDADES, CNPJ nº 35.569.716/0001-99, com endereço RUA DOMINGOS MENDES QUARESMA, CEP 35180320, representada por VICTOR LAZARINO OZORIO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 101.485.426-11, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **A aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo do Município de Paiçandu/PR, em substituição a equipamentos obsoletos, depreciados e/ou inexistentes.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogadoexcepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitanteou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preçosregistrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 09 de outubro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

VL - LOJA DE VARIEDADES

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 136	634,99	**Total: 634,99**
Item: 6	Unidade: UNIDADE	Marca: Hammy	Modelo:	
Descrição: PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW) - PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW): Resolução Full HD nativa; luminosidade mínima de 4.000 lumens; conexões HDMI e USB; alto-falante integrado; compatível com notebooks e desktops; controle remoto incluso.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 634,99**		Total Item: 634,99	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 634,99				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:2E7DEF2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO 82

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
CONTRATO Nº 82

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos

Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 44/2026, homologado em 07/10/2026, integrante do Processo Administrativo nº 103/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa 66.095.953 MURILO MARIOTO PAPA, CNPJ nº 66.095.953/0001-99, com endereço RUA PARÁ, CEP 87023080, representada por MURILO MARIOTO PAPA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 101.852.809-19, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **A aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo do Município de Paiçandu/PR, em substituição a equipamentos obsoletos, depreciados e/ou inexistentes.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 09 de outubro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
66.095.953 MURILO MARIOTO PAPA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 856	1.540,00	**Total: 1.540,00**
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: EPSON	Modelo: L3250	
Descrição: IMPRESSORA COLORIDA MULTIFUNCIONAL - IMPRESSORA COLORIDA MULTIFUNCIONAL:Tecnologia de tanque de tinta; funções de impressão, cópia e digitalização; impressão colorida; conexão Wi-Fi e USB; alimentador automático de folhas; impressão frente e verso automática; compatível com Windows 11.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 1.540,00**			Total Item: 1.540,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.540,00				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:47F13490

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO 83

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
CONTRATO Nº 83

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 44/2026, homologado em 07/10/2026, integrante do Processo Administrativo nº 103/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 39.304.546/0001-71, com endereço RUA JHON LENNON 225, CEP 83050380, representada por ERIVELTON MACHADO FERREIRA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 021.844.889-92, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **A aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo do Município de Paiçandu/PR, em substituição a equipamentos obsoletos, depreciados e/ou inexistentes.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.
19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade

gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia

pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 09 de outubro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 533	7.850,00	**Total: 7.850,00**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: AIOX	Modelo: AIOX G200	
Descrição: COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO - ESTAÇÃO DE TRABALHOPROCESSADOR INTEL CORE I7 DE 14ª GERAÇÃO OU SUPERIOR - COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO - ESTAÇÃO DE TRABALHO: Processador Intel Core i7 de 14ª geração ou superior, ou AMD Ryzen 7 série 8000 ou superior, com mínimo de 12 núcleos ou desempenho equivalente; placa de vídeo dedicada com mínimo de 8GB GDDR6, equivalente ou superior à NVIDIA RTX 4060; memória RAM mínima de 16GB DDR5 5600MHz ou superior; armazenamento SSD NVMe M.2 PCIe com capacidade mínima de 1TB e velocidade mínima de leitura de 5.000MB/s (não será aceito SSD SATA convencional); placa-mãe compatível com o processador, com Wi-Fi e Bluetooth integrados, portas USB 3.2 ou superior e rede Gigabit; fonte de alimentação mínima de 650W reais, 80 Plus Bronze ou superior, com PFC ativo e proteções elétricas; monitor mínimo de 24" IPS Full HD, com entrada HDMI; teclado padrão ABNT2 e mouse USB inclusos; sistema operacional Windows 11 Pro original e licenciado; garantia mínima de 12 (doze) meses.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 7.850,00**		Total Item: 7.850,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 7.850,00				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:D805710B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 08/2026

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, torna pública a **REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2026,** cujo objeto consiste no credenciamento de pessoas jurídicas para a permissão temporária de uso de espaço público destinado à exploração comercial de alimentos e bebidas na Praça de Alimentação do Palmeira Moto Festival, previsto para o dia 13 de setembro de 2026, na Praça Marechal Floriano Peixoto, no Município de Palmeira – PR.

A revogação foi formalizada por ato da autoridade competente, observadas as disposições legais aplicáveis.

09 de outubro de 2026

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Secretário de Cultura e Comunicação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:FEBAB515

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 09/2026 – MOISÉS AMÉRICO BARBOSA NETO

Referente ao Credenciamento n.º 04/2025 – Processo Administrativo n.º 22384/2025
Termo de Credenciamento n.º 10/2025 – Processo Administrativo n. 10155/2026

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: MOISÉS AMÉRICO BARBOSA NETO
CNPJ: 15.524.603/0001-60

Objeto: Credenciamento de empresas para fornecimento sob demanda de ferramentas, tintas e acessórios, materiais elétricos, materiais hidráulicos, e materiais de construção em geral.

Período de vigência: O presente credenciamento encerra-se em 11 de setembro de 2027.

Data da assinatura: 09/10/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:4CFE0DF9

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.459, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 - INSTITUI O PROGRAMA "LEI MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA", DESTINADO À PREVENÇÃO E AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Fica instituído, o Programa "Lei Maria da Penha vai à Escola", destinado à promoção de ações educativas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.
Parágrafo Único. A execução do programa será definida e regulamentada, se necessário, pelo Poder Executivo.
Art. 2º São objetivos do Programa "Lei Maria da Penha vai à Escola":
I - contribuir para o conhecimento da comunidade escolar sobre a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;
II - promover a reflexão sobre a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher;
III - estimular o respeito aos direitos humanos e à igualdade entre homens e mulheres, contribuindo para a prevenção de situações de violência;
IV - orientar a comunidade escolar quanto à importância da identificação e da denúncia de situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como quanto à existência das medidas protetivas previstas na Lei Federal nº 11.340, de 2006; e
V - fomentar a cultura de respeito, de não violência e de igualdade nas relações sociais e familiares.

Art. 3º As ações relacionadas ao Programa poderão compreender atividades educativas, palestras, debates, campanhas, oficinas, materiais informativos e outras iniciativas compatíveis com os objetivos desta Lei.
Parágrafo Único. A Administração Pública poderá firmar parcerias com outros órgãos ou entidades para a execução das atividades previstas nessa Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D806E534

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2026 – TEMA: PAUTAS DO RPPS

Comitê de Investimentos

Ata da sessão ordinária do dia 02 de outubro de 2026 – Tema: pautas do rpps

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Palmeira, sob a presidência da Sra. Francine Albuquerque Cruz, com a presença do membro José Marcos Dziadzio, contando ainda com a participação do Assessor Financeiro do RPPS, João Jeives Pinheiro, para tratarem de assuntos relacionados à gestão dos recursos previdenciários. Aberta a sessão, foi inicialmente analisada a documentação referente ao META 11 SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA – CNPJ nº 42.922.247/0001-05, especialmente o Edital de Convocação para Consulta Formal da Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 09 de outubro de 2026, às 23h59, tendo como matéria a deliberação sobre a aprovação das contas e demonstrações contábeis do Fundo referentes ao exercício social encerrado em 31 de maio de 2026.
Na sequência, foi apresentado aos membros do Comitê o Parecer Técnico elaborado pela Crédito & Mercado, referente à matéria constante da ordem do dia, tendo sido analisadas as demonstrações contábeis do Fundo e o relatório de auditoria independente. O relatório de auditoria concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de maio de 2026 e o desempenho de suas operações no exercício. Após análise do parecer e da documentação apresentada, os membros do Comitê acompanharam o entendimento da consultoria e deliberaram pela aprovação da matéria.
Em seguida, a matéria foi submetida à votação por meio da plataforma eletrônica da Administradora. Conforme comprovante de votação, o voto do Regime Próprio de Previdência Social foi registrado e contabilizado em 02 de outubro de 2026, às 15h58min54s, com manifestação favorável à aprovação da matéria, correspondente à aprovação das contas e demonstrações contábeis do META 11 SMALL CAP, totalizando 43.959,637 cotas. Dessa forma, o voto foi aprovado.
Na sequência, o Comitê de Investimentos analisou a posição dos recursos mantidos na conta nº 21.382-9 – REGIME P P SOCIAL RPPS, junto ao Banco do Brasil, ...verificando saldo de R$ 24.041,50 no fundo BB Previd RF Perfil – CNPJ nº 13.077.418/0001-49. Considerando a necessidade de direcionamento dos recursos para o fluxo financeiro do RPPS e a manutenção de maior liquidez, os membros deliberaram pela realocação integral do saldo existente no BB Previd RF Perfil, no valor de R$ 24.041,50, para o BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO – CNPJ nº 63.197.387/0001-38.
Posteriormente, foi analisada a posição dos recursos mantidos na conta nº 15.588-8 – RPPS FINS PREVIDENCIARIOS, junto ao Banco do Brasil, sendo identificado saldo de R$ 3.333.214,23 no fundo BB Previd RF Perfil – CNPJ nº 13.077.418/0001-49 e de R$ 547.150,86 no BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO – CNPJ nº 63.197.387/0001-38. Considerando a necessidade de direcionamento de recursos para o fluxo financeiro do RPPS, os membros deliberaram pela realocação de R$ 1.500.000,00 do BB Previd RF Perfil para o BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO. Após análise, a proposta foi submetida à votação e aprovada pelos membros presentes.
Na sequência, o Assessor Financeiro sugeriu o encaminhamento de comunicação aos fundos de investimento que atualmente se encontram desenquadrados em relação às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, com o objetivo de consultar as respectivas instituições quanto à eventual intenção de promover alterações em sua estrutura de administração, especialmente mediante mudança de administrador, visando à adequação dos fundos aos requisitos estabelecidos pela referida Resolução. Os membros do Comitê de Investimentos, após apreciação da sugestão, acataram o encaminhamento proposto, ficando o Assessor Financeiro responsável pelo envio das respectivas comunicações e posterior apresentação das respostas ao Comitê para análise e eventual deliberação.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Presidente do Comitê de Investimentos

JOSÉ MARCOS DZIADZIO
Membro do Comitê de Investimentos

JOÃO JEIVES PINHEIRO
Assessor Financeiro – RPPS de Palmeira

Publicado por:
Lucas Herique Fonseca
Código Identificador:AF89DC15

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.331 DE 08/10/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA PARA O COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.331 DE 08/10/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA PARA O COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Onde se lê: Cíntia Liberto

Leia-se: Cinthia Liberto

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS
(Decreto Nº 19.358 de 03/06/2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:A679F5DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 26.669, DE 09/10/2026 - ADIANTAMENTO NATASHA SAIDES CAMARGO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 11530/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Natasha Saides Camargo	*118.xxx.xxx-45*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A90173DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 26.670, DE 09/10/2026 - ADIANTAMENTO ADRIANA ROCHINSKI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 11532/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Adriana Rochinski	*021.xxx.xxx-65*	*R$ 500,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1C8A1213

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE CANCELAMENTO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2026, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2025 – O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA**, portador da cédula de identidade **R.G n° 4.323.609-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 024.319.929-50**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.878/2025 e O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA, pessoa juridica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 02.976.530/0001-03, localizada na Rua Washington Luiz, n° 1.010, Vila Bom Gosto, Aguai/SP, CEP: 13.863-024, neste ato representada pela Sra. THANYLLA DOS SANTOS MORAIS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n° 221.254.148-13**:

CONSIDERANDO o contido na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão magnético ou eletrônico, munidos de senha de acesso, para aquisição de gêneros de alimentação e vestuário em estabelecimentos comerciais do município (supermercados, padarias, armazéns, lojas e similares), com bloqueio para a compra de bebidas alcoólicas e cigarros, destinados a auxílio-cidadania, através da Secretaria Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO as informações constantes no Memorando nº 282/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como a comunicação formal apresentada pela contratada, na qual relata enfrentar dificuldades financeiras decorrentes de bloqueios judiciais que restringem a movimentação de suas contas bancárias e a disponibilidade de recursos necessários a regular execução contratual;
CONSIDERANDO a solicitação de cancelamento amigável formalizada pela empresa, bem como o deferimento da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, por fim, as disposições legais constantes Lei nº 14.133/2021 e também no Decreto nº 11.462/2023, capítulo VI mais precisamente no artigo 29, as quais possibilitam o cancelamento dos preços registrados, *in verbis:*

Art. 29. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I – por razão de interesse público;
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

DECIDEM CANCELAR AMIGAVELMENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 44/2026, proveniente do Pregão Eletrônico n° 91/2025 cuja empresa contratada trata-se de **O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA**, e a todos os termos dele decorrentes.

Palmeira, data da assinatura eletrônica.

O 2 Plus Card Instituicao de Pagamentos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 02.976.530/0001-03
THANYLLA DOS SANTOS MORAIS
CPF/MF sob o nº 221.254.148-13
Contratada

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A2688097

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 1563/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2024 – O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA**, portador da cédula de identidade **R.G n° 4.323.609-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 024.319.929-50**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.878/2025 e O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA, pessoa juridica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 02.976.530/0001-03, localizada na Rua Washington Luiz, n° 1.010, Vila Bom Gosto, Aguai/SP, CEP: 13.863-024, neste ato representada pela Sra. THANYLLA DOS SANTOS MORAIS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n° 221.254.148-13**:

CONSIDERANDO o Contrato nº 1563/2024, resultante do Pregão Eletrônico nº 80/2024, cujo objeto consiste no Registro de Pregos para eventual contratação sob demanda de empresa para prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão magnético ou eletrônico, munidos de senha de acesso, para aquisição de gêneros de alimentação e vestuário em estabelecimentos comerciais do município (supermercados, padarias, armazéns, lojas e similares), com bloqueio para a compra de bebidas alcoólicas e cigarros, destinados a auxilio-natalidade, através da Secretaria Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO as informações constantes no Memorando nº 281/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como a comunicação formal apresentada pela contratada, na qual relata

enfrentar dificuldades financeiras decorrentes de bloqueios judiciais que restringem a movimentação de suas contas bancárias e a disponibilidade de recursos necessários a regular execução contratual;
CONSIDERANDO a solicitação de rescisão amigável formalizada pela empresa, bem como o deferimento da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, por fim, no que tange a legalidade do pedido, a Lei Federal nº 14.133/21 que regulou o certame prevê no artigo 137, inciso I:

Art.137.Constituirão motivos para extinção do contrato:
III-razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

DECIDEM DE RESCINDIR O CONTRATO Nº 1563/2024, proveniente do Pregão Eletrônico n° 80/2024 cuja empresa contratada trata-se de **O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA**, e a todos os termos dele decorrentes.

Palmeira, data da assinatura eletrônica.

O 2 Plus Card Instituicao de Pagamentos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 02.976.530/0001-03
THANYLLA DOS SANTOS MORAIS
CPF/MF sob o nº 221.254.148-13
Contratada

_____

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A01FF6A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.627, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 - DISCIPLINA AS AÇÕES DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 PARA OS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO os fundamentos dos artigos 216 e 226 da Resolução nº 01, de 24 de janeiro de 2006, Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de ações necessárias para o encerramento do exercício financeiro de 2026, com vistas ao atendimento da legislação vigente;

CONSIDERANDO que os procedimentos contábeis do SIAFIC observarão as normas gerais de consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, relativas à contabilidade aplicada ao setor público e à elaboração dos relatórios e demonstrativos fiscais;

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos tratados nesse Decreto atendem às normas de Direito Financeiro previstas na legislação vigente e objetivam o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, e propiciam a disponibilização de informações necessárias à prestação de contas anual do exercício financeiro de 2026.
Art. 2º O cronograma de atividades e as datas a serem observadas na execução orçamentária, financeira e contábil estão definidos no Anexo I, parte integrante desse Decreto.
§ 1º Para fins de cumprimento dos prazos e das normas estabelecidas neste Decreto, fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a proceder, quando necessário, mediante prévia comunicação, o bloqueio de funcionalidades dos Sistemas Informatizados de Gestão.
§ 2º A não observância dos prazos dispostos no Anexo I a que se refere o caput poderá implicar na responsabilidade dos servidores públicos encarregados das informações, ensejando apuração de responsabilidade de ordem funcional nos termos da legislação vigente.
Art. 3º A partir da publicação deste Decreto e até a remessa final da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado, via SIM – AM (Sistema de Informação Municipal – Atualização Mensal), são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, auditoria, apuração orçamentária e inventário em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
Art. 4º Para fins de encerramento do exercício fica estabelecido, no Anexo I desse Decreto, o último dia para empenhamento de despesas de todas as Secretarias Municipais, para todas as fontes de recursos.
Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo às despesas:
I - Relativas à folha de pagamento e respectivas obrigações patronais;
II - Classificáveis na função 28 – Encargos Especiais;
III - necessárias à aplicação mínima de recursos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;
IV - Custeadas com recursos recebidos oriundos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, bem como as suportadas com recursos provenientes de Operações de Crédito, com receita efetivamente arrecadada;
V - Decorrentes de sentenças judiciais e respectivas custas, cujo pagamento tenha que ser efetuado até o final do exercício, na forma do art. 100 da Constituição da República;
VI - as decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida;
VII - aquelas que, em caráter excepcional, forem expressamente autorizadas pelo Ordenador de Despesa, observado o disposto no inciso II do art. 50 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.
Art. 5º O saldo dos recursos financeiros decorrentes de repasses ao Poder Legislativo deverá ser devolvido ao Poder Executivo até a data estabelecida no Anexo I desse Decreto.
Parágrafo único. Transcorrida a data prevista no *caput* deste artigo, sem que tenha havido a devolução dos saldos, a Contabilidade efetuará o registro da inscrição do repasse diferido.
Art. 6º As ordens bancárias destinadas ao pagamento de despesas que devam se processar até o encerramento do exercício, independentemente da fonte de recurso, deverão ser emitidas até às 17h do dia 22/12/2026.

Art. 7º Serão inscritas em Restos a Pagar as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, considerando o limite do saldo das disponibilidades financeiras, e demais disposições previstas na Instrução Normativa nº 30/2022, a qual dispõe sobre a regulamentação e procedimentos a serem adotados para inscrição e cancelamentos de restos a pagar.
Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, e para efeitos de inscrição em restos a pagar processados, serão consideradas liquidadas, ainda que pendentes de apresentação dos documentos fiscais, as despesas de competência do exercício financeiro de 2026 relacionadas a:
I - Tarifas e taxas referentes à utilização de serviços de água, esgoto, telefonia, acesso à internet, energia elétrica e serviços postais-telegráficos;
II - Despesas lastreadas em contratos de duração continuada, cujo objeto, ou parcela deste seja cumprido e atestado pela Administração Municipal até 31 de dezembro, referentes a aluguéis, serviços em geral, consultorias, obras e instalações.
Art. 8º Para fins de inscrição dos Restos a Pagar, o montante das disponibilidades financeiras corresponderá, para cada fonte de recurso, ao somatório do saldo das contas do Ativo Circulante – Subgrupo Disponível, deduzido do total do saldo das contas do

Passivo Circulante, relativas a obrigações financeiras a pagar, apurados em 31 de dezembro de 2026.

Parágrafo Único. No cálculo das disponibilidades financeiras, serão considerados:
a) valores registrados no Ativo Circulante, no grupo de contas relativas às transferências voluntárias da União ou Estado;
b) os valores relativos às parcelas de Operações de Crédito já contratadas e pendentes de liberação pela instituição financeira, necessários para assegurar o pagamento de empenhos já emitidos à conta desses recursos;
c) repasse diferido de que trata o parágrafo único do art. 5º, deste Decreto.
Art. 9º As despesas não liquidadas, que por consequência não representam obrigação líquida para a Administração Municipal, e que serão executadas no próximo exercício financeiro, terão seus empenhos cancelados, devendo os respectivos valores serem evidenciados conforme o disposto no art. 55, III, "b", item "4", da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 10 Fica expressamente vedada a inscrição em Restos a Pagar Não- Processados de despesas empenhadas para atendimento de:
I - Adiantamentos em geral;
II - Diárias de viagem;
III - convênios de transferência de recursos;
IV - Despesas de pessoal em geral, ativo e inativo, e respectivos encargos sociais;
V - Auxílios e outros benefícios de natureza previdenciária ou assistencial;
VI - Sentenças judiciais;
VII - indenizações e restituições de qualquer natureza;
VIII - contribuições ao PASEP;
IX - Demais empenhos a serem avaliados pelo departamento de contabilidade, finanças e orçamento.
Art. 11 Compete à Secretária Municipal de Finanças, observadas as disposições anteriores, decidir e indicar ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento, no prazo estabelecido no Anexo I deste Decreto, as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.
Art. 12 Até o final do exercício financeiro, o responsável pelo Setor de Tesouraria deverá levantar, nas instituições financeiras que operam com o Município de Palmeira, todas as contas bancárias ativas e inativas vinculadas ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) administrado pelo Município, para fins de verificação e conciliação dos registros contábeis e para que se proceda à solicitação de encerramento das contas bancárias em desuso.
§1º Todos os recursos existentes nas contas bancárias apuradas a partir do levantamento de que trata o *caput* deste artigo deverão estar devidamente contabilizados, inclusive os recursos de terceiros que, transitoriamente, estejam em poder do Município de Palmeira.
§2º Os recursos ingressados nas contas bancárias, cuja origem for desconhecida, de forma a impedir a correta classificação da receita, deverão ser registrados na conta contábil 4.9.1.0.1.00.00.00 - VPA a Classificar - Consolidação, até sua devida regularização.
Art. 13 Para fins de observância do regime de competência, bem como a observância do item 5 da NBC T 16.10, aprovada pela Resolução nº 1.137/2008, do Conselho Federal de Contabilidade, os rendimentos de aplicações financeiras do exercício financeiro de 2026, cujo valor somente possa ser conhecido após
31 de dezembro, poderão, excepcionalmente, ser registrados como receita orçamentária daquele exercício, até o dia 12 de janeiro de 2027.
Art. 14 Compete aos responsáveis pelos serviços contábeis dos órgãos e das entidades da administração pública municipal realizarem a conciliação de todas as contas bancárias sob sua responsabilidade, até o encerramento do exercício.
§1º Os valores a conciliar nas contas contábeis deverão ser corrigidos até o encerramento do exercício.
§2º No caso de registros contábeis cuja efetivação bancária ocorra apenas após o encerramento do exercício, os mesmos devem ser registrados em conciliação bancária com histórico e data de regularização.
§3º A conciliação das contas bancárias que tiveram movimentação bancária após o dia 20 de dezembro de 2026, devem ser finalizadas até o dia 12 de janeiro de 2027.
Art. 15 Para fins de fechamento do Balanço Anual, o Departamento de Patrimônio e Almoxarifado, pertencente à Secretaria Municipal de Gestão Pública, responsável pelo inventário dos bens permanentes existentes sob guarda ou responsabilidade do Município de Palmeira, como também dos bens de consumo existentes no almoxarifado, deverá entregar o levantamento efetuado até a data definida no Anexo I desse Decreto.
Art. 16 Deverá ser entregue através de processo administrativo à Controladoria Geral do Município, relação do inventário de bens, bem como as Declarações de Regularidade dos Inventários dos Bens em Almoxarifado e do Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis (inventário por conta contábil) e estoque, firmada pelo Diretor de Almoxarifado e pelos secretários municipais correspondentes. Após análise, o controle interno deverá enviar ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento.
Parágrafo único. Se na conclusão do inventário forem constatadas inconsistências ou irregularidades que venham a impossibilitar a emissão das Declarações de que trata o *caput* deste artigo, deve-se de imediato abrir processo administrativo para apuração da não conformidade.
Art. 17 Para fins de apuração do superávit financeiro, ou insuficiência financeira, o saldo das disponibilidades deverá ser desdobrado por fonte de recurso, confrontadas com as respectivas obrigações, também por fonte de recurso.
Art. 18 As disponibilidades por fontes de recursos decorrentes de cancelamentos de "Restos a Pagar" e de outros passivos financeiros não reverterão à conta de superávit financeiro no mesmo exercício do cancelamento, salvo quando comprovada a ocorrência de eventos subsequentes ao encerramento do balanço que justifiquem a revisão da apuração do superávit financeiro.
Art. 19 Após o término do exercício, podem ser pagas por dotações de Despesas de Exercícios Anteriores, quando essas devidamente reconhecidas pela autoridade competente e obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica, as seguintes despesas:
I - Não processadas em época própria, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las;
II - De "Restos a Pagar" com prescrição interrompida; e
III - relativas a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
§ 1º Os empenhos e os pagamentos à conta de Despesas de Exercícios Anteriores somente podem ser realizados quando houver processo protocolado e autuado no órgão administrativo, contendo os seguintes elementos:
I - Reconhecimento expresso da dívida pela autoridade competente;
II - Manifestação fundamentada da Procuradoria-Geral do Município quanto à possibilidade e legalidade da realização do pagamento reclamado, além da análise quanto à ocorrência ou não de prescrição em favor da administração municipal, nos termos do Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, e do Decreto-Lei Federal nº 4.597, de 19 de agosto de 1942; e
III - autorização expressa da autoridade competente para que se efetue o empenho e o pagamento da dívida à conta de Despesas de Exercícios Anteriores.
§ 2º O processo administrativo que trata o § 1º deste artigo deverá ficar arquivado no arquivo geral digitalmente, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
§ 3º Na realização de empenhos para pagamentos de Despesas de Exercícios Anteriores, devem ser observados, além das disponibilidades orçamentárias, os limites financeiros impostos por decreto de programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso vigente.
Art. 20 A inscrição de Restos a Pagar em desacordo com as disposições deste Decreto, quando comprovada a má fé, pode ensejar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra quem lhe der causa.
Art. 21 Fica delegada à Secretaria Municipal de Finanças competência para edição de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 22 Eventuais ações não especificadas neste decreto de encerramento de exercício serão avaliadas pela Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 23 As ações relacionadas a adiantamentos e diárias deverão ser normatizadas em Decreto próprio.
Art. 24 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

ANEXO I
CRONOGRAMA DE AÇÕES

Procedimentos a Executar	Data Limite
A secretaria municipal de finanças realizará abertura de processo administrativo ao Departamento de Captação de Recursos , com o objetivo de consolidar e apresentar relatório detalhado contendo: • Relação das emendas parlamentares e convênios vigentes, especificando a situação de cada um (em andamento, paralisado ou concluído); • Identificação das emendas que necessitam de prestação de contas, devolução de recursos ou regularização documental; • Em trabalho conjunto com a contabilidade e tesouraria, realizar a indicação dos valores empenhados, liquidados e pagos, bem como o saldo a executar; • Descrição das pendências e providências necessárias para finalização dos objetos conveniados; • Outras informações relevantes para o encerramento contábil e orçamentário do exercício de 2026.	19/10/2026
Os processos de licitações com vinculação da solicitação de despesa deverão ser protocolados até o dia 16/11/2026 para que percorram os trâmites sem morosidade a fim de empenhar o mesmo, até o dia 16/12/2026.	16/11/2026
O departamento de compras e licitações estabelece que a abertura dos processos administrativos para contratações diretas por meio de dispensa e inexigibilidade, deverão ser abertas até o dia 16/11/2026 tempo hábil para que o processo seja finalizado até o dia 16/12/2026.	16/11/2026
Abertura de processos administrativos que visam a emissão de aditivos contratuais	16/11/2026
Encaminhamento de pedido de créditos adicionais ao orçamento vigente.	19/11/2026
Publicação em diário oficial do plano de contratações anual (PCA) para o exercício de 2027	30/11/2026
A Procuradoria Geral do Município encaminhará ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento o estudo analítico dos processos judiciais, contendo a indicação dos valores e estimativas classificados de risco como prováveis, possíveis e remotos, para fins de mensuração, reconhecimento e evidenciação das provisões e passivos contingentes.	01/12/2026
Processos administrativos de licitações por registro de preços, (sem vinculação à solicitação de despesa), deverão ser protocolados até o dia 01/12/2026.	01/12/2026
Data limite para empenhamento das despesas fixas de competência dezembro/2026.	01/12/2026
Encaminhamento de solicitações de compras.	01/12/2026
O setor de tesouraria encerra as correções necessárias para o fechamento das conciliações bancárias do exercício de 2026, exceto para o mês de dezembro.	12/12/2026
O departamento de contabilidade, finanças e orçamento junto com o departamento de arrecadação mobiliária realizarão a revisão dos códigos de receitas para o exercício de 2027, conforme orienta o Tribunal de Contas do Estado do Paraná	11/12/2026
O Setor de Tesouraria encerra nas Instituições Financeiras todas as contas bancárias sem movimentação, sem saldo financeiro e inativas por no mínimo dois (02) anos, exceto as contas de convênios e programas ativos, sempre procedido de processo administrativo.	11/12/2026
O Setor de Tesouraria informa ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento a relação das contas bancárias encerradas nas Instituições Financeiras que ainda constam no Sistema de Informatiza de Gestão – Módulo Contabilidade, para sua desativação.	11/12/2026
Emissão de solicitações de despesas de peças, abastecimento de veículos e manutenções veiculares deverão ser emitidas até dia 15 de dezembro (exceto saúde e assistência social). Entretanto, serão verificados os casos de eventuais emergências.	15/12/2026
Pedidos para emissão de nota de empenho (exceto os casos especificados neste Decreto).	15/12/2026
Data limite para envio de notas fiscais com retenções ao setor de liquidação, inclusive relativas a medições de obras	15/12/2026
Entrega de documentos fiscais referentes a recebimento de mercadorias e serviços.	15/12/2026
O Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento verificará junto à Procuradoria Geral do Município a atualização de valores de precatórios decorrentes de demandas judiciais no exercício de 2027.	15/12/2026
Execução de lançamentos de liquidação da despesa.	18/12/2026
Entrega pelo Departamento de Almoxarifado, do relatório de conclusão dos inventários de bens, valores e estoque, evidenciando eventuais diferenças, relatório de bens por conta contábil e as respectivas providências adotadas. O referido departamento deverá apresentar à Secretaria Municipal de Gestão Pública que irá validar a documentação, posteriormente encaminhando à Controladoria Geral do Município o termo de posse de bens por Órgão/secretaria, com assinatura do ordenador (a) da respectiva pasta. Após validação, o processo administrativo será encaminhado ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento para lançamentos no sistema informatizado.	18/12/2026
Indicar as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos, bem como declaração firmada pelos ordenadores de despesa e respectivo Núcleo Administrativo e Financeiro (NAF), de que todas as despesas do exercício de 2026 encontram-se devidamente empenhadas através do sistema informatizado de gestão.	18/12/2026
Data limite para pagamento do décimo terceiro salário	20/12/2026
Emissão de ordens bancárias destinadas ao pagamento de despesas que devam se processar até o encerramento do exercício, independentemente da fonte de recurso.	22/12/2026
O Poder Legislativo devolve até dia 31/12/2026 ao Poder Executivo os valores correspondentes às sobras de repasses não utilizados ou não comprometidos no exercício financeiro.	31/12/2026
Disponibilização do Orçamento de 2027 no sistema informatizado de gestão para fins de registro dos atos e fatos relacionados à execução orçamentária da receita e da despesa para o exercício de 2027.	A partir de 01/01/2027
O Departamento de Compras e Licitações informa que não é recomendado o agendamento de licitações próximo ao final do exercício devido às festividades de final de ano e as férias coletivas dos fornecedores, que acaba por restringir a participação nas licitações, o que pode prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa para à Administração Pública. Assim as Secretarias devem se planejar para a abertura normal dos processos de despesas a partir do dia 01/01/2027.	A partir de 01/01/2027
O Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento encerra os registros contábeis da receita referentes a dezembro/2026.	11/01/2027
O Setor de Tesouraria levanta junto às Instituições Financeiras, a relação de contas bancárias, inclusive as de aplicação e poupança, com seus respectivos saldos, em 31/12/2026 e proceder, se necessário, a compatibilização com o sistema de cadastro de contas bancárias do setor de Contabilidade.	11/01/2027
O Departamento de Dívida Ativa encaminha à Secretaria Municipal de Finanças, a qual encaminhará posteriormente ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento para fins de registros contábeis: A) os valores a serem inscritos na dívida ativa tributária e não tributária do exercício de 2026, detalhados por tributo e/ou crédito; O Departamento de Dívida Ativa inscreverá o ano de 2026 em dívida ativa a partir da data de 01/01/2027 B) a posição final do estoque da dívida ativa em 31 de dezembro de 2026, detalhado por tributo e/ou crédito; C) relação das baixas da dívida ativa ocorridas no exercício de 2026, segregadas da seguinte forma: baixas pelo recebimento; baixas pelos abatimentos ou anistias previstas legalmente; baixas pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição; baixas por prescrição, baixas por dação em pagamento e/ou adjudicação; e outras baixas eventualmente lançadas. D) memorando informando o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município de Palmeira, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições e as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, nos termos do Art. 13 e 58, da Lei Complementar n°101/2000;	11/01/2027
O Setor de Tesouraria encerra as conciliações bancárias referentes a dezembro/2026.	11/01/2027
Apuração do resultado do exercício financeiro de 2026, a partir da qual o sistema estará desabilitado para qualquer registro contábil relativo ao exercício encerrado.	28/02/2027
O Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento emite as demonstrações contábeis da Administração Direta do exercício financeiro de 2026, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa.	31/03/2027
O Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento emite as demonstrações contábeis da Administração Direta e as demonstrações contábeis consolidadas do exercício financeiro de 2026, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa.	31/03/2027
Prazo limite para elaboração das notas explicativas do exercício de 2026, que integram as Demonstrações Contábeis.	30/04/2027

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:998164DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA MOTORISTA II PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 09 de outubro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 14 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Motorista II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 3723/2026.

Motorista II:

AMAURI DA LUZ

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:25C2F3E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 09 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 14 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 13493/2026.

PROFESSOR 20H:

MAIARA ASSUNCAO;
MARINEUSI CALDAS BORDIGNON

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6F384599

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 19.632, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 18.178, DE 15 DE ABRIL DE 2025

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, bem como o contido nos Procedimentos Administrativos n° 9995/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do art. 1º do Decreto nº 18.178, de 15 de Abril de 2025, que nomeia Agentes de Contratação, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação Permanente, que serão responsáveis pela condução dos processos de despesa protocolados, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 1º** ----------*
I - Agentes de Contratação:
Denise Baggio, matrícula funcional nº 301581;
Osmair Lederer, matrícula funcional nº 301525;
Scheila Tatiana Rogalski Cordeiro, matrícula funcional nº 204497;
Pregoeira: Maria Eduarda Ratko Jantara, matrícula funcional nº 204335;
Suplente: Denise Baggio, matrícula funcional nº 301581;

----------"(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2026, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 18.178, de 15 de Abril de 2025.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8407FB66

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICAÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 – ASSISTÊNCIA SOCIAL - MOTORISTA II

Palmeira, 07 de outubro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 01/2026 – Assistência Social, de 04 de março de 2026, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, o candidato não se classificou, resultando em sua eliminação da lista geral de classificados, conforme parecer exarado pelo Procuradoria Jurídica do Município, de acordo com o Processo Administrativo Nº 8622/2026

Nome completo: Ivo Francisco Alves de Oliveira
Inscrição: 249
Emprego público: Motorista II

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto Nomeação 17.878/2025

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:7BC35427

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 1300/2022

CONTRATANTE: Município de Palmeira – PR.
CONTRATADA: Hammer Construções e Incorporações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.569.078/0001-85.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 10464/2026.
OBJETO: Retificação do valor do Contrato nº 1300/2022, referente à execução de obras e serviços para construção da Estratégia de Saúde da Família de Witmarsum, mediante supressão do montante de R$ 13.579,37 (treze mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos), correspondente a serviços não executados.
JUSTIFICATIVA: A alteração visa à adequação do valor contratual registrado à situação apurada ao término da execução, bem como à regularização das informações constantes no sistema Módulo Obras, integrante do SIM-AM, considerando a inexistência de execução ou obrigação financeira remanescente relativa ao valor suprimido, conforme documentação constante do processo administrativo.
Permanecem inalteradas as demais condições contratuais.

Palmeira, data da publicação.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:18A853A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1673/2025

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON, portador da cédula de identidade R.G n° 12.382.056-88 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 089.187.509-35, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.880/2025, doravante denominado LOCATÁRIO e MURIEL TEIXEIRA PIANOWSKI, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 481.729.365-91, a seguir denominado LOCADOR**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 7690/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1673/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 10/10/2026 até a data de 10/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato n.º 1673/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:763D56D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 064/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 064/2026

SÚMULA: Concede Diária (s) à Servidor da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária à Servidor desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Servidor: FERNANDO CARNEIRO
Data início: 09/10/2026
Data fim: 09/10/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) MEIA DIÁRIA
VALOR UNIT. R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais).
VALOR TOTAL: R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais).
Município de destino/UF: GUARAPUAVA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4109401
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Deslocamento ao município de Guarapuava/PR para transporte de vereadora Izildinha Burei
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 09 de Outubro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:A8E5D438

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA Nº 21 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 21 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Férias a Servidora Pública e dá outras providências.

a Presidente da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, parágrafo único, inciso XIX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital, resolve:

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias de férias à servidora pública **EDIANE COLUCCI FERRERIA**, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2025 a 05 de março de 2026, para serem usufruídas no período de **13 à 16 de outubro de 2026**, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos 78 a 81 da Lei Municipal 14/91 – Estatuto do Funcionário Público de Palmital.

Art. 2º Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no próximo dia útil subsequente (**19 de outubro de 2026)**.

Art. 3º Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:F15AC060

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2026

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 046/2025

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 152/2025, que entre si celebram o Município de Palmital, Estado do Paraná, e AMANDA TEIGAO MULLER (PET SHOP), para prorrogação do prazo de vigência e renovação do valor contratual.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: AMANDA TEIGAO MULLER- PET SHOP, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA XV DE NOVEMBRO 434, 434 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob 11.530.358/0001-42, neste ato representada por sua representante legal, Senhora **AMANDA TEIGÃO MULLER**, portador do RG:96149859 e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.410.829-19

As partes acima qualificadas, com fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, o relatório de fiscalização, a manifestação de interesse da CONTRATADA, a demonstração de vantajosidade, a declaração de disponibilidade orçamentária, o parecer jurídico e a autorização da autoridade competente constantes do processo administrativo em epígrafe, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes.
CLÁUSULA PRIMEIRA, DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 152/2025, cujo objeto é a prestação de serviços veterinários especializados em castração e microchipagem de cães e gatos e o fornecimento de rações para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, com a renovação do valor contratual para o novo período.
CLÁUSULA SEGUNDA, DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 152/2025 por 12 (doze) meses, passando a vigorar de 24 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2027.
CLÁUSULA TERCEIRA, DO VALOR
Para o período prorrogado, fica renovado o valor contratual de R$ 44.452,96 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente ao valor original do contrato, mantidos os mesmos preços unitários e quantitativos pactuados.
Parágrafo único. Em decorrência do presente Termo Aditivo, o valor global do Contrato nº 152/2025 passa de R$ 44.452,96 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos) para R$ 88.905,92 (oitenta e oito mil, novecentos e cinco reais e noventa e dois centavos).
CLÁUSULA QUARTA, DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato nº 152/2025 não modificadas pelo presente Termo Aditivo, as quais as partes ratificam integralmente.

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmital, Estado do Paraná, para dirimir as questões oriundas do presente Termo Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.
Palmital, Paraná, 24 de Outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

AMANDA TEIGAO MULLER (PET SHOP)
Contratada
Contratada

Testemunhas:

_____
CPF:

2. _____
CPF:

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:0213CB84

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1689/2026**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, COM BASE NOS DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2018, DEFERE REQUERIMENTO E RESOLVE CONCEDER DIÁRIAS (S), PARA DESLOCAMENTO DO SERVIDOR CONFORME ESPECIFICADO A SEGUIR:

NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CPF N. º** 031.137.989-30

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE CURITIBA- PR, PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (E-SUS-AF).

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAIDA:30/09/2026
DATA DE RETORNO:02/10/2026
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE:** 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE: (**X) SIM () NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: 1.000,00 (HUM MIL REAIS)

PALMITAL, 28 DE SETEMBRO DE 2026.

JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:E9585CCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1700/2026
A Secretária Municipal de Educação do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: SUZIELEN SOARES KLABUNDE
CARGO: PROFESSORA - PEDAGOGA
CPF N° 072.129.379-40 **MATRÍCULA n.º** 50661
OBJETIVO DA VIAGEM: III SEMINÁRIO DE PRÁTICAS COM FOCO DA GESTÃO E ALFABETIZAÇÃO - SEMPRE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/09/2026
Data de Retorno: 30/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: PITANGA - PR **Código do IBGE**: 4119608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 30 de Setembro de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal da Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:CDC892E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N. 1701/2026
A Secretária Municipal de Educação do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: CLAUDETE DE FÁTIMA ANDREOTE DE ALMEIDA
CARGO: PROFESSORA
CPF N° 810.620.529-00 **MATRÍCULA N.º** 50521
OBJETIVO DA VIAGEM: III SEMINÁRIO DE PRÁTICAS COM FOCO DA GESTÃO E ALFABETIZAÇÃO - SEMPRE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/09/2026
Data de Retorno: 30/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: PITANGA - PR **Código do IBGE**: 4119608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99- OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 30 de Setembro de 2026.

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:5CF1FE26

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1702/2026
O Prefeito do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: ANDRESSA NAIRNE
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CPF N° 084.413.229-29 **MATRÍCULA n.º** 54549
OBJETIVO DA VIAGEM: III SEMINÁRIO DE PRÁTICAS COM FOCO DA GESTÃO E ALFABETIZAÇÃO - SEMPRE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/09/2026
Data de Retorno: 30/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL

CIDADE DE DESTINO: PITANGA - PR **CÓDIGO DO IBGE**: 4119608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 30 de Setembro de 2026.

JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:8ACE860C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1703/2026
A Secretária Municipal de Educação do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: VANDERLEI RETCHESKI
CARGO: PROFESSOR - PEDAGOGO
CPF N° 073.221.189-10 **MATRÍCULA n.º** 51335
OBJETIVO DA VIAGEM: III SEMINÁRIO DE PRÁTICAS COM FOCO DA GESTÃO E ALFABETIZAÇÃO - SEMPRE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/09/2026
Data de Retorno: 30/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: PITANGA - PR **Código do IBGE**: 4119608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 30 de Setembro de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal da Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:553C33AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

O Prefeito Interino do Município de Palmital, Estado do Paraná, **ROBERTO CARLOS ROSSI**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 02/2026, publicado no Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp) e no Portal da Transparência do Município (http://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-concursos) na data de 18/06/2026, observando-se as vagas previstas no Edital e valendo-se da existência de vagas conforme Leis Municipais, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS** na função de **PROFESSOR,** relacionados no Anexo I deste edital.

Os convocados deverão comparecer, durante o período de **09/10/2026** (data inicial) **a 16/10/2026** (data final) **das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palmital,** para a entrega dos documentos constantes no anexo II deste edital tudo na forma dos itens 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7.

Ficam advertidos os convocados, que o seu não comparecimento no prazo mencionado implicará na perda da classificação e automaticamente o ente público convocará o candidato seguinte.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 09 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal Interino

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

Cargo: **PROFESSOR**
Classificação: 40º – Nome: GRACIELE DOS SANTOS VAZ RIBEIRO – Data Nasc.: 05/06/1985
Classificação: 41º – Nome: ELENA KAVIAK – Data Nasc.: 31/12/1981

ANEXO I I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

(Documentação Necessária Para Contratação: original e cópia)

CARTEIRA DE IDENTIDADE;
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF;
TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;
CARTEIRA DE RESERVISTA OU EQUIVALENTE (SOMENTE PARA OS CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO);
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE E DA FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO;
CERTIDÃO DE CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL;
PIS/PASEP (FRENTE E VERSO);
DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR ACÚMULO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, EXCETO OS PREVISTOS EM LEI;
CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO;
COMPROVANTE DE ENDEREÇO;
EXAME ADMISSIONAL;
DEMAIS DOCUMENTOS QUE O MUNICÍPIO VIER A EXIGIR.

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:D874459B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 605/2026

PORTARIA Nº 605/2026

SÚMULA: Concede Promoção Horizontal a Servidores Públicos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Palmital, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER

Art. 1º - Conceder Promoção Horizontal aos Servidores Públicos pertencentes à cargos efetivo/estatuário admitidos através do Concurso 01/2015, constantes da relação abaixo:

53970 – ELIO SANDRO PAWLUK

Classe/Nível atual: C – 03
Classe/Nível após avaliação: C – 04
53978 – LUCAS SCHOMA CASTANHARI
Classe/Nível atual: B – 03
Classe/Nível após avaliação: B – 04
53975 – LUIZ ANTONIO DE FREITAS
Classe/Nível atual: B – 03
Classe/Nível após avaliação: B – 04
53976 – MARIA JOSÉ VELOZO DA SILVA
Classe/Nível atual: C – 03
Classe/Nível após avaliação: C – 04

2º- Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 09 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:E91393E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATA-AUDIÊNCIA PÚBLICA-PODER EXECUTIVO-2º QUADRIMESTRE 2026.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE TEVE POR FIM OUVIR A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO, SENHORA VERÔNICA MARODIM MARQUES, SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PODER EXECUTIVO REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

PRESIDENTE: IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES

Às quinze horas foi aberta a audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paranaguá, que teve por fim ouvir a Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento, a senhora Secretária Verônica Marodim Marques, relatar o cumprimento das Metas Fiscais do Poder Executivo do 2º Quadrimestre de 2026, conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e Edital nº 03/2026 da Comissão de Finanças e Orçamento. PRESIDÊNCIA: "Quero passar sem mais delongas, a palavra à senhora Secretária Verônica Marodim Marques." VERÔNICA MARODIM MARQUES – "Boa tarde a todos os presentes, aos Excelentíssimos membros do Poder Legislativo, aos cidadãos de Paranaguá e a todos que nos acompanham nesta transmissão. Em estrito cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, a Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento dá início a esta Audiência Pública. Esta sessão tem como principal compromisso apresentar com total transparência e responsabilidade o cumprimento das metas fiscais, a evolução da dívida pública do nosso município, relativos ao 2º Quadrimestre de 2026. Passaremos a palavra ao senhor Kelvin – Superintendente Contábil da Secretaria da Fazenda." KELVIN ROSA – "Cumprimento o vereador Irineu, muito obrigado, Presidente da Comissão. Cumprimento a todos, uma boa tarde! Iniciamos esta Prestação de Contas com o início por base do parecer da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei 101/2000, no artigo 9º, onde no parágrafo 4º vai informar que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro a Secretária de Fazenda ou o Secretário de Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada Quadrimestre e trajetória de dívida em Audiência Pública na Comissão referida no parágrafo 1º do artigo 166 da Constituição, ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais. Por isso aqui estamos, para fazer esta Prestação de Contas com base nas informações referentes ao 2º Quadrimestre do ano de 2026, informações estas que foram encaminhadas aos senhores vereadores, à Câmara, à Comissão de Finanças, com o prazo de quarenta e oito horas anteriores, foi enviado na segunda-feira. E como forma, nós utilizamos para apresentação o modelo de Audiência Pública, que Audiência Pública é uma das formas de participação de controle popular da Administração Pública num Estado Social e Democrático de Direito. Ela propicia ao particular a troca de informações com o Administrador, e assim o exercício da cidadania e o respeito ao princípio do devido processo legal em sentido substantivo. E para isso, nós tratamos, nesta forma de Audiência Pública, em alguns modelos com objetivos, primeiramente o objetivo é demonstrar as Receitas Arrecadadas no Período – o período, eu reforço, é o 2ºQuadrimetre/2026; apresentar as Despesas Empenhadas; apresentar o Quadro Geral das Dívidas do Município; também avaliar os Índices Legais de Aplicação em Saúde, Educação e Despesa com Pessoal. Desde já eu quero agradecer a todos os envolvidos em relação à Secretaria da Fazenda, tanto os servidores, quanto os cargos comissionados, assim também como toda a Administração Pública, desde os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito do Município de Paranaguá e todos aqueles Secretários e Secretárias, servidores, cargos comissionados que fazem parte da demonstração desses valores. Para iniciar a Prestação de Contas sobre a primeira parte do Quadro das Receitas Arrecadadas no Município durante o período do 1º Quadrimestre, eu chamo o Superintendente Especial, o senhor Antônio Oliveira, para dar início às atividades." ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Desejo uma boa tarde a todos! Cumprimento esta Comissão, o Presidente Irineu e a todos os seus membros, aos vereadores aqui presentes e a todos aqueles que nos assistem. Como a Prestação de Contas é referente ao 2º Quadrimestre, eu vou estar abordando junto a vocês as Receitas desempenhadas nesse período. E é uma Audiência super importante porque é o momento em que a gente traz à transparência todas as Receitas, todas as Despesas, e a gente consegue acompanhar a aplicação desses recursos de acordo com cada Secretaria. Começando com as Receitas Efetivamente Arrecadadas, eu vou estar abordando os números de uma maneira reduzida - ate porque os números são expressivos, e a participação desses números dentro do Quadrimestre em relação ao valor orçado que tem disponível." ******** receitas EFETIVAMENTE arrecadadas. **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal) **********
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre Receitas Correntes) "Das Receitas Correntes, a abertura dessas Receitas, nós temos os nossos tributos municipais e também os tributos que são de origem federal." **********
RECEITAS CORRENTES**********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal) **********
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre IPTU) "Essa queda um pouco mais expressiva no 2º Quadrimestre se dá porque o IPTU ele tem um desempenho melhor no 1º Quadrimestre, porque os contribuintes eles acabam pagando à vista, então, na sequência, eles vão pagando os parcelamentos." (Sobre ITBI) "Que é o imposto sobre as transações imobiliárias. (...) Demonstra um melhor desempenho realmente, a cidade tem feito muitas transações imobiliárias e tem uma elevação nesse imposto." (Sobre ISSQN) "Que é o nosso Imposto Sobre Serviços. (...) Realmente teve um valor um pouco maior, porque a gente tem fomentado muitas ações junto a parte econômica da cidade. Nós temos também o nosso Nota Parnanguara que tem alavancado muito essa questão do ISS também, já tem nos ajudado, é um programa recente, a mudança, mas a gente já consegue entender algumas mudanças em relação ao ISS." **********
TAXAS **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal) **********

ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre Taxas pelo poder de Polícia) "Lembrando que o 1º Quadrimestre ele é um pouco mais expressivo, porque ali as Taxas de Alvará elas têm o vencimento no início, e, na sequência, a de Vigilância Sanitária que vão vencer todas em julho. Então, quando a gente fala em Quadrimestre a gente tem essas diferenças." ********
Taxas – Poder de Polícia **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre Taxas de Vigilâncias Sanitária) "Então vocês veem que no 1º Quadrimestre ela tem um desempenho de 67, agora 103, justamente porque essa taxa ela começa a vencer agora em julho." (Sobre Taxas de Licença de Funcionamento - Alvará) "Então o maior desempenho foi no 1º Quadrimestre, até em função do vencimento ser bem no início no ano." **********
Taxas – Prestação de Serviço **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre Taxas de Limpeza e Coleta de Lixo) "Essa é uma taxa que ela vem junto com o carnê do IPTU, por isso que às vezes a gente tem um pouco dessa diferença de um Quadrimestre para o outro." **********
CONTRIBUIÇÕES **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre COSIP) "Essa também é uma taxa que ela anda muito de acordo com o valor que é faturado nas faturas de energia elétrica, então a gente percebe que no início do ano como às vezes utiliza-se bandeira vermelha, utiliza-se muito mais energia, então acaba tendo um desempenho um pouco maior em relação ao outro Quadrimestre. E temos a COSIP também que é aquela que vem cobrada no carnê do IPTU, que é quando é um terreno, é uma edificação que não tem ainda a energia elétrica instalada e a gente acaba cobrando no carnê do IPTU." **********
RECEITA PATRIMONIAL **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
TRANSFERÊNCIAS **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
Transferência da União **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
Transferências do Estado **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre IPVA) "Lembrando que essa estimativa do IPVA a gente já considerou aquela queda, a redução da alíquota, que hoje é 1.9% no Paraná." *********
Multigovernamentais **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
OUTRAS RECEITAS CORRENTES **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre Multas e Juros de Mora) "Aqui tivemos até um salto em relação a esse 2º Quadrimestre, porque nós temos uma multa judicial que foi aplicada por danos ambientais, e essa multa ela acabou entrando aqui no 2º Quadrimestre." (Sobre Demais Receitas Correntes) "Lembrando que aqui também tem a compensação pelas desafetações que estão entrando nesse 2º Quadrimestre." **********
****
RECEITA DE CAPITAL **********

Fonte: Sistema Elotech (Receita Anual - Arrecadação Mensal)
****
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – (Sobre Alienação de Bens/Transferências de Capital) "Quando a gente faz a desafetação e a venda desses bens, o valor pago pelo bem entra aqui na Receita de Capital." **********
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA **********

Fonte: Sistema LRF (RREO - Anexo III)
****
ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "E agora na parte das Despesas eu vou repassar para a Secretária Verônica Marodim, que vai estar explanando para vocês esses números. Obrigado." **********
DESPESAS **********

Fonte: Sistema Elotech (Balanço orçamentário)
Fonte: Sistema Elotech (Execução orçamentária – relatório de transferência concedidas e recebidas)
****
VERÔNICA MARODIM MARQUES – (Sobre Interferências - Legislativo) "Que são os repasses para a Câmara." **********
DESPESAS CORRENTES **********

Fonte: Sistema Elotech (Balanço orçamentário)
Fonte: Sistema Elotech (Relatório de Empenhos emitidos por elementos de despesa)
****
VERÔNICA MARODIM MARQUES – (Sobre Serviços Pessoa Física) "Que são os serviços administrativos, estagiários." (Sobre Serviços Pessoa Jurídica) "Que são nossos contratos gerais." (Sobre Outras Despesas Correntes) "Que são as despesas de manutenção do Município." *********
DESPESAS DE CAPITAL **********

Fonte: Sistema Elotech (Balanço orçamentário)
Aplicações Constitucionais – Despesas de Educação **********

Fonte: SIM-AM (MDE)
VERÔNICA MARODIM MARQUES – (Sobre Índice – Educação) "O Índice Anual é de 25%, fechamos com 27,83, então estamos dentro do esperado." **********
Aplicações Constitucionais – Despesas de Saúde **********

Fonte: SIM-AM (Relatório RREO saúde)
****
VERÔNICA MARODIM MARQUES – (Sobre Índice – Saúde) "Aplicações seriam 15%, estamos com o Índice de 18,01, significando que estamos investindo em Saúde dentro do esperado." *******
Aplicações Constitucionais – Despesas com Pessoal **********

Fonte: Sistema Elotech (Relatório RGF)
****
VERÔNICA MARODIM MARQUES – (Sobre Índice – Despesas com Pessoal) "Ainda a gente não tem o oficial do Tribunal de Contas, quando sair a gente traz a esta Casa o valor atualizado." *****
DESPESAS POR SECRETARIA **********

Fonte: Sistema Elotech (Empenhos emitidos por órgão)
****

Fonte: Sistema Elotech (Empenhos emitidos por órgão)
*SEMOP = Investimentos em Obras e Instalações = R$ 83.873.659,79
****

Fonte: Sistema Elotech (Empenhos emitidos por órgão)
****

Fonte: Sistema Elotech (Empenhos emitidos por órgão)
Restos a Pagar ********

Fonte: Sistema Elotech (Anexo XII – Balanço Orçamentário)
Dívida Pública Consolidada********

Fonte: Sistema Elotech (Anexo II - RGF demonstrativo da dívida consolidada líquida)
****

VERÔNICA MARODIM MARQUES – "Finalizamos agora a nossa apresentação e nos colocamos à disposição para perguntas." PRESIDÊNCIA – "Secretária Verônica, quero começar perguntando para a senhora, primeiro, feliz de ver o gasto com a Secretaria de Educação em 31% e com a Saúde em 26%, a obrigação do Município é 15% para a Saúde e 25% para a Educação. Então estamos acima do Índice, gastando com Educação e com Saúde, o que é muito bom. Mas só a dúvida que me restou, é sobre os 113% de aumento de gastos da Secretaria de Esportes. Eu vou falar o porquê que eu acho e vocês confirmam se sim ou não. Foi devido aos pagamentos que tivemos deste ano, que saíram Bolsa Auxílio, Bolsa Atleta, foi isso?" VERÔNICA MARODIM MARQUES – "Isso mesmo." ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "É que vieram alguns investimentos, até vocês podem ver muita coisa no Esporte acontecendo também, é até uma prioridade este ano do Governo. Então, realmente, entra a questão do Bolsa Atleta, algumas ações do Esporte na cidade inteira, então esse é o reflexo dentro dessa Despesa." PRESIDÊNCIA – "Algum vereador alguma pergunta?" Luiz de Sá Maranhão Neto – "Boa tarde a todos. Só fazer um pingue-pongue que fica mais fácil, não é? Observando Antônio e Secretária, a página 6, embora já tenha levantado, o Refis do IPTU, mesmo no 2º Quadrimestre, teve Refis, mas, mesmo assim, deu uma queda, não é? Ou está em dia? Ou tem muita inadimplência?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Não, a gente tem uma certa inadimplência, mas assim, o que a gente tem observado é que ela vem reduzindo muito, até em função desse modelo de Refis que, vereador, a gente tem feito, que é essa questão de você fazer a entrada com cem por cento de juros e multas eliminados, mas a gente faz o parcelamento. Então muitas pessoas fazem a adesão. E também tem essa questão de no começo do ano as pessoas já se prepararem para pagar à vista e pegarem os descontos, então por isso que acaba tendo um desempenho maior, mas o Refis também entra nessa conta aqui." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Fazendo um cálculo rápido aqui, página 11, as Transferências, a estimativa e o fechamento talvez não fechem, não é? A gente tem como suportar tudo isso?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Até o Kelvin aqui também pode me ajudar nesse ponto, algumas Transferências elas acabam tendo um desempenho um pouco maior, não é, Kelvin? No 1º Quadrimestre. E também temos algumas questões relacionadas à questão de período eleitoral. Então a gente tem essa questão de até sessenta e cinco por cento, se eu não me engano, das Emendas Parlamentares elas não podem ser executadas antes do primeiro semestre que vem o pleito, e apenas aquelas que são previstas em orçamento ou já tenham algum tipo de empenho, daí elas podem acabar sendo desempenhadas. Então a gente acaba tendo um pouco também de reflexo aqui." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Chamou a atenção, e a gente tinha discutido na última reunião do 1º Quadrimestre, o efeito que daria essa redução do IPVA, não é? E o Governo não compensou, não é?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Eles tinham até uma estimativa, vereador, eu até estava comentando com o Superintendente aqui o André, eles estavam focando muito na questão da redução na inadimplência, até pela baixa da alíquota, e também aquelas questões de repatriarem muitos veículos aqui para o Paraná, então eles utilizaram como base isso aí para fazer a justificativa da compensação dessa perda." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Mas não aconteceu, não é?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Eu não sei se na questão do Paraná, mas aqui para nós a gente teve uma redução muito drástica. Para você ter uma ideia, se eu não me engano, no orçamento está vinte e oito milhões, mas a previsão inicial era em torno de trinta e quatro, trinta e cinco milhões." Luiz de Sá Maranhão Neto – "O senhor veja, a previsão de vinte e oito, no 1º Quadrimestre – dezesseis milhões, mas o 2º - quatro milhões!" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "E isso que no orçamento já está ajustado com essa redução, mas a previsão inicial no ano passado era de quase trinta e cinco milhões!" Luiz de Sá Maranhão Neto – "Eu queria alguma explicaçãozinha sobre a página 14, Antônio e Secretária, essas Outras Transferências aqui, está muito discrepante o valor, não é?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Acho que é justamente isso, não é, Kelvin?" Luiz de Sá Maranhão Neto – "O previsto e o ocorrido." KELVIN ROSA – "No caso das Outras Transferências Multigovernamentais, os quarenta mil, elas se tratam de transferências de instituições tanto privadas quanto de pessoas físicas. No caso do 2º Quadrimestre nós tivemos transferências de pessoas físicas para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no valor de quarenta mil reais. Por isso há uma discrepância em relação ao valor porque não é um valor propriamente mais estimado." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Outra coisa que me chamou a atenção, a Receita de Capital aqui, o previsto, também é bem discrepante os valores, não é, gente? Página 16. Alienação de Bens/Transferências de Capital – tinha uma previsão aqui de oitenta e seis." KELVIN ROSA – "Isso. Ela também se faz nesse parâmetro, de que você não faz uma parametrização orçamentária muito óbvia, muito clara. Mas isso é um parâmetro orçamentário padrão em relação aos princípios de contabilidade em relação a isso." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Secretária, a senhora falou das Despesas com Pessoal - 50,08, está dentro do limite?" VERÔNICA MARODIM MARQUES – "A gente não tem ainda os números fechados pelo Tribunal, até porque a gente está mudando de sistema." ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "O Prudencial ele é 50,30 e o teto máximo é 54. Então a gente está até abaixo um pouco do Prudencial, mas é algo que a gente tem que ficar sempre no controle ali. E depende muito da Receita Corrente Líquida, porque quando a gente tem essa comparação, do quanto que a gente paga de Folha em relação à Receita Corrente Líquida, acaba tendo algumas discussões." PRESIDÊNCIA – "O ideal é ficarmos em 48, não é?" VERÔNICA MARODIM MARQUES – "O ideal é 48,6." KELVIN ROSA – "Só para complementar, esse parecer de Despesas com Folha de Pagamento, foram muito discutidas as questões da FASP, o contrato de gestão da FASP, que enquadrou dentro do 1º Quadrimestre e saíram no 2º Quadrimestre em relação ao parâmetro do contrato de gestão." Luiz de Sá Maranhão Neto – "No 2º Quadrimestre a FASP não está?" KELVIN ROSA – "Isso. Exatamente." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Mas o Índice já está de 50." KELVIN ROSA – "Isso." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Se a FASP estivesse poderia..." KELVIN ROSA – "Como que funciona, vereador, o cálculo do Índice ele feito pelo valor dos últimos doze meses, da Receita Corrente Líquida e dos valores tanto das Receitas e das Despesas com Folha de Pagamento dos últimos doze meses. A ação que foi feita da extinção da FASP, com a aprovação até da maioria dos vereadores que aqui estão, ela foi muito válida, mas para Índice de Folha de Pagamento ela só vai valer com base aqui a um ano. Esse período é um período muito drástico, por isso que as ações em relação à Secretaria da Fazenda, o Município, com a contenção dos gastos das Despesas em relação à Despesa de Folha de Pagamento durante esse período, elas são necessárias para que no futuro a gente possa colher os créditos." Luiz de Sá Maranhão Neto – "A gente vem sempre com a 'faca no pescoço' nessa questão do Índice da Folha de Pagamento. Não sei se tem verba para isso, não seria a hora de ter um plano de demissão incentivado para aqueles que querem se aposentar, como forma de dar uma equalizada na Despesa com a Folha de Pagamento?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Hoje tem essa questão da idade limite, os servidores podem ficar até setenta e cinco anos, e tem até o incentivo do Abono Permanência para alguns servidores. Então tem essas questões, uma série de questões que eu acho que a gente precisa discutir melhor quando a gente olha para desempenho de gasto, até para a gente ter um saneamento melhor das contas públicas em relação à Folha de Pagamento. Então acredito que isso realmente deve ser uma pauta importante." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Obras públicas – Página 24. A previsão, cento e dezoito milhões, gente, e aí tem no 1º Quadrimestre com onze milhões, e dez milhões." ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "É que aqui, vereador, isso é uma

coisa que a gente discute muito até no ramo da contabilidade, não é, Superintendente Kelvin? Então o que a gente acaba observando aqui? Uma coisa é você ter um orçamento destinado para esses investimentos, mas assim, depende muito do desempenho de caixa também. Porque orçamento, eu tenho uma previsão, mas tem que ver o desempenho de caixa para ver se você tem esse dinheiro para você poder ter esse compromisso. E o que acaba não acontecendo, muitas vezes a gente tem outras prioridades. É claro que a Secretaria de Obras, a gente tem visto muitas ações, até o desempenho dela aumentou em relação à recapeamento asfáltico, à reforma da infraestrutura, mas muitas vezes a gente não tem esse fluxo de caixa disponível para compatibilizar com o orçamento que nós temos lá." Luiz de Sá Maranhão Neto – "Obrigado Presidente. Obrigado ao pessoal da Secretaria. Boa sorte para vocês!" PRESIDÊNCIA – "Muito obrigado, vereador Luizinho, por colaborar tão brilhantemente com a nossa Prestação de Contas! Também temos o vereador Wilson Carvalho conosco." Wilson Pereira Carvalho – "Boa tarde a todos. A única pergunta que eu tenho que falar, que eu estou chegando agora, mas por essa equipe de profissionais que está colocando a casa em ordem, estão de parabéns, sinal que está dando certo, a equipe está formada. Agradecer a oportunidade de estar acompanhando esse lindo trabalho de vocês. Estão de parabéns. Obrigado." PRESIDÊNCIA – "Obrigado, vereador Wilson, pela contribuição. Pessoal da equipe, alguma coisa a acrescentar?" ANTÔNIO JOSÉ LIRA DE OLIVEIRA – "Não, tranquilo! Só agradecer esse momento e também a gente gostaria de fazer o convite a vocês, aproveitando esta sessão, dia quatorze de outubro nós temos o Seminário de Reforma Tributária, as inscrições pelo Sympla, é um evento da Prefeitura e veio muito de encontro a essas questões orçamentárias, porque a gente vai discutir muitos aspectos da reforma que podem realmente atingir o nosso litoral. Já até troquei uma ideia com o vereador Luizinho ali sobre algumas questões, e a gente precisa realmente discutir o litoral, aqui principalmente Paranaguá, para ver como é que a gente vai estar perante essa reforma tributária. Então convido vocês a participarem do evento." PRESIDÊNCIA – "Que bom! Se puder formalizar esse documento à Casa, peço para o vereador Adalberto dirigir a todos os gabinetes, acho muito importante os legisladores estarem a par disso aí também. Obrigado a todos pela explanação." Não havendo mais perguntas, o senhor Presidente agradeceu a participação de todos, em especial a explanação da senhora Secretária Municipal, senhora Verônica Marodim, e sua equipe, e declarou encerrada a presente audiência pública às quinze horas e trinta e nove minutos e ordenou que se lavrasse a presente Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. ***********

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
Presidente

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:ED13AA02

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATA-AUDIÊNCIA PÚBLICA-PODER LEGISLATIVO-2º QUADRIMESTRE 2026.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, QUE TEVE POR FIM OUVIR A DIRETORA DO DEPARTAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL, SENHORA DULCE MARA NUNHEZ DIAS, SOBRE A AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO PODER LEGISLATIVO REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

PRESIDENTE: IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES

Às dezesseis horas e vinte minutos foi declarada aberta a audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paranaguá, que teve por fim ouvir a senhora Dulce Mara Nunhez Dias, responsável pelo setor Contábil e Financeiro, relatar o cumprimento das metas fiscais do Poder Legislativo referentes ao 2º Quadrimestre de 2026. Conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e Edital nº 03/2026 da Comissão de Finanças e Orçamento. PRESIDÊNCIA: "Passamos a palavra à senhora Dulce Mara Nunhez Dias. Muito boa tarde!" DULCE MARA NUNHEZ DIAS – "Boa tarde a todos. A gente vai fazer uma apresentação, esta apresentação é dividida em Quadrimestre, sobre o Orçamento da Câmara." ******************

ORÇAMENTO 2026 – VISÃO GERAL************

Orçamento Total 2026 Câmara Municipal de Paranaguá	R$ 53,90 mi
Despesas Correntes 83,2% do orçamento	R$ 44,85 mi
Despesas de Capital 16,8% do orçamento	R$ 9,05 mi

DESPESAS CORRENTES - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ******************

Conta	Valor Orçado
Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 24.240.000,00
Obrigações Patronais	R$ 2.300.000,00
Obrigações Patronais - RPPS	R$ 2.200.000,00
Despesas Variáveis	R$ 300.000,00
Indenizações e Restituições	R$ 415.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 104.000,00
Sentenças Judiciais	R$ 56.000,00
Total 1 – Pessoal e Encargos Sociais	R$ 29.615.000,00

DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS *******************

Conta	Valor Orçado
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 5.041.000,00
Auxílio Alimentação	R$ 4.600.000,00
Material de Consumo	R$ 795.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 550.000,00
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	R$ 600.000,00
Locação de Mão de Obra	R$ 500.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 500.000,00
Serviços de Tecnologia da Informação	R$ 1.400.000,00
Outras Despesas de Pessoal – Contratos de Terceirização	R$ 409.000,00
Serviços de Consultoria	R$ 250.000,00
Diárias	R$ 300.000,00
Indenizações e Restituições	R$ 175.000,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	R$ 50.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 25.000,00
Auxílio Transporte	R$ 20.000,00
Sentenças Judiciais	R$ 20.000,00
Total 2 – Aplicações Diretas	R$ 15.235.000,00
DESPESAS DE CAPITAL ***************	
Conta	Valor Orçado
Obras e Instalações	R$ 4.000.000,00
Aquisição de Imóveis	R$ 3.000.000,00
Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.000.000,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	R$ 50.000,00
Total 3 – Despesas de Capital	R$ 9.050.000,00
ORÇAMENTO TOTAL (1+2+3)	R$ 53.900.000,00

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA***************

Orçamento Total	53.900.000,00
(-) Despesas Correntes	19.850.729,70
(-) Despesas de Capital	1.400,00
Saldo a Executar	34.047.870,30

EXECUÇÃO JAN-AGO 2026 *************

Execução Orçamentária por Natureza da Despesa – Apenas Grupos com movimentação. *********

Conta	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Saldo R$
Vencimentos e Vantagens Fixas	5.880.754,11	6.324.908,20	12.034.337,69
Obrigações Patronais – INSS	552.538,14	656.246,58	1.091.215,28
Obrigações Patronais – RPPS	356.606,22	395.723,93	1.436.100,91
Despesas Variáveis – Serviço Extraordinário	32.942,08	23.633,24	243.424,68
Outros Benefícios Assistenciais – (Auxílio Saúde)	118.362,09	150.516,60	331.121,31
Diárias	7.517,23	10.920,21	281.562,56
Material de Consumo	183.753,66	47.776,15	563.470,19

EXECUÇÃO JAN-AGO 2026 *************

Execução Orçamentária por Natureza de Despesa **************

Conta	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Saldo R$
Passagens e Despesas de Locomoção	30.496,42	5.841,39	463.662,19
Serviços de Consultoria	136.422,67	0,00	113.577,33
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.867,36	0,00	546.132,64
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.587.470,76	209.972,31	3.242.556,93
Serviços de Tecnologia da Informação	349.457,51	55.568,57	994.973,92
Auxílio Alimentação	1.127.755,01	1.386.549,35	3.472.244,99

****

DULCE MARA NUNHEZ DIAS – (Sobre Serviços de Consultoria) - "Como é contrato, ele só aparece só no primeiro." (Sobre Serviços de Terceiros - Pessoa Física) - "Esse Serviços de Pessoa Física era o Libras, que nós tínhamos um intérprete que era pessoa física." *******************

EXECUÇÃO JAN-AGO 2026 **************

Execução Orçamentária por Conta ****************

Conta	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Saldo R$
Indenizações e Restituições	1.671,60	17.355,83	155.972,57
Equipamentos e Material Permanente	1.400,00	0,00	1.998.600,00
TOTAL	10.371.014,86	9.285.012,36	26.968.953,19

PESSOAL

Desdobramento da Despesa com pessoal **************

Verba Remuneratória	1º Quadrimestre R$	2º Quadrimestre R$
Subsídios Agentes Políticos	1.249.682,05	1.318.561,61
Vencimentos – Comissionados	1.386.987,71	1.863.335,62
Gratificação por Exercício de Funções	1.238.333,89	1.375.627,16
Vencimentos – Efetivos	1.190.221,75	1.180.125,39
Férias	435.003,89	184.092,93
Gratificação por Tempo de Serviço	218.022,40	275.851,20
13º Salário	27.600,98	9.647,81
Abono de Permanência	41.823,84	45.642,24
Licença Saúde	49.581,13	27.887,87
Adicional de Periculosidade	38.704,06	40.167,87
Adicional Noturno	4.792,41	3.968,50
Total Empenhado – Despesa com Pessoal	5.880.754,11	6.324.908,20

Desdobramento - Material de Consumo*************

Descrição da Despesa	Valor Empenhado 1º Quadrimestre R$	Valor Empenhado 2º Quadrimestre R$
Gasolina	81.583,10	0,00
Gás	1.938,00	0,00
Gêneros Alimentícios	72.293,56	18.525,60
Material de Limpeza	4.439,00	20.069,20
Material de Expediente	19.200,00	0,00
Material Elétrico e Eletrônico	0,00	7.081,35
Material de Sinalização	3.025,00	0,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.275,00	0,00
Material de Consumo – Pronto Pagamento	0,00	2.100,00
Total do Grupo	183.753,66	47.776,15

DULCE MARA NUNHEZ DIAS – (Sobre Gasolina) - "É o contrato, então ele está empenhado só no primeiro, sendo utilizado no restante do ano." (Sobre Gás) - "É a mesma coisa." (Sobre Material de Consumo – Pronto Pagamento) - "Que é o adiantamento de algumas despesas." **************

Desdobramento - Serviços de Terceiros **************

Descrição da Despesa	Valor Empenhado 1º Quadrimestre R$	Valor Empenhado 2º Quadrimestre R$
Serviços Técnicos Profissionais (Estágio/Libras)	800.744,14	28.360,88
Locação de Bens (Veículos)	312.788,50	0,00
Manutenção de Máq. e Equip. (Ar-condicionado)	70.687,00	10.560,00
Manutenção de Veículos (Lavagem)	8.525,00	0,00
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	9.050,00	0,00
Assinatura de periódicos e anuidades	411,00	0,00
Energia Elétrica	170.000,04	0,00
Serviços de Treinamento	57.200,00	0,00
Telecomunicações – Telefonia Fixa e Móvel	71.221,00	119.880,72
Festividades e Homenagens	41.800,00	42.753,80
Água e Esgoto	25.000,08	0,00
Serviços gráficos	1.200,00	0,00
Multas e Juros	25,38	0,00
Serviços Apoio Administrativo - Jardinagem	16.125,84	0,00
Serviços de Publicidade Legal	1.760,00	6.283,56
Serviços Bancários	632,78	633,35
Outros Serviços – Pagamento Antecipado	300,00	1.500,00
Total – Serviços de Terceiros	1.587.470,76	209.972,31

DULCE MARA NUNHEZ DIAS – (Sobre Serviços Técnicos Profissionais - Estágio/Libras) - "Nessa rubrica, é o contrato de estagiários e ele foi empenhado todo no primeiro para utilização em todo o ano." (Sobre Locação de Bens - Veículos) - "Também o contrato lá no primeiro quadrimestre." (Sobre Manutenção de Veículos - Lavagem) - "Somente no primeiro também o contrato." (Sobre Energia Elétrica) - "Também no primeiro, também é contrato. Tanto os serviços de energia elétrica, como a água e esgoto, eles são feitos no início do ano para o ano todo." (Sobre Telecomunicações – Telefonia Fixa e Móvel) – "Também é contrato." (Sobre Serviços Apoio Administrativo – Jardinagem) – "Contrato também." *******************

Setembro/2025 - Agosto/2026 **************

Gestão Fiscal - Despesa com Pessoal (LRF) *******************

Gasto com Pessoal / RCL Limite máximo definido pela LRF: 6%	1,91%
Receita Corrente Líquida (12 meses)	R$ 1.170.523.385,33
Gasto com Pessoal (12 meses)	R$ 22.299.562,88

Repasses Financeiros Recebidos – Câmara Municipal *******************

Data	Valor do Repasse R$	Acumulado R$
15/01/2026	4.918.368,00	4.918.368,00
19/02/2026	4.064.964,00	8.983.332,00
16/03/2026	4.491.666,00	13.474.998,00
16/04/2026	4.491.666,00	17.966.664,00
18/05/2026	4.491.666,00	22.458.330,00
17/06/2026	4.491.666,00	26.949.996,00
16/07/2026	4.491.666,00	31.441.662,00
18/08/2026	4.491.666,00	35.933.328,00

****

DULCE MARA NUNHEZ DIAS – (Sobre Repasses Financeiros Recebidos) – "Que a gente recebe do Município, que é o nosso Orçamento." (...) "E desse valor a gente repassa para a Paranaguá Previdência para pagamento de pensionistas e inativos, que é o Fundo Financeiro da Câmara." **************

Repasse Concedido – Paranaguá Previdência – (Inativos e Pensionistas) **************

Data	Valor do Repasse	Acumulado
23/01/2026	357.128,78	357.128,78
24/02/2026	357.128,78	714.257,56
20/03/2026	357.128,78	1.071.386,34
22/04/2026	357.128,78	1.428.515,12
21/05/2026	515.340,68	1.943.855,80
24/06/2026	359.974,98	2.303.830,78
24/07/2026	385.309,52	2.689.140,30
25/08/2026	634.229,01	3.323.369,31

Rendimentos de Aplicação Financeira Repassados à Prefeitura*************

Mês	Rendimentos R$	Acumulado R$
Janeiro	21.668,37	21.668,37
Fevereiro	30.090,96	51.759,33
Março	58.144,87	109.904,20
Abril	66.345,93	176.250,13
Maio	79.578,17	255.828,30
Junho	101.337,84	357.166,14
Julho	127.819,29	484.985,43
Agosto	125.457,15	610.442,58

POSIÇÃO FINANCEIRA *****************

Saldo Bancário em 31/08/2026 *************

Conta Movimento	R$ 14.498.610,63
Conta Consignação	R$ 75.334,79

DULCE MARA NUNHEZ DIAS – "Então estas são as informações contábeis do 1º e do 2º Quadrimestres. Estou à disposição para qualquer esclarecimento." PRESIDÊNCIA: "Concluída a explanação, passamos as perguntas aos vereadores." Wilson Pereira Carvalho – "Boa tarde. Só tenho a agradecer, bem explicado, as contas estão aí, o números estão aí, então corresponde àquilo que a gente precisava de ouvir." Não havendo mais perguntas, o senhor Presidente agradeceu a participação de todos, em especial a explanação da senhora Dulce Mara Nunhez Dias, e declarou encerrada a presente audiência pública às dezesseis horas e quarenta minutos e ordenou que se lavrasse a presente Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. *************

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
Presidente

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:84871C97

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 699/2026

"CONCEDE O TÍTULO DE HONRA AO MÉRITO AO SR. CARLOS ELÍSIO CONSTANTINO MENDES - CARLINHOS XERIFE."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art.1º - Fica concedido o Título de Honra ao Mérito ao Sr. **CARLOS ELÍSIO CONSTANTINO MENDES - CARLINHOS XERIFE**, em reconhecimento aos relevantes serviços por ele prestados à Comunidade do Litoral do Paraná, especialmente nas áreas da Educação, do Esporte e da Comunicação.
Art.2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
PARANAGUÁ, "PALÁCIO CARIJÓ", em 08 de outubro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:48A45DF2

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO 007/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2026

PARTES: PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
CARREIRA RH SOLUÇÕES EM RECURSOS HUMANOS LTDA,
inscrita no CNPJ sob o nº 62.443.319/0001-49,

VIGÊNCIA: 30/09/2026 a 29/09/2027 (12 MESES)

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial e manutenção preventiva/corretiva sob demanda", em atendimento às necessidades da Paranaguá Previdência.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 (Trezentos e sessenta) dias.

• **VALOR TOTAL:** R$ R$25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais).

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 007/2026 – Processo Administrativo nº 39289/2026.

CONTRATO: nº 007/2026 de 30/09/2026.

ASSINATURAS: Paranaguá Previdência: ALI EL KADRI
Fornecedor: Astrogildo Candido de Souza Junior

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:936E98AF

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 201/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 201, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O DIRETOR-PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 053, de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, pelo Decreto nº 630, de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463, de 01 de junho de 2015, e com o Decreto nº 1.426, de 16 de dezembro de 2025, considerando o Processo nº 78333/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora KARINA RODRIGUES POLICARPO PEREIRA, Controladora Previdenciária da Paranaguá Previdência, matrícula nº 90076-1, 01 (uma) diária, correspondente a 184 (cento e oitenta e quatro) UFM (Unidades de Valor Fiscal do Município), totalizando R$ 825,40 (oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos), para custear as despesas de viagem cm destino a Curitiba/PR, com saída no dia 13 de outubro e retorno no dia 14 de outubro de 2026.

Art. 2º A servidora beneficiária da diária participará do evento "PROGOV – Gestão que Transforma Políticas Públicas", realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e pela Escola de Gestão Pública (EGP), com apoio do Sistema Fiep.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 09 de outubro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor-Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:8D44AA81

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 202/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 202, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O DIRETOR-PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 053, de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, pelo Decreto nº 630, de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463, de 01 de junho de 2015, e com o Decreto nº 1.426, de 16 de dezembro de 2025, considerando o Processo nº 78333/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ALI EL KADRI, Diretor-Presidente da Paranaguá Previdência, matrícula nº 90072-1, 01 (uma) diária, correspondente a 184 (cento e oitenta e quatro) UFM (Unidades de Valor Fiscal do Município), totalizando R$ 825,40 (oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos), para custear as despesas de viagem com destino a Curitiba/PR, com saída no dia 13 de outubro e retorno no dia 14 de outubro de 2026.

Art. 2º O servidor beneficiário da diária participará do evento "PROGOV – Gestão que Transforma Políticas Públicas", realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e pela Escola de Gestão Pública (EGP), com apoio do Sistema Fiep.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 09 de outubro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor-Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:518D09A8

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 203/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 203, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O DIRETOR-PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 053, de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, pelo Decreto nº 630, de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463, de 01 de junho de 2015, e com o Decreto nº 1.426 de 16 de dezembro de 2025, considerando o Processo nº 78333/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUCIANA MARTINS CAMARGO, Diretora Administrativa da Paranaguá Previdência, matrícula nº 90027, 01 (uma) diária, correspondente a 144 (cento e quarenta e quatro) UFM (Unidades de Valor Fiscal do Município), totalizando R$ 645,96 (seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos), para custear as despesas de viagem com destino a Curitiba/PR, com saída no dia 13 de outubro e retorno no dia 14 de outubro de 2026.

Art. 2º A servidora beneficiária da diária participará do evento "PROGOV – Gestão que Transforma Políticas Públicas", realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e pela Escola de Gestão Pública (EGP), com apoio do Sistema Fiep.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 09 de outubro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor-Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:ABE4E9B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.213

DECRETO Nº 2.213

"Exonera Joyce Mara da Silva de Oliveira Farias Nascimento do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

EXONERAR,

JOYCE MARA DA SILVA DE OLIVEIRA FARIAS NASCIMENTO, do cargo de provimento em comissão de Coordenador-Geral, Símbolo DAS-3X, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:57AA2E37

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.214

DECRETO Nº 2.214

"Nomeia Joyce Mara da Silva de Oliveira Farias Nascimento para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), JOYCE MARA DA SILVA DE OLIVEIRA FARIAS NASCIMENTO, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Gerente, Símbolo DAS-2G, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3910B6EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.215

DECRETO Nº 2.215

"Nomeia Igor Ribeiro Santos para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), IGOR RIBEIRO SANTOS, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador-Geral, Símbolo DAS-3X, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E5F09C46

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.216

DECRETO Nº 2.216

"Nomeia Ezequias Batista para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), EZEQUIAS BATISTA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6D0D649C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.217

DECRETO Nº 2.217

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 6.839.895,89 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil e oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações:

Suplementação			
10		Secretaria Municipal de Saúde	
10.001		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0006.2.062		Atenção Primária em Saúde	
308 - 3.3.90.30.00.00	526	Material de consumo	1.000.000,00
314 - 3.3.90.39.00.00	526	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.000.000,00
318 - 4.4.90.52.00.00	526	Equipamentos e material permanente	469.987,00
10.001.10.302.0006.2.063		Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Rede de Urgência e Emergência	
332 - 3.3.90.39.00.00	526	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.349.036,00
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.002		Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002.08.243.0020.6.002		Piso de Alta Complexidade 1 - Criança e Adolescente - Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar.	
750 - 4.4.90.52.00.00	975	Equipamentos e material permanente	14.171,79
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.246.0053.2.207		Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
933 - 3.3.90.39.00.00	954	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.701,10
Total Suplementação:			6.839.895,89

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.03.23 Aplicação - SUAS - FNAS - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento	6.701,10
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.12 Incremento Temporário do Piso da Atenção Primária em Saúde (PAPS) Portaria 11.629/2026	4.000.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.13 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde-(MAC) Portaria 11.735/2026	88.239,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.14 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde-(MAC) Portaria 11.735/2026	381.748,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.15 Incremento Temporário ao Custeio Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (MAC-UPA)	500.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.16 Incremento Temporário ao Custeio Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (MAC-CAPS)	500.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.17 Incremento Temporário ao Custeio Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (MAC-UPA)	500.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.06.18 Incremento Temporário ao Custeio Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (MAC-CAPS)	849.036,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1.03.17 SUAS - FIA - Programa - PPMC IV. CEDCA 67/2025 - BB 109.570-6 (F-975) - Fonte: 1975	14.171,79
Total da Receita:	6.839.895,89

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1CFB3295

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.218

DECRETO Nº 2.218

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.245.0020.2.211		Piso de Média Complexidade - Serviço de	

		Atendimento - Centro POP	
842 - 3.1.90.11.00.00	970	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	235.000,00
844 - 3.1.90.16.00.00	970	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00
845 - 3.1.91.13.00.00	970	Contribuições patronais	38.000,00
846 - 3.3.90.08.00.00	970	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	12.000,00
Total Suplementação:			300.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Superávit financeiro, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso I da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2EDBF4C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.219

DECRETO Nº 2.219

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
22		Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação	
22.001		Gabinete do Secretário	
22.001.11.122.0029.2.216		Coordenação e Supervisão dos assuntos ligados geração de emprego e renda.	
1108 - 3.3.90.14.00.00	000	Diárias - civil	4.600,00
Total Suplementação:			4.600,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026.

Redução			
22		Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação	
22.001		Gabinete do Secretário	
22.001.11.122.0029.2.216		Coordenação e Supervisão dos assuntos ligados geração de emprego e renda.	
1109 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	4.600,00
Total Redução:			4.600,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:022200C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.220

DECRETO Nº 2.220

"Transpõe o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 349/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o cargo em comissão, sem necessidade de exoneração e nomeação:

I - do cargo de Superintendente, símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, para o cargo de Superintendente-Executivo, símbolo FG-A, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, ocupado por FABIOLA SOARES ARCEGA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5FDD64D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.732

LEI Nº 4.732, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"DENOMINA-SE DE CELSO CHICHORRO DE OLIVEIRA, A UMA RUA OU LOGRADOURO PÚBLICO DE PARANAGUÁ."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de CELSO CHICHORRO DE OLIVEIRA, a uma rua ou logradouro Público de Paranaguá.

Art. 2º Os órgãos competentes de nossa municipalidade deverão promover todas as anotações e as sinalizações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F094AB43

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.733

LEI Nº 4.733, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"Institui o Programa de Suporte Nutricional Terapêutico voltado aos pacientes diagnosticados com Tuberculose no Município de Paranaguá, define sua natureza jurídica como insumo de saúde pública essencial à integralidade da assistência, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Suporte Nutricional Terapêutico no Município de Paranaguá, sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, destinado ao fornecimento regular de auxílio-alimentação, sob a forma de cestas básicas, aos pacientes ativos no Programa Municipal de Tuberculose.

Art. 2º Para os fins desta Lei, com fulcro no Princípio da Integralidade da assistência à saúde, elencado no artigo 198, inciso II, da Constituição Federal, o suporte nutricional de que trata o art. 1º possui natureza jurídica de insumo terapêutico indireto e ferramenta de intervenção clínica, caracterizando-se como ação essencial de vigilância em saúde e controle epidemiológico.

Art. 3º São objetivos fundamentais do Programa de Suporte Nutricional Terapêutico:

I - garantir o aporte calórico e proteico necessário para a eficácia do tratamento farmacológico da tuberculose;
II - mitigar a vulnerabilidade socioeconômica e a insegurança alimentar como determinantes sociais do adoecimento;
III - elevar as taxas de cura e reduzir os índices de abandono do tratamento no território municipal.

Art. 4º A concessão do benefício de que trata esta Lei observará, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade:

I - Confirmação do diagnóstico clínico e/ou laboratorial de tuberculose e notificação ativa no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no Município;
II - comprovação de situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos de regulamentação do Poder Executivo;
III - adesão obrigatória e assiduidade comprovada ao Tratamento Diretamente Observado (TDO) capitaneado pela rede municipal de saúde;
IV - avaliação de 100% dos contatos do caso índice (caso 01).

Parágrafo único. O descumprimento injustificado do protocolo clínico do TDO ou a interrupção do tratamento importará na imediata suspensão do suporte nutricional.

Art. 5º O Programa de Suporte Nutricional Terapêutico será objeto de monitoramento contínuo e avaliação epidemiológica periódica, a ser realizada a cada 2 (dois) anos pela Direção de Vigilância em Saúde e pelo Programa Municipal de Tuberculose.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deste artigo observará indicadores operacionais de saúde pública, incluindo a taxa de cura, o índice de abandono do tratamento e a incidência de novos casos no território municipal.

§ 2º Caso a avaliação técnica prevista neste artigo demonstre, mediante critérios epidemiológicos e assistenciais objetivos, a ausência de efetividade do suporte nutricional para os objetivos do Programa, ou indique a necessidade de adequação de sua execução, o Poder Executivo poderá promover sua readequação, mediante ato devidamente fundamentado, observadas as disposições desta Lei, a disponibilidade orçamentária e financeira e as diretrizes da política pública de controle da tuberculose.

Art. 6º O desligamento do beneficiário do Programa ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Alta médica por cura;
II - Óbito;
III - Mudança de domicílio para fora do Município;
IV - Abandono formal do tratamento farmacológico.
Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las se necessário, observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto no que couber, fixando os fluxos logísticos de dispensação e os parâmetros de renda para enquadramento da vulnerabilidade social.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9913602E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.734

LEI Nº 4.734, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"Institui no Calendário Oficial de Eventos Municipais a Corrida AMI - RUN."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial de eventos do Município de Paranaguá, a Corrida e Caminhada da AMI RUN, com o objetivo de incluir e promover a conscientização das pessoas PCDs, com Transtorno do Espectro Autista e Neurodivergentes.

Art. 2º As despesas originadas após a realização do evento serão de responsabilidade do organizador do evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D2E3617E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.735

LEI Nº 4.735, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"Denomina-se de "Dirceu Tramujas" uma Rua ou Logradouro Público no Município de Paranaguá/PR."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de "Dirceu Tramujas", a uma Rua ou Logradouro no Município de Paranaguá.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através das suas secretarias competentes, deverá promover todas as anotações e as sinalizações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6568FD97

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.736

LEI Nº 4.736, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

"Institui diretrizes para a implantação e regulamentação de pistas de ciclismo esportivo, especialmente na modalidade Cross Country Olímpico (XCO), no município de Paranaguá, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a política municipal de incentivo à implantação de pistas e circuitos destinados à prática do ciclismo esportivo no município de Paranaguá, com ênfase na modalidade Cross Country Olímpico (XCO).

Art. 2º As pistas de ciclismo esportivo deverão ser planejadas e executadas com observância dos seguintes princípios:

I - Segurança e integridade física dos usuários;
II - Respeito ao meio ambiente e ao relevo natural;
III - Acessibilidade e integração com outras áreas públicas de lazer e esporte;
IV - Incentivo ao uso sustentável do espaço urbano e à mobilidade ativa;
V - Possibilidade de utilização para fins educacionais, turísticos e competitivos.

Art. 3º A implantação de pistas de XCO e demais estruturas ciclísticas poderá ocorrer em áreas públicas, especialmente aquelas com características naturais favoráveis, como terrenos acidentados e com vegetação preservada.

Parágrafo único. Fica sugerida, como prioridade, a utilização da área localizada no Aeroparque, ao lado da pista do Grau, onde há um terreno com relevo natural adequado, oriundo de um antigo lago desativado.

Art. 4º As pistas deverão seguir as especificações técnicas definidas pelos órgãos e federações nacionais e internacionais de ciclismo, incluindo, entre outras:

I - Circuitos com obstáculos naturais e artificiais;
II - Largura mínima de 1,5 metro em trechos simples;
III - Sinalização horizontal e vertical clara;
IV - Controle de erosão e drenagem;
V - Zoneamento para áreas de apoio, descanso, socorro e espectadores.

Art. 5º Poderão ser celebradas parcerias entre o município e entidades civis, clubes esportivos, federações de ciclismo, escolas e universidades, com vistas à manutenção, uso e dinamização das pistas ciclísticas.

Art. 6º A implementação desta Lei será realizada conforme conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:997CE0FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.903

PORTARIA Nº 2.903

"Designa servidores públicos como gestor e profissionais da área."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o Servidor Público Municipal, Sr. THIAGO CASAS DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL, portador do RG n°. 7.609.841-7 e CPF n°. 053.200.179-60 como gestor para atender o item 4.1.10.2 do Edital de Chamamento Público n.º 001/2024 - SUFUS.

Art. 2° Designar o Servidor Público Municipal, Sr. FELIPE GABRIEL SOARES DA COSTA, ocupante do cargo de GERENTE, portador do RG n°. 13.419.292-5 e CPF n°. 114.218.999-65 como profissional da área jurídica para atender o item 4.1.10.2 do Edital de Chamamento Público n.º 001/2024 - SUFUS.

Art. 3° Designar o Servidor Público Municipal, Sra. MICHELLY ZELA ANTÔNIO CAETANO, ocupante do cargo de DIRETOR EXECUTIVO, portador do RG n°. 8.550.612-9 e CPF n°. 037.681.119-62 como profissional da área econômico-financeira para atender o item 4.1.10.2 do Edital de Chamamento Público n.º 001/2024 - SUFUS.

Art. 4° Designar o Servidor Público Municipal, Sra. DEBORA TEMPORAO DE AGUIAR RAMOS, ocupante do cargo de ENGENHEIRO CIVIL, portador do RG n°. 3.883.727-3 e CPF n°. 759.924.699-15 como profissional de engenharia para atender o item 4.1.10.2 do Edital de Chamamento Público n.º 001/2024 - SUFUS.

Art. 5° Designar o Servidor Público Municipal, Sra. JULIANA WAGNER LEANDRO, ocupante do cargo de COORDENADOR SETORIAL, portador do RG n°. 9.392.853-9 e CPF n°. 059.767.369-12 como profissional de comunicação para atender o item 4.1.10.2 do Edital de Chamamento Público n.º 001/2024 - SUFUS.

Art. 6° Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F16504D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

37ª Reunião Ordinária – 13 de outubro de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 091/2026, do **Prefeito Municipal**, que institui o **Programa Aluguel Social** no Município de Paranavaí e dá outras providências. **Em segunda discussão, com mensagem aditiva.**

PROJETO DE LEI Nº 098/2026, do **Prefeito Municipal**, que altera o artigo 1º e o Anexo III da Lei Municipal nº 4.667/2017, bem como o Anexo I da Lei Municipal nº 2.395/2003, no que concerne ao cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 129/2026, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a distribuição do recurso do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) entre os profissionais da Educação Básica da rede pública municipal, como medida excepcional e transitória destinada a promover o cumprimento do disposto no artigo 212-A, inciso XI, da Constituição Federal. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 145/2026, dos Vereadores **Gabriel dos Santos Luiz e Carlos Augusto**, que declara de utilidade pública a Associação Convalescente Projeto Vida - APROVIDA. **Em primeira discussão.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 202/2026, da Vereadora **Professora Cida Gonçalves**, que requer ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria Municipal de Saúde, informações acerca da assistência e do acompanhamento prestados às mulheres durante o período puerperal, especialmente quanto às ações de saúde física e mental, acompanhamentos pós-parto, identificação de possíveis complicações e encaminhamento para atendimento especializado na Rede Municipal de Saúde. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 203/2026, do Edil **Professor Carlos**, que requer ao Chefe do Poder Executivo, por meio das Secretarias Municipais competentes, informações e documentação atualizadas acerca da demanda por habitação popular em Paranavaí, bem como dos empreendimentos, unidades habitacionais e cronogramas previstos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e do Programa Casa Fácil Paraná. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 204/2026, do Vereador **Josival Moreira**, que requer seja oficiado ao Poder Executivo Municipal e à Secretaria de Saúde, solicitando informações sobre quando será disponibilizado um médico ginecologista para atender na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim São Jorge, em Paranavaí. **Em discussão única.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:861CBDDE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, referente a registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, , Sr. JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO, RG.: x.xxx.xxx-8 SESP/PR; CPF: xxx.xxx.xxx-92; Domiciliado na Rua Silvio Carneiro, nº 36, CEP 87.730-000, Município de Santo Antônio do Caiuá – PR, exercendo o cargo público de Prefeito do Município de Santo Antônio do Caiuá – Pr;

CONTRATADA: CONTRATADA: M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 29.644.666/0001-64, Endereço: Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira – Ld 520, Curitiba – PR, Representante Legal: ROSANA CRISTINA CALAÇA., anterior razão social, VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, alterada pelo apostilamento n.001/2026, data de 23/09/2026, resolvem de comum acordo, firmar o presente **1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO,** nos seguintes termos, resolvem de comum acordo, firmar o presente 1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, referente a registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO QUANTITATIVO
Ficam renovados os quantitativos e valores inicialmente registrados na Ata, conforme tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE
O valor a ser pago pelos itens do presente termo, foram requeridos através do pedido de reajuste, Requerimento pela contratada na data de 28 de setembro de 2026, sendo o percentual de reajuste índice geral do INPC acumulado em 2026, o percentual de 4,10% (quatro vírgula dez), sobre os valores acima constantes na ata, passando aos valores unitários abaixo discriminados:

Retroescavadeira Jonh Deere	**R$ 410.986,80**
Escavadeira Hidráulica Jonh Deere	**R$ 707.671,80**

CLÁUSULA QUARTA– DO PRAZO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, **por mais 1 (um) ano, a partir de 06 de outubro de 2026 até a 06 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente TERMO ADITIVO DE ITEM e PRAZO em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

ROSANA CRISTINA CALAÇA
Represente Contratado

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:E1E92575

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR**, Sr. Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os prefeitos municipais do **CIS/AMUNPAR** participantes da Pasta da Assistência Social para Assembleia Geral a realizar-se no dia 15 de outubro de 2026, quinta-feira, às 09h:00m, em primeira convocação e as 09h:30m em segunda convocação.
A Assembleia acontecerá de forma presencial nas dependências da sede administrativa do Consórcio, sito a Rua São Paulo, 150 – jardim Nakamura, em Paranavaí - Paraná.

Pauta: 1) Orçamento da Assistência Social para o exercício de 2027.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR
Pref. Mun. de Nova Aliança do Ivaí

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:F48BC32D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR**, Sr. Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** todos os prefeitos municipais do **CIS/AMUNPAR** para Assembleia Geral a realizar-se no dia 15 de outubro de 2026, quinta-feira, às 10h:00m, em primeira convocação e as 10h:30m em segunda convocação.
A Assembleia acontecerá de forma presencial nas dependências da sede administrativa do Consórcio, sito a Rua São Paulo, 150 – jardim Nakamura, em Paranavaí - Paraná.

Pauta: 1) Orçamento Geral para o exercício de 2027.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR
Pref. Mun. de Nova Aliança do Ivaí

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:2FEA58B1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 128/2026

PORTARIA Nº 128/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do processo de Pregão Eletrônico e do respectivo contrato dele decorrente, cujo objeto refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME DE INTRUSÃO E CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, DESTINADOS ÀS UNIDADES OPERACIONAIS DO CIS/AMUNPAR NO MUNICÍPIO DE LOANDA/PR,** nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
ANGELICA TORRES MANDELI ANTUNES	FISCAL	Nº 434-1
KETHILIN ALINI DOS SANTOS	FISCAL	Nº520-1
SIDINEIA TRAVAIN	SUPLENTE	Nº430-2

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:F5736D54

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 28.040/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

DECRETA:

Artigo lº - Fica aposentada no cargo efetivo de **ATENDENTE DE CRECHE I** a servidora pública municipal **NILSA MACARIO DE OLIVEIRA**, CPF nº **XX8.XX3.X2X-68**, matrícula nº **1518-01**, com fundamento no art. 2º, II, da Lei Orgânica Municipal nº 042/2021, com proventos estabelecidos de acordo com a última remuneração base da contribuição previdenciária, no importe de **R$ 8.748,58**, sendo o valor composto pelo vencimento base de R$ 5.285,40, acrescido de anuênio de 64%, no importe de R$ 3.382,66, e do abono de Classe A, no importe de R$ 80,52, com reajustes nos mesmos moldes e datas em que se derem os reajustes dos servidores ativos (com paridade), conforme processo administrativo nº 48.682/2026.
Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

ROSELY NAVARRO RODRIGUES
Diretora Presidente da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Luiz Gustavo Ricardo Cacelli
Código Identificador:BF2D3503

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 28.041/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

DECRETA:

Artigo lº - Fica aposentada no cargo efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** a servidora pública municipal **ROZIMEIRE SILVA DE SOUSA**, CPF nº **XX0.XX1.X1X-31**, matrícula nº **4662-01**, com fundamento no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal c/c art. 3º, I, da Lei Complementar nº 60/2021 (aposentadoria por incapacidade permanente), com proventos estabelecidos de acordo com 66% da média aritmética simples das remunerações de contribuição, no importe de **R$ 1.554,80**, complementados até o salário mínimo, no valor de R$ 1.621,00, com reajustes nos mesmos moldes e datas em que se derem os reajustes dos beneficiários do RGPS (sem paridade), conforme processo administrativo nº 38.546/2026.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

ROSELY NAVARRO RODRIGUES
Diretora Presidente da Paranavaí Previdência

Publicado por:
Luiz Gustavo Ricardo Cacelli
Código Identificador:5A8DF840

PROCURADORIA
COMISSÃO PERMANENTE PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - EDITAL DE DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N° 13/2023 IPM Nº 57.213/20235

ASSUNTO: Aplicação de sanção administrativa

Extrato de Penalidade. A Comissão Permanente de Processos Administrativos do Município de Paranavaí/PR, em observância ao princípio da publicidade e tendo em vista a frustração da intimação postal (Aviso de Recebimento), **INTIMA** a empresa **LU MAQ INDUSTRIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **36.205.438/0001-53**, acerca da **Decisão Administrativa Sancionatória nº 13/2023**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 094/2022**.

Penalidade Aplicada: Procedência integral da apuração com aplicação da sanção de **Impedimento de licitar e contratar com o Município de Paranavaí pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, com fundamento no Item 16.8 do Edital, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 26.352/2024, em razão da recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato e da não manutenção da proposta licitada.

Fica a empresa intimada para que, querendo, apresente **recurso administrativo** contra a referida decisão no prazo de **15 (quinze) dias úteis** (conforme art. 4º, § 2º do Decreto Municipal nº 26.352/2024), contados a partir da data de publicação deste Edital.

Paranavaí, 07 de outubro de 2026.

SHEILA HASSAN SMAILI
Membro

EVERTON FERREIRA LEITE
Membro

LEONARDO FRATINI XAVIER DE SOUZA
Membro

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:A95568E5

PROCURADORIA
DECRETO Nº 28.034, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Declara de utilidade pública, para fins exclusivos de dispensa de licenciamento ambiental e execução de obras de infraestrutura urbana, o empreendimento de pavimentação asfáltica e drenagem do Jardim Chácaras Jaraguá, localizado no Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de pavimentação asfáltica com revestimento do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e de implantação de obras de drenagem pluvial no Jardim Chácaras Jaraguá, de modo a garantir a trafegabilidade, a segurança viária e a qualidade de vida dos moradores;

Considerando, ademais, que se trata de via pública em leito natural inserida em perímetro urbano já consolidado no Município de Paranavaí, sendo um dos poucos bairros locais que ainda não contam com pavimentação;

Considerando, por conseguinte, as exigências contidas na Resolução SEMA nº 046, de 17 de junho de 2015, especificamente no seu artigo 4º, inciso IV, que condiciona a emissão da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) para empreendimentos públicos à apresentação do correspondente Decreto de Utilidade Pública;

Considerando, de igual modo, a essencialidade do presente ato para a viabilização de repasses financeiros federais, por meio do FINISA, e estaduais vinculados à execução do empreendimento;

Considerando, por fim, as especificações técnicas, o croqui de localização e as coordenadas geográficas definidas por polígono georreferenciado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Memorando nº 838/2026);

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **utilidade pública**, para fins exclusivos de dispensa de licenciamento ambiental estadual e consequente execução das obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, o empreendimento público a ser realizado no **Jardim Chácaras Jaraguá**, neste Município, abrangendo uma área de intervenção de aproximadamente **11.177,51 metros quadrados**.

Art. 2º A área objeto da declaração de utilidade pública a que se refere o artigo 1º deste Decreto é delimitada pelas coordenadas geográficas em sistema UTM constantes do polígono georreferenciado a seguir:

Ponto	Zona	Easting	Northing
1	22K	354122.14	7448126.53
2	22K	354338.83	7448343.39
3	22K	354336.54	7448551.42
4	22K	354335.76	7448812.42
5	22K	354334.27	744852.47

Art. 3º As obras de pavimentação asfáltica do empreendimento consistirão na aplicação de revestimento do tipo **Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)**, devendo ser complementadas por sistemas de drenagem pluvial, sinalização viária e demais elementos necessários à consolidação da infraestrutura urbana local.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:A96FBAD6

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 27/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
GBA1H88	116100T001784081	30/09/2026	54522
RHW4J36	277490NIC0045826	18/09/2026	50020
UDG0D71	277490NIC0045827	18/09/2026	50020

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:5B7BFDD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 151/2026 (ACRÉSCIMO DE META FÍSICA)

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 151/2026
(ACRÉSCIMO DE META FÍSICA)

Concorrência Eletrônica Nº 011/2026

2º (Segundo) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 151/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa EXPERTPRIME SERVICOS LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Procuradora-Geral do Município, **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF nº 628.560.499-15.
CONTRATADA: EXPERTPRIME SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.930.119/0001-17, estabelecida à Rua Francisco Alves do Nascimento, 1279, Jardim Aeroporto, na cidade de Paranavaí–PR, CEP 87.707-030, e-mail expertprime2030@gmail.com, neste ato representada por **EDNILSON RODRIGUES**, inscrito no CPF 697.871.829-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de reforma e ampliação da nova sede da Procuradoria Geral do Município., cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO DE META FÍSICA
2.1. Através do presente aditivo, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 690/2026/SEDUR, o Parecer Jurídico Referencial nº 002/2023, o Parecer Técnico, a anuência do Gestor do Contrato e, as declarações de adequação orçamentária e contrapartida, **promove o acréscimo dos itens**, representando acréscimo monetário o montante de **R$ 56.430,03 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta reais e três centavos)** para o período, conforme a Cláusula 18ª do Contrato nº 151/2026.
Parágrafo Único: Os custos provenientes do presente acréscimo serão cobertos com recursos provenientes da seguinte Contrapartida:
Procuradoria Geral - 18.003.14.422.0002.2671 – 44.90.51 – obras e instalações – 01.04 – edifícios administrativos – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – REF 1944.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO
3.1. Após o acréscimo firmado através deste termo aditivo, o valor global atualizado do Contrato de Empreita Global nº 151/2026, para o período de 12 (doze) meses, passa a ser de: **R$ 855.206,03 (Oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e seis reais e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
4.1. A empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura deste aditivo, nova garantia de execução contratual ou garantia complementar à existente, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado, nos termos da Cláusula 8ª, do Contrato nº 132/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.
5.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 37896/2026/IPM.

5.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 151/2026).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora-Geral do Município
Contratante

Expertprime Servicos LTDA
Representada Por
EDNILSON RODRIGUES
Contratado

IVO DIEGO PEREIRA SANTANA
Fiscal

VANESSA YOSHIURA
Gestora

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:C4063EEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 - RETIFICADO

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço POR ITEM e da seguinte forma:
OBJETO: Registro de preço para aquisições futuras e parceladas de eletrodomésticos e equipamentos, por meio das Secretarias e Órgãos Municipais.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h59 do dia 26/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO: às 09h do dia 26/10/2026.
LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br
INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Compras do Município de Paranavaí, situada no Premier Shopping Business, Rua Manoel Ribas, 763, sala 14/15 - 1º Piso - Centro, 87701-000 - Paranavaí/PR, pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelos sites www.paranavai.atende.net e www.comprasnet.gov.br

Paranavaí - Paraná, em 09 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna Bianco
Código Identificador:0C06BD56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54984/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 54984/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 280/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 280/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
4 - Braço Luminária Externa 1000 mm - (Tipo Modelo BR-3) TIPO FIXAÇÃO: POR PARAFUSO, DIÂMETRO TUBO: 48 MM, COMPRIMENTO:1.000 MM, DIÂMETRO FURO:18 MM, ACESSÓRIOS:ARRUELA QUADRADA, DISTÂNCIA ENTRE FUROS: 200 MM, ÂNGULO INCLINAÇÃO:15 GRAUS.	UND	olivo	300	R$ 77,13	R$ 23.139,00
				Total do Lote:	R$ 23.139,00
				Total do Fornecedor:	R$ 23.139,00

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 280/2025), datada de 07 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa: Capel Comercio De Areia E Pedra LTDA
CNPJ: 22.380.765/0001-37
Endereço: Avenida Antonio Ormenezes, 133 - CENTRO, Nova Londrina - PR, 87.970-000
Nome do Representante:
ISIS NOGARA DE OLIVEIRA RASMUSSEN
CPF: 050.717.949-85

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:E3B301DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 55008/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 55008/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 281/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 281/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
5 - Parafuso Máquina 300mm com porca e arruela quadrada. MATERIAL: AÇO LAMINADO ZINCADO, TIPO CABEÇA: QUADRADA, TIPO ROSCA: M 16, DIÂMETRO NOMINAL: 1/2 POL.	UND	olivo	940	R$ 11,26	R$ 10.584,40
Total do Lote:					R$ 10.584,40
Total do Fornecedor:					R$ 10.584,40

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 281/2025), datada de 06 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa:
Mork Telecom Produtos E Servicos Para Telecomunicacoes LTDA
CNPJ: 13.460.002/0001-05
Endereço: Rua Presidente Faria, - Colonia Faria, Colombo - PR,
Nome do Representante:
MARIA IZABEL TÚLIO DE ALMEIDA
CPF: 672.328.849-15

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:9AC760E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54941/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 54941/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 285/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 285/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
6 - Cabo PP 3 Vias De 1,5 Milímetros 3x1,5mm, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR: 3 X 1,5 MM2, ISOLAÇÃO PRINCIPAL: PVC ANTICHAMA, CAPACIDADE DE ISOLAMENTO:750 V.	METRO	VIBRA	1.340	R$ 4,12	R$ 5.520,80
Total do Lote:					R$ 5.520,80
Total do Fornecedor:					R$ 5.520,80

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 285/2025), datada de 07 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa: GCM COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 43.471.316/0001-74
Endereço: RUA SANTA MARTA, 80 - Bela Vista, Palhoça - SC,
Nome do Representante:
RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA NESKE
CPF:003.928.929-01

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:FA39786F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026 (CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO/ITEM NO SISTEMA IPM) PROCESSO DIGITAL Nº 5729/2026 REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
(Cadastro de Termo para Remanejamento de saldo/item no sistema IPM)
PROCESSO DIGITAL Nº 5729/2026

REF.:INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, WANESSA DURANTE, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado contratante e a empresa BRINCARTTE EDITORA DE LIVROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.924.833/0001-74, estabelecida à Rua Elirio de Gregori, 358 – Centro - na cidade de Irani – SC, CEP 89680-000, e-mail vendasbrincartte@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. DIRLEID'AGHETTI PASQUALOTTO, inscrito no CPF 021.440.359-97, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA1ª:OBJETODO CONTRATO

1.1.O objeto do presente contrato é Aquisição de materiais didáticos, para os anos de2026 até 2029, previamente inscritos, avaliados, selecionados e homologados por meiodo Chamamento Público nº 011/2025 - SME, destinados aos estudantes e professoresdo Ensino

Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) da rede pública municipal de ensino de Paranavaí.

CLÁUSULA 2ª: CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO /ITEM NO SISTEMA IPM
2.1 Em conformidade cadastro no sistema IPM, remenaja-se o saldo do **item 01(LIVRO COLEÇÃO: CRIANÇAS SEGURAS - CRIANDO ESCOLA INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PARA COMBATE BULLYNG, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO)e item 02 (LIVRO COLEÇÃO: RAÍZES DO RESPEITO: EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA CIDADÃOS DO FUTURO)**, ou seja, o presente termo tem por objetivo de remanejamento de saldo em razão da rotina do sistema IPM, portanto, trata-se de termo meramente *Pro Forma* para continuidade das atividades administrativas, conforme **Memorando nº 974/2026/SEDUC**, sobre as dotações:

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026), datada em 09de setembro de 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:4FC76587

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 036/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. VANDERLÉIA DE FÁTIMA PEREIRA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.625/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: VANDERLÉIA DE FÁTIMA PEREIRA
CPF/MF: XXX.309.849-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 11 DE FEVEREIRO DE 2026 A 06 DE OUTUBRO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:7A2FA50D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N°263/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. ELISÂNGELA SOARES SANTOS CARDOSO.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.065/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA
CARGO: CUIDADOR
CONTRATADA: ELISÂNGELA SOARES SANTOS CARDOSO
CPF/MF: XXX.737.359-XX
SALÁRIO BASE: R$ 1.835,58
CARGA HORÁRIA: 12 HORAS TRABALHADAS POR 36 HORAS DE DESCANSO
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 03 DE MAIO DE 2025 A 10 DE OUTUBRO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:B1F0A135

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.856/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal na função de confiança de Assessor de Secretário – Nível III, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital nº 56956/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Designar a servidora **SERGIA CRISTINA DE CARVALHO DOS SANTOS**, matrícula nº 7800-2, ocupante do cargo efetivo de Orientador de Trânsito, na função de confiança de **ASSESSOR DE SECRETÁRIO – NÍVEL III**, junto à Secretaria Municipal de Administração, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 08 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:D7282AF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.861/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.861/2026

Torna nulo e sem qualquer efeito a Portaria Municipal nº. 1.730/2026.

Considerando que o servidor está respondendo Processo Administrativo Disciplinar n°16/2026.
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Tornar nulo e sem qualquer efeito a Portaria Municipal n° 1.730/2026, que dispõe sobre a exoneração, a pedido do servidor, do

cargo efetivo de Ajudante Geral, junto à Secretaria de Meio Ambiente, LUCAS HILLMANN DE LIMA, matrícula n° 11412-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 08 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:EDCD2BC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.875/2026

Dispõe sobre a nomeação interina de servidor no cargo em comissão de Diretor Presidente da Fundação Cultural, junto à Fundação Cultural de Paranavaí.

Considerando o processo digital nº 57195/2026, o qual foi encaminhado pela Fundação Cultural de Paranavaí;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a senhora **ROSINEIDE SANGA,** matrícula nº 9917-4, no cargo em comissão, **INTERINAMENTE,** como **DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL**, junto à Fundação Cultural de Paranavaí.

Parágrafo único. A nomeação da servidora citada no *caput* será de 17 de outubro de 2026 a 27 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 09 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:73F3776D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.880/2026

Dispõe sobre a autorização, a pedido, do retorno ao cumprimento integral da jornada de trabalho de servidor municipal.

Considerando o Processo Digital nº 54227/2026;
Considerando a Portaria Municipal nº 1.649/2026 que concede a redução de carga horária ao servidor;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar, a pedido, o retorno ao cumprimento integral da jornada de trabalho da servidora municipal **MELISSA GEREZ ROBLES BERGANTINI PEREIRA**, matrícula n° 5776-1, ocupante do cargo efetivo de **FISCAL DE TRIBUTOS**, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 09 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:F38ACC36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1ª ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 013/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E O LAR DE IDOSOS LINS DE VASCONCELOS DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado o **LAR DE IDOSOS LINS DE VASCONCELOS,** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.726.501/0001-00, com sede na Avenida Martin Luther King, CEP 87.708-272, na cidade de Paranavaí-PR, neste ato representado por seu representante legal Melchior Heckmann, portador da cédula de identidade RG 1.718.759-7 SESP PR , inscrito no CPF/MP sob o nº. 397.126.309-78, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 263.567,84 (duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos centavos).

1.1. Plano de aplicação detalhado

Natureza da Despesa: Investimento:		
item	**Especificação**	Valor total elemento
1	**Obras e reformas**	R$ 263.567,84
Total:		R$ 263.567,84

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 44/2026 de 08 de outubro de 2026, solicitação de uso de rendimentos e remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se, para fins deste termo aditivo, o valor do Termo de Fomento R$ 262.438,22 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), com a adição de R$ 1.129,62 (um mil cento e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2026, totalizando R$ 263.567,84 (duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2026 conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 263.567,84 (duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/05/2026 a 13/11/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 09 de outubro de 2026

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

MELCHIOR HECKMANN
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:34A2F76E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 28.043/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28043 de 09 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (2050)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0009.1885	**Projeto:** Reforma/Ampliação de Unidades Culturais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00501 - Receitas de Alienações de Ativos	R$ 25.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:	**R$ 25.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 9 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:04C63488

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 28.044/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná

Decreto Nº 28044 de 09 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (2050)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0009.1885	**Projeto:** Reforma/Ampliação de Unidades Culturais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00501 - Receitas de Alienações de Ativos	R$ 66.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 66.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (518)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.2385	**Atividade:** Aquisição de Equipamentos e Imóveis	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490610000 - Aquisição de imóveis	00501 - Receitas de Alienações de Ativos	R$ 66.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 66.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 9 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:8621B004

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2025

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e PAIVA LOGISTICA DE CARGAS LTDA , CNPJ/MF: 39.872.237/0002-89 . Objeto: Prorroga-se por mais 12 (doze) meses, iniciando em 4 de novembro de 2026, o prazo de vigência do Contrato nº 19/2025, cujo objeto é prestação de serviços de agenciamento de viagens, abrangendo a cotação, intermediação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, por meio de agência de viagens. O valor total para o período de 12 (doze) meses será de R$ 70.348,59 (setenta mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), de acordo ao reajuste realizado por meio do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato. Dotação: 133/1363.3.90.33.02.00.00 PASSAGENS PARA O EXTERIOR/3.3.90.33.01.00.00 PASSAGENS PARA O PAÍS. Origem do Contrato: Pregão Eletrônico nº 15/2025, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 40/2025. Local, data e assinatura: Pato Branco, 6 de outubro de 2026.

JOECIR BERNARDI
Contratante

e

VAMIRO AVELINO DE PAIVA JUNIOR-
Contratada.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:5B994422

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2025

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e LIHMP DEDETIZADORA E HIGIENIZADORA LTDA , CNPJ/MF: 43.895.847/0001-94 . Objeto: Prorroga-se por mais 12 (doze) meses, iniciando em 7 de novembro de 2026, o prazo de vigência do Contrato nº 21/2025, cujo objeto é para serviço de limpeza externa, inclusive em altura, abrangendo calhas, fachadas, janelas e caixas de água. O valor total para o período de 12 (doze) meses será de R$ 20.792,54 (vinte mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo ao reajuste realizado por meio do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato. Dotação: 136/3.3.90.39.16.01- SERV. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO. Origem do Contrato: Processo de Contratação nº 41/2025, conforme justificativas constantes do Pregão Eletrônico nº 16/2025. Local, data e assinatura: Pato Branco, 6 de outubro de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante

e

FABRICIO WAGNER-
Contratada

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:308A73F6

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 3/2026

Face ao constante nos autos, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO o resultado do Processo Administrativonº 13/2026, referente ao Aviso de Contratação Direta nº 3/2026, com sessão pública em5 de outubrode2026 e critério de julgamento de menor preço por lote (grupo de itens), cujo objeto é a contrataçãodeempresa para fornecimento de materiais, ferramentas, insumos e mudas de plantas para jardinagem, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco, em favor da empresaabaixoidentificada, pelo valor total de R$ 3.915,23 (três mil, novecentos e quinze reais e vinte e três centavos), correspondente ao lote único, composto pelos itens 1 a 17: PALMARIUM GARDEN COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA. CNPJ nº 26.582.119/0001-03 Pato Branco, datado e assinado digitalmente.Firme-se o contrato ou substitua-se por documento equivalente, conforme cabível.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Rodrigo Sartor Mayer
Código Identificador:AF301ECF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 221/2026.

Retificação da publicação que circulou dia 09/10/2026. Edição 3634

Onde se lê: EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 41/2025.
Leia-Se: EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 41/2025.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:2ADCA186

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 941, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 28.342, de 16 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a empregada pública **ELAINE DE FÁTIMA MENSCH BUFFON**, matrícula 4458-0, ocupante do emprego público de Professora de Apoio, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Escola Municipal Jardim Primavera para a Escola Municipal Pequeno Príncipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:BE705BF2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 944, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, III da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar de 50% (cinquenta por cento) para 30% (trinta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 228 de 1 de fevereiro de 2023, ao servidor público efetivo **DIEGO CRISTIANO ANTUNES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 8337-2, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:4CA324B9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 945, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, III da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar de 50% (cinquenta por cento) para 30% (trinta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 705 de 16 de maio de 2025, ao servidor público efetivo **JEAN ALISSON BECKER ONOFRE**, matrícula nº 8268-6, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0FF0942D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 946, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, III da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar de 50% (cinquenta por cento) para 30% (trinta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 561 de 12 de junho de 2026, ao servidor público **RAPHAEL CARVALHO DE LIMA**, matrícula nº 10478-7, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6E131202

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 947, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Despacho nº 09 do Setor de Segurança do Servidor contido no Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir o adicional de insalubridade concedido ao servidor público **RAPHAEL CARVALHO DE LIMA**, matrícula nº 10478-7, ocupante do cargo Agente de Apoio, Função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:67F07FD0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 948 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Despacho nº 09 do Setor de Segurança do Servidor contido no Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir o adicional de insalubridade concedido ao servidor público efetivo **JEAN ALISSON BECKER ONOFRE**, matrícula nº 8268-6, ocupante do cargo Agente de Apoio, Função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:DF8E3FBC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 949 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Despacho nº 09 do Setor de Segurança do Servidor contido no Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir o adicional de insalubridade concedido ao servidor público efetivo **DIEGO CRISTIANO ANTUNES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 8337-2, ocupante do cargo Agente de Apoio, Função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:7C33A2DC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 950, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, considerando o contido no Despacho nº 3 do Setor de Segurança do Servidor do Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026 da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de periculosidade no montante de 30% (trinta por cento) ao servidor público efetivo **DIEGO CRISTIANO ANTUNES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 8337-2, ocupante do Cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:23543E8A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 951, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, considerando o contido no Despacho nº 3 do Setor de Segurança do Servidor do Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026 da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de periculosidade no montante de 30% (trinta por cento) ao servidor público efetivo **JEAN ALISSON BECKER ONOFRE**, matrícula nº 8268-6, ocupante do Cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:3BCCBCCE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 952, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, considerando o contido no Despacho nº 3 do Setor de Segurança do Servidor do Memorando nº 30.572 de 05 de outubro de 2026 da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de periculosidade no montante de 30% (trinta por cento) ao servidor público **RAPHAEL CARVALHO DE LIMA**, matrícula nº 10478-7, ocupante do Cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:65218F29

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 955, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, considerando o contido no Despacho nº 29 do Setor de Segurança do Servidor do Protocolo RH nº 2.154 de 30 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) ao servidor público **ANDERSON ROSSI**, Matrícula nº 8477-8, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, lotado junto à Secretaria Municipal de Agricultura – Patrulha Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:4FE0FCB4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 956, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, no art. 33, IV, da Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012 e considerando o contido no Memorando nº 24.629, de 12 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder função gratificada – FG10 ao servidor público **EDUARDO LUIZ BRESOLIN**, Matrícula 10863-4, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo - M, lotado junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:3B95171C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 957, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 30.627, de 06 de outubro de 2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o servidor público **REGINALDO NOTH DA ROSA**, Matrícula nº 8508-1, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Paisagismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:CA3A090A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 958, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a solicitação formal contida no Memorando nº 27.994, de 11 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública efetiva **DENISE APARECIDA MUSSINI**, Matrícula nº 7054-8, da função gratificada de Chefe do Setor Administrativo junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Fica revogada a nomeação e a gratificação da servidora de que trata o Artigo 1º, realizada e concedida através da Portaria nº 1194, de 06 de outubro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:5AC5A053

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 959, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 29.288, de 25 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir a servidora pública efetiva **DENISE APARECIDA MUSSINI**, Matrícula nº 7054-8, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Setor Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:BB6FAB2F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 960, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, e considerando o contido no Memorando nº 29.288 de 25 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora pública efetiva **DENISE APARECIDA MUSSINI,** Matrícula nº 7054-8, para o cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Gestão do Parque Aquático, junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º Para o exercício da função e efeitos de remuneração, a servidora nomeada perceberá o vencimento do cargo efetivo, acrescido de eventuais vantagens de caráter permanente e de Função Gratificada – FG13.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:359525F4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 961, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 35.192, de 08 de outubro de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público efetivo **JOÃO ANTONIO DEBASTIANI,** matrícula nº 8272-4, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Contínuo, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos na data de 08 de outubro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:2E853F2F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 962, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025; considerando a Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, e considerando o contido nos Despacho nº 02 do Setor de Segurança do Servidor do Memorando nº 29.678, de 29 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) aos servidores públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	ADMISSÃO
20003-4	Idinea Delamelin	Merendeira	01/09/2026
20017-4	Juliana de Souza Moreira	Merendeira	09/09/2026
20010-7	Nercilda Schwartz	Merendeira	01/09/2026

Art. 2º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) ao servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	ADMISSÃO
20002-6	Elivelton Florencio Santini	Técnico de Raio X – 20h	01/09/2026

Art. 3º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) sobre o salário dos empregados públicos, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	ADMISSÃO
10996-7	Aline Marçal Correia	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2026
20007-7	Katiane Cristina de Santi Valmorbida	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2026
20012-3	Rafael Carli Tozetto	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2026

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data de admissão dos servidores públicos constantes nos arts. 1º e 2º, e na admissão dos empregados públicos constantes no art. 3º.

Art. 5º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:5EBB693A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 963, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, II e IV da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 30.486 de 05 de outubro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar de 30% (trinta por cento) para 60% (sessenta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 738 de 10 de agosto de 2026, a servidora pública **KATIA MARIA DA SILVA**, matrícula nº 10985-1, ocupante do cargo de Engenheira Civil, lotada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:E85F774B

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.036, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 123.145,39 (cento e vinte e três mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 31.195, de 9 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 123.145,39 (cento e vinte e três mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.03	**ATENÇÃO ESPECIALIZADA**	
10	**Saúde**	
10.302	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	
10.302.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.355	Manutenção de Serviços de Assistência a Saúde – Ambulatorial e Hospitalar	
3.3.50.43 - 000 (25789)	Subvenções Sociais	123.145,39

Total	**123.145,39**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.06	**GESTÃO DO SUS**	
10	**Saúde**	
10.122	**Administração Geral**	
10.122.0043	**Manutenção da Saúde**	
2.388	Manutenção das Atividades da Saúde	
3.3.90.39 - 000 (25969)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	73.145,39
4.4.90.52 - 000 (25975)	Equipamentos e Material permanente	50.000,00

Total	**123.145,39**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:D58E154B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026
CREDENCIAMENTO Nº 11/2026
MODALIDADE: Credenciamento (Art. 78, inciso I, c/c Art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:ESSENCIA CLINICA TERAPEUTICA LTDA, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ sob nº 52.242.346/0001-08, com sede Rua Frei Dionísio Veroneze, nº 150, Bairro Nossa Senhora do Rocio, CEP 84.600-707, União da Vitória-PR, neste ato representada por ADRIANA CRISTINA SANTOS ROSA KOSTESKI.
OBJETO: Serviços de Psicologia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026 e no Termo de Referência.
VALOR: R$ 50,00 (cinquenta reais) por hora efetivamente trabalhada.
PRAZO DE EXECUÇÃO:Sob demanda, mediante convocação prévia da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA:09 de outubro de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.005 – Máscara: 02.005.08.244.0011.2020.3.3.90.39.00 – Fonte: 00000/00000; Organograma: 02.005 – Máscara: 02.005.08.243.0010.6025.3.3.90.39.00 – Fonte: 00000/00000; Organograma: 02.005 – Máscara: 02.005.08.244.0011.2021.3.3.90.39.00 – Fonte: 00000/00000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 09 de outubro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:CFF92604

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 94/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026
MODALIDADE: Art. 75, Inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:KARINA FERREIRA DA SILVA**,** brasileira, portadora do CPF sob o nº 089.488.519-77, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, nº 1.297, Centro, CEP 84.570-000, Mallet-PR.
OBJETO: Contratação de profissional, pessoa física, para a prestação de serviços de Cuidador(a) Social junto à Unidade de Acolhimento Institucional (Casa Lar) do Município de Paulo Frontin-PR, em regime de plantões de 24 (vinte e quatro) horas seguidos de 48 (quarenta e oito) horas de descanso, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, tendo como regime de execução à prestação pessoal de serviço, remunerada por hora de plantão efetivamente prestada, sem vínculo empregatício, estatutário ou de qualquer outra natureza com o Município.
VALOR: Hora de plantão fixada em R$ 15,22 (quinze reais e vinte e dois centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO:Forma imediata, logo após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:240 (duzentos e quarenta dias), contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:09 de outubro de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.005 - 02.005.08.243.0010.6022.3.3.90.36.00; Fonte: 00000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 09 de outubro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:5332C7DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.924.290/0001-69.
CONTRATADA: TRANSPORTES FUNGUETTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.665.544/0001-97.
OBJETO: Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviço de transporte escolar do Município de Pérola D'Oeste – Lote 2 – Rota 12: Cidade Pérola D'Oeste – Linha Bagetti / Linha Casagrande / Linha Jaskulski / Vila Progresso – Manhã/Tarde = 100,00 km por dia, com veículo de capacidade mínima de 31 (trinta e um) passageiros sentados – quantidade estimada de 20.000 (vinte mil) km.
VALOR: R$ 6,77 (seis reais e setenta e sete centavos) por quilômetro rodado, perfazendo o valor total estimado de R$ 135.400,00 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
FORO: Comarca de Capanema, Estado do Paraná.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026.
SIGNATÁRIOS: Edsom Luiz Bagetti – Prefeito Municipal, pelo CONTRATANTE; Bianca Vitória Funguetto – Sócia Administradora, pela CONTRATADA.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:AC951F85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026
Endereço eletrônico: https://bnc.org.br/
(EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP)

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ: 01.603.097/0001-90, **torna público que realizará contratação direta através de MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo ELETRÔNICA através da plataforma "*https://bnc.org.br/*"**, com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 002/2022 da CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN e demais legislações aplicáveis, **com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE**, **para o objeto a seguir:**
OBJETO: Contratação de licenças de uso dos softwares Canva Pró e CapCut Pró, sendo 01 (uma) licença de cada ferramenta, pelo período de 12 (doze) meses, para utilização pela Assessoria de Comunicação e Imprensa da Câmara Municipal de Piên – PR, da Câmara Municipal de Piên, conforme termo de referência e anexos.

1.0 REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

1.2 VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Conforme valor apresentado no termo de referência constante neste edital.
1.3 FORMA DE EXECUÇÃO: As licenças serão utilizadas pelo período de 12 meses.
1.4 A SESSÃO PÚBLICA ACONTECERÁ NO DIA: **16 de outubro de 2026,**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Inicia-se o recebimento de proposta dia 13 de outubro de 2026 as 08:00 até às 09 horas e 29 minutos do dia 16 de outubro de 2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 16 de outubro de 2026, com duração de 06 horas.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA: "https://bnc.org.br/"
1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações BNC, de acordo com as normas de cadastramento do sistema da BNC.

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico: https://www.pien.pr.leg.br e https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes

1.10. Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ com as quantidades as especificações técnicas constantes neste aviso, prevalecerão as deste aviso.

A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou presencialmente por meio de protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Piên/PR, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h, em até 02 (dois) dias antes do término do recebimento de proposta.

Piên/PR, 09 de outubro de 2026

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação
Portaria nº 003/2024

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:20E797DA

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2025

Objeto: Fabricação de 01 mesa sob medida e reforma de mesa de reuniões, para atender a necessidade da Câmara Municipal de Piên, conforme exigências estabelecidas no aviso, no termo de referência e seus anexos .

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve: HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto: Fabricação de 01 mesa sob medida e reforma de mesa de reuniões, para atender a necessidade da *C*âmara *M*unicipal de *P*iên, conforme exigências estabelecidas *no* aviso, no termo de referência e seus anexos e ADJUDICAR seu objeto às empresas:

RAZÃO SOCIAL: MJ RITZMANN ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA
Pessoa jurídica de direito privado com Sede na Rua Fortaleza, 385, Centro, Piên/PR
CNPJ Nº: 05.794.757/0001-18
Valor Total: R$ 2.875,00 (dois mil e oitocentos e setenta e cinco reais)

Dotação Orçamentaria:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.30.20.00 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis
4.4.90.52.42.00 – Mobiliário em Geral
Piên/PR; 07 de outubro de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:3E0F4206

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2025

Objeto: CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO EM LICENCIAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PARA EXIBIÇÃO PÚBLICA DE OBRAS AUDIOVISUAIS (LICENÇA GUARDA -CHUVA) DESTINADAS AO PROGRAMA CINE CAMARA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos, conforme exigências estabelecidas no Aviso, no Termo de Referência e seus anexos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve:
HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto: CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO EM LICENCIAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PARA EXIBIÇÃO PÚBLICA DE OBRAS AUDIOVISUAIS (LICENÇA GUARDA -CHUVA) DESTINADAS AO PROGRAMA CINE CAMARA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências estabelecidas no Aviso, no Termo de Referência e seus anexos e ADJUDICAR seu objeto às empresas:

RAZÃO SOCIAL: ENTIDADE DE GESTÃO DE DIREITOS SOBRE OBRAS AUDIOVISUAIS DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – EGEDA
Pessoa jurídica de direito privado com Sede na PC Floriano, 55, Sala 1001, Centro, Rio de Janeiro/RJ
CNPJ Nº: 121.056.980/0001-14
Valor licença anual: R$ 9.438,00 (nove mil e quatrocentos e trinta e oito reais)

Dotação Orçamentaria:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
33.90.40.00.00 – Serv. Tecnologia da Informação PJ Jurídica
33.90.40.06.00 – Locação de Software
Piên/PR; 07 de outubro de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:652C440B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 147/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 147/2026

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 127/2026

CONTRATADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA – ISCMC
CNPJ: 76.613.835/0012-31
OBJETO: Contratação da irmandade da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças de Piên/PR, visando à formalização do repasse de recursos federais e estaduais destinados ao custeio de média e alta complexidade (MAC).

Item	Descrição	Origem	Valor mensal	Valor anual
1	Pós-fixado – Ambulatorial.	Federal	R$ 19.895,04	R$ 238.740,48 (12 meses)
2	Pós-fixado - Internação hospitalar.	Federal	R$ 32.755,17	R$ 393.062,04 (12 meses)
	Repasse adicional de 20% (vinte por cento) do valor de cada Autorização de Internação Hospitalar aprovada no Sistema de Informações Hospitalares. Resolução SESA Nº 905/2023 prorrogada pela Resolução SESA nº 1.679/2025, que estende os efeitos financeiros de Janeiro/2026 a Dezembro/2026.	Estadual	R$ 6.551,03	R$ 19.653,09 (3 meses de out/2026 até dez/2026)
3	Pré-fixado – Incentivo de Custeio Rede Paraná Urgência (Resolução SESA nº 166/2016).	Estadual	R$ 110.000,00	R$ 1.320.000,00 (12 meses)
VALOR TOTAL				**R$ 1.971.455,61**

VALOR TOTAL: R$ 1.971.455,61 (Um milhão, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos)

FISCAL: Comissão de Fiscalização nomeada através da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura podendo ser prorrogado dentro dos limites da Lei.

DATA DE ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:A926AD04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 148/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 148/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 128/2026

CONTRATADO: OLIVIA TELLES PORCEL DE ALMEIDA EVENTOS
CNPJ: 24.613.361/0001-71
OBJETO: Contratação de Show Nacional com a dupla GILBERTO & GILMAR E BANDA para abertura do Natal Luz agendado para o dia 20/11/2026, na esquina Avenida Brasil com Avenida Paraná, com duração de 1h40, incluso transporte rodoviário, aéreo, local, diárias de alimentação e hospedagem para 17 pessoas, abastecimento de 02(dois) camarins - artistas/equipe cenário, impostos.
VALOR TOTAL: R$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data da publicação.

FISCAL: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
DATA DE ASSINATURA: 08 de outubro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:CD300354

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 044/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 044/2026

PROTOCOLO: 4203/2026

Objeto: Locação de trajes típicos de prenda, destinados às candidatas participantes do Concurso de Escolha da Rainha e Princesas do Município de Piên/PR, incluindo ajustes, prova, higienização, entrega e retirada.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: RAFAELA FRANCO
CNPJ: 25.243.101/0001-14
VALOR: R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

AUTORIZAÇÃO: 08/10/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:D02FD042

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 244/2026 E 245/2026

EXTRATO DE ATAS

ATAS 244/2026 e 245/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 063/2026
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção e de pintura em atendimento as secretarias municipais.

Ata nº 244/2026 - JFG AGROCOMERCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.053.655/0001-29, vencedora dos itens conforme relatório disponível no site https://portal-prefeitura-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/contrato/contratos-atas-de-registro-de-preco-por-contrato, resultando no valor total de R$ 50.428,50 (cinquenta mil e quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).
Ata nº 245/2026 - LETKI MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 82.510.850/0001-02, vencedora dos itens conforme relatório disponível no site https://portal-prefeitura-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/contrato/contratos-atas-de-registro-de-preco-por-contrato, resultando no valor total de R$ 534.301,93 (quinhentos e trinta e quatro mil e trezentos e um reais e noventa e três centavos).

Fiscal Administrativo:

Secretaria	Fiscal
Secretaria de Governo	Guilherme Cruz
Secretaria de Administração e Finanças	Patrick Zanqueta Pacheco
Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo	Esdras Rya Rocha Cruz
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários	Aldecir Cavalheiro
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Lidair Osmar Zappe
Secretaria de Educação	Marily Wotroba Heiden
Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer	Alexandra Ap. da Cruz Laurindo
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil CRAS Defesa Civil	Larissa do Carmo Honorio. Leticia Inês Schroth Gabardo Regiane Rauth
Secretaria de Saúde	Marina do Carmo Stracke de Lima
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Suelen Surek

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação.

Data de assinatura: 08 de outubro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:77279F53

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 131/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 131/2026

PROTOCOLO: 4115/2026

Objeto: Formalização da contratação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, destinado ao atendimento de pessoas idosas, de ambos os sexos, com grau de dependência I, II e III, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.
CHAMAMENTO 009/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GISELE GONÇALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CNPJ: 37.179.347/0001-53
VALOR: R$ 955.803,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e três reais).

AUTORIZAÇÃO 09/10/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:4F642C40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1347, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1347, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA OS SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMISSÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRA DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO QUE:

Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/21, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para a comporem a Comissão de Análise de Amostra de produtos de limpeza e higienização para o ano de 2026/2027.

- Daiane dos Santos – Matrícula 4765280
- Marina do Carmo Stracke de Oliveira – Matrícula 4765951
- Ana Carolina Pires Rockenbach – Matrícula 4766271
- Carla Fernanda Jung Kohler – Matrícula 4766389
- Maikeli Thaiane Knutz Senn – Matrícula 4765255
- Alex Junior dos Anjos – Matrícula 4766371

Art. 2º O objetivo da análise da amostra é aferir qualidade, aderência, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos materiais, garantindo que o físico condiz com o apresentado na ficha técnica.

Art. 3º Cabe a Comissão analisar e avaliar as amostras a serem apresentadas pelas empresas ganhadoras dos itens do certame licitatório em epígrafe, promover a desclassificação das referidas amostras incompatíveis com as descrições do Edital e promover a listagem da empresa cujas amostras tenham sido aprovadas.

Art. 4º A Comissão deverá apresentar a ata de avaliação através de relatório a Comissão de Licitação a qual deverá informar o resultado através de documento, caso a amostra seja reprovada a pregoeira deverá convocar os próximos colocados para apresentação da amostra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Piên, 09 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:89758A28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1349, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1349, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **PEDRO GERALDO CAVALHEIRO DA SILVA**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 670.***.***-** matrícula funcional 4765673, ocupante do cargo público de agente político de **Vice-Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião na CELEPAR	07/10/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	10305/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:2BC70D28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1350, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1350, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **TATIANE CUBAS RIBAS MALCHOVSKI,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 076.***.***-37 matrícula funcional 4766171, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Diretor de Área,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Evento PROGOV	14/10/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	10304/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:E7E242D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1351, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1351, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ANDRÉ ASSIS DA SILVA** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 027.***.***-** matrícula funcional 4766150, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Área II - Área de Turismo e Eventos,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Acompanhar atletas na Copa Furacão SUB11 e SUB13	11 e 12/10/2026	Curitiba/PR	2(uma)	R$ 300,00	10318/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:E4D6C487

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº1352, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº1352, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **SARA DUARTE MACEDO DE CARVALHO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 092.***.***-** e matrícula funcional 4766136, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Internamento de paciente San Julian	09/10/2026	Piraquara/PR	1(uma)	R$ 61,00	10341/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data,

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:1158546A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1353, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1353, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 029.***.***-12 matrícula funcional 4766252, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Acompanhar atletas na Copa Furacão SUB11 e SUB13	11 e 12/10/2026	Curitiba/PR	2(duas)	R$ 300,00	10340/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 09 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAISKI STREIT
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:36824BA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da decoração natalina do Município de Piên/PR, incluindo o fornecimento, montagem, instalação, manutenção e desmontagem dos elementos decorativos, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência. **Entrega das propostas**: a partir 13/10/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 29/10/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 09 de outubro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:2876221F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 02/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará processo de inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa **CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA, inscrita no CNPJ nº 51.318.373/0001-46,** visando à **contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de Consultoria especializada para revisão do regimento interno de acordo com adequações do ProLegis e implantação do Código de Ética e Decoro Parlamentar**.

I - DO OBJETO

O objeto do presente documento é a divulgação da contratação por inexigibilidade de licitação, com a finalidade de divulgação e transparência, com critério de contratação por Inexigibilidade, na hipótese do art. 74, inciso III, alínea c, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Segue-se a descrição do objeto que se pretende contratar:
Consultoria especializada para revisão do regimento interno de acordo com adequações do ProLegis e implantação do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Pinhal de São Bento, 07 de outubro de 2026.

MÁRCIO MENIN
Presidente

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:BBC5FF71

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 30-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 30/2026
O Presidente da Câmara de Vereadores Senhor **MARCIO MENIN,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador

interno, vem através deste liberar, 03 (três) diárias com pernoite, para o Vereador **IRIO FERNANDES CPF 075.617.869-05**, nos dias 22 à 25 de SETEMBRO de 2026, para deslocamento até a Curitiba – PR, para participar do curso"SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL" promovido pela RAS - CONSULTORIA e TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) 04X 600 = R$: 2.400,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

MARCIO MENIN
Presidente

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno

Autorizado
Em 21/09/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:85296B22

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 31-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 31 /2026
O Presidente da Câmara de Vereadores Senhor **MARCIO MENIN,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 04 (quatro) diárias com pernoite, para o Vereador **IRIO FERNANDES CPF 075.617.869-05**, nos dias 06 à 09 de outubro de 2026, para deslocamento até a Curitiba – PR, para participar do 2º ENCONTRO INTERESTADUAL DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS", promovido pela UNIAO DE CAMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANA, na cidade de Curitiba - PR, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) 04X 600 = R$: 2.400,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

MARCIO MENIN
Presidente

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno

Autorizado
Em 05/10/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:7517DC48

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 32-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 32 /2026
O Presidente da Câmara de Vereadores Senhor **MARCIO MENIN,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 04 (quatro) diárias com pernoite, para o Vereador **SILVESTRE BARCKI CPF 905.873.919-87**, nos dias 06 à 09 de outubro de 2026, para deslocamento até a Curitiba – PR, para participar do 2º ENCONTRO INTERESTADUAL DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS", promovido pela UNIAO DE CAMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANA, na cidade de Curitiba - PR, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) 04X 600 = R$: 2.400,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

MARCIO MENIN
Presidente

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno
Autorizado
Em 05/10/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:768B734B

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 33-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 33 /2026
O Presidente da Câmara de Vereadores Senhor **MARCIO MENIN,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 04 (quatro) diárias com pernoite, para o Vereador **ITACIR EUFRASIO SANTOS CPF 038.110.139-80**, nos dias 06 à 09 de outubro de 2026, para deslocamento até a Curitiba – PR, para participar do 2º ENCONTRO INTERESTADUAL DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS", promovido pela UNIAO DE CAMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANA, na cidade de Curitiba - PR, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) 04X 600 = R$: 2.400,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

MARCIO MENIN
Presidente

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno
Autorizado
Em 05/10/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:95CD7951

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO CONTRATO 02/2026

EXTRATO DE CONTRATO
A Câmara Municipal de Vereadores de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 02 de 2026.

OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de **Consultoria especializada para revisão do regimento interno de acordo com adequações do ProLegis e implantação do Código de Ética e Decoro Parlamentar.**

CONTRATADA: CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA

VALOR CONTRATADO: R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil e reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026.
RECURSOS:

DOTAÇÃO					
Exercício da despesa	**Conta da despesa**	**Dotação**	**Descrição da dotação**	**Natureza da despesa**	**Descrição**
2026	110	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.3.90.39.05.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

PAGAMENTO: O pagamento será realizado pela CONTRATANTE em 05 (cinco) parcelas quinzenais de R$ 7.000,00 (sete mil reais)
PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO: 03 meses após a assinatura do contrato**.**

Pinhal de São Bento, 09/10/2026.

MARCIO MENIN
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:6827D88A

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Processo nº. 02/2026
Inexigibilidade nº. 01/2026
O presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinhal de São Bento, Paraná, no uso de suas atribuições, e em cumprimento às determinações contidas na Lei nº. 14.133/2021

RATIFICA a inexigibilidade de Licitação em favor da empresa CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 51.318.373/0001-46, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com base no art. 74, inciso III, alínea c) da Lei nº. 14.133/2021, tendo como objeto a **contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de Consultoria especializada para revisão do regimento interno de acordo com adequações do ProLegis e implantação do Código de Ética e Decoro Parlamentar.**

Pinhal de São Bento, Paraná, em 09 de outubro de 2026

_____
Assinatura do Presidente

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:02DB80A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO Nº 07/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº01/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, Lei Municipal nº 1.132 de 24 de março de 2026 e tendo em vista o Edital de Homologação nº 14/2026 do Processo Seletivo Simplificado 01/2025 - PSS
R E S O L V E:
1. CONVOCAR os candidatos descritos a seguir, classificado no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026, aberto pelo edital nº 01/2026 homologado pelo Edital nº.14/2026, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, à Avenida São Roque, 178, Centro, Pinhal de São Bento, Paraná, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da data de publicação desta convocação no horário de expediente, das 07:30hs às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, munidos de documentos constantes no subitem 2 deste Edital, para contratação temporária conforme segue:

CARGO – OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

Inscrição	Nome	Classificação
0000023	Valdecir Jose Vinhi	4º

2. O candidato convocado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos, munidos dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou simples, desde que neste caso, os candidatos apresentem o original para conferencia no local da entrega:
cópia da Carteira de Identidade;
Comprovar Carteira Nacional de Habilitação para o cargo, exigida pelo Edital
cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
cartão PIS/PASEP;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 14 (quatorze) anos;
carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
k) Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faça parte o local de residência ou domicílio do candidato;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;(modelo em anexo)
declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;(modelo em anexo)
declaração de que não recebe nenhum benefício pelo Regime de previdência Própria –RPPS, e/ou Regime Geral de Previdência Social, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo);
Auto Declaração De Cor/Etnia (modelo em anexo)
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no Edital nº 01/2025;
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional;(agendado após a entrega dos documentos).
3. O candidato considerado inapto nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem a realização dos mesmos serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado – PSS.
4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes das respectivas contratações temporárias.
5. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação será considerado como desistente, e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado, não sendo permitida sua recolocação ao final da lista de aprovados.

Pinhal de São Bento, -PR, 09 de outubro de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,

CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO, que não sou ocupante de outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas de governo: Municipal, Estadual ou Federal.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO que, recebo benefício proveniente do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF)

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

DECLARAÇÃO

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____ DECLARO que, não fui demitido(a) por justa causa de cargo público efetivo, ou de função pública, em órgão da União, Estados e Municípios.
.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cidade_____ data _____/____/_____

_____

Ilma Sra.
Vania Maria Barbieri
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
Pinhal de São Bento, Pr

REQUERIMENTO

_____, brasileira(o), maior, ,residente na cidade de _____ Estado do Paraná, vem através deste REQUERER, ao Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento/PR, para que o pagamento mensal referente a salário, seja depositado mensalmente na conta corrente nº º _____ Agência _____, Banco _____
N. Termos
P. Deferimento

Pinhal de São Bento/PR, em _____/_____/_____
_____
Assinatura do Servidor

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,
CONVOCADO(A) para assumir o cargo de _____, DECLARO, sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens;
1._____valor_____
2._____Valor:_____
3._____Valor:_____
4._____Valor:_____
5._____Valor:_____
Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.
Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.
Cidade _____data _____/_____/_____
_____
Assinatura do(a) Declarante

AUTO DECLARAÇÃO DE COR/ETNIA

Eu, _____
portador(a) do CPF sob nº_____,
brasileiro(a),_____,
(estado civil),_____
residente e domiciliado(a) _____,
CEP:_____
Cidade de _____, Estado do _____,

DECLARO em conformidade com a classificação do IBGE, que sou:
( ) Branca ( ) Preto(a) ( ) Pardo(a) ( ) Indígena.
DECLARO AINDA, estar ciente de que a falsidade da declaração por mim firmada no presente documento, poderá ensejar sanções civis, e, principalmente criminais (Art. 299 do Código Penal)
Local e data: _____/_____/_____/_____

Assinatura do declarante: _____

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:F59884E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 218/2026

DECRETO 218/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E62A44ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 219/2026

DECRETO 219/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:BF76DA8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1299/2026

DECRETO Nº 1.196/2025

Altera os integrantes do Conselho Municipal de Esporte –(CME)

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nas disposições da Lei Municipal nº 1.073/2025, nomeia os integrantes do Conselho Municipal de Esporte - CME, de Pinhal de São Bento- PR.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica alterado os membros do Conselho Municipal do Esporte, assim constituído:
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Departamento de Cultura e Esporte	Rudiney Bernardelli	Marcia Pettenon Cemin
Secretaria Municipal de Educação	Eva Luzia Barcki Mazuco	Marisa Aparecida Marafon Barcki
Secretaria Municipal de Saúde	Katiuça Mara Pasa	Ana Paula Cossetin
Secretaria Municipal de Assistência Social	Delurdes Derzi Olbermann de Oliveira	Larissa Cristiane de Lima Cordova

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Escolas da Rede Estadual de Ensino	Maria Lucia Geittenes Câmera	Salete Maria Piazentini
Clubes Esportivos	José Valdemar Santos da Silva	Joelmir Cemim
Representante que atua junto ao esporte com pessoas deficientes indicadas pela APAE	Keila Fiorese da Silva	Jordanis da Silva
Profissional ligado ao CREF e indicado pelo departamento de esporte	Claudia Facco Brito Bortolotto	Flavia Gnoato Neves

Artigo 2° Fica revogado o Decreto n° 1.196 de 17 de junho 2025
Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhal de São Bento, 09 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:52B6E9A1

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 353/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 09/10/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Francisco Saldanha da Silva com acompanhante, Claudia de Souza Jora Hank e, Maria Izartina da Silva com acompanhante para consulta no Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC e Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-4	027.***.***-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 08 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FBBE40ED

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 354/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Martini de Moraes Matrícula: 6841
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 09/10/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Céu Azul/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Tereza dos Santos Olbermann com acompanhante e Jurema da Silva Bento com

acompanhante para consulta no Hospital Bom Samaritano em Céu Azul/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Bom Samaritano em Céu Azul/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	2****-6	049.***.***-80

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 08 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Edson Martini de Moraes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:D54ED366

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 355/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Daniel de Campos Stoffel Matrícula: 6921
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 09/10/2026 (saída as 04:00 horas)
Destino: Guarapuava/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 181,61
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Lautair Siebre, Janete Ferreira Mendes dos Santos, Rosenilde de Oliveira com acompanhante e Carine Frange Farias com acompanhante para consulta no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-0	067.***.***-31

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 08 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Daniel de Campos Stoffel
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1FCA7BAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026

A Câmara Municipal de Piraquara, UASG N. 927599, por meio da Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico, cujo objeto é a "Aquisição de equipamentos visando à modernização dos processos realizados e à padronização dos equipamentos utilizados nos diferentes setores da Câmara Municipal de Piraquara, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, **será realizada no dia 29 de outubro de 2026, às 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO
Valor Máximo estimado: R$ 42.275,14 (quarenta e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e catorze centavos).

Aquisição de Edital: O Edital, anexos e demais documentos integrantes do presente processo serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br e no endereço eletrônico https://www.piraquara.pr.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/ , podendo também ser solicitados via *e-mail* compras@piraquara.pr.leg.br , e também poderão ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1511, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 09 de outubro de 2026

SOLANGE R S ALMEIDA
Agente de Contratação
(Portaria Nº 90 de 2025)

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:F428BC2C

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2026 PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.
Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção contínua de energia elétrica (nobreaks) e baterias seladas/estacionárias, destinados à proteção das estações de trabalho, servidores e demais equipamentos de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Piraquara.

Contrato Nº: 14/2026
Contratada: Power Energy Baterias LTDA,CNPJ: 62.310.598/0001-72, com sede naR. 55, n° 50, bairro Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP 88330-68, pelo valor total deR$ 888,03 (oitocentos e oitenta e oito reais e três centavos).

Data da Assinatura: 07/10/2026.
Vigência: 09/10/2026 até 15/12/2026.

Câmara Municipal de Piraquara, em 09 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:B15D485A

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2026 PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.
Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção contínua de energia elétrica (nobreaks) e baterias seladas/estacionárias, destinados à proteção das estações de trabalho, servidores e demais equipamentos de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Piraquara.

Contrato Nº: 15/2026

Contratada: VIGUI´ST INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ: 06.032.137/0001-04, com sede na Rua Sebastião Andrade Bonani, nº. 306 bairro Jardim Prudência, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04649-050, pelo valor total de R$ 6.414,48 (seis mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 07/10/2026.
Vigência: 09/10/2026 até 15/12/2026.

Câmara Municipal de Piraquara, em 09 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:C5CB2C25

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 045/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2556/2025, de 13 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WESLEY ISBRAIM SCHULTZ VARGAS, portador do RG n.º 13.591.XXX-0 PR e inscrito no CPF sob n.º 057.853.XXX-80, nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Polícia Interna – CC-2, através da Portaria n° 006/2025 de 03 de janeiro de 2025 e publicada em 06 de janeiro de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na sua edição 3187.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais na data de 09 de outubro de 2026.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 09 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:3CED1F6D

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 046/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2556/2025, de 13 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CARLOS ALEXANDRE VATRIM JUNIOR, portador do RG n.º 14.906.XXX-3 PR e inscrito no CPF sob n.º 130.724.XXX-02, nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – CC-4, através da Portaria n° 026/2026 de 16 de julho de 2026 e publicada em 17 de julho de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na sua edição 3575.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais na data de 13 de outubro de 2026.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 09 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:12C555FC

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 720/2026

Concede aposentadoria Voluntaria Por Idade e Tempo de Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº **040/2026**, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição** a servidora **CLEONICE DE FATIMA MACHADO BRITES**, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 523701, RG nº 4.035.XXX-2**,** CPF nº 667.649**.XXX-X2**, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, **com fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988.**
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de em **R$ 3.879,84 (três mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).**
Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 **de outubro de 2026.**
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:8F6E97A0

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 721/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 042/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora **MARISA PEREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Operacional, matrícula funcional nº 551581, RG nº 4.734.XXX-0, CPF nº 724.245.XXX-X1, pertencente ao quadro de servidores do Município de Piraquara, com fundamento no art. 13 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º. Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 2.521,27** (dois mil quinhentos e vinte um reais e vinte e sete centavos).
Art. 3º. Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de outubro de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:424CD564

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL 12 DE 2026 VIII FESTIVAL DE MÚSICA DE PIRAQUARA – FEMUSPI

A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial torna pública a SUSPENSÃO do Edital de Chamamento Público nº 12/2026, referente ao VIII Festival de Música de Piraquara – FEMUSPI, pelas razões e nos termos a seguir.
Considerando a necessidade de nova instrução processual para a contratação dos jurados do VIII FEMUSPI, cujas etapas não poderão ser concluídas em tempo hábil para atender ao cronograma previsto para o Festival;
A Secretaria comunica:
1. Ficam suspensos, a partir da publicação deste aviso, o prosseguimento das etapas e os prazos ainda não concluídos do Edital de Chamamento Público nº 12/2026. As apresentações, inicialmente previstas para os dias 28 e 29 de novembro de 2026, não ocorrerão nestas datas.
2. As 23 inscrições recebidas, assim como os respectivos documentos e registros, permanecerão preservadas. Esta suspensão não constitui decisão de desclassificação dos inscritos nem cancelamento definitivo do Festival.
3. A eventual retomada do procedimento, o novo cronograma e as orientações sobre o aproveitamento das inscrições serão definidos em ato específico e divulgados no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da Prefeitura de Piraquara.
4. Durante a suspensão, não serão exigidas dos inscritos providências vinculadas aos prazos suspensos. Os interessados deverão acompanhar as futuras publicações oficiais.
5. Este aviso integra o Edital nº 12/2026, permanecendo as demais disposições aplicáveis naquilo que não contrariar a presente suspensão.
Piraquara, 9 de outubro de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5E639752

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.097/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente e altera as metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa abaixo especificado(s):

10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.004 – Divisão do Ensino Infantil
10.004.12.367.0003.2.019 - Manutenção da Educação Infantil

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.61.00.00	660	31155	Aquisição de Imóveis	40.000,00
Total				**R$ 40.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E71B8092

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.095/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença Integral para Estudo** no período compreendido entre **07/10/2026 a 31/03/2027** a servidora **Fernanda Italiano**, ocupante do cargo de Professora III Especialização, matriculas funcionais nº **992193 e 997164,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no art. 27, da Lei Municipal nº 1192/2012, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2026.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a 07 de outubro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A5A64417

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.096/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A **prorrogação de Licença Parcial para Estudo** à servidora **Michelle Angelita Zielinski**, ocupante do cargo de cargo de Professora III Especialização, para liberação de 4 (quatro) horas semanais na matrícula nº **509541** e 4 (quatro) horas semanais na matrícula nº **575171**, no período compreendido entre **03/09/2026 a 01/03/2027,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no art. 27, da Lei Municipal nº 1192/2012, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2025.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a retroativos a 03 de setembro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5A4F7448

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 117/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO A DESISTÊNCIA DO CANDIDATO SENDO CONSIDERADO:
CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
803	ELAINE BATISTA	DESISTENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7CA0BA64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATOS INEXIGIBILIDADE N.º 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 33.959/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames especializados. **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA – **CONTRATO N.º 620/2026 – Contratada CLINICAMP CENTRO DE SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 47.637.585/0001-19, credenciada para os itens 3, 5, 6, 7, 11, 12, 21, 33 e 34, pelo valor **R$ 2.692.910,62** (dois milhões, seiscentos e noventa e dois mil, novecentos e dez reais e sessenta e dois centavos**). CONTRATO N.º 621/2026 – Contratada JACIRA APARECIDA MAURER DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.966.995/0001-10, credenciada para os itens 3, 5, 9, 11, 20, 24, 26, 29, 31, 33, 34 e 35; pelo valor de **R$ 3.513.459,54** (três milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).**CONTRATO N.º 622/2026 – Contratada ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.675/0001-67 credenciada para os itens 20, 31 e 32; pelo valor de **R$ 320.162,88** (trezentos e vinte mil, cento e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos). **CONTRATO N.º 623/2026 – Contratada TSS HUMANA SERVIÇOS DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.369.421/0001-36, credenciada para os itens 3, 9, 11, 12, 18, 22, 23, 24, 26, 29 e 35; pelo valor de **R$ 1.088.917,22** (um milhão, oitenta e oito mil, novecentos e dezessete reais e vinte e dois centavos). **Prazo de vigência da contratação**: a partir da data da última assinatura com término vinculado à validade do Edital de credenciamento (17/09/2027). **Data da assinatura:** 09/10/2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C154A8C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 41.256/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII, 74, inciso IV, c/c 79, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 32/2026 - Processo nº 41.256/2026**, que trata de procedimento de credenciamento de empresas para realização de exames especializados conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e anexos, sob o valor total máximo de R$ 3.230.594,10 (três milhões, duzentos e trinta mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

Piraquara, 08 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F1B1B22E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 41.529/2026 – DISPENSA Nº 13/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, inciso VIII e 75, inciso XV da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Dispensa nº 13/2026 - Processo nº 41.529/2026**, que trata da contratação do INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA, CNPJ n° 09.054.507/0001-00, para prestação de serviço de planejamento, organização e realização de concurso público, sob o valor total de R$ 95.300,00 (noventa e cinco mil e trezentos reais). Piraquara, 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5A748A97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 02/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 32.919/2025 – CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2025

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:** Associação Comunitária Presbiteriana. **OBJETO:** Extinção consensual do Termo de Colaboração n.º 02/2025 e de seus respectivos aditivos, cujo objeto consiste na disponibilização de 07 (sete) vagas para execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças, de ambos os sexos, na faixa etária de 03 (três) a 10 (dez) anos. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 13.019/2014, Decreto Municipal n.º 5.755/2017 e Cláusula Décima Quarta do Termo de Colaboração n.º 02/2025. **DATA DA EXTINÇÃO:** 08 de outubro 2026. **DATA DA ASSINATURA**: 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:BEA71B0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.710/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ R$ 1.000,00 (mil reais), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,** Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal**,** sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	31493	Indenizações e restituições	1.000,00
Total			**R$ 1.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01º de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos da Lei da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:93E69B39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.711/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 12.253,80 (doze mil e duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento-Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 12.253,80 (doze mil e duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	33493	Indenizações e Restituições	R$ 12.253,80
Total			**R$ 12.253,80**

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	33493	307	Material de Consumo	R$ 6.936,08
Total				**R$ 6.936,08**

11.001.10.303.0007.2064 – Ações da Assistência Farmacêutica

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	33493	342	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 3,29
Total				**R$ 3,29**

11.001.10.304.0007.2025 – Promover Ações de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	33493	307	Material de Consumo	R$ 5.314,43
Total				**R$ 5.314,43**

Art. 4º O valor de que trata esta Lei não será computado para efeitos do artigo 41 da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025, e do artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos da Lei da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:54940BB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.747/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,** no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º Nomear a professora Cintia Helena Sineiro, matrículas 992821 e 9582922819, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Heinrich de Souza, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1192/2012, art. 35, inciso III.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 06 de outubro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 08 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:108DE729

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.748/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,** no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Alline Danthara Rocha Lima, matrícula 1002302, para exercer a função de Secretária Escolar da Escola Municipal Marlene do Rocio Licheski dos Santos.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a partir de 05 de outubro de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 08 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:702BC3AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
PORTARIA N° 33/2026

PORTARIA N° 33/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO,

Considerando a aprovação de requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito nomeada pela Portaria nº 16/2026, na sessão plenária ordinária do dia 6 de outubro de 2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito nomeada pela Portaria nº 16/2026, para apresentar ao Plenário o relatório circunstanciado e conclusivo dos seus trabalhos.

Art. 2º Esta em Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PITANGA, NA DATA ASSINADA.

AMADEUS PENGA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:299F69F0

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

OBJETO: inscrição treinamento "liderança pública que transforma – pessoas, decisões e atitudes para fortalecer instituições e gerar valor público" para os vereadores Amadeus Penga, João Edival Aramoni e José Jurandir Miranda
CONTRATADO: Idadi Consultoria e Tecnologia Ltda **CNPJ:** 58.511.090/0001-65
VALOR: R$ 6.270,00 (seis mil, duzentos e setenta reais
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0101.2.108 Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FUNDAMENTO LEGAL: alínea "f" do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

PITANGA, NA DATA ASSINADA.

AMADEUS PENGA
Presidente

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:731518E0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 10/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): LUCIANE GULKA, brasileira, solteira, residente na Rua Liberdade, portador(a) do CPF nº. ***.166.369-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 06 de outubro de 2026 e término em 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 06 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

LUCIANE GULKA
Contratada

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:B8D0E625

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 11/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): SIMONE APARECIDA PADIR, brasileira, solteira, residente na Rua Sete de Setembro, portador(a) do CPF nº. ***.260.989-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 06 de outubro de 2026 e término em 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 06 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

SIMONE APARECIDA PADIR
Contratada

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:F08CCB90

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 12/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): JULIANE DE LOURDES DOMINGUES, brasileira, solteira, residente na Rua Tiradentes, portador(a) do CPF nº. ***.407.139-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 06 de outubro de 2026 e término em 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 06 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

JULIANE DE LOURDES DOMINGUES
Contratada

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:3A07B7E7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 13/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): SOLANGE EUFRASIO COSTA, brasileira, casada, residente na Rua Santos Dumont, portador(a) do CPF nº. ***.133.979-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 06 de outubro de 2026 e término em 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 06 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

SOLANGE EUFRASIO COSTA
Contratada

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:8BD7D74F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 14/2026 - PSS 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): BRENDA MAYARA BUENO, brasileira, solteira, residente na Rua Osvaldo da Rosa Teotonio, portador(a) do CPF nº. ***.719.769-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 6 de outubro de 2026 e término em 6 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 06 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

BRENDA MAYARA BUENO
Contratada

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:12DBE63D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSERPI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente edital ficam convocados todos os sócios da **Associação dos Servidores Municipais de Pitangueiras – ASSERPI**, descritos no art. 7º do seu Estatuto Social, e em dia com suas obrigações sociais, para se reunirem em **ASSEMBLÉIA GERAL**, a ser realizada no dia **12 de novembro de 2026**, a partir das **19h00min**, em sua sede social, sito à Rua Catuai, n° 140, Parque Industrial, Lote n° 610-AB-REM-D, neste Município de Pitangueiras, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:
a) Prestação de contas da atual diretoria;
b) Eleição da nova Diretoria;
c) Eleição do Conselho Fiscal; e
d) Outros assuntos de interesse da Associação.

A convocação e realização da presente Assembléia Geral se dá em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 do Estatuto Social, sendo realizada da seguinte maneira: **em primeira convocação às 19h00min**, com a presença de 50% dos associados; **em segunda convocação ou às 19h15min**, com a presença de 30% dos associados; e **em terceira e última convocação às 19h30min, com qualquer número de sócios presentes**, sendo que as decisões serão tomadas com o voto da maioria simples dos sócios presentes.

Pitangueiras, 09 de novembro de 2026.

PAULO RICARDO RODELLA
Presidente

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:2051ADE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 228/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

1. CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público da Prefeitura do Município de Pitangueiras, aberto através do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, e homologado através da Edital nº 009/2025 de 25/07/2025, para se apresentarem na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Central, nº 408, nesta cidade de Pitangueiras-PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação da presente Portaria, para tratar dos procedimentos de contratação, conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO I:

Nome da Candidata	Inscrição	Data de Nasc.	Classif.
GABRIELLY SILVEIRA DOS SANTOS	0011374	06/03/2007	6°

MOTORISTA:

Nome dos Candidatos	Inscrição	Data de Nasc.	Classif.
JOSÉ LUIZ DA SILVA	0011048	10/11/1986	28°
MIGUEL ANTÔNIO ASSUNÇÃO	0010457	02/03/1971	29°

2. Os(as) candidatos(as) convocados(as) deverão comparecer à divisão indicada munidos(as) dos documentos relacionados no item 9.3. do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, em vias originais e cópias.

3. Os(as) candidatos(as) deverão submeter-se à Avaliação Física e Mental, em caráter eliminatório, a ser efetuada por médico oficial do município, em dia e local previamente designados pelo Setor de Recursos Humanos, conforme item 9.3.1 do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025.

4. O não comparecimento no prazo aqui estabelecido ou a falta de comprovação dos requisitos para o exercício do cargo implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 09 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:8FCDFE36

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços N° 35/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: MOBILHE MÓVEIS CORPORATIVOS LTDA
CNPJ: 15011572000143
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de móveis e eletroeletrônicos para as secretarias desse Município.
VALOR: R$ 11.941,60 (onze mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Manutenção das Atividades de Assistência Social DESP Nº 169 -4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Edson de Souza Rocha
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:A8F8552E

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Dispensa n° 12/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: BELUCO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA
CNPJ: 17.250.916/0001-00
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de perfuração, instalação, desenvolvimento, teste de vazão, obtenção da outorga e fornecimento de todos os materiais, equipamentos e serviços necessários à implantação de poço tubular profundo (poço artesiano), incluindo a parte elétrica, com profundidade estimada de 80,00 metros, conforme localização indicada no projeto.
VALOR: R$ 31.916,00 (trinta e um mil, novecentos e dezesseis reais).
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.
Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos
DESP Nº 261 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinário
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Marcos Paulo Beluco
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:03F398CD

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 117/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 11/2026, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA	CNPJ
1	Pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, por hora trabalhada, destinados à execução de atividades de limpeza, higienização, conservação, arrumação e organização de espaços públicos, de acordo com as necessidades do Município e mediante solicitação da Administração Pública. Os serviços têm por finalidade garantir a manutenção da limpeza, salubridade, conservação e adequada organização dos ambientes, contribuindo para o bom funcionamento das atividades desenvolvidas nos órgãos, repartições, prédios e espaços públicos municipais.	69.130.196 MARIA DE FATIMA NOGUEIRA PACHECO	69.130.196/0001-35

Pitangueiras - PR, 09 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:3A0F93CF

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 117/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 17/2026, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

CREDENCIADO	CNPJ	DESCRIÇÃO
J.A.J. BAEZA LTDA	13.612.920/0001-02	LOTE 01: PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO MÁQUINAS/MAQUINÁRIOS (LINHA PESADA- MOTOR: DIESEL) - EXLCUSIVO ME/EPP
J.A.J. BAEZA LTDA	13.612.920/0001-02	LOTE02:PEÇASPARA VEÍCULOS TIPO MÁQUINAS/MAQUINÁRIOS (LINHAPESADA-MOTOR:DIESEL) - AMPLA CONCORRÊNCIA
J.A.J. BAEZA LTDA	13.612.920/0001-02	LOTE3:PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO CAMINHÕES, VANS,ÔNIBUS,MICRO-ÔNIBUSE CAMINHONETES(LINHAMÉDIAMOTORES:FLEX-GASOLINA-DIESEL)EXCLUSIVOME/EPP
J.A.J. BAEZA LTDA	13.612.920/0001-02	LOTE4:PEÇASPARAVEÍCULOSTIPOMÁQUINAS/MAQUINÁRIOS (LINHAPESADA-MOTOR DIESEL) EXLCUSIVO ME/EPP
J.A.J. BAEZA LTDA	13.612.920/0001-02	LOTE5:PEÇAS PARAVEÍCULOS TIPO AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS (LINHALEVEMOTORES: FLEX, GASOLINA E ÁLCOOL) - EXCLUSIVOME/EPP
J.A.J. BAEZA LTDA	13.612.920/0001-02	LOTE6:PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS(LINHALEVEMOTORES: FLEX,GASOLINAEÁLCOOL)-AMPLACONCORRÊNCIA.

Pitangueiras - PR, 09 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:BA33E864

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 5799 DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

Prefeitura do Município de Planalto

DECRETO Nº 5799 de 9 de Outubro de 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Vendaval (13215).

O(A) Senhor(a) **Luiz Carlos Boni**, Prefeito(a) do município de **Planalto**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

• Que ocorreu no dia 03 de outubro de 2026, ventos de aproximadamente 140km/h causando danos e prejuízos. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;

• Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

• Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

• Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

• Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 9 de Outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:3B452039

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 15 CONCURSO PUBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 15/2026

REFERENTE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 17.001/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO do candidato relacionado no Anexo I deste Edital, para nomeação e posse, mediante as cláusulas seguintes:

1. O candidato convocado deverá comparecer presencialmente e portando documento de identidade com foto, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital, a fim de formalizar a Declaração de Aceite ou de Recusa da Vaga (ou requerer a opção de final de lista, se aplicável).

2. No ato do comparecimento, o candidato deverá declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, poderá formalizar pedido de opção por final de lista, oportunidade em que passará a figurar como último

candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
3. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
4. A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo.
5. Para a posse no cargo público, o candidato deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento perante o órgão de administração de pessoal, que trata o item 1, os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
6. A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto/PR, 09 de Outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 15/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PARA O CARGO DE CONTADOR I

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0005740	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	4º

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:61681156

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
PORTARIA 46/2026

PORTARIA Nº 46, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

ABRAHÃO MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 17, § 1º, inciso XXXII, do Regimento Interno;
Considerando o período aquisitivo do Servidor;
Considerando a solicitação do Servidor;
Considerando a Portaria nº 02, de 07 de janeiro de 2020, que fixou o primeiro período;
Considerando o comum acordo entre Servidor e Presidente da Câmara Municipal de Planalto, a fim de corrigir lapso temporal;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Férias conforme programação a Felipe De La Cruz Quintana, servidor efetivo, Matricula: 49-1, fixando o período de dez dias, compreendidos de treze a vinte e dois de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Planalto - Palácio Caito Quintana, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:23B7688D

LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2026
DISPENSA Nº 023/2026

DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: SOM E INFORMATICA OBALSKI LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e conserto, incluindo o fornecimento e a substituição da placa fonte e da placa DPS, da mesa de som digital Behringer X32, pertencente à Secretaria Municipal de Cultura, visando assegurar seu pleno funcionamento para utilização em reuniões, palestras, conferências e demais eventos promovidos pelo Município de Planalto-PR
VALOR TOTAL: R$ 5.700,00(Cinco mil e setecentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:7DAA944B

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ATO ADJUDICATÓRIO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2026

HOMOLOGAÇÃO E ATO ADJUDICATÓRIO
CONCORRENCIA PRESENCIAL N° 010/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base na Lei Federal 14.133/21, faz saber aos interessados que realizou abertura de documentos e

propostas de preços referente ao edital de CONCORRENCIA PRESENCIAL N°010/2026 de acordo com o abaixo descrito:
OBJETO: Pavimentação sobre pedras irregulares de vias urbanas em CBUQ, 74.602,49 m2, incluindo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra.
EMPRESA ADJUDICADA: META CONSTRUTORA LTDA
VALOR TOTAL: R$ 12.295.000,00 (doze milhões duzentos e noventa e cinco mil reais).

DATA: 09 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:DE34B97A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 469/2026 - DISPENSA Nº 039/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 469/2026 - DISPENSA nº 039/2026 – Objeto: **"Aquisição de paletes novos de madeira de eucalipto, destinados à utilização no prolongamento das passarelas de acesso à praia no Município de Pontal do Paraná/PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste documento."**. A contratação será pelo período de 12 (doze) meses. ABERTURA: **19/10/2026**, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. A documentação referente a dispensa estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br .

Pontal do Paraná, 09 de outubro de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Agente de Contratação

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:E8E17D17

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 737/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 737/2024
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – CNPJ Nº 01.609.843/0001-52.
EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA SERRA DA PRATA, inscrita no CNPJ sob no nº 82.083.270/0001-78
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente Contrato é a Reforma e ampliação dos molhes do canal DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), com estrutura de rochas, no molhe leste com calçamento em bloco de concreto intertravado e banco de bloco de concreto, implantação de sistema de iluminação pública em ambos e placa de comunicação visual - Molhe Leste.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
O objeto deste termo é ADITAR o prazo de vigência em 90 (noventa dias) do contrato 737/2024, ato solicitado pela empresa contratada com anuência da Secretaria Municipal de Projetos e Planejamento Urbano, conforme o artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, e demais justificativas constantes no Protocolo nº 25.720/2026.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica a partir deste, ajustada a vigência do presente instrumento contratual com vigência até 10/02/2027.

Pontal do Paraná, 09 de outubro de 2026.

DANIELLE DA VEIGA ALVES
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:CF98FA85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13717/2026 DE 08/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13717/2026 de 08/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.306.0039.2.043		MERENDA ESCOLAR - CMEI'S	
393 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	200.000,00
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.306.0042.2.046		MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
421 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	300.000,00
		Total Suplementação:	500.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	500.000,00
Total da Receita:	500.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 8 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8AB69CC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13718/2026 DE 08/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13718/2026 de 08/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
689 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
		Total Suplementação:	20.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.002.13.392.0033.2.061		ACOES DE POLITICAS CULTURAIS	
701 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000,00
		Total Redução:	20.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 8 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:860854DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.719 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Municipal do Programa Amigo da Pessoa Idosa, no âmbito do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas obrigações legais e conforme solicitado no Memorando nº 27.101/2026.
D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Comitê Municipal do Programa Amigo da Pessoa Idosa, representantes dos órgãos abaixo relacionados: I – Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social • Titular: Lisiane Camila Pereira; • Suplente: Vanize Maschio. II – Secretaria Municipal de Educação • Titular: Andreia Gomes Santos; • Suplente: Joelma do Rosário Domingos. III – Secretaria Municipal de Saúde • Titular: Hagda Cristine Levandoski; • Suplente: Aline Maire de Freitas Machado. IV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca • Titular: Roswita Jahnke; • Suplente: Vanderlei Roberto Przybysk. V – Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento • Titular: Damaris Lana; • Suplente: Marcelo Amaral. VI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa • Titular: Lucia Helena Melo Menor; • Suplente: Marco Antonio Ferreira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:266B5264

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026 COMISSÕES DE AVALIAÇÃO PRÊMIO SMED DE BOAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO 2ª EDIÇÃO (2026)

A Secretaria Municipal de Educação de Pontal do Paraná - SMED, em conformidade com o Edital nº 001/2026, designa as Comissões de Avaliação responsáveis pela análise e classificação das práticas nas categorias relacionadas neste Edital.
1. DAS COMISSÕES E DAS CATEGORIAS 1.1. Comissão 1: responsável pela avaliação das práticas das seguintes categorias: I. Categoria 01: Melhor Prática da Educação Especial; II. Categoria 02: Melhor Prática do Professor na Educação Infantil; III. Categoria 03: Melhor Prática de Gestão Escolar na Educação Infantil. 1.2. Comissão 2: responsável pela avaliação das práticas das seguintes categorias: I. Categoria 06: Melhor Prática de Gestão Escolar no Ensino Fundamental; II. Categoria 07: Melhor Prática do Professor no Ensino Fundamental; III. Categoria 10: Melhor Prática de Educação das Relações Étnico-Raciais.
2. DA COMPOSIÇÃO 2.1. Comissão 1: ● Ana Laura Ribeiro Rocha; ● Patrícia Millo Marcomini; ● Thaiane de Góis Domingues. 2.2. Comissão 2: ● Dioneia Serafim de Castro; ● Francieli Triches; ● Katia Maria de Souza Ferreira. 1
3. DAS ATRIBUIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS 3.1. Compete às Comissões analisar as práticas habilitadas nas categorias sob sua responsabilidade, aplicar os critérios e instrumentos de avaliação previstos no Edital nº 001/2026, registrar as notas e justificativas e encaminhar os resultados à Comissão Organizadora, conforme as orientações e os prazos estabelecidos. 3.2. A classificação deverá observar a ordem decrescente da nota final e as regras de desempate previstas no Edital nº 001/2026. 3.3. Os integrantes deverão atuar com imparcialidade e confidencialidade. Não poderão avaliar prática da qual tenham participado ou em relação à qual possuam interesse ou vínculo que comprometa sua imparcialidade. Eventual impedimento deverá ser comunicado à Comissão Organizadora. 3.4. As notas e a classificação deverão permanecer sob sigilo até a cerimônia de premiação.
4. DO PERÍODO DE AVALIAÇÃO 4.1. A avaliação e a classificação ocorrerão de 9 a 19 de outubro de 2026, conforme o cronograma vigente do Prêmio.
5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1. Permanecem aplicáveis as demais disposições do Edital nº 001/2026 e de sua retificação.

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8F8D904A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 115/2026 RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 114/2026 – CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 115/2026

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 114/2026 – CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com o Memorando nº. 1133/2026 e 237/2026.

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A retificação do Edital nº. 114/2026, referente ao Concurso Público n°. 001/2023 e suas alterações:

ONDE SE LÊ:

1.4 – CARGO PROFESSOR PEDAGOGO

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
40573	ANDRIELE DE OLIVEIRA	27/05/1992	69	65	Classificado
41054	VANIA PATRICIA OLIVEIRA PEREIRA CARON	24/04/1979	69	66	Classificado
39929	ANA LUCIA DENA	31/10/1981	69	67	Classificado
42882	THIAGO LUIZ ALVES DO NASCIMENTO	02/03/1993	69	68	Classificado
39029	MICHELLE BRAMBILLA ZANCANELLA	10/12/1970	69	69	Classificado
40345	GABRIELLE SCHWAB DE GOUVEIA ROCHA	20/05/2000	68	70	Classificado

LEIA-SE

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
39284	LAÍS BASTOS DA SILVA	25/12/1988	69	64	Classificado
40573	ANDRIELE DE OLIVEIRA	27/05/1992	69	65	Classificado
41054	VANIA PATRICIA OLIVEIRA PEREIRA CARON	24/04/1979	69	66	Classificado
39929	ANA LUCIA DENA	31/10/1981	69	67	Classificado
42882	THIAGO LUIZ ALVES DO NASCIMENTO	02/03/1993	69	68	Classificado
39029	MICHELLE BRAMBILLA ZANCANELLA	10/12/1970	69	69	Classificado
40345	GABRIELLE SCHWAB DE GOUVEIA ROCHA	20/05/2000	68	70	Classificado

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO
2.1 - LOCAL PARA COMPARECIMENTO

Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.

2.2 - PRAZO

2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação da documentação necessária para nomeação.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:

a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) Qualificação cadastral do e -social no site: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml;
p) 1 foto 3x4
q) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário
r) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.
3.3.1 - Os candidatos concorrentes para a vaga de Pessoa com Deficiência – PCD convocados por este edital deverão apresentar laudo médico necessitará ser cópia autenticada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, com citação do nome por extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação deste edital.
3.3.1.1 - Os candidatos com deficiência, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, conforme disposto no item 19.3.1;
3.3.1.2 - O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência.

3.3.2 - O candidato aprovado pelas cotas, na ocasião de sua convocação pelo Município de Pontal do Paraná – PR, assinará uma declaração reafirmando a sua condição de população negra, povos indígenas e comunidades quilombolas, conforme disposto no item 8.5 dop Edital nº. 001/2023.

3.3.3 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA

O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL

Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 08 de outubro de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D820E07E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "*Altera dispositivos da Lei Complementar nº 18, de 1º de março de 2021, que dispõe sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências.*"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os artigos 1º, 4º, 8º, 8º-A, 17 e 19-A da Lei Complementar nº 18, de 1º de março de 2021, passam a vigorar com as seguinte redação:

"Art. 1º O Imposto sobre a Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis - ITBI tem como hipóteses de incidência:
I – a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;
II – a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
III – a cessão inter vivos, por ato oneroso, de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II."

"Art. 4º O imposto será lançado pela Administração Tributária com base nas informações prestadas pelo contribuinte, nos dados disponíveis nos cadastros municipais e nos critérios técnicos previstos nesta Lei.
Parágrafo único. O lançamento poderá ser revisto de ofício sempre que constatada inexatidão, omissão ou falsidade nas informações apresentadas, observado o devido processo administrativo."

"Art. 8º A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.
§ 1º Considera-se valor venal, para os fins deste artigo, o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado.
§ 2º O valor venal será estimado pela Administração Tributária mediante critérios técnicos objetivos, considerando, isolada ou conjuntamente:
I – preços praticados no mercado imobiliário;
II – informações prestadas por serviços notariais e registrais;
III – informações fornecidas por agentes financeiros e instituições de crédito imobiliário;
IV – localização, tipologia, destinação, padrão construtivo, estado de conservação, área do terreno e da edificação e demais características do imóvel;
V – outros parâmetros técnicos usualmente empregados na avaliação imobiliária.
§ 3º A Administração Tributária divulgará os critérios, parâmetros e metodologias utilizados para a estimativa do valor venal, assegurado o acesso público às informações necessárias à compreensão da apuração.
§ 4º O valor estimado pela Administração poderá ser contestado pelo contribuinte mediante procedimento administrativo de avaliação contraditória, nos termos do art. 8º-A desta Lei."

"Art. 8º-A Fica instituído o Procedimento Administrativo de Avaliação Contraditória do ITBI, destinado à impugnação do valor venal estimado pela Administração Tributária.
§ 1º O contribuinte poderá apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência do lançamento ou da estimativa administrativa.
§ 2º A impugnação deverá indicar, de forma fundamentada, as razões da discordância e poderá ser instruída com laudo, parecer de avaliação, documentos relativos à negociação, avaliações particulares, elementos de mercado ou outros meios de prova idôneos.
§ 3º Quando apresentado laudo técnico de avaliação imobiliária, este poderá ser elaborado por profissional legalmente habilitado, observadas as normas técnicas aplicáveis.
§ 4º A Administração Tributária poderá solicitar documentos complementares ou determinar diligências necessárias à adequada apuração do valor venal.
§ 5º A decisão administrativa deverá ser expressamente motivada, indicando os critérios técnicos utilizados para manutenção ou revisão do valor estimado.
§ 6º Do resultado do procedimento caberão os recursos previstos na legislação municipal que disciplina o processo administrativo tributário."

"Art. 17 A Junta Comercial do Estado do Paraná, os notários, oficiais de registro, instituições financeiras e demais pessoas previstas neste artigo fornecerão à Administração Tributária, quando solicitado ou na forma de convênios e sistemas de compartilhamento, as informações necessárias à fiscalização do ITBI e à estimativa do valor venal dos bens ou direitos transmitidos.
(...)"

"Art. 19-A. (…)
§ 2º O lançamento do imposto será efetuado pela Administração Tributária com base nas informações declaradas pelo contribuinte e nos demais elementos disponíveis para apuração do valor venal, sem prejuízo da revisão prevista nesta Lei.
§ 3º Revisto o lançamento pelos agentes fiscais da Administração Tributária, o sujeito passivo poderá apresentar impugnação na forma do art. 8º-A e das normas municipais de processo administrativo tributário."
(...)
§ 7º Inclui-se os oficiais de registro e os notários do Município de Pontal do Paraná, nas regras previstas nos § 4º, 5º e 6º deste artigo."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

•

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora- Geral do Município

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A6585278

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.875, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Altera o Anexo VI, da Lei 1902, de 05 de dezembro de 2018, para dispor sobre as taxas de veículos recreativos, e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º O Anexo VI, da Lei 1902, de 05 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"***ANEXO VI***
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS OU AMBULANTE

(...)
"***Código 11.20.00 – Descrição: Veículo recreativo automotor (alvará de 120 dias) ….. 80 UFM***
Código 11.20.00 – Descrição Veículo recreativo a pedal (alvará de 120 dias) ……..... 50 UFM"
(Permanecem inalterados os demais itens do Anexo VI)"

Art. 2º Ficam expressamente revogadas as rubricas relativas a "Trem Recreativo" e "Bicicleta Centopeia" constantes no Anexo VI, da Lei 1902, de 05 de dezembro de 2018, bem como quaisquer outras disposições em contrário ao Art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação e

após decorridos 90 (noventa) dias desta, no que se refere os Arts 1º e 2º, em estrita observância ao art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c" da Constituição Federal.

•

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário de Planejamento Urbanoe Infraestrutura

WILLIAM PEREIRA
Secretário de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:74546953

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.876, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Regulamenta os Serviços de Transporte Recreativo de Passageiros no Município de Pontal do Paraná, estabelece normas de segurança, posturas, limites operacionais e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 1º Esta Lei estabelece as normas administrativas, de postura e de conduta para a exploração de serviços recreativos de transporte de passageiros em vias públicas municipais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, os veículos de transporte recreativo dividem-se nas seguintes categorias:

I - Veículo Recreativo Automotor: Todo veículo dotado de motor de combustão interna ou elétrico, adaptado ou conjugado (como Trenzinhos ou Carretas da Alegria/Furação), utilizado para o transporte de passageiros associado a performances artísticas.

II - Veículo Recreativo a Pedal: Todo veículo de propulsão humana, movido por esforço muscular mecânico combinado de um ou mais passageiros (como Bicicletas Coletivas, Centopeias ou Pedal-Bus), destinado ao lazer e ao turismo.

Art. 3º A autorização e circulação dos veículos previstos nesta Lei ficam condicionadas, em qualquer hipótese, ao atendimento das normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelos demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.

CAPÍTULO II
DO REGISTRO, LICENCIAMENTO E ACESSIBILIDADE

Art. 4º Todo Veículo Recreativo Automotor (Art. 2º, I) em circulação no município deve, obrigatoriamente, possuir registro regular, licenciamento anual atualizado e placas de identificação emitidas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).
Parágrafo único. Caso o veículo automotor consista em um protótipo ou modificação veicular artesanal, este deverá possuir o Certificado de Segurança Veicular (CSV) e a homologação/aprovação expressa do DETRAN, nos termos das resoluções vigentes do CONTRAN.

Art. 5º Todos os veículos recreativos (automotores) devem possuir sistema de acessibilidade para passageiros cadeirantes ou com mobilidade reduzida, em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo único. O veículo deve dispor de rampa de acesso articulada ou elevador eletromecânico, além de pelo menos 1 (um) espaço reservado com cinto de segurança e travas específicas para a fixação segura da cadeira de rodas.

CAPÍTULO III
DA LICENÇA DE OPERAÇÃO E DOS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Art. 6º É obrigatoriamente exigido o Alvará de Funcionamento e Localização Temporário, outorgado a título estritamente precário, expedido pelo Poder Executivo Municipal, para a exploração comercial de qualquer das categorias listadas no Art. 2º.
§ 1º O Alvará de Funcionamento Temporário terá prazo de validade improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.
§ 2º Para a expedição ou renovação do alvará referido no *caput*, as taxas devidas serão aquelas previstas no Anexo VI da Lei Municipal nº 1.902/2018 e suas alterações.
§ 3º Não será emitido Alvará de Funcionamento com prazo menor ou taxa proporcional, do descrito neste artigo.

Art. 7º A concessão do Alvará fica estritamente condicionada à realização e aprovação de vistoria técnica prévia, a ser efetuada pela Autoridade Municipal de Trânsito ou Vistoriador pertencente ao quadro funcional do Departamento Municipal de Trânsito ou da Guarda Municipal, devidamente designado.
Parágrafo único. A vistoria fiscalizará itens de segurança, sistema de freios, sinalização refletiva noturna, o cumprimento dos limites dimensionais, a funcionalidade do sistema de acessibilidade e os documentos de registro no DETRAN exigidos nesta Lei e na Resolução do CONTRAN nº 813/2020 ou qual venha a substituir.

CAPÍTULO IV
DA LOGÍSTICA, ESTACIONAMENTO E GUARDA DO VEÍCULO

Art. 8º Os locais permitidos para o ponto de estacionamento fixo, embarque e desembarque de passageiros, bem como o itinerário autorizado, serão determinados de forma exclusiva pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Autoridade Municipal de Trânsito e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, visando garantir a fluidez do tráfego local e a mobilidade urbana.

Parágrafo único. Fica terminantemente proibido o embarque ou desembarque de passageiros fora dos pontos previamente homologados pela municipalidade.

Art. 9º O requerimento do Alvará de Funcionamento deverá ser instruído com a declaração expressa do local exato onde o veículo permanecerá guardado (garagem ou depósito) nos períodos de inatividade.

Parágrafo único. O local indicado para a guarda do veículo deverá ser formalmente aprovado pela municipalidade, mediante parecer técnico de viabilidade urbanística e de trânsito, sob pena de indeferimento da licença.

CAPÍTULO V
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Art. 10 O proprietário ou explorador do serviço responderá pelos danos causados a terceiros, ao patrimônio público municipal e aos usuários da atividade, na forma da legislação civil aplicável.

Art. 11 Como condição improrrogável para a expedição e manutenção da eficácia do Alvará de Funcionamento, as empresas operadoras deverão apresentar apólice vigente de seguro de responsabilidade civil contra terceiros, com cobertura específica para sinistros envolvendo os passageiros e pedestres durante a prestação do serviço recreativo.

CAPÍTULO VI
DOS LIMITES DIMENSIONAIS, CAPACIDADE E REQUISITOS OPERACIONAIS

Art. 12 O comprimento total de 15,00m (quinze metros), incluídos para-choques, reboques ou qualquer estrutura acoplada, constitui o limite dimensional máximo absoluto admissível para a obtenção da autorização municipal, não gerando direito automático de circulação em todo o sistema viário do município.
§ 1º A efetiva dimensão autorizada para cada veículo fica estritamente condicionada à análise técnica individualizada de sua compatibilidade com o itinerário pretendido.
§ 2º A Autoridade Municipal de Trânsito, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura – SMPUI, poderá estabelecer limite dimensional inferior, restringir trechos viários ou indeferir determinado percurso sempre que as características das vias (como largura reduzida, limitações geométricas nas interseções ou fluxo sazonal) colocarem em risco a segurança e a mobilidade urbana.

Art. 13 Quanto aos critérios operacionais específicos por categoria de veículo:
I - Para os Veículos Recreativos Automotores:
a) Velocidade de tráfego limitada ao máximo de 30 km/h, conforme diretrizes regulamentares nacionais.
b) Instalação obrigatória de proteções e guardas-corpos laterais metálicos estáveis nos bancos e corredores.
c) Equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo (tacógrafo) devidamente homologado e aferido.
d) Condutor portador de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria "D" com observação de Exercício de Atividade Remunerada (EAR) e curso específico para transporte de passageiros em vigor.
II - Para os Veículos Recreativos a Pedal:
a) Velocidade limitada estritamente ao ritmo de propulsão humana, vedada a utilização de motorização auxiliar que descaracterize o esforço físico.
b) Instalação obrigatória de corrimãos de segurança e cinto de segurança abdominal para todos os ocupantes.
c) Condutor principal maior de 18 anos e portador de CNH válida em qualquer categoria.

Art. 14 A autorização municipal estabelecerá expressamente o número máximo de passageiros permitido para cada veículo, em estrita observância à sua capacidade técnica, documentação, características construtivas e requisitos de segurança.
Parágrafo único. Fica terminantemente vedada a circulação de veículo recreativo com lotação superior à autorizada.

Art. 15 O Alvará de Funcionamento e a respectiva licença de tráfego serão emitidos de forma vinculada ao veículo e ao itinerário específico aprovado, sendo proibida a circulação em percurso diverso sem prévia autorização municipal.
Parágrafo único. O documento de autorização formalizado pela municipalidade discriminará, obrigatoriamente:
I - A capacidade máxima de passageiros;
II - O percurso detalhado e autorizado;
III - Os pontos de embarque e desembarque homologados;
IV - Os horários permitidos para operação;
V - Demais restrições operacionais decorrentes da geometria viária.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE DE RUÍDO E REPERTÓRIO

Art. 16 A emissão de som gerada pelo sistema de áudio dos veículos recreativos não poderá ultrapassar os seguintes limites de pressão sonora, mensurados por decibelímetro certificado a 5 (cinco) metros de distância do veículo em tráfego:
I - Até 70 dB (setenta decibéis) entre as 09:00 e as 18:00 horas.
II - Até 60 dB (sessenta decibéis) entre as 18:01 e as 22:00 horas.
III - Até 40 dB (quarenta decibéis) entre as 22:01 e as 24:00 horas.
Parágrafo único**.** Fica proibida a utilização de caixas de som acústicas direcionadas exclusivamente para o ambiente externo da carroceria.

Art. 17 Fica expressamente vedada a reprodução de conteúdos musicais ou manifestações artísticas que façam apologia ao crime, ao uso de entorpecentes, que possuam conotação sexual explícita, linguagem vulgar ou expressões de baixo calão, de ódio ou de discriminação.

Art. 18 Os animadores e personagens artísticos ficam proibidos de realizar coreografias ou movimentos de teor erótico, bem como de subir, pendurar-se ou realizar acrobacias na infraestrutura urbana, tais como fachadas, postes, fiação e monumentos públicos.

Art. 19 Crianças menores de 12 (doze) anos de idade apenas poderão embarcar e permanecer nos veículos se acompanhadas por pais ou responsáveis legais.

CAPÍTULO VIII
DA ORDEM PÚBLICA E RESTRIÇÕES SAZONAIS

Art. 20 O horário de circulação permitida dos veículos recreativos fica restrito ao intervalo compreendido entre as 09:00 horas e as 24:00 horas.

Art. 21 É vedado o tráfego de veículos de entretenimento a uma distância inferior a 200 (duzentos) metros de unidades básicas de saúde, prontos-socorros, escolas, centros de educação infantil e templos religiosos durante os horários de culto.

Art. 22 Fica o Poder Executivo Municipal expressamente autorizado a restringir, alterar itinerários ou suspender temporariamente a circulação dos veículos regulamentados por esta Lei nas seguintes hipóteses:
I – Durante operações especiais de trânsito voltadas ao escoamento viário, inclusive no período de fluxo inverso na Rodovia PR-412;
II – Nos dias e horários de maior fluxo de retorno de turistas durante a temporada de verão;
III – Durante desfiles, eventos oficiais, feriados de Réveillon, Carnaval e demais situações que impliquem sobrecarga do sistema viário local;
IV – Por razões supervenientes de segurança pública, mobilidade ou ordem urbana.
Parágrafo único. A autorização outorgada possui natureza jurídica de ato precário, não gerando direito adquirido à manutenção de trajetos, horários, frequências de operação ou à permanência da licença, podendo ser revogada ou modificada pela Administração Municipal a qualquer tempo, por razões de interesse público, conveniência ou oportunidade, sem que assista ao particular direito a qualquer espécie de indenização.

CAPÍTULO IX
DAS PENALIDADES E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 23 O descumprimento das normas administrativas desta Lei sujeitará a empresa proprietária ou operadora do veículo às seguintes sanções, aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das autuações de trânsito de competência do CTB:
I - Advertência por escrito na primeira ocorrência, ressalvadas as hipóteses de operação sem alvará ou sem vistoria regular.
II - Multa administrativa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em caso de excesso de ruído (Art. 16), infração de repertório (Art. 17), operação fora do ponto autorizado (Art. 8º), circulação em percurso diverso do estipulado (Art. 15) ou com excesso de lotação de passageiros (Art. 14).
III - Cassação definitiva do Alvará de Funcionamento em caso de reincidência reiterada das infrações dentro do mesmo período de licenciamento.

Art. 24 *Poderá ser determinada a imediata interdição cautelar da atividade nas hipóteses previstas neste artigo, sem prejuízo da adoção, pela autoridade de trânsito competente, das medidas de retenção ou remoção do veículo, cabíveis nos termos da legislação aplicável*, quando o veículo for flagrado circulando:
I - Sem o devido Alvará de Funcionamento ou com este vencido.
II - Sem placas ou sem registro regular perante o DETRAN.
III - Sem o laudo de aprovação da Vistoria Técnica Municipal.
IV - Sem os equipamentos obrigatórios de acessibilidade previstos no Art. 5º.
V - Apresentando comprimento total superior ao limite fixado no Art. 12 desta Lei ou em desacordo com as restrições geométricas do itinerário específico.

VI - Sendo guardado em local diverso daquele formalmente aprovado pela municipalidade.
VII - Trafegando com número de passageiros acima do limite de capacidade máxima estabelecido na licença vinculada.

Art. 25 A aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do Art. 23 será precedida de processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do regulamento municipal aplicável.
Parágrafo único. A liberação do veículo retido cautelarmente nos termos do Art. 24 ficará condicionada à sanção das irregularidades técnicas e ao pagamento das despesas de remoção e estada, independentemente do andamento do processo administrativo sancionatório principal.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 As empresas prestadoras do serviço atualmente em operação no município, que possuam alvará de funcionamento válido, terão o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, para promover a completa adequação estrutural, documental e artística de seus veículos aos novos requisitos legais.
Art. 27 Novos alvarás de funcionamento só poderão ser emitidos a partir de 1º de janeiro de 2027.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3FEB1BA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.877, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no exercício de 2026, na importância de R$ 2.620.000,00 (dois milhões e seiscentos e vinte mil reais) ."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 2.620.000,00 (dois milhões e seiscentos e vinte mil reais)."
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA
14.001 DIRETORIA GERAL
14.001.15.451.0034.1.092 PROJETO ORLA - URBANIZAÇÃO DE CALÇADAS
842 - 4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES R$2.620.000,00

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$2.620.000,00.

Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso o excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 Fonte: 1000 R$ 2.620.000,00

Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 2.620.000,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C001EE57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.878, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no exercício de 2026, na importância de R$ 936.029,00 (novecentos e trinta e seis mil e vinte e nove reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 936.029,00 (novecentos e trinta e seis mil e vinte e nove reais)."
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL
10.002.12.365.0041.2.044 ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - INFANTIL
781 - 3.1.90.46.00.00 102 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$49.990,00
10.002.12.365.0062.2.042 MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI'S
782 - 3.1.90.46.00.00 103 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$199.990,00
782 - 3.1.90.46.00.00 104 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$ 97.980,00
10.003 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
10.003.12.361.0041.2.048 ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB
783 - 3.1.90.46.00.00 102 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$99.990,00
10.003.12.361.0063.2.045 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
784 - 3.1.90.46.00.00 104 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$ 240.830,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
12.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.001.10.122.0052.2.126 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
843 - 3.1.90.46.00.00 303 AUXILIO-ALIMENTAÇÃO R$ 247.249,00

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$936.029,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.001 DIRETORIA GERAL
10.001.12.361.0061.2.041 GESTÃO E POLITICAS PARA A EDUCAÇÃO
381 - 3.3.90.46.00.00 104 AUXILIO -ALIMENTAÇÃO R$9.990,00
10.002 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL
10.002.12.365.0041.2.044 ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - INFANTIL
401 - 3.3.90.46.00.00 102 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$49.990,00
10.002.12.365.0062.2.042 MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI'S
417 - 3.3.90.46.00.00 103 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$199.990,00
417 - 3.3.90.46.00.00 104 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$87.990,00
10.003 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
10.003.12.361.0041.2.048 ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB
428 - 3.3.90.46.00.00 102 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$99.990,00
10.003.12.361.0063.2.045 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
463 - 3.3.90.46.00.00 104 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$240.830,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
12.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.001.10.301.0053.2.129 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA
547 - 3.3.90.46.00.00 303 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$20.440,0
12.001.10.302.0055.2.137 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24H
611 - 3.3.90.46.00.00 303 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$116.809,00
12.001.10.303.0056.2.139 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
631 - 3.3.90.46.00.00 303 AUXILIO - ALIMENTAÇÃO R$110.000,00

Total de recursos utilizados para esta Lei R$936.029,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

LETÍCIA FERNANDES ANDRES
Secretária Municipal de Saúde

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora- Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B298123C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.879, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no exercício de 2026, na importância de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2026, um crédito Especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
08.001 DIRETORIA GERAL
08.001.06.181.0016.2.030 GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
844 - 4.4.71.70.00.00 1000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO R$1.500,00
Total de recursos de que trata a presente Lei R$ 1.500,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
08.001 DIRETORIA GERAL
08.001.06.181.0016.2.030 GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
840 - 3.3.71.70.00.00 1000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO R$1.500,00
Total de Recursos utilizados na presente Lei R$ 1.500,00

Art 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

•

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

GIOVANE REFAEL DO ROSÁRIO
Secretário Municipal de Segurança Pública

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C4D1C544

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.880, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Adicional Especial no exercício de 2026, na importância de R$41.000,00 (quarenta e um mil reais) ."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)."
14 SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA
14.001 DIRETORIA GERAL
14.001.15.451.0034.2.063 GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO
790 - 3.3.90.93.00.00 1975 INDENIZACOES E RESTITUICOES R$ 41.000,00

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 41.000,00.
Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.04.71 Fonte: 1975 R$41.000,00
Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 41.000,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9B85EE09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 704 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no Protocolo nº 11.021/2026 .

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **FÁBIO SFONKA , MATRICULA: 141681 ,** ocupante do cargo de **Técnico de Laboratório,** lotado (a) no (a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, período aquisitivo 11/08/2019 a 10/08/2024 , LICENÇA ESPECIAL** pelo período de **90 (noventa) dias,** com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença,a partir **10 de outubro de 2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 09 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8CA34D51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação Anual do Conselho Municipal de Assistência Social, com vigência de setembro de 2026 a dezembro de 2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 06 de outubro de 2026, as 9:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Anual do Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, com vigência de setembro de 2026 a dezembro de 2027.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 06 de outubro de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C7C1AA42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 014/2026

RESOLUÇÃO CMAS Nº 014/2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de inscrições da sociedade civil para participação no processo eleitoral de composição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para a nova gestão

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,
Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 06 de outubro de 2026, as 9:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar até 29 de outubro de 2026 o prazo de inscrições da sociedade civil, por meio de formulário eletrônico no Google Forms (https://forms.gle/Qk5nN28Sy8TAgRYK9), para participação no processo eleitoral de escolha de seus representantes na composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná para a nova gestão.
Art. 2º As inscrições também poderão ser realizadas presencialmente no dia 29 de outubro de 2026, das 13h30 às 14h30, no CRAS Canoas.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Pontal do Paraná, 06 de outubro de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EC968CF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 015/2026

Dispõe sobre a apreciação e aprovação da prestação de contas dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), referente ao exercício de 2025, apresentada no sistema AgilizaSUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 06 de outubro de 2026, as 9:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º Aprecia-se e aprova-se a prestação de contas dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), referente ao exercício de 2025, apresentada no sistema AgilizaSUAS, no âmbito do Município de Pontal do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 06 de outubro de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2491B3E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 016/2026

Dispõe sobre a análise e aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação referentes ao recurso do Piso Único de Assistência Social (PAS) para o exercício de 2027, no valor de R$ 100.000,00.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 06 de outubro de 2026, as 9:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º Aprova, após análise pelo plenário, o Termo de Adesão e o Plano de Ação referentes à adesão do Município de Pontal do Paraná ao recurso do Piso Único de Assistência Social (PAS) para o exercício de 2027, no valor de R$ 100.000,00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 06 de outubro de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D76B661E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 001/2026

Rua Barão do Rio Branco, 344 – Fone: (43) 3623-3100 – Cep: 86160-000 – CNPJ: 80.542.764/0001-48
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU PARANÁ
TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 001/2026
CONCESSANTE: MUNICÍPIO DE PORECATU, pessoa jurídica de direito público
interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede na Barão do Rio
Branco, 340, Porecatu-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr.
AGAMEMNON AUGUSTO RAÚJO PADUAN.
CONCESSÁRIA: VIAÇÃO GARCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ sob o nº 78.586.674/0001-07, com sede na Estefano Boiko, 300
Jardim Mirassol, CEP 86.030-520- Londrina -PR, neste ato representada por seu
Vice-Presidente, Sr. ESTEFANO BOIKO JUNIOR.
As partes, de comum acordo e na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
em especial seu art. 29, celebram o presente Termo de Concessão de Uso de
Bem Público, que se regerá pelas cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto a concessão de uso, pelo Município de
Porecatu à concessionária, das seguintes áreas situadas no Terminal Rodoviário
Municipal de Porecatu: a) área atualmente ocupada pela concessionária,
destinada a guichê/bilheteria para comercialização de bilhetes de passagem,
despacho e retirada de encomendas e bagagens, prestação de informações e
demais atividades de apoio à operação de suas linhas; b) área destinada à
instalação e operação de sala de atendimento e espera ao público usuário do
serviço de transporte coletivo intermunicipal e interestadual, incluindo o
atendimento diferenciado a pessoas com deficiência, pessoas idosas, gestantes
e demais grupos prioritários, nos termos da legislação aplicável.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA REGULARIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO
PREEXISTENTE
As partes reconhecem que a concessionária ocupa área no Terminal Rodoviário
Municipal desde época anterior à celebração deste instrumento, sem título formal
de outorga, com a ciência, a tolerância e a anuência da Administração Municipal.
A celebração do presente Termo tem, entre suas finalidades, a regularização
dessa ocupação, sem que dela decorra reconhecimento de direito adquirido, de
usucapião, de indenização por benfeitorias ou de qualquer expectativa de
renovação automática. A ocupação exercida até a data da assinatura teve
natureza precária, a título de mera tolerância administrativa, não gerando, para
qualquer efeito, contraprestação retroativa em favor do Município nem crédito em
favor da concessionária.
Parágrafo único. Em razão da regularização ora promovida, o Município de
Porecatu confere à concessionária plena, geral, irrevogável e irretratável quitação
quanto a todo e qualquer valor, direito ou pretensão relativos à ocupação da área
Identificação do processo: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Status: Documento assinado eletronicamente.
Rua Barão do Rio Branco, 344 – Fone: (43) 3623-3100 – Cep: 86160-000 – CNPJ: 80.542.764/0001-48
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU PARANÁ
no período anterior à assinatura deste Termo, a qualquer título, inclusive preço
público, remuneração ou indenização pela ocupação, aluguéis, encargos de
consumo e penalidades contratuais ou administrativas decorrentes da ocupação
sem título formal, nada mais tendo a reclamar, judicial ou extrajudicialmente, a
esse respeito. Do mesmo modo, a concessionária nada tem a reclamar do
Município quanto às benfeitorias por ela realizadas na área no referido período.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA DA OUTORGA DIRETA
A concessão de uso é celebrada diretamente, sem procedimento licitatório, com
fundamento na justificativa específica constante do processo administrativo, que
demonstra:
a) o interesse público na regularização de ocupação de bem público exercida há
mais de trinta anos pela concessionária, prestadora do serviço de transporte
coletivo intermunicipal no Município; b) a destinação da área a serviço de
atendimento ao público, com benefício direto aos usuários do transporte coletivo;
c) o custeio integral, pela concessionária, das obras de adequação, instalação e
manutenção do espaço, sem ônus para o erário municipal; d) a inexistência de

prejuízo ao patrimônio público ou de vantagem indevida a particular, uma vez que
a área será utilizada para finalidade de interesse coletivo.
A justificativa integra este Termo e sua omissão ou insuficiência acarretará a
nulidade da outorga.
CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO
O prazo de vigência do presente Termo é de 20 (vinte) anos, contados da data de
sua assinatura, prorrogável uma única vez por igual período, mediante termo
aditivo, desde que comprovada a continuidade do interesse público e o adimplemento integral das obrigações assumidas. A vigência não gera direito
subjetivo à prorrogação.
CLÁUSULA QUINTA – DA GRATUIDADE DO USO
O uso da área objeto deste Termo é gratuito, em razão da destinação da área ao
atendimento ao público usuário do serviço de transporte coletivo intermunicipal e
interestadual, incluído o atendimento diferenciado a grupos prioritários, e do
custeio integral, pela concessionária, das obras de adequação, instalação,
mobiliário e manutenção do espaço, sem qualquer ônus para o Município.
A gratuidade não importa renúncia fiscal ou abstração de receita, porquanto não
há preço público fixado para a ocupação, e não gera direito à permanência no
bem além do prazo pactuado. A concessionária não poderá, sob qualquer
pretexto, cobrar dos usuários valores pela utilização da sala de atendimento, nem
auferir receita direta pela exploração da sala de atendimento e espera, vedada a
instalação de qualquer atividade comercial diversa da finalidade descrita na
Cláusula Primeira. Não se incluem nessa vedação a comercialização de bilhetes

de passagem, o despacho de encomendas e bagagens e as demais atividades
inerentes à operação do serviço de transporte, exercidas na área referida na
alínea “a” da Cláusula Primeira, nem o fornecimento gratuito de cortesias aos
passageiros na sala de atendimento e espera.
CLÁUSULA SEXTA – DA FINALIDADE VINCULADA
O uso da área fica vinculado exclusivamente à finalidade descrita na Cláusula
Primeira, sendo vedada qualquer alteração de destinação sem prévia e expressa
anuência da concedente, formalizada por termo aditivo.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSÁRIA
Constituem obrigações da concessionária, além de outras decorrentes da
legislação aplicável:
a) custear integralmente as obras de adequação, instalação, mobiliário, manutenção preventiva e corretiva da área concedida, observados os projetos
previamente aprovados pelo Município; b) manter a área em perfeito estado de
conservação, higiene e segurança; c) cumprir e fazer cumprir as normas de
acessibilidade previstas na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004; d)
contratar e manter vigente seguro que cubra responsabilidade civil por danos a
pessoas e bens; e) responsabilizar-se civil e administrativamente por danos
causados ao bem público ou a terceiros em razão do uso; f) abster-se de ceder,
transferir, subconceder, sublocar ou de qualquer forma transferir a terceiros, total
ou parcialmente, o uso da área objeto deste Termo, ressalvados: (i) o uso
compartilhado das áreas concedidas pelas sociedades integrantes do grupo
econômico da concessionária (Grupo GBS), assim entendidas as sociedades
controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum, para a comercialização de bilhetes, o despacho de encomendas e o atendimento dos
passageiros de suas respectivas linhas, inclusive o acesso destes à sala de
atendimento e espera, independentemente de termo aditivo, bastando
comunicação escrita à concedente; (ii) a sucessão da concessionária por
incorporação, fusão ou cisão, hipótese em que os direitos e obrigações deste
Termo se transferem à sucessora; e (iii) utilização de agência terceira para
executar, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade, as atividades
desenvolvidas nas áreas concedidas, tais como a comercialização de bilhetes, o
despacho de encomendas e bagagens, o atendimento aos passageiros, a
operação da sala de atendimento e espera, a limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança, o que não caracterizará cessão, transferência ou
subconcessão do uso, permanecendo a concessionária integralmente
responsável perante a concedente pelo cumprimento de todas as obrigações
deste Termo, bastando comunicar à concedente a identificação da empresa
contratada; g) manter atualizados os documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários pertinentes à atividade exercida na área; h) cumprir a legislação
de proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, no tratamento
Identificação do processo: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Status: Documento assinado eletronicamente.
Rua Barão do Rio Branco, 344 – Fone: (43) 3623-3100 – Cep: 86160-000 – CNPJ: 80.542.764/0001-48
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU PARANÁ
de dados de usuários atendidos na sala, adotando medidas de segurança aptas
a proteger tais dados contra acesso não autorizado; i) arcar integralmente com as
despesas de consumo de energia elétrica, água e esgoto, telefonia e internet das
áreas concedidas, mediante medição individualizada ou, na sua impossibilidade,
por rateio proporcional à área ocupada, apurado de comum acordo entre as
partes.
CLÁUSULA SÉTIMA-A – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
Constituem obrigações do Município, além de outras decorrentes da legislação
aplicável: a) assegurar à concessionária, às empresas de seu grupo econômico e
aos respectivos passageiros o livre acesso às áreas concedidas durante todo o
horário de funcionamento do Terminal Rodoviário e de operação das linhas; b)
manter as áreas comuns do Terminal Rodoviário em adequadas condições de
conservação, limpeza, iluminação e segurança; c) analisar e deliberar sobre os
projetos de adequação apresentados pela concessionária no prazo de 30 (trinta)

dias contados do protocolo, considerando-se aprovados caso não haja manifestação fundamentada nesse prazo; d) disponibilizar os pontos de ligação de energia elétrica e de água necessários ao funcionamento das áreas concedidas, autorizando a instalação de medidores individualizados; e) abster-se de praticar atos que impeçam ou perturbem o uso regular das áreas concedidas, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula Nona; f) indicar servidor responsável pela interlocução com a concessionária para as questões relativas a este Termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS BENFEITORIAS E DA REVERSÃO

As benfeitorias de qualquer natureza introduzidas na área concedida incorporarse-ão ao patrimônio do Município, independentemente de indenização, ao término da vigência, à extinção ou à retomada do bem, ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona, facultada à concedente a retenção do bem no estado em que se encontrar.

Parágrafo único. Não se consideram benfeitorias, nem se incorporam ao patrimônio do Município, os bens móveis e equipamentos instalados pela concessionária nas áreas concedidas, tais como mobiliário solto, computadores, impressoras, equipamentos de emissão de bilhetes e de telecomunicações, televisores, eletrodomésticos, aparelhos de ar-condicionado, sistemas de monitoramento, comunicação visual e demais bens removíveis sem dano à estrutura do imóvel, os quais permanecem de propriedade da concessionária e poderão por ela ser retirados a qualquer tempo e, obrigatoriamente, por ocasião da desocupação, dentro do prazo previsto na Cláusula Nona, ficando vedada sua retenção pela concedente a qualquer título.

Identificação do processo: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Status: Documento assinado eletronicamente.
Rua Barão do Rio Branco, 344 – Fone: (43) 3623-3100 – Cep: 86160-000 – CNPJ: 80.542.764/0001-48
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU PARANÁ

CLÁUSULA NONA – DA RETOMADA E DA EXTINÇÃO

O presente Termo poderá ser retomado a qualquer tempo, sem direito a indenização, ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento de qualquer das cláusulas, após notificação para regularização no prazo de 30 dias, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo; b) necessidade pública, devidamente justificada pela concedente, de utilizar a área para outra finalidade; c) desativação ou alienação do Terminal Rodoviário Municipal; d) falência, dissolução ou liquidação da concessionária.

Em qualquer hipótese de extinção, a concessionária desocupará a área no prazo de 90 dias, ressalvado o prazo maior previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, restituindo-a nas condições de conservação pactuadas.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses das alíneas “b” e “c” desta Cláusula, a concedente notificará a concessionária com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias e oferecer-lhe-á, sempre que possível, área equivalente no Terminal Rodoviário ou no local que vier a substituí-lo para embarque e desembarque de passageiros; não sendo possível a realocação, a concessionária fará jus à indenização das benfeitorias ainda não amortizadas, correspondente ao valor comprovadamente investido, depreciado de forma linear pelo prazo de vigência remanescente deste Termo.

Parágrafo Segundo. A concessionária poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente Termo mediante notificação escrita à concedente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem incidência de multa, indenização ou penalidade de qualquer natureza, aplicando-se às benfeitorias o disposto na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NATUREZA DO INSTRUMENTO

O presente Termo não confere à concessionária direito real sobre o bem, nem oponibilidade erga omnes, mantendo-se a concedente a posse indireta e o domínio pleno do imóvel. O instrumento é inalienável, impenhorável e não sujeito a usucapião, nos termos do art. 102 do Código Civil e da Súmula 340 do Supremo Tribunal Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento deste Termo caberá à [Secretaria Municipal Obras e viação, que poderá expedir notificações, exigir correções e representar ao órgão jurídico municipal em caso de irregularidades, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Nona.

Identificação do processo: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Status: Documento assinado eletronicamente.
Rua Barão do Rio Branco, 344 – Fone: (43) 3623-3100 – Cep: 86160-000 – CNPJ: 80.542.764/0001-48
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, para dirimir controvérsias oriundas deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Porecatu/PR, 30 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito do Município de Porecatu

ESTEFANO BOIKO JUNIOR
Vice-Presidente da Viação

Garcia Ltda
ESTEFANO BOIKO JUNIOR:86915711953
Assinado de forma digital por ESTEFANO BOIKO JUNIOR:86915711953
Dados: 2026.10.08 16:45:43 -03'00'

Identificação do processo: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Status: Documento assinado eletronicamente.
CERTIFICADO DE EVIDÊNCIA DIGITAL
Comprovante criptográfico de assinatura eletrônica
Este certificado está vinculado ao documento original por meio de um identificador único e do hash criptográfico. Qualquer alteração no documento invalida

esta correspondência.
VALIDAÇÃO E VÍNCULO DO DOCUMENTO
ID do processo de assinatura: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Hash antes da assinatura: 37f78b64b34de7fa311e6cc7a1e03240684af629e40e12f572590559852cb7b4
Solicitante da assinatura: VALDIRENE GONZAGA BARBOZA
E-mail:
Envelope enviado: 08/10/2026 17:17:59
Status: Documento assinado eletronicamente.
Envelope concluído: 08/10/2026 17:23:30
Fuso horário: UTC-03:00 (Horário de Brasília)
Nº páginas do documento: 6
Nº assinaturas requeridas: 1
Nº assinaturas efetuadas: 1
VALIDADOR AUTENTICIDADE
Assinatura(s) Eletrônica(s) Simples (AES):
https://snr.li/237aAbBDPPrT
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO AÇÃO REGISTRO DE DATA E HORA
1
Nome:
Agamemnon Augusto Araujo Paduan
E-mail: prefeito@porecatu.pr.gov.br
Telefone: Não informado
Nível de segurança: Token
Termo de aceitação de serviço aceito
Assinou o documento
Usando endereço de IP: 177.23.58.6
Dispositivo:
Win32 / Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/154.0.0.0 Safari/537.36 Edg/154.0.0.0
Localização: Não informado
Assinado: 08/10/2026 17:23:30
Identificação certificado: 132c6ae0-49d2-40af-8913-0901461f1f43
Este certificado foi gerado automaticamente e possui validade jurídica de acordo com a Lei 14.063/2020 (Marco Legal das Assinaturas Eletrônicas).
Gerado em: 08/10/2026 17:23:34
Certificado página 1 de 1

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:7BE4F326

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PAUTA DA ORDEM DO DIA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU A REALIZAR-SE NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2026
SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 44/2026
SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 45/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – REQUERIMENTO Nº 13/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – REQUERIMENTO COMISSÃO DE REDAÇÃO
ÚNICA VOTAÇÃO – EMENDAS ADITIVAS/MODIFICATIVAS PROJETO DE LEI 39/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 143/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 144/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 145/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 146/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 147/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 148/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 149/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 150/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 151/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 152/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 153/2026

SALA DAS SESSÕES, 09 DE OUTUBRO DE 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:1A3F2476

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 127, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação da seguintes dotação orçamentária:

0900	**SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO**	
0902	Divisão de Cultura	
2.038	Manutenção da Divisão de Cultura	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	150.000,00

Fonte de Recursos – 855 – Convênio Festival de Inverno 2026 SIT N° 87045

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação.

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (09.10.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:7BB654F6

LICITAÇÃO
2° TERMO ADITIVO CONTRATO N°27/2025

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU E A EMPRESA PLANPRO ENGENHARIA LTDA

O **MUNICÍPIO DE PORECATU/PR**, Pessoa Jurídica de Direto Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede RUA BARÃO RIO BRANCO N°344,no Centro da cidade de PORECATU/PRO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN,** na cidade de PORECATU/PR, com intervenção da **SECRETARIA MUNICIPAL de ADMINITRAÇÃO**, estabelecida PORECATU/PR, no Centro, desta cidade, neste ato representada por seu Secretário, o Senhor **MARIO JOSÉ PIZONI**, na cidade de PORECATU/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa PLANPRO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 44.567.965/0001-36, com sede na Rua MARIA CALSAVARA GALO, nº 350, Bairro VALE DOS TUCANOS, na cidade de

LONDRINA/PR, com endereço eletrônico planproengenharia@gmail.com, neste ato representada pela Senhora KARLA TEODORO, nacionalidade, estado civil, portadora da Cédula de Identidade nº 9491643, inscrita no CPF nº 051.958.959-96, residente e domiciliada na cidade de LONDRINA/PR, doravante denominada **CONTRATADA**.

DA AUTORIZAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO: o presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização exarada em despacho constante no Processo Administrativo nº 27/2025, originado pela Dispensa nº 12/2025, que faz parte integrante do epigrafado processo.

DO PREPOSTO INDICADO PELA EMPRESA: Foi indicado como preposto da CONTRATADA na presente contratação, o (a) SR (a) KARLA TEODORO, **qualificação,** com endereço eletrônico para efeitos legais e uso no processo de fiscalização planproengenharia@gmail.com.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

• **Prorrogação de Prazo:** Prorrogação do prazo de vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 27/2025 por mais 06 (seis) meses.

• **Acréscimo de Valor:** Acréscimo financeiro ao contrato no valor total de **R$ 7.084,15 (sete mil e oitenta e quatro reais e quinze centavos)**, destinado à inclusão de serviços técnicos adicionais necessários à continuidade e conclusão das demandas municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS ADICIONADOS

Ficam incluídos no escopo contratual os seguintes projetos e serviços técnicos:

• **CREAS (Aprovação e Correções):** R$ 3.542,07 (três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sete centavos).

• **Projeto Creche:** R$ 3.542,07 (três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sete centavos).

• **Total Adicionado: R$ 7.084,15** (sete mil e oitenta e quatro reais e quinze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL ATUALIZADO

3.1. Em virtude do acréscimo previsto na Cláusula Segunda, o valor global do Contrato Administrativo nº 27/2025, originalmente fixado em R$ 118.367,00 (cento e dezoito mil, trezentos e sessenta e sete reais), passa a ser de **R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência e de execução contratual fica prorrogado por mais **06 (seis) meses**, contados a partir do término do prazo estabelecido anteriormente.

4.2. A prorrogação justifica-se pela necessidade de elaboração de projetos e documentos adicionais demandados pela Secretaria Municipal de Administração, bem como pelo tempo necessário para a conclusão do trâmite de análise e aprovação dos projetos perante os órgãos competentes, conforme exposto no Ofício nº 04/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do acréscimo de valor deste Termo Aditivo correrão por conta do saldo disponível na seguinte dotação orçamentária:

• **Órgão:** 05 – Secretaria de Administração

• **Unidade Orçamentária:** 01 – Gabinete do Secretário e Serviço Administrativo

• **Função:** 04.122.0018 – Administração

• **Proj/Ativ/Oper.Esp:** 2.018 – Manutenção da Divisão de Manutenção e Frota

• **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

• **Fonte de Recurso:** 0 – Recursos Ordinários (Livres)

• **Desdobramento:** 3.3.90.39.05 – 271 Desdobramento da Despesa

• **Despesa Principal:** 3.3.90.39 – 269

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas Cláusulas Segunda e Décima Segunda do Contrato Administrativo nº 27/2025, bem como nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 27/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma.

Porecatu/PR, 08 de outubro de 2026

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN -PREFEITO	***PLANPRO ENGENHARIA LTDA***
Contratante	Contratada

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:A321DC72

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°30/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 78/2026
Pregão Eletrônico nº 30/2026

Objeto: Contratação de Instituição Integradora de Estágios Supervisionados para operacionalização de Programas de Estágio no Município de Porecatu.

Contratada: **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ -CIEE/PR.**

CNPJ: **76.610.591/0001-80**

Valor: R$ 931.032,00 (novecentos e trinta e um mil, e trinta e dois reais)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.36.07.00.00 – 888

Porecatu, 09 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:F27214E8

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°106/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 106/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: PEDRO HENRIQUE ALVES DE SOUZA
CNPJ: 50.109.871/0001-16

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:314F6CCA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°107/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 107/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: KETLIN MARIANA RODRIGUES PEREIRA
CNPJ: 61.327.772/0001-27

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:121FD668

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°108/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 108/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: CLAUDEMIR JONAS COUTINHO
CNPJ: 60.987.980/0001-90

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:E59DA897

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°109/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 109/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: KAYO VINICIOS SENA ALVES MOREIRA
CNPJ: 67.574.096/0001-72

Valor: **R$ 12.594,00 (doze mil, quinhentos e noventa e quatro reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:B6AFD898

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°110/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 110/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: HÉLIO WESLEY DE AZEVEDO
CNPJ: 26.505.987/0001-90

Valor: **R$ 33.969,00 (trinta e três mil, novecentos e sessenta e nove reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:FCD51894

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°111/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 111/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: RODRIGO BRAZ DIAS
CNPJ: 50.087.027/001-31

Valor: **R$ 77.460,00 (setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:B3CE544F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°113/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 113/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: VARLEI DE SOUZA LIMA
CNPJ: 54.223.566/0001-01

Valor: **R$ 79.979,61 (setenta e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:CB264731

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°114/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 114/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: SÔNIA REGINA DE MELO
CNPJ: 68.354.086/0001-94

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:3E46B3C2

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°115/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 115/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: EDERSON TEODORO
CNPJ: 65.641.202/0001-68

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:F36F92F6

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°116/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 116/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: VALMIR SENA
CNPJ: 56.261.774/0001-20

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:4C5DDBC7

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°117/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 117/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: HELDER DOS REIS SANTOS DUTRA
CNPJ: 68.752.092/0001-08

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:297F2179

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°118/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 118/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: FRANCISCO BASÍLIO DE SOUSA
CNPJ: 65.949.824/0001-58

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:213B7628

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°119/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 119/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: ROSIANE CAVALCANTE MACEDO SOUZA
CNPJ: 62.322.906/0001-80

Valor: **R$ 53.520,00 (cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:A7CC738B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°120/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 120/2026
Procedimento Licitatório: 71/2026
INEXIGIBILIDADE: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, SENDO: PINTOR, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, TÉCNICO ELETROMECÂNICA, SOLDADOR, CARPINTEIRO, VIDRACEIRO, GESSEIRO, CALHEIRO E SERVIÇOS DE ROÇAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU – PR.
Contratada: MARCOS RIBEIRO DA SILVA
CNPJ: 24.301.163/0001-72

Valor: **R$ 23.517,00 (vinte e três mil, quinhentos e dezessete reais)**
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 685
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 – 1780
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1718
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1664
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 273
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 778
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 892
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1012
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1308
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1198
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.16 - 1588

Data de Assinatura: 09/10/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:643BF1F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°033/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 1279/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de dois veículos 0 km de passageiros com 5 lugares de Emenda Impositiva Municipal sendo um dos veículos uso exclusivo nos serviços relacionados ao transporte de usuários com Espectro Autista e outro veículo uso exclusivo da saúde pública conforme lei nº 1.363 de 18 de junho de 2026, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 26 de outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 26 de outubro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 213.674,00 (duzentos e treze mil e seiscentos e setenta e quatro reais).

Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 09 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B02FD54E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 146/2026

DECRETO Nº 146, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre as normas para a concessão de pagamento de despesas de Diárias e Ressarcimentos aos Agentes Políticos e Empregados Públicos no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.140, de 22 de abril de 2021, que disciplina a concessão de diárias e ressarcimentos aos agentes políticos e empregados públicos municipais;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos uniformes para solicitação, autorização, empenho, liquidação, pagamento e prestação de contas de diárias e ressarcimentos;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos para concessão, pagamento, controle e prestação de contas de diárias e ressarcimentos previstos na Lei Municipal nº 1.140, de 22 de abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Porto Amazonas.
Art. 2º As diárias e os ressarcimentos somente serão concedidos quando o deslocamento ocorrer no interesse da Administração Pública Municipal, estiver relacionado às atribuições do cargo ou função do beneficiário e houver disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 3º Para os fins deste Decreto, consideram-se beneficiários aqueles definidos no art. 1º da Lei Municipal nº 1.140/2021, observadas as demais disposições da referida Lei.
CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS
Art. 4º A solicitação de concessão de diária deverá ser realizada por meio do sistema **e-Protocolo,** mediante abertura de processo administrativo próprio, encaminhado ao **Gabinete do Prefeito**, com antecedência mínima de **72 (setenta e duas) horas** do horário previsto para o início do deslocamento.
§ 1º O processo deverá conter, no mínimo:
I – identificação do beneficiário, cargo ou função, matrícula e CPF;
II – departamento ou órgão de lotação;
III – destino, período e horários previstos para saída e retorno;
IV – motivo e finalidade do deslocamento, com demonstração do interesse público;
V – quantidade e valor das diárias solicitadas; e
VI – documentos comprobatórios relacionados à atividade que motivou o deslocamento, quando houver.
§ 2º O prazo de 72 (setenta e duas) horas será contado entre o horário de protocolização no sistema e-Protocolo e o horário previsto para o início do deslocamento.
Art. 5º O processo será submetido à análise e autorização da autoridade competente, que verificará a pertinência do deslocamento, o interesse público e a regularidade da solicitação.
Art. 6º A concessão de diária deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, após a autorização, contendo as informações do art. 4º, § 1º.
§ 1º Após a autorização e publicação da Concessão, o processo será encaminhado ao Setor Contábil para as providências orçamentárias, financeiras e necessárias ao pagamento.
§ 2º O descumprimento injustificado do prazo estabelecido no art. 4º poderá resultar no indeferimento da solicitação, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa.
Art. 7º Excepcionalmente, será admitida a solicitação com antecedência inferior a 72 (setenta e duas) horas, quando comprovada situação imprevisível, força maior ou circunstância excepcional que tenha impedido o cumprimento do prazo, mediante justificativa circunstanciada inserida no processo administrativo.
Parágrafo único. A ausência de autorização prévia não gera, por si só, direito ao recebimento de diária, devendo a situação excepcional ser submetida à apreciação da autoridade competente, nos termos da Lei Municipal nº 1.140/2021.

CAPÍTULO III

DA SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DE REEMBOLSO

Art. 8º Os empregados públicos em geral, efetivos ou temporários, chefes de divisão e cargos comissionados, cujos deslocamentos para fora do Município sejam necessidade inerente ao exercício do cargo ou nos casos em que haja o interesse da Administração, terão suas despesas com alimentação ressarcidas mediante valores fixos, independentemente de apresentação de comprovantes dos gastos.
Art. 9º A solicitação de ressarcimento deverá ser protocolada via e-Protocolo, mediante abertura de processo administrativo próprio, encaminhado ao Setor Contábil, contendo as seguintes informações:
I – identificação do beneficiário, cargo ou função, matrícula e CPF;
II – Departamento ou órgão de lotação;
III – destino, período e horários de saída e retorno;
IV – motivo e finalidade do deslocamento;
V – valor do ressarcimento;
VI – documentos comprobatórios relacionados à efetiva comprovação da atividade que motivou o deslocamento, como por exemplo: registro de presença, declarações ou certificados de participação fornecidos pelas instituições; e
VII - no caso dos motoristas de roteiro, cujo deslocamento é diário e inerente a função, ficará armazenado o registro de seu deslocamento pelo Diário de Bordo no Departamento gestor da despesa em seu Setor de controle, o qual deverá ser transcrito em forma de tabela no Oficio da solicitação;
Art. 10 O ressarcimento de despesas com combustível será mediante apresentação da Nota Fiscal que deverá ser no CNPJ do Município e deverá constar a identificação do veículo abastecido.
Art. 11 Havendo necessidade de pernoite, o ressarcimento da despesa com hospedagem dependerá da apresentação da respectiva nota fiscal que deverá ser no CNPJ do Município, conforme previsto no art. 18 da Lei Municipal nº 1.140/2021.
Parágrafo único. A nota fiscal deverá sempre identificar o CNPJ do município e o período correspondente à hospedagem.

CAPÍTULO IV

DO EMPENHO E PAGAMENTO

Art. 12 O pagamento de diária e ressarcimento de despesa deve ser precedido da emissão do respectivo empenho, observada a legislação orçamentária, financeira e contábil aplicável.

Art. 13 O pagamento será realizado mediante depósito na conta bancária do beneficiário, observada a rotina administrativa do Município, nos termos do art. 4º Lei Municipal nº 1.140/2021.
§ 1º As diárias serão pagas preferencialmente antes da realização do deslocamento, após a devida autorização e observados os procedimentos necessários à emissão do empenho, liquidação e pagamento.
§ 2º O efetivo pagamento do ressarcimento de despesas será realizado após a apresentação da documentação comprobatória exigida, observados os procedimentos administrativos, orçamentários e financeiros aplicáveis, conforme art. 13º deste Decreto, podendo excepcionalmente ser adaptado conforme necessidade da Tesouraria Municipal.
Art. 14 O pagamento dos ressarcimentos ocorrerá conforme o seguinte cronograma:
§ 1º Primeira quinzena: contemplando solicitações devidamente protocoladas até o dia 13 de cada mês; pagamento efetivo até 05 dias uteis.
§ 2º Segunda quinzena: contemplando solicitações protocoladas até o dia 27 de cada mês; pagamento efetivo até 05 dias uteis.

CAPÍTULO V
DA CONCESSÃO DE DIÁRIA EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS
Art. 15 Excepcionalmente, quando não for possível concluir previamente o procedimento de concessão da diária, poderá ser processado o pagamento posteriormente à realização do deslocamento, desde que caracterizada situação imprevisível, força maior ou circunstância excepcional devidamente justificada e documentada.
§ 1º A excepcionalidade prevista no caput não dispensa:
I – a demonstração do interesse público;
II – a identificação do período e destino do deslocamento;
III – a comprovação da efetiva realização da atividade;
IV – a justificativa circunstanciada da impossibilidade de conclusão prévia do procedimento;
V – a autorização da autoridade competente;
VI – a observância da disponibilidade orçamentária e financeira; e
VII – a prestação de contas na forma deste Decreto.
§ 2º A situação excepcional deverá ser expressamente registrada no processo administrativo, não podendo a utilização deste procedimento constituir prática habitual para afastar a necessidade de autorização prévia.
§ 3º A concessão posterior não será admitida quando decorrer exclusivamente de falta de planejamento, negligência ou inobservância injustificada dos procedimentos administrativos.

CAPÍTULO VI
DA VEDAÇÃO DE CUMULAÇÃO

Art. 16 É vedado o recebimento cumulativo de diárias e ressarcimentos referentes à mesma finalidade e período, quando houver duplicidade de cobertura da mesma despesa.
Art. 17 O servidor que receber diária para determinada finalidade não poderá requerer novo ressarcimento para a mesma despesa, salvo quando houver previsão legal expressa ou quando se tratar de despesa não abrangida pela diária.

CAPÍTULO VII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 18 A prestação de contas das diárias deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno do beneficiário ao Município, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 1.140/2021.
Art. 19 A prestação de contas deverá conter, conforme o caso:
I – relatório sucinto das atividades realizadas;
II – comprovação da participação no evento, reunião, curso, audiência ou atividade que motivou o deslocamento;
III – cupons fiscais, notas fiscais e demais documentos comprobatórios, quando exigidos;
IV – comprovantes de hospedagem;
V – comprovantes de transporte, quando cabíveis;
VI – diário de bordo, quando utilizado veículo oficial;
VII – comprovante de retorno, quando necessário; e
VIII – declaração ou outros documentos que comprovem a efetiva realização da atividade e/ou deslocamento.
Art. 20 Quando houver devolução de valores recebidos indevidamente, em razão de viagem não realizada, retorno antecipado ou recebimento em excesso, o beneficiário deverá efetuar a restituição no prazo previsto na Lei Municipal nº 1.140/2021.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE ADMINISTRATIVO E INTERNO
Art. 21 O Departamento de Administração Financeira, através da Contabilidade Municipal, manterá o registro atualizado das diárias concedidas e manterá arquivo da respectiva prestação de contas.
Art. 22 A Contabilidade Municipal realizará os registros contábeis pertinentes à despesa, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.
Art. 23 A existência de prestação de contas pendente das diárias concedidas deverá ser considerada no acompanhamento de novas concessões, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis, impossibilitando a autorização de novas concessões.
Art. 24 O Controle Interno poderá realizar análise posterior dos processos de concessão, pagamento e prestação de contas, sem prejuízo das competências dos demais setores responsáveis.
CAPÍTULO IX
DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES
Art. 25 Os valores das diárias e dos ressarcimentos previstos nos Anexos da Lei Municipal nº 1.140/2021 serão atualizados na forma estabelecida pela própria Lei, mediante Decreto do Poder Executivo.
Parágrafo único. A atualização deverá observar o índice e o período definidos na legislação municipal vigente.
CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 26 Os casos omissos serão analisados pelo Departamento de Administração Financeira, em conjunto com o Departamento interessado, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.140/2021 e demais normas aplicáveis.
Art. 27 Os procedimentos administrativos referente a solicitação, pagamento e prestação de contas de diárias e ressarcimentos deverão tramitar pelo sistema e-Protocolo.
Art. 28 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 09 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:EB1EB18B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2026 - LOA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 08/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS,

Em cumprimento a legislação, convida a população para a realização de Audiência Pública de Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2027, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas da comunidade.
• Data:29de outubro de2026
• Horário:15h00min
• Local: Câmara Municipal
• Endereço: Rua Guilherme Schiffer, Nº 75

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 09 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:8B30755B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 57/2026

PORTARIA Nº 57 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o Empregado Público Municipal Robson Ribeiro Fagundes, matrícula nº 1000043, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento Municipal Rodoviário, para responder como Gestor dos Contratos de Licitação referentes ao Departamento Municipal Rodoviário.

Art. 2º Designar os Empregados Públicos Municipais Bruno Renan Mioduski dos Reis, matrícula nº 1000302, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Administrativo e Ney José Britto, matrícula nº 1521, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo para responderem como Fiscais dos Contratos de Licitação referentes ao Departamento Municipal Rodoviário.

Art. 3º Revoga-se a Portaria Nº 16, de 30 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

_____
Prefeitura Municipal - Sede: Rua Guilherme Schiffer, nº 67 – Centro – Porto Amazonas CEP 84140-340
Telefone (42) 2018-1122 - E-mail: gabinete@portoamazonas.pr.gov.br

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5DFD57B1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - ATA SRP N°134/2025

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa **PAULO ROBERTO MOL & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.273.803/0001-94, com sede na Rodovia PR 151, KM 399, Pinheiral de Cima, Município de Palmeira, Estado do Paraná, CEP 84.130-000, neste ato representada por **ERICK ROBERTO MOL**, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 134/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 050/2025 – Sistema de Registro de Preços**, com fundamento no **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**, na **Cláusula 8ª da Ata de Registro de Preços nº 134/2025** e no **Decreto Municipal nº 144/2026**, que autoriza a alteração do Plano de Contratações Anual – PCA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 134/2025, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de brita corrida – material pétreo – brita 4A, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 134/2025 por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula 8ª da Ata.

A vigência, originalmente estabelecida de 16 de outubro de 2025 a 15 de outubro de 2026, fica prorrogada pelo período de 16 de outubro de 2026 a 15 de outubro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

Para o período de prorrogação, ficam renovados integralmente os quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 134/2025, mantendo-se os preços unitários registrados, conforme os itens discriminados a seguir:

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BRITA CORRIDA - MATERIAL PÉTREO – BRITA 4A – COTA PRINCIPAL	M³	3750	R$ 61,40	R$ 230.250,00
2	BRITA CORRIDA - MATERIAL PÉTREO – BRITA 4ª – COTA RESERVA	M³	1250	R$ 61,40	R$ 76.750,00
				TOTAL	R$ 307.000,00

O valor total correspondente aos quantitativos renovados para o período de prorrogação é de R$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais), permanecendo inalterados os preços unitários registrados, cuja vantajosidade para a Administração foi devidamente comprovada no processo administrativo.

A renovação dos quantitativos não obriga a Administração a contratar integralmente os valores registrados, ficando as aquisições condicionadas às suas necessidades e às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente prorrogação encontra-se contemplada na alteração do Plano de Contratações Anual – PCA, autorizada pelo Decreto Municipal nº 144/2026, observados os procedimentos e registros pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 134/2025, no Pregão Eletrônico nº 050/2025 e em seus respectivos anexos, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado na forma prevista na legislação vigente, para que produza seus efeitos legais.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Porto Amazonas, 09 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*PAULO ROBERTO MOL & CIA LTDA*
Prefeito Municipal	Detentora da Ata

TESTEMUNHAS:

_____	_____
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
RG n.º:	RG n.º:

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:A1FCF9E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa 65943307 Vanessa Tais Pereira, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 65.943.307/0001-71.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 192,00 (cento e noventa e dois reais).
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa 65943307 Vanessa Tais Pereira, a Sra. Vanessa Tais Pereira, representante legal.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:49A5F935

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa 66.714.368 Thais Maia Nader, inscrita no CNPJ sob o nº: 66.714.368/0001-20.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 667,65 (seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa 66.714.368 Thais Maia Nader, a Sra. Thais Maia Nader, representante legal.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:664B1021

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA - LTDA CNPJ nº 29.530.767/0001-04.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 578,65 (quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA - LTDA a Sr. Nilson Gabriel Lourenci De Sousa, representante legal.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:C99AC1D6

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa BETEL CAFES DO BRASIL LTDA - ME - LTDA CNPJ nº 62.549.817/0001-70
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 1.908,00 (Um mil novecentos e oito reais).
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa BETEL CAFES DO BRASIL LTDA - ME a Sra. LAYSE CRISTINE DE SOUZA LOPES GRASS, representante legal.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:381D8636

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRONICA –.
CNPJ nº 17.055.604/0001-38
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 104,00 (Cento e quatro reais)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa BETEL CAFES DO BRASIL LTDA - ME a Sra. BRUNA BEZERRA DA SILVA, representante legal.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:AF54A26F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa CARISA INFORMACOES E VENDAS LTDA – CNPJ nº 09.211.866/0001-16.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 590,00 (Quinhentos e noventa reais)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa CARISA INFORMAÇÕES E VENDAS LTDA, a Sr. FLAVIO TORRES FILHO.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:95C82F03

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa FEPRESS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA–.
CNPJ nº 40.896.434/0001-36

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 208,90 (Duzentos e oito reais e noventa centavos)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa CARISA INFORMACOES E VENDAS LTDA, o Sr. FLAVIO TORRES FILHO.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:3D1BBB0C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa GALERA DA CESTA BASICA LTDA– CNPJ nº 45.693.344/0001-61.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 4.647,11 (Quatro mil seiscentos e quarenta e sete reais e onze centavos)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa GALERA DA CESTA BASICA LTDA, a Sra. CRISTHIANE MICHEL NASSER MANEIRA.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:6C6B1433

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa GILBERTO A. MARCATO & LUIZ LTDA - CNPJ nº 03.527.252/0001-61.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.
RECURSOS: R$ 674,70 (Seiscentos e setenta e quatro reais e setenta centavos)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa GILBERTO A. MARCATO & LUIZ LTDA, o Sr. GILBERTO ANTONIO MARCATO.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:57B66204

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa QUALITY ATACADO LTDA - CNPJ nº 15724019/0001-58.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa QUALITY ATACADO LTDA, o Sr. Rogerio Ramos Alves.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:E96289FD

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa NEW PRINT TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS E IMPORTACAO LTDA - CNPJ nº 25.017.520/0001-38.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 232,80 (Duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa NEW PRINT TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS E IMPORTACAO LTDA, a Sra. Ângela Camilla Vieira Lopes.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:B84639A6

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, e a empresa S&S SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - CNPJ nº 15379596/0001-50.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA.

RECURSOS: R$ 244,50 (Duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2026
SIGNATÁRIOS: Pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, o Sr. Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente, e pela empresa S&S SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, a Sra. Maria Aparecida Trindade Simões.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:3FB1DD45

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CIRES, Silvio Antônio Damaceno, considerando as exigências legais e regulamentares, convoca os Prefeitos e/ou representantes legais dos Municípios de **CENTENÁRIO DO SUL, FLORESTÓPOLIS, GUARACI, JAGUAPITÃ, MIRASELVA e PRADO FERREIRA,** entes consorciados do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CIRES, para Assembleia Ordinária, a ser realizada no dia **16 de outubro de 2026, às 11 horas**, para deliberar sobre:

1) Aprovação do Orçamento, do Plano Anual de Trabalho e das Resoluções relativas aos contratos de rateio para o custeio e a manutenção dos serviços do CIRES, referentes ao exercício de 2027;

2) Outros assuntos de interesse do CIRES.

Local:
Rua São Paulo, nº 191, Sala de Reuniões do Paço Municipal.
Prado Ferreira-PR.

Prado Ferreira, 09 de outubro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Presidente do CIRES

Publicado por:
Manoel Sabino de Lemos Neto
Código Identificador:67EA2CEB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL Nº 01.02/2026 – RELAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS HABILITADOS E INABILITADOS

EDITAL Nº 01.02/2026 – RELAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS HABILITADOS E INABILITADOS
A DIRETORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DE SANEAMENTO DO PARANÁ (ORCISPAR), no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA** a **Relação Preliminar dos Candidatos Habilitados e Inabilitados do Edital de Convocação de Candidaturas nº 01/2026**, nos seguintes termos.
Art. 1º Fica divulgado no ANEXO ÚNICO desde Edital, com fulcro no regramento contido no Edital de Convocação de Candidaturas, em especial os itens 2, 3, 4 e 5, a relação dos candidatos que tiveram a candidatura HABILITADA.

Art. 2º Registra-se que todos os pedidos de candidatura INABILITADOS, possuem justificativa quanto a posição adotada pela comissão designada, sendo a respectiva justificativa encaminhada individualmente ao candidato, por meio de e-mail.

Art. 3º Quanto a INABILITAÇÃO da inscrição, caberá interposição de recurso no período de **13/10/2026 a 15/10/2026**, observado o horário de Brasília – DF. O candidato interessado em interpor o recurso deverá seguir as instruções do item 5.5 do Edital.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 09 de outubro de 2026

ROGEL MARTINS BARBOSA
Diretor de Regulação e Fiscalização
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 01.02/2026 – RELAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS HABILITADOS E INABILITADOS	
Relação Preliminar dos Candidatos Habilitados	
Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	Edson Oliveira dos Anjos
02	Edson Knaul
03	Frederico Marcos Kruger
04	Herman Vargas Silva

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:2394FABD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: LF2 SISTEMAS WEB LTDA
CNPJ: 12.491.159/0001-35

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, e art. 65, inciso I, alínea "b", e §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 031/2023 pelo período de 25 de outubro de 2026 a 25 de outubro de 2027, correspondente a 12 (doze) meses, para continuidade da prestação dos serviços de licença de uso do site institucional, com painel de gestão de conteúdo, manutenção e atualização evolutiva e corretiva, canais de Ouvidoria e e-SIC, Carta de Serviços, Transparência Web, hospedagem da página eletrônica, suporte técnico e demais serviços previstos no Termo de Referência.

O presente aditivo contempla, ainda, a adequação do valor mensal da contratação em razão da saída do Município de Marialva, passando o valor mensal de R$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais) para R$ 3.790,50 (três mil, setecentos e noventa reais e cinquenta centavos**).**

A redução corresponde a R$ 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) mensais, equivalente a 5,00% (cinco por cento), resultando no valor de R$ 45.486,00 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais) para o período de 12 (doze) meses. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato e de seus respectivos aditivos que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.

Maringá-PR, 09 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:8E8C8E33

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 26, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Analista de Fiscalização e Regulação, o Sr.º Mateus Mistreli, CPF nº 095.600 .***-**, para início dia 13/09/2026.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá-PR, 09 de outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Presidente

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:6015B48A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em observância ao disposto no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/2021, torna público que realizará procedimento de contratação direta, visando à obtenção de propostas adicionais, para a contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de inspeção de segurança em 03 (três) autoclaves, com execução in loco, emissão de ART e laudo técnico, em atendimento aos requisitos da NR-13, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência que integra o processo administrativo.

Os interessados deverão encaminhar proposta comercial, acompanhada da documentação mínima de habilitação, para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br, no período de:

De: 24/09/2026 – 8:00h (quinta-feira)
Até: 29/09/2026 – 8:00h (terça-feira)

A seleção do fornecedor será realizada pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as especificações do objeto e as condições de habilitação previstas no Termo de Referência. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com o Termo de Referência ou com preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado.

Informações adicionais e eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br , em dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00, a fim de garantir a formalização das comunicações, a isonomia entre os interessados e o adequado registro no processo administrativo.

Maringá – PR, 22 de setembro de 2026

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:C0724F30

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 195/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 045/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,
HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso I da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de calibração e manutenção preventiva de equipamentos utilizados nos laboratórios dos departamentos de água e esgoto (SAMAEs/SAAEs) dos municípios consorciados de Presidente Castelo Branco e Santa Cecília do Pavão.

CONTRATADA: ALFAKIT LTDA.
CNPJ: 02.297.602/0001-98
VALOR TOTAL: R$ 3.627,35 (três mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 08 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:A2EDCFD1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais, conforme §3º do referido artigo, bem como atendidas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização de reservatórios de água potável e controle integrado de pragas urbanas, com fornecimento de mão de obra, materiais e insumos, nas unidades do CISPAR e do ORCISPAR, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CONTRATADO: DESINSETIZADORA BARATEK 10 LTDA.
CNPJ/CPF: 72.159.817/0001-18.
VALOR TOTAL: R$ 6.140,00 (Seis mil e cento quarenta reais).

Maringá – PR, 08 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:A77A1870

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 197/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 046/2026

DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO

OBJETO: Aquisição de Medidores Multiparâmetros, sondas de pH, condutividade e OD marca Hach para uso do setor de Coleta e Amostragem do Laboratório CISPAR**.**

VALOR ESTIMADO: R$ 112.748,55 (cento e doze mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

SETOR DEMANDANTE: Laboratório.

Considerando a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Termo de Referência e a Pesquisa de Mercado constantes dos autos, que apresentam a necessidade administrativa, as características da solução pretendida, o valor estimado e os elementos relacionados à possível inviabilidade de competição;

DECLARO CIÊNCIA da contratação pretendida e **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para análise da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A presente autorização não representa aprovação definitiva da contratação ou reconhecimento definitivo da inexigibilidade de licitação, permanecendo o processo condicionado à conclusão da instrução administrativa e às análises orçamentária e jurídica pertinentes.

Determino a publicação deste Despacho para fins de publicidade e transparência do processo administrativo.

Maringá – PR, 05 de outubro de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Matrícula nº 67

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:AF5002FF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra devidamente instruído, com observância das disposições da Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de pequena compra ou serviço de pronto pagamento, com valor estimado inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 do referido diploma legal, bem como atende às condições estabelecidas no art. 1º da Resolução nº 02/2026, estando dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Fica, assim, **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Prestação de serviço de organização, tratamento, conferência e disponibilização da base cadastral dos municípios consorciados do CISPAR, com estruturação para consulta administrativa.

CONTRATADO: CODERSWISE - Tecnologia e Soluções Sustentáveis Ltda.

CNPJ/CPF: 45.152.950/0001-70

VALOR TOTAL: R$ 8.760,00 (oito mil, setecentos e sessenta reais).

Maringá – PR, 08 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:8DA2397F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 203/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 047/2026 DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO

OBJETO: A contratação consiste em 01 (uma) inscrição para participação no 10º Fórum Eco Expo e 25º SENALIMP 2026 — "A Jornada Municipalista", na modalidade "FEE SENALIMP 2026 — 3 dias e 1 visita técnica", a ser realizado de 20 a 22 de outubro de 2026, em São Paulo/SP.
VALOR ESTIMADO: R$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais).

SETOR DEMANDANTE: SETOR AMBIENTAL

Considerando a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Termo de Referência e a Pesquisa de Mercado constantes dos autos, que apresentam a necessidade administrativa, as características da solução pretendida, o valor estimado e os elementos relacionados à possível inviabilidade de competição;
DECLARO CIÊNCIA da contratação pretendida e **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para análise da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A presente autorização não representa aprovação definitiva da contratação ou reconhecimento definitivo da inexigibilidade de licitação, permanecendo o processo condicionado à conclusão da instrução administrativa e às análises orçamentária e jurídica pertinentes.
Determino a publicação deste Despacho para fins de publicidade e transparência do processo administrativo.

Maringá – PR, 06 de outubro de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Matrícula nº 67

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:8BA54D76

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 068/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra devidamente instruído, com observância das disposições da Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração.
A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de pequena compra ou serviço de pronto pagamento, com valor estimado inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 do referido diploma legal, bem como atende às condições estabelecidas no art. 1º da Resolução nº 02/2026, estando dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.
Fica, assim, **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito.
INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva predial, consistentes na recomposição da cobertura e de esquadrias do Laboratório Central e do prédio administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, danificados por chuvas e ventos fortes ocorridos entre 28 e 29 de setembro de 2026, com fornecimento de materiais e mão de obra inclusos, em regime de empreitada por preço global.

CONTRATADO: Marcos Messias Raphael – ME

CNPJ/CPF: 26.309.491/0001-40

VALOR TOTAL: R$ 8.810,00 (oito mil, oitocentos e dez reais)

Maringá-PR, 08 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:DD7F119E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 206/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 048/2026

DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos exclusivos e específicos da marca dos equipamentos, bem como para a prestação de serviços de calibração e manutenção preventiva, de equipamentos utilizados nos laboratórios dos departamentos de água e esgoto (SAMAEs/SAAEs) dos municípios consorciados (Ângulo, Jussara, Kaloré, Lobato, Marialva, Nova Santa Bárbara, Presidente Castelo Branco, Pitangueiras, Sarandi, Santa Cecília do Pavão, São Jeronimo da Serra e Terra Rica), conforme características e condições descritas no Termo de Referência.

VALOR ESTIMADO: R$ 27.749,00 (Vinte e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais).
SETOR DEMANDANTE: Ambiental

Considerando a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Termo de Referência e a Pesquisa de Mercado constantes dos autos, que apresentam a necessidade administrativa, as características da solução pretendida, o valor estimado e os elementos relacionados à possível inviabilidade de competição;

DECLARO CIÊNCIA da contratação pretendida e **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para análise da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A presente autorização não representa aprovação definitiva da contratação ou reconhecimento definitivo da inexigibilidade de licitação, permanecendo o processo condicionado à conclusão da instrução administrativa e às análises orçamentária e jurídica pertinentes.

Determino a publicação deste Despacho para fins de publicidade e transparência do processo administrativo.

Maringá – PR, 08 de outubro de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Matrícula nº 67

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:1A2DCCF5

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA
ME - EPP - MEI

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 08:00 horas do dia 26/10/2026, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALÍMENTICIOS DESTINADOS AO CMEI CIRANDA DO SABER, CMEI JOSÉ OGUIDO E ESCOLA MUNICIPAL HELENA KOLODY DE PRADO FERREIRA.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 1.272.030,50 (Um Milhão, Duzentos e Setenta e Dois Mil e Trinta Reais e Cinqüenta Centavos).
O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 09 de outubro de 2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:A15BEEA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11956/2026

Súmula: Nomeia a Senhora LILIANE MARAFIGO FERREIRA para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora LILIANE MARAFIGO FERREIRA, CPF nº. ***.828.289-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA", junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude, a partir de 14 de outubro de 2026.

Quatro Barras, 09 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:20239271

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11957/2026

Súmula: Nomeia a Senhora LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS GUENO para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS GUENO, CPF nº. ***.096.099-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL", junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude, a partir de 14 de outubro de 2026.

Quatro Barras, 09 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:B9859B64

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11958/2026

Súmula: Nomeia a Senhora IASMIM BUENO DOMINGUES para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora IASMIM BUENO DOMINGUES, CPF nº. ***. 261.909 -**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR DE DIVISÃO", junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a partir de 13 de outubro de 2026.

Quatro Barras, 09 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:ED74CD76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que a Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto refere-se à "Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de dietas enterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis, visando atender à Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital" está SUSPENSA para análise, em razão do recebimento de questionamentos ao Edital. Novas informações serão publicadas através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, na Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras/ PR, pelo site: www.quatrobarras.pr.gov.br, e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3671-8800. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 09 de outubro de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:5E1029B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 62/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 11818/2026. Objeto: Credenciamento de empresas
especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de
peças e acessórios, em equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, fogões industriais e
domésticos, sistemas de áudio e vídeo, bebedouros, equipamentos de refrigeração e aparelhos de arcondicionado,
para atender às necessidades de todas as secretarias municipais e unidades
administrativas do município de Quatro Barras/PR., com fulcro Art. 55 caput, da Lei n° 14.133/2021 e
consonância com o Parecer Jurídico n° 139/2024.
CONTRATADA: AR PREMIUM CLIMATIZAÇÃO LTDA
CNPJ Nº: 61.756.996/0001-54
VALOR TOTAL DE: R$ 19.933,38 (dezenove mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e oito
centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
976 – 06.001.10.301.0012.2.076-3.3.90.39.00.00-1303.– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa
Jurídica.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:C1B8A26F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 63/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 15604/2026. Objeto: Contratação da empresa credenciada
no Credenciamento nº06/2024 na área de saúde para realização de exames e apoio diagnóstico para
atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no com fulcro no inciso IV Art.
74, caput, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 239/2024.
CONTRATADA: CAMPMED SERVIÇOS MÉDICOS E LABORATORIAIS
CNPJ Nº: 44.1925.526/0001-96
VALOR TOTAL DE: R$ 15.111,20 (quinze mil cento e onze reais e vinte centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
221– 06.001.10.301.0012.2.076.– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:EAD84FAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 64/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 15611/2026. Objeto: Contratação da empresa credenciada
no Credenciamento nº06/2024 na área de saúde para realização de exames e apoio diagnóstico para
atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no com fulcro no inciso IV Art.
74, caput, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 239/2024.
CONTRATADA: MEDIFACIL CLÍNICA MÉDICA E ENCAMINHAMENTO MÉDICOS LTDA
CNPJ Nº: 22.533.703/0001-18
VALOR TOTAL DE: R$ 38.511,00(trinta e oito mil, quinhentos e onze reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
222 – 06.001.10.301.0012.2.076-3.3.90.39.00.00-1303.– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa
Jurídica.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:08944969

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 65/2026

Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 15606/2026. Objeto: Despesa conforme o Credenciamento
n° 10/2024 de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de motorista categoria "D", referente a
1.500 (quinhentas) horas contratadas pelo período de 6 (seis) meses, com fulcro no com fulcro no Art.
74, inciso IV, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 253/2024.
CONTRATADA: MARLON AUGUSTO DE ALMEIDA BEPLER
CPF Nº 066.105.439-09
VALOR DA HORA: R$ 13,38 (treze reais e trinta e oito centavos).

VALOR TOTAL DE: R$ 20.070,00(vinte mil e setenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
220– 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:5D1C7CB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°135/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	135/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	08/10/2026			
FAVORECIDO:	MÁRCIO CRISTIANO ESSER			
CPF:	**076.***.***- 05**			
DESTINO VIAGEM:	Curitiba -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Cumprir agenda no Tribunal de Contas, IAT, SECID, SEAB, SETU ALEP e Casa Civil.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	12/10/2026			
RETORNO:	15/10/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		03	**R$573,94**	R$ 1.721,82
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$ 1.721,82**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 08 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:30B7D79B

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°136/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	136/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	08/10/2026			
FAVORECIDO:	JOSEMAR CANASSA			
CPF:	**702.***.***- 87**			
DESTINO VIAGEM:	Curitiba -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Cumprir agenda no Tribunal de Contas, IAT, SECID, SEAB, SETU ALEP e Casa Civil.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	12/10/2026			
RETORNO:	15/10/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		03	**R$573,94**	R$ 1.721,82
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$ 1.721,82**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 08 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C6D78FE6

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°137/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	137/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	08/10/2026			
FAVORECIDO:	Sérgio José Nogueira			
CPF:	**702.***.***-00**			
DESTINO VIAGEM:	Curitiba -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Acompanhar o Prefeito em agenda no Tribunal de Contas, IAT, SECID, SEAB, SETU ALEP e Casa Civil.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	12/10/2026			
RETORNO:	15/10/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		03	**R$573,94**	R$ 1.721,82
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$ 1.721,82**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 08 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:E4294583

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°138/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	138/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	08/10/2026			
FAVORECIDO:	ALEX SANDRO FERNANDES			
CPF:	**803.***.***-08**			
DESTINO VIAGEM:	Curitiba -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Cumprir agenda no Tribunal de Contas, IAT, SECID, SEAB, SETU ALEP e Casa Civil.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	12/10/2026			
RETORNO:	15/10/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		03	**R$790,52**	R$ 2.371,56
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$ 2.371,56**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 08 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:62110699

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RESOLUÇÃO N° 02/2026

RESOLUÇÃO 02/2026

Súmula: Institui a Comissão de Consulta para coordenar o processo de Avaliação e Consulta para o cargo de Diretor(a) das Escolas Municipais Monteiro Lobato e Gilberto conceição Borsatto e da outras providências.

Adelaide da Cruz, Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Querência do Norte no uso de atribuições que lhes são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Consulta para realização do Processo de Avaliação Mérito e Desempenho e Consulta a Comunidade Escolar para o cargo de Diretor(a) das escolas da Rede Municipal – Gestão 2027/2028, conforme previsto nas leis nº 074/2003, 870/2009 e 1866/2023, composta pelo membros, Sras. Adriana Aparecida Nogueira, Adriana Maria Pessini e Weverton Fernando Sebastião.

Parágrafo Único – A Comissão de Consulta, após discussão entre os membros, fica assim composta: **Presidente**: Adriana Aparecida Nogueira – **Vice-Presidente:** Adriana Maria Pessini – **Secretário:** Weverton Fernando Sebastião

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e sua expedição e afixação em local público, revogada as disposições em contrário.

Querência do Norte, Paraná, 09 de outubro de 2026.

ADELAIDE DA CRUZ
Secretária Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer
Decreto 272/2025

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:11858C0B

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.072/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	072/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	13/10/2026			
FAVORECIDO:	ANTONIO LEODI SABOT			
CPF:	542.976.309-82			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR NO CURSO SOBRE: CRIMES CONTRA A ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA E NASNTRATAÇÕES MUNICIPAIS, A SER MINISTRADO PELA EMPRESA RAS – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PUBLICA, NOS DIAS 13 A 16 DE OUTUBRO DE 2026, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	13/10/2026 ÁS 06:00 HORAS			
RETORNO:	16/10/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 08 dias do mês de outubro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:F8AE0D4F

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.073/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	073/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	13/10/2025			
FAVORECIDO:	DAINGRI FÉLIX			
CPF:	078.949.509-04			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR NO CURSO SOBRE: CRIMES CONTRA A ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA E NASNTRATAÇÕES MUNICIPAIS, A SER MINISTRADO PELA EMPRESA RAS – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PUBLICA, NOS DIAS 13 A 16 DE OUTUBRO DE 2026, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	13/10/2026 ÁS 06:00 HORAS			
RETORNO:	16/10/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.

Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 08 dias do mês de outubro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:46150BB7

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.074/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	074/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	13/10/2026			
FAVORECIDO:	ELI MARTA GONÇALVES VOSS			
CPF:	660.980.099-53			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR NO CURSO SOBRE: CRIMES CONTRA A ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA E NASNTRATAÇÕES MUNICIPAIS, A SER MINISTRADO PELA EMPRESA RAS – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PUBLICA, NOS DIAS 13 A 16 DE OUTUBRO DE 2026, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	13/10/2026 ÁS 06:00 HORAS			
RETORNO:	16/10/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.

Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 08 dias do mês de outubro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:07E8C82B

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.075/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	075/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	13/10/2026			
FAVORECIDO:	JOSE CARLOS BETTIN			
CPF:	350.655.409-34			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR NO CURSO SOBRE: CRIMES CONTRA A ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA E NASNTRATAÇÕES MUNICIPAIS, A SER MINISTRADO PELA EMPRESA RAS – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PUBLICA, NOS DIAS 13 A 16 DE OUTUBRO DE 2026, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	13/10/2026 ÁS 06:00 HORAS			
RETORNO:	16/10/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
	Qtda		**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	**3**		**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:	**1**		**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 08 dias do mês de outubro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:77FDA282

LICITAÇÃO
ADITIVO 198/2025

3º. TERMO ADITIVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 65/2025
CONTRATO Nº. 198/2025
VENCIMENTO: 25/12/2026

I - CONTRATANTE: "MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, CEP. 87.930-000 – Querência do Norte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.973.692/001-16**,** representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALEX SANDRO FERNANDES**, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.***-08 e Cédula de Identidade RG 10.***.***-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Waldemar dos Santos, nº 678, daqui por diante denominada simplesmente Contratante.
II- CONTRATADO: Sra. TIAGO GUIMARÃES DA SILVEIRA, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº. 5.***.256-* e CPF nº 032.***.969-**, residente e domiciliado em Querência do Norte, Paraná, doravante denominado LOCADOR.
III- Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, Lei 14.133/21 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO com base no Art. 106 e 107 da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o aumento de prazo contados de 25/08/2026 a 25/12/2026, do contrato original.
CLÁUSULA SEGUNDA:
O valor mensal será de R$ 1.420,98 (Um mil, Quatrocentos e Vinte Reais e Noventa e Oito Centavos), reajustado pelo INPC acumulado últimos 12 meses 3,764930%.
CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original. E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma

Querência do Norte-PR, 25 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Contratante

TIAGO GUIMARÃES DA SILVEIRA
Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F._____

_____
C.P.F. _____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:2D522A70

LICITAÇÃO
ADITIVO 259/2021

5º TERMO ADITIVO
PREGÃO ELETRONICO Nº 62/2021
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 259/2021
VALIDADE: 29/03/2027

CONTRATANTES: "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Maria de Lourdes Dionísio Cardoso, s/n, CNPJ 73.242.695/0001-91, FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, Rua Waldemar dos Santos, Sn, CNPJ nº 13.900.880/0001-02.
CONTRATADA: D. SORTI & SORTI LTDA CNPJ Nº 00173763000134 ENDEREÇO AV. CIDADE ALTA, 270 - CEP: 87600000 - BAIRRO: PQ. CIDADE ALTA, NOVA ESPERANÇA/PR.
REPRESENTANTES: Representa as partes, Prefeito Municipal, **ALEX SANDRO FERNANDES**, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Waldemar dos Santos, 768 e a CONTRATADA, o Sr. DANIEL SORTI, brasileiro, portador da RG nº 4.194.553-2 e CPF 570.941.289-91, residente e domiciliado Nova Esperança/PR, a Rua do Café, 269 Cond. Marajó Casa 13 - Cep: 87600000 - Bairro: Centro.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo até 29 de março de 2027
CLÁUSULA SEGUNDA
Aditar para mais 12 meses a COLETA DOS RESIDUOS EM SAÚDE INCLUEM ALEM DA COLETA TAMBÉM O TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESIDUOS DE SAÚDE DAS CLASSES: A - (RESÍDUOS INFECTANTES) GRUPOS A1, A2, A3, A4 E A5; B - (RESÍDUOS QUIMICOS); C - (REJEITOS ADIOATIVOS) e E - (MATERIAIS PERFUROCORTANTES E ESCARIFICANTES). O valor mensal passará de R$ 3.081,60 (três mil e oitenta e um mil reais e sessenta centavos) para R$ 3.204,35 (três mil e duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual Teor e forma.

Querência do Norte - PR, 29 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	***D. SORTI & SORTI LTDA***
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:528C035E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 339/2026

PORTARIA N° 339/2026
O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4998/2026,
RESOLVE

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a partir de 05/10/2026 a 14/10/2026, para SIRLENE SURECK DRUCIAK, portadora do RG nº. 5.061.420-4/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional Geral, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 05/10/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:E383A6DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 341/2026

PORTARIA N° 341/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 5035/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde de 30/09/2026 a 29/10/2026, para RENI TEREZINHA GOGOLA, portadora do RG nº. 4.360.215-2/PR funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 30/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:067FBC64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 342/2026

PORTARIA N° 342/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 112 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro 1998, e protocolo nº 5039/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida licença de 5 (cinco) dias, por motivo de falecimento de familiar, a partir do dia 05/10/2026, a JUCELIA SUREK POGSEBA, portadora do RG nº. 8.244.463-7/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel.

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 05/10/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:101AEACA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 343/2026

PORTARIA N° 343/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 5040/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde a partir de 10/10/2026 a 08/12/2026, para PEDRO DE LIMA SOARES, portador do RG nº. 10.698.484-0/PR, funcionário público municipal efetivo e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7324ABC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.154/2026 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 19 a 23 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3107045	Sonia Barbara Cossetin	Auxiliar Administrativo	22/09/2025 até 21/09/2026

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 09 de outubro de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:27B04CA8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.155/2026 09/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **NATALI JAMILE DE LIMA**, cadastrada sob a matrícula Nº3106800, ocupante do cargo Temporário do PSS 04/2024 de Professor de Apoio Educacional Especializado, com fins retroativos a partir da data de 07/10/2026 até a data de 18/12/2026 para suprir o afastamento por Licença Maternidade da servidora **PATRICIA WINCK DONADEL** em cargo efetivo de Professor Educação Infantil, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4B822062

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-228

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AID1B54	278050T000005128	28/09/2026	55920
AKC2E57	278050T000005192	24/09/2026	55412
AKG5D72	278050T000005176	22/09/2026	55412
AMV7905	278050T000005196	25/09/2026	55412
ANC3E88	278050T000005179	23/09/2026	55412
ANM3G41	278050T000005188	24/09/2026	55412
ARX6J68	278050T000005115	24/09/2026	55414
AVR5G43	278050T000005252	25/09/2026	55412
AVY2768	278050T000005119	25/09/2026	54870
AXZ5120	278050T000005125	24/09/2026	76331
BBR7402	278050T000005193	25/09/2026	55412
BCT1I46	278050T000005127	26/09/2026	76332
BDL9A08	278050T000005200	25/09/2026	55412
BDL9A08	278050T000005190	24/09/2026	55412
BEV4J00	278050T000005189	24/09/2026	55412
ENM1J18	278050T000005182	23/09/2026	55412
EOB8I14	278050T000005191	24/09/2026	55412
GFZ5E84	278050T000005178	23/09/2026	55412
IFU7453	278050T000005197	25/09/2026	55412
IUA6I39	278050T000005186	24/09/2026	55412
JIC3B03	278050T000005116	03/10/2026	55414
LXV1F99	116100T003974394	27/09/2026	76251
MBK1J24	278050T000005177	22/09/2026	55412
MEG8G08	278050T000005124	23/09/2026	76331
MIF0A31	278050T000005173	22/09/2026	55412
MJQ3J13	278050T000005195	25/09/2026	55412
RTS9J19	278050T000005175	22/09/2026	55412
SEF9F79	278050T000005251	25/09/2026	55412
SWG9C32	278050T000005180	23/09/2026	55412
SWG9C32	278050T000005185	24/09/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:3651C60D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-229

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
CRL0516	278050NIC0000567	07/07/2026	50020	R$ 390,46
RAI0E58	278050NIC0000566	07/07/2026	50020	R$ 586,94
RHS8G52	278050NIC0000565	07/07/2026	50020	R$ 390,46
RHS8G52	278050NIC0000564	07/07/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:6FD36284

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-230

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABH2278	278050T000005154	18/09/2026	55412
ABR7B07	278050T000005151	18/09/2026	55412
AEA7190	278050T000005171	21/09/2026	55412
AJJ8330	278050T000005165	21/09/2026	55412
AKG5D72	278050T000005163	21/09/2026	55412
APT0285	278050T000005159	21/09/2026	55412
ASC8C58	278050T000005164	21/09/2026	55412
AVN6I57	278050T000005156	18/09/2026	55412
AXF5H84	278050T000005100	18/09/2026	55412
AXQ1F18	278050T000005152	18/09/2026	55412
AYJ1J70	278050T000005158	21/09/2026	55412
BEJ3F81	278050T000005153	18/09/2026	55412
DUU6J03	278050T000005172	21/09/2026	55412
FMR1A08	278050T000005160	21/09/2026	55412
MHR3110	278050T000005166	21/09/2026	55412
MHZ2H95	278050T000005169	21/09/2026	55412
RTS9J19	278050T000005170	21/09/2026	55412
RTS9J19	278050T000005155	18/09/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:2BD0B92E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-232

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
DQE6J58	278050T000004439	22/07/2026	55250	

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:C71EFAA0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-233

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BEU7B06	278050NIC0000661	09/09/2026	50020
RFI0I60	278050NIC0000664	09/09/2026	50020
RHR4C65	278050NIC0000663	09/09/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:04252027

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-234

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AIT1F78	278050NIC0000544	30/06/2026	50020	R$ 390,46
AMF3A31	278050NIC0000546	30/06/2026	50020	R$ 586,94
ENU7A57	278050NIC0000545	30/06/2026	50020	R$ 390,46
RVE0B94	278050NIC0000547	30/06/2026	50020	R$ 586,94
UAU7J51	278050NIC0000548	30/06/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:F4648329

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-235

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação deinfração cometida com o veículo de sua propriedade,podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAK3G97	278050T000005099	17/09/2026	55412
AKF5H99	278050T000005092	16/09/2026	55412
CKM3H06	278050T000005088	15/09/2026	55412
ETN3B43	278050T000005093	17/09/2026	55412
GCA9I57	278050T000005097	17/09/2026	55412
MVL1I14	278050T000005096	17/09/2026	55412
QMY8E46	278050T000005098	17/09/2026	55412
RHW1A85	278050T000005090	16/09/2026	55412
SFM7J60	278050T000005094	17/09/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:86A63AB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - DISP. 28

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 318/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PRIMESERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
OBJETO: Contratação de Contratação Emergencial de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE REALEZA – PR.
REFERENTE: LICITAÇÃO Dispensa Nº 28/2026
VALOR TOTAL: R$570.000,00 (Quinhentos e Setenta Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:6042F8F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - DISP. 28

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DISPENSA N.º 28/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 124/2026

ABERTURA: DIA 09/10/2026 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: Contratação de Contratação Emergencial de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE REALEZA – PR.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): PRIMESERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, ITEM 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 570.000,00 (Quinhentos e Setenta Mil Reais)**.

REALEZA, AOS nove dias de outubro de 2026.

HELOISE GOMES DE MORAES
Pres. Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:0D2A8CEA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISP. 28

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo de dispensa nº 28/2026, cujo objeto é o Contratação de Contratação Emergencial de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE REALEZA – PR, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS nove dias de outubro de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:E377EBAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 37º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 13 de Outubro de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Trigésima Sexta Sessão Ordinária (anterior)	

	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**

MATÉRIA EM EXPEDIENTE

Oficio nº356/2026 do Executivo Municipal.
Projeto de Lei nº042/2026 do Executivo Municipal (baixar para as comissões)

Oficio nº358/2026 do Executivo Municipal.
Projeto de Lei nº043/2026 do Executivo Municipal (baixar para as comissões)

Oficio nº359/2026 do Executivo Municipal.
Projeto de Lei nº044/2026 do Executivo Municipal (baixar para as comissões)

Oficio nº362/2026 do Executivo Municipal.
Projeto de Lei nº045/2026 do Executivo Municipal (baixar para as comissões)

Oficio nº354/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº023/2026- Charles)

Oficio nº355/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº024/2026- Luiz)

Oficio nº361/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº022/2026- Jonas)

Requerimento nº025/2026 do vereador: Charles Werner (colocar em votação)

Requerimento nº026/2026 do vereador: Antônio da Rosa Trindade (colocar em votação)

ORDEM DO DIA

Matéria em segunda discussão e votação:

Projeto de Lei nº040/2026 do Executivo Municipal (crédito)

Projeto de Lei nº041/2026 do Executivo Municipal (crédito)
Projeto de Lei do Legislativo nº005/2026 (utilidade pública)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 20 de outubro de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:EE79E9A2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2766 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município, no valor de R$ 70.000,00

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 1990, de 10 de dezembro de 2025, decreta:
Art. 1º- Fica aberto ao Orçamento Geral do Município um crédito Adicional Suplementar no valor de**R$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.001**	**Departamento de Educação**
Funcional Programática:	12.361.0019.2017	*Desenvolvimento das atividades curriculares do ensino fundamental, especial e EJA*
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte:		**104 – RD**
Valor:		R$ 70.000,00
Total:		**R$ 70.000,00**

Art. 2º) – Para cobertura do crédito de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos no mesmo valor, provenientes do**Cancelamentoparcial**das dotações orçamentárias no valor de**R$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, conforme discriminado abaixo:

Órgão:	**05.000**	**Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente**
Unidade:	**05.002**	**Departamento de Meio Ambiente**
Funcional Programática:	18.542.0012.2.095	*Controle Populacional de Cães e Gatos do Município*
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte:		**000 – RD**
Valor:		R$ 70.000,00
Total:		**R$ 70.000,00**

Art. 3º) -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:388AC037

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 332, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor com Licenciatura Plena 20h e 40h e formação de cadastro de reserva.

A Prefeita Municipal de Renascença, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 2018, de 22 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Comissão examinadora do **Processo Seletivo Simplificado** para contratação temporária **de Professor com Licenciatura Plena 20h e 40h** e formação de cadastro de reserva, sob a presidência da primeira, composta pelas seguintes servidoras:

Servidora	Matrícula	Cargo
Marilia Zimermann Freese	7722-1	Procuradora
Francieli Gaspari	12823-1	Escriturária
Patricia Ludovichak	6599-1	Professora

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:BEF76E9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 252/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: 58.360.620 SILVONEI PORTELLA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 58.360.620/0001-11, com sede na A RURAL DE CORONEL VIVIDA, S/N - CEP: 85553899 - BAIRRO: AREA RURAL DE CORONEL VIVIDA.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 32/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA PESSOAS IDOSAS (MELHOR IDADE), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RESERVA DO IGUAÇU, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
VALOR TOTAL: R$ 7.800,00(Sete Mil e Oitocentos Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:09 de outubro de 2026

Reserva do Iguaçu, 09 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:D9655906

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 253/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 47.459.386/0001-68, com sede na RUA SÃO PAULO, 423 - CEP: 89874000 - BAIRRO: SAO JOSE.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 32/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA PESSOAS IDOSAS (MELHOR IDADE), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RESERVA DO IGUAÇU, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
VALOR TOTAL: R$ 16.090,00(Dezesseis Mil e Noventa Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:09 de outubro de 2026

Reserva do Iguaçu, 09 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:0358C637

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU PORTARIA Nº: 064/2026 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme prevê o Art. 119 da Lei 682/2010, fica concedida Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias ao Sr. ANTONIO EDSON SILVEIRA CALDAS inscrito no CPF nº: XXX. 231.469-XX, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, lotado junto à Secretaria Municipal de Viação, Transporte e Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:F63EADDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROVA OBJETIVA

Nº. 003/2026

A PREFEITURA DE RESERVA DO IGUAÇU, Estado do Paraná, por meio do INSTITUTO OMNI, na forma prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1346/2026, torna público a Convocação da Prova Objetiva do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026, Edital nº 001/2026 –, que dispõe sobre a abertura de inscrições do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS OBJETIVAS**, visando selecionar candidatos, conforme segue:

I - A **Prova Objetiva** será aplicada no dia **18 de outubro de 2026.**

-Os locais de acesso às Provas Objetivas serão **fechados às 09h e a prova iniciara às 09h no período da MANHÃ, recomenda- se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência.**

II - A prova terá **duração de 3 (três) horas**.

a) - Os nomes dos candidatos, o cargo, o local e a sala de realização das provas, constam no **Anexo Único.**

III -Os candidatos deverão comparecer aos locais das provas com antecedência, munidos de caneta esferográfica transparente azul ou preta e **DOCUMENTO OFICIAL ORIGINAL COM FOTO**.
a) - Os candidatos poderão permanecer com garrafas transparentes (não pode conter rótulo) de água nos locais das provas para uso individual.

IV – O endereço do local onde será realizada a prova objetiva no Município de Reserva do Iguaçu - PR

Escola Municipal Pedro Siqueira
Av Sebastião de Caldas , S/N, Centro , Reserva do Iguaçu – PR

RESERVA DO IGUAÇU - PR, 13 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu – PR

SALA 1
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO SIQUEIRA - SALA 1 18/10/2026 09:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000074	ANA PAULA CALDAS DA SILVEIRA	02/12/1999	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000025	ANA ROSA LIMA	20/03/1984	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000013	ANDREIA APARECIDA ALVES	15/01/1986	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000061	ANDREIA DE FATIMA SOARES	25/09/1985	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000060	CLEIDIANE ANTUNES	19/03/2004	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000034	CLEUNICE DE FÁTIMA	10/10/1979	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

	VIEIRA		
0000031	CLEUZA DE FÁTIMA BUENO	07/12/1982	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000004	DAIANE BENTO DOS SANTOS	20/03/1997	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000003	DANIELI OLIVEIRA BUENO NUNES	01/07/2004	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000065	ELEOMAR ANTUNES DE RAMOS	24/11/1997	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000030	ELOISA FERREIRA FERNANDES	26/10/2005	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000046	FRANCIELY LAPCZAK RIBAS	10/04/1990	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000072	FRANCISCO TADEU CALDAS	19/11/1972	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000069	GENI PADILHA BATISTA	03/02/1976	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000019	GILMARA DA APARECIDA FERNANDES WERZEL	10/12/1970	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000054	IONE BELÉM DA SILVA DOS SANTOS	17/09/1978	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000022	JACIARA DE ALMEIDA ALVES	18/07/2002	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000028	JOÃO MANOEL BERVERVANSO MACHADO	02/04/2005	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000075	JOCELIA MELO DA VEIGA	24/06/1988	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000062	JOCIANE ZORTEA	23/11/1998	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SALA 2
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO SIQUEIRA - SALA 2 18/10/2026 09:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000066	JOSE DILSON DE RAMOS	31/08/1967	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000005	JOSIFLEINE BENTO DOS SANTOS	17/08/1995	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000027	JUSSARA DOS SANTOS MENDES	20/12/1982	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000007	KELLI FRANCIMARA SILVA DE SIQUEIRA ALONCO	05/09/1994	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000009	KELLY TAINARA DE OLIVEIRA	27/03/2003	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000021	LARISSE MAIARA BONETE	20/07/1991	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000037	LIANA DA APARECIDA MONTEIRO	21/05/1982	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000078	LUCIANA DOS SANTOS ALONÇO	22/10/1996	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000052	LUCIMARA APARECIDA DOS SANTOS ANTUNES	26/06/1976	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000036	LUCIMARA SILVA LIMA	18/11/1973	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000017	MARIA ROZA FEDEX LARA	17/09/1974	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000032	MARILENE APARECIDA FERREIRA FERNANDES	08/01/1996	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000016	MARISA FELIX GARCIA	30/12/1979	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000038	MARIZETE BARBOSA DE RAMOS	01/09/1986	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000006	NEILA TAILANE DOS SANTOS RODRIGUES	04/10/1998	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000077	PAOLA PEREIRA	06/04/2006	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000042	PRICILA JANAINA PEREIRA	02/05/1986	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000008	RENATA DE OLIVEIRA	16/09/1999	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000040	ROSANE ANTUNES SIQUEIRA RIBAS	19/06/1974	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000063	ROSANGELA MARIA CARDOSO REIS	10/10/1993	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SALA 3
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO SIQUEIRA - SALA 3 18/10/2026 09:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000012	ROSELI APARECIDA DE LIMA CRUZ	19/02/1974	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000011	SHAYANE MARTINS	15/05/2003	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000029	SOLANGE DOS SANTOS RAMALHO	25/02/1982	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000064	TATIANE CALDAS DA SILVEIRA	27/05/1993	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000057	VANESSA MORENO	29/05/2004	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
0000067	ANDREIA SOUZA	04/08/1996	COZINHEIRA
0000018	BRUNA FEDEX LARA	30/12/2000	COZINHEIRA
0000045	CAROLINA VOLETE NETA DE FREITAS	04/10/1975	COZINHEIRA
0000041	CLEONICE APARECIDA PEDROSO	24/09/1993	COZINHEIRA
0000002	DANIELA EBERT GARCIA	16/08/1995	COZINHEIRA
0000070	DENISE FERREIRA CALDAS	27/07/1998	COZINHEIRA
0000039	GERUSA APARECIDA DE OLIVEIRA	20/02/1983	COZINHEIRA
0000020	GILMARA DA APARECIDA FERNANDES WERZEL	10/12/1970	COZINHEIRA
0000079	JOCELI APARECIDA DA CRUZ SILVA	14/11/1986	COZINHEIRA
0000059	QUÉSIA FERREIRA CALDAS	27/05/2002	COZINHEIRA
0000024	ROSELI APARECIDA CAMARGO	26/05/1974	COZINHEIRA
0000071	ROSICLEIA SOARES	09/12/1985	COZINHEIRA
0000050	VANDERLEIA DE OLIVEIRA SANTOS	20/06/1995	COZINHEIRA
0000073	VANUSA CALDAS DE SIQUEIRA	03/09/1975	COZINHEIRA

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:E1F1CF43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ANULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

AVISO DE ANULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

O Município de Rio Azul/PR torna pública a anulação da Ata de Registro de Preços nº 265/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 56/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para tratores, máquinas e implementos agrícolas, em razão de inconsistências no cadastramento dos lotes no sistema de gestão municipal, visando à regularização dos registros conforme o resultado do certame, nos termos da decisão da autoridade competente.
Rio Azul, 09 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:0252D846

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 99/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão ELETRÔNICO, nº. 99/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 26 de outubro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é FORNECIMENTO EVENTUAL DE PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO, HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E RECARGAS DE GÁS E ÁGUA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O acolhimento das propostas comerciais ocorrerá até às 08 hr 29 min do dia 26/10/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 26/10/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 09 de setembro de 2026.
Rio Azul, 09 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:56C3B728

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026

EXTRATO DE *INEXIGIBILIDADE* **Nº 41/2026**
OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de material educativo para realização de ações preventivas e de combate à violência e ao uso de drogas**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ.: 04.096.738/0001-55
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 09 de outubro de 2026.
(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 075/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ.: 04.096.738/0001-55
VALOR: R$ **9.048,00** (Nove Mil e Quarenta e Oito Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **09/10/2026** à **08/10/2027.**
ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:6903F131

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 196/2026

DECRETO Nº 196/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 23/2017 e,

Considerando ter decorrido o procedimento da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 12/2026 e da necessidade de fiscalizar e acompanhar a parceria a ser celebrada através de Termo de Fomento entre a Administração Pública e o Lar dos Velhinhos de Rio Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Senhor VARDELEI PEREIRA LOPES, matrícula nº 3110-1, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, para exercer a função de GESTOR da parceria a ser celebrada entre o Município de Rio Azul e o Lar dos Velhinhos de Rio Azul, inscrito no CNPJ sob nº 79.261.731/0001-40.

Parágrafo único. A parceria de que trata o *caput* tem por objeto o repasse de recursos financeiros à entidade, em parcela única, no valor de R$ 12.158,62 (doze mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), provenientes da soma de parcelas anteriormente creditadas ao Fundo Municipal de Assistência Social, no âmbito do Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, componente Piso de Transição de Alta Complexidade I, repassadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Art. 2º- Compete ao Gestor da Parceria:
I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;
III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo obrigatoriamente mencionar:
a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
b) os impactos econômicos ou sociais, e
c) o grau de satisfação do público-alvo.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 09 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:B55D4DF5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 197/2026

DECRETO Nº 197/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 23/2017 e,

Considerando ter decorrido o procedimento da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 12/2026 e da necessidade de fiscalizar e acompanhar a parceria a ser celebrada através de Termo de Fomento entre a Administração Pública e o Lar dos Velhinhos de Rio Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão de Monitoramento e Avaliação para a análise e fiscalização da parceria a ser firmada entre o Município de Rio Azul e o Lar dos Velhinhos de Rio Azul, inscrito no CNPJ nº 79.261.731/0001-40.

Parágrafo único. A parceria de que trata o *caput* tem por objeto o repasse de recursos financeiros à entidade, em parcela única, no valor de R$ 12.158,62 (doze mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), provenientes da soma de parcelas anteriormente creditadas ao Fundo Municipal de Assistência Social, no âmbito do Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, componente Piso de Transição de Alta Complexidade I, repassadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

I – Presidente: LUCIANO SOBCZAK, Matrícula nº 854-1;
II – Membro: REGIANE NÓS, Matrícula nº 992-1;
III – Membro: CRISTIANE DE FÁTIMA WIONZEK BASSO, Matrícula nº 931-1;
IV – Suplentes: ELAINE CARNEIRO DE CAMPOS, Matrícula nº 871-1 e JOSÉ AMBRÓSIO ZEM, Matrícula nº 326-1.

Art. 2º- Compete à Comissão de Monitoramento de Avaliação:
I – analisar e fiscalizar o andamento da parceria;
II – emitir relatório técnico contendo:
a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando

não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no Termo de Fomento;
e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas pela Comissão;
f) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como, de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 09 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:028C7650

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 17 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 17 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe da convocação de Conselheiro (a) Tutelar Suplente para assumir o cargo de Conselheira Tutelar Titular.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.069/1991 e a Lei Municipal Nº 1007/2020 e, considerando a deliberação da plenária em reunião ordinária realizada na data de 06 de outubro de 2026, constante na Ata nº 452 - CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Sr(a) Conselheiro(a) Tutelar Suplente, **Marilene de Oliveira Barros dos Santos** para assumir a vaga de Conselheiro (a) Tutelar Titular em razão da desistência do(a) Conselheiro(a) suplente anteriormente convocada **Leiva de Oliveira.**

Art. 2º O(a) Conselheiro(a) Tutelar Suplente deverá se apresentar no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Azul, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação desta Resolução, a convocada deverá ser empossada nos termos da legislação vigente, passando a exercer todas as atribuições inerentes ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar Titular.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, 09 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE**.**

ROSANGELA MACHOWSKI PERUCELI
Presidente do CMDCA de Rio Azul/PR

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:B3461FF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 083-2026-RH

DECRETO Nº 083/2026.

Dispõe sobre o funcionamento dos órgãos públicos municipais em razão do feriado nacional de 12 de outubro de 2026 (Dia de Nossa Senhora Aparecida e comemoração do Dia das Crianças), e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais dispositivos constitucionais aplicáveis;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980, que declara o dia 12 de outubro feriado nacional para culto público e oficial a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, resguardando os serviços essenciais à população;
DECRETA:
Art. 1º Em virtude do Feriado Nacional de 12 de outubro de 2026 (segunda-feira), em celebração ao Dia de Nossa Senhora Aparecida e ao Dia das Crianças, não haverá expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional de Rio Branco do Ivaí.
Art. 2º As repartições públicas que prestam serviços essenciais e de interesse público, que tenham o funcionamento ininterrupto, irão desempenhar suas atividades obedecendo à escala de plantão nos dias mencionados neste decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Ivaí, Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito de Rio Branco do Ivaí

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:DE18B1B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026

Extrato: Ata nº 275/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 041/2026.**Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**. Valor Total da Ata**: R$ 52.676,70**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata**: KarynFriess de Amaral. **Data de Assinatura**: 09/10/2026.
.

RAFAELA LUIZE BUENO
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4E35E207

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 076/2026

Contrato: 294/2026. Modalidade: Processo de Inexigibilidade n.º 076/2026. **Objeto**: Locação de imóvel destinado ao apoio das atividades de coleta seletiva, triagem, armazenamento temporário e manejo de materiais recicláveis, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e para cessão de uso à ACAMARE – Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Rio Branco do Sul, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. **Dispositivo legal:** Lei 14.133/2021; Artigo 74; Inciso V. **Contratado: PLINIO EDSON SOPPA**. **Valor Unitário:** R$15.000,00. **Valor Total:** R$ 900.000,00. **Prazo de execução**: inicia-se no dia 05/10/2026 a 04/10/2031, totalizando 60 (sessenta) meses.

Responsável pelo Contrato: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Fiscal da Contratação**: Thenille Apareci Da Witti Almeida**. Data da ratificação:** 09/10/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação – Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B5EF0401

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 998/2026

A Portaria nº 998/2026, publicada na Edição nº 3622, de 23/9/2026, página 347, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º ..., no período de 15 de setembro até 17 de setembro de 2026."

Leia-se:

"Art. 1º ..., no período de 15 de setembro até 17 de dezembro de 2026."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4A2D44FE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1085/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, em 9 de outubro de 2026, o servidor público ***Mateus Barbosa Veiga***, com matrícula nº 110113-3/3, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Assessor do Secretário Municipal de Administração", símbolo CC-6.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de outubro de 2026.

Rio Negro, 9 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C289F5CF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 065/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 38/2026

Processo: 303/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 13/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 13/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **04/11/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados.

Rio Negro, 08 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9B063420

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 066/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 40/2026

Processo: 308/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA COM PLANTIO.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 13/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 13/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **05/11/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados.

Rio Negro, 08 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:4A3A2030

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 067/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 39/2026

Processo: 305/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM EVENTOS MUNICIPAIS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 13/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 13/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **06/11/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados.

Rio Negro, 08 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:E1A917DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 147 – PROCESSO N°316/2026

Objeto: Aquisição de embalagem para marmitas. PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) dia. Em conformidade com o inciso IV, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D5F98D1B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 146 – PROCESSO N° 312/2026

Objeto: Aquisição de uniformes esportivos para a equipe de Futebol feminino da SMEL. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:5577E191

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
REPUBLICAÇÃO- AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 056/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 26/2026

Processo: 287/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 13/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 13/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **23/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2DE46547

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO N.º 077/2026 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: TORINO INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na AVENIDA Seiscentos, nº s/n, QUADRA 15 / MODULO 10 / SETOR INDUSTRIAL, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, na cidade de Serra - ES, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.619.767/0005-15, neste ato representada por, **RODRIGO DO AMARAL RISSIO**, Representante Legal, inscrito no CPF/MF sob n.º **220.807.218-95**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATADA, com a devida anuência da CONTRATANTE, prorroga-se o prazo de execução por mais 53 (cinquenta e três) dias para a **AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES TIPO WORKSTATION**, o prazo de execução é estendido de forma retroativa a partir de 29/09/2026. **CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, **02** de **outu**bro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:7BAEF554

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
EDITAL N.26.01/2023 CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

O Presidente da Câmara Municipal de Rolândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **CONVOCAÇÃO** da candidata abaixo relacionada no **ANEXO I** deste Edital, que foi classificado conforme Edital nº 13.01/2023 – Resultado Final e Classificação e Edital nº 16.01/2023 – Homologação do Resultado Final de Classificação referente ao **Concurso Público n.º 01/2023**, conforme segue:

Art.1° Fica convocada a candidata relacionada no **ANEXO I** deste Edital, a protocolar no site Oficial da Câmara Municipal de Rolândia-Pr, através do link **cmrolandia.pr.gov.br/protocolo**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste Edital de Convocação, para apresentar os seguintes documentos:

Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Cópia do documento de Identificação;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
01 (uma) fotografia 3X4 recente;
Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
Cópia do comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos três meses, anteriores à convocação);
Cópia da última declaração de imposto de renda ou declaração de ausência de bens, se houver;
Número do PIS/PASEP;
Atestado de saúde ocupacional/admissional para exercer a função do cargo.
Avaliação Psicológica para verificação da compatibilidade das características do candidato ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo de Técnico Legislativo I.
Declaração de não acúmulo de cargos ou emprego público **(ANEXO II).**
Termo de interesse no cargo **(ANEXO III).**
Declaração de não ter sofrido penalidades no exercício da função pública **(ANEXO IV)**
Termo de desistência de vaga em concurso público **(ANEXO V)**

Art. 2° O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado deste Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rolândia (PR), 09 de outubro de 2026.

GUILHERME DE MAGALHÃES SPANGUEMBERG
Presidente
Assinado Digitalmente

ANEXO I DO EDITAL 26.01/2023
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

Cargo: TÉCNICO LEGISLATIVO I

Nome do Candidato	Inscrição	Classificação
Jackeline Santos Neves da Silva	39607	6º

ANEXO II DO EDITAL 26.01/2023
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

Declaração Não Acumulação De Cargos

Eu,_, inscrito no CPF/MF sob nº , frente a aprovação no Concurso Público nº 01/2023, DECLARO para fins de posse no CARGO de , na Câmara Municipal de Rolândia, QUE NÃO EXERÇO qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.
DECLARO, outrossim, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com o Cargo em que tomarei posse.
DECLARO, mais, estar ciente de que devo comunicar à Câmara Municipal de Rolândia qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

Câmara Municipal de Rolândia, de de .....

Assinatura

ANEXO III DO EDITAL 26.01/2023
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, , portador(a) do Documento de Identidade nº , emitido por , inscrito(a) no CPF sob o nº
, frente a aprovação no Concurso Público nº 01/2023, da Câmara Municipal de Rolândia, CONFIRMO O INTERESSE na nomeação e posterior posse no cargo de
, nos termos da legislação vigente.

Câmara Municipal de Rolândia, de de .....

Assinatura

ANEXO IV DO EDITAL 26.01/2023
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Eu,_, infraassinado, portador (a) do RG n°_, inscrito (a) no CPF sob o n°_, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal. Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Câmara Municipal de Rolândia, de de .....

Assinatura

ANEXO V DO EDITAL 26.01/2023
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA EM CONCURSO PÚBLICO

Eu, , portador(a) do CPF nº e do RG nº
, inscrito(a) no Concurso Público regido pelo Edital nº 01.01.2023, promovido por Câmara Municipal de Rolândia-Pr, para provimento do cargo de Técnico Legislativo I, venho, por meio deste instrumento, manifestar formalmente minha desistência da vaga para a qual fui classificado na (informar a colocação), conforme Edital nº 16.01.2023 de Homologação do Resultado Final e classificação, abrindo mão de qualquer direito decorrente da minha classificação no referido certame.

Declaro estar ciente de que esta desistência é irrevogável e irretratável, e que, a partir da data de assinatura deste termo, não poderei pleitear posse ou nomeação referente a este concurso.

Nestes termos, Pede deferimento.

Câmara Municipal de Rolândia, de de

Assinatura

Publicado por:
Fernando Despensieri
Código Identificador:6EEBDC53

SECRETARIA GERAL
DECRETO 501, 08 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Altera o Decreto nº 120, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, e revoga o Decreto nº 174, de 17 de abril de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

DECRETA:
Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 120, de 25 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º [...]
I – Coordenador Executivo: ODAIR RODRIGUES;
II – Assessoria Jurídica: LUCIANE DA SILVA ONÇA JACOBOSKI;
III – Fiscal: VINICIUS ALCOFORADO VIEIRA FEITOSA, matrícula nº 378650-1/1."
Art. 2º Fica expressamente revogado o **Decreto nº 174, de 17 de abril de 2025**.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 08 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

WILSON SOCIO JUNIOR
Procurador Geral

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:9A29B304

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 502 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 2.465.000,00, para reforço de dotações das

Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4.297 de 30 de junho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, e artigo 8º, 15° e 16 ° da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 2.465.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.26.782.0007.2.032	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 2.000.000,00
09.01.10.302.0009.2.049	3.3.90.39.00.00.00	303	R$ 40.000,00
13.04.17.512.0013.2.136	3.3.90.30.00.00.00	1550	R$ 25.000,00
14.01.13.392.0014.2.072	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 400.000,00
TOTAL			**R$ 2.465.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.02.09.272.0005.2.022	3.3.91.97.00.00.00	000	R$ 2.000.000,00
09.01.10.302.0009.2.049	3.3.90.36.00.00.00	303	R$ 40.000,00
13.04.17.512.0013.1.059	4.4.90.30.00.00.00	1550	R$ 25.000,00
14.01.13.392.0014.1.022	4.4.90.52.00.00.00	000	R$ 400.000,00
TOTAL			**R$ 2.465.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 2.465.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
07.01	3.3	000	Outubro	R$ 2.000.000,00
09.01	3.3	303		R$ 40.000,00
13.04	3.3	1550		R$ 25.000,00
14.01	3.3	000		R$ 400.000,00
TOTAL				**R$ 2.465.000,00**

Art. 4º - Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
05.02	3.3	000	Outubro	R$ 2.000.000,00
09.01	3.3	303		R$ 40.000,00
13.04	4.4	1550		R$ 25.000,00
14.01	4.4	000		R$ 400.000,00
TOTAL				**R$ 2.465.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:797F93BA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 503, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a área de terras para fins de concessão de direito real de uso e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de concessão de direito real de uso pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terra abaixo descrita, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto Lei nº3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº2.786 de 21 de maio de 1956:

SRI 50944
ÁREA: 1087,15 m² - EEE água do tico-tico - desapropriação
Proprietário: Município de Rolândia ou a quem de direito pertencer
Município: Rolândia UF: Paraná
Comarca: Rolândia
Certidão de Registro: matrícula nº 33.706 1º cri Rolândia
Imóvel: área de preservação permanente - jardim cidade nova II
Área: 1087,15 m² Perímetro: 140,19 m

DESCRIÇÃO:
Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão no vértice T01, de coordenadas N 7.424.032,348 m e E 459.022,840 m, localizado no Lote de Matrícula 33.706; deste, segue pelo Lote de Matrícula 33.706, com os seguintes azimutes e distâncias: 88°29'15" e 48,50 m até o vértice T02 (N 7.424.033,628 m e E 459.071,324 m); deste, segue pelo Alinhamento Predial da Rua João Galamba Filho, com os seguintes azimutes e distâncias: 178°28'46" e 27,85 m até o vértice T03 (N 7.424.005,789 m e E 459.072,063 m); 272°14'00" e 4,47 m até o vértice T04 (N 7.424.005,963 m e E 459.067,601 m); 270°00'00" e 3,85 m até o vértice T05 (N 7.424.005,963 m e E 459.063,749 m); 267°45'44" e 5,18 m até o vértice T06 (N 7.424.005,761 m e E 459.058,572 m); 265°43'31" e 5,18 m até o vértice T07 (N 7.424.005,374 m e E 459.053,403 m); 263°46'46" e 5,18 m até o vértice p T08 (N 7.424.004,813 m e E 459.048,252 m); 261°49'57" e 5,18 m até o vértice ponto T09 (N 7.424.004,077 m e E 459.043,126 m); deste, segue pela divisa com o Lote de Matrícula 35.496, com o seguinte azimute e distância: 324°20'19" e 34,80 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Meridiano Central 51° WGR, Fuso 22, tendo como DATUM o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Em 10 de Novembro de 2025. Ecosol Engenharia Saneamento e Meio Ambiente ENG. REGINA C. R. PENHA CREA PR-11352/D ART: 1720246351687 CREA PR.

Art. 2º - A área a que refere o artigo anterior destina-se a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Rolândia.

Art. 3º – Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da concessão de direito real de uso, na área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º – Fica reconhecida a conveniência de constituição de concessão de direito real de uso amigável ou judicial em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição das áreas.

Art. 5º – O proprietário da área atingida pelo ônus da concessão de direito real de uso limitará o uso o gozo da mesma, abstendo-se, consequentemente, da prática da referida área, de quaisquer atos que causem danos à empresa, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de qualquer tipo, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto Lei nº 3.365, de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 7º - O ônus decorrente da constituição da concessão de direito real de uso amigável ou judicial da área a que se refere o art.1º deste Decreto, ficam por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 164/2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:1764285C

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 506, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Declara de utilidade pública para fins de servidão de passagem do emissário da rede de drenagem de águas pluviais do Jardim Monte Carlo, parte do Jardim Novo Horizonte e Adjacências, em Rolândia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1°. Fica declarado como área de utilidade pública para fins de servidão de passagem do emissário da rede de drenagem de águas pluviais que atende parte da Rua das Paineiras, Jardim Monte Carlo, parte do Jardim Novo Horizonte e Adjacências, em Rolândia, uma faixa de terras localizada no interior do Lote 03, subdivisão do Jardim Novo Horizonte, matrícula nº 16.469 no Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Rolândia, faixa esta com área aproximada 3.400,00 m2, conforme a descrição a seguir:

Inicia esta descrição em um ponto localizado no alinhamento da tubulação de águas pluviais do emissário, a aproximadamente 16,00 metros da divisa com a Data 16 da Quadra I do Jardim Monte Carlo II. Deste ponto, segue pela testada do Lote 03 com a Rua das Paineiras, no rumo NE 30º22'49" SW, numa distância de 5,25 metros. Deste ponto, deflete à direita e segue pelo interior do Lote 03, no rumo SE 76º34'12" NW, numa distância de 266,25 metros. Deste ponto, deflete à direita e segue ainda pelo interior do Lote 03, no rumo SE 71º19'58" NW, numa distância de 76,15 metros, até encontrar a margem esquerda do Córrego Perú. Deste ponto, deflete à direita e segue subindo pela margem esquerda do Córrego Perú, um trecho sinuoso, de aproximadamente 13,90 metros. Deste ponto, deflete à direita e segue pelo interior do Lote 03, no rumo NW 71º19'58" SE, numa distância de 66,10 metros. Deste ponto, deflete à esquerda e segue ainda pelo interior do Lote 03, no rumo NW 76º34'12" SE, numa distância de 268,80 metros, até encontrar a Rua das Paineiras. Deste ponto, deflete à direita e segue pela testada do Lote 03 com a Rua das Paineiras, no rumo NE 30º22'49" SW, numa distância de 5,25 metros, até encontrar o ponto inicial desta descrição.

Art. 2°. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 09 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:66E50D03

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Para publicação no Diário Oficial do Município de Rolândia/PR · Art. 11, Lei 13.019/2014

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de COLABORAÇÃO
Número	24/2026
Processo Adm.	10.906/2026
Origem	Chamamento Público nº 02/2026/2026
II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL / Fundo Municipal de Assistência Social
Convenente	ASSOCIACAO MISSIONARIA EVANGELICA VIDA
CNPJ Convenente	01.139.179/0011-05
Presidente/Representante	Presidente: Antônio Carlos Poletti
III. OBJETO	
Descrição	Oferta de 25 vagas de Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua do sexo masculino e 40 atendimentos mensais por meio do Serviço Especializado em Abordagem Social, sendo vagas para o sexo masculino e referenciadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS II do município de Rolândia
Serviço/Meta 1	1 - Ofertar quartos coletivos com no máximo 4 acolhidos por quarto, visando um atendimento mais personalizado 2 - Acolher homens de 18 a 59 anos que estão em situação de rua 3 - Realizar todos os meses atendimentos por meio de abordagens sociais 4 - Servir diariamente 5 refeições aos usuários do serviço de acolhimento 5 - Fortalecer ou reconstruir vínculos familiares e comunitários 6 - Fazer uniformes para os acolhidos, a fim de identificá-los 7 - Buscar e ampliar o número de mantenedores e parceiros financeiros, uma vez que a instituição possui caráter filantrópico 8- Buscar doações de alimentos e roupas a fim de qualificar o serviço 9- Realizar a triagem de cada pessoa acolhida para identificar o perfil de atendimento da instituição 10- Orientar os acolhidos para o programa de ressocialização 11 - Viabilizar a concessão de documentos pessoais 12 - Prover combustível para os veículos da Missão Vida. 13 - Assegurar o pagamento da equipe responsável pela execução do serviço, garantindo a continuidade das atividades previstas no projeto 14 - Adquirir materiais, produtos e insumos necessários para o atendimento, higiene, conservação, manutenção e funcionamento da instituição 15- Levantar preço dos materiais necessários e as melhores condições para aquisição 16 - Realizar encaminhamentos e articulação com a rede Socioassistencial e demais políticas públicas 17 - Realizar acompanhamento e registro dos atendimentos — META 1- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (3.1.90.11): Manutenção de equipe de pessoal civil com pagamento de acificacão: Pagamtos da equine diretamentevidacucão do obiato compost: Mugens.Lapeemitujut. Tayum Assistente Social, 03 Obreiros, 01 Missionária, 01 Coordenador, 01 Motorista e 01 Cozinheiro, visando assegurar a continuidade e o adequado desenvolvimento das atividades previstas no Pla. Período de execução: 10/2026 a 09/2027. META 2- MATERIAL DE CONSUMO (3.3.90.30): Aquisição de materiais de consumo necessários ao funcionamento do projeto. Especificação: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene pessoal, produtos de limpeza, combustível, troca de óleo e demais materiais de consumo necessários à manutenção do atendimento e ao desenvolvimento das atividades previstas no objeto da parceria, garantindo condições adequadas para a execução do serviço, o deslocamento da equipe e o atendimento aos beneficiários.. Período de execução: 10/2026 a 09/2027.
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 207.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de outubro de 2026 / Término: 30 de setembro de 2027
Data de Assinatura	8 de outubro de 2026
V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade	10
Funcional Programática	08.245.0010.6.058 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Proteção Social Especial de Media e Alta Complexidade
Fonte / Dotação nº	0 / 12092
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Vany Merlim Gomes Carneiro — Portaria 3197/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3197/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária de Assistência Social

ANTÔNIO CARLOS POLETTI
Presidente

Rolândia/PR, 8 de outubro de 2026 · Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:43993512

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 140/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 140/2025
REF.: INEXIGIBILIDADE 40/2025

De um lado, o MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa MOBILIS TECNOLOGIA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.862.660/0001-87, estabelecida na Rua Inajá, nº 390, Emiliano Perneta, CEP: 83.324-225 telefone (41) 3544.3239, e-mail: contabilidade@perkons.com na cidade de PINHAIS - PR, neste ato, legalmente representada pelo Sr. JOBEL BEZERRA DE ARAUJO, portador do CPF/MF nº 869.XXX.XXX-XX residente e domiciliado na cidade de CURITIBA - PR doravante designada CONTRATADA, ajustam e outorgam o presente CONTRATO, ajustam e outorgam o presente ADITIVO DO CONTRATO, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula terceira deste contrato, prorrogando por até 12 (doze) meses os prazos de execução e vigência, com início em **16/10/2026** e término em **15/10/2027**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO E DO ENCERRAMENTE ANTECIPADO
O presente contrato poderá ser extinto de forma antecipada, a qualquer momento, sem que isso gere qualquer ônus, multa, encargo ou direito à indenização para qualquer das partes, a partir da data de assinatura do novo contrato administrativo decorrente do processo de Inexigibilidade nº 040/2025.
Parágrafo Primeiro: A extinção antecipada prevista nesta cláusula decorre da transição contratual e do atendimento ao interesse público, com amparo no art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
1. As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 01 outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***MOBILIS TECNOLOGIA S/A***
Contratante	Contratada

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

ISAAC JOSÉ ALTINO
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana

MATEUS HENRIQUE AMANSO BATISTA
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:411863CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
APOSTILAMENTO DO CONTRATO 059/2025

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 59/2025

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PR E A EMPRESA MONTINI CONSTRUTORA E TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 003/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **MONTINI CONSTRUTORA E TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA,** CNPJ 56.425.576/0001-55, e-mail: **imobmontini@gmail.com**, localizada na Rua Santa Izabel, nº 109, Jardim Caviúna, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, representada por **LUCAS FERNANDO MONTINI SALLE**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade/RG nº 12.XXX.XXX-X SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 094.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA - PR, doravante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Fica incluída na cláusula nona deste contrato a seguinte dotação Orçamentária:
02. Chefia de Gabinete
02.02. Manutenção dos Serviços Administrativos do Gabinete do Prefeito
041220002.2.0020.3390.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

02. Chefia de Gabinete
02.02. Diretoria de Sub - Prefeituras
041220002.2.004.3390.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

C**LÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÃO FINAL**
Este Termo de apostilamento objetiva, tão somente, a formalização do registro administrativo do ajuste contratual acima delineado, mantendo-se íntegras e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas neste contrato.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:DA7E83E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO N.º 178/2023

EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO N.º 178/2023

CONTRATO N.º: 178/2023.

ADITIVO DE N.º: 03.

PROCESSO N.º: Pregão n.º 148/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: GARAGNANI & GARAGNANI LTDA, CNPJ/MF sob n.º 28.306.139/0001-87, localizada na Rua Josefina Montanha de Andrade, n.º 905, Centro, CEP 84940-000, na cidade de SIQUEIRA CAMPOS – PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei 8.666/1993, aplica-se o seguinte aditivo:

DA VIGÊNCIA: Fica alterada a Cláusula Sétima do Contrato, prorrogando por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência, com início em **21/10/2026** e término em **20/10/2027**, finalizando assim o período máximo de 48 (quarenta e oito) meses de prestação de serviços de software.

DO VALOR: Fica suprimida a Cláusula Primeira do Contrato, conforme anexos juntados no protocolo 1doc n.º 31.371/2026, ajustando o valor de acordo com a pesquisa de mercado atualizada. O valor mensal passa de R$ 1.001,15 (um mil e um real e quinze centavos) para **R$ 536,00 (quinhentos e trinta e seis reais)**.
O valor anual do contrato passa de R$ 12.013,80 (doze mil, treze reais e oitenta centavos) para **R$ 6.432,00 (seis mil e quatrocentos e trinta e dois reais)**, sendo este considerado o "VALOR CONTRATUAL".

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira
Código Identificador:228D3944

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO 084/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 084/2026

TIPO DE CONTRATAÇÃO: Concorrência n.º 015/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: GUAIMBE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.519.561/0001-37, localizada na Rua João Huss, n.º 380, aptoº 1.202, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86050-490, na cidade de LONDRINA - PR.

BASE LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

OBJETO: "Contratação de empresa para a execução da ampliação da Unidade Básica de Saúde, denominada Tomie Nagatani".

VALOR: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 (duzentos e setenta) dias, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável nas hipóteses previstas no art. 141 da Lei n.º 14.133/2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA/GARANTIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE EDIÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO: 05/10/2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:446E5755

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 073/2026

PORTARIA N.º 073/2026
DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal das Atas nº 205/2026, 206/2026, Pregão nº 087/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 12.393/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **FERNANDO TIZZO** como fiscal.

II – O servidor **JÚLIO CESAR PIRES** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de Atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 06 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:2A8EFD21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA Nº 10/2026

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026
O MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a **reabertura da sessão pública da Concorrência nº 10/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 61/2026, cujo objeto é a:
"Permissão de uso a título oneroso de uso e exploração comercial de bar/lanchonete e atividades relacionadas ao esporte, na área do

Ginásio Municipal de Esportes Prefeito Sperandio Angelo de Conto do Município de Salgado Filho – Paraná, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses."
A sessão pública será reaberta no dia **15 de outubro de 2026, às 09h00min**, na **Câmara Municipal de Vereadores de Salgado Filho – PR**, situada na Rua Rui Barbosa, nº 60, CEP 85620-535, Salgado Filho – Paraná.
Os interessados ficam convocados a comparecer ao local, data e horário indicados para o prosseguimento do certame.

Salgado Filho – PR, 9 de outubro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:B244FCE7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 314, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 314, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede abono pecuniário para Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:
Artigo1º CONVERTER à partir desta, em abono pecuniário, 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal **CLEITON BATISTI (1083),** ocupante do cargo efetivo de Motorista, correspondente ao período aquisitivo de 05.07.2025 a 04.07.2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:E036B9CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 315, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 315, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede abono pecuniário para Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:
Artigo1º CONVERTER à partir desta, em abono pecuniário, 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal **JAIR PALLAS (593),** ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, correspondente ao período aquisitivo de 20.06.2025 a 19.06.2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:932AE781

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 316, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 316, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Concede abono pecuniário para Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONVERTER, em abono pecuniário 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal **LUCAS HENRIQUE SCHOENINGER (1649),** ocupante do cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade, à partir desta data, correspondente ao período aquisitivo de 16.01.2025 a 15.01.2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho Estado do Paraná, ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:3247837A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 317, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 317, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, à partir do dia 14 de outubro de 2026, férias de 10 (dez) dias, para a Servidora Pública Municipal **KATIANE APARECIDA RECH,** matrícula nº 1330**,** ocupante do cargo efetivo de Professora, correspondente ao período aquisitivo de 01.01.2025 a 31.12.2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:5B4633E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 26/2026 PROCESSO 149/2026
EDITAL 987837-30/2026
O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08:00 horas do dia 19 de outubro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **DISPENSA ELETRÔNICA** para Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para atender o Hospital Municipal, em demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 16.917,54 (dezesseis mil e novecentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos). Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08:00 horas do dia 19 de outubro de 2026 até as 14 horas, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. AMPARO LEGAL: Lei Federal n° 14.133/2021, Artigo 75, inciso II e Decreto Municipal n° 710/2024 e demais normas aplicáveis. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, ou pelo site http://www.saltodolontra.pr.gov.br/, ou pelo fone (46) 3538-1177, em dias úteis, nos horários das 07:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas.

Salto do Lontra - PR, 09 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:8564CE50

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 83/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o advento do feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil;

Considerando a convocação da sessão Legislativa Ordinária para o dia útil seguinte ao feriado;

RESOLVE:

Art. 1º Decretar ponto facultativo no período matutino do dia 13 de outubro de 2026 (terça-feira).

Parágrafo único. O expediente ocorrerá normalmente no período vespertino.

Art. 2º. Os servidores do Poder Legislativo ficarão neste período em regime de sobreaviso, devendo atender imediatamente eventual convocação oriunda da Presidência.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Amélia/PR, em 06 de outubro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:A42EEA9F

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Tendo em vista as considerações acostadas no procedimento, em especial, a manifestação do agente de contratação e do procurador jurídico quanto a legalidade da contratação, **HOMOLOGO** o presente processo administrativo licitatório nº 13/2026, Dispensa de Licitação nº 06/2026 e **RATIFICO** o objeto do presente certame à empresa: **WEVERTON VICENTE 11292646969**, CNPJ: 42.596.393/0001-98.

Santa Amélia, 09 de outubro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente - CMSA

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:AA1CF168

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 672/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Luiz Paulo Bratz	Motorista	07/10/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 08 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:67AE8055

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 673/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Celso Amaro	Motorista	06/09/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 09 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:BCEDA0C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 674/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 07 (sete) dias de férias a servidora pública municipal **VANESSA COSTA CUNHA ,** matrícula n° 35551 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE ,** Dia 13/10/2026 a 19/10/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 20 Outubro de 2027
Art. 2°Conceder 3 (três) dias de férias de 21/10/2026 a 23/10/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 24 de Outubro de 2026
Art. 3º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 09 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2F8EE018

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 675/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
A	José Marcelo Galdino	Cornélio Procópio	RHP0B84	45,00	12/10/2026
B	Luiz Paulo Bratz	São Paulo -SP	UBI3J67	225,00	10/10/2026
C	Paulo Edson Pereira	Jacarezinho	TBW6A27	45,00	12/10/2026
D	Rafael Abner severino	Jacarezinho posto	BEP8A06	45,00	12/10/2026

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 09 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:82B61F73

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 677/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público **JOAO DEOCLECIANO SOARES** matrícula n° 9411 ocupante do cargo de provimento efetivo de **MONITOR DESPORTIVO,** Dia 06/10/2026 a 15/10/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, O servidor deverá retornar as atividades normais no dia 16 de Outubro de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 09 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B2D8D4CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 678/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público **LUIZ WALTER BRASILINO** matrícula n° 34051 ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE VEICULOS LEVES,** Dia 19/10/2026 a 28/10/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2022/2023, O servidor deverá retornar as atividades normais no dia 29 de Outubro de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 09 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:164493F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 679/2026

DESIGNA GESTOR E FISCAL DO CONVÊNIO A SER CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA/PR E O INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ÁGUA NO CAMPO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de formalização de convênio entre o Município de Santa Amélia/PR e o Instituto Água e Terra – IAT, no âmbito do **Programa Água no Campo**, destinado ao

desenvolvimento conjunto de ações para captação de água para consumo humano e animal, mediante a implantação de poço tubular profundo;

CONSIDERANDO a necessidade de designação formal de servidores responsáveis pelo acompanhamento, gestão e fiscalização das obrigações decorrentes do convênio;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento das etapas de execução do convênio, bem como o cumprimento das obrigações atribuídas ao Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) **João Vitor Rocha Barbosa**, ocupante do cargo de **Secretário de Obras, viação e Serviços Públicos**, para exercer a função de **GESTOR(A) DO CONVÊNIO** a ser celebrado entre o Município de Santa Amélia/PR e o Instituto Água e Terra – IAT, no âmbito do **Programa Água no Campo**, cujo objeto consiste na realização de ações destinadas à implantação de poço tubular profundo para captação de água.

Art. 2º Designar o(a) servidor(a) **Oswaldo A. M. Rockenbach**, ocupante do cargo de **Analista de Obras**, para exercer a função de **FISCAL DO CONVÊNIO** referido no artigo anterior.

Art. 3º Compete ao(à) Gestor(a) do Convênio, sem prejuízo de outras atribuições previstas no instrumento de convênio:

I – Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município e pelo Instituto Água e Terra – IAT;

II – Atuar como responsável pelo acompanhamento administrativo do convênio e pela interlocução com o órgão convenente;

III – acompanhar o cumprimento dos prazos e das etapas previstas no convênio e no respectivo plano de trabalho;

IV – Acompanhar a adoção das providências necessárias ao cumprimento das obrigações do Município, especialmente quanto à aquisição dos materiais necessários à perfuração do poço e demais responsabilidades municipais;

V – Acompanhar a tramitação e organização da documentação relacionada à execução do convênio;

VI – Comunicar à autoridade competente e ao órgão convenente eventuais fatos que possam comprometer a execução do objeto ou o cumprimento das obrigações pactuadas;

VII – acompanhar a elaboração e o encaminhamento das informações e documentos necessários à prestação de contas e ao encerramento do convênio.

Art. 4º Compete ao(à) Fiscal do Convênio, sem prejuízo de outras atribuições previstas no instrumento de convênio:

I – Acompanhar a execução das atividades relacionadas ao objeto do convênio;

II – Verificar, dentro de suas atribuições, a conformidade da execução do objeto com as condições estabelecidas no convênio e no respectivo plano de trabalho;

III – acompanhar as etapas de locação, perfuração, teste de vazão e demais procedimentos técnicos relacionados à implantação do poço tubular;

IV – Registrar e comunicar ao(à) Gestor(a) do Convênio eventuais ocorrências, irregularidades ou situações que possam comprometer a execução do objeto;
V – Manter registros e documentos relativos ao acompanhamento da execução do convênio;

VI – Prestar as informações necessárias ao(à) Gestor(a) do Convênio para fins de acompanhamento, controle e prestação de contas.

Art. 5º O(A) Gestor(a) e o(a) Fiscal do Convênio deverão atuar com zelo, diligência, imparcialidade e observância das normas legais, administrativas e das condições estabelecidas no instrumento de convênio, comunicando tempestivamente qualquer situação que possa prejudicar sua regular execução.

Art. 6º A presente designação produzirá efeitos a partir de sua publicação e permanecerá vigente durante o período de execução do convênio, podendo ser alterada ou revogada por ato da autoridade competente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia – PR, 09 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:A5C08888

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2026

Processo nº 91/2026

O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, CNPJ nº 76.235.746/0001-46, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito INIVALDO BATISTA, e a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES INTERMUNICIPAIS DE SANTA AMÉLIA – ATISA, CNPJ nº 53.867.047/0001-13, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente EUGÊNIO BARRETO DE BARROS, resolvem RETIFICAR o Termo de Colaboração de Transferência Voluntária nº 01/2026, firmado em 05 de outubro de 2026 e publicado em 06 de outubro de 2026, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA RETIFICAÇÃO

O presente Termo corrige o Termo de Colaboração nº 01/2026 e adequa o cronograma de desembolso e o valor global ao prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RETIFICAÇÕES

2.1. O caput da Cláusula Terceira – DO VALOR passa a vigorar com a seguinte redação:
Onde se lê: "O valor total do presente Termo de Colaboração é de R$ 39.960,00 (trinta e nove mil e novecentos e sessenta reais), a serem repassados conforme cronograma de desembolso.
" Leia-se: "O valor total do presente Termo de Colaboração é de R$ 29.970,00 (vinte e nove mil, novecentos e setenta reais), a serem repassados conforme o cronograma de desembolso previsto no Parágrafo Único da Cláusula Quarta.

2.2. No Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária, o campo "Valor" passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê: "Valor: R$ 39.960,00 (trinta e nove mil e novecentos e sessenta reais)
" Leia-se: "Valor: R$ 29.970,00 (vinte e nove mil, novecentos e setenta reais)."

2.3. O Parágrafo Único da Cláusula Quarta passa a vigorar com a seguinte redação: Parágrafo Único –

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Ano de 2026 – Valor mensal: R$ 9.990,00 (Período: outubro a dezembro – 3 parcelas)

Mês Valor (R$)
Outubro/2026 9.990,00
Novembro/2026 9.990,00
Dezembro/2026 9.990,00
Total 2026: R$ 29.970,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Colaboração nº 01/2026 que não foram alteradas por este instrumento. O Plano de Trabalho deverá ser adequado ao novo valor e cronograma.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O extrato deste Termo de Retificação será publicado pelo Município, em conformidade com a legislação aplicável.

Santa Amélia - PR, 08 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

EUGÊNIO BARRETO DE BARROS
Presidente da Associação dos Trabalhadores Intermunicipais de Santa Amélia

Testemunhas:

NOME:_____
RG:_____

NOME:_____
RG:_____

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:571D93B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 095/2026

PORTARIA N.º 095/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, **FÉRIAS**, ao Servidor Municipal **ANDRÉ LUÍS COSTA,** matricula 397, no período de 02/11/2026 a 02/12/2026, bem como o pagamento do 1/3 de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 08 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:1A6C362E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 129/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 129/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS-ME, inscrita no CNPJ de n.º 57.055.488/0001-71, Vila Rural, 0, quadra 02, lote 20, zona rural, CEP: 87.930-000, na cidade de Querência do Norte, Estado do Paraná;
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES LANTANA, BEM COMO SUBSTRATO, FERTILIZANTE E CALCÁRIO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E PAISAGISMO NESTA MUNICIPALIDADE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.
VALOR: R$ 11.540,00 (onze mil quinhentos e quarenta reais);;
PRAZO DE ENTREGA: O deverá ser no máximo em 15 dias corridos após a solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas na Dispensa nº 032/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 07 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:9A9F4EE7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 132/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 132/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: CORREA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ de n.º 53.385.011/0001-01, Rua Expedicionário Holz, 550, Sala 1301, box I6, atiradores, CEP: 89.201-740, na cidade de Joinville, Estado do Santa Catarina;
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E ESTRUTURAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.
VALOR: R$ 12.810,00 (doze mil oitocentos e dez reais);;
PRAZO DE ENTREGA: O deverá ser no máximo em 05 dias corridos após a solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas na Dispensa nº 036/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 08 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:E1366802

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.010/2026

PORTARIA Nº 3.010/2026

Súmula: Exonera a Conselheira Tutelar Suplente Sra. IVANIDE SOUZA DE OLIVEIRA PERFETTI, e dá outras providências.

Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal De Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, e

CONSIDERANDO o texto da Portaria Nº 2.958/2026 publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23/06/2026.

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica exonerada a Conselheira Tutelar Suplente a **Sra. IVANIDE SOUZA DE OLIVEIRA PERFETTI**, que exerceu a

função durante o período de 17/06/2026 a 14/09/2026, a partir do dia 14/09/2026 inclusive.

Artigo 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14/09/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 09 de Outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:36302612

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.023/2026

PORTARIA Nº 3.023/2026

Dispõe sobre o retorno antecipado ao trabalho de servidora municipal afastada para tratamento de saúde.

O **PREFEITO MUNICIPAL MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,
CONSIDERANDO que a servidora **ROSELENE FERRARI SOBRIN**, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO**, matrícula funcional nº **990**, encontrava-se afastada de suas atividades para tratamento de saúde, conforme **a Portaria n° 3.005/2026**;
CONSIDERANDO que a servidora requereu seu retorno antecipado às atividades funcionais em **05/10/2026**;
CONSIDERANDO que a servidora foi submetida à avaliação pela Perícia Médica Oficial do Município em **05/10/2026**;
CONSIDERANDO que, conforme Laudo/Relatório Médico Pericial Médica Oficial do Município concluiu pela **aptidão da servidora para o exercício de suas funções**, a partir de **06/10/2026**;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 213, 214 e 215 da Lei Municipal nº 03/1993,, que disciplinam a licença para tratamento de saúde e o retorno do servidor ao exercício do cargo;
RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o retorno antecipado ao serviço, a partir de **06/10/2026**, da servidora ROSELENE FERRARI SOBRIN, matrícula nº **990**, considerada **apta para o exercício integral de suas funções, sem restrições**, conforme conclusão da Perícia Médica Oficial do Município constante, datada de **05/10/2026**.
Art. 2º Fica encerrado, a partir de **05/10/2026**, o afastamento/licença para tratamento de saúde concedido à servidora por meio da **Portaria nº 3.005/2026**, publicada em **28/08/2026**, referente ao período de **12/08/2026 a 17/11/2026**.
Art. 3º A servidora deverá apresentar-se à sua unidade de lotação na data indicada no art. 1º desta Portaria, para reassumir suas funções, observadas as atribuições próprias do cargo e eventual recomendação ou restrição expressamente consignada no laudo pericial.
Art. 4º O Departamento de Recursos Humanos deverá providenciar:
I – o registro do retorno antecipado nos assentamentos funcionais da servidora;
II – a atualização dos registros de frequência e folha de pagamento;
III – a ciência da chefia imediata da servidora;
IV – o arquivamento do laudo médico pericial no respectivo prontuário funcional, com observância do sigilo das informações médicas.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos funcionais e financeiros a partir de **06/10/2026**.

Santa Cruz de Monte Castelo, **09** de **Outubro** de **2026**.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:9114BBAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO. MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO PARANÁ NO DIA 23/06/2026 PORTARIA Nº2.958/2026

Republicação por incorreção. Matéria publicada no Diário Oficial dos Municipios do Paraná no dia 23/06/2026
PORTARIA Nº2.958/2026

Súmula: Nomeia Conselheira Tutelar temporariamente e da outras providências.

Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

I – Considerando o atestado médico de 60 dias entregue no departamento de RH, da Conselheira Tutelar Sra. Rita de Cassia de Albuquerque, no período de 17/06/2026 ate 14/08/2026, bem como o afastamento da Conselheira Tutelar Sra. Maria Dirce Bossa Vale, nos períodos de 15/08/2026 a 14/09/2026, os quais demandaram a necessidade de substituição temporária;

II – Considerando a necessidade urgente de preenchimento de vagas de conselheiro tutelares e suplentes, visando assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar e o cumprimento das suas responsabilidades legais;

III – Considerando que na última eleição para conselheiro tutelar não houve candidatos suficientes para preencherem as vagas de suplentes;

RESOLVE

Art. 1.º - Nomear extraordinariamente a Sra. **Ivanide Souza de Oliveira Perfetti,** portadora da cédula de identidade RG n.º 93.....-9, e CPF/MF sob o n.º 472.....-53, para exercer temporariamente o cargo de Conselheira Tutelar, no período de 17/06/2026 a 14/09/2026, a fim de cumprir com o prazo para convocação de novo processo eleitoral.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 17/06/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 09 dias do mês de Outubro do ano de 2026

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:DF5CA56D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 38/2026-PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 – PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de locação de estrutura completa, abrangendo: barracas, mesas e cadeiras, fechamentos de barracas, gradil de isolamento, banheiros químicos, contêiner de banheiro, palcos, geradores de energia, equipamentos de som e iluminação de grande e médio porte, painel de led, estruturas para backdrop e house mix, e camarim, incluindo mão de obra para instalação, montagem e desmontagem das estruturas e**

demais serviços necessários, para a realização de eventos de médio e grande porte realizados pela Administração Municipal de Santa Fé, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os serviços de locação poderão ser solicitados em qualquer quantidade no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 03 de novembro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **03 de novembro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por lote"
Demais informações pelo telefone: (44) 3101 0999, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 09 de outubro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:575B2CA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TECEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2023 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: G. L. ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA LTDA.
RESUMO DO OBJETO: prestação de serviços de assessoria para implantação e manutenção de sistemas de informática para banco de dados existente em formato DBF, a serem utilizados pelo departamento de nota fiscal do produtor do município de Santa Fé.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 16 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2027, bem como conceder o reajuste de 3,98% sobre o valor contratual, de acordo com o índice do INPC, acumulado no período de setembro de 2025 a agosto de 2026.
VALOR DO ADITIVO: fica definido, a partir de outubro de 2026, o valor mensal de R$ 3.115,29 (três mil, cento e quinze reais e vinte nove centavos), referente ao item 01 e R$ 657,04 (seiscentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos), referente ao item 02, totalizando para o período a ser aditivado o valor de R$ 45.267,96 (quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos), para o período aditivado.
DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9BBAD88D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECÍFICA.

PORTARIA Nº 16.083
Data: 13.10.2026

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos servidores que específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o direito adquirido dos servidores às férias regulamentares, conforme disposto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o bem-estar dos servidores públicos;

CONSIDERANDO a importância de organizar o gozo de férias de forma a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do artigo 167 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **férias regulamentares,** aos servidores listados a seguir:

SECRETARIA DA SAÚDE			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ALINE ANTUNES KUNZEL	111.***.***-39	13/10/2026	2024/2025
EDUARDA SOCOVOSKI GNOATTO	090.***.***-86	13/10/2026	2025/2026
LUIS SEVERIANO CAMARGO SCHULER	369.***.***-91	12/10/2026	2024/2025
MARCOS ANTONIO COMERLATTO	595.***.***-53	13/10/2026	2025/2026
MARINES MOREIRA POLIDORO	029.***.***-66	10/10/2026	2025/2026
MARLENE DE FATIMA DAL MOLIN DA CRUZ	855.***.***-04	06/10/2026	2025/2026
SECRETARIA DA FAZENDA			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ANDERSON DEFANTE	029.***.***-43	05/10/2026	2024/2025

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições contidas no artigo primeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, 13 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:938448F6

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e TR Clínica de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional Ltda
OBJETO: Contratação a prestação de serviços técnicos especializados de avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional e interdisciplinar, destinada à avaliação de pessoa com deficiência para fins de análise do direito à aposentadoria da pessoa com deficiência no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, com recursos próprios, para um período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: 21/09/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).
DATA: 21/09/2026.

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:C8FABC94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 39/2026.
E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026.

Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº 39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR..
Valor:
R$ 5.951,80 (Cinco Mil, Novecentos e Cinqüenta e Um Reais e Oitenta Centavos).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 09/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C20FC254

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 153/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº39/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 153/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº39/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS;
Objeto:
Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 5.951,80 (Cinco Mil, Novecentos e Cinqüenta e Um Reais e Oitenta Centavos).

Prazo de Execução: 22/09/2027.
Prazo de Vigência: 22/09/2027.
Data da Assinatura: 09/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:27918489

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO

REAVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 48/2026
O Município de Santa Lúcia, inscrito no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, comunica nova data para a realização do presente processo licitatório, tendo em vista que o Pregoeiro designado para a condução do certame possui compromisso pessoal inadiável na data originalmente estabelecida, circunstância que impossibilita a realização da sessão anteriormente designada.
A sessão de processamento do presente processo licitatório passará a ser realizada na Plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br UASG: 985469, no dia 26/10/2026, às 09h00min, abertura para lances as: 09h00min do dia 26/10/2026 permanecendo inalteradas as demais cláusulas do edital e seus anexos.
O edital poderá ser retirado diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, no horário de expediente das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis, bem como no site do Município (www.santalucia.pr.gov.br), no link Licitações – Transparência, ou ainda solicitado pelo e-mail: compras@santalucia.pr.gov.br.
Em caso de dúvidas, contatar pelo telefone (45) 98807-7757.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 08 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:A689D056

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 166/2026 DATA: 09/10/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para os servidorer**ALENCAR MARKENDORF** (Agente Comunitário de Saúde e Endemias), para levar paciente para atendimento na cidade de Umuarama - PR, no dia de 06 de outubro de 2026. Saída e retorno no dia 06 de outubro de 2026.

TRANSPORTE: SIENA
PLACA: BCO 9959

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhefferson Matheus Dalla Costa
Código Identificador:C6E975A5

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 167/2026 DATA: 09/10/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Municipal nº 1128/2023 e 1134/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de duas diárias e meia para as servidores ANGELICA MORAES CUPINI KERBER (Conselheira Tutelar), ANA PAULA DA CONCEIÇÃO (Conselheira Tutelar) e BIANCA LUIZA MALLMANN (Conselheira Tutelar), para participarem de Evento de Formação Continuada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente na cidade de Foz do Iguaçú - PR, nos dias de 13 e 14 de outubro de 2026. Saída no dia 12 de outubro de 2026 e retorno no dia 14 de outubro de 2026.

VEÍCULO: SIENA
PLACA: FUD 9B94

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:8F8F94AC

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº168/2026 DATA: 09/10/2026

“Nomeia a Gestora responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, e dá outras providências”.

SILVANO TORTELLI, Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica nomeada **MARIA DE FATIMA DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade nº XX**.896.835-X** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº **XXX.433.509-XX,** como Gestora responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 51/2017.

Art. 2º - São obrigações do gestor:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e o parágrafo único do art.71 e 72 do Decreto nº 51/2017;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 3º- Os trabalhos efetuados pela Gestora da Parceira serão considerados de relevância a Prefeitura Municipal de Santa Lúcia - PR, porém sem ônus ao erário público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Nº090/2025 e as disposições em contrário.

Santa Lúcia, PR, em 09 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:D599582C

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 20/2026

SÚMULA: Designa Fiscal Técnico para serviços comuns de engenharia.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º Designa o servidor do Poder Executivo MATEUS DALLABRIDA DAS DORES, ocupante do cargo efetivo de engenheiro do Município (Prefeitura Municipal), para atuar como fiscal técnico dos serviços comuns de engenharia relacionados a Dispensa de Licitação Nº 11/2026/CMSL , no âmbito da Câmara Municipal de Santa Lúcia.

Art. 2º Este Ato da Presidência entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 08 de outubro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:7FD84F6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 101/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA”.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 23 de Outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 23 de Outubro de 2026.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 23 de Outubro de 2026.

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado no link – licitações”

VALOR MAXIMO: R$ 349.006,37 (Trezentos e Quarenta e Nove Mil Seis Reais e Trinta e Sete Centavos).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item

- Aquisição do Edital
O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 ás 12:00 e das 13:00 ás 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495
Santa Maria do Oeste/PR, 09 de Outubro de 2026.

FERNANDO LOPES
Pregoeiro - Portaria n° 144/2025

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:2C271217

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 102/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAL DE CONSUMO E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, MOTOSSERRAS, MOTO PODA E SOPRADOR, UTILIZADOS PARA CONSERVAÇÃO DE VIAS, PRAÇAS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO”.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 26 de Outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 26 de Outubro de 2026.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 26 de Outubro de 2026.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"

VALOR MAXIMO: R$ 58.785,75 (Cinquenta e Oito Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote

- Aquisição do Edital
O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 ás 12:00 e das 13:00 ás 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495
Santa Maria do Oeste/PR, 09 de Outubro de 2026.

FERNANDO LOPES
Pregoeiro - Portaria n° 144/2025

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:2E8ECD91

LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 29/2026

Ref.: **PROCESSO N.º 103/2026**
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 29/2026

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para a contratação de Pessoa Fisica **Jaqueline Sperança** , inscrita no CPF nº 859.917.759-15, matriculada na Junta Comercial do Paraná sob nº 21/328-L, residente e domiciliada na cidade de Curitiba/PR, para a **"CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO(ÕES) DE BENS INSERVÍVEISDO PATRIMONIO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, POR MEIO DE INEXIGIBILIDADDE DE LICITAÇÃO PRECEDIDA DE CREDENCIAMENTO (CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2026), COM A LEILOEIRA OFICIAL JAQUELINE SPERANÇA, MATRICULADA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – JUCEPAR SOB O Nº 21/328-L, SELECIONADA POR SORTEIO PUBLICO REALIZADO EM 25 DE SETEMBRO DE 2026.**
Assim, com base no Art. 31, §1º, Art.74 inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I e § 1º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 09 de Outubro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

REFERENTE: Processo Licitatório n.º 103/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 29/2026

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO(ÕES) DE BENS INSERVÍVEISDO PATRIMONIO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, POR MEIO DE INEXIGIBILIDADDE DE LICITAÇÃO PRECEDIDA DE CREDENCIAMENTO (CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2026), COM A LEILOEIRA OFICIAL JAQUELINE SPERANÇA, MATRICULADA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – JUCEPAR SOB O Nº 21/328-L, SELECIONADA POR SORTEIO PUBLICO REALIZADO EM 25 DE SETEMBRO DE 2026".**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr, inscrita no CNPJ sob nº. 95.684.544/0001-26, com sede administrativa na Rua Jose de França Pereira, 10- na cidade de Santa Maria do Oeste – Pr.

CONTRATADO: Pessoa Física **Jaqueline Sperança**, inscrita no CPF nº 859.917.759-15, matriculada na Junta Comercial do Paraná sob nº 21/328-L, residente e domiciliada na cidade de Curitiba/PR.

Valor total : Comissão de 5% sobre os valores arrematados, custeada pelos arrematadores.

De acordo com o disposto no artigo Art. 31, §1º, Art.74 inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I e § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARO RATIFICADO o Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2026.

Santa Maria do Oeste/PR, 09 de Outubro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:6455523E

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E AJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Processo Licitatório nº 087/2026, elaborado na Modalidade de CONCORRÊNCIA nº007/2026, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE BUEIROS TUBULARES NA ESTRADA RURAL DO PIQUIRI, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço por Item, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento, Classificação, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e valida ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.570.342/0001-01, com sede na Gleba Banco de Areia, Pedreira Fazenda Cristalina, Sala A, Bairro Rural em Tomazina/PR, CEP: 84.935-000, neste ato representado pelo Sr. Dienaro Pietrobelli Dellai, portador do RG nº 70.921.278-98 SESP/RS e inscrito no CPF nº 064.839.239-29.

Item	Nome do produto/serviço	Quant	Preço total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE BUEIROS TUBULARES NA ESTRADA RURAL DO PIQUIRI, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL.**	1,00	R$ 82.998,34

Santa Maria do Oeste – Pr, 09 de Outubro de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:A7EE8B26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01381/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01381/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FRANCIELE CORDEIRO **MATRÍCULA n.º** 9997628
CARGO: SECRETARIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE **CPF N.º** 104.***.***-50

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE IVAIPORA, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO RELACIONADOS A SECRETARIA DE SAUDE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 25/08/2026-
Data de Retorno: 25/08/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 11506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1/5 (MEIA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 75,00 (SETENTA E CINCO)
VALOR TOTAL R$: R$75,00 (SETENTA E CINCO)

Santa Maria do Oeste/PR 09 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:96C899A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01382/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01382/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: EDIMARA VIDAL DE FRANÇA RENAUER **MATRÍCULA n.º** 9997492
CARGO: PROCURADORA GERAL **CPF N.º** 037.***.***-94
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE FOZ DE IGUAÇU, PARA PARTICIPAR CAPACITAÇÃO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 22/09/2026
Data de Retorno: 23/09/2026–
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: FOZ DE IGUAÇU - PR **Código do IBGE:** 08304
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANA EVENTOS E TREINAMENTOS.
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$200,00 (DUZENTOS)
VALOR TOTAL R$: R$400,00 (QUATROCENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 09 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:8BD79C89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
PORTARIA

Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26
Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

PORTARIA Nº 082/2026

SÚMULA: Institui e designa Comissão Organizadora Paritária do Primeiro Fórum do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência-CMDPD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 732/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora Paritária responsável pela organização e realização do Fórum destinado à escolha dos representantes da sociedade civil para composição do primeiro colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMDPD, nos termos dos arts. 6º, 7º e 17da Lei Municipal nº 732/2026.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Representantes do Poder Público:

a**) Talita Maria Soares –** Secretaria Municipal de Assistência Social;
b) **Rosicleia Cristina Peron** – Secretaria Municipal de Saúde;
c) **William Melo de Lorena** – Secretaria Municipal de Educação.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a**) Maria Liceria Gonçalves** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Maria do Oeste
b) **Orlei Boiko da Rosa –** Representante das Pessoas com Deficiência;
c) **Maria Salete da Silva –** Representante da Sociedade Civil com atuação na defesa, promoção ou atendimento dos direitos da pessoa com deficiência.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – Organizar, coordenar e promover o Fórum
II – Elaborar a minuta do Edital de Convocação e estabelecer os procedimentos necessários à inscrição, habilitação e participação;
III – Organizar e acompanhar o processo de escolha dos representantes da sociedade civil;
IV – Assegurar publicidade e a transparência ao processo;
V – lavrar ata dos trabalhos e registrar o resultado do Fórum;
VI – Encaminhar ao Poder Executivo a documentação resultante do processo para as providências necessárias à composição, homologação, nomeação e posse do primeiro colegiado.
Art. 4º Na organização do processo de escolha deverão ser observados os critérios e a composição da representação da sociedade civil previstos nos arts.6º e 7º da Lei Municipal nº 732/2026.
Art. 5º Os representantes governamentais e respectivos suplentes do CMDPD serão indicados pelas Secretarias Municipais previstas no art. 6º da Lei Municipal nº 732/2026.
Art. 6º A participação na Comissão será considerada serviço de relevante interesse público, não remunerado.

Art. 7º A Comissão terá vigência até a conclusão do processo de escolha e encaminhamento da documentação necessária à composição do primeiro colegiado do CMDPD.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, 07 de outubro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Maria Soares
Código Identificador:9DEFF9FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 85/2026

PORTARIA N.º 85/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**80**		
SERVIDOR AUTORIZADO:	CLAIRTON ANTONIO CAUDURO		
CPF N.º	**737.526.499-68**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**5.295.908-0**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA PR**		
SAÍDA:	**13/10/2026**		
RETORNO:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR	**09/10/2026**		
PRESIDENTE DA CAMÂRA:			
SERVIDOR AUTORIZADO:			
TESOURÁRIA:			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:9CD5C7C4

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 86/2026

PORTARIA N.º 86/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICOdeste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE,no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**81**		
SERVIDOR AUTORIZADO:	VALDIR ANTONIO CARVALHO		
CPF N.º	**538.829.030-15**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**4.905.942-6**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAÍDA:	**13/10/2026**		
RETORNO:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR	**09/10/2026**		
PRESIDENTE DA CAMÂRA:			
SERVIDOR AUTORIZADO:			
TESOURÁRIA:			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:0A286DF7

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 87/2026

PORTARIA N.º 87/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**82**		
SERVIDOR AUTORIZADO:	CLAUDIO ALAIN GUTERRES DO CARMO		
CPF N.º	**955.480.419-91**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**5.731.145-2**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAÍDA:	**13/10/2026**		
RETORNO:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM**		

	PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR	**09/10/2026**
PRESIDENTE DA CAMÂRA:	
SERVIDOR AUTORIZADO:	
TESOURÁRIA:	

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:893EBD52

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 88/2026

PORTARIA N.º 88/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**83**		
SERVIDOR AUTORIZADO:	JORGE PEREIRA DA SILVA		
CPF N.º	**651.866.990-04**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**5.781.596-5**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAÍDA:	**13/10/2026**		
RETORNO:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR	**09/10/2026**		
PRESIDENTE DA CAMÂRA:			
SERVIDOR AUTORIZADO:			
TESOURÁRIA:			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:2D785E7F

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 89/2026

PORTARIA N.º 89/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**084**		
AUTORIZADO:	**ELIS MARIA GRADASCHI SCALON**		
CPF N.º	**065.204.869-22**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**8.630.423-6**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**13/10/2026**		
CHEGADA:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR	**09/10/2026**		
ASS.: PRESIDENTE			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			
ASS.: TESOURARIA			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:B03483E7

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 90/2026

PORTARIA N.º 90/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**85**		
AUTORIZADO:	**MICHELI ALVES DE LIMA**		
CPF N.º	**091.473.049-52**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**10.456.374-0**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**13/10/2026**		
CHEGADA:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		

MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	**09/10/2026**
PRESIDENTE DA CAMÂRA:	
SERVIDOR AUTORIZADO:	
TESOURÁRIA:	

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:A7F11C25

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 91/2026

PORTARIA N.º 91/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**86**		
AUTORIZADO:	**CESAR MARCELO DO SANTOS**		
CPF N.º	**717.582.599-49**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**4.981.309-0**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**13/10/2026**		
CHEGADA:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3.427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	**09/10/2026**		
ASS.: PRESIDENTE CÂMARA			
ASS.: TESOURARIA			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.
PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:0AEFAF11

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 92/2026

PORTARIA N.º 92/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**87**		
AUTORIZADO:	**VILSON LIMA DOS SANTOS JUNIOR**		
CPF N.º	**068.498.559-48**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**8.039.495**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**13/10/2026**		
CHEGADA:	**16/10/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3,427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO RAS CONSULTORIA E TREINAMENTO, CRIMES CONTRA A ADM PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR	**09/10/2026**		
ASS.: PRESIDENTE			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			
ASS.: TESOURARIA			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:997796DC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 PROCESSO Nº 917/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026
PROCESSO Nº 917/2026
NÚMERO DO PROCESSO PNCP E COMPRAS GOV: 987857-20/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTONIO ORTINA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 053/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 03/11/2026, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por lote/item, que tem por objeto: Aquisição de suprimentos de impressão, tintas, toners, cilindros, unidades de imagem, reveladores, peças, componentes, materiais, ferramentas e equipamentos destinados ao abastecimento, à manutenção preventiva e à manutenção corretiva do parque de impressoras do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 15/10/2026, as 08:00 horas até 03/11/2026, as 08:00 horas.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br .**
Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 09/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:276D0AA1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026 CONCORRÊNCIA Nº 031/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
Concorrência Nº 031/2025

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica estradas rurais, trechos comunidade do Alto Florido até Alto Alegre, 23.100m2, conforme memoriais e planilhas e cronogramas. Termo de Repasse nº 4124400/2025 ITAIPU/CAIXA..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MINERPAV LTDA.
EXECUÇÃO ATUAL: 01/01/2027.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: MICHAEL CEZNE DE SOUZA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:92463AEC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0583/2025 CONCORRÊNCIA Nº 022/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0583/2025
Concorrência Nº 022/2025

OBJETO: Contratação de empresa para execução de fechamento de 01 (um) barracão pré-moldado de concreto armado para atender a Secretaria de Obras e Serviços..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MARSANGO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 19/12/2026.
EXECUÇÃO ATUAL: 19/12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: MARIZETE APARECIDA COELHO MARSANGO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:415EF193

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 557/2025 DISPENSA Nº 105/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 557/2025
Dispensa Nº 105/2025

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços Contínuos de Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos “A”, “B” e “E” gerados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Sudoeste.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ATITUDE AMBIENTAL LTDA.
VIGÊNCIA: 05/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 64.407,96 (Sessenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos).
VALOR REAJUSTADO:R$ 2.607,96 (Dois Mil e Seiscentos e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: VALDEMAR JOSE SPIELMANN - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:15A40610

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 562/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 134/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 562/2025
Inexigibilidade Nº 134/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviço de operador de máquina pesada, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-Pr, conforme Chamamento Público Nº 014/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 62.964.968 ELEANDRO RODRIGUES.
VIGÊNCIA: 06/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 61.200,00 (Sessenta e Um Mil e Duzentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ELEANDRO RODRIGUES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:DB959E02

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 296/2026 CONCORRÊNCIA Nº 014/2026

EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 296/2026
CONCORRÊNCIA Nº 014/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA VALDUGA LTDA
CNPJ Nº 09.408.361/0001-46
Representante: GILMAR VALDUGA

OBJETO: Execução de obra com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, BDI, planilha orçamentária e demais projetos em anexo. Obra: ampliação e reforma do AMBULATÓRIO INFANTIL do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR..

VALOR TOTAL: R$ 461.500,00 (Quatrocentos e Sessenta e Um Mil e Quinhentos Reais)
VIGÊNCIA: 07/10/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 08/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:97507D7B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0297/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 0100/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0297/2026
Inexigibilidade nº 0100/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: CIESCA ENGENHARIA E PRE - LTDA
CNPJ Nº 12.970.848/0001-22
Representante: DARLEI FORCELINI CIESCA
CPF nº 068.602.559-86
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de manutenção geral,
incluindo: Materiais elétricos; Materiais hidráulicos; Materiais de pintura; Materiais estruturais e
de alvenaria; Materiais de cobertura; Materiais de acabamento interno e externo; Artefatos de
cimento; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Ferramentas; Vidros; Esquadrias; Materiais
básicos; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs..
VALOR TOTAL: R$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais)
VIGÊNCIA: 07/10/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 08/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5AD0D64E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 100/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 100/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de manutenção geral, incluindo: Materiais elétricos; Materiais hidráulicos; Materiais de pintura; Materiais estruturais e de alvenaria; Materiais de cobertura; Materiais de acabamento interno e externo; Artefatos de cimento; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Ferramentas; Vidros; Esquadrias; Materiais básicos; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
CIESCA ENGENHARIA E PRE - LTDA	1	1	Materiais para Manutenção Geral (Esquadrias)	1,00	200.000,00
CIESCA ENGENHARIA E PRE - LTDA	1	2	Materiais para Manutenção Geral (Cobertura)	1,00	150.000,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 08/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6DAF9590

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
TERMO DE NOTIFICAÇÃO E DISTRATO (RESCISÃO CONSENSUAL) E PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024, COM QUITAÇÃO RECÍPROCA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

TERMO DE NOTIFICAÇÃO E DISTRATO (RESCISÃO CONSENSUAL) E PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024, COM QUITAÇÃO RECÍPROCA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS QUE FORNEÇA OPERADOR DE MÁQUINA DE MICROPAVIMENTO, AJUDANTE DE MESA ACABADORA DE MICROPAVIMENTO E MOTORISTA DE MICROPAVIMENTO PARA O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP, consórcio público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.146.697/0001-15, com sede na Av. Manoel Ribas, nº 858, Centro, Município de Sapopema, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito do Município de São Jerônimo da Serra, Sr. **VENICIUS DJALMA ROSA**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a empresa **NELSON FERRARI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.859.617/0001-25, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, nº 178, Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, neste ato representada, nos termos de seu contrato social, por seu sócio proprietário, Sr. **NELSON FERRARI**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;
têm entre si justo e acertado, de forma amigável, o presente Termo de Rescisão Consensual da Ata de Registro de Preços nº 008/2024 e dos ajustes dela decorrentes, mediante as considerações e cláusulas seguintes:
CONSIDERANDO
a) que as partes celebraram a Ata de Registro de Preços nº 008/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 004/2024, cuja vigência se encerra em 10 de outubro de 2026;
b) que, conforme motivação constante do Processo Administrativo, verificou-se a impossibilidade jurídica de continuidade da avença nos moldes atualmente previstos, sendo conveniente à Administração a extinção consensual, sem prejuízo ao interesse público nem às pessoas jurídicas envolvidas;
c) que a extinção consensual foi expressamente autorizada, mediante decisão fundamentada, pela autoridade competente, em observância ao art. 138, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e que a minuta deste Termo foi submetida a controle prévio de legalidade;
d) que a CONTRATANTE apurou, em levantamento próprio, o passivo financeiro decorrente da execução da Ata de Registro de Preços e de seus termos aditivos, com o qual a CONTRATADA declara concordar;
e) a essencialidade e a natureza continuada do serviço, que impõem a pronta liberação da CONTRATANTE para a instauração de novo processo licitatório;
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO E DA RESCISÃO CONSENSUAL
1.1 As partes, de comum acordo, rescindem amigavelmente a Ata de Registro de Preços nº 008/2024 e o Contrato dela decorrente, procedendo ao cancelamento do correspondente registro de preços em relação à CONTRATADA, com fundamento no art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por vontade da CONTRATANTE e com a anuência expressa da CONTRATADA.
1.2 O presente Termo é firmado em 09 de outubro de 2026, produzindo seus efeitos extintivos na data fixada na Cláusula Quinta.
1.3 A rescisão ora ajustada é consensual e justifica-se pela impossibilidade jurídica de continuidade contratual nos moldes atualmente previstos, não decorrendo de inexecução imputável a qualquer das partes, razão pela qual não enseja a aplicação de penalidades contratuais a nenhuma delas.

1.4 Este instrumento serve, também, de **notificação** à CONTRATADA da rescisão amigável, em atenção à cláusula 7 da Ata de Registro de Preços e ao regramento da Lei nº 14.133/2021, ficando a CONTRATANTE, desde já, liberada para instrumentalizar novo processo licitatório, no qual a CONTRATADA poderá participar em igualdade de condições com os demais licitantes, sem qualquer preferência ou garantia de contratação.

1.5. Por acordo mútuo entre as partes, para fins de ajustes financeiros, fica prorrogado por mais trinta dias o presente instrumento, encerrando em definitivo e rescindido na data de 10 de novembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE FINANCEIRO

2.1 A rescisão amigável realiza-se mediante o acerto financeiro dos valores assumidos durante a execução da Ata de Registro de Preços e de seus termos aditivos que não foram repassados à CONTRATADA, apurados pela CONTRATANTE em **R$ 95.273,56 (noventa e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos)**, até julho de 2026.

Há ainda os meses de agosto/2026, no valor de R$10.890,00, setembro/2026, no valor de R$10.890,00 e parcial de outubro/2026, 14 dias, no valor de R$ 3.630,00. Totalizando o montante de R$120.683,56, aqui acrescentar-se-á o valor de R$ 10.890,00 referente ao valor correspondente à prorrogação do período de 30 dias, totalizando o valor de R$ 131.573,56, valor certo, líquido, total e definitivo, deste Termo.

2.2 O valor referido no item 2.1 constitui o **teto** dos pagamentos devidos à CONTRATADA e compreende: as parcelas mensais não pagas, objeto das Notas Fiscais mensais prestadas e ainda não empenhadas, alcançadas na apuração.

2.3 O valor ajustado abrange o principal e todos os seus acessórios, inclusive correção monetária, juros de mora, multas, encargos financeiros, reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro, nada mais sendo devido a esses títulos, ou a qualquer outro, relativamente ao período de vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato dela decorrente.

2.4 Tratando-se de notas fiscais já empenhadas e de outras obrigações, caberá ao Departamento de Contabilidade da CONTRATANTE promover os ajustes financeiros e definir a forma de pagamento que permita a liquidação até o teto fixado, observados a ordem cronológica de exigibilidade, os encargos e impostos que devam ser retidos na forma da legislação e a disponibilidade orçamentária.

2.5 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias, contado da assinatura deste Termo e do cumprimento das condições da Cláusula Terceira, mediante depósito em conta de titularidade da CONTRATADA, previamente indicada nos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS

3.1 As obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e financeiras relativas aos empregados e prepostos da CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade, a quem incumbe liquidar os encargos e as verbas rescisórias necessárias, de modo que o valor repassado nos termos da Cláusula Segunda contempla todos os direitos e garantias assumidos durante a execução contratual, nada mais havendo a reclamar da CONTRATANTE em qualquer matéria.

3.2 No prazo de 10 dias contados da cessação dos serviços, a CONTRATADA caso realize a rescisão com os empregados, comprovará à CONTRATANTE a quitação das verbas rescisórias dos empregados alocados à execução contratual, bem como o recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias correspondentes, podendo a CONTRATANTE condicionar o pagamento do saldo do ajuste a essa comprovação, em atenção ao dever de fiscalização previsto no art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 Eventuais reclamações, ações ou condenações de natureza trabalhista, previdenciária ou civil ajuizadas por empregados, prepostos ou terceiros vinculados à CONTRATADA, ainda que dirigidas à CONTRATANTE, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que se obriga a ressarcir à CONTRATANTE os valores que esta vier a despender, assegurado à CONTRATANTE o direito de regresso, único ponto ressalvado da quitação prevista na Cláusula Quarta nas relações entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO RECÍPROCA

4.1 Ressalvado exclusivamente o pagamento do valor ajustado na Cláusula Segunda, as partes outorgam-se, reciprocamente, **plena, geral, irrevogável e irretratável quitação** quanto as obrigações assumidas perante a Ata de Registro de Preços nº 008/2024, às ordens de serviço, aos termos aditivos e à respectiva execução, para nada mais reclamarem uma da outra, a qualquer título, em juízo ou fora dele, renunciando ao direito sobre o qual se funda a relação jurídica ajustada, inclusive a pretensões de reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, indenização por perdas e danos, lucros cessantes, custos de desmobilização e quaisquer outras verbas, de natureza contratual ou extracontratual, presentes ou futuras, decorrentes da execução ou da extinção do ajuste.

4.2 O pagamento do valor ajustado na Cláusula Segunda constitui a única obrigação pecuniária remanescente da CONTRATANTE, e o eventual atraso em sua satisfação importará apenas a exigibilidade desse valor, sem restabelecer as pretensões renunciadas neste Termo.

4.3 A quitação recíproca não alcança, por serem irrenunciáveis ou insuscetíveis de transação, a responsabilidade penal, as sanções por atos de improbidade administrativa, as atribuições dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, nem os atos praticados com dolo, fraude ou má-fé, ainda que descobertos posteriormente, além do direito de regresso previsto no item 3.3.

4.4 As partes declaram que o presente acordo foi celebrado de forma livre e consciente, sem vício de consentimento, após plena ciência de seu conteúdo e de seus efeitos, sendo recíprocas as concessões.

CLÁUSULA QUINTA – DA CESSAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1 A execução dos serviços prosseguirá regularmente até o dia **10 de novembro de 2026**, data em que se opera a rescisão e a interrupção das atividades em andamento, coincidindo com o término da vigência da Ata de Registro de Preços juntamente com a prorrogação de 30 dias após o término do contrato que ocorrerá em 10 de outubro de 2026. A partir dessa data, não subsistirá qualquer obrigação de prestação de serviços ou de natureza financeira entre as partes, ressalvados o pagamento previsto na Cláusula Segunda e as obrigações da Cláusula Terceira e do item 4.5.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

6.1 O presente Termo será juntado ao respectivo processo administrativo e terá extrato publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da AMP do qual o Contratante faz parte, dando-se transparência ao ato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Jerônimo da Serra, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Termo, ou outro, em que estiver localizado o Consórcio Público.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Jerônimo da Serra, 09 de outubro de 2026.

Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Território Nordeste do Paraná – CODENOP
VENICIUS DJALMA ROSA –
Presidente (Contratante)

Nelson Ferrari LTDA
NELSON FERRARI –
Sócio Proprietário (Contratada)

TESTEMUNHAS

1) _____
2) _____

Publicado por:
Matheus Vinicius Quevedo Navarro
Código Identificador:281D12FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Wadenilson Araújo Gonçalves
Cargo/Função	Motorista
Data	08/10/2026
Quantidade	1diária de R$ 45,00
Valor	R$ 45,00
Destino	Jacarezinho - PR
Motivação	Transporte de alunos do Colégio Estadual do Campo São Jorge para participar do Concurso GeniusCon 2026.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Samuel Cordeiro
Cargo/Função	Motorista
Data	05/10/2026 a 26/10/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 dias (Lei Municipal nº 251/2023)
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio - PR
Motivação	Transporte de alunos universitários e outras viagens se necessário.

Nome	Bruno Aparecido Tixiliski
Cargo/Função	Motorista
Data	07/10/2026 a 28/10/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina – PR.
Motivação	Transporte de alunos universitários e outras viagens que se fizer necessário.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Eric José da Silva Proença
Cargo/Função	Motorista
Data	06/10/2026 a 27/10/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio – PR
Motivação	Transporte de alunos universitários e outras viagens que ser fizer necessário.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Djalma Dias Batista
Cargo/Função	Motorista
Data	01/10/2026 a 31/10/2026 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Quantidade	10 diárias de R$ 45,00
Valor	R$ 450,00
Destino	Cornélio Procópio, Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viajem para levar usuários do SUAS e Servidores Municipais para tratarem de assuntos do Município.

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:5EDD66E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 260/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

CONCEDER, a Sra. **ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA TAMEHIRO,** matrícula 58801, **RG** 7.354.122-0, **30 (trinta**) dias de Licença Prêmio, a que tem direito pelo período de trabalho de de **12/05/20212 a 11/05/2017**, co**nforme Artigo** 102 e seu Parágrafo Único do ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, e Ofício nº 107/2026-SEMED de 06/10/2026, a partir de 07/10/2026, devendo retornar ao trabalho em 06/11/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 07 de outubro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:05517D1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 261/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

REVOGAR, A Portaria 257/2026 de 06/10/2026, que NOMEIA o Sr. **FERNANDO OIZUMI ASHAKURA,** RG 9.444.491-8, para o Cargo em COMISSÃO DE DIRETOR CLÍNICO DO HOSPITAL, e **NOMEAR** o mesmo, para o Cargo em COMISSÃO DE DIRETOR CLÍNICO E TÉCNICO DO HOSPITAL E UNIDADE DE SAÚDE, a partir de 01/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 09 de outubro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:38E6603B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 252/2026

Institui a Comissão Municipal da Política de Alfabetização – CMPA, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Jerônimo da Serra – PR, define sua composição, atribuições e prazo de vigência, e da outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 81/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no Município de São Jerônimo da Serra, em consonância com o Programa Educa Juntos, a estratégia Alfabetiza Juntos e o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança, o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Jerônimo da Serra – PR, a **Comissão Municipal da Política de Alfabetização – CMPA**, como instância de acompanhamento, articulação, monitoramento e apoio técnico-pedagógico à implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º A Comissão Municipal da Política de Alfabetização terá como finalidade apoiar a Secretaria Municipal de Educação na implementação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização, com prioridade para que as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental e para a consolidação das aprendizagens nos anos iniciais.
Art. 3º A Comissão atuará de forma articulada com as unidades escolares da rede municipal de ensino, respeitando as atribuições da Secretaria Municipal de Educação, a autonomia pedagógica das instituições de ensino e as normas educacionais vigentes.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º A Comissão Municipal da Política de Alfabetização – CMPA será composta pelos seguintes representantes:

I – **Secretária Municipal de Educação:**
Paula Sirlene Candido Corrêa;
II – **Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:**
Karlla Patrícia Baruta Sutil;
III – **Articuladora Municipal da Política de Alfabetização:**
Viviane Aparecida Subtil Barbosa;
IV – **Representante da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:**
Carolaine Machado Padilha;
V – **Representante dos Pedagogos da Rede Municipal de Ensino:**
Leandro José de Campos;
VI – **Representante dos professores que atuam no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:**
Elza Pereira Martins;
VII – **Representante dos professores que atuam nos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental:**
Carina Leão Fonseca;
VIII – **Representante da Educação Infantil – Pré-Escola:**
Magda Monteiro Cerejo;
IX – **Representante da Educação Especial:**
Vania Gorett Ribeiro.

§ 1º A Comissão será coordenada pela **Secretária Municipal de Educação**, que poderá delegar a coordenação dos trabalhos à Assessora Pedagógica ou à Articuladora Municipal da Política de Alfabetização.

§ 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões da Comissão, sempre que necessário, representantes do Conselho Municipal de Educação, gestores escolares, professores, profissionais da educação, órgãos públicos, instituições parceiras ou outros profissionais cuja contribuição seja relevante para o desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

§ 3º A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional aos seus membros.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Compete à Comissão Municipal da Política de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização instituída pelo Decreto Municipal nº 81/2026;
II – contribuir para a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
III – acompanhar metas, objetivos, indicadores e resultados relacionados à alfabetização no Município;
IV – analisar resultados de avaliações diagnósticas, formativas e externas relacionadas à alfabetização e aos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – propor estratégias pedagógicas para o fortalecimento da alfabetização, especialmente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
VI – acompanhar ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
VII – contribuir para a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, especialmente no processo de transição e continuidade das aprendizagens;
VIII – apoiar ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização;
IX – acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Educa Juntos, da estratégia Alfabetiza Juntos e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
X – contribuir para a identificação e enfrentamento das desigualdades educacionais que possam interferir no processo de alfabetização;
XI – acompanhar as ações destinadas aos estudantes da Educação Especial, considerando suas especificidades e garantindo o direito à aprendizagem;
XII – apoiar a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, equipe pedagógica, pedagogos, professores e unidades escolares;
XIII – promover a sistematização e organização de informações, registros, relatórios e evidências das ações desenvolvidas;
XIV – acompanhar a implementação de ações de intervenção pedagógica decorrentes dos resultados das avaliações;
XV – identificar, registrar e divulgar práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas na rede municipal de ensino;
XVI – contribuir para a organização da documentação necessária ao monitoramento da Política Municipal de Alfabetização e às ações de reconhecimento e valorização das boas práticas;
XVII – colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na organização das evidências necessárias à participação do Município em programas, premiações, selos e iniciativas relacionadas à alfabetização;
XVIII – elaborar recomendações e encaminhamentos para o aprimoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização;
XIX – elaborar, ao final de cada ano letivo, relatório das ações acompanhadas pela Comissão, contendo avanços, desafios, resultados e proposições para o período subsequente;
XX – exercer outras atribuições relacionadas à Política Municipal de Alfabetização que lhe sejam determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º A Comissão Municipal da Política de Alfabetização reunir-se-á, ordinariamente, **trimestralmente**, e extraordinariamente sempre que convocada pela Secretária Municipal de Educação ou pela coordenação da Comissão.

§ 1º As reuniões deverão ser registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local da reunião;
II – relação dos participantes;
III – assuntos tratados;
IV – decisões e encaminhamentos;
V – responsáveis pelas providências;
VI – prazos estabelecidos, quando houver.

§ 2º As atas e demais documentos produzidos pela Comissão deverão ser organizados e arquivados pela Secretaria Municipal de Educação, constituindo acervo de acompanhamento e evidências da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 7º A Comissão deverá manter arquivo organizado das evidências referentes às ações desenvolvidas, podendo contemplar:
I – atas de reuniões;
II – planos de ação;
III – relatórios técnicos e pedagógicos;
IV – registros de formações continuadas;
V – resultados de avaliações;
VI – registros de acompanhamento das escolas;
VII – materiais pedagógicos e documentos orientadores;
VIII – registros fotográficos e de divulgação institucional;
IX – registros de boas práticas;
X – documentos comprobatórios das ações desenvolvidas no âmbito dos programas e estratégias de alfabetização;
XI – demais documentos pertinentes ao acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO V
DO MANDATO

Art. 8º Os membros da Comissão Municipal da Política de Alfabetização – CMPA terão **mandato de 2 (dois) anos**, contados a partir da publicação desta Portaria, correspondente ao período de **2026 a 2028**, podendo ser reconduzidos por igual período mediante novo ato da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A substituição de qualquer membro durante o período de mandato poderá ocorrer mediante ato da Secretaria Municipal de Educação, sempre que houver alteração de função, afastamento, desligamento ou necessidade administrativa ou pedagógica devidamente justificada.

§ 2º A substituição de membro não implicará a extinção ou interrupção dos trabalhos da Comissão, mantendo-se válidos os atos regularmente praticados.

Art. 9º Ao término do mandato, a Comissão deverá apresentar relatório final das ações desenvolvidas no período, contendo, no mínimo:
I – ações realizadas;
II – metas e objetivos acompanhados;
III – resultados alcançados;
IV – principais avanços e desafios;
V – evidências produzidas;
VI – recomendações para continuidade e aprimoramento da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A Comissão Municipal da Política de Alfabetização constitui instância de apoio técnico, pedagógico e de articulação, não substituindo as competências legais da Secretaria Municipal de Educação, das equipes gestoras das unidades escolares, dos pedagogos ou dos professores.
Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação poderá constituir grupos de trabalho temporários ou convocar outros profissionais para subsidiar a Comissão em temas específicos relacionados à alfabetização, avaliação, formação, inclusão, recomposição das aprendizagens e demais áreas pertinentes.
Art. 12. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e as disposições do Decreto Municipal nº 81/2026.
Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos pelo período de **2 (dois) anos**, revogadas as disposições em contrário.

São Jerônimo da Serra – PR, 05 de outubro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Portaria nº 215/2024

PAULA SIRLENE CANDIDO CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:3A74677C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Aviso de adjudicação e homologação
REF.: Pregão Eletrônico 23/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficina de artes circenses, oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para crianças/adolescentes, oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para adultos e Oficinas com aula de violão.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente:

Nº	Proponente	Lotes	Valor Total
1	VINICIUS CARDOSO DE LIMA	01.	R$ 25.536,00
2	LUANA CORDEIRO DE SOUZA	02.	R$ 22.896,00
3	AR SAUDE GINASTICA LABORAL LTDA	03.	R$ 24.480,00
4	JEAN CARLOS DE SOUZA SANTOS	04.	R$ 21.598,56

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.
São José da Boa Vista-Pr, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:9C457869

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N° 32/2026 – FORMA: ELETRÔNICO
CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 11/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto o "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de conservação, manutenção preventiva e manutenção corretiva de equipamentos, em atendimento às demandas dos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde.". A sessão se dará no dia 03/11/2026, a partir das 09h00min no ambiente virtual da plataforma compras.gov – UASG: 987883. Valor máximo da aquisição R$ 479.102,61 (quatrocentos e setenta e nove mil cento e dois reais e sessenta e um centavos). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.
São José da Boa Vista, 09 de outubro de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:8CBC1DD1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO 23/2026
Contrato nº 69/2026 - Processo administrativo nº 59/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficina de artes circenses**.**
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: VINICIUS CARDOSO DE LIMA ME
Período de vigência 09/10/2026 à 09/10/2027.
Valor da contratação: R$ 25.536,00 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e seis reais)

Contrato nº 70/2026 - Processo administrativo nº 59/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para crianças/adolescentes.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: LUANA CORDEIRO DE SOUZA ME
Período de vigência 09/10/2026 à 09/10/2027.
Valor da contratação: R$ 22.896,00 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e seis reais)

Contrato nº 71/2026 - Processo administrativo nº 59/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para adultos.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: AR SAUDE GINASTICA LABORAL LTDA ME
Período de vigência 09/10/2026 à 09/10/2027.
Valor da contratação: R$ 24.480,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

Contrato nº 72/2026 - Processo administrativo nº 59/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficina Oficinas com aula de violão**.**
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: JEAN CARLOS DE SOUZA SANTOS ME
Período de vigência 09/10/2026 à 09/10/2027.
Valor da contratação: R$ 21.598,56 (vinte e um mil quinhentos noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)
São José da Boa Vista, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:0CE0D778

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 257/2026

PORTARIA nº 257/2026

JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 23/2026, tendo por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficina de artes circenses, oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para crianças/adolescentes, oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para adultos e Oficinas com aula de violão;
R E S O L V E:

Art. 1º – DESIGNAR como gestora dos contratos nº 69, 70 e 72/2026, a sra. Leiliane da Silva Rodrigues- coordenadora do Crás e como fiscal a sra. Fernanda Leticia de Paiva- auxiliar administrativo.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:42A19557

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 258/2026

PORTARIA nº 258/2026
JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 23/2026, tendo por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficina de artes circenses, oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para crianças/adolescentes, oficinas de dança coreográfica e expressão corporal para adultos e Oficinas com aula de violão;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do contrato nº 71/2026, a sra. Leiliane da Silva Rodrigues- coordenadora do Crás e como fiscal a sra. Arlete Aparecida Pedrozo Luiz - Chefe da Divisão de Cultura.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua

fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:148F3905

GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
PORTARIA 259/2026 - GESTORA DE PARCERIA

PORTARIA nº 259/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;

Considerando o disposto na Lei nº 13.019/2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
Considerando o contido no Processo Administrativo nº 329/2026 e o Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Considerando que foi celebrado com a COMUNIDADE TERAPÊUTICA BOM SAMARITANO, o Termo de Fomento nº 11/2026 com objeto nele especificado;
Considerando a necessidade de designação do gestor da parceria, com poderes de controle e fiscalização;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar a servidora LUCIANA APARECIDA FERREIRA para atuar como GESTORA DA PARCERIA com a COMUNIDADE TERAPÊUTICA BOM SAMARITANO devendo executar a fiscalização da parceria nos termos do que dispõe o artigo 61 da Lei nº 13.019/2014.

Art. 2º – A presente designação será sem ônus ao Município e consistirá em serviço público relevante.

Art. 3º –A presente portaria entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Julhana Barbosa da Silva
Código Identificador:29A64B63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 095/2026 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

ATA Nº 095/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:SUDOESTE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.339.854/0001-38.
VALOR:R$ 8.057,20 (oito mil e cinquenta e sete reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.

São José das Palmeiras/PR, 09 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:BBD811A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 096/2026 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

ATA Nº 096/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:VACCARIN & ALFF LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 18.574.431/0001-27.
VALOR:R$ 716,40 (setecentos e dezesseis reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.

São José das Palmeiras/PR, 09 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:0A71482D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 097/2026 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

ATA Nº 097/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADA:ZILDA COUTO DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 04.553.390/0001-88.
VALOR:R$ 14.948,00 (quatorze mil, novecentos e quarenta e oito reais).
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.

São José das Palmeiras/PR, 07 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:F28454E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 098/2026 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

ATA Nº 098/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.828.263/0001-47.
VALOR:R$ 33.688,00 (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais).
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.
São José das Palmeiras/PR, 09 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:423601F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 099/2026 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026 -

ATA Nº 099/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.415.955/0001-03.
VALOR:R$ 1.343,20 (mil trezentos e quarenta e três reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.

São José das Palmeiras/PR, 09 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:2DD1CEEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 100/2026 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

ATA Nº 100/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:ELLIAS NUNES MOTION LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.212.662/0001-80.
VALOR:R$ 160.972,05 (cento e sessenta mil, novecentos e setenta e dois reais e cinco centavos).
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.
São José das Palmeiras/PR, 09 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:58997973

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2026-SJP CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025 – SJP

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2026-SJP
Concorrência Eletrônica nº 02/2025 – SJP

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para reforma e instalação do sistema de prevenção contra incêndio do Ginásio de Esportes, conforme estabelecido no contrato originário.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede administrativa na Rua Marechal Castelo Branco, nº 979, Centro, São José das Palmeiras/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL.
CONTRATADA: AGRO-INDUSTRIAL SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.419.869/0001-91, estabelecida na Rua Francisco Angelo, nº 961, Centro, São José das Palmeiras/PR, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. JOAB LOURENÇO COSTA.
ALTERAÇÕES: Alteração da Cláusula Segunda – Do Valor, em razão do acréscimo de meta física no valor de R$ 42.475,39 (quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos), correspondente a aproximadamente 8,12% do valor inicial do contrato, passando o valor contratual de R$ 522.900,00 (quinhentos e vinte e dois mil e novecentos reais) para R$ 565.375,39 (quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos).
Alteração da Cláusula Quarta – Do Prazo de Execução, do Início dos Serviços e Prorrogação, prorrogando-se o prazo de execução do objeto

por mais 60 (sessenta) dias, passando de 270 (duzentos e setenta) dias para 330 (trezentos e trinta) dias, com término da execução previsto para 09 de dezembro de 2026.
São José das Palmeiras, 09 de Outubro de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:ACFB6619

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO RESULTADO DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

EXTRATO DO RESULTADO DO CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O Município de São José das Palmeiras – PR, torna público o resultado da análise da documentação apresentada no Edital de Credenciamento nº 01/2026, cujo objeto é o credenciamento de empresas para fornecimento de refeições prontas (marmitas/marmitex), acompanhadas de bebida.
Após análise da documentação, foram consideradas HABILITADAS/CREDENCIADAS as seguintes empresas:
JUAN MATHEUS JANDREY DA SILVA

São José das Palmeiras – PR, 09 de outubro de 2026.

CLAUDINEI FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:CB821732

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo e adjudico o resultado do Pregão Eletrônico nº 030/2026 – Processo Licitatório nº 066/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras – PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE., de acordo com o resultado do procedimento licitatório e nos termos estabelecidos no Edital.

Foram declaradas vencedoras as empresas **SUDOESTE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ nº 51.339.854/0001-38, no valor de R$ 8.057,20; **VACCARIN & ALFF LTDA – EPP**, CNPJ nº 18.574.431/0001-27, no valor de R$ 716,40; **ZILDA COUTO DA SILVA**, CNPJ nº 04.553.390/0001-88, no valor de R$ 14.948,00; **TOSCANDISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 10.828.263/0001-47, no valor de R$ 33.688,00; **ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 52.415.955/0001-03, no valor de R$ 1.343,20; e **ELLIAS NUNES MOTION LTDA**, CNPJ nº 56.212.662/0001-80, no valor de R$ 160.972,05, perfazendo o valor total adjudicado de R$ 219.724,85 (duzentos e dezenove mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Fica autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedir os documentos necessários à plena consolidação do previsto nesta licitação, inclusive a formalização das respectivas Atas de Registro de Preços.
São José das Palmeiras-PR, 07 de outubro de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:F4FD3F38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR:
COMUNICADO DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR
COMUNICADO DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, comunica aos interessados que será realizado sorteio entre as empresas credenciadas e habilitadas no âmbito do Edital de Credenciamento nº 01/2026, cujo objeto é o credenciamento de empresas para o fornecimento de refeições prontas (marmitas/marmitex), acompanhadas de bebida, destinadas ao atendimento das demandas do Município.
O sorteio tem por finalidade definir a empresa que iniciará o atendimento das demandas, conforme previsto no item 5.3 do edital.
Participarão do sorteio as seguintes empresas credenciadas e habilitadas:

Nº	EMPRESA	SITUAÇÃO
01	JUAN MATHEUS JANDREY DA SILVA	HABILITADA
02	48.889.961ALCIDIR WEBRA DO NASCIMENTO	HABILITADA

Após a definição da empresa que iniciará o atendimento, as demais empresas credenciadas seguirão a ordem cronológica de seus respectivos pedidos de credenciamento, considerando-se a data e o horário do protocolo, conforme estabelecido no edital.

Data do sorteio: 15/10/2026
Horário: 09h00min
Local ou meio de realização: Secretaria Municipal de Administração.

São José das Palmeiras – PR, 09 de outubro de 2026.

CLAUDINEI FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:908C453D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 179/2026 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA AO SERVIDOR JONATHA MARQUES DO NASCIMENTO

PORTARIA N° 179 de 08 de outubro de 2026

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: JONATHA MARQUES DO NASCIMENTO	
Cargo: Motorista	
CPF: 063.XXX.XX9-46	**RG:** 9.XXX.XX0-5
Destino: São José das Palmeiras/PR a Curitiba/PR.	
Justificativa: Buscar paciente **Sebastião de Mello** de alta no Hospital de Clinicas em Curitiba/Pr.	
Veículo: Fiat Argo	**Placa:** UCP-4B43
Saída: 08 de outubro de 2026	**Retorno:** 09 de outubro de 2026
Valor Unitário da Diária: R$ 400,00	**Quantidade de Diária:** 01 (uma)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 400,00 (quatrocentos reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:62BD9BE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2026

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 030/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras – PR, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI, da Lei Municipal nº 402/2009, torna-se público o resultado do **Pregão Eletrônico nº 030/2026 – Processo Licitatório nº 066/2026**, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, com o seguinte resultado:

Proponente Vencedora	CNPJ	Valor Total Adjudicado
SUDOESTE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	51.339.854/0001-38	R$ 8.057,20
VACCARIN & ALFF LTDA – EPP	18.574.431/0001-27	R$ 716,40
ZILDA COUTO DA SILVA	04.553.390/0001-88	R$ 14.948,00
TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	10.828.263/0001-47	R$ 33.688,00
ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	52.415.955/0001-03	R$ 1.343,20
ELLIAS NUNES MOTION LTDA	56.212.662/0001-80	R$ 160.972,05
TOTAL ADJUDICADO		**R$ 219.724,85**

São José das Palmeiras, 07/10/2026.

Publique-se

WESLEY CLAUDINO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:CE11CBD9

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATA Nº 005/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ATA Nº 005/2026
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, quinta-feira, às nove horas, nas dependências da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de São José das Palmeiras, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Esporte, nos termos da convocação publicada em 02 de outubro de 2026, conforme publicada a Convocação, na Edição Nº: 3629, no Diário Oficial do Estado do Paraná e contou com a presença dos conselheiros, conforme a lista de presença. Aberta a reunião foi passado à apreciação da Ordem do Dia, conforme segue: Como **primeira pauta**, foi informado aos conselheiros sobre o andamento do recurso do Fundo Estadual do Esporte para a **Linha I – Obras, reformas, aquisição de equipamentos e materiais permanentes**, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para aquisição de veículo para transporte de atletas. Foi informado que a licitação está em andamento e nos próximos dias será realizada a aquisição do veículo; para a **Linha II – Políticas públicas municipais**, voltadas a ações e serviços continuados no esporte, no valor de R$ 28.441,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais), para aquisição de materiais esportivos. Foi informado que ainda não foi realizada a execução deste recurso; para a **Linha IV – Seleção de projetos para reforma ou construção de ginásios e praças esportivas**, o município recebeu o valor de R$ 452.994,01 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e um centavo), para reforma do Ginásio de Esportes 19 de Março. Como contrapartida para essa obra, o município depositou na conta específica o valor de R$ 50.332,67 (cinquenta mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 10% do valor previsto para a obra. Foi informado que os trâmites internos foram iniciados; sobre o **recurso do FEE depositado em novembro de 2025, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, continua em conta e destinado à Reforma do Campo Sintético de Futebol da área urbana do Município, mas os trâmites internos foram iniciados. Na **segunda pauta**, foi informado ao Conselho que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte não conseguiu dar início aos procedimentos para realizar a Conferência Municipal de Esportes e elaborar o Plano Decenal do Esporte para São José das Palmeiras, mas que o fará nos próximos dias. Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Cathiuscia Nathieli Hoffmann, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos(as) presentes.

_____
AGNALDO ALVES COUTO

_____
CATHIUSCIA NATHIELI HOFFMANN

_____
DIONATÃ JOSÉ DE SOUZA

_____
FERNANDO JOÃO SELATCHECK

_____
GEDIELSON TAVARES PINTO

_____
JÚLIO CESAR XAVIER

_____
MARIA APARECIDA DAS CHAGAS

_____
REGINA HELENA DAPPER FAGUNDES

_____
ROBERTO CARLOS ROSA

_____
SHAIANA ANDRESSA BORBA DE OLIVEIRA COUTO

_____
SILVANIR PINTO MACIEL

_____
SOLANGE PÁDUA DE ARAÚJO COLOMBELLI

_____
THIAGO GABRIEL NERY DA SILVA

_____
VALÉRIA ZIEM

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:F8A4CD16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026 PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 83/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, DE FORMA PARCELADA, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 23 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 09 de outubro de 2026.

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:AFFEB6D6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2026-PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 84/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2026, do tipo**: MENOR PREÇO POR LOTE**. A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO **AQUISIÇÃO DE TRATOR E TRITURADOR DE GALHOS, DESTINADO A DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E FOMENTO AGROPECUÁRIO, CONFORME CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 997943/2026, E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS COMPATÍVEIS, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **28 DE OUTUBRO DE 2026, às 09:00 horas**. O recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia 28 de outubro de 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 09 de outubro de 2026.

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:B35FC9F9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 06 de NOVEMBRO do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS: https://bll.org.br/ , **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada do Bahú	Pavimentação em CBUQ	81.563,37 m²	450 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/ e na plataforma BLL COMPRAS: https://bll.org.br/ . Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
São Pedro do Paraná, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:487B0EC0

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 52/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e M. MARTINS VIAGENS LTDA–ME, CNPJ/MF nº 18.590.524/0001-45

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviço integrado de passeio turístico, para pessoas idosas e equipe técnica

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026 DE 07/10/2026.
OBJETO: passeio turístico
08.001.08.241.0026.2.072. - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO A PESSOA IDOSA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid	Valor
01	Passeio a Salto Bandeirantes, município de Santa Fé-PR, no dia 11 de novembro de 2026. Horário de saída às 5h (manhã). Retorno 17h30 (tarde) - 75 participantes. Incluso: - ônibus DD ano 2025 com 64 lugares leito, Turismo; - Van ano 2024 com 19 lugares; - Entrada do parque; - Café da manhã; - Almoço (água, suco e refrigerante); - Piscina; - Passeio de charrete; - Pedalinho; - Bingo; - Forrozinho; - Lanche da tarde; - Guia cadastur a bordo.	Serv	25.000,00

Valor global: **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:F766B090

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO PE Nº 30/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ/MF nº90.180.605/0001-02

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de seguro veicular para automóveis pertencentes à frota de veículos da Prefeitura

Municipal de São Pedro do Paraná – Estado do Paraná (Saúde e Esporte)

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 30/2026-PMSPPR de 21 de setembro de 2026.
OBJETO: seguro veicular
06.001.27.812.0021.2054 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
07.001.10.301.0022.2060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
33.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Veiculo: RENAULT / MASTER RAY L3PAS PASSAGEIRO 16 LUGARES VEIC. : NOVO -TIPO: 07 - MICROÔNIBUS - CHASSI: 93YF62S00VJ666813 ANO/MODELO: 2026/2027 (DEPARTAMENTO: SECRETARIA DE SAÚDE)	2.191,43
02	Veiculo: FIAT STRADA ULTRA CABINE DUPLA CD TURBO 200 AT CHASSI 9BD281BMYVYCP2959 ANO/MODELO 2026/2027 (DEPARTAMENTO: SECRETARIA DE ESPORTES)	1.081,71

Valor global: **R$ 3.273,14 (três mil e duzentos e setenta e três reais e quatorze centavos)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:456AF99F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 405/2026

DECRETO Nº 405/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando o contido no Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, elaborado pela empresa contratada C.M. MOTA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.997.441/0001-80, Contrato Nº 126/2026.

Considerando o relatório consistente no resumo das condições de insalubridade e periculosidade, apresentado pela empresa contratada, através do qual está patentemente demonstrado as unidades administrativas respectivas, a relação dos cargos e atividades desenvolvidas, bem como ainda os graus de insalubridade e periculosidade e os respectivos agentes e risco e o adicional a receber, de acordo com os Art. 189 e 191 da CLT,

DECRETA

Art. 1º - Fica Homologado a atualização do Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, elaborado pela empresa contratada C.M. MOTA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.997.441/0001-80.

Art. 2º - Os servidores farão jus à percepção do adicional de insalubridade e periculosidade nos percentuais indicados pelos peritos subscritores do referido Laudo.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, providenciará a partir da publicação deste Decreto, o enquadramento de todos os servidores públicos nos moldes e nas tabelas indicadas nos Laudos Técnicos atualizados a que se refere o Artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo Único – Quando houver variação nas atividades desenvolvidas, poderá o órgão de biometria do Município, mediante indicação da Secretaria respectiva, promover a verificação presencial nos locais de exercício da função, a fim de verificar o enquadramento do servidor no desempenho de atividades que indiquem o direito à percepção do adicional de insalubridade e periculosidade, nos termos previstos no respectivo laudo.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná - Pr, 09 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:044A2E16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO 22/2026 - CMDCA

Resolução nº 22/2026

SÚMULA: Convoca suplente de Conselheiro Tutelar para substituição temporária.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, neste ato representado por sua Presidente Phamela Souza Freitas Santana.

CONSIDERANDO a Eleição Extraordinária para Suplente de Conselheiro Tutelar, realizada em 30 de maio de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição temporária de Conselheira Tutelar titular, em razão de seu afastamento por motivo de atestado médico;
CONSIDERANDO o não comparecimento do candidato em 4° lugar na Eleição Extraordinária para Suplente de Conselheiro Tutelar, realizada em 30 de maio de 2026, após convocação para comparecer à Secretaria Municipal de ASsistência Social de São Pedro do Paraná;
CONSIDERANDO a Resolução nº 18/2026 do CMDCA, que estabelece nova convocação individual e sucessiva dos suplentes, observada a ordem de classificação;

RESOLVE:
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Pedro do Paraná CONVOCA o suplente DANIELI RAEL DE SOUZA, classificada em 5º lugar na Eleição Extraordinária para Suplente de Conselheiro Tutelar, realizada em 30 de maio de 2026, para comparecer à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Paraná, nº 555, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação desta Resolução, para tratar de assuntos relacionados à sua convocação para substituição temporária no Conselho Tutelar.
Art. 2º O não comparecimento ou a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido observará o disposto na Resolução nº 18/2026 do CMDCA.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 07 de outubro de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS SANTANA
Presidente do CMDCA

(Republicado em razão de data errada da resolução)

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:28AE88DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2026

Torna-se pública a homologação da Dispensa de Licitação a que se refere o processo administrativo sob o nº 02/2026, cujo objeto é **Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para a Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira/PR.**
Sendo adjudicado a Empresa **DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA**, com sede à Rua Porto União, nº 115, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Município de Lages/SC, CEP 88508-140, inscrito no CNPJ sob nº 47.257.471/0001-43.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Edilaine Ferreira Dos Santos Silva
Código Identificador:64958CDA

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA 02/2026

Após análise do processo administrativo acima mencionado, que trata da **Dispensa de Licitação para Aquisição de Ar-Condicionado** para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, estando o procedimento em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor da contratação se enquadra nos limites legais e foram observados todos os requisitos e formalidades exigidos pela legislação vigente.

RATIFICO, a contratação da **Empresa DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA**, com sede à Rua Porto União, nº 115, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Município de Lages/SC, CEP 88508-140, inscrito no CNPJ sob nº 47.257.471/0001-43, com Dispensa de Licitação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Edilaine Ferreira Dos Santos Silva
Código Identificador:AA43E9FF

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 46 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 46 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre alteração da reprogramação do superávit financeiro exercício vigente e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferida pela lei municipal nº 1.509 de 11 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para assegurar a continuidade e a execução das ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de **alteração da reprogramação do superávit financeiro**, visando adequar a utilização dos recursos às necessidades atuais da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2026, *registrada em Ata de N.º 316/2026.*

RESOLVE

Art. 1º. Aprovar a **alteração da reprogramação do superávit financeiro** dos recursos vinculados à **Fonte 3745 E 3934**, para o exercício financeiro de 2026, conforme Planilha em anexo, previamente aprovada por este Conselho.

Art. 2º. – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

LUANA SANTOS DE MORAIS
Presidente do CMAS

ALTERAÇÃO

Reprogramação do Superávit Financeiro por Fonte - FMAS – Exercício 2026

Fonte: 3745 - Índice de Gestão Descentralizada – Programa Auxilio Brasil – IGDPAB
Rec. Federal c/c 19.361-5

Fonte	Especificação	Total
3745 IGDAB	Material de consumo	314,63
	TOTAL	**314,63**

Substituir o valor previsto no Código Red. 239 - Equipamentos permanente

Fonte: 3934 – Financiamento da Proteção Social Básica SUAS
Rec. Federal c/c 16.734-7

Fonte	Especificação	Total
3934 Bloco PSB	Outros Serviços de Pessoa Física	20.000,00
	TOTAL	**20.000,00**

Deduzir do Código Red. 201 R$ 20.000,00 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:4AFD5CFF

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 47 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 47 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o recebimento de recursos da Emenda Parlamentar alocada no Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social, destinado a estruturação do SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferida pela lei municipal nº 1.509 de 11 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a apresentação da Emenda Parlamentar, Programação 412600920260001 de autoria do Deputado Federal

Pedro Lupion, cujo objeto é a Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do SUAS.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e estabelece a organização dos serviços socioassistenciais integrantes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na modalidade fundo a fundo, no âmbito da Ação Orçamentária 219G – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Portaria SNAS/MDS nº 47, de 25 de abril de 2025, que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes passíveis de aquisição com recursos transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no âmbito do SUAS;

CONSIDERANDO que a aquisição dos materiais permanentes deverá observar a finalidade aprovada na programação cadastrada no Sistema Estrutura SUAS, a compatibilidade dos itens com o rol padronizado vigente e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à execução dos recursos federais.

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2026, *registrada em Ata de N.º 316/2026.*

RESOLVE

Art. 1º. Aprovar, a utilização do recurso com o valor de **R$ 100.000,00 (cento mil reais) (GND 4)** destinado por meio da emenda parlamentar Programação n.º 412600920260001 para estruturar a rede de Serviços e Fortalecer a Gestão dos Suas;

Art. 2º. O Plano de Trabalho será analisado posteriormente pelo Conselho Municipal de Assistência Social, com descrição da aplicação do referido recurso;

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

LUANA SANTOS DE MORAIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:AEF58746

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 48 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 48 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Alteração no Plano de Ação do Município referente ao Piso Único de Assistência Social (PAS) Exercício 2026 e dá outras providencias.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião ordinária, realizada no dia 09 de outubro de 2026, registrada em Ata nº 316;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a **Alteração no Plano de Ação do Município de São Sebastião da Amoreira-PR,** para o Co financiamento do Governo Estadual do Sistema Único de Assistência Social, referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS, exercício de **2026,** inclusão no atendimento da PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/ALTA COMPLEXIDADE/SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGENCIAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

LUANA SANTOS DE MORAIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:5F878997

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 49 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 49 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Município referente ao Piso Único de Assistência Social (PAS) Exercício 2027 e dá outras providencias.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.509, de 11 de outubro de 2017, e suas alterações, bem como a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal de Assistência Social;

Considerando a importância do cofinanciamento estadual para a execução, manutenção e aprimoramento dos serviços socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando a apresentação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Município de São Sebastião da Amoreira – PR, referente à utilização dos recursos do Piso Único de Assistência Social – PAS para o exercício de 2027;

Considerando a análise e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, realizada em reunião ordinária no dia 09 de outubro de 2026, conforme Ata nº 316/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Termo de Adesão e Plano de Ação do Município de São Sebastião da Amoreira-PR, para o Co financiamento do Governo Estadual do Sistema Único de Assistência Social referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS - Exercício de **2027.**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

LUANA SANTOS DE MORAES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:54008AB3

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 50 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 50 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Município de São Sebastião da Amoreira – PR, referente ao cofinanciamento estadual para o Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, conforme Deliberação nº 055/2024 – CEAS/PR, e dá outras *providências.*

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.509, de 11 de outubro de 2017, e suas alterações, bem como a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal de Assistência Social;

Considerando a Deliberação nº 055/2024 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, que dispõe sobre o repasse de recursos fundo a fundo para atendimento de requisições de acolhimento institucional de pessoas idosas e pessoas com deficiência;

Considerando a necessidade de garantir proteção social especial às pessoas idosas e às pessoas com deficiência que se encontram em situação de risco social, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e que necessitam de acolhimento institucional;

*Considerando a apresentação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Município de São Sebastião da Amoreira – PR, r*eferentes ao cofinanciamento estadual destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência;

Considerando a análise e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, realizada em reunião ordinária no dia 09 de outubro de 2026, conforme Ata nº 316/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão do Município de São Sebastião da Amoreira – PR ao cofinanciamento estadual previsto na Deliberação nº 055/2024 – CEAS/PR, para o exercício 2027 destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.
Art. 2º Aprovar o Plano de Ação - exercício 2027 apresentado pelo órgão gestor municipal da Política de Assistência Social, referente à utilização dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/PR, destinados ao custeio do acolhimento institucional, conforme as finalidades e condições estabelecidas na referida Deliberação.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

LUANA SANTOS DE MORAES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:90644650

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 21/2025

Súmula: Designa servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Designar o senhor **LUIZ CARLOS DA SILVA**, CPF nº 514.000.069-53, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a partir do dia 21 de janeiro de 2025, assumir a função de Vigilante Noturno, símbolo FG-5, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para vigiar e manter a ordem na Unidade Mista do Município de São Sebastião da Amoreira Municipal e executar outras tarefas correlatas, conforme determina as atribuições do cargo.

Art. 2º -Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 21 de janeiro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:CD86E600

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 279 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

EMENTA: Designa servidora para responder interinamente pelo cargo comissionado de Chefe do Setor de Programas de Saúde por motivo de substituição e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 66, e inciso II do art. 96 da Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Amoreira;

CONSIDERANDO *a necessidade de garantir a continuidade administrativa, a liderança e o pleno funcionamento do Setor de Programas de Saúde;*

CONSIDERANDO *o afastamento temporário da titular do cargo, servidora* ***Bruna Cristina Miguel****, em razão de licença-maternidade;*

CONSIDERANDO *a conveniência e o relevante interesse público,*

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **HELLEN ESTEVEM BRAGA**, matrícula funcional nº 1742, ocupante do cargo comissionado de Chefe do Setor de Cotações, para **responder interinamente** pelo cargo comissionado de **Chefe do Setor de Programas de Saúde**, durante o período do afastamento legal da titular.

Art. 2º A designação de que trata esta Portaria é efetuada a título de substituição temporária, sem prejuízo das garantias da titular e sem necessidade de rescisão do vínculo funcional da servidora designada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 14/10/2026.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 08 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

ADÃO RODRIGUES DA COSTA
Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Portaria nº 260/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:EDACB47E

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - CT Nº 125/2025

01º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DE VALOR DO CONTRATO Nº 125/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 25/2025

CONTRATANTE: Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situado na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade nº 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADA: Sra. CLEONITA NEVES, inscrita no CPF nº 551.371.059-53, com endereço na Praça Comendador Geremias Lunardelli, nº 84, Centro, CEP 86.240-000, São Sebastião da Amoreira/PR.

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e o prazo de execução do Contrato nº 125/2025, oriundo da Inexigibilidade nº 25/2025, com nova vigência de 01 de outubro de 2026 até 01 de outubro de 2027.

- Cláusula Segunda: Para o período prorrogado, fica aplicado o reajuste de 4,47% (quatro vírgula qua-renta e sete por cento), correspondente ao IPCA-E acumulado nos últimos 12 meses até setembro de 2026, conforme divulgação do IBGE. O valor mensal passa de R$ 2.000,00 para R$ 2.089,40, e o valor global para 12 (doze) meses passa de R$ 24.000,00 para R$ 25.072,80.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato original, desde que não colidam com os efeitos deste Termo Aditivo.

Foro: Comarca de Assaí - PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:00254F2D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - CT Nº 391/2023

3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR DO CONTRATO Nº 391/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira/PR, CNPJ nº 09.000.336/0001-29.

CONTRATADA: MEDIC TEC AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 06.183.150/0001-64.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 165/2023. Protocolo nº 5897/2026.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução e reajuste do valor do Contrato nº 391/2023, cujo objeto é a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde pertencentes aos grupos A, B e E.

PRAZO: 12 (doze) meses, com término em 09 de outubro de 2027.

VALOR: R$ 23.245,33 (vinte e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) para o período de 12 (doze) meses, após reajuste pelo IPCA/IBGE de 4,108810% (08/2025 a 08/2026).

FUNDAMENTAÇÃO: Cláusulas Terceira e Quinta, alínea “d”, do contrato original; art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.192/2001; Parecer Jurídico nº 239/2026.

FORO: Comarca de Assaí/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:72E6081B

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÕNICA Nº 28/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº 28/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos da Ata da Sessão, expedida pelo Agente de Contratação, aprovamos a realização da despesa.

Ratificamos com Dispensa de Licitação, nos termos da justificativa acima e com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025, a contratação das seguintes empresas:

D&D COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, estabelecida na TRV Cupuaçu, nº. 279, Bela Vista, CEP: 85 460 000, no Município de **Quedas do Iguaçu,** no Estado do **Paraná,** inscrita no CNPJ sob nº **68.283.375/0001-40**.

Valor total da despesa: R$ 12.170,00 (doze mil e cento e setenta reais).

Pagamento: Conforme previsão.

São Sebastião da Amoreira, 09 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ISABELLA LOURENÇO PARAIZO FIORI
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Local

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:571C5202

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 43/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 43/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2026 EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 162/2026, 163/2026 E 164/2026 - COM VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES.

OBJETO: **Aquisição de materiais e equipamento para o projeto TEACOLHER da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do município de Sapopema-Pr**.

Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **LUBE GESTAO E VENDAS LTDA,** com o valor de R$: 520,00 (quinhentos e vinte reais), **ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA,** com o valor de R$: 5.495,20 (cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), **SC COMERCIAL EIRELI**, com o valor de R$: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). Totalizando o valor do certame em R$ 9.615,20 (Nove Mil, Seiscentos e Quinze Reais e Vinte Centavos).

Sapopema Pr, 09 de outubro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D7E381E3

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 256/2026

DECRETO Nº 256/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Júnior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com as Leis Municipal nº 1047/2017 e 336/93 (Estatuto dos Servidores Municipais),

R E S O L V E

Art. 1º - Revogar o Decreto nº 332/2026 que concedeu gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE-1, pelo exercício de atividades em regime especial de tempo integral, ao Sr. Valdinei Candido da Cruz matrícula nº 797-1.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir do dia 01/10/2026.
.

Sapopema, 09 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:3436B093

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 270/2026/SMSA

Concede licença especial à servidora da Autarquia Águas de Sarandi, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o contido no artigo n° 144 da Lei n° 10/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Especial à servidora **CLODIMARA APARECIDA DOS SANTOS LUIZ**, matrícula nº **1691**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO**, referente ao período aquisitivo de **21/10/2018 a 20/10/2023**, correspondente a 90 (noventa) dias, em razão do exercício ininterrupto de suas funções pelo período de 05 (cinco) anos.

Art. 2º Autorizar a conversão em pecúnia de 30 (trinta) dias da Licença Especial referida no artigo anterior, restando 60 (sessenta) dias para gozo oportuno ou eventual conversão em pecúnia, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.
Sarandi/PR, 09 de outubro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Flavia Jordana Inacio
Código Identificador:C40AD968

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 271/2026/SMSA

Concede licença especial a servidor da Autarquia Águas de Sarandi, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o contido no artigo n° 144 da Lei n° 10/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Especial ao servidor **ELTON OSVALDO CUNICO**, matrícula nº **1031**, ocupante do cargo de **ENGENHEIRO CIVIL**, referente ao período aquisitivo de **13/07/2020 a 12/07/2025**, correspondente a 90 (noventa) dias, em razão do exercício ininterrupto de suas funções pelo período de 05 (cinco) anos.

Art. 2º Autorizar a conversão em pecúnia da totalidade dos 90 (noventa) dias da Licença Especial referida no artigo anterior, , não restando dias para gozo oportuno ou eventual conversão em pecúnia, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 09 de outubro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Flavia Jordana Inacio
Código Identificador:7448141C

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 272/2026/SMSA

Concede licença especial a servidor da Autarquia Águas de Sarandi, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o contido no artigo n° 144 da Lei n° 10/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Especial ao servidor **KENZI SATO JUNIOR**, matrícula nº **1231**, ocupante do cargo de **ELETROTÉCNICO**, referente ao período aquisitivo de **04/03/2021 a 03/03/2026**, correspondente a 90 (noventa) dias, em razão do exercício ininterrupto de suas funções pelo período de 05 (cinco) anos.

Art. 2º Autorizar a conversão em pecúnia de 60 (sessenta) dias da Licença Especial referida no artigo anterior, não restando dias para gozo oportuno ou eventual conversão em pecúnia, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 09 de outubro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Flavia Jordana Inacio
Código Identificador:0301B985

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA 088/2026

Súmula: Concede *Pensão por Morte* em virtude do falecimento do Servidor *Adilson Marques da Silva* e dá outras providências.

GILSON RUFINO DE SOUZA Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames do **art. 47, inciso II, da Lei Complementar Municipal n° 264/2011,** alterada pela **Lei Complementar Municipal n° 320/2015 c/c Art. 40, §§ 7º e 8º, da CF**.

I – Considerando o requerimento protocolado junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER PENSÃO POR MORTE a **Sra. LEONICE HONORIO,**inscrito no CPF sob nº 550.xxx.xxx-91, em virtude do falecimento do servidor inativo **ADILSON MARQUES DA SILVA,**inscrito no CPF sob nº 524.xxx.xxx-91, sob a matrícula 10426, com o cargo de Aposentado.

Art. 2º - A presente Pensão por Morte é concedida pela regra prevista no Art. 47, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 264/2011, alterada pela Lei Complementar Municipal n° 320/2015 c/c Art. 40, §§ 7º e 8º, da CF.

Art. 3º - O valor do provento de pensão por morte será de R$ 3.110,78 (tres mil cento e dez reais e setenta e oito centavos) e seu reajuste será sem paridade.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data do óbito, ocorrido em 02/10/2026

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE

SARANDI, em 09 de Outubro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do PRESERV

Publicado por:
Roberto Vagner Sant Ana Junior
Código Identificador:162FB701

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA N° 089/2026

Súmula: Aposenta a servidora *Clarice Frez da Silva* e dá outras providências.

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames **art. 40, §1°, I, da CF/88** (Redação anterior à EC 103/2019) **c/c art. 34, §1°, da LC Municipal n° 264/2011,** cuja eficácia deu-se aos 18/12/2011.
I – Considerando a Tríplice Perícia Médica protocolada junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ a servidora **CLARICE FREZ DA SILVA,** inscrita no CPF sob. n° 958.xxx.xxx-53, lotada do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo sob a matrícula nº 6134, com o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais– NIV01.

Art. 2° - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40, §1°, I, da CF/88 (Redação anterior à EC 103/2019) c/c art. 34, §1°, da LC Municipal n° 264/2011.

Art. 3° - O valor do provento de aposentadoria é de R$ 789,54 (setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), devendo ser complementado a fim de assegurar a percepção do piso mínimo municipal de R$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais) sendo que seu reajuste será sem paridade, de acordo com o §8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4° - A vacância do cargo supracitado dar-se-à quando da eficácia do registro inerente a legalidade do presente ato.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE

SARANDI, em 09 de outubro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do Preserv

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:482D68C3

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
RETIFICAÇÃO

A **CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI – PRESERV**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 73.310.153/0001-09, com sede na Avenida Londrina, nº 72, Centro, Sarandi/PR, neste ato representada por seu Superintendente, **GILSON RUFINO DE SOUZA**, e a empresa **CONTABILIDADE ESPACIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 04.612.215/0001-14, neste ato representada por seu representante legal, **ALMIR JOÃO ARMELIN**, doravante denominadas, respectivamente, LOCATÁRIA e LOCADORA, resolvem celebrar o presente **TERMO DE RETIFICAÇÃO**, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Retificação tem por objeto corrigir erro material constante do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2023, especificamente quanto ao período de vigência indicado na Cláusula Segunda, item 2.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Onde se lê:
"O presente contrato terá sua vigência prorrogada de **04/09/2025 a 03/09/2026**, totalizando assim 48 (quarenta e oito) meses de execução, dentro dos limites permitido, conforme inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93."
2.2. Leia-se:
"O presente contrato terá sua vigência prorrogada de **04/09/2026 a 03/09/2027**, totalizando assim 48 (quarenta e oito) meses de execução, dentro dos limites permitidos, conforme inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93."

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NATUREZA DA RETIFICAÇÃO
3.1. A presente retificação decorre de **erro material de redação** constante do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2023, não implicando alteração do objeto, dos valores, das demais condições contratuais ou da vontade das partes.
3.2. Registra-se que a publicação, tempestiva, do 3º Termo Aditivo no Diário Oficial ocorreu com a vigência correta de **04/09/2026 a**

03/09/2027, sendo a presente retificação destinada exclusivamente a adequar o instrumento contratual à vigência efetivamente pactuada e publicada.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 10/2023 e no respectivo 3º Termo Aditivo, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Retificação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sarandi/PR, 08 de outubro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA

Contabilidade Espacial LTDA
ALMIR JOÃO ARMELIN

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:8AD28F97

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
RETIFICAÇÃO

A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI – PRESERV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 73.310.153/0001-09, com sede na Avenida Londrina, nº 72, Centro, Sarandi/PR, neste ato representada por seu Superintendente, **GILSON RUFINO DE SOUZA**, e, de outro lado, o Sr. **JAYME LUIZ ARMELIN** e sua esposa, Sra. **DULCINEIA RODRIGUES ARMELIN**, doravante denominados LOCADORES, resolvem celebrar o presente TERMO DE RETIFICAÇÃO, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Retificação tem por objeto corrigir erro material constante do **3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2023**, especificamente quanto ao período de vigência indicado na Cláusula Segunda, item 2.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Onde se lê:
"O presente contrato terá sua vigência prorrogada de **04/09/2025 a 03/09/2026**, totalizando assim 48 (quarenta e oito) meses de execução, dentro dos limites permitido, conforme inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93."
2.2. Leia-se:
"O presente contrato terá sua vigência prorrogada de **04/09/2026 a 03/09/2027**, totalizando assim 48 (quarenta e oito) meses de execução, dentro dos limites permitidos, conforme inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93."

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NATUREZA DA RETIFICAÇÃO
3.1. A presente retificação decorre de **erro material de redação** constante do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2023, não implicando alteração do objeto, dos valores, das demais condições contratuais ou da vontade das partes.
3.2. Registra-se que a publicação, tempestiva, do 3º Termo Aditivo no Diário Oficial ocorreu com a vigência correta de **04/09/2026 a 03/09/2027**, sendo a presente retificação destinada exclusivamente a adequar o instrumento contratual à vigência efetivamente pactuada e publicada.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 11/2023 e no respectivo 3º Termo Aditivo, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Retificação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sarandi/PR, 08 de outubro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA

JAYME LUIZ ARMELIN

DULCINEIA RODRIGUES ARMELIN

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:F32D4D1A

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 19/2026

Altera as atribuições do cargo de Procurador Jurídico da Lei Complementar nº 447, de 22 de agosto de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo inciso IV do art. 18, e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e alínea *d* do inciso VII do art. 33 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara Municipal de Vereadores, do Projeto de Lei Complementar nº 684/2026, de autoria **da Mesa Diretora.**

CONSIDERANDO que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, sendo um requisito indispensável à eficácia do ato normativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo do referido projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Poder Executivo na data de 15/9/2026, através do ofício nº 158/2026/CMS;

CONSIDERANDO que os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso;

CONSIDERANDO que o lapso temporal decorrido não o impede de atestar a existência da norma jurídica, visto que subsiste a obrigatoriedade de sua promulgação;

CONSIDERANDO que o negócio jurídico fora legalmente formalizado, não há quaisquer prejuízos, bem como observando princípio da razoabilidade, moderação e adequação entre os meios a serem utilizados e a finalidade a ser alcançada;

CONSIDERANDO que a composição do Poder Legislativo que vai promulgar a lei não ser diferente daquela que a aprovou, pois já houve a manifestação soberana e regular do parlamento sobre a matéria;

CONSIDERANDO que houve a sanção tácita, por parte do prefeito, do Projeto de Lei Complementar nº **684/2026**, já que, no prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, não se manifestou pela sua aprovação, e nem por veto;

CONSIDERANDO o teor do inciso IV do art. 18 e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e a alínea *d* do inciso VII do art. 33, do Regimento Interno que, no silêncio do Prefeito, cabe ao Presidente da Câmara a promulgação;

RESOLVE:

Art. 1º Promulgar a Lei Complementar nº 518/2026, oriunda do Projeto de Lei Complementar nº 684/2026, **da Mesa Diretora** cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º Publique-se.

REGISTRE-SE e AFIXE-SE.

Câmara Municipal de Sarandi, 9 de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

LEI COMPLEMENTAR Nº 518/2026

Altera as atribuições do cargo de Procurador Jurídico da Lei Complementar nº 447, de 22 de agosto de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;
LEI:

Art. 1º Fica alterado o Anexo III da Lei Complementar nº 447, de 22 de agosto de 2023, das atribuições do cargo de Procurador Jurídico, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 9 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

ANEXO I
TABELA DE COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Cargo	Competências	Atribuições	Requisitos de Investidura	Carga Horária
Procurador Jurídico	I - prestação exclusiva de assessoramento jurídico ao exercício das competências e atribuições da Presidência.	I - assessorar a Presidência da Câmara Municipal nos assuntos de natureza jurídica, submetidos à sua apreciação; II - opinar sobre proposições sujeitas ao despacho da Presidência ou à deliberação do Plenário; III - prestar esclarecimento, quando convocado, ao Plenário da Câmara Municipal, sobre matéria de sua competência; IV - orientar, quando demandado, sobre projetos de lei a serem deliberados pela Câmara, Resoluções, Decreto Legislativo e outros atos da Mesa Diretora; V- executar outras tarefas inerentes à sua área de atuação que sejam regularmente atribuídas.	I - Formação de nível superior completo em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em Direito e registro na OAB. II - Pessoa de reconhecida ética e moral no gozo dos direitos civis e políticos, sendo amplamente respeitado, preparado, justo, imparcial, articulador, mediador de conflitos e com capacidade de liderança.	30 horas semanais

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:9140089F

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2026

Dispõe sobre a aceitação do "Veto integral nº 2/2026" ao Projeto de Lei nº 3.586/2025, de autoria dos vereadores Thayná Menegazze Maciel e Aparecido Biancho, o qual "Fixa a data de entrega dos uniformes escolares e materiais escolares para o primeiro mês de volta às aulas conforme calendário escolar no Município de Sarandi.".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e o senhor Presidente, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, em especial pelos incisos IV e V do art. 18, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte:

Decreto Legislativo
Art. 1º Fica, por força deste Decreto Legislativo, em conformidade com o que dispõe o § 2º do art. 73, do Regimento Interno desta Casa de Leis, aceito o veto integral nº 2/2026, ao Projeto de Lei nº 3.586/2025, de autoria dos vereadores Thayná Menegazze Maciel e Aparecido Biancho, o qual "Fixa a data de entrega dos uniformes escolares e materiais escolares para o primeiro mês de volta às aulas conforme calendário escolar no Município de Sarandi.".
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 9 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:0BB63A2F

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2026

Dispõe sobre a aceitação do "Veto integral nº 2/2026" ao Projeto de Lei nº 3.586/2025, de autoria dos vereadores Thayná Menegazze Maciel e Aparecido Biancho, o qual "Fixa a data de entrega dos uniformes escolares e materiais escolares para o primeiro mês de volta às aulas conforme calendário escolar no Município de Sarandi.".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e o senhor Presidente, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, em especial pelos incisos IV e V do art. 18, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte:

Decreto Legislativo
Art. 1º Fica, por força deste Decreto Legislativo, em conformidade com o que dispõe o § 2º do art. 73, do Regimento Interno desta Casa de Leis, aceito o veto integral nº 2/2026, ao Projeto de Lei nº 3.586/2025, de autoria dos vereadores Thayná Menegazze Maciel e Aparecido Biancho, o qual "Fixa a data de entrega dos uniformes escolares e materiais escolares para o primeiro mês de volta às aulas conforme calendário escolar no Município de Sarandi.".
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 9 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:927D6CAB

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
LEI COMPLEMENTAR Nº 518/2026

Altera as atribuições do cargo de Procurador Jurídico da Lei Complementar nº 447, de 22 de agosto de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;
LEI:

Art. 1º Fica alterado o Anexo III da Lei Complementar nº 447, de 22 de agosto de 2023, das atribuições do cargo de Procurador Jurídico, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 9 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

ANEXO I
TABELA DE COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Cargo	Competências	Atribuições	Requisitos de Investidura	Carga Horária
Procurador Jurídico	I - prestação exclusiva de assessoramento jurídico ao exercício das competências e atribuições da Presidência.	I - assessorar a Presidência da Câmara Municipal nos assuntos de natureza jurídica, submetidos à sua apreciação; II - opinar sobre proposições sujeitas ao despacho da Presidência ou à deliberação do Plenário; III - prestar esclarecimento, quando convocado, ao Plenário da Câmara Municipal, sobre matéria de sua competência; IV - orientar, quando demandado, sobre projetos de lei a serem deliberados pela Câmara, Resoluções, Decreto Legislativo e outros atos da Mesa Diretora; V- executar outras tarefas inerentes à sua área de atuação que sejam regularmente atribuídas.	I - Formação de nível superior completo em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em Direito e registro na OAB. II - Pessoa de reconhecida ética e moral no gozo dos direitos civis e políticos, sendo amplamente respeitado, preparado, justo, imparcial, articulador, mediador de conflitos e com capacidade de liderança.	30 horas semanais

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:93D926B9

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026-CMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026-CMS

Pelo presente instrumento, fica **RETIFICADO** o Termo de Homologação referente a Dispensa de Licitação nº 022/2026-CMS, Processo Administrativo nº 026/2026-CMS, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3634, de 09/10/2026, sob o código identificador EA19FF04, exclusivamente quanto ao valor unitário do item 4, em razão de **erro material** de digitação.
Onde se lê:

F. B. ELÉTRICAS LTDA, incrito no CNPJ: 34.691.822/0001-88.

Item	Descrição Detalhada	Unidade de medida	Qtd	Valor unitário	Valor total
4	**Ar-condicionado tipo split** Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, 12.000 BTU/h; Tecnologia Inverter; Refrigerante R-32; Filtro lavável; Função turbo e timer; Nível de ruído interno ≤ 40 dB(A) e externo ≤ 55 dB(A); Eficiência energética classe A; Controle remoto incluso. Ciclo frio. Voltagem: 220 volts.	unidade	6	R$1.999,00	R$11.940,00
VALOR TOTAL: R$11.940,00 (onze mil, novecentos e quarenta reais)					

Leia-se:

F. B. ELÉTRICAS LTDA, incrito no CNPJ: 34.691.822/0001-88.

Item	Descrição Detalhada	Unidade de medida	Qtd	Valor unitário	Valor total
4	**Ar-condicionado tipo split** Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, 12.000 BTU/h; Tecnologia Inverter; Refrigerante R-32; Filtro lavável; Função turbo e timer; Nível de ruído interno ≤ 40 dB(A) e externo ≤ 55 dB(A); Eficiência energética classe A; Controle remoto incluso. Ciclo frio. Voltagem: 220 volts.	unidade	6	R$1.990,00	R$11.940,00
VALOR TOTAL: R$11.940,00 (onze mil, novecentos e quarenta reais)					

A presente retificação tem por finalidade exclusiva corrigir erro material de digitação referente ao valor unitário ofertado pela empresa homologada ao item 4, não implicando qualquer alteração quanto à identidade da empresa, aos lotes homologados, aos valores das propostas, ao resultado do procedimento, à decisão de homologação ou às demais condições estabelecidas no Termo de Homologação original.
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições constantes do Termo de Homologação original, para todos os efeitos legais.
Sarandi, 09 de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:35739826

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 3156/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a comercialização de comidas e de bebidas por veículos denominados food trucks no Município de Sarandi – PR

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Carlos Alberto de Paula Júnior**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei, de autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei disciplina o exercício da atividade de comercialização de alimentos e bebidas por veículos denominados food trucks no Município de Sarandi.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se food truck o veículo automotor ou rebocado, adaptado para a preparação, o armazenamento ou a comercialização de alimentos e bebidas diretamente ao consumidor, de caráter eventual e de modo estacionário.

§ 2º A atividade poderá ser exercida:

I - em feiras gastronômicas e artesanais realizadas em vias e áreas públicas;

II - em eventos corporativos, particulares e públicos.

§ 3º O exercício da atividade observará a legislação sanitária, ambiental, urbanística, de trânsito, de acessibilidade, de prevenção contra incêndios e de proteção ao consumidor.

§ 4º A licença para o exercício da atividade não substitui a autorização para uso de espaço público nem as demais autorizações legalmente exigíveis.

Art. 2º Os veículos utilizados na atividade deverão ter comprimento máximo de 6,00 m (seis metros) e largura máxima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e ser retirados do local ao término das atividades.

§ 1º O veículo rebocador deverá ser retirado da área de atendimento ao público durante o funcionamento da atividade, retornando para o transporte do equipamento após o encerramento, ressalvadas situações de emergência.

§ 2º A instalação e a operação dos equipamentos deverão preservar a circulação de veículos e pedestres, a acessibilidade e os acessos aos imóveis e aos serviços de emergência.

Art. 3º Esta Lei não se aplica às demais modalidades de comércio ambulante e às atividades submetidas a disciplina municipal específica que não se enquadrem na definição do art. 1º.

CAPÍTULO II

DOS ALIMENTOS E DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 4º Poderão ser comercializados alimentos preparados, produtos alimentícios industrializados e produtos prontos para consumo, perecíveis ou não, observadas as condições sanitárias e o objeto da licença ou da habilitação legalmente exigível.

Parágrafo único. Poderão ser comercializados água, refrigerantes, sucos, chás, balas e gomas de mascar provenientes de fabricação industrial, sem prejuízo da comercialização de cerveja e chope nas condições previstas nesta Lei.

Art. 5º A comercialização de alimentos perecíveis dependerá da utilização de equipamentos que assegurem as condições adequadas de conservação, resfriamento, congelamento ou aquecimento, conforme a natureza dos produtos e a legislação sanitária aplicável.

Art. 6º Os dias, os horários e os locais das feiras realizadas em vias e áreas públicas, inclusive os períodos de montagem e desmontagem, serão definidos por portaria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. A definição dos locais e horários deverá observar a capacidade do espaço, a circulação de pessoas e veículos, a acessibilidade, a segurança, o controle de ruídos e as restrições estabelecidas na legislação.

Art. 7º Os horários das feiras poderão ser ampliados às sextas-feiras, aos sábados e às vésperas de feriados, mediante ato motivado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, observadas as condições previstas no art. 6º.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá organizar feiras-piloto ou temporárias para avaliar a viabilidade da realização periódica de eventos.

§ 1º A participação dependerá de divulgação pública das condições de habilitação e dos critérios de seleção.

§ 2º Quando o número de interessados habilitados superar a capacidade do espaço público, a seleção observará critérios objetivos, previamente divulgados, assegurada a igualdade de oportunidades.

§ 3º Poderão ser adotados sorteio ou rodízio entre os interessados habilitados, conforme as características do evento e a legislação aplicável ao uso do espaço público.

§ 4º As regras de seleção não dispensam as licenças e autorizações legalmente exigíveis.

Art. 9º Nas vias e áreas públicas, dependerão de autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - a utilização de dispositivos sonoros ou visuais, respeitados os limites de ruído e as demais restrições legais;

II - a instalação de mesas e cadeiras;

III - a instalação de brinquedos infláveis de utilização gratuita.

Parágrafo único. A autorização prevista neste artigo não dispensa o atendimento às exigências de segurança, acessibilidade, prevenção contra incêndios e responsabilidade técnica, quando cabíveis.

Art. 10. São obrigações do responsável pela atividade:

I - manter disponíveis os documentos de identificação do titular, de seus auxiliares e prepostos, bem como os documentos relativos ao exercício da atividade;
II - assegurar que seus auxiliares e prepostos cumpram as condições da licença e as disposições desta Lei;
III - manter a licença ou o documento comprobatório de sua dispensa legal disponível à fiscalização e, quando exigível, em local visível ao público;
IV - requerer a renovação da licença nos prazos aplicáveis;
V - manipular, armazenar e comercializar alimentos de procedência comprovada e regularizados perante os órgãos competentes, conforme as exigências aplicáveis a cada categoria de produto;
VI - observar as normas sanitárias relativas ao armazenamento, ao transporte, à manipulação e à comercialização de alimentos;
VII - manter limpa a área utilizada e seu entorno, disponibilizando recipientes adequados para o acondicionamento dos resíduos;
VIII - providenciar a coleta e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, óleos e efluentes, vedado seu lançamento na rede de águas pluviais;
IX - utilizar sistema de captação de fumaça e odores quando exigido pelas características do preparo dos alimentos e pela legislação aplicável;
X - assegurar a higiene pessoal e do vestuário dos manipuladores de alimentos;
XI - manter os veículos, os equipamentos e os utensílios conservados, higienizados e em condições seguras de funcionamento.

Art. 11. É vedado ao responsável pela atividade:
I - comercializar bebidas alcoólicas, ressalvadas a cerveja e o chope, observadas as restrições legais de fornecimento a crianças e adolescentes;
II - comercializar produtos não abrangidos pela licença, quando exigível;
III - manter para comercialização ou comercializar produtos sem procedência comprovada, adulterados, impróprios para consumo ou com prazo de validade vencido;
IV - transferir a terceiros a licença ou a autorização de uso de espaço público sem previsão legal e anuência do órgão competente;
V - realizar alterações nas características do veículo ou do equipamento que dependam de autorização sem obtê-la previamente;
VI - instalar o equipamento em local não autorizado, quando exigível autorização específica;
VII - causar dano ao patrimônio público ou particular no exercício da atividade;
VIII - utilizar árvores, bancos, grades, postes, canteiros ou edificações públicas como suporte para equipamentos ou exposição de mercadorias sem autorização;
IX - perfurar calçadas ou vias públicas para fixação de equipamentos sem autorização do órgão competente;
X - instalar divisórias, tapumes ou estruturas semelhantes em espaço público sem autorização;
XI - descartar resíduos em vias ou logradouros públicos, fora dos locais e das condições admitidos pela legislação;
XII - ingressar com o veículo na área de atendimento ao público após o início do evento ou retirá-lo antes do encerramento, salvo autorização da organização ou situação de emergência.

Art. 12. Os veículos deverão atender às normas de trânsito e de segurança aplicáveis.

Parágrafo único. As alterações sujeitas à autorização dos órgãos de trânsito deverão ser previamente aprovadas e comunicadas ao Município quando modificarem as condições consideradas no licenciamento da atividade.

Art. 13. A instalação de food trucks deverá observar distância mínima de 150 m (cento e cinquenta metros) de escolas, rodoviárias, prontos-socorros, hospitais e delegacias de polícia.

§ 1º A distância será medida em linha reta entre o ponto mais próximo da área ocupada pela atividade e o limite do imóvel em que estiver instalado o estabelecimento protegido.
§ 2º Não poderão ser acrescentadas, por ato administrativo fundado nesta Lei, outras categorias de estabelecimentos sujeitas à distância mínima prevista no caput.§ 3º O disposto neste artigo não afasta restrições específicas previstas em outras leis.

Art. 14. A realização de evento que implique fechamento de via pública dependerá de autorização dos órgãos municipais competentes

e de permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

Parágrafo único. Deverão ser observadas as exigências de sinalização, comunicação à população e preservação dos acessos, conforme a legislação de trânsito.

CAPÍTULO III
DO LICENCIAMENTO

Art. 15. Poderão exercer a atividade os empresários individuais, inclusive os enquadrados como Microempreendedores Individuais – MEI, e as pessoas jurídicas regularmente constituídas, observadas as condições desta Lei.

§ 1º Serão respeitados os procedimentos simplificados, as dispensas de atos públicos de liberação e as demais garantias previstas na legislação aplicável às atividades econômicas e aos pequenos negócios.
§ 2º A dispensa de licença para o exercício da atividade não autoriza a ocupação de espaço público sem o correspondente título, quando exigível.
§ 3º A existência de outra licença em nome do interessado ou a participação societária em outra empresa licenciada não constituem, isoladamente, impedimento ao exercício da atividade.
§ 4º Para a distribuição de vagas em um mesmo evento realizado em espaço público, poderá ser adotado o limite de uma vaga por titular, desde que previsto no instrumento de seleção e justificado pela insuficiência de espaço e pela necessidade de ampliar o acesso dos interessados.
§ 5º A limitação prevista no § 4º não impede a renovação da licença para o exercício da atividade nem se estende automaticamente a eventos realizados em imóveis privados.

Art. 16. O requerimento de licença, quando exigível, será apresentado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e acompanhado de:

I - identificação e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do empresário individual ou do representante legal;
II - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
III - documento de registro empresarial ou ato constitutivo atualizado, conforme a natureza do requerente, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
IV - descrição dos alimentos e das bebidas que serão comercializados;
V - comprovação de capacitação em boas práticas de manipulação de alimentos, conforme as exigências sanitárias aplicáveis;
VI - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, quando exigível para o veículo utilizado;
VII - comprovação do atendimento às exigências sanitárias aplicáveis à atividade e ao equipamento, observadas as dispensas legais.
§ 1º O CRLV comprova a regularidade veicular e não substitui a comprovação das condições sanitárias.
§ 2º Documentos complementares somente poderão ser exigidos quando necessários à comprovação de requisitos previstos em lei, mediante indicação do fundamento e da finalidade da exigência.
§ 3º O regulamento disciplinará os procedimentos de apresentação e verificação dos documentos, observadas as regras de simplificação administrativa.

Art. 17. A licença terá validade de 1 (um) ano e poderá ser renovada por iguais períodos, mediante requerimento do interessado e comprovação da manutenção das condições exigidas.
§ 1º A realização de vistorias observará a classificação de risco da atividade e as hipóteses de dispensa previstas na legislação.
§ 2º O indeferimento do pedido de licença ou de renovação deverá ser motivado, assegurada a possibilidade de recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da ciência da decisão.
§ 3º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la ou encaminhá-lo à autoridade hierarquicamente superior.
§ 4º A constatação do exercício da atividade sem licença, quando exigível, dará origem à autuação e ao procedimento previsto nesta Lei, sem prejuízo de medida cautelar legalmente cabível.

Art. 18. A licença poderá ser:
I - anulada, quando constatada ilegalidade em sua concessão, mediante processo administrativo;
II - cassada, nas hipóteses previstas nesta Lei, após decisão administrativa definitiva;
III - extinta a pedido do titular ou pelo encerramento de sua validade, quando não renovada.
§ 1º A necessidade de alteração do local autorizado em espaço público deverá ser demonstrada em decisão motivada, assegurada a manifestação do interessado e prazo razoável para cumprimento, ressalvadas situações de urgência devidamente justificadas.
§ 2º A alteração ou a extinção da autorização de uso de determinado espaço público não implica, por si só, cassação da licença para o exercício da atividade em outro local regularmente autorizado.

CAPÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES

Art. 19. O descumprimento das obrigações e proibições previstas nesta Lei sujeita o infrator, mediante processo administrativo, às seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III - suspensão da licença para o exercício da atividade;

IV - apreensão de produtos ou equipamentos diretamente relacionados à infração;

V - cassação da licença.

§ 1º A escolha das sanções considerará a gravidade da conduta, o risco ou dano produzido, a vantagem obtida, os antecedentes e a reincidência.

§ 2º As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, desde que a cumulação seja necessária, proporcional e expressamente motivada.

§ 3º A aplicação de sanção mais gravosa não dependerá de advertência anterior quando a natureza e a gravidade da infração a justificarem, observadas as hipóteses desta Lei.

§ 4º A mesma circunstância não poderá ser utilizada mais de uma vez para agravar a sanção.

§ 5º A aplicação desta Lei será coordenada com os regimes sancionatórios específicos, vedada a duplicidade de punição de mesma natureza pelo mesmo fato e fundamento.

Art. 20. Para os fins desta Lei, as infrações classificam-se em:

I - leves: descumprimentos formais ou operacionais sanáveis que não produzam dano nem risco concreto à saúde, à segurança ou ao meio ambiente e que não se enquadrem nos incisos II ou III;
II - graves: exercício da atividade sem licença exigível, ocupação de local sem autorização exigível, descumprimento de determinação regular de correção de infração leve ou conduta que produza risco concreto à saúde, à segurança ou ao meio ambiente, sem configurar infração gravíssima;
III - gravíssimas: adulteração de alimentos, comercialização consciente de produtos impróprios para consumo, utilização de documento falso para obtenção da licença ou conduta que produza dano relevante à saúde, à segurança ou ao meio ambiente.
Parágrafo único. A classificação deverá indicar os fatos, as provas e o enquadramento aplicável, não podendo decorrer exclusivamente de afirmação genérica da autoridade.

Art. 21. A advertência será aplicada à primeira infração leve, com indicação das medidas de regularização e de prazo compatível com sua execução.

§ 1º A multa será fixada nos seguintes valores:
I - R$ 500,00 (quinhentos reais), para infração leve quando cabível a multa em razão de reincidência;

II - R$ 1.000,00 (mil reais), para infração grave;
III - R$ 2.000,00 (dois mil reais), para infração gravíssima.
§ 2º Na reincidência, a multa correspondente à classificação da nova infração será acrescida de 100% (cem por cento), sem incidência sucessiva do acréscimo sobre multas anteriormente majoradas.
§ 3º Considera-se reincidência a prática de nova infração ao mesmo dispositivo no período de 12 (doze) meses contado da decisão administrativa definitiva que reconheceu a infração anterior.
§ 4º Os valores serão atualizados anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses a partir da entrada em vigor desta Lei.
§ 5º O Poder Executivo divulgará os valores atualizados, vedada a utilização do ato de atualização para promover aumento real das multas.

Art. 22. A suspensão da licença poderá ser aplicada por prazo de 1 (um) a 30 (trinta) dias, nas seguintes hipóteses:

I - infração gravíssima;
II - reincidência em infração grave;
III - descumprimento de determinação de regularização quando a continuidade da atividade representar risco concreto à saúde, à segurança ou ao meio ambiente.

Parágrafo único. A duração da suspensão será motivada segundo os critérios do art. 19 e não afasta a necessidade de sanar a irregularidade para retomar a atividade.

Art. 23. A apreensão será limitada aos produtos ou equipamentos diretamente relacionados à infração e cuja retirada seja necessária à cessação da irregularidade ou à proteção da saúde, da segurança ou do meio ambiente.

§ 1º A apreensão será formalizada em termo que identifique os bens, seu estado, a quantidade, o fundamento da medida e o responsável pela guarda.
§ 2º Os equipamentos serão restituídos após a cessação do fundamento da apreensão e a comprovação da titularidade ou posse legítima, não podendo a restituição ser condicionada exclusivamente ao pagamento de multa.
§ 3º A destinação de alimentos perecíveis ou impróprios para consumo observará a legislação sanitária, com registro técnico e documental da providência adotada.
§ 4º A inutilização de produtos antes da conclusão do processo somente será admitida quando indispensável à proteção da saúde ou à prevenção de dano, mediante fundamentação técnica e preservação das provas possíveis.

Art. 24. A cassação da licença poderá ser aplicada:
I - quando comprovada fraude determinante para sua obtenção;
II - em caso de reincidência em infração gravíssima;
III - quando o titular mantiver a atividade em descumprimento de suspensão regularmente imposta e da qual tenha sido cientificado.

Parágrafo único. A cassação dependerá de decisão administrativa definitiva que demonstre a insuficiência de medida menos gravosa.

CAPÍTULO V
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 25. A apuração das infrações observará o seguinte procedimento:
I - lavratura de auto de infração por agente competente, com identificação do autuado, descrição dos fatos, indicação das provas e dos dispositivos infringidos;
II - notificação do autuado para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
III - instrução do processo, assegurado o acesso aos autos e a apresentação de documentos e requerimentos de prova;
IV - decisão motivada, com exame dos argumentos da defesa e indicação dos fundamentos da eventual sanção;
V - notificação da decisão, com informação sobre o prazo e a autoridade competente para apreciar o recurso.

§ 1º O indeferimento de prova deverá ser motivado, especialmente quando considerada ilícita, impertinente, desnecessária ou protelatória.
§ 2º Caso sejam juntados elementos novos relevantes após a defesa, o interessado será intimado para manifestação no prazo de 10 (dez) dias úteis antes da decisão.
§ 3º A decisão em primeira instância caberá à autoridade administrativa competente no âmbito do órgão fiscalizador, distinta do agente responsável pela autuação.
§ 4º Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da ciência da decisão, dirigido à autoridade que a proferiu, que poderá reconsiderá-la ou encaminhá-lo à autoridade hierarquicamente superior.
§ 5º O recurso terá efeito suspensivo quanto às sanções, sem prejuízo da manutenção de medida cautelar que permaneça necessária e devidamente fundamentada.
§ 6º As notificações deverão permitir a comprovação da ciência do interessado, admitidos os meios eletrônicos na forma da legislação aplicável.
§ 7º A ausência de defesa não dispensa a comprovação da infração nem a motivação da decisão.
§ 8º A multa somente será exigível após a conclusão da instância administrativa, observada a legislação municipal de cobrança.

Art. 26. O agente público competente poderá determinar, cautelarmente, a interdição de atividade, a suspensão da comercialização ou a apreensão de produtos e equipamentos quando necessária para impedir risco concreto e iminente à saúde, à segurança ou ao meio ambiente.

§ 1º A medida cautelar deverá:
I - indicar os fatos e o risco que justificam sua adoção;
II - limitar-se ao necessário para afastar o risco;
III - ser formalizada e comunicada ao interessado, preferencialmente no momento de sua execução;
IV - ser submetida à autoridade competente para revisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º O interessado poderá impugnar a medida a qualquer tempo, mediante apresentação de elementos que demonstrem sua desnecessidade ou a regularização da situação.
§ 3º A autoridade decidirá a impugnação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 4º A medida será revogada assim que cessarem seus pressupostos, mediante verificação das condições que motivaram sua adoção.
§ 5º A ausência de licença, isoladamente considerada, não caracteriza o risco exigido neste artigo, sem prejuízo das providências previstas em legislação específica.
§ 6º A medida cautelar não constitui antecipação de sanção e não afasta a instauração do processo administrativo.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 27. As licenças regularmente concedidas sob a vigência da Lei nº 2.744, de 13 de outubro de 2021, permanecerão válidas até o término dos respectivos prazos, ressalvadas as hipóteses legais de anulação, cassação ou extinção.

§ 1º Os titulares terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da entrada em vigor desta Lei, para adequação aos novos requisitos documentais e operacionais por ela instituídos.
§ 2º O prazo de adaptação não dispensa o cumprimento das exigências sanitárias e de segurança anteriormente aplicáveis nem impede a adoção de medidas urgentes legalmente cabíveis.
§ 3º A renovação requerida durante o prazo de adaptação observará as exigências desta Lei, respeitado o prazo remanescente para cumprimento dos novos requisitos abrangidos pelo § 1º.
§ 4º A preservação da licença para o exercício da atividade não prorroga automaticamente a autorização de uso de espaço público, que observará seu prazo e suas condições próprias.
§ 5º As garantias processuais previstas nesta Lei serão observadas nos processos administrativos em curso, preservados os atos validamente praticados.

§ 6º As novas disposições sancionatórias não serão aplicadas a fatos anteriores à sua vigência para agravar a situação do interessado.

Art. 28. A execução desta Lei caberá aos órgãos municipais competentes, observadas suas atribuições legais e as normas de responsabilidade fiscal e de execução orçamentária.

Parágrafo único. Esta Lei não institui taxas nem autoriza sua cobrança sem fundamento em legislação tributária específica.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à execução desta Lei, vedada a criação, por regulamento, de infrações, sanções ou restrições ao exercício da atividade sem fundamento legal.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº 2.744, de 13 de outubro de 2021.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Sarandi-PR, 07 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito de Sarandi

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:42BD8D84

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 3157/2026

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 2.754, de 16 de novembro de 2021, para modificar os critérios de concessão de diárias aos motoristas e acompanhantes, estabelecer regras de não cumulatividade, disciplinar a percepção de horas extraordinárias pelos motoristas e acompanhantes e alterar os valores constantes do Anexo III.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Carlos Alberto de Paula Júnior**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei, de autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Art. 1º O art. 33 da Lei Ordinária nº 2.754, de 16 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. Os motoristas que realizarem transporte de passageiros rotineiramente, em obediência às normas municipais de prestação de serviços, bem como os acompanhantes, quando for o caso, terão as despesas decorrentes do deslocamento e da alimentação custeadas na forma estabelecida no Anexo III desta Lei.
§ 1º Consideram-se acompanhantes os servidores públicos que, pelo exercício de suas funções, realizam o acompanhamento de pessoa assistida pelo Município, quando, em razão de sua condição clínica, faixa etária, deficiência, grau de dependência ou outra circunstância devidamente justificada, houver necessidade de acompanhamento durante o deslocamento.
§ 2º Excepcionalmente, poderá ser designado mais de 1 (um) acompanhante para o mesmo deslocamento, mediante autorização expressa do Secretário Municipal responsável e justificativa formal que demonstre a necessidade e a complexidade do acompanhamento, considerando as condições específicas da pessoa assistida, a natureza do atendimento, o grau de dependência ou outros fatores que tornem insuficiente o acompanhamento por apenas 1 (um) servidor.
§ 3º Para os deslocamentos realizados por motoristas e acompanhantes com distância de até 100 (cem) quilômetros, não será concedida diária, sendo permitido exclusivamente o reembolso das despesas efetivamente comprovadas ou o adiantamento sujeito à posterior prestação de contas, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei.
§ 4º A distância para fins de enquadramento na tabela constante do Anexo III será aferida entre a unidade administrativa ou Secretaria Municipal de origem do deslocamento e o local de destino do transportado, conforme os registros oficiais de viagem.
§ 5º É vedada a concessão cumulativa de diárias ao mesmo beneficiário referentes ao mesmo deslocamento e período, ainda que sejam identificadas diferentes modalidades de concessão previstas no Anexo III desta Lei.
§ 6º A percepção de diárias pelos motoristas e acompanhantes abrangidos pelo caput deste artigo não impede o pagamento de horas extraordinárias efetivamente prestadas, desde que previamente autorizadas, devidamente registradas e comprovadas, observados os requisitos, limites e demais condições estabelecidos na legislação municipal aplicável.
§ 7º Para os fins desta Lei, considera-se pernoite a permanência comprovada do servidor fora da sede do Município durante o período noturno, quando o deslocamento a serviço exigir sua permanência durante a noite fora do local habitual, à disposição do serviço ou em função deste
…… **(NR)**
Art. 2º O art. 35 da Lei Ordinária nº 2.754, de 16 de novembro de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Art. 35...... …….
Parágrafo único. Nos deslocamentos de até 100 (cem) quilômetros realizados por motoristas e acompanhantes, o reembolso dependerá da comprovação das despesas efetivamente realizadas, enquanto o adiantamento ficará sujeito à posterior prestação de contas, observados os procedimentos e documentos comprobatórios exigidos nesta Lei, ficando vedada a conversão automática do reembolso ou adiantamento em diária.
…….**(NR)**
Art. 3º Fica alterado o Anexo III, Tabela das Diárias para Motoristas e Acompanhantes, da Lei Ordinária nº 2.754, de 16 de novembro de 2021, que passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os valores previstos no Anexo III da Lei Ordinária nº 2.754, de 16 de novembro de 2021, aplicam-se aos motoristas e acompanhantes, observadas as condições, limitações e demais regras estabelecidas no Capítulo II da referida Lei.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar, no que couber, os procedimentos necessários à execução desta Lei, especialmente quanto à forma de apuração da quilometragem, concessão de reembolso ou adiantamento, documentação comprobatória e prestação de contas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito de Sarandi

ANEXO I
TABELA DE VALORES PARA MOTORISTAS E ACOMPANHANTES

<table>
<tr><td>Até 100km</td><td>Acima de 100 até 250 km</td><td colspan="2">Acima de 250 km</td></tr>
<tr><td rowspan="2">REEMBOLSO Até R$ 70,00</td><td rowspan="2">Deslocamento com ou sem pernoite</td><td>Sem pernoite</td><td>Com pernoite</td></tr>
<tr><td>R$ 80,00</td><td>R$ 175,00</td><td>R$ 350,00</td></tr>
</table>

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:F4EE3F7E

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 3158/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição, em caráter excepcional, do Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, em razão da evolução dos resultados do IDEB em no mínimo 2 (dois) décimos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Carlos Alberto de Paula Júnior**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei, de autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, o Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional, destinado a reconhecer a contribuição coletiva dos servidores e profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Sarandi em razão da evolução dos indicadores de qualidade da educação municipal aferidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado pelo Ministério da Educação, em pelo menos 2 (dois) décimos.

§ 1º O Prêmio de que trata esta Lei possui caráter excepcional e premial, fundamentado no reconhecimento institucional do resultado educacional alcançado pela Rede Municipal de Ensino, não constituindo contraprestação ordinária pelo exercício das atribuições do cargo, emprego ou função pública.

§ 2º A concessão prevista nesta Lei decorre exclusivamente do resultado educacional excepcional aferido no IDEB, com obrigatoriedade de evolução em ao menos 2 (dois) décimos, e não estabelece política permanente de pagamento.

§ 3º Para os fins desta Lei, considera-se resultado do IDEB o índice observado, apurado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para a Rede Municipal de Ensino de Sarandi, considerada a etapa de anos iniciais do ensino fundamental público e, quando divulgada, a etapa de anos finais, apurada por edição do IDEB e comparada com a edição imediatamente anterior divulgada, sendo vedado o uso de índice projetado ou da meta do IDEB.

Art. 2º Farão jus ao Prêmio os servidores e profissionais da educação que tenham contribuído para o resultado alcançado pela Rede Municipal de Ensino, observados os critérios objetivos estabelecidos nesta Lei e, quanto aos procedimentos de identificação dos beneficiários e de processamento e pagamento da premiação, quando necessário, em regulamento.

§ 1º Para fins deste artigo, serão considerados elegíveis os profissionais que, durante o período de referência do resultado educacional, tenham estado em efetivo exercício no ano letivo correspondente à divulgação do IDEB:

I - nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

II - no exercício de funções pedagógicas, de direção, coordenação ou suporte diretamente relacionadas às atividades educacionais; ou

III - em outras atividades da Secretaria Municipal de Educação que tenham relação direta com a execução, acompanhamento e desenvolvimento das políticas educacionais que contribuíram para o resultado alcançado.

§ 2º Não farão jus ao recebimento do Prêmio os servidores e profissionais da educação que tenham se ausentado justificada ou injustificadamente de suas atividades por período superior a 15 (quinze) dias úteis durante o ano letivo, ficando excluídas do cômputo as férias, as licenças-maternidade garantidas por lei, os feriados e os recessos escolares, bem como as ausências justificadas para procedimento cirúrgico, excluindo os estéticos e devidamente comprovadas na forma do regulamento.

§ 3º O regulamento poderá estabelecer critérios complementares destinados exclusivamente à comprovação do vínculo funcional e da efetiva participação do beneficiário no período considerado.

Art. 3º O Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional será concedido uma única vez, por edição do IDEB, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), em parcela única, por profissional elegível, que deverá ser pago no mês subsequente à publicação do resultado do IDEB pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O valor estabelecido neste artigo:
I - não será calculado com base no vencimento, remuneração, carga horária ou qualquer outra parcela remuneratória do servidor;

II - será uniforme para os profissionais enquadrados nos critérios desta Lei, ressalvadas hipóteses objetivamente estabelecidas na própria legislação;

III - não será utilizado como parâmetro para determinação de qualquer outra vantagem funcional ou pecuniária.

Art. 4º O Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional - IDEB constitui pagamento específico e exclusivo para fins de premiação pelo resultado institucional e coletivo alcançado pela Rede Municipal de Ensino, possuindo caráter excepcional, eventual e não remuneratório.

§ 1º O Prêmio de que trata esta Lei:

I - será pago exclusivamente a título de premiação, em parcela única, não constituindo vencimento, salário, subsídio, gratificação, adicional, abono, complementação salarial ou qualquer outra espécie remuneratória;

II - não será calculado sobre o vencimento, remuneração, subsídio ou qualquer outra espécie remuneratória percebida pelo beneficiário;

III - não incidirá nem servirá de base de cálculo para qualquer vantagem ou parcela remuneratória, inclusive adicionais, gratificações, férias, décimo terceiro salário, progressões, promoções ou quaisquer outros direitos ou vantagens funcionais, observada a legislação aplicável;

IV - não integrará a remuneração do beneficiário para qualquer efeito e não se incorporará aos vencimentos, salários, subsídios, proventos ou pensões;

V - não produzirá reflexos sobre qualquer espécie remuneratória ou vantagem funcional;

VI - não integrará a base de cálculo de benefícios ou vantagens funcionais, previdenciárias ou remuneratórias, ressalvadas as incidências que decorram obrigatoriamente de legislação federal ou de norma de hierarquia superior;

VII - não será considerado para fins de cálculo de margem consignável, progressão, promoção ou qualquer outra vantagem vinculada à remuneração do servidor;

VIII - não gera direito adquirido à sua percepção, repetição ou renovação em edições futuras do IDEB, ainda que sejam alcançados resultados iguais ou superiores em avaliações educacionais posteriores;

IX - não estabelece habitualidade, periodicidade ou expectativa de continuidade, extinguindo-se integralmente com o pagamento da parcela única prevista nesta Lei.

§ 2º O pagamento do Prêmio será identificado e processado de forma específica e destacada da remuneração ordinária dos beneficiários, mediante procedimento próprio da Administração Municipal, de modo a evidenciar sua natureza exclusiva de premiação e sua desvinculação das parcelas remuneratórias ordinariamente percebidas pelo servidor.

§ 3º Para fins administrativos, o pagamento do Prêmio não integrará a folha ordinária de remuneração dos servidores, devendo ser processado em lançamento específico, sem composição ou alteração da remuneração mensal do beneficiário, observadas as normas contábeis, fiscais, tributárias e previdenciárias aplicáveis.

§ 4º A concessão do Prêmio não produzirá alteração no padrão remuneratório, vencimento básico, subsídio ou remuneração dos beneficiários, nem poderá ser invocada como fundamento para

equiparação, isonomia remuneratória, incorporação ou extensão a outros servidores ou exercícios.

§ 5º O disposto neste artigo caracteriza os efeitos funcionais e remuneratórios atribuídos ao Prêmio pela presente Lei, sem prejuízo da observância das normas gerais de direito financeiro, fiscal, tributário e previdenciário aplicáveis.

§ 6º A tributação do Prêmio pelo Imposto sobre a Renda, quando cabível, observará a legislação federal aplicável.

Art. 5º A concessão do Prêmio não altera os vencimentos, tabelas salariais, planos de carreira ou quaisquer vantagens permanentes dos profissionais beneficiados.

Art. 6º A instituição do Prêmio tem por finalidade reconhecer, de forma excepcional, o resultado coletivo alcançado pela Rede Municipal de Ensino na evolução de no mínimo 2 (dois) décimos no IDEB, apurados na forma do art. 1º, § 3º, desta Lei, considerando a relevância social da melhoria dos indicadores educacionais e a contribuição dos profissionais envolvidos na execução das políticas públicas municipais de educação.

Parágrafo único. A premiação não decorre exclusivamente do desempenho individual de determinado servidor, mas do alcance de resultado institucional e coletivo aferido por indicador oficial da educação básica.

Art. 7º A concessão prevista nesta Lei não assegura aos beneficiários direito subjetivo à instituição de prêmio semelhante com base em quaisquer outros indicadores educacionais, cuja eventual premiação dependerá de nova autorização legislativa.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal, provenientes de recursos próprios, vedada a utilização dos recursos vinculados à parcela mínima destinada à remuneração dos profissionais da educação básica prevista na legislação do FUNDEB.

Art. 9º A concessão do Prêmio fica condicionada:

I - à existência de disponibilidade orçamentária e financeira;

II - à observância das demais normas de direito financeiro, orçamentário e de controle aplicáveis.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei exclusivamente quanto aos procedimentos necessários à identificação dos beneficiários, processamento e pagamento da premiação, vedada a ampliação das hipóteses de concessão nela previstas.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito de Sarandi

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:A2139A67

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 532/2026 ID 11164

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**RJ MARCAL AUDIO TECNOLOGIA LTDA**
CNPJ/CPF:	**10.494.777/0001-03**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 295.960,00 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta reais).**
VIGÊNCIA:	**13 de outubro de 2026 a 12 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**09 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:442AFE83

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 534/2026 ID 11166

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**VIA SOM BRASIL LTDA**
CNPJ/CPF:	**04.473.887/0001-96**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 86.462,00 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais).**
VIGÊNCIA:	**13 de outubro de 2026 a 12 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**09 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:9E11370F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 535/2026 ID 11167

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**VITOR & NETTO CATRACAS E EVENTOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**27.862.935/0001-33**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 17.800,00 (dezessete mil, oitocentos reais).**
VIGÊNCIA:	**13 de outubro de 2026 a 12 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**09 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:30AE6DA1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 498/2026 ID: 11130 PREGÃO Nº 50/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/10/2026. Edição 3634

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026
CONTRATO N° 489/2026
ID: 11130

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO N° 50/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**PARINA EMPREENDIMENTOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**01.473.534/0001-06**
OBJETO:	**Concessão de uso de espaço público a título oneroso, destinada à instalação de PARQUE DE DIVERSÃO durante a realização do Evento EXPORANDI/2026**
VALOR GLOBAL:	**R$20.000,00 (vinte mil reais).**

VIGÊNCIA:	**09 de outubro de 2026 a 08 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**06 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Deve-se ler:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026
CONTRATO N° 498/2026
ID: 11130

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**PARINA EMPREENDIMENTOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**01.473.534/0001-06**
OBJETO:	**Concessão de uso de espaço público a título oneroso, destinada à instalação de PARQUE DE DIVERSÃO durante a realização do Evento EXPORANDI/2026**
VALOR GLOBAL:	**R$20.000,00 (vinte mil reais).**
VIGÊNCIA:	**09 de outubro de 2026 a 08 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**06 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:878C26DC

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 526/2026 ID: 11158 PREGÃO Nº 52/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/10/2026. Edição 3633a

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 526/2026
ID 11158

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**ALPHA STUDIO PRODUCOES E MARKETING LTDA**
CNPJ/CPF:	**63.190.609/0001-90**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 11.000,00 (onze mil reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de março de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Deve-se ler:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 526/2026
ID 11158

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**ALPHA STUDIO PRODUCOES E MARKETING LTDA**
CNPJ/CPF:	**63.190.609/0001-90**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 11.000,00 (onze mil reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:BD91BF16

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 529/2026 ID: 11161 PREGÃO Nº 52/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/10/2026. Edição 3633a

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 529/2026
ID 11161

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**MOC ELETRONICA LTDA**
CNPJ/CPF:	**06.770.566/0001-89**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 14.980,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de março de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Deve-se ler:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 529/2026
ID 11161

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**MOC ELETRONICA LTDA**
CNPJ/CPF:	**06.770.566/0001-89**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 14.980,00 (quatorze mil, novecentos e oitenta reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:B2C8389B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 530/2026 ID: 11162 PREGÃO Nº 52/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/10/2026. Edição 3633a

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 530/2026

ID 11162

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**M. P. L. ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**07.888.592/0001-79**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 92.545,00 (noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de março de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Deve-se ler:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 530/2026
ID 11162

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**M. P. L. ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**07.888.592/0001-79**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 92.545,00 (noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:10AFA9BB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 531/2026 ID: 11163 PREGÃO Nº 52/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/10/2026. Edição 3633a

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 531/2026
ID 11163

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**R. GARDIM LOCACOES**
CNPJ/CPF:	**16.096.071/0001-70**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 442.395,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de março de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Deve-se ler:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 531/2026
ID 11163

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**R. GARDIM LOCACOES**
CNPJ/CPF:	**16.096.071/0001-70**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 442.395,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:CBCDA042

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 533/2026 ID: 11165 PREGÃO Nº 52/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/10/2026. Edição 3634

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 533/2026
ID 11165

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SEA - SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E LOCACOES LTDA**
CNPJ/CPF:	**06.227.610/0001-09**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 133.392,00 (cento e trinta e três mil, trezentos e noventa e dois reais).**
VIGÊNCIA:	**08 de outubro de 2026 a 07 de março de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Deve-se ler:

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PREGÃO N° 52/2026
CONTRATO Nº 533/2026
ID 11165

ORIGEM:	**Pregão N° 52/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SEA - SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E LOCACOES LTDA**
CNPJ/CPF:	**06.227.610/0001-09**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 133.392,00 (cento e trinta e três mil, trezentos e noventa e dois reais).**
VIGÊNCIA:	**09 de outubro de 2026 a 08 de abril de 2027.**
ASSINATURA:	**08 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:245BEAAF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2726/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR ,Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Contratação de empresa para prestação de serviços de locação, transporte, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, desmontagem e retirada de estruturas, equipamentos, sistemas de iluminação e elementos decorativos natalinos, destinados à ornamentação dos espaços públicos, durante o período das festividades natalinas de 2026/2027, no Município de Sarandi/PR"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
Sônia Regina Neves Zoboli / Ingridy Bianca da Silva / Anderson Botelho Marion / José Adilson dos Santos	FISCAL	SECULT - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E JUVENTUDE

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 09 de outubro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:757A2B6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
INSTRUÇÃO NORMARTIVA 03/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA SAS Nº 03/2026

Dispõe sobre a organização, as atribuições, as responsabilidades, os procedimentos operacionais e os fluxos de trabalho da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sarandi/PR.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SARANDI, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que estabelece a Vigilância Socioassistencial como um dos objetivos da Política de Assistência Social; CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS; CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e estabelece a Vigilância Socioassistencial como função da Política de Assistência Social; CONSIDERANDO as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial expedidas pelo órgão gestor federal; CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar, organizar e padronizar os processos de produção, sistematização, análise e disseminação das informações socioassistenciais no âmbito municipal; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer responsabilidades, procedimentos e fluxos para alimentação, conferência, validação e utilização dos registros e sistemas de informação do SUAS; RESOLVE: TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º. Esta Normativa Técnica dispõe sobre a organização, as atribuições, as responsabilidades, os procedimentos operacionais e os fluxos de trabalho da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sarandi/PR. Parágrafo único. A presente Normativa estabelece diretrizes para a produção, coleta, organização, sistematização, análise, monitoramento e disseminação de informações territorializadas, destinadas ao acompanhamento, planejamento, avaliação e aperfeiçoamento da Política Municipal de Assistência Social. Art. 2º. A presente Normativa tem por finalidade: I – regulamentar a atuação da Vigilância Socioassistencial no âmbito municipal; II – estabelecer procedimentos padronizados para a produção, coleta, validação, consolidação, análise e utilização das informações socioassistenciais; III – fortalecer os processos de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão da Política Municipal de Assistência Social, com base em evidências; IV – estabelecer as responsabilidades dos gestores, diretores, coordenadores, equipes técnicas e da Vigilância Socioassistencial quanto à produção, conferência, validação, encaminhamento, consolidação e utilização das informações; V – assegurar a padronização dos fluxos relacionados ao Registro Mensal de Atendimentos – RMA Municipal e ao Registro Mensal de Atendimentos – RMA Nacional; VI – contribuir para a qualificação dos diagnósticos socioterritoriais, estudos técnicos, boletins informativos, indicadores, relatórios e demais instrumentos de gestão produzidos pela Vigilância Socioassistencial; VII – promover a utilização das informações socioassistenciais como subsídio para a tomada de decisão, o planejamento da oferta e o aprimoramento da gestão do SUAS. Parágrafo Único: Para fins desta Normativa, denomina-se RMA Municipal o instrumento complementar de registro e consolidação adotado internamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sem prejuízo ou substituição do Registro Mensal de Atendimentos – RMA instituído nacionalmente (RMA Nacional) e dos respectivos formulários, conceitos, sistemas e prazos oficiais. Art. 3º. As disposições desta Normativa aplicam-se às unidades públicas, serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, compreendendo: I – Gestão do SUAS: a) Órgão gestor, diretorias técnicas e administrativas; b) Entidades e organizações de assistência social integrantes da rede socioassistencial e, no que couber, pessoas jurídicas contratadas ou parceiras do Município para execução de ações vinculadas à Política de Assistência Social. II – Proteção Social Básica: a) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; b) Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; c) Cadastro Único. III – Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; b) PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; c) SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social; d) SEMS - Serviço Especializado de Medidas Socioeducativas - LA e PSC. IV – Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) PAIM - Programa de Acolhimento Institucional Municipal; b) SFA - Serviço de Família Acolhedora; c) Acolhimentos Institucionais contratados por meio de subvenções. Parágrafo único. A atuação da Vigilância Socioassistencial observará as competências específicas de cada unidade, serviço, programa, projeto, benefício e área de gestão, não implicando subordinação técnica ou administrativa das unidades executoras à Vigilância Socioassistencial. Art. 4º. A atuação da Vigilância Socioassistencial observará os princípios, diretrizes e disposições estabelecidos na Constituição Federal, na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e nas demais normas, resoluções, portarias, orientações técnicas e instrumentos oficiais vigentes. § 1º Deverão ser observadas, especialmente, as normativas nacionais que regulamentam a Vigilância Socioassistencial, o Registro Mensal de Atendimentos – RMA e os sistemas oficiais de informação do SUAS. § 2º A atuação da Vigilância Socioassistencial deverá observar também a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais, transparência, acesso à informação, sigilo profissional e demais normas aplicáveis. Art. 5º.

Para os fins desta Normativa, considera-se Vigilância Socioassistencial uma função da Política de Assistência Social, constituída como área da Gestão do SUAS no âmbito municipal, responsável pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas relativas às situações de vulnerabilidade e risco social, às demandas da população, às violações de direitos e à capacidade instalada e às características da oferta da rede socioassistencial. Parágrafo único. As informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial deverão subsidiar o planejamento, a organização da oferta, o monitoramento, a avaliação e o aperfeiçoamento da Política Municipal de Assistência Social. Art. 6º. As informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial constituem instrumento estratégico de gestão e deverão subsidiar: I – o planejamento das ações da Política Municipal de Assistência Social; II – a elaboração e atualização do Diagnóstico Socioterritorial; III – o monitoramento da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; IV – a avaliação da cobertura, da qualidade e da capacidade de resposta da rede socioassistencial; V – a identificação de vulnerabilidades, riscos sociais, violações de direitos e demandas territoriais; VI – a organização e o planejamento das ações de busca ativa; VII – a elaboração de estudos técnicos, boletins informativos, relatórios gerenciais, mapas, indicadores e demais instrumentos de gestão; VIII – a prestação de informações aos órgãos de controle, às instâncias de pactuação e deliberação do SUAS, aos Conselhos de Assistência Social e aos demais órgãos da Administração Pública, quando legalmente exigida. TÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL Art. 7º. Compete à Vigilância Socioassistencial: I – produzir, sistematizar, organizar, consolidar, analisar e disseminar informações, indicadores sociais e dados territorializados relativos às vulnerabilidades, aos riscos sociais, às demandas da população e à oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; II – elaborar, atualizar e divulgar o Diagnóstico Socioterritorial do Município, identificando vulnerabilidades, potencialidades, demandas sociais, incidência de riscos e violações de direitos, capacidade instalada da rede socioassistencial e cobertura dos serviços ofertados; III – produzir estudos, pesquisas, levantamentos, análises técnicas, painéis, boletins informativos, relatórios gerenciais, mapas temáticos, indicadores e demais instrumentos destinados ao planejamento e à gestão da Política Municipal de Assistência Social; IV – monitorar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, utilizando informações provenientes dos sistemas oficiais e dos instrumentos de gestão do SUAS, verificando a compatibilidade entre a oferta existente e as necessidades identificadas no território; V – identificar situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios, subsidiando a organização da oferta dos serviços socioassistenciais, das ações de prevenção, proteção social e busca ativa; VI – acompanhar a relação entre as demandas da população e a capacidade de atendimento da rede socioassistencial, subsidiando a expansão, reorganização ou adequação dos serviços e programas; VII – apoiar tecnicamente a elaboração, o monitoramento e a avaliação dos instrumentos de planejamento da Política Municipal de Assistência Social, especialmente o Plano Municipal de Assistência Social, Plano de Ação, Relatórios de Gestão e demais instrumentos oficiais; VIII – produzir informações que subsidiem os processos de monitoramento, avaliação e tomada de decisão da gestão municipal, promovendo a qualificação da gestão baseada em evidências; IX – monitorar e utilizar os sistemas oficiais de informação do SUAS, incluindo, entre outros, CadSUAS, Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimentos – RMA, Cadastro Único, CECAD, SUASWeb e demais sistemas e bases oficiais pertinentes; X – promover a integração, compatibilização, qualificação e consistência das bases de dados utilizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as competências de cada área; XI – apoiar tecnicamente as unidades da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade quanto à produção, utilização e qualificação das informações socioassistenciais; XII – subsidiar a organização das ações de busca ativa, identificando famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social que demandem inclusão ou acompanhamento pelos serviços, programas e benefícios; XIII – elaborar e divulgar informações qualificadas destinadas aos gestores, trabalhadores do SUAS, Conselhos de Assistência Social, órgãos de controle e demais instâncias de gestão, observadas as normas relativas à proteção de dados pessoais e ao sigilo profissional; XIV – apoiar a territorialização da rede socioassistencial, contribuindo para a definição das áreas de abrangência, referência e planejamento das unidades socioassistenciais; XV – acompanhar a evolução dos indicadores sociais, demográficos, econômicos e territoriais relacionados às vulnerabilidades sociais, subsidiando a formulação de estratégias para o aperfeiçoamento da política pública; XVI – fornecer suporte técnico às equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social quanto à interpretação e utilização das informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial; XVII – realizar, quando necessário, visitas técnicas e institucionais para fins de assessoramento, monitoramento e qualificação das informações socioassistenciais, inclusive no âmbito do CNEAS, observadas as competências das demais áreas da gestão; XVIII – avaliar a percepção dos usuários quanto à qualidade, acesso, acolhimento, resolutividade e satisfação em relação aos serviços socioassistenciais ofertados, mediante instrumentos de pesquisa e avaliação; XIX – monitorar a incidência de situações de violência e violações de direitos, utilizando fontes oficiais e informações disponíveis no âmbito da política de assistência social; XX – propor alterações, adequações e atualizações nos instrumentos municipais de coleta e registro de informações, quando identificada necessidade de aprimoramento, observadas as normativas nacionais vigentes; XXI – desempenhar outras atividades inerentes à função de Vigilância Socioassistencial, previstas nas normativas que regulamentam o SUAS, observadas suas competências e finalidade institucional; XXII – desenvolver suas atividades considerando, de forma articulada, a vigilância de riscos e vulnerabilidades e a vigilância dos padrões dos serviços e benefícios socioassistenciais, contemplando a análise da demanda, da oferta, da cobertura e da qualidade da rede socioassistencial. § 1º A existência da equipe da Vigilância Socioassistencial não substitui as competências das equipes responsáveis pela execução dos serviços, dos Coordenadores, dos Diretores ou das demais áreas da gestão. No que se refere à produção, sistematização, análise e acompanhamento das informações e dos dados socioassistenciais, a Vigilância Socioassistencial atua em apoio à gestão, sem assumir as responsabilidades próprias das equipes executoras, dos Coordenadores, dos Diretores e das demais áreas da gestão. § 2º A Vigilância Socioassistencial exercerá função de apoio técnico, produção e análise de informações, monitoramento e assessoramento à gestão, não lhe cabendo, salvo previsão legal ou regulamentar específica, exercer função disciplinar ou fiscalizatória sobre trabalhadores ou unidades. Art. 8º. A Vigilância Socioassistencial integra a Gestão do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social e atuará de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Cadastro Único e demais áreas da gestão, observada a estrutura administrativa vigente. TÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS GESTORES, DIRETORES, COORDENADORES, EQUIPES E DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL Art. 9º. Compete aos Diretores da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média Complexidade e da Proteção Social Especial de Alta Complexidade assegurar a qualidade, a consistência e a fidedignidade das informações produzidas pelos serviços sob sua gestão, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Normativa, e encaminhá-las à Vigilância Socioassistencial sempre que solicitadas. Art. 10. Compete ao técnico responsável pela Vigilância Socioassistencial elaborar, organizar, analisar e responder tecnicamente pelos conteúdos e produtos da Vigilância, observadas as normativas vigentes. § 1º Compete ao Gestor do SUAS consolidar as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial e pelas demais áreas da gestão, realizando os encaminhamentos institucionais cabíveis. § 2º A consolidação pelo Gestor do SUAS não transfere a responsabilidade técnica pelo conteúdo produzido pela Vigilância Socioassistencial. Art. 11. São responsabilidades dos Diretores da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média Complexidade e da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: I – receber os Registros Mensais de Atendimentos – RMA Municipal encaminhados pelos respectivos equipamentos e serviços; II – realizar a conferência técnica dos dados registrados, verificando sua consistência, completude e conformidade com as ações efetivamente executadas; III – solicitar aos Coordenadores e às equipes dos serviços a correção de inconsistências, divergências ou omissões identificadas durante a

análise; IV – validar tecnicamente as informações registradas, responsabilizando-se, no âmbito de suas atribuições, pela veracidade e integridade dos dados encaminhados; V – assinar o RMA Municipal após a conclusão da conferência e validação das informações; VI – encaminhar o RMA Municipal, devidamente corrigido, validado e assinado, à Vigilância Socioassistencial, observando os prazos estabelecidos nesta Normativa; VII – acompanhar sistematicamente os indicadores produzidos pelos serviços sob sua responsabilidade, utilizando-os como instrumentos de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação; VIII – orientar e supervisionar as equipes quanto ao correto preenchimento dos instrumentos de registro e produção de informações. IX - elaborar, quando aplicável, planos de melhoria com base nos indicadores e nas informações produzidas, visando ao aprimoramento da qualidade dos serviços e dos atendimentos prestados. Art. 12. Compete aos Coordenadores dos equipamentos e serviços socioassistenciais: I – garantir o correto preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos – RMA Municipal, assegurando que os registros correspondam às ações efetivamente realizadas pelo serviço; II – conferir previamente as informações produzidas pela equipe técnica, verificando sua completude e coerência; III – promover, junto à equipe, as correções necessárias quando identificadas inconsistências ou divergências; IV – organizar e encaminhar o RMA Municipal ao respectivo Diretor, dentro do prazo estabelecido nesta Normativa; V – manter sob sua responsabilidade os registros, documentos e demais instrumentos que subsidiem a comprovação das informações prestadas; VI – colaborar com a Vigilância Socioassistencial na qualificação das informações, sempre que solicitado; VII – orientar as equipes quanto aos conceitos, critérios e procedimentos de registro estabelecidos pelos sistemas oficiais e por esta Normativa. Art. 13. Compete à Vigilância Socioassistencial, no âmbito do fluxo do RMA: I – receber os RMAs Municipais e Nacionais (CRAS e CREAS), devidamente conferidos, validados e assinados pelos Diretores responsáveis; II – verificar a consistência, a integridade e a padronização das informações registradas no RMA Municipal e encaminhadas ao RMA Nacional, observando sua conformidade com os instrumentos oficiais e, quando identificadas divergências, encaminhá-las às áreas responsáveis para as devidas correções. III – consolidar os dados municipais provenientes das unidades da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, observadas as informações efetivamente abrangidas pelos instrumentos oficiais; IV – produzir indicadores, análises técnicas, estudos, diagnósticos e demais instrumentos de gestão a partir das informações consolidadas; V – utilizar os dados produzidos para subsidiar o planejamento, monitoramento, avaliação e tomada de decisão da gestão municipal; VI – realizar o lançamento das informações no sistema oficial do Governo Federal, quando essa atribuição estiver definida para a gestão municipal, observando rigorosamente os prazos vigentes; VII – comunicar formalmente aos Diretores responsáveis eventuais inconsistências identificadas durante a consolidação das informações, solicitando os ajustes necessários; VIII – manter arquivo físico e/ou digital dos RMAs recebidos e dos documentos que comprovem ou subsidiem o processo de monitoramento, observadas as regras de guarda documental e proteção de dados. Art. 14. Os dados registrados no Registro Mensal de Atendimentos constituem informações oficiais da Política Municipal de Assistência Social e deverão refletir, com fidelidade, os atendimentos, acompanhamentos, atividades e demais ações efetivamente executadas no período de referência. Art. 15. A responsabilidade pela produção, conferência e fidedignidade das informações é compartilhada entre as equipes técnicas e os Coordenadores das respectivas áreas, conforme as competências estabelecidas nesta Normativa, cabendo ao Diretor responsável consolidar as informações e encaminhá-las à Vigilância Socioassistencial, para fins de consolidação, sistematização, monitoramento, análise e utilização das informações para fins de gestão. § 1º Após a conclusão das etapas de conferência, correção e validação pelo Diretor responsável e o encaminhamento à Vigilância Socioassistencial, o RMA referente ao período de competência será considerado finalizado para fins de alteração direta pela unidade, sendo vedadas alterações sem observância do fluxo de retificação estabelecido nesta Normativa. § 2º Caso seja identificada posteriormente a necessidade de retificação de informação já validada e encaminhada, a unidade responsável deverá formalizar a solicitação à respectiva Diretoria, apresentando a justificativa e os elementos que fundamentem a alteração. § 3º A retificação posterior deverá preservar a rastreabilidade das informações, mantendo-se o registro da alteração realizada, da data, do responsável e da respectiva justificativa. § 4º As retificações deverão observar, quando aplicável, os prazos, procedimentos e regras estabelecidos pelos sistemas oficiais e pelos órgãos gestores das demais esferas de governo. Art. 16. A inobservância dos procedimentos estabelecidos nesta Normativa poderá comprometer a produção de indicadores, o monitoramento da execução dos serviços, a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial, os instrumentos de planejamento da Política Municipal de Assistência Social e o cumprimento das obrigações do Município junto ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Parágrafo único. As ocorrências de descumprimento injustificado deverão ser formalmente comunicadas ao(a) secretário(a) da pasta para adoção das providências administrativas cabíveis, observada a legislação aplicável e, quando cabível, o devido processo administrativo. TÍTULO IV DO FLUXO OPERACIONAL, DOS PRAZOS E DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS – RMA Art. 17. O Registro Mensal de Atendimentos – RMA constitui instrumento oficial de registro e monitoramento das ações desenvolvidas pelas unidades e serviços abrangidos pelos instrumentos oficiais do SUAS, devendo refletir fidedignamente os atendimentos, acompanhamentos, atividades e demais ações efetivamente executadas no período de referência. Parágrafo único. O RMA deverá ser preenchido de acordo com os conceitos, orientações, formulários e sistemas oficiais vigentes. O RMA nacional possui parâmetros definidos pela CIT, inclusive quanto às informações a serem coletadas e aos responsáveis pela inserção dos dados. Art. 18. O fluxo de elaboração, conferência, validação e encaminhamento do RMA Municipal observará obrigatoriamente as seguintes etapas: I – preenchimento do RMA pela equipe técnica da unidade ou serviço; II – conferência e validação preliminar pelo Coordenador do equipamento ou serviço; III – encaminhamento do RMA ao Diretor da respectiva área de proteção social; IV – conferência técnica, correção, quando necessária, validação e assinatura pelo Diretor responsável; V – encaminhamento do RMA validado à Vigilância Socioassistencial; VI – conferência de integridade, consolidação, sistematização, análise e monitoramento das informações pela Vigilância Socioassistencial; VII – lançamento das informações no sistema oficial do Governo Federal, por meio do sistema vigente e dentro dos prazos estabelecidos pelo órgão federal competente. Art. 19. Os Coordenadores das unidades e equipamentos socioassistenciais deverão encaminhar o Registro Mensal de Atendimentos – RMA Municipal ao respectivo Diretor da Proteção Social competente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, contendo exclusivamente as informações referentes às ações, atendimentos e atividades realizadas no mês imediatamente anterior, devidamente conferidas e compatíveis com os registros administrativos da unidade. Art. 20. O Diretor terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para conferir, solicitar correções, validar, assinar e encaminhar o RMA à Vigilância Socioassistencial. Parágrafo único. A validação e assinatura do Diretor representam a conferência formal das informações, sem afastar a responsabilidade das equipes e dos Coordenadores pela produção e registro dos dados. Art. 21. A Vigilância Socioassistencial somente procederá à consolidação dos dados mediante o recebimento do RMA Municipal devidamente conferido, validado e assinado pelo Diretor responsável pela respectiva área de proteção social. § 1º A Vigilância Socioassistencial terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando da data de recebimento do RMA Municipal devidamente conferido, validado e assinado, para consolidar e inserir os dados no sistema eletrônico, observado o prazo estabelecido pela regulamentação federal. § 2º A ausência da assinatura da autoridade competente implicará a devolução do documento à respectiva área para regularização. § 3º Caso sejam identificadas inconsistências que comprometam a qualidade das informações, a Vigilância Socioassistencial devolverá o RMA ao Diretor responsável, acompanhado de justificativa técnica e da indicação das pendências verificadas, para revisão e adequação junto à respectiva equipe. § 4º Na hipótese prevista no § 3º, o prazo estabelecido no § 1º será reiniciado a partir do recebimento do RMA devidamente corrigido, conferido, validado e assinado pelo Diretor responsável. § 5º A devolução do RMA pela Vigilância Socioassistencial não lhe transfere a responsabilidade pela produção, conferência, validação ou correção originária dos dados, que permanecerá atribuída à respectiva área de

proteção social. Art. 22. Compete à Vigilância Socioassistencial, após o recebimento dos RMAs devidamente conferidos, validados e assinados: I – consolidar as informações municipais; II – realizar as análises de consistência e qualidade dos dados; III – produzir indicadores e informações gerenciais; IV – realizar os lançamentos nos sistemas oficiais, quando de responsabilidade municipal; V – acompanhar os prazos e manter os registros necessários à comprovação do fluxo. Parágrafo único. Sempre que possível, os procedimentos deverão ser concluídos com antecedência suficiente para permitir a correção de inconsistências. Art. 23. O descumprimento injustificado dos prazos ou a prestação de informações incompletas, inconsistentes ou incompatíveis com a execução dos serviços deverá ser comunicado pela Vigilância Socioassistencial à Diretoria responsável para adoção das providências administrativas cabíveis. § 1º Quando o atraso ou a inconsistência decorrer de etapa de responsabilidade de unidade, equipe, Coordenação ou Diretoria, a ocorrência deverá ser registrada para fins de rastreabilidade. § 2º O atraso decorrente do não encaminhamento ou do encaminhamento intempestivo das informações pelas unidades ou áreas responsáveis deverá ser devidamente registrado, não sendo imputável à Vigilância Socioassistencial quando demonstrado que esta adotou tempestivamente as providências que lhe competiam. § 3º A eventual responsabilização funcional observará a legislação municipal aplicável e os procedimentos administrativos pertinentes. Art. 24. A Vigilância Socioassistencial poderá promover reuniões técnicas, orientações, devolutivas, capacitações e monitoramentos periódicos com as equipes gestoras e unidades socioassistenciais, visando ao aprimoramento contínuo da qualidade das informações produzidas, à padronização dos registros, à qualificação dos indicadores e ao fortalecimento da gestão baseada em evidências. TÍTULO V DA PROTEÇÃO DE DADOS, DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES Art. 25. A produção, coleta, utilização, armazenamento, tratamento, compartilhamento e disseminação de informações pela Vigilância Socioassistencial deverão observar a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, sigilo profissional, acesso à informação, transparência pública e segurança da informação. § 1º O tratamento de dados pessoais deverá observar, entre outros, os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e responsabilização. § 2º Sempre que possível, a divulgação de informações deverá utilizar dados agregados, anonimizados ou de outra forma que impeça a identificação direta ou indireta dos usuários. § 3º O acesso a dados individualizados deverá ser restrito aos profissionais que necessitem dessas informações para o exercício de suas atribuições. § 4º O compartilhamento de dados pessoais deverá estar vinculado à finalidade pública, à competência legal do órgão ou serviço e às hipóteses autorizadoras previstas na legislação. Art. 26. Os profissionais que tenham acesso a informações pessoais ou sigilosas em razão de suas atribuições deverão manter o sigilo das informações, inclusive após o encerramento de suas atividades no respectivo setor ou unidade, observada a legislação profissional e administrativa aplicável. Art. 27. A publicação de relatórios, diagnósticos, boletins, mapas, indicadores e demais produtos da Vigilância Socioassistencial deverá priorizar informações agregadas e territorializadas, evitando a exposição indevida de usuários, famílias ou indivíduos. Parágrafo único. A divulgação de informações individualizadas somente poderá ocorrer quando houver fundamento legal e observados os limites necessários à finalidade pública. TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 28. Os casos omissos nesta Normativa serão analisados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as normativas do SUAS e as orientações dos órgãos gestores federal e estadual. Art. 29. As disposições desta Normativa deverão ser atualizadas sempre que houver alteração nas normas nacionais, estaduais ou municipais que regulamentem a Vigilância Socioassistencial, os sistemas de informação, o RMA ou os demais instrumentos de gestão do SUAS. Art. 30. Os prazos estabelecidos nesta Normativa constituem prazos internos para organização do fluxo municipal, devendo ser ajustados sempre que houver alteração nos prazos oficiais estabelecidos pelos sistemas ou órgãos gestores das demais esferas de governo. Art. 31. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá editar orientações complementares, notas técnicas, manuais, formulários, fluxogramas e outros instrumentos necessários à operacionalização desta Normativa. Art. 32. Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Sarandi/PR, 30 de setembro de 2026. Alisson Jhonnathan Gusmão Antonio Secretário Municipal de Assistência Social Decreto nº 1027/2026 ANEXO I MATRIZ DE RESPONSABILIDADES E FLUXO DO RMA MUNICIPAL 1 UNIDADE/EQUIPE Preenche o RMA 2 COORDENADOR Confere FLUXO DO RMA A equipe responsável preenche todas as informações do RMA, conforme a organização interna do equipamento. O coordenador analisa e confere as informações preenchidas. Prazo: até o 5º dia útil de cada mês para enviar ao Diretor. 3 DIRETOR Consolida e assina O diretor consolida as informações e assina o RMA. Encaminha para a Vigilância Socioassistencial. Prazo: 5 dias úteis após o recebimento do RMA. 4 VIGILÂNCIA Recebe A Vigilância Socioassistencial recebe o RMA encaminhado pela direção. 5 VIGILÂNCIA Confere e consolida 6 VIGILÂNCIA Analisa 7 VIGILÂNCIA Lança no sistema federal Analisa os dados consolidados e identifica pontos importantes. Insere as informações consolidadas no sistema federal (SAA). Prazo: 5 dias úteis após o recebimento do RMA, pela Direção, para conferir, consolidar, analisar e lançar no sistema. A Vigilância confere o RMA, consolida os dados e organiza as informações. 8 VIGILÂNCIA Arquiva e monitora Arquiva o RMA e acompanha as informações ao longo do tempo, mantendo o registro no e-mail institucional e no arquivo físico do setor da Vigilância. GT OBJETIVO: Garantirque o RMA seja preenchido corretamente, validado, analisado e registrado para subsidiar decisões e melhorar os serviços. PREFEITURA DE SARANDI GOVERNANDO PARA O POVO! SAS SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Publicado por:
Brasilio Takeshi Mitsuda
Código Identificador:83EF0C7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS

RESOLUÇÃO n.º 23/2026

Dispõe sobre aprovação da proposta de reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social da Proteção Social Básica, alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Extraordinário CMAS no dia 06 de Outubro de 2026:

CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;

- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;
- A Lei Municipal n.º 2908/2023;

- A Apresentação pelo Diretoria da Proteção Social Básica, Priscila de Oliveira Silva, e Deliberação dos Ofícios SAS n.º 524/2026 e 505/2026 da proposta de readequação orçamentária envolvendo dotações do projeto da Proteção Social Básica - 2161 - Manutenção dos Serviços de proteção ao atendimento integral à família - PAIF;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar a reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social Proteção Social Básica, alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguinte tabela:

Anulação:
08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	R$ 15.000,00

08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	R$ 20.000,00

Suplementação:
08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.14.00.00	Diárias - Pessoa Civil	R$ 15.000,00

08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	R$ 20.000,00

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 09 de Outubro de 2026.

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:0EFCF77C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS

RESOLUÇÃO n.º 24/2026

Dispõe sobre aprovação da proposta de reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social da Proteção Social Especial de Média Complexidade, alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Extraordinário CMAS no dia 06 de Outubro de 2026:

CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;
- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;
- A Lei Municipal n.º 2908/2023;
- A Apresentação pelo Diretoria da Proteção Social Especial de Média Complexidade, Kelly V. de Oliveira Jesus, e Deliberação dos Ofícios SAS n.º 887/2026 e da proposta de readequação orçamentária envolvendo dotações da proposta de remanejamento orçamentário no projeto da Proteção Social Especial de Média Complexidade - 2163 no valor de R$ 30.000,00;

RESOLVE:
Artigo 1º. – Aprovar a reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social Proteção Social Especial de Média Complexidade, alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguinte tabela:

Anulação:

08.001.08.242.0014.1146 - Equipamento e material permanente para o Piso de Transição de Média Complexidade

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33941	08.001.08.242.0014.1146 e 4.4.90.52.00.00	Equipamento e Material de Permanente	R$ 30.000,00

Suplementação:
08.001.08.244.0014.2163 - Manutenção das atividades para o serviço de PAEFI - Federal

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33941	08.001.08.244.0014.2163	Diárias - Pessoa Civil	R$ 30.000,00

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 09 de Outubro de 2026.

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:9DC0410D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS

RESOLUÇÃO n.º 25/2026

Dispõe sobre a proposta de Plano de Providência para o SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Criança e do Adolescentes do Município de Sarandi/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Ordinário CMAS no dia 06 de Outubro de 2026:

CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;
- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;
- A Lei Municipal do SUAS n.º 2908/2023 e a Lei Municipal da Política dos Direitos da Crianças e Adolescentes n.º 2128/2014 e suas alterações;
- A Apresentação pela Diretora da Proteção Social Básica, Priscila Silva, da pauta 04: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS n.º 422/2026 sobre o Plano de Providências do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV da área da criança e do Adolescente;
- A Resolução CMDCA n.º 35/2026 que aprova o Plano de Providência para o SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Criança e do Adolescentes do Município de Sarandi/PR;
RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar o Plano de Providência para o SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Criança e do Adolescentes do Município de Sarandi/PR, que tem por objetivo: estabelecer medidas de correção, aperfeiçoamento e monitoramento destinadas a assegurar a continuidade e a qualificação do SCFV para crianças e adolescentes durante o processo de reestruturação e descentralização do serviço.

Ação	Responsável principal	Apoio Situação	Situação	Prazo/ condicionante
Novo imóvel CRAS	Gabinete SAS / PSB / Diretoria de Apoio à	Administração	Em andamento Dezembro/2026	Dezembro/2026

Independência	Criança e ao Adolescente			
Manutenção da frota	Coordenação Administrativa	Manutenção/ fornecedores	Contínua	Conforme necessidade
Renovação da frota	Gabinete SAS	Estado/União	Articulação	Dependente de captação
Nova escala e rotas	Diretoria PSB / Chefe Administrativo	Coordenações	Implantada	Monitoramento mensal
Motoristas PSS	Administração/RH	SAS	Em convocação	Dezembro/2026
Convocação Estagiários	SAS/RH	Diretoria de Apoio à Criança e ao Adolescente	Entrevistas	Outubro/2026
Oficinas terceirizadas	Gestor do contrato	Diretoria de Apoio à Criança e ao Adolescente e Fiscal do Contrato	Contratada/em implantação Setembro/2026	Setembro/2026
Concurso Orientadores	Administração/RH	SAS	Solicitado	Dependente de novo concurso
Monitoramento SCFV	Gabinete SAS e Coordenação Administrativa SAS	Diretoria PSB e Diretoria de Apoio à Criança e Adolescente	Permanente	Mensalmente

Art. 2 o- A execução das ações previstas neste Plano de Providências deverão observar a legislação vigente, sendo acompanhada e monitorada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Sarandi/PR, garantindo transparência e controle social na utilização dos recursos.

Sarandi-Pr, 09 de Outubro de 2026.

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:E6009324

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS

RESOLUÇÃO n.º 26/2026

Dispõe sobre a aprovação do Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência de 2025 do Município de Sarandi no Conselho Municipal da Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Ordinário CMAS no dia 06 de Outubro de 2026:

CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;

- A Lei Municipal n.º 2908/2023;

- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;

- A NOB SUAS no "Art. 20. A realização de diagnóstico socioterritorial, a cada quadriênio, compõe a elaboração dos Planos de Assistência Social em cada esfera de governo. Parágrafo único. O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades. Art. 21. A realização de diagnóstico socioterritorial requer: I – processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas; II – identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários; III – reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social. IV – utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações. Parágrafo único. Consideram-se sistemas oficiais de informações aqueles utilizados no âmbito do SUAS, ainda que oriundos de outros órgãos da administração pública.

- As análises e discussões da Pauta 06: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS/Gestão do SUAS/Vigilância Socioassistencial n.º 924/2026 sobre Diagnóstico Socioterritorial do Município de 2025 pela Equipe da Vigilância Socioassistencial - Sra. Jane Maria Mortean Chicarelle;

- A realidade territorial do Município de Sarandi e os dados oficiais existentes;

- A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar o Diagnóstico Socioterritorial da Política Municipal de Assistência de 2025 - de Sarandi/PR.

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 09 de Outubro de 2026.

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:C5BC210E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.654/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora CIBELE DE CAMARGO FERNANDES, ocupante do cargo de Técnico em Informática, matrícula funcional de n.º 972858, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30(trinta) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 24/04/2025 a 23/04/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:458042C9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.216/2026

SÚMULA - EXONERA ZELADOR - Cleusa Maria Ramos

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Sra. Cleusa Maria Ramos, brasileira, matrícula funcional de n. 4291, EXONERADA, a pedido, do cargo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 003.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de outubro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:16C48507

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2026

Dispensa de Licitação n.º 066/2026 - Processo Licitatório nº 198/2026
CONTRATADA: 52.215.979 ALESSANDRA HENNIG, devidamente inscrita no CNPJ nº 52.215.979/0001-19.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de bufê destinados à realização de evento institucional de valorização e reconhecimento dos profissionais da educação, a ser realizado no dia 16 de outubro de 2026.

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	SERVIÇO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BUFÊ PARA FORNECIMENTO DE JANTAR INSTITUCIONAL PARA APROXIMADAMENTE 400 PESSOAS.** **ENTRADAS**: **1. Tábua de Frios e Antepastos:** Mini torradas (12kg, Geleia de abacaxi com pimenta (6kg), Patê de ervas (8kg), Queijo gouda (14kg), Queijo mussarela (16kg), Presunto em cubos (20kg), Salame nacional (12kg), Morangos/damascos (8kg), Uvas verdes e roxas (20kg), Azeitonas verdes e pretas sem caroço (8kg), Amendoins (10kg) e Serviço de decoração/montagem da tábua com alecrim. **REFEIÇÃO PRINCIPAL** **2. Pratos Principais e Acompanhamentos:** Alcatra ao molho madeira (90kg), Fricassê de frango com creme de milho (100kg), Arroz branco (90kg) e Batata gratinada com temperos e queijo. **3. Saladas:** Mix de folhas para salada (25kg), Manga em cubos (20kg), Tomate (20kg) e Legumes (cenoura, vagem e brócolis - 45kg). **SOBREMESA** **4. Sobremesa:** Bolo de Chocolate com sorvete (400 unidades). **BEBIDAS** **5. Bebidas:** Água mineral (220 litros), Refrigerante normal e zero (300 litros), Suco natural de laranja/abacaxi (200 litros) **6. Equipe e Mão de Obra Operacional:** Equipe mínima composta por **01 (um) coordenador, 03 (três) cozinheiras e 08 (oito) garçons**. **7. Infraestrutura, Logística e Apoio:** Transporte e logística adequada dos alimentos, montagem e desmontagem do buffet, disponibilização de todos os equipamentos, utensílios, louças, pratos, talheres, copos e rechauds necessários, além do serviço completo de limpeza e organização do local após o término do evento.	R$ 42.900,00

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: O valor aprovado para o objeto é de **R$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:
08 – Secretaria de Educação
006 – Departamento de Compras
12.361.0029-2046 – Manut. do Departamento de Compras do Ensino Fundamental
4242 – 00000 – 3.3.90.39.00.00 – O.S.T.P.J.
DA VIGÊNCIA: A contratação se dará através da formalização de contrato administrativo o qual deverá conter vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 09/10/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 09 de outubro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:FE0A0440

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO I ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 184/2025

Pregão Eletrônico n.º 096/2025 - Processo Licitatório nº 184/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **EVG SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 23.760.604/0001-31.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do instrumento em mais 12 (doze) meses.
DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O item 1 da CLÁUSULA QUARTA passa a vigorar com a seguinte redação: "1 – O prazo de vigência da presente ATA será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 06/10/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 09 de outubro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:1521F9F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 168/2026)

OBJETO: Empreitada por preço global, com recursos repassados pela SEIL/PR, para construção de ponte do Rio Claro em aduela BSCC 3,00x3,00m sobre o Rio Claro com área a construir de 84,00 m2, localizada na Comunidade Rio Claro, 84220-000, zona rural do município de Sengés, PR.
VENCEDOR: CONCREVALI CONCRETO VALE DO IVAI LTDA com o **CNPJ sob o N°. 10.506.134/0001-32**, no objeto desta licitação, com o valor total de **R$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais).**

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2026

Sengés, 09 de outubro de 2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F4FDAECD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 102/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Sertanópolis, NOTIFICA, por este Edital, nos termos do artigo 153 e da Lei Municipal n.º 1.508/2007 e artigo 15, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.687/2009, **os seguintes**

proprietários de lotes sujos e com vegetação alta no Município de Sertanópolis, que se encontram em local incerto ou não foram, por diversas vezes, localizados:

CADASTRO: 3401 - **Quadra:** 5 - **Lote:** 20 – Jardim Santa Mônica, **Proprietário:** Maria Rosário Migoti Damata. Processo de Notificação de Infração, N.º 042.10/2026.
CADASTRO: 11733 - **Quadra:** 18 - **Lote:** 15 – Residencial Hoffmann, **Proprietário:** Adelita Aparecida Bittencourt Pereira. Processo de Notificação de Infração, N.º 228.08/2026.

Ficam, os notificados, cientes de que possuem como último prazo a data de 25/10/2026, para a efetiva limpeza do lote, cientificada. Ainda, que o proprietário mantenha o lote sujo, coberto de mato e com plantas de espécie alta constitui infração ao disposto nos artigos 11 e 88 da Lei Municipal n.º 1.508/2007 (Código de Posturas) e artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.687/2009 (Lei de Controle e Prevenção Permanente à Dengue e Febre Amarela).
Após esta data, se os proprietários não procedam à limpeza de seu lote, serão multados no valor de 03 UFM – Unidade Fiscal do Município (R$ 367,89 – trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), à 10 UFM (R$ 1.226,30 – um mil duzentos e vinte seis reais e trinta centavos) sendo que a cada vez que for verificada a reincidência, haverá aplicação de multa em dobro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
Divisão de Fiscalização

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:6653E71C

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 143/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Conceder Licença sem remuneração pelo período de 23/10/2026 A 23/04/2028, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.029/2012, Artigo 205, ao Servidor Público Municipal **MARCÍLIO TEOTÔNIO DE OLIVEIRA** ocupante do cargo do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 201810 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 065.392.479-82.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 23/10/2026.

Paço Municipal "Santo Soriani", 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

NIVALDO RIBEIRO DE AMORIM
Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:47195EB3

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 144/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Elevar os vencimentos salariais dos servidores profissionais detentores de cargo de nível médio, após terem concluído o período de estágio probatório, conforme no descrito no quadro abaixo.

MATRICULA	NOME	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
201989	GISELE FERREIRA VARESCHI	E-001	E-008

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:1749701E

ASSESSORIA GERAL
SUMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS

Município de Sertanópolis Paraná, inscrito no CNPJ: nº. 76.245.034/0001-08, torna público que requereu ao IAT - Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada (LAS) do serviço de Lavagem de veículos automotores, na Rua Espírito Santo, n.º 518 - Sertanópolis – Pr.

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:E5451DBA

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE COLABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
EXTRATO ADITIVO 001/2026 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2026
PARTÍCIPES: Prefeitura Municipal de Sertanópolis e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sertanópolis
OBJETO: Aditivo em valor para assegurar os recursos necessários para a continuidade da execução.
VIGÊNCIA: Até 31/01/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05.020.12.367.0005.2043.3.3.50.41.00.00
VALOR: R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026
AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL.

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:57DBD47B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 057/2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-19/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 29 de outubro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 057/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para aquisição de conjuntos de refeitório destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino de Sertanópolis.
Sertanópolis, 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:C23D6566

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA Nº 222/2026

EXTRATO DA ATA Nº 222/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 222/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: CONSORCIO FALCON-STEL CNPJ: 69.500.477/0001-32, CONSORCIO FORMADO PELAS EMPRESAS: FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ N.º 53.732.817/0001-10 E A EMPRESA STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 07.248.071/0001-57**.**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM CADASTRO JUNTO À COPEL, PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS, COM O OBJETIVO DE AMPLIAR E MANTER A REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DEMAIS SERVIÇOS COM BASE NAS UNIDADES DE SERVIÇO (US) DETERMINADAS NOS MANUAIS DE INSTRUÇÕES TÉCNICAS (MIT) DA COPEL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 09 DE OUTUBRO DE 2026.
TÉRMINO: 09 DE OUTUBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 276/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026, ID. 85239.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 09 DE OUTUBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 1.442.500,00 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:1F963553

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 67/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 67/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: PEDRO GIOVANI QUEISADA TANGARÁ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO ARTÍSTICA PARA EXECUÇÃO DO ESPETÁCULO TEMÁTICO NATALINO.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 09 DE OUTUBRO DE 2026.
TÉRMINO: 09 DE OUTUBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 334/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026 - ID Nº 85137.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 09 DE OUTUBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6BEE289A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 256/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 256/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SEGUROS SURA S/A.
OBJETO: SEGURO VEICULAR PARA VEÍCULO STRADA UTILIZADO PEO DEP. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.
VALOR: R$2.329,48(DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:53E8A140

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 257/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 257/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: M.R.DA SILVA-BAZAR.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXAS ORGANIZADORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEI.
VALOR: R$9.342,00 (NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:A5F9BAA7

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 68/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07,

com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: INGÁ VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ 01.994.951/0008-62.

OBJETO: Contratação de empresa autorizada para prestação de serviço de revisão programada de 60.00km, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do veículo oficial AMBULÂNCIA MBENZ SPRINTER DE PLACA UBD-1C63, pertencente à frota do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis.

VALOR: R$ 2.526,35 (Dois mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 dias

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, IV, a, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 09 de Outubro de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:1C7C3D0F

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 69/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ: **61.198.164/0001-60**.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços no ramo de seguro veicular pelo período de sete meses, com a finalidade de manter o veículo oficial Ambulância Sprinter, Chassi: 8AC907643VE277673, pertencente à frota do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis, em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de perdas patrimoniais.

VALOR: R$ 5.627,52 (cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07(Sete) meses.

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 09 de Outubro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:06FE740C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 061/2026 DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do Município de Sulina afetadas por tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215).

O Senhor **Gilberto João Rossi**, Prefeito(a) do município de **Sulina**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu O município de Sulina - PR foi atingido na madrugada do dia 04 de outubro de 2026 por um severo vendaval de grande intensidade, acompanhado de chuvas fortes e rajadas de vento intensas, somando-se a um período prolongado de chuvas consecutivas na região. O evento extremo provocou destelhamentos parciais e totais em unidades habitacionais (totalizando 75 residências afetadas), além de danos severos em estruturas agropecuárias (galpões, aviários, pocilgas e leitarias), quedas de árvores sobre edificações e vias, interrupção generalizada no fornecimento de energia elétrica por mais de 72 a 120 horas (afetando o escoamento e a produção de leite e avicultura), prejuízos expressivos nas lavouras de trigo, milho e soja, além de danos à infraestrutura viária municipal com interrupção de tráfego. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o

processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Pr., em 09 de outubro de 2026, 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 09/10/2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:882CB677

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026

CONTRATADA	22.644.575 STEVAN KLOCK KAYSER
CNPJ	22.644.575/0001-80
OBJETO	CONTRATAÇÃO DO GRUPO TCHÊ CAPIVARA PARA A REALIZAÇÃO DE 09 (NOVE) APRESENTAÇÕES MUSICAIS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SULINA/PR
LICITAÇÃO	Inexigibilidade N.31/2026
VALOR	9.900,00 (nove mil e novecentos reais)
VIGÊNCIA	31 de dezembro de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:D19A7058

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

Fundamentado no art. 74, II da Lei 14.133/2021, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para contratação ***"CONTRATAÇÃO DO GRUPO "TCHÊ CAPIVARA" PARA A REALIZAÇÃO DE 09 (NOVE) APRESENTAÇÕES MUSICAIS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SULINA/PR"***.
CONTRATANTE: Município de Sulina/PR
CNPJ Nº: 80.869.886/0001-43
CONTRATADA: 22.644.575 STEVAN KLOCK KAYSER
CNPJ Nº: 22.644.575/0001-80
VIGÊNCIA: De 09/10/2026 a 31/12/2027
VALOR: R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Sulina/PR, 09 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:729D7986

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025

referente a Inexigibilidade nº 07/2025. Contratada: **C M ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - EPP**. CNPJ n 10.528.717/0001-64**. Objeto do aditivo: DE PRAZO:** Fica acrescido ao contrato original mais 90 (noventa) dias, passando o novo prazo de vigência vigorar até a data de 08 de janeiro de 2027, sem alteração de valor. **Fundamento:** O presente aditivo é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sulina/PR, 09 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:3731CE99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 02/2026

EDITAL Nº 02/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 02/2026

O Município de Teixeira Soares - PR, por sua Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, com a Lei Municipal nº 1747/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, alterada pela Lei Municipal Nº 2.222/2025, o Acórdão nº 462/2009 Tribunal Pleno TCE-PR, o Decreto nº 314/2026, que autoriza a abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, ante a constatação da necessidade de suprimento da demanda de pessoal de natureza urgente, inadiável e provisória, conforme quadro demonstrativo abaixo, à vista do Decreto nº 294/2026 que nomeou a Comissão Especial que este subscreve,

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:
O Edital o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para o provimento de vagas de Emprego Público Temporário para as funções de: ASSISTENTE SOCIAL e PSICÓLOGO II, cujos cargos, requisitos exigidos, carga horária semanal, quantidades de vagas imediatas e respectivos vencimentos, são aqueles constantes do quadro abaixo.

O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS, para contratação temporária para as funções de ASSISTENTE SOCIAL e PSICÓLOGO II, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições estabelecidas neste Edital.

QUADRO I - DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS E VENCIMENTOS

CARGO	CODIGO TCE -PR	REQUISITOS EXIGIDOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL
Assistente Social	4036	Curso superior completo em Serviço Social, reconhecido pelo MEC, e registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	30 horas	02	R$ 4.502,84
Psicólogo II	4037	Curso superior completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC, e registro ativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP	30 horas	01	R$ 4.953,11

Os candidatos aprovados e convocados para os cargos de Assistente Social e Psicólogo serão designados para exercer suas atividades nos equipamentos, serviços, programas, projetos e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a necessidade do serviço, o interesse da Administração Pública e a disponibilidade de vagas, observada a respectiva função para a qual foram selecionados.
A classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de escolher livremente o local de lotação,

cabendo à Secretaria Municipal de Assistência Social definir a unidade, o serviço e o horário de trabalho, de acordo com as necessidades da Política Municipal de Assistência Social.
No momento da convocação, o candidato será informado pela Secretaria Municipal de Assistência Social quanto ao local, unidade de lotação, serviço e horário de trabalho.
A designação dos profissionais de Assistência Social e Psicologia poderá ocorrer para atuação junto ao CRAS, CREAS, serviços de Proteção Social Básica e Especial, programas, projetos, benefícios, equipes técnicas e demais serviços ou unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a necessidade identificada pela Administração durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado.
As vagas disponibilizadas neste Edital possuem caráter temporário e destinam-se ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, especialmente para assegurar a composição e o funcionamento das equipes técnicas e a continuidade dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política Municipal de Assistência Social.
A inscrição, aprovação e classificação no Processo Seletivo Simplificado não geram direito adquirido à contratação, constituindo apenas expectativa de direito, ficando a convocação condicionada à necessidade e ao interesse da Administração Pública, à existência de vaga, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As inscrições serão efetuadas de forma presencial, mediante aceitação das regras deste Edital e preenchimento da solicitação de inscrição, na qual o candidato deverá informar os dados solicitados e anexar cópia legível dos seguintes documentos: Documento oficial com foto, CPF, comprovante de escolaridade e comprovantes do tempo de serviço declarado, documentos que comprovem os requisitos exigidos para o cargo, conforme o QUADRO GERAL I. As inscrições deverão ser efetuadas entre os dias 20 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026.
O(A) candidato(a) portador(a) de deficiência, indicará essa condição na ficha de inscrição, apresentando, desde logo, laudo médico atualizado comprobatório, com data de até três (3) meses anteriores a data da inscrição.
O Processo Seletivo Simplificado – PSS consistirá em Prova de Títulos referentes à escolaridade e Tempo de Serviço. O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital se constituirá unicamente de Prova de Títulos (PT) de caráter classificatório, considerado como tal: Tempo comprovado de experiência profissional na função/cargo pretendido (para fins de pontuação da prova de títulos), Ficha Funcional com tempo de serviço.
Diploma escolar/Certificado/Certidão de Conclusão e/ou Histórico Escolar que comprove a habilitação com o devido registro no MEC(requisito necessário ao cargo);
As contratações decorrentes deste Edital serão por meio de Contrato de Regime Especial, com fundamento no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e ocorrerá em Regime Temporário, nos termos do art. 2º, VI, h, da Lei Federal nº 8.745/1993, Lei Municipal nº 1747/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 2.222/2025, Acórdão nº 462/2009 TCE-PR e Decreto nº 314/2026.
Todos os atos pertinentes ao Processo Seletivo Simplificado-PSS serão publicados através do Diário Oficial do Município e no site http://www.teixeirasoares.pr.gov.br/
O Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este Edital tem validade de 01(um) ano, podendo, em caso de excepcional interesse público, ser prorrogado por igual período.
O contrato terá prazo máximo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na conformidade das previsões contidas na Lei Municipal n° 2.222/2025, que será contado a partir da data da assinatura de contrato de trabalho.
É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes a este PSS, conforme as normas estabelecidas neste Edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições aqui estabelecidos, bem como aos demais atos correlatos que forem publicados durante a execução do processo seletivo.
A inscrição implicará no conhecimento das normas constantes deste Edital por parte do(a) candidato(a) e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Simplificado, nos exatos termos aqui estabelecidos.
O horário de trabalho será de acordo com as necessidades da Secretaria de Assistência Social, obedecidas as respectivas cargas horárias. O Regime de Contratação será o da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
O(a) candidato(a) que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição cancelada, e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado(a), no caso de ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.
Nos termos da Lei Municipal 1609/2013, das vagas constantes do quadro acima, fica reservado 05% (cinco por cento) às pessoas portadoras de deficiência.
A avaliação das condições de deficiência para admissão ao serviço púbico será efetuada mediante laudo pericial realizado por perito da Administração Pública Municipal.
A inscrição no Processo Seletivo Simplificado não implica obrigatoriedade na contratação, gerando ao candidato apenas expectativa de convocação e contratação, ficando reservado ao município de Teixeira Soares, PR, o direito de proceder as contratações em número suficiente para suprir às necessidades excepcionais de interesse público, observada à ordem classificatória final e o prazo de validade deste certame.
Não será contratado o aprovado que detenha outro cargo ou emprego público, exceto aquele que se enquadra nos termos no art n° 37, inciso XVI da CF.

2 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a);
Ter, no ato da inscrição, idade mínima de 18 anos;
Ter disponibilidade de carga horária, conforme disposto nos quadro I deste Edital.
A inscrição será realizada das 9h às 11h30, e das 13h30 às 16h, nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2026. As inscrições serão feitas PESSOALMENTE (não se admitirá inscrição por procuração e nem encaminhadas por e-mail ou correio e protocolo) no CREAS, situada na Rua Joaquim Neves nº 31 – Centro, CEP: 84.530-00 Teixeira Soares-PR, devendo no ato da inscrição o candidato apresentar os documentos em envelope lacrado, indicando o cargo pretendido e assinado nas bordas pelo candidato(a).
Documento de Identidade com foto;
CPF;
Diploma /Certificado/Certidão de Conclusão e/ou Histórico Escolar que comprove a habilitação reconhecido pelo MEC;
Comprovantes de tempo de serviço;
Registro órgão de Classe:
Documentos que comprovem os requisitos exigidos, conforme o QUADRO GERAL I.

3 - DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

As inscrições serão efetuadas exclusivamente de forma presencial, nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2026, no CREAS, situada na Rua Joaquim Neves nº 31 – Centro, CEP: 84.530-00 Teixeira Soares-PR, mediante aceitação das regras deste Edital e preenchimento da solicitação de inscrição, anexo VI, na qual o candidato deverá informar os dados solicitados e anexar cópia legível dos seguintes documentos:
RG;
CPF;
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;
COMPROVANTES DO TEMPO DE SERVIÇO DECLARADO (não obrigatório, mas válido como critério de pontuação);
CERTIFICADO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, conforme indicados nas tabelas os critérios (não obrigatório, mas válido como critério de pontuação);
Documentos que comprovem os requisitos exigidos para o cargo, conforme consta no QUADRO GERAL I.
Não será permitida mais de uma inscrição por CPF;
Não será cobrada taxa de inscrição;
Não serão aceitas inscrições por fax, email, correspondência ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital;

A inscrição implica em compromisso tácito, por parte do candidato, de aceitar as condições estabelecidas para a realização do Processo Seletivo Simplificado, dentre elas as constantes no presente Edital, não cabendo alegação de desconhecimento.
A documentação deverá ser entregue em envelope lacrado.
Ao finalizar o candidato deverá conferir a documentação, uma vez enviada não será possível realizar nova inscrição, nem envio de nova documentação.
A avaliação dos Títulos será realizada pela Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, nos dias 26 de outubro de 2026 a 27 de outubro de 2026 na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social pela Comissão Especial Instituída.
Somente serão avaliados os documentos legíveis que não apresentem rasuras e estejam em perfeito estado de conservação;
Para avaliação e pontuação dos títulos será utilizada a tabela de pontos constante do Anexo II, Grupo I, deste Edital.
A pontuação final será o número inteiro com duas casas decimais obtidos pelo somatório dos pontos de cada item da tabela de pontos do Anexo V deste Edital.
Terá pontuação zero na prova de títulos, o(a) candidato(a) que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local estipulados neste Edital.
Os comprovantes de cursos serão contabilizados até o limite máximo de pontos previstos no Anexo II, Grupo II, deste Edital.
A comprovação de tempo de experiência profissional para o cargo/função pretendido deverá ser assim comprovada: Mediante juntada de cópia de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e da página com foto, qualificação civil e da(s) página(s) com registro(s).
Mediante apresentação de ficha funcional com tempo de serviço com especificação da função, do cargo e da área de atuação à função/cargo pretendido, emitida por órgão público ou empresa privada em que o candidato tenha trabalhado. Constante do Anexo II, Grupo III, deste Edital.
Não serão pontuados como experiência profissional, os documentos referentes a estágios, a monitorias, em atividades voluntárias e em cargos comissionados.
No caso de documentos emitidos pela internet somente serão aceitos aqueles com autenticação digital para a verificação da validade do documento.
O tempo de serviço concomitante prestado em mais de um vínculo, durante o mesmo período, será computado uma única vez.
Após a análise documental e atribuição de pontuação, conforme os documentos apresentados e os critérios estabelecidos neste Edital, o resultado será divulgado no site http://www.teixeirasoares.pr.gov.br/ e publicado no Diário Oficial do Município.

4 - DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

LEI Nº 1716 TABELA III - Descrições e Atribuições dos Cargos

DO ASSISTENTE SOCIAL

Atividades de supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade, em seus aspectos sociais. Elaborar, coordenar, controlar e avaliar programas, nas áreas de serviço social de atendimento individual, serviço social de grupo e de desenvolvimento e organização da comunidade; realizar serviço social hospitalar; cooperar com as autoridades visando a medidas de alcance social; participar de projetos e pesquisas visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; fazer a seleção de candidatos a amparo social, verificando o diagnóstico e o plano de tratamento, com o objetivo de extinguir as causas dos desajustamentos; realizar perícias, judiciais ou não, e elaborar Laudo sobre a matéria de serviço social; orientar a organização de fichários e registros dos casos investigados, bem como sua atualização; participar da elaboração e análise de planos de aplicação de recursos, cronogramas de execução física e financeira; elaborar relatório referente a programas de desenvolvimento comunitário; coordenar e desenvolver atividades multiprofissionais; executar quaisquer outros encargos semelhantes, pertinentes à categoria funcional, estabelecidos na legislação que regulamentou o exercício da profissão.
Requisitos da Função: Ensino Superior Completo, Graduação em Serviço Social.

DO PSICÓLOGO II

Realizar psicodiagnósticos para fins de ingresso, readaptação e avaliação das condições pessoais dos munícipes; Prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos; Atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial, ou portadoras de desajustes familiares; Formular hipóteses de trabalho, para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; Realizar perícias e elaborar pareceres; Prestar atendimento psicológico a gestantes, às mães de crianças até a idade escolar e a grupos de adolescentes em instituições comunitárias do Município; Manter atualizado o prontuário de casos estudados; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade. Executar quaisquer outros encargos semelhantes, pertinentes à categoria funcional, estabelecidos na legislação que regulamentou o exercício da profissão.
Requisitos da Função: Ensino Superior Completo, Graduação em Psicologia.

5 - DA SELEÇÃO E DA PROVA DE TÍTULOS

A seleção será realizada por meio da análise dos títulos e do tempo de experiência profissional apresentados pelo candidato.
A Prova de Títulos terá caráter exclusivamente classificatório.
A pontuação será atribuída de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO II

FORMAÇÃO ACADÊMICA E PÓS-GRADUAÇÃO

TÍTULO	DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO	MÁXIMO
Pós-graduação Lato Sensu, com carga horária mínima de 360 horas, na área de atuação ou área correlata	Certificado ou diploma de conclusão, acompanhado de documentação exigida pela legislação aplicável	5,00 pontos por título	10,00
Mestrado na área de atuação ou área correlata	Diploma ou certificado de conclusão	10,00 pontos	10,00
Doutorado na área de atuação ou área correlata	Diploma ou certificado de conclusão	15,00 pontos	15,00

Pontuação máxima da Formação Acadêmica e Pós-graduação: 35,00 pontos.

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Serão considerados cursos de aperfeiçoamento relacionados à área de atuação profissional, à Política de Assistência Social, ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, à proteção social, direitos humanos, políticas públicas, trabalho com famílias, violência, vulnerabilidade social, infância e adolescência, pessoa idosa, pessoa com deficiência ou demais temas correlatos às atribuições da função.

CARGA HORÁRIA DO CURSO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	MÁXIMO
De 20 a 39 horas	1,00 ponto por certificado	5,00
De 40 a 79 horas	2,00 pontos por certificado	4,00
Igual ou superior a 80 horas	3,00 pontos por certificado	6,00

Pontuação máxima de Aperfeiçoamento Profissional: 15,00 pontos.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Será considerada a experiência profissional comprovada no cargo ou função de Assistente Social ou Psicólogo, conforme o cargo pretendido.

TÍTULO	PONTUAÇÃO	MÁXIMO
Ano completo de experiência profissional comprovada na função/cargo pretendido	1,00 ponto por ano	10,00

O período de experiência superior a 06 (seis) meses e inferior a 01 (um) ano será pontuado com 0,50 ponto.
Será desconsiderado qualquer período inferior a 06 (seis) meses.
O tempo de serviço concomitante prestado em mais de um vínculo, durante o mesmo período, será computado uma única vez.

A pontuação máxima referente ao tempo de experiência profissional será de 10,00 pontos.
A pontuação final do candidato será obtida pelo somatório dos pontos atribuídos à formação acadêmica e pós-graduação, aperfeiçoamento profissional e experiência profissional.
A pontuação máxima do Processo Seletivo Simplificado será de 60,00(sessenta) pontos.

DA COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS E DO TEMPO DE SERVIÇO
Os documentos apresentados para fins de pontuação deverão estar em nome do candidato.
Os diplomas, certificados e demais documentos deverão ser apresentados de forma legível.
A comprovação do tempo de experiência profissional poderá ser realizada mediante:
I – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contendo a identificação do candidato e os registros referentes ao vínculo profissional;
II – declaração ou certidão emitida pelo órgão público ou empresa privada onde o candidato tenha exercido a função, contendo, obrigatoriamente, a identificação do empregador, CNPJ, função exercida, período de início e término do vínculo e assinatura do responsável;
III – ficha funcional ou documento equivalente, quando se tratar de experiência no serviço público;
IV – outro documento oficial idôneo que permita a identificação do cargo ou função exercida e do respectivo período.
As declarações de experiência profissional deverão permitir a identificação clara da função exercida e do período trabalhado.
Não serão aceitos, para fins de pontuação como experiência profissional:
I – atividades voluntárias;
II – monitorias;
III – participação em projetos sem comprovação de vínculo profissional;
IV – cursos ou estágios utilizados como formação curricular;
V – documentos que não permitam identificar o período efetivamente trabalhado.
O tempo de serviço somente será pontuado quando houver relação com a função para a qual o candidato estiver inscrito.
Documentos emitidos eletronicamente deverão possuir meios que permitam a verificação de sua autenticidade, quando aplicável.

6. DA CLASSIFICAÇÃO
Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a pontuação final obtida na Prova de Títulos.
A classificação será realizada separadamente para cada função prevista neste Edital.
A convocação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, ressalvadas as situações previstas na legislação aplicável.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Em caso de empate na pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição, sendo classificado em primeiro lugar o candidato de maior idade, conforme legislação aplicável;
II – maior pontuação no item Tempo de Experiência Profissional;
III – maior pontuação no item Formação Acadêmica e Pós-graduação;
IV – maior pontuação no item Aperfeiçoamento Profissional;
V – maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento;
VI – persistindo o empate, será realizado sorteio público, em data, local e condições a serem divulgadas pelo Município.

8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E DOS RECURSOS
A relação preliminar dos candidatos inscritos será publicada conforme cronograma deste Edital.
Será divulgado resultado preliminar contendo a pontuação obtida pelos candidatos.
O candidato poderá interpor recurso contra:
I – o indeferimento da inscrição;
II – a pontuação atribuída na Prova de Títulos;
III – o resultado preliminar.
O recurso deverá ser apresentado dentro do prazo estabelecido no cronograma deste Edital, mediante requerimento próprio e conforme as orientações que serão divulgadas pelo Município.
O recurso deverá ser devidamente fundamentado, não sendo aceitos recursos genéricos ou sem indicação do motivo da impugnação.
Não serão aceitos recursos apresentados fora do prazo.
A Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado analisará os recursos apresentados e divulgará as respectivas decisões.
Após a análise dos recursos será divulgado o resultado final.
Da decisão referente ao resultado final, caberão os recursos previstos no cronograma e na legislação aplicável.

9 - DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO
Os candidatos classificados poderão ser convocados durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a necessidade da Administração Pública.
A convocação será publicada no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de Teixeira Soares.
É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações referentes às convocações.
O candidato convocado deverá comparecer no prazo e local indicados no respectivo Edital de Chamamento, apresentando a documentação solicitada.
O não comparecimento no prazo estabelecido poderá ser considerado desistência da vaga, observadas as regras estabelecidas no Edital de Chamamento.
Antes da contratação, o candidato deverá comprovar o preenchimento de todos os requisitos exigidos para o exercício da função.
A contratação ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos, à aptidão em exame médico admissional e à inexistência de impedimento legal.
O candidato convocado para o cargo será informado quanto à unidade ou equipamento de lotação disponível, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Os candidatos contratados estarão sujeitos às normas administrativas do Município e às disposições legais aplicáveis ao vínculo temporário.

10 - DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PcD
Às pessoas com deficiência serão asseguradas as condições de participação no Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, observadas as disposições legais aplicáveis.
O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá indicar essa condição no ato da inscrição e apresentar a documentação exigida.
O candidato deverá apresentar laudo médico atualizado de até três meses antes da data da inscrição, contendo a identificação da deficiência e demais informações necessárias à comprovação da condição declarada.
A reserva de vagas será observada conforme os percentuais e critérios estabelecidos na legislação vigente.

11 - DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
O Processo Seletivo Simplificado será conduzido por Comissão Especial designada por ato do Poder Executivo Municipal.
Compete à Comissão Especial:
I – acompanhar e coordenar a execução do Processo Seletivo Simplificado;
II – analisar a documentação apresentada pelos candidatos;
III – realizar a pontuação dos títulos e do tempo de experiência profissional;
IV – analisar e julgar os recursos apresentados;
V – elaborar e divulgar os resultados;
VI – praticar os demais atos necessários ao regular desenvolvimento do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A aprovação no Processo Seletivo Simplificado gera ao candidato apenas expectativa de direito à contratação.
A contratação dependerá da necessidade da Administração Pública, da disponibilidade orçamentária e financeira e do atendimento aos requisitos legais.

O Município poderá convocar candidatos durante todo o prazo de validade do certame.
A desistência ou o não comparecimento do candidato convocado permitirá a convocação do candidato subsequente, observada a ordem de classificação.
O candidato deverá manter seus dados atualizados e acompanhar todos os atos do Processo Seletivo Simplificado.
Não serão fornecidas informações individuais por telefone sobre classificação, pontuação ou convocação, devendo o candidato acompanhar as publicações oficiais.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, observada a legislação aplicável e as orientações da Administração Municipal.
Integram o presente Edital:
ANEXO I – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado;
ANEXO II – Tabela de Pontuação da Prova de Títulos;
ANEXO III – Modelo de Requerimento para Interposição de Recurso;
ANEXO IV – Declaração de Acumulação ou Não Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas.
ANEXO V – Gabarito Final Para Avaliação De Prova De Títulos Processo Seletivo Para Admissão De Profissionais Secretaria Municipal De Assistência Social.
ANEXO VI – Ficha de inscrição.

Teixeira Soares, 09 de outubro de 2026.

MARIANE LUKAVY
(Assistente Social II),
Presidente

JANIELI DAYANE RODRIGUES EVANGELISTA
(Técnico Administrativo)
Secretária

EDSON LUIS MENDES
(Técnico Administrativo)
Membro

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 02/2026
DATA ETAPA

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 02/2026

DATA	ETAPA
14/10/2026	Publicação do Edital
15/10/2026 a 16/10/2026	Prazo para impugnação do Edital
20/10/2026 a 23/10/2026	**Período de inscrições**
26/10/2026 a 27/10/2026	Análise dos títulos pela Comissão Especial do PSS
28/10/2026	Divulgação da relação preliminar dos inscritos
28/10/2026	Divulgação do resultado preliminar
29/10/2026 a 03/11/2026	Prazo para interposição de recursos
05/11/2026	Divulgação do resultado dos recursos
05/11/2026	Divulgação do resultado final
06/11/2026	Homologação do resultado final

Observação: O presente cronograma poderá sofrer alterações, mediante publicação oficial de edital ou comunicado próprio.

ANEXO II
GABARITO PARA AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Secretaria Municipal de Assistência Social
CARGOS: ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO II
NOME DO(A) CANDIDATO(A): _____
CARGO PRETENDIDO: Portador de deficiência ( ) sim ( ) não.
Qual: _____
Grupo I – FORMAÇÃO ACADÊMICA E PÓS-GRADUAÇÃO

ITEM	TÍTULO	PONTOS	MÁXIMO	Pontuação Pretendida	Pontuação Obtida *
1	Pós-graduação Lato Sensu, com carga horária mínima de 360 horas, na área de atuação ou correlata	5,00 por título	10,00		
2	Mestrado na área de atuação ou correlata	10,00	10,00		
3	Doutorado na área de atuação ou correlata	15,00	15,00		
			Subtotal		

Pontuação máxima do item: 35,00 pontos.
Grupo II – APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

ITEM	CARGA HORÁRIA	PONTOS	MÁXIMO	Pontuação Pretendida	Pontuação Obtida *
1	Cursos de 20 a 39 horas	1,00 por certificado	5,00		
2	Cursos de 40 a 79 horas	2,00 por certificado	4,00		
3	Cursos iguais ou superiores a 80 horas	3,00 por certificado	6,00		
			Subtotal		

Pontuação máxima do item: 15,00 pontos.
Grupo III – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

ITEM	TÍTULO	PONTOS	MÁXIMO	Pontuação Pretendida	Pontuação Obtida
1	Ano completo de experiência profissional comprovada na função/cargo pretendido	1,00 por ano	10,00		
2	Período superior a 06 meses e inferior a 01 ano	0,50	Conforme limite máximo		
			Subtotal		

Pontuação máxima do item: 10,00 pontos.
PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA: 60,00 PONTOS.
Banca Examinadora:

Nome:	Assinatura:
PRESIDENTE: Mariane Lukavy (Assistente Social II).	
SECRETÁRIA: Janieli Dayane Rodrigues Evangelista (Técnico Administrativo)	
MEMBRO: Edson Luis Mendes (Técnico Administrativo)	

ANEXO III
REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 02/2026

CANDIDATO(A): _____

CPF: _____

CARGO PRETENDIDO:

( ) Assistente Social

( ) Psicólogo II

OBJETO DO RECURSO:

( ) Inscrição

( ) Pontuação da Prova de Títulos

( ) Resultado Preliminar

FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO:
_____
Declaro que estou ciente das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 02/2026.
Teixeira Soares, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a)
_____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO OU NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) à

função de _____, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:

( ) NÃO exerço outro cargo, emprego ou função pública.

( ) EXERÇO outro cargo, emprego ou função pública, conforme informado abaixo:

Órgão/Entidade: _____

Cargo/Função: _____

Carga Horária: _____

Horário de Trabalho: _____

Declaro estar ciente das disposições constitucionais e legais relativas à acumulação de cargos, empregos e funções públicas e de que a apresentação de declaração falsa poderá resultar na aplicação das medidas legais cabíveis.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Teixeira Soares, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Anexo V

GABARITO FINAL PARA AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NOME DO(A) CANDIDATO(A): _____
CARGO PRETENDIDO:_____
Portador de deficiência ( ) sim ( ) não. Qual:_____

Grupos	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Total
Pontuação Obtida				

** CAMPO DE PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA BANCA EXAMINADORA

Banca Examinadora:

Nome:	Assinatura:
PRESIDENTE: Mariane Lukavy (Assistente Social II).	
SECRETÁRIA: Janieli Dayane Rodrigues Evangelista (Técnico Administrativo)	
MEMBRO: Edson Luis Mendes (Técnico Administrativo)	

ANEXO VI
FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 02/2026

Nº DA INSCRIÇÃO: _____
1. DADOS PESSOAIS
Nome completo:
Data de nascimento: _____ Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
CPF: _____
RG: _____
Órgão Expedidor: _____
Estado Civil: _____
Nome da mãe:
2. ENDEREÇO
Rua/Avenida:_____Nº: _____
Complemento: _____
Bairro: _____
Município: _____
UF: _____
CEP: _____
3. CONTATOS
Telefone/Celular: (____) _____ E-mail:
4. FUNÇÃO PRETENDIDA
Função/Cargo:
5. ESCOLARIDADE
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-Graduação
( ) Outra: _____
6. PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PcD
É pessoa com deficiência? ( ) Sim ( ) Não Tipo de deficiência:
7. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA
Declaro que, conforme estabelecido no Edital do PSS nº 02/2026, apresento os documentos exigidos para participação no Processo Seletivo Simplificado.
( ) Documento de identificação
( ) CPF
( ) Comprovante de escolaridade
( ) Comprovantes de títulos, quando exigidos
( ) Comprovantes de experiência profissional, quando exigidos
( ) Outros documentos previstos no Edital
8. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO
Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição são verdadeiras e completas, estando ciente de que a falsidade de qualquer informação ou documento apresentado poderá acarretar minha eliminação do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis. Declaro, ainda, que conheço e aceito integralmente as normas, condições e exigências estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 02/2026, comprometendo-me a acompanhar as publicações referentes ao certame. Por ser expressão da verdade, firmo a presente ficha.
Teixeira Soares – PR, _____ de _____ de 2026.
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A):
USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DO PSS
Inscrição: ( ) DEFERIDA ( ) INDEFERIDA
Motivo do indeferimento, se houver:

Nome:	Assinatura:
PRESIDENTE: Mariane Lukavy (Assistente Social II).	
SECRETÁRIA: Janieli Dayane Rodrigues Evangelista (Técnico Administrativo)	
MEMBRO: Edson Luis Mendes (Técnico Administrativo)	

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:428DBD42

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 2.315

LEI N.º 2.315

Súmula: ALTERA O ART. 1.º DA LEI MUNICIPAL N.º 1.664, DE 09 DE JULHO DE 2014, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PARA SERVIDORES ATIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná por seus representantes da Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.664, de 09 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1.º Fica instituído, a título de indenização, auxílio-alimentação aos servidores ativos da Administração Pública Municipal, no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia trabalhado no interior do Município."
Parágrafo único. O valor será reajustado anualmente pelo INPC/IBGE, considerando o índice acumulado dos últimos doze meses,"
Art. 2.º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal n.º 1.664, de 09 de julho de 2014.
Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:C3AE827A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 410/2026
REF: PREGÃO N° 74/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: DELLAMED S.A., CNPJ nº 11.666.105/0003-62, com sede Navegantes, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). TAMIRES LEAL LEFFA, CPF: 017.903.540-13, carteira de Identidade nº 1089847923.

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de camas hospitalares e cadeiras de rodas motorizadas destinadas à composição do Banco Municipal de Equipamentos de Apoio à Saúde e Assistência Social, previsto no Programa Municipal de Empréstimo em Comodato, para posterior concessão aos usuários que atendam aos critérios estabelecidos na legislação municipal e regulamentação do Programa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **56.766,80 (cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 02 de outubro de 2026, com vencimento até 02 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6462334C

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 423/2026
REF: PREGÃO N° 84/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: L DE B FLORENTINO LTDA, CNPJ nº 43.468.704/0001-04, com sede Campo Mourão, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LUANA DE BRIDA FLORENTINO, CPF: 116.727.619-13, carteira de Identidade nº 142721244.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **103.326,90 (cento e três mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 09 de outubro de 2026, com vencimento até 09 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:18EAF73A

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 418/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 05.035.532/0001-88, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ASSAAD FARES ABOU NABHAN, CPF: 108.994.489-68, carteira de Identidade nº 1.311.724 .

OBJETO: Aquisição, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª Região de Saúde, de 02 (dois) veículos automotores novos, zero quilômetro, sendo 01 (um) veículo utilitário de 7 lugares, modelo Spin LTZ 1.8, automático, ano/modelo 2026/2026, e 01 (um) veículo tipo hatch, modelo Onix Hatch 1.0 aspirado, mecânico, ano/modelo 2026/2026, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Terra Boa/PR, para atendimento das ações e serviços de saúde, com recursos provenientes da Resolução SESA nº 220/2026..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 250.940,00 (duzentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta reais) , valor esse que será pago em ate 30 dias.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 08 de outubro de 2026, com vencimento até 08 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 08 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:96A802F3

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 84/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 84/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) L DE B FLORENTINO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 43.468.704/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 103.326,90 (cento e três mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa centavos).

2) LINOPARTS DIESEL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 64.713.868/0001-11 no valor total dos itens vencidos de R$ 39.479,48 (trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

3) IMPORPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 76.071.984/0001-63 no valor total dos itens vencidos de R$ 16.239,63 (dezesseis mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos).

4) GUAVIFLEX COMERCIO DE PEÇAS E MANGUEIRAS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 02.009.042/0001-19 no valor total dos itens vencidos de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

5) CIAFORT PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 85.073.153/0001-11 no valor total dos itens vencidos de R$ 5.553,00 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais).

6) JS LÂMINAS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 15.608.150/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.401,00 (três mil, quatrocentos e um reais).

Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:ED58BF71

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 911/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **JULIANA VICTÓRIA IVERS** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **13/10/2026** a **22/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:D9C836AD

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 912/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **ROBERTA TEIXEIRA DA SILVA** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **13/10/2026** a **22/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A144E2F3

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 913/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **JULIANA VERONICA FERRETTE** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PSICOLOGA referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **13/10/2026** a **22/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:14B814EA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 914/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **WILLYAN FABIO GATTO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **13/10/2026** a **01/11/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:62AFF0CE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 915/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **RONALDO DOS SANTOS** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MAQUINAS E VEICULOS – MOTORISTA referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **14/10/2026** a **12/11/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:6DC244C0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 916/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **SEBASTIAO ANSELMO DE SOUZA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **15/10/2026** a **13/11/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B92BF2A8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 917/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026, e tendo em vista, o falecimento do servidor EDEVALDO JACKSON DOS SANTOS,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos item n.º 11 do Edital de Concurso nº 001/2026, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:
Cargo: AGENTE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - MOTORISTA
Nome do Candidato
FERNANDO LUIZ CASIMIRO
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:85E94EED

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 918/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 11/10/2026, a senhora **STEFANY MAYARA DA SILVA MARQUES**, portadora do CPF 115.546.519-99 do cargo temporário que ocupa de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** tendo em vista o término do contrato.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5C61F933

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.466/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4466/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 16.004,62 (dezesseis mil e quatro reais e sessenta e dois centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.079.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
1731 - 3.3.90.30.00.00	3829	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
14.001.27.122.0008.2.122.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1765 - 3.3.90.93.00.00	3821	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4,62
		Total Suplementação:	**16.004,62**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:0F668E99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO

Resolução nº12/2026

SÚMULA: Dispõe Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Terra Rica Terra Rica, Estado do Paraná, em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 8 de outubro de 2026 no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 040/2011, de 22 de setembro de 2011,
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR o **Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social** , considerando a DELIBERAÇÃO nº059/2023-CEAS/PR, para o exercício de 2027, na modalidade de cofinanciamento continuo, para ações de Assistência Social, como aporte financeiro aos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais, que será repassado ao município pelo Fundo Estadual de Assistência Social.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 8 de outubro de 2026.

KATIELLI APARECIDA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria da Conceição Dos Santos Borges
Código Identificador:65055BB9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação com cota exclusiva para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 99/2026.
Processo nº 156/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual fabricação e instalação de enfeites natalinos, conforme demanda do Município**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 27/10/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 09/10/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:BEA97B6E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 338/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: GABRIEL SANTOS ASOIA 10848654919, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **41.738.002/0001-60**.

DOMICÍLIO: AV. SÃO PAULO, 2058 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de ração animal para gatos, Dispensa N° 26/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 08/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **16.875,00 (Dezesseis Mil, Oitocentos e Setenta e Cinco Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, oito dias de outubro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Gabriel Santos Asoia 10848654919
GABRIEL SANTOS ASOIA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:EAA8BC8E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: RENAN MARTINS DE SANTI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **42.858.173/0001-95**.

DOMICÍLIO: RUA TAQUARI, 255 - CEP: 87690000 - BAIRRO: CENTRO, Marilena/PR.

OBJETO: Aquisição de bicicletas elétricas para utilização pelos Agentes Comunitários de Saúde, do Pregão - Eletrônico 70/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 08/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **178.496,00 (Cento e Setenta e Oito Mil, Quatrocentos e Noventa e Seis Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 08/10/2026(oito dias de outubro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Renan Martins de Santi
RENAN MARTINS DE SANTI
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:DB7BA911

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2026

01 – Das Partes:

MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81.

APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 80.614.241/0001-60.

02 – Do Objeto:

O presente instrumento tem por objeto fomentar as atividades desenvolvidas pela **APAE**, mediante repasse único de recursos oriundos de emenda parlamentar, destinados ao custeio das despesas de manutenção da entidade.

03 – Do valor:

O valor global dos repasses correspondera à R$ 103.350,00 (cento e três mil e trezentos e cinquenta reais), a ser pago em parcela única, a qual poderá sofrer alteração de conformidade com a capacidade financeira e a respectiva dotação orçamentária do Município, para o exercício de 2026.

04 – Da Vigência:

A vigência do presente convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado através de aditamento.

05 – Do Foro:

Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro.

Terra Rica, 09 de outubro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

MARCOS AUGUSTO DAMIANI
Presidente

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:D150647A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2026

01 – Das Partes:

MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81.

APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E A MIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 80.614.241/0001-60.

02 – Do Objeto:

O presente instrumento tem por objeto fomentar as atividades desenvolvidas pela **APAE**, mediante repasse único de recursos oriundos de emenda parlamentar, destinados ao custeio das despesas de manutenção da entidade.

03 – Do valor:

O valor global dos repasses correspondera à R$ 105.160,00 (cento e cinco mil e cento e sessenta reais), a ser pago em parcela única, a qual poderá sofrer alteração de conformidade com a capacidade financeira e a respectiva dotação orçamentária do Município, para o exercício de 2026.

04 – Da Vigência:

A vigência do presente convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado através de aditamento.

05 – Do Foro:

Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro.

Terra Rica, 09 de outubro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

MARCOS AUGUSTO DAMIANI
Presidente

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:B9F13242

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026

01 – Das Partes:

MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81.

APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E A MIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 80.614.241/0001-60.

02 – Do Objeto:

O presente instrumento tem por objeto fomentar as atividades desenvolvidas pela **APAE**, mediante repasse único de recursos oriundos de emenda parlamentar, destinados ao custeio das despesas de manutenção da entidade.

03 – Do valor:

O valor global dos repasses correspondera à R$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais), a ser pago em parcela única, a qual poderá sofrer alteração de conformidade com a capacidade financeira e a respectiva dotação orçamentária do Município, para o exercício de 2026.

04 – Da Vigência:

A vigência do presente convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado através de aditamento.

05 – Do Foro:

Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro.

Terra Rica, 09 de outubro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

MARCOS AUGUSTO DAMIANI
Presidente

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:BC983494

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 435/2026

PORTARIA Nº: 435/2026 – SEMEC

Constitui Comissão Eleitoral para organização, acompanhamento e apuração do processo de escolha dos representantes dos segmentos que comporão o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB de Terra Rica – PR, para o mandato 2027/2030.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TERRA RICA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na **Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**, na legislação municipal aplicável e no **Decreto Municipal nº 870/2022**, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB,
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a **Comissão Eleitoral para o processo de escolha e/ou indicação dos representantes dos segmentos que comporão o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB do Município de Terra Rica – PR**, para o mandato **2027/2030**.
Art. 2º A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros:
I – Marisélia Barbosa da Silva Maxe– Presidente;
II- Marisa Amâncio Bis Feliciano – Membro;
III – Jordana Cursi Sentinello – Membro;
IV – Edina Diotto Trinck Menotti – Membro;
Parágrafo único. A Comissão poderá contar com o apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para a execução das atividades necessárias ao desenvolvimento do processo.
Art. 3º Compete à Comissão Eleitoral:
I – organizar e coordenar o processo de escolha dos representantes dos segmentos que comporão o CACS-FUNDEB, observando a legislação federal e municipal vigente;
II – elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os instrumentos necessários à realização do processo, tais como edital, fichas de inscrição, listas de presença, cédulas de votação, atas e demais documentos pertinentes;
III – divulgar as normas, prazos, locais e procedimentos relativos ao processo de escolha;
IV – receber, analisar e conferir as inscrições e/ou indicações apresentadas pelos respectivos segmentos;
V – verificar o atendimento aos requisitos legais e a eventual existência de impedimentos para o exercício da representação;
VI – organizar, quando cabível, as listas de eleitores habilitados por segmento;
VII – coordenar e acompanhar as reuniões, assembleias e/ou eleições destinadas à escolha dos representantes, conforme a forma de escolha estabelecida para cada segmento;
VIII – assegurar a regularidade, transparência, publicidade e isonomia dos procedimentos de escolha;
IX – realizar ou acompanhar a apuração dos votos, quando houver votação;
X – registrar em ata todas as etapas relevantes do processo, incluindo a votação, a apuração e o resultado;
XI – analisar ocorrências, impugnações e recursos apresentados durante o processo, observadas suas competências e a legislação aplicável;
XII – elaborar o resultado final do processo de escolha dos representantes;
XIII – elaborar relatório final dos trabalhos e encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para as providências administrativas pertinentes;
XIV – adotar as demais providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria e das normas que regulamentam a composição do CACS-FUNDEB.
Art. 4º O processo de escolha deverá observar, para cada segmento, a forma de representação estabelecida na **Lei Federal nº 14.113/2020**, no **Decreto Municipal nº 870/2022** e demais normas municipais vigentes, não sendo admitida alteração da forma de escolha sem fundamento legal.
Art. 5º Os membros da Comissão Eleitoral deverão atuar com imparcialidade, transparência, isonomia e respeito aos princípios da administração pública, assegurando tratamento igualitário aos segmentos e participantes do processo.
Art. 6º Os documentos produzidos pela Comissão Eleitoral deverão ser devidamente organizados e encaminhados para integrar o processo administrativo de composição do CACS-FUNDEB.

Art. 7º A Comissão Eleitoral permanecerá constituída até a conclusão dos trabalhos relativos ao processo de escolha, incluindo a elaboração do relatório final e o encaminhamento da documentação necessária à formalização da nova composição do CACS-FUNDEB.
Art. 8º Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação federal e municipal aplicável.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Rica – PR, 09 de Outubro de 2026.

SIRLENE LOPES TRAVAGIN
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Terra Rica – Paraná

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Publicado por:
Daiane Moreirade Souza Silva
Código Identificador:D431B888

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026 PROCESSO 114/2026

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Dispensa de Licitacão 23/2026, O objeto dessa licitação consiste em Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva em motocicletas pertencentes à frota do SAMAE de Terra Rica/PR, compreendendo o fornecimento de peças, materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços, conforme necessidade da Administração., conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

Data: A partir da data de publicação até 16/10/2026 (dezesseis dias de outubro de 2026).

O edital completo está disponível no site: https://www.samaetr.com.br/ em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, 233 Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.2441 – 3441.1522, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 09/10/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:065AA10C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024

OBJETO: Contratação de Seguro Predial com a finalidade de cobertura de bem patrimonial contra danos, sinistros, incêndios e outras eventualidades que possam ocorrer no prédio da Câmara Municipal de Terra Roxa.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Terra Roxa
CONTRATADO: Essor Seguros S.A.
PRAZO: Com base na Cláusula Sexta do presente contrato, fica prorrogado o prazo de vigência, para o período de 12 (doze) meses, com início em 17 de outubro de 2026 a 17 de outubro de 2027.

VALOR: O presente termo possui o valor de R$ 1.424,81 (mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.001.031.1000.2002.3.3.90.39.69.06

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de outubro de 2026.

Assinaturas: Milton da Silva e Silvia Gimenez de Araújo.

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:7651A13E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4728/2026

DECRETO N.º 4728/2026

Institui e compõe a equipe de Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a equipe de Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, que será composta pelos seguintes servidores municipais:

Nome	Cargo	Setor	Vigilância Socioassistencial
Silval Nunes Pereira	Psicólogo	CRAS	Membro responsável
Jessica Renata de Souza	Assistente Social	Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social	Membro responsável
Silvia Hikari Hata	Agente Administrativo	CRAS	Membro responsável

Art. 2º Em atendimento aos termos, responderá pela ASSESSORIA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL a servidora SILVIA HIKARI HATA, nos termos do artigo 4º, alínea "a", do Decreto nº. 4354/2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 4355/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:E629964D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17649/2026

PORTARIA Nº 17649/2026

Fica designado servidor para exercer a coordenação do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Zilda Arns.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO, matrícula nº 193488, portador do CPF nº 080.XXX.XXX-32, brasileiro, ocupante do cargo de Assistente Social no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, como coordenador do CRAS – Centro

de Referência de Assistência Social Zilda Arns do Município de Terra Roxa-PR.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 15.687/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 09 dias do mês de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:D4DAC345

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4729

DECRETO Nº.4729/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.
D E C R E T A
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 175.212,33 (cento e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e trinta e três centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	1004	Secretária Municipal de Desenvolvimento Viário	13.1.26.782.1350.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Viário 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 01015 - Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	7.135,71
Suplementar	1005	Secretária Municipal de Desenvolvimento Viário	13.1.26.782.1350.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Viário 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 01060 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	53.443,07
Suplementar	1006	Secretária Municipal de Desenvolvimento Viário	13.1.26.782.1350.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Viário 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00915 - Apoio financeiro aos Municípios - AFM	10.871,84
Suplementar	1007	Encargos Especiais	5.2.28.846.1800.4 - Indenizações e Restituições 339093 - Indenizações e restituições Vínculo: 00903 - Construção Centro de Eventos 1246/2018 - SEDU	3.761,71
Suplementar	791	Secretária Municipal de Desenvolvimento Viário	13.1.26.782.1350.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Viário 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o :
I. Superávit Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2025, conforme prevê o inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 172.781,61 (cento e setenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso	
00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
00903 - Construção Centro de Eventos 1246/2018 - SEDU	1.330,99
00915 - Apoio financeiro aos Municípios - AFM	10.871,84
01015 - Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	7.135,71
01060 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	53.443,07

II. Excesso de arrecadação, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 2.430,72 (dois mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e dois centavos), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso				
Excesso			4242299010100000000 Vínculo: 00903 - Construção Centro de Eventos 1246/2018 - SEDU	2.430,72

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 9 de Outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:6CEC6072

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°430-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 430/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 89/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 6 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: D33D COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 50.246.619/0001-59, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. YURI GRIPP GUIMARÃES ALVES, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 122.327.147-13, com endereço à Estrada CORONEL HEBER ALVES DA COSTA, 489, CHACARA PARAISO - 28.605-610, Nova Friburgo - RJ.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO NATAL LUZ 2026 - TERRA ROXA, COMPREENDENDO MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAGEM, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS PARA PINTURA, FERRAMENTAS ELÉTRICAS E A BATERIA, MATERIAIS ELÉTRICOS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS, MATERIAIS METÁLICOS E FERRAGENS, BEM COMO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E ELEMENTOS DESTINADOS À ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO NATALINA, INCLUINDO A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 9.420,00 (nove mil e quatrocentos e vinte reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:03E8768E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°432-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 432/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 89/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 6 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 47.812.320/0001-00, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SUELI DOS SANTOS VALENTE, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 685.054.778-04, com endereço à Rua VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 964, santana - 02.010-100, São Paulo - SP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO NATAL LUZ 2026 - TERRA ROXA, COMPREENDENDO MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAGEM, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS PARA PINTURA, FERRAMENTAS ELÉTRICAS E A BATERIA, MATERIAIS ELÉTRICOS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS, MATERIAIS METÁLICOS E FERRAGENS, BEM COMO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E ELEMENTOS DESTINADOS À ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO NATALINA, INCLUINDO A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 7.357,10 (sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dez centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:F1AF4C37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°437-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 437/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 89/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 6 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: B2G IMPORTS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 68.766.322/0001-80, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. GUILHERME CAVALLI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 089.073.659-62, com endereço à Rua PADRE ROQUE, 38, CENTRO - 89.970-000, Anchieta - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO NATAL LUZ 2026 - TERRA ROXA, COMPREENDENDO MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAGEM, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS PARA PINTURA, FERRAMENTAS ELÉTRICAS E A BATERIA, MATERIAIS ELÉTRICOS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS, MATERIAIS METÁLICOS E FERRAGENS, BEM COMO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E ELEMENTOS DESTINADOS À ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO NATALINA, INCLUINDO A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 5.883,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 41.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:242254E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°445-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 445/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: EUSTAQUIO GONCALVES DE AZEVEDO 85442216615, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 47.173.020/0001-28, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. EUSTAQUIO GONCALVES DE AZEVEDO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 854.422.166-15, com endereço à Rua Alfredina Amaral, 275, Milionarios - 30.620-220, Belo Horizonte - MG.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 1.685,40 (um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 52.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:CCEDB498

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°457-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 457/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: COMERCIO NOVO RUMO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 23.964.820/0001-07, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MARLENE MANNRICH, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 846.141.459-49, com endereço à Rua Americana, 365, PASSO MANSO - 89.032-620, Blumenau - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 37.225,00 (trinta e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 27, 43.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:D57FE7D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°459-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 459/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: 55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 55.356.846/0001-50, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. EGON MIGUEL SCHULZ, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 113.806.999-08, com endereço à Rua Pastor Ernesto Gerstberger, 180, COND. INDEPENDÊNCIA - 85.930-215, Nova Santa Rosa - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 5.744,00 (cinco mil e setecentos e quarenta e quatro reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 26, 40.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:134172F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°461-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 461/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato

representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: HATECH TECNOLOGIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 63.846.157/0001-52, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. FELIPE KAUAN HAAS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 085.402.569-32, com endereço à Rua Dos Ipes, 27, primavera - 89.872-000, Modelo - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 7.118,91 (sete mil, cento e dezoito reais e noventa e um centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 50.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:E3A0FF8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°463-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 463/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 10.402.061/0001-39, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ALEXANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 652.343.320-04, com endereço à Rua Maria Lopes Borba, 474, CENTRO - 88.370-340, Navegantes - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 8.246,75 (oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 55.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:1E323371

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°467-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 467/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: F C COMERCIO DE INFORMATICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 26.068.984/0001-36, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANA CAROLINE MONTOVANELLI LAIOLA VEZENTIN, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 029.197.031-10, com endereço à Rua CODORNA OESTE, 1483, EXPANSÃO URBANA - 75.828-000, Chapadão do Céu - GO.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 87.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:CCB3FF81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°469-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 469/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026
DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E

SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: LIRIO DISTRIBUIDORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 65.248.526/0001-30, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. HENRIQUE DOUGLAS MENDES FERREIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 027.391.711-02, com endereço à Rua 3C, lt 18, Setor Habitacional Vicente Pires - 72.005-500, Brasília - DF.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 1.165,12 (um mil, cento e sessenta e cinco reais e doze centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 99, 104.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:1399F3B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°472-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 472/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: A2L STORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 52.677.115/0001-19, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ALEXANDRE MAURO DE ANDRADE, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 029.475.989-11, com endereço à Rua Sinfonia, 88, CAJURU - 82.960-494, Curitiba - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 107.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:BB149BEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°474-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 474/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: RML PRODUTOS IMPORTADOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 44.562.943/0002-64, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. LEONARDO DE ARAUJO VIANNA SOARES, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 871.925.190-49, com endereço à Avenida Protásio Alves, 3161, PETRÓPOLIS - 90.410-003, Porto Alegre - RS.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 4.340,00 (quatro mil e trezentos e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 119.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:8B33CDC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°475-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 475/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: FABBRO IT AND COM E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 39.304.546/0001-71, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ERIVELTON MACHADO FERREIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 021.844.889-92, com endereço à Rua Rua Jhon Lennon, 225, PARQUE DA FONTE - 83.050-380, São José dos Pinhais - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 275.640,00 (duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 66, 67.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:BA60D876

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°476-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: AMMO INFORMATICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.300.151/0001-04, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MARCOS ANTONIO FILGUEIRAS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 668.549.119-15, com endereço à Avenida JOAO PAULINO VIEIRA FILHO, 672, ZONA 01 - 87.020-015, Maringá - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 11.440,00 (onze mil e quatrocentos e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 21, 44, 61.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:F460358E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°477-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 477/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 41.010.343/0001-14, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JOSE LUIZ BUONO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 978.923.949-15, com endereço à Rua PAULO COSTA PEREIRA, 26, JARDIM VENEZA - 86.300-000, Cornélio Procópio - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 5.865,21 (cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 7, 24, 31, 35.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:DA61808C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°481-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 481/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: MINAS SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 39.619.837/0002-30, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MARCO TULIO GOMES DE FIGUEIREDO, Administrador, portador do RG/CI nº 10.581.165 e no CPF/MF nº 073.960.046-08, com endereço à Rua ATALYDES MOREIRA DE SOUZA, , CIVIT I - 29.168-055, Serra - ES.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 73.116,00 (setenta e três mil e cento e dezesseis reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 69, 83.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:148B213D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°482-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 482/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: PUHL INFORMATICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 10.335.363/0001-31, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CLAIRTON ROBERTO PUHL, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 062.924.579-74, com endereço à Rua Sargento Tissiano, 79, CENTRO - 89.887-000, Palmitos - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 1.282,20 (um mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 48.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6B60AEE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°483-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 483/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: NEW OESTE INFORMATICA DO BRASIL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 23.231.651/0001-98, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JOÃO HENRIQUE DA COSTA PEREIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 114.273.079-46, com endereço à Rua 1° DE MAIO, 740, CENTRO - 85.875-000, Santa Terezinha de Itaipu - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 11.000,00 (onze mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 84.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:B11CDCDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 DO CONTRATO Nº 062/2026, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 2/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIEMTNAÇÃO ASFÁLTICA ASFÁLTICA (CBUQ), URBANIZAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA PAA PROLONGAMENTO DA AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO - KM 75 + 149,24M (SAÍDA PARA GUAÍRA), CUJO OBJETO ESTÁ VINCULADO AO CONVÊNIO Nº 01/2025-SEIL..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 07/04/2027 E VIGÊNCIA PARA O DIA 05/09/2027 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:B3B61219

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 004/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026 DO CONTRATO Nº 330/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2025, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 2/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: RM ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM BARRAÇÃO INDUSTRIAL PRÉ-MOLDADO COM FECHAMENTO EM ALVENARIA E COBERTURA METÁLICA, ABRANGENDO UM TOTAL DE 524,00 M2 DE ÁREA, CONFORME PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 13/12/2026 E VIGÊNCIA PARA O DIA 18/12/2026 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: RM ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:2A23F40B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 91-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 156/2026
Licitação n°: 91/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MOTORES, EQUIPAMENTOS E PEÇAS, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM PORTÕES ELETRÔNICOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR

Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA	1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 3.1, 4.1, 4.2, 5.1, 6.1, 7.1, 8.1, 9.1, 10.1
R$55.613,97 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e treze reais e noventa e sete centavos)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 9 de outubro de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:4183F521

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6397, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

Exonera, a pedido, ANA PAULA LOPES BARCELLOS do cargo de Médica I

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **ANA PAULA LOPES BARCELLOS**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 200400935SSP/RJ, matrícula funcional nº 120181, do cargo de MÉDICA II, nomeada por meio do Decreto nº 6393, de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:EABFE66B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6398, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a organização, implementação e funcionamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, bem como os princípios e garantias relacionados à educação;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 53, 54 e 58 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que asseguram à criança e ao adolescente o direito à educação e estabelecem deveres do Poder Público para sua efetivação;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especialmente os dispositivos relativos à ampliação progressiva da jornada escolar e à oferta da educação em tempo integral;

CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e as demais normas nacionais que orientam a organização curricular, a formação integral e o desenvolvimento pleno dos estudantes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral e estabelece diretrizes para a ampliação da oferta de matrículas em tempo integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, especialmente o Objetivo 6 e a Meta 6.a, referentes à ampliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral;

CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 09/2025, que institui normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 520/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Tijucas do Sul, especialmente a Meta 6 e suas estratégias;

CONSIDERANDO o disposto no art. 212-A, inciso XV, da Constituição Federal, quanto à destinação mínima de recursos do FUNDEB para a criação de matrículas em tempo integral, enquanto não atingidas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO a Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, que regulamenta a destinação de recursos do FUNDEB para a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica;

DECRETA

Art.1º. Fica mantida e atualizada, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Tijucas do Sul/PR, a Política Municipal de Educação Integral/ Jornada Ampliada, instituída com jornada escolar ampliada, em implementação desde o ano de 2024, com a finalidade de garantir o desenvolvimento integral dos educandos em seus aspectos cognitivo, físico, emocional, social, ético, cultural e ambiental, visando à melhoria da aprendizagem de crianças e adolescentes, por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, contribuindo para a autonomia dos estudantes da Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – anos iniciais.

Art.2º. A oferta da Educação em Tempo Integral no Município de Tijucas do Sul integra a Política Municipal de Educação Integral e será implementada por meio da ampliação da jornada escolar, com a oferta de atividades curriculares complementares, desenvolvidas no turno regular e/ou no contra turno, contemplando a reorganização dos tempos e dos espaços educativos, bem como a diversificação de práticas pedagógicas, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes e com as normas do Sistema Municipal de Ensino.
Parágrafo único. A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral contribui para o cumprimento da Meta 6 do Plano Municipal de Educação, assegurando a ampliação progressiva das matrículas dos estudantes da

Rede Pública Municipal de Ensino em jornada escolar ampliada, observadas as normas legais, regulamentares, orçamentárias e operacionais aplicáveis.

ESCOLAS COM AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR – CONTRATURNO

Art. 3º. A oferta da Ampliação da Jornada Escolar dar-se-á em escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 4º. A oferta de atividades de ampliação de jornada escolar em contra turno será ofertada nas Instituições Municipais de forma gradativa.

§1º. As atividades de ampliação de jornada escolar poderão ser ofertadas no mínimo 35 horas semanais para alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – anos iniciais.
§2º. A ampliação da Jornada Escolar, será no período contrário ao Ensino Regular em que o aluno estiver matriculado.
a) Educação infantil: com oferta de atividades nas áreas de Explorar e Expressar, Conviver, Brincar e Expressar, Conviver, Participar e Expressar-se, Explorar e Conhecer, Explorar e Conhecer e Conhecer-se e Expressar-se.
b) Ensino fundamental: com oferta de atividades nas áreas de acompanhamento pedagógico, aprofundamento da aprendizagem, experimentação da pesquisa científica, da cultura, da arte, do esporte, do lazer, das tecnologias, entre outras.
Parágrafo único. A matrícula dos alunos nas atividades de Ampliação de Jornada Escolar atenderá prioritariamente estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica.

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COM AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

Art. 5º. São Objetivos da Educação em Tempo Integral com Ampliação da Jornada Escolar:

I – Fomentar a oferta de matrículas em período integral/jornada ampliada, em observância a meta 6 estabelecida pela Lei nº 520/2015 – Plano Municipal de Educação;
II – Ampliar as oportunidades de acesso à educação de qualidade aos estudantes da rede municipal de ensino por intermédio da jornada escolar ampliada, alinhada as atuais demandas;
III – Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta a jornada ampliada;
IV – Melhorar a qualidade da educação básica pública, elevando os resultados e assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes;
V – Contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, espaço, e das oportunidades educativas;
VI – Oportunizar tempo e espaço para livre criação e difusão de suas culturas, valorizar e reconhecer saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio do universo simbólico e artístico;
VII – Contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral dos sujeitos;
VIII – Contribuir para o enfrentamento dos vários desafios que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade vivem, consequentemente, a melhoria contínua da qualidade de aprendizagem e do bem-estar dessas crianças e jovens conforme previsto;
IX – Promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e a vida escolar;
X – Promover a cultura da paz e não violência no cotidiano escolar e nos espaços comunitários, bem como minimizar os impactos da vulnerabilidade social;
XI – Promover a articulação entre a escola, a comunidade e as famílias, assegurando o compromisso coletivo com a construção de um projeto educacional coletivo;

XII – Ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência e os resultados das avaliações externas e internas.

CARGA HORÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL/AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR

Art. 6º. O regime em tempo integral obedecerá a carga horária de, no mínimo 7(sete) horas diárias, distribuídas entre:

I – Atividades da Base Nacional Comum Curricular ministrada por docentes habilitados e/ou concursados no quadro do magistério da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul;
II – As atividades da Base Diversificada, organizadas a partir dos Macrocampos, serão desenvolvidas no período de Jornada Ampliada, em ambientes de aprendizagem e outros espaços disponíveis, podendo ser ministradas por professores e/ou oficineiros com formação adequada para a função.
Art. 7º. As atividades de ampliação de jornada escolar serão ofertadas no minímo três vezes na semana para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. O aluno será matriculado nas turmas seguindo seu nível de desenvolvimento de aprendizagem e/ou ano que frequenta no ensino regular.

MATRÍCULA

Art. 8º. Para Educação em Tempo Integral, o aluno com Jornada Ampliada terá duas matrículas no SERE.
Art. 9º. A instituição de ensino disponibiliza matrícula, a qualquer tempo, conforme legislação vigente.
Art. 10. Para as Atividades de Ampliação de Jornada Escolar, será atribuída ao aluno duas matrículas no SERE: uma para o turno regular – turno de escolarização; e outra para Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares – contraturno.
I – Das matrículas para a Jornada Ampliada segue orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação:
a) Casos de vulnerabilidade e dificuldades econômicas;
b) As vagas devem ser prioritariamente ocupadas pelos alunos que apresentarem dificuldades na aprendizagem;
c) Para o preenchimento de vagas excedentes, bem como para o atendimento de estudantes público do Atendimento Educacional Especializado (AEE), será realizado o Estudo de Caso Educacional, o qual será composto pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, pela equipe gestora da unidade escolar em que o estudante estiver regularmente matriculado.
d) O aluno poderá ser matriculado nas turmas seguindo seu nível de desenvolvimento de aprendizagem (turmas mistas) e/ou ano que frequenta no ensino regular.
e) O responsável legal pelo aluno assinará um Termo de Responsabilidade pela frequência e participação nas atividades durante o ano letivo vigente.
f) Em casos de infrequência, a partir de 5 faltas consecutivas e 7 faltas alternadas sem justificativa, será realizado a busca ativa do aluno em parceria com a Assistência Social da Secretaria de Educação.

AVALIAÇÃO

Art. 11. A parte diversificada de atividades nas áreas de acompanhamento pedagógico, aprofundamento da aprendizagem, experimentação da pesquisa científica, da cultura, da arte, do esporte, do lazer, das tecnologias, entre outras, será avaliada por meio de frequência, sem menção de notas, para efetivar a ação docente e proporcionar a aprendizagem dos conteúdos.
Art. 12. A avaliação das atividades de ampliação da jornada escolar em contra turno da parte diversificada, não se constituem em objeto de aprovação e reprovação, sem menção de notas, com base na frequência escolar e por meio de parecer descritivo trimestral do desenvolvimento do aluno e ficha de acompanhamento individual por macrocampo.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA/CURRICULAR E ADMINISTRATIVA

Art. 13. Compete a escola:
I – Adequar-se o Regimento Escolar, assegurando a efetivação da organização pedagógica e administrativa da Educação em Tempo Integral/Jornada Ampliada, conforme oferta e orientações da Secretaria Estadual da Educação (SEED);
II – Revisar e adequar o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular que disciplinará as normas e princípios de organização da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada, conforme oferta e orientações da Secretaria Estadual da Educação (SEED);
III – Operacionalizar as ações da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada garantindo a efetivação da proposta e acompanhando os resultados;
IV – Acompanhar a frequência dos estudantes a serem contemplados com a Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
V – Adequar os espaços existentes no ambiente escolar ou extraescolares que possam favorecer a implementação e efetivação das atividades propostas no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Pedagógica Curricular;
Art. 14. Compete a Secretaria Municipal de Educação.
I – Orientar e acompanhar o processo de implantação Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada envolvendo a comunidade escolar; a família e sociedade em geral sobre a necessidade e importância da mesma, seus benefícios e as mudanças na rotina escolar em virtude de sua implantação.
II – Proporcionar formação continuada aos profissionais da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada, possibilitando educação de qualidade e valorização profissional;
III – Assessorar pedagogicamente a coordenação pedagógica e diretor, na revisão, elaboração e a execução das propostas curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada;
IV – Orientar as escolas na revisão, adequação e elaboração do Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e na Proposta Pedagógica Curricular de acordo com a Proposta da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada, conforme oferta e orientações da Secretaria Estadual de Educação (SEED).
V – Orientar as escolas na execução e implementação da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
VI – Identificar e encaminhar ao Poder Executivo Municipal a necessidade de adequação, ampliação e reparos da estrutura predial da escola com oferta da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
VII – Viabilizar o quantitativo suficiente de profissionais para atender a demanda da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
VIII – Monitorar e avaliar o processo de implantação da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada, propondo adequações e revisões necessárias que visem a melhoria da qualidade em educação;
IX – Projetar a expansão das matrículas da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada.
Art. 15. Compete ao Poder Executivo Municipal:
I – Fomentar a consolidação e implantação da Política Pública da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
II – Ampliar e adequar, orientar e acompanhar o processo da implantação da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
III – Assegurar a manutenção das escolas que ofertam a Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
IV – Viabilizar o financiamento para as escolas que passarem a integralizar a Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada
V – Viabilizar, quando necessário, a construção, ampliação e adequação das escolas a fim de garantir espaços apropriados para desenvolver as atividades da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
VI – Assegurar a alimentação dos estudantes integrantes da proposta da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada;
VII – Garantir a contratação de profissionais habilitados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico junto à demanda da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL/ JORNADA AMPLIADA

Art. 16. A Secretaria Municipal da Educação acompanhará anualmente a partir de 2024 a expansão de matrículas nas instituições

de ensino municipais da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada.
Art. 17. A avaliação da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada será periódica, mediante reuniões com a equipe gestora e pedagógica das escolas, com registros dos pontos relevantes quer possam afetar positiva ou negativamente os resultados da efetivação da Educação em Tempo Integral/ Jornada Ampliada. Em vistorias permanentes administrativas e pedagógicas para análise da evolução do ensino e aprendizagem dos alunos matriculados na Educação em Tempo Integral/Jornada Ampliada.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Cabe ao Poder Público Municipal, a instituição e manutenção de tal política educacional, por meio da efetivação e bases legais.
Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação deverá criar se Projeto de Educação em Tempo Integral/Jornada Ampliada, o qual dará base para que as instituições construam o seu projeto com ênfase em suas particularidades.
Parágrafo único. O projeto das instituições com a Educação em Tempo Integral/Jornada Ampliada deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 20. Para a consecução da Política Municipal da Educação em Tempo Integral/Jornada Ampliada, a Secretaria Municipal de Educação poderá celebrar convênios, parcerias, contratações de serviços e acordos de cooperação técnica com Instituições Públicas ou Privadas.
Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:1EDED4C0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6399, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Tijucas do Sul – PR, alinhado à Lei Municipal nº 1.106/2026, e designa os seus membros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da legislação vigente e considerando o disposto no Art. 11 da Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Tijucas do Sul - PR;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Tijucas do Sul – PR, como órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, acompanhadora e fiscalizadora da execução das diretrizes, ações e metas fixadas pela Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026, em alinhamento com a Política de Alfabetização do Território Estadual do Paraná e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 2º São atribuições do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
Seção I – Das Ações na Educação Infantil (Pré-Escola)
I – Estimular práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da oralidade, escuta, linguagem escrita e consciência fonológica na Pré-Escola, respeitando os eixos estruturantes das interações e brincadeiras;
II – Monitorar a infraestrutura e o fornecimento de acervos de literatura infantil de qualidade para as turmas de Pré-Escola;
III – Propor estratégias de busca ativa escolar para garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas e frequentando a Pré-Escola;
IV – Planejar e acompanhar o processo de transição pedagógica entre o último ano da Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem sem rupturas traumáticas para a criança.
V– Acompanhar a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, de forma sistemática e alinhada às diretrizes curriculares nacionais e municipais, contemplando práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral da criança, à promoção dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, ao fortalecimento das práticas de leitura, oralidade, linguagem, ludicidade e demais campos de experiências, respeitando as especificidades da primeira infância e a articulação com a política municipal de alfabetização.
Seção II – Das Ações no Ensino Fundamental, EJA e Intersetoriais
I – Acompanhar os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações internas e externas de larga escala relativas ao desenvolvimento da fluência leitora, escrita, raciocínio lógico-matemático e pensamento computacional (Art. 5º, incisos IV e V; Art. 10 da Lei nº 1.106/2026);
II – Propor metas e estratégias pedagógicas para a superação das defasagens de leitura e escrita;
III – Articular ações com as secretarias de Saúde e Assistência Social para o combate à evasão escolar e vulnerabilidades que afetem o aprendizado;
IV – Acompanhar a distribuição de materiais didáticos e a implementação da formação continuada dos professores alfabetizadores;
V – Divulgar relatórios anuais sobre o avanço dos índices de alfabetização no município.
VI – Acompanhar a formação continuada dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental e EJA, de forma sistemática e alinhada às diretrizes curriculares nacionais e municipais, contemplando o fortalecimento das práticas de alfabetização e letramento, da recomposição das aprendizagens, da avaliação formativa, do uso de evidências pedagógicas para o planejamento do ensino e da garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes.

Art. 3º O Comitê Estratégico de Alfabetização será composto por membros representantes dos seguintes órgãos e segmentos
I – Quatro (04) representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEMED): [Nome do(a) Representante] – [Cargo/Função];
II – Articulador(a) Municipal RENALFA: [Nome do(a) Articulador(a)];
III – Formador(a) Municipal PRO-LEEI: [Nome do(a) Formador(a)];
IV – Dois (02) representantes do Conselho Municipal de Educação (CME): [Nome do(a) Representante];
V – Dois Representante da Equipe de Gestão Escolar (Direção/Coordenação Pedagógica): [Nome do(a) Representante];
VI – Dois (02) representantes dos Docentes de Educação Infantil (Infantil 4 e 5): [Nome do(a) Professor(a)];
VII – Dois (02) representantes dos Docentes do Ensino Fundamental (1º e 2º Anos): [Nome do(a) Professor(a)];
VIII – Um (01) representante da Secretaria Municipal de Saúde
IX- Um (01) representante da Secretaria de Assistência Social.
Parágrafo único. Os membros do Comitê serão indicados pelos seus respectivos segmentos e designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo, para um mandato de (2) anos, permitida a recondução.

Art. 4º A participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á mensalmente ou extraordinariamente sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Educação ou pela maioria de seus membros.

Art. 6º O Comitê elaborará seu Regimento Interno no prazo de [30 ou 60] dias a contar da data de publicação deste Decreto, estabelecendo as normas de seu funcionamento.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:529F6459

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6400, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova a Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED, que institui as normas e procedimentos para o acompanhamento pedagógico do Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul (SATIS E SATIS KIDS) nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, revogando o Decreto Municipal nº 4.761, de 13 de dezembro de 2023, e a Instrução Normativa nº 01/2023 – SEMECE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026**, que institui a Política Municipal de Alfabetização;

DECRETA:
Art. 1º Fica aprovada a **Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED**, em anexo, que dispõe sobre a instituição de normas, critérios e procedimentos para orientar o processo de acompanhamento pedagógico e avaliação do **Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul (SATIS E SATIS KIDS)** nas unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a coordenação, orientação, divulgação, aplicação e monitoramento do cumprimento da Instrução Normativa aprovada por este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o **Decreto Municipal nº 4.761, de 13 de dezembro de 2023**, e a **Instrução Normativa nº 01/2023 – SEMECE**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal de Tijucas do Sul – PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 – SEMED
Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e o fluxo de acompanhamento pedagógico contínuo da aprendizagem nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Tijucas do Sul – PR, em articulação com a Política Municipal de Alfabetização (Lei Municipal nº 1.106/2026).

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo e pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988 (Art. 205 e 206) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996);
CONSIDERANDO Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036, Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e a Política Nacional de Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica (Decreto Federal nº 11.079/2022);
CONSIDERANDO a **Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026**, que institui a Política Municipal de Alfabetização em Tijucas do Sul, prevendo o monitoramento, avaliações próprias em larga escala, recomposição imediata de aprendizagens e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a estrutura regulatória municipal, alinhando a nomenclatura institucional para Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e aprimorando o fluxo de avaliação em larga escala e acompanhamento pedagógico de rede;

RESOLVE:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o funcionamento, a aplicação e os desdobramentos pedagógicos do **Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul (SATIS E SATIS KIDS)** nas instituições de Educação Infantil (Infantil 4 e 5), Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).
Art. 2º O SATIS e SATIS KIDS configura-se como uma ferramenta complementar e permanente de avaliação diagnóstica, formativa e somativa em larga escala, destinada a prover subsídios técnicos para o planejamento pedagógico, monitoramento dos níveis de proficiência e acompanhamento da evolução da aprendizagem individual e coletiva.
§ 1º O SATIS e SATIS KIDS constitui-se como um dos instrumentos de apoio à gestão pedagógica, devendo ter seus dados articulados e integrados às demais avaliações internas e registros contínuos realizados no cotidiano escolar pelas equipes docentes e pedagógicas.
§ 2º Os indicadores gerados pelo sistema subsidiarão o planejamento de estratégias de **recomposição de aprendizagem** e intervenções pedagógicas direcionadas, bem como fundamentarão a identificação precoce de estudantes que necessitem de **Estudo de Caso** e suporte especializado.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO
Seção I – Das Etapas Avaliativas do Ensino Fundamental e Diretrizes Gerais
Art. 3º O acompanhamento pedagógico via SATIS E SATIS KIDS será estruturado e aplicado ao longo do ano letivo em **03 (três) etapas avaliativas**:
I – Avaliação Diagnóstica (Entrada): Realizada no **início do ano letivo**, com a finalidade de mapear os conhecimentos prévios, as habilidades consolidadas e as defasagens de aprendizagem de cada estudante para a elaboração do planejamento docente e escolar;
II – Avaliação Formativa (Processual/Intermediária): Realizada no início do segundo trimestre, com o objetivo de verificar o progresso das aprendizagens, avaliar a eficácia das intervenções adotadas até então e reorientar o planejamento pedagógico para o segundo semestre;
III – Avaliação Somativa (Saída/Final): Realizada ao final do ano letivo com o intuito de mensurar os níveis de proficiência alcançados, verificar a consolidação dos direitos de aprendizagem e consolidar os dados de evolução da Rede Municipal.
Art. 4º A Coordenação Pedagógica da SEMED encaminhará periodicamente às instituições de ensino os **indicadores de aprendizagem** para cada ano escolar, orientados pela BNCC, pelo Referencial Curricular do Paraná e pela Lei Municipal nº 1.106/2026 (incluindo habilidades do Método Fonovisuoarticulatório, letramento matemático e pensamento computacional).
Parágrafo único. Os instrumentos avaliativos do SATIS E SATIS KIDS tomarão por base estes indicadores e seus resultados serão registrados em planilhas padronizadas de monitoramento por turma e por escola.
Seção II – Da Organização do Processo de Avaliação na Educação Infantil (SATIS KIDS / IMADEI)
Art. 5º No âmbito da Educação Infantil, a avaliação no SATIS KIDS observará o Instrumento Municipal de Acompanhamento do Desenvolvimento e das Aprendizagens na Educação Infantil – **IMADEI,** regido pelas seguintes diretrizes:
A Educação Infantil, em consonância com a legislação educacional vigente e com os princípios que orientam essa etapa da Educação Básica, compreende a avaliação como um processo contínuo, formativo e mediador, destinado ao acompanhamento do desenvolvimento integral e das aprendizagens das crianças. Nesse sentido, a avaliação não possui caráter de promoção, classificação ou retenção, mas constitui um importante instrumento para subsidiar o planejamento, a organização das práticas pedagógicas e a tomada de decisões docentes.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino, o processo de avaliação das crianças matriculadas no Infantil 4 e infantil 5 será organizado de forma sistematizada ao longo do ano letivo, considerando as especificidades da faixa etária, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os objetivos de aprendizagem previstos para a Educação Infantil.

Nesse contexto, o Instrumento Municipal de Acompanhamento do Desenvolvimento e das Aprendizagens na Educação Infantil – **IMADEI** constitui-se como um instrumento de sistematização do acompanhamento pedagógico, destinado a subsidiar o registro e a análise do percurso de desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, articulando observações, registros, sondagens periódicas e documentação pedagógica.

O acompanhamento pedagógico será realizado por meio de observações, registros, sondagens periódicas e documentação pedagógica, possibilitando ao professor conhecer as singularidades de cada criança, identificar seus avanços, necessidades, potencialidades e aspectos que demandam maior atenção pedagógica.

Para fins de organização da Rede Municipal de Ensino, o processo avaliativo, sistematizado por meio do IMADEI, será estruturado em três momentos ao longo do ano letivo, articulados entre si:

I – Primeiro trimestre – Avaliação diagnóstica/Primeira sondagem: No início do ano letivo, será realizada uma avaliação diagnóstica, por meio de propostas lúdicas e sistematizadas, com experiências adequadas à faixa etária, com o objetivo de identificar os conhecimentos, as habilidades, as potencialidades e as necessidades de aprendizagem apresentadas por cada criança. Os resultados obtidos constituirão subsídios para o planejamento pedagógico, permitindo ao professor organizar intervenções e propostas educativas coerentes com as características e necessidades do grupo e de cada educando.

II – Segundo trimestre – Acompanhamento e intervenção pedagógica: Durante o segundo trimestre, o professor realizará o acompanhamento contínuo do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, utilizando diferentes estratégias de observação e registro. A partir das evidências coletadas no cotidiano pedagógico e dos resultados da avaliação diagnóstica, serão planejadas e desenvolvidas propostas diversificadas, experiências e intervenções pedagógicas que favoreçam o avanço de cada criança, respeitando seus diferentes ritmos, formas de aprender, interesses e necessidades.

III – Terceiro trimestre – Análise dos avanços e documentação final: Ao final do ano letivo, será realizada uma avaliação de fechamento, de caráter formativo e processual, com o objetivo de analisar o percurso de desenvolvimento e aprendizagem construído pela criança ao longo do período. Nesse momento, serão retomadas os registros, as observações, as produções, as experiências vivenciadas e demais evidências documentadas durante o ano letivo, possibilitando identificar os avanços alcançados, as aprendizagens construídas e os aspectos que ainda necessitam de acompanhamento.

Parágrafo único. Essa organização trimestral das sondagens, sistematizada por meio do **IMADEI,** constitui uma estratégia de organização e acompanhamento pedagógico, não sendo compreendida como momentos isolados de avaliação ou como aplicação de instrumentos padronizados que reduzam o processo avaliativo a resultados quantitativos. A avaliação ocorre permanentemente no cotidiano da Educação Infantil, considerando as interações, as brincadeiras, a participação, as diferentes linguagens, as produções e manifestações das crianças e as experiências por elas vivenciadas. Os registros e as evidências produzidos ao longo desse processo, organizados e sistematizados no IMADEI, subsidiarão o planejamento de novas estratégias e ações pedagógicas, bem como a documentação do percurso individual e coletivo das crianças.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE CONJUNTA E DEVOLUTIVAS PEDAGÓGICAS

Art. 6º Após o encerramento de cada etapa avaliativa (diagnóstica, formativa e final), a equipe pedagógica da SEMED analisará os dados com as equipes gestoras e pedagógicas de cada unidade escolar.

Parágrafo único. As reflexões sobre os resultados visam identificar demandas específicas da escola e subsidiar a definição de ações de formação continuada, assessoramento pedagógico presencial e apoio de recursos didáticos.

CAPÍTULO IV – DO ACOMPANHAMENTO NAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 6º As Equipes Pedagógicas das Instituições Escolares deverão acompanhar sistematicamente a prática docente e a evolução dos estudantes por meio dos seguintes mecanismos formais:

I – Acompanhamento nas Horas-Atividades: O acompanhamento dos professores durante a hora-atividade será conduzido pela coordenação pedagógica como um processo contínuo de orientação e fortalecimento das práticas de ensino. As reuniões de planejamento focarão na estruturação das rotinas pedagógicas, no alinhamento das sequências didáticas e na proposição de intervenções para a recomposição das aprendizagens, articulando os objetivos do currículo às necessidades reais identificadas tanto no cotidiano escolar quanto pelos diagnósticos das avaliações SATIS e SATIS KIDS.

Para assegurar a sistematização desse trabalho, a coordenação fará uso de instrumentos padronizados: as fichas de acompanhamento da hora-atividade registrarão as metas e estratégias pactuadas; as fichas de observação de sala de aula e feedback subsidiarão o acompanhamento presencial do clima de aprendizagem, das interações e do engajamento das turmas; o feedback norteará as conversas formativas individuais, nas quais serão oferecidas devolutivas construtivas para o aprimoramento contínuo do trabalho docente.

II – Formação em Serviço: Promover momentos contínuos de estudo e planejamento no cotidiano escolar, fundamentados na reflexão sobre a prática docente e na análise de evidências de aprendizagem — tanto do trabalho diário quanto de avaliações formativas e diagnósticas. A formação focará na proposição de metodologias ativas, na diversificação de estratégias pedagógicas e no alinhamento curricular para o fortalecimento da alfabetização.

III – Monitoramento de Turmas e estudantes com dificuldades de aprendizagem: Identificar precocemente os estudantes que apresentam dificuldades na aprendizagem e acompanhar, continuamente, o progresso das turmas por meio de avaliações formativas, observações diárias e análise de dados pedagógicos. Essa identificação subsidiará a elaboração de planos de intervenção personalizados, o agrupamento produtivo e o direcionamento de estratégias específicas para garantir o avanço de cada criança no processo de alfabetização.

CAPÍTULO V –

DAS INTERVENÇÕES DE RECOMPOSIÇÃO, APOIO À APRENDIZAGEM (REFORÇO ESCOLAR), ESTUDO DE CASO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Art. 7º A partir dos resultados das avaliações do SATIS E SATIS KIDS, a unidade escolar elaborará e executará o Plano de Intervenção Pedagógica, contemplando estratégias de recomposição imediata de aprendizagem e encaminhamento dos alunos com dificuldades para o Reforço Escolar (Sala de Apoio à Aprendizagem).

Art. 8º Os estudantes que persistirem com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou defasagens não sanadas pelas intervenções pedagógicas regulares e pelo reforço escolar serão objeto de Estudo de Caso.

Art. 9º O Estudo de Caso para os estudantes que apresentarem dificuldades acentuadas ou defasagens persistentes de aprendizagem, não sanadas pelas estratégias pedagógicas universais da sala de aula, observará o seguinte fluxo e procedimentos:

I – Etapa da Docência Regente: O professor regente fará o levantamento detalhado das necessidades do estudante e registrará as intervenções pedagógicas diversificadas, adaptações e apoios oferecidos no cotidiano da sala de aula, acompanhados das respectivas evidências de evolução ou permanência das defasagens;

II – Etapa da Coordenação Pedagógica Escolar: Diante da persistência das dificuldades, a Coordenação Pedagógica da unidade escolar atuará em conjunto com o professor regente, orientando, implementando e registrando estratégias pedagógicas complementares e acompanhamentos específicos no âmbito escolar;

III – Formalização da Ficha de Intervenção Pedagógica: Esgotadas as possibilidades de intervenção na unidade de ensino sem os avanços esperados, a Equipe Pedagógica emitirá a **Ficha de Intervenção Pedagógica**, documento oficial contendo o histórico das ações realizadas pelo professor e pela coordenação, fundamentando a necessidade de suporte especializado;

IV – Encaminhamento e Organização Multiprofissional: A Ficha de Intervenção Pedagógica será encaminhada à Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, que

assumirá a articulação e a organização do Estudo de Caso junto à Equipe Multiprofissional da rede;
V – **Atendimento Educacional Especializado e Avaliação Psicoeducacional:** Quando indicado pela Equipe Multiprofissional após a análise do caso, o estudante poderá ser encaminhado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), com a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano de Ensino Individualizado (PEI), e, quando julgado necessário, será encaminhado para Avaliação Psicoeducacional, em consonância com a legislação e com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos ou situações não contempladas nesta Instrução Normativa serão analisados e resolvidos diretamente pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa nº 01/2023 – SEMECE.

Art. 12º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:6D0833EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 423, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o pedido da Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo, nomeada pelos Decretos nº 6094 de 26 de fevereiro de 2026 e nº 6131 de 20 de março de 2026, na forma do art. 65, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1° Prorrogar o afastamento do servidor pelo prazo de 30 (trinta) dias como medida cautelar a fim de não haver interferência na apuração dos fatos constantes no Processo de Sindicância e Inquérito Administrativo n° 09/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 10 de outubro de 2026.**

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:783B392B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 424, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica específica dedicada à Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul – PR, alinhada à Lei Municipal nº 1.106/2026 e à nova Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED (SATIS E SATIS KIDS).

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026**, que institui a Política Municipal de Alfabetização, e na nova **Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED** (Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul - SATIS E SATIS KIDS):

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul – PR (SEMED), a **Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização**, com o objetivo de fortalecer e ampliar a capacidade institucional do município na coordenação, planejamento, acompanhamento, avaliação e implementação das ações de alfabetização e letramento da Educação Infantil (Infantil 4 e 5), Ensino Fundamental (1º e 2º anos) e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 2º A estrutura organizativa será composta pelas seguintes unidades de trabalho:
I – Coordenação Pedagógica Geral de Alfabetização;
II – Articulação Institucional e Programas (RENALFA e compromissos estaduais/nacionais);
III – Formação Continuada e Desenvolvimento Docente (PRO-LEEI e Método Fonovisuoarticulatório Boquinhas);
IV – Avaliação, Acompanhamento Pedagógico SATIS E SATIS KIDS (Avaliações Diagnóstica, Formativa e de Saída) e Recomposição das Aprendizagens.
V – Monitoramento das ações educacionais no âmbito municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul – PR,
Secretário Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul – PR

RELATÓRIO TÉCNICO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL
RELATÓRIO TÉCNICO Nº 424 /2026 – SEMED

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA
O presente Relatório Técnico visa documentar e detalhar a alocação de estrutura administrativa e pedagógica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul – PR (SEMED), em cumprimento à **Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026** e em estrito alinhamento com a nova **Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED**, que disciplina o **Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul (SATIS E SATIS KIDS)**. A iniciativa visa ampliar a capacidade institucional central no planejamento, na aplicação e análise do ciclo de 03 (três) avaliações anuais (diagnóstica, formativa e final), na formação em serviço e no suporte às intervenções pedagógicas e estudos de caso para garantir a alfabetização na idade certa.

2. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANOGRAMA
A estrutura está hierarquicamente vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), tendo como núcleo central a **Coordenação Pedagógica Geral de Alfabetização**. Esta coordenação supervisiona três eixos técnicos especializados:
1. **Articulação e Programas (RENALFA):** Foco em parcerias externas, articulação com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e gestão do portal SIMEC.
2. **Formação Continuada (PRO-LEEI / Método fonovisuoarticulátorio):** Foco no desenvolvimento profissional docente, pautado pelas evidências levantadas nas etapas avaliativas do SATIS E SATIS KIDS e no acompanhamento de hora-atividade nas escolas.
3. **Avaliação, Acompanhamento SATIS e SATIS KIDS e Recomposição:** Foco na consolidação das 03 avaliações anuais (diagnóstica em início do ano, formativa em julho e final em novembro), orientação dos Planos de Intervenção, gestão da Recomposição e Apoio a aprendizagem e condução dos estudos de caso com encaminhamento para atendimento educacional especializado, se necessário.

3. COMPOSIÇÃO, QUADRO DE CARGOS, REGIME DE TRABALHO E DEDICAÇÃO

Unidade / Função	Servidor / Cargo Efetivo	Regime Semanal	Tempo Dedicado	Atribuições Principais
Coordenação Geral de Alfabetização	Coordenadora Pedagógica (SEMED)	40 horas	100% (40h/semana)	Coordenação geral da política local, articulação curricular (BNCC/RCP) e encaminhamento dos indicadores de aprendizagem para as escolas (Art. 4º da IN nº 01/2026).
Articulação Institucional e Programas	Articulador(a) Municipal RENALFA	40 horas	100% (40h/semana)	Articulação com programas estaduais/federais e monitoramento de metas no SIMEC.
Formação Continuada e Desenvolvimento	Formador(a) municipal PRO-LEEI	40 horas	100% (40h/semana)	Organização de ciclos formativos e formações em serviço alinhados às demandas apuradas no SATIS e SATIS KIDS, e no acompanhamento de horas-atividades.
Avaliação, SATIS e SATIS KIDS, e Recomposição e Apoio a Aprendizagem	Coordenador(a) Pedagógico(a) da SEMED	40 horas	100% (40h/semana)	Consolidação dos dados do SATIS e SATIS KIDS, (diagnóstica no início, formativa em junho e de saída em novembro), suporte aos Planos de Intervenção, coordenação dos Estudos de Caso.
Monitoramento das ações educacionais no âmbito municipal	Coordenador(a) Geral	40 h	100% (40h/semana)	Acompanhamento dos instrumentos padronizados de suporte aos coordenadores escolares, planejamento e suporte pedagógico, supervisão de projetos,

• **Número Total de Servidores Envolvidos:** 5 (cinco) servidores/cargos efetivos da Secretaria Municipal de Educação.
• **Dedicação Horária Reorganizada:** Carga horária somada de 200 (duzentas) horas semanais dedicadas ao suporte, orientação, monitoramento e formação da Política Municipal de Alfabetização.

4. ATRIBUIÇÕES GERAIS DA ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 (SATIS E SATIS KIDS)

1. **Elaboração e Difusão de Indicadores:** Elaborar e disponibilizar os indicadores de aprendizagem de cada ano escolar (Art. 4º da IN 01/2026), integrando o Método fonovisuoarticulatorio, letramento matemático e pensamento computacional (Art. 6º da Lei nº 1.106/2026).
2. **Gestão do Ciclo do SATIS E SATIS KIDS (3 Avaliações Anuais):** Operacionalizar e consolidar os dados das avaliações Diagnóstica (início do ano), Formativa (julho) e Somativa/Saída (novembro) em planilhas de monitoramento da Rede Municipal (Art. 3º da IN 01/2026).
3. **Devolutivas e Análise Conjunta com Escolas:** Realizar reuniões conjuntas entre a equipe da SEMED e os coordenadores/gestores escolares para análise das evidências e definição de ações pedagógicas, Recomposição E Apoio a aprendizagem e formações (Art. 5º da IN 01/2026).
4. **Orientação do Acompanhamento nas Horas-Atividades e Formação em Serviço:** Orientar os coordenadores pedagógicos escolares no acompanhamento dos docentes em hora-atividade e na formação continuada em serviço, assim como o registro em fichas padronizadas (em anexo) do acompanhamento da hora-atividade, observação em sala de aula e feedback. (Art. 6º da IN 01/2026).
5. **Planos de Intervenção e Estudos de Caso:** Orientar a execução dos Planos de Intervenção Escolar; o encaminhamento dos alunos para RECOMPOSIÇÃO E APOIO a aprendizagem; a realização de Estudos de Caso de estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e necessitam de encaminhamentos a outros profissionais, e/ou ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Arts. 7º, 8º e 9º da IN 01/2026).
6. **Acompanhamento de Plataformas Externas:** Monitorar o ciclo do Gere+ Paraná, Prova Paraná Mais, CAED Fluência Leitora, CNCA- Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, SIMEC, LRCO, SERE, SERP, entre outras.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:2A608977

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 425, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor TIAGO VINICIUS DA SILVA ALVES

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 13 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, ao servidor **TIAGO VINICIUS DA SILVA ALVES,** matrícula nº 609, portador da cédula de identidade com R.G. nº 9.687.546-0/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:17388AD8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE RESULTADO DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DA CHAMADA PUBLICA Nº 04/2026

EDITAL DE RESULTADO DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS

REF: EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 04/2026

A comissão de licitação constituída e nomeada pelo Decreto n° 6205/2026 comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de CHAMADA PUBLICA nº 04/2026, cujo o objeto do presente **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NAS ATIVIDADES DE: ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS, ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS E ELABORAÇÃO AS BUILT NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL.**
Que após a análise do documentação e verificação da ordem de protocolo, realizada pelo Núcleo Bim, Decreto nº 6375/2026, proferiu a seguinte decisão:

EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO	COLOCAÇÃO
CWB CIVIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	29.988.500/0001-65	CLASSIFICADA Habilitada para as tabelas 1A, 1B E 2.	1º
ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	11.519.548/0001-69	CLASSIFICADA Habilitada para as tabelas 1A, 1B e 2.	2º
PROJEGOV PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS LTDA	36.674.626/0001-20	CLASSIFICADA Habilitada para as tabelas 1A, 1B e 2.	3º
OESTE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	11.504.898/0001-51	CLASSIFICADA Habilitada para as tabelas 1B e 2.	4º
KOTRICK E ZACHARIAS LTDA	11.095.755/0001-33	DESCLASSIFICADA	

Diante da decisão a comissão, abrirá o prazo para apresentação de recursos, o qual será de 03 (três) dias uteis contados desta publicação, após finalização de fase recursal será divulgado edital de habilitação.

Tijucas do Sul, 09 de outubro de 2026.

THAISA GABRIELI DOS SANTOS
Presidente

MICHELE CRISTINA PEREIRA CARVALHO
Membro

RICARDO LEVANDOVSKI
Membro

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:9EAFDA3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO A ARP N° 258 ANO 2025

Nº DA ARP	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 258/2025	Pregão Eletrônico nº 52/2025	Reequilíbrio econômico-financeiro do item 293 e troca de marca.	JT MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ: 51.892.897/0001-46	08.10.2026

Publicado por:
Fernando Cesar Alves da Rocha
Código Identificador:29B9864E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO N° 076/2026

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL PARA O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2026 A SETEMBRO DE 2027.

O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 73, I, da Lei Orgânica Municipal

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, para o período de 2 (dois) anos, nos termos da Lei Municipal n.º 696/2026, os seguintes membros:
I – Um representante da Concessionária de Serviços de Saneamento Básico (SANEPAR): Pedro Luís Pinho (titular) e Fabrício Bernardo da Silva (suplente);
II – Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Edvaldo Vito Ribeiro (titular) e Renata Cristina Lopes de Carvalho;
III – Representantes da Secretaria da Saúde: Cíntia Alferes Chueire (titular) e Celita Aparecida de Carvalho Lovato (suplente);
IV - Representantes dos usuários de Saneamento Básico: Paula Caroline Gomes da Silva (titular) e Camila Cristina de Sousa Prado (suplente);
V – Representantes do Conselho Municipal de Saúde: Suziane Zacarias (titular) e Elaine Daniel Rodrigues (suplente);
VI - Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento: Alfredo Braz da Costa Alemão (titular) e Julian Acosta da Paixão (suplente);
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tomazina, 09 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito de Tomazina – PR

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:21358882

PODER EXECUTIVO
PORTARIA CONJUNTA Nº 378/2026 GABINETE DO PREFEITO E SEMMA

instalação da Área Transitória de Transbordo e Secagem de Resíduos Vegetais no Município de Tomazina/PR, estabelece medidas de contingência operacional para o manejo de galhadas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAZINA, Estado do Paraná, em conjunto com o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a necessidade de dar fiel cumprimento às exigências da Obrigação 04 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado perante o Instituto Água e Terra (IAT) no bojo do Processo nº 17.681.210-9;
CONSIDERANDO as disposições do Decreto Municipal nº 065/2026, que regulamentou o Cronograma Oficial Setorizado de Coleta de Galhadas e vedou o descarte irregular em bota-foras clandestinos;
CONSIDERANDO as prerrogativas de emergência e poder de polícia ambiental outorgadas ao Poder Executivo pelos artigos 153 e 155 da Lei Municipal nº 618/2024 (Código de Posturas de Tomazina), visando impedir episódios críticos de poluição e disciplinar o fluxo de resíduos não-domiciliares;
CONSIDERANDO o projeto administrativo já formalmente protocolado pelo Município de Tomazina/PR junto à Itaipu Binacional para a aquisição subsidiada de equipamento triturador de galhos, cujo trâmite de liberação encontra-se pendente de aprovação externa; e
CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de acionar o Regramento de Contingência Operacional previsto no Art. 11, inciso II, do Decreto Municipal nº 065/2026, a fim de garantir um local público, seguro e isolado para o armazenamento das podas urbanas enquanto a solução primária não é materializada;
RESOLVEM:
Art. 1º Fica instituída e afetada, em caráter excepcional e provisório, a **Área Transitória de Transbordo e Secagem de Resíduos Vegetais** do Município de Tomazina/PR, localizada no imóvel público municipal situado no Parque Industrial de Tomazina, cujas coordenadas são: N 7.367.580,738 - E 607.960,155, tendo como matrícula o n.º 17.537.
Art. 2º A área delimitada no Art. 1º destina-se única e exclusivamente ao recebimento, secagem e armazenamento temporário e controlado de resíduos orgânicos de origem vegetal (poda urbana, galhadas, troncos, folhas e aparas de jardim) recolhidos através do Cronograma Oficial do Município.
Parágrafo único. É terminantemente proibido o descarte, depósito ou mistura de lixo domiciliar comum, resíduos infectantes, rejeitos industriais ou Resíduos da Construção Civil (RCC/entulhos) na referida área, sob pena de caracterização de crime ambiental e aplicação imediata das sanções previstas no Código de Posturas do Município (Lei nº 618/2024).
Art. 3º A Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente será a responsável direta pelo controle de acesso, isolamento físico (cercamento) e monitoramento do pátio transitório, devendo garantir o enleivamento adequado da massa verde para evitar riscos de incêndio ou proliferação de vetores zoonóticos.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, possuindo prazo de validade provisório de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, período estimado para a aprovação e entrega do maquinário triturador pela Itaipu Binacional ou para a consolidação de contratação terceirizada.
Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante justificativa técnica fundamentada expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, atestando o andamento das tratativas externas ou a manutenção da necessidade logística de contingência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, aos 09 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito Municipal de Tomazina/PR

EDVALDO VITO RIBEIRO
Secretário Municipal de Obras e Meio Ambiente

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:C48D8FA7

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 376/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar por término de contrato, em 12 de outubro de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **SUELEN RODRIGUES DOS REIS GUALIUME**, portador(a) da matrícula Nº 1484, do Cargo de "**MONITOR**", nomeado(a) pela Portaria de nº 322/2024.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 9 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:68DC8CEE

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 377/2026

O Prefeito de Tomazina Cezar Bueno de Melo, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 73 da Lei Orgânica, e com base na segregação de funções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021,

R E S O L V E:

Art. 1º – Os fiscais de contrato e gestores de contrato serão nomeados dentre servidores municipais nos termos do art. 7º da Lei 14.133/2024, nomeados nesta Portaria, para exercer as referidas funções de modo cumulativo.
Art. 2º – A nomeação de fiscais e gestores será organizada por Secretarias Municipais, preferindo-se servidores estáveis a comissionados, sempre que possível.
Art. 3º – Em cada documento de formalização de demanda – DFD, a autoridade ordenadora indicará um dos servidores nomeados nesta Portaria para atuar como fiscais e gestores nos contratos em que forem indicados pelas Secretarias.
Art. 4º – Considerando o quantitativo de servidores municipais com atividades compatíveis com a função de fiscal no âmbito da Lei n.º 14.133/2021, os fiscais nomeados nesta Portaria funcionarão como fiscais administrativos e técnicos, nos contratos em que forem indicados pelas Secretarias.
Art. 5º – Nomeia-se os seguintes servidores públicos municipais, identificados por suas respectivas matrículas, para desempenhar funções de Fiscais de Contratos:
I – Secretaria Municipal de Educação: Ellen Leal Ribeiro (518) e Lucas dos Santos Correa (1515).
II – Secretaria Municipal de Saúde: Pamela Tais de Azevedo Greskiv (656), Carla Betina Marroni Couto (509), Iara Regina Elias Chueire (458), Ronaldo Aparecido Depizzol (648) e Celita Aparecida de Carvalho Lovato (629).
III – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania: Maiara Alves da Silva (1516).
IV – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo: Pricila Inocência dos Santos (1505), Elaine Daniel Rodrigues (1816) e Alan Alves Machado (1500).
V – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Henio Augusto Lemes Queiroz (639) e Wesley João Marques (1520).
VI – Secretaria Municipal da Mulher: Maria Eduarda de Oliveira Gualiume (1509).
VII – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: Isadora Salvalagio Gumy (960), Amanda Briene Prado (1471), Gabriela Boiko (1832), Alison Silveira Pinto (936), Marcelo Inocêncio Faria (470) e Mauro Antônio De Carvalho (1510).
VIII – Secretaria Municipal de Governo: Nabdi Elias Faria (731), Fernanda Cristina Sene (1488), Pamela Nogueira de Morais (1503), Beatriz Victoria Batista (1514) e Alcides Geraldi da Silva Reis (1501).
Art. 6º – Nomeia-se os seguintes servidores públicos municipais, identificados por suas respectivas matrículas, para desempenhar funções de Gestores de Contratos:
I – Secretaria Municipal de Educação: Gabriel Donizetti dos Santos (1585).
II – Secretaria Municipal de Saúde: Lucimara de Souza Cogo (921) e Angelo Jose Bonini Junior (1528).
III – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania: Paula Caroline Gomes da Silva (1504)
IV – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo: Pricila Inocência dos Santos (1505).
V – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Julian Acosta da paixão (1584).
VI – Secretaria Municipal da Mulher: Paula Caroline Gomes da Silva (1504).
VII – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: Luciano Eduardo de Assis (1517).
VIII – Secretaria Municipal de Governo: Mateus Sandy do Vale (1507).
Art. 7º – Além das obrigações legais, os fiscais/gestores terão a obrigação de assinar termos de ciência de contratos e contratos administrativos em que funcionarem nestas atribuições.
Art. 8º – Em atenção ao art. 10, II, do Decreto Federal nº 11.246/2022, incorporado à regulamentação local pelo Decreto Municipal n.º 066/2024, as Secretarias deverão fornecer condições para que todos os servidores nomeados sejam capacitados pelo Curso Online da Escola de Gestão Pública do TCE-PR relativo à Gestão e Fiscalização de Contrato.
Art. 9º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 09 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:3DD6F217

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 088/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **03 DE NOVEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE BOCHA E BOLÃO CONTENDO: HALL DE ENTRADA, ÁREA PARA PÚBLICO, CIRCULAÇÃO, CANCHA DE BOLÃO, 2 CANCHAS DE BOCHA, ÁREA DE JOGOS, COPA, COZINHA, BANHEIROS FEMININO E MASCULINO COM ACESSIBILIDADE, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 767,45 M².**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná,

Paraná - Telefone (45) 988246760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.
Três Barras do Paraná-PR, 09 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:A2F8BFA3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7320/2026

DECRETO Nº7320/2026
Data 09.10.2026

Exonera a pedido, servidor no cargo de Diretor de Departamento de Planejamento (Cargo em Comissão) e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento do servidor,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido, o servidor, Senhor **Andre Antonio Brandini Fongaro**, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Planejamento (Cargo em Comissão), sob a matrícula funcional nº1644-6/1, nomeado pelo Decreto nº6192/2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 30/09/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:8CB67129

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7321/2026

Data 09/10/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3191/2026 de 09/10/2026.

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.02	Departamento de Turismo	
136950018.2.044000	Manutenção do Departamento de Turismo	
3.3.90.30 (6283) (3707)	Material de consumo	30.700,00
3.3.90.39 (6284) (3707)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	219.300,00

Total.....R$ 250.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
3707	Convênio SETU/Protoc.25.218.918-1	250.000,00

Total.....R$ 250.000,00

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1B626DCB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
CONTRATADA: GERAÇÃO CONTABILIDADE DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.432.442/0001-36.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica contábil, destinados ao apoio ao planejamento, coordenação, acompanhamento e execução do Projeto Futsal Feminino Três Barras, Código nº 91371, compreendendo suporte técnico, orientação administrativa e contábil, elaboração de relatórios, acompanhamento de metas e organização documental.
VALOR MENSAL: R$ 900,00 (novecentos reais).
VALOR GLOBAL: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.
FISCALIZAÇÃO: VALDENIR RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes.

Três Barras do Paraná, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:BCD7D2B6

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
CONTRATADA: VANZETTO COMÉRCIO DE ADESIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 67.828.646/0001-32.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de designer gráfico destinados ao Projeto Futsal Feminino Três Barras, Código nº 91371, compreendendo a criação, elaboração, edição e desenvolvimento de materiais gráficos e digitais para divulgação de jogos, treinamentos, eventos, competições, resultados, comunicados e demais atividades relacionadas ao projeto.

VALOR MENSAL: R$ 900,00 (novecentos reais).
VALOR GLOBAL: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.
FISCALIZAÇÃO: VALDENIR RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes.

Três Barras do Paraná, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:A27FE436

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3191/2026

Data 09/10/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.02	Departamento de Turismo	
136950018.2.044000	Manutenção do Departamento de Turismo	
3.3.90.30 (6283) (3707)	Material de consumo	30.700,00
3.3.90.39 (6284) (3707)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	219.300,00

Total.....R$ 250.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
3707	Convênio SETU/Protoc.25.218.918-1	250.000,00

Total.....R$ 250.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:AC8E3FE1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

Processo Adm: Nº 59/2026
Objeto: PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS EM CBUQ 14.387,04 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, REPERFILAMENTO E REVESTIMENTO, MEIO-FIO, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.849.500,00 (um milhão e oitocentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais): **TONINATO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** (49731641000105) com os lotes: 1 no valor total de R$ 1.849.500,00 (um milhão e oitocentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 9 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:8A32F30A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 28/2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 28/2024

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº **68.703.834.0001-05**, e de outro lado à empresa **STRAUB SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ Nº 13.243.683/0001-50.**

CLAUSULA PRIMEIRA
O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de vigência do Contrato, por mais 12 (doze)meses, passando a vigorar pelo período de 10/10/2026 até 10/10/2027. Para locação de imóvel utilizado para instalações do Departamento de Frotas e Almoxarifado
CLAUSULA SEGUNDA
O valor mensal do aluguel com a correção prevista no contrato original passará a ser de R$ 3.359,67 (Três mil trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 10 de outubro de 2024, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

Tunas do Paraná 08 de outubro de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal – STRAUB SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, por ANDREA STRAUB

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:BBEA7494

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 162-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 162/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 04/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

RETIFICADO

ONDE-SE LÊ:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Servente de Limpeza – Sede- 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Cleuzi Correa dos Santos	57º
Milena Souza dos Santos	58°

LEIA-SE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Servente de Limpeza – Sede- 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Cleuzi Correa dos Santos	**67º**
Milena Souza dos Santos	**68°**

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:799CF982

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2026 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS

O MUNICÍPIO DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, por meio da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº 178/2025, que institui o recadastramento dos servidores públicos ativos do Município de Turvo-PR,

TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os servidores públicos municipais ativos, que estará aberto o RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DO MUNICÍPIO DE TURVO, destinado à atualização e validação dos dados cadastrais, funcionais e previdenciários dos servidores.

O recadastramento tem por finalidade manter atualizados os dados dos servidores municipais, contribuindo para a adequada gestão administrativa, funcional e previdenciária do Município, em atendimento às exigências de atualização periódica dos dados funcionais e cadastrais e às disposições do Decreto Municipal nº 178/2025.

1. DO PERÍODO DO RECADASTRAMENTO

O recadastramento dos servidores públicos ativos será realizado no período de:
13 DE OUTUBRO DE 2026 A 31 DE OUTUBRO DE 2026.

Todos os servidores abrangidos por este Edital deverão realizar o recadastramento dentro do período estabelecido.

2. DOS SERVIDORES OBRIGADOS AO RECADASTRAMENTO

O recadastramento é obrigatório para todos os servidores públicos ativos do Município de Turvo, compreendendo:

I – servidores ocupantes de cargos efetivos;
II – servidores ocupantes de cargos em comissão;
III – servidores ocupantes de funções gratificadas.
IV – servidores temporários (PSS)

O recadastramento será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos.

3. DAS MODALIDADES DE RECADASTRAMENTO

O recadastramento poderá ser realizado por uma das seguintes modalidades:

3.1. RECADASTRAMENTO DIGITAL

O servidor poderá realizar seu recadastramento de forma on-line, por meio de Protocolo Eletrônico a ser instaurado pelo sistema de Processos Digitais utilizado pelo Município, acessando o endereço eletrônico https://turvo.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=83172&iser=01K72GYJJJXFTDA12NMCZ3XTSH e selecionando o assunto "Recadastramento de servidores - 2026", sendo obrigatório o preenchimento de todas as informações solicitadas no formulário e a apresentação dos documentos exigidos.

3.1.1. DOS SERVIDORES SEM ALTERAÇÃO DE DADOS

Os servidores que não tiverem qualquer alteração em seus dados cadastrais, funcionais ou pessoais no período correspondente ao último ano também deverão realizar o recadastramento dentro do prazo estabelecido neste Edital.

Nessa situação, o servidor deverá instaurar o respectivo Protocolo de Recadastramento de Servidor – 2026 e preencher e assinar a Declaração de Responsabilidade de Não Alteração de Dados, disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos, declarando, sob sua responsabilidade, que não houve alteração em seus dados cadastrais, funcionais e pessoais no período informado.

A declaração assinada será considerada documento comprobatório da atualização cadastral para fins de conclusão do recadastramento, sem prejuízo da possibilidade de o Departamento de Recursos Humanos solicitar, posteriormente, documentos ou informações complementares para conferência dos dados.

Caso o servidor tenha qualquer alteração a ser informada, ainda que ocorrida no decorrer do último ano, deverá realizar o recadastramento mediante o preenchimento das informações e apresentação dos documentos correspondentes à alteração.

3.2. RECADASTRAMENTO PRESENCIAL
O servidor que optar pelo atendimento presencial poderá realizar o recadastramento junto ao:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH
Paço Municipal
Avenida 12 de Maio, nº 353 – Centro
Turvo – Paraná

O atendimento presencial ocorrerá durante o horário de expediente do Departamento de Recursos Humanos das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, dentro do período estabelecido neste Edital.

Os servidores que não tiverem alterações em seus dados também poderão realizar o recadastramento presencialmente, mediante o preenchimento e assinatura da Declaração de Responsabilidade de Não Alteração de Dados, fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Para realização do recadastramento, o servidor deverá apresentar ou anexar, conforme a modalidade escolhida, os documentos necessários à atualização de seus dados cadastrais, funcionais e previdenciários.

Deverão ser apresentados, no mínimo:

I – documento oficial de identificação com foto;
II – CPF;
III – comprovante de endereço atualizado;
IV – documentos pessoais dos dependentes, quando houver;
V – demais documentos ou informações eventualmente solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos para atualização cadastral.

No recadastramento digital, os documentos deverão ser anexados em formato legível, preferencialmente em formato PDF, de modo que permitam a conferência das informações.

Caso sejam identificadas inconsistências, ausência de documentos ou necessidade de complementação de informações, o servidor poderá ser solicitado a regularizar a situação.

5. DA OBRIGATORIEDADE

O recadastramento possui caráter obrigatório para todos os servidores ativos abrangidos por este Edital, inclusive para aqueles que não tenham apresentado qualquer alteração em seus dados no período correspondente ao último ano.

O servidor será responsável pela veracidade e exatidão das informações prestadas e dos documentos apresentados durante o recadastramento, inclusive pelas declarações de inexistência de alterações, ficando sujeito às medidas administrativas cabíveis em caso de declaração de informações incorretas, omissão de informações ou falsidade.

A realização do recadastramento somente será considerada concluída após o preenchimento das informações e apresentação da documentação exigida, conforme a modalidade escolhida, ou, no caso de inexistência de alterações, mediante a apresentação da Declaração de Responsabilidade de Não Alteração de Dados, devidamente preenchida e assinada.

6. DO NÃO COMPARECIMENTO OU DA NÃO REALIZAÇÃO DO RECADASTRAMENTO

O servidor que deixar de realizar o recadastramento dentro do período estabelecido neste Edital estará sujeito às consequências previstas no Decreto Municipal nº 178/2025, incluindo:

I – bloqueio dos dados funcionais para fins de atualização;

II – possibilidade de suspensão do pagamento, até a regularização, mediante ato específico;

III – responsabilização administrativa, nos termos do Estatuto dos Servidores Municipais.

Após o encerramento do período estabelecido, o Departamento de Recursos Humanos realizará o levantamento dos servidores que não efetuaram o recadastramento e adotará as providências cabíveis.

7. DA PARTICIPAÇÃO MÍNIMA

Considerar-se-á válido o recadastramento quando atingido o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) de participação dos servidores ativos, independentemente da modalidade utilizada, presencial ou digital.

Caso não seja atingido o percentual mínimo estabelecido, poderá ser realizada nova convocação, nos termos do Decreto Municipal nº 178/2025.

8. DA RESPONSABILIDADE DAS CHEFIAS

As chefias imediatas deverão dar ciência formal deste Edital aos servidores de sua respectiva unidade, orientando-os quanto à obrigatoriedade de realização do recadastramento dentro do período estabelecido.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Departamento de Recursos Humanos poderá expedir orientações complementares necessárias à execução do recadastramento.

Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão analisados e solucionados pelo Departamento de Recursos Humanos, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 178/2025 e demais normas aplicáveis.

O presente Edital será divulgado pelos meios oficiais de comunicação do Município, inclusive no Portal da Transparência e demais canais institucionais.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, 08 de outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E5163E93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2026

Contrato Administrativo nº 171/2026 – Pregão Eletrônico Nº 90/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 33.044.384/0001-01, com sede localizada na Rua Gonçalves Dias, Nº 411, no Município de Pitanga/PR, CEP 85.200-162, neste ato representada por Maria Sonia Francisco dos Santos, portadora da cédula de identidade Nº 6.015.274-8 SESP-PR e inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 015.685.549-66 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA MINISTRAR OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS NAS ÁREAS DE TEATRO, DANÇA, ARTESANATO, EDUCAÇÃO FÍSICA, VIOLÃO, LÍNGUA INGLESA E ARTES MARCIAIS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 09/10/2026 a 08/10/2027 - **Valor global:** R$ 104.480,00 (Cento e quatro mil quatrocentos e oitenta reais) – **Gestoras:** Daniela Bottega e Larissa Klosovski Horst - **Fiscais:** Emily Silvestre Gevenka e Vanessa da Silva Carvalho – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:F809EECC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2026

Contrato Administrativo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico Nº 90/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: 28.302.460 DANIELE GUSSO MROCZKO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 28.302.460/0001-93, com sede localizada na Av. doze de maio, Nº s/n, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Daniele Gusso Mroczko, portadora do CPF/MF sob o nº 069.038.169-76 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA MINISTRAR

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS NAS ÁREAS DE TEATRO, DANÇA, ARTESANATO, EDUCAÇÃO FÍSICA, VIOLÃO, LÍNGUA INGLESA E ARTES MARCIAIS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 09/10/2026 a 08/10/2027 - **Valor global:** R$ 42.448,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais)– **Gestoras:** Daniela Bottega e Larissa Klosovski Horst **- Fiscais:** Emily Silvestre Gevenka e Vanessa da Silva Carvalho – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:CEDBD17A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2026

Contrato Administrativo nº 173/2026 – Pregão Eletrônico Nº 90/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: 58.767.665 ANA CRISTINA RADELINSKI BRANCO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 58.767.665/0001-05, com sede localizada na Rua Jacob Musika, Nº 616, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Ana Cristina Radelinski Branco, portadora da cédula de identidade Nº 15.101.530-1 e inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 136.453.309-09 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA MINISTRAR OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS NAS ÁREAS DE TEATRO, DANÇA, ARTESANATO, EDUCAÇÃO FÍSICA, VIOLÃO, LÍNGUA INGLESA E ARTES MARCIAIS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 09/10/2026 a 08/10/2027 - **Valor global:** R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)– **Gestoras:** Daniela Bottega e Larissa Klosovski Horst **- Fiscais:** Emily Silvestre Gevenka e Vanessa da Silva Carvalho – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:92FE9939

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 721-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo do Art 5° da portaria 360/2026 que deu início ao Processo Administrativo 1.831/2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir de 26 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 08 de outubro de 206.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:86023AE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 722-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas,
CONSIDERANDO, o artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 02/2023– Estatuto dos Servidores, que trata do processo de estabilidade;
CONSIDERANDO a avaliação de desempenho satisfatória da servidora;
CONSIDERANDO o relatório apresentado pela chefia imediata, conforme protocolo nº 2.725/2026;
CONSIDERANDO o conteúdo do Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município, da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar no estágio probatório e, portanto, tornar ESTÁVEL, a servidora abaixo identificada:

Matrícula	Servidor	Cargo	Posse	Estável a partir do dia
100013	Caroline Patricia Paim	Psicólogo	20/07/2023	20/07/2026

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 08 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2975BED8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2026 COMPRAS GOV N° 63/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal para o deslocamento dos grupos da melhor idade em atendimento a solicitação da secretaria municipal da família e desenvolvimento social.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 29 de outubro de 2026.
Início da Sessão: 29 de outubro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”
Valor: R$ 29.760,00 (vinte e nove mil setecentos e sessenta reais).
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 09 de outubro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:DB7DC912

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 115/2026 COMPRAS GOV N° 52/2026

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorroga o prazo de abertura do certame em epígrafe, cuja Sessão de Abertura era prevista para ocorrer em 15 de outubro de 2026, deixando consignados os termos e prazos previstos a seguir:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para confecção de livros de formatura, captura e impressão de fotografias, ambientação para sessões de pré formatura e ornamentação das cerimônias de encerramento da educação infantil da rede municipal de ensino de turvo
Recebimento de Propostas: Até às 13h30min de 27 de outubro de 2026.
Início da Sessão: 27 de outubro de 2026 a partir das 13h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor estimado: R$ 40.155,25 (quarenta mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
Motivo: Prorrogação necessária em decorrência da alteração das quantidades do Item 1 do Lote 2 e a inclusão de beneficio local. A minuta do Edital e os demais documentos estão publicadas no Portal da Transparência do Município de Turvo, disponível em http://www.turvo.pr.gov.br/, espaço ''licitações e contratos''.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/2021 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145, através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.
.
Turvo/PR, 09 de outubro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira
(Decreto N° 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:B5159D88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 4.746/2026 (1Doc), **ADJUDICA E HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 90/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é a Contratação de profissionais especializados para ministrar oficinas socioeducativas nas áreas de teatro, dança, artesanato, educação física, violão, língua inglesa e artes marciais, destinadas aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do Departamento de Políticas Públicas para Mulheres e da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, de acordo com as seguintes indicações:
Lotes 02, 04 e 05 em favor da empresa **MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA (CNPJ N° 33.044.384/0001-01)** pelo valor de R$ 104.480,00 (Cento e quatro mil quatrocentos e oitenta reais);
Lote 03 em favor da empresa **28.302.460 DANIELE GUSSO MROCZKO (CNPJ N° 28.302.460/0001-93)** pelo valor de R$ 42.448,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais);
Lote 06 em favor da empresa **58.767.665 ANA CRISTINA RADELINSKI BRANCO (CNPJ N° 58.767.665/0001-05)** pelo valor de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais);
Conforme a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 09 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:BE53D752

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
INEXIGIBILIDADE 55-2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 063/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 055/2026

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 03/2026, declara inexigível o Procedimetno Licitatório n° 063/2026, Inexigibilidade 55/2026, referente à contratação da Empresa RAS – Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda, inscrita no CNPJ 22.094.483/0001-73, para o curso de "Crimes contra a Administração Pública e nas Contratações Municipais. Os riscos e as responsabilidades de vereadores, gestores e servidores à luz do Código Penal na Lei nº 14.133/2021", a pedido dos servidores efetivos Bruno Borsato Peron(Diretor Jurídico), Luiz Sergio de Toledo Barros Filho (Assessor Jurídico), Leonardo Romero Cardoso(Assessor Jurídico) e Octávio Antoniassi Júnior (Assessor Jurídico/Controlador Interno), no valor de R$11.960,00(onze mil, novecentos e sessenta reais).

Umuarama/PR, 08 de outubro de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA M.P. UNGARO
Agente de Contratação

FABIANO MAZIERO LACOTIZ
Membro da CPL

SIMONE A. FREITAS
Membro da CPL

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pela Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 063/2026 – Inexigibilidade n° 55/2026, referente à contratação da Empresa RAS – Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda, inscrita no CNPJ 22.094.483/0001-73, para o curso de "Crimes contra a administração pública e nas contratações municipais. Os riscos e as responsabilidades de vereadores, gestores e servidores à luz do

Código Penal na Lei nº 14.133/2021", a pedido dos servidores efetivos Bruno Borsato Peron(Diretor Jurídico), Luiz Sergio de Toledo Barros Filho(Assessor Jurídico), Leonardo Romero Cardoso(Assessor Jurídico) e Octávio Antoniassi Júnior(Assessor Jurídico/Controlador Interno), no valor de R$11.960,00(onze mil, novecentos e sessenta reais), devidamente fundamento.
Umuarama/PR, 08 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:CF023C18

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
INEXIGIBILIDADE 56-2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 064/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 056/2026

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 03/2026, declara Inexigível o ato Licitatório n° 064/2026, Inexigibilidade 56/2026, referente à contratação da Empresa Idadi Consultoria e Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ 58.511.090/0001-65, para a inscrição do Vereador Washington Guirão e seu Assessor Parlamentar João Batista Teixeira de Lima para participarem do curso "Liderança Pública que transforma pessoas, decisões e atitudes para fortalecer instituições e gerar valor público", método consultor, no valor de R$5.380,00 (cinco mil, trezentos e oitenta reais), devidamente fundamentado.

Umuarama/PR, 09 de outubro de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA M.P. UNGARO
Agente de Contratação

FABIANO MAZIERO LACOTIZ
Membro da CPL

SIMONE A. FREITAS
Membro da CPL

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pela Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 064/2026 – Inexigibilidade n° 056/2026, referente à contratação da Empresa Idadi Consultoria e Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ 58.511.090/0001-65, referente à contratação da Empresa Idadi Consultoria e Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ 58.511.090/0001-65, para a inscrição do Vereador Washington Guirão e seu Assessor Parlamentar João Batista Teixeira de Lima para participarem do curso "Liderança Pública que transforma pessoas, decisões e atitudes para fortalecer instituições e gerar valor público", método consultor, no valor de R$5.380,00 (cinco mil, trezentos e oitenta reais), devidamente fundamentado.

Umuarama/PR, 09 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipa

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:D162722D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 210/2026 - FMS

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/838
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 210/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **V. S CLINICA MEDICA LTDA,** para prestação de serviços de saúde especializados de CONSULTAS DE PSIQUIATRIA (INFANTIL ATÉ 14 ANOS), conforme o Edital de Chamamento Público 006/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/838 de 31 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 05 de outubro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:66285DAF

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA Nº 220/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual Subscrição (assinatura) da **Licença Softwares AltoQi Visus Obras Públicas, AltoQi Builder Infinity e AltoQi Eberick Infinity versão GOV 2024 ou superior E Prestação de Serviços,** destinados à elaboração e fiscalização de projetos e obras públicas com o uso da metodologia Building Information Modeling) (BIM), com recursos do Termo de Convênio nº 005/2023 celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Sec. de Estado de Inovação, Modernização e Transformação Digital – SEI e o Município de Umuarama, nos termos das propostas apresentadas e especificações no Termo de Referência (Anexo I).

Vigência: 06/10/2026 a 06/10/2029.
Valor: R$ 95.998,57 (noventa e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/07/450; Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 033/2026 - PMU, autorizado/ratificado em 16 de setembro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios, de 22 de setembro de 2026, edição nº. 3621, que integram o presente Termo, na Ata de Registro de Preços oriunda do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026 – Sistema de Registro de Preços (Lote 02), da Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP do Estado do Paraná – Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS – Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON – Divisão de Atas e Adesões - DAA; e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, "caput"; na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis.
.
Umuarama, 08 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:07A2C7F6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 221/2026 – PMU
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: INSTITUTO UNICAMPO DE DESENVOLVIMENTO ACADEMICO, CIENTÍFICO, CULTURAL E SOCIAL.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução e acompanhamento de Concurso Público destinado ao provimento dos cargos efetivos de Médico Generalista – 20 (vinte) horas semanais e Médico Generalista – 40 (quarenta) horas semanais, integrantes do quadro de pessoal do Município de Umuarama, compreendendo todas as atividades necessárias à realização do certame, desde o planejamento até a homologação do resultado final, incluindo a elaboração, impressão, aplicação e correção da prova objetiva, processamento dos resultados, análise e julgamento dos recursos administrativos, divulgação dos atos oficiais e demais procedimentos indispensáveis à execução do concurso, em conformidade com a legislação vigente e as condições estabelecidas.
Vigência: 07/10/2026 a 02/10/2027.
Valor: R**$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo Digital nº 3054-26-UMU-LIC; no **Processo de Dispensa de Licitação n° 021/2026**, autorizado/ratificado em 02 de outubro de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 05 de outubro de 2026, edição nº. 3630, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no seu art. 75, inciso XV**, bem como na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.
Umuarama, 09 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:31EDC224

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA Nº 223/2026 – PMU
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
Objeto: Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica nova, zero hora, tipo B, conforme descrições constantes no contrato.
Vigência: 08/10/2026 a 08/10/2027.
Valor: R$ 659.000,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no **PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 3716-26-UMU-LIC**; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 034/2026, autorizado/ratificado em 05 de outubro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios, de 06 de outubro de 2026, edição nº. 3631, que integram o presente Termo, na Ata de Registro de Preços nº 383/2025, oriunda do processo nº 47/2025 - Pregão Eletrônico nº 035/2025 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra – CONDESUS, o qual tem seu respectivo fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, aplicando-se supletivamente as disposições contidas no Código Civil Brasileiro, regendo-se pelas cláusulas expressas no presente instrumento e demais normas aplicáveis ao tema.
Umuarama, 09 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:0C5EF3B7

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 17/2026
PREGÃO FORMA ELETRÔNICA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

OBJETO: Contratação de empresa especializada para, eventual aquisição de materiais, suporte, acessórios e dispositivos de sinalização e segurança viária, bem como tintas, placas e microesferas de vidro destinados à sinalização horizontal, viária, a serem utilizados na demarcação do pavimento asfáltico em diversos pontos da sede e dos distritos do Município de Umuarama/PR, pelo período de 12 (doze) meses.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08:00 do dia 21/10/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 às 9:00 do dia 21/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:00 do dia 21/10/2026.**

A licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Licitações Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, editais e informações complementares poderão ser obtidas na sede da EPISU, situada na Rua Desembargador Lauro Lopes, 3727, Sala 07, Cond. Piemont 1, CEP 87.501-210, pelo e-mail licitacaoepisu@gmail.com e também no portal de transparência da EPISU nas abas licitações ou publicações, através do link https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia/9/

Umuarama/PR, 09 de outubro de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Direto Presidente EPISU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1A80960A

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
PORTARIA Nº 029/2026

PORTARIA Nº 029/2026

Nomeia CLEBER APARECIDO DA SILVA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA – EPISU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas leis municipais 4.865/2025 e 4.866/2025, pelo Decreto Municipal nº 257/2025 que aprovou o Estatuto Social da EPISU e pela Lei nº 13.303/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLEBER APARECIDO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG n° 8.663.675-1-SESP-PR, inscrito no CPF n° 052.109.129-22, para ocupar o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo CC-4, na Empresa Pública de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Umuarama, conforme Anexo VIII, da Lei n.° 4.865 de 08 de agosto de 2025, a partir de 13 de outubro de 2026.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 09 de outubro de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Diretor-Presidente

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A86EA887

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6004-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **V.L. CLIMATIZAÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 55.563.281/0001-82**, para fornecimento e instalação de um ar condicionado de teto para a pá carregadeira de frota 866, no Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 6004-26-UMU-LIC, de 28 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:473C20A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO N° 6021-26-UMU-LIC

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para a contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1 - 62 (Sessenta e duas) Unidades de Placas de MDF na cor cinza, com espessura mínima de 15 mm e máxima de 18 mm, dimensões aproximadas de 2.750 x 1.850 mm, com revestimento/acabamento em ambas as faces (2 faces).

Objeto entregue sem custo adicional no Pátio de Máquinas da Prefeitura Municipal de Umuarama, localizado na Rodovia PR-580 – saída para Serra dos Dourados, CEP 87500-000, especificamente na Marcenaria do Pátio Municipalno Município de Umuarama-Pr.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 15 de outubro de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem ser enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:

Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 09 de outubro de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E044A7B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
D E C R E T O Nº 271/2026

D E C R E T O Nº 271/2026

Revoga o procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação nº 020/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71, da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Comunicação Interna, datada de 09 de outubro de 2026, emitida pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos;
CONSIDERANDO que em fase de contratação da empresa Sulvale Pisos e Revestimentos LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 58.841.477/0001-80, atendendo ao artigo 91, §4º da Lei 14.1333/2021, ao consultar as certidões da empresa para fins de celebração de contrato, foi constatada uma restrição promovida pela Certidão Positiva presente no site da Receita Federal, na qual a empresa em voga encontra-se inidônea para licitar e contratar;

CONSIDERANDO que foi oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa ao proponente.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação nº 020/2026 – PMU, que tem por objeto a contratação direta, por Dispensa de Licitação, da empresa **SULVALE PISOS E REVESTIMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 58.841.477/0001-80**, para fornecimento e instalação de grama sintética no Campo de Society que está sendo construído na Praça Miguel Rossafa e no Parque Infantil que será instalado na Praça Santos Dumont, no Município de Umuarama, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, restando cancelados os atos procedimentais anteriores que não tenham gerado direitos adquiridos.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 09 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1EB0EF19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.300/2026

PORTARIA Nº 1.300/2026

Convoca Comissão Especial constituída pela Portaria n° 1.120/2026, para avaliação de veículos, motocicletas, máquinas e sucatas do Município e emissão de parecer visando à abertura de processo licitatório para venda em Leilão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Avaliar através da Comissão Especial para Análise, Vistoria e Avaliação da situação física dos seguintes bens:
Veículo Caminhão de Carga, Mercedes Benz/L 1113, Carroceria basculante, Diesel, Fab/Mod. 1973, CAP 12.0 T, Potência 145 CV, Cor azul, Patrimônio n° 1406, **FROTA N° 61**, Placa AAO-8236, Renavam 00513859438, Chassi n° 34404112061105. **(Veículo Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se na cor branca, e com carroceria diferenciada do Corpo de Bombeiros, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desses dados na transferência.**
Veículo Caminhão de Carga, Mercedes Benz/L 1113, Carroceria basculante, Diesel, Fab/Mod. 1976, CAP 12.5 T, Potência 130 CV, Cor marrom, Patrimônio n° 1622, **FROTA N° 100**, Placa AAP-4515, Renavam 00511334788, Chassi n° 34404112278255. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se na cor branca, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**
Veículo Caminhão de Carga, Mercedes Benz/L 1113, Carroceria basculante, Diesel, Fab/Mod. 1980, CAP 12.5 T, Potência 130 CV, Cor azul, Patrimônio n° 2735, **FROTA N° 155**, Placa ABC-9832, Renavam 00511335016, Chassi n° 34404112484734. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se na cor branca, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**
Veículo Caminhão de Carga, VW, 7.90 S, Carroceria Furgão, Diesel, Fab/Mod. 1987, CAP 2.75 T, Potência 91 CV, Cor amarela, Patrimônio n° 4675, **FROTA N° 228**, Placa AAO-8268, Renavam 00521767920, Chassi n° 9BWZZZH7ZHC047815. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se na cor branca, e sem carroceria, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desses dados na transferência.**
Veículo VW/KOMBI, Gasolina, Fab/Mod. 1999, CAP 8 P, 1,0 T, 61 CV, 1600 CC, cor Branca, Patrimônio n° 11929, **FROTA N° 330**, Placa AII-0428, Renavam 00713051027, Chassi n° 9BWZZZ237XP003947. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra)**.
Veículo Caminhão Especial FORD/ CARGO 1617, Carga Seca-Folha, Carroceria Mecanismo Operacional, Diesel, Fab/Mod. 1999, CAP 27.0 T, Potência 199 CV, Cor branca, Patrimônio N° 15161, **FROTA N° 366**, Placa AIX-0536, Renavam 00723782156, Chassi n° 9BFYTNEF6XDB88975. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo com o motor fundido, e sem carroceria, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desses dados na transferência.**
Veículo Especial Caminhonete VW/Saveiro Ambulância 1.6, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2005, CAP. 2P, 0,7T, Potência 100 CV, cor branca, Patrimônio N° 53693, **FROTA N° 399**, Placa AMV-1719, Renavam 00857074520, Chassi n° 9BWEB05X05P117796. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
VEÍCULO PARATI 1.6 VOLKSWAGEM, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006, CAP 5P, Potência 100 CV, Cor branca, Patrimônio N° 21864, **FROTA N° 410**, Placa ANY-1868, Renavam 00890606862, Chassi n° 9BWDB05W16T189635. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
VEÍCULO PARATI 1.6 VOLKSWAGEM, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006, CAP 5P, Potência 100 CV, Cor branca, Patrimônio N° 21865, **FROTA N° 411**, Placa ANY-1870, Renavam 00890606870, Chassi n° 9BWDB05W16T194091. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo Fiat Palio Fire Flex, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006/2007, CAP 5 P, Potência 65 CV, Cor branca, Patrimônio N° 21866, **FROTA N° 412**, Placa ANY-4253, Renavam 00890621950, Chassi n° 9BD17164G72799691. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo Classic Life GM, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006/2007, CAP 5 P, Potência 72 CV, Cor branca, Patrimônio N° 22147, **FROTA N° 413**, Placa AOD-4633, Renavam 00897626680, Chassi n° 9BGSA19907B168320. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo PARATI 1.6 SURF, VOLKSWAGEM, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2008/2009, CAP 5P, Potência 103 CV, Cor branca, Patrimônio N° 25040, **FROTA N° 428**, Placa AQC-1565, Renavam 00966175794, Chassi n° 9BWGB05W39T020931. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra, sem o volante).**
Veículo GOL 1.0 VW, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2008/2009, CAP 5P, Potência 76 CV, Cor prata, Patrimônio N° 26713, **FROTA N° 434**, Placa AQV-2662, Renavam 00116276223, Chassi n° 9BWAA05U19P038182. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo Caminhonete Especial – Montana Engesig Ambulância GM, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2009/2010, CAP 2P, Potência 105 CV, Cor branca, Patrimônio N° 27764, **FROTA N° 441**, Placa ARU-6A19, Renavam 00168068737, Chassi n° 9BGXL80P0AC125258. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo Classic Chevrolet, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2010, CAP 5P, Potência 78 CV, Cor Branca, Patrimônio N° 29243, **FROTA N° 456,** Placa ASP-6286, Renavam 00210239492, Chassi n° 9BGSA1910AB249116. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo Classic Chevrolet, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2010, CAP 5P, Potência 78 CV, Cor Branca, Patrimônio N° 29245, **FROTA N° 458**, Placa ASP-6285, Renavam 00210204176, Chassi n° 9BGSA1910AB255350. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo VW/KOMBI, Camioneta Misto, Gasolina, Fab/Mod. 2011/2012, CAP 9 P, 1,0 T, 80 CV, 1390 CC, cor Branca, Patrimônio n° 32548, **FROTA N° 482**, Placa AUG-7763, Renavam 00338915087, Chassi n° 9BWMF07X8CP007475. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se sem os bancos dos passageiros, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**
Veículo Fiat Ducato MC Rontanamb – Especial Caminhonete, carroceria Ambulância, tipo furgão com carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, adaptado para ambulância, com porta lateral deslizante e portas traseiras, Diesel, Fab/Mod. 2010/2011, CAP 7P, 1,0T, Potência 127 CV, 2300 CC, cor branca, Patrimônio N° 33296, **FROTA Nº 485**, Placa AUR-3212, Renavam 00378772805, Chassi n° 93W245G34B2056731. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se sem bancos na carroceria, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**
Veículo Palio Fire Economy FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2012/2013, CAP 5P, Potência 75 CV, Cor branca, Patrimônio n° 34174, **FROTA N° 500**, Placa AVK-7794, Renavam 00467724946, Chassi n° 9BD17164LD5820587. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo Palio Essence 1.6 FIAT, Álcool/Gasolina. Fab/Mod. 2012/2013, CAP 5P, Potência 117 CV, Cor branca, Patrimônio nº 34658, **FROTA N° 504**, Placa AVM-5129, Renavam 00470238836, Chassi n° 9BD196283D2051019. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo UNO MILLE ECONOMY FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2013, CAP 5P, Potência 66 CV, Cor branca, Patrimônio n° 38311, **FROTA N° 517**, Placa AWZ-2836, Renavam 00540361976, Chassi n° 9BD15802AD6842978. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo Classic LS CHEVROLET, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2013/2014, CAP 5P, Potência 78 CV, Cor branca, Patrimônio n° 38315, **FROTA N° 521**, Placa AXA-2934, Renavam 00541272268, Chassi n° 9BGSU19F0EB106211. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo UNO MILLE ECONOMY FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2013, CAP 5P, Potência 66 CV, Cor branca, Patrimônio n° 38324, **FROTA N° 522**, Placa AXC-0595, Renavam 00543977510, Chassi n° 9BD15802AD6842938. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo COBALT 1.8 LT CHEVROLET, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2015, CAP 5P, Potência 108 CV, Cor branca, Patrimônio n° 44994, **FROTA N° 548**, Placa AZM-3580, Renavam 01043496600, Chassi n° 9BGJB69E0FB211519. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo UNO VIVACE 1.0 FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2015/2016, CAP 5P, Potência 75 CV, Cor branca, Patrimônio n° 46661, **FROTA N° 554**, Placa BAA-8753, Renavam 01066858087, Chassi n° 9BD19510ZG0724205. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo MERIVA GM, Gasolina, Fab/Mod. 2002/2003, CAP 5P, Potência 102 CV, Cor prata, Patrimônio n° 46759, **FROTA N° 556**, Placa DCZ-6902, Renavam 00790104733, Chassi n° 9BGXF75R03C113193. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo Caminhonete Especial – CITROEN JUMPER RONTANAMB – Ambulância, Diesel, Fab/Mod. 2014, CAP 7P, 1T, Potência 127 CV, Cor branca, Patrimônio N° 46739, **FROTA N° 559**, Placa AZY-3565, Renavam 01062888410, Chassi n° 935ZCWMNCE2140149. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se sem placa dianteira, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização na transferência.**

Veículo WEEKEND ATTRACTIVE FIAT, GIROFLEX, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2017, CAP 5P, Potência 86 CV, Cor branca, Patrimônio n° 49428, **FROTA N° 591**, Placa BBJ-9359, Renavam 01120815220, Chassi n° 9BD37412FH5097550. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Trator Esteira Komatsu D-51-EX, ano 2017, motor Diesel, Turbo alimentado de 06 cilindros, 125 HP, injeção eletronica, transmissão Hidrostática, Série B14769. Patrimônio nº 49582. **FROTA nº 606**. **(Não Funciona, problema no sistema Hidráulico, no Estado em que se encontra).**

Veículo VW SAVEIRO 1.6, Caminhonete Carga, Carroceria Aberta, Giroflex, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2004/2005, CAP 2P, Potência 100 CV, Cor branca, Patrimônio n° 50925, **FROTA N° 611**, Placa AMI-7504, Renavam 00842518886, Chassi n° 9BWEB05X75P030770. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Mini Carregadeira SX 50 N (**BOB CAT**), Acionada por motor DIESEL, Fab/Mod. 2018, com potência mínima de 70 HP, sistema elétrico de 12 volts, cabine fechada com ar-condicionado, tração 4x4, alarme de marcha ré, luzes de trabalho, dianteiro e traseiro, controle por joystick com buzina, assento com cinto de segurança, válvula de implementos de 3 seções, pneus com medida mínima de 12x16,5, concha sem dentes, Cor amarela, Patrimônio n° 49469, **FROTA N° 615**, Número de série 1709135, Chassi nº HY50170809. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo SPIN 1.8 L MT LS E/ CHEV, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2018, CAP 5P, Potência 111 CV, Cor branca, Patrimônio n° 51143, **FROTA N° 625**, Placa BCC-4587, Renavam 01150399330, Chassi n° 9BGJG7520JB239498. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo FORD KA SE 1.5 SD C, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2018/2019, CAP 5P, Potência 136 CV, Cor branca, Patrimônio n° 52785, **FROTA N° 671**, Placa BCY-9B83, Renavam 01186721550, Chassi n° 9BFZH54S5K8274216. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo ZAFIRA ELEGANCE GM, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2004/2005, CAP 7P, Potência 128 CV, Cor Preta, Patrimônio n° 54832, **FROTA Nº 685**, Placa ABW-0A81, Renavam 00843801190, Chassi n° 9BGTU75W05C177025. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo COROLLA GLI 1.8 FLEX TOYOTA, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2010/2011, CAP 5P, Potência 136 CV, Cor prata, Patrimônio n° 55235, **FROTA N° 696**, Placa KZC-3A96, Renavam 00233500022, Chassi n° 9BRBB42E1B5140883. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo Renault/Master BUS16 DCI, Diesel, Fab/Mod. 2007, CAP 11P, Potência 114CV, cor branca, Patrimônio nº 044219, **FROTA N° 701**, Placa APC-1C19 , Renavam 00930622677 , Chassi n° 93YCDDUH57J890046. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). Veículo encontra-se sem alguns bancos internos, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**

Veículo Caminhonete Carga FIORINO WORKING FIAT, Carroceria aberta, Gasolina, Fab/Mod. 1998/1999, CAP 2P, Potência 76 CV, Cor branca, Patrimônio n° 55720, **FROTA N° 717**, Placa AIB-2E85, Renavam 00705721442, Chassi n° 9BD255394W8628099. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo VW GOL 1.6, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006/2007, CAP 5P, Potência 100 CV, Cor branca, Patrimônio n° 56713, **FROTA N° 727**, Placa ANZ-2J68, Renavam 00892164387, Chassi n° 9BWCB05W07T014953. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo PALIO WEEK HLX FLEX FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2004/2005, CAP 5P, Potência 110 CV, Cor branca, Patrimônio n° 044652, **FROTA N° 749**, Placa AMF-7C83, Renavam 00839877897, Chassi n° 9BD17306C54123147. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo PALIO WEEK HLX FLEX FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006/2007, CAP 5P, Potência 114 CV, Cor branca, Patrimônio n° 044653, **FROTA N° 750**, Placa AOE-6F05, Renavam 00899106765, Chassi n° 9BD17306T74190395. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo RENAULT/ KWID ZEN 10MT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2021/2022, CAP 5P, Potência 70 CV, Cor branca, Patrimônio n° 59315, **FROTA N° 769**, Placa RHR-0I43, Renavam 01284737893, Chassi n° 93YRBB005NJ069653. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo VW NOVO VOYAGE 1.6, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2013, CAP 5P, Potência 104 CV, Cor preta, Patrimônio n° 65726, **FROTA N° 785**, Placa FKA-4A47, Renavam 00550972854, Chassi n° 9BWDB45U1DT300901. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo VW NOVO VOYAGE CL MBV, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2016/2017, CAP 5P, Potência 104 CV, Cor branca, Patrimônio n° 049463, **FROTA N° 940**, Placa BBD-4H63, Renavam 01110233555, Chassi n° 9BWDB45U4HT071605. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

VEÍCULOS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Veículo Caminhonete Especial – DOBLO C F TCA AMB FIAT, Carroceria Ambulância, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2011/2012, CAP 5P, Potência 132 CV, Cor branca, Patrimônio n° 33040, **FROTA N° 490**, Placa AUQ-3599, Renavam 00374659184, Chassi n° 9BD223156C2023628. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo MOBI EASY FIAT, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2016/2017, CAP 5P, Potência 75 CV, Cor branca, Patrimônio n° 40408, **FROTA Nº 589**, Placa BBG-2372, Renavam 01113818597, Chassi n° 9BD341A4XHY449188. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

Veículo MONTANA PCIA A/ CHEVROLET, Caminhonete Especial, Carroceria Ambulância, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2018/2019, CAP 5P, Potência 99 CV, Cor branca, Patrimônio n° 43486, **FROTA N° 656**, Placa BCP-4165, Renavam 01170955549, Chassi n° 9BGCA8030KB103277. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**
Veículo FIORINO UNITRANSAMB FIAT, Caminhonete Especial, Carroceria Ambulância, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2018/2019, CAP 2P, Potência 88 CV, Cor Branca, Patrimônio n° 44003, **FROTA N° 673**, Placa BCZ-7G56, Renavam 01188173046, Chassi n° 9BD2651JHK9125443. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra).**

MOTOCICLETAS – PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Motocicleta Honda/XR 200 R, Gasolina, Fab/Mod. 1995, CAP 2P, 196 CC, cor vermelha, Patrimônio n° 51245, **FROTA N° 280**, Placa AFT-0149, Renavam 00645892050, Chassi n° 9C2MD2801SRS03225. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). A motocicleta encontra-se na cor branca, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**
Motocicleta Honda/CG 125 TITAN KS, Gasolina, Fab/Mod. 2003, CAP 2P, 124 CC, cor prata, Patrimônio n° 17567, **FROTA N° 394**, Placa AKZ-7299, Renavam 00806725230, Chassi n° 9C2JC30103R247449. **(Não Funciona, podendo faltar peças, no Estado em que se encontra). A motocicleta encontra-se na cor branca, cabendo ao arrematante providenciar, às suas expensas, a regularização e alteração desse dado na transferência.**
SUCATAS
SUCATA - Veículo Caminhão de Carga, Mercedes Benz/L 1113, Carroceria aberta, Diesel, Fab/Mod. 1974, CAP 15.0 T, Potência 145 CV, Cor azul, Patrimônio n° 1433, **FROTA N° 70**, (**SUCATA, Não circulável, Baixado no DETRAN).**
SUCATA - Veículo SIENA Fire Flex Fiat, Álcool/Gasolina, Fab/Mod. 2006/2007, CAP 5P, Potência 65 CV, Cor cinza, Patrimônio N° 22401, **FROTA N° 415**, **(SUCATA, Não circulável, Baixado no DETRAN).**
SUCATA - Veículo Ford Fiesta HA 1,5L SEB, Flex, Fab/Mod. 2015/2016, cor vermelha, Patrimônio nº 46765, **FROTA N° 563. (SUCATA, Não circulável, Baixado no DETRAN).**
SUCATA EM GERAL (Latas e Ferros) – Aproximadamente 15.000 kg.
Parágrafo único. Avaliação tem por objetivo a venda dos mesmos, por não atenderem as necessidades do Município, sendo integrada a comissão por: Marcos Paulo Stedile, Valdilei Brocanelo, Carlos Alberto de Assis, Lucas Moreira da Costa.
Art. 2° Fixar a data de 14 de outubro de 2026, para que a Comissão ora constituída se reúna no Pátio da Prefeitura Municipal e no Centro Industrial Diversificado (CID), o antigo prédio do IBC (Instituto Brasileiro do Café), exarando o respectivo Laudo de Avaliação e Declaração de Inservibilidade dos referidos bens.

Parágrafo único. Os recursos auferidos serão aplicados na aquisição de novos equipamentos ou veículos para uso do Município.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BC84FEF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026/06/9228

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026/06/9228
Referência: Por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Centro, torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a Organização da Sociedade Civil – OSC **Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres**, inscrita no CNPJ nº 84.785.294/0001-02, com sede na Estrada Jaborandi, S/N Gleba 14, Figueira - Umuarama, Estado do Paraná.
Base Legal: Artigo 31 inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 36 inciso II do Decreto Municipal nº 108/2017.
Objeto Proposto: Aquisição de eletrodomésticos destinados à adequação funcional da cozinha da Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres, visando aprimorar as condições de preparo, armazenamento e conservação dos alimentos ofertados aos residentes acolhidos, bem como aquisição e instalação de barras de apoio nos banheiros, com a finalidade de promover maior segurança, acessibilidade e prevenção de acidentes durante a higiene pessoal das pessoas acolhidas.
Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público:
Considerando o valor repassado de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobras, tem origem como emenda impositiva, no qual os vereadores propõem alterações na LOA, destinando recursos do Municípios para obras, projetos ou instituições de interesse público.
A Organização da Sociedade Civil Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres, demonstrou, por meio da documentação apresentada e do histórico de atuação, que seus objetivos e finalidades institucionais são plenamente compatíveis com o objeto proposto na presente parceria.
A execução da presente parceria mostra-se plenamente viável, considerando-se os elementos técnicos, operacionais e institucionais apresentados pela organização da sociedade civil, bem como a relevância e a aderência da proposta às demandas sociais do Município de Umuarama.
Com base nessa avaliação, conclui-se que a OSC reúne as condições necessárias para a execução adequada do objeto pactuado, demonstrando aptidão para contribuir de forma efetiva com os objetivos sociais da presente parceria.
A Organização da Sociedade Civil Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres, demonstrou, por meio da documentação apresentada e do histórico de atuação, que seus objetivos e finalidades institucionais são plenamente compatíveis com o objeto proposto na presente parceria.
A execução da presente parceria mostra-se plenamente viável, considerando-se os elementos técnicos, operacionais e institucionais apresentados pela organização da sociedade civil, bem como a relevância e a aderência da proposta às demandas sociais do Município de Umuarama.
Com base nessa avaliação, conclui-se que a OSC reúne as condições necessárias para a execução adequada do objeto pactuado, demonstrando aptidão para contribuir de forma efetiva com os objetivos.
Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Umuarama - Paraná, cujo teor será analisado em até 05 (cinco) dias úteis da data do respectivo protocolo.

Umuarama, 08 de outubro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BB95581E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESULTADO PRELIMINAR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – SMAS

RESULTADO PRELIMINAR
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – SMAS

A Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 07/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, pelo Decreto Municipal nº 108/2017 e pelo Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - SMAS, torna público o Resultado Preliminar da fase de seleção das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil – OSCs.

Após a realização da sessão pública de abertura dos envelopes e da avaliação técnica das propostas, observados os critérios de julgamento previstos no item
14.1 do Edital e os critérios de desempate estabelecidos no item 14.9, a Comissão de Seleção deliberou pelo seguinte Resultado Preliminar:

Item	Modalidade de Serviço de Proteção Alta Complexidade e Recurso	Organização da Sociedade Civil – OSC	CNPJ	Pontuação	Classificação
1	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Abrigo Institucional Recurso Municipal	Centro Infantil Menino Deus	01.324.112/0001-60	14,00	1º
2	Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias- Abrigo Institucional Recurso Municipal	Associação de Apoio a Promoção a Profissional – APROMO	80.901.853/0001-33	14,00	1º
3	Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias- Abrigo Institucional Recurso Federal	Associação de Apoio a Promoção a Profissional – APROMO	80.901.853/0001-33	12,00	1º
4	Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com deficiência leve, moderada ou grave - Residência Inclusiva Recurso Municipal	Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres	84.785.294/0001-02	10,00	1º
5	Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas Grau I, II e III Recurso Municipal	Projeto Obras de Misericórdia Lar Santa Faustina	76.283.589/0001-44	14,00	1º
6	Acolhimento institucional para mulheres em situação de violência	Não houve proposta apresentada	-	-	-

Nos termos dos itens 16.1 e 16.2 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - SMAS, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, compreendido entre os dias 09 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2026, para interposição de recurso administrativo contra o presente Resultado Preliminar.
Os recursos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Umuarama/PR, no horário das 8h30 às 11h30 e das13h30 às 17h00, observado o disposto 16.3 do Edital.

Umuarama/PR, 08 de outubro de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO
Portaria nº 07/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social

JULIANA MANDUCA JANUÁRIO CATARIN
Presidente

ALINE MORENO CAMARGO
Membro

ANA FLÁVIA BERGAMO MOURA BRUNELLI
Membro

FLÁVIA OLÍVIO ARAUJO DE LIMA BARBOSA
Membro

MAYARA DARÉ
Membro

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3F8C96B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

O Município de Umuarama na qualidade de operador do Sistema Produtor Rural **CONVOCA** o produtor rural identificado a comparecer no setor de notas fiscais do produtor, até o dia 13/11/2026, de posse da documentação atualizada do seu cadastro, para tratar de assunto de seu interesse.

Umuarama, 13 de OUTUBRO de 2026.

9600295184 – BRASILISIA DE ARAUJO JULIANI
9512834873 – BRAZ REINA GONÇALVES
9593782155 – CAETANO ZOBIOLO
9579258800 – CARLA CRISTINA GARCIA ZAFANELLI
9560887474 – CARLOS SGORLON
9512086206 – CELIMAR FAGAN PAVANI
9503632311 – CELIA BATISTA MARTINS FILHO
9542566261 – CELSO JOSE GOMES
9553078790 – CICERO PEREIRA DA SILVA
9524072367 – CIDIONIR ANTONIO STECCA
9564868407 – CIRSO APARECIDO DA SILVA
9527032935 – CIVALDO DE CASTRO
9554165890 – CLAUDECIR DOS SANTOS GABRIEL
9592913221 – CLAUDEMIR ALVES VALIM
9512333408 – CLAUDIO SBOMPATO
9535658541 – CLAUDIR FRANCISCO DA SILVA
9596048274 – CLEITON RODRIGO ZABINI
9573886809 – CORNELIO BUSCH PAULO
9583265217 – DALVA APARECIDA DA SILVA
9536649848 – DANIEL MARQUES MENDONÇA
9577705337 – DANILO CASSIANO TEIXEIRA
9542167723 – DEJAIR TAROCCO
9601445970 – DELI MARI FERNANDES NAVES
9545533453 – DEOLINDA PAES ZANON
9581087290 – DEVANIR COSSI
9517846560 – DILSON APARECIDO TEIXEIRA
9540172495 – DIMES SGARAVATO
9540386703 – DIOMAR HERNANDES ROCHA
9543860660 – DIRCE NEVES DA SILVA
9526686338 – DIRCE ROSANGELA VIGNOTO GOMES
9567530741 – DIRCEU CONCEIÇÃO DOS SANTOS FILHO
9536512540 – DIRCEU PAGANI
9502146278 – DOMINGOS IOMBRILLER
9521008404 – DONIZETE APARECIDO SIQUEIRA
9509775238 – DORIVALDO FERREIRA DE SALES
9577062070 – DURVAL ZANFERRARI FILHO

LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS
Divisão de Controle de Produção Agropecuária

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BC379C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2739 / 2026 SEQUENCIA: 6

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0005, Lote: 0003 - JARDIM SAN MARTIN - N.º: 2850 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

ENOQUE GOMES DA SILVA CPF/CNPJ: 02922354962
CADASTRO: 2818200 QUADRA: 0005 LOTE: 0003
ENDEREÇO: RUA NOSSA SENHORA PASTORA, 2850 CEP: 87508116
BAIRRO: JARDIM SAN MARTIN COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2739 / 2026 SEQUENCIA: 39

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0004, Lote: 0003 - JARDIM IMPERIO DO SOL I - N.º: 1263 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

JOAO RAMOS CPF/CNPJ: 35026391915
CADASTRO: 6003800 QUADRA: 0004 LOTE: 0003
ENDEREÇO: RUA CEDRO, 1263 CEP: 87510102
BAIRRO: JARDIM IMPERIO DO SOL I COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1B1996E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2708 / 2026 SEQUENCIA: 25

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2708 / 2026 SEQUENCIA: 25

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0026, Lote: 0046 - CONJUNTO HABITACIONAL SONHO MEU - N.º: 1327 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

ESPÓLIO DE ANTONIO RUFINO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 82658110987
CADASTRO: 4159000 QUADRA: 0026 LOTE: 0046
ENDEREÇO: AV ABILIO BARRETO, 1327 CEP: 87510004
BAIRRO: CONJUNTO HABITACIONAL SONHO MEU COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:200D6F89

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 31

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 31

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0003, Lote: 001D - JARDIM TOPAZIO - N.º: 4128 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

VITOR HUGO FERRO RAFAEL CPF/CNPJ: 08203955959
CADASTRO: 3990220 QUADRA: 0003 LOTE: 001D
ENDEREÇO: RUA TROPICAL, 4128 CEP: 87508117
BAIRRO: JARDIM TOPAZIO COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D65136CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2732 / 2026
SEQUENCIA: 38

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2732 / 2026 SEQUENCIA: 38

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0008, Lote: 0004 - JARDIM IMPERIO DO SOL I - N.º: S/N -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

MAYPAT CONSTRUTORA E LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 29575627000152
CADASTRO: 6007700 QUADRA: 0008 LOTE: 0004
ENDEREÇO: RUA ARAUCARIA, S/N CEP: 87510112
BAIRRO: JARDIM IMPERIO DO SOL I COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:AF0E853B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2746 / 2026
SEQUENCIA: 6

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2746 / 2026 SEQUENCIA: 6

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0015, Lote: 0022 - CONJ R CORREGO LONGE - N.º: 2261 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

MARIA SOCORRO AUGUSTO CPF/CNPJ: 13396299922
CADASTRO: 2531500 QUADRA: 0015 LOTE: 0022
ENDEREÇO: RUA IMPERATRIZ, 2261 CEP: 87504630
BAIRRO: CONJ R CORREGO LONGE COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:838CC202

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÕES PRELIMINAR - SEC/FAZ

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2763 / 2026 SEQUENCIA: 2

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0061, Lote: 6A12 - ZONA 3 - N.º: 3860 - LOTES 06 A 12**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

SAVEL COMERCIO DE VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 75517383000179
CADASTRO: 405900 QUADRA: 0061 LOTE: 6A12
ENDEREÇO: AV LONDRINA, 3860 CEP: 87502250
BAIRRO: ZONA 3 COMPLEMENTO: LOTES 06 A 12

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2763 / 2026 SEQUENCIA: 38

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0008, Lote: 0031 - JARDIM DAS CEREJEIRAS - N.º: 3054 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

NELIDA CANETE GARCIA CPF/CNPJ: 08689003975
CADASTRO: 5735700 QUADRA: 0008 LOTE: 0031
ENDEREÇO: RUA JULIA ORZACG, 3054 CEP: 87510713
BAIRRO: JARDIM DAS CEREJEIRAS COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2763 / 2026 SEQUENCIA: 44

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0011, Lote: 0003 - JARDIM DAS CEREJEIRAS II - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

IAGO NARCISO TOME CPF/CNPJ: 16455849922
CADASTRO: 5880100 QUADRA: 0011 LOTE: 0003
ENDEREÇO: RUA JOAO BATISTA DA SILVA, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM DAS CEREJEIRAS II COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5D178A46

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, resolve **HOMOLOGAR,** em 08/10/2026,para que surta os efeitos legais, o resultado do Pregão Eletrônico nº 46/2026, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições prontas, tipo marmita, destinadas ao atendimento das demandas dos servidores municipais que desempenham suas atividades laborais fora da sede do município, das pessoas privadas de liberdade que prestam serviços ao município, em decorrência de convênio firmado com o Departamento Penitenciário – DEPEN, bem como, em situações excepcionais, ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, quando devidamente caracterizadas situações de emergência ou calamidade pública, em conformidade com as especificações técnicas mínimas, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos***,** em favor das empresas:

ANA LETICIA CHEPERNATTE (CNPJ: 39.490.625/0001-14), item único, totalizando o valor global de R$ 140.400,00 (cento e quarenta mil e quatrocentos reais).

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições prontas, tipo marmita, destinadas ao atendimento das demandas dos servidores municipais que desempenham suas atividades laborais fora da sede do município, das pessoas privadas de liberdade que prestam serviços ao município, em decorrência de convênio firmado com o Departamento Penitenciário – DEPEN, bem como, em situações excepcionais, ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, quando devidamente caracterizadas situações de emergência ou calamidade pública, em conformidade com as especificações técnicas mínimas, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de União da Vitória / CNPJ nº 75.967.760/0001-71.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2026 - ANA LETICIA CHEPERNATTE (CNPJ: 39.490.625/0001-14), item único, totalizando o valor global de R$ 140.400,00 (cento e quarenta mil e quatrocentos reais). Data de Assinatura: 08/10/2026.

Vigência:01 (um) ano.

União da Vitória – PR, 09 de outubro de 2026

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Marcelo Otto
Código Identificador:73CC7CBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 520/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido o Senhor **JOÃO PAULO SCHREINER CORREA**, da função de **MÉDICO – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, matrícula funcional nº 99150994**, da Secretaria Municipal de Saúde, retroativo a 02 de outubro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:65D70FB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2026

No **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E A ASSOCIAÇÃO LAÇOS DE AMOR DOWN DE UNIÃO DA VITÓRIA – ALAD,** de 14 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3620, do dia 21 de setembro de 2026:

ONDE SE LÊ:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE**, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) distribuídos conforme abaixo:
Para o exercício de 2026, R$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 999.
Para o exercício de 2026, R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 999.

LEIA-SE:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE**, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) distribuídos conforme abaixo:
Para o exercício de 2026, R$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 962.
Para o exercício de 2026, R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 1000.

União da Vitória, 08 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:B40F24D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE DEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026
CREDENCIANTE: Município de União da Vitória – Estado do Paraná.
CREDENCIADA: CANELO E GAFFORELLI LTDA. – C & G SERVIÇOS MÉDICOS.
CNPJ: 20.861.979/0001-08.
OBJETO: Credenciamento de profissional médico especialista em Neurologia para prestação de serviços de consultas neurológicas especializadas aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória/PR, incluindo pacientes com Transtorno do Espectro Autista – TEA e demais transtornos neurológicos que demandem acompanhamento especializado.
DECISÃO: Fica **DEFERIDO** o pedido de credenciamento da empresa CANELO E GAFFORELLI LTDA. – C & G SERVIÇOS MÉDICOS, após análise da documentação apresentada e saneamento da pendência identificada em diligência, conforme manifestação da Comissão de Contratação e despacho da autoridade competente.

O prosseguimento dos procedimentos para formalização do credenciamento e eventual contratação observará as disposições do edital e a legislação vigente.

União da Vitória/PR, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:2A16199B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2025

O Município de União da Vitória, Estado do Paraná, torna pública, nos termos do art. 71, inciso IV, e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a homologação e adjudicação da Chamada Pública/Credenciamento nº 2/2025, cujo objeto é o credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para a prestação de serviços de recebimento, triagem, processamento, comercialização e destinação final adequada de resíduos sólidos potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos, provenientes dos serviços de coleta seletiva pública e de limpeza urbana, exclusivamente coletados no Município de União da Vitória.

COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO CREDENCIADA: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis – RECIVALE – ACR-R – CNPJ N.º 63.944.389/0001-43.
VALOR MENSAL: R$ 90.231,62 (noventa mil duzentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09 de outubro de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: arts. 6º, inciso XLIII, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplinam o credenciamento como procedimento auxiliar das licitações e estabelecem suas hipóteses de utilização.

União da Vitória/PR, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:75CE9CA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 756/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº22/2026.
TERMO DE CONTRATO Nº. 20/2026
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**LPW LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº80.792.385/0001-06, sediado(a) na Av .Presidente Getulio Vargas,14 -Sala 02 -Centro – União da Vitoria -PR
Valor Global...: **R$40.000,00 (Quarenta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de Analises Clinica a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.:07/10/2026
Prazo de Vigência.....: Início: 07/10/2026-Término:07/10/2027– 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação 19/2026.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 16 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 16, Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76
Gestor:Marlise Ceretta Kuyava– Presidente do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Arlete Rebeika - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F5F0EB84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 757/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº23/2026.
TERMO DE CONTRATO Nº. 21/2026
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS DR. WILLY CARLOS JUNG**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº83.145.771/0001-02, sediado(a) na Rua Prudente de Morais,130 - Centro – Porto União -SC.
Valor Global...: **R$400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de Análises Clinica a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.:07/10/2026
Prazo de Vigência.....: Início: 07/10/2026-Término:07/10/2027– 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação 20/2026.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 16 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 16, Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76
Gestor:Marlise Ceretta Kuyava– Presidente do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Arlete Rebeika - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D5732ADC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 758/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº21/2026.
TERMO DE CONTRATO Nº. 19/2026
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**SEBBEN MED LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº51.128.714/0001-10, sediado(a) na Rua Teixeira Soares,530 - Navegantes – União da Vitoria -PR
Valor Global...: **R$40.000,00 (Quarenta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de ORTOPEDIA, TRAUMATOLOGIA E CIRURGIA DA COLUNA a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.:07/10/2026
Prazo de Vigência.....: Início: 07/10/2026-Término:07/10/2027– 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação 18/2026.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 16 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 16, Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76
Gestor:Marlise Ceretta Kuyava– Presidente do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Arlete Rebeika - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:B0E0A8EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 759/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº20/2026.
TERMO DE CONTRATO Nº. 18/2026
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:IMAGEM – **CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA** , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº02.073.222/0001-60, sediado(a) na Rua Santos Dumont,339 - CENTRO-Porto União -SC
Valor Global...: **R$1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de PSICOLOGIA a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.:07/10/2026
Prazo de Vigência.....: Início: 07/10/2026-Término:07/10/2027– 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação 17/2026.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 16 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 16, Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76
Gestor:Marlise Ceretta Kuyava– Presidente do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Arlete Rebeika - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 08 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7F78EF38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 760/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições prontas, tipo marmita, destinadas ao atendimento das demandas dos servidores municipais que desempenham suas atividades laborais fora da sede do município, das pessoas privadas de liberdade que prestam serviços ao município, em decorrência de convênio firmado com o Departamento Penitenciário – DEPEN, bem como, em situações excepcionais, ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, quando devidamente caracterizadas situações de emergência ou calamidade pública, em conformidade com as especificações técnicas mínimas, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 132/2026
FORNECEDOR: ANA LETICIA CHEPERNATTE
CNPJ: 39.490.625/0001-14
ITEM 1.
Valor total estimado da Ata: R$ 8.838,81 (oito mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos);
Vigência:de 08/10/2026 a 08/10/2027
Data da assinatura: 08 de outubro de 2026.

GESTOR: JOEL DE OLIVEIRA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.
FISCAIS E FISCAIS SUBSTITUTOS
Fiscal: Dagoberto Alves da Silva n.º 991507065.
Fiscal Substituto: Jéssika Carla Lima Wolf – Matrícula Funcional nº 991507166

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:A6E48D74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 761/2026

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo, para comporem a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD**:

Presidente:
VITOR ANDRE BRANDAO MULLER

Membros:
ELIANE MARIA RIEPE
JOICE PRISCILA DA SILVA
WILMAR ALEXANDRE DOMINGUES BIEBERBACH
Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 945/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:4262DB83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 762/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD,** criada através da Portaria nº 761/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 2233/2026**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:896224FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 763/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD,** criada através da Portaria nº 761/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 4423/2026**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D11AA8F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 764/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD,** criada através da Portaria nº 761/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 2889/2025**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7B8CD196

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 765/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD,** criada através da Portaria nº 761/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, os **PROCESSOS PROTOCOLADOS SOB Nº 4277/2026 e 4786/2026 apenso**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:1CE70AF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 766/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD,** criada através da Portaria nº 761/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 11277/2026**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:0784E39D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 767/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 564/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 15450/2026**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:67A32CE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 768/2026

DESIGNA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 216/2026, Seção V – Do Plano de Contratações Anual;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **LETICIA APARECIDA GOLENIA**, ocupante do cargo de **ASSISTENTE EM CONTABILIDADE**, matrícula funcional nº **991506723**, como **RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)** do Município de União da Vitória/PR.

Art. 2º Compete à servidora designada coordenar o levantamento, a organização e a consolidação das demandas de contratação das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, bem como promover a elaboração e a revisão do PCA, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º A servidora contará com o auxílio do Departamento de Licitação na organização e consolidação das demandas, bem como nas orientações necessárias ao planejamento das contratações municipais.

§ 2º As Secretarias Municipais e demais unidades administrativas deverão fornecer as informações e justificativas necessárias à composição do PCA, dentro dos prazos estabelecidos pela Administração Municipal, permanecendo responsáveis pela identificação e definição de suas respectivas necessidades de contratação.

Art. 3º A elaboração e a revisão do PCA deverão observar a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 216/2026 e demais normas aplicáveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:97D49323

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 769/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **REDIRECIONAR** para a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 564/2026, para averiguação dos fatos e parecer final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 6883/2025**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Em virtude do redirecionamento do Processo, estabelece novo prazo à Comissão, conforme dispõe o Art. 240., da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo, a contar da publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C80AD26D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 770/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Inexigibilidade de Licitações n.º 17/2025 – Processo Administrativo n.º 66/2025.
Objeto:	Fornecimento de GASOLINA COMUM e ÓLEO DIESEL S10, para atender a demanda da frota de veículos do município de União da Vitória/PR, de forma parcelada, conforme estipulado na Chamada Pública nº 4/2025 - Processo Administrativo nº 40/2025 - PMUVA.
Contratada:	**AUTO POSTO IPIRANGA LTDA,** CNPJ nº 81.642.308/0001-32
Termo de Contrato:	Contrato n.º 34/2025.
Gestor:	Aloisio Francisco Salvatti - Secretário Municipal de Administração
Fiscal:	Onivaldo João Zonta – Matrícula n.º 1512585
Fiscal Substituto:	Jian Carlo Malagutti – Matrícula n.º 991505926

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:DC7A490A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO CONTRATO 113/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 113/2026

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: CONSTRUTORA CONCRETIZA LTDA. situada à cidade Realeza - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 36.483.813/0001-27, neste ato representada por ADRIANA MARIA ROVANI MACHADO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº 643XXXXXX34, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolos 2339/2026 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Do valor – Fica acrescido o valor de R$ 139.431,98 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e um reais, noventa e oito centavos) e decrescido o valor de R$ 75.298,83 (setenta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais, oitenta e três centavos) ao contrato, conforme planilhas e parecer técnico.

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 09/10/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

ADRIANA MARIA ROVANI MACHADO DA SILVA
Contratada
Construtora Concretiza LTDA.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:534556BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 488, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 488, de 09 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 346/2026, protocolo n.º 8424/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel e Foz do Iguaçu/PR, no dia 08 de outubro de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I31.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 09 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:A4DED4E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 489, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 489, de 09 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Luiz Carlos de Lima – Motorista, conforme requerimento de diária n. º

347/2026, protocolo n. º 8425/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 08 de outubro de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 09 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:CB6513DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 490, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 490, de 09 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Elizandro de Borba do Nascimento – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 348/2026, protocolo n. º 8426/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guaraniaçu/PR, no dia 08 de outubro de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 09 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:1F1FFE3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 491, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 491, de 09 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 349/2026, protocolo 8427/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 09 de outubro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43;
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 09 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:A9A48D94

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 2319/2026

DECRETO Nº 2319/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$325.686,33 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais com trinta e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	352	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	07032	103.546,07
2	Suplementar	352	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	07032	0,01
3	Suplementar	352	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	07032	207.010,25
4	Suplementar	352	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	07032	15.130,00
			Total		**325.686,33**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Superávit		CONVÊNIO 077 SEAB 173153368/2021 - c/c 318-2	07032	103.546,07
Anulação Dotação	217	07.002.0026.0782.0126.1012 - INFRAESTRUTURA RURAL.3449051000000000000 - Obras e instalações	07032	0,01
Excesso		4242999010100000000 BB 318-2 - CONVÊNIO 77/2021 - VÍNCULO 7032	07032	207.010,25
Excesso		4132101112000000000 Rendimentos BB 318-2 - CONVÊNIO 077/2021 - VÍNCULO 7032	07032	15.130,00
		Total	**325.686,33**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
7032	0,01	103.546,07	222.140,25
Total	**0,01**	**103.546,07**	**222.140,25**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR Em 09 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daise Balotin
Código Identificador:7A2AEE69

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 2320/2026

DECRETO Nº 2320/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$150,00 (cento e cinquenta reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	29	03.001.0004.0122.0132.2002 - PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO.3339047000000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	00512	150,00
			Total		**150,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	23	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00512	150,00
		Total	**150,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
512	150,00	0,00	0,00
Total	**150,00**	**0,00**	**0,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 09 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daise Balotin
Código Identificador:A814F284

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
RESOLUÇÃO N° 03/2026

RESOLUÇÃO N° 03/2026.

Disciplina a execução de fiscalizações da Câmara Municipal, estabelecendo formas e critérios para designação de comissões, requerimentos de informação ao Executivo, modelo padrão de relatório, discussão de achados com gestores e encaminhamentos a órgãos competentes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX, por meio de sua Mesa Diretora, no uso de suas atribuições regulamentais, RESOLVE:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As fiscalizações são instrumento essencial de controle da administração pública municipal, realizadas pela Câmara Municipal para verificar a legalidade, eficiência, efetividade e economicidade das ações governamentais no âmbito do Poder Executivo.
Parágrafo Único: A fiscalização compreende:
I – Análise da execução de políticas públicas;
II – Avaliação do cumprimento de legislação municipal, estadual e federal;
III – Verificação de conformidade com normas administrativas;
IV – Apuração de irregularidades, falhas e desvios de gestão;
V – Acompanhamento de programas e ações do Executivo. Art. 2º As fiscalizações classificam-se em:
I – Ordinária: programada no Plano Anual de Fiscalização, aprovado em plenário, publicado em diário oficial e disposto no site oficial;
II – Extraordinária: demandada por vereador ou comissão temática em virtude de denúncia ou demanda interna ou externa.

Art. 3º As atividades de fiscalização serão exercidas pelas comissões, observadas as disposições do Regimento Interno, mediante a seguinte competência:
I – Comissões Permanentes:
a) realização de fiscalizações temáticas ordinárias, nos termos do Plano Anual de Fiscalização;
b) apuração de denúncias cuja matéria se insira no âmbito de sua competência exclusiva;
II – Comissões Especiais: realização de ações fiscalizatórias que envolvam matéria compreendida na competência de duas ou mais Comissões Permanentes, sem prejuízo das atribuições constitucional e regimentalmente reservadas às Comissões Parlamentares de Inquérito.
§ 1º No desempenho das atividades de fiscalização, o presidente da comissão poderá solicitar o apoio técnico de servidores da Câmara Municipal, os quais se manifestarão na ação fiscalizatória estritamente no âmbito de suas respectivas competências técnicas;
§ 2º Em face de matérias complexas ou de grande vulto, o presidente da comissão poderá solicitar à Presidência do Poder Legislativo a contratação de consultores, especialistas ou auditores externos, mediante o devido processo licitatório, cabendo ao Presidente da Casa decidir sobre a conveniência e oportunidade do pedido mediante ato motivado.
Art. 4º Para fins de execução do Plano Anual de Fiscalização e de ações fiscalizatórias extraordinárias, compete ao Presidente da Comissão coordenar as atividades e o respectivo cronograma no âmbito de sua competência temática, aplicando-se-lhe todas as prerrogativas previstas no art. 58 do Regimento Interno.
Art. 5º Para cada objeto de fiscalização, o Presidente da Comissão designará um Relator, a quem competirá:
I – o registro e a instrução documental de todas as etapas e achados de auditoria;
II – a elaboração e a apresentação de relatório preliminar, contendo a descrição dos achados e seus respectivos detalhamentos;
III – a elaboração e a apresentação do relatório final, após garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa ao Chefe do Poder Executivo municipal e aos demais agentes citados no relatório preliminar;
IV – o cumprimento estrito dos prazos estabelecidos neste regulamento; e
V – a prestação de contas dos recursos eventualmente utilizados.
Parágrafo Único: Os relatórios de natureza preliminar e final serão submetidos à apreciação, deliberação e votação quanto à sua admissibilidade pelos membros da comissão fiscalizadora, considerando-se aprovados pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO II – DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
Art. 6º O Plano Anual de Fiscalização constitui instrumento de planejamento das atividades fiscalizatórias da Câmara Municipal e não condiciona nem limita o exercício das competências constitucionais, legais e regimentais de fiscalização e controle.
Art. 7º A Mesa Diretora submeterá ao Plenário do Poder Legislativo, até a segunda sessão ordinária do mês de agosto de cada ano, o Plano Anual de Fiscalização contendo as ações fiscalizatórias ordinárias previstas para o exercício subsequente.
Parágrafo único. O Plano Anual de Fiscalização deverá conter, para cada ação fiscalizatória, no mínimo:
I – o objeto da fiscalização;
II – a Comissão responsável;
III – os objetivos e o escopo da ação;
IV – o período previsto para sua realização;
V – o cronograma estimado de execução; e
VI – os responsáveis pela sua execução.
Art. 8º Na elaboração do Plano Anual de Fiscalização, a Mesa Diretora observará as seguintes diretrizes:
I – as proposições institucionais submetidas pelas comissões permanentes;
II – as demandas parlamentares de autoria individual dos membros do Poder Legislativo;
III – as manifestações e pleitos oriundos da cidadania, formalizados por meio dos canais oficiais de comunicação institucional;
IV – as representações devidamente protocoladas por entidades da sociedade civil organizada no âmbito municipal;
V – os eixos de auditoria do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), com enfoque as flutuações significativas de seus indicadores de desempenho.
CAPÍTULO III – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO AO EXECUTIVO
Art. 9º No exercício da ação fiscalizatória, os membros das comissões poderão solicitar informações ao Prefeito Municipal e aos secretários municipais competentes mediante requerimento formal.
§ 1º Os requerimentos serão apresentados por escrito e deliberados pela Comissão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
§ 2º Os requerimentos deverão ser protocolados na presidência da comissão, que constará o recebimento na sessão imediatamente seguinte, cientificará os demais membros e os incluirá na pauta para deliberação.
§3º Aprovado o requerimento pela Comissão, caberá ao seu Presidente encaminhá-lo à Mesa Diretora, para remessa ao Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 44, inciso VII, do Regimento Interno.
Art. 9º-A. *No exercício das ações de fiscalização, as Comissões poderão convocar Secretários e Assessores Municipais, titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo Municipal e servidores públicos municipais para prestarem pessoalmente informações e esclarecimentos sobre assunto previamente determinado e relacionado ao objeto da fiscalização, observado o disposto na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno.*
§ 1º *A convocação dependerá de deliberação da Comissão competente e deverá indicar, de forma expressa, o assunto sobre o qual serão prestadas as informações, bem como a data, o horário e o local do comparecimento.*
§ 2º *Quando a convocação recair sobre servidor público municipal, as informações e os esclarecimentos solicitados deverão guardar relação com suas atribuições funcionais ou com fatos de que tenha conhecimento em razão do exercício de suas funções.*
§ 3º *A convocação será formalmente comunicada ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao superior hierárquico do servidor convocado, para ciência e adoção das providências administrativas necessárias ao seu comparecimento.*
§ 4º *O comparecimento e os esclarecimentos prestados serão registrados em ata e integrarão os autos da respectiva ação fiscalizatória."*
Art. 10 O requerimento de informações conterá obrigatoriamente:
I – Identificação da comissão de fiscalização e membros;
II – Tema e período de abrangência da fiscalização;
III – Informações e documentos específicos solicitados;
IV – O prazo para resposta será de 30 (trinta) dias, contado da entrega da solicitação; e
V – Local de entrega das informações e responsável pela recepção.

Parágrafo único. O prazo para resposta poderá ser prorrogado, desde que atendido ao contido no §4º do art. 284 do Regimento Interno da Câmara.
Art. 11 A omissão ou a insuficiência de resposta nos prazos e formas legais pelos secretários municipais ensejará a expedição, pelo presidente da comissão, de notificação oficial ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12 O requerimento será entregue e protocolado pessoalmente ao Prefeito, ou ao Secretário(a) de Administração Municipal, com recepção confirmada.
Art. 13. O não fornecimento das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido, bem como a apresentação de resposta incompleta ou manifestamente inadequada ao objeto do requerimento, será registrado nos autos do respectivo processo de fiscalização e submetido à apreciação da comissão fiscalizadora.
§ 1º A comissão fiscalizadora avaliará a ocorrência, considerando a relevância das informações ou documentos não fornecidos, as justificativas eventualmente apresentadas e seus reflexos sobre a continuidade e a conclusão da ação fiscalizatória.
§ 2º Constatada, mediante deliberação da comissão, a ausência injustificada de resposta, a insuficiência relevante das informações prestadas ou a existência de indícios de irregularidade, a ocorrência será consignada no relatório de fiscalização, sem prejuízo da adoção das demais providências previstas nesta Resolução.
§ 3º Quando os fatos apurados indicarem a necessidade de atuação de órgão de controle, fiscalização ou persecução competente, a comissão poderá deliberar pelo encaminhamento de representação, acompanhada dos elementos que a fundamentem, observado o procedimento previsto nos arts. 22 a 24 desta Resolução.
§ 4º A divulgação das informações relativas à ocorrência e às providências adotadas observará as disposições legais relativas à transparência, à proteção de dados pessoais e às hipóteses de sigilo legal.

CAPÍTULO IV – MODELO PADRÃO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 14. O Relatório de Fiscalização observará modelo padronizado, reproduzido no ANEXO II desta resolução, e conterá, obrigatoriamente, os seguintes elementos constitutivos:
I – Introdução e Identificação:

a) numeração sequencial do relatório e respectiva data de emissão;
b) qualificação e identificação funcional completas da comissão fiscalizadora e de seus membros;
c) delimitação do tema, do objetivo e do escopo material da fiscalização;
d) delimitação do período de abrangência temporal, com indicação precisa das datas de início e de término dos trabalhos; e
e) indicação expressa da legislação aplicável e das normas correlatas objeto de verificação.
II – Metodologia:
a) descrição pormenorizada dos métodos de investigação e dos procedimentos de coleta e tratamento de dados;
b) registro circunstanciado das oitivas, entrevistas, inspeções in loco ou visitas técnicas realizadas;
c) identificação dos agentes públicos, pessoas físicas, órgãos ou setores consultados;
d) inventário da documentação, dos registros e das fontes de informação analisados;
e) cronograma físico de execução das atividades fiscalizatórias. III – Achados e Constatações:
a) descrição analítica de cada achado de auditoria, compreendendo falhas operacionais, irregularidades, omissões, desvios de finalidade, entre outras desconformidades detectadas;
b) indicação precisa do dispositivo legal, regulamentar ou procedimental violado ou inobservado;
c) classificação do grau de severidade ou impacto da constatação, segundo os critérios de criticidade baixo, médio, alto e crítico;
d) indicação e anexação das evidências documentais e probatórias que sustentam o achado; e
e) quantificação ou qualificação do impacto potencial ou efetivo sobre a população, o erário municipal ou a eficiência da Administração Pública.
IV – Análise Crítica:
a) diagnóstico técnico acerca da causa-raiz de cada desconformidade identificada;
b) exame de conformidade mediante confronto com a legislação vigente, normas técnicas e matrizes de boas práticas administrativas;
c) mensuração dos reflexos de ordem financeira, orçamentária, administrativa ou social; e
d) contextualização histórica ou análise comparativa em face de exercícios anteriores, quando couber.
V – Conclusões e Encaminhamentos:
a) síntese conclusiva dos principais achados e constatações;
b) parecer técnico conclusivo acerca do panorama geral da situação fiscalizada;
c) indicação dos órgãos, entidades ou autoridades competentes aos quais o relatório será formalmente remetido para fins de responsabilização ou providências; e
d) proposição de recomendações, diretrizes e medidas corretivas para acompanhamento e monitoramento futuro.
§ 1º A classificação de criticidade do item “c” do inciso III considerará, de forma fundamentada, a natureza da desconformidade, a extensão e a probabilidade do dano ou risco, o impacto financeiro, orçamentário, administrativo ou social, a quantidade de pessoas potencialmente atingidas e a possibilidade de reversão ou mitigação de seus efeitos.
§ 2º A classificação atribuída ao achado deverá ser expressamente motivada no relatório de fiscalização.

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DE ACHADOS COM GESTORES

Art. 15. Aprovado o relatório preliminar na forma do parágrafo único do art. 5º desta Resolução, o Presidente da Comissão notificará o Chefe do Poder Executivo municipal e os demais agentes citados para, querendo, exercerem o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Parágrafo único. O prazo para manifestação e apresentação de documentos será de 30 (trinta) dias.
Art. 16. Antes da submissão do relatório final à apreciação, deliberação e votação no âmbito da comissão fiscalizadora, e no curso do prazo assinalado para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa de que trata o caput do art.
15 desta Resolução, poderá ser designada reunião técnica de alinhamento e discussão dos achados de auditoria com:
I – o Secretário municipal ou o dirigente máximo responsável pela área fiscalizada; e
II – os servidores públicos municipais cujas atribuições funcionais ou conhecimentos técnicos ou fáticos guardem relação com o objeto da fiscalização, convocados pela Comissão, bem como outros técnicos ou servidores formalmente designados pelo Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. A reunião técnica de que trata o caput deste artigo tem por finalidade franquear ao Poder Executivo a oportunidade de:
I – obter esclarecimentos complementares acerca dos achados de auditoria apontados;
II – apresentar justificativas, contra-argumentações ou documentação probatória superveniente;
III – dirimir eventuais divergências de interpretação fática ou normativa;
IV – propor plano de ação ou medidas corretivas para a elisão das desconformidades identificadas; e
V – debater Termo de Compromisso.
Art. 17. A reunião técnica de que trata o art. 16 desta Resolução será registrada mediante a lavratura de ata circunstanciada, a ser assinada por todos os presentes, a qual conterá obrigatoriamente:
I – a indicação de data, horário e local de realização dos trabalhos;
II – a qualificação e a identificação institucional dos participantes;
III – a síntese descritiva dos achados de auditoria objeto de debate;

IV – o registro sumário das justificativas, contra-argumentações e posicionamento técnico dos representantes do Poder Executivo municipal;
V – os compromissos formalizados, as metas e os prazos eventualmente pactuados entre as partes.
Art. 18. Constatada a viabilidade de apresentação, pelo Poder Executivo, de Plano de Ação para saneamento de achado de auditoria, o instrumento integrará o Relatório Final do Relator.
§ 1º Homologado o Plano de Ação nos termos do parágrafo único do art. 5º desta Resolução, será lavrado o Termo de Compromisso para Adequação de Desconformidades de Auditoria (TCADA), conforme o modelo constante do Anexo III.
§ 2º A celebração do TCADA não importará reconhecimento de regularidade, quitação, transação sobre responsabilidade administrativa, civil ou penal, renúncia ao exercício da função fiscalizatória ou impedimento ao encaminhamento dos fatos aos órgãos de controle e persecução competentes.
§ 3º O TCADA possuirá natureza exclusivamente político-administrativa e de acompanhamento fiscalizatório, não produzindo efeitos vinculantes perante o Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário ou demais órgãos competentes.
Art. 19. A celebração do Termo de Compromisso de que trata o art. 18 fica condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:
I – apresentação de plano de ação detalhado que contemple, além do cronograma definitivo para resolução do achado, a execução imediata de medidas mitigadoras do risco ou do dano;
II – comprovação da instauração de procedimentos administrativos para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário, quando aplicável;
III – não classificação do achado sob o critério de criticidade crítica;
IV – limitação do cronograma de execução do Plano de Ação ao período do mandato do Chefe do Poder Executivo signatário; e
V – inexistência de Termo de Compromisso anterior firmado e rescindido sob o mesmo objeto.
Art. 20. O Termo de Compromisso será subscrito pelo Chefe do Poder Executivo e pelos membros da comissão fiscalizadora.
§ 1º O extrato do Termo de Compromisso deverá ser publicado no Diário Oficial no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua assinatura.
§ 2º O objeto do Termo de Compromisso constará obrigatoriamente nos Planos Anuais de Fiscalização subsequentes, para fins de monitoramento, até a sua regular e definitiva extinção.
Art. 21. Constatado o descumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Compromisso para Adequação de Desconformidades de Auditoria (TCADA), o Presidente da comissão fiscalizadora notificará o Chefe do Poder Executivo para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente justificativa ou comprove a adoção de medidas corretivas.
Parágrafo Único: Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação do notificado, a comissão fiscalizadora analisará a matéria e deliberará por:
I – manutenção do TCADA, mediante repactuação do cronograma justificada pelo interesse público, quando couber; ou
II – rescisão do instrumento e, quando os fatos assim justificarem, representação aos órgãos competentes, observado o disposto nos arts. 22 a 24.

CAPÍTULO VI – ENCAMINHAMENTOS DE ACHADOS A ÓRGÃOS COMPETENTES

Art. 22. Nas hipóteses em que a comissão fiscalizadora deliberar pela representação decorrente de achado de auditoria, o Presidente do Poder Legislativo Municipal encaminhará o expediente aos órgãos de controle e de persecução competentes, observada a seguinte partição de atribuições:
I – ao Ministério Público, diante de fatos que, em tese, possam configurar ilícito cuja apuração se insira nas atribuições do Ministério Público ou indícios de atos de improbidade administrativa;
II – ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), diante de irregularidades de natureza contábil, orçamentária, financeira ou operacional, incluindo inconsistências de dados declarados ao Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov);
III – às polícias judiciárias civil ou federal, conforme a esfera de competência, diante de indícios de infrações penais.
Art. 23. Os expedientes de representação serão instruídos obrigatoriamente com os seguintes documentos:
I – cópia integral do relatório final de fiscalização;
II – acervo documental complementar que fundamente os achados de auditoria;
III – cópia da ata da reunião de discussão dos achados com os gestores, quando houver;
IV – cópia do Termo de Compromisso para Adequação de Desconformidades de Auditoria (TCADA), quando houver; e
V – ofício de encaminhamento com a exposição dos motivos da representação. Art. 24. Os expedientes de representação serão registrados e arquivados nos seguintes sistemas da Câmara Municipal:
I – protocolo geral, para fins de numeração, controle de tramitação e rastreabilidade;
II – no Portal da Transparência, para fins de divulgação das informações de interesse público relativas à fiscalização, observadas as restrições de acesso, a proteção de dados pessoais e as hipóteses legais de sigilo; e
III – arquivo permanente, para fins de guarda histórica e institucional.
Parágrafo único. A divulgação de que trata o inciso II deste artigo observará as restrições de acesso às informações pessoais e aos dados protegidos por sigilo legal, nos termos da legislação federal vigente.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Compete à unidade administrativa responsável pelo suporte legislativo da Câmara Municipal prestar apoio técnico e operacional às comissões fiscalizadoras, compreendendo:
I – assessoria técnica, metodológica e de treinamento especializado em técnicas de fiscalização;
II – suporte administrativo, logístico e de infraestrutura;
III – processamento, consolidação e gerenciamento de dados e informações; e
IV – guarda, conservação e manutenção do acervo documental e do banco de dados institucional.
Art. 26. A Mesa Diretora da Câmara Municipal promoverá, anualmente, programa de capacitação destinado a Vereadores e servidores técnicos, com foco nas seguintes áreas:
I – técnicas de auditoria e fiscalização legislativa;
II – interpretação e aplicação da legislação correlata nas esferas municipal, estadual e federal;
III – metodologias de investigação, instrução processual e coleta de evidências;
IV – redação técnica de relatórios e pareceres analíticos; e
V – canais de comunicação institucional e articulação com os órgãos de controle externo.
Art. 27. Constituem prerrogativas e deveres institucionais do Poder Legislativo Municipal, no exercício de sua função fiscalizadora:
I – prever, observadas a legislação orçamentária e a disponibilidade financeira, os recursos necessários ao adequado exercício das atividades de fiscalização;
II – assegurar o livre e tempestivo acesso a dados, documentos e informações de natureza pública;
III – garantir a independência funcional das equipes e comissões fiscalizadoras; e
IV – adotar medidas de proteção legal e administrativa aos servidores e membros envolvidos nas atividades de fiscalização contra quaisquer atos de coerção, constrangimento ou represália.
Art. 28. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Mesa Diretora ou pela comissão competente, respeitadas as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal.
Art. 29. Integram esta resolução os seguintes anexos:
I – Modelo de Requerimento de Informação
II – Modelo de Relatório de Fiscalização

III – Modelo de Termo de Compromisso para Adequação de Desconformidades de Auditoria (TCADA)
IV – Modelo de Relatório de Consistência de Dados
Art. 30. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de Fênix, 16 de setembro de 2026.

JOAQUIM RODRIGUES
Novo Presidente

JOÃO CESAR DIAS BATISTA
Secretário

ANEXO I
MODELO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO FISCALIZATÓRIA Nº____ / 20XX
COMISSÃO [Inserir Nome da Comissão]
Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Fênix – PR (ou Secretário Municipal de Administração)
A Comissão Fiscalizadora abaixo identificada, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 9º da Resolução nº XX/20XX, solicita do Poder Executivo o envio das informações e documentos detalhados neste instrumento.

DADOS DA FISCALIZAÇÃO
Membros Signatários: [Nome do Presidente], [Nome do Relator] e [Nome do Membro]
Objeto / Tema da Ação: [Descrever sumariamente o foco da fiscalização] Período Cronológico Analisado: De //____ a // _____
Prazo Legal para Resposta: 30 (trinta) dias (contados do recebimento).

DETALHAMENTO DOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES SOLICITADOS
Para fins de instrução e auditoria legislativa, solicita-se cópia e/ou acesso aos seguintes itens:
Item 01: [Descrever de forma objetiva o primeiro documento ou dado exigido] Item 02: [Descrever de forma objetiva o segundo documento ou dado exigido] Item 03: [Descrever de forma objetiva o terceiro documento ou dado exigido]

Fênix, PR,____ de _____de 20XX.

[Nome do Presidente da Comissão]
Presidente

[Nome do Relator Designado]
Relator

[Nome do Vereador Membro]
Membro

ANEXO II
MODELO DE RELATÓRIO_____ (natureza: Preliminar/Final) DE FISCALIZAÇÃO Nº ____/ 20XX
PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO Nº_____

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de [Inserir Nome da Comissão] da Câmara Municipal de Fênix – PR.

O Relator Designado, no uso de suas atribuições regulamentares e em estrito cumprimento às diretrizes de controle estabelecidas no Capítulo IV da Resolução nº XX/20XX, apresenta o presente RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO para análise e deliberação deste colegiado.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E ESCOPO
Relator Designado: Vereador(a) [Nome Completo]
Objeto/Tema da Fiscalização: [Descrever sumariamente o foco da fiscalização] Período Cronológico da Investigação: De //_____a // _____
Tipo de Ação: [ ] Ordinária [ ] Extraordinária

METODOLOGIA E ATIVIDADES EXECUTADAS
Para a instrução deste relatório, foram aplicados os seguintes procedimentos de controle: [ ] Análise técnica de documentos e contratos administrativos;
[ ] Vistoria "in loco" (inspeção direta no local da prestação do serviço/obra);
[ ] Avaliação de dados fornecidos via Requerimento de Informação nº _____/20XX;
[ ] Coleta de depoimentos, oitivas ou manifestações de usuários e servidores.

CONSTATAÇÕES FÁTICAS E ACHADOS DA AUDITORIA
Com base nos atos de fiscalização realizados, apontam-se as seguintes evidências e conclusões (preliminares ou finais):
Item 01: [Descrever de forma clara a primeira constatação]
Item 02: [Descrever a segunda constatação]
Item 03: [Descrever a terceira constatação]

CONCLUSÃO

(Situação 1 – Relatório Preliminar) - Ante o exposto, este Relator submete o presente Relatório Preliminar à apreciação deste egrégio colegiado, com o objetivo de inaugurar a fase de debates acerca dos achados de fiscalização e viabilizar o contraditório junto ao Poder Executivo Municipal, em estrita observância ao rito processual estabelecido no Capítulo V da Resolução nº XX/20XX.

(Situação 2 – Relatório Final) - Diante dos fatos narrados, este Relator conclui pela: [

] REGULARIDADE do objeto fiscalizado. [ ] REGULARIDADE COM RESSALVAS, necessitando de correções formais. [ ] IRREGULARIDADE do objeto, recomendando o envio imediato de cópia dos autos aos órgãos externos de controle nos termos do art. 22 da Resolução XX/20XX.

(Situação 3 – Relatório Final) - Diante dos fatos narrados e mediante a apresentação de Plano de Ação apresentado pelo Pode Executivo Municipal para celebração de Termo de Compromisso para Adequação de Desconformidades de Auditoria (TCADA), este Relator conclui pela: [ ] ADMISSIBILIDADE da celebração do Termo. [ ] INADMISSIBILIDADE da celebração do Termo, recomendando o envio imediato de cópia dos autos aos órgãos externos de controle nos termos do art. 22 da Resolução XX/20XX.

Fênix, PR,_____ de _____de 2026.

[Nome Completo do Relator]
Vereador(a) Relator Designado

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO PARA ADEQUAÇÃO DE DESCONFORMIDADES DE AUDITORIA (TCADA) Nº _____/ 2026 PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO Nº _____Compromitente: COMISSÃO DE [Inserir Nome da Comissão] DA CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX – PR. Compromissário: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FÊNIX – PR, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a) Municipal [Nome Completo] (ou Secretário Municipal de [Pasta]).As partes acima qualificadas, com fundamento no Artigo 18 da Resolução nº XX/20XX, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a formalização de compromisso administrativo para a correção voluntária, saneamento e adequação das desconformidades e achados técnicos apontados pela Comissão no Relatório de Fiscalização nº_____ /2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E CRONOGRAMA DE ADEQUAÇÃO
O Compromissário assume a obrigação de adotar as medidas corretivas descritas no plano de ação abaixo, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos: Desconformidade Apurada: [Descrever sumariamente o problema]
Medida Corretiva Obrigatória: (descrever as medidas conforme propostas pelo executivo municipal e aprovado pela comissão)
Prazo Improrrogável:_____ (_____) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
A Comissão Compromitente realizará o acompanhamento periódico da execução deste termo, podendo realizar vistorias "in loco", auditorias complementares e requisitar documentos comprobatórios a qualquer tempo para atestar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS EFEITOS DO DESCUMPRIMENTO
O descumprimento injustificado das obrigações pactuadas será submetido à apreciação da comissão fiscalizadora, que deliberará sobre a manutenção, repactuação ou rescisão do TCADA e, quando presentes elementos que justifiquem a atuação de órgão externo, sobre a representação ao órgão competente.

Fênix, PR, de ____de _____ 20xx.

(Nome do Presidente da Comissão)
Presidente da Comissão
Compromitente

[Nome do Relator da Comissão]
Relator Designado

[Nome do Prefeito ou Secretário Municipal]
Representante do Poder Executivo – Compromissário

ANEXO IV

MODELO DE RELATÓRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS – PROGOV

1) IDENTIFICAÇÃO
Comissão Executora:
Período de execução: XX/XX/202X a XX/XX/202X
Membros da Comissão:

NOME DO VEREADOR	FUNÇÃO

2) SOBRE OS TRABALHOS
Considerando o processo de análise da consistência de dados das prestações de contas dos prefeitos municipais estabelecidos pela Nota Técnica n.º 40/2026 – CGF/TCEPR, os trabalhos tiveram por objetivo a aferição da veracidade e da fidedignidade das informações prestadas pelos interlocutores participantes do processo de prestação de contas dos prefeitos municipais.
Os aspectos compreendidos pelo trabalho fazem parte do Item de Verificação [Identificar IV. Por exemplo: 41 - Execução e acompanhamento da alimentação escolar], da Matriz de Avaliação da área da [área] instituída no Anexo xx da Nota Técnica n.º xx/202x – CGF/TCEPR.
Os procedimentos utilizados foram baseados no Roteiro de Consistência de Dados (RCD) xcódigox – xtítulodoRCDx, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR).
As conclusões resultantes deste trabalho estão respaldadas pelos documentos e informações indicados na coluna “evidências” da tabela contida no item 3, os quais estão sendo apresentados em conjunto com este relatório.

3) RESULTADO DA ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DE DADOS

Item	Questão Auxiliar	Tipo do Interlocut or	Entidad e	Resultado da análise (sim, não ou não se aplica)	Evidência s	Comentários

[Nome do Presidente da Comissão]
Presidente

[Nome do Relator Designado]
Relator

[Nome do Vereador Membro]
Membro

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:44B6EF51

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
EDITAL Nº 07/2026 RESULTADO PARCIAL AVALIAÇÃO CURRICULAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.970.300/0001-65
PRAÇA DEPUTADO NILSON BATISTA RIBAS, 131 CEP 86.680-000 FONE (44) -3312 -1150

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 003/2026
EDITAL Nº 07/2026 RESULTADO PARCIAL AVALIAÇÃO CURRICULAR

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:
Deferir, o resultado parcial dos candidatos inscritos para o emprego público de Analista Ambiental, Auxiliar de Serviços gerais – masculino, Farmacêutico, Motorista, Nutricionista, Psicólogo(a), Tratorista e Técnico em Enfermagem.

Quanto ao indeferimento do Resultado Parcial, caberá recurso através do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças Pr, no seguinte endereço: PRAÇA DEPUTADO NILSON BATISTA RIBAS, N°131 – Centro, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação deste Edital, no período das 8:00Hs às 12:00Hs e das 13:00Hs às 17:00 do dia 13 até o dia 15 de Outubro de 2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
19	Vinicio de Souza dos Santos	077.xxx.xxx-95	06-10-1991	Classifiacado	12	**1°**
45	Nilton Sergio Barbosa	905.xxx.xxx-00	30-19-1971	Classificado	00	**2°**
22	Evaldo Cleiton de Carvalho Cuba	037.xxx.xxx-75	25-01-1982	Classificado	00	**3°**
46	João Vitor Emigodio dos Santos	13.xxx-xxx-7	17-05-1996	Classificado	00	**4°**

FARMACEUTICO

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
10	Adelita Suzana da Silva	9.xxx.xxx-7	09-01-1988	Classificado	55	**1°**

MOTORISTA

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
13	Laercio Ferreira	644.xxx.xxx-87	01-07-1967	Classificado	60	**1°**
16	Francinaldo Alves de Lucena	027.xxx.xxx-84	04-09-1969	Classificado	60	**2°**
03	Jose Carlos dos Santos	65.xxx.xxx-4	28-07-1974	Classificado	60	**3°**
41	Marcelo Alexandre Santos	27.xxx.xxx-9	17-09-1976	classificado	10	**4°**
27	Claudinei Pereira de Jesus	40.xxx.xx-6	17-06-1966	Classificado	00	**5°**
24	Ademir Timoteo	57.xxx.xx-7	15-03-1971	Classificado	00	**6°**
18	Limdomar Ferreira de Lima	000.xxx.xxx-0	27-03-1975	Classificado	00	**7°**
29	Rogerio da Costa	047.xxx.xxx-14	07-01-1984	Classificado	00	**8'°**

NUTRICIONISTA

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
58	Rafaela Garcia Lima	9.xxx.xxx-8	25-25-1987	Classificado	58,5	**1°**
54	Denize da Silva Marques	10.xxx.xxx-7	23-01-1991	Classificado	25	**2°**

Psicólogo(a)

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
34	Letycia Hipolito Francisco	14.xxx.xxx-5	06-06-2002	Classificada	20	**1°**
31	Maria Gabriela Monteiro da Silva	476.xxx.xxx-7	06-08-1983	Classificado	12,5	**2°**

38	Andre Luiz Santos Batista	118.xxx.xxx-48	31-01-2000	Classifiacado	7,5	**3°**

Técnico em Enfermagem

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
32	Maria Evangelista Pereira Ferreira	132.xxx.xxx-9	29-09-1963	Classificado	80	**1°**
52	Jania de Carvalho	5.xxx.xxx-9	12-10-1969	Classificado	70	**2°**
51	Gresiely Carreiro de Souza	064.xxx.xxx-64	01-10-1985	Classificado	56	**3°**
30	Dioni Rafael da Silva Jcometo	991.xxx.-56	10-01-1988	Classificado	51	**4°**
17	Marcos Antonio Henrique	581.xxx.xx-1	05-03-1973	Classificado	44	**5°**
59	Lidiana Rodrigues de Moura Nascimento	11.xxx.xxx-4	12-04-1994	Classificado	24	**7°**
53	Maria Eduarda de Macedo	130.xxx.xxx-13	30-12-2002	Classificado	24	**8°**
20	Danielli Azevedo Lourenço	44.xxx.xxx-8	07-02-1987	Classificado	20	**9°**
43	Lislie Gabriela Souza de Oliveira	14.xxx.xxx-9	15-05-2003	Classificado	12	**10°**
14	Mayara Mariel Alves dos Santos	13.xxx.xxx-0	26-10-1994	Classificado	5,0	**11°**
56	Milene Ludmila Fioreze Martins	117.xxx.xxx-99	05/02/1998	Classificado	5,0	**12°**
47	Eli Soares dos Santos Costa	6.xxx.xxx-9	10-05-1975	Classificado	00	**13°**
44	Aline Paixão da Fonseca Zanela	83.xxx.x-0	08-12-1979	Classifiacado	00	**14 °**

Tratorista

Nº Inscrição	Nome	RG	Data de Nascimento	Situação	Pontuação	Classificação
15	**Edson Ferreira de Lima**	36-xxx.xxx-8	**27-04-1966**	**Classificado**	**00**	**1°**

Desclassifiacados

Nº Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento
02	Dulcilene Roberto França	093.xxx.xxx-85	23-05-1996
04	Ana Claudia Oliveira de Souza	064.xxx.xxx-55	07-11-1988
21	Amanda Aparecida Quixabeira Gomes	069.xxx.xxx-90	07-07-1989
23	Milene Ludmila Fioreze Martins	197.xxx.xxx-99	06-02-1998
05	Izabela Viana Bispo	511.xxx.xxx-52	21-03-2003
07	Marcos Antonio Henrique	810.xxx.xxx-15	05-03-1973
33	Erinéia Aparecida Soares	036.xxx.xxx-93	14-05-1973
39	Flavia Marines Amorim Dorigo	081.xxx.xxx-07	15-04-1992
06	Letycia Hipólito Francisco	106.xxx.xxx-86	02-06-2002
08	Luiz Guilherme Fabricio Lima	103.xxx.xxx-47	06-01-1998
37	Rodrigo Roberto Rigieri	080.xxx.xxx-04	27-07-1985
42	Wilson José Stela Volpato	063.xxx.xxx-63	07-07-1978
35	Rosangela Rodrigues Neto	061.xxx.xxx-84	12-04-1985
01	José Lito Ferreira	732.xxx.xxx-34	03-01-1966
09	Vitor Renato Beneventi de Paula	460.xxx.xxx-3	05-09-1997
48	Vanessa Aparecida de Oliveira	087.xxx.xxx-69	03-03-1999
49	Emanuely Buzuti Carnauba	121.xxx.xxx-65	09-10-2001
12	Rodrigo Fernandes Ferreira	077.xxx.xxx-16	19-02-1986
11	Wellington da Rocha	068.xxx.xxx-10	23-01-1988
55	Robson Franklin	248.xxx.xxx-19	14-12-1974
57	Rodrigo Roberto Rigieri	054.xxx.xxx-00	27-07-1985
50	Gustavo Moreira da Silva	123.xxx.xxx-90	22-07-2002
25	Dione Castro Oliveira	023.xxx.xxx-16	14.04.1978
40	João da Silva Barbosa	083.xxx.xxx-41	03-07-1983
26	Jaime Ferreira Carneiro	732.xxx.xxx-04	07-04-1969
36	Jair Timoteo	690.xxx.xxx-20	12-08-1965

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças, 09 de Outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.970.300/0001-65
PRAÇA DEPUTADO NILSON BATISTA RIBAS, 131 CEP 86.680-000 FONE (44) -3312 -1150

FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome do Candidato:
Nº Documento de Identidade:

Cargo:
Nº da Inscrição:

Fundamentação e Argumentação Lógica:

Nossa Senhora das Graças, de de 2025

Assinatura do Candidato
Recebido por:
(carimbo e assinatura)

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:772D9164

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Item	Descrição
Nº da sessão	1ª Sessão Ordinária
Data	22 de setembro de 2026
Horário	Das 9h40 às 10h43
Conselheiros presentes	Andreia Scabello Perozini (Presidente), Mauro Vialle Junior e Lucas Alan Fiorese Pattaro (Conselheiros Titulares); Leonara Ferreira e Lorena Coutinho Iani (Conselheiras Suplentes).
Processos julgados	Não houve julgamento de processos nesta sessão.
Deliberações e encaminhamentos	Realizada a posse dos Conselheiros Titulares e Suplentes da primeira composição do Conselho. Prestados esclarecimentos sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do colegiado. Deliberada, por concordância dos Conselheiros presentes, a distribuição do Processo Administrativo nº 339/2026 ao Conselheiro Mauro Vialle Junior, para relatoria. Manifestada a intenção de realizar a sessão ordinária seguinte entre os dias 5 e 9 de outubro de 2026, condicionada à convocação formal pela Presidente.

Item	Descrição
Nº da sessão	2ª Sessão Ordinária
Data	8 de outubro de 2026
Horário	Das 14h às 15h35
Conselheiros presentes	Andreia Scabello Perozini (Presidente), Mauro Vialle Junior, Lucas Alan Fiorese Pattaro e Marcílio Clovis Farias (Conselheiros Titulares); Leonara Ferreira e Lorena Coutinho Iani (Conselheiras Suplentes).
Processos julgados	Recurso Voluntário nº 1/2026, referente ao Processo Administrativo nº 339/2026, interposto por Paulo Eduardo Nami.
Deliberações e encaminhamentos	Rejeitada, por unanimidade dos Conselheiros com direito a voto na questão preliminar, a alegação de impedimento do Conselheiro Relator. No mérito, o recurso foi conhecido e desprovido, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, mantendo-se os lançamentos e os créditos tributários discutidos no processo, conforme a decisão de primeira instância. Não houve outras manifestações ou deliberações.

Publicado por:
Mauro Vialle Junior
Código Identificador:BB2235B4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 12 DA LEI 4.320-64 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SETEMBRO DE 2026

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Munícipio: Saudade do Iguaçu				R$ 1,00
Estado do Paraná				
Período: Setembro de 2026				
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	-	-
Déficit (VI)	-	-	1.707.923,72	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	**1.707.923,72**	**1.707.923,72**
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**Dotação Inicial** (e)	**Dotação Atualizada** (f)	**Despesas Empenhadas** (g)	**Despesas Liquidadas** (h)	**Despesas Pagas** (i)	**Saldo da Dotação (j)=(f-g)**
Despesas Correntes (VIII)	**3.262.580,76**	**3.302.580,76**	**1.712.732,26**	**1.674.423,72**	**1.674.423,72**	**1.589.848,50**
Pessoal e Encargos Sociais	2.491.000,00	2.491.000,00	1.408.169,64	1.408.169,64	1.408.169,64	1.082.830,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	771.580,76	811.580,76	304.562,62	266.254,08	266.254,08	507.018,14
Despesas de Capital (IX)	**520.215,95**	**480.215,95**	**33.500,00**	**33.500,00**	**33.500,00**	**446.715,95**
Investimentos	520.215,95	480.215,95	33.500,00	33.500,00	33.500,00	446.715,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**3.782.796,71**	**3.782.796,71**	**1.746.232,26**	**1.707.923,72**	**1.707.923,72**	**2.036.564,45**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**3.782.796,71**	**3.782.796,71**	**1.746.232,26**	**1.707.923,72**	**1.707.923,72**	**2.036.564,45**
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**3.782.796,71**	**3.782.796,71**	**1.746.232,26**	**1.707.923,72**	**1.707.923,72**	**2.036.564,45**
Reserva do RPPS (XVI)	-	-	-	-	-	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**Inscritos**		**Liquidados** (c)	**Pagos** (d)	**Cancelados** (e)	**Saldo** (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior** (b)				
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**Inscritos**		**Pagos** (c)	**Cancelados** (d)	**Saldo** (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior** (b)			
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não foram consideradas para computo dos valores deste anexo

CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***
Contador	Presidente do Poder Legislativo
CRC/PR 031573/O-5	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:903AFE1B

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 13 DA LEI 4.320-64 - BALANÇO FINANCEIRO - SETEMBRO DE 2026

BALANÇO FINANCEIRO			R$ 1,00
Município: Saudade do Iguaçu			
Estado do Paraná			
Período: 01/09/2026 até 30/09/2026			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
INGRESSOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)		**0,00**	**0,00**
Receitas Correntes		0,00	0,00
(-)Deduções da Receita		0,00	0,00
Receitas de Capital		0,00	0,00
(-)Deduções de Capital		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**315.000,00**	**3.368.743,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		315.000,00	3.368.743,00
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		**0,00**	**0,00**
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Desbloqueios de Valores Em Caixa		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		**77.089,03**	**517.172,59**
Despesa a Liquidar		26.547,81	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Despesa a Pagar		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		39.135,92	411.909,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários		11.405,30	105.263,45
Saldo do Período Anterior (V)		**1.021.534,91**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto Rpps)		1.021.534,91	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)		**1.413.623,94**	**3.885.915,59**
DISPÊNDIOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Despesa Orçamentária (VII)		**215.023,11**	**2.081.888,56**
Despesas Por Função		215.023,11	2.081.888,56
Legislativa		213.329,60	2.081.888,56

Direitos da Cidadania		1.693,51	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		**0,00**	**1.286.854,44**
Transferências Concedidas para a Execução Orcamentária		0,00	1.286.854,44
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras (IX)		**0,00**	**0,00**
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Bloqueios de Valores Em Caixa		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)		**56.524,55**	**517.172,59**
Despesa Anterior Paga		5.983,33	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		50.541,22	517.172,59
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Período Atual (XI)		**1.142.076,28**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exceto Rpps)		1.142.076,28	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)		**1.413.623,94**	**3.885.915,59**
CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***		
Contador	Presidente do Poder Legislativo		
CRC/PR 031573/O-5			

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:A1B0C31B

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 14 DA LEI 4.320-64 - BALANÇO PATRIMONIAL - SETEMBRO DE 2026

BALANÇO PATRIMONIAL			
Município: Saudade do Iguaçu			
Estado do Paraná			
Período: 01/01/2026 Até 30/09/2026			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			R$ 1,00
QUADRO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Exercício: 2026
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.142.076,28	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Ativo Biológico		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagás Antecipadamente		0,00	0,00
Total Ativo Circulante		1.142.076,28	0,00
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		1.521.059,48	1.487.559,48
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		1.521.059,48	1.487.559,48
TOTAL DO ATIVO		**2.663.135,76**	**1.487.559,48**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		0,00	0,00
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimonio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(186.563,95)	(186.563,95)
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		1.674.123,43	1.674.123,43
Apuração do Resultado do Exercício		1.175.576,28	0,00
(-) Ações / Cotas Em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimonio Líquido		2.663.135,76	1.487.559,48
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.663.135,76**	**1.487.559,48**
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320/64)		Exercício: 2026	

ATIVO (I)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		1.142.076,28	0,00
Ativo Permanente		1.521.059,48	1.487.559,48
Total do Ativo		**2.663.135,76**	**1.487.559,48**
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		38.308,54	0,00
Passivo Permanente		0,00	0,00
Total do Passivo		**38.308,54**	**0,00**
Saldo Patrimonial (I - II)		**2.624.827,22**	**1.487.559,48**
Saudade do Iguaçu - Estado do Paraná			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
(LEI Nº 4.320/64)	Exercício: 2026		
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contrapartidas recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		**0,00**	**0,00**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		373.092,19	217.200,32
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		**373.092,19**	**217.200,32**
Saudade do Iguaçu - Estado do Paraná			
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO			
(LEI Nº 4.320/1964)	Exercício: 2026		
Nota		**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FONTE DE RECURSOS			
1 Recursos Do Tesouro (Descentralizados)		1.103.767,74	0,00
94 Retenções Em Caráter Consignatório		0,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercício		1.103.767,74	0,00
*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.			
CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***		
Contador	Presidente do Poder Legislativo		
CRC/PR 031573/O-5			

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:1647732D

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 15 DA LEI 4.320-64 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SETEMBRO DE 2026

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Município: Saudade do Iguaçu			
Estado: Estado do Paraná			
Período: 01/01/2026 a 30/09/2026			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R$ 1,00		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	0,00	0,00
Contribuições	II	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	V	2.850.000,00	3.368.743,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		2.850.000,00	3.368.743,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	1.408.169,64	1.768.364,49
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	26.700,00	35.620,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	233.643,01	263.445,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	XII	0,00	1.286.854,44
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	0,00	0,00
Tributárias	XIV	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	5.911,07	4.243,18
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.674.423,72	3.358.528,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		**1.175.576,28**	**10.215,00**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(Decorrentes da execução orçamentária)			
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	
Incorporação do Ativo	33.500,00	10.215,00	
Desincorporação do Passivo	0,00	0,00	
Incorporação do Passivo	0,00	0,00	
Desincorporação do Ativo	0,00	0,00	
Nota I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
		Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Nota II - Contribuições			
		Exercício Atual	**Exercício Anterior**

Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00

Nota III - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Nota IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Nota V - Transferências e Delegações Recebidas		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Transferências Intra Governamentais	2.850.000,00	3.368.743,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	2.850.000,00	3.368.743,00
Nota VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Nota VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Nota VIII - Pessoal e Encargos		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Remuneração a Pessoal	1.201.071,24	1.565.916,58
Encargos Patronais	207.098,40	202.447,91
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Pessoal e Encargos	1.408.169,64	1.768.364,49
Nota IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.700,00	35.620,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.700,00	35.620,00
Nota X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Uso de Material de Consumo	11.897,40	21.877,51
Serviços	221.745,61	241.568,38
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	233.643,01	263.445,89
Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
Aporte do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Nota XII - Transferências e Delegações Concedidas		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**

Transferências Intra Governamentais	0,00	1.286.854,44
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	1.286.854,44
Nota XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Nota XIV - Tributárias		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Nota XV - Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Nota XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações de Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais diminutivas	5.911,07	4.243,18
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.911,07	4.243,18
CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***	
Contador	Presidente do Poder Legislativo	
CRC/PR 031573/O-5		

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:BBC0897C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 1 DA LEI 4.320 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - SETEMBRO DE 2026

Estado do Paraná	Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas				
Camara Municipal de Saudade do Iguacu	Setembro de 2026 - Anexo 01, da Lei 4.320/64				
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Receita			Despesa		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	177.844,04	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.179,07	215.023,11
Déficit		215.023,11			
Receitas Correntes Intraorçamentárias			Despesas Correntes Intraorçamentárias		
Totais		215.023,11	Totais		215.023,11

Resumo	Receita	Despesa	
Receitas Correntes	-	Despesas Correntes	215.023,11
Receitas Correntes Intraorçamentária	-	Despesas Correntes Intraorçamentária	-
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital	-
Receitas de Capital Intraorçamentária	-	Despesas de Capital Intraorçamentária	-
Déficit	215.023,11		
Total	215.023,11	Total	215.023,11
CARLOS NEI NICHELLE		***DIEGO TRINDADE***	
Contador		Presidente do Poder Legislativo	
CRC/PR 031573/O-5			
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 08/Out/2026, 14h e 23m.			

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:35493B5F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 2 DA LEI 4.320-64 - NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS - SETEMBRO DE 2026

Estado do Parana	**Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas**			
Camara Municipal de Saudade do Iguacu	**Setembro de 2026 - Despesa Paga - Consolidacao Geral**			
Unidade Gestora.....: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Codigo	**Especificacao**	**Desdobramento**	**Grupo de Natureza da Despesa**	**Natureza da Despesa**
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			194.458,63

3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			177.844,04
3.1.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		177.844,04	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	151.485,56		
3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUICOES PATRONAIS	26.358,48		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			16.614,59
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		16.614,59	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	265,90		
3.3.90.37.00.00.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.543,49		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	3.529,39		
3.3.90.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E C	6.275,81		
3.3.90.46.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.000,00		
Total	Geral			194.458,63

Resumo	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	177.844,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.614,59

Total DESPESAS CORRENTES	194.458,63

TotalGeral	194.458,63
CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***
Contador	Presidente do Poder Legislativo
CRC/PR 031573/O-5	
FONTE: Governanca Brasil - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 08/Out/2026, 14h e26m.	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:6E52C852

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 6 DA LEI 4.320-64 - PROGRAMA DE TRABALHO - SETEMBRO DE 2026

Estado do Parana		**Programa de Trabalho**			
Camara Municipal de Saudade do Iguacu		**Setembro de 2026 - Anexo 6, da Lei 4.320/64**			
Unidade Gestora.....: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Orgao.....: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Unidade Orcamentaria: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Codigo	**Especificacao**	**Projetos**	**Atividades**	**Oper. Especiais**	**Total**
01.000.0000.0.000.000	Legislativa		213.329,60		213.329,60
01.031.0000.0.000.000	Acao Legislativa		213.329,60		213.329,60
01.031.0001.0.000.000	Fortalecer a atuacao do Poder Legislativo, assegurando sua funcao de legislar e fiscalizar com etica, transparencia e participacao cidada.		213.329,60		213.329,60
01.031.0001.2.001.000	ATIVIDADES DA CAMARA DE VEREADORES		213.329,60		213.329,60
14.000.0000.0.000.000	Direitos da Cidadania		1.693,51		1.693,51
14.422.0000.0.000.000	Direitos Individuais, Coletivos e Difus		1.693,51		1.693,51
14.422.0001.0.000.000	Fortalecer a atuacao do Poder Legislativo, assegurando sua funcao de legislar e fiscalizar com etica, transparencia e participacao cidada.		1.693,51		1.693,51
14.422.0001.2.073.000	ATIVIDADES DA PROCURADORIA DA MULHER DA CAMARA MUNICIPAL		1.693,51		1.693,51
	Total Unidade Orcamentaria.....		215.023,11		215.023,11
	Total do Orgao		215.023,11		215.023,11
	Total Geral		215.023,11		215.023,11

CARLOS NEI NICHELLE	***DIEGO TRINDADE***
Contador	Presidente do Poder Legislativo
CRC/PR 031573/O-5	
FONTE: Governanca Brasil - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 08/Out/2026, 14h e 27m.	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:7B7DC206

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO 147/2026 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO REGIME ESPECIAL

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	**CONTRATO Nº**	**MATRÍCULA Nº**	**CONTRATADO**	**EMPREGO PÚBLICO**	**CARGA HORARIA SEMANAL**	**OBJETO DO ADITIVO**	**VIGÊNCIA PRAZO DETERMINADO**
001/2024	062/2025	3446	LAIS RIBEIRO TOLFO FERREIRA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - PSS	40 hrs	Prorrogação de Prazo	01/10/2027

Agudos do Sul, em 29 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:7583CEBF

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO 149/2026 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO REGIME ESPECIAL

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	CARGA HORARIA SEMANAL	OBJETO DO ADITIVO	VIGÊNCIA PRAZO DETERMINADO
001/2024	063/2025	3449	VIVIANE FERNANDES MINCACHE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSS	40 hrs	Prorrogação de Prazo	09/10/2027

Agudos do Sul, em 29 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:FDC21AFE

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXTRATO 150/2026 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO REGIME ESPECIAL

PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO	CONTRATO Nº	MATRÍCULA Nº	CONTRATADO	EMPREGO PÚBLICO	CARGA HORARIA SEMANAL	OBJETO DO ADITIVO	VIGÊNCIA PRAZO DETERMINADO
001/2024	064/2025	3452	TATIANE NATEL CORDEIRO GROSSKOPF	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSS	40 hrs	Prorrogação de Prazo	17/10/2027

Agudos do Sul, em 29 de setembro de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:72716055

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVOS DOS CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº ADITIVO	Nº CONTRATO	LICITAÇÃO	OBJETO	NOVA VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
1º	101/2025	DL 25/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	05/09/2027	R$ 8.880,00	JCA TECNOLOGIA E TELECOM LTDA CNPJ: 21.055.055/0001-24
3º	64/2024	DL 40/2024	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	23/08/2027	R$ 1.002.165,24	CLINICA MEDICA DRA EVELIN ROSIO ESTEVEZ JIMENEZ LTDA CNPJ: 24.994.958/0001-03
2º	69/2024	DL 44/2024	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	18/09/2027	R$ 228.000,00	CLINICA MEDICA DRA EVELIN ROSIO ESTEVEZ JIMENEZ LTDA CNPJ: 24.994.958/0001-04
4º	68/2022	PE 47/2022	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	19/09/2027	R$ 240.869,76	MEDPRIME, CLINICA GESTAO E SAUDE S/A CNPJ:23.481.981/0001-31
4º	67/2022	PE 47/2022	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	19/09/2027	R$ 92.485,68	MEDPRIME, CLINICA GESTAO E SAUDE S/A CNPJ:23.481.981/0001-32
5º	63/2022	PE 44/2022	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	01/09/2027	R$ 140.076,48	DEVANDRO RAIOIMAGEM LTDA CNPJ:23.376.852/0001-83
Nº ADITIVO	**Nº ATA**	**LICITAÇÃO**	**OBJETO**	**NOVA VIGÊNCIA**	**VALOR**	**CONTRATADA**
1º	112/2025	PE 34/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	21/02/2027	R$ 56.400,00	PLAYTUR TRANSPORTES LTDA CNPJ:24.943.497/0001-40
1º	111/2025	PE 34/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	21/08/2027	R$ 30.000,00	M J C DA SILVA MECANICA E COMERCIO CNPJ: 15.161.603/0001-42
1º	116/2025	PE 46/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR COM REAJUSTE DO INPC	30/09/2027	R$ 380.504,41	SELL SERRALHERIA LTDA CNPJ: 58.661.106/0001-16
1º	130/2025	DL 34/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	22/04/2027	R$ 25.200,00	ALISSON A. PALUSKI LOCACOES DE TENDAS CNPJ: 18.864.987/0001-58
1º	117/2025	PE 48/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	09/10/2027	R$ 174.579,80	WISDOM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 48.174.071/0001-37

Publicado por:
Alessandra Narlock de Souza
Código Identificador:966912CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A ATA Nº 10/2025

Nº ATA	LICITAÇÃO	OBJETO DO ADITIVO	ITEM	PERCENTUAL DE AUMENTO	VALOR ATUAL	VALOR FINAL	CONTRATADA
10/2025	PE 02/2025	REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	ITEM 5 E 8 - OLEO DIESEL S10	11,80%	R$ 6,79	R$ 7,59	E.E.L.SANTOS E CIA LTDA CNPJ: 01.757.898/0001-00

Publicado por:
Alessandra Narlock de Souza
Código Identificador:E0482549

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 217/2026 DE 02/10/2026

MUNICIPIO DE AMAPORA
ESTADO DO:PR
Exercício: 2026
Decreto n° 217/2026 de 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$267.300,00 (duzentos e sessenta e sete mil e trezentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.04.122.0003.2.010		Gestão da Secretaria de Administração	
43 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.000,00
05.001.04.122.0003.2.012		Apoio Administrativo à Divisão de Licitações e Contratos	
69 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
07.001.12.361.0013.2.049		Manter o Transporte Escolar	
291 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	8.200,00
07.001.12.361.0013.2.052		Manter o Programa de Alimentação Escolar - PNAE	
295 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
07.001.12.365.0013.2.048		Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil	
304 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
308 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	13.000,00
07.002		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA	
07.002.27.812.0011.2.054		Manter as Atividades do Setor de Esportes do Município	
337 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0010.2.060		Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde	
371 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
371 - 3.3.90.39.00.00	9494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
371 - 3.3.90.39.00.00	9495	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.001.10.302.0010.2.061		Manter a Gestão do Hospital Municipal	
395 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
397 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	9.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.08.122.0003.2.107		Gestão da Secretaria de Assistência Social	
450 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.001.08.243.0014.6.113		Gestão das Atividades do Setor da Criança e do Adolescente	
473 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
09.001.08.243.0014.6.114		Apoio ao Conselho Tutelar	
489 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.000,00
09.001.08.244.0014.2.120		Gestão das Atividades do CRAS e SCFV	
506 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
509 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.100,00
		Total Suplementação:	267.300,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
02		ASSESSORIA DIRETA DO PREFEITO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0003.2.006		Gestão das Atividades do Gabinete do Prefeito	
3 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
6 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00
04		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
04.001		CONTROLADORIA GERAL	
04.001.04.124.0003.2.017		Gestão das Atividades da Divisão de Controle Interno	
34 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00
05		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.04.122.0003.2.010		Gestão da Secretaria de Administração	
39 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.100,00
05.002		DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
05.002.28.843.0004.0.025		Amortização da Dívida do RPPS	
136 - 4.6.90.73.00.00	1000	CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	10.000,00
05.002.28.846.0005.0.019		Sentenças Judiciais	
144 - 4.6.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	18.000,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	

07.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
07.001.04.122.0003.2.045		Manter a Gestão da Secretaria de Educação	
266 - 3.3.90.14.00.00	1104	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
269 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
07.001.12.361.0013.2.043		Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental	
285 - 3.3.90.40.00.00	1104	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
287 - 3.3.90.47.00.00	1104	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
07.001.12.365.0013.2.048		Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil	
299 - 3.1.90.13.00.00	1104	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	1.000,00
301 - 3.1.91.13.00.00	1104	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS	2.500,00
303 - 3.3.90.14.00.00	1104	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	700,00
07.001.12.365.0013.2.052		Manter o Programa de Alimentação Escolar - PNAE	
314 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
07.002		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA	
07.002.13.392.0011.2.055		Manter as Atividades Culturais no Município	
325 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0010.2.060		Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde	
360 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
360 - 3.1.90.11.00.00	9494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
08.001.10.305.0010.2.097		Manter a Gestão das Ações da Vigilância em Saúde	
436 - 3.3.90.30.00.00	9495	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Redução			
09.001		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.08.243.0014.6.113		Gestão das Atividades do Setor da Criança e do Adolescente	
480 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
09.001.08.244.0014.2.120		Gestão das Atividades do CRAS e SCFV	
508 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00
		Total Redução:	267.300,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:A82A7AB3

TESOURARIA
RELATÓRIO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS REF MÊS 09/2026

MUNICIPIO DE AMAPORÃ
NOTIFICAÇÃO Nº 10/2026 - Mês: SETEMBRO/2026.

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº 9.452 de 20 de Março de 1997 notificamos, o Legislativo, os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores, as Entidades Empresariais e Munícipes, dos recebimentos dos seguintes Recursos Federais e Estaduais, Referente o mês de SETEMBRO/2026.

DATA	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R$
11/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R$ 42.146,00
11/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) SAÚDE BUCAL	R$ 23.910,00
03/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) VIGILÂNCIA EM SAÚDE - INCENTIVO VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 1.000,00
11/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos)INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-EQUIPE SF/ESF e Equipes Atenção	R$ 37.942,00
01/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) VIGILÂNCIA EM SAÚDE-Prevenção e Controle DST/AIDS/Hepatites	R$ 172,67
29/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) VIGILÂNCIA EM SAÚDE-AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS	R$ 9.726,00
<><>	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	R$ 0,00
11/09/2026	FNS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos)INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-Manut.Pg.Vr.Nominal-Exerc. Anterior	R$ 2.348,27
08/09/2026	FNS-ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 617,35
24/09/2026	FNS - ASSIST. FARMACEUTICA- APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	R$ 2.841,60
30/09/2026	FNS - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R$ 23.430,20
<><>	UAPSF - Unidade de Atenção Primária Saúde da Família - APSUS	R$ 0,00
03/09/2026	FMS - Piso Salarial dos Profissionais de Enfermagem (Dupla Gestão)	R$ 19.849,86
<><>	SERVIÇOS PRESTADOS FATURAMENTO SUS (HPP)	R$ 0,00
18/09/2026	Salário Educação	R$ 30.382,96
<><>	CIDE	R$ 0,00
11/09/2026	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE MERENDA (DIFERENÇA MÊS ANTERIOR)	R$ 4.819,50
14/09/2026	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE MERENDA	R$ 12.952,25
<><>	Programa Nacional de Atenção a Transporte Escolar - PNATE	R$ 0,00
16/09/2026	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	R$ 10.390,77
<><>	FMAS - PAS PISO ÚNICO -DELIBERAÇÃO 029/2023 - CEAS/PR	R$ 0,00
25/09/2026	FMAS - BLOCO PSB FNAS	R$ 9.217,93
15/09/2026	FMAS - BLOCO GBF FNAS	R$ 3.456,00
14/09/2026	PAVIMENTAÇÃO ESTRADAS RURAIS - CONVÊNIO: 636/2025	R$ 607.862,32
	TOTAL:	**R$ 843.065,68**

AMAPORÃ, 09 DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

NEIDE BILAC COSTA SABATINI
Tesoureira

Publicado por:
Neide Bilac Costa Sabatini
Código Identificador:15EC14E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 331/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 192.158,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 331/2026 de 22/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 192.158,47 (cento e noventa e dois mil cento e cinqüenta e oito reais e quarenta e sete centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.117.		Execução programa salário educação	
214 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	72.158,47
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. da sec. assist. social	
372 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
Total Suplementação:			**192.158,47**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.117.		Execução programa salário educação	
213 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
215 - 3.3.90.33.00.00	01107	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00
06.002.12.365.0020.2.103.		Manutenção das creches municipais	
229 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.158,47
236 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
06.002.12.365.0020.2.104.		Manutenção da pré-escola	
250 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
259 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
262 - 4.4.90.52.00.00	01107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. da sec. assist. social	
368 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
10.003.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal da Criança e do Adolesce	
10.003.14.243.0005.6.109.		Programa de Combate ao Trabalho Infantil	
404 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
405 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
Total Redução:			**192.158,47**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 22 de setembro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

FOED SALIBA SMAKA JUNIOR
Secretario de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:50889C69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 338/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 1.757.316,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 338/2026 de 30/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.757.316,25 (um milhão setecentos e cinqüenta e sete mil trezentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento e Execução de Obras Públicas	
147 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	757.316,25
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
293 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
300 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700.000,00
Total Suplementação:			**1.757.316,25**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.1.234.		Execução de Projetos de Convênios com Órgãos Federais e Estaduais	
126 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	103.175,00
05.003.15.451.0007.1.292.		Reforma e/ou Ampliação e/ou Construção e/ou Manutenção de Prédios Públicos	
127 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
129 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	18.060,00
05.003.15.451.0007.1.293.		Reforma e/ou Ampliação e/ou Construção de Praças Públicas	
130 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	90.300,00
131 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.605,00
132 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.515,00
05.003.15.451.0007.1.294.		Reforma e/ou Ampliação e/ou Construção de Trapiches	
133 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	90.300,00
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento e Execução de Obras Públicas	
142 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
154 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
05.004.00.000.0000.0.000.		Divisão de Transportes	
05.004.04.122.0003.2.034.		Planejamento e Execução de Obras Rodoviárias e Emergenciais	
162 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.300,00
05.004.15.451.0037.1.010.		Pavimentação de Ruas	
165 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	271.500,00
173 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.300,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Educação	
06.001.12.122.0003.2.017.		Manut. gab. secret. educação	
177 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	100.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
06.003.27.811.0034.2.021.		Desenvolvimento das atividades esportivas	
281 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.440,25
283 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
284 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TRABALHO	
09.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Industria e Co	
09.001.04.122.0003.2.004.		Manut. gab. sec. ind. e comercio	
351 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. da sec. assist. social	
371 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00
10.003.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal da Criança e do Adolesce	
10.003.14.243.0005.6.109.		Programa de Combate ao Trabalho Infantil	
404 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	17.817,00
405 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.817,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Comunicação	
11.001.04.131.0003.2.048.		Desenvolvimento dos assuntos de Comunicação e Cult	
406 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
407 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	110.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Cultura	
12.002.13.122.0003.2.022.		Preservação trad. e desenv. da cultura	
424 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00

432 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
17.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assuntos Fundiarios e Habitação	
17.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
17.001.14.482.0240.2.339.		Regularização Fundiária e Habitação	
486 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	9.030,00
20.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria municipal da Defesa Civil	
20.001.00.000.0000.0.000.		Defesa Cicil	
20.001.06.153.0005.1.291.		Manutenção da Defesa Civil	
510 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
512 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
513 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.200,00
21.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria municipal de Assuntos portuarios	
21.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Assuntos Portuaários	
21.001.23.784.0003.2.324.		Manutenção do Gabinete do Secretario de Assuntos Portuários	
520 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.957,00
Total Redução:			**1.757.316,25**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 30 de setembro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

FOED SALIBA SMAKA JUNIOR
Secretario de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:59B2F52E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **A.D. DAMINELLI – LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.749.758/0001-80**, com endereço na Avenida General Andrade Neves, nº 1108, bairro: Jardim São Jorge, CEP: 87.710-040, na cidade de Paranavaí/PR, Telefone (44) 3423-0984, endereço eletrônico e-mail arenitomed@gmail.com, neste ato representado pela Sra. ALINE DIAS DAMINELLI, inscrito no CPF sob nº 062.284.489-00 e portadora do RG nº 9.308.564-7, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

A.D. DAMINELLI - LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 154/2026

Signatário da Ata: Empresa **A.D. DAMINELLI – LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.749.758/0001-80.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	1	Cefalotina Sódica 1g Pó para Solução Injetável sem Diluente	ABL / GENERICO	FR/AMP	100	4,68	468,00
VALOR TOTAL: R$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:E407D3D2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **00.802.002/0001-02**, com endereço na Estrada Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, na cidade de Rio do Sul/SC, Telefone (47) 3520-9000, endereço eletrônico e-mail altermed@altermed.com.br, neste ato representado pelo Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, inscrito no CPF sob nº 015.886.939-70 e portador do RG nº 3.242.195, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 155/2026

Signatário da Ata: Empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **00.802.002/0001-02.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
30	1	Midazolam (Cloridrato) 5mL/mL Solução Injetável 10mL	HIPOLABOR	AMPOLA	200	3,7403	748,06
VALOR TOTAL: R$ 748,06 (setecentos e quarenta e oito reais e seis centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:122DE633

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **25.279.552/0001-01**, com endereço na Chácara 32 Gleba 5-A Prolongamento da Rua Trindad, nº 454, bairro Zona Rural, CEP: 85.933-000, na cidade de Ouro Verde do Oeste/PR, Telefone (45) 3251-1461, endereço eletrônico e-mail dellydistribuidora@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. MAICON UILIANS BACKES, inscrito no CPF sob nº 040.825.149-29 e portador do RG nº 7.593.410-6, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 158/2026

Signatário da Ata: Empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **25.279.552/0001-01.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
33	1	Naloxona, Cloridrato 0,4mg/mL Solução Injetável 1mL	HIPOLABOR	AMP	100	7,98	798,00
43	1	Supositório de Glicerina Pediátrico/Infantil 1,370g	GLOBO	UNID.	60	0,7604	45,62
VALOR TOTAL: R$ 843,62 (oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:FA6469AE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **85.247.385/0001-49**, com endereço na Rua Israel, nº 2345 E, bairro Passo dos Fortes, CEP: 89.805-730, na cidade de Chapecó/SC, Telefone (49) 3324-5585 / (49) 99124-2221, endereço eletrônico e-mail prosaude@prosaudesc.com.br / financeiro@prosaudesc.com.br, neste ato representado pelo Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, inscrito no CPF sob nº 076.332.029-39 e portador do RG nº 3927811, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 161/2026

Signatário da Ata: Empresa **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **85.247.385/0001-49.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
12	1	Cloreto de Sódio 0.9% Sistema Fechado 500mL	JP FARMA	FR/BOL	5.000	3,43	17.150,00
VALOR TOTAL: R$ 17.150,00 (dezessete mil, cento e cinquenta reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:335F2A4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (08/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 053/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **60.146.737/0001-49**, com endereço na Rua Tenente Camargo, nº 1312, Sala 04, Setor B, bairro: Presidente Kennedy, CEP: 85.601-610, na cidade de Francisco Beltrão/PR, Telefone (46) 2601-1396, endereço eletrônico e-mail licitacao01.vertice@gmail.com / comercial01.vertice@gmail.com, neste ato representado pela Sra. THAIS CAROLINE CANDEIA BASEGGIO, inscrito no CPF sob nº 092.094.049-80 e portadora do RG nº 10.564.611-9, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"aquisição de medicamentos de uso hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 53/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou

IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA

Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;

Mantiveram sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;

Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 053/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 053/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

VERTICE MEDICAMENTOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 163/2026

Signatário da Ata: Empresa **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **60.146.737/0001-49.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
11	1	Cloreto de Sódio 0,9% 250mL Sistema Fechado.	COPERMED	FR	9.000	3,22	28.980,00
42	1	Solução Glicerinada 12% 120mg/mL 500mL	EQUIPLEX	FRASCO	500	8,05	4.025,00
VALOR TOTAL: R$ 33.005,00 (trinta e três mil e cinco reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:512B3205

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 104/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 104/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 224/2026
PROTOCOLO Nº 23353/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **AMPLIAÇÃO E REDE DE BAIXA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - RODOVIA PR-510, RODEIO CHAPADA EM BALSA NOVA**, nos termos do caput do Artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: COPEL DISTRIBUICAO S.A. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 04.368.898/0001-06 com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco "C" Bairro: Mossungue, CEP: 81.200-240 na cidade de Curitiba/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	AMPLIAÇÃO E REDE DE BAIXA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	SRV	1	159,20	159,20

Total: R$ 159,20 (cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
06001154520005103844905100000	2507	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 09 de Outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:12F7D137

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº138 / 2025, decorrente de PregãoN°26/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS A SEREM REALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal

o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **MW ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA-ME,** portador do CPF/CNPJ sob nº18.063.968/0001-22, neste ato representada por WELLINGTON RODRIGUES RORATO, portador do CPF sob n° 06491247902, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 09/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 250.402,37. Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	59786	SONDAGEM SPT, COM EMISSÃO DE LAUDOS;	METROS	400,00	53,00	21.200,00
1	2	59787	SONDAGEM CBR, COM EMISSÃO DE LAUDOS	UNID	20,00	537,90	10.758,00
1	3	59788	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL LINEAR, LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO CADASTRAL, DEMARCAÇÃO DE LOTES	HORAS	1.000,00	62,50	62.500,00
1	4	59789	ELABORAÇÃO DO PRAD (PLANO DE RECUPERAÇÃO DE AREA DEGRADADA)	UNID	5,00	2.810,00	14.050,00
1	5	59790	DISPENSA DE OUTORGA	UNID	3,00	1.799,00	5.397,00
1	6	59791	DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	UNID	5,00	1.499,00	7.495,00
1	7	59792	REGULARIZAÇÃO DE POÇOS EXISTENTE	UNID	1,00	5.999,00	5.999,00
1	8	59793	ELABORAÇÃO DE SINAFLOR	UNID	3,00	5.999,90	17.999,70
1	9	59794	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O IAT	UNID	2,00	1.999,90	3.999,80
1	10	59795	AUTORIZAÇÃO PARA CASCALHEIRA JUNTO AO IAT	UNID	1,00	4.999,90	4.999,90
1	11	59796	LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA PARA DEPÓSITO DE ENTULHOS E GALHADAS	UNID	1,00	5.899,90	5.899,90
1	12	59797	RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA TRANSBORDO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	UNID	1,00	4.899,90	4.899,90
1	13	59798	RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA DEPOSITO E SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS	UNID	1,00	4.999,90	4.999,90
1	14	59799	ASSESSORIA TÉCNICA EM TÁBUAS DE AVALIAÇÃO PARA RPPN ICMS ECOLOGICO	HORAS	50,00	597,50	29.875,00
1	15	59800	PROJETO ARQUITETÔNICO, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, ELÉTRICO, PAISAGISMO E ACESSIBILIDADE DA PISTA DE CAMINHADA	UNID	1,00	22.978,90	22.978,90
1	16	59801	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA IMPLANTAÇÃO DE DISSIPADOR	UNID	3,00	3.127,00	9.381,00
1	17	59802	OUTORGA PARA TRAVESSIA	UNID	3,00	1.999,90	5.999,70
1	18	59803	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA REFORMA DE PONTES E BUEIROS	UNID	3,00	2.489,90	7.469,70
1	19	59804	RELATÓRIO TÉCNICO AMBIENTAL	UNID	3,00	1.499,99	4.499,97

BARBOSA FERRAZ, 09 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
MW Engenharia E Consultoria Ambiental LTDA-ME
18.063.968/0001-22
WELLINGTON RODRIGUES RORATO
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:EFDC6DD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO ELETRÔNICO Nº 35/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO ELETRÔNICO Nº 35/2026.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PISO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO RETANGULAR PAVER.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação menor preço declarando-se como vencedor a empresa **CONSTRUTORA NORTE & AÇO LTDA**, CNPJ 57.063.602/0001-05, RUA JOSÉ ANACHE Campo Grande-MS, CEP 79033-050, **JFL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**, CNPJ 51.867.568/0001-45, AV DEPUTADO JOSÉ AFONSO Cambará-PR, CEP 86390-000. Por apresentarem propostas de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R$ 132.600,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Seiscentos Reais), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

CONSTRUTORA NORTE & AÇO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PISO PAVER 20x10x6cm	PROPIA CONFORME EDITAL		M²	1.600,00	60,00	96.000,00
TOTAL								96.000,00
JFL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA								

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	PISO TATIL PAVER DIRECIONAL OU ALERTA (NATURAL OU VERMELHO) 20x20x6cm	BJ BJPT202006		M²	400,00	91,50	36.600,00
TOTAL								36.600,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 09 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5F15B922

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 42/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 42/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CORRIDA DE RUA.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação menor preço, declarando-se como vencedoras as empresas **LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI – ME**, CNPJ 72.818.198/0001-26, RUA PIRATININGA, 398 Assis-SP, CEP 19806-261. Por apresentar proposta de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R$ 38.900,22 (Trinta e Oito Mil e Novecentos Reais e Vinte e Dois Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI - ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CORRIDA DE RUA EM BARRA DO JACARÉ PR INCLUSOS PRODUTOS, SERVIÇOS, MATERIAL PROMOCIONAL E MÍDIA KIT CONFORME DESCRITIVO CONTIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Serviço		UN	1,00	38.900,22	38.900,22
TOTAL								38.900,22

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 09 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:89DE9C9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 272/2026

DECRETO N.º 272/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 2.967.152,83 (dois milhões e novecentos e sessenta e sete mil e cento e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026,na importância de R$ 2.967.152,83 (dois milhões e novecentos e sessenta e sete mil e cento e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), mediante as seguintes providências:
· Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
810	0000 Recursos Ordinários (Livres)	23.000,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
850	0000 Recursos Ordinários (Livres)	48.000,00
	SUBTOTAL	71.000,00
07	Secretaria de Promoção Social	
07.001	Departamento de Promoção Social	
8.122.701.2.95	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	

4510	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4540	0000 Recursos Ordinários (Livres)	211.800,00
	SUBTOTAL	212.800,00
08	Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	
08.002	Departamento de Transportes	
26.782.801.2.118	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5490	0000 Recursos Ordinários (Livres)	47.000,00
08.003	Departamento de Urbanismo	
15.452.804.1.320	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6974	1177 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 239/2026 FEAP - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS EM CONCRETO	586.352,83
	SUBTOTAL	633.352,83
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.002	Atividades do Fundo Municipal Agropecuário	
20.606.902.2.126	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO FUNDAF - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7042	1179 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVÊNIO 257/2026 FEAP - EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	2.050.000,00
	SUBTOTAL	2.050.000,00
	TOTAL	**2.967.152,83**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Poder Executivo	
02.001	Secretária Executiva Municipal	
4.122.201.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
10	0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
6741	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.900,00
02.003	Chefia de Gabinete	
4.122.201.2.6	GABINETE DO PREFEITO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
160	0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
180	0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
02.004	Assessoria de Planejamento	
4.121.201.2.8	ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
310	0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	59.900,00
03	Secretaria de Administração	
03.001	Departamento de Pessoal	
4.122.301.2.10	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
420	0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
03.002	Departamento de Compras e Licitações	
4.122.301.2.11	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
500	0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
03.003	Departamento de Material e Patrimônio	
4.122.301.2.12	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
550	0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.15	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
631	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
650	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
680	0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
740	0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
04	Secretaria de Finanças	
04.002	Departamento de Tesouraria	
4.123.401.2.21	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1080	0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1120	0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
	SUBTOTAL	17.000,00
07	Secretaria de Promoção Social	
07.001	Departamento de Promoção Social	
8.122.701.2.96	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE PROMOÇAO SOCIAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4582	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4581	0000 Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4610	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4630	0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.900,00
8.122.701.2.111	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4670	0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4700	0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4710	0000 Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
07.002	Fundo Municipal de Assistência Social	
8.244.702.2.104	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4980	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
8.244.702.2.105	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5000	0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5010	0000 Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
8.244.702.2.109	BENEFICIOS EVENTUAIS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5100	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
07.003	Fundo Municipal para a Infância e a Juventude	
8.243.703.2.110	ATIVIDADES DO FUND. MUNICIPAL PARA A INFANCIA E A JUVENTUDE	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
5180	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
07.005	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
8.241.705.2.114	EXECUÇÃO DO PROGRAMA E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5250	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	98.900,00
08	Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	
08.002	Departamento de Transportes	
26.782.801.2.116	REPASSE PARA O CONSÓRCIO CID-CENTRO	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
5400	0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
26.782.801.2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO SECRETARIAO DE OBRAS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
5580	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
10	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo	
10.001	Departamento de Desenvolvimento Econômico	
4.122.1001.2.139	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
7350	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6180	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
10.003	Departamento de Turismo	
27.695.1002.2.140	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6290	0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
10.004	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação	
23.691.1003.2.339	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7440	0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
23.691.1004.2.341	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7470	0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
	TOTAL	**330.800,00**

2. O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
2.4.2.2.99.0.1.28.00.00.00.00	CONVENIO 239/2026 FEAP - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS EM CONCRETO	586.352,83
2.4.2.2.99.0.1.29.00.00.00.00	CONVENIO 257/2026 - FEAP - EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	2.050.000.00
	TOTAL	**2.636.352,83**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026 no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 09 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:5B891AC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 256/2026

DECRETO nº 256/2026

Data: 09/10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre prorrogação de contrato de trabalho de servidores municipais temporários, de acordo com o Processo Seletivo nº 02/2025 e da outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos prestados por esta Administração Municipal, bem como a manutenção da regularidade e eficiência das atividades desenvolvidas pelo setor, evitando prejuízos ao atendimento da demanda existente;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de duração do contrato de Servidores Públicos Temporários, contratados por tempo determinado para desempenho de atividades, através do Processo Seletivo nº 02/2025, até a data de 31/01/2027, conforme abaixo relacionados:

Servidor (a)	Cargo	CPF
Valdecir Antunes da Silva	Agente de Limpeza Pública	036.652.959-55
Flavio Nepomuceno	Agente de Limpeza Pública	089.404.329-32
Idite Poltronieri de Miranda	Aux. de Serviços Gerais	722.836.379-53
Luciane Tezza	Aux. de Serviços Gerais	061.548.949-45
Silvana Dias Mascarenhas Muller	Aux. de Serviços Gerais	285.423.658-01
Ademar Ribeiro Liebber	Mot. Carro Leve	934.169.039-00
Leandro Rebello Loehder	Mot. de Ambulância Socorrista	060.509.459-42
Valdir Zatta	Mot. de Caminhão	488.164.269-34
Rosenildo Pereira de Oliveira	Mot. de Transporte Sanitário	048.249.419-03
Eduardo Cezar de Almeida	Of. Administrativo	131.112.789-56
Jose Alex da Silva	Téc. em Radiologia	091.858.619-44

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 09 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:4AF6FBFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE 111 A 124/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS PARA COZINHA E ELETRODOMÉSTICOS, COMPREENDENDO FOGÕES, FORNOS, GELADEIRAS, FREEZERS, TERMÔMETROS, BALANÇAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL.

ATA Nº 111/2026

FORNECEDOR: AGCM ATACADISTA E ELETRNICOS LTDA
CNPJ: 55.265.519/0001-93
Valor Total do Fornecedor: R$ 3.803,80 (três mil, oitocentos e três reais e oitenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	FRITADEIRA ELÉTRICA SEM ÓLEO (AIRFRYER).	ELGIN/CINQ FRY 5 L	UN	11	R$ 345,80	R$ 3.803,80

ATA Nº 112/2026

FORNECEDOR: DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ: 44.259.236/0001-12
Valor Total do Fornecedor: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
7	FOGÃO 6 BOCAS COM FORNO.	MR FOGÕES 600200	UN	3	R$ 2.800,00	R$ 8.400,00

ATA Nº 113/2026

FORNECEDOR: DIRCEU LONGO &CIA LTDA
CNPJ: 92.823.764/0001-03
Valor Total do Fornecedor: R$ 11.757,70 (onze mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	GELADEIRA INDUSTRIAL VERTICAL INOX 02 PORTAS	FRILUX RF 062 ESPECIAL	UN	2	R$ 5.878,85	R$ 11.757,70

ATA Nº 114/2026

FORNECEDOR: ELETRO MECANICA MARIELI LTDA
CNPJ: 78.331.089/0001-66
Valor Total do Fornecedor: R$ 13.544,00 (treze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
14	MICRO-ONDAS 34L.	MONDIAL MO0234	UN	20	R$ 677,20	R$ 13.544,00

ATA Nº 115/2026

FORNECEDOR: ESSENCIA NEGOCIACOES E INTERMEDIACOES LTDA
CNPJ: 62.391.849/0001-90
Valor Total do Fornecedor: R$ 11.475,00 (onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
19	BEBEDOURO ÁGUA QUENTE, NATURAL E GELADA ELETRÔNICO BRANCO GALÃO - 127V	EOS /EBE06GB	UN	15	R$ 765,00	R$ 11.475,00

ATA Nº 116/2026

FORNECEDOR: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA
CNPJ: 20.481.118/0001-96
Valor Total do Fornecedor: R$ 37.134,95 (trinta e sete mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
16	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS COR BRANCA; CAPACIDADE MIN. 12 KG.	MIDEA/WAVE AGITATOR	UN	5	R$ 1.599,95	R$ 7.999,75
18	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA KNOX 100 LITROS, 2 TORNEIRAS GELADAS E 1 TORNEIRA NATURAL INOX - 110V	ECOBLU E100	UN	16	R$ 1.820,95	R$ 29.135,20

ATA Nº 117/2026

FORNECEDOR: JM LICITAÇÕES LTDA
CNPJ: 67.288.646/0001-97
Valor Total do Fornecedor: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
17	GELADEIRA FROST FREE DUPLEX, CAPACIDADE MIN. 260L, COR BRANCO	CONSUL CRM40	UN	5	R$ 2.500,00	R$ 12.500,00

ATA Nº 118/2026

FORNECEDOR: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ: 21.971.041/0001-03
Valor Total do Fornecedor: R$ 7.440,00 (sete mil, quatrocentos e quarenta reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
10	BALANÇA DE BANCADA.	LIDER	UN	8	R$ 930,00	R$ 7.440,00

ATA Nº 119/2026

FORNECEDOR: MN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 57.156.070/0001-50
Valor Total do Fornecedor: R$ 1.372,50 (um mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
13	TERMÔMETRO DIGITAL COM SENSOR EXTERNO.	EXB	UN	50	R$ 27,45	R$ 1.372,50

ATA Nº 120/2026

FORNECEDOR: PAULO C MARTINS LTDA
CNPJ: 35.953.886/0001-72
Valor Total do Fornecedor: R$ 58.793,00 (cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
8	BUFFET CONJUGADO TÉRMICO E REFRIGERADO LINHA VITRA.	POLAR BRQ10F5	UN	7	R$ 8.399,00	R$ 58.793,00

ATA Nº 121/2026

FORNECEDOR: PHM COMERCIO E CONFECCOES LTDA
CNPJ: 35.794.003/0001-29
Valor Total do Fornecedor: R$ 1.488,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
12	TERMÔMETRO INFRAVERMELHO.	NJTY T600A	UN	12	R$ 124,00	R$ 1.488,00

ATA Nº 122/2026

FORNECEDOR: R&L SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ: 48.705.865/0001-80
Valor Total do Fornecedor: R$ 23.094,50 (vinte e três mil e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
11	BATEDEIRA PLANETÁRIA PROFISSIONAL.	BLACK-DECKER	UN	11	R$ 2.099,50	R$ 23.094,50

ATA Nº 123/2026

FORNECEDOR: R.A HERNADES LTDA
CNPJ: 8.148.745/0001-04
Valor Total do Fornecedor: R$ 81.314,40 (oitenta e um mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	GELADEIRA INDUSTRIAL VERTICAL INOX 04 PORTAS.	KOFISA 10015 KMC75-4FD	UN	3	R$ 6.809,80	R$ 20.429,40
3	FREEZER INDUSTRIAL VERTICAL INOX 02 PORTAS.	GELOPAR GCCP 2P	UN	3	R$ 8.995,00	R$ 26.985,00
4	FREEZER INDUSTRIAL VERTICAL INOX 04 PORTAS.	GELOPAR GCCP 4P	UN	3	R$ 11.300,00	R$ 33.900,00

ATA Nº 124/2026

FORNECEDOR: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 52.386.933/0001-62
Valor Total do Fornecedor: R$ 32.694,50 (trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
5	FORNO 90CM DUPLO COM PEDRA REFRATARIA A GÁS.	MISTER DUPLO 95X95 INOX	UN	5	R$ 4.249,99	R$ 21.249,95
6	FOGÃO EXTRA GRANDE 8 BOCAS	MISTER 800001+200224	UN	1	R$ 3.444,55	R$ 3.444,55
20	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 2100W 127V	VULCAN VLP2500E-1 127 V	UN	2	R$ 1.850,00	R$ 3.700,00
21	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA GTW INOX 70I 2800W COM AUTOLIMPEZA E BOCAL DE SOPRO 70 LITROS 127V	WAP GTW INOX 70L	UN	2	R$ 2.150,00	R$ 4.300,00

VIGÊNCIA DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS: 08/10/2026 a 08/10/2027

Bocaiúva do Sul, 08 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:D0B28517

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO Nº 50/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2.021, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista da Ata de abertura e Julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:
ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	50/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Adjudicação:	07/10/2026
Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS PARA COZINHA E ELETRODOMÉSTICOS, COMPREENDENDO FOGÕES, FORNOS, GELADEIRAS, FREEZERS, TERMÔMETROS, BALANÇAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL.

Fornecedores com itens adjudicados:
FORNECEDOR: AGCM ATACADISTA E ELETRNICOS LTDA - CNPJ: 55.265.519/0001-93
Valor Total do Fornecedor: 3.803,80 (três mil, oitocentos e três reais e oitenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	FRITADEIRA ELÉTRICA SEM ÓLEO (AIRFRYER).	ELGIN/CINQ FRY 5 L	UN	11	R$ 345,80	R$ 3.803,80

FORNECEDOR: DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ: 44.259.236/0001-12
Valor Total do Fornecedor: 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
7	FOGÃO 6 BOCAS COM FORNO.	MR FOGÕES 600200	UN	3	R$ 2.800,00	R$ 8.400,00

FORNECEDOR: DIRCEU LONGO &CIA LTDA - CNPJ: 92.823.764/0001-03
Valor Total do Fornecedor: 11.757,70 (onze mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	GELADEIRA INDUSTRIAL VERTICAL INOX 02 PORTAS	FRILUX RF 062 ESPECIAL	UN	2	R$ 5.878,85	R$ 11.757,70

FORNECEDOR: ELETRO MECANICA MARIELI LTDA - CNPJ: 78.331.089/0001-66
Valor Total do Fornecedor: 13.544,00 (treze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
14	MICRO-ONDAS 34L.	MONDIAL MO0234	UN	20	R$ 677,20	R$ 13.544,00

FORNECEDOR: ESSENCIA NEGOCIACOES E INTERMEDIACOES LTDA - CNPJ: 62.391.849/0001-90
Valor Total do Fornecedor: 11.475,00 (onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
19	BEBEDOURO ÁGUA QUENTE, NATURAL E GELADA ELETRÔNICO BRANCO GALÃO - 127V	EOS /EBE06GB	UN	15	R$ 765,00	R$ 11.475,00

FORNECEDOR: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA - CNPJ: 20.481.118/0001-96
Valor Total do Fornecedor: 37.134,95 (trinta e sete mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
16	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS COR BRANCA; CAPACIDADE MIN. 12 KG.	MIDEA/WAVE AGITATOR	UN	5	R$ 1.599,95	R$ 7.999,75
18	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA KNOX 100 LITROS, 2 TORNEIRAS GELADAS E 1 TORNEIRA NATURAL INOX - 110V	ECOBLU E100	UN	16	R$ 1.820,95	R$ 29.135,20

FORNECEDOR: JM LICITAÇÕES LTDA - CNPJ: 67.288.646/0001-97
Valor Total do Fornecedor: 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
17	GELADEIRA FROST FREE DUPLEX, CAPACIDADE MIN. 260L, COR BRANCO	CONSUL CRM40	UN	5	R$ 2.500,00	R$ 12.500,00

FORNECEDOR: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - CNPJ: 21.971.041/0001-03
Valor Total do Fornecedor: 7.440,00 (sete mil, quatrocentos e quarenta reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
10	BALANÇA DE BANCADA.	LIDER	UN	8	R$ 930,00	R$ 7.440,00

FORNECEDOR: MN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 57.156.070/0001-50
Valor Total do Fornecedor: 1.372,50 (um mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
13	TERMÔMETRO DIGITAL COM SENSOR EXTERNO.	EXB	UN	50	R$ 27,45	R$ 1.372,50

FORNECEDOR: PAULO C MARTINS LTDA - CNPJ: 35.953.886/0001-72
Valor Total do Fornecedor: 58.793,00 (cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
8	BUFFET CONJUGADO TÉRMICO E REFRIGERADO LINHA VITRA.	POLAR BRQ10F5	UN	7	R$ 8.399,00	R$ 58.793,00

FORNECEDOR: PHM COMERCIO E CONFECCOES LTDA - CNPJ: 35.794.003/0001-29
Valor Total do Fornecedor: 1.488,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
12	TERMÔMETRO INFRAVERMELHO.	NJTY T600A	UN	12	R$ 124,00	R$ 1.488,00

FORNECEDOR: R&L SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ: 48.705.865/0001-80
Valor Total do Fornecedor: 23.094,50 (vinte e três mil e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
11	BATEDEIRA PLANETÁRIA PROFISSIONAL.	BLACK-DECKER	UN	11	R$ 2.099,50	R$ 23.094,50

FORNECEDOR: R.A HERNADES LTDA - CNPJ: 08.148.745/0001-04
Valor Total do Fornecedor: 81.314,40 (oitenta e um mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	GELADEIRA INDUSTRIAL VERTICAL INOX 04 PORTAS.	KOFISA 10015 KMC75-4FD	UN	3	R$ 6.809,80	R$ 20.429,40
3	FREEZER INDUSTRIAL VERTICAL INOX 02 PORTAS.	GELOPAR GCCP 2P	UN	3	R$ 8.995,00	R$ 26.985,00
4	FREEZER INDUSTRIAL VERTICAL INOX 04 PORTAS.	GELOPAR GCCP 4P	UN	3	R$ 11.300,00	R$ 33.900,00

FORNECEDOR: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ: 52.386.933/0001-62
Valor Total do Fornecedor: 32.694,50 (trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
5	FORNO 90CM DUPLO COM PEDRA REFRATARIA A GÁS.	MISTER DUPLO 95X95 INOX	UN	5	R$ 4.249,99	R$ 21.249,95
6	FOGÃO EXTRA GRANDE 8 BOCAS	MISTER 800001+200224	UN	1	R$ 3.444,55	R$ 3.444,55
20	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 2100W 127V	VULCAN VLP2500E-1 127 V	UN	2	R$ 1.850,00	R$ 3.700,00
21	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA GTW INOX 70l 2800W COM AUTOLIMPEZA E BOCAL DE SOPRO 70 LITROS 127V	WAP GTW INOX 70L	UN	2	R$ 2.150,00	R$ 4.300,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 304.812,35 (trezentos e quatro mil, oitocentos e doze reais e trinta e cinco centavos)
Lavre-se o Termo de Homologação o Instrumento Contratual e após autorizo a emissão das notas de empenho correspondentes.

Bocaiúva do Sul, 07 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:CBB87786

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 55/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR55/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 09/10/2026
d) Objeto da licitação: aquisição e fornecimento parcelado de materiais de construção, hidrossanitários, acessórios, materiais para lixamento, corte, pinturas e ferragens e ferramentas em geral
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7932 - FREEDOM DO BRASIL LTDA (35.733.585/0001-33)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
207	34368 - Navalha 3 facas - fs 160/220 p/roçadeira, lâmina com 03 pontas, fabricado com aço especial temperado de alta durabilidade, diâmetro externo 300mm, diâmetro furo central 20mm, espessura 3,9mm.	UN	K2M	20	55,47	1.109,40
Total (R$):						1.109,40

4347 - INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA (32.668.268/0001-92)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	31200 - Abraçadeira metal sem fim 13-19 mm, largura da fita: 9 mm, espessura da fita: 0,7mm. Material: aço carbono.	UN	METALMATRIX	50	1,20	60,00
2	31202 - Abraçadeiras, tipo lacres de plástico, modelo dupla trava, injetado em nylon ou polipropileno, tipo espinha de peixe, travas nas duas faces do rabicho. Tamanho 25 cm, pacote com 100 unidades.	PCT	FOXLUX	100	26,10	2.610,00
8	31208 - Adesivo selante silicone PU 400g, com odor característico, para áreas internas e externas.	UN	DAZE	30	14,70	441,00
9	34279 - Aditivo plastificante de reboco para argamassas 'alvenarit' mínimo 3,6 litros líquido.	UN	SIKA	10	36,50	365,00
10	34481 - Alicate torquês de carpinteiro 10""""" tamanho aproximado de 31 x 02 x 06 cm, corpo em aço carbono especial forjado e temperado, acabamento com pintura eletrostática na cor preta e suporte plástico.	UN	VONDER	2	32,60	65,20
11	34482 - Alicate universal 8""""" em aço, com cabo plástico isolante, 18cm a 21cm, anatômico.	UN	THOMPISON	2	39,00	78,00
12	33819 - Alicate universal, material forjado em aço cromo vanádio, tipo profissional, cabo plástico reforçado, isolado, anti-deslizante, comprimento 8 pol, corte de arame duro, instalações em geral, classe d.	UN	Lotus	10	27,50	275,00
13	33820 - Anel de vedação p/ sanitários - material: borracha, universal, diâmetro interno: 83mm, diâmetro externo: 115mm, altura: 21mm.	UN	GUIAPOP	5	7,50	37,50
14	33821 - Arame liso galvanizado metal zincado fio 16, diâmetro 1,65 mm. Embalagem: rolo com 1 kg.	RL	TX	15	23,00	345,00
15	33822 - Arame liso recozido em aço fio 18 diâmetro 1,25mm. Embalagem: rolo com 1 kg.	RL	ARAMESUL	110	15,00	1.650,00
16	34483 - Arco com serra, tamanho mini, com lâmina de 10"""""". Cabo ergonômico injetado. Marca de referência: tramontina.	UN	DAZE	4	15,50	62,00
17	31217 - Arco para serrinha aço resistente 300mm, com revestimento de cromo para evitar corrosão.	UN	VILA	2	19,50	39,00
22	31222 - Argamassa ACIII, sobreposição de revestimentos, resistente a umidade, secagem rápida, para ambientes internos e externos, saca 20 kg.	SC	QUARTZOLIT	30	27,00	810,00
25	31225 - Assento de bacia sanitária almofadado, com parafuso. Para louças ovais. Proteção contra fungos e bactérias.	UN	ATLAS	10	49,50	495,00
26	34484 - Assento sanitário universal com tampa, material: polipropileno; cor: branco; compatível com as bacias sanitárias da linha izy, ravena da marca deca; forma: vaso sanitário oval; incluso kit instalação.	UN	HERC	10	25,00	250,00
27	34281 - Avental em pvc, impermeável de pvc forrado, de proteção para operador de roçadeira. Acompanhado de alça no pescoço e tiras para regulagem. Cor branca. Tamanho mínimo: 1,20m x 0,60m. Atende ao nr 17.	UN	NOVE 54	5	12,00	60,00
28	2416 - Bacia sanitária simples, fabricada em louça, formato: Oval, tradicional.	UN	ICASA	3	340,00	1.020,00
31	34283 - Broca aço rápido 10 mm, ideal para a perfuração de madeira, ferro, alumínio e vários outros materiais duros. Com guia ao centro.	UN	CORTAG	5	21,00	105,00
32	34284 - Broca aço rápido 10 mm, ideal para concreto, cerâmica, tijolo (vídea). Ponta com guia ao centro.	UN	CORTAG	20	14,00	280,00
34	34286 - Broca aço rápido 12 mm, ideal para concreto, cerâmica, tijolo (vídea). Diâmetro 12mm, comprimento total 150 a 151 mm.	UN	VONDER	20	18,00	360,00
35	34287 - Broca aço rápido 6mm, ideal para a perfuração de madeira, ferro, alumínio e vários outros materiais duros.	UN	CORTAG	5	8,00	40,00
36	34288 - Broca aço rápido 6mm, ideal para concreto, cerâmica, tijolo (vídea).	UN	CORTAG	20	8,00	160,00
37	34289 - Broca aço rápido 8mm, ideal para a perfuração de madeira, ferro, alumínio. Diâmetro 8,0mm, comprimento 115 a 116mm.	UN	NOVE 54	3	18,00	54,00
38	34290 - Broca aço rápido 8mm, ideal para concreto, cerâmica, tijolo (vídea). Diâmetro 8,0mm, comprimento 115 a 116mm.	UN	CORTAG	20	20,00	400,00
39	31236 - Brocha retangular/trincha cerdas resistentes e cabo ergonômico em polietileno. Tam: 15,5x5,5cm.	UN	VONDER	20	7,00	140,00
40	34406 - Bucha para parafuso 8mm. Bucha de fixação de parede com aba anel 8mm, aplicação em concreto e alvenaria, ideal para fixações de armários de parede, prateleira DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	VILA	500	0,15	75,00
42	34293 - Bucha pvc de redução curta de 32x25 p/ água fria, bitola 1x3/4 ou 32x25mm.	UN	tigre	25	1,85	46,25
48	34297 - Cabo flexível 10,0 mm², condutor com características de não propagação e auto extinção do fogo. Aplicações com maior flexibilidade, redes de distribuição de energia. 450/750V. NBR NM247-3.	M	CORFIO	600	10,20	6.120,00
50	34299 - Cabo flexível 16,0 mm², condutor com características de não propagação e auto extinção do fogo. 0,6/1KV. NBR NM247-3.	M	CORFIO	300	9,70	2.910,00

52	34301 - Cabo flexível 2,5 mm², condutor com características de não propagação e auto extinção do fogo. Flexível 2,5 mm, isolação de pvc/a 70°C, composto termoplástico de policloreto de vinila. NBR NM247-3.	M	CORFIO	500	2,40	1.200,00
54	34303 - Cabo flexível 6,0 mm², fio flexível 6,00 mm cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolação em pvc/a, antichama bwf-b, seção nominal 6,0 mm2. Certificado pelo INMETRO. 450/750 V. NBR NM247-3.	M	CORFIO	300	7,00	2.100,00
55	31251 - Cabo para enxada redondo em madeira de eucalipto medindo 130 cm, possuir ótima resistência.	UN	DAZE	3	17,00	51,00
56	31252 - Cabo para foice redondo em madeira de eucalipto com medida de 120 cm, possuir ótima resistência.	UN	DAZE	3	19,50	58,50
57	33864 - Cabo para picão redondo em madeira de eucalipto com medida de 0,95 cm, possuir ótima resistência.	UN	DAZE	3	19,00	57,00
58	31253 - Cadeado 20 mm linha tradicional 20 mm corpo em latão maciço com haste em aço. Acompanham 02 chaves em latão.	UN	STAM	10	12,00	120,00
59	33866 - Cadeado 30 mm linha tradicional 30 mm corpo em latão maciço com haste em aço. Acompanham 02 chaves em latão.	UN	STAM	6	17,00	102,00
63	31258 - Caixa de proteção sobrepor em plástico, para ar condicionado com disjuntor bipolar 25A + tomada 20A.	UN	DAZE	10	37,50	375,00
64	33871 - Caixa metálica central de alarme com medida 25x26x8 cm, desenvolvida em aço carbono com acabamento eletrostático a pó, ideal para centrais de alarme.	UN	FJ	5	124,00	620,00
68	34486 - Câmara de ar para pneu carrinho de mão, largura/diâmetro do aro 3,25""""" x 8""""".	UN	VILA	10	26,00	260,00
69	31263 - Canaleta pvc 20x12 2m sem divisória adesiva sistema x.	UN	ILUMI	100	9,00	900,00
75	34409 - CAP PVC soldável de 20mm p/ água fria, indicado para projetos com instalações permanentes e embutidas, ideal para conduzir água fria, produzido em PVC, capaci DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	tigre	5	2,50	12,50
76	33883 - CAP PVC soldável de 25mm p/ água fria, indicado para projetos com instalações permanentes e embutidas, ideal para conduzir água fria, produzido em PVC.	UN	tigre	20	2,50	50,00
77	33884 - Chave de fenda, tamanho 5/16 x 5 pol. Ideal para parafuso tipo fenda simples.	UN	VILA	10	11,00	110,00
78	34487 - Chave Philips 1/4""""" x 5""""", com lâmina redonda para parafusos tipo fenda cruzada (phillips) de alta qualidade, cabo em polipropileno, haste niquelada e cromada. Medidas: 1/4 x 5 Pol.	UN	VILA	2	10,00	20,00
81	33888 - Coluna de ferro CA-50 5/16 8mm 6 metros, indicado para Construção Civil, material em Aço, altura 7 cm x largura 14 cm x comprimento 6 metros, bitola do Ferro 8 mm.	UN	GERDAU	50	67,00	3.350,00
83	28390 - Corda de Polietileno Nylon 8 mm.	M	DAZE	100	1,00	100,00
85	33892 - Cordão paralelo 2x2,5 de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolação em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 2,5 mm2. NBR NM247-3.	M	CORFIO	300	5,20	1.560,00
90	31281 - Cunha para nivelador de piso estreito, pc com 100 unidades.	PCT	DAZE	10	11,00	110,00
91	34312 - Curva 20 mm, 90° pvc para água soldável.	UN	tigre	10	4,00	40,00
92	34313 - Curva 25 mm, 90° pvc para água soldável.	UN	tigre	10	6,00	60,00
93	34314 - Curva 32 mm, 90° pvc para água soldável.	UN	tigre	10	8,00	80,00
97	34316 - Desempenadeira de aço dentada - manual, material: aço, comprimento 25cm, largura 16cm, serviços de obras, dentada.	UN	DAZE	5	15,00	75,00
99	34318 - Desengripante aplicação uso geral, apresentação spray, composição base sintética biodegradável óleo desengripante, frasco 300ml.	UN	prime	10	8,00	80,00
103	34490 - Disco de corte para ferro/aço 4 1/2""""".	UN	STARET	10	3,50	35,00
104	34320 - Disjuntor bipolar 100A, disjuntor termomagnético, bipolar, curva 100A, certificado pelas normas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	10	64,00	640,00
105	34321 - Disjuntor bipolar 32A, disjuntor baixa tensão, termomagnético, corrente nominal 32A, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	5	23,00	115,00
106	34322 - Disjuntor bipolar 40A, bipolar, curva 40A, certificado pelas normas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	5	30,00	150,00
107	34323 - Disjuntor bipolar 50A, termomagnético mod. Dim 50 ap curva c, produto classificado conforme norma abnt nbr nm 60898, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	5	22,00	110,00
108	34324 - Disjuntor bipolar 63A, termomagnético, bipolar, curva 63A, certificado pelas normas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	10	99,80	998,00
109	34325 - Disjuntor bipolar 70A, termomagnético, bipolar, curva 70A, certificado pelas normas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	10	38,00	380,00
110	34326 - Disjuntor bipolar 80A, termomagnético, bipolar, curva 80A, certificado pelas normas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	10	92,00	920,00
111	34327 - Disjuntor monopolar 16A, baixa tensão, termomagnético, corrente nominal 16A, tensão nominal 127/220v, monopolar, curva de disparo c, instalações elétricas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	10	7,50	75,00
112	34328 - Disjuntor monopolar 20A, baixa tensão, termomagnético, corrente nominal 20A, 127/220v, monopolar, curva c, instalações elétricas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	10	7,50	75,00
113	34329 - Disjuntor monopolar 32A, baixa tensão, termomagnético, corrente nominal 32A, 127/220v, monopolar, curva c, instalações elétricas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	SOPRANO	15	7,50	112,50
114	34330 - Disjuntor tripolar 40A, baixa tensão, termomagnético, corrente nominal 40A, 127/220v, tripolar, curva c, instalações elétricas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	ELETROMAR	3	28,00	84,00
117	34416 - Dobradiça, para porta, material aço carbono, tratamento superficial niquelado, altura 63 mm, largura 44 mm, espessura 1,20 mm, quantidade parafusos 6, diâmetr DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	VONDER	15	2,50	37,50
120	33927 - Engate flexível 60 cm água fria, material pvc flexível, bitola 1/2 pol, comprimento 60 cm, aplicação instalações prediais água fria, com niple.	UN	KRONA	10	8,00	80,00
123	33930 - Espaçador para piso (cruzeta) pacote com 100 unidades. Espaçador plástico, cruzeta, para assentamento de piso, esp 4,0 mm. Pacote c/100 unidades.	UN	MULTICERTO	10	2,35	23,50
125	34418 - Espuma expansiva 500 ml, a base de poliuretano e isocianato, selante e adesivo expansivo a base de poliuretano, catalisadores e gás propelente, monocomponente DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	AUTOFIX	5	16,50	82,50
127	31313 - Facão para mato 16 polegadas, uso geral, lâmina em aço carbono. Com cabo plástico (polipropileno) fixado por pregos de alumínio.	UN	BESTFER	5	26,50	132,50
128	31314 - Fechadura completa externa para porta de alumínio/ferro, maçaneta em alumínio e espelho em aço inoxidável, 40 mm, com 02 chaves, medida da contra testa 20mm x 13,5 cm.	UN	STAM	20	57,50	1.150,00
129	34336 - Fechadura interna para porta de madeira, 40mm, material caixa aço, acabamento superficial cromado, componentes 02 chaves em latão niquelado, maçaneta tipo alavanca.	UN	STAM	20	50,00	1.000,00
136	34339 - Fita tipo isolante 10m pvc, com adesivo a base de borracha, cor(es) a ser definida, dimensão 19mm x 10m.	UN	AMANCO	50	9,50	475,00
139	34421 - Fita/manta asfáltica, 30cm x 10 metros, fita autoadesiva à base de asfalto modificado com polímeros elastoméricos, protegida com um filme de alumínio que perm DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	RL	PLASTIBAND	20	62,00	1.240,00
140	34342 - Foice com cabo, lâmina em metal aço com cabo de madeira fino.	UN	TRAMONTINA	8	46,50	372,00
144	33951 - Interruptor com tomada 10A - conjunto 1 interruptor simples + 1 tomada 2p+t 10a 250v.	UN	WEG	20	10,00	200,00
145	34494 - Interruptor duplo embutir 2 tecla simples branca 250v 10a com placa 4 x 2""""".	UN	WEG	20	14,20	284,00
146	34495 - Interruptor simples embutir 1 tecla simples branca 250v 10a com placa 4 x 2""""" branca.	UN	WEG	20	7,50	150,00
150	34345 - Joelho 100mm, 90° para esgoto.	UN	tigre	23	9,00	207,00
158	34351 - Joelho 40mm, 90° para esgoto.	UN	tigre	10	3,00	30,00
168	33975 - Joelho pvc soldável 90° 20mm p/ água fria, joelho 90° soldável. Aplicação: água fria.	UN	tigre	5	1,50	7,50

	Material pvc. Cor marrom. Diâmetro: 20mm.					
169	34359 - Joelho pvc soldável 90° 25mm p/ água fria, joelho 90° soldável de pvc de 25mm marrom, 3/4, pressão de serviço de 7,5, sistema predial de água fria, tubos e conexões de pvc 6,3, pn 750 kpa.	UN	tigre	100	4,20	420,00
170	33977 - Joelho pvc soldável 90° 32mm p/ água fria, marrom, 3/4, pressão de serviço de 7,5, sistema predial de água fria, tubos e conexões de pvc 6,3, pn 750 kpa, com junta soldável.	UN	tigre	25	7,00	175,00
171	33978 - Joelho pvc soldável 90° 40mm p/ água fria. Aplicação: água fria. Material: pvc. Cor: marrom. Diâmetro: 32mm.	UN	tigre	10	8,00	80,00
172	33979 - Joelho pvc soldável 90° 50mm p/ água fria, aplicação água fria. Material: pvc. Cor: marrom. Diâmetro: 50mm.	UN	tigre	10	7,00	70,00
173	34360 - Joelho pvc/conexão hidráulica, material pvc - cloreto de polivinila, tipo joelho 90, fixação soldável, aplicação instalações prediais água fria, bitola 20 mm.	UN	tigre	50	3,00	150,00
174	34498 - Kit apicultura: macacão de brim, fumigador de abelhas e luva de couro (vaqueta). Composto por macacão com telas no chapéu, fecho de zíper com bolso; fumigador DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	KIT	VONDER	1	245,00	245,00
175	34429 - Kit de mangueira flexível e de fácil manuseio em 3 camadas distintas: interna em pvc, intermediária em fio de poliéster trançado e externa em pvc. Comprimento DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	NOVE 54	6	125,00	750,00
176	34430 - Kit de pintura (bandeja + rolo). A bandeja possui frisos internos que direcionam o excesso de tinta para as laterais, capacidade 300 ml, material pvc, 31cm x DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	ROMA	10	25,00	250,00
177	34499 - Lâmina de serra bimetálica 12"""", lâmina serra manual, material aço rápido, 18 dentes por polegada, largura 1/2"""" pol, comprimento 12"""" pol, bimetálica.	UN	IRWIN	10	8,50	85,00
178	34432 - Lâmpada alta potência led 20w bivolt e27, tensão elétrica bivolt (100-240v). Potência 20w. Durabilidade 25.000h. Fluxo luminoso 1600lm. Temperatura de cor 6.5 DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	LUMANTI	100	16,00	1.600,00
179	34433 - Lâmpada alta potência led 40w bivolt e27, temperatura de cor 6500k, tensão bivolt, vida útil 25.000h, luz branco frio, fluxo luminoso 3600 lumens, formato alt DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	LUMANTI	50	11,00	550,00
180	33987 - Lâmpada led tubular 20w. Tipo bulbo policarbonato leitoso, temperatura de cor 6500k, formato tubular t8, comprimento 120cm, vida média 25.000h.	UN	LUMANTI	100	8,00	800,00
181	33988 - Lâmpada tipo led, bulbo, potência 9w, soquete e27, luminosidade 810 lumens, luz branca, bivolt, dimensões 8,00 cm x 12,00 cm x 14,50 cm. 6.500K.	UN	LUMANTI	20	2,50	50,00
183	31365 - Lavatório com coluna para banheiro, material em louça, lavatório em formato oval, coluna em formato retangular, acabamento esmaltado.	UN	DECA	2	187,00	374,00
186	33993 - Linha para pedreiro 70% poliéster sintético e 30% nylon. Espessura 1,2 mm com 50 metros, incolor.	UN	TREVO	25	7,50	187,50
187	33994 - Linha para pedreiro 70% poliéster sintético e 30% nylon. Espessura 1,2 mm com 50 metros, cor laranja.	UN	TREVO	10	5,00	50,00
188	33995 - Lixa d'água nº100, lixa de papel com grãos de óxido de alumínio, granulometria nº100, indicada para aplicações a úmido ou a seco. Costado de papel.	UN	CORTAG	100	1,50	150,00
189	33996 - Lixa d'água nº120, lixa de papel com grãos de óxido de alumínio, granulometria nº 120, indicada para aplicações a úmido ou a seco.	UN	CORTAG	100	1,50	150,00
190	33997 - Lixa d'água nº180, lixa de papel com grãos de óxido de alumínio, granulometria nº 180, indicada para aplicações a úmido ou a seco.	UN	CORTAG	100	1,50	150,00
191	33998 - Lixa d'água nº220, lixa de papel com grãos de óxido de alumínio, granulometria nº 220, indicada para aplicações a úmido ou a seco.	UN	CORTAG	100	1,50	150,00
193	34435 - Luminária led sobrepor quadrada 18w branca completa, material corpo plástico, refletor alumínio, lâmpada led, cor branca, aplicação iluminação interna, tensão DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	LUMANTI	30	20,00	600,00
194	34366 - Luminária led sobrepor quadrada 24w branca completa, material corpo plástico, refletor alumínio, led, cor branca, aplicação iluminação interna, tensão nominal 127/220V, formato quadrado, 6.500 K.	UN	LUMANTI	25	24,00	600,00
198	34005 - Luva soldável lisa 25mm - material: pvc, recomendada para instalações prediais gerais em instalações de água fria.	UN	tigre	250	0,95	237,50
200	34007 - Luva soldável lisa 40mm - material: pvc, recomendada para instalações prediais gerais em instalações de água fria.	UN	tigre	50	4,00	200,00
202	34436 - Martelo de unha com cabo em madeira 25 mm, forjado e temperado em aço carbono especial, acabamento jateado, cabo em madeira envernizada fixado com epóxi, diâm DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	tigre	10	32,50	325,00
205	31398 - Massa corrida 25 kg, ideal para nivelar e corrigir imperfeições, uso interno.	UN	REVGOLD	40	51,50	2.060,00
209	34502 - Nipel polietileno 1/2"""".	UN	tigre	15	1,85	27,75
211	34021 - Nível de mão 3 bolhas, para nivelamento horizontal, vertical e em 45°.	UN	VILA	2	23,00	46,00
212	31404 - Nivelador de piso e porcelanato 2 mm, pc 100 unidades.	PCT	DAZE	5	11,00	55,00
213	31405 - Nivelador de piso e porcelanato 3 mm, pc 100 unidades.	PCT	DAZE	5	11,50	57,50
214	31406 - Nivelador estreito de piso e porcelanato 1,5 mm, pc 100 unidades.	PCT	DAZE	5	11,50	57,50
216	34026 - Pá de bico com cabo de eucalipto, tamanho do cabo 120 cm, largura da pá 27 cm.	UN	NOVE 54	10	33,50	335,00
222	34033 - Pedra brita número 1.	M³	PEDRA	30	104,00	3.120,00
223	34034 - Pedra de mão (pedra irregular de basalto p/ calçamento), forjada a mão.	M³	PEDRA	22	94,00	2.068,00
228	34442 - Plafon, branco, para lâmpada até 100w, fabricado em plástico resistente, e-27, não amarela, bucha em latão, corpo em polipropileno à 650c, com parafuso de fix DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	BETEL	30	4,50	135,00
229	34040 - Plug pino fêmea 10 A, plugue tipo fêmea, 3 pinos redondos, corrente nominal 10 a, 2 p + t, com prensa cabo diâmetro externo até 8mm, aplicação redes elétricas.	UN	TRAMONTINA	40	5,30	212,00
233	34044 - Pneu com câmara de ar para carrinho de mão, material borracha, tamanho 3,25 x 6, com câmara de ar, aro desmontável.	UN	VONDER	5	64,00	320,00
235	34505 - Ponteira para torneira. Universal, rosca 3/4"""", redução 1/2"""", composição plástico.	UN	TRAMONTINA	20	2,85	57,00
238	34049 - Prego com cabeça 16 x 24 galvanizado pacote 01 kg, material aço, cabeça chata, corpo liso, ponta comum, acabamento galvanizado, bitola 16 x 24.	KG	GERDAU	10	13,50	135,00
239	34050 - Prego com cabeça 17x27, embalagem de 01kg, em aço polido. Indicado para fixação em madeira, carpintaria, marcenaria, construção civil.	KG	GERDAU	25	13,50	337,50
240	34051 - Prego com cabeça 18x30, embalagem de 01kg, em aço polido. Indicado para fixação em madeira, carpintaria, marcenaria, construção civil.	KG	GERDAU	25	13,50	337,50
243	34444 - Prego para telha de 4mm com arruela de vedação, prego telheiro galvanizado, arruela metálica e vedação polimérica, indicado para fixação de telhas de fibrocim DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	KG	COFFERAL	10	13,50	135,00
246	31435 - Quadro de distribuição de embutir 16 disjuntores din br.	UN	tigre	5	79,00	395,00
247	31436 - Quadro de distribuição de embutir 4 disjuntores din br.	UN	tigre	5	40,00	200,00
248	34060 - Quadro de distribuição de embutir 8 disjuntores din br.	UN	tigre	5	57,00	285,00
249	31438 - Quadro de distribuição de sobrepor, 4 disjuntores din br.	UN	tigre	5	41,00	205,00
251	34062 - Rachão de pedras britada, pedra bruta, tipo rachão, aplicação fabricação de concreto, pré-moldados e uso em geral.	M³	PEDRA	30	104,00	3.120,00
252	34063 - Rebites esfera alumínio 25mm, rebite pop, material alumínio, tipo comum, tipo aba abaulado, diâmetro corpo 4mm, comprimento 25mm.	UN	WURTH	50	0,20	10,00
253	34446 - Refletor de led 100W, IP 66, 6500k, de luz branca fria para uso em exteriores (fachadas, jardins, piscinas), vida útil mínima 25.000 horas, ângulo de abertura DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	LUMANTI	20	26,00	520,00
254	34068 - Refletor de led 20V, luz verde, IP 66, 1600 lumens.	UN	LUMANTI	25	18,50	462,50

255	34447 - Refletor de led 50V, IP 66, 6.500k, dispositivo de iluminação externa que emite luz branca fria, ideal para fachadas, estacionamentos, jardins e garagens. Pot DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	LUMANTI	20	19,50	390,00
256	34506 - Registro 25 x 3/4 pvc, registro esfera, material pvc, tipo borboleta, bitola 3/4""""" pol, macho/fêmea, aplicação instalação hidráulica, fixação rosca e solda.	UN	tigre	150	17,50	2.625,00
258	31446 - Registro esfera vs soldável 25mm.	UN	tigre	20	19,50	390,00
263	31448 - Rejunte para cerâmica, 1 kg - argamassa à base de cimento, rejuntamento de juntas de 2 a 10 mm de espessura, cor a definir.	KG	CERANFIX	40	5,55	222,00
271	34085 - Rolo de espuma texturizado 100% poliéster de alta densidade, ideal para dar acabamento perfeito às paredes, textura uniforme. Largura 23 cm.	UN	ATLAS	15	17,50	262,50
272	34086 - Rolo de lã com garfo, antigotas, superior capacidade de retenção de tinta e cobertura, reduz o respingamento, ideal para paredes ásperas. Lã de carneiro 10mm x 15 cm.	UN	ATLAS	20	17,50	350,00
274	34088 - Rolo textura rústica, ideal para dar acabamento perfeito às paredes, textura uniforme. Largura de 9 cm.	UN	ATLAS	20	15,50	310,00
275	34508 - Rosca niple 3/4"""", para tubos/canos - roscável, material ferro galvanizado, diâmetro 3/4 pol, aplicação instalações prediais água fria, tipo duplo sextavado e extremidades roscas bsp.	UN	tigre	50	4,50	225,00
276	34509 - Selador acrílico, pode ser applied em áreas internas e externas, uniformiza as mais diversas superfícies de alvenaria devido ao seu poder selante e ótima aderência. Galão c/ 18 litros.	GL	REVGOLD	80	78,20	6.256,00
277	34091 - Selador acrílico, pode ser aplicado em áreas internas e externas, uniformiza as mais diversas superfícies de alvenaria. Galão c/ 3,6 litros.	GL	REVGOLD	50	64,50	3.225,00
280	31465 - Silicone de uso geral incolor, áreas internas e externas, coloração e odor característicos, cartucho com 260 a 264g.	UN	AUTOFIX	20	12,50	250,00
283	31468 - Solvente galão 900 ml.	Lata	FARBEN	30	16,00	480,00
284	34098 - Soquete/bocal pendente de polietileno para lâmpada, tensão 110/220v, potência máxima 18w, aplicação lâmpada fluorescente e27.	UN	FOXLUX	30	2,85	85,50
287	34101 - Tê pvc soldável de 25mm p/ água fria.	UN	tigre	10	2,00	20,00
288	34102 - Tê pvc soldável de 32mm p/ água fria.	UN	tigre	25	5,50	137,50
290	34104 - Tê pvc soldável de 50mm p/ água fria.	UN	tigre	30	14,50	435,00
318	34465 - Tinta spray - cor amarela. Com resinas acrílicas de secagem rápida e ótima resistência às intempéries. Pode ser utilizada em ambientes internos e externos e a DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	AUTOFIX	30	14,50	435,00
319	34466 - Tinta spray - cor dourado. Com resinas acrílicas de secagem rápida e ótima resistência às intempéries. Pode ser utilizada em ambientes internos e externos e a DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	AUTOFIX	30	15,80	474,00
320	34134 - Tinta spray - cores variadas. Com resinas acrílicas de secagem rápida e ótima resistência às intempéries. Podem ser utilizadas em ambientes internos e externos. Lata com mínimo 400ml.	UN	AUTOFIX	50	16,00	800,00
326	34468 - Tomada simples 20A de embutir, tomada modelo simples, tipo externa, cor corpo branca, corrente nominal 20a, tensão nominal 250v, sistema x, 2 pinos + terra, n DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	WEG	20	14,80	296,00
327	34141 - Torneira boia da caixa da água, plástico com haste de metal, rosca 1/2 e 3/4, material metal e plástico (alumínio e polietileno), haste de metal com boia e conexão de plástico universal.	UN	KRONA	10	10,50	105,00
328	34142 - Torneira de inox, fabricada em aço inox, polida, altura 25cm, alta resistência e durabilidade.	UN	CLIUS	10	75,00	750,00
329	31511 - Torneira de jardim 1/2 e 3/4 em PVC, feita com materiais de alta qualidade, já com adaptador para mangueira.	UN	HERC	15	3,50	52,50
330	34144 - Torneira elétrica, 4 temperaturas, 110 v, 5500 w, modelo bica móvel alta, aproximadamente 5500w.	UN	LORENZETI	10	170,00	1.700,00
333	34147 - Trena de aço 5 metros x 19mm.	UN	VONDER	10	14,50	145,00
342	34470 - Varão simples para cortina de 3 metros 19mm, kit completo branco ferro, espessura de 19 mm, comprimento do varão 3,00 metros, conteúdo da embalagem 01 kit com DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	DAZE	10	48,00	480,00
Total (R$):						84.003,20

7935 - MADELO LTDA (42.499.357/0001-06)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
47	34296 - Cabo flexível 1,5 mm², de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolação em pvc/a, antichama, normas e certificado no INMETRO. NBR NM247-3.	M	DELTAFLEX	300	1,60	480,00
51	34300 - Cabo flexível 16,0 mm², condutor com características de não propagação e auto extinção do fogo. 450/750V. NBR NM247-3.	M	DELTAFLEX	500	13,00	6.500,00
Total (R$):						6.980,00

6288 - META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI (27.518.373/0001-05)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
115	34331 - Disjuntor tripolar 50A, baixa tensão, termomagnético, corrente nominal 50A, 127/220v, tripolar, curva c, instalações elétricas, com certificado do INMETRO - 127/220VCA.	UN	similar	3	52,34	157,02
116	34415 - Disjuntor tripolar 63A, disjuntor termomagnético tripolar de 63A, 127/220 v, com capacidade de interrupção de 5 ka, corpo em material altamente isolante, born DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	similar	3	60,14	180,42
Total (R$):						337,44

7408 - ROSA CAFE IMPORTS LTDA (51.053.659/0001-47)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
5	34480 - Adaptador pvc soldável e rosca curto de 25 mm x 3/4"""", comprimento mínimo 4cm.	UN	PLASTILIT	120	1,26	151,20
82	28389 - Corda de Polietileno Nylon 3 mm.	M	IC COMERCIO	100	0,46	46,00
84	33891 - Cordão paralelo 2x1,5 de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolação em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 2,5 mm2. NBR NM247-3.	M	POWER FLEX	100	2,20	220,00
86	33893 - Correia tipo V, 1ª linha industrial.	UN	VONDER	4	34,79	139,16
100	31289 - Disco de corte diamantado com furo 20 mm, para cerâmica e porcelanato.	UN	CONCEPT	10	14,54	145,40
101	34319 - Disco de corte para ferro/aço 115 mm com furo 22.23 mm.	UN	VONDER	30	7,59	227,70
102	34489 - Disco de corte para ferro/aço 180 mm 7"""".	UN	STARRETT	10	8,89	88,90
118	34491 - Emenda para mangueira 1/2"""", produto de alta qualidade e durabilidade, para consertar e unir mangueiras através de sistema de fixação rosqueado.	UN	PLASBOHN	20	1,65	33,00
119	33926 - Engate flexível 30 cm água fria, material pvc flexível, bitola 1/2 pol, comprimento 30 cm, aplicação instalações prediais água fria, com niple.	UN	CANDINALI	30	4,46	133,80
124	33931 - Espiraduto - material plástico, cor preta, diâmetro nominal 20 mm, aplicação organizar cabos e fios.	M	LOLA SALES	40	22,74	909,60
126	34492 - Esquadro 12"""" para construção, tipo convencional, em aço carbono temperado, cabo injetado em polipropileno, graduação em milímetros e polegadas, uso profissional.	UN	SPARTA	2	17,99	35,98
131	9739 - Fio quadrado para cortar grama, 3 mm, polietileno.	M	Kala	800	0,68	544,00
133	33940 - Fita crepe estreita, cor branca, acabamento fosco, rolo c/ 18mm x 10 m, espessura de	UN	adelbras	10	5,22	52,20

	0,11mm.					
143	31327 - Gaio/garfo p/ rolo de pintura. Polietileno com 23cm, haste de metal com tratamento galvanizado anticorrosão e resistente a ferrugem.	UN	COMPEL	4	7,10	28,40
217	28416 - Parafuso metal n 8 com bucha em PVC.	UN	oem	300	2,14	642,00
218	34028 - Parafuso metal n° 6 com buchas em PVC.	UN	IPS	300	0,61	183,00
221	31411 - Parafuso telheiro 5/16 110mm, com vedação completa. Acompanha arruela côncava de pvc e arruela côncava de ferro. Embalagem com 100 unidades.	PCT	oem	200	0,71	142,00
250	31439 - Quadro de distribuição de sobrepor, 8 disjuntores din br.	UN	Forceline	5	90,80	454,00
334	31515 - Trena de fibra de vidro com manivela 50 metros.	UN	TESLA	3	43,04	129,12
Total (R$):						4.305,46

2546 - SERGIO NERIS DA SILVA LTDA (75.057.687/0001-09)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	34479 - Adaptador compressão com rosca macho 20 x 1/2"""", tubo 20mm x rosca macho 1/2"""", material polipropileno.	UN	PLASTILIT	100	5,30	530,00
4	31204 - Adaptador de tomada T 3 pontos, benjamim, universal. Corpo de polipropileno. Largura mínima 6,5cm.	UN	ILUMI	100	3,50	350,00
6	31206 - Adesivo estrutural de base epóxi, embalagem peso líquido 01kg, cor cinza.	UN	tigre	8	51,50	412,00
7	31207 - Adesivo plástico cola cano p/ pvc, embalagem com mínimo 175gr, com pincel na tampa. Incolor.	FR	tigre	100	12,64	1.264,00
18	31218 - Areia fina coloração variada, amarelada, grãos finos.	M³	GUAIRA	50	200,00	10.000,00
19	31219 - Areia média coloração variada amarelada, grãos médios.	M³	GUAIRA	60	224,00	13.440,00
20	31220 - Argamassa ACI, ideal para o assentamento de revestimentos cerâmicos em pisos e paredes, saca com 20kg.	SC	INKOR	20	17,00	340,00
21	31221 - Argamassa ACII, indicado para o assentamento tradicional de cerâmicas em pisos e paredes internos e externos, saca com 20 kg.	SC	INKOR	20	26,50	530,00
23	31223 - Arrebite 10x10 em alumínio.	UN	ALUMAZA	50	0,14	7,00
24	31224 - Arruela. Para parafusos, zincado, fixação, galvanizado, aço carbono, diâmetro mínimo 7mm.	UN	ALUMAZA	40	0,35	14,00
29	34282 - Bandeja polietileno para pintura com altura 36 cm, largura 28cm, capacidade 1000 ml, em plástico.	UN	ONIX	5	6,50	32,50
30	33837 - Bloco cerâmico a base de argila, medida: 9 x 14 x 24 cm (l x a x c).	UN	PASQUALI	3.000	1,40	4.200,00
33	34285 - Broca aço rápido 12 mm, ideal para a perfuração de madeira, ferro, alumínio. Comprimento total entre 150 e 151mm.	UN	THOMPSON	3	51,43	154,29
41	34292 - Bucha pvc de redução curta de 25x20 p/ água fria, conexão hidráulica, bitola 3/4x1/2 ou 25x20mm.	UN	PLASTILIT	5	0,80	4,00
43	34294 - Bucha pvc de redução curta de 40x32 p/ água fria, bitola 1.1/4x1 ou 40x32mm.	UN	PLASTILIT	15	2,60	39,00
44	34295 - Bucha pvc de redução curta de 50x40 p/ água fria, tubos e conexões soldáveis.	UN	PLASTILIT	15	3,00	45,00
45	33852 - Cabo elétrico para extensão pp 2x2,5. Cabo duplo com isolação extra, 2 vias de 2,5mm, encapados com 1 capa extra.	M	DELTAFLEX	500	4,80	2.400,00
46	31242 - Cabo extensível 2 metros para pintura.	UN	THOMPSON	5	26,00	130,00
60	31255 - Cadeado 40 mm linha tradicional 40 mm corpo em latão maciço com haste em aço. Acompanham 02 chaves em latão.	UN	PADO	10	22,50	225,00
61	34304 - Caixa de descarga capacidade de armazenamento de 6 litros, fabricada em polietileno com partes em pp, pvc e borracha, com repositor de fecho hídrico, engates flexíveis.	UN	ALUMASA	10	29,50	295,00
62	34305 - Caixa de descarga capacidade de armazenamento de 8 litros, fabricada em polietileno com partes em pp, pvc e borracha, com repositor de fecho hídrico, engates flexíveis.	UN	ALUMASA	4	38,70	154,80
65	33872 - Cal fino instantâneo saca 20kg, indicado para assentar tijolos, reboco, massa fina.	SC	CAL CEM	25	17,00	425,00
66	33873 - Cal hidratado CHII, saca de 20kg, na cor branca, indicado para assentamentos de tijolos e revestimentos de tetos e paredes, uso interno e externo.	SC	CAL CEM	50	18,15	907,50
67	31261 - Cal hidratado para pintura, saca 8 kg, ideal para pinturas de baixo custo, em áreas internas e externas, como paredes, fachadas, asfalto, madeiras, entre outros.	SC	CAL CEM	150	17,00	2.550,00
70	33877 - Canaleta pvc 50x50 cinza com 2 metro.	UN	LUVARIM	25	12,50	312,50
71	33878 - Cano de pvc 32mm, barra c/ 6 metros - dn 25.	BR	PLASTILIT	20	51,00	1.020,00
72	33879 - Cano de pvc 40mm, barra c/ 6 metros - dn 32.	BR	PLASTILIT	30	61,50	1.845,00
73	33880 - Cano de pvc 50mm, barra c/ 6 metros - dn 40.	BR	PLASTILIT	30	70,00	2.100,00
74	34408 - Cantoneira Rígida em L, de sobrepor em PVC, ideal para acabamentos de cantos em revestimentos cerâmicos, reboco, madeira, armários embutidos, portas. Anti-cha DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	M	PLASTILIT	100	32,50	3.250,00
79	34411 - Cimento CPII Z 32, saca 50 kg, cor cinza, composto por silicatos de cálcio, alumínio e ferro, sulfato de cálcio, filler carbonático e pozolana. Com secagem rá DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	SC	VOTORAN	150	42,50	6.375,00
80	34488 - Colher de Pedreiro 9"""" inteiriça em aço com cabo de madeira.	UN	VILA	5	24,00	120,00
87	28391 - Corrente em aço carbono galvanizado, com elos soldado, para uso geral fina.	M	JAMARCA	20	12,10	242,00
88	28392 - Corrente em aço carbono galvanizado, com elos soldado, para uso geral grossa.	M	JAMARCA	20	14,05	281,00
89	31280 - Cumeeira metálica aluzinco simples TP 40; 0,43 mm largura 980mm.	UN	BORTOLOTO	100	44,90	4.490,00
94	33901 - Curva 40 mm, 90° pvc para água soldável.	UN	PLASTILIT	10	12,65	126,50
95	34315 - Curva 50 mm, 90° pvc para água soldável.	UN	PLASTILIT	17	11,50	195,50
96	28393 - Curva PVC com rosca 25mm.	UN	PLASTILIT	20	5,95	119,00
98	34317 - Desempenadeira de aço lisa - manual, material: aço, comprimento 25cm, largura 16cm, serviços de obras, lisa.	UN	VILA	5	29,00	145,00
121	31308 - Enxada com olho de 38 mm e cabo de madeira de eucalipto com 130 cm.	UN	VILA	10	41,50	415,00
122	34334 - Escova de aço manual madeira 6 fileiras, para limpeza e raspagem de peças em carbono ou inoxidáveis, processo manual e eficiente. Material das cerdas aço inox, cabo de madeira.	UN	VILA	5	8,00	40,00
130	34493 - Filtro de linha 4 tomadas bivolt 127/220v, com led indicador de funcionamento, protetor contra surtos de energia e sobrecarga, supressor de picos de voltagem, DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	MECTRONIC	10	22,00	220,00
132	33939 - Fita adesiva dupla face extra forte, dimensão 0,9 mm x 3 m, auto-adesiva, material da fita: espuma de polietileno, cor branca.	UN	3M	10	8,00	80,00
134	31320 - Fita crepe larga, acabamento fosco, rolo com 48mm x 50 metros.	RL	ADERE	30	9,00	270,00
135	34338 - Fita isolante PVC 20m x 19mm, antichamas, resistente aos raios uv, alta durabilidade, resistente à umidade.	RL	IMPERIAL	30	5,00	150,00
137	34340 - Fita veda rosca 18mm com 50 metros. Fabricado em 100% ptfe - politetrafluoretileno na cor branca. Indicada para vedação de conexões roscadas. Temperatura de trabalho entre -90° a +240°c.	UN	DURIN	50	4,00	200,00
138	33945 - Fita zebrada para sinalização 200m x 70mm, polietileno, cor amarela e preta.	RL	GRIFO	10	15,80	158,00
141	33948 - Forro de lambril de pinus 3,00x10 cm. Forro teto, comprimento 3.000, cor natural, espessura 10mm, largura 100cm, material madeira pinus, tipo: lambril.	M²	PLASTILIT	50	29,80	1.490,00
142	33949 - Forro PVC, comprimento 6.000 mm, largura 200 mm, espessura 8 mm, tipo: frisado, cor branca.	UN	PLASTILIT	300	26,00	7.800,00
147	34496 - Interruptor triplo embutir 3 teclas simples branca 250v 10a com placa 4 x 2"""".	UN	ILUMI	20	10,80	216,00
148	34343 - Joelho 100mm, 45° pvc p/esgoto.	UN	PLASTILIT	35	7,50	262,50
149	34344 - Joelho 150mm, 45° pvc p/esgoto.	UN	PLASTILIT	35	23,70	829,50
151	34346 - Joelho 150mm, 90° para esgoto.	UN	PLASTILIT	23	25,00	575,00

152	34347 - Joelho 20mm, 45° pvc para água soldável.	UN	PLASTILIT	10	1,90	19,00
153	34497 - Joelho 25 1/2 pvc, soldável, com bucha de latão, 90 graus, 25 mm x 1/2"""", para água fria predial.	UN	PLASTILIT	14	5,40	75,60
154	34348 - Joelho 25mm, 45° pvc para água soldável.	UN	PLASTILIT	10	1,50	15,00
155	31337 - Joelho 25mm x 3/4.	UNI	PLASTILIT	20	2,80	56,00
156	34349 - Joelho 32mm, 45° pvc para água soldável.	UN	PLASTILIT	10	6,10	61,00
157	34350 - Joelho 40mm, 45° pvc p/esgoto.	UN	PLASTILIT	10	3,40	34,00
159	34352 - Joelho 50mm, 45° p/esgoto.	UN	PLASTILIT	10	4,20	42,00
160	34353 - Joelho 50mm, 90° para esgoto.	UN	PLASTILIT	10	4,40	44,00
161	33968 - Joelho 75mm, 45° para esgoto.	UN	PLASTILIT	10	11,50	115,00
162	34354 - Joelho 75mm, 90° para esgoto.	UN	PLASTILIT	10	7,40	74,00
163	31345 - Joelho cotovelo roscável 3/4 com anel de reforço p/ água fria.	UN	PLASTILIT	100	5,90	590,00
164	34355 - Joelho de pvc para água fria, 90° dn 1/2 (soldável e com rosca) dn 1/2 (20mm), cor marrom, linha água fria, pressão de serviço de até 750kg kpa. Produto segundo as normas.	UN	PLASTILIT	5	2,90	14,50
165	34426 - Joelho misto pvc soldável e roscável 25mm, joelho 90° de pvc marrom, injetado, de transição, com uma bolsa de junta soldável e outra de junta roscada, conform DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	PLASTILIT	100	3,20	320,00
166	34427 - Joelho soldável 45° 40mm p/ água fria, joelho de pvc soldável para água 45° dn 40mm, cor marrom, linha água fria, suporta pressão de serviço de até 750kg kpa DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	PLASTILIT	5	7,35	36,75
167	34358 - Joelho pvc soldável 45° 50mm p/ água fria, joelho de pvc soldável para água 45° dn 50mm, cor marrom, linha água fria, suporta pressão de serviço de até 750kg kpa.	UN	PLASTILIT	5	7,90	39,50
182	33989 - Lápis carpinteiro, 18cm de comprimento, ideal para madeira, concreto, tijolo, adequado para pisos.	UN	VILA	10	1,70	17,00
184	33991 - Lima fina para afiar ferramentas diversas. Abrasiva quadrada fina 10 x10 x 100 grão 320. Quadrado 10 mm, comprimento 100 mm.	UN	NICALSON	10	16,50	165,00
185	34500 - Lima kf 3/16"""" para molar / afiar motosserra, 8x3/16 kf - fina, usada pra afiação dos dentes da corrente de motosserras.	UN	NICALSON	10	12,50	125,00
192	33999 - Lona plástica, bobina com 100 metros, cor preta, espessura 80 micras, largura 6 metros, material polietileno, lona plástica preta 4x1 micra.	RL	VILA	60	357,00	21.420,00
195	34002 - Luva de redução em PVC, 25mm x 32mm, encaixe soldável, aplicação para rede de água fria.	UN	PLASTILIT	20	4,00	80,00
196	34003 - Luva de redução em PVC, 32mm x 40mm, encaixe soldável, aplicação para rede de água fria.	UN	PLASTILIT	15	5,70	85,50
197	34004 - Luva de redução em PVC, 40mm x 50mm, tipo de redução encaixe soldável, aplicação para rede de água fria.	UN	PLASTILIT	5	5,60	28,00
201	34008 - Luva soldável lisa 50mm - material: pvc, recomendada para instalações prediais gerais em instalações de água fria.	UN	PLASTILIT	30	5,20	156,00
203	31396 - Massa acrílica para parede, embalagem de 25 kg.	UN	NATUCOR	5	47,00	235,00
204	31397 - Massa adesiva, bi componente - resina epóxi e endurecedor, 100gr.	UN	DURAPOX	10	15,00	150,00
206	31399 - Miolo para fechadura inox, com 02 chaves, compatível com fechadura soprano, stam, 3f, soprano.	UN	STAM	15	21,00	315,00
208	34501 - Nipel duplo galvanizado de 1.1/2"""", conexão hidráulica, material ferro galvanizado, tipo nipel, fixação roscável, zincado, duplo sextavado, rosca bsp bitola 1 1/2"""".	UN	DURIN	10	3,50	35,00
210	34503 - Nipel polietileno 3/4"""".	UN	DURIN	15	2,20	33,00
215	34440 - Óculos de proteção individual, material armação policarbonato, lente policarbonato, lente antiembaçante, modelo apoio nasal com proteção lateral, incolor/hast DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	VILA	20	5,00	100,00
219	31409 - Parafuso S-12 - parafuso niquelado com acabamento cromado para fixar peca sanitária, inclui porca cega, arruela e bucha de nylon tamanho S-12.	UN	DURIN	50	2,20	110,00
220	34030 - Parafuso sanitário 8mm - parafuso niquelado com acabamento cromado para fixar peça sanitária, inclui porca cega, arruela e bucha de nylon tamanho S-12.	UN	DURIN	50	2,90	145,00
224	34035 - Pedrisco britado para ser utilizado em construção. Faixa granulométrica entre 4,5 mm a 9,5 mm aproximadamente. Entrega conforme necessidade, por m3.	M³	REBELATO	50	90,00	4.500,00
225	31414 - Picão c/ cabo (ferreiro) tamanho min 47 cm com cabo de 90 cm.	UN	VILA	5	59,00	295,00
226	34504 - Pincel número 1 1/2"""" cabo em polietileno, tipo cerdas sintética, anti-estático, formato chato.	UN	ROMA	20	6,40	128,00
227	31416 - Pitão tipo gancho zincado com bucha 8mm.	UN	OUROFIX	300	0,80	240,00
230	34041 - Plug pino fêmea 20 A, plugue tipo fêmea, 2 pinos cilíndricos, corrente nominal 20 a, de acordo com as normas técnicas nbr14136, formato corpo chato.	UN	ILUMI	10	6,40	64,00
231	34042 - Plug pino macho 10 A, plugue tipo macho, 3 pinos cilíndricos, corrente nominal 10 a, tensão nominal 250 v, 2 p + t, padrão brasileiro.	UN	ILUMI	40	5,40	216,00
232	34043 - Plug pino macho 20 A, plugue tipo macho, 3 pinos redondos, corrente nominal 20 a, 2 p + t, com prensa cabo diâmetro externo até 8mm, aplicação redes elétricas.	UN	ILUMI	10	7,40	74,00
234	34045 - Pó de pedra, material brita 0, aplicação pavimentação, granulometria menor 4,8 mm.	M³	REBELATO	100	89,00	8.900,00
236	34047 - Porca sextavada, diâmetro 2,5mm a 24mm, de aço, zincada, sistema de rosca.	UN	OUROFIX	40	0,80	32,00
237	34048 - Prego com cabeça 12 x 12 galvanizado, pacote 01 kg, cabeça axadrezada com pontas em cunha, liso, polido e galvanizado.	KG	GERDAU	10	17,40	174,00
241	34052 - Prego com cabeça 19 x 39 galvanizado pacote 01 kg, cabeça axadrezada com pontas em cunha, liso, polido e galvanizado.	KG	GERDAU	75	14,80	1.110,00
242	31431 - Prego com cabeça 25 x 72 galvanizado pacote 01 kg, cabeça axadrezada com pontas em cunha, liso, polido e galvanizado.	KG	GERDAU	20	14,80	296,00
244	34445 - Prumo para construção, prumo de parede 500gr, corpo maciço em aço, com cordão em nylon de 02 metros, indicado para instalação de portas e janelas, erguer pare DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	VILA	2	24,00	48,00
245	34056 - PU 40 MULTIUSO, adesivo vedante de poliuretano modificado, alta performance, 400 gramas.	UN	TYTAN	10	18,00	180,00
257	34377 - Registro de gaveta 25 mm metálico, registro de gaveta feito de liga metálica (dn 25), obedecendo as normas da abnt nbr 15705, medidas comprimento 60 mm x largura 60 mm x altura 100 mm.	PÇ	AGUIA	29	59,20	1.716,80
259	34073 - Registro esfera vs soldável 32mm.	UN	DURIN	10	25,50	255,00
260	34074 - Registro esfera vs soldável 40mm.	UN	DURIN	10	24,85	248,50
261	34075 - Registro esfera vs soldável 50mm.	UN	DURIN	5	30,00	150,00
262	34076 - Régua de alumínio para pedreiro - material alumínio, comprimento 1,50 m.	UN	VILA	2	47,00	94,00
264	31449 - Revestimento cerâmico paredes 25 x 35 PEI 2 ou 3, com placas tipo esmaltada de dimensões 25 x 35 cm, aplicadas à meia altura das paredes.	MT2	AGATA	550	32,70	17.985,00
265	34079 - Revestimento cerâmico retificado 45 x45 PEI 4 ou 5, cores a definir, classe a. Aplicação interna/externa, pisos e paredes.	M²	AGATA	50	46,90	2.345,00
266	34507 - Revestimento cerâmico retificado PEI 4 - classe """"A"""", para revestimento 32cm x 57cm - resistente a mancha d'água.	M²	AGATA	100	34,60	3.460,00
267	34081 - Revestimento cerâmico retificado, acabamento acetinado, tamanho 82x82 cm, indicado para alto tráfego, área de instalação interna e externa, deslize e cor a definir.	M²	CRISTOFOLETTI	100	48,50	4.850,00
268	34082 - Roda para carrinho de mão com pneu e câmara 3,25 x 8. Roda completa (montada), aro galvanizado, bucha de nylon no eixo, roda pneumática, capacidade mínima 100 kg.	UN	VILA	2	41,70	83,40
269	34450 - Rodapé de poliestireno altura 10 cm e espessura 13 mm, na cor branco, 2,2m a 2,40 m de comprimento, com friso na parte superior, antimofo, imune a cupins, res DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	M	PLASTILIT	30	34,75	1.042,50

270	34084 - Rodapé em madeira, espessura 1,5cm, altura 5cm. Acabamento entre a parede e piso.	MT	MARUSTI	50	7,90	395,00
273	34087 - Rolo de lã, antigotas, superior capacidade de retenção de tinta e cobertura, reduz o respingamento, ideal para paredes ásperas. Lã de carneiro 10mm x 23 cm.	UN	ROMA	30	18,10	543,00
278	34092 - Sifão tubo extensivo flexível universal pvc, corrugado flexível 150cm, cor branca, com diâmetro universal, produzido em pvc, pp e pead, de acordo com a nbr 14162.	UN	DURIN	20	13,60	272,00
279	31464 - Sifão tubo extensivo flexível universal pvc, corrugado flexível 73cm, cor branca, com diâmetro universal, produzido em pvc, pp e pead, de acordo com a nbr 14162.	UN	DURIN	12	7,00	84,00
281	31466 - Silicone de uso geral incolor, áreas internas e externas, coloração e odor característicos, bisnaga de 50 g.	UN	UNIPEGA	30	5,40	162,00
282	31467 - Solvente 18 litros, solvente/diluente para tinta de sinalização viária (a base de metilmetacrilato). Para alto trafego. Lata/galão de 18 litros.	Lata	FARBEN	40	269,00	10.760,00
285	34452 - Tê pvc soldável de 32mm x 25mm p/ água fria, conexão hidráulica, material pvc - cloreto de polivinila, tipo tê redução, fixação soldável, aplicação instalaçõe DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	PLASTILIT	10	5,75	57,50
286	34100 - Tê pvc soldável de 40mm x 32mm p/ água fria, conexão hidráulica, material pvc - cloreto de polivinila, tipo tê redução, fixação soldável.	UN	PLASTILIT	10	9,85	98,50
289	34103 - Tê pvc soldável de 40mm p/ água fria.	UN	PLASTILIT	20	10,30	206,00
291	34105 - Tê pvc soldável de 75mm p/ água fria.	UN	PLASTILIT	5	28,30	141,50
292	31473 - Telha cumeeiras de fibrocimento 110x42cm 4mm universal cinza.	UN	ISDRALIT	20	22,05	441,00
293	31474 - Telha cumeeiras de fibrocimento 110x42cm 5mm universal cinza.	UN	ISDRALIT	20	70,60	1.412,00
294	7320 - Telha Cumeeiras de fibrocimento 110x42cm 6mm Universal cinza.	UN	ISDRALIT	50	74,00	3.700,00
295	31475 - Telha ondulada de fibrocimento 6 mm (2,44x1,10) - telha ondulada de fibrocimento sem amianto na dimensão de 2,44 x 1,10 - 6mm.	UN	ISDRALIT	80	59,50	4.760,00
296	34110 - Telha ondulada de fibrocimento, 2,44 x 0,50 x 5mm, cimento e fibra.	UN	ISDRALIT	50	23,00	1.150,00
297	34111 - Telha ondulada de fibrocimento, 2,44 x 1,10 x 4mm (obs: 5mm), cimento e fibra.	UN	ISDRALIT	150	37,40	5.610,00
298	34453 - Telha tp 40 aluzinco nacional 1,04x6m (0,43 mm), telha aluzinco térmica tp 40 tipo trapézio/eps, fundo trapézio ou liso, espessura chapa superior 0,65 mm, esp DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	BORTOLOTO	500	132,00	66.000,00
299	31479 - Telha tp 40 aluzinco nacional 1,04x6m (0,43 mm), telha aluzinco simples.	UN	BORTOLOTO	500	42,60	21.300,00
300	34114 - Textura rústica 25 kg, massa premium para textura rústica de base acrílica. Cor branca. Uso interno e externo, embalagem com 25 kg.	UN	Hydronorth	60	65,00	3.900,00
301	34454 - Thinner, mistura de solventes voláteis, devidamente balanceados, límpido, incolor, odor característico. Isento de benzeno e de produtos clorados, ideal para l DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	FARBEN	20	78,00	1.560,00
302	34455 - Tinta acrílica acetinada, cor intermediária em 18 litros, cores a definir, 1ª linha (premium) com certificação pelo fabricante a base de resina acrílica, com DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	Hydronorth	50	350,00	17.500,00
303	34456 - Tinta acrílica cor clara com 3,6 litros, cores claras a definir, 1ª linha (premium) com certificação pelo fabricante a base de resina acrílica, antimofo, anti DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	Hydronorth	20	153,90	3.078,00
304	34384 - Tinta acrílica fosca cor escura com 18 litros, acabamento fosco, lata com 18 litros, exterior e interior, composição com água bactericida e fungicida, carbonato de cálcio, dióxido de titânio.	UN	Hydronorth	60	350,00	21.000,00
305	34457 - Tinta acrílica fosca cor escura com 3,6 litros, sem cheiro, lavável, interior e exterior, aplicável sobre reboco, gesso, fibrocimento, massa corrida ou acríli DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	Hydronorth	20	259,00	5.180,00
306	34386 - Tinta acrílica fosca cor intermediária com 3,6 litros, sem cheiro, lavável, interior e exterior, composição com água bactericida e fungicida, carbonato de cálcio, dióxido de titânio.	UN	Hydronorth	20	204,50	4.090,00
307	34458 - Tinta acrílica fosco cores claros com 18 litros, tinta látex acrílica 18lts premium, acabamento fosco, exterior e interior, composição com água bactericida e DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	Hydronorth	50	350,00	17.500,00
308	34459 - Tinta esmalte sintético cor claras com 3,6 litros - linha premium - rendimento de 40 a 50m², cobertura em três demãos. Cores claras (branco, azul-claro, verde DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	Hydronorth	20	100,00	2.000,00
309	34123 - Tinta esmalte sintético cor escura com 18 litros, premium, lata com 18 litros, acabamento acetinado, rendimento mínimo de 150m², material de 1ª linha.	UN	Hydronorth	20	644,00	12.880,00
310	34124 - Tinta esmalte sintético cor escura com 3,6 litros, rendimento de 40 a 50m², cobertura em três demãos. Cores escuras. Linha premium.	UN	Hydronorth	20	112,00	2.240,00
312	34461 - Tinta esmalte sintético cor intermediária com 18 litros, premium, brilhante, para construção civil, superfícies internas e externas de madeiras, alumínio, met DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	DURIN	20	497,99	9.959,80
313	34127 - Tinta esmalte sintético cor intermediária com 3,6 litros, acetinado, primeira qualidade, cor intermediária, lata com 3,6 litros, cor ou similar de acordo com as normas brasileiras regulamentadoras.	UN	DURIN	20	154,30	3.086,00
314	34462 - Tinta p/ demarcação viária - cor branco acrílica, a base de água, lata de 18 litros. Ausência de sólidos no fundo da lata, sem grumos. Embalagem com informaçõ DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	LT	SINAL CENTER	30	393,00	11.790,00
315	34463 - Tinta para malha viária cor amarela, lata 18 litros, acrílica, a base de água, balde de 18 litros. Ausência de sólidos no fundo da lata, sem grumos. Embalagem DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	SINAL CENTER	30	340,00	10.200,00
316	34464 - Tinta para malha viária cor concreto, lata 18 litros, acrílica, a base de água, balde de 18 litros. Ausência de sólidos no fundo do balde, sem grumos. Embalag DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	SINAL CENTER	20	396,00	7.920,00
317	34131 - Tinta para malha viária cor vermelha, lata 18 litros, acrílica, a base de água, balde de 18 litros. Ausência de sólidos no fundo do balde, sem grumos. Validade mínima 12 meses.	UN	SINAL CENTER	10	358,00	3.580,00
321	34135 - Tomada dupla 10A de embutir (4X2), tomada modelo dupla, formato 2p + t, cor corpo branca, corrente nominal 10a, completa (caixa).	UN	ILUMI	20	11,50	230,00
322	34136 - Tomada dupla 10A de sobrepor, tomada modelo dupla, formato 2p + t, cor corpo branca, corrente nominal 10a, completa (caixa, espelho e tomada), aplicação conduíte instalação elétrica.	UN	ILUMI	40	9,45	378,00
323	34467 - Tomada simples 10A de embutir (4X2), tomada modelo dupla, formato 2p + t, cor corpo branca, corrente nominal 10a, 326completa (caixa, espelho e tomada), aplic DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN	ILUMI	20	6,90	138,00
324	34138 - Tomad328a simples 10A de sobrepor (4X2), tomada modelo dupla, form329ato 2p + t, cor corpo branca, corrente nominal 10a, completa (330caixa, espelho e tomada), material PVC.	UN	ILUMI	20	9,40	188,00
325	34139 - Tomada simples 203A de embutir, tomada modelo simples, tipo externa, cor corpo branca, corrente nominal 10a, sistema x, 2 pinos + terra, normas técnicas nbr 14136, material termoplástico.	UN	ILUMI	50	7,00	350,00
331	34145 - Treliça h8, 6x3.4x3.4mm e 6 mts comprimento.	BR	GERDAU	40	46,00	1.840,00
332	34146 - Treliça h8, 6x4.2x4.2mm e 6 mts comprimento.	UN	GERDAU	60	52,00	3.120,00
335	34398 - Tubo de pvc 100 mm tipo esgoto barra c/ 6 metros, não metálico, rígido, matéria-prima pvc, tipo soldável pbv, diâmetro 100 mm, aplicação esgoto ou águas pluviais, comprimento 6 metros.	BR	PLASTILIT	11	81,90	900,90
336	34150 - Tubo de pvc 150mm tipo esgoto barra c/ 6 metros, não metálico, rígido, matéria-prima pvc, tipo soldável pbv, diâmetro 150 mm, aplicação esgoto ou águas pluviais, comprimento 6 metros.	BR	PLASTILIT	18	206,90	3.724,20
337	34151 - Tubo de pvc 40mm tipo esgoto barra c/ 6 metros, não metálico, rígido, matéria-prima pvc, tipo soldável, diâmetro 40 mm, aplicação esgoto ou águas pluviais, comprimento 6 metros.	BR	PLASTILIT	17	39,00	663,00
338	34152 - Tubo de pvc 50mm tipo esgoto barra c/ 6 metros, não metálico, rígido, matéria-prima pvc, tipo soldável pbv, diâmetro 50 mm, aplicação esgoto ou águas pluviais, comprimento 6	BR	PLASTILIT	8	48,90	391,20

	metros.					
339	34153 - Tubo de pvc 75mm tipo esgoto barra c/ 6 metros, não metálico, rígido, matéria-prima pvc, tipo soldável pbv, diâmetro 75 mm, aplicação esgoto ou águas pluviais, comprimento 6 metros.	BR	PLASTILIT	13	74,98	974,74
340	34154 - Tubo flexível polietileno 20mm, dreno, diâmetro interno 20mm, com 100 mts.	RL	PLASTILIT	5	303,00	1.515,00
341	34469 - Tubo soldável/Cano de PVC 20mm barras com 6,00 metros, sistema em pvc para condução de água fria, material soldável, suporta pressão de serviço de até 7,5 kgf DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	BR	PLASTILIT	100	17,00	1.700,00
343	34510 - Vergalhão aço CA-50 16.0mm (5/8"""") - barra c/ 12 metros, vergalhão em aço CA 50, nervurado.	BR	GERDAU	74	113,30	8.384,20
344	34511 - Vergalhão aço CA-50 10mm (3/8"""") - barra com 12 metros, vergalhão CA 50 10mm em aço CA 50, nervurado, 10,0mm (3/8).	BR	GERDAU	80	58,00	4.640,00
345	34512 - Vergalhão aço CA-50 12,5mm (1/2"""") - barra com 12 metros, vergalhão de aço CA-50 12,5mm, nervurado, barra com 12 metros.	BR	GERDAU	120	78,00	9.360,00
346	34513 - Vergalhão aço CA-50 25.0 mm (1"""") - barra com 12 metros, vergalhão de aço carbono ca-50 25 mm (1 pol.).	BR	GERDAU	6	350,00	2.100,00
347	34514 - Vergalhão aço CA-50 6.3 mm (1/4"""") - vergalhão de aço carbono, barra com 12 metros.	BR	GERDAU	225	21,70	4.882,50
348	34515 - Vergalhão aço CA-50 8.0 mm (5/16"""") - vergalhão de aço carbono, barra com 12 metros.	BR	GERDAU	25	40,00	1.000,00
349	34516 - Vergalhão aço CA-60 4.2mm (3/16"""") - vergalhão de aço carbono, barra com 12 metros.	BR	GERDAU	30	13,15	394,50
350	34517 - Vergalhão aço CA-60 5.0mm (3/15"""") - vergalhão de aço carbono, barra com 12 metros.	BR	GERDAU	50	15,00	750,00
Total (R$):						447.180,18

6278 - YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51.740.794/0001-60)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
199	34006 - Luva soldável lisa 32mm - material: pvc, recomendada para instalações prediais gerais em instalações de água fria.	UN	KRONA 8511000437	100	3,37	337,00
Total (R$):						337,00

Bom Jesus do Sul-PR, 09/10/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:BC83896F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.925, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, por anulação de dotações no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	**Depto de Educação, Cult. Esport**		
09.02	**Divisão de Ensino - FUNDEB**		
12.365.0010.2.034	**Manutenção do Ensino Pré-Escolar Infantil – FUNDEB**		
3.3.90.30	Material de Consumo	102	85.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	102	25.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Mat. Permanente	102	45.000,00
TOTAL			**155.000,00**

Art.2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, será utilizada a ANULAÇÃO parcial das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, conforme o previsto no Art. 5º incisos I e II na Lei orçamentária nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	**Depto de Educação, Cult. Esport**		
09.02	**Divisão de Ensino - FUNDEB**		
12.365.0010.2.034	**Manutenção do Ensino Pré-Escolar Infantil – FUNDEB**		
3.3.90.30	Material de consumo (418)	102	105.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica (419)	102	50.000,00
TOTAL			**155.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C70CD5D8

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.926, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, da Lei Estadual nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, e dos Decretos Estaduais nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, e nº 10.590, de 14 de julho de 2025, dispondo sobre a liberdade econômica e a classificação de risco das atividades econômicas para fins de licenciamento municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46, inciso IV, e nos termos do art. 61, inciso I, alíneas "a" e "o", da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações, quanto ao tratamento diferenciado e favorecido às empresas de pequeno porte e às microempresas, a ser dispensado pelo Município no âmbito de suas atribuições;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, a qual Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Estadual de Liberdade Econômica e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Estadual de Liberdade Econômica, e institui parâmetros para classificação das atividades econômicas consideradas de baixo risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 10.590, de 14 de julho de 2025, que altera o Decreto nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei de Liberdade Econômica, e institui parâmetros para classificação das atividades econômicas consideradas de Baixo Risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO as disposições das Resoluções nº 22, de 22 de junho de 2010, nº 51, de 11 de junho de 2019 e nº 68, de 23 de março de 2022, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, que dispõe sobre regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para os procedimentos de licenciamento de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública municipal, dispositivos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, da Lei Estadual nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, do Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023 e do Decreto Estadual nº 10.590, de 14 de julho de 2025, que tratam de direitos de liberdade econômica e versam sobre a classificação de risco de atividades econômicas.

Art. 2º. Para fins do disposto no art. 1º, este Decreto estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e dispõe sobre a atuação do Poder Público Municipal como agente normativo e regulador.

§ 1º. O disposto neste Decreto será observado na aplicação e na interpretação do direito civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação e na ordenação pública, inclusive registros públicos, trânsito, transporte e proteção ao meio ambiente.

§ 2º. Interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas.

Art. 3º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

Atividade Econômica: o ramo de atividade identificado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e da lista de atividades auxiliares regulamentadas pela Comissão Nacional de Classificação – CONCLA;

Atos Públicos de Liberação: a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o credenciamento, o estudo, o plano, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros;

CNAE: a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, possibilitando, ainda, a maior integração inter sistemas;

Concedente: entidades ou órgãos públicos municipais responsáveis pela emissão de atos públicos de liberação da atividade econômica;

Domicílio Fiscal ou Estabelecimento Virtual: característica de forma de atuação para pessoa física ou jurídica, que no seu endereço não exerce qualquer atividade ou necessite de estabelecimento virtual, não realiza atendimento a clientes, fornecedores ou outros, não possui armazenagem de mercadorias ou produtos e não tem exibição de publicidade no local, sendo analisados, no procedimento de consulta prévia de viabilidade locacional, o tipo de unidade, forma de atuação e o exercício da atividade econômica no local informado;

Escritório Administrativo: estabelecimento onde são exercidas atividades meramente administrativas;

Grau de Risco: nível de perigo potencial de ocorrência de danos à integridade física e à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, em decorrência de exercício de atividade econômica;

Produto Artesanal: aquele produzido em escala reduzida com atenção direta e específica dos responsáveis por sua manipulação e com predominância de técnicas, ferramentas e utensílios manuais, resultando em produto singular, genuíno e de fabrico individualizado. Sua produção é, em geral, de origem familiar ou de pequenos grupos, o que possibilita e favorece a transferência de conhecimentos sobre técnicas e processos originais com características regionais, culturais e tradicionais;

REDESIM: Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, implantada pela Lei Federal nº11.598, de 3 de dezembro de 2007, que tem como objetivo integrar todos os órgãos envolvidos com o registro e com a legalização de empresas e negócios;

Requerente: toda pessoa, natural ou jurídica, essencial para o desenvolvimento e crescimento econômico do Estado, que requeira a liberação de atividade econômica ao concedente, observado o disposto no art. 3º da Lei Federal no 13.874, de 2019 e art. 4º da Lei Estadual 20.436, de 2020;

Resíduos Classe I – Perigosos: apresentam risco à saúde pública e/ou ao meio ambiente, caracterizando-se por possuir uma ou mais das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade. Encontram-se nessa classe os resíduos que devem ser descartados segundo critérios técnicos, de acordo com sua natureza;

Resíduos Classe II – Não Perigosos: são aqueles que não se enquadram em nenhuma das especificações da Classe I (Perigosos);

Termo de Ciência e Responsabilidade: Autodeclaração firmada por parte do requerente, sob as penas da lei, que conhece e atende os requisitos legais para o licenciamento empresarial, quando exigível pelo grau de risco da atividade econômica a ser desenvolvida, compreendidos os aspectos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental, tributários, segurança pública, prevenção de incêndio, desastres e emergências, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares, ponto de referência e restrições ao uso de espaços públicos.

Art. 4º. São princípios que norteiam o disposto neste Decreto:

A liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas;

A boa-fé do particular perante o Poder Público;

A intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e

O reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Poder Público Municipal.

Art. 5º. A vulnerabilidade do particular perante o Estado será afastada, em conformidade com o parágrafo único do art. 2º da Lei Federal nº 13.874, de 2019, quando:

Constatada má-fé do particular perante o Poder Público;

Constatada reincidência de infração à legislação aplicável a atos de liberação do exercício de atividade econômica; ou

Constatada a hipersuficiência do particular.

CAPÍTULO II
DA LIBERDADE ECONÔMICA EM ÂMBITO MUNICIPAL

Seção I
Da Declaração Municipal de Direitos da Liberdade Econômica

Art. 6º. São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal, no art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2019 e art. 4º da Lei Estadual nº 20.436, de 2020:

Desenvolver atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha, exclusivamente, de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica;

Desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, observadas:

As normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público;

As restrições advindas de contrato, de regulamento condominial ou de outro negócio jurídico, bem como as decorrentes das normas de direito real, incluídas as de direito de vizinhança; e

A legislação trabalhista.

Receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento;

Gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia privada, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;

Desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços quando as normas infralegais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos estabelecidos em regulamento, que disciplinará os requisitos para aferição da situação concreta, os procedimentos, o momento e as condições dos efeitos;

Ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto neste Decreto, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular será cientificado expressa e imediatamente do prazo máximo estipulado para a análise de seu pedido e de que, transcorrido o prazo fixado, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei;

Não ser exigida pela administração pública direta ou indireta certidão sem previsão expressa em lei.

§ 1º Para os fins definidos no inciso VII do *caput* deste artigo, é ilegal delimitar prazo de validade de certidão emitida sobre fato imutável, inclusive sobre óbito.

§ 2º O disposto no §1º deste artigo não se aplica às atividades com impacto significativo no meio ambiente, conforme estabelecido pela legislação especial.

Art. 7º. Para fins deste Decreto, os documentos digitais se equiparam aos documentos físicos para comprovação de direitos relacionados ao exercício de atividade econômica, conforme disposto no inciso X do *caput* do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2019 e do inciso IX do art. 4º da Lei Estadual nº 20.436, de 2020.

Seção II
Dos Procedimentos Operacionais

Subseção I
Dos Procedimentos Referentes ao Licenciamento Empresarial

Art. 8º. Em havendo viabilidade técnica e operacional em âmbito municipal, todo o procedimento estabelecido neste Decreto referente a processos de abertura de empresas, consulta prévia locacional e demais procedimentos correlatos ao licenciamento empresarial deverão ser realizados pelo Integrador Estadual ou por meio de procedimentos tecnológicos integrados junto a REDESIM e os sistemas municipais de licenciamento empresarial.
Subseção II
Dos Procedimentos para Enquadramento da Atividade Empresarial

Art. 9º. O enquadramento da atividade segundo o grau de risco se dará por meio do fornecimento de informações prestadas pelo próprio requerente quando da realização do procedimento de legalização empresarial, as quais poderão ser promovidas eletronicamente, no âmbito da REDESIM, através do Portal Eletrônico da Prefeitura, ou por meio integrador estadual, disponível no endereço eletrônico http://www.empresafacil.pr.gov.br/, prevendo:

Solicitação da consulta prévia de viabilidade locacional;

Avaliação e enquadramento do grau de risco das atividades econômicas, bem como suas condicionantes, elencadas na solicitação, por meio de mecanismos tecnológicos automatizados;

Emissão automática da inscrição municipal, após os devidos registros empresariais e a respectiva análise da consulta prévia de viabilidade locacional.

Parágrafo único. Para efeito de apuração de infrações e aplicação de sanções, quando constatado que o requerente, preposto ou responsável técnico tenham fornecido através das declarações ou no procedimento de licenciamento informações inverídicas, que causem embaraço à fiscalização ou a induzam ao erro, os órgãos e entidades competentes aplicarão a legislação específica em vigência, inclusive com corresponsabilização, após apuração de culpa ou dolo, sendo assegurado, em sede de recurso, o direito ao contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo instaurado pelo órgão competente.

CAPÍTULO III
DA REGULAMENTAÇÃO DE GRAU DE RISCO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 10. A classificação de grau de risco de atividade econômica, para fins de padronização de redação, passa a ser denominadas pelo Poder Público Municipal como:

Nível de risco I – baixo risco ou "baixo risco": a classificação de atividades para os fins do art. 3º, § 1º, inciso III, da Lei nº 13.874, de 2019, cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento, exigindo-se a inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes/inscrição tributária;

nível de risco II – médio risco ou "médio risco": a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto risco e que não se enquadrem no conceito de nível de risco I – baixo risco, "baixo risco", disposto no inciso I deste artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro e por meio de fornecimento de informações e declarações firmadas pelo requerente, o reconhecimento formal do atendimento aos requisitos exigíveis para a emissão de licenças, alvarás e similares para início da operação do estabelecimento, conforme previsto no art. 6º-A, *caput* e § 6º, da Lei nº 11.598, de 2007; e

nível de risco III – alto risco ou "alto risco": as atividades econômicas assim definidas por outras legislações de esfera Federal, Estadual e Municipal, emitidas pelos respectivos entes competentes, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental, urbanismo e prevenção contra incêndios, desastres e emergências, as quais exigem vistoria prévia por parte dos órgãos e das entidades responsáveis pela emissão de licenças e autorizações, antes do início da atividade.

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 11. Aos licenciamentos que são dependentes do Corpo de Bombeiros Militar referentes à localização e ao funcionamento do estabelecimento, ficam definidas as seguintes lógicas sob aspectos de segurança contra incêndios:

Quando a atividade for classificada como nível risco I – baixo risco para o Corpo de Bombeiros Militar, não há a necessidade da exigência de quaisquer documentos pelo ente municipal relacionado à segurança contra incêndios, entretanto, cabe destacar que o estabelecimento deve estar adequado a normatização vigente e fica passível de fiscalização a qualquer tempo;

Quando a atividade for classificada como nível de risco II – médio risco para o Corpo de Bombeiros Militar, a validade da licença ou alvará municipal fica condicionada a existência do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB válido, que é emitido de modo virtual por meio da assinatura do Termo de Ciência e Responsabilidade;

Quando a atividade for classificada como nível risco III – alto risco para o Corpo de Bombeiros Militar, é obrigatório a exigência preliminar pelo ente municipal do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB válido.

Parágrafo único. Os alvarás de funcionamento ou as licenças municipais atinentes ao licenciamento empresarial, quando exigíveis, deverão conter ressalva informando que: "A validade e eficácia desta(e) licença/alvará, durante sua vigência, se dará por meio da apresentação conjunta de Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB válido".

Seção II
Das Atividades de Nível de Risco I – Baixo Risco

Art. 12. Para os fins do art. 3º, § 1º, inciso III, da Lei nº 13.874, de 2019, são consideradas de nível de risco I – baixo risco para o efeito específico e exclusivo de dispensar a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica, aquelas atividades relacionadas no Anexo I do presente Decreto.

Parágrafo único. A classificação como nível de risco I – baixo risco, enquadrada de forma concomitante entre os órgãos e entidades responsáveis pelo licenciamento empresarial em âmbito municipal não será objeto de alteração quanto ao seu enquadramento mesmo na existência de procedimentos ambiental, sanitário, urbanístico e de prevenção e combate a incêndio e a desastres previstos em legislações específicas nas esferas Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 13. Fica regulamentada em âmbito municipal, para fins de classificação de risco, a tabela de nível de risco I – baixo risco, das atividades econômicas constantes no Anexo do Decreto Estadual nº 3.434, de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 10.590, de 2025, ou sua sucedânea, para efeitos de dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividades econômicas, conforme estabelecido no art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 13.874, de 2019, art. 4, inciso I, da Lei Estadual nº 20.436, de 2020, e demais legislações correlatas.

§ 1º A dispensa de atos públicos de liberação da atividade econômica não exime as pessoas naturais e jurídicas do dever de observar as demais obrigações estabelecidas pela legislação.

§ 2º Para efeito deste artigo, adotar-se-á a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 14. Para fins de atender a classificação de risco contida no inciso I, do art. 10 deste Decreto, a atividade econômica somente será qualificada como de nível de risco I – baixo risco, nas seguintes hipóteses:

executada em área sobre a qual o seu exercício é plenamente regular, conforme determinações da legislação urbanística aplicável ou nos termos do art. 7º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, quando instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária, imobiliária e edilícia, inclusive habite-se;

exploradas em estabelecimento na forma de escritório administrativo ou domicílio fiscal, observando-se as seguintes definições:

considerar-se-á escritório administrativo aquele que a atividade exercida seja tipicamente para atividades administrativas, de forma a não haver efetiva operação da atividade econômica;

A condição de domicílio fiscal, conforme definição constante do inciso V, art. 3º deste Decreto, será caracterizada exclusivamente com base nas informações prestadas pelo requerente no procedimento de formalização da consulta prévia de viabilidade locacional, atendidos os seguintes requisitos:

Nenhuma das atividades informadas na consulta prévia poderão ser exercidas no local, sejam elas principais ou secundárias; e
O tipo de unidade deverá ser exclusivamente na condição de “Escritório Administrativo”.

a atividade seja classificada por todos os órgãos ou entidades competentes no licenciamento empresarial como sendo nível de risco I – baixo risco.

Parágrafo único. As atividades que não se enquadrarem nos termos do artigo 10, incisos I, II e III deste Decreto poderão ser enquadradas como nível de risco II – médio risco ou nível de risco III – alto risco, a depender das características e condicionantes específicas da atividade econômica, na forma prevista em regulamento.

Seção III
Da Dispensa de Atos Públicos para Licenciamento para Atividades Classificadas como Nível de Risco I – Baixo Risco

Art. 15. Para os estabelecimentos cujas atividades sejam classificadas pelos órgãos e entidades competentes no licenciamento empresarial, como sendo de nível de risco I – baixo risco ou "baixo risco", na forma do inciso I do art. 10 deste Decreto, no processo de legalização, fica o Poder Púbico Municipal autorizado a reconhecer a dispensa de atos públicos nos procedimentos de liberação para a plena e contínua operação e funcionamento.

§ 1º Para o reconhecimento da dispensa contida no *caput*, todas as atividades econômicas relacionadas na formalização do pedido de registro empresarial deverão ser classificadas com o mesmo grau de risco, seja principal ou acessórias.

§ 2º O estabelecimento beneficiado com a dispensa constante no *caput*, e que venha a alterar ou incluir atividade não classificada como de nível de risco I – baixo risco, deverá solicitar a licença, na forma da legislação vigente, sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

Art. 16. A dispensa de atos públicos municipais não desobriga os estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços de qualquer natureza, atividades de organização e representação, bem como de autônomos e licenças especiais, da prévia inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes, na forma da Lei nº 72/2009 - Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. A inscrição a que se refere o *caput* deste artigo é obrigatória e será sempre precedida do deferimento da Consulta Prévia ou caraterização do estabelecimento que comporte a dispensa da mesma, e formalização perante o registro empresarial e CNPJ, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em legislação especial.

Art. 17. Por ocasião da realização da respectiva inscrição municipal, sendo cabível a dispensa de ato público de licenciamento, será comunicada a Fiscalização Municipal para os procedimentos fiscalizatórios adequados ao tipo do estabelecimento visando:

Verificar a conformidade da(s) atividade(s) requerida(s) e autorizada(s) pela Administração Pública;

Por medida preventiva, a bem da higiene, da preservação ambiental, da moral, do sossego, da prevenção e segurança no combate a incêndio, desastres, emergências e segurança pública;

Comprovar as informações prestadas no processo de requerimento da licença;

A fiscalização do exercício do direito à dispensa, de ofício ou por denúncia, conforme dispõe o §2º do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2019.

Art. 18. As atividades dispensadas de atos públicos de liberação, abrangidas pela Lei Federal nº 13.874, de 2019 e pelo Decreto Estadual nº 10.590, de 2025, ficam submetidas à fiscalização posterior.

§ 1º O direito a dispensa de ato público de liberação da atividade econômica não isenta o responsável do cumprimento das demais legislações municipal, estadual e federal em especial as atinentes a Uso e Ocupação do Solo, do Plano Diretor Municipal, do Código Tributário Municipal e do Código de Posturas, bem como das normas ambientais, de segurança sanitária, de posturas e de prevenção de incêndio e desastres.

§ 2º A dispensa de atos públicos de liberação das atividades econômicas de nível de risco I – baixo risco não exime o responsável, quando for o caso, do pagamento das taxas cabíveis e demais tributos nos termos da legislação vigente.

Seção IV
Das Atividades de Nível de Risco II – Médio Risco

Art. 19. Nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado como nível de risco II – médio risco, conforme definição do inciso II, do art. 10, deste Decreto, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de processamento de informações, declarações e procedimentos entre os sistemas municipais e o integrador estadual da REDESIM, sendo por este disponibilizados ao requente na forma prevista no artigo 6º-A, *caput*, Lei Federal nº 11.598, de 2007, ou sua sucedânea.

§ 1º. O alvará de funcionamento referido no *caput* deste Decreto será emitido mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambientais e de prevenção contra incêndio, conforme previsto no inciso II, do artigo 11 deste Decreto.

§ 2º. Do Termo de Ciência e Responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial, em todos os âmbitos.

§ 3º. Os contribuintes licenciados na forma do *caput* deste artigo ficam obrigados a providenciar todas as adequações do estabelecimento e todos os documentos e demais licenças solicitadas por ocasião da concessão do respectivo licenciamento empresarial, em especial os parâmetros de prevenção a incêndio e desastres, sob pena de cancelamento desta documentação.

§4º. A emissão automática de alvará e/ou licenças de que trata o *caput* deste artigo não obsta a fiscalização a qualquer tempo, após a concessão do respectivo alvará de funcionamento e/ou licenças, pelos órgãos e entidades municipais competentes.

§ 5°. A emissão automática de alvará e/ou licenças prevista no *caput* deste artigo não isenta o estabelecimento de atender integralmente a legislação vigente aplicável à atividade desenvolvida, ficando sujeito, quando não cumpridos os requisitos legais, às medidas administrativas e sanções previstas na legislação.

§ 6º. A emissão de forma automática de alvará e/ou licenças de que trata o *caput* não exime o responsável, quando for o caso, do pagamento das taxas cabíveis e demais tributos nos termos da legislação vigente.

§ 7º. As disposições deste artigo não afastam as regras de licenças ambientais e outros atos autorizativos previstos na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, sua sucedânea e legislação ambiental correlata.

Seção V
Das Atividades de Nível de Risco III – Alto Risco

Art. 20. Nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado como nível de risco III – alto risco, conforme definição do inciso III, do art. 10, deste Decreto, o alvará de funcionamento e as licenças somente serão concedidos após realização das vistorias, apresentação de todos os documentos exigidos, bem como, manifestação positiva de todos os órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, responsáveis pelo licenciamento empresarial, previamente ao início do exercício da atividade econômica.

Parágrafo único. O grau de risco da atividade econômica será considerado nível de risco III – alto risco se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas, sejam primárias ou secundárias, conforme informações presentes no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

Seção V
Das Definições Gerais Referentes a Grau de Risco de Atividades Econômicas

Art. 21. A regularidade perante órgãos de licenciamento sanitário, ambiental, de segurança, incêndio e desastres, quando de competência de outras esferas, será de responsabilidade do representante do estabelecimento.

Parágrafo único. A validação da regularidade prevista no *caput* poderá ser realizada mediante informações disponíveis no âmbito da REDESIM ou através da apresentação de documentos que a atestem.

Art. 22. Constatado que o contribuinte dispensado de licenciamento não atende ao disposto neste Decreto, será lavrado Termo de Cancelamento da Dispensa de Licenciamento e encaminhado à Fiscalização para notificação do contribuinte, bem como para as providências legais vigentes.

Parágrafo único. Para os efeitos legais, o contribuinte com o Termo de Cancelamento da Dispensa de Licenciamento fica equiparado ao contribuinte não licenciado, devendo haver os devidos registros cadastrais.

Art. 23. Independentemente do grau de risco e da eventual dispensa de licenciamento, todas as atividades continuam sujeitas à fiscalização quanto às informações e declarações prestadas.

§ 1º A fiscalização, obrigatoriamente, adotará procedimentos orientadores, aplicando-se o critério de dupla visita, nos termos do art. 55, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

§ 2º Os prazos para complementação da documentação ou adequações deverão considerar a complexidade do caso e poderão ser prorrogados pela autoridade competente por motivo fundamentado, respeitado o prazo previsto neste Decreto.

§ 3º Nas situações em que seja constatado risco grave e iminente à saúde, ao meio ambiente, ao sossego ou à segurança pública poderá ser dispensado o critério da dupla visita, devidamente justificado.

CAPÍTULO IV
DOS PRAZOS

Seção I
Dos Prazos e da Aprovação Tácita

Art. 24. Fica estabelecido o prazo máximo para resposta e manifestação conclusiva dos órgãos ou entidades acerca do ato público de licenciamento requerido de 60 (sessenta) dias, para fins de cumprimento do contido no § 8º, art. 3º da Lei Federal nº13.874, de 2019.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no *caput*, a ausência de manifestação conclusiva do órgão ou da entidade implicará sua aprovação tácita.

§ 2º A aprovação tácita:

Não exime o requerente de cumprir as normas aplicáveis à exploração da atividade econômica que realizar;

Não afasta a sujeição à realização das adequações identificadas pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal em fiscalizações posteriores.

§ 3º O disposto no *caput* não se aplica:

O ato público de liberação relativo a questões tributárias de qualquer espécie;

Quando a decisão importar em compromisso financeiro da Administração Pública;

Quando se tratar de decisão sobre recurso interposto contra decisão denegatória de ato público de liberação;

Aos processos administrativos de licenciamento ambiental, na hipótese de exercício de competência supletiva nos termos do disposto no § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011;

Aos demais atos públicos de liberação de atividades com impacto significativo ao meio ambiente, conforme estabelecido pelo órgão ambiental competente no ato normativo a que se refere o *caput*.

§ 4º O concedente poderá estabelecer prazos específicos para fases do processo administrativo de liberação da atividade econômica, desde que respeitado o prazo máximo previsto no *caput*.

§ 5º O ato normativo de que trata o *caput* conterá anexo com a indicação de todos os atos públicos de liberação de competência do órgão ou da entidade concedente não sujeitos a aprovação tácita por decurso de prazo.

§ 6º Poderão ser estabelecidos prazos superiores ao previsto no *caput*, em razão da natureza dos interesses públicos envolvidos e da complexidade da atividade econômica a ser desenvolvida pelo requerente, mediante fundamentação da autoridade máxima do órgão ou da entidade.

Seção II
Dos Procedimentos de Aprovação Tácita

Art. 25. Para fins de aprovação tácita, o prazo para decisão administrativa acerca do ato público de liberação do exercício de atividade econômica se inicia na data da apresentação de todos os elementos necessários à instrução do processo.

§ 1º O particular será cientificado, expressa e imediatamente, sobre o prazo para a análise de seu requerimento, presumida a boa-fé das informações prestadas.

§ 2º O concedente deverá priorizar a adoção de mecanismos automatizados para recebimento das solicitações de ato público de liberação.

§ 3º O concedente deve disponibilizar em meio físico ou digital a relação simplificada, clara e objetiva das exigências e requisitos legais que devem ser providenciados pelo requerente.

Art. 26. Para fins de aprovação tácita, o prazo para a decisão administrativa acerca do ato público de liberação do exercício de atividade econômica poderá ser suspenso uma vez, por até 60 (sessenta) dias, se houver necessidade de complementação da instrução processual, devidamente justificada pelo concedente.

§ 1º O requerente será informado, de maneira clara e exaustiva, acerca de todos os documentos e condições necessárias para complementação da instrução processual.

§ 2º Na hipótese da ocorrência de fato novo que impacta o objeto da liberação durante a instrução do processo poderá ser admitida nova suspensão do prazo, observado o disposto no *caput*.

Art. 27. O requerente poderá solicitar documento comprobatório da liberação da atividade econômica a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo, nos termos dos artigos 24 e seguintes deste Decreto.

§ 1º O concedente buscará automatizar a emissão do documento comprobatório de liberação da atividade econômica, especialmente nos casos de aprovação tácita, sendo tal documentação emitida, preferencialmente, de forma eletrônica.

§ 2º O documento comprobatório do deferimento do ato público de liberação não conterá elemento que indique a natureza tácita da decisão administrativa.

Art. 28. Na hipótese de a decisão administrativa acerca do ato público de liberação de atividade econômica não ser proferida no prazo estabelecido, o processo administrativo será encaminhado à chefia imediata do servidor responsável pela análise do requerimento, que poderá:

Proferir a decisão de imediato;

Remeter o processo administrativo a unidade de controle interno do órgão ou da entidade para apuração da responsabilização.

Art. 29. As disposições deste Decreto aplicam-se ao trâmite do processo administrativo dentro de um mesmo órgão ou entidade, ainda que o pleno exercício da atividade econômica requeira ato administrativo adicional ou complementar cuja responsabilidade seja de outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer ente federativo.

Art. 30. A aplicação deste Decreto independe de o ato público de liberação de atividade econômica:

Estar previsto em lei ou em ato normativo infralegal;

Referir-se a:

Início, continuidade ou finalização de atividade econômica;

Liberação de atividade, de serviço, de estabelecimento, de profissão, de instalação, de operação, de produto, de equipamento, de veículo e de edificação, dentre outros;

Atuação de ente público ou privado.

Art. 31. O disposto neste Decreto não se aplica ao ato ou ao procedimento administrativo de natureza fiscalizatória decorrente do exercício de poder de polícia pelo órgão ou pela entidade após o ato público de liberação.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Os casos não previstos neste Decreto, devem observar subsidiariamente as normas e procedimentos estabelecidos pela legislação Federal, Estadual e Municipal complementar vigente, em especial as disposições previstas na Lei Federal nº 13.874, de 2019, a Lei Estadual nº 20.436, de 2020, a Lei Estadual nº 19.449, de 05 de abril de 2018, o Decreto Estadual nº 3.434, de 2023, Decreto Estadual 10.590, de 2025, ou suas sucedâneas.

Art. 33. O disposto neste Decreto não dispensa a necessidade de licenciamento profissional, quando assim requerido por força de lei federal, em razão da competência legislativa exclusiva da União quanto a matéria, na forma do art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A entidade ou o conselho regulamentador da profissão poderá, em ato normativo próprio, definir situações de nível de risco I – baixo risco, que dispensem o respectivo licenciamento profissional.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Sucesso do Sul/PR, 09 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

ANEXO I – DECRETO Nº 3.926/2026

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE NÍVEL DE RISCO I – BAIXO RISCO

ANEXO ÚNICO QUE SE REFERE O DECRETO Nº3.434/2025			
ANEXO ÚNICO - ATIVIDADES DE BAIXO RISCO, "BAIXO RISCO A", RISCO LEVE			
Nº	**CNAE**	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA**	**CONDIÇÕES PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**
1	**0112-1/01**	Cultivo de algodão herbáceo	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
2	**0112-1/02**	Cultivo de juta	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
3	**0112-1/99**	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
4	**0114-8/00**	Cultivo de fumo	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
5	**0116-4/01**	Cultivo de amendoim	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
6	**0116-4/02**	Cultivo de girassol	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
7	**0116-4/03**	Cultivo de mamona	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
8	**0116-4/99**	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
9	**0119-9/01**	Cultivo de abacaxi	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
10	**0119-9/02**	Cultivo de alho	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
11	**0119-9/03**	Cultivo de batata-inglesa	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
12	**0119-9/04**	Cultivo de cebola	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
13	**0119-9/05**	Cultivo de feijão	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
14	**0119-9/06**	Cultivo de mandioca	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação

			e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
15	**0119-9/07**	Cultivo de melão	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
16	**0119-9/08**	Cultivo de melancia	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
17	**0119-9/09**	Cultivo de tomate rasteiro	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
18	**0119-9/99**	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
19	**0121-1/01**	Horticultura, exceto morango	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
20	**0121-1/02**	Cultivo de morango	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
21	**0122-9/00**	Cultivo de flores e plantas ornamentais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
22	**0131-8/00**	Cultivo de laranja	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja comercialização somente dentro do Estado. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
23	**0132-6/00**	Cultivo de uva	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja comercialização somente dentro do Estado. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
24	**0133-4/01**	Cultivo de açaí	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
25	**0133-4/02**	Cultivo de banana	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja comercialização somente dentro do Estado. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
26	**0133-4/03**	Cultivo de caju	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
27	**0133-4/04**	Cultivo de cítricos, exceto laranja	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja comercialização somente dentro do Estado. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
28	**0133-4/05**	Cultivo de coco-da-baía	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
29	**0133-4/06**	Cultivo de guaraná	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
30	**0133-4/07**	Cultivo de maçã	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja comercialização somente dentro do Estado. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
31	**0133-4/08**	Cultivo de mamão	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
32	**0133-4/09**	Cultivo de maracujá	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
33	**0133-4/10**	Cultivo de manga	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
34	**0133-4/11**	Cultivo de pêssego	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento

			familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
35	**0133-4/99**	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
36	**0135-1/00**	Cultivo de cacau	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
37	**0139-3/01**	Cultivo de chá-da-índia	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
38	**0139-3/02**	Cultivo de erva-mate	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
39	**0139-3/03**	Cultivo de pimenta-do-reino	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
40	**0139-3/04**	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
41	**0139-3/05**	Cultivo de dendê	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
42	**0139-3/06**	Cultivo de seringueira	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
43	**0139-3/99**	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
44	**0141-5/01**	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
45	**0141-5/02**	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
46	**0142-3/00**	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns). Desde que não haja produção de mudas cítricas.
47	**0161-0/02**	Serviço de poda de árvores para lavouras	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja serviço de poda de árvores apenas exóticas em áreas consolidadas, e que não seja em área de preservação permanente ou área de reserva legal. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
48	**0161-0/99**	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
49	**0162-8/01**	Serviço de inseminação artificial em animais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
50	**0162-8/02**	Serviço de tosquiamento de ovinos	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
51	**0162-8/03**	Serviço de manejo de animais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
52	**0162-8/99**	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
53	**0210-1/02**	Cultivo de acácia-negra	Desde que a área cultivada seja de até 500 hectares. Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
54	**0210-1/04**	Cultivo de teca	Desde que a área cultivada seja de até 500 hectares. Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

			Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
55	**0210-1/05**	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns). Desde que seja cultivo de espécies exóticas e até 500 hectares. Desde que seja espécies nativas, exceto Araucária e Palmito.
56	**0210-1/06**	Cultivo de mudas em viveiros florestais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
57	**0210-1/07**	Extração de madeira em florestas plantadas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que haja serviço de poda de árvores apenas exóticas em áreas consolidadas, e que não seja em área de preservação permanente ou área de reserva legal. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
58	**0210-1/09**	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	Desde que a área cultivada seja de até 500 hectares. Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
59	**0210-1/99**	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
60	**0220-9/03**	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
61	**0220-9/04**	Coleta de látex em florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
62	**0220-9/06**	Conservação de florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
63	**0220-9/99**	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja a coleta de espécies ameaçadas de extinção. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
64	**0230-6/00**	Atividades de apoio à produção florestal	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
65	**0311-6/01**	Pesca de peixes em água salgada	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
66	**0311-6/02**	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
67	**0311-6/03**	Coleta de outros produtos marinhos	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
68	**0311-6/04**	Atividades de apoio à pesca em água salgada	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
69	**0312-4/01**	Pesca de peixes em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
70	**0312-4/02**	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
71	**0312-4/03**	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
72	**0312-4/04**	Atividades de apoio à pesca em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).

			Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
73	**0321-3/05**	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
74	**0322-1/07**	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).
75	**0500-3/01**	Extração de carvão mineral	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
76	**0500-3/02**	Beneficiamento de carvão mineral	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
77	**0600-0/02**	Extração e beneficiamento de xisto	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
78	**0600-0/03**	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
79	**0710-3/01**	Extração de minério de ferro	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
80	**0721-9/01**	Extração de minério de alumínio	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
81	**0721-9/02**	Beneficiamento de minério de alumínio	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
82	**0722-7/01**	Extração de minério de estanho	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
83	**0722-7/02**	Beneficiamento de minério de estanho	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
84	**0723-5/01**	Extração de minério de manganês	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
85	**0723-5/02**	Beneficiamento de minério de manganês	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
86	**0724-3/01**	Extração de minério de metais preciosos	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
87	**0724-3/02**	Beneficiamento de minério de metais preciosos	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
88	**0729-4/01**	Extração de minérios de nióbio e titânio	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
89	**0729-4/02**	Extração de minério de tungstênio	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
90	**0729-4/03**	Extração de minério de níquel	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
91	**0729-4/04**	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
92	**0729-4/05**	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
93	**0810-0/01**	Extração de ardósia e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
94	**0810-0/02**	Extração de granito e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
95	**0810-0/03**	Extração de mármore e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
96	**0810-0/04**	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
97	**0810-0/05**	Extração de gesso e caulim	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
98	**0810-0/06**	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
99	**0810-0/07**	Extração de argila e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
100	**0810-0/08**	Extração de saibro e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
101	**0810-0/09**	Extração de basalto e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
102	**0810-0/10**	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
103	**0810-0/99**	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
104	**0891-6/00**	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
105	**0892-4/01**	Extração de sal marinho	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
106	**0892-4/02**	Extração de sal-gema	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
107	**0893-2/00**	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
108	**0899-1/01**	Extração de grafita	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
109	**0899-1/02**	Extração de quartzo	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo

			acima de 100m³.
110	**0899-1/03**	Extração de amianto	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
111	**0899-1/99**	Extração de outros minerais não metálicos não especificados anteriormente	Desde que a atividade esteja relacionada a pesquisa sem guia de utilização. Desde que não haja abertura de acessos, remoção de cobertura florestal e movimentação de solo acima de 100m³.
112	**0990-4/01**	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
113	**0990-4/02**	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não ferrosos	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
114	**0990-4/03**	Atividades de apoio à extração de minerais não metálicos	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
115	**1013-9/02**	Preparação de subprodutos do abate	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não realize fabricação de farinha de carne, de ossos e de outros subprodutos de origem animal. Desde que o empreendimento realize apenas a preparação de subprodutos diversos de origem animal.
116	**1020-1/01**	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
117	**1099-6/04**	Fabricação de gelo comum	Desde que o gelo fabricado não seja para consumo humano e não entre em contato com alimentos e bebidas.
118	**1220-4/03**	Fabricação de filtros para cigarros	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
119	**1311-1/00**	Preparação e fiação de fibras de algodão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
120	**1312-0/00**	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
121	**1313-8/00**	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
122	**1314-6/00**	Fabricação de linhas para costurar e bordar	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
123	**1321-9/00**	Tecelagem de fios de algodão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
124	**1322-7/00**	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
125	**1323-5/00**	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
126	**1330-8/00**	Fabricação de tecidos de malha	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
127	**1340-5/01**	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.

			Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
128	**1340-5/02**	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
129	**1340-5/99**	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
130	**1351-1/00**	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
131	**1352-9/00**	Fabricação de artefatos de tapeçaria	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
132	**1353-7/00**	Fabricação de artefatos de cordoaria	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
133	**1354-5/00**	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
134	**1359-6/00**	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
135	**1411-8/01**	Confecção de roupas íntimas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
136	**1411-8/02**	Facção de roupas íntimas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
137	**1412-6/01**	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
138	**1412-6/02**	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
139	**1412-6/03**	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
140	**1413-4/01**	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
141	**1413-4/02**	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
142	**1413-4/03**	Facção de roupas profissionais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
143	**1414-2/00**	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
144	**1421-5/00**	Fabricação de meias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas

			técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
145	**1422-3/00**	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
146	**1521-1/00**	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
147	**1529-7/00**	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
148	**1531-9/01**	Fabricação de calçados de couro	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
149	**1531-9/02**	Acabamento de calçados de couro sob contrato	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
150	**1532-7/00**	Fabricação de tênis de qualquer material	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
151	**1533-5/00**	Fabricação de calçados de material sintético	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
152	**1539-4/00**	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
153	**1540-8/00**	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
154	**1622-6/01**	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	
155	**1622-6/02**	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
156	**1622-6/99**	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
157	**1623-4/00**	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
158	**1629-3/01**	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
159	**1629-3/02**	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
160	**1710-9/00**	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
161	**1721-4/00**	Fabricação de papel	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.

162	**1722-2/00**	Fabricação de cartolina e papel-cartão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
163	**1731-1/00**	Fabricação de embalagens de papel	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja contato com alimento e não seja usado para embalar produto a ser esterilizado. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
164	**1732-0/00**	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja contato com alimento ou produto para saúde. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
165	**1733-8/00**	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja contato com alimento ou produto para saúde. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
166	**1741-9/01**	Fabricação de formulários contínuos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
167	**1741-9/02**	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
168	**1742-7/99**	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico- sanitário não especificados anteriormente	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
169	**1749-4/00**	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
170	**1811-3/01**	Impressão de jornais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
171	**1811-3/02**	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
172	**1812-1/00**	Impressão de material de segurança	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
173	**1813-0/01**	Impressão de material para uso publicitário	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
174	**1813-0/99**	Impressão de material para outros usos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
175	**1821-1/00**	Serviços de pré-impressão	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
176	**1822-9/01**	Serviços de encadernação e plastificação	
177	**1822-9/99**	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	
178	**1830-0/01**	Reprodução de som em qualquer suporte	
179	**1830-0/02**	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	
180	**1830-0/03**	Reprodução de software em qualquer suporte	
181	**2012-6/00**	Fabricação de intermediários para fertilizantes	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
182	**2013-4/02**	Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de

			equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que não inclua fertilizantes minerais e nutrientes, como produtos nitrogenados sólidos, nitratos especiais, e aqueles das Classes IA (defensivos agrícolas/agrotóxicos combustíveis e/ou inflamáveis) e Classe IB (defensivos agrícolas/agrotóxicos não combustíveis). Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
183	**2093-2/00**	Fabricação de aditivos de uso industrial	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
184	**2122-0/00**	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que não inclua fertilizantes minerais e nutrientes, como produtos nitrogenados sólidos, nitratos especiais, e aqueles das Classes IA (defensivos agrícolas/agrotóxicos combustíveis e/ou inflamáveis) e Classe IB (defensivos agrícolas/agrotóxicos não combustíveis). Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
185	**2211-1/00**	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que o empreendimento não gere efluentes líquidos. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
186	**2219-6/00**	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente.	Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
187	**2221-8/00**	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
188	**2222-6/00**	Fabricação de embalagens de material plástico	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de fabricação de dispositivo médico ou embalagem que entra em contato com alimentos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
189	**2223-4/00**	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	Desde que se trate exclusivamente de serviços de solda (soldagem) em tubos plásticos.
190	**2229-3/01**	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
191	**2229-3/02**	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
192	**2229-3/03**	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	Desde que se trate exclusivamente de montagem de box para banheiro com estrutura em acrílico e/ou de box sanfonado para banheiro e/ou de divisórias sanfonadas (PVC rígido).
193	**2229-3/99**	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	Desde que se trate exclusivamente de fabricação de artesanato em material plástico.
194	**2311-7/00**	Fabricação de vidro plano e de segurança	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
195	**2312-5/00**	Fabricação de embalagens de vidro	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
196	**2330-3/03**	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás.

			Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
197	**2330-3/04**	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja fundição. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
198	**2342-7/01**	Fabricação de azulejos e pisos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
199	**2342-7/02**	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
200	**2349-4/01**	Fabricação de material sanitário de cerâmica	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
201	**2349-4/99**	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não se trate de fabricação de embalagem que entra em contato com alimentos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
202	**2391-5/02**	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que o empreendimento não gere efluentes líquidos. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
203	**2391-5/03**	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
204	**2392-3/00**	Fabricação de cal e gesso	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
205	**2399-1/01**	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
206	**2399-1/02**	Fabricação de abrasivos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
207	**2411-3/00**	Produção de ferro-gusa	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
208	**2412-1/00**	Produção de ferroligas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que

			possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
209	**2421-1/00**	Produção de semiacabados de aço	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
210	**2422-9/01**	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
211	**2422-9/02**	Produção de laminados planos de aços especiais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
212	**2423-7/01**	Produção de tubos de aço sem costura	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
213	**2423-7/02**	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
214	**2424-5/01**	Produção de arames de aço	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
215	**2424-5/02**	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
216	**2431-8/00**	Produção de tubos de aço com costura	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
217	**2439-3/00**	Produção de outros tubos de ferro e aço	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
218	**2441-5/01**	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
219	**2441-5/02**	Produção de laminados de alumínio	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
220	**2449-1/01**	Produção de zinco em formas primárias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que

			possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
221	**2449-1/02**	Produção de laminados de zinco	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
222	**2449-1/03**	Fabricação de ânodos para galvanoplastia	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
223	**2513-6/00**	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
224	**2531-4/01**	Produção de forjados de aço	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
225	**2531-4/02**	Produção de forjados de metais não ferrosos e suas ligas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
226	**2532-2/01**	Produção de artefatos estampados de metal	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
227	**2532-2/02**	Metalurgia do pó	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
228	**2539-0/01**	Serviços de usinagem, torneiria e solda	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
229	**2539-0/02**	Serviços de tratamento e revestimento em metais	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
230	**2542-0/00**	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
231	**2543-8/00**	Fabricação de ferramentas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
232	**2591-8/00**	Fabricação de embalagens metálicas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. . Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de fabricação de embalagem que entra em contato com alimentos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
233	**2592-6/01**	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de

			equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
234	**2592-6/02**	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
235	**2610-8/00**	Fabricação de componentes eletrônicos	Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que se trate exclusivamente de montagem de circuitos eletrônicos para terceiros ou de componentes em placas de circuitos impressos.
236	**2621-3/00**	Fabricação de equipamentos de informática	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
237	**2622-1/00**	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
238	**2631-1/00**	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
239	**2632-9/00**	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
240	**2640-0/00**	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
241	**2651-5/00**	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
242	**2652-3/00**	Fabricação de cronômetros e relógios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
243	**2670-1/01**	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
244	**2670-1/02**	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
245	**2680-9/00**	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
246	**2710-4/01**	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
247	**2710-4/02**	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.

248	**2710-4/03**	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
249	**2731-7/00**	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
250	**2732-5/00**	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
251	**2733-3/00**	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
252	**2740-6/01**	Fabricação de lâmpadas	Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
253	**2740-6/02**	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.. Desde que se trate exclusivamente de montagem de luminárias e outros equipamentos de iluminação.
254	**2751-1/00**	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
255	**2759-7/01**	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que o empreendimento não gere efluentes líquidos. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
256	**2790-2/01**	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
257	**2790-2/02**	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
258	**2811-9/00**	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
259	**2812-7/00**	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
260	**2813-5/00**	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais.

			Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
261	**2814-3/01**	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
262	**2814-3/02**	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
263	**2815-1/01**	Fabricação de rolamentos para fins industriais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
264	**2815-1/02**	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
265	**2821-6/01**	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
266	**2821-6/02**	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
267	**2822-4/01**	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
268	**2822-4/02**	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
269	**2823-2/00**	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
270	**2824-1/01**	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
271	**2824-1/02**	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
272	**2825-9/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais.

			Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
273	**2829-1/01**	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não eletrônicos para escritório, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
274	**2829-1/99**	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja fabricação de produto para saúde. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
275	**2831-3/00**	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
276	**2832-1/00**	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
277	**2833-0/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
278	**2840-2/00**	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
279	**2851-8/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
280	**2852-6/00**	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
281	**2853-4/00**	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
282	**2854-2/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
283	**2861-5/00**	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
284	**2862-3/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
285	**2863-1/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
286	**2864-0/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
287	**2865-8/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
288	**2866-6/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
289	**2869-1/00**	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
290	**2910-7/01**	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
291	**2910-7/02**	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
292	**2910-7/03**	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
293	**2920-4/01**	Fabricação de caminhões e ônibus	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
294	**2920-4/02**	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
295	**2930-1/01**	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
296	**2930-1/02**	Fabricação de carrocerias para ônibus	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
297	**2930-1/03**	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
298	**2941-7/00**	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
299	**2942-5/00**	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
300	**2943-3/00**	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
301	**2944-1/00**	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
302	**2945-0/00**	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
303	**2949-2/01**	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
304	**2950-6/00**	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
305	**3011-3/02**	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
306	**3012-1/00**	Construção de embarcações para esporte e lazer	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
307	**3031-8/00**	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
308	**3032-6/00**	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
309	**3042-3/00**	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
310	**3050-4/00**	Fabricação de veículos militares de combate	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
311	**3091-1/01**	Fabricação de motocicletas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
312	**3091-1/02**	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
313	**3092-0/00**	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de produto que se enquadre como dispositivo médico. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
314	**3101-2/00**	Fabricação de móveis com predominância de madeira	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
315	**3102-1/00**	Fabricação de móveis com predominância de metal	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
316	**3103-9/00**	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que não utilize madeira de origem nativa. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que se trate exclusivamente de produção artesanal de móveis de vime e junco ou com predominância de vime ou junco.
317	**3104-7/00**	Fabricação de colchões	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de produto que se enquadre como dispositivo médico. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
318	**3211-6/01**	Lapidação de gemas	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
319	**3211-6/02**	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
320	**3211-6/03**	Cunhagem de moedas e medalhas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
321	**3212-4/00**	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
322	**3220-5/00**	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
323	**3230-2/00**	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
324	**3240-0/01**	Fabricação de jogos eletrônicos	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
325	**3240-0/02**	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
326	**3240-0/03**	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
327	**3240-0/99**	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
328	**3250-7/07**	Fabricação de artigos ópticos	Desde que não haja fabricação de produto para saúde.
329	**3291-4/00**	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja fabricação de escova dental. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
330	**3292-2/01**	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
331	**3292-2/02**	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	Desde que não haja a fabricação de armas de fogo. Desde que não haja fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar.
332	**3299-0/01**	Fabricação de guarda-chuvas e similares	
333	**3299-0/02**	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.
334	**3299-0/03**	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	
335	**3299-0/04**	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	
336	**3299-0/05**	Fabricação de aviamentos para costura	
337	**3299-0/06**	Fabricação de velas, inclusive decorativas	Desde que não haja a fabricação de velas, sebo e/ou estearina utilizadas como cosmético ou saneante.
338	**3311-2/00**	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	
339	**3312-1/02**	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	
340	**3312-1/03**	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	Desde que se trate exclusivamente de serviços de manutenção e reparação de aparelhos e equipamentos eletromédicos e eletroterapêuticos, sem contemplar equipamentos de irradiação.
341	**3312-1/04**	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	
342	**3313-9/01**	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que se trate exclusivamente de serviços de manutenção e reparação de motores elétricos.
343	**3313-9/02**	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas

			técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que se trate exclusivamente de serviços de manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos.
344	**3313-9/99**	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que se trate exclusivamente de serviços de manutenção e reparação máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente.
345	**3314-7/01**	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
346	**3314-7/02**	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	
347	**3314-7/03**	Manutenção e reparação de válvulas industriais	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
348	**3314-7/04**	Manutenção e reparação de compressores	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
349	**3314-7/05**	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
350	**3314-7/06**	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
351	**3314-7/07**	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
352	**3314-7/08**	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
353	**3314-7/09**	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
354	**3314-7/10**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
355	**3314-7/11**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
356	**3314-7/12**	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
357	**3314-7/13**	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
358	**3314-7/14**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
359	**3314-7/15**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.

		mineral, exceto na extração de petróleo	
360	**3314-7/16**	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
361	**3314-7/17**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas
362	**3314-7/18**	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas- ferramenta	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
363	**3314-7/19**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
364	**3314-7/20**	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
365	**3314-7/21**	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
366	**3314-7/22**	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
367	**3314-7/99**	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
368	**3315-5/00**	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão de até 1000 litros por dia. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.
369	**3316-3/01**	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
370	**3316-3/02**	Manutenção de aeronaves na pista	Desde que o empreendimento principal esteja devidamente licenciado.
371	**3317-1/01**	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
372	**3317-1/02**	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
373	**3319-8/00**	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
374	**3321-0/00**	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	
375	**3329-5/01**	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	
376	**3329-5/99**	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	
377	**3511-5/01**	Geração de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
378	**3511-5/02**	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
379	**3514-0/00**	Distribuição de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
380	**3530-1/00**	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	
381	**3701-1/00**	Gestão de redes de esgoto	
382	**3702-9/00**	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
383	**4110-7/00**	Incorporação de empreendimentos imobiliários	
384	**4120-4/00**	Construção de edifícios	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
385	**4211-1/02**	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	
386	**4212-0/00**	Construção de obras de arte especiais	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
387	**4213-8/00**	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
388	**4221-9/02**	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
389	**4221-9/03**	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	
390	**4221-9/04**	Construção de estações e redes de telecomunicações	
391	**4221-9/05**	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	
392	**4222-7/01**	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
393	**4222-7/02**	Obras de irrigação	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
394	**4223-5/00**	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
395	**4291-0/00**	Obras portuárias, marítimas e fluviais	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
396	**4292-8/01**	Montagem de estruturas metálicas	
397	**4292-8/02**	Obras de montagem industrial	
398	**4299-5/01**	Construção de instalações esportivas e recreativas	
399	**4299-5/99**	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
400	**4311-8/01**	Demolição de edifícios e outras estruturas	
401	**4311-8/02**	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	Desde que não haja movimentação de solo acima de 100m³.
402	**4312-6/00**	Perfurações e sondagens	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
403	**4319-3/00**	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	
404	**4321-5/00**	Instalação e manutenção elétrica	
405	**4322-3/01**	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	
406	**4322-3/02**	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	

407	**4322-3/03**	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	
408	**4329-1/01**	Instalação de painéis publicitários	
409	**4329-1/02**	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	
410	**4329-1/03**	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	
411	**4329-1/04**	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	
412	**4329-1/05**	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	
413	**4329-1/99**	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	
414	**4330-4/01**	Impermeabilização em obras de engenharia civil	
415	**4330-4/02**	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	
416	**4330-4/03**	Obras de acabamento em gesso e estuque	
417	**4330-4/04**	Serviços de pintura de edifícios em geral	
418	**4330-4/05**	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	
419	**4330-4/99**	Outras obras de acabamento da construção	
420	**4391-6/00**	Obras de fundações	
421	**4399-1/01**	Administração de obras	
422	**4399-1/02**	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	
423	**4399-1/03**	Obras de alvenaria	
424	**4399-1/04**	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
425	**4399-1/05**	Perfuração e construção de poços de água	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
426	**4399-1/99**	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
427	**4511-1/01**	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
428	**4511-1/02**	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
429	**4511-1/03**	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
430	**4511-1/04**	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
431	**4511-1/05**	Comércio por atacado de reboques e semirreboques novos e usados	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
432	**4511-1/06**	Comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
433	**4512-9/01**	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	
434	**4512-9/02**	Comércio sob consignação de veículos automotores	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
435	**4520-0/01**	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	Desde que seja realizado apenas em veículo de passeio.
436	**4520-0/02**	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	Desde que seja realizado apenas em veículo de passeio.
437	**4520-0/03**	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	
438	**4520-0/04**	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	
439	**4520-0/06**	Serviços de borracharia para veículos automotores	Desde que não realize reforma de pneumáticos usados (CNAE 2212-9/00).
440	**4520-0/07**	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	
441	**4520-0/08**	Serviços de capotaria	
442	**4530-7/01**	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
443	**4530-7/02**	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	
444	**4530-7/03**	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	
445	**4530-7/04**	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	Desde que a área do empreendimento seja menor que 600m². Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.
446	**4530-7/05**	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	
447	**4530-7/06**	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	
448	**4541-2/01**	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
449	**4541-2/02**	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
450	**4541-2/03**	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
451	**4541-2/04**	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
452	**4541-2/06**	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
453	**4541-2/07**	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
454	**4542-1/01**	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
455	**4542-1/02**	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.
456	**4543-9/00**	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão de até 1000 litros por dia. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo.
457	**4611-7/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias- primas agrícolas e animais vivos	Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.
458	**4612-5/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.
459	**4613-3/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.
460	**4614-1/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.
461	**4615-0/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	
462	**4616-8/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	
463	**4617-6/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	
464	**4618-4/01**	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	
465	**4618-4/02**	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	
466	**4618-4/03**	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	
467	**4618-4/99**	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.
468	**4619-2/00**	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.

469	**4623-1/02**	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não comestíveis de origem animal	Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.
470	**4623-1/03**	Comércio atacadista de algodão	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.
471	**4623-1/04**	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.
472	**4623-1/06**	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	
473	**4623-1/07**	Comércio atacadista de sisal	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.
474	**4623-1/08**	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo.
475	**4623-1/09**	Comércio atacadista de alimentos para animais	
476	**4636-2/01**	Comércio atacadista de fumo beneficiado	
477	**4641-9/01**	Comércio atacadista de tecidos	
478	**4641-9/02**	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	
479	**4641-9/03**	Comércio atacadista de artigos de armarinho	
480	**4642-7/01**	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	
481	**4642-7/02**	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	
482	**4643-5/01**	Comércio atacadista de calçados	
483	**4643-5/02**	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	
484	**4644-3/02**	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	Desde que não haja comercialização de produtos de uso veterinário de interesse da defesa agropecuária, tais como: comercialização de vacinas, antígenos e alérgenos para prevenção e diagnóstico de doenças sujeitas ao controle por programas oficiais; vacinas para prevenção de outras doenças infecciosas e contagiosas dos animais de produção; produtos com ação antiparasitária, antimicrobiana hormonal de uso em animais de produção; produtos vampiricidas e produtos que contenham substâncias sujeitas a controle especial, quando destinados ao uso em animais de produção.
485	**4647-8/01**	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	
486	**4647-8/02**	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	
487	**4649-4/01**	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	
488	**4649-4/02**	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	
489	**4649-4/03**	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	
490	**4649-4/04**	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	
491	**4649-4/05**	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	
492	**4649-4/06**	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	
493	**4649-4/07**	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	
494	**4649-4/10**	Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	
495	**4649-4/99**	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	
496	**4651-6/01**	Comércio atacadista de equipamentos de informática	
497	**4651-6/02**	Comércio atacadista de suprimentos para informática	
498	**4652-4/00**	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	
499	**4661-3/00**	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
500	**4662-1/00**	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
501	**4663-0/00**	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
502	**4664-8/00**	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos. Desde que o resultado do exercício da atividade não compreenda comercialização de dispositivos médicos.
503	**4665-6/00**	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
504	**4669-9/01**	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
505	**4669-9/99**	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
506	**4671-1/00**	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	
507	**4672-9/00**	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	
508	**4673-7/00**	Comércio atacadista de material elétrico	
509	**4674-5/00**	Comércio atacadista de cimento	
510	**4679-6/02**	Comércio atacadista de mármores e granitos	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.
511	**4679-6/03**	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	
512	**4679-6/04**	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	
513	**4679-6/99**	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	
514	**4685-1/00**	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	Desde que a área do empreendimento seja menor que 600m².
515	**4686-9/01**	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	
516	**4686-9/02**	Comércio atacadista de embalagens	
517	**4687-7/01**	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	Desde que não haja transformação ou recuperação desses resíduos.
518	**4687-7/02**	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
519	**4687-7/03**	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	
520	**4689-3/01**	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	Desde que não haja ensacamento ou mistura.
521	**4689-3/02**	Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados	
522	**4689-3/99**	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja armazenamento de óleos, baterias ou produtos perigosos. Desde que não haja comércio de produtos derivados de fauna silvestre e/ou exótica e/ou de produtos perigosos. Desde que não haja fracionamento e beneficiamento de produtos.
523	**4693-1/00**	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	Desde que não haja comércio de produtos derivados de fauna silvestre e/ou exótica e/ou de produtos perigosos. Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja armazenamento de óleos, baterias ou produtos perigosos. Desde que não

			haja fracionamento e beneficiamento de produtos.
524	**4713-0/02**	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	
525	**4713-0/04**	Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty Free)	
526	**4713-0/05**	Lojas francas (Duty Free) de aeroportos, portos e em fronteiras terrestres	
527	**4732-6/00**	Comércio varejista de lubrificantes	
528	**4741-5/00**	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	
529	**4742-3/00**	Comércio varejista de material elétrico	
530	**4743-1/00**	Comércio varejista de vidros	
531	**4744-0/01**	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	
532	**4744-0/02**	Comércio varejista de madeira e artefatos	
533	**4744-0/03**	Comércio varejista de materiais hidráulicos	
534	**4744-0/04**	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	
535	**4744-0/05**	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	
536	**4744-0/06**	Comércio varejista de pedras para revestimento	
537	**4744-0/99**	Comércio varejista de materiais de construção em geral	
538	**4751-2/01**	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	
539	**4751-2/02**	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	
540	**4752-1/00**	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	
541	**4753-9/00**	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	
542	**4754-7/01**	Comércio varejista de móveis	
543	**4754-7/02**	Comércio varejista de artigos de colchoaria	
544	**4754-7/03**	Comércio varejista de artigos de iluminação	
545	**4755-5/01**	Comércio varejista de tecidos	
546	**4755-5/02**	Comércio varejista de artigos de armarinho	
547	**4755-5/03**	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	
548	**4756-3/00**	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	
549	**4757-1/00**	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	
550	**4759-8/01**	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	
551	**4759-8/99**	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	
552	**4761-0/01**	Comércio varejista de livros	
553	**4761-0/02**	Comércio varejista de jornais e revistas	
554	**4761-0/03**	Comércio varejista de artigos de papelaria	
555	**4762-8/00**	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	
556	**4763-6/01**	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	
557	**4763-6/02**	Comércio varejista de artigos esportivos	
558	**4763-6/03**	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	
559	**4763-6/04**	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	
560	**4763-6/05**	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de embarcações no local.
561	**4771-7/04**	Comércio varejista de medicamentos veterinários	Desde que não haja comercialização de produtos de uso veterinário de interesse da defesa agropecuária, tais como: comercialização de vacinas, antígenos e alérgenos para prevenção e diagnóstico de doenças sujeitas ao controle por programas oficiais; vacinas para prevenção de outras doenças infecciosas e contagiosas dos animais de produção; produtos com ação antiparasitária, antimicrobiana hormonal de uso em animais de produção; produtos vampiricidas e produtos que contenham substâncias sujeitas a controle especial, quando destinados ao uso em animais de produção.
562	**4781-4/00**	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	
563	**4782-2/01**	Comércio varejista de calçados	
564	**4782-2/02**	Comércio varejista de artigos de viagem	
565	**4783-1/01**	Comércio varejista de artigos de joalheria	
566	**4783-1/02**	Comércio varejista de artigos de relojoaria	
567	**4785-7/01**	Comércio varejista de antiguidades	
568	**4785-7/99**	Comércio varejista de outros artigos usados	
569	**4789-0/01**	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	
570	**4789-0/02**	Comércio varejista de plantas e flores naturais	
571	**4789-0/03**	Comércio varejista de objetos de arte	
572	**4789-0/04**	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	Desde que não haja comercialização de animais vivos de interesse da Defesa Agropecuária, tais como: bovinos, búfalos, suínos, ovinos, caprinos, equídeos (equinos, asininos e muares), aves, peixes e outros animais aquáticos (moluscos bivalves), abelhas e bicho da seda. Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.
573	**4789-0/07**	Comércio varejista de equipamentos para escritório	
574	**4789-0/08**	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	
575	**4789-0/09**	Comércio varejista de armas e munições	
576	**4789-0/99**	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	
577	**4911-6/00**	Transporte ferroviário de carga	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
578	**4912-4/01**	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
579	**4912-4/02**	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
580	**4912-4/03**	Transporte metroviário	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
581	**4921-3/01**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
582	**4921-3/02**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
583	**4922-1/01**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
584	**4922-1/02**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
585	**4922-1/03**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
586	**4923-0/01**	Serviço de táxi	
587	**4923-0/02**	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
588	**4924-8/00**	Transporte escolar	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
589	**4929-9/01**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
590	**4929-9/02**	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
591	**4929-9/03**	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	

592	**4929-9/04**	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	
593	**4929-9/99**	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
594	**4930-2/01**	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que não necessitem de condições especiais de temperatura e umidade. Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que necessitem de condições especiais de temperatura e umidade (perecíveis), medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
595	**4930-2/02**	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que não necessitem de condições especiais de temperatura e umidade Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que necessitem de condições especiais de temperatura e umidade (perecíveis), medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
596	**4930-2/04**	Transporte rodoviário de mudanças	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
597	**4940-0/00**	Transporte dutoviário	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
598	**4950-7/00**	Trens turísticos, teleféricos e similares	Desde que não haja instalação ou operação de ferrovia, e/ou manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento.
599	**5011-4/01**	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
600	**5011-4/02**	Transporte marítimo de cabotagem - Passageiros	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
601	**5012-2/01**	Transporte marítimo de longo curso - Carga	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
602	**5012-2/02**	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
603	**5021-1/01**	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
604	**5021-1/02**	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
605	**5022-0/01**	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
606	**5022-0/02**	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
607	**5030-1/01**	Navegação de apoio marítimo	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
608	**5030-1/02**	Navegação de apoio portuário	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
609	**5030-1/03**	Serviço de rebocadores e empurradores	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
610	**5091-2/01**	Transporte por navegação de travessia, municipal	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
611	**5091-2/02**	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de embarcação.
612	**5099-8/01**	Transporte aquaviário para passeios turísticos	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
613	**5099-8/99**	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	
614	**5111-1/00**	Transporte aéreo de passageiros regular	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
615	**5112-9/01**	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de aeronaves.
616	**5112-9/99**	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não regular	Desde que não haja transporte de resíduos ou inclua serviços de manutenção mecânica, lavagem e abastecimento de aeronave.
617	**5120-0/00**	Transporte aéreo de carga	Desde que não trate de transporte de alimento, medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, dispositivo médico e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
618	**5130-7/00**	Transporte espacial	
619	**5211-7/01**	Armazéns gerais - emissão de warrant	Desde que não trate de armazenamento de alimento, medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, dispositivo médico e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
620	**5211-7/02**	Guarda-móveis	
621	**5212-5/00**	Carga e descarga	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
622	**5221-4/00**	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
623	**5222-2/00**	Terminais rodoviários e ferroviários	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
624	**5223-1/00**	Estacionamento de veículos	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que se trate exclusivamente de estacionamento de veículos leves.
625	**5229-0/01**	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	
626	**5229-0/02**	Serviços de reboque de veículos	
627	**5229-0/99**	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
628	**5231-1/01**	Administração da infraestrutura portuária	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
629	**5231-1/02**	Atividades do Operador Portuário	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
630	**5231-1/03**	Gestão de terminais aquaviários	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
631	**5232-0/00**	Atividades de agenciamento marítimo	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
632	**5239-7/01**	Serviços de praticagem	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
633	**5239-7/99**	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
634	**5240-1/01**	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.
635	**5240-1/99**	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	
636	**5250-8/01**	Comissaria de despachos	
637	**5250-8/02**	Atividades de despachantes aduaneiros	
638	**5250-8/03**	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	
639	**5250-8/04**	Organização logística do transporte de carga	
640	**5250-8/05**	Operador de transporte multimodal - OTM	
641	**5310-5/01**	Atividades do Correio Nacional	
642	**5310-5/02**	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	
643	**5320-2/01**	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	
644	**5320-2/02**	Serviços de entrega rápida	
645	**5811-5/00**	Edição de livros	
646	**5812-3/01**	Edição de jornais diários	
647	**5812-3/02**	Edição de jornais não diários	
648	**5813-1/00**	Edição de revistas	

649	**5819-1/00**	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	
650	**5821-2/00**	Edição integrada à impressão de livros	
651	**5822-1/01**	Edição integrada à impressão de jornais diários	
652	**5822-1/02**	Edição integrada à impressão de jornais não diários	
653	**5823-9/00**	Edição integrada à impressão de revistas	
654	**5829-8/00**	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	
655	**5911-1/01**	Estúdios cinematográficos	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
656	**5911-1/02**	Produção de filmes para publicidade	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
657	**5911-1/99**	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
658	**5912-0/01**	Serviços de dublagem	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
659	**5912-0/02**	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
660	**5912-0/99**	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
661	**5913-8/00**	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
662	**5914-6/00**	Atividades de exibição cinematográfica	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
663	**5920-1/00**	Atividades de gravação de som e de edição de música	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
664	**6010-1/00**	Atividades de rádio	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
665	**6021-7/00**	Atividades de televisão aberta	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
666	**6022-5/01**	Programadoras	
667	**6022-5/02**	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	
668	**6110-8/01**	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	
669	**6110-8/02**	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	
670	**6110-8/03**	Serviços de comunicação multimídia - SCM	
671	**6110-8/99**	Serviços de telecomúnicações por fio não especificados anteriormente	
672	**6120-5/01**	Telefonia móvel celular	
673	**6120-5/02**	Serviço móvel especializado - SME	
674	**6120-5/99**	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	
675	**6130-2/00**	Telecomunicações por satélite	
676	**6141-8/00**	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	
677	**6142-6/00**	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas	
678	**6143-4/00**	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	
679	**6190-6/01**	Provedores de acesso às redes de comunicações	
680	**6190-6/02**	Provedores de voz sobre protocolo Internet - VOIP	
681	**6190-6/99**	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	
682	**6201-5/01**	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	
683	**6201-5/02**	Web design	
684	**6202-3/00**	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	
685	**6203-1/00**	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	Desde que não haja desenvolvimento de softwares que realizam ou influenciam diretamente no diagnóstico, monitoramento, terapia (tratamento) para a saúde.
686	**6204-0/00**	Consultoria em tecnologia da informação	
687	**6209-1/00**	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	
688	**6311-9/00**	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet	
689	**6319-4/00**	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet	
690	**6391-7/00**	Agências de notícias	
691	**6399-2/00**	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	
692	**6410-7/00**	Banco Central	
693	**6421-2/00**	Bancos comerciais	
694	**6422-1/00**	Bancos múltiplos, com carteira comercial	
695	**6423-9/00**	Caixas econômicas	
696	**6424-7/01**	Bancos cooperativos	
697	**6424-7/02**	Cooperativas centrais de crédito	
698	**6424-7/03**	Cooperativas de crédito mútuo	
699	**6424-7/04**	Cooperativas de crédito rural	
700	**6431-0/00**	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	
701	**6432-8/00**	Bancos de investimento	
702	**6433-6/00**	Bancos de desenvolvimento	
703	**6434-4/00**	Agências de fomento	
704	**6435-2/01**	Sociedades de crédito imobiliário	
705	**6435-2/02**	Associações de poupança e empréstimo	
706	**6435-2/03**	Companhias hipotecárias	
707	**6436-1/00**	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	
708	**6437-9/00**	Sociedades de crédito ao microempreendedor	
709	**6438-7/01**	Bancos de câmbio	
710	**6438-7/99**	Outras instituições de intermediação não monetária não especificadas anteriormente	
711	**6440-9/00**	Arrendamento mercantil	

712	**6450-6/00**	Sociedades de capitalização	
713	**6461-1/00**	Holdings de instituições financeiras	
714	**6462-0/00**	Holdings de instituições não financeiras	
715	**6463-8/00**	Outras sociedades de participação, exceto holdings	
716	**6470-1/01**	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	
717	**6470-1/02**	Fundos de investimento previdenciários	
718	**6470-1/03**	Fundos de investimento imobiliários	
719	**6491-3/00**	Sociedades de fomento mercantil - factoring	
720	**6492-1/00**	Securitização de créditos	
721	**6493-0/00**	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	
722	**6499-9/01**	Clubes de investimento	
723	**6499-9/02**	Sociedades de investimento	
724	**6499-9/03**	Fundo garantidor de crédito	
725	**6499-9/04**	Caixas de financiamento de corporações	
726	**6499-9/05**	Concessão de crédito pelas OSCIP	
727	**6499-9/99**	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	
728	**6511-1/01**	Sociedade seguradora de seguros vida	
729	**6511-1/02**	Planos de auxílio-funeral	
730	**6512-0/00**	Sociedade seguradora de seguros não vida	
731	**6520-1/00**	Sociedade seguradora de seguros-saúde	
732	**6530-8/00**	Resseguros	
733	**6541-3/00**	Previdência complementar fechada	
734	**6542-1/00**	Previdência complementar aberta	
735	**6550-2/00**	Planos de saúde	
736	**6611-8/01**	Bolsa de valores	
737	**6611-8/02**	Bolsa de mercadorias	
738	**6611-8/03**	Bolsa de mercadorias e futuros	
739	**6611-8/04**	Administração de mercados de balcão organizados	
740	**6612-6/01**	Corretoras de títulos e valores mobiliários	
741	**6612-6/02**	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	
742	**6612-6/03**	Corretoras de câmbio	
743	**6612-6/04**	Corretoras de contratos de mercadorias	
744	**6612-6/05**	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	
745	**6613-4/00**	Administração de cartões de crédito	
746	**6619-3/01**	Serviços de liquidação e custódia	
747	**6619-3/02**	Correspondentes de instituições financeiras	
748	**6619-3/03**	Representações de bancos estrangeiros	
749	**6619-3/04**	Caixas eletrônicos	
750	**6619-3/05**	Operadoras de cartões de débito	
751	**6619-3/99**	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	
752	**6621-5/01**	Peritos e avaliadores de seguros	
753	**6621-5/02**	Auditoria e consultoria atuarial	
754	**6622-3/00**	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	
755	**6629-1/00**	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	
756	**6630-4/00**	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	
757	**6810-2/01**	Compra e venda de imóveis próprios	
758	**6810-2/02**	Aluguel de imóveis próprios	
759	**6810-2/03**	Loteamento de imóveis próprios	
760	**6821-8/01**	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	
761	**6821-8/02**	Corretagem no aluguel de imóveis	
762	**6822-6/00**	Gestão e administração da propriedade imobiliária	
763	**6911-7/01**	Serviços advocatícios	
764	**6911-7/02**	Atividades auxiliares da justiça	
765	**6911-7/03**	Agente de propriedade industrial	
766	**6912-5/00**	Cartórios	
767	**6920-6/01**	Atividades de contabilidade	
768	**6920-6/02**	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	
769	**7020-4/00**	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	
770	**7111-1/00**	Serviços de arquitetura	
771	**7112-0/00**	Serviços de engenharia	
772	**7119-7/01**	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	
773	**7119-7/02**	Atividades de estudos geológicos	Desde que não haja atividade de mineração.
774	**7119-7/03**	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	
775	**7119-7/04**	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	
776	**7119-7/99**	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	
777	**7120-1/00**	Testes e análises técnicas	Desde que não haja análise de produto sujeito à vigilância sanitária.
778	**7210-0/00**	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	Desde que as análises clínicas laboratoriais sejam executadas em laboratórios com licença ambiental válida e não haja coleta de indivíduos de fauna e flora nativas no ambiente natural.
779	**7220-7/00**	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	Desde que as análises clínicas laboratoriais sejam executadas em laboratórios com licença ambiental válida e não haja coleta de indivíduos de fauna e flora nativas no ambiente natural.
780	**7311-4/00**	Agências de publicidade	
781	**7312-2/00**	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	
782	**7319-0/01**	Criação de estandes para feiras e exposições	
783	**7319-0/02**	Promoção de vendas	
784	**7319-0/03**	Marketing direto	
785	**7319-0/04**	Consultoria em publicidade	
786	**7319-0/99**	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	
787	**7320-3/00**	Pesquisas de mercado e de opinião pública	
788	**7410-2/02**	Design de interiores	
789	**7410-2/03**	Design de produto	
790	**7410-2/99**	Atividades de design não especificadas anteriormente	
791	**7420-0/01**	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	
792	**7420-0/02**	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	
793	**7420-0/03**	Laboratórios fotográficos	

794	**7420-0/04**	Filmagem de festas e eventos	
795	**7420-0/05**	Serviços de microfilmagem	
796	**7490-1/01**	Serviços de tradução, interpretação e similares	
797	**7490-1/02**	Escafandria e mergulho	
798	**7490-1/03**	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	
799	**7490-1/04**	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	
800	**7490-1/05**	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	
801	**7490-1/99**	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	
802	**7500-1/00**	Atividades veterinárias	Desde que não haja clínica. Desde que não haja comercialização e/ou o uso de medicamentos controlados e/ou equipamentos de diagnósticos por imagem. Desde que não haja prestação de serviço como autorizado à execução de ações complementares relativas ao sanitarismo animal, conferindo-lhe a condição de cadastrado, habilitado, credenciado, responsável técnico, como, por exemplo, realizando a vacinação contra brucelose, exames diagnósticos contra brucelose, tuberculose e mormo, ou ainda, a emissão de Guias de Trânsito Animal GTA. Desde que não haja prestação de serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal para estabelecimentos de abate registrados na Adapar.
803	**7711-0/00**	Locação de automóveis sem condutor	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
804	**7719-5/01**	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.
805	**7719-5/02**	Locação de aeronaves sem tripulação	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de aeronaves.
806	**7719-5/99**	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
807	**7721-7/00**	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular e embarcação.
808	**7722-5/00**	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	
809	**7723-3/00**	Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios	
810	**7729-2/01**	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	
811	**7729-2/02**	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	
812	**7729-2/99**	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	
813	**7731-4/00**	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
814	**7732-2/01**	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.
815	**7732-2/02**	Aluguel de andaimes	
816	**7733-1/00**	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	
817	**7739-0/01**	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.
818	**7739-0/03**	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	Desde que não haja o aluguel de banheiros químicos.
819	**7739-0/99**	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de veículos motorizados.
820	**7740-3/00**	Gestão de ativos intangíveis não financeiros	
821	**7810-8/00**	Seleção e agenciamento de mão de obra	
822	**7820-5/00**	Locação de mão de obra temporária	
823	**7830-2/00**	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	
824	**7911-2/00**	Agências de viagens	
825	**7912-1/00**	Operadores turísticos	
826	**7990-2/00**	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	
827	**8011-1/01**	Atividades de vigilância e segurança privada	
828	**8011-1/02**	Serviços de adestramento de cães de guarda	Desde que não haja alojamento e cuidado de animais de estimação CNAE 9609-2/08 e/ou CNAE 9609-2/07.
829	**8012-9/00**	Atividades de transporte de valores	
830	**8020-0/01**	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico	
831	**8020-0/02**	Outras atividades de serviços de segurança	
832	**8030-7/00**	Atividades de investigação particular	
833	**8111-7/00**	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	
834	**8112-5/00**	Condomínios prediais	
835	**8121-4/00**	Limpeza em prédios e em domicílios	
836	**8129-0/00**	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	Desde que não haja esterilização e/ou reprocessamento de produtos relacionados à saúde por: gás óxido de etileno ou suas misturas, radiação ionizante, ou outro meio de esterilização. Desde que não haja irradiação de alimentos por radiação ionizante.
837	**8130-3/00**	Atividades paisagísticas	
838	**8211-3/00**	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	
839	**8219-9/01**	Fotocópias	
840	**8219-9/99**	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	
841	**8220-2/00**	Atividades de teleatendimento	
842	**8230-0/01**	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	
843	**8291-1/00**	Atividades de cobrança e informações cadastrais	
844	**8292-0/00**	Envasamento e empacotamento sob contrato	Desde que não haja envasamento, fracionamento e/ou empacotamento de produtos relacionados a saúde, tais como: engarrafamento de produtos líquidos, incluindo alimentos e bebidas, empacotamento de sólidos, envasamento em aerossóis ou empacotamento de preparados farmacêuticos.
845	**8299-7/01**	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	
846	**8299-7/02**	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	
847	**8299-7/03**	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	
848	**8299-7/04**	Leiloeiros independentes	
849	**8299-7/05**	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	
850	**8299-7/06**	Casas lotéricas	
851	**8299-7/07**	Salas de acesso à Internet	
852	**8299-7/99**	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	
853	**8411-6/00**	Administração pública em geral	
854	**8412-4/00**	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	
855	**8413-2/00**	Regulação das atividades econômicas	
856	**8421-3/00**	Relações exteriores	
857	**8422-1/00**	Defesa	
858	**8423-0/00**	Justiça	Desde que a atividade se restrinja a mediação e conciliação, sem restrição de liberdade de pessoas ou presença de celas ou espaços de confinamento e não se destine a pessoas com alta

			vulnerabilidade. Desde que não envolva atividades relacionados a administração de penitenciárias e o fornecimento de serviços correcionais, inclusive de reabilitação, e/ou a prestação de serviços de assistência à saúde.
859	**8424-8/00**	Segurança e ordem pública	Desde que não haja realização de obras para instalação, operação de unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
860	**8425-6/00**	Defesa Civil	Desde que não haja realização de obras para instalação, operação de unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
861	**8430-2/00**	Seguridade social obrigatória	
862	**8531-7/00**	Educação superior - graduação	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.
863	**8532-5/00**	Educação superior - graduação e pós-graduação	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.
864	**8533-3/00**	Educação superior - pós-graduação e extensão	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.
865	**8541-4/00**	Educação profissional de nível técnico	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.
866	**8542-2/00**	Educação profissional de nível tecnológico	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.
867	**8550-3/01**	Administração de caixas escolares	Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
868	**8550-3/02**	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial.
869	**8592-9/01**	Ensino de dança	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
870	**8592-9/02**	Ensino de artes cênicas, exceto dança	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
871	**8592-9/03**	Ensino de música	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
872	**8592-9/99**	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
873	**8593-7/00**	Ensino de idiomas	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
874	**8599-6/01**	Formação de condutores	
875	**8599-6/02**	Cursos de pilotagem	
876	**8599-6/03**	Treinamento em informática	
877	**8599-6/04**	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	
878	**8599-6/05**	Cursos preparatórios para concursos	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
879	**8599-6/99**	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	Desde que não haja a geração de Resíduos Sólidos Classe I Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial. Desde que não haja ensino de culinária e/ou estética. Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.
880	**8660-7/00**	Atividades de apoio à gestão de saúde	Desde que não haja atividades hospitalares e locais cujos pacientes necessitem de cuidados especiais.
881	**9001-9/01**	Produção teatral	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
882	**9001-9/02**	Produção musical	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
883	**9001-9/03**	Produção de espetáculos de dança	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
884	**9001-9/06**	Atividades de sonorização e de iluminação	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
885	**9001-9/99**	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados. Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
886	**9002-7/01**	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	
887	**9002-7/02**	Restauração de obras de arte	
888	**9003-5/00**	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
889	**9101-5/00**	Atividades de bibliotecas e arquivos	
890	**9102-3/01**	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	
891	**9102-3/02**	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	
892	**9200-3/01**	Casas de bingo	Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
893	**9200-3/02**	Exploração de apostas em corridas de cavalos	Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.
894	**9200-3/99**	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
895	**9311-5/00**	Gestão de instalações de esportes	
896	**9319-1/01**	Produção e promoção de eventos esportivos	
897	**9319-1/99**	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro e que não haja atividades envolvendo caça e pesca de qualquer natureza.
898	**9329-8/04**	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	Desde que as atividades de jogos eletrônicos sejam realizadas exclusivamente na modalidade online e cada jogo receba uma classificação etária indicativa de acordo com a avaliação do Estado, assegurando que o conteúdo seja apropriado para o público-alvo
899	**9411-1/00**	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
900	**9412-0/01**	Atividades de fiscalização profissional	
901	**9412-0/99**	Outras atividades associativas profissionais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou

			cadastro.
902	**9420-1/00**	Atividades de organizações sindicais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
903	**9430-8/00**	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
904	**9491-0/00**	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
905	**9492-8/00**	Atividades de organizações políticas	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
906	**9493-6/00**	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
907	**9499-5/00**	Atividades associativas não especificadas anteriormente	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.
908	**9511-8/00**	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	
909	**9512-6/00**	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	
910	**9521-5/00**	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	
911	**9529-1/01**	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	
912	**9529-1/02**	Chaveiros	
913	**9529-1/03**	Reparação de relógios	
914	**9529-1/04**	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não motorizados	Desde que não haja tratamento químico superficial.
915	**9529-1/05**	Reparação de artigos do mobiliário	
916	**9529-1/06**	Reparação de joias	Desde que não haja tratamento químico superficial.
917	**9529-1/99**	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	Desde que não haja tratamento químico superficial.
918	**9601-7/01**	Lavanderias	
919	**9601-7/03**	Toalheiros	
920	**9609-2/02**	Atividades matrimoniais	
921	**9609-2/04**	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	
922	**9609-2/08**	Higiene e embelezamento de animais domésticos	
923	**9609-2/99**	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	
924	**9700-5/00**	Serviços domésticos	
925	**9900-8/00**	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:DE4D9C26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº 035/2026 PROCESSO Nº 145/2026

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 022/2026 de 27 de fevereiro de 2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 035/2026
PROCESSO Nº 145/2026
OBJETO: Aquisição de 500 (quinhentas) unidades de repelente corporal em spray, com conteúdo de 200 ml, destinadas ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e setores da Administração Pública Municipal de Braganey/PR.

Item	Descrição do Produto	Und	Qnt.	Valor Uni.	Valor Total
01	Repelente spray com 200 ml.	Und	500	R$ 17,85	R$ 8.925,00
PROPOSTA APRESENTADA: MERCADO MINUZZO VELCI ROQUE MINUZZO.					
CNPJ Nº 12.208.983/0001-35					
VALOR DA PROPOSTA: R$ 8.925,00 (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais).					
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: A empresa encaminhou toda a documentação exigida, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em atendimento às exigências estabelecidas no Termo de Referência, demonstrando regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, razão pela qual encontra-se **devidamente HABILITADA** para a execução do objeto, consistente na *Aquisição de motor MWM X10 6 cilindros, completo, revisado, com garantia mínima de 6 meses, potência de 132,0 kW e 180 cv, dotado de número de série para cadastramento perante o DETRAN, destinado à aplicação no veículo Volkswagen Worker 15.180, ano/modelo 2011/2012, placas ANO-3515, pertencente à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte do Município de Braganey-PR.*					

Com a publicação do presente Aviso de Contratação Direta, inicia-se a contagem do prazo de 3 (três) dias úteis previsto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Durante esse período, permanecerá aberta a oportunidade para apresentação de propostas adicionais, as quais deverão serem encaminhadas para o e-mail: licitação.braganey@gmail.com , devendo constar, no campo "Assunto", o número da Dispensa de Licitação correspondente

Braganey-PR, 09 de outubro de 2026

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:313AA0BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.078/2026

Lei nº 2.078/2026.

SÚMULA: Institui a Política Municipal de Arborização Urbana no Município de Cafelândia - PR, aprova o Plano Municipal de Arborização Urbana, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos, metas, responsabilidades e penalidades, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas e padrões para implantação, manutenção e proteção das áreas urbanas públicas e privadas no âmbito do Municipal de Cafelândia, visando à conservação e à preservação para atuais e futuras gerações;

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I. Alteração urbanística: obras de implantação ou modificação de elementos e, equipamentos no meio urbano, sejam públicos ou privados, em especial as ações de urbanização, infraestrutura e a construção de edificações;

II. Arborização urbana: toda vegetação de porte arbóreo, com indivíduos isolados ou agrupados, com sistema radicular, caule e folhas, independente de seu diâmetro, altura e idade, localizada em área urbana, pública ou privada;

III. Árvores isoladas: aquelas situadas fora de fisionomias vegetais nativas, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados. Não é possível identificar a presença de estratos, não há acúmulo significativo de serrapilheira, nem diversidade de epífitas ou presença de lianas lenhosas, não permitindo o enquadramento técnico como fragmento florestal nativo, independente de número e espécies em sua composição;

IV. Cobertura arbórea: Dado obtido através de sensoriamento remoto que representa a quantidade de área urbana coberta por copas de árvores.

V. Espaço árvore: Espaço destinado ao plantio de árvores em calçadas, previsto em norma legal, previsto em projeto e instalação no sistema viário; de novos parcelamentos de solo;

VI. Diâmetro à Altura do Peito (DAP): Diâmetro do caule do vegetal à altura de 1,30 (um metro e trinta centímetros) do solo;

VII. Imunidade de corte: Condição das árvores declaradas pelo poder público impedidas de serem cortadas, exceto nos casos excepcionais previstos nos respectivos instrumentos normativos;

VIII. Infraestrutura: Sistema de serviços essenciais para o funcionamento de uma cidade, como rede de esgotos, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de águas pluviais e telecomunicações;

IX. Manejo: São todas as atividades relacionadas com o estabelecimento, manutenção ou renovação da arborização urbana, como poda, corte, transplante, irrigação, fertilização e aplicação de tratamentos fitossanitários, entre outros;

X. Poda: Ato de remover ou aparar ramos do vegetal de forma a não comprometer seu crescimento, reprodução ou estado fitossanitário, preservando seu formato original e natural;

XI. Remanescente de vegetação nativa: Qualquer vegetação que apresente predominância de indivíduos lenhosos cujas copas formem um dossel, apresentando, em geral, três ou mais estratos bem definidos;

XII. Transplante: Ato de remover um vegetal de um local para outro, mantendo sua vitalidade;

XIII. Supressão: Ato de eliminar, cortar ou remover um vegetal de determinado espaço;

XIV. Vegetação de porte arbóreo: Vegetação composta por espécimes com diâmetro à altura do peito (DAP) igual ou superior a 4 cm (quatro centímetros), independente da altura e idade.

Art. 3º. A arborização tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, considerando todos os munícipes, as árvores, independente da fase de crescimento, que se encontram plantadas em imóveis públicos e/ou particulares, existentes ou que venham a existir no perímetro urbano do Município, incluindo passeios, praças, parques e logradouros públicos.

Art. 4º. Todas as ações que interferem nestes bens ficam condicionadas aos dispositivos estabelecidos nesta Lei e pela legislação pertinente.

Art. 5º. A implementação das normas e padrões estabelecidos nesta Lei compete à Administração Municipal.

CAPÍTULO II
DAS NORMAS PARA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 6º. A arborização urbana, a critério da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente será executada:

a) nos canteiros centrais das avenidas, conciliando o sistema radicular com a largura do canteiro e altura da copa da árvore adulta com a fiação elétrica se existir.

b) nos logradouros e vias públicas que tiverem largura compatível com a expansão da copa da espécie a ser utilizada, observado as distâncias mínimas descritas no Anexo I.

c) nas praças e parques conforme projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º. Quando do plantio de árvores nas vias ou logradouros públicos por particulares ou pela Prefeitura Municipal, deverão ser adotadas as normas técnicas previstas nessa Lei.

Art. 8º. As calçadas destinadas à instalação de equipamentos públicos, tais como, rede de energia elétrica, telefonia, fibras óticas, telefones públicos, placas de sinalização viária/trânsito e outros, podem ser arborizadas, ficando, porém o plantio restrito às árvores de pequeno porte na fase adulta.

Art. 9º. As mudas de árvores a serem plantadas deverão ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e sistema radicular compatível ao passeio e a pavimentação.

Art. 10. As espécies vegetais utilizadas para arborização e ajardinamento dos logradouros públicos deverão priorizar as espécies recomendadas para a arborização urbana do Município descritas no Anexo II.

Art. 11. O plantio de exemplares arbóreos em vias ou logradouros públicos obedecerá ao Plano Municipal de Arborização Urbana do Município.

CAPÍTULO III
DA IMUNIZAÇÂO

Art. 12. Qualquer árvore do município em área pública, ou em área particular conforme art. 13 desta Lei poderá ser declarada imune ao corte, mediante ato do Poder Executivo Municipal, em razão de sua raridade, localização, antiguidade, interesse histórico, científico e paisagístico, ou de sua condição de porta semente, mediante prévio parecer favorável da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo único: Para efeito deste artigo compete à Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

I. Cadastrar e identificar por meio de placas indicativas as árvores declaradas imunes ao corte;

II. Dar apoio técnico à preservação das espécies protegidas.

Art. 13. Qualquer interessado poderá solicitar que uma árvore seja declarada imune ao corte, conforme o art. 70 da Lei Federal 12.651/2012, através de requerimento, indicando-se a localização precisa, características gerais relacionadas com a espécie, o porte e a justificativa para a sua proteção, em local público ou de propriedade do solicitante, sendo competência da equipe técnica da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente o parecer da solicitação.

CAPÍTULO IV
DOS LOTEAMENTOS, PARCELAMENTOS E CONDOMÍNIOS

Art. 14. Na implantação de novos empreendimentos, deverá ser protocolado, pelo empreendedor, projeto de arborização urbana a ser previamente aprovado pela Secretaria do Meio Ambiente.

§ 1º. O projeto deverá ser apresentado em escala adequada, em que seja possível a visualização dos detalhamentos sem prejuízos ao entendimento. Os seguintes elementos deverão constar em escala conveniente na planta do projeto de arborização:

I. croqui de localização do loteamento (com visualização legível das principais vias de acesso, e de bairros mais próximos);

II. árvores existentes;

III. lista de espécies a serem utilizadas e número de indivíduos;

VI. postes;

V. bocas de lobo;

VI. orientação magnética;

VII. meio-fio;

VIII. nomenclatura de logradouros;

IX. quadras e datas;

X. cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela elaboração, execução e acompanhamento do projeto;

§ 2º. O projeto de arborização deverá ter legenda com os seguintes itens:

I. nome comum e científico de cada espécie utilizada;

II. simbologia diferenciada para cada espécie utilizada, bem como para postes e bocas de lobo, onde o centro do símbolo corresponda ao local exato do plantio ou localização do equipamento;

III. número total de árvores de cada espécie com as respectivas porcentagens em relação ao número total de árvores utilizadas.

§ 3º. Para um melhor pegamento das mudas, recomenda-se que as mesmas deverão atender as seguintes especificações:

I. altura mínima do fuste ou estipe: 1,80 m;

II. altura mínima total: 2,20 m;

III. diâmetro mínimo do tronco de 1,5 cm a 1,30 m de altura do solo;

IV. estar livre de pragas e doenças;

V. possuir raízes bem formadas e com vitalidade;

VI. estar viçosa e resistente, capaz de sobreviver a pleno sol;

VI. possuir fustes retilíneos, rígidos e lenhosos sem deformações ou tortuosidades que comprometam o seu uso na arborização urbana;

§ 4º. Os procedimentos para o plantio e replantio:

I. O plantio deverá ser realizado após o período de estiagem e de geadas;

II. providenciar a abertura da cova com dimensões mínimas de 50 cm x 50 cm x 50 cm (altura, largura e profundidade);

III. a cova deve ser aberta de modo que a muda fique centralizada;

IV. deverá ser observado a localização das instalações subterrâneas (água, esgoto e drenagem), bem como informa-se sobre o porte e sistema radicular das espécies selecionadas, obedecendo uma distância mínima de 1,0 metro em relação ao local de abertura da cova para plantio;

V. o solo retirado da cova, sendo de boa qualidade, poderá ser misturado na proporção de 1:1 com composto orgânico, e sendo de má qualidade, deverá ser substituído integralmente por terra orgânica;

VI. recomenda-se misturar com a terra retirada da cova: 120g de adubo químico NPK, com maior quantidade de fósforo, como na proporção de 4:14:8;

VII. A muda deve ser retirada da embalagem com cuidado apenas no momento do plantio;

VIII. a muda deverá ser plantada sem enterrar o caule e sem deixar as raízes expostas;

IX. após o completo preenchimento da cova com o substrato, esse deverá ser comprimido, por ações mecânicas, de forma suave para não danificar a muda;

X. à estaca de condução deverá ser de material de alta durabilidade e ter diâmetro entre 4 cm a 6 cm, ultrapassar o topo da muda e estar enterrada no mínimo a 70 cm de profundidade, sem prejudicar o desenvolvimento das raízes;

XI. a ligação entre a muda e à estaca deverá ser feita utilizando borracha ou sisal, ou outro material flexível de modo a não ferir seu tronco, em forma de oito deitado, entre o fuste e à estaca de condução;

XII. após o plantio a muda deverá receber a irrigação necessária até seu pegamento, ou seja, até que elas enraízem e obtenham autonomia para suprir suas necessidades hídricas;

XIII. O tutoramento deve ser feito somente quando necessário para a proteção ou ancoramento e deve ser removido após a primeira estação de crescimento. Recomenda-se utilizar estacas de madeira de alta durabilidade ou bambu. Para prender a muda ao tutor, podem-se utilizar barbante, sisal ou fitas de borracha.

§ 5º. O projeto deverá ser executado e mantido pelo empreendedor por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses após a implantação total da arborização, com a apresentação de relatórios semestrais.

§ 6º. Após o período mínimo o manejo e manutenção será de responsabilidade do município;

§ 7º. Na hipótese de comprovada inviabilidade técnica de plantio no passeio público, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente poderá exigir a implantação de projeto de arborização no interior do imóvel.

§ 8º. Caso não seja realizada a implantação e condução correta das espécies conforme Projeto de Arborização aprovado, ficará como compensação 10% dos terrenos já calcionados ao município, até que seja executado o projeto de maneira adequada e aprovado pela equipem técnica de meio ambiente.

Art. 15. Deverão ser priorizadas as espécies recomendadas para a arborização urbana do Município descritas no Anexo II.

Art. 16. Fica proibido a utilização de espécies consideradas inadequadas para o plantio de acordo com a Portaria IAP nº 059/2015, Anexo III, ou qualquer outra legislação que vier a substituir.

Art. 17. A distância mínima em relação aos diversos elementos de referência existentes nas vias públicas, deverá obedecer ao disposto no Anexo I.

CAPÍTULO V
DO MANEJO DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Seção I
Poda

Art. 18. A poda de árvores em via pública será executada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, nas seguintes situações:

Art. 19. A poda de árvores exóticas e nativas poderá ser solicitada à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, através de preenchimento de formulário de solicitação para vistoria;

Art. 20. Fica proibida a poda drástica ou excessiva, de forma a afetar significativamente o desenvolvimento natural das árvores;

Parágrafo único. Entende-se por poda drástica ou excessiva:

I. O corte superior a 70% (setenta por cento) do total da massa verde da copa;

II. Remoção total da copa, permanecendo acima do tronco apenas os ramos principais com menos de um metro de comprimento nas árvores adultas;

III. Remoção total de um ou mais ramos principais, resultando no desequilíbrio da árvore;

IV. Remoção total da copa da árvore, restando apenas o tronco;

V. O corte de somente um lado da copa, ocasionando deficiência no desenvolvimento estrutural da árvore.

Art. 21. A poda de raízes de árvores localizadas em área pública somente será permitida em casos excepcionais e devidamente justificados, após avaliação técnica.

Art. 22. A poda isolada de árvores urbanas, poderá ser realizada de forma particular pelo munícipe, através de contratação de técnico capacitado para a realização do trabalho, respeitando as regras dispostas nesta lei, sendo que possíveis danos causados a terceiros ou a área pública, será de inteira responsabilidade do munícipe.

Seção II
Transplante

Art. 23. O transplante de exemplares arbóreos deverá ser precedido de autorização da Secretaria de Meio Ambiente nos seguintes casos:

I. Transplante de indivíduos nativos localizados em áreas públicas;

II. Transplante de indivíduos exóticos localizados em área pública.

§ 1º. A Autorização para Transplante terá validade de 90 (noventa) dias, podendo ser renovada.

§ 2º. Para a concessão de autorização para transplante de espécies imunes ao corte, o requerente deverá apresentar projeto técnico de execução e monitoramento, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela elaboração e acompanhamento do projeto de manejo.

§ 3º. O local de destino do vegetal transplantado deverá ser apresentado pelo requerente e aprovado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, sendo preferencialmente no mesmo imóvel.

§ 4º. É obrigatório o monitoramento do indivíduo transplantado por prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser apresentados relatórios de monitoramento com periodicidade semestral à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 24. Em caso de insucesso do transplante, o responsável deverá proceder à compensação ambiental, como se supressão vegetal fosse, conforme o art. 36.

Parágrafo único. Considera-se insucesso o vegetal transplantado que perecer até o prazo de 24 meses, contados da data de realização do transplante.

Seção III
Da Supressão

Art. 25. Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente emitir autorização para supressão de exemplares arbóreos nativos ou exóticos isolados, situados em vias e logradouros públicos, fora de áreas de preservação permanente assim definidas pelo Artigo 4º Lei Federal 12.651/2012, que não estejam inseridos em maciços ou fragmentos florestais, que não integre lista de espécies ameaçadas de extinção e que estejam situados fora de Unidades de Conservação assim definidas por ato do Poder Público.

Art. 26. A supressão de exemplares arbóreos isolados, dentro do perímetro urbano, poderá ser autorizada nos seguintes casos:

I. para até 5 (cinco) indivíduos, acima destes o corte deverá ser solicitado ao IAT, através do Sinaflor, de acordo com a modalidade instituída pelo Art. 17 da Instrução Normativa do IBAMA 021/2014;

II. em terreno a ser edificado, quando o corte for indispensável à realização da obra, inexistindo alternativa técnica, sendo necessário a apresentação de projeto de construção que comprove a necessidade de retirada da espécie;

III. quando a árvore apresentar risco de queda;

IV. quando a árvore estiver, comprovadamente, causando danos permanentes ao patrimônio público e/ou privado, ou prejudicando a acessibilidade de locais públicos, inexistindo alternativa técnica;

V. quando a árvore constituir obstáculo fisicamente incontornável ao trânsito de pedestres ou ao acesso de veículos, inexistindo alternativa técnica; e

VI. quando a árvore for de porte incompatível com o local onde foi implantada;

VII. quando se tratar de espécies invasoras ou portadoras de substâncias que possam colocar em risco a saúde humana, animal e vegetal.

§ 1º. A remoção do(s) exemplar(es) somente poderá ser efetuada após a expedição da respectiva Autorização de Corte de Vegetação ou Parecer Autorizativo.

§ 2º. Relação de documentos para requerer a Autorização Florestal Municipal:

a) Requerimento de Solicitação;

b) matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do empreendedor ou em nome do proprietário/locador, junto com o contrato de locação e anuência do proprietário, em caso de imóvel locado, atualizada em até 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão (quando necessário);

c) poderá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente solicitar, quando julgado necessário, documentação complementar, conforme estabelecido em normativas específicas.

Art. 27. Verificada à não execução injustificada das obras previstas no prazo de 1 (um) ano contado da data de validade da Autorização de Corte ou Parecer Autorizativo, ficará o requerente sujeito à multa por descumprimento de condicionante ambiental, bem como à recuperação do dano mediante execução de Plano de Recuperação de Área Degradada no imóvel objeto da supressão.

Art. 28. O projeto de novas edificações deverá considerar a localização dos exemplares arbóreos presentes no passeio público quanto ao acesso de veículos, sendo possível a remoção de exemplares somente na falta de alternativa locacional e após a aprovação do projeto arquitetônico pela Secretaria de Planejamento, e emissão da respectiva autorização ou parecer da Secretaria de Meio Ambiente.

Parágrafo único: Poderá ser exigida a alteração do projeto arquitetônico, dentro dos parâmetros urbanísticos vigentes, com o objetivo de preservar espécimes significativos ou elemento de relevância ambiental, paisagística ou científica.

Art. 29. Fica autorizada a remoção e a utilização própria, sem prévia licença ambiental oficial, da vegetação morta/caída, danificada, ou que coloque em risco o patrimônio e/ou a vida, em razão de severos fenômenos climáticos ocorridos com repercussão difundida e confirmada por órgãos públicos.

Parágrafo único: A remoção prevista no caput somente poderá ocorrer quando não efetuada para fins comerciais, e quando a vegetação danificada puser em risco a segurança de pessoas ou de seu patrimônio ou, ainda, para desobstruir ações cotidianas, devendo constar termo com autodeclaração do proprietário, contendo descritivo do ocorrido, situação da vegetação e do local no entorno e registro fotográfico, visando comprovar a necessidade de retirada da vegetação avariada.

Art. 30. A supressão de vegetação nativa no estágio primário ou nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração dar-se-á conforme a Lei Federal n. 12.651/2012 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa), a Lei Federal n. 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e o Decreto Federal n. 6.660/2008 (decreto que regulamenta a Lei Federal n. 11.428/2006) e demais normativas pertinentes.

Art. 31. É proibida a supressão de árvores para instalação de luminosos, letreiros, toldos ou similares.

Art. 32. É proibida a pintura, caiação, colocação de cartazes, anúncios, faixas ou suportes para instalações de quaisquer naturezas, causar danos por meio de anelamento do tronco, amarrar animais, bem como o despejo ou aplicação de substâncias nocivas que comprometam o desenvolvimento das árvores.

Art. 33. O corte isolado de árvores urbanas poderá ser realizado de forma particular pelo munícipe, através de contratação de técnico capacitado para a realização do trabalho, respeitando as regras dispostas nesta lei, sendo que possíveis danos causados a terceiros ou a área pública, será de inteira responsabilidade do munícipe.

Parágrafo único. Para realização do corte de forma particular, o munícipe deverá realizar a solicitação de vistoria junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Caso seja concedido a retirada do indivíduo, o munícipe deverá retirar o laudo, a autorização de corte e receber as orientações junto a equipe técnica da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Seção IV
Da Compensação pelo Corte de Árvores Nativas

Art. 34. A supressão de árvores nativas isoladas deverá ser ambientalmente compensada por meio de:

I. plantio de mudas nativas;

II. doação de mudas nativas ao viveiro municipal;

III. destinação pecuniária revertida ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º. A compensação de que trata o caput ocorrerá na proporção de 5 (cinco) mudas para cada exemplar nativo suprimido com diâmetro à altura do peito (**DAP**) igual ou superior a 2 cm.

§ 2º. Em caso de compensação mediante plantio de mudas, este deverá ser mantido pelo período mínimo de 03 (três) anos, mediante a apresentação de relatórios semestrais de monitoramento, devendo seguir as normas dispostas no Plano Municipal de Arborização Urbana.

§ 3º. A vegetação decorrente de plantio compensatório somente poderá ser suprimida após a devida autorização da Secretaria de Meio Ambiente, estabelecendo-se a compensação ambiental na proporção de 15 mudas para cada exemplar suprimido, independentemente de seu diâmetro, à critério da equipe técnica da secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 4º. A compensação mediante doação de mudas nativas ao viveiro municipal dependerá da disponibilidade de recebimento.

§ 5º As mudas a serem doadas deverão:

a) apresentar altura mínima de 1,80 m;

b) apresentar bom estado fitossanitário, livre de pragas;

c) apresentar fuste único e retilíneo;

d) pertencer à espécie constante no Anexo II da presente Lei, ou outra espécie nativa, desde que de comum acordo com a Secretaria de Meio Ambiente.

§ 6º. Para fins de cálculo da conversão em projetos de arborização e destinação pecuniária, fica estabelecido o valor de referência de 0,40 UFM (Unidade Fiscal Municipal) por muda devida.

§ 7º. Os recursos auferidos mediante a compensação de que trata o inciso IV serão utilizados no desenvolvimento e implementação de projetos voltados à sustentabilidade, desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 35. Não será exigida compensação ambiental nos seguintes casos:

I. supressão de árvores com risco de queda;

II. exemplares mortos ou caídos;

III. supressão de exemplares localizados em terrenos privados.

Seção V
Da Competência para Autorização de Corte de Árvores

Art. 36. As vistorias relativas à arborização urbana deverão ser executadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 37. Os laudos e pareceres técnicos, autorizações e semelhantes relativos às árvores, serão emitidos por profissional legalmente habilitado com registro no órgão de classe.

Parágrafo Único. As vistorias poderão ser executadas por profissionais com formação técnica, desde que capacitados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 38. As árvores mortas existentes nas vias públicas serão substituídas pela Prefeitura através do setor competente.

Art. 39. A Prefeitura Municipal poderá firmar parceria com Condomínios e Associações de Moradores para que os mesmos possam efetuar às suas expensas, plantio, replantio, corte ou poda de exemplares arbóreos situados nos seus limites desde que acompanhado por profissional legalmente habilitado com registro no órgão de classe e com a devida autorização nos termos desta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Seção I
Das Penalidades

Art. 40. As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as da administração pública direta e indireta, que causarem danos à arborização ou que infringirem quaisquer dispositivos desta Lei, estão sujeitas à sanção de multa, que será lavrada através de auto de infração e demais penalidades previstas no Decreto Federal nº 6.514/2008.

§ 1º A penalidade será aplicada sem prejuízo das que, por força da lei federal ou estadual, possam também ser impostas.

§ 2º Responderá pelas infrações quem, por qualquer modo, as cometer, concorrer para sua prática ou delas se beneficiar.

Art. 41. Além das penalidades previstas no Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais incidentes às pessoas físicas ou jurídicas que infringirem as disposições desta Lei e de seu regulamento, no tocante a poda e corte de exemplares da arborização urbana, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa.

Art. 42. A pena de advertência será aplicada nos seguintes casos:

I. na apresentação de projetos técnicos para fins de edificações sem a necessária localização da árvore nas propriedades e/ou vias públicas;

II. pelo plantio de árvores ou implantação de ajardinamento nas vias públicas em desacordo com as normas estabelecidas por esta lei;

III. danificar árvores pela colocação de andaimes para construção ou deixar de retirá-los no prazo legal;

IV. por pintar, caiar, colocar cartazes, anúncios, instalar faixas ou suportes de qualquer natureza, amarrar animais, prender bicicletas, ou outras ações que comprometam o desenvolvimento das árvores pertencentes à arborização urbana.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência será aplicada a pena de multa no valor de 4 Unidade Fiscal do Município (UFM) em qualquer um dos casos previstos nos incisos anteriores.

Art. 43. A penalidade com multa será aplicada nos seguintes casos e nos valores estabelecidos por esta Lei:

I. Por extração de árvores do sistema de áreas verdes ou logradouros públicos sem autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

a) De 4 UFM a 20 UFM por árvore, quando localizada em praças, parques, vias e logradouros públicos;

b) 20 UFM por árvore declarada imune ao corte ou protegida por Lei, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente quando localizado em praças, parques, vias e logradouros públicos;

II. Poda de árvores em praças, parques, vias e logradouros públicos, sem prévia autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

a) 4 UFM por árvore, para as podas leves, ou seja, que eliminem parcialmente a copa da árvore;

b) 10 UFM para as podas drásticas, ou seja, que eliminem a copa da árvore totalmente, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente quando localizada em praças, parques, vias e logradouros públicos;

c) 15 UFM declarada imune ao corte ou protegida por Lei, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente quando localizada em praças, parques, vias e logradouros públicos;

III. Nos casos de não cumprimento do prazo estabelecido para compensação ambiental, firmado com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
a) 4 UFM Sem prejuízo da reposição arbórea.

IV. De 4 UFM a 20 UFM em caso de anelamento, aplicação de substância nociva ou outro ato que cause danos ou morte da espécie arbórea.

Parágrafo Único. Os valores referidos neste artigo para aplicação multas, deverá ser aplicado por individuo arbóreo afetado, sendo que os valores serão acumulativos se afetados mais de um indivíduo arbóreo.

Art. 44. A advertência e o pagamento da multa não eximem o infrator da responsabilidade de reposição ambiental e recuperação do dano resultante da infração, na forma da lei.

Art. 45. O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará a sanção estabelecida nesta Lei, observando:

I. a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II. os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

§ 1º. Para a aplicação do disposto nos incisos acima, o órgão ou entidade ambiental estabelecerá de forma objetiva critérios complementares para o agravamento e atenuação das sanções administrativas.

§ 2º. As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora através de interposição de defesa pelo autuado.

Art. 46. As multas definidas nos artigos desta lei e seus incisos serão aplicadas em dobro:

I. No caso de reincidência das infrações definidas;

II. No caso de poda ou supressão realizada na época da floração;

III. No caso de poda ou supressão realizada na época de frutificação, ou imediatamente após a frutificação, se houver interesse na coleta dos frutos ou sementes;

IV. No caso de poda ou supressão executada no período de reprodução das aves ou na constatação de atividade de nidificação.

Art. 47. Se a infração for cometida por servidor público municipal do setor específico, no desempenho de suas funções, a penalidade será determinada após a instauração de processo administrativo, na forma da legislação em vigor.

Art. 48. Em caso de comprovação de impossibilidade de pagamento da multa imposta ao infrator, poderá a mesma ser revertida em serviços voltados a Arborização Urbana.

Seção II
Do Processo Administrativo

Art. 49. Adotar-se-á o Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, como o procedimento administrativo aplicável para as infrações previstas nesta Lei.

Seção III
Do Auto de Infração

Art. 50. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dado ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 51. O auto de infração será lavrado pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Fiscalização Ambiental:

I. o nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil;

II. o local, a data e a hora da infração;

III. a descrição da infração em conformidade com a presente norma, mencionando o dispositivo legal transgredido;

IV. a penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V. as instruções para o autuado de como proceder.

Art. 52. Procedida à autuação, uma via do auto de infração será entregue ao autuado pessoalmente, via correio mediante aviso de recebimento - AR, ou por edital se o mesmo estiver em lugar incerto ou não sabido, permanecendo uma via arquivada no Departamento de Fiscalização Ambiental.

Parágrafo único. A intimação pessoal ou por via postal com aviso de recebimento poderá ser substituída por intimação eletrônica, observado o disposto na legislação específica.

Seção IV
Da Defesa e dos recursos

Art. 53. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação ao auto de infração, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da autuação, conforme disposto no art. 113 e seguintes do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 54. Das decisões condenatórias impostas pelo órgão competente, poderá o infrator, dentro de igual prazo fixado para a defesa, recorrer da decisão, cuja análise caberá ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico - CMMASB, conforme preceitua o art. 127 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Parágrafo único. Para recurso, deverá ser realizada solicitação por escrito, informando os elementos necessários ao entendimento do processo e as medidas adotadas para contenção dos danos causados, devendo ser endereçado à autoridade ambiental competente e protocolado junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

CAPÍTULO VII
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 55. Fica criado o Programa Municipal de Arborização Urbana que será desenvolvido através de um conjunto de ações educativas, preventivas e de implantação efetiva da gestão, manejo e conservação das áreas verdes urbanas.

Art. 56. O Programa tem como principais objetivos:

I. Estabelecer uma Política Municipal de Gestão de Áreas Verdes Urbanas;

II. Assegurar a gestão do patrimônio verde;

III. Conhecer o patrimônio de áreas verdes qualitativamente e quantitativamente;

IV. Desenvolver e/ou aplicar métodos e procedimentos que possibilitem a sua administração;

V. Desenvolver e aplicar métodos de acompanhamento de plantio e poda de árvores;

VI. Estabelecer a conscientização pública sobre a importância das áreas verdes urbanas como elemento indispensável ao município, inclusive como indicador de qualidade de vida;

VII. Incentivar a pesquisa aplicada sobre o assunto;

VIII. Incentivar ações à criação de áreas destinadas ao lazer e à recreação;

IX. Incentivar a implantação e utilização do método de sensoriamento remoto para a elaboração de inventário e manejo de áreas verdes.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. Excetuam-se das disposições vigentes nesta Lei os casos de absoluta força maior, assim considerados pelo Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil do Município de Cafelândia.

Art. 58. As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 59. O poder público municipal poderá declarar mediante Decreto, qualquer árvore imune ao corte, desde que seja instaurado protocolo administrativo com laudo assinado por técnico que justifique tal ato.

Art 60. Demais disposições não mencionadas por essa lei poderão ser regulamentadas mediante decreto firmado pelo Poder Publico Municipal;

Art 61. Ficam revogadas as demais disposições em contrário;

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

ANEXO I

Lei nº 2.078/2026.

ESPAÇAMENTO E DISTANCIA MÍNIMAS DE SEGURANÇA ENTRE ÁRVORES E EQUIPAMENTOS URBANOS:

As mudas deverão ser plantadas obedecendo as seguintes distâncias mínimas entre os elementos urbanos:

I. 5 m das esquinas;

II. 5 m dos postes de iluminação pública e transformadores;

III. 2 m das bocas-de-lobo e caixas de inspeção;

IV. 2 m do acesso de veículos;

V. 2 m das travessias elevadas;

VI. 0,5 m do meio fio;

VII. 5 m dos pontos de ônibus.

VIII. O espaçamento entre as mudas deverá observar o porte da espécie, sendo o mínimo:
a) espécie de pequeno porte: 5 m entre árvores;
b) espécie de médio porte: 10 m entre árvores;
c) espécie de grande porte: 12 m entre árvores.

ANEXO II

Lei nº 2.078/2026.

Tabela 1: Espécies indicadas para arborização urbana de Cafelândia – PR.

Nome comum	Nome científico	Família	Porte	Origem
Carobinha	*Jacaranda puberula* Cham	Bignoniaceae	P1	N6
Pata-de-vaca	*Bauhiniavariegata* L.	Fabaceae	P	E7
Extremosa	*Lagerstroemia indica* L.	Lythraceae	P	E
Cerejeira-do-japão	*Prunus serulata*Lindl.	Rosaceae	P	E
Flamboyant-mirim	*Caesalpinia pulcherrima*	Fabaceae	P	E
Escova-de-macaco	*Combretum grandiflorum* G. Don	Myrtaceae	P	E
Escova-de-garrafa	*Callistemon viminalis* (Sol. ex Gaertn.) G. Don	Myrtaceae	P	E
Cotoneaster	*Cotoneaster franchetii* Bois	Rosaceae	P	E
Manduirana	*Senna macranthera* (DC. ex Collad.) H. S. Irwin & Barneby	Fabaceae	P	N
Ingá	*Inga* sp.	Fabaceae	P/M2	N
Urucum	*Bixa orelana* L.	Bixaceae	P/M	N
Jabuticaba	*Pliniatrunciflora* (O. Berg) Kausel	Myrtaceae	P/M	N
Pitangueira	*Eugenia uniflora* L.	Myrtaceae	P/M	N
Manacá-da-serra	*Pleroma sellowianum* (Cham.) P.J.F.Guim. &Michelang.	Melastomataceae	P/M	N
Quaresmeira-roxa	*Pleroma sellowianum* (Cham.) P.J.F.Guim. &Michelang.	Melastomataceae	P/M	N
Grumixama	*Eugenia brasiliense*sLam.	Myrtaceae	P/M	N
Brinco-de-índio	*Cojoba arborea* (L.) Britton & Rose	Fabaceae	P/M	
Araçá	*Psidiumcattleyanum* Sabine	Myrtaceae	P/M	N
Vacum	*Allophylus edulis*(A.St.-Hil., Cambess. & A. Juss.) Radlk	Sapindaceae	P/M	N
Árvore-samambaia	*Filicium decipiens* (Wight & Arn.)	Sapindaceae	P/M	E
Falso-barbatimão	*Cassia leptophylla* Voge	Fabaceae	M3	N
Cássia-imperial	*Cassia fistula* L	Fabaceae	M	N
Ipê-cascudo	*Handroanthus chrysotrichus* (Mart. Ex DC.) Mattos	Bignoniaceae	M	N
Oiti	*Licania tomentosa* Benth Frist.	Chrysobalanaceae	M	N
Ipêzinho	*Handroanthus umbellatus* (Sond.) Mattos.	Bignoniaceae	M	N

Pata-de-vaca	*Bauhiniaforficata* Link.	Fabaceae	M	N
Canelinha		Lauraceae	P	E
Pau-cigarra	*Senna multijuga* (Rich.) H.S. Irwin & Barneby	Fabaceae	M	N
Acer-negundo	*Acer negundo* L.	Aceraceae	M	E
Caroba-de-flor-verde	*Cybistax antisyphilitica* (Mart.) Mart. ex A. DC.	Bignoniaceae	M	N
Sabão-de-soldado	*Sapindus saponaria* L.	Sapindaceae	M	N
Cedro-rosa	*Cedrela fissilis*Vell.	Meliaceae	M/G4	N
Sibipiruna	*Cenostigmapluviosum*var.*peltophoroides* (Benth.) Gagnon&G.P.Lewis	Fabaceae	M/G	N
Canela-imbuia	*Nectandra megapotamica* (Spreng.) Mez	Lauraceae	M/G	N
Jerivá	*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman	Arecaceae	M/G	N
Ipê-amarelo	*Handroanthusalbus*(Cham.) Mattos	Bignoniaceae	G	N
Ipê-branco	*Handroanthus roseoalba*	Bignoniaceae	G	N
Ipê-rosa	*Handroanthusheptaphyllus*(Vell.) Mattos	Bignoniaceae	G	N
Farinha-seca	*Albizia niopoides* (Spruce ex Benth.) Burkart	Fabaceae	G	N
Jacarandá-mimoso	*Jacaranda mimosaefolia* D. Don	Bignoniaceae	G	N
Caroba	*Jacaranda micrantha* Cham.	Bignoniaceae	G	N
Açoita	*Lueheadivaricata*Mart.	Malvaceae	G	N
Liquidâmbar	*Liquidambarstyraciflua* L.	Altingiaceae	G	E
Jatobá	*Hymenaea courbaril* L.	Fabaceae	G	N
Peroba	*Aspidosperma polyneuron* Müll. Arg.	Apocynaceae	G	N
Pau-brasil	*Paubrasilia echinata* Lam.	Fabaceae	G	N
Tipuana	*Tipuana tipu* (Benth.) Kuntze	Fabaceae	G	N

1Porte pequeno; 2porte pequeno/médio; 3porte médio; 4porte médio/grande; 5porte grande; 6nativa; 7exótica.

ANEXO III

Lei nº 2.078/2026.

Tabela 2: Lista de espécies arbóreas exóticas invasoras do Paraná de acordo com a Portaria IAP nº 059/2015.

Nome comum	Nome científico	Família	Categoria
Carolina	Adenanthera pavonina L.	Fabaceae	I1
Acácia-negra	Acacia mearnsii de Willd.	Fabaceae	II2
Acácia-mimosa	Acacia podalyriifolia A. Cunn. ex G. Don.	Fabaceae	II
Casuarina	Casuarina equisetifolia L.	Casuarinaceae	II
Cairuçu-asiático	Centella asiatica (L.) Urb.	Apiaceae	II
Cardo	Cirsium vulgare (Savi) Ten	Asteraceae	I
Limoeiro	Citrus limon (L.) Osbeck	Rutaceae	II
Cotoneaster	Cotoneaster franchettii Bois	Rosaceae	II
Nêspera	Eriobotrya japonica (Thunb.) Lindl.	Rosaceae	II
Grevilha	Grevillea robusta A.Cunn. ex R.Br.	Proteacae	II
Uva-do-japão	Hovenia dulcis Thunb.	Rhamnaceae	I
Leucena	Leucaena leucocephala (Lam.) de Wit	Fabaceae	I
Alfeneiro	Ligustrum spp.	Oleaceae	I
Magnólia-amarela	Magnolia champaca (L.) Baill. ex Pierre	Magnoliaceae	II
Mangueira	Mangifera indica L	Anacardiaceae	II
Cinamomo	Melia azedarach L.	Meliaceae	I
Mimosa	Mimosa pigra L.	Fabaceae	I
Amora-preta	Morus nigra L.	Moraceae	II
Murta	Murraya paniculata (L.) Jack	Rutaceae	I
Pínus	Pinus spp.	Pinaceae	II
Goiabeira	Psidium guajava L.	Myrtaceae	II
Amora-roxa	Rubus niveus Thunb.	Rosaceae	I
Aleluia	Senna macranthera (DC. ex Collad.) H.S. Irwin & Barneby	Fabaceae	II
Tulipa-africana	Spathodea campanulata P.Beauv	Bignoniaceae	I
Jamelão	Syzygium cumini (L.) Skeels	Myrtaceae	II
Jambo	Syzygium jambos (L.) Alston	Myrtaceae	I
Amarelinho	Tecoma stans (L.) Juss. ex. Kunth	Bignoniaceae	I
Sete-copas	Terminalia catappa (L.) Hitchc.	Combretaceae	II
Papel-de-arroz	Tetrapanax papyrifer (Hook.) K.Koch	Araliaceae	I

1espécies que têm proibido seu transporte, criação, soltura ou translocação, cultivo, propagação (por qualquer forma de reprodução), comércio, doação ou aquisição intencional sob qualquer forma. 2 espécies que podem ser utilizadas em condições controladas, sujeitas à regula.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:06600A6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 131/2026

Nº Licitação: 24/2026
Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: Contratação por meio de Inexigibilidade/Credenciamento de Pessoas Jurídicas e Microempreendedores Individuais para a prestação de serviços de transporte escolar, por meio de vans, micro-ônibus e ônibus, destinado a estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou cursos profissionalizantes não oferecidos pelo município.

INSTITUIÇÃO: CALITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 20.037.789/0001-62
Endereço: Menotti Bolinelli, nº 277 – Centro - Califórnia/PR CEP: 86820-000

INSTITUIÇÃO: NARTUR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
CNPJ: 19.941.134/0001-35
Endereço: Rua Beligni e Pantano, nº 300 – Vila Paraíso – Marilândia do Sul/PR CEP: 86825-000

INSTITUIÇÃO: NATAL TUR VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.271.497/0001-33
Endereço: Rua Doutor Rebouças, nº 620 – Centro – Rio Bom/PR CEP: 86.830-000

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	**Quant.**	**Unid.**	**Descrição**	**Valor**	**Valor**
01	10.000	Unid.	INSTITUIÇOES DE ENSINO EM MARILANDIA DOS SUL	R$ 7,00	R$ 70.000,00
02	58.500	Unid.	INSTITUIÇOES DE ENSINO EM APUCARANA	R$ 7,60	R$ 444.600,00
03	20.800	Unid.	INSTITUIÇOES SDE ENSINO EM ARAPONGAS	R$ 8,40	R$ 174.720,00
TOTAL R$ 689.320,00					

Homologado do Processo: R$ 689.320,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte reais)

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Incentivo a Educação Técnica e a Educação em Nível Superior
07.001.12.364.0022.2050 – 3.3.90.39 Fonte 1000 - Red. 363

Califórnia, 09 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:8D6D538C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1258/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

C O N C E D E

FÉRIAS

AOS SERVIDORES ABAIXO INFORMADOS.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO		
326774	ADENIR SILVANO	2025	2026	05/10/2026	à	14/10/2026
326774	ADENIR SILVANO	2026	2027	15/10/2026	à	03/11/2026
329371	AHMAD ALI SATI	2025	2026	13/10/2026	à	27/10/2026
329049	ANA CLAUDIA FURMAN	2025	2026	15/10/2026	à	24/10/2026
328903	CAMILA PEREIRA XAVIER	2025	2026	13/10/2026	à	22/10/2026
329387	CARLOS EDUARDO MATEUS	2025	2026	13/10/2026	à	11/11/2026
325082	ESTER GONÇALVES DE OLIVEIRA	2025	2026	19/10/2026	à	17/11/2026
329365	EVELIZE KATIA CHANE DE PAULA ARNDT	2025	2026	05/10/2026	à	19/10/2026
326824	FLÁVIA CRISTINA PETRYCOVSKI	2024	2025	05/10/2026	à	24/10/2026
274301	FRANCIELLI MASCHIO	2021	2022	13/10/2026	à	22/10/2026
44131	LEANDRO ZANETTI	2022	2023	06/10/2026	à	23/10/2026
74801	MARCIA FERRARINI DE SOUZA	2023	2024	05/10/2026	à	24/10/2026
74801	MARCIA FERRARINI DE SOUZA	2024	2025	25/10/2026	à	03/11/2026
127421	MARCIA FERRARINI DE SOUZA	2022	2023	05/10/2026	à	10/10/2026
127421	MARCIA FERRARINI DE SOUZA	2023	2024	11/10/2026	à	03/11/2026
266541	MARIA IZABEL MENDES	2025	2026	01/10/2026	à	30/10/2026
157681	NELSON VAGNER DE SANTI	2025	2026	19/10/2026	à	17/11/2026
326544	PERPÉTUA DE CÁSSIA JACINTO DA SILVA	2024	2025	19/10/2026	à	28/10/2026
325958	RAFAEL CARLOS BERLEZE	2024	2025	13/10/2026	à	22/10/2026
325265	ROSANA ALVES DA SILVA	2024	2025	05/10/2026	à	03/11/2026

329561	TACIANE GUIDOLIN DE OLIVEIRA MOCELLIN	2026	2027	05/10/2026	à	11/10/2026
155551	VANESSA APARECIDA GIACOMITTI CROZETTA	2021	2022	21/10/2026	à	27/10/2026
322041	VERA LUCIA DAL PONTE ANTUNES DE SOUZA	2025	2026	01/10/2026	à	30/10/2026

Campina Grande do Sul, 08 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2C40526F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 275/2026 DATA: 09/10/2026

DECRETO Nº 275/2026
DATA: 09/10/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 no valor de R$ 486.585,94 (Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Noventa e Quatro Centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.818 de 23 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 486.585,94** *(Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Noventa e Quatro Centavos***)** nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
05	SECRETARIA DE FINANÇAS	
05.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTABILIDADE	
04.123.0002.2009	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. E CONTABILIDADE	
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
694	00887-CONVÊNIO MAPA Nº 942021/2023 (MÁQUINAS E EQUIP. AGRÍCOLAS)	31.026,44
	SUBTOTAL	31.026,44
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0006.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1830	00002-Outros Recursos não Vinculados	57.000,00
	SUBTOTAL	57.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
10.301.0007.2023	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1940	00000-Recursos Ordinários (Livre)	120.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1970	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	28.000,00
08.003	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0007.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2360	00000-Recursos Ordinários (Livre)	150.000,00
	SUBTOTAL	298.000,00
12	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0003.2058	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SDET	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4020	00000-Recursos Ordinários (Livre)	559,50
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4135	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	100.000,00
	SUBTOTAL	100.559,50
	TOTAL	**486.585,94**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	

10.302.0007.2025	MANUTENÇÃO DA ODONTOLOGIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2110	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	28.000,00
	SUBTOTAL	28.000,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
11.002	DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
20.608.0004.2057	PROGRAMA CAMPO FORTE: CANDÓI DESENVOLVIDO	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4000	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
12	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0003.2058	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SDET	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4130	00000-Recursos Ordinários (Livre)	559,50
	SUBTOTAL	559,50
	TOTAL	**128.559,50**

II - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	270.000,00
00887	CONVÊNIO MAPA Nº 942021/2023 (MÁQUINAS E EQUIP. AGRÍCOLAS)	28.277,22
	TOTAL	**298.277,22**

III - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.6.1.01.3.1.00.00	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - PRINCIPAL	57.000,00
1.3.2.1.01.1.1.05.21	REMUNERAÇÃO DB - CONVÊNIO MAPA Nº 942021/2023 (MÁQUINAS E EQUIP. AGRÍCOLAS) - 887	2.749,22
	TOTAL	**59.749,22**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 09 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C9ED341F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – OFICINAS CULTURAIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – OFICINAS CULTURAIS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS À EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS.
EDITAL Nº 05/2026
HOMOLOGAÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** a Homologação da Fase de Habilitação dos Projetos Culturais Selecionados do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS À EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS, conforme a seguir:

HOMOLOGAÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO
Homologação da fase de habilitação dos projetos inscritos no Edital de Chamamento nº 01/2026 – PNAB, será conforme a seguir:

ÁREA	Nº INSC.	NOME DO PROPONENTE	DADOS DO PROJETO	MODALIDADE	SITUAÇÃO
TEATRO	03	Andreia Ribeiro Tazuel	Nome: **Cena Viva** Oficina de Teatro: Criação de personagem e confecção de peças	Ampla	DEFERIDA
MÚSICA	02	Poliana Fatima Meneguel	Nome: **Música que transforma** Oficina de Música: Violão, Teclado e Canto.	Ampla	DEFERIDA
ARTES PLÁSTICAS/ARTES VISUAIS	01	Edinaldo dos Santos Ribeiro	Nome: **Arte sem Barreiras** Oficina de Artes Plásticas e Artes Visuais	Cota – Pessoa Negra	DEFERIDA
DANÇA	07	Camila Oliveira Castro	Nome: **Corpo e Movimento** Oficina de Dança: Ritbox e Zumba	Ampla	DEFERIDA

Eventuais recursos poderão ser protocolados junto à Secretaria de Cultura, situado no Centro Cultural Doridin Antunes, na Avenida José Antunes Fabricio, 1944, ou pelo e-mail: cultura@candoi.pr.gov.br , até as **17h do dia 14 de outubro de 2026.**

Para recebimento dos recursos, o agente cultural **DEVE ABRIR CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**, em instituição financeira pública **isenta de tarifas bancárias** ou em instituição financeira privada. Os dados da conta e o extrato zerado da conta, devem ser entregues no Departamento de Cultura, situado no Centro Cultural Doridin Antunes, na Avenida José Antunes Fabricio, 1944, até às **17h do dia 14 de outubro de 2026**.

PROJETOS HABILITADOS EM LISTA DE ESPERA

ÁREA	Nº INSC.	NOME DO PROPONENTE	DADOS DO PROJETO	SITUAÇÃO
ARTES PLÁSTICAS/ARTES VISUAIS	05	Ana Maria Assunção Ribeiro	Nome: **Arte que floresce** Oficina de Artes Visuais: Arte em Madeira Reciclada.	DEFERIDA
MÚSICA	04	Emerson Rodrigo dos Santos	Nome: **É no batuque que eu vou** Oficina de Música: Bateria e instrumentos de percussão.	DEFERIDA
MÚSICA	06	Ronaldo de Paula da Silva	Nome: **Acordes do Futuro: Música e Transformação** Oficina de Música: Violão, Contrabaixo e Canto.	INDEFERIDA
MÚSICA	08	Renata Padilha Araújo	Nome: **Ouse Sonhar** Gravação de Música Inédita e Oficina de Violão e Acordeon.	DEFERIDA

Candói, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:9988492B

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS A SELEÇÃO DE PROJETOS DE APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.
EDITAL Nº 06/2026
HOMOLOGAÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** a Homologação da Fase de Habilitação dos Projetos Culturais Selecionados do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS A SELEÇÃO DE PROJETOS DE APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, conforme a seguir:

HOMOLOGAÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO.
Homologação da fase de habilitação dos projetos inscritos no Edital de Chamamento nº 03/2026 – PNAB, será conforme a seguir:

PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS				
OR.	Nº INSC.	NOME DO PROPONENTE	DADOS DO PROJETO	SITUAÇÃO
01	01	Gustavo Barbosa Pereira	**Gustavo Sax** Gravação de 2 músicas	DEFERIDO
02	02	Alceu Santos da Cunha	**Associação Paixão pela Vida** Minidocumentário sobre a Associação Paixão pela vida	DEFERIDO
03	03	Tiago Fernando de Farias	**Canta Candói: A voz da nossa Terra** Minidocumentário sobre o Canta Candói	DEFERIDO
04	04	Mariana da Luz Borges	**Coroa, Tradição e Orgulho: Rainhas da Festa Nacional do Charque** Minidocumentário sobre a trajetória das Rainhas.	DEFERIDA
05	05	Tiago da Costa	**Candói: Histórias não contadas** Minidocumentário sobre o Cacique Candói	DEFERIDO
06	06	Gentil Dallo	**Entre Madeiras e Memórias: Candói através das histórias da DALRIO** Minidocumentário sobre a Dalrio e sua importância na história.	DEFERIDO
07	07	Renato Ramos de Siqueira	**Programa Modão e Proza Talkshow** Podcast com entrevistas semanais ao vivo	DEFERIDO
08	08	Diego de Castro Rodrigues	**Candói: Fé, Religião e Tradição** Minidocumentário sobre a influência das tradições, religião e fé na formação das Comunidades.	DEFERIDO
09	09	Suelen de Freitas Sebolt	**Candói: Memória, Política e Identidade** Minidocumentário sobre a formação política e administrativa de Candói	DEFERIDA
10	10	Hallan Paulo Malaquias	**Podcast: vozes do Cavernoso** Podcast sobre histórias, memórias com pessoas da comunidade.	DEFERIDO

Eventuais recursos poderão ser protocolados junto à Secretaria de Cultura, situada no Centro Cultural Doridin Antunes, na Avenida José Antunes Fabricio, 1944, ou pelo e-mail: cultura@candoi.pr.gov.br , até as **17h do dia 14 de outubro de 2026.**

Para recebimento dos recursos, o agente cultural **DEVE ABRIR CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**, em instituição financeira pública **isenta de tarifas bancárias** ou em instituição financeira privada. Os dados da conta e o extrato zerado da conta, devem ser entregues no Departamento de Cultura, situado no Centro Cultural Doridin Antunes, na Avenida José Antunes Fabricio, 1944, até às **17h do dia 14 de outubro de 2026**

Candói, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:9951A6C1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL PARA PREMIAÇÃO CULTURAL Nº 04/2026

EDITAL PARA PREMIAÇÃO CULTURAL Nº 04/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 – PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI.

EDITAL Nº 03/2026

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, REMANEJAMENTO DE VAGAS E ASSINATURA DO RECIBO DE PREMIAÇÃO

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** Homologação do Resultado Final dos Projetos Culturais, Remanejamento das vagas e convocação para assinatura do Termo de Premiação Cultural do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI, conforme a seguir:

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
O Resultado Final para os projetos selecionados no Edital de Chamamento nº 04/2026 – PNAB, após análise dos recursos interpostos, será conforme a seguir**.**

PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI.					
OR.	**Nº INS.**	**NOME DO PROPONENTE**	**CPF**	**DADOS DO PROJETO**	**VALOR FINAL POR PROJETO**
01	01	Anna Karollyna Lopes de Oliveira	872.XXX.XXX-15	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
02	02	João Luiz Claudino	300.XXX.XXX-87	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
03	03	Bruno Henrique dos Santos	105.XXX.XXX-20	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
04	04	Dircelene Saldanha	008.XXX.XXX-31	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
05	05	Oeliton Carlin Borges	117.XXX.XXX-08	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
06	06	Pedro Henrique Kruk Faoth	137.XXX.XXX-83	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
07	07	Eva Antunes	647.XXX.XXX-49	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
08	08	Leonardo da Silva	103.XXX.XXX-94	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
09	09	Paolla Maia Mandu	009.XXX.XXX-69	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
10	10	João Pedro Ferreira Vigo	135.XXX.XXX-60	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
11	11	Maria Eduarda dos Santos e Silva	124.XXX.XXX-13	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
12	12	Amanda Trento de Quadros	116.XXX.XXX-64	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
13	13	Cristian Padilha	122.XXX.XXX-54	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
14	14	Gilson Emanuel Quadros	099.XXX.XXX-98	Premiação Extra: Categoria Sertanejo	R$ 842,75
15	15	Tiago da Costa	043.XXX.XXX-41	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
16	16	Camili Zambonin	107.XXX.XXX-46	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
17	17	Gabriely Martins Kegler	119.XXX.XXX-16	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
18	18	Ana Beatriz Fagundes	112.XXX.XXX-02	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
19	19	Luiz Gustavo Murawski	117.XXX.XXX-07	Premiação Extra: Categoria Popular	R$ 481,57
20	20	Fernando Junior Barbosa	076.XXX.XXX-12	Premiação Extra: Categoria Gospel	R$ 674,20
21	21	Laura Lima	144.XXX.XXX-07	Premiação Extra: Categoria Mirim	R$ 674,20
22	22	Francisco de Assis Pires	763.XXX.XXX-15	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20
23	23	Miguel Ferreira da Rocha	130.XXX.XXX-77	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
24	24	Emilia Ferreira da Rocha	138.XXX.XXX-20	Premiação Extra: Categoria Mirim	R$ 581,21
25	25	Helena de França Smolak	151.XXX.XXX-16	Premiação Extra: Categoria Mirim	R$ 581,21
26	26	Maria Eduarda de Oliveira de Lima	153.XXX.XXX-81	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
27	27	Maria Julia Goes	045.XXX.XXX-83	Premiação Extra: Categoria Infanto – Juvenil	R$ 435,90
28	28	Anne Caroline de França	086.XXX.XXX-06	Premiação Extra: Categoria Gauchesca	R$ 674,20

Os agentes culturais com projetos selecionados neste Edital, terão **do dia 13 até o dia 15 de outubro de 2026**, em horário comercial, para assinatura do Recibo de Premiação Cultural, presencialmente na Secretaria Municipal de Cultura **- Centro Cultural Doridin Antunes**, situado a **Avenida Jose Antunes Fabricio, 1944,** conforme **Edital de Chamamento Público nº 04/2026**.
REMANEJAMENTO DAS VAGAS
Os valores por categoria e projeto, após o remanejamento previsto no Edital de Abertura nº 04/2026, PNAB, será conforme a seguir:

CATEGORIA	**TOTAL DE VAGAS**	**QUANTIDADE DE INSCRITOS**	**VALOR**
MIRIM	8	3	581,21
INFANTO	8	4	435,9
GOSPEL	8	5	674,2
POPULAR	8	7	481,57
GAUCHESCA	8	5	674,2
SERTANEJO	8	4	842,75
TOTAL	**48**	**28**	**16.971,23**

O município ajustará as peças orçamentárias efetuando o remanejamento dos valores, conforme os projetos selecionados neste edital.
Fica igualmente alterado o ANEXO I – Categorias, do edital de abertura nº 04/2026 – PREMIAÇÃO EXTRA CANTA CANDÓI – PNAB.

Candói, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:70A08080

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIARIAS 09 2026

Município de Candói - 2026									
RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÕES									
Período: 01/09/2026 até 30/09/2026									
Data	**Nº Liquidação**	**Nº Empenho**	**Tipo**	**Conta**	**Fonte**	**Funcional Programática**	**Natureza de despesa**	**Fornecedor**	**Valor liquidado**
01/09/2026									**2.839,00**
01/09/2026	6648/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	143,00
01/09/2026	6649/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	6731-8 PAULO ROBERTO SOARES	143,00
01/09/2026	6650/2026	97/2025	E	460	00000	04.001.04.122.0002.2007	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98296-2 LEANDRO SOUZA DOS SANTOS	52,00

01/09/2026	6651/2026	3229/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5439-9 EVERSON LUCIANO DE OLIVEIRA	143,00
01/09/2026	6652/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
01/09/2026	6653/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95725-9 NELSON NENE AGUIRES	92,00
01/09/2026	6654/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97354-8 ANTONIO SAUKA	92,00
01/09/2026	6655/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	54,50
01/09/2026	6656/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95725-9 NELSON NENE AGUIRES	92,00
01/09/2026	6657/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
01/09/2026	6658/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97354-8 ANTONIO SAUKA	92,00
01/09/2026	6659/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	6731-8 PAULO ROBERTO SOARES	143,00
01/09/2026	6660/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97354-8 ANTONIO SAUKA	143,00
01/09/2026	6661/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95725-9 NELSON NENE AGUIRES	54,50
01/09/2026	6662/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	92,00
01/09/2026	6663/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	365,50
01/09/2026	6664/2026	3217/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	2915-7 ANTONIO MAURICIO VALOMIN	143,00
01/09/2026	6665/2026	37/2025	E	1820	00303	08.001.10.301.0007.2025	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5558-1 SERGIO ROBERTO PEDROSO	143,00
01/09/2026	6666/2026	4113/2025	E	1820	00303	08.001.10.301.0007.2025	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98307-1 ELIOMAR RAMOS BUENO	92,00
01/09/2026	6667/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5154-3 NELSI AULER DE OLIVEIRA	54,50
01/09/2026	6670/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	92,00
01/09/2026	6671/2026	37/2025	E	1820	00303	08.001.10.301.0007.2025	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5558-1 SERGIO ROBERTO PEDROSO	92,00
01/09/2026	6672/2026	1949/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5106-3 MARCELO GONÇALINO	92,00
01/09/2026	6673/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97426-9 LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	143,00
02/09/2026									**902,50**
02/09/2026	6674/2026	2529/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
02/09/2026	6675/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	143,00
02/09/2026	6676/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97426-9 LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	92,00
02/09/2026	6677/2026	2529/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	92,00
02/09/2026	6678/2026	3217/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	2915-7 ANTONIO MAURICIO VALOMIN	143,00
02/09/2026	6679/2026	1953/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95774-7 MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	54,50
02/09/2026	6680/2026	4257/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	6731-8 PAULO ROBERTO SOARES	143,00
02/09/2026	6681/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	92,00
03/09/2026									**208,50**
03/09/2026	6694/2026	97/2025	E	460	00000	04.001.04.122.0002.2007	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98296-2 LEANDRO SOUZA DOS SANTOS	52,00
03/09/2026	6698/2026	4855/2026	O	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	95775-5 SANDRA DOS SANTOS	156,50
04/09/2026									**163,50**
04/09/2026	6719/2026	4869/2026	O	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	96695-9 JOÃO MARCIO DE FREITAS	54,50
04/09/2026	6720/2026	4870/2026	O	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97374-2 MARIA FERNANDA COPACHESKI	54,50
04/09/2026	6734/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5154-3 NELSI AULER DE OLIVEIRA	54,50
08/09/2026									**5.748,75**
08/09/2026	6789/2026	4849/2026	O	4050	00000	12.001.04.122.0003.2058	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	121984-7 CAROLINE BORDIGNON DA ROSA	1.050,00
08/09/2026	6802/2026	4927/2026	O	3600	00000	10.001.04.122.0003.2052	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	95741-1 RICARDO IGNEZ DALLAROSA	1.096,50
08/09/2026	6803/2026	4926/2026	O	30	00000	02.001.04.122.0002.2001	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	98161-3 GEORGE JOSE ROSA	1.096,50
08/09/2026	6804/2026	4928/2026	O	30	00000	02.001.04.122.0002.2001	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	105206-3 ALDOINO GOLDONI FILHO	1.409,25
08/09/2026	6805/2026	4929/2026	O	350	00000	03.001.04.121.0002.2005	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	96830-7 EVANDRO CAPPELLI WACHTEL	1.096,50
10/09/2026									**12.844,75**
10/09/2026	6874/2026	4950/2026	O	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	804-4 LICIELE ALBANIO	2.558,50
10/09/2026	6875/2026	4949/2026	O	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.02 SERVIDORES COMISSIONADOS	113212-1 MARIA IZABEL CORREA LUCHESE	2.558,50
10/09/2026	6876/2026	4951/2026	O	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.02 SERVIDORES COMISSIONADOS	97417-0 LUCIMARA PINHEIRO DA SILVA	2.558,50
10/09/2026	6877/2026	4948/2026	O	700	00000	05.001.04.123.0002.2009	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	102753-1 THAIS FLAVIA DE BONA	2.558,50
10/09/2026	6878/2026	4952/2026	O	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98449-3 RODRIGO MISS	1.279,25
10/09/2026	6882/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97354-8 ANTONIO SAUKA	92,00
10/09/2026	6883/2026	3227/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5558-1 SERGIO ROBERTO PEDROSO	143,00
10/09/2026	6884/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97426-9 LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	92,00
10/09/2026	6885/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95725-9 NELSON NENE AGUIRES	54,50
10/09/2026	6886/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97354-8 ANTONIO SAUKA	143,00

10/09/2026	6887/2026	3229/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5439-9 EVERSON LUCIANO DE OLIVEIRA	143,00
10/09/2026	6888/2026	3227/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5558-1 SERGIO ROBERTO PEDROSO	143,00
10/09/2026	6889/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97426-9 LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	143,00
10/09/2026	6891/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95725-9 NELSON NENE AGUIRES	92,00
10/09/2026	6892/2026	3227/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5558-1 SERGIO ROBERTO PEDROSO	143,00
10/09/2026	6894/2026	3217/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	2915-7 ANTONIO MAURICIO VALOMIN	143,00
14/09/2026									**3.656,00**
14/09/2026	6925/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97426-9 LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	143,00
14/09/2026	6926/2026	1949/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5106-3 MARCELO GONÇALINO	143,00
14/09/2026	6927/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	143,00
Data	**Nº Liquidação**	**Nº Empenho**	**Tipo**	**Conta**	**Fonte**	**Funcional Programática**	**Natureza de despesa**	**Fornecedor**	**Valor liquidado**
14/09/2026	6928/2026	23/2025	E	1820	00303	08.001.10.301.0007.2025	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108293-1 SCHEILA RIBAS DE OLIVEIRA	143,00
14/09/2026	6929/2026	4113/2025	E	1820	00303	08.001.10.301.0007.2025	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98307-1 ELIOMAR RAMOS BUENO	143,00
14/09/2026	6930/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98566-0 SEBASTIÃO FERREIRA	92,00
14/09/2026	6931/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5154-3 NELSI AULER DE OLIVEIRA	54,50
14/09/2026	6935/2026	4974/2026	O	4220	00000	13.001.04.122.0003.2062	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	111803-0 CHARLES ELOI ECHER	1.462,00
14/09/2026	6946/2026	2534/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	100828-5 EDILSON DE LARA	143,00
14/09/2026	6947/2026	3217/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	2915-7 ANTONIO MAURICIO VALOMIN	92,00
14/09/2026	6948/2026	3229/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5439-9 EVERSON LUCIANO DE OLIVEIRA	143,00
14/09/2026	6949/2026	3223/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95774-7 MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	54,50
14/09/2026	6952/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95725-9 NELSON NENE AGUIRES	92,00
14/09/2026	6953/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	92,00
14/09/2026	6954/2026	2/2026	O	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98265-2 FABIO WEGNER	143,00
14/09/2026	6955/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	97354-8 ANTONIO SAUKA	143,00
14/09/2026	6956/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	108428-3 JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
14/09/2026	6957/2026	3229/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5439-9 EVERSON LUCIANO DE OLIVEIRA	143,00
14/09/2026	6958/2026	97/2025	E	460	00000	04.001.04.122.0002.2007	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98296-2 LEANDRO SOUZA DOS SANTOS	52,00
14/09/2026	6959/2026	1953/2026	E	1930	00303	08.001.10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	95774-7 MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	92,00
16/09/2026									**1.934,00**
16/09/2026	7013/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001.04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	5154-3 NELSI AULER DE OLIVEIRA	54,50
16/09/2026	7097/2026	97/2025	E	460	00000	04.001.04.122.0002.2007	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	98296-2 LEANDRO SOUZA DOS SANTOS	52,00
16/09/2026	7098/2026	5022/2026	O	2950	00000	09.003.08.122.0006.2040	3.3.90.14.14.02 SERVIDORES COMISSIONADOS	110733-0 MARCIO MICHEL DE LIMA	1.827,50
(*) Liquidações não-efetivadas								**Total Geral:**	**28.297,00**

Critérios de seleção:
Liquidações: Do exercício, Ordenado por: Data de emissão
Apenas liquidações diarias: Sim
Empenhos exercicio: Sim
Empenhos exercicios anteriores: Sim

Publicado por:
Giliard Resmini
Código Identificador:06C36447

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO JULGAMENTO | CREDENCIAMENTO Nº 90.005/2026 | PROCESSO Nº 1.748/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 90.005/2026
PROCESSO Nº 1.748/2026

O Agente de Contratação do Município de Candói, Estado do Paraná, Sr. Rodrigo Miss, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Credenciamento nº 90.005/2026 (Processo nº 1.748/2026), torna público o resultado do julgamento dos requerimentos de participação realizado no dia **09/10/2026** (sétima sessão).

Objeto: Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEIs) para a prestação de serviços de roçada de áreas verdes e limpeza de meios-fios, abrangendo logradouros públicos, prédios municipais e vias urbanas, com o devido recolhimento e transporte dos resíduos gerados.

Resultado do Julgamento:

Protocolo	Ordem do Protocolo	Razão Social	CNPJ	Resultado
2.826/2026	24	67.509.405 ANDRE LUIS WEBER	67.509.405/0001-20	Habilitado / credenciado no item 1

Lista Atualizada dos MEIs Credenciados:

Protocolo	Ordem do Protocolo	Razão Social	CNPJ	Data do Credenciamento	Serviços Credenciados
1.880/2026	8	67.903.667 CLAUDIO SEBASTIAO	67.903.667/0001-75	16/07/2026	Todos

		STROKA DE OLIVEIRA			
1.900/2026	9	67.693.899 ALEX JOSE DA SILVA	67.693.899/0001-46	22/07/2026	Todos
1.918/2026	10	67.801.874 DIRLENE CHAVES MIS	67.801.874/0001-19	22/07/2026	Todos
1.924/2026	11	67.251.096 MARCOS FELIPE POTEREICO	67.251.096/0001-31	22/07/2026	item 4
1.937/2026	12	55.625.898 MATOSALEM AYRES BONFIM	55.625.898/0001-85	22/07/2026	itens 1 e 2
1.949/2026	13	37.084.240 VINICIOS SCALVI DE COL	37.084.240/0001-21	22/07/2026	Todos
2.267/2026	14	68.427.825 DIVONSIR DE OLIVEIRA	68.427.825/0001-20	10/09/2026	itens 1 e 2
2.323/2026	15	63.148.366 ANDERSON CLAIRTON DE RAMOS,	63.148.366/0001-22	10/09/2026	item 1
2.526/2026	17	41.333.701 ARISTEU MATTOS DE DEUS	41.333.701/0001-20	16/09/2026	item 3
2.580/2026	18	67.251.096 MARCOS FELIPE POTEREICO	67.251.096/0001-31	16/09/2026	itens 1 e 3
2.581/2026	19	69.034.621 ANGELO SIDIMAR OLIVEIRA	69.034.621/0001-92	16/09/2026	item 1
2.585/2026	20	57.073.103 ADRIELSON MACHADO BATISTA	57.073.103/0001-07	16/09/2026	item 1
2.626/2026	21	55.625.898 MATOSALEM AYRES BONFIM	55.625.898/0001-85	08/10/2026	itens 3, 4 e 5
2.824/2026	23	20.437.054 ANDRE DE MOURA	20.437.054/0001-26	08/10/2026	item 1
2.826/2026	24	67.509.405 ANDRE LUIS WEBER	67.509.405/0001-20	09/10/2026	item 1

3. Prazos e Acesso aos Autos
Nos termos do subitem 10.1 do Edital, fica aberto o prazo de 1 (um) dia útil – encerrando-se às **23h59min do dia 13/10/2026** - para manifestação formal da intenção de recurso (conforme subitem 10.3), sob pena de preclusão deste direito.

O requerimento de participação, contendo toda a documentação do MEI, está disponível para consulta pública nos links abaixo:
67.509.405 ANDRE LUIS WEBER:
https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=488017914819221989&s=candoi&origem=interno&s=candoi

Destaca-se que a qualquer momento, durante a vigência do Edital, qualquer interessado poderá protocolar requerimento de participação, obedecendo as regras do edital.

Candói - PR, 09 de outubro de 2026.

RODRIGO MISS
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:A04B3C36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 402/2026

ERRATA
ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 402/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Solange Dartora Neckel	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	09, de setembro de 2026.	Acompanhar menor e familiar em exame no IML.
Pedro Grando	Conselheiro Tutelar	02 (duas)	Cascavel – PR	09,17 de setembro de 2026.	
Edinéia Conci	Assessora Pedagógica	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	Participação no SUMMIT Educação.
Elaine Maria de Moura de Oliveira	Assessora Pedagógica	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	
Jaqueline Rohr G. Gomes	Agente de Administração	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	
Noeli Rodrigues de Andrade R.	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	17 de setembro de 2026.	Acompanhar menor em exames no IML.
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	08,17 de setembro de 2026.	Conduziu alunos da escola Municipal do Campo do Bom Jesus para visitação ao Zoológico. Transporte dos usuários do serviço de convivência na FAG
Luiz Carlos Ledur	Secretário da Educação	02 (duas)	Cascavel – PR	18,23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação. Capacitação sobre '' Educação Inclusiva: da lei a realidade escolar''.
Janice Bazareti Bortolini	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação.
Iara Pessatto	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Jandira Salete Fernandes Graciolli	Diretora Escolar	02 (duas)	Cascavel, Cafelândia 18 – PR	18,23 de setembro de 2026.	
Juliana Fátima B. Haag	Diretora E	02 (duas)	Cascavel, Cafelândia 18 – PR	18,23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação. Visita as escolas de Educação em tempo Integral reconhecidas pelo MEC.
Cristiane Teresinha da Cas L.	Diretora Escolar	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação.
Danieli Sinotti da silva Doarte	Coordenadora pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Regina Maria Scherer Dallabrida	Professora	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	

Rosangela Rosemeri da Rosa Bernardi	Diretora Escolar	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Edinéria Conci	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	Visita as escolas de Educação em tempo Integral reconhecidas pelo MEC.
Elaine Maria de Moura de O.	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Elaene Madalosso	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Marilene de F. de O. de Medeiros	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Claudia Marcia Finger de Lara	Diretora Escolar	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Karina Lucia Broetto H. Dal'Aqua	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Rosangela Ana Mandelli de Melo	Secretária Escolar	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Karine Perondi Madalosso	Professora	01 (uma)	Cascavel - PR	04 de setembro de 2026.	Acompanhamento dos alunos do 4° ano da escoa Municipal Campo Bandeirantes, para participarem das atividades integrantes do projeto PUFV na FAG.
Karina Lucia Broetto H. Dal'Aqua	Professora	01 (uma)	Cascavel - PR	04 de setembro de 2026.	Bandeirantes
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel - PR	18 de setembro de 2026.	Buscar documentação no IIPR.
Carlo Giuseppe Lucietto	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	Fórum de obras Públicas – Fiscalização de Obras e Pavimentação
Jean Carlos Bibbert	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	
Vitor Nascimento H.	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	
Michael Lopes de Medeiros	Diretor Dep. De Obras Púb. E Inf.	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	Fórum de obras Públicas – Fiscalização de Obras e Pavimentação
Vilmar de Paula	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	02,03,20 de setembro de 2026	Transportar atletas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

LEIA -SE:
PORTARIA Nº 402/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	**Cargo**	**Diária(s)**	**Cidade**	**Dia(s)**	**Finalidade**
Solange Dartora Neckel	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	09, de setembro de 2026.	Acompanhar menor e familiar em exame no IML.
Pedro Grando	Conselheiro Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	17 de setembro de 2026.	
Edinéia Conci	Assessora Pedagógica	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	Participação no SUMMIT Educação.
Elaine Maria de Moura de Oliveira	Assessora Pedagógica	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	
Jaqueline Rohr G. Gomes	Agente de Administração	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	
Noeli Rodrigues de Andrade R.	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	17 de setembro de 2026.	Acompanhar menor em exames no IML.
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	08,17 de setembro de 2026.	Conduziu alunos da escola Municipal do Campo do Bom Jesus para visitação ao Zoológico. Transporte dos usuários do serviço de convivência na FAG
Luiz Carlos Ledur	Secretário da Educação	02 (duas)	Cascavel – PR	18,23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação. Capacitação sobre '' Educação Inclusiva: da lei a realidade escolar''.
Janice Bazareti Bortolini	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação.
Iara Pessatto	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Jandira Salete Fernandes Graciolli	Diretora Escolar	02 (duas)	Cascavel, Cafelândia 18 – PR	18,23 de setembro de 2026.	
Juliana Fátima B. Haag	Diretora E	02 (duas)	Cascavel, Cafelândia 18 – PR	18,23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação. Visita as escolas de Educação em tempo Integral reconhecidas pelo MEC.
Cristiane Teresinha da Cas L.	Diretora Escolar	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação.
Danieli Sinotti da silva Doarte	Coordenadora pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Regina Maria Scherer Dallabrida	Professora	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Rosangela Rosemeri da Rosa Bernardi	Diretora Escolar	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Edinéria Conci	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	Visita as escolas de Educação em tempo Integral reconhecidas pelo MEC.
Elaine Maria de Moura de O.	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Elaene Madalosso	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Marilene de F. de O. de Medeiros	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Claudia Marcia Finger de Lara	Diretora Escolar	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Karina Lucia Broetto H. Dal'Aqua	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Rosangela Ana Mandelli de Melo	Secretária Escolar	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Karine Perondi Madalosso	Professora	01 (uma)	Cascavel - PR	04 de setembro de 2026.	Acompanhamento dos alunos do 4° ano da escoa Municipal Campo Bandeirantes, para participarem das atividades integrantes do projeto PUFV na FAG.
Karina Lucia Broetto H. Dal'Aqua	Professora	01 (uma)	Cascavel - PR	04 de setembro de 2026.	Bandeirantes
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel - PR	18 de setembro de 2026.	Buscar documentação no IIPR.
Carlo Giuseppe Lucietto	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	Fórum de obras Públicas – Fiscalização de Obras e Pavimentação
Jean Carlos Bibbert	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	
Vitor Nascimento H.	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	
Michael Lopes de Medeiros	Diretor Dep. De Obras Púb. E Inf.	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	Fórum de obras Públicas – Fiscalização de Obras e Pavimentação
Vilmar de Paula	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	02,03,20 de setembro de 2026	Transportar atletas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:901B6490

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 428/2026

ERRATA
ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 428/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Ana Paula Overbeck Marques	Técnica de Enfermagem	04 (quatro)	Cascavel – PR	04,12,20,24 de setembro de 2026.	HUOP E UOPECCAN.
Tatiana Schweing de Paula	Técnica de Enfermagem	11 (onze)	Cascavel – PR	16,17,18,21,22,23,24,25,28,29,30 de setembro de 2026.	HUOP, INOVA, UOPECCAN E SÃO LUCAS.
Oatana G. Estival	Técnica de Enfermagem	08 (oito)	Cascavel – PR	01,02,18,23,24,25,27,29 de setembro de 2026.	HUOP, UOPECCAN E SÃO LUCAS.
Valdomiro Correia de Melo	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC.
Valdecir Dickel	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS PRIME CIT.
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	06 (seis)	Cascavel e Medianeira 30 – PR	30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	
Mazinho W. da Silva	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN.
Luiz Fernando Ottoni Gugel	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	29,30 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP.
Albino Junior Rheinheimer	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	28,29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS PRIME CIT.
Israel Reis Bento	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 22026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC
Gilmar Antônio Roman	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 22026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Paulo Fabio Gossler	Motorista	07 (sete)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,04,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Agnaldo Hartkopf	Motorista	07 (sete)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	03 (três)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 02 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS PRIME CIT.
Elizangela Fatima Cemin P.	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN.
Everton Kuhn B.	Motorista	07 (sete)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,04,05 de outubro de 2026.	
Fabian de Oliveira	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	28,29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal Em Exercicio

LEIA -SE:
PORTARIA Nº 428/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Ana Paula Overbeck Marques	Técnica de Enfermagem	04 (quatro)	Cascavel – PR	04,12,20,24 de setembro de 2026.	HUOP E UOPECCAN.
Tatiana Schweing de Paula	Técnica de Enfermagem	11 (onze)	Cascavel – PR	16,17,18,21,22,23,24,25,28,29,30 de setembro de 2026.	HUOP, INOVA, UOPECCAN E SÃO LUCAS.
Oatana G. Estival	Técnica de Enfermagem	09 (nove)	Cascavel – PR	01,02,15,18,23,24,25,27,29 de setembro de 2026.	HUOP, UOPECCAN E SÃO LUCAS.
Valdomiro Correia de Melo	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC.
Valdecir Dickel	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS PRIME CIT.
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	06 (seis)	Cascavel e Medianeira 30 – PR	30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	
Mazinho W. da Silva	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN.
Luiz Fernando Ottoni Gugel	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	29,30 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP.
Albino Junior Rheinheimer	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	28,29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS PRIME CIT.
Israel Reis Bento	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 22026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC
Gilmar Antônio Roman	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 22026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Paulo Fabio Gossler	Motorista	07 (sete)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,04,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Agnaldo Hartkopf	Motorista	07 (sete)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,05 de outubro de 2026.	

Elenoir Lucas Fontana	Motorista	03 (três)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 02 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS PRIME CIT.
Elizangela Fatima Cemin P.	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN.
Everton Kuhn B.	Motorista	07 (sete)	Cascavel – PR	29,30 de setembro e 01,02,03,04,05 de outubro de 2026.	
Fabian de Oliveira	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	28,29,30 de setembro e 01,02,05 de outubro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:27099A0D

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 429/2026

ERRATA
ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 429/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Barbara Marca Scapini	Enfermeira	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	Participação em Workshop Paranaense de Vigilância Entomológica de Vetores na Saúde Pública.
Marcio Eduardo Hackenhaar	Agente de Combate as Endemias	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	
Susane Santos de Paula	Agente de Combate as Endemias	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	
Terezinha Avelar	Agente de Combate as Endemias	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	
Barbara Marca S.	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel - PR	23 de setembro de 2026.	Participação em Curso de Gerenciamento de infecção em Feridas.
Crislei Michelli Pavan S.	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel - PR	23 de setembro de 2026.	Participação em Curso de Gerenciamento de infecção em Feridas.
Aurelio Rodrigo Muller	Chefe da Divisão Adm. Da Secretaria de Saúde	01 (uma)	Cascavel - PR	01 de outubro de 2025.	Reunião Ordinária do CRESEMS.
Regina Cristina Antunes	Secretaria Municipal de Saúde	01 (uma)	Cascavel - PR	01 de outubro de 2025.	Reunião Ordinária do CRESEMS.
Delurdes Biazin	Diretora de Depto. De Saúde e Agenda mento	01 (uma)	Cascavel - PR	07 de outubro de 2026.	Reunião Diretoria Cisop.
Luiz Antonio Nogueira Fernandes	Diretor do Depto de Saúde Psicossocial.	01 (uma)	Cascavel - PR	07 de outubro de 2026.	Reunião Diretoria Cisop.
Salatier Reis Bento	Motorista	02 (duas)	Campo Largo – PR	01,02 de outubro de 2026.	Hospital infantil Waldemar Monastier.
ELenoir Lucas Fontana	Motorista	02 (duas)	Campo Largo – PR	04,05 de outubro de 2026.	Hospital infantil Waldemar Monastier.
Rosangela Cristina Capeleti	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	09 de outubro de 2026.	Buscar documentação no IIPR, JSM.
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Capacitação FTD – IONICA: Inovação, Cultura Digital e Novas Tecnologias.
João Marcos Ribeiro	Secretário de Cultura e Turismo	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Encontro de Formação para gestores municipais de Cultura.
Luciana Emilia Faquini	Coordenador Cultural	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Encontro de Formação para gestores municipais de Cultura.
Luciana Zanon	Secretária Mun. Da Fazenda	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Clodoaldo Antonio Dallazen	Contador	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Jane Andreoli Biasuz	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Vinicius Moretti Iop	Contador	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Gislaine Wienhage	Diretor de Gestão do SUAS	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Reunião técnica do Bolsa Família.
Kaoana Nayara Grisa	Auxiliar Administrativo	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Reunião técnica do Bolsa Família.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

LEIA -SE:

PORTARIA Nº 429/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Barbara Marca Scapini	Enfermeira	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	Participação em Workshop Paranaense de Vigilância Entomológica de Vetores na Saúde Pública.
Marcio Eduardo Hackenhaar	Agente de Combate as Endemias	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	
Susane Santos de Paula	Agente de Combate as Endemias	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	
Terezinha Avelar	Agente de Combate as Endemias	03 (três)	Londrina – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	
Barbara Marca S.	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel - PR	23 de setembro de 2026.	Participação em Curso de Gerenciamento de infecção em Feridas.
Crislei Michelli Pavan S.	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel - PR	23 de setembro de 2026.	Participação em Curso de Gerenciamento de infecção em Feridas.
Aurelio Rodrigo Muller	Chefe da Divisão Adm. Da Secretaria de Saúde	01 (uma)	Cascavel - PR	01 de outubro de 2025.	Reunião Ordinária do CRESEMS.
Regina Cristina Antunes	Secretaria Municipal de Saúde	01 (uma)	Cascavel - PR	07 de outubro de 2025.	Reunião Ordinária do CRESEMS.
Delurdes Biazin	Diretora de Depto. De Saúde e Agenda mento	01 (uma)	Cascavel - PR	07 de outubro de 2026.	Reunião Diretoria Cisop.
Luiz Antonio Nogueira Fernandes	Diretor do Depto de Saúde Psicossocial.	01 (uma)	Cascavel - PR	07 de outubro de 2026.	Reunião Diretoria Cisop.
Salatier Reis Bento	Motorista	02 (duas)	Campo Largo – PR	01,02 de outubro de 2026.	Hospital infantil Waldemar Monastier.
ELenoir Lucas Fontana	Motorista	02 (duas)	Campo Largo – PR	04,05 de outubro de 2026.	Hospital infantil Waldemar Monastier.
Rosangela Cristina Capeleti	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	09 de outubro de 2026.	Buscar documentação no IIPR, JSM.
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Capacitação FTD – IONICA: Inovação, Cultura Digital e Novas Tecnologias.
João Marcos Ribeiro	Secretário de Cultura e Turismo	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Encontro de Formação para gestores municipais de Cultura.
Luciana Emilia Faquini	Coordenador Cultural	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Encontro de Formação para gestores municipais de Cultura.
Luciana Zanon	Secretária Mun. Da Fazenda	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Clodoaldo Antonio Dallazen	Contador	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Jane Andreoli Biasuz	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Vinicius Moretti Iop	Contador	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Oficina Técnica: Financiamento e Orçamento no SUS.
Gislaine Wienhage	Diretor de Gestão do SUAS	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Reunião técnica do Bolsa Família.
Kaoana Nayara Grisa	Auxiliar Administrativo	01 (uma)	Cascavel – PR	01 de outubro de 2026.	Reunião técnica do Bolsa Família.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:E69AF231

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N/ 430/2026

PORTARIA Nº 430/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Cristina de fátima do N. R.	Motorista	01 (uma)	Realeza – PR	08 de outubro de 2026.	Conduziu o ônibus placa TAO 1I38 para concerto de tacógrafo.
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	07,08 de outubro de 2026.	ONCOVILLE E IOP.
Valdemar Domingos Quadros	Motorista	01 (uma)	Londrina – PR	08 de outubro de 2026.	Hospital Nova vida
Alter josé Ragadali	Secrário de Esporte e Lazer	01 (uma)	Medianeira – PR	06 de outubro de 2026.	Participar como coordenador técnico da equipe de atletismo e voleibol cambio 60+ do município da reunião técnica das 1° olimpiadas AMOP.
Janice Bazareti Bortolini	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Capacitação FTD – IONICA: Inovação, Cultura Digital e Novas Tecnologias.
Elaine Maria de Moura de O.	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	06 de outubro de 2026.	Capacitação FTD – IONICA: Inovação, Cultura Digital e Novas Tecnologias.
Gracieli Farina Zeniewicz	Assistente Social	01 (uma)	Cascavel – PR	09 de outubro de 2026.	II Encontro Regional do serviço de acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:FC8D2A96

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 001/2026 - DE DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES PELA COMUNIDADE ESCOLAR

A Secretaria Municipal de Educação,**COMUNICA** à Comunidade Escolar dos estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino, jurisdicionados pela Secretaria de Educação, que foi iniciado o Processo de Escolha do Diretor das Escolas da Rede Municipal de Ensino, a se desenvolver segundo o cronograma e nos termos do Decreto nº 4.152, de 13 de dezembro de 2024, que segue anexo ao presente.
Os candidatos interessados em participar do processo de escolha ou recondução para a função de Diretor Escolar deverão apresentar certificado, declaração ou comprovante equivalente de conclusão e frequência no Curso de Gestão Escolar, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas e frequência mínima de 80% (oitenta por cento), conforme os requisitos estabelecidos no Decreto Municipal nº 4.152/2024.
Aos candidatos que ainda não possuam o Curso de Gestão Escolar, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizará o curso, sem qualquer custo, para fins de atendimento ao requisito previsto no Decreto. Para solicitar o link de acesso ao curso, o interessado deverá encaminhar solicitação para o e-mail institucional da Secretaria Municipal de Educação: sec.educacao@carlopolis.pr.gov.br .
Serão aceitos certificados, declarações ou documentos equivalentes de cursos de Gestão Escolar realizados anteriormente, desde que contenham a identificação da instituição responsável, a carga horária mínima de 40 (quarenta) horas e a comprovação de frequência mínima de 80% (oitenta por cento), quando exigida pela regulamentação aplicável.
A apresentação do documento comprobatório será realizada no prazo definido no cronograma deste Edital, não sendo exigida a participação em novas *lives*, transmissões ao vivo, gravações ou curso adicional para os candidatos que já comprovarem o atendimento ao requisito.
A Comissão Central fica designada conforme o Decreto nº 4.152 de 13 de dezembro de 2024.
Carlópolis, 09 de outubro de 2.026.

EUGÊNIO MALANOWSKI FALARZ
Secretário Municipal de Educação

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA

DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
03/11/2026	Reunião com os segmentos da Comunidade Escolar para votação da escolha dos membros da Comissão Escolar	Diretor da Instituição Educacional/Comunidade Escolar
04/11/2026	Encaminhamento da composição da Comissão Escolar à Comissão Central	Comissão Escolar
05/11/2026	Enviar no e-mail: **sec.educacao@carlopolis.pr.gov.br** Apresentação de títulos e do certificado, declaração ou comprovante do Curso de Gestão Escolar.	Candidatos/Comissão Central
06/11/2026	Análise da documentação apresentada e comunicar quem serão os candidatos aptos a participarem do processo de recondução/eleição.	Comissão Central/comissão escolar
09/11/2026	Enviar no e-mail: **sec.educacao@carlopolis.pr.gov.br** Apresentação do Plano de Ação para o mandato de 2027 a 2028 e do Relatório de Execução do Plano de Gestão Escolar referente ao período de 2025 e 2026, pelos diretores em exercício que concorrerem à recondução.	Candidatos/Comissão Central
10/11/2026	Análise do Relatório de Execução do Plano de Gestão Escolar e do Plano de Gestão para o mandato de 2027 a 2028.	Comissão Central
11/11/2026	Registro dos candidatos.	Comissão Escolar
12/11/2026	Homologação dos registros.	Comissão Central
13/11/2026	Divulgação dos candidatos registrados.	Comissão Escolar
16/11/2026	Divulgação do Edital de Convocação.	Comissão Escolar
17/11/2026	Início da divulgação das propostas dos candidatos, observadas as regras do Decreto.	Candidatos registrados
18/11/2026	Elaboração das listas de votantes	Comissão Escolar
19/11/2026	Designação e credenciamento das Mesas Receptoras e Escrutinadoras	Comissão Escolar
20/11/2026	Credenciamento dos fiscais dos candidatos	Comissão Escolar
23/11/2026	Encerramento da divulgação das propostas e retirada dos materiais de propaganda	Candidatos/Comissão Escolar
24/11/2026	Organização das urnas, cédulas, listas e demais materiais	Comissão Escolar
30/11/2026	Votação, das 8h às 19h, escrutinação imediatamente após o encerramento e lavratura das atas.	Comissão Escolar, Mesas Receptoras e Escrutinadoras
01/12/2026	Divulgação do resultado provisório e prazo para recursos	Comissão Escolar
02/12/2026	Encaminhamento das atas, mapas de apuração, resultado e eventuais recursos à Comissão Central	Comissão Escolar
07/12/2026 a 10/12/2026	Análise de recursos e homologação do resultado	Comissão Central/Secretaria Municipal de Educação
15/12/2026	Publicação do resultado final	Secretaria Municipal de Educação
Dezembro de 2026	Publicação do ato de escolha, recondução ou indicação, conforme o caso	Poder Executivo Municipal
Janeiro de 2027	Posse e início do mandato dos diretores escolhidos, reconduzidos ou indicados conforme a legislação	Secretaria Municipal de Educação/Poder Executivo

Publicado por:
Ana Maria de Lima
Código Identificador:C76C0052

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 164/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal Ademar Luiz Burckhardt, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro lado a empresa **I. N. DE ALMEIDA LTDA**, estabelecida na Rua Presidente Costa e Silva, Nº 642, bairro Centro, na cidade de Dois Vizinhos, no Estado do Paraná, CEP - 85.660-000, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 20.324.313/0001-02, neste ato representada por sua representante legal a Sra. Inês Cheron de Almeida, brasileira, portadora do CPF nº 014.xxx.xxx-92, residente e domiciliada na Rua Presidente Costa e Silva, Nº 642, bairro Centro, na cidade de Dois Vizinhos, no Estado do Paraná, CEP - 85.660-000, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as nomas da lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato decorrente do Edital de **Inexigibilidade nº 32/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DA BANDA DETROIT, PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL MUNICIPAL VALORES DA TERRA / CANTACANTU 2026.**
PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficando sob a responsabilidade da Contratada:
a) A Banda Detroit será responsável pela realização dos ensaios, preparação e acompanhamento musical dos intérpretes durante o Festival. No sábado, dia 17 de outubro de 2026, após o término das apresentações do Festival, a banda realizará show baile com duração mínima de 02 (duas) horas.
b) Também serão de responsabilidade da contratada todas as despesas com transporte e deslocamento da banda e equipe técnica, transporte dos equipamentos, alimentação, hospedagem, montagem, desmontagem, manutenção, encargos, taxas e demais despesas necessárias à plena execução do objeto, não cabendo ao Município custos adicionais referentes a esses itens.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Ficando sob a responsabilidade da Contratante:
a) Disponibilização e preparação do local para a realização do evento.
b) Taxas do ECAD.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).**

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Diária	2	Animação, acompanhamento musical, sonorização e show com a Banda Detroit para o Festival Municipal Valores da Terra / CantaCantu 2026, a ser realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2026, no Bosque Municipal Tancredo Neves, em Catanduvas – Paraná. A empresa deverá disponibilizar a Banda Detroit para os ensaios e acompanhamento dos intérpretes durante o Festival, incluindo sonorização, iluminação e painel de LED para composição do cenário. No sábado, dia 17 de outubro de 2026, após o término das apresentações do Festival, a Banda Detroit realizará show-baile com duração mínima de 02 (duas) horas. A contratada deverá arcar com todas as despesas de alimentação, transporte e hospedagem dos integrantes da banda e equipe técnica, transporte dos equipamentos, bem como encargos, taxas e demais despesas necessárias à execução dos serviços.	22.000,00	**44.000,00**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
Após execução, mediante apresentação de nota fiscal;
Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço compras@catanduvas.pr.gov.br sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
e) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao temo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
f) A Nota Fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuado não isentará o contratado das responsabilidades decorrentes do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação;
- Número e ano do contrato;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
- Para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
– O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, está estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365, multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor R$	Código Despesa
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA	000	44.000,00	2863

		JURIDICA			

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade do contrato é até 30 de outubro de 2026.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O evento será realizado no dia 16 e 17 de outubro de 2026.
PARAGRAFO TERCEIRO — **LOCAL DO EVENTO:** Bosque Municipal Tancredo Neves.

CLAUSULA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I – dar causa a inexecução parcial do contrato;
II – dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I – quando aplicado por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicado por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO - A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA — GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 – Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 – Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 – Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5 – Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 – Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAFO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 – Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 – Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 – Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 – Fica designada para fiscalização do contrato: **Mildo Ramos.**

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do **CONTRATANTE:**
1 – Disponibilização e preparação do local para a realização do evento.
2 - Taxas do ECAD.
3 – Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
4 – Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
5 – Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
6 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
7 – Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
8 – Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
09 – Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
10 – Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
11 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar da execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
12 – Caso não haja a possibilidade de realização do show por ocorrência de força maior ou caso fortuito, que importem em transferência na data da apresentação dos ARTISTAS, a CONTRATANTE será responsável por todas as obrigações de custos remanescentes que se fizerem necessários para a realização da nova apresentação.
PARÁGRAFO TERCEIRO – São obrigações da **CONTRATADA:**
1 - A empresa deverá arcar com custos de deslocamento, alimentação e estadia quando necessário, e todos os demais custos e encargos que incidam sobre a execução dos serviços.
2 - Fornecimento de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, incluindo sonorização e iluminação.
3 - Montagem e pleno funcionamento da estrutura.
4 – Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI'S, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
6 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
7 – Indicar o responsável por representa-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
8 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
9 – Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
10 – Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
11 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
12 – Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
13 – Executar os serviços conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
14 - Garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.
PARÁGRAFO QUARTO – ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando na execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.

3 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 – A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 – Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 – O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes na lei nº 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.
2 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**
I – Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA,

que em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 07 de outubro de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

I. N. De Almeida LTDA
INÊS CHERON DE ALMEIDA
Representante Legal
CPF: 014.xxx.xxx-92

MILDO RAMOS
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:534031FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
EDITAL Nº 020.005/2026 – CONVOCAÇÃO

A **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no **Edital nº 005/2026**, torna pública a presente **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS**, para fins de apresentação e adoção das demais providências necessárias à contratação, observada a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública.
Os candidatos relacionados no presente Edital ficam **CONVOCADOS a comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos – RH**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da publicação deste Edital, para apresentação da documentação exigida e realização dos demais procedimentos necessários à formalização da contratação.
O candidato que **não comparecer dentro do prazo estabelecido**, sem justificativa aceita pela Administração, estará sujeito às disposições previstas no **Edital nº 005/2026**, inclusive quanto à perda do direito à contratação.
Da mesma forma, os candidatos que manifestaram interesse em **ser posicionados ao final da lista de classificação** terão sua situação registrada conforme as regras estabelecidas no edital do Processo Seletivo Simplificado, respeitando-se a ordem de classificação e os critérios aplicáveis às futuras convocações.
O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, poderá implicar a **perda do direito à contratação**, observadas as disposições previstas no Edital nº 005/2026.
A convocação observará rigorosamente a **ordem de classificação**, bem como a necessidade e disponibilidade de vagas da Administração.

REGISTRO DE FINAL DE LISTA E NÃO COMPARECIMENTO

Para fins de transparência e organização do Processo Seletivo Simplificado, ficam registrados os candidatos que, em decorrência da presente convocação, **solicitaram final de lista** ou **não compareceram no prazo estabelecido**, conforme relação abaixo

SEDE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**SITUAÇÃO**
3°	Claudete de Jesus Farias Bestel	**NÃO COMPARECEU**
4°	Andréia Cristiane Coutinho	**FINAL DE LISTA**
5°	Ivete Aparecida dos Santos Pedroso	**FINAL DE LISTA**
6°	Renata Rosário Miranda	**NÃO COMPARECEU**
7°	Adriane do Carmo Lourenço	**FINAL DE LISTA**
8°	Marcos Pereira dos Santos	**NÃO COMPARECEU**
10°	Andreia Falavigna de Oliveira	**FINAL DE LISTA**
11°	Katiele Coutinho de França	**FINAL DE LISTA**
13°	Vanessa Mangger	**FINAL DE LISTA**
14°	Idiméia da Silva	**FINAL DE LISTA**
15°	Niqueli Cristini de Souza	**FINAL DE LISTA**
16°	Laercio dos Anjos do Nascimento	**NÃO COMPARECEU**
17°	Mariete Santana de França	**NÃO COMPARECEU**
18°	Cristiane Mottim	**FINAL DE LISTA**
20°	Suzana aparecida Board Platner	**FINAL DE LISTA**
23º	Eliane Lagrange	**FINAL DE LISTA**
24º	Leonice do Carmo Jaquetti	**FINAL DE LISTA**
25º	Aclerice Souza de França de Ramos	**FINAL DE LISTA**
28º	Juliana da Guia Raab	**FINAL DE LISTA**
30º	Lucieni de Lourdes Zela de Meira	**FINAL DE LISTA**
31º	Bianca Paulin Alves Cordeiro	**FINAL DE LISTA**
34º	Elizangela Mottim Monteiro	**NÃO COMPARECEU**
35º	Ronaldo do Santos	**FINAL DE LISTA**
37º	Sheila Boccaldi Cordeiro da Silva	**FINAL DE LISTA**
38º	Thais Aparecida Doblins dos Santos	**NÃO COMPARECEU**

39º	Jeinny Caroline dos Santos	**FINAL DE LISTA**
45º	Alane Erat Scremim	**FINAL DE LISTA**
47º	Daniele Alves Cordeiro	**FINAL DE LISTA**
48º	Josiéli Méris dos Santos	**FINAL DE LISTA**
51º	Janaina do Prado Mangger	**FINAL DE LISTA**
55º	Jaqueline Webre dos Santos	**FINAL DE LISTA**
58º	Patrícia Raab Silva Lech	**FINAL DE LISTA**
59º	Marli do Rocio de Paula Ribas Santos	**FINAL DE LISTA**
60º	Sabrina Wosch Navarete	**FINAL DE LISTA**

REGIÃO 2 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**SITUAÇÃO**
2°	Janete Krawczuzuk	**FINAL DE LISTA**
3º	Deuzeli Rodrigues Lopes	**FINAL DE LISTA**
4º	Roziane de Fátima de Souza	**FINAL DE LISTA**
7º	Alessandra Suelen Tiblier	**FINAL DE LISTA**

REGIÃO 3 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**SITUAÇÃO**
2°	Sirlene Cordeiro de Matos	**FINAL DE LISTA**
3°	Daniele Aparecida Martins	**FINAL DE LISTA**
4°	Andriele da Aparecida Martins Uebe	**NÃO COMPARECEU**
5º	Andreia Raab Mathias	**FINAL DE LISTA**
7º	Jaciane Aparecida Pereira	**FINAL DE LISTA**

REGIÃO 4 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**SITUAÇÃO**
1°	Tatiane Prodossimo Padrilha	**NÃO COMPARECEU**
2º	Valdineia da Aparecida Silva Debastiane	**NÃO COMPARECEU**

Em razão das solicitações de final de lista e dos não comparecimentos registrados, **ficam convocados os candidatos a seguir relacionados**, observada a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública:

SEDE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**VAGA**
62º	Vanessa Carliane Gonçalves Ortiz	**AC**
63º	Janaina de Melo Costa	**AC**
64º	Aline Aparecida dos Santos	**AC**
65º	Kalandra Lais do Prado Chamberlain	**AC**

REGIÃO 3 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**VAGA**
10°	Regiane Aparecida Schneider	**AC**

Cerro Azul/PR, 09 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:FCD74B44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 334/2026

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO 334/2026

Súmula: "Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 127.337,98 (cento e vinte e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) no Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2026".

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Federal nº 4.320/64 e conforme Lei Municipal 2293/2025 de 09/12/2025,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Exercício nas rubricas orçamentárias de despesa abaixo discriminadas, no valor de R$ 127.337,98 (cento e vinte e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos):

CÓDIGO	**DESCRIÇÃO**	**CONTA DE DESPESA**	**FONTE**	**VALOR**
03	**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**			
03.001	**DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA**			
04.122.0003.2.006.	**MANUTENCAO DA SUBPREFEITURA**			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20	000	370,00
06	**SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO**			
06.002	**SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**			

12.361.0013.2.024.	**MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	265	000	500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	265	104	4.990,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	271	103	6.500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	276	1044	118,31
12.361.0014.2.025.	**MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	285	104	24.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	289	000	950,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	289	104	2.980,00
12.365.0012.2.029.	**MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	311	104	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	317	104	13.750,00
06.005	**FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE**			
27.812.0018.2.039.	**DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	444	000	30.000,00
07	**SECRETARIA DE SAUDE**			
07.003	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
10.301.0019.2.043.	**MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	506	3494	2.500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	506	34942	6.217,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CONTA DE DESPESA	FONTE	VALOR
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	506	4941	6.800,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	512	4941	1.960,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	518	3304	10.126,67
10.302.0019.2.046.	**MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	552	3872	3.450,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	556	3872	1.500,00
08	**SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.001	**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.122.0021.2.085.	**DEFESA CIVIL**			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	652	000	76,00
08.002	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE**			
08.243.0021.6.052.	**FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA**			
3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	664	000	540,00
08.243.0021.6.055.	**FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	715	000	1.100,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	881	000	80,00
08.003	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.245.0021.2.090.	**FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA**			
3.3.90.14.00.00	DIARIAS - CIVIL	732	000	240,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	741	000	3.090,00
08.245.0021.2.091.	**FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	750	000	500,00
TOTAL				**127.337,98**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos:
I – O valor de R$ 23.793,67 (vinte e três mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos) com superávit financeiro das seguintes fontes:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3304	RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS DA SAÚDE/INDENIZAÇÃO DE SINISTROS	10.126,67
3494	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.500,00
3872	CUSTEIO CAPS - RES.1713/2023	4.950,00
34942	EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS CUSTEIO SUS	6.217,00
TOTAL		**23.793,67**

II – O valor de R$ 94.666,00 (noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais) com a anulação das seguintes dotações:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CONTA DE DESPESA	FONTE	VALOR
03	**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**			

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CONTA DE DESPESA	FONTE	VALOR
03.001	**DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA**			
04.122.0003.2.006.	**MANUTENCAO DA SUBPREFEITURA**			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9	000	370,00
06	**SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO**			
06.002	**SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**			
12.361.0013.2.024.	**MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL**			
3.3.90.31.00.00	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS,	266	000	300,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	269	103	6.490,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	269	104	4.990,00
3.3.90.37.00.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	270	103	10,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	274	000	200,00
12.361.0014.2.025.	**MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR**			
3.1.90.94.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	281	000	950,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	281	104	2.980,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	289	104	24.000,00
12.365.0012.2.029.	**MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL**			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	315	104	18.750,00
06.005	**FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE**			
27.812.0018.2.039.	**DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER**			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	450	000	30.000,00
08	**SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.001	**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.122.0021.2.085.	**DEFESA CIVIL**			

3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	651	000	76,00
08.002	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE**			
08.243.0021.6.052.	**FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA**			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	666	000	40,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	668	000	500,00
08.243.0021.6.055.	**FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	713	000	1.100,00
3.3.90.37.00.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	714	000	80,00
08.003	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.245.0021.2.090.	**FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA**			
3.3.90.37.00.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	737	000	40,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CONTA DE DESPESA	FONTE	VALOR
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	738	000	3.290,00
08.245.0021.2.091.	**FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA**			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	755	000	500,00
TOTAL				**94.666,00**

III – O valor de R$ 8.878,31 (oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos) com excesso de arrecadação das seguintes contas de receita e fontes:

CONTA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
1.7.2.3.50.0.1.32	TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO - INCENTIVO CUSTEIO PROAPS PARANA FIXO	4941	8.760,00
1.3.2.1.01.1.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	1044	118,31
TOTAL			**8.878,31**

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 01 de outubro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:0B3B9D66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0086/2026 HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0086/2026
HOMOLOGADO EM 01 DE OUTUBRO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0065/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PARANÁ E A EMPRESA KS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olívio Gabriel de Oliveira, nº 10, Centro, Doutor Ulysses/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Júnior, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **KS Comercio e Representações LTDA** inscrita no CNPJ nº 27.730.606/0001-39 com sede na Rua Antônio Prendim Neto, 180, Bairro Campo Largo da Roseira, Cep 83091202, cidade de São Jose dos Pinhais, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. José Roberto da Silva, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Processo Administrativo nº 0065/2026 e da Dispensa de Licitação nº 0013/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer do Município de Doutor Ulysses – PR, contemplando treinamentos, projetos esportivos, competições, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
10	PAR DE TRAVES MOVEL OFICIAL DE FUTSAL COM REDE CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO COM TUBO DE 3", E QUADRO PARA FIXAÇÃO DAS REDES NA BASE DO PISO DE TUBO DE 2.1/2" E TUBO 3/4"NAS LATERAIS COM GANCHOS PARA FIXAÇÃO DAS REDES. MEDIDAS 3,00M LARGURA X 2,00M ALTURA X 0,40M (PARTE SUPERIOR) 0,80M (PARTE INFERIOR) DE PROFUNDIDADE. ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA. REDE EM FIO DE SEDA DE6MM DE ESPESSURA NA COR BRANCA	propria	1	R$ 2.890,0000	R$ 2.890,0000

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
II – Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 02/2026;
III – Termo de Referência;

IV - Demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência contratual não altera o prazo de entrega dos materiais, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

3.2. A entrega será realizada em local indicado pela Administração Municipal, na sede do Município de Doutor Ulysses – PR.

3.3. O preço contratado deverá compreender frete, seguro, tributos, descarga e demais despesas necessárias ao fornecimento.

3.4. Os materiais serão recebidos para conferência das quantidades e especificações e, constatada a conformidade, será realizado o recebimento definitivo.

3.5. Os materiais entregues em desconformidade com as especificações, danificados ou que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal do Município.

3.6. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Jeverson Eduardo Chamberlain Prodossimo, Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e a fiscalização sob responsabilidade de Gabriel da Silva Fitz, Diretor de Esportes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 2.890,00(dois mil e oitocentos e noventa reais).

4.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, frete, seguro, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado à vista, após a entrega, conferência e atesto dos materiais, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.2. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida, devendo a CONTRATADA manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Receber e conferir os materiais;
II – Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas;
III – Efetuar o pagamento após o recebimento, conferência e atesto;
IV – Fornecer as informações necessárias à execução;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
VI – Aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer os materiais nas quantidades e especificações estabelecidas;
II – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos;
III – Substituir, sem ônus, materiais defeituosos, danificados ou desconformes, nos prazos estabelecidos;
IV – Arcar com os custos relacionados ao fornecimento e transporte;
V – Cumprir os prazos estabelecidos;
VI – Manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante. Para as traves metálicas, deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses.

9.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, observados os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Red	Dotação	Fonte	Tipo de despesa
420	15.001.27.812.0018.2.057.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO
425	15.001.27.812.0018.2.057.4.4.90.52.00.0	01000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul/PR (ou comarca competente da região), para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

Doutor Ulysses/PR, 05 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal
Contratante

KS Comercio e Representações LTDA
JOSÉ ROBERTO DA SILVA
Contratada

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretário Municipal de Esportes, Recreação e Lazer,
Gestor do Contrato

GABRIEL DA SILVA FITZ
Diretor de Esportes
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:44387BAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESOLUÇÃO N.º 06/2026

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Dispõe sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, aprova instrumentos de proteção de dados pessoais e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece normas e procedimentos para a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul.
Art. 2º A Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, no âmbito das atividades institucionais submetidas à sua competência, exercerá as atribuições de controlador dos dados pessoais por ela tratados.
Art. 3º O tratamento de dados pessoais pela Câmara Municipal observará a boa-fé e os princípios previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.
Art. 4º O tratamento de dados pessoais será realizado para o atendimento de finalidade pública, na persecução do interesse público e para o exercício das competências legais, administrativas e institucionais da Câmara Municipal, observadas as hipóteses previstas na legislação.
Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais deverá limitar-se aos dados adequados, pertinentes e necessários à finalidade a que se destina.

CAPÍTULO II
DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Art. 5º O Presidente da Câmara Municipal designará o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e seu substituto, preferencialmente entre servidores do Poder Legislativo.
§ 1º A identidade e as informações de contato do Encarregado serão divulgadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal, de forma clara e acessível.
§ 2º O Encarregado atuará como canal de comunicação entre a Câmara Municipal, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.
Art. 6º Compete ao Encarregado, sem prejuízo das atribuições previstas na legislação e nas normas da ANPD:
I – receber e encaminhar as solicitações dos titulares de dados pessoais;

II – receber comunicações da ANPD e adotar as providências cabíveis;

III – orientar os servidores, vereadores, prestadores de serviços e demais agentes que atuem em nome da Câmara quanto às práticas de proteção de dados pessoais;
IV – acompanhar a manutenção do Inventário Simplificado das Operações de Tratamento de Dados Pessoais;
V – orientar a avaliação dos riscos relacionados às operações de tratamento;

VI – acompanhar incidentes de segurança envolvendo dados pessoais e orientar a adoção das providências cabíveis;
VII – recomendar medidas administrativas e de segurança para proteção dos dados pessoais;
VIII – auxiliar na análise de contratos e serviços que envolvam tratamento de dados pessoais; e
IX – desempenhar as demais atribuições estabelecidas na LGPD e nas normas da ANPD.

Parágrafo único. Os servidores e unidades administrativas prestarão ao Encarregado as informações e o auxílio necessários ao desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO III
DO TRATAMENTO E DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Art. 7º O acesso a dados pessoais será limitado às pessoas que necessitem dessas informações para o desempenho de suas atribuições.
Art. 8º Os servidores, vereadores, prestadores de serviços e demais pessoas que, em razão de suas atividades, tenham acesso a dados pessoais deverão observar as normas de proteção de dados e de segurança da informação aplicáveis à Câmara Municipal.
Art. 9º A Câmara Municipal adotará medidas técnicas e administrativas compatíveis com sua estrutura e com os riscos identificados para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou divulgação.
Art. 10. A divulgação de informações e documentos pela Câmara Municipal deverá compatibilizar o dever de publicidade e transparência da Administração Pública com a proteção dos dados pessoais.
Parágrafo único. Os dados pessoais que não sejam necessários ao atendimento da finalidade da publicação deverão, quando cabível, ser ocultados ou suprimidos antes da divulgação do documento.
Art. 11. A contratação de pessoa física ou jurídica que tenha acesso a dados pessoais tratados pela Câmara deverá contemplar, quando pertinente ao objeto contratado, obrigações relativas à proteção, segurança, confidencialidade, finalidade do tratamento e comunicação de incidentes envolvendo dados pessoais.
Art. 12. Os dados pessoais serão mantidos pelo período necessário ao cumprimento da finalidade do tratamento e das obrigações legais e administrativas aplicáveis, observadas as normas de gestão documental, transparência e arquivos públicos.

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS DOS TITULARES
Art. 13. O titular poderá exercer perante a Câmara Municipal os direitos assegurados pela LGPD, observadas as particularidades aplicáveis ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.
Art. 14. As solicitações relacionadas ao exercício dos direitos dos titulares serão encaminhadas ao Encarregado pelos canais divulgados pela Câmara Municipal.
§ 1º A Câmara poderá adotar medidas necessárias à confirmação da identidade do requerente, com o objetivo de prevenir fraude ou acesso indevido a dados pessoais.
§ 2º A confirmação da identidade deverá utilizar somente as informações necessárias para assegurar a identificação do requerente.
§ 3º As solicitações serão registradas e respondidas nos termos da legislação aplicável.

Art. 15. As solicitações relativas à proteção de dados pessoais não se confundem com pedidos de acesso à informação formulados com fundamento na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO V
DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA

Art. 16. Qualquer pessoa que, no exercício de suas atribuições na Câmara Municipal, identificar ou suspeitar da ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais deverá comunicar o fato imediatamente ao Encarregado.
Art. 17. O Encarregado, com o auxílio dos responsáveis administrativos e técnicos, quando necessário, avaliará o incidente e orientará a adoção de medidas destinadas à contenção dos seus efeitos, à redução dos riscos e à prevenção de novas ocorrências.
Art. 18. A comunicação de incidente de segurança à ANPD e aos titulares dos dados pessoais será realizada quando presentes os requisitos legais e regulamentares, observados os procedimentos e prazos estabelecidos pela legislação e pela ANPD.

Parágrafo único. Os incidentes de segurança envolvendo dados pessoais serão registrados na forma prevista no Anexo III desta Resolução.

CAPÍTULO VI
DA GOVERNANÇA E DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 19. A Câmara Municipal manterá Inventário Simplificado das Operações de Tratamento de Dados Pessoais, destinado a identificar as principais atividades que envolvam dados pessoais e seus respectivos fluxos.
§ 1º O Inventário será atualizado quando ocorrer alteração relevante em atividade, sistema, contrato ou procedimento que envolva tratamento de dados pessoais.
§ 2º A atualização do Inventário será acompanhada pelo Encarregado, com auxílio dos responsáveis pelas respectivas atividades.
Art. 20. Os riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais serão avaliados de forma proporcional à natureza, ao volume, à sensibilidade e às circunstâncias do tratamento.
Parágrafo único. Identificado tratamento que possa gerar risco relevante aos direitos e às liberdades fundamentais dos titulares, serão adotadas medidas adicionais de proteção e, quando cabível, elaborado Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, observada a legislação e a regulamentação da ANPD.

Art. 21. Ficam aprovados, como instrumentos de governança e proteção de dados pessoais da Câmara Municipal:

I – o modelo do Inventário Simplificado das Operações de Tratamento de Dados Pessoais, constante do Anexo I;

II – a Política Interna de Proteção de Dados Pessoais, constante do Anexo II;

III – o Procedimento de Resposta a Incidentes de Segurança envolvendo Dados Pessoais, constante do Anexo III; e

IV – o Procedimento para Atendimento aos Titulares de Dados Pessoais, constante do Anexo IV.

Art. 22. Os instrumentos previstos no art. 21 serão revistos periodicamente ou sempre que houver alteração relevante na legislação, na regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ou nas atividades de tratamento realizadas pela Câmara Municipal.

Art. 23. A Câmara Municipal manterá, em seu sítio eletrônico oficial, Aviso de Privacidade atualizado, bem como informações sobre o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e os canais disponíveis para o exercício dos direitos dos titulares.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Federal nº 13.709, de 2018, a regulamentação expedida pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e as demais normas aplicáveis.
Art. 25. Fica revogada a Resolução nº 05/2024.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 08 de outubro de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

ANEXO I

INVENTÁRIO SIMPLIFICADO DAS OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
1. FINALIDADE

O Inventário Simplificado das Operações de Tratamento de Dados Pessoais tem por finalidade identificar e registrar as principais atividades da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul que envolvam tratamento de dados pessoais.
O Inventário será mantido atualizado sob acompanhamento do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, com auxílio dos servidores responsáveis pelas respectivas atividades.

2. INVENTÁRIO

Atividade	Principais dados tratados	Finalidade	Armazenamen to	Quem pode acessar	Compartilham ento	Principais cuidados
Gestão de servidores e folha de pagamento	Nome, CPF, endereço, contatos, dados funcionais, bancários, previdenciário s e, quando necessários, dados de saúde	Gestão funcional, pagamento e cumprimento de obrigações legais	Sistemas e arquivos da Câmara	Servidores autorizados e prestadores que necessitem de acesso	Instituição financeira, órgãos fiscais, previdenciário s e de controle, conforme aplicável	Restringir acesso e proteger dados bancários e sensíveis
Gestão administrativa dos vereadores	Nome, CPF, contatos, dados bancários e informações relacionadas ao mandato	Gestão administrativa e pagamento de subsídios	Sistemas e arquivos da Câmara	Servidores autorizados	Instituição financeira, órgãos públicos e de controle, conforme aplicável	Não divulgar dados pessoais além dos necessários à transparência
Licitações, contratações e fornecedores	Nome, CPF, contatos, assinatura, documentos profissionais e outros dados apresentados nos processos	Realização de contratações e gestão contratual	Processos administrativo s e sistemas	Servidores responsáveis	PNCP, Portal da Transparência , órgãos de controle e outros destinatários legalmente previstos	Verificar documentos antes de sua publicação
Atividade	Principais dados tratados	Finalidade	Armazenamento	Quem pode acessar	Compartilham ento	Principais cuidados
Contabilidade e pagamentos	Nome, CPF, dados bancários, fiscais e informações relacionadas aos pagamentos	Execução orçamentária, financeira e contábil	Sistema contábil e documentos	Servidores autorizados	Instituições financeiras e órgãos públicos competentes	Restringir acesso a dados bancários e pessoais não sujeitos à publicidade
Protocolo, Ouvidoria e acesso à informação	Nome, CPF, contatos e dados contidos nas manifestações e documentos apresentados	Receber e atender solicitações e manifestações	Sistemas, e-mail e documentos	Servidores responsáveis	Órgãos e pessoas competentes, quando necessário	Proteger documentos pessoais e dados sujeitos a restrição
Processo legislativo	Nome, assinatura e outros dados constantes de proposições, requerimentos e documentos	Exercício das funções legislativas	Sistema legislativo e arquivo	Servidores e agentes autorizados	Público, quando o documento estiver sujeito à publicidade	Evitar divulgação de dados pessoais desnecessário s
Site e Portal da Transparência	Dados cuja divulgação seja necessária e dados técnicos eventualment e coletados pelo site	Transparência , publicidade e funcionament o dos serviços eletrônicos	Site e sistemas relacionados	Servidores e prestadores autorizados	Público e prestadores necessários ao funcionament o dos serviços	Compatibilizar publicidade com proteção de dados
Sessões, eventos e transmissões	Nome, imagem e voz	Registro e publicidade das atividades legislativas e institucionais	Arquivos e plataformas utilizadas	Câmara e prestadores autorizados	Público	Utilizar imagens e gravações de acordo com a finalidade institucional
Sistemas informatizados e suporte técnico	Dados pessoais existentes nos sistemas utilizados pela Câmara	Prestação dos serviços administrativo s e legislativos e suporte tecnológico	Sistemas próprios ou contratados	Servidores e técnicos autorizados	Empresas contratadas, quando necessário	Controle de acesso, senhas individuais e acompanham ento de acessos de suporte
Videomonitora mento, se existente Sessões e transmissões	Imagem Nome, imagem e voz	Segurança das pessoas e do patrimônio Publicidade, transparência, registro e memória institucional	Equipamento ou sistema utilizado Sistema/arquiv os digitais e plataforma de transmissão	Pessoas autorizadas Servidores responsáveis e prestadores autorizados	Somente quando necessário ou legalmente exigido Público e plataforma de transmissão	Restringir acesso e evitar conservação desnecessária das gravações Informar sobre gravação e evitar exposição desnecessária de dados pessoais

3. ATUALIZAÇÃO
O Encarregado verificará a necessidade de atualização deste Inventário sempre que:
I – for implantado ou substituído sistema que trate dados pessoais;
II – for criada atividade que envolva tratamento relevante de dados pessoais;
III – houver alteração relevante na forma de coleta, utilização, armazenamento ou compartilhamento dos dados;
IV – for contratado prestador de serviços que tenha acesso relevante a dados pessoais; ou
V – for identificado tratamento de dados pessoais não registrado neste Inventário.

4. REGISTRO COMPLEMENTAR

Quando necessário, o Encarregado poderá registrar informações complementares sobre determinada operação, especialmente:
I – fundamento jurídico do tratamento;
II – categorias de titulares;
III – existência de dados pessoais sensíveis;
IV – prestadores de serviços que tenham acesso aos dados;
V – período de conservação;
VI – riscos identificados; e

VII – medidas de segurança adotadas ou recomendadas.
Parágrafo único. As informações complementares poderão ser mantidas em registro administrativo próprio, sem necessidade de alteração deste Anexo.

ANEXO II
POLÍTICA INTERNA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Política estabelece regras internas para o tratamento e a proteção de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul.
Art. 2º As disposições desta Política aplicam-se aos servidores, vereadores, estagiários, prestadores de serviços e demais pessoas que, em razão de suas atividades, tenham acesso a dados pessoais tratados pela Câmara Municipal.
Art. 3º O tratamento de dados pessoais deverá observar a finalidade pública, as competências institucionais da Câmara Municipal e os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
CAPÍTULO II
DO ACESSO E UTILIZAÇÃO DOS DADOS
Art. 4º O acesso a dados pessoais será limitado às informações necessárias ao desempenho das atribuições de cada usuário.
Art. 5º A pessoa que tiver acesso a dados pessoais em razão de suas funções deverá:
I – utilizar os dados somente para finalidade relacionada às suas atribuições;
II – evitar cópias, impressões ou armazenamento desnecessários;
III – manter sob proteção documentos físicos que contenham dados pessoais;
IV – impedir o acesso aos dados por pessoa não autorizada;
V – utilizar, sempre que disponíveis, contas e meios institucionais para a realização das atividades da Câmara; e
VI – comunicar ao Encarregado qualquer situação que possa comprometer a proteção dos dados pessoais.
Art. 6º É vedado utilizar dados pessoais obtidos em razão das atividades da Câmara Municipal para finalidade particular ou incompatível com a finalidade para a qual foram obtidos.

CAPÍTULO III
DAS SENHAS, SISTEMAS E EQUIPAMENTOS
Art. 7º As credenciais de acesso aos sistemas institucionais são pessoais e não deverão ser compartilhadas.
Art. 8º Os usuários deverão adotar cuidados razoáveis para impedir o acesso indevido aos equipamentos e sistemas utilizados nas atividades da Câmara.
Parágrafo único. Sempre que disponível e compatível com o sistema utilizado, deverão ser adotadas medidas como bloqueio de tela, senhas individuais, perfis de acesso, cópias de segurança e atualização dos sistemas.
Art. 9º O acesso remoto de prestadores de suporte técnico aos sistemas da Câmara será permitido somente quando necessário à prestação do serviço e deverá limitar-se às informações necessárias à execução da atividade.
CAPÍTULO IV
DOS DOCUMENTOS E DA PUBLICIDADE
Art. 10. Antes da publicação de documento no sítio eletrônico, no Portal da Transparência ou em outro meio de divulgação, deverá ser verificada a existência de dados pessoais cuja divulgação não seja necessária ao atendimento da finalidade pública.
Art. 11. Quando a publicidade do documento não exigir a divulgação integral dos dados pessoais nele constantes, deverão ser adotadas, quando cabíveis, medidas de ocultação ou supressão dos dados desnecessários.
Art. 12. A proteção de dados pessoais não será utilizada como fundamento genérico para impedir o acesso a informações públicas.
Parágrafo único. A análise deverá compatibilizar, conforme o caso concreto, a proteção dos dados pessoais com os princípios da publicidade e da transparência e com a legislação de acesso à informação.

Art. 13. As sessões plenárias, as audiências públicas e os demais eventos de caráter público poderão ser gravados e transmitidos pelos canais oficiais da Câmara Municipal, para fins de publicidade, transparência, registro e memória das atividades legislativas e institucionais.

§ 1º A Câmara Municipal informará, por meio adequado, que o evento está sujeito à captação e à divulgação de imagem e voz.

§ 2º A divulgação e a conservação das gravações observarão a finalidade pública, a legislação de proteção de dados pessoais, as normas de gestão documental e as demais disposições legais aplicáveis.

§ 3º A publicidade das atividades não afasta a adoção de medidas destinadas a evitar ou reduzir, quando cabível, a exposição desnecessária de dados pessoais.

CAPÍTULO V
DOS DOCUMENTOS FÍSICOS E DIGITAIS
Art. 14. Os documentos físicos que contenham dados pessoais não sujeitos a acesso público serão mantidos, quando necessário, em local com acesso compatível com a natureza das informações.
Art. 15. Os documentos digitais deverão ser armazenados preferencialmente nos sistemas, equipamentos ou serviços institucionais destinados a essa finalidade.
Art. 16. O descarte de documentos que contenham dados pessoais deverá ser realizado de maneira que impeça, quando necessário, a recuperação indevida das informações, observadas as normas de gestão documental e de arquivos públicos.
CAPÍTULO VI
DO CORREIO ELETRÔNICO E DO COMPARTILHAMENTO
Art. 17. Antes de enviar mensagem ou documento que contenha dados pessoais, o usuário deverá verificar o destinatário e a necessidade das informações encaminhadas.
Art. 18. O compartilhamento de dados pessoais com órgãos públicos, prestadores de serviços ou terceiros deverá estar relacionado à finalidade institucional e possuir fundamento jurídico adequado.
CAPÍTULO VII
DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS
Art. 19. Os contratos que envolvam acesso ou tratamento relevante de dados pessoais deverão conter, quando pertinente ao objeto, disposições sobre:

I – utilização dos dados somente para as finalidades relacionadas ao serviço contratado;
II – adoção de medidas adequadas de segurança;
III – dever de confidencialidade;
IV – comunicação à Câmara de incidente de segurança envolvendo os dados tratados; e
V – eliminação, devolução ou destinação dos dados ao término do tratamento, quando cabível.

CAPÍTULO VIII
DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA
Art. 20. Qualquer suspeita de perda, acesso indevido, divulgação, alteração, destruição ou outra ocorrência que possa comprometer dados pessoais deverá ser comunicada imediatamente ao Encarregado.
Parágrafo único. A comunicação deverá ocorrer ainda que não seja possível determinar imediatamente a gravidade ou a extensão da ocorrência.
CAPÍTULO IX
DAS ORIENTAÇÕES E RESPONSABILIDADES
Art. 21. O Encarregado poderá emitir orientações para esclarecer a aplicação desta Política às situações concretas.
Art. 22. As dúvidas relativas à divulgação, compartilhamento, armazenamento ou tratamento de dados pessoais deverão ser submetidas ao Encarregado sempre que não puderem ser solucionadas de forma segura com base nesta Política e na legislação aplicável.
Art. 23. Todos os que tiverem acesso a dados pessoais tratados pela Câmara Municipal deverão colaborar com as medidas destinadas à proteção desses dados e à prevenção de incidentes.

ANEXO III
PROCEDIMENTO DE RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA ENVOLVENDO DADOS PESSOAIS
1. OBJETIVO
Este Procedimento estabelece as providências básicas a serem adotadas quando ocorrer ou houver suspeita de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados pela Câmara Municipal.
Considera-se incidente de segurança, para fins deste Procedimento, a ocorrência que comprometa ou possa comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade ou segurança dos dados pessoais.
2. EXEMPLOS DE INCIDENTES
Podem constituir incidentes, entre outras situações:
I – envio de documento ou mensagem contendo dados pessoais ao destinatário errado;
II – publicação indevida de documento contendo dados pessoais;
III – perda ou furto de documento, computador ou equipamento que contenha dados pessoais;
IV – acesso indevido a sistema ou arquivo;
V – comprometimento de senha;
VI – invasão, ataque ou comprometimento de sistema;
VII – exclusão, alteração ou perda indevida de dados; e
VIII – divulgação de dados pessoais a pessoa não autorizada.
3. COMUNICAÇÃO
A pessoa que identificar ou suspeitar da ocorrência de incidente deverá comunicá-lo imediatamente ao Encarregado.
A comunicação deverá informar, na medida do possível:
I – o que ocorreu;
II – quando a ocorrência foi identificada;
III – quais dados podem ter sido afetados;
IV – quais pessoas podem ter sido afetadas;
V – se houve acesso ou divulgação a terceiros; e
VI – quais providências já foram adotadas.
4. CONTENÇÃO
Sempre que possível, deverão ser adotadas imediatamente medidas destinadas a interromper ou reduzir os efeitos do incidente, tais como:
I – retirar documento publicado indevidamente;
II – bloquear acesso ou usuário;
III – alterar senha comprometida;
IV – interromper acesso remoto;
V – solicitar ao destinatário indevido a exclusão de documento ou mensagem;
VI – comunicar o prestador responsável pelo sistema; ou
VII – adotar outra medida tecnicamente adequada à ocorrência.
5. AVALIAÇÃO
O Encarregado avaliará o incidente, com auxílio administrativo ou técnico quando necessário, considerando especialmente:
I – a natureza e a quantidade dos dados envolvidos;
II – a existência de dados pessoais sensíveis;
III – o número e as características dos titulares afetados;
IV – a possibilidade de utilização indevida dos dados;
V – as possíveis consequências aos titulares; e
VI – as medidas de proteção existentes.
6. COMUNICAÇÕES EXTERNAS
Quando o incidente estiver sujeito à comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ou aos titulares, serão observados os requisitos, os procedimentos e os prazos estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente.
7. REGISTRO
Os incidentes serão registrados, ainda que não resulte necessária comunicação externa.

REGISTRO SIMPLIFICADO DE INCIDENTE

Data da identificação:__/__/__

Responsável pela comunicação: _____
Descrição do ocorrido: _____
Dados envolvidos: _____

Titulares potencialmente afetados: _____

Providências imediatas adotadas: _____

Avaliação realizada pelo Encarregado: _____

Houve necessidade de comunicação à ANPD?
( ) Sim
( ) Não

Houve necessidade de comunicação aos titulares?
( ) Sim
( ) Não

Providências finais: _____

Data do encerramento: __/__/__
Responsável: _____

ANEXO IV
PROCEDIMENTO PARA ATENDIMENTO AOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

1. OBJETIVO
Este Procedimento disciplina, de forma simplificada, o recebimento e o tratamento das solicitações relacionadas ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais perante a Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul.
2. CANAL DE ATENDIMENTO
As solicitações poderão ser apresentadas pelo canal disponibilizado pela Câmara Municipal para assuntos relacionados à proteção de dados pessoais.

Encarregado: _____
E-mail: _____
Telefone: _____
Endereço para atendimento presencial: _____

3. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
A Câmara poderá solicitar as informações necessárias à confirmação da identidade do requerente quando essa medida for necessária para evitar fraude, fornecimento indevido ou acesso não autorizado a dados pessoais.
Quando a solicitação for apresentada por representante, poderá ser exigida comprovação da representação.
Não deverão ser solicitados documentos ou dados além dos necessários à confirmação da identidade ou da representação.
4. RECEBIMENTO E ANÁLISE
Recebida a solicitação, o Encarregado deverá:
I – registrar o pedido;
II – verificar a identidade do requerente, quando necessário;
III – identificar os dados ou a atividade de tratamento relacionada à solicitação;
IV – solicitar informações aos responsáveis pelas atividades, quando necessário;
V – verificar a legislação aplicável ao caso; e
VI – providenciar a resposta ou o encaminhamento adequado.

5. RESPOSTA
A resposta será apresentada de forma clara e observará os direitos previstos na LGPD, as regras aplicáveis ao Poder Público e os prazos legalmente estabelecidos.
Quando a solicitação não puder ser atendida, integral ou parcialmente, o requerente será informado do motivo, ressalvadas as informações que estejam legalmente protegidas.
6. ACESSO À INFORMAÇÃO
Os pedidos formulados com fundamento na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação, seguirão o procedimento próprio.

A existência de dado pessoal em documento público deverá ser analisada de acordo com a legislação aplicável, não constituindo fundamento automático para negar acesso ao documento em sua integralidade.

7. REGISTRO SIMPLIFICADO

Data da solicitação: __/__/__
Nome do requerente: _____
Forma de contato: _____
Objeto da solicitação: _____
Atividade ou setor relacionado: _____
Providências adotadas: _____
Resultado: _____

Data da resposta: __/__/__

Responsável: _____

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:7F45319D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.016/2026

ALTERA O INCISO VI E ACRESCENTA O INCISO VII AO ART. 12 DO DECRETO Nº 9.136/2025 E ALTERA SEU ANEXO I.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 3.108/2025 instituiu o Programa Construindo o Futuro para aquisição de material escolar e uniformes aos alunos da rede pública municipal de ensino de Goioerê;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar os valores do auxílio financeiro às necessidades dos alunos das diferentes etapas e modalidades de ensino atendidas pelo Programa;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a relação de materiais escolares e uniformes constante do Anexo I do Decreto nº 9.136/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI e acrescentado o inciso VII ao art. 12 do Decreto nº 9.136/2025, nos seguintes termos:
*"**Art.12.....***
***VI -** Para alunos do 5º ano do ensino fundamental – R$ 500,00 (quinhentos reais)". (**NR**)*
***VII -** para alunos da educação de jovens e adultos e da sala especial – R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)". (**AC**)*

Art. 2º. O Anexo I do Decreto nº 9.136/2025 passa a vigorar na forma do Anexo I deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

ANEXO I

Relação de Material Escolar – Berçário(Educação Infantil):

Nº	Item	Quantidade Sugerida
1	Bloco A3	01
2	Bola de vinil média (murcha)	01
3	Brinquedo pedagógico (de acordo com a faixa etária)	01
4	Caderno brochura pequeno para agenda	01
5	Caixa de tinta guache pequena (6 cores)	01
6	Cartolina branca	01
7	Cola branca 110 g	01
8	Folhas E.V.A. com glitter	01
9	Folhas E.V.A. liso	02
10	Mochila	01
11	Pacote de papel criativo colorido	01
12	Pacote de papel fotográfico	01
13	Pacote de sulfite branco (100 folhas)	01
14	Papel crepom	01
15	Pasta larga com elástico	01
16	Pincel nº 14, 16 ou 18	01
17	Refil de cola quente grosso	03
18	Tela 16 × 22 cm	01

Relação de Uniforme Escolar - Berçário (Educação Infantil):

Nº	Item	Quantidade Sugerida
1	Bermuda	01
2	Calça	01
3	Camiseta	01
4	Jaqueta	01
5	Tênis	01

Relação de Material Escolar - Maternal I (Educação Infantil):

Nº	Item	Quantidade Sugerida
1	Bloco A3	01
2	Bola de vinil grande (murcha)	01
3	Brinquedo pedagógico (de acordo com a faixa etária)	01
4	Caderno brochura pequeno (para agenda)	01
5	Caixa de massa de modelar	01

6	Caixa de tinta guache pequena (6 cores)	01
7	Cartolina branca	01
8	Cola branca 110 g	01
9	Folhas de E.V.A. com glitter	01
10	Folhas de E.V.A. liso	02
11	Mochila	01
12	Pacote de papel criativo colorido	01
13	Pacote de papel fotográfico	01
14	Pacote de sulfite branco (100 folhas)	01
15	Papel crepom	01
16	Pasta larga com elástico	01
17	Pincel nº 20	01
18	Refil de cola quente grosso	03
19	Tela 16 × 22 cm	01

Relação de Uniforme Escolar- Maternal I (Educação Infantil):

Nº	**Item**	**Quantidade Sugerida**
1	Bermuda	01
2	Calça	01
3	Camiseta	01
4	Jaqueta	01
5	Tênis	01

Relação de Material Escolar – Maternal II (Educação Infantil)

Nº	**Item**	**Quantidade Sugerida**
1	Bambolê	01
2	Bloco A3	01
3	Bola de vinil grande (murcha)	01
4	Brinquedo pedagógico (de acordo com a faixa etária)	01
5	Caderno brochura pequeno (para agenda)	01
6	Caixa de giz de cera grosso	01
7	Caixa de massa de modelar	01
8	Caixa de tinta guache pequena (6 cores)	01
9	Cartolina branca	02
10	Cola branca 110 g	01
11	Folhas de E.V.A. com glitter	01
12	Folhas de E.V.A. liso	02
13	Mochila	01
14	Pacote de papel criativo colorido	01
15	Pacote de papel fotográfico	01
16	Pacote de sulfite branco (100 folhas)	01
17	Papel crepom	01
18	Pasta larga com elástico	01
19	Pincel nº 20	01
20	Refil de cola quente grosso	03
21	Tela 16 × 22 cm	01

Relação de Uniforme Escolar- Maternal II (Educação Infantil):

Nº	**Item**	**Quantidade Sugerida**
1	Bermuda	01
2	Calça	01
3	Camiseta	01
4	Jaqueta	01
5	Tênis	01

Relação de Material Escolar – Maternal III (Educação Infantil)

Nº	**Item**	**Quantidade Sugerida**
1	Bambolê	01
2	Bloco A3	01
3	Bola de vinil grande (murcha)	01
4	Brinquedo pedagógico (de acordo com a faixa etária)	01
5	Caderno brochura pequeno (para agenda)	01
6	Caixa de giz de cera grosso	01
7	Caixa de lápis de cor jumbo	01
8	Caixa de Tinta Guache pequena 6 cores	01
9	Caixa massa de modelar	01
10	Cartolina branca	02
11	Cola branca 110gr	01
12	Folhas de E.V.A com gliter	01
13	Folhas de E.V.A liso	02
14	Mochila	01
15	Pacote de papel fotográfico	01
16	Pacote papel criativo colorido	01
17	Pacote sulfite branco- 100 folhas	01
18	Papel crepom	01
19	Pasta larga com elástico	01
20	Pincel nº 20	01
21	Refil de Cola quente Grosso	03
22	Tela 16x22 cm	01
23	Tesoura sem ponta	01

Relação de Uniforme Escolar - Maternal III (Educação Infantil):

Nº	**Item**	**Quantidade Sugerida**
1	Bermuda	01
2	Calça	01
3	Camiseta	01

4	Jaqueta	01
5	Tênis	01

Relação de Material Escolar – Educação Infantil (4 e 5 Anos)

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Apontador	01
02	Borrachas	02
03	Brinquedo pedagógico (de acordo com a faixa etária)	01
04	Caderno brochurão de 96 folhas	03
05	Caderno de desenho grande	01
06	Caixa de giz de cera	02
07	Caixa de lápis de cor	02
08	Caixa de tinta guache com 6 cores ou 1 pote de 250 ml	01
09	Cartolinas	02
10	Cola branca 110 g	02
11	Color Set	01
12	Estojo	01
13	Folhas de EVA com glitter	01
14	Folhas de EVA decorado	01
15	Folhas de EVA liso	01
16	Folhas de sulfite	500 folhas
17	Lápis de escrever jumbo (grafite)	01
18	Lápis grafite	02
19	Lantejoulas (potinho)	02
20	Massinha de modelar	02
21	Mochila	01
22	Pacote de papel sulfite colorido	01
23	Papel crepom	02
24	Papel dobradura	02
25	Pacote de palito de sorvete colorido	01
26	Pasta Polionda 5 cm	01
27	Pasta Polionda fina	01
28	Pincel nº 200	01
29	Potinho de glitter	02
30	Tesoura escolar sem ponta	01

Relação de Uniforme Escolar – Educação Infantil (4 e 5 Anos)

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Bermuda	01
02	Calça	01
03	Camiseta	01
04	Jaqueta	01
05	Tênis	01

Relação de Material Escolar – 1.º e 2.º Ano do Ensino Fundamental

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Apontadores	02
02	Borrachas	02
03	Caderno brochurão de 96 folhas	04
04	Caderno de desenho grande (96 folhas)	01
05	Caixa de lápis de cor (12 cores)	01
06	Caixa de massinha de modelar (Artes)	01
07	Caixa de tinta guache (6 cores)	01
08	Cartolinas	02
09	Cola branca 90 g	02
10	Color Set (folhas)	02
11	Estojo	01
12	Folhas de E.V.A. colorido	02
13	Folhas de E.V.A. com glitter	02
14	Folhas de papel dobradura	01
15	Folhas de sulfite	500 folhas
16	Lápis grafite	04
17	Lantejoulas (potinho)	01
18	Mochila	01
19	Pacote de sulfite colorido	01
20	Papel crepom	02
21	Pasta transparente fina	01
22	Pincel nº 200	01
23	Potinho de glitter	01
24	Régua de 30 cm	01
25	Tesoura escolar sem ponta	01

Relação de Uniforme Escolar – 1° E 2° Ano do Ensino Fundamental

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Bermuda	01
02	Calça	01
03	Camiseta	01
04	Jaqueta	01
05	Tênis	01

Relação de Material Escolar – 3.º Ano do Ensino Fundamental

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Borrachas	02
02	Caderno de 48 folhas	01

03	Caderno de desenho grande 96 folhas	01
04	Cadernos de 96 folhas	04
05	Caixa de lápis de cor	01
06	Cartolina	01
07	Colas brancas 90 g	02
08	Caixa de tinta guache	01
09	Dicionário de inglês	01
10	Dicionário de língua portuguesa	01
11	Folhas de sulfite 500	01
12	Folhas e.v.a. colorido	02
13	Folhas e.v.a. glitter	02
14	Lápis grafite	04
15	Marca texto (artes)	01
16	Mochila	01
17	Pacote de papel sulfite colorido	01
18	Papel crepom	02
19	Pasta transparente fina	01
20	Pincel nº 20	01
21	Potinho de glitter	01
22	Potinho de lantejoulas	01
23	Régua de 30 cm	01
24	Tesoura escolar s/ ponta	01

Relação de Uniforme Escolar – 3.º Ano do Ensino Fundamental

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Bermuda	01
02	Calça	01
03	Camiseta	01
04	Jaqueta	01
05	Tênis	01

Relação de Material Escolar – 4.º e 5.º Ano do Ensino Fundamental

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Borrachas brancas	03
02	Caderno brochurão (96 páginas)	04
03	Caderno de desenho grande (96 folhas)	01
04	Caixa de lápis de cor (12 cores)	01
05	Caneta tinta azul	01
06	Caneta tinta preta	01
07	Caneta tinta vermelha	01
08	Cartolinas	02
09	Colas brancas 90 g	02
10	Corretivo líquido	01
11	Estojo	01
12	Folhas de E.V.A. colorido	02
13	Folhas de E.V.A. glitter	02
14	Folhas de papel sulfite (500 folhas)	01 pacote
15	Lápis grafite	03
16	Lápis grafite 6B	01
17	Marca-texto	01
18	Mochila	01
19	Pacote de papel sulfite colorido	01
20	Papel crepom	02
21	Pincel nº 20	01
22	Potinho de glitter	01
23	Potinho de lantejoulas	01
24	Tesoura escolar de ponta redonda	01

Relação de Uniforme Escolar – 4.º e 5.º Ano do Ensino Fundamental

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Bermuda	01
02	Calça	01
03	Camiseta	01
04	Jaqueta	01
05	Tênis	01

Relação de Material Escolar – Educação Integral

Nº	Item	Quantidade Sugerida
01	Alfabeto móvel (E.V.A.)	01
02	Apontador simples	02
03	Bolinha de sabão	01
04	Borracha grande	02
05	Caderno (96 folhas)	06
06	Caixa de lápis de cor (12 cores)	02
07	Caixa de massinha de modelar	02
08	Caixa de tinta guache (6 unidades)	01
09	Cartolina	02
10	Dicionário de Inglês	01
11	Dicionário de Português	01
12	Envelope plástico (4 furos)	04
13	Estojo escolar	02
14	E.V.A. colorido	02 folhas
15	E.V.A. glitter	02 folhas
16	Folha de sulfite A4 (700 folhas)	01 pacote
17	Lápis grafite	04

18	Livro de literatura infantil	01
19	Massinha de E.V.A.	01
20	Mochila	01
21	Pacote de Filipinho	01
22	Papel crepom	01
23	Pasta plástica (fina)	01
24	Pincel nº 12	01
25	Potes pequenos de lantejoulas	03
26	Tesoura escolar sem ponta	02
27	Tubo de cola grande (110 g)	02

Relação de Uniforme Escolar – Educação Integral

N°	Item	Quantidade Sugerida
01	Bermuda	01
02	Calça	01
03	Camiseta	01
04	Jaqueta	01
05	Tênis	01

Lista de Materiais Escolares – EJA Fase I e II

N°	Item	Quantidade Sugerida
01	Borracha branca	01
02	Caderno grande (10 matérias)	01
03	Caixa de lápis de cor	01
04	Caixa de lápis de cor (tons de pele)	01
05	Cola branca (90 g)	01
06	Estojo	01
07	Folhas de papel sulfite (500 folhas)	01 pacote
08	Lápis grafite	01
09	Marca-texto	01
10	Tesoura escolar de ponta redonda	01

Relação de Uniforme Escolar – EJA Fase I e II

N°	Item	Quantidade Sugerida
01	Bermuda	01
02	Calça	01
03	Camiseta	01
04	Jaqueta	01
05	Tênis	01

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 09 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:E52E055C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-066, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **EXCLUSIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 44.224.367/0001-64, situada na Rua Ricardo Bonato nº 330, Parque São Paulo, CEP 85.803-562, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **ALEXANDRE SIGNORI**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a **Ata de Registro de Preços nº 159/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 46/2025**, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços nº 159/2025:
1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC** dos itens da Ata de Registro de Preços nº 159/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, DO REAJUSTE, DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará:
2.1.1. a ter a sua vigência prorrogada pelo período de **01 (um) ano,** a contar de **23 de outubro de 2026.**
2.1.2. a ter o seu valor reajustado em **3,98% (três virgula noventa e oito por cento),** correspondente à variação acumulada do **INPC (agosto/2026).**
2.1.3. o quantitativo originalmente registrado, prorrogado e reajustado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Marca/ Fabricante	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
21	MASSA ACRÍLICA PREMIUM (BARRICA C/25 KG) Para uso interno e externo. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.	BAR	80	COLORFLEX	60,00	**62,38**
22	MASSA ACRÍLICA PREMIUM (GALÃO 3,6 LTS) Para uso interno e externo. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.	GL	20	COLORFLEX	19,80	**20,58**
24	MASSA CORRIDA PREMIUM (GALÃO DE 3,6 LTS) USO INTERNO. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.	GL	18	COLORFLEX	14,00	**14,55**

26	MASSA DE TEXTURA (BARRICA C/25 KG). Para uso interno e externo. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.	BAR	30	COLORFLEX	56,00	**58,22**
39	SELADOR ACRILICO (LATA 18 LTS) USO INTERNO E EXTERNO. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.	LTA	30	COLORFLEX	48,00	**49,91**
50	TINTA ACRILICA PREMIUM (LT 18 LTS) PISOS E QUADRAS (COR A ESCOLHER). Tinta à base de água, para piso de concreto. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.	LTA	375	COLORFLEX	127,00	**132,05**
51	TINTA ACRILICA PREMIUM (LT 18 LTS) PISOS E QUADRAS (COR A ESCOLHER). Tinta à base de água, para piso de concreto. Especificação ABNT/NBR 11702. Embalagem não violada que garanta a integridade do produto. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. **COTA RESERVADA**	LTA	125	COLORFLEX	127,00	**132,05**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 74.932,80 (setenta e quatro mil novecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
5	02.001	2.002	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
13	02.002	2.004	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
56	08.002	2.012	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
66	09.001	2.013	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
66	09.001	2.013	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
76	09.003	2.015	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
76	09.003	2.015	4.4.90.52.00.00.00.00	01045
85	10.001	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
92	10.002	2.019	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
95	10.003	2.020	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
144	12.001	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
180	12.001	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
189	12.001	2.030	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
219	12.001	2.035	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
243	12.001	2.039	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
251	13.001	1.005	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
253	13.001	1.006	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
258	13.001	2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
258	13.001	2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	00103
274	13.001	2.045	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
274	13.001	2.045	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
289	13.001	2.046	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
289	13.001	2.046	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
331	13.004	2.050	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
340	14.001	2.052	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
348	14.001	2.052	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
354	14.001	6.001	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
371	14.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
378	14.002	2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	00935
385	14.002	2.057	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
389	14.002	2.059	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
415	14.004	2.063	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
434	14.006	2.062	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
447	15.001	2.066	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
459	15.003	2.068	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
470	15.004	2.070	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
472	15.004	2.070	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
479	16.001	2.071	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
497	16.003	1.201	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
503	16.003	2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
503	16.003	2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
513	17.001	2.074	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
513	17.001	2.074	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
530	18.001	1.010	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
535	18.001	2.077	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
557	19.001	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
576	20.001	2.081	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
588	21.001	2.082	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
595	21.001	2.082	4.4.90.52.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 07 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

ALEXANDRE SIGNORI
Exclusiva Industria e Comercio de Tintas LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:CC42B168

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.017/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 46.716,75 (quarenta e seis mil e setecentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.846.0.3004-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$500,00
00512.00512.99.99.00.00.1.750.0000 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	500,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.1006-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$705,75
01039.01039.02.01.00.00.1.542.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - 30%	705,75
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$7.811,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.811,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2059-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2059-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$12.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	12.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$10.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	10.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$700,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	700,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$705,75
01039.01039.02.01.00.00.1.542.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT - 30%	705,75
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$7.811,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.811,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.243.8.6001-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$22.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	22.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$500,00
00512.00512.99.99.00.00.1.750.0000 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	500,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	

16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$700,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	700,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 09 de outubro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:B6A79A61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DE DESLIGAMENTOS E CONTRATAÇÕES CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ
REFERÊNCIA: SETEMBRO 2026 – Nº 09

DESLIGAMENTOS EFETUADOS NO MÊS DE SETEMBRO 2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 044/2017, DE 25/10/2017, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 26/10/2017 A 16/11/2017 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 052/2017, DE 22/12/2017.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
FRANCIELE PEREIRA SOVRANI RIBEIRO	8893	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU CASCAVEL	17/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
QUEILA DE SA PIMENTEL RIBEIRO	9296	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA GUAÍRA	21/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
PAULA PAMELLA ORNELLAS DE OLIVEIRA	13177	ENFERMEIRO	SAMU GUAÍRA	21/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2020 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 237/2020 DE 10/11/2020 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 11/11/2020 A 01/12/2020 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 003/2021 DE 14/01/2021.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
AYRAN DE SOUZA BRITO	15291	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO	16/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 130/2022 DE 01/09/2022 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 06/09/2022 A 03/10/2022 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 205/2022 DE 09/12/2022.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
DANIELE DE JESUS RIBAS	15597	AGENTE ADMINISTRATIVO	UPA CASCAVEL	09/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
JOICENI MOREIRA GIARETTA	16113	ASSISTENTE SOCIAL	UPA TOLEDO	09/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
CLAUDINEIA OLENICZ NOVO	15252	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	13/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
GABRIEL BARAM DOS SANTOS	15475	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO	28/09/2026	EXONERAÇÃO POR JUSTA CAUSA

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 089/2023 DE 30/10/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 31/10/2023 A 19/11/2023 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 156/2023 DE 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
TATIANE VAZ CORDEIRO	16472	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU OURO VERDE	16/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
CAROLINY GEHLEN	17333	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	19/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 161/2024 DE 09/08/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/08/2024 A 12/09/2024 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 242/2024 DE 18/11/2024.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
GIZELE CAVALHEIRO DA SILVA	17774	CONDUTOR SOCORRISTA	SAMU CASCAVEL	02/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
CAROLINA BONIFACIO GOMES DOS SANTOS	17579	MÉDICO 24H	MACRORREGIONAL	04/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
SIDYANE BARCELOS	17514	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL	18/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
DEISI MEERT	16826	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA MARECHAL	18/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
LORENI DE FATIMA FLORES MACHADO	16928	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	21/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO

					EMPREGADO
GIOVANA GALVAN	17425	ASSISTENTE SOCIAL	UPA TOLEDO	28/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 215/2025 DE 28/11/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 05/12/2025 a 05/01/2026 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 59/2026 DE 16/03/2026.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
NICOLE TERRA DA SILVA	17728	NUTRICIONISTA	UPA TOLEDO	04/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
SILVANA SANTOS	17819	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	08/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
JESSICA LYSZMANN PEREIRA	17898	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	11/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
MIRIAN DE ALMEIDA RODRIGUES	17621	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	13/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
MARCOS PAULO WILLE	17724	FARMACÊUTICO	UPA CASCAVEL	13/09/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
BRUNA TAMIRES FERNANDES NASCIMENTO	17737	ENFERMEIRO	UPA TOLEDO	22/09/2026	TERMINO DE EXPERIÊNCIA
WAGNER ROCHA	17760	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL	26/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 031/2025 DE 27/02/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 28/02/2025 A 14/03/2025.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
DEBORA CRISTINA GOETZ MARTINS	17323	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	07/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
FERNANDA ROSA DO NASCIMENTO	17388	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	08/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
LUCINEA NUNES DE SANTANA	17327	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	11/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
ANGÉLICA BERGAMIN DE SOUZA	17337	ASSISTENTE SOCIAL	HOSP. MARECHAL	22/09/2026	TERMINO DE CONTRATO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 092/2025 DE 05/06/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 05/06/2025 À 20/06/2025

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
JANETE JOANA FOSCARINI	17470	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	16/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
TAYNÁ SANTOS TEIXEIRA	17406	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	01/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
KARINE SARTORO TURATTI	17679	FARMACÊUTICO	HRC	04/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA DOS SANTOS	17533	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO	09/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
SILAS ANTUNES RAMOS	17540	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HRC	10/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
ELIANE APARECIDA DA VEIGA	17499	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO	14/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
WANGDRA TAINARA BEZERRA SILVA	17570	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA GUAÍRA	24/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
GABRIELLE DOS SANTOS CAMARGO	17566	FARMACÊUTICO	UPA CASCAVEL	25/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
ANDREIA BOSSONI GALINDO DE ASSIS	17571	FARMACÊUTICO	HRC	26/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
TAFEME CRISTINA DOS SANTOS MENUNCIM	17573	TARM	SAMU CASCAVEL	26/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
EDUARDO ALMEIDA SOUSA	17405	ENFERMEIRO	UPA MARECHAL	30/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 009/2026 DE 16/01/2026 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/01/2026 À 31/01/2026.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ANDREISI ALINE REBELLO	17544	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO	11/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
HELLEN PINHO CANDADO	17547	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO	13/09/2026	TERMINO DE CONTRATO
BRUNO MARCEL HUKUSINA	17556	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO	25/09/2026	TERMINO DE CONTRATO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 25/05/2026 À 08/06/2026.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
DJENIFER LARINI VIEIRA PRESTES	17772	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU CAP. L. MARQUES	08/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
GEISICLER VANESSA PASSONI	17798	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE	11/09/2026	RESCISÃO POR

			CAFELÂNDIA		INICIATIVA DO EMPREGADO
SANDRA REGINA ZANATTA	17800	CONDUTOR SOCORRISTA	SAMU CASCAVEL	16/09/2026	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PORTARIA Nº 176/2026 DE 02/09/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 03/09/2026 – EDIÇÃO 3609

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
BARBARA FRATA	17616	ASSESSOR III	SAMU CASCAVEL	03/09/2026	EXONERAÇÃO CARGO COMISSIONADO

PORTARIA Nº 102/2026 DE 11/09/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 14/09/2026 – EDIÇÃO 3615

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ERICA TAYNA FERNANDES DE OLIVEIRA	17009	ASSESSOR IV	HOSP. PALOTINA	14/09/2026	EXONERAÇÃO CARGO COMISSIONADO

PORTARIA Nº 177/2026 DE 03/09/2026 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 04/09/2026 – EDIÇÃO 3610

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
MARCUS VINICIUS SCHMIDT DOS SANTOS	17355	ASSESSOR II	SAMU CASCAVEL	03/09/2026	EXONERAÇÃO CARGO COMISSIONADO

CONTRATAÇÕES EFETUADAS NO MÊS DE SETEMBRO 2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 161/2024 DE 09/08/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/08/2024 A 12/09/2024 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 242/2024 DE 18/11/2024.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
23º	GISELE ALINE DOS SANTOS BRAGA	17872	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU CASCAVEL
17º	DANIELLY DA SILVA FIGUEIREDO	17882	08/09/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	SAMU CASCAVEL
29º	JULIANA GOMES DA SILVA MARTINS	17884	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU CASCAVEL
64º	MARCUS VINICIUS SCHMIDT DOS SANTOS	17885	09/09/2026	2.299,33	AGENTE ADMINISTRATIVO	SAMU CASCAVEL
05º	MARIA IZABEL ANTONIN	17869	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU TERRA ROXA
127º	LEONARDO NERY	17888	12/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
55º	CARLOS LUIZ PIACESKI	17890	11/09/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL
128º	LISARA MINOSSO LOUREGA DA SILVA	17904	18/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
131º	ANNELISE TIEMI RODRIGUES KAZAMA	17908	21/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
64º	SIRLEI FATIMA VEIGA	17909	21/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
135º	VALENTINA FORNARI DAMBROS	17913	25/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
28º	DENISE CRISTINA DOS SANTOS	17912	24/09/2026	2.299,33	AGENTE ADMINISTRATIVO	UPA TOLEDO
09º	HERCILIA MARTINS PAIXÃO DE AQUINO	17916	25/09/2026	3.367,17	ASSISTENTE SOCIAL	UPA TOLEDO
21º	ISAIAS YAMIL FERNANDEZ JARA	17873	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FROTA MUNICIPAL DE CASCAVEL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 215/2025 DE 28/11/2025 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 05/12/2025 a 05/01/2026 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 59/2026 DE 16/03/2026.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
17º	CAROLINE BATISTA DA SILVA	17860	02/09/2026	1.835,74	TECNICO A. DE R. M. - TARM	SAMU CASCAVEL
08º	DANIEL DHUAN ESPOSITO	17861	02/09/2026	2.299,33	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL
18º	PEDRO HENRIQUE ALVES BATISTA	17862	08/09/2026	1.835,74	TECNICO A. DE R. M. - TARM	SAMU CASCAVEL
19º	MÔNICA MARIA DE LIMA NERIS DA SILVA	17917	28/09/2026	1.835,74	TECNICO A. DE R. M. - TARM	SAMU CASCAVEL
14º	GIZELE CAVALHEIRO DA SILVA	17868	03/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU TOLEDO
02º	GABRIEL BAGAROLO PETRONILHO	17915	28/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	SAMU TOLEDO
03º	UZEMIRE SANTOS DE OLIVEIRA	17874	08/09/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	SAMU PALOTINA
02º	ROSELI ALVES MARTINS	17875	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU PALOTINA
03º	ILSIVAN MENDES VIEIRA	17878	08/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU PALOTINA
02º	VANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS	17879	08/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU CATANDUVAS
02º	JAQUELINE EDUARDA WEISS DA SILVA	17883	08/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
04º	CLAUDINEIA LAGO DE MOURA	17877	08/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU VERA CRUZ DO OESTE
07º	AMANDA EBERT BRIANCINI	17864	02/09/2026	7.005,89	MÉDICO 12H	UPA CASCAVEL
50º	ROZIMERE ALVES CASEMIRO	17887	10/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
52º	VANESSA RIBEIRO DE SOUZA	17892	12/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
67º	LUCIANE BROETTO	17893	10/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
53º	SILVIO RERESON SERRAO CORREA	17897	11/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
66º	JULIANE KARVAT	17899	15/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
69º	ADRIANA MICHEL	17901	15/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
70º	FERNANDA ROSA DO NASCIMENTO	17902	16/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
15º	MATHEUS ROCHA JAVAROTTI	17858	18/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
10º	LUCAS LISOWSKI CARVALHO	17881	08/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	UPA TOLEDO
14º	CAROLINY GEHLEN	17886	14/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
11º	MATHEUS NOZOMI TSUTUMI	17889	16/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
16º	ANDREIA PONTIM DO NASCIMENTO	17894	12/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
03º	ADCLEY DOS SANTOS MORAES	17895	14/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
13º	JOANA SIMIONI	17905	17/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO
05º	GABRIELLA FEILSTRECKER BALANI	17865	10/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA GUAÍRA
01º	LETICIA CARVALHO NASCIMENTO SANTALHA	17896	17/09/2026	7.005,89	MÉDICO 12H	UPA MARECHAL CÂNDIDO RONDON
23º	KARINE SARTORO TURATTI	17866	14/09/2026	4.570,43	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
68º	DAIANE ALBERGHINI	17900	14/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
71º	DEVID WILKISON NOGUEIRA DE SOUSA	17914	21/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
04º	ERICK CAMPOS	17867	18/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE

						CAFELÂNDIA
06º	ELOISE CAROLINE MOTTER	17918	28/09/2026	2.299,33	AGENTE ADMINISTRATIVO	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 009/2026 DE 16/01/2026 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/01/2026 À 31/01/2026.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
07º	GUSTAVO FELIPE LEANDRO MORSCH	17870	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
03º	RODISON PINTO SOARES	17876	08/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU TUPASSI
30º	MANOELA LOURDES DOS SANTOS	17857	02/09/2026	14.011,78	MÉDICO 24H	UPA TOLEDO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 25/05/2026 À 08/06/2026.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
04º	BARBARA THAIS LOCH MÜLLER	17871	08/09/2026	4.520,91	ENFERMEIRO	SAMU QUEDAS DO IGUAÇU
08º	EDMEIA LEOPOLDINA DE SOUZA	17903	16/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
07º	ROSANGELA LUIZA RODRIGUES BARBOSA DE JESUS	17910	21/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
08º	PATRICIA SIMONE DO CARMO GABRIEL	17920	30/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
09º	GILMARA STOCKER CARNEIRO	17907	17/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
15º	ROSELI DE SOUZA COSTA	17919	29/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL
14º	NATANAEL MATOS MENDES	17891	10/09/2026	2.299,33	MOTORISTA SOCORRISTA	FROTA MUNICIPAL DE CASCAVEL
10º	TATIANE CRISTINA MENONCIN DA FONSECA	17906	19/09/2026	2.299,33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FROTA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Cascavel – PR, 09 de outubro de 2026.

DANIEL HENRIQUE BRAGGIO
Setor de Recursos Humanos

MARCIANO SCHMITT JOÃO GABRIEL AVANCI
Diretor Administrativo Diretor Geral

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:BF94B9EE

CONSAMU
PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ SETEMBRO 2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

EMPREGO: Técnico de Enfermagem

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 2.299,33 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
11º	IVANETE APARECIDA DOS SANTOS GERARDI	006/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3447 de 14/01/2026	02/03/2026	02/09/2026	03/09/2026	01/03/2027
12º	CLEICILENE SOUZA DE LIMA	035/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3475 de 24/02/2026	09/03/2026	09/09/2026	10/09/2026	08/03/2027
25º	FRANCIELE PADILHA BUZOLIN	016/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3460 de 02/02/2026	09/03/2026	09/09/2026	10/09/2026	08/03/2027
34º	JESSELIO NUNES CARVALHO	038/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3476 de 25/02/2026	19/03/2026	19/09/2026	20/09/2026	18/03/2027
14º	SIMONE APARECIDA AMBROSINA SOUZA SANTOS	035/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3475 de 24/02/2026	20/03/2026	20/09/2026	21/09/2026	19/03/2027
17º	GISELI PEREIRA COELHO	044/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3481 de 04/03/2026	24/03/2026	24/09/2026	25/09/2026	23/03/2027
46º	ALINE MORAES	035/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3475 de 24/02/2026	26/03/2026	26/09/2026	27/09/2026	25/03/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 181/2025 DE 14/10/2025 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 14/10/2025 À 27/10/2025.

EMPREGO: ENFERMEIRO
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 4.520,91 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
11º	NIVETE PERUZZO ZANINI DOPICO ULLIVARRI	035/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3475 de 24/02/2026	09/03/2026	09/09/2026	10/09/2026	08/03/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 009/2026 DE 16/01/2026 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/01/2026 À 31/01/2026.

EMPREGO: MÉDICO 24H
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 14.011,78 — **Carga Horária:** 24 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
13º	LETICIA SILVA BARROS	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3468 de 12/02/2026	16/03/2026	16/09/2026	17/09/2026	15/03/2027
10º	KAMILA VARGAS PLEUTIM	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026	19/03/2026	19/09/2026	20/09/2026	18/03/2027

			Edição 3468 de 12/02/2026				
11º	MARCELA YUMI OBATA	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3468 de 12/02/2026	11/03/2026	11/09/2026	12/09/2026	10/03/2027
08º	WAGNER VERAS DOS SANTOS	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3468 de 12/02/2026	12/03/2026	12/09/2026	13/09/2026	11/03/2027
01º	GLAIDSAN MOREIRA DA SILVA MAIA	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3468 de 12/02/2026	15/03/2026	15/09/2026	16/09/2026	14/03/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 009/2026 DE 16/01/2026 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/01/2026 À 31/01/2026.

EMPREGO: Técnico de Enfermagem

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 2.299,33 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
03º	KELLY CRISTINA TEIXEIRA	054/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3488 de 13/03/2026	29/03/2026	29/09/2026	30/09/2026	28/03/2027

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 009/2026 DE 16/01/2026 - INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 19/01/2026 À 31/01/2026.

EMPREGO: TECNICO EM FARMÁCIA
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM
TECNICO A. DE R. M. - TARM

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 2.299,33 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
03º	ANA CLAUDIA CHAGAS MACHADO	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3468 de 12/02/2026	21/03/2026	21/09/2026	22/09/2026	20/03/2027
04º	ANDREIA SIMONE APARECIDA PESSOA	030/2026	Extrato de Publicação nº 09/2026 Edição 3468 de 12/02/2026	23/03/2026	23/09/2026	24/09/2026	22/03/2027

Cascavel-PR, 09 de outubro de 2026

DANIEL HENRIQUE BRAGGIO
Setor de Recursos Humanos

MARCIANO SCHMITT
Diretor Administrativo

JOÃO GABRIEL AVANCI
Diretor Geral

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:2A9753FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL RETIFICADO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2026

EDITAL RETIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

PROGRAMA "BOLSA CULTURA VIVA"
SELEÇÃO DE JOVENS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS CULTURAIS DE INCENTIVO ARTÍSTICO

O **MUNICÍPIO DE GUARACI**, Estado do Paraná, por meio da **Diretoria de Cultura e Turismo**, no uso de suas atribuições legais, considerando a **Lei Municipal nº 1.897, de 18 de agosto de 2026**, e o Decreto Municipal nº 156/2026, torna público o presente **Edital de Chamamento Público para seleção de participantes do Programa "Bolsa Cultura Viva"**, destinado à formação artístico-cultural, ao incentivo à produção cultural local e à promoção da inclusão social da juventude por meio da cultura.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto selecionar até **4 (quatro) jovens artistas** para participação no Programa **"Bolsa Cultura Viva"**, com concessão de bolsa cultural no valor de **R$ 1.000,00 (mil reais) mensais**, observadas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.897/2026, no Decreto regulamentador e neste Edital.

1.2. O Programa possui caráter exclusivamente **cultural, educativo, formativo e de incentivo artístico**, não possuindo natureza laboral, funcional ou profissionalizante.

1.3. A participação no Programa não gera vínculo empregatício, estatutário, previdenciário, funcional ou obrigação trabalhista de qualquer natureza com o Município.

1.4. As atividades do Programa serão desenvolvidas prioritariamente nas áreas de:

I – artes visuais;

II – música;

III – dança.

1.5. As ações do Programa terão como prioridade o fortalecimento das atividades culturais desenvolvidas no **Centro Cultural Mario Lago**.

2. DA QUANTIDADE, DO VALOR E DA DURAÇÃO

2.1. O Programa Bolsa Cultura Viva prevê a concessão de 8 (oito) bolsas culturais de incentivo artístico, no valor mensal de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, conforme estabelecido no art. 4º da Lei Municipal nº 1.897/2026.

2.2. Considerando a disponibilidade orçamentária e financeira para a implantação inicial do Programa, serão convocados inicialmente até 4 (quatro) candidatos classificados, observada a ordem de classificação e os critérios estabelecidos neste Edital.

2.3. Os demais candidatos aprovados integrarão cadastro de reserva e poderão ser convocados durante o prazo de validade do processo seletivo, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

2.4. As convocações posteriores observarão rigorosamente a ordem de classificação, os requisitos previstos neste Edital e a disponibilidade de recursos para a concessão das bolsas.
2.5. A classificação em cadastro de reserva não gera direito automático à concessão da bolsa, ficando eventual convocação condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 4º, § 6º, da Lei Municipal nº 1.897/2026.
2.6. A permanência individual do bolsista no Programa terá duração máxima de **12 (doze) meses**, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.897/2026.
2.7. A bolsa poderá ser renovada uma única vez, mediante avaliação de desempenho, interesse da Administração e disponibilidade orçamentária e financeira.
2.8. Caso o número de candidatos habilitados seja inferior ao número de bolsas disponíveis, serão concedidas bolsas somente aos candidatos que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos neste Edital e na Lei Municipal nº 1.897/2026.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar do processo seletivo os candidatos que atendam **cumulativamente** aos seguintes requisitos:
I – possuir idade entre **16 (dezesseis) e 25 (vinte e cinco) anos completos** na data da inscrição;
II – residir no Município de Guaraci;
III – comprovar situação de baixa renda;
IV – apresentar portfólio artístico, currículo cultural ou documentação comprobatória de atuação cultural;
V – comprovar participação em cursos, oficinas, apresentações, festivais, grupos culturais, projetos culturais no Município de Guaraci e em nível nacional, ou outras ações relacionadas à cultura;
VI – demonstrar interesse e aptidão para atividades artístico-culturais;
VII – apresentar autorização dos pais ou responsável legal, quando menor de 18 (dezoito) anos.
3.2. Para fins deste Edital, considera-se em situação de baixa renda o candidato:
I – inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico; ou
II – pertencente a núcleo familiar com renda per capita de até meio salário mínimo.
3.3. A participação de menores de 18 (dezoito) anos deverá observar a compatibilidade das atividades com as atividades escolares e a proteção integral prevista na legislação aplicável.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão realizadas no período de 09/10/2026 19/10/2026, junto à **Diretoria de Cultura e Turismo**, localizada na Rua Prefeito João de Giuli, 180, no Município de Guaraci/PR.
4.2. As inscrições serão gratuitas.
4.3. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição:
I – ficha de inscrição devidamente preenchida;
II – documento oficial de identificação;
III – CPF;
IV – comprovante de residência no Município de Guaraci;
V – documentação comprobatória da situação de baixa renda;
VI – portfólio artístico, currículo cultural ou documentação comprobatória de atuação cultural;
VII – certificados ou declarações relativos a cursos e capacitações;
VIII – documentos comprobatórios de participação em apresentações, festivais, oficinas, grupos, projetos ou demais atividades culturais;
IX – autorização dos pais ou responsável legal, quando o candidato for menor de 18 anos;
X – demais documentos previstos neste Edital.
4.4 A ficha de inscrição e os documentos exigidos neste Edital deverão ser entregues em envelope devidamente lacrado, contendo na parte externa a identificação do candidato, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital.
4.5. O envelope deverá conter todos os documentos necessários à inscrição e à comprovação das informações declaradas pelo candidato, observada a relação de documentos prevista neste Edital.
4.6. A entrega do envelope lacrado não dispensa o candidato do preenchimento e da assinatura da ficha de inscrição, nem da apresentação dos documentos exigidos neste Edital.
5. DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO
5.1. O candidato deverá indicar, no momento da inscrição, sua principal área de atuação artística:
I – música;
II – dança;
III – artes visuais.
5.2. O candidato poderá apresentar experiências e atividades desenvolvidas em mais de uma área artística, desde que devidamente comprovadas.
5.3. A indicação da área de atuação servirá para fins de avaliação, planejamento e organização das atividades do Programa.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PONTUAÇÃO
6.1. A seleção dos participantes do Programa Bolsa Cultura Viva observará os arts. 6º e 7º da Lei Municipal nº 1.897/2026 e os critérios objetivos estabelecidos neste Edital, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e igualdade.

6.2. A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos, distribuídos da seguinte forma:

Critério	**Pontuação máxima**
I – Situação socioeconômica	20 pontos
II – Participação comprovada em atividades culturais	25 pontos
III – Cursos e capacitações realizados	20 pontos
IV – Qualidade técnica e relevância do portfólio artístico	25 pontos
V – Participação em ações comunitárias e culturais	10 pontos
TOTAL	**100 pontos**

6.3. CRITÉRIO I – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA: ATÉ 20 PONTOS
6.3.1. A pontuação será atribuída conforme a renda familiar mensal per capita do candidato, calculada mediante divisão da renda mensal total do núcleo familiar pelo número de pessoas que o compõem.

Renda familiar mensal per capita	**Pontuação**
Até ¼ do salário mínimo nacional	20 pontos

Acima de ¼ até ⅓ do salário mínimo nacional	15 pontos
Acima de ⅓ até ½ do salário mínimo nacional	10 pontos
Acima de ½ até 1 salário mínimo nacional	5 pontos
Acima de 1 salário mínimo nacional	0 ponto

6.3.2. A condição socioeconômica poderá ser comprovada por meio do comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), comprovantes de renda dos integrantes do núcleo familiar, carteira de trabalho, declaração de ausência de renda ou outros documentos idôneos que permitam aferir a renda familiar.
6.3.3. Nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.897/2026, poderá participar do Programa o candidato inscrito no CadÚnico ou pertencente a núcleo familiar com renda per capita de até meio salário mínimo nacional. A pontuação deste critério não substitui o atendimento a esse requisito de habilitação.
6.3.4. A pontuação socioeconômica será utilizada exclusivamente para classificação dos candidatos habilitados, não podendo a ausência de pontuação neste critério, isoladamente, ser considerada motivo de inabilitação do candidato que comprove o enquadramento em uma das hipóteses legais.

6.4. CRITÉRIO II – PARTICIPAÇÃO COMPROVADA EM ATIVIDADES CULTURAIS: ATÉ 25 PONTOS
6.4.1. Será atribuída pontuação de 2,5 (dois vírgula cinco) pontos por atividade cultural comprovada, até o limite de 10 (dez) atividades, totalizando, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos.

Atividades culturais comprovadas	**Pontuação**
Cada atividade cultural comprovada	2,5 pontos
Limite de atividades consideradas	10
Pontuação máxima	**25 pontos**

6.4.2. Serão consideradas atividades culturais, entre outras, apresentações artísticas, espetáculos, exposições, festivais, mostras, saraus, recitais, participação em grupos culturais, oficinas, projetos culturais, eventos tradicionais e atividades desenvolvidas em instituições ou espaços culturais.
6.4.3. A comprovação poderá ser realizada por meio de certificados, declarações emitidas por instituições culturais, entidades, organizadores de eventos ou órgãos públicos, programas oficiais, registros de apresentações ou outros documentos idôneos que identifiquem o candidato e permitam verificar sua participação.
6.4.4. Serão consideradas apenas atividades efetivamente realizadas e comprovadas. Não serão computados documentos duplicados ou mais de um documento referente à mesma participação.
6.4.5. A pontuação deste critério não dispensa a comprovação de participação em atividades culturais, cursos, oficinas, apresentações, festivais, grupos ou projetos culturais exigida pelo art. 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 1.897/2026.

6.5. CRITÉRIO III – CURSOS E CAPACITAÇÕES REALIZADOS: ATÉ 20 PONTOS
6.5.1. Serão pontuados os cursos, oficinas formativas e capacitações concluídos pelo candidato, desde que relacionados à sua área artística ou cultural e comprovados por certificado ou declaração que informe a carga horária realizada.
6.5.2. Será atribuída pontuação de 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por hora de curso comprovada, limitada a 400 (quatrocentas) horas e a 20 (vinte) pontos. Fórmula de cálculo: carga horária comprovada × 0,05 ponto, respeitado o limite máximo de 20 pontos.
6.5.3. Serão aceitos cursos presenciais ou a distância promovidos por instituições de ensino, entidades culturais, órgãos públicos ou organizações formadoras, desde que comprovadas a conclusão e a carga horária.
6.5.4. Poderão ser somadas as cargas horárias de cursos distintos e válidos, desde que relacionados à área artística ou cultural do candidato, respeitado o limite máximo de 400 (quatrocentas) horas.
6.5.5. Não serão computados cursos sem comprovação de conclusão, documentos duplicados, atividades sem carga horária identificável ou horas referentes à mesma capacitação apresentadas em documentos diferentes.

6.6. CRITÉRIO IV – QUALIDADE TÉCNICA E RELEVÂNCIA DO PORTFÓLIO ARTÍSTICO: ATÉ 25 PONTOS
6.6.1. O portfólio artístico será avaliado com base em evidências documentais e técnicas da atuação do candidato, considerando o domínio da linguagem artística, a relevância dos conteúdos, a complexidade das atividades, a experiência comprovada, a diversidade da atuação e a contribuição cultural demonstrada.
6.6.2. A Comissão atribuirá pontuação individual aos indicadores abaixo, observando os parâmetros objetivos e os limites estabelecidos:

Indicador técnico	**Parâmetros objetivos de avaliação**	**Máximo**	**Nota**
A – Domínio técnico da linguagem artística	0 pontos: não demonstrado; 2 pontos: conhecimentos básicos demonstrados; 4 pontos: aplicação consistente das técnicas da modalidade; 6 pontos: domínio técnico avançado demonstrado por evidências verificáveis.	6	
B – Relevância e pertinência dos conteúdos	0 pontos: conteúdos sem relação demonstrada com a área; 2 pontos: relação parcial com a modalidade; 4 pontos: conteúdos diretamente relacionados e relevantes; 5 pontos: conteúdos tecnicamente fundamentados e com contribuição demonstrável para a modalidade.	5	
C – Complexidade técnica das atividades	0 pontos: não demonstrada; 1 ponto: atividades de baixa complexidade; 2 pontos: atividades de complexidade intermediária; 3 pontos: atividades que exigem técnicas, procedimentos ou conhecimentos especializados.	3	
D – Experiência e continuidade da atuação	0 pontos: não comprovada; 1 ponto: experiência pontual; 2 pontos: atividades comprovadas em diferentes datas ou ocasiões; 3 pontos: atuação continuada demonstrada por registros de períodos distintos.	3	
E – Diversidade e abrangência das atividades	0 pontos: não demonstrada; 1 ponto: atuação restrita a uma atividade ou formato; 2 pontos: atuação comprovada em diferentes atividades ou contextos; 3 pontos: atuação diversificada comprovada em diferentes contextos ou tipos de atividade.	3	
F – Suficiência das evidências técnicas	0 pontos: documentação insuficiente; 1 ponto: evidências parciais; 2 pontos: documentos e registros suficientes para identificar e verificar a execução das atividades.	2	
G – Contribuição cultural demonstrada	0 pontos: não demonstrada; 1 ponto: contribuição relacionada à preservação, transmissão ou difusão cultural; 3 pontos: contribuição relevante comprovada para a preservação, transmissão, difusão ou desenvolvimento da linguagem artística.	3	
TOTAL		**25**	

6.6.3. Para avaliação, poderão ser considerados registros audiovisuais, programas de apresentações, repertórios, fichas técnicas, descrições de processos criativos, materiais didáticos, registros de oficinas, publicações, projetos realizados, declarações de instituições e outros documentos que demonstrem a atuação e a capacidade técnica do candidato.
6.6.4. A avaliação deverá considerar o conteúdo técnico e cultural efetivamente demonstrado, vedada a atribuição de pontos com base em preferências estéticas pessoais, gosto individual ou afinidade da Comissão com determinada expressão cultural.
6.6.5. Os indicadores serão aplicados de maneira compatível com a modalidade artística declarada pelo candidato, sem exigir documentos ou materiais incompatíveis com a natureza da atividade desenvolvida.
6.6.6. A Comissão registrará a pontuação de cada indicador na planilha individual de avaliação. Quando não for atribuída a pontuação máxima, deverá apresentar justificativa objetiva e sucinta, vinculada às evidências apresentadas.
6.6.7. A ausência de evidências suficientes para determinado indicador implicará a atribuição de zero ponto naquele indicador, mediante registro da justificativa correspondente.

6.7. CRITÉRIO V – PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COMUNITÁRIAS E CULTURAIS: ATÉ 10 PONTOS

6.7.1. Será atribuído 1 (um) ponto por ação comunitária ou cultural comprovada, até o limite de 10 (dez) ações, totalizando, no máximo, 10 (dez) pontos.

Ações comunitárias e culturais comprovadas	**Pontuação**
Cada ação comprovada	1 ponto
Limite de ações consideradas	10
Pontuação máxima	**10 pontos**

6.7.2. Serão consideradas ações gratuitas, voluntárias ou de interesse coletivo, tais como apresentações em escolas, instituições sociais, entidades comunitárias, projetos sociais, campanhas solidárias, atividades culturais em bairros e comunidades, oficinas gratuitas e ações de preservação da cultura local.

6.7.3. A comprovação poderá ocorrer por meio de certificados, declarações emitidas pela entidade beneficiada ou organizadora, documentos expedidos por órgãos públicos, registros oficiais ou outros documentos idôneos que identifiquem o candidato, a ação realizada e, quando possível, sua data.

6.7.4. Não serão computadas ações sem comprovação suficiente, documentos duplicados ou mais de um documento referente à mesma ação. A Comissão registrará a quantidade de ações consideradas na planilha de avaliação.

6.8. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO

6.8.1. A Comissão de Seleção atribuirá a pontuação com base exclusivamente nos critérios e limites estabelecidos neste Edital, registrando os resultados em planilha individual de avaliação.

6.8.2. Os documentos apresentados deverão permitir a identificação do candidato e a verificação das informações utilizadas para a pontuação. A Comissão poderá realizar diligências para esclarecer informações ou confirmar documentos, quando admitidas pela legislação e pelo Edital.

6.8.3. Um mesmo documento não poderá ser utilizado para pontuar duas vezes a mesma atividade ou fato. Sua utilização em critérios diferentes somente será admitida quando comprovar fatos distintos e independentes, compatíveis com os respectivos critérios.

6.8.4. A classificação será realizada em ordem decrescente da pontuação total obtida, respeitados os requisitos de habilitação previstos na Lei Municipal nº 1.897/2026 e neste Edital.

6.8.5. Os casos de empate serão resolvidos conforme os critérios de desempate expressamente previstos neste Edital, observada a legislação aplicável.

6.8.6. O resultado preliminar e o resultado final deverão ser publicados em meio oficial, assegurado aos candidatos o prazo para interposição de recurso administrativo, conforme as regras estabelecidas neste Edital e o art. 7º, § 4º, da Lei Municipal nº 1.897/2026.

7. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

7.1. O processo seletivo será conduzido por Comissão de Seleção composta por 5 (cinco) membros, sendo:

I – 2 (dois) membros representantes do Conselho Municipal de Cultura, indicados pelo respectivo Conselho;

II – 3 (três) servidores públicos municipais efetivos, indicados pelo Poder Executivo Municipal.

7.2. A Comissão de Seleção será formalmente designada por ato do Poder Executivo Municipal, cabendo-lhe conduzir todas as etapas do processo seletivo, observados os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.897/2026, no Decreto regulamentador e neste Edital.

7.3. Compete à Comissão de Seleção:

I – analisar a documentação apresentada pelos candidatos;

II – verificar o atendimento aos requisitos previstos na legislação e neste Edital;

III – atribuir a pontuação conforme os critérios estabelecidos;

IV – elaborar a classificação dos candidatos;

V – analisar os recursos administrativos;

VI – elaborar o resultado final do processo seletivo.

7.4. Os membros da Comissão deverão declarar eventual situação de impedimento ou conflito de interesse em relação aos candidatos.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A classificação será realizada em ordem decrescente da pontuação final obtida pelos candidatos habilitados.

8.2. Serão selecionados os **4 (quatro) candidatos com maior pontuação**, observados todos os requisitos legais e regulamentares.

8.3. Os demais candidatos habilitados poderão compor cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. Em caso de empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

I – maior pontuação no critério de situação socioeconômica;

II – maior pontuação no portfólio artístico;

III – maior pontuação em participação cultural;

IV – maior pontuação em ações comunitárias e culturais;

V – maior idade.

8.5. Persistindo o empate, será realizado sorteio público, em data previamente divulgada.

9. DOS RECURSOS

9.1. Será assegurado aos candidatos o direito de interposição de recurso contra o resultado preliminar.

9.2. O recurso deverá ser apresentado no prazo de **02 dias úteis**, contado da publicação do resultado preliminar.

9.3. Os recursos deverão ser protocolados junto à Diretoria de Cultura e Turismo.

9.4. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo.

9.5. Após a análise dos recursos, será publicado o resultado final.

10. DO PLANO DE ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS

10.1. Os candidatos selecionados deverão participar de **Plano de Atividades Artístico-Culturais**, elaborado ou aprovado pela Diretoria de Cultura e Turismo.

10.2. As atividades terão dedicação formativa estimada de até **20 (vinte) horas semanais**.

10.3. Poderão integrar o Plano de Atividades:

I – oficinas;

II – cursos;

III – apresentações;

IV – exposições;

V – festivais;
VI – projetos culturais e educativos;
VII – ações culturais comunitárias;
VIII – produção artística individual ou coletiva;
IX – atividades de capacitação artística;
X – demais atividades compatíveis com os objetivos do Programa.

11. DA CONTRAPARTIDA CULTURAL
11.1. Os bolsistas deverão realizar **contrapartida cultural gratuita à comunidade**, mediante participação em apresentações, oficinas, exposições, atividades educativas ou demais ações culturais definidas pela Diretoria de Cultura e Turismo.
11.2. As atividades de contrapartida deverão priorizar o fortalecimento das ações culturais desenvolvidas no **Centro Cultural Mario Lago**.
11.3. A contrapartida terá natureza exclusivamente artística, cultural, educativa e formativa.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA MANUTENÇÃO DA BOLSA
12.1. Os bolsistas serão submetidos a acompanhamento periódico pela Diretoria de Cultura e Turismo.
12.2. A manutenção da bolsa dependerá:
I – de frequência mínima de **75% (setenta e cinco por cento)** nas atividades;
II – de participação efetiva nas ações culturais;
III – do cumprimento do Plano de Atividades;
IV – da apresentação de relatórios periódicos, quando exigidos.
12.3. O desempenho dos participantes poderá ser avaliado trimestralmente.

13. DAS VEDAÇÕES
13.1. É vedada a utilização dos bolsistas para:
I – execução de atividades administrativas permanentes;
II – funções burocráticas;
III – substituição de servidores públicos;
IV – execução de serviços próprios da estrutura administrativa municipal.
13.2. A bolsa não poderá ser utilizada como forma de remuneração pela prestação de serviços ao Município.

14. DO DESLIGAMENTO
14.1. O desligamento do participante poderá ocorrer:
I – por descumprimento das normas do Programa;
II – por abandono das atividades;
III – por frequência inferior ao mínimo exigido;
IV – por conduta incompatível com os objetivos culturais e educativos do Programa;
V – por prestação de informações falsas;
VI – por solicitação do próprio participante;
VII – pelo encerramento do período de concessão da bolsa.

15. DO PAGAMENTO
15.1. O pagamento da bolsa será realizado mensalmente, no valor de **R$ 1.000,00 (mil reais)**, condicionado à participação efetiva do bolsista nas atividades do Programa e ao cumprimento dos critérios de frequência e acompanhamento.
15.2. O pagamento ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
15.3. A bolsa possui natureza de incentivo e formação artística, não constituindo remuneração ou contraprestação laboral.

16. DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	**08/10** /2026
Período de inscrições	**09/10** /2026 a 19 /**10** /2026
Análise documental	**20/10/2026 a 23/10/2026**
Resultado preliminar	**23/10/2026**
Prazo para recursos	**26/10/2026** a 27/**10** /2026
Análise dos recursos	**28/10/2026**
Resultado final	**29/10** /2026
Início das atividades	**03/11**/2026

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
17.1. A inscrição implica ciência e aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital.
17.2. A participação no Programa não gera vínculo empregatício, estatutário, previdenciário, funcional ou obrigação trabalhista de qualquer natureza com o Município.
17.3. A concessão das bolsas observará a Lei Municipal nº 1.897/2026, o Decreto Municipal nº 156/2026 e este Edital.
17.4. Os casos omissos serão analisados pela Comissão de Seleção e pela Diretoria de Cultura e Turismo, observadas as disposições legais aplicáveis.
17.5. O presente Edital será publicado nos meios oficiais do Município, assegurada ampla publicidade ao processo seletivo.

Guaraci, 09 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI – PR
PROGRAMA BOLSA CULTURA VIVA
FICHA DE INSCRIÇÃO E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo: _____

Data de nascimento: //_____ Idade: _____ anos

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone/WhatsApp: _____

E-mail: _____

2. ÁREA DE ATUAÇÃO ARTÍSTICA

Assinale a principal área de atuação:

☐ Música

☐ Dança

☐ Artes visuais

Outras áreas de atuação cultural: _____

3. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA – ITEM 6.3 DO EDITAL

3.1. Cadastro e composição familiar

Está inscrito(a) no Cadastro Único – CadÚnico? ☐ Sim ☐ Não

Número de pessoas que compõem o núcleo familiar: _____

3.2. Renda familiar mensal

Integrante do núcleo familiar	Renda mensal (R$)
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
Renda familiar mensal total	**R$ _____**

Número de integrantes da família: _____

Renda familiar mensal per capita: R$ _____

3.3. Documentos comprobatórios apresentados

☐ Comprovante de inscrição no CadÚnico

☐ Comprovantes de renda dos integrantes da família

☐ Carteira de trabalho ou documento equivalente

☐ Declaração de ausência de renda, quando aplicável

☐ Outros documentos: _____

4. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CULTURAIS – ITEM 6.4 DO EDITAL

Relacionar apresentações, espetáculos, exposições, festivais, oficinas, grupos, projetos e outras atividades culturais comprovadas.

Nº	Atividade ou certificado apresentado	Data/ano
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

5. CURSOS E CAPACITAÇÕES – ITEM 6.5 DO EDITAL

Relacionar cursos concluídos na área artística ou cultural, conforme certificados ou declarações apresentados.

Nº	Curso ou certificado apresentado	Carga horária
1		____ horas
2		____ horas
3		____ horas
4		____ horas
5		____ horas
6		____ horas
7		____ horas
8		____ horas
9		____ horas
10		____ horas

Total de horas declaradas: _____ horas

6. PORTFÓLIO ARTÍSTICO – ITEM 6.6 DO EDITAL

Assinale os materiais apresentados:

☐ Fotografias ou registros de atividades artísticas

☐ Vídeos ou registros audiovisuais

☐ Programas de apresentações, repertórios ou fichas técnicas

☐ Projetos, publicações ou materiais produzidos

☐ Registros de oficinas ou processos criativos

☐ Declarações de instituições ou entidades culturais

☐ Outros documentos: _____

7. AÇÕES COMUNITÁRIAS E CULTURAIS – ITEM 6.7 DO EDITAL

Relacionar ações gratuitas, voluntárias ou de interesse coletivo devidamente comprovadas.

Nº	Ação realizada e documento comprobatório	Data/ano
1		
2		

3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

8. CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ENTREGUES

☐ Ficha de inscrição preenchida
☐ Documento oficial de identificação e CPF
☐ Comprovante de residência em Guaraci
☐ Documentos comprobatórios da situação de baixa renda
☐ Portfólio artístico, currículo cultural ou documentos de atuação cultural
☐ Certificados ou declarações de cursos e capacitações
☐ Comprovantes de participação em atividades culturais
☐ Autorização dos pais ou responsável legal, quando menor de 18 anos
☐ Documentos complementares, se houver

9. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

Declaro que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras e que os documentos relacionados foram apresentados para análise, conforme os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e na Lei Municipal nº 1.897/2026. Declaro estar ciente de que a pontuação será atribuída pela Comissão de Seleção, de acordo com os critérios e limites previstos no edital, e de que poderei ser solicitado(a) a apresentar esclarecimentos ou documentos complementares.

Guaraci/PR, _____ de _____ de 2026.
Assinatura do candidato: _____
Assinatura do responsável legal, se menor de 18 anos: _____

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

10. AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

Critério de seleção	Pontuação máxima	Pontuação atribuída
I – Situação socioeconômica	20	
II – Participação em atividades culturais	25	
III – Cursos e capacitações	20	
IV – Portfólio artístico	25	
V – Ações comunitárias e culturais	10	
TOTAL	**100**	

Situação da inscrição: ☐ Habilitado(a) ☐ Inabilitado(a)

Nome do responsável pela conferência: _____
Assinatura: _____
Data: _____/_____/_____

ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone/WhatsApp: _____
Área artística: ☐ Dança ☐ Música ☐ Artes Visuais ☐ Outra: _____

2. MOTIVO DO RECURSO

☐ Contestação da pontuação atribuída
☐ Contestação do resultado preliminar
☐ Inabilitação da inscrição
☐ Outro motivo: _____

3. JUSTIFICATIVA DO RECURSO

Descrever de forma clara e objetiva os motivos do recurso, indicando o item do edital e o critério questionado, quando aplicável.

4. DOCUMENTOS ANEXADOS, SE HOUVER

☐ Documentos comprobatórios
☐ Certificados ou declarações
☐ Outros: _____

5. PEDIDO

Diante dos motivos apresentados, solicito o conhecimento e a análise deste recurso pela Comissão de Seleção do Programa Bolsa Cultura Viva, com a revisão do resultado ou da pontuação questionada, conforme os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2026.
Declaro que as informações apresentadas são verdadeiras.
Guaraci, _____ de _____ de 2026.
Assinatura do candidato: _____

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Resultado da análise: ☐ Deferido ☐ Parcialmente deferido ☐ Indeferido
Justificativa da decisão:

Data: ____/____/_____
Responsável pela análise: _____
Assinatura: _____

ANEXO III
MODELO DE IDENTIFICAÇÃO PARA SER COLADO NO ENVELOPE COM A DOCUMENTAÇÃO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI – PR
PROGRAMA BOLSA CULTURA VIVA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:
ENDEREÇO:
TELEFONE/WHATSAPP:
ÁREA ARTÍSTICA DE INSCRIÇÃO:
☐ DANÇA ☐ MÚSICA ☐ ARTES VISUAIS
ATENÇÃO: ENTREGAR O ENVELOPE DE INSCRIÇÃO LACRADO.

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:C9FA6DFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	106/2026
b) Licitação Nº:	010/2026
c) Modalidade:	Dispensa Eletrônica
d) Data Homologação:	09/10/2026
e) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR A AVALIAÇÃO ERGONÔMICA PRELIMINAR (AEP), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05002041220003200633903900000	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: SCANDELAI SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - CNPJ: 54.384.708/0001-12 - Valor total homologado: R$ 9.430,00 (Nove Mil, quatrocentos e trinta reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de empresa especializada para realização de Avalição Ergonômica Preliminar: contendo elaboração do laudo in loco com registros fotográficos dos postos de trabalho e entrevistas com servidores de cada uma das funções da secretaria de saúde do PGR vigente, identificando fatores de risco, biomecânicos, mobiliários/equipamentos, organizacionais, ambientais e psicossociais/cognitivos; Com a elaboração do laudo AEP deverão ser apresentados os resultados obtidos para a Administração Pública, incluindo inconsistências e indicando as melhorias e adequações a serem executadas no ambiente de trabalho conforme NR-17. Estimativa de Funcionários: 98.	Serviço	SERVIÇO	1	9.430,00	9.430,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 9.430,00 (Nove mil, quatrocentos e trinta reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 09 de outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:76A5AAD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.059 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2026 um crédito Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 1.461.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil reais)

Suplementação				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO			
	DEPARTAMENTO DA EDUCACAO			
	DESENVOLVIMENTOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	572.000,00		
103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	90.000,00		
	ACOES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
144	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	230.000,00		
000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00		
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO			
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO			
101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	114.000,00		
103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	255.000,00		
102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00		
Total Suplementação: 1.461.000,00				

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º dessa Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução							
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO							
	CONSTRUCAO DE ESCOLA MUNICIPAL - VARADOURO						
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA						
	MATERIAL DE CONSUMO						
1000	OBRAS E INSTALACOES		2.000,00				
1000	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DAS UN. DE ENSINO DENTRO DOS		2.000,00				
1000	OBRAS E INSTALACOES		2.000,00				
	DESENVOLVIMENTOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL						
1102	DIARIAS - CIVIL		100.000,00				
	MATERIAL DE CONSUMO						
1103	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA		30.000,00				
1103	OBRAS E INSTALACOES		60.000,00				
1000	ACOES DO TRANSPORTE ESCOLAR		463.000,00				
1103	MATERIAL DE CONSUMO		100.000,00				
	EMENDAS PARLAMENTARES - EDUCACAO						
1144	MATERIAL DE CONSUMO		230.000,00				
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA						
1000	OBRAS E INSTALACOES		1.000,00				
1000	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS, INFANTIL E ENSINO		1.000,00				
1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA		1.000,00				
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO						
1000			100.000,00				
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO							
PATRONAIS							
	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL						
1103			255.000,00				
1101			114.000,00				
Total Redução: 1.461.000,00							

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:435D0E8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.060 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2026,um crédito Especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
03.001.04.122.0002.2.101		FUNCIONAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO / RECURSOS HUMANOS	
509 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
04.002		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	
04.002.12.361.0003.2.110		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	
508 - 3.3.90.93.00.00	103	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.000,00
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

05.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.301.0004.2.114		FUNCIONAMENTO DAS ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DO SEU CONSELHO	
506 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE ACAO SOCIAL	
06.001.08.244.0005.2.140		FUNCIONAMENTO DE SECRETARIA DE ACAO SOCIAL, DA CRIANCA DO ADOLESCENTE E ASSUNTOS DA FAMILIA	
507 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
Total Suplementação:			35.000,00

REDUÇÃO 03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO				
03.001		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO				
03.001.15.451.0002.1.000		MANUTENCAO E CONSERVACAO DO PREDIO DA PREFEITURA				
21 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES		10.000,00		
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO				
04.001		DEPARTAMENTO DA EDUCACAO				
04.001.12.361.0003.2.103		DESENVOLVIMENTOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
35 - 3.3.90.47.00.00	1103	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		5.000,00		
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
05.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
05.002.10.301.0004.1.002		CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADE DE SAUDE				
76 - 4.4.90.51.00.00	1303	OBRAS E INSTALACOES		10.000,00		
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS				
06.001		DEPARTAMENTO DE ACAO SOCIAL				
06.001.08.244.0005.2.140		FUNCIONAMENTO DE SECRETARIA DE ACAO SOCIAL, DA CRIANCA DO				
171 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		10.000,00		
Total Redução:				35.000,00		

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º dessa Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 09 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:B5DB05A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 202/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR

DECRETO N.º 202/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 26.164,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.846.0003.0003000 - Indenizações, Restituições e Sentenças Judiciais	
Despesa - 63 - 339093 - 00000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.364.0007.2027000 - AUXILIOS A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITARIOS DE IGUAR	
Despesa - 412 - 335041 - 00000 - CONTRIBUIÇÕES	10.444,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2022000 - MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Despesa - 665 - 449052 - 02138 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	720,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	26.164,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320/64

Redução(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.846.0003.0003000 - Indenizações, Restituições e Sentenças Judiciais	
Despesa - 60 - 332293 - 00000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00
Órgão - 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
Unidade - 05002 - DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE CONSELHOS, FUNDOS E CONFERÊNCIAS	
Funcional - 04.121.0004.2058000 - MANUTENÇÃO DEPTO EXEC CONS. FUNDOS E CONFERENCIAS	
Despesa - 106 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.444,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2022000 - MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Despesa - 664 - 339030 - 02138 - MATERIAL DE CONSUMO	720,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	26.164,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 9 de outubro de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CD38A491

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA E TÍTULOS PARA O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ/PR

I -OPresidente da Câmara Municipal de Iporã/PR, usando das atribuições legais,DIVULGAoresultadopreliminardasprovas(escrita objetiva+ títulos + prática)para o cargodeProcuradorJurídico,referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 01/2026.

PROCURADORJURÍDICO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	L.P.	C.G.	C.E.	PROVA ESCRITA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1	99056	RODRIGO RAHUAN GOULART	18.00	6.00	51.00	75.00	8.95	3.0	86.95
2	99181	ANDERSON DE ABREU VIANA	18.00	6.00	51.00	75.00	8.65	3.0	86.65
3	99143	DOUGLAS CONSOLARO VIEIRA	15.00	6.00	57.00	78.00	5.20	3.0	86.20
4	99249	MAYKON JOSÉ GIACOMELLI FERREIRA	3.00	6.00	57.00	66.00	7.90	3.0	76.90
---	99036	ARTHUR DOS SANTOS TAVARES	3.00	6.00	57.00	66.00	4.70	---	---
---	99219	CAROLINE ROCHA STABILE DAMASCENO	12.00	6.00	51.00	69.00	AUSENTE	---	---
---	99062	DANIEL SOARES DE ANDRADE	6.00	6.00	57.00	69.00	AUSENTE	---	---
---	99193	LUCIMARA FÁTIMA DE MACEDO SAVITRAZ	12.00	9.00	48.00	69.00	AUSENTE	---	---
---	99231	MATHEUS MOREIRA	9.00	9.00	54.00	72.00	AUSENTE	---	---
---	99084	RODRIGO SERAFIM ESPASSO	9.00	6.00	54.00	69.00	AUSENTE	---	---

Iporã/PR,09deoutubrode 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:FB0D1341

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATOS DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 72/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Matheus Carvalho	Motorista	Bandeirantes	28, 29, 30/09 e 02/10/2026	Transporte de Universitários	R$ 120,00
Edimar Aparecido Martimiano	Motorista	Assis	28, 29, 30/09 e 01, 02/10/2026	Transporte de Universitários	R$ 300,00
Odair José de Souza	Motorista	Cornélio Procópio	28, 29, 30/09 e 01, 02/10/2026	Transporte de Universitários	R$ 300,00
César Augusto da Silva Carrara	Motorista	Curitiba	13, 14, 15/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 600,00
Joel Rodrigues da Silva	Motorista	Maringá	02/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 120,00
César Augusto da Silva Carrara	Motorista	Londrina	03/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Salvador Paulo Dias	Motorista	Londrina	03/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Cristian Guilherme Zamboni	Motorista	Curitiba	05/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 200,00
Marcos Roberto da Silva	Motorista	Jacarezinho	02/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Marcos Roberto da Silva	Motorista	Arapongas	05/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Valdir da Silva	Motorista	Cornélio Procópio	25, 26/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 120,00
Leticia Robli	Diretora da Saúde	Cornélio Procópio	02 e 07/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 145,00
Alvaro Sanches	Motorista	Arapongas	30/09 e 01/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 120,00
Cristian Guilherme Zamboni	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
Tiago Aparecido Borges	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
William Medeiros da Silva	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
Salvador Paulo Dias	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
Evaldo Aparecido Roberto	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
Francisco Sanches Filho	Motorista	Cornélio Procópio	12, 13, 14, 15, 16, 17/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 360,00
Valdir da Silva	Motorista	Cornélio Procópio	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
Joel Rodrigues da Silva	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00
Rodrigo Aparecido Ramos	Motorista	Londrina	13, 14, 15, 16/10/2026	Transporte de pacientes	R$ 240,00

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:91BF0D89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 036/2026-PMI

CONTRATO Nº. 121/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **ACQUAPLANT QUIMICA DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ n° 81.372.070/0001-72.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de Análise de Solo e Água, atendendo critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA N.° 420/2009.**
FISCAL DESIGNADO: **Camila Hernandes Rodrigues Preti, Engenheira Civil.**

Item	Unid.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor total
1	Serviço	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de Análise de Solo e Água, atendendo critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA N.° 420/2009. Os serviços compreendem as coletas realizadas por técnicos da empresa. Coleta e análise de água: Os serviços serão realizados em dois terrenos distintos, com duas coletas (montante e jusante) para cada área. Coleta realizada por baixa vazão. Conforme resolução.	13.088,00	13.088,00
					13.088,00

VALOR: **R$ 13.088,00 (treze mil e oitenta e oito reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **09 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **09 de outubro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 09 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:329CEA03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 037/2026-PMI

CONTRATO Nº. 120/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 53.814.361/0001-38.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Gêneros Alimentícios (doces e sorvetes).**
FISCAL DESIGNADO: **Rosimar dos Santos Roberto, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Naligia de Fatima Mori, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Ana Paula Dos Reis Trindade, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Maria Eduarda Carreira, lotada na Secretaria Municipal de Administração.**

Item	Undd	Qtdd	Especificação	Marca	R$ Unitário	R$ Total
1	Fd	15	Pipoca doce, fardos contendo no mínimo 50 unidades de 15 gramas cada	CEGONHA	29,99	449,85
2	cx	50	Chiclete sabor tutti-frutti, caixa com no mínimo 100 unidades.	RICLAN	9,99	499,50
3	cx	50	Chiclete sabor morango, caixa com no mínimo 100 unidades	RICLAN	9,99	499,50
4	pct	50	Bala de Yogurte, pacote de no mínimo 600 gramas.	FLORESTAL	8,50	425,00
5	pct	50	Balas sortidas de fruta, pacote de no mínimo 600 gramas.	FLORESTAL	8,50	425,00
6	cx	50	Bala goma jujuba colorida, tubo, caixa com no mínimo 30 unidades	KUKY	21,99	1.099,50
7	pct	40	Chupetinha, pacote com 50 unidades	LETCHUP	29,99	1.199,60
8	pot	50	Barrinha de chocolate com recheio sabor de morango (tipo Moran guete), peso unitário aproximado de 9g a unidade, pote com no mínimo 50 unidades.	BEL	29,99	1.499,50
9	pct	35	Pirulito duro, sabores sortidos, pacote de no mínimo 50 unidades.	FLORESTAL	19,49	682,15
10	cx	25	Chocolate guarda-chuva, caixa com no mínimo 50 unidades	KIKAKAU	23,99	599,75
11	cx	15	Doce de abóbora com no mínimo 50 unidades.	AMENDOLANDIA	31,00	465,00
12	cx	15	Doce de leite com no mínimo 50 unidades.	N BONN	32,99	494,85
13	cx	15	Paçoca com no mínimo 50 unidades.	WANLU	21,99	329,85
14	cx	15	Canudo frito com no mínimo 50 unidades.	3M	37,99	569,85
15	cx	15	Teta de nega com no mínimo 50 unidades	N BONN	37,99	569,85
16	pct	15	Chocolate bombom recheado coberto com dupla camada de chocolate com no mínimo 20 gramas. Ingredientes: Açúcar, gordura vegetal hidrogenada, massa de cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amendoim, soro de leite em pó, gordura vegetal, farinha de soja, manteiga de cacau, castanha de caju, leite em pó integral, gordura de manteiga desidratada, sal, óleo vegetal, cacau, leite em pó desnatado, extrato de malte, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizante. Sortidos chocolate marrom e chocolate branco, pacotes contendo no mínimo 48 unidades.	LACTA	61,00	915,00
17	pct	35	Pé de moça c/20 unidades, embaladas individualmente c/ 50g unitário mínimo.	AMENDOLANDIA	31,00	1.085,00
18	un	2000	Sorvete picolé frutas sortidos peso mínimo 60g unidade - Picolés industrializados, não artesanais, a base de **água**, em embalagem individual, devidamente congelados e em conformidade com a legislação sanitária vigente.	CALOR VERAO	2,50	5.000,00
19	un	2000	Sorvete picolé leite sortidos peso mínimo 60g unidade - Picolés industrializados, não artesanais, a base de leite, em embalagem individual, devidamente congelados e em conformidade com a legislação sanitária vigente.	CALOR VERAO	2,50	5.000,00
20	un	15	Sorvete massa balde 10 litros sabores sortidos - Massa contendo, no mínimo, 70% de leite puro na formulação-base	CALOR VERAO	135,00	2.025,00
21	un	800	Saco plástico 15x25 Cm, transparente, embalagem Polipropileno.	MADEPLAST	0,08	64,00
TOTAL						**23.897,75**

VALOR: **R$ 23.897,75 (vinte e três mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **08 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **08 de outubro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 08 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:D9DB87D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 684/2026

"Determina a instauração do Processo Administrativo Sancionador e nomeação dos membros da Comissão Processante."

WILSON CORREA NETO, Secretário de Administração do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º do Decreto 044/2026:
R E S O L V E:
Art. 1º Determinar a instauração do Processo Administrativo Sancionador a fim de apurar os fatos narrados nos documentos de origem carreados ao bojo do protocolo nº 4387/2026 e Processo Administrativo Sancionador nº 033/2026, os quais noticiam a pratica "*in these*" de descumprimento de obrigação contratual, por parte da empresa WDA SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA, CNPJ: 30.072.062/0001-70, com base nos incisos II e III do Art. 2º do decreto 044/2026.
Art. 2º Ficam nomeados os seguintes servidores efetivos do quadro permanente do Município de Jaguapitã para compor a Comissão Processante:

Item	Função	Indicação/lotação	Nome	Matrícula	Cargo efetivo
I	Presidente titular	Secretaria de Administração	**VANDA FERREIRA DAMASCENO**	8001	Técnico em Organização de Métodos
II	Membro	Secretaria de Saúde	**ANDRÉIA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA MIRA**	71601	Assistente de Informática
III	Membro	Secretaria de Finanças	**GEDARVA CAMARGO DOS SANTOS**	786383	Técnico em Contabilidade

Art. 3º A Comissão processante deverá observas as disposições legais emanadas pela Lei. 14.133 e Decreto 044/2026;
Art. 4º As atividades da Comissão serão exercidas sem prejuízo das atribuições ordinárias dos cargos efetivos de seus integrantes;
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jaguapitã - PR, 09 de outubro de 2026.

WILSON CORREA NETO,
Secretário de Administração.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C9F7820A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE RESSARCIMENTO DE DIÁRIAS Nº 405/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome SARAH KRAINSKI MARTINS		Matrícula 80859
Cargo PSICÓLOGA	CPF 110.849.069-70	RG 13.198.158-9
Setor/Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CREAS	Conta corrente/poupança 1206392-3	Banco/ NºAgência NUBANK 0001
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS, CONFORME NF N° 8846.		
Destino(Dist. Aprox.) SÃO BENTO DO SUL - SC115 KM	Período **28/09/2026**	
Hora de Saída 09:30h (aproximado)	Hora de Retorno 17:45h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ônibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s)(R$) R$ 53,90 (cinquenta e três reais e noventa centavos)	Total a Receber(R$) R$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos)	
Justificativa: SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS, CONFORME NF N° 8846, PARA ACOMPANHAR PACIENTE EM DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE SÃO BENTO DO SUL – SC, NO DIA 28/09/2026.		
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO		
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 08/10/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 08/10/2026 Data Secretário(a) Municipal		
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL		
08/10/2026 Diego Timbirussu Ribas Data Prefeito Municipal		

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E00B8824

GABINETE
REVOGAÇÃO DE REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 364/2026

DADOS DOSERVIDOR					
Nome Moisés Portes da Costa					Matrícula 81.699
Cargo Motorista			CPF 003.502.929-30		RG 6.567.804-7
Departamento/Setor Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para Mulher/ Educação			Conta Corrente 13995-8		Banco/ NºAgência 0725 Sicredi
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa Foi cancelado o evento que iria levar os participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa Vida Saudável, para paraticipar dos jogos de integração, na data de 10/09/2026 em Pontal do Paraná.					
Destino(Dist. Aprox.) Pontal do Paraná 160 km			Período **10/09/2026**	a	**10/09/2026**
Hora de Saída 6:30			Hora de Retorno 18:00		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária (s)(R$) 01 diária no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais)			Total a Receber(R$) R$ 198,66 (cento e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos) Justificativa:		
Justificativa Foi cancelado o evento que iria levar os participantes do Centro de Convivência da Pessoa Idosa Vida Saudável, para paraticipar dos jogos de integração, na data de 10/09/2026 em Pontal do Paraná.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 08/10/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **08/10/2026** Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
08/10/2026 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0FB83256

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 16/2026

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Nr.: 16/2026**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.: 50/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo: 27/08/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	50/2026
b) Nr. Licitação:	16/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	09/10/2026
e) Objeto da Licitação:	*REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NA RENAME VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR.*

Participante: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (03.652.030/0001-70)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
22	BR0267512 AMITRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM:25 MG.	60.000,00	COMPR	0,04	2.400,00
41	BR0267645 DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG	5.000,000	COMPR	0,04	200,00
56	BR0267671 GLIBENCLAMIDA, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,03	300,00
64	BR0267741 PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	5.000,000	COMPR	0,05	250,00
79	BR0268225 CARBONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM:500 MG	5.000,000	COMPR	0,05	250,00
129	BR0272434 ANLODIPINO BESILATO; DOSAGEM: 5MG. COMPRIMIDO	40.000,00	COMPR	0,03	1.200,00
178	LORATADINA, CONCENTRAÇÃO: 10MG .	5.000,000	COMPR	0,06	300,00
		Total do Participante:			**4.900,00**

Participante: CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA (24.586.988/0001-80)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
150	BR0304870 MORFINA, SULFATO, CONC:1MG/ML, INJETÁVEL AMP 2ML	1.000,000	AM	3,04	3.040,00
177	FENOBARBITAL GOTAS 40 MG/- FRASCO DE 20 ML	300,000	FR	4,99	1.497,00
		Total do Participante:			**4.537,00**

Participante: DIMASTER- COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02.520.829/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
30	BR0267581 BECLOMETASONA DIPROPIONATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250MCG/DOSE, APRESENTACAO: SPRAY ORAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR. FRASCO 200 DOSES	100,000	FR	25,80	2.580,00
57	BR0267674 HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM: 25MG. COMPRIMIDO	30.000,00	COMPR	0,03	900,00
106	BR0269846 LIDOCAÍNA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 2%, GELÉIA, BISNAGA DE 30 G	1.000,000	BIS	3,20	3.200,00
146	BR0294887 SALBUTAMOL, DOSAGEM: 100MCG/DOSE, AEROSSOL ORAL	1.000,000	FR	8,00	8.000,00
149	BR0303292 RINGER, C/ LACTATO DE SÓDIO, INJETÁVEL BOLSA 500ML	250,000	BOL	4,80	1.200,00
152	BR0305247 LACTULOSE, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 667 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL. FRASCO 120ML	500,000	FR	5,30	2.650,00
159	BR0372335 METRONIDAZOL, CONCENTRAÇÃO: 100 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: GEL VAGINAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APLICADOR, BISNAGA 50,00 G	200,000	BIS	5,00	1.000,00
163	BR0397280 EXTRATO MEDICINAL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,1 ML/ ML, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.), XAROPE. FRASCO 100ML	1.000,000	FR	2,00	2.000,00
		Total do Participante:			**21.530,00**

Participante: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (04.470.877/0001-05)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
23	BR0267517 ATENOLOL, DOSAGEM: 50MG. COMPRIMIDO	50.000,00	COMPR	0,04	2.000,00
27	BR0267565 CARVEDILOL, DOSAGEM: 6,25MG	20.000,00	COMPR	0,06	1.200,00
97	BR0268493 DOXAZOSINA, COMPOSIÇÃO: 2 MG, COMPRIMIDO	15.000,00	COMPR	0,06	900,00
137	BR0276333 AMITRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 75 MG	5.000,000	COMPR	0,22	1.100,00
160	BR0376767 IVERMECTINA, CONCENTRAÇÃO: 6 MG, COMPRIMIDO	500,000	COMPR	0,26	130,00
170	BR0442754 GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA. COMPRIMID	30.000,00	COMPR	0,09	2.700,00
		Total do Participante:			**8.030,00**

Participante: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA (02.816.696/0001-54)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	BR0267195 DIAZEPAM, DOSAGEM: 5MG. COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,04	400,00
13	BR0267312 METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10MG	5.000,000	COMPR	0,06	300,00
157	BR0342132 HIDROCORTISONA, COMPOSIÇÃO: SAL ACETATO, CONCENTRA	1.000,000	FR	4,55	4.550,00
		Total do Participante:			**5.250,00**

Participante: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (81.706.251/0001-98)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
76	BR0268124 LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 25MCG. COMPRIMIDO	40.000,00	COMPR	0,08	3.200,00
77	BR0268125 LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 100MCG. COMPRIMIDO	30.000,00	COMPR	0,08	2.400,00
125	BR0271607 NORTRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG	1.000,000	CAPS	0,73	730,00
		Total do Participante:			**6.330,00**

Participante: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (09.944.371/0005-20)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
161	BR0394650 METOPROLOL, COMPOSIÇÃO: SAL TARTARATO, CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO	5.000,000	COMPR	0,21	1.050,00
		Total do Participante:			**1.050,00**

Participante: UBIMED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA (18.161.599/0001-00)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BR0266706 BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, C/ VÁLVULA	400,000	FR	13,35	5.340,00
2	BR0267107 FENITOÍNA SÓDICA, DOS:50 MG/ML, INJETÁV AMP 5ML	1.000,000	AM	1,82	1.820,00
3	BR0267140 AZITROMICINA; DOSAGEM: 500MG. COMPRIMIDO	5.000,000	COMPR	0,69	3.450,00
4	BR0267162 CLORETO DE POTÁSSIO, DOSAGEM:19,1%, INJETÁVEL 10ML	200,000	AM	0,44	88,00
5	BR0267194 DIAZEPAM, DOSAGEM: 5 MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 2ML	500,000	AM	0,73	365,00
7	BR0267197 DIAZEPAM, DOSAGEM: 10MG.COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,04	400,00
8	BR0267203 DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500MG. COMPRIMIDO	60.000,00	COMPR	0,11	6.600,00
9	BR0267205 DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500MG/ML, ORAL 10 ML	3.000,000	FR	1,00	3.000,00
10	BR0267208 ESTRIOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 MG/G, CREME VAGINAL, BISNAGA 50 G	100,000	BIS	15,62	1.562,00
11	BR0267310 METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO/; DOSAGEM: 5 MG/ML	5.000,000	AM	0,45	2.250,00
12	BR0267311 METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOS.:4MG/ML, ORAL.10ML	500,000	FR	1,24	620,00
14	BR0267502 ÁCIDO ACETILSALICÍLICO; DOSAGEM: 100MG. COMPRIMIDO	30.000,00	COMPR	0,03	900,00
15	BR0267503 ÁCIDO FÓLICO; DOSAGEM: 5MG. COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,04	400,00
16	BR0267504 ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250 MG	8.000,000	CAPS	0,24	1.920,00
17	BR0267505 ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	8.000,000	COMPR	0,59	4.720,00
18	BR0267506 ALBENDAZOL, DOSAGEM: 400 MG, COMPRIMIDO	1.000,000	COMPR	0,48	480,00
19	BR0267507-ALBENDAZOL, DOSAGEM:40 MG/ML, USO: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 10,00 ML	500,000	FR	1,11	555,00
20	BR0267509 ALOPURINOL, DOSAGEM: 300 MG, COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,23	2.300,00
21	BR0267510 AMIODARONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 200 MG	8.000,000	COMPR	0,27	2.160,00
24	BR0267522 CLOMIPRAMINA, DOSAGEM:25 MG. COMPRIMIDO	30.000,00	COMPR	0,90	27.000,00
25	BR0267541 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:50%, INJET., AMPOLA 10ML	1.000,000	AM	0,45	450,00
26	BR0267564 CARVEDILOL, DOSAGEM: 12,5MG. COMPRIMIDO	15.000,00	COMPR	0,07	1.050,00
28	BR0267566 CARVEDILOL, DOSAGEM: 3,125MG. COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,06	600,00
29	BR0267567 CARVEDILOL, DOSAGEM:25 MG. COMPRIMIDO	15.000,00	COMPR	0,10	1.500,00
31	BR0267582 BECLOMETASONA DIPROPIONATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MCG/DOSE, APRESENTACAO: SPRAY NASAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL. FRASCO 200 DOSES	100,000	FR	16,50	1.650,00
32	BR0267613 CAPTOPRIL, DOSAGEM: 25MG. COMPRIMIDO	4.000,000	COMPR	0,03	120,00
33	BR0267617 CARBAMAZEPINA, DOSAGEM:400 MG. COMPRIMIDO	2.000,000	COMPR	0,43	860,00
34	BR0267618 CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 200MG. COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,12	1.200,00
35	BR0267621 CARBONATO DE LÍTIO, DOSAGEM; 300MG. COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,20	2.000,00
36	BR0267625 CEFALEXINA, DOSAGEM: 500 MG. COMPRIMIDO	20.000,00	COMPR	0,44	8.800,00
37	BR0267632 CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	4.000,000	COMPR	0,15	600,00
38	BR0267635 CLORPROMAZINA, DOSAGEM: 25MG. COMPRIMIDO	5.000,000	COMPR	0,34	1.700,00
39	BR0267638 CLORPROMAZINA, DOSAGEM: 100MG. COMPRIMIDO	6.000,000	COMPR	0,26	1.560,00
40	BR0267643 DEXAMETASONA, DOSAGEM: 0,1%, CREME. BISN 10G	1.000,000	BIS	1,55	1.550,00
42	BR0267646 DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, ORAL 120ML	500,000	FR	2,04	1.020,00
43	BR0267647 DIGOXINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,25 MG	5.000,000	COMPR	0,13	650,00
44	BR0267650 ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 5MG. COMPRIMIDO	20.000,00	COMPR	0,04	800,00
45	BR0267651 ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 10MG	20.000,00	COMPR	0,04	800,00
46	BR0267652 ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 20MG. COMPRIMIDO	20.000,00	COMPR	0,05	1.000,00
47	BR0267653 ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM: 25MG. COMPRIMIDO	25.000,00	COMPR	0,14	3.500,00
48	BR0267654 ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	3.000,000	COMPR	0,50	1.500,00
49	BR0267657 FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	10.000,00	COMPR	0,13	1.300,00
50	BR0267660 FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	10.000,00	COMPR	0,14	1.400,00
51	BR0267662 FLUCONAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 150 MG	1.500,000	CAPS	0,42	630,00
52	BR0267663 FUROSEMIDA, DOSAGEM: 40MG. COMPRIMIDO	25.000,00	COMPR	0,04	1.000,00
53	BR0267666 FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO: 10 MG/ML, INJETÁVEL 2ML	1.000,000	AM	0,54	540,00
54	BR0267669 HALOPERIDOL, DOSAGEM:5 MG. COMPRIMIDO	6.000,000	COMPR	0,09	540,00
55	BR0267670 HALOPERIDOL, DOSAGEM: 1 MG, COMPRIMIDO	2.000,000	COMPR	0,23	460,00
58	BR0267676 IBUPROFENO, DOSAGEM: 600MG. COMPRIMIDO	50.000,00	COMPR	0,12	6.000,00
59	BR0267689 METILDOPA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250 MG	5.000,000	COMPR	0,45	2.250,00
60	BR0267690 METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 500MG. COMPRIMIDO	20.000,00	COMPR	0,09	1.800,00
61	BR0267691 METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 850MG	30.000,00	COMPR	0,09	2.700,00
62	BR0267712 OMEPRAZOL, CONCENTRAÇÃO: 20MG. CÁPSULA	75.000,00	CAPS	0,06	4.500,00
63	BR0267717 METRONIDAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃOM: 250 MG	5.000,000	COMPR	0,15	750,00
65	BR0267743 PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG, COMPRIMIDO	15.000,00	COMPR	0,12	1.800,00
66	BR0267745 SINVASTATINA 40MG, DOSAGEM: 40MG. COMPRIMIDO	40.000,00	COMPR	0,10	4.000,00
67	BR0267747 SINVASTATINA 20MG, DOSAGEM: 20MG. COMPRIMIDO	40.000,00	COMPR	0,05	2.000,00
68	BR0267768 PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	2.000,000	COMPR	0,12	240,00
69	BR0267769 PROMETAZINA CLORIDRATO, DOS:25 MG/ML,INJETÁVEL 2ML	2.000,000	AM	2,80	5.600,00
70	BR0267772 PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG	5.000,000	COMPR	0,03	150,00
71	BR0267777 PARACETAMOL, DOSAGEM ORAL 200 MG/ML, 15 ML	1.000,000	FR	1,05	1.050,00
72	BR0267778 PARACETAMOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO COMPRIMIDO: 500 MG	10.000,00	COMPR	0,05	500,00
73	BR0268069 CLORPROMAZINA, DOS.: 5 MG/ML, INJETÁVEL AMP 5ML	500,000	AM	2,94	1.470,00
74	BR0268075 SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO:50%,	200,000	AM	5,10	1.020,00
75	BR0268123 LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 50MCG. COMPRIMIDO	40.000,00	COMPR	0,07	2.800,00
78	BR0268162 MICONAZOL, DOSAGEM: 2%, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA 80,00 G	200,000	BIS	7,50	1.500,00
80	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO,PRINCÍPIO ATIVO:0,9%,BOLSA 1000ML	2.500,000	BOL	6,80	17.000,00
81	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%, BOLSA100ML	2.500,000	BOL	2,60	6.500,00
82	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO,PRINCÍPIO ATIVO:0,9%, BOLSA 250 ML	2.500,000	BOL	3,25	8.125,00
83	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%, BOLSA 500ML	2.500,000	BOL	3,60	9.000,00
84	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO,PRINCÍPIO ATIVO:0,9%, FRASC 1000ML	2.500,000	FR	5,95	14.875,00
85	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%_FRASCO, 100ML	2.500,000	FR	2,60	6.500,00
86	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO,PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%, FRASCO 250ML	2.500,000	FR	3,25	8.125,00
87	BR0268236 CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO :0,9%, FRASCO 500ML	2.500,000	FR	3,50	8.750,00
88	BR0268237 CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9% AMPOLA 10ML	20.000,00	AM	0,21	4.200,00
89	BR0268252 DIPIRONA SÓDICA, DOS.: 500 MG/ML, INJETÁV AMP 2 ML	5.000,000	AM	0,60	3.000,00
90	BR0268255 EPINEFRINA, DOSAGEM: 1MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 1ML	2.000,000	AM	0,79	1.580,00
91	BR0268273 NITROFURANTOÍNA, DOSAGEM: 100 MG, CÁPSULA	10.000,00	CAPS	0,22	2.200,00
92	BR0268286 MICONAZOL, CONCENTRAÇÃO: 20 MG/G, CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA DE 80 G	200,000	BIS	3,02	604,00
93	BR0268331 IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, INALAÇÃO. FR 20ML	500,000	FR	1,42	710,00
94	BR0268370 ACICLOVIR, DOSAGEM: 200MG . COMPRIMIDO	4.000,000	COMPR	0,12	480,00
95	BR0268375 ACICLOVIR, DOSAGEM: 50 MG/G, USO:CREME- BISNAGA 10G	200,000	BIS	1,98	396,00

96	BR0268439 CLARITROMICINA, DOSAGEM: 500 MG. COMPRIMIDO	1.000,000	COMPR	1,40	1.400,00
98	BR0268856 LOSARTANA POTÁSSICA, DOSAGEM: 50MG. COMPRIMIDO	90.000,00	COMPR	0,04	3.600,00
99	BR0268861 ITRACONAZOL, DOSAGEM: 100 MG, CÁPSULA	1.000,000	CAPS	0,70	700,00
100	BR0268949 AZITROMICINA, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL. FR 15 ML	1.000,000	FR	5,95	5.950,00
101	BR0268960 DOPAMINA, DOSAGEM: 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	500,000	AM	2,40	1.200,00
102	BR0269388 DEXAMETASONA, DOSAGEM: 4 MG, COMPRIMIDO	2.000,000	COMPR	0,14	280,00
103	BR0269462 ALENDRONATO DE SÓDIO; DOSAGEM: 70MG. COMPRIMIDO	2.000,000	COMPR	0,20	400,00
104	BR0269843 LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, INJETÁVEL 5ML	1.000,000	AM	1,53	1.530,00
105	BR0269845 LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10%, SPRAY 50ML	100,000	FR	36,25	3.625,00
107	BR0270092 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 5%, FRASCO 1000ML	250,000	FR	8,17	2.042,50
108	BR0270092 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 5%, IN, FRASCO 250ML	250,000	FR	4,55	1.137,50
109	BR0270092 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:5%, INJETÁVEL, BOLSA 1000ML	250,000	BOL	7,40	1.850,00
110	BR0270092 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 5%, INJETÁVEL, BOLSA 250ML	250,000	BOL	3,90	975,00
111	BR0270092 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:5%, INJETÁVEL, BOLSA 500ML	250,000	BOL	4,35	1.087,50
112	BR0270092 GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 5%,INJ, FRASCO 500ML	250,000	FR	5,60	1.400,00
113	BR0270120 CLONAZEPAM, DOS.: 2,5MG/ML, GOTAS - FRASCO 20 ML	1.000,000	FR	1,93	1.930,00
114	BR0270126 LEVODOPA, COMPOS: ASSOC À BENSERAZIDA,3.000,000 200+50MG		COMPR	1,40	4.200,00
115	BR0270140 BIPERIDENO, DOSAGEM: 2 MG, COMPRIMIDO	10.000,00	COMPR	0,33	3.300,00
116	BR0270597 BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO:ACETATO, C/ BETAMETASONA	50,000	AM	5,98	299,00
117	BR0270612 BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO: BENZATINA, INJETÁV	1.000,000	FR	5,25	5.250,00
118	BR0270613 BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO: BENZATINA, INJETÁV	1.000,000	FR	5,90	5.900,00
119	BR0271089 AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 500MG. CÁPSULA	10.000,00	CAPS	0,17	1.700,00
120	BR0271091 AMOXICILINA, APRESENTACAO: PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25MG/ML. FRASCO 150ML	1.000,000	FR	5,86	5.860,00
121	BR0271103 CETOCONAZOL, DOSAGEM: 2%, SHAMPOO-FRASCO 100ML	200,000	FR	5,39	1.078,00
122	BR0271217 AMOXICILINA, PRÍNCIPIO ATIVO: ASSOCIADA COM CLAVUL	10.000,00	COMPR	0,60	6.000,00
123	BR0271600 METILPREDNISOLONA, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	1.000,000	FR	9,15	9.150,00
124	BR0271606 NORTRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	7.000,000	CAPS	0,16	1.120,00
126	BR0271709 AMIODARONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG, INDICACAO: INJETÁVEL. AMPOLA 3 ML	1.000,000	AM	0,47	470,00
127	BR0272089 SULFADIAZINA, DOSAGEM: 1%, INDICACAO: CREME, PRINCÍPIO ATIVO: DE PRATA, BISNAGA 30,00 G	500,000	BIS	4,15	2.075,00
128	BR0272341 TIAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 300 MG	3.000,000	COMPR	0,24	720,00
130	BR0272454 CARBAMAZEPINA, DOS.: 20 MG/ML, SUSP. ORAL 100ML	100,000	FR	6,35	635,00
131	BR0272796 HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM: 5.000UI/ML, INDICACAO: INJETÁVEL, AMPOLA 0,25 ML	500,000	AM	6,20	3.100,00
132	BR0273009 FLUOXETINA, DOSAGEM: 20MG. CÁPSULA	70.000,00	CAPS	0,05	3.500,00
133	BR0273395 ISOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL DINITRATO, 5MG	500,000	COMPR	0,22	110,00
134	BR0273400 ISSOSSORBIDA, PRINCÍPIO ATIVO:SAL MONONITRATO,20MG	6.000,000	COMPR	0,14	840,00
135	BR0273467 LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE. FRASCO 100ML	1.000,000	FR	2,78	2.780,00
136	BR0275963 FINASTERIDA, CONCENTRAÇÃO: 5 MG, COMPRIMIDO	6.000,000	COMPR	0,18	1.080,00
138	BR0276657 METOPROLOL, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO, DOSAGEM: 50 MG, APRESENTACAO: LIBERAÇÃO CONTROLADA, COMPRIMIDO	30.000,00	COMPR	0,35	10.500,00
139	BR0292194 HALOPERIDOL, APRESENTAÇÃO: SAL DECANOATO, CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1ML	500,000	AM	4,19	2.095,00
140	BR0292195 HALOPERIDOL, CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML, TIPO USO: SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 30,00 ML	500,000	FR	5,12	2.560,00
141	BR0292196 HALOPERIDOL, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, INETÁVEL 1ML	1.000,000	AM	1,23	1.230,00
142	BR0292344 SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 40MG DE FERRO II	20.000,00	COMPR	0,05	1.000,00
143	BR0292345 SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 25MG/ML DE FERRO II, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL-GOTAS. FRASCO 30 ML	500,000	FR	0,96	480,00
144	BR0292427 DEXAMETASONA, DOSAGEM: 4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA	5.000,000	AM	0,73	3.650,00
145	BR0294643 IBUPROFENO, DOS.: 50 MG/ML, FF: SUSP.ORAL 30ML	1.500,000	FR	1,55	2.325,00
147	BR0300725 FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM: 100 MG/ML, INJET 2ML	500,000	AM	2,96	1.480,00
148	BR0303292 RINGER,C/ LACTATO DE SÓDIO, FRASCO 500ML	250,000	FR	4,92	1.230,00
151	BR0305235 EXTRATO MEDICINAL, COMPOSIÇÃO: (ISOFLAVONAS 15MG, SAPONINAS 20,5MG, LECITINA 9MG, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: ALFA TOCOFEROL 0,041MG) EM 500 MG, PRINCÍPIO ATIVO: GERMEN DE SOJA	6.000,000	CAPS	0,44	2.640,00
153	BR0308732 ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE 100ML	500,000	FR	5,95	2.975,00
154	BR0308882 SULFAMETOXAZOL, TRIMETROPRIMA 400MG+80MG	2.000,000	COMPR	0,16	320,00
155	BR0308884 SULFAMETOXAZOL, TRIMETROPRIMA, ORAL 100ML	500,000	FR	2,60	1.300,00
156	BR0340783 HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML, ORAL 150 ML	500,000	FR	4,00	2.000,00
158	BR0342135 HIDROCORTISONA, COMPOSIÇÃO: SAL ACETATO, 100 MG	1.000,000	FR	2,55	2.550,00
162	BR0396076 CARBONATO DE CÁLCIO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM VITAMINA D3, CONCENTRAÇÃO: 600 MG + 400 UI, COMPRIMIDO	15.000,00	COMPR	0,06	900,00
164	BR0398689 LEVODOPA , COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À BENSERAZIDA, CONCENTRAÇÃO: 100MG + 25MG, FORMA FARMACÊUTICA: LIBERAÇÃO PROLONGADA. (PROLOPA HBS)	3.000,000	CAPS	1,88	5.640,00
165	BR0398689 LEVODOPA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À BENSERAZIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG + 25 MG	20.000,00	COMPR	0,94	18.800,00
166	BR0419016 ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG, COMPRIMIDO	8.000,000	COMPR	0,17	1.360,00
167	BR0437160 CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO NASAL. FR 30ML	200,000	FR	1,00	200,00
168	BR0442701 CEFTRIAXONA SÓDICA, CONC.: 1 G, PÓ INTRAMUSCULAR	2.000,000	FR-AM	4,50	9.000,00
169	BR0442701 CEFTRIAXONA SÓDICA, CONCENTRAÇÃO: 1G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSA. FRASCO-AMPOLA	2.000,000	FR-AM	3,51	7.020,00
171	BR0442755 GLICLAZIDA, 60 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA. COMPRIMID	20.000,00	COMPR	0,17	3.400,00
172	BR0446105 SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO: SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL, ENVELOPE, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL	5.000,000	ENV	0,80	4.000,00
173	BR0448595 PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: FOSFATO SÓDICO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML	1.000,000	FR	5,45	5.450,00
174	BR0448841 AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML + 12,5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO ORAL, PRINCÍPIO ATIVO: ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, FRASCO 100,00 ML	1.000,000	FR	29,95	29.950,00
175	BR0452914 BUDESONIDA, CONCENTRAÇÃO: 64MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO SPRAY, FRASCO 120,00 DOSES	400,000	FR	12,90	5.160,00
176	CEFALEXINA 250 MG SUS FR 100 ML	200,000	FR	9,90	1.980,00
179	BR0442703 CEFTRIAXONA SÓDICA, CONCENTRAÇÃO: 500MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL. INTRAMUSCULAR. FRASCO-AMPOLA	500,000	FR-AM	7,99	3.995,00
180	BR0270128 LEVODOPA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG + 25MG, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À BENSERAZIDA, APRESENTACAO: COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS	3.000,000	COMPR	1,55	4.650,00
		Total do Participante:			**464.999,50**

		Total Geral:			**516.626,50**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	06.003.10.301.0014.2047.3.3.90.32.00	R$ 1,00

Lobato, 09 de Outubro de 2026

FABIO CHICAROLI	**Assinatura do Responsável**
Prefeito	

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:751381EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 199/2026, 08 DE OUTUBRO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 130.000,00 (centro e trinta mil reas) destinados aos reforços das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÕES

04		**Secretaria Municipal de Fazenda**	
04.001		**Gabinete do Secretário de Fazenda**	
04.001.04.123.0020.2.012		**Manutenção da Secretaria de Fazenda**	
3.3.90.40.00 - 67		Serviços de Tecnologia da Informação	60.000,00
10		**Secretaria Municipal de Educação**	
10.001		**Gabinete da Secretária de Educação**	
10.001.12.361.0020.6.029		**Manutenção da Secretaria de Educação**	
4.4.90.52.00 - 396	103	Equipamentos e Material Permanente	70.000,00
		TOTAL	**130.000,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o proveniente da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

04		**Secretaria Municipal de Fazenda**	
04.001		**Gabinete do Secretário de Fazenda**	
04.001.28.843.0007.0.002		**Amortização e Encargos de Financiamento**	
4.6.91.71.00.00 - 39	000	Principal da Dívida Contratual Resgatado	130.000,00
		TOTAL	**130.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 08 de Outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:C8F7F01E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 384/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2025
PROCESSO Nº 181/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/M.F. nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **KB ASSESSORIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.754.633/0001-59, com endereço na Rua Pioneiro Domingos Errerias Ernandes, 282 B, Jardim Fregadolli, CEP: 87053-269, na cidade de Maringá/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **KELVIN BARBOSA LONGO**, inscrito no CPF sob o nº 113.160.319-2, tem justo e acertado o

presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 70/2025, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata n° 384/2025 referente ao Pregão n° 70/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

ITEM	DESCRICAO	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	Caixa Sistema, com placa 2 furos para keystone, confeccionada com material não propagante de chama.	UNID	480	5,47	2.625,60
2	CONECTOR RJ 45 MACHO CATEGORIA 5 Categoria 5e, U/UTP Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 micrômetros de níquel e 1,27 micrômetros de ouro Compatível com os padrões de montagem T568A e T569B Contatos adequados para condutores sólidos ou flexíveis Produto que atende políticas de respeito ao meio-ambiente (RoHS)	UNID	790	1,09	861,10
3	Tomada rj-45 fêmea categoria 5, caracterização: deverá reventi as características elétricas contidas na norma ansi/tia/eia-568b.2 categoria 5 a fcc part 68.5 (interferência eletromagnética); possuir certificação ul listed e ul verified; ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma ul 94 v-0 (flamabilidade); possuir protetores traseiros para as conexões e tampa de proteção frontal (dust cover) removível e articulada com local para inserção, (na própria tampa), de ícones de identificação; possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro; o keystone deve ser compatível para as terminações t-568a e t-568b, revent a ansi eia/tia 568b.2; possuir seus contatos e terminações soldados em placa de circuito impresso interna, para garantir performance elétrica; possuir terminação do tipo 110 idc (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação e permitir inserção de condutores de 22 awg a 26 awg, permitindo ângulos de conexão do cabo, em até 180 graus; suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas) vezes com conectores rj-45 e 200 inserções com rj11; identificação do conector como categoria 5, gravado na parte frontal do conector; suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 idc; fornecido com instrução de revent na língua portuguesa; possuir logotipo do fabricante impressa no corpo do acessório; normas aplicáveis: ansi/tia/eia-568-b.2 categoria 5. Aplicação: pontos de lógica horizontal.	UNID	355	11,72	4.160,60
4	HORA TÉCNICA PARA: Manutenção rede Lógica; Manutenção rede Telefônica; Manutenção de rede e Estrutura de Instalação de Rack; Manutenção de Proteção elétrica de Rack e quadro de Distribuição Telefônica; Remanejamento de Rack e Quadro de Distribuição Telefônica; Mudança de Acess Point; Instalação de Acess Point;	UNID	270	359,54	97.075,80
5	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS internos e externos - por ponto adicional	UNID	555	359,54	199.544,70
6	PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CENTRAL TELEFÔNICA, incluindo componentes essenciais como placas de circuito, conectores, fontes de alimentação, CPU, painéis de controle e cabos, além de ferramentas especializadas e produtos de limpeza adequados para a manutenção dos equipamentos. Todas as peças devem ser novas, originais e acompanhadas de garantia mínima de 12 meses, seguindo as especificações do fabricante e as normas técnicas vigentes, garantindo plena funcionalidade e compatibilidade com os equipamentos em operação.	UNID	4	10.875,00	43.500,00
7	Canaleta em PVC 50 X 20 X 2000MM Branca	UNID	113	25,01	2.826,13
8	CANALETA EM PVC COM TAMPA 10X20X2000mm: 10mm de espessura, por 20mm de largura e com 2 metros de comprimento, utilizada para instalação elétrica externa, 10x20x2000mm, na cor creme/ branca, barras com divisão interna, com fila dupla face.	UNID	171	8,60	1.470,60
9	Canaleta em pvc com tampa, 50mm de espessura, por 50mm de largura , utilizada para instalação elétrica externa, 50x50x2000 mm , na cor creme/ branca, barras com 2 metros de comprimento com recorte aberto.	UNID	86	37,52	3.226,72
10	CABO UTP CAT 6 - LAN 4P, AZUL - CM 24 AWG - Categoria: CAT.6; - Construção: U/UTP – 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial; - Cor padrão: Azul claro; - Capa externa: PVC CM; - Embalagem: Caixa FASTBOX em lance padrão de 305 metros; - Marcação sequencial métrica decrescente (305 – 0 m), que facilita a visualização da quantidade restante na caixa e no cálculo dos lances para instalação; - Diâmetro nominal: 6,0 mm; - Massa líquida: 42 kg/km - NVP (Velocidade Nominal de Propagação): 68%; - Produto que atende as políticas de respeito ao meio ambiente - minimo de 305 metros	UNID	2	1.068,46	2.136,92
11	RACK RJ45 CAT 6 BRANCO - Excede os limites estabelecidos nas normas para CAT.6 / Classe E; - Performance garantida para até 4 conexões em canais de 100 metros; - Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0); - Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 m de níquel e 1,27 m de ouro; - Montado em placa de circuito impresso dupla face; - Possibilidade de fixação de ícones de identificação; - Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG; - Capa traseira já fornecidas com o conector; - Disponível em pinagem T568A/B; - Compatível com todos os patch panels descarregados, espelhos e tomadas, Marca sugerida (soho plus)	UNID	300	14,85	4.455,00
12	CONECTOR RJ 45 MACHO CAT 6: Compatível com os padrões de montagem T568A e T569B Contatos adequados para condutores sólidos ou flexíveis. Produto que atende políticas de respeito ao meio-ambiente (RoHS)	UNID	300	0,37	111,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Ata de Registro de Preços Original, datado de 08 de outubro de 2025.

Mandaguari (PR), 14 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9939EA84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**	PREGÃO ELETRÔNICO	
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	**Nr.: 30/2026**	
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37	**Processo Adm.:**	**88/2026**
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Data do Processo:**	**25/08/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	88/2026
b) Nr. Licitação:	30/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	08/10/2026
e) Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA PARA EVENTOS

Participante: ABZ EVENTOS LTDA (10.905.620/0001-23)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total

6	Locação Palco medindo 10 x 8 metros. - Locação Palco medindo 10 x 8 metros, cobertura 2 águas, estrutura em alumínio treliçado (Boxtruss) resistente, revestimento em lona PVC impermeável, anti-chamas, piso composto de estrutura resistente forrada, carga admissível por metro quadrado de 750 kg, altura ajustável de 1m a 1,8m, com uma escada de acesso, guarda corpo em 3 lados, adesivo antiderrapante nas escadas. Incluindo Montagem e Desmontagem.	5,000	DIÁR	7.700,00	38.500,00
15	Locação de Tablado elevado tipo Palco com mínimo de 1x1x0,50 (LxCxA) metros. - Locação de Tablado elevado tipo Palco com mínimo de 1x1x0,50 (LxCxA) metros, estrutura em alumínio treliçado (Boxtruss) resistente, piso composto de estrutura resistente forrada com carpe na cor grafite, nivelado, carga admissível por metro quadrado de 750 kg, altura ajustável de 0,50m a 1,8m, com uma escada de acesso com corrimão, guarda corpo em 3 lados, adesivo antiderrapante nas escadas, incluindo Montagem, Desmontagem e ART.	600,000	M	49,90	29.940,00
				Total do Participante:	**68.440,00**

Participante: DALLAS AUDIO VISUAL LTDA (03.015.027/0001-46)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de sonorização de pequeno porte. - Locação de sonorização de pequeno porte que deverão conter: equipamentos de sonorização: 01 mesa de som digital 12 canais; 02 caixas de som; 1000 watts rms; 02 pedestais de caixa; 02 retornos 600 watts rms; 01 potências compatível com as caixas; 02 microfones sem fio uhf - shure ou sennheiser 3g; 02 microfones shure sm 58 com fio; 04 pedestais girafa de microfone, 02 direct box; 01 notebook com músicas; 01 técnicos; instalação, operação e cabeamentos necessários. Obs: as marcas devem ser igual ou superior as solicitadas.	40,000	DIÁR	1.500,00	60.000,00
2	Locação de sonorização de médio porte. - Locação de sonorização de médio porte que deverão conter: equipamentos de sonorização:01 mesade som digital 24 canais; 04 caixas de som 1000 watts rms; 04 pedestais de caixa; 02 retornos 600 watts rms; 02 potências compatível com as caixas; 02 microfones sem fio uhf - shure ou sennheiser 3g; 02 microfones shure sm 58 com fio; 04 pedestais girafa de microfone; 02 direct box; 01 notebook com músicas; 02 técnicos; instalação, operação e cabeamentos necessários obs: as marcas devemser igual ou superior as solicitadas.	40,000	DIÁR	1.800,00	72.000,00
3	Locação de sonorização de grande porte I. - Locação de sonorização de grande porte I que deverão conter: equipamentos de sonorização – pa: 01 consolemixer 32 canais; 01 aparelho de cd player mp3; 01 rack drive pa processador; 01 rack equalizador c/ 10 vias; 01 filtro de linha;16 caixasde som line 1200 watts rms cada; 16 caixas de som sub 850; 02 bumper; 06 racks de potência x8; instalação e cabeamentos necessários. Equipamentos de sonorização – palco; 01 consolemixer 32 canais com 16 auxiliar digital; 01 rack drive pa processador;01 rack equalizador dbx c/ 10 vias; 08 monitores sm400; 06 pontos de power play com fones; 01 sub p/ bateria; 01 sub p/ percussão; 02 caixas de som kf 850 p/ side; 02 caixas de som sub 850 p/ side; 01 main power 120; instalação e cabeamentos necessários. Equipamentos de acessórios: 02 microfones sm 92; 01 microfoned112; 08 microfones md604; 04microfones D114; 08 microfones sm58; 08 microfones sm57; 08 microfones sm81; 01 microfone s sm91; 04 microfones s/fio sm58 uhf; 02 kits de microfones para percussão akg; 04 microfones akg 418; 16 direct box; 24 Pedestais girafa; 04 sub snack 12 vias; 01 sistema de comunicação house mix com o monitor; instalação e cabeamentos necessários; equipamentos de back line; 01 bateria pear; 01 amplificador valvulado tipo jcm 900; 01 amplificador tipo jtc 120; 01 amplificador p/ baixo 800 watts; 01 Harteck 4,0 x 10,0; 01 harteck 1,0x15,0; 04 praticáveis para bateria 2,00 x 1,00; obs: as marcas devem ser igual ou superior as solicitadas. A empresa contratada será responsável pelo transporte, montagem, desmontagem e segurança do sistema e pelo fornecimento da art ou rrt (anotação de responsabilidade técnica). Os funcionários da empresa encarregados do transporte, montagem e instalação do sistema de sonorização deverão possuir os equipamentos de proteção individual e coletivo compatíveis com as suas funções que desempenham, além de estarem uniformizados e identificados.	26,000	DIÁR	8.000,00	208.000,00
				Total do Participante:	**340.000,00**

Participante: JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES FILHO (05.298.533/0001-15)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
11	Serviços de sonorização volante (carro de som. - Serviços de sonorização volante (carro de som.	280,000	H	88,50	24.780,00
18	Locação de caminhão de som. - Locação de caminhão de som para divulgação institucional, campanhas educativas, eventos oficiais e ações itinerantes do Município, devendo conter, no mínimo: • Veículo automotor em bom estado de conservação, devidamente licenciado e regularizado para circulação; • Sistema de sonorização acoplado ao veículo, com potência mínima de 1.500 watts RMS, garantindo ampla cobertura sonora; • Mínimo de 04 caixas acústicas externas, resistentes às intempéries; • Mesa de som com, no mínimo, 04 canais; • 01 microfone com fio ou sem fio; • Reprodutor de áudio compatível com pen drive, bluetooth e/ou notebook; • Cabeamentos e conexões necessários para o perfeito funcionamento do sistema; • 01 motorista/operador habilitado, responsável pela condução e operação do equipamento; • Combustível, transporte, operação e manutenção por conta da contratada. Obs.: O sistema deverá apresentar qualidade sonora clara e sem ruídos, estando em perfeito funcionamento durante todo o período de utilização. A empresa contratada será integralmente responsável pelo veículo, equipamentos, operador e pelo cumprimento das normas de trânsito e segurança aplicáveis.	24,000	H	799,00	19.176,00
				Total do Participante:	**43.956,00**

Participante: MUNDI LOCACOES DE ESTRUTURAS E TRIOS ELETRICOS & COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
7	Locação Tendas Piramidal medindo 5x5 metros. - Locação Tendas Piramidal medindo 5x5 metros cobertura em lona PVC anti-chama, impermeável, na cor branca, composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água. Estrutura emaço galvanizado, pé direito elevado de no mínimo 3,00 metros, com fechamento nas laterais. Incluindo Montagem, Desmontagem e ART OU RRT.	25,000	DIÁR	650,00	16.250,00
8	Locação Tendas Piramidal medindo 10x10 metros. - Locação Tendas Piramidal medindo 10x10 metros cobertura em lona PVC anti-chama, impermeável, na cor branca, composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água. Estrutura em aço galvanizado, pé direito elevado de no mínimo 3,00 metros, com fechamento nas laterais. Incluindo Montagem, Desmontagem e ART.	35,000	DIÁR	1.240,00	43.400,00
9	Locação Grade de contenção em aço ou alumínio galvanizado medindo entre 2,00 x 1,20. - Locação Grade de contenção em aço ou alumínio galvanizado medindo entre 2,00 x 1,20. Incluindo transporte, montagem e desmontagem.	700,000	M	20,00	14.000,00
				Total do Participante:	**73.650,00**

Participante: POHLOD LOCACOES E ESTRUTURAS LTDA (48.088.721/0001-21)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
12	Locação de Banheiros químicos comum feminino e masculino. - Locação de Banheiros químicos incluindo: sucção; apoio operacional full time, transporte, tratamento e destino final de dejetos; fornecimento e reposição de papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e aplicação de produto desodorizante. (Comum Feminino / Masculino).	110,000	UND	251,00	27.610,00
13	Locação de Banheiros químicos (Necessidades Especiais). - Locação de Banheiros químicos incluindo: sucção; apoio operacional full time, transporte, tratamento e destino final de dejetos; fornecimento e reposição de papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e aplicação de produto desodorizante. (Necessidades Especiais).	12,000	UND	299,00	3.588,00
				Total do Participante:	**31.198,00**

Participante: SB EVENTOS E PRODUCAO LTDA (11.391.488/0001-41)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
4	Locação de sonorização e iluminação grande porte II.. - Locação de sonorização e iluminação grande porte II deverão conter: equipamentos de iluminação: 01 mesa de controle ou interface com no mínimo 4 saídas dmx para controle simultâneo de movinglights efeitos e dimmer. Modelo de referência avolitespearl 2010 ou superior. Livraria completa para todos os aparelhos fornecidos. 02 mesas de controle dmx ; 04 racks independentes com12 canais dimmerdmx de 4000w por canal, com todos os periféricos necessários. 04 moving head tipo beam, com sistema de globos rotativos, sistema decorcmy, deve conter no mínimo 400w ou plat150w; 03 super strobo dmx 3000w com efeito blinder; 24 refletores setlight 500w; 06 Refletores color trans1000w combandor; 12 refletores par 56300w; 06 elipsoidal refletores color trans1000w combandor; 01canhão seguidor hmi1200w; 30 Refletores par 641000w com porta gelatina; 04 refletores mini brutt de 06x600w ou equivalente; 12 refletores de led blindados rgbw 03 maquinas de fumaça 1500w dmx; 03	3,000	DIÁR	12.990,00	38.970,00

	ventiladores para máquinas de fumaça; 05 técnicos operadores 110 metros de ground para sistema de iluminação cênica (sendo montado em sistema de trave para fixaçãodos refletores par e movies entre outras, montada sobre 8 torres de ground com 4 metros de altura, ambas devidamente estanhadas e estruturadas com sapatas e mão francesa se necessário, 02 torres de ground com 4 metros de altura para fixação das caixas de pa, ambas devidamente estanhadas e estruturadas com sapatas e mão francesa; 04 talhas; 04 sleeveblock; 04 pau de carga; 01 kit completo com acessórios, sistemas de travamento, suportes para equipamentos em diferentes alturas, garras, cabos de segurança e aterramento da estrutura equipamentos de sonorização: 01 console mix digital com no mínimo 32 canais com o mínimo 32 pré de microfone de alta qualidade, com facilidades de memorização em cada cena de memória. 4 entradas estéreo. 16 vias de auxiliar e 8 matrix, lcr. Rack virtual com 4 processadores de efeito e equalizadores gráficos. Reprodutor egravadorde memóriausb. Modelode referência yamaha 01 v96digital ou superior. 01 console mix digital com no mínimo 12 canais com no mínimo 12 pré de microfone de alta qualidade, com facilidades de memorização em cada cena de memória. 4 entradas estéreo. 04 vias de auxiliar 32 caixas acústicas linear ray devidamente amplificadas (ativas) com no mínimo 1000wrms 08 caixas devidamenteamplificadas(ativas) de no mínimo 1000 wrms para retornos 08 caixas sub grave 2x18 polegadas devidamente amplificadas (ativas) com no mínimo 1000w rms, 01 processador digital compatívelcomo sistema, 02 cdjs de uso profissional treliças metálicas necessária para o suportedos equipamentos (com no mínimo4,00m de altura). 02 microfones de mão uhf, com cápsula do tipo supercardio i dedicada para vocal, sincronia automática c/receptor, display lcd. 02 receptores de microfone em uhf, mínimo de 960 frequências selecionáveis, com escolha automática de canais, display emlcd, compatível com antenas remotas e distribuidor/combinador de antenas; 20 microfones auriculares uhf, com cápsula do tipo supercardio i de dedicada para vocal, sincronia automática c/ receptor, display lcd. 02 receptores de microfone em uhf, mínimo de 960 frequências selecionáveis, com escolha automática de canais, display emlcd, compatível com antenas remotas e distribuidor/combinador de antenas; 06 antenas hommi direcional rfcom 200 metros de cabos rf cabeamento, baterias e conexões necessárias para total interligação do sistema. 01 multicabo principal de no mínimo 12 vias com entradas em xlr-3fêm e a de painel com 200 metros decomprimento. 01 cabo deac steck steck 3x6mm com 200 metros flexível 06 técnicos operador instalação, operação e cabeamentos necessários obs: as marcas de vem ser igual ou superior as solicitadas. A empresa contratada será responsável pelo transporte, montagem, desmontageme segurança do sistema e pelo fornecimento da art ou rrt (anotação de responsabilidade técnic				
5	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE III.. - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE III: central de processamento de áudio para o público • 01 console de mixagem 48 canais; yamaha dm7-ex com 02 rios 3224-d3; avid s6l32d, profile, mix rack, com 3dsps e waves 9 já instalado • 01 analisador de espectro com rta • 01 compact disc player profissional com leitor mp3 e leitor para pen drive • 04 isoladores de sinal de áudio • 01 main power 120 ap pentacustica p.a • 24 line array - configuração mínima, 3 vias tri-amplificado 2x12" (2.000 rms), 4x5,5" (600 rms) e 2x driver (150 rms) o modelos: d&b gsl, ksl, j series; l-acoustic k1, k2, l series, kara, v-dosc; martin audio mla; outline gto c-12; nexo geo t, geo s12; jbl vtx, vertec • 12 sub 2x18" o modelos: d&b, j series; l-acoustic, l series, v-dosc; martin audio; outline gto; nexo; jbl o 10 estrutura q30 com 2m de altura para posicionamento das caixas,atendendo 300 metros de rua. monitor - sistema de retorno para os artistas • 02 transmissores shure psm 1000 - p10t • 04 receptores shure p10r+ • 01 combiner shure pa421b • 01 antena shure ua860swb • 08 transmissores sennheiser ew300 g3 • 08 receptores sennheiser ek300 g3 • 02 combiners sennheiser ac3 • 02 antenas sennheiser a1031-u observação: o sistema de áudio deve estar livre de quaisquer tipos de ruído, sendo estes gerados por más conexões ou mau contato (não serão aceitos em hipótese alguma). sistemas uhf • 01 receptor shure axient ad4q • 04 transmissores/fio bastão shure axient adx2-b58 • 01 sistema de distribuição de antena ativo shure ua845 uwb • 02 antenas omnidirecionais shure ua860 swb • 16 receptores shure slx-d • 16 transmissores/fio bastão shure slxd2-sm58 • 16 transmissores/fio bodypack shure slxd1 • 16 microfones headset condensador cardioide, compatíveis com os bodypacks acima cabeamento de sinal • 01 multicabo principal de 12 vias com split isolado para conexão house mix foh com 200 metros, e split para conexão entra house mix e sistema. • 180 cabos para microfones no padrão xlr com comprimentos variados • 01 grand ma3 compact xt • 02 sistemas artnet • 08 splitters 2 x 8 • 08 moving outdoor head - beam/spot/wash - cmy - cto - 480w – em hipótese alguma será aceito moving indoor com dome 06 moving outdoor wash zoom bee's eye 19 • x 40w – em hipótese alguma será aceito moving indoor com dome • 96 refletores outdoor par led rgbwa-uv 18w • 06 refletores elipsoidais etc 750 • 12 refletores outdoor atomic led rgb + fita • 48 refletores p5 rgbw-uv • 12 par 64 f#5 • 01 canhão seguidor • 05 dissipadores de fumaça • 05 máquinas de fumaça 3.000w • 01 sistema de dimmer com 24 canais de 4kw com controle digital • 01 sistema de pro power com 120 canais de 4kw • 11 estrutura de 3m de ground q30 para sustentação da iluminação em 300 metros de rua • 11 sapatas • 44 cintas para fixação das estruturas • 01 cabo de sinal 200 metros entre house e sistema • 01 cabo ac de 200 metros entre house e sistema • fiação e conectores necessários para o funcionamento do sistema, transporte, montagem e desmontagem a cargo da empresa sistema de distribuição de energia ac • o sistema de distribuição de energia deve atender à norma regulamentadora nº 10, garantindo a energia necessária para p.a., palco e house mix, sem prejuízo da segurança. deve atender à demanda de carga com uma margem de segurança. todo o cabeamento deve estar corretamente dimensionado e em excelente estado de conservação, incluindo os conectores. deve estar conectado a um aterramento exclusivo para som, luz e estrutura segundo a norma vigente. • todos os aparelhos conectados ao sistema devem possuir pino de aterramento, que deve estar devidamente conectado ao aterramento do sistema.	3,000	DIÁR	19.990,00	59.970,00

	• o sistema de distribuição de energia elétrica ac deve ser corretamente dimensionado, com balanceamento entre fases sem sobrecarregar qualquer uma delas. Requisitos para funcionários da empresa os funcionáriosencarregadosdo transporte, montagem e instalação do sistema devem possuir equipamentos de proteção individual e coletiva co				
14	Locação equipamento de iluminação. - Locaçãoequipamento deiluminação: 06 racks digitais 12 canais; 01 mesa de luzdmx 2048 canais; 04 movings700; 04 movings wash; 10 lâmpadas par 64 led; 16 lâmpadas par 64 f#1 f#2 f#5; 08 loco lights; 02 mini brut; 01 Fogmachine; 01 ventilador; 06 elipsoidal; instalação e cabeamentos necessários. Estrutura: 60 metros de ground q30; 04 cubos q30; 04 bases q30; 04 mãos francesas q30; 04 sleeve; 06 talhas; 04 pau de carga; 08 cintas de 02 toneladas; instalação, operação e cabeamentos necessários.	35,000	DIÁR	4.999,00	174.965,00
				Total do Participante:	**273.905,00**
Participante: W V SERVICOS LTDA (42.129.716/0001-33)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
16	Locação de tribuna/púlpito em acrílico transparente. - Locação de tribuna/púlpito em acrílico transparente	6,000	DIÁR	210,00	1.260,00
17	Locação de telão de projeção. - Locação de telão de projeção para uso em eventos institucionais, culturais, esportivos e comemorativos, devendo conter, no mínimo: • Telão de projeção confeccionado em lona ou tecido apropriado, com superfície branca fosca, própria para projeção frontal; • Dimensão mínima do telão de 4,00 x 3,00 metros, podendo ser ajustada conforme a necessidade do evento; • Estrutura metálica autoportante ou em alumínio treliçado (box truss), devidamente nivelada, fixada e com todos os dispositivos de segurança; • Projetor multimídia com resolução mínima Full HD (1920x1080)ou superior, com brilho mínimo de 5.000 ANSI lumens, garantindo boa visibilidade em ambientes abertos ou fechados; • Suporte adequado para fixação do projetor, com regulagem de altura e ângulo; • Mesa ou computador/notebook para reprodução de conteúdos; • Cabeamentos de vídeo e energia compatíveis (HDMI, VGA ou equivalente); • Sistema de alimentação elétrica adequado, com aterramento conforme normas vigentes; • 01 operador técnico durante todo o período do evento; • Transporte, montagem, operação e desmontagem inclusos. Obs.: Os equipamentos deverãoser de marcas reconhecidas no mercado, iguais ou superiores às especificadas, em perfeito estado de conservação e funcionamento. A empresa contratada será responsável pela segurança da estrutura, pela operação do sistema e pelo fornecimento da ART ou RRT, quando aplicável, bem como pelo cumprimento das normas técnicas e de segurança vigentes.	15,000	DIÁR	1.400,00	21.000,00
				Total do Participante:	**22.260,00**
				Total Geral:	**853.409,00**

Mandirituba, 08 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:DBBA4351

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA COMPRA DIRETA Nº002-2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA
COMPRA DIRETA N°002/2026.

A Câmara Municipal torna público que realizará contratação direta, com fundamento no Art. 50 do Decreto Legislativo nº 90/2023.

1.OBJETO Aquisição, por compra direta, de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene, destinados ao consumo e à manutenção das dependências da Câmara Municipal de Manfrinópolis.
1.1. No qual consta um valor referente a R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO:

Lote	Item	Cód. CAT.	Descrição do produto	Unid.	Qtd.	Preço unit.	Preço total
Lote 01	1		Café torrado e moído, pacote de 500 g	PCT	15	R$ 26,80	R$ 402,00
Lote 01	2		Açúcar cristal, pacote de 2 kg	PCT	8	R$ 8,50	R$ 68,00
Lote 01	3		Biscoito salgado, pacote de 350 g, retangular	PCT	10	R$ 8,25	R$ 82,50
Lote 01	4		Filtro de café, caixa c/3, tamanho 103, filtro de papel	CXS	6	R$ 4,50	R$ 27,00
Lote 02	5		Isqueiro, do grande	PCT	1	R$ 6,00	R$ 6,00
Lote 02	6		Papel toalha, pacote com folhas Inter folhas, 1000 folhas	PCT	5	R$ 13,90	R$ 69,5
Lote 02	7		Solução limpeza multiuso, desinfetante, 2 litros	UN	2	R$ 15,00	R$ 30,00
TOTAL: R$685,00							

Empresa contratada: MERCADO E RESTAURANTE DUQUESNE
CNPJ: 60.531.756/0001-99

Desde já autorizo a presente compra direta.

MANFRINÓPOLIS, 07 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente

Publicado por:
Vitor Moreira da Silva
Código Identificador:DA5CC265

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 057/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADO: FGV NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI
CNPJ Nº: 36.658.861/0001-09
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA A DECORAÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DE FESTIVIDADES NATALINAS

ITEM	DESCRITIVO	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Papai Noel em pé acenando, com saco de presentes, tridimensional, medindo entre mínimo: 2,10m de altura x 1,00m de largura x 1,10m de profundidade / máximo: 2,20m de altura x 1,10m de largura x 1,20m de profundidade. Confeccionada em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores vermelha, verde e caixa de presente azul. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$10.423,60	R$10.423,60
02	Painel natalino interativo, composto por cenário temático contendo papai noel em destaque, caixas de presentes e demais elementos decorativos natalinos. O papai noel possui recorte especial na região do rosto, permitindo que o público realize registros fotográficos como se fosse o próprio personagem. Possui degraus em dois níveis de acesso para facilitar a interação do público. Medindo entre mínimo: 1,85m de altura x 1,95m de largura x 0,95m de profundidade / máximo: 1,95m de altura x 2,05m de largura x 1,05m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores vermelho, verde, caixas de presente azul e roxa e demais elementos nas cores verde e amarelo. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$7.598,00	R$7.598,00
03	Caixa de presente tridimensional, caracterizada por acabamento em formato de presente, com laço ornamental na parte superior. A estrutura possui dimensões entre mínimo: 1,45m de altura x 0,85m de largura x 0,85m de profundidade / máximo: 1,55m de altura x 0,95m de largura x 0,95m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor verde, com laço ornamental na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$4.291,40	R$4.291,40
04	Caixa de presente redonda tridimensional, caracterizada por formato circular, com laço ornamental na parte superior. A estrutura possui dimensões entre mínimo: 0,75m de altura x 1,15m de largura x 1,15m de profundidade / máximo: 0,85m de altura x 1,25m de largura x 1,25m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor roxo, com laço ornamental na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$4.191,70	R$4.191,70
05	Caixa de presente tridimensional, caracterizada por formato cúbico, com laço ornamental na parte superior. A estrutura possui dimensões entre mínimo: 1,15m de altura x 0,95m de largura x 0,95m de profundidade / máximo: 1,25m de altura x 1,05m de largura x 1,05m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor vermelho, com laço ornamental na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$4.520,00	R$4.520,00
06	Estábulo para presépio tridimensional, caracterizada por estrutura formada por quatro pilares verticais com pintura simulando madeira rústica, sustentando vigas inclinadas que compõem um telhado. A estrutura possui dimensões entre mínimo: 2,90m de altura x 3,40m de largura x 2,40m de profundidade / máximo: 3,10m de altura x 3,60m de largura x 2,60m de profundidade. Confeccionada em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores marrom e palha, com acabamento decorativo simulando madeira rústica e palha. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$21.527,30	R$21.527,30
07	Burro deitado, figura tridimensional, medindo entre mínimo: 0,95m de altura x 0,75m de largura x 1,65m de profundidade / máximo: 1,05m de altura x 0,85m de largura x 1,75m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor cinza. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$4.956,80	R$4.956,80
08	Vaca em posição sentada sobre as patas, medindo entre mínimo: 0,90m de altura x 0,80m de largura x 1,70m de comprimento / máximo: 1,00m de altura x 1,10m de largura x 1,90m de comprimento. Confeccionada em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor marrom e detalhes em branco. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$5.8326,10	R$5.8326,10
09	Camelo deitado, figura tridimensional, medindo entre mínimo: 1,35m de altura x 0,95m de largura x 2,15m de profundidade / máximo: 1,45m de altura x 1,05m de largura x 2,25m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor marrom. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$8.034,30	R$8.034,30
10	Locomotiva decorativa natalina, tridimensional, medindo entre mínimo: 2,80m de altura x 2,05m de largura x 5,95m de profundidade / máximo: 2,90m de altura x 2,15m de largura x 6,05m de profundidade. Estrutura frontal formada por um cilindro horizontal central (caldeira), com chaminé vertical posicionada na parte superior, acompanhada de 03 faróis arredondados decorativos e grelha dianteira decorativa com leve projeção frontal e frisos verticais. Estrutura traseira em formato retangular (cabine do maquinista) com teto curvo decorado com ornamentos de arabescos em relevo na parte externa sustentado por colunas laterais, com aberturas arqueadas nas laterais, na parte frontal e traseira, que simulam janelas e passagem do condutor, na parte interna da cabine da locomotiva, encontra-se um banco fixo, moldado diretamente na estrutura da peça que possui assento plano e encosto reto estrutura apoiada sobre um conjunto de rodas grandes com detalhes em relevo que remetem às rodas de ferro dos trens antigos, distribuídas em pares ao longo da base. A cabine possui acesso interno, permitindo uso interativo. Estrutura autoportante, estável em piso nivelado. Acabamento livre de arestas cortantes e rebarbas. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde musgo e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$111.643,10	R$111.643,10
11	Vagão decorativo aberto (usado normalmente para integrar à locomotiva), tridimensional, medindo entre mínimo: 0,95m de altura x 1,70m de largura x 2,15m de profundidade / máximo: 1,05m de altura x 1,80m de largura x 2,25m de profundidade; com pintura predominante dourada. Estrutura retangular com profundidade interna, decorado com arabescos em relevo na parte externa sustentada por quatro rodas ornamentais fixas, posicionadas em pares nas extremidades. Decorado com: uma Caixa de presente com laço, tridimensional, medindo entre mínimo: 1,45m de altura x 0,85m de largura x 0,85m de profundidade / máximo: 1,55m de altura x 0,95m de largura x 0,95m de profundidade, com pintura predominante nas cores verde musgo e dourado, uma Caixa de presente com laço, tridimensional, medindo entre mínimo: 1,15m de altura x 0,95m de largura x 0,95m de profundidade / máximo: 1,25m de altura x 1,05m de largura x 1,05m de profundidade, com pintura predominante nas cores vermelho e dourado; 01 Bola natalina esférica, tridimensional, medindo entre mínimo: 0,40m de diâmetro / máximo: 0,60m de diâmetro, com pintura predominante nas cores bordo e dourado; 01 Bola natalina esférica, tridimensional, medindo entre mínimo: 0,40m de diâmetro / máximo: 0,60m de diâmetro, com pintura predominante nas cores verde musgo e dourado; 01 Bola natalina esférica, tridimensional, medindo entre mínimo: 0,40m de diâmetro / máximo: 0,60m de diâmetro, com pintura predominante nas cores dourado e prata; 01 Bola natalina esférica, tridimensional, medindo entre mínimo: 0,40m de diâmetro / máximo: 0,60m de diâmetro, com pintura predominante nas cores prata e dourado. Vagão e a decorações confeccionados em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$32.109,70	R$32.109,70
12	Maquinista do trem, tridimensional, pintura colorida com predominância das cores bordô e preto, medindo entre mínimo: 1,45m de altura x 0,65m de largura x 0,65m de profundidade / máximo: 1,55m de altura x 0,75m de largura x 0,75m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, branco e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$5.280,60	R$5.280,60
13	Boneco de Neve sentado, tridimensional, medindo entre mínimo: 2,35m de altura x 1,85m de largura x 1,75m de profundidade / máximo: 2,45m de altura x 1,95m de largura x 1,85m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde musgo, branco e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$16.895,10	R$16.895,10
14	Boneco de Neve sentado, tridimensional, medindo entre mínimo: 0,95m de altura x 0,90m de largura x 0,90m de profundidade / máximo: 1,05m de altura x 1,00m de largura x 1,00m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde	01	R$3.412,10	R$3.412,10

	musgo, branco e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.			
15	Papai Noel tridimensional em pé acenando, compondo uma peça decorativa de temática natalina, caracterizada por acabamento em formato de Papai Noel em posição de aceno, acompanhado de saco e caixa de presentes. A estrutura deverá possuir dimensões entre mínimo: 2,10m de altura x 1,00m de largura x 1,10m de profundidade / máximo: 2,20m de altura x 1,10m de largura x 1,20m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde musgo, branco e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$10.301,50	R$10.301,50
16	Painel natalino interativo, composto por cenário temático contendo papai noel em destaque, caixas de presentes e demais elementos decorativos natalinos. O papai noel possui recorte especial na região do rosto, permitindo que o público realize registros fotográficos como se fosse o próprio personagem. Possui degraus em dois níveis de acesso para facilitar a interação do público. Medindo entre mínimo: 1,85m de altura x 1,95m de largura x 0,95m de profundidade / máximo: 1,95m de altura x 2,05m de largura x 1,05m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde musgo e dourado, caixas de presente verde musgo e bordô e demais elementos na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$7.448,80	R$7.448,80
17	Papai Noel de frente, com saco de presentes e escalando, bidimensional, medindo entre mínimo: 1,95m de altura x 0,85m de largura x 0,15m de profundidade / máximo: 2,05m de altura x 0,95m de largura x 0,25m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô e verde musgo. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$3.372,30	R$3.372,30
18	Papai Noel de costas, com saco de presentes e escalando, bidimensional, medindo entre mínimo: 1,95m de altura x 0,85m de largura x 0,15m de profundidade / máximo: 2,05m de altura x 0,95m de largura x 0,25m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde musgo e branco. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$3.372,30	R$3.372,30
19	Papai Noel com presentes nas costas, tridimensional, medindo entre mínimo: 1,60m de altura x 1,55m de largura x 1,60m de profundidade / máximo: 1,70m de altura x 1,65m de largura x 1,70m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô, verde musgo, branco e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	02	R$30.850,20	R$30.850,20
20	Caixa de presente redonda tridimensional, caracterizada por formato circular, com laço ornamental na parte superior. A estrutura possui dimensões entre mínimo: 0,75m de altura x 1,15m de largura x 1,15m de profundidade / máximo: 0,85m de altura x 1,25m de largura x 1,25m de profundidade. Confeccionada em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor verde-musgo, com laço ornamental na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deve ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$4.360,10	R$4.360,10
21	Caixa de presente tridimensional, caracterizada por acabamento em formato de presente, com laço ornamental na parte superior e faixa decorativa vertical na cor dourada. A estrutura possui dimensões entre mínimo: 0,85m de altura x 0,65m de largura x 0,65m de profundidade / máximo: 0,95m de altura x 0,75m de largura x 0,75m de profundidade. Confeccionada em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor azul escuro, com laço ornamental e faixa decorativa na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deverá ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$2.956,40	R$2.956,40
22	Dupla de pacote de presente, sendo um bordô e o outro verde escuro, tridimensional, medindo entre mínimo: 0,65m de altura x 0,45m de largura x 0,45m de profundidade / máximo: 0,75m de altura x 0,55m de largura x 0,55m de profundidade. Confeccionado em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores bordô e verde musgo, com laço ornamental e faixa decorativa na cor dourada. O acabamento final com verniz automotivo PU de alto brilho, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deverá ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$1.779,60	R$1.779,60
23	Trio de Reis Magos tridimensionais, constituído por três figuras, representando os Reis Magos Baltazar, Belchior e Gaspar. A estrutura possui as seguintes dimensões aproximadas Rei Baltazar: 1,80m de altura x 0,70m de largura x 0,80m de profundidade; Rei Belchior: 1,80m de altura x 1,00m de largura x 0,80m de profundidade e Rei Gaspar: 1,55m de altura x 0,80m de largura x 0,80m de profundidade. Confeccionadas em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores marrom, azul, vermelho, dourado, entre outros detalhes. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deverá ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$17.381,90	R$17.381,90
24	Pastor e Ovelha tridimensionais, constituído por duas figuras, representando um pastor com cajado e uma ovelha em posição deitada. A estrutura possui as seguintes dimensões aproximadas: Pastor: 1,80m de altura x 0,90m de largura x 0,80m de profundidade e Ovelha: 0,38m de altura x 0,28m de largura x 0,67m de profundidade. Confeccionadas em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância da cor marrom e dourado. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deverá ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$6.992,50	R$6.992,50
25	Anjo, tridimensional, medindo entre mínimo: 2,35m de altura x 1,35m de largura x 0,85m de profundidade / máximo: 2,45m de altura x 1,45m de largura x 0,95m de profundidade. Confeccionada em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores cor azul e rosa. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. A peça deverá ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$8.032,50	R$8.032,50
26	Sagrada Família tridimensional, constituído por três figuras, representando José, Maria e o Menino Jesus. A estrutura possui as seguintes dimensões aproximadas: José: 1,85m de altura x 0,90m de largura x 1,00m de profundidade; Maria: 1,40m de altura x 0,90m de largura x 0,90m de profundidade e Menino Jesus: 0,40m de altura x 0,65m de largura x 0,85m de profundidade. Confeccionadas em fibra de vidro, com acabamento superficial liso e pintura em tinta poliéster, apresentando predominância das cores verde, branco, azul, rosa e vermelho nas vestimentas dos personagens. O acabamento final com verniz automotivo PU fosco, garantindo maior resistência, durabilidade e excelente acabamento estético. peça deverá ser adequada para utilização em áreas externas, apresentando resistência às intempéries.	01	R$14.802,10	R$14.802,10
	VALOR TOTAL GLOBAL		R$ 353.000,00	

VALOR TOTAL: R$353.000,00 (trezentos e cinquenta e três mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:04BBB656

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 142/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 142/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA ELEVADORES CONISTEL LTDA - ME.

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.017.466/0001-61 e sede à Rua Pastor Elias Abraão nº 22, Centro, Matinhos – Paraná, CEP 83.260-000, representado pelo Senhor Prefeito Municipal Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA:	ELEVADORES CONISTEL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 78.708.625/0001-08, com sede à Travessa Teixeira de Freitas, nº 70, Bairro Mercês, na Cidade de Curitiba, estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal , Sr. Luiz Arnildo Jungbluth, portador do RG nº 1.837.762-4 e inscrito no CPF nº 243.161.059-49.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a ELEVADORES CONISTEL LTDA - ME, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 142/2022, Pregão Eletrônico n° 091//2022 Processo n° 105/2022 assinado em 05/10/2022 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PLATAFORMA DE DESLOCAMENTO VERTICAL EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – Pregão Eletrônico n.º 091/2022, firmam o presente TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES
As partes de comum acordo procedem à PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 142/2022 , assinado em 05 de outubro de 2022 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 05 de outubro de 2026 e findando-se em 05 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA : DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 142/2022
O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será conforme tabela:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	12	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PLATAFORMA DE DESLOCAMENTO VERTICAL INSTALADA NO PAÇO MUNICIPAL DE MATINHOS. A contratada deverá realizar a visita mensal ao local de instalação da plataforma para a realização de serviços necessários, tais como: Execução de limpeza e remoção de sujeiras que venham a acumular nas partes internas dos equipamentos/maquinários comprometendo o funcionamento regular dos mesmos. Lubrificação e regulagens de todo o compartimento, peças e insumos que se encontram em funcionamento junto à plataforma,bem como da casa de máquinas, caixa, poço, pavimentos, dispositivos de segurança, reguladores e demais partes integrantes que necessitam este tipo de serviço. Realização de vistoria geral e monitoramento de circuitos e comandos de natureza elétrica tais como: ajuste e teste do quadro de comando, seletores, indutores, limites, freio, mecanismo de portas, operador elétrico, cabos elétricos, máquinas de tração, corrediças do carro e do contrapeso, relés, escovas, chaves, contatos, aparelho seletor, limitador de velocidade, coletor, despacho, bobinas, conjuntos eletrônicos, módulos de potência, fitas seletoras, cavaletes polias de tração e demais caso necessitem. Em caso de pane geral ou interrupção do funcionamento, a manutenção deverá ser atendida no prazo máximo de 24 horas após a emissão da solicitação. A contratada deverá realizar as inspeções, sendo necessária uma vez do ano a elaboração de revisão geral conforme a NBR aplicada à atividade e emitir a ART pertinente. O valor mensal compreenderá todas as despesas e custos que venham ser necessários para a realização do serviço, assim como todas as despesas decorrentes de pagamentos com alimentação dos colaboradores/técnicos, transporte, hospedagem, impostos, encargos sociais, indenizações e outras que porventura venham a ocorrer. Todos os materiais de segurança, EPIs, ferramentas e equipamentos específicos	R$ 416,89	R$ 5.002,68
02	6000	unid	Valor estimado para aquisição de peças para reposição/troca no sistema que compõe a plataforma elevatória (deslocamento vertical) que se encontra instalada no Paço Municipal. As peças deverão ser novas e compatíveis com o modelo usado, com fornecimento de garantia assistida pela contratada para a realização do serviço de manutenção mensal da plataforma. Caso haja necessidade de serviços adicionais para a reposição, estes ficarão a cargo da Contratada.	R$1,00 (fixo)	R$6.000,00 (fixo)
TOTAL				R$ 11.002,68	

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual , prevista neste Terceiro Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unid	Ação	Elemento	Vínculo
83	4	1	2009	3339030250000000000	0
88	4	1	2009	3339039170000000000	0

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 142/2022 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 01 (uma) via, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 05 de outubro 2026

Município De Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Contratante

Elevadores Conistel LTDA-ME
LUIZ ARNILDO JUNGBLUTH
CPF nº 243.161.059-49
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:724CEA0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2998 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 2998 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

> "Altera os Anexos do Decreto nº 2630/2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, e dá outras providências'".

OPrefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no inciso IV do art. 69, no artigo 87, inciso I, alíneas "a", ambos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2.423/2025 regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2630/2026 dispõe sobre Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO os Protocolos nº 9.502/2026, nº 10.433/2026 e nº 11056/2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 10.622/2026, da Secretaria Municipal de Governo, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO os Protocolos nº 637/2026 e nº 622/2026, da Secretaria Municipal de Esporte, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 10.807/2026, da Secretaria Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 621/2026, da Secretaria Municipal de Fazenda, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 8.021/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a alteração de ações ao PCA 2026, justificada na necessidade de correção identificada quanto ao item "55";

CONSIDERANDO o Protocolo nº 10.483/2026, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 690/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

DECRETA:

Art. 1º. Altera os Anexos do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026.

Art. 2º. Altera o Anexo I do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, que passa a vigorar na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. As demais disposições do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 9 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA 2026 ANALÍTICO

SECRETARIA MUNICIPAL	ITEM	OBJETO (RESUMIDO)	RÚBRICA ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO PARA O OBJETO
Secretaria Municipal de Comunicação	1	Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 749.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	2	Aquisição de Equipamentos de Foto e Vídeo	4.4.90.52.00.0	1000	R$ 9.604,53
Secretaria Municipal de Comunicação	3	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	4	Aquisição de material de limpeza e higiene	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	5	Fornecimento de combustíveis	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.400,00
Secretaria Municipal de Comunicação	6	Capacitação de Servidores da Comunicação	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	7	Aquisição de uniformes	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	8	Gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	9	Aquisição de material gráfico	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	10	Locação de impressoras	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	11	Aquisição de equipamentos de informática	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	12	Licença de Softwares (Adobe, Canva, Capcut)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.105,00
Secretaria Municipal de Comunicação	13	Manutenção de Equipamentos de Imagem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	14	Manutenção de ar condicionado (03 unidades)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	15	Câmara de arbitragem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Comunicação	16	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação e aperfeiçoamento profissional, voltado aos agentes públicos, servidores e funcionários	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.399,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	**R$ 820.947,99**
Secretaria Municipal de Governo	1	Contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens aéreas e hospedagem.	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.531,20
Secretaria Municipal de Governo	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de aplicativo, que	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 12.000,00

		possibilite aos gestores públicos o acesso rápido e fácil de informações estratégicas para a gestão, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo.			
Secretaria Municipal de Governo	3	Amlipa (Associação dos Municípios do Litoral do Paraná)	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 16.000,00
Secretaria Municipal de Governo	4	Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	5	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados, incluindo aquisição de peças e equipamentos necessários para as manutenções e correções de avarias	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	6	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 60.718,77
Secretaria Municipal de Governo	7	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.510,46
Secretaria Municipal de Governo	8	Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente em atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Governo	9	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico, para a frota de veículos que pertencem ao Município de Morretes	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 22.000,00
Secretaria Municipal de Governo	10	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	11	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	12	Contratação de empresa para fornecimentos de materiais de informática e equipamentos para comunicação em atendimento as secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	13	Contratação de empresa para fornecimento de caixas de papel A4, para atender a demanda das secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	14	Consórcio Multifinalitário	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Governo	15	Aquisição de toner	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	16	Aquisição de Frigobar	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 13.491,00
Secretaria Municipal de Governo	17	Aquisição de Material de Informática	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	18	Aquisição de ar condicionado	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 24.321,84
Secretaria Municipal de Governo	19	Aquisição de materiais descartáveis	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 184,50
Secretaria Municipal de Governo	20	Aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, lixeiras, equipamentos e demais materiais permanentes	02.001.04.122.0040.2004.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 17.874,79
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	**R$ 1.060.251,43**
Secretaria Municipal de Saúde	1	Recarga de oxigênio hospitalar e locação de cilindro	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1369 31018 1496	R$ 152.604,00
Secretaria Municipal de Saúde	2	Medicamentos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1369 1496	R$ 316.425,82
Secretaria Municipal de Saúde	3	Coffee break	33.90.30.00.00	1303 1369 1495 1496 1497	R$ 187.801,60
Secretaria Municipal de Saúde	4	Aquisição de veículos	44.90.52.00.00	1011	R$ 1.764.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	5	Manutenção de Equipamentos com fornecimento das peças para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00	1495 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	6	Fraldas descartáveis	33.90.32.00.00	1495 1497	R$ 201.072,00

				31018 1303	
Secretaria Municipal de Saúde	7	Bolsas para ostomizados e curativos especiais	33.90.32.00.00	1495 31018 1303	R$ 677.530,00
Secretaria Municipal de Saúde	8	Exames Laboratoriais	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 900.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	9	Kit Lanche TFD	33.90.32.00.00	1017 1018 1303 1495	R$ 333.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	10	Fórmulas nutricionais e suplementos alimentares	33.90.32.00.00	1495 1018 1303	R$ 541.198,32
Secretaria Municipal de Saúde	11	Monitoramento por meio de Dosimetria de Radiação Ionizante.	33.90.39.00.00	1303 1369 1496	R$ 2.400,00
Secretaria Municipal de Saúde	12	Ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 24.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	13	Coleta, transporte, tratamento térmico de acordo com as normas técnicas da ABNT e normativas ambientais dos resíduos da saúde	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 136.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	14	Condicionadores de ar (aquisição e manutenção)	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00 44.90.52.00.00	1303 1495 31017 31018 1369 1497	R$ 331.517,84
Secretaria Municipal de Saúde	15	Equipamentos e Acessórios de Informática	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00	1005 1500 1303 1497 1495 1011	R$ 205.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	16	Dedetização e desratização	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496	R$ 8.922,75
Secretaria Municipal de Saúde	17	Propaganda Volante	33.90.39.00.00	1495 1303 31017	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	18	Material de expediente	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 54.244,50
Secretaria Municipal de Saúde	19	Serviços de telefonia móvel, com aparelhos celulares (em comodato)	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 28.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	20	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 27.243,45
Secretaria Municipal de Saúde	21	Gestão e manutenção corretiva e preventiva de veículos automotores	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1499	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	22	Materiais de limpeza e higiene	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1005 1369	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	23	Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	24	Combustível, Arla 32 e produtos correlatos	33.90.30.00.00	1495 1303 1018 1017 1499 1497	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	25	Montagem de bicicletas	33.90.39.00.00	1497 33497	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	26	Projeto Funasa	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 33497	R$ 250.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	27	Câmara de Arbitragem	33.90.39.00.00	1303 1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	28	Próteses Odontológicas	33.90.39.00.00	1495 31018 1303 31017	R$ 475.950,00
Secretaria Municipal de Saúde	29	Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional	44.90.52.00.00	1303 1011 500	R$ 35.526,05
Secretaria Municipal	30	Confecção de tapetes e	33.90.39.00.00	1303	R$ 30.000,00

de Saúde		reforma de estofado em cadeiras, macas e diversos		1495 1369 1496 31018	
Secretaria Municipal de Saúde	31	Persianas - Instalação / Manutenção	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	32	Material gráfico e de comunicação visual	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	33	Refeições Embaladas	33.90.30.00.00	1303 1495 1369 31018	R$ 7.200,00
Secretaria Municipal de Saúde	34	Materiais médico hospitalares e insumos para a Rede de Atenção à Saúde do Município de Morretes.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 867.484,28
Secretaria Municipal de Saúde	35	Espaço Físico, Infraestrutura, e Alimentação, Confecção de Brindes e Banner do Evento	3.3.90.39.00.00	1303 1369 1495 1497	R$ 20.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	36	Placas de Veículos	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	37	Material para artesanato	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 31.649,59
Secretaria Municipal de Saúde	38	Materiais, insumos e equipamentos odontológicos	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00 33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 197.679,38
Secretaria Municipal de Saúde	39	Materiais descartáveis	33.90.30.00.00	1369 31018 1303	R$ 52.703,85
Secretaria Municipal de Saúde	40	Gás GLP	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	41	Solução de botão de pânico (central de alarme monitorada)	33.90.39.00.00	1495 1303	R$ 6.498,00
Secretaria Municipal de Saúde	42	Papel A4	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	43	Solução Integrada para Gestão da Assistência Farmacêutica, Atendimento em Saúde, Infraestrutura em Nuvem e Monitoramento da Atenção Básica	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	44	Aquisição de pneus	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369 1499	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	45	Medicamentos Manipulados	33.90.32.00.00	1495 1303 1018 1017	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	46	Extintores de incêndio	33.90.30.00.00	495 303 1018 1017 1499	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	47	Laudos de Raio-X e PACS	33.90.39.00.00	1369 1496 1303	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	48	Reforma Hospital Municipal Dr. Alcídio Bortolin	33.90.39.00.00	1303 100 1009	R$ 950.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	49	Construção UBS Vila das Palmeiras	33.90.39.00.00	1011	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	50	Uniformes para os servidores da Secretaria de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 56.706,50
Secretaria Municipal de Saúde	51	Tonner	33.90.30.00.00	1495/1497/31018/1303	R$ 57.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	52	Mobiliário, equipamentos e correlatos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00	31018 / 1303 / 1369 / 1000 / 1495 / 1499 / 1497 / 1011 / 500	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	53	Divisórias em Drywall e correlatos	33.90.39.00.00	1303 / 1495 / 31005 / 31018 / 1499 / 1369 / 1497	R$ 27.344,82
Secretaria Municipal de Saúde	54	Ferramentas e máquinas	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 1303 / 1011 / 500	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	55	Alimentação Hospitalar	33.90.30.00.00	1339	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	56	Roçadas e podas de árvores e arbustos, capinação, raspagem, varrição e remoção de resíduos.."	33.90.39.00.00	1495 / 1496 / 1303 / 1369	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	57	Insumos para hotelaria - HMM	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	58	Gêneros Cárneos	33.90.30.00.00	1303 / 1369 / 31018 /1496	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	59	Aquisição e instalação de vidros.	33.90.30.00.00 / 33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499	R$ 10.000,00

Secretaria Municipal de Saúde	60	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	33.90.39.00.00	1496 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	61	Aquisição de medicamentos, insumos médico-hospitalares e odontotógicos desertos ou fracassados	44.90.52.00.00 / 33.90.30.00.00 / 33.90.32.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499 / 7010 / 7011	R$ 350.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	62	Licença de uso de software de orçamentação eletrônica e cotação de preços de peças para a frota de veículos	33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 13.146,91
Secretaria Municipal de Saúde	63	Gêneros Alimentícios	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	64	Locação de geradores de energia	33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499 / 7010 / 7011	R$ 250.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	**R$ 10.174.751,43**
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	1	Materiais gráficos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 74.586,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	2	Estruturas para eventos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.293.301,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	3	Materiais de limpeza	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.182,63
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	4	Toners	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 842,72
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	5	Material de expediente	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.286,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	6	Serviços de agenciamento de viagem	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0 12.001.23.695.2177.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	7	Mão de obra terceirizada.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 264.166,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	8	Gasolina, etanol e diesel	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.1	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	9	Serviços de acesso a internet	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.646,96
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	10	Muro de escalada	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	11	Decoração natalina.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 370.212,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	12	Manutenção em equipamentos e utensílios domésticos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 116.126,42
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	13	Confecção de Uniformes	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.2	1000	R$ 4.000,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	14	Aquisição de ventiladores	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.385,04
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	15	Direitos Autorais - ECAD	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.233,74
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	16	Instalação de drywall	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 119.196,56
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	17	Materiais de construção	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.139,64
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	18	Planejamento turístico e metodologia de destinos inteligentes	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	19	Tintas e materiais de pintura	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 49.161,98
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	20	Aparelho de ar condicionado - (Cine Teatro)	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 91.404,78
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	21	Som e iluminação (Cine Teatro)	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	22	Mobiliário de escritório	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 30.275,13
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	23	Política Nacional Lei Aldir Blanc (PNAB)	12.001.13.392.2178.2.240.3.3.50.43.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.36.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.39.00.0	1031	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	24	Fogos de artifício (baixo ruído)	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 58.366,81
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	25	*Coffee Break*	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.544,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	26	Equipamento de Proteção Individual - EPI	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.439,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	27	Calhas e rufos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 33.284,70
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	28	Dedetização, desratização e desinsetização	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 982,47
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	29	Lâmpadas e outros materiais elétricos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 32.322,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	30	Artistas, bandas e grupo musicais	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 235.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	31	Software - Biblioteca	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	32	Profissionais da engenharia e arquitetura.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	33	Sinalização turística	12.001.23.695.2177.2.237.4.4.90.51.00.0 12.001.23.695.2177.2.237.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 430.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	34	Papel sulfite A4	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.982,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	35	Estande em feiras e eventos de promoção turística	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	36	Letreiro instagramável	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00	1000	R$ 15.367,50
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	37	Computadores e impressoras	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 21.600,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	38	Projeção mapeada (video mapping)	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.	1000	R$ 50.933,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	39	Câmara de Arbitragem	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	40	Viação Marumbi - LTDA	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 9.500,00

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	41	Criação de identidade visual	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 27.960,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	42	Aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado	12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	43	Repasse anual à Instância de Governança Regional – Adetur Litoral	12.001.23.695.2177.2236.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	44	Aquisição de Instrumentos e Equipamentos Musicais	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00 / 12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	45	Promoção turística de evento de abertura da temporada de inverno.	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	46	Aquisição de materiais descartáveis	12.001.04.122.0040.2086.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	47	Locação de mobiliário	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.805,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	48	Aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, lixeiras, equipamentos e demais materiais permanentes	12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 118.447,36
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	**R$ 4.045.368,85**
Secretaria Municipal de Educação	1	Transporte Escolar	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0210.2.023.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.367.0210.2.031.3.3.90.39.00.0	1000/1103/1104/ 1110/1043/1107	R$ 3.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação	2	Apostilas, formulário e certificados	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39 .00.0	1000/1103/ 1104/1107	R$ 241.000,00
Secretaria Municipal de Educação	3	Projetos Educacionais em Tempo Integral	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1044	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Educação	4	Equipamentos Eletrônicos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 1.300,00
Secretaria Municipal de Educação	5	Emenda Impositiva - Aquisição de Uniformes e Kits escolares	06.001.12.361.0190.2.201.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 293.292,93
Secretaria Municipal de Educação	6	Emenda Impositiva - Aquisição de armários e estantes	06.001.12.361.0190.2.186.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104	R$ 29.329,30
Secretaria Municipal de Educação	7	Camisetas formando PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.32.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 28.000,00
Secretaria Municipal de Educação	8	Decoração de formatura - PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Educação	9	Utensílios Domésticos e Materiais de Copa e Cozinha	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 119.025,42
Secretaria Municipal de Educação	10	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 608.050,00
Secretaria Municipal de Educação	11	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios não perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 569.696,20
Secretaria Municipal de Educação	12	Merenda Escolar - Hortifrutigrangeiros	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 523.012,00
Secretaria Municipal de Educação	13	Merenda Escolar - Panificados	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 203.314,00
Secretaria Municipal de Educação	14	Merenda Escolar - Agricultura Familiar	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1103/1104/1107/1042/31042	R$ 278.616,00
Secretaria Municipal de Educação	15	Contratação de empresa pra prestação de serviços de limpeza de caixas d'agua, caixas de gorduras e fossas	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 9.097,40
Secretaria Municipal de Educação	16	Contratação de aluguel de imóvel para realocação escolar temporária	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 48.000,00
Secretaria Municipal de Educação	17	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	06.001.12.361.0210.2019.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 125.551,24
Secretaria Municipal de Educação	18	Aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter		1103/1104	R$ 68.711,20
Secretaria Municipal de Educação	19	Bandeiras tipo: Nacional, Estadual e Municipal	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Educação	20	Aquisição de mobiliário escolar - Escola Mun. Dulce Seroa da Mota Cherobin	6.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 358.665,46
Secretaria Municipal de Educação	21	Materiais descartáveis	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	22	Ferramentas e equipamentos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Educação	23	Instalação elétrica, sistemas de ventilação com entrada de energia elétrica trifásica em atendimento a rede básica de ensino	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 30.807,80
Secretaria Municipal de Educação	24	Construção e ampliações de escolas municipais - Escola Arlindo	06.002.12.361.0190.1002	11005/1009	R$ 2.387.054,97
Secretaria Municipal de Educação	25	Materiais de Artesanato	06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.30.00.00 06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00 06.001.12.365.0220.2020.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1041	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	26	Mão de Obra com Dedicação Exclusiva	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Educação	27	Combustivel - Gasolina e Diesel S10	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1043	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Educação	28	Serviços e peças - Manutenção veicular	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1044	R$ 30.000,00

Secretaria Municipal de Educação	29	Extintor e material de segurança	.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**R$ 6.162.733,25**
Secretaria Municipal de Esporte	1	Aquisição de material esportivo	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	2	Aquisição de material de limpeza	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	3	Aquisição de material de expediente	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	4	Aquisição de material de construção	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	5	Aquisição de lâmpadas e materiais elétricos	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	6	Equipamentos de informática	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	7	Aquisição de uniformes	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	8	Aquisição de tintas e material de pintura	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	9	Serviço de chaveiro e aquisição de fechadura	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	10	Serviços gráficos	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	11	Material de copa e cozinha	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	12	Instalação e manutenção de vidros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	13	Aquisição de eletrodomésticos, mobiliário e aparelho de ar condicionado	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	14	Aquisição de extintores, recargas e acessórios	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	15	Limpeza de caixa d'água	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 /	1000	R$ 1.000,00

			15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Esporte	16	Aquisição de água	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	17	Aquisição de coffee break	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Esporte	18	Placa veicular	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	19	Material permanente	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	20	Material de primeiros socorros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	21	Instalação do Projeto Meu Campinho	15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0 / 15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0	1105/1009	R$ 1.254.675,09
Secretaria Municipal de Esporte	22	Transporte esportivo	15.001.27.812.2190.2264.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 44.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	23	Reforma da Quadra Poliesportiva Marcy Alves Pinto	15.001.27.812.1520.1025.4.4.51.00.00	1000	R$ 21.100,00
Secretaria Municipal de Esporte	24	Construção de Pista de Skate	15.001.27.812.1520.1027.4.4.90.51.00.00	11005	R$ 216.000,12
Secretaria Municipal de Esporte	25	Prestação de serviço de gestão de frota	15.001.27.122.2189.2032.3.3.90.30.00.00 15.001.27.812.2190.2262.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 1.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	**R$ 781.500,00**
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	1	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gás GLP	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	2	Contratação de empresa especializadas para aquisição de motor de popa e bote inflável e remos em atendimento à equipe da defesa civil do Município de Morretes/PR	16.001.06.182.2183.2.258.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	3	Contratação de empresa especializada para aquisição de barracas modular desmontável - dimensões 4,6mx5,5m x2,5m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	4	Contratação de Empresa especializada na aquisição de aparelhos e equipamento de comunicação (radio DMR)	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	5	Contratação de Empresa para fornecimento de telhas fibrocimento 2,44x500x4mm 9ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16..001.06.182.2181.2.255.3.3.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	6	Contratação de Empresa para fornecimento de Bobina plástica, preta 4x100m (ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16.001.06.182.2181.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	7	Contratação de empresa especializada para aquisição de tenda sanfonada em pvc. - Dimensões 6mx3m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	8	Contratação de empresa especializada para aquisição de barreiras de contenção em metro.	16.001.06.182.2181.2. 255..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência	9	Contratação de empresa especializada para aquisição	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00,0	1000	R$ 2.000,00

Climática			de gerador.			
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	10	contratação de empresa especializada para fornecimento deaquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	11	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	16.001.06.122. 0040..2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	12	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais.	16.001.606.182.2181.2.255.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	13	Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de informática	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos que pertencem à Prefeitura Municipal.	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	15	Contratação de empresa especializada para aquisição de cesta básica (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2182.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	16	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000a	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	17	Contratação de empresa especializada para aquisição de Material de Construção	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	18	Contratação de empresa especializada para aquisição de maquinários e equipamentos em geral (motoserra, soprador- para dar a primeira resposta em virtude de um evento climático)	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.90.52.00.10	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	19	Contratação de empresa especializada para aquisição de colchoes (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	20	Contratação de empresa especializada para aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	16.001.06. 182..2183.2. 257..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	21	Contratação de empresa especializado para aquisição de materiais gráficos diversos, compreendendo banners, faixas e demais peças de comunicação visual	16.001.06.182.2183,2.257.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	22	Contratação o de empresa especializada para fornecimento de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	23	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	24	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município.	16.001.06.1822182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	25	Contratação de empresa para fornecimento de material de Higiene e limpeza.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	26	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota. Municipal.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.295,14
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	27	Contratação de empresa especializada no fornecimento de aparelhos celular.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de	Municipal Resiliência	28	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00

Climática					
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	29	Aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	30	Aquisição de materiais descartáveis	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	31	Aquisição de ferramentas e equipamentos	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	32	Aquisição e instalação de extintores e acessórios	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	33	Contratação de empresa especializada para a remoção integral da cobertura e estrutura metálica da quadra de esportes do Município de Morretes	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 109.449,49
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	34	Serviços técnicos automotivos especializados (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânicos e elétricos	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$50.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	35	Serviços técnicos automotivos especializados (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânicos e elétricos	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	36	Aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, lixeiras, equipamentos e demais materiais permanentes	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 19.521,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA	**R$ 34.795,14**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para coleta de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 1.573.878,37
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para destinação de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 850.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	3	Contratação de prestação de serviços de coleta, triagem, reciclagem e comercialização de lixo reciclável por parte de associação	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 97.529,95
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	4	Contratação de empresa realizar o Transporte Coletivo	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 702.375,06
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	5	Contratação de estabelecimento médico veterinário para a realização de castração de cães e gatos.	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 68.200,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	6	Contratação de Empresa para realizar serviços de roçada, capina, varrição e podas.	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 210.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	7	Aquisição de Flores, Vegetação, Árvores, Terra e Complementos	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	8	Contratação de Empresa Especializada para a elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 4.250.00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	9	Aquisição de esteira de separação de resíduos recicláveis e esteira de elevação de resíduos.	4.4.9.0.52.00.00	31015,31072	R$ 49.499,99
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	10	Aquisição de Terra Preta e Adubos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	11	Contratação de empresa especializada para elaboração de PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 29.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	12	Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Saneamento - Programa Itaipu Mais que Energia	3.3.90.39.00.00.	1000, 31072, 31015	R$ 234.198,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	13	Construção de UVR - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	1000,31072, 31015	R$ 1.600.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	14	Contratação de Empresa para Realizar a Elaboração do Plano de Mobilidade e	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 297.624,94

		Transporte Público			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	15	Contratação de Empresa(s) para Estruturação como Planta Saneamento, Genérica de Valores, Voo, Atualização Cadastral, Banco de Dados, Informatização e Relacionados	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	16	Abastecimento de Água Potável -Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	31015, 31072	R$ 192.999,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	17	Fornecimento de Combustível para Diesel e Arla	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	18	Fornecimento de Combustível Diesel S10, Diesel 500, Arla e Gasolina.	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	19	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 90.774,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	20	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 57.327,84
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	21	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	22	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	3.3.90.39.00.00. 3.3.90.30.00.00	1510	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	23	Aquisição de Material de Limpeza e Higiene	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	24	Aquisição de Material de Construção	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	25	Aquisição de Material de Expediente	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	26	Fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa (banco de preços)	3.3.90.39.00.00	1510	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	27	Aquisição de Material de Pintura e Tintas	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	28	Contratação de empresa especializada para serviços de dedetização de desratização	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 108,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	29	Contratação de Serviços de Empresa de Propaganda Volante	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	30	Aquisição de Toners e cartuchos de tintas para impressora	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 600,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	31	Aquisição de Equipamentos de Informática, notebook e computador	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 22.865,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	32	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, substituição, manutenção e limpeza de calhas, rufos e condutores,	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	33	Aquisição de Lâmpadas e Materiais Elétrico	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	34	Aquisição de uniformes	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 49.741,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	35	Aquisição de EPIs	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 51.162,50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	36	Aquisição de coffee-break	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 2.305,78
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	37	Aquisição de Tablet	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 5.345,85
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	38	Contratação de empresa especializada em construção civil para reforma e revitalização da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança.	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 300.458,68
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	39	Contratação de empresa especializada no fornecimento de vacinas antirrábicas, vacina polivalente, medicamento vermífugo, medicamento antipulga, medicamento anticarrapato e fornecimento de ração para atendimento do Programa de Atenção Animal - PATA e emendas impositivas	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 122.622,22
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	40	Contratação da Associação para coleta de Recicláveis - ACOMAREM	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.360,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e	41	Contratação de empresa especializada para prestação	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 1.800.000,00

Urbanismo		de serviços de limpeza pública no Município de Morretes Pr.			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	43	Contratação de Empresa para Aquisição de Gás Doméstico para o Funcionamento dos setores da Secretaria	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.071,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	44	Aquisição de Material Gráfico	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.455,04
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	45	Aquisição de papel sulfite tamanho A4	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	46	Aquisição de Material e Insumos Hospitalares	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.783,80
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	47	Contratação de empresa especializada em instalação de biodigestor pequeno porte	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.370,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	48	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, transporte e destinação final de efluentes e resíduos sépticos, por meio de caminhão tipo limpa fossa, com tanque de sucção a vácuo e bomba de alta pressão	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.400,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	49	Contratação de empresa especializada em esterilização cirúrgica de cães e gatos com microchipagem.	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	50	Contratação de Câmara de Arbitragem	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	51	Contratação de empresa especializada na confecção de placas veiculares no padrão MERCOSUL,	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 426,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	52	Aquisição de Pneus e Itens de Borracharia	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 14.123,92
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	53	Aquisição de Gerador de Energia	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	54	Aquisição de Roçadeira	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 13.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	55	Aquisição de ferramentas e equipamentos	4.4.90.52.00.00	1009 1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	56	Aquisição de flores, plantas e insumos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	57	Aquisição de espelhos convexos	3.3.90.30.00.00	1009	R$ 7.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	58	Aquisição e instalação de extintores, recargas e manutenção, seus acessórios e placas de identificação e segurança	3.3.90.30.00.00 3.3.90.39.00.00. 4.4.90.52.00.00	1510 1000	R$ 6.424,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	59	Aquisição de placas de sinalização de sinalização viária	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 24.300,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	60	Reforma e Manutenção de Caminhão Baú	3.3.90.39.00.00	1510	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	61	Aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, lixeiras, equipamentos e demais materiais permanentes	4.4.90.52.00.00	1000 1009	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	62	Aquisição de Capinadeira Varredora Hidráulica	4.4.90.52.00.00	1009	R$ 56.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	**R$ 10.075.192,68**
Secretaria Municipal de Infraestrutura	1	Prestação de serviços continuados envolvendo o sistema de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 291.583,70
Secretaria Municipal de Infraestrutura	2	Software de gestão de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 79.224,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	3	Levantamento topográfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 22.500,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	4	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 205.830,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	5	Pavimentação em Pavimento Rígido da Estrada da América	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009 -	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	6	Aquisição de EPI's e uniformes, destinados ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 133.524,50
Secretaria Municipal de Infraestrutura	7	Aquisição de materiais elétricos ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 579.645,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	8	Aquisição de Bica Corrida	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 600.000,00

Secretaria Municipal de Infraestrutura	9	Sondagem ISC e SPT	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 129.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	10	Pavimentação de vias Urbanas em CBUQ	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	11	Aquisição materiais de construção.	09.001.15.4.51.0240.2.0.58.3.3.90.3.0.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 226.804,15
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12	Locação de Máquinas Pesadas, Equipamentos Rodoviários, para execução de Serviços de manutenção das estradas rurais e vias urbanas, bueiros, serviços agrícolas	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	13	Aquisição complementar de materiais elétricos, destinados a Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 216.698,90
Secretaria Municipal de Infraestrutura	14	Fornecimento de combustível para abastecimento	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 108.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	15	Fornecimento de combustível para abastecimento de veículos da frota	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 324.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	16	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 386.137,30
Secretaria Municipal de Infraestrutura	17	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 568.090,44
Secretaria Municipal de Infraestrutura	18	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Infraestrutura	19	Serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	20	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	21	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	22	Aquisição de Tablet	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.52.00.00	1507	R$ 22.566,24
Secretaria Municipal de Infraestrutura	23	Câmeras de Monitoramento	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.39.00.00	1507	R$ 823.185,12
Secretaria Municipal de Infraestrutura	24	Pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005	R$ 7.349.827,73
Secretaria Municipal de Infraestrutura	25	contratação com câmaras de arbitragem	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.532,46
Secretaria Municipal de Infraestrutura	26	Material Gráfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 13.758,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	27	Aquisição de pré-moldados de concreto (manilhas, blocos e meios-fios)	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 885.785,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	28	Aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter	09.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 14.421,49
Secretaria Municipal de Infraestrutura	29	Aquisição de rolo compactador	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1105/1504	R$ 630.666,67
Secretaria Municipal de Infraestrutura	30	Pavimentação de vias urbanas – Programa Asfalto Novo Vida Nova	009.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 19.612.855,56
Secretaria Municipal de Infraestrutura	31	Parques no Município de Morretes	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0 / 009.001.15.451.1514.1.008.4.4.90.51.00.0	1009	R$ 1.320.050,29
Secretaria Municipal de Infraestrutura	32	Aquisição De Materiais Descartáveis	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 89,20
Secretaria Municipal de Infraestrutura	33	Aquisição de ferramentas e equipamentos	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0/09.0 01.15.451.1514.1008.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 73.113,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	34	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de rastreamento e monitoramento eletrônico veicular e de máquinas, por meio de tecnologia GPS, incluindo o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de dispositivos rastreadores, bem como a disponibilização de plataforma de gestão de frota via web e/ou aplicativo, com monitoramento em tempo real, geração de relatórios e demais funcionalidades de controle operaciona	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.003,88
Secretaria Municipal de Infraestrutura	35	Aquisição através do Sistema de Registro de Preços de CBUQ pronto, em sacos com 25 Kg cada, para ser aplicado a frio, em operações de tapa buracos em vias pavimentadas deste Município	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000/1504 e 1510	R$ 68.610,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	36	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de orçamentação eletrônica e cotação de preços de peças para veículos leves, utilitários, caminhões e máquinas pesadas, incluindo implantação, treinamento,	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.	1000	R$ 26.100,60

		suporte técnico, manutenção e atualização do banco de dados			
Secretaria Municipal de Infraestrutura	37	Arla 32 Galão 20 litros	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.	1000	R$ 960,32
Secretaria Municipal de Infraestrutura	38	Contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia visando a remoção do canteiro central da Rua Padre Saviniano e implantação de pavimentação em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente)	09.001.26.782.0330.1009.4.4.90.51.00.00	1000 1009	R$ 83.953,01
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**R$ 13.421.101,32**
Procuradoria	1	prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos atos legais	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.783,60
Procuradoria	2	fornecimento de galão de água de 20 L (20 litros)	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.091,65
Procuradoria	3	Aquisição e aplicação de insulfilm nas dependências da PGM	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.01	1000	R$ 1.580,20
Procuradoria	4	capacitação para servidores municipais, no formato in company	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 384.761,72
Procuradoria	5	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.967,42
Procuradoria	6	Câmara de Arbitragem	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.538,00
Procuradoria	7	Assinatura anual de acesso à ferramenta que contempla conjunto de soluções e trabalhos intelectuais técnico-profissionais especializados	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.917,30
Procuradoria	8	Capacitação de alta performance da Faculdade Unypública, destinada a servidores, gestores e líderes que desejam desenvolver equipes de ata performance dentro da gestão pública moderna	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.400,00
Procuradoria	9	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral-IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.793,00
Procuradoria	10	aquisição de mobiliário corporativo,	03.001.02.062.0040.2.006.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 22.960,74
Procuradoria	11	01 (um) forno micro-ondas	03.001.02.062.0040.2.006.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 617,00
				PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE MORRETES	**R$ 415.522,59**
Secretaria Municipal da Fazenda	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 270.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	3	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em atendimento às Secretarias Municipais.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal da Fazenda	4	contratação de empresa especializada para fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 10,	04.001.04.123.0040.2. 007..3.3.90.30.00.0	1000	
Secretaria Municipal da Fazenda	5	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal da Fazenda	6	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 60.004,64

		municipais			
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Contratação de AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão 031/2025	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.000.0	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal da Fazenda	8	Aquisição de 01 frigobar destinados aos servidores	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1009	R$ 15.794,91
Secretaria Municipal da Fazenda	9	Aquisição de Material de Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal da Fazenda	10	Aquisição de material de limpeza na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes,	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal da Fazenda	11	Contratação com Câmara de arbitragem, com intuito de implantar este sistema om resolução de conflitos.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	12	Aquisição de equipamentos de Informática, na modalidade Pregão eletrônico n°25/2025	02.001.04.122.0040.2.007.3.3.90.30.00.00 / 02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 174.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	13	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Morretes, pelo período de 12 (doze) meses.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	14	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1000/1009	R$ 48.687,68
Secretaria Municipal da Fazenda	15	Contratação de empresa especializada em mentoria e orientação aos servidores públicos na execução de atividade de alta complexidade, com foco na alimentação, parametrização e geração dos arquivos destinados à prestação de contas aos órgãos de controle externo, a fim de atender às demandas constantes da agenda de obrigações	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000/3002/3511	R$ 63.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	16	Aquisição de móveis eletrodomésticos, eletrônicos, lixeiras, equipamentos e demais materiais permanentes	04.001.04.123.0040.2007.4.4.90.52.00.00 04.001.04.123.0040.2007.4.4.90.52.00.00	1000 1009	R$ 14.180,54
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	**R$ 4.289.696,06**
Secretaria Municipal de Agricultura	1	Aquisição de tintas e material de pintura, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	2	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender a Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano. EMPRESA DESINRAT	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	4	Aquisição De Material De Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	5	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	6	Aquisição de ventiladores em atendimento as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 1(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	7	Aquisição de material de expediente, papelaria e	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	fontes: 1000/1510/1511	R$ 1.600,00

		material de informática, através do sistema de registro de preços, para atender as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 01(um) ano			
Secretaria Municipal de Agricultura	8	Contratação de serviços de empresa de propaganda volante, para a produção e veiculação de áudio em veículo automotivo para divulgação de comunicados e propagação de trabalhos com a comunidade.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	9	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S10	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	10	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S500 e gasolina	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	11	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes - operacional	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 217.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	12	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes operacionais - técnico e administrativo	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 70.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	13	Contratação de Empresa especializada em gerenciamento de frotas para Manutenção, Fornecimento de Peças, Acessórios e Materiais de Reposição Automotivos e outros	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	14	Contratação de empresa especializada em limpeza, roçada, varredura	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	15	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos, com fornecimento de peças e mão de obra - ar condicionado e geladeira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	16	Aquisição de gêneros alimentícios de panificação: pães, lanches e itens para realização de Coffee Break; em atendimento as Secretarias Municipais do Município de Morretes	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	17	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 21.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	18	Aquisição de uniformes	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.800,00
Secretaria Municipal de Agricultura	19	Aquisição de EPI's	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.200,00
Secretaria Municipal de Agricultura	20	contratação de empresa para a realização de eventos como festa feira, palcos, banheiros químicos, tendas, brigadistas, placas indicativas e orientativas, extintores	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 400.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	21	contratação de empresa especializada no fornecimento de madeira, sombrite e demais materiais necessários para a estrutura barracas da festa feira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	22	contratação de empresa especializada em montagem e desmontagem de barracas festa feira e portais do evento	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	23	Aquisição de toners para impressoras	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	24	Aquisição de gás GLP de 13 kg	00/01/1900	1000	R$ 1.171,50
Secretaria Municipal de Agricultura	25	Câmara de Arbitragem	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Agricultura	26	Aquisição de insumos (calcário, adubo orgânico), à população de produtores rurais - CONVENIO 716/2025/SEAB	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/11005	R$ 629.802,98
Secretaria Municipal de Agricultura	27	Contratação de Empresas para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia, novos e de primeira linha de fabricação, para utilização em manutenções de veículos e máquinas pesadas,	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 125.000,00

		pertencentes à frota municipal para fornecimento de Pneus novos e de primeira linha de fabricação.			
Secretaria Municipal de Agricultura	28	Aquisição de ferramentas e equipamentos	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	29	Aquisição e instalação de extintores de incêndio, recargas, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de acessórios, placas de identificação e sinalização de segurança.	11.001.04.122.0300.2066.3.3.90.30.00.00	1511	R$ 600.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	30	Aquisição de caminhão prancha novo, zero quilometro e sem uso anterior	11.001.04.122.0300.2.066.4.4.90.52.00.01	1000	R$ 1.080.666,70
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**R$ 2.481.612,94**
Secretaria Municipal de Ação Social	1	Água Mineral	8001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050, 941	R$ 490,00
Secretaria Municipal de Ação Social	2	Imóvel Sede do Conselho Tutelar de Morretes	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.36.00.0	1000	R$ 26.100,00
Secretaria Municipal de Ação Social	3	Imóvel Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 54.240,00
Secretaria Municipal de Ação Social	4	Aviamentos e matérias para artesanatos	08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	5	Cestas Básicas	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0/08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1000/770	R$ 268.749,00
Secretaria Municipal de Ação Social	6	Equipamentos Musicais	08.001.08.244.0110.2.094.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 43.244,24
Secretaria Municipal de Ação Social	7	Serviços funerários	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00. 00..0	1000,77	R$ 170.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	8	Material de Expediente	Red. 92 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00. 1000	1000	R$ 7.508,60
Secretaria Municipal de Ação Social	9	Gás GLP	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0;	934,940,941,1000,31050,1005,31005,31105	R$ 4.515,00
Secretaria Municipal de Ação Social	10	Gêneros não perecíveis	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;	Fonte: 934,941,1005,1050,1000	R$ 8.305,26
Secretaria Municipal de Ação Social	11	Gerenciamento de Frotas	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	934, 940, 941, 1000, 1005,31005,31105	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	12	Higiene e limpeza	05.001.04.122.00.40.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 26.423,62
Secretaria Municipal de Ação Social	13	Hortifruti	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	941	R$ 31.919,30
Secretaria Municipal de Ação Social	14	KIT Lanches	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1005 / 934 / 940 /1000 / 770	R$ 8.680,00
Secretaria Municipal de Ação Social	15	Material de construção	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.216.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 / 941 / 1005/ 770 / 1050	R$ 34.121,98
Secretaria Municipal de Ação Social	16	Materiais Elétricos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 /941 /770 / 1000 / 1000 / 940 / 31050 / 31050 / 1005	R$ 3.850,57
Secretaria Municipal de Ação Social	17	Instituição de Longa Permanência para Idosos	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	941, 1000	R$ 182.400,00
Secretaria Municipal de Ação Social	18	Serviços de Mão de Obra Terceirizada	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.00.	934	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	19	Roçada e podas de árvores	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0;	770,940,941,934,1000,1005	R$ 86.403,34

			08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Ação Social	20	Veículo zero KM	08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0	940	R$ 148.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	21	Calhas e Rufos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.36.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	934/ 940/ 941/ 1000/1005/ 31005	R$ 18.871,30
Secretaria Municipal de Ação Social	22	Câmaras de Arbitragem	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	23	Cárneos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.127,00
Secretaria Municipal de Ação Social	24	Combustível	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0	1000 770 934 940 941 1050 1005	R$ 75.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	25	Dedetização, desratização e desinsetização	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000 /770	R$ 1.403,90
Secretaria Municipal de Ação Social	26	Drywall	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000 / 940 / 941 / 934 /1005	R$ 21.345,46
Secretaria Municipal de Ação Social	27	Equipamento de Informática	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.	1005	R$ 38.110,80
Secretaria Municipal de Ação Social	28	Material Gráfico	08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	936 / 770 /1000/e 1005 / 105/ 934/ 940	R$ 20.145,40
Secretaria Municipal de Ação Social	29	Mobiliários em geral	08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0	1000 -/ 941/ 934 / 31005	R$ 47.420,85
Secretaria Municipal de Ação Social	30	Panificação: Pães, lances e itens para *Coffeebreak*	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0;	941	R$ 53.962,78
Secretaria Municipal de Ação Social	31	Propaganda volantes	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.079.3.3.90.39.00.0;	1000/ 770 / 934/ 940/ 941 / 1050/ 1005	R$ 3.359,62

			08.001.08.244.0110.2.080.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Ação Social	32	Rastreamento de Veículos	743 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.312,20
Secretaria Municipal de Ação Social	33	Uniformes e vestuários	740 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	934	R$ 21.366,15
Secretaria Municipal de Ação Social	34	Papel A4	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	940	R$ 10.350,00
Secretaria Municipal de Ação Social	35	Oficinas Culturais	08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.00	1005	R$ 129.836,16
Secretaria Municipal de Ação Social	36	Construção de Casas - programa Minha Casa Minha Vida	08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00; 08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00.	1009	R$ 3.172.669,14
Secretaria Municipal de Ação Social	37	Construção do CREAS	08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00; 08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00.	1018	R$ 836.828,38
Secretaria Municipal de Ação Social	38	Manutenção de Ar Condicionado	08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.30.00.0, 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	941 / 934 / 641 /651 / 940	R$ 21.430,71
Secretaria Municipal de Ação Social	39	Aquisição de Pneus	8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.002.08.243.0100.2053.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0110.2075.3.3.90.30.00.00	934, 941, 1000, 9406	R$ 8.996,00
Secretaria Municipal de Ação Social	40	Aquisição de Uniformes para Oficinas	8.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 13.934,80
Secretaria Municipal de Ação Social	41	Prestação de Serviços para instalação de espelho e barra para Oficina de Ballet	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 8.116,00
Secretaria Municipal de Ação Social	42	Capacitação para Implementação dos serviços Família Acolhedora	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 27.700,00
Secretaria Municipal de Ação Social	43	Curso de Defesa Pessoal para Mulheres			R$ 6.312,00
Secretaria Municipal de Ação Social	44	Aquisição de Descartáveis	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	45	Aquisição de Ar Condicionado	08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	46	Aquisição e instalação de extintores de incêndio, recargas, manutenção preventiva e corretiva, etc.	08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	47	Aquisição de *tonners*	08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	934, 940, 941, 1000	R$ 9.960,99
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	**R$ 5.820.549,56**
Secretaria Municipal de Administração	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.233.553,14
Secretaria Municipal de Administração	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 789.688,32
Secretaria Municipal de Administração	3	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 966.719,05
Secretaria Municipal de Administração	4	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal de Administração	5	Contratação de Empresa Jornalística Especializada Para a Prestação de Serviço de Publicações de avisos de Licitações e Afins, em Jornal de Grande Circulação no Estado do Paraná.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 57.480,00
Secretaria Municipal de Administração	6	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de backup, armazenamento, processamento e transmissão de dados em nuvem, com disponibilidade de 02 (terabytes) de espaço virtual em servidor	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.105,29
Secretaria Municipal de Administração	7	Contratação de Empresa especializada para desenvolvimento, hospedagem e manutenção do website em conformidade com a Lei Federal de acesso à Informação nº 12.527/11.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 3.069,60
Secretaria Municipal de Administração	8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00

		DE INFORMÁTICA			
Secretaria Municipal de Administração	9	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal de Administração	10	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 786.000,00
Secretaria Municipal de Administração	11	AQUISIÇÃO DE LAMPADAS E MATERIAIS ELÉTRICOS	05.001.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 416.904,58
Secretaria Municipal de Administração	12	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00, 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 254.264,79
Secretaria Municipal de Administração	13	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.004.250,00
Secretaria Municipal de Administração	14	Contratação de empresa especializada, fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal web, com acesso ilimitado de usuários, e suporte técnico	05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	15	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal de Administração	16	Aquisição de Material de Construção	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal de Administração	17	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal de Administração	18	Cessão do Direito de Uso do Licenciamento do ECONSIG- Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Administração	19	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para os estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 307,20
Secretaria Municipal de Administração	20	Contratação Especializada na Prestação de Serviços com Foco na Inclusão Socioeconômica e Eficiência em compras Públicas no Município de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 76.852,80
Secretaria Municipal de Administração	21	Aquisição de material de limpeza	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal de Administração	22	AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal de Administração	23	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Assinatura de Ferramenta de Pesquisa e Comparação de Preços Praticados Pela Administração Pública	05.001.04.122.00.40.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 73.800,00
Secretaria Municipal de Administração	24	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota municipal, através de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.429.120,77
Secretaria Municipal de Administração	25	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.615.708,35
Secretaria Municipal de Administração	26	Câmaras de arbitragem, com o intuito de implantar este sistema de resolução de conflitos, considerando as disposições da lei 14.133/2021, bem como a lei complementar municipal nº 47/2021, decreto municipal nº 149/2021 e lei federal nº 9.307/1996, com redação pela lei nº 13.129/15.	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Administração	27	Aquisição de aparelhos telefônicos celulares, desbloqueados, tipo smartphone Android, incluídos todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 15.000,00

Secretaria Municipal de Administração	28	Aquisição de Papel A4	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal de Administração	29	Aquisição de Gás GLP	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.400,00
Secretaria Municipal de Administração	30	Reforma da Pavimentação da Sede do Corpo de Bombeiros localizada no município de Morretes	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 35.600,00
Secretaria Municipal de Administração	31	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município de Morretes/PR	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 11.520,00
Secretaria Municipal de Administração	32	Aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 78.933,00
Secretaria Municipal de Administração	33	Reforma da Sede da Prefeitura Municipal de Morretes - Rua Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro - Morretes.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Administração	34	Capacitação dos servidores da Prefeitura Municipal nos temas de: licitações e contratos administrativos, processos administrativos disciplinares, contabilidade pública, cálculos judiciais, convênios.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	35	Contratação de Instituição especializado no treinamento e capacitação do corpo efetivo no desenvolvimento e aprimoramento na análise de gastos com pessoal, atividade e-Social e Lei Geral de Proteção de Dados.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Administração	36	Aquisição de equipamento obrigatório para manutenção e extensão de rede de energia elétrica, conforme padrão exigido pela fornecedora, Companhia Paranaense de Energia – Copel.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 105.000,00
Secretaria Municipal de Administração	37	Contratação de serviços de chaveiros, aquisição de fechadura	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 35.000,00
Secretaria Municipal de Administração	38	Contratação de serviços gráficos, aquisição de banners, faixas, adesivos, crachás	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 62.725,59
Secretaria Municipal de Administração	39	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	40	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E INSUMOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	41	AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO E BOBINA DE PAPEL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 109.000,00
Secretaria Municipal de Administração	42	AQUISIÇÃO DE CÂMERAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Administração	43	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Administração	44	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Administração	45	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM DRYWALL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	46	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Administração	47	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Administração	48	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIDROS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	49	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, GABINETE MODULAR, ELETRODOMESTICOS E APARELHO DE AR CONDICIONADO	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal	50	AQUISIÇÃO DE	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 15.000,00

de Administração		EXTINTORES, RECARGAS E ACESSORIOS			
Secretaria Municipal de Administração	51	Dispensa da empresa Correios e Telégrafos	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 15.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**R$ 17.939.903,63**
Controladoria Geral do Município	1	Terceirização de mão-de-obra de Serviços Administrativos	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	25.000,00
Controladoria Geral do Município	2	Capacitação e treinamento	14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	3	Manutenção de aparelhos de ar-condicionado	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	4	Manutenção de equipamentos de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	5	Locação de impressoras	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	6	Material de expediente	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	3.000,00
Controladoria Geral do Município	7	Toner e material de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	1.500,00
Controladoria Geral do Município	8	Combustível	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	9	Material de construção para manutenção	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	10	Equipamento de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	11	Aparelho celular	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	12	Frigobar	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	13	Mobiliário de escritório	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	14	Contratação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação a transparência pública	14.001.04.122.0202.2005.3.3.90.39.00.00	1000	38.640,00
				TOTAL CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE MORRETES	**R$ 58.500,00**

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C0EFED79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 333/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 78/2026**, **processo administrativo nº 7475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e cartuchos para impressora.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 23.638.517/0001-06

LOTE: 2 e 3

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
2	1	LAPELAS, KIT PROFISSIONAL COM 2 MICROFONES LAPELA UHF 50-15 KHZ SEM FIO, COR PRETO	cnf edital	UN	10	R$ 369,0000	R$ 3.690,00
3	1	FONE HEADSETS CINTO 96 CANAIS, COM CANCELAMENTO DE RUÍDO, COM MICROFONE, ALTO – FALANTE ESTÉREO, SOM SUPERIOR E ILIMITADO, CONFORTÁVEL E PRÁTICO, DURAÇÃO DA BATERIA COM NO MÍNIMO 10 HORAS, ALCANCE SEM FIO DE APROXIMADAMENTE 20 METROS, COM CONECTORES USB, CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 95 CM COM CONECTORES USB, CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 95 CM	cnf edital	UN	10	R$ 399,0000	R$ 3.990,00

Valor Total Homologado – R$7.680,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 As solicitações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma global, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.
2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Conformidade com normas técnicas (ABNT / ISO)
- Certificação do INMETRO
- Manual de uso
- Termo de garantia, a empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.
- Identificação do fabricante/importador
- Número de série ou lote
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, Rua Barão do Rio Branco, Nº 765, Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000., os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, telefone para contato – (42) 3909-5016.

2.4 - Condições de garantia e assistência técnica:
2.4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos desta contratação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega dos itens mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.6.1 Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.6.2. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, conforme descrito no termo de referência.

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Maria Eduarda Dziadzio
Fernanda Caroline Zarpellon.

Casdatro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

MICHELLE DO ROCIO BROGGIAN
Fiscal De Contrato

MARIA EDUARDA DZIADZIO
Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E	764	23.638.517/0001-06	1.000,00	369,00		Sim
2 SMARTIASTOR	920	51.784.579/0001-61	1.000,00	470,00	27,37	Sim
3 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	753	60.424.559/0001-70	1.000,00	499,00	6,17	Sim
4 MVB MUSIC LTDA	361	39.432.161/0001-90	1.000,00	509,00	2,00	Sim
5 FERNANDES PROFETA ATACADISTA	814	63.855.461/0001-66	1.000,00	524,41	3,03	Sim
6 LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	564	53.953.936/0001-01	750,00	750,00	43,02	Sim
7 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	219	48.099.152/0001-10	1.000,00	750,00	0,00	Sim
8 NOVA COMPANY LTDA	249	63.720.770/0001-29	975,00	950,00	26,67	Sim
9 RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E	762	53.600.991/0001-00	1.000,00	970,00	2,11	Sim
10 EMGESA EMPRESA DE	672	32.005.178/0001-11	999,00	999,00	2,99	Sim
11 CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS	145	36.839.023/0001-31	1.000,00	1.000,00	0,10	Sim
12 TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA	499	10.828.263/0001-47	1.000,00	1.000,00	0,00	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E	601	23.638.517/0001-06	683,36	399,00		Sim
2 NOVA COMPANY LTDA	137	63.720.770/0001-29	620,00	620,00	55,39	Sim
3 LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	317	53.953.936/0001-01	680,00	680,00	9,68	Sim
4 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	788	48.099.152/0001-10	683,00	682,00	0,29	Sim

5 EMGESA EMPRESA DE	026	32.005.178/0001-11	683,00	683,00	0,15	Sim
6 RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E	832	53.600.991/0001-00	683,00	683,00	0,00	Sim
7 CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS	960	36.839.023/0001-31	683,36	683,36	0,05	Sim
1 DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E	601	23.638.517/0001-06	683,36	399,00		Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:761AAC89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 78/2026**, **processo administrativo nº 7475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e cartuchos para impressora.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA
CNPJ: 48.099.152/0001-10

LOTE: 4 e 5

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	1	MICROFONES COM FIO DE MÃO DINÂMICO, COM ALTA RESOLUÇÃO, DISPOSITIVOS COMPATÍVEIS XLR, FREQUÊNCIA MÁXIMA 15 HZ, FREQUÊNCIA MÍNIMA 50 HZ, CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 5 METROS, COM CAPA, COR PRETO	LE-LONG	UN	15	R$ 110,0000	R$ 1.650,00
5	1	CAIXAS DE SOM, BLUETOOTH, PORTÁTIL, COM LUZES LED, SHOW DE LUZES, À PROVA DE RESPINGOS – 240 W RMS, ALIMENTAÇÃO A BATERIA, AUTONOMIA DA BATERIA DE NO MÍNIMO 18 HORAS, TEMPO DE CARREGAMENTO 4 HORAS, TIPOS DE ALTO-FALANTE SUBWOOFER, ENTRADA DE MICROFONE, VIOLÃO/GUITARRA, COR PRETO	AIWA	UN	5	R$ 1.620,0000	R$ 8.100,00

Valor Total Homologado – R$9.750,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 As solicitações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma global, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.
2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Conformidade com normas técnicas (ABNT / ISO)
- Certificação do INMETRO
- Manual de uso
- Termo de garantia, a empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.
- Identificação do fabricante/importador
- Número de série ou lote
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, Rua Barão do Rio Branco, Nº 765, Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000., os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, telefone para contato – (42) 3909-5016.

2.4 - Condições de garantia e assistência técnica:
2.4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos desta contratação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega dos itens mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.6.1 Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.6.2. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, conforme descrito no termo de referência.

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Maria Eduarda Dziadzio
Fernanda Caroline Zarpellon.

Casdatro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

MICHELLE DO ROCIO BROGGIAN
Fiscal De Contrato

MARIA EDUARDA DZIADZIO
Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	917	48.099.152/0001-10	256,00	110,00		Sim
2 NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E	780	46.010.439/0001-04	256,00	135,00	22,73	Sim
3 SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS	743	29.583.709/0001-49	256,00	137,85	2,11	Sim
4 LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	078	53.953.936/0001-01	150,00	150,00	8,81	Sim
5 AUGUSTO TORRES NEDEL	576	07.155.217/0001-10	256,92	179,00	19,33	Sim
6 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE	206	10.820.186/0001-89	256,00	200,00	11,73	Sim
7 NOVA COMPANY LTDA	603	63.720.770/0001-29	250,00	250,00	25,00	Sim
8 EMGESA EMPRESA DE	974	32.005.178/0001-11	256,00	256,00	2,40	Sim
9 CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS	044	36.839.023/0001-31	256,92	256,92	0,36	Sim
10 CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	694	49.704.499/0002-98	256,92	256,92	0,00	Sim
11 ALTA FREQUENCIA LTDA	196	29.920.016/0001-02	500,00	500,00	94,61	Sim

LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	294	48.099.152/0001-10	2.310,00	1.620,00		Sim
2 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	183	60.424.559/0001-70	2.130,00	1.698,00	4,81	Sim
3 FERNANDES PROFETA ATACADISTA	142	63.855.461/0001-66	2.130,51	1.799,38	5,97	Sim
4 RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E	766	53.600.991/0001-00	2.130,00	1.900,00	5,59	Sim
5 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE	324	10.820.186/0001-89	2.130,00	1.990,00	4,74	Sim
6 LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	227	53.953.936/0001-01	2.000,00	2.000,00	0,50	Sim
7 NOVA COMPANY LTDA	089	63.720.770/0001-29	2.100,00	2.100,00	5,00	Sim
8 EMGESA EMPRESA DE	905	32.005.178/0001-11	2.130,00	2.130,00	1,43	Sim
9 CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS	864	36.839.023/0001-31	2.130,51	2.130,51	0,02	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:D537A8DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 335/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 78/2026**, **processo administrativo nº 7475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e cartuchos para impressora.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MM NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 64.467.408/0001-50

LOTE: 1

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	MICROFONE SEM FIO, MICROFONE DE LAPELA SEM FIO (2TX+3RX), TRANSMISSÃO SEM FIO DE 1000FT, CANCELAMENTO DE RUÍDO, 40 H TEMPO DE TRABALHO, COMPATÍVEL COM CÂMERA, IPHONE, ANDROID, PC AO VIVO, COR PRETO	Hollyland	UN	15	R$ 775,0000	R$11.625,00

Valor Total Homologado – R$11.625,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 As solicitações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma global, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.
2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Conformidade com normas técnicas (ABNT / ISO)
- Certificação do INMETRO
- Manual de uso
- Termo de garantia, a empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.
- Identificação do fabricante/importador
- Número de série ou lote
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, Rua Barão do Rio Branco, Nº 765, Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000., os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, telefone para contato – (42) 3909-5016.

2.4 - Condições de garantia e assistência técnica:
2.4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos desta contratação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega dos itens mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.6.1 Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.6.2. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, conforme descrito no termo de referência.

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Maria Eduarda Dziadzio
Fernanda Caroline Zarpellon.

Casdatro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

MICHELLE DO ROCIO BROGGIAN
Fiscal De Contrato

MARIA EDUARDA DZIADZIO
Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MM NEGOCIOS LTDA	773	64.467.408/0001-50	888,00	775,00		Sim
2 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	528	09.441.686/0001-20	885,00	808,00	4,26	Sim
3 AUGUSTO TORRES NEDEL	731	07.155.217/0001-10	889,20	845,00	4,58	Sim
4 NOVA COMPANY LTDA	510	63.720.770/0001-29	850,00	850,00	0,59	Sim
5 LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	140	53.953.936/0001-01	880,00	880,00	3,53	Sim
6 MVB MUSIC LTDA	016	39.432.161/0001-90	889,20	883,95	0,45	Sim
7 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	825	48.099.152/0001-10	889,00	888,00	0,46	Sim
8 EMGESA EMPRESA DE	996	32.005.178/0001-11	889,00	889,00	0,11	Sim
9 RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E	928	53.600.991/0001-00	889,00	889,00	0,00	Sim
10 CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS	281	36.839.023/0001-31	889,20	889,20	0,02	Sim
11 TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA	921	10.828.263/0001-47	889,20	889,20	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B8BF17CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 336/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato

representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 78/2026**, **processo administrativo nº 7475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e cartuchos para impressora.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA-ME
CNPJ: 10.820.186/0001-

LOTE: 8

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
8	1	CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORA PORTÁTIL MÓBILE NO MODELO 62 XL C2P07AL, TRICOLOR, COM ALTO RENDIMENTO	FAST PRINTER	UN	10	R$ 299,0000	R$ 2.990,00

Valor Total Homologado – R$ 2.990,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 As solicitações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma global, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.
2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Conformidade com normas técnicas (ABNT / ISO)
- Certificação do INMETRO
- Manual de uso
- Termo de garantia, a empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.
- Identificação do fabricante/importador
- Número de série ou lote
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, Rua Barão do Rio Branco, Nº 765, Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000., os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, telefone para contato – (42) 3909-5016.

2.4 - Condições de garantia e assistência técnica:
2.4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos desta contratação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega dos itens mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.6.1 Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.6.2. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, conforme descrito no termo de referência.

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Maria Eduarda Dziadzio
Fernanda Caroline Zarpellon.

Casdatro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

MICHELLE DO ROCIO BROGGIAN
Fiscal De Contrato

MARIA EDUARDA DZIADZIO
Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 8

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE	902	10.820.186/0001-89	507,00	299,00		Sim
2 NEXUS IMPORTS LTDA	420	62.763.428/0001-43	507,06	445,00	48,83	Sim
3 RS MIDIA SUPRIMENTOS DE	150	13.383.196/0001-92	507,06	450,00	1,12	Sim
4 NEW PRINT TECNOLOGIA EM	488	25.017.520/0001-38	456,35	456,35	1,41	Sim
5 EMGESA EMPRESA DE	908	32.005.178/0001-11	507,00	507,00	11,10	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:34CF2F9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 337/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 78/2026**, **processo administrativo nº 7475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e cartuchos para impressora.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: RS MIDIA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 13.383.196/0001-92

LOTE: 7

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
7	1	CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORA PORTÁTIL MÓBILE NO MODELO 62 XL C2P05AL, PRETO, COM ALTO RENDIMENTO	STARINK	UN	10	R$ 280,0000	R$ 2.800,00

Valor Total Homologado – R$2.800,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 As solicitações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma global, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.
2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Conformidade com normas técnicas (ABNT / ISO)
- Certificação do INMETRO
- Manual de uso
- Termo de garantia, a empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.
- Identificação do fabricante/importador
- Número de série ou lote
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, Rua Barão do Rio Branco, Nº 765, Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000., os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, telefone para contato – (42) 3909-5016.

2.4 - Condições de garantia e assistência técnica:
2.4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos desta contratação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega dos itens mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.6.1 Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.6.2. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, conforme descrito no termo de referência.

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Maria Eduarda Dziadzio
Fernanda Caroline Zarpellon.

Casdatro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

MICHELLE DO ROCIO BROGGIAN
Fiscal De Contrato

MARIA EDUARDA DZIADZIO
Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 7

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RS MIDIA SUPRIMENTOS DE	726	13.383.196/0001-92	499,45	280,00		Sim
2 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE	139	10.820.186/0001-89	499,00	310,00	10,71	Sim
3 NEXUS IMPORTS LTDA	129	62.763.428/0001-43	499,45	435,00	40,32	Sim
4 NEW PRINT TECNOLOGIA EM	570	25.017.520/0001-38	449,50	449,50	3,33	Sim
5 EMGESA EMPRESA DE	961	32.005.178/0001-11	498,50	498,50	10,90	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:CCD93806

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 338/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 78/2026**, **processo administrativo nº 7475/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e cartuchos para impressora.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: COMÉRCIO NOVO RUMO LTDA
CNPJ: 23.964.820/0001-07

LOTE: 6

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
6	1	IMPRESSORA PORTÁTIL MÓBILE, ACOMPANHA CABO DE FORÇA E CABO USB, CARTUCHO DE TINTA INICIAL 62 COM RENDIMENTO PADRÃO, ACOMPANHA CD DE SOFTWARE, COM IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO COM RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 600 PÁGINAS, E COLORIDO COM RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 415 PÁGINAS. MODELO DE REFERÊNCIA: IMPRESSORA HP OFFICE JET 200 CZ993A PORTÁTIL MÓBILE	HP	UN	5	R$ 2.224,00	R$11.120,00

Valor Total Homologado – R$11.120,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 As solicitações serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, fica a empresa contratada condicionada ao prazo de entrega de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho, a mesma será realizada de forma global, a entrega deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado, as solicitações dos produtos bem como as notas de empenho serão repassadas por e-mail, sendo solicitado a confirmação de recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.
2.2.2 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Conformidade com normas técnicas (ABNT / ISO)
- Certificação do INMETRO
- Manual de uso

- Termo de garantia, a empresa vencedora do certame deverá oferecer no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos deste processo.
- Identificação do fabricante/importador
- Número de série ou lote
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1. A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, Rua Barão do Rio Branco, Nº 765, Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000., os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, telefone para contato – (42) 3909-5016.

2.4 - Condições de garantia e assistência técnica:
2.4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar no mínimo 12 meses de garantia para os itens objetos desta contratação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para o pagamento será de até 15 (quinze) dias após a entrega dos itens mediante emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será realizado por meio eletrônico em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.6.1 Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.6.2. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, conforme descrito no termo de referência.

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Maria Eduarda Dziadzio
Fernanda Caroline Zarpellon.

Casdatro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura

MICHELLE DO ROCIO BROGGIAN
Fiscal De Contrato

MARIA EDUARDA DZIADZIO
Fiscal De Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 COMERCIO NOVO RUMO LTDA	250	23.964.820/0001-07	2.690,00	2.224,00		Sim
2 NEXUS IMPORTS LTDA	183	62.763.428/0001-43	2.699,90	2.245,00	0,94	Sim
3 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	187	09.441.686/0001-20	2.690,00	2.360,00	5,12	Sim
4 AUGUSTO TORRES NEDEL	745	07.155.217/0001-10	2.699,90	2.470,00	4,66	Sim
5 LICITAINFO LTDA	084	52.277.278/0001-04	2.699,00	2.500,00	1,21	Sim
6 RS MIDIA SUPRIMENTOS DE	267	13.383.196/0001-92	3.950,00	2.500,00	0,00	Sim
7 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	818	48.099.152/0001-10	2.699,00	2.619,00	4,76	Sim
8 LEAL EQUIPAMENTOS LTDA	053	53.953.936/0001-01	2.690,00	2.690,00	2,71	Sim
9 EMGESA EMPRESA DE	414	32.005.178/0001-11	2.698,00	2.698,00	0,30	Sim
10 TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA	265	10.828.263/0001-47	2.700,00	2.700,00	0,07	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:92C3BB38

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
CNPJ: 30.082.076/0001-74

Lotes: 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 52, 58, 60, 63 , 68, 69, 71, 86, 105, 106, 121, 123, 125, 126, 128, 139, 140, 147, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 175, 180 e 181.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
14	1	BROCA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1023. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA. FORMATO:ESFÉRICA; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM COLAR; TIPO HASTE: HASTE REGULAR; TIPO CORTE: CORTE MÉDIO; NUMERAÇÃO AMERICANA:1023. AUTOCLAVÁVEL DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UN	180	R$ 1,9000	R$ 342,00
15	1	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE ESFÉRICA N°1. MATERIAL: CARBIDE; FORMATO: ESFÉRICA; TIPO DE HASTE: HASTE REGULAR TIPO DE CORTE: CORTE MÉDIO, NUMERAÇÃO AMERICANA: 1. AUTOCLAVÁVEL DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UN	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
16	1	BROCA CARBIDE ESFÉRICA N° 2 HASTE REGULAR. AUTOCLAVÁVEL.DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
17	1	BROCA CARBIDE ESFÉRICA N° 4 HASTE REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
18	1	BROCA CARBIDE ESFÉRICA N° 6 HASTE REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
19	1	BROCA CARBIDE ESFÉRICA N° 8 HASTE REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
20	1	BROCA CARBIDE Nº 245 FG. HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
21	1	BROCA CARBIDE Nº 330 FG. HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 4,9800	R$ 896,40
25	1	BROCA DIAMANTADA CÔNICA COM TOPO EM CHAMA 2200. COMPATÍVEIS COM EQUIPAMENTOS DE ALTA ROTAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO POR CORES PARA FACILITAR A ESCOLHA DA GRANULAÇÃO. PONTA: DIAMANTADA. FORMATO: CÔNICA TOPO CHAMA. TIPO DE ENCAIXE: FG.HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 1,9000	R$ 342,00
27	1	BROCA DIAMANTADA CHAMA 3118 F PARA ALTA ROTAÇÃO. CONFECCIONADA EM AÇO E IMPREGNADA COM DIAMANTES NATURAIS ATRAVÉS DE ELETRÓLISE EM EMBALAGEM ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 1,9000	R$ 190,00
28	1	BROCA DIAMANTADA CÔNICA COM TOPO EM CHAMA 3195F PARA ALTA ROTAÇÃO. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 1,9000	R$ 190,00
29	1	BROCA DIAMANTADA CÔNICA COM TOPO EM CHAMA 1190. PARA ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. AUTOCLAVÁVEL. - DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 2,0300	R$ 203,00
30	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1011 PARA ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 2,0300	R$ 365,40
32	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1012 PARA ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 1,9000	R$ 342,00
33	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1012 HL ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG.HASTE: LONGA. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. CATMAT: 403372	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 1,9000	R$ 342,00
34	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1014 ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG.HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. CATMAT: 402947	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 2,0300	R$ 365,40
35	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1014 HL ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. HASTE: LONGA. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 2,0300	R$ 365,40
36	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1016 ALTA ROTAÇÃO TIPO DE ENCAIXE: FG. HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 1,9000	R$ 342,00
37	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1016 HL ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. AUTOCLAVÁVEL.DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 2,0300	R$ 365,40
38	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 2135F ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	3R/MICRODONT	UNIDADE	180	R$ 1,9000	R$ 342,00
39	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO EM CARBIDE HASTE LONGA 2. FORMATO ESFÉRICA E DIÂMETRO 0,5MM. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	E.H KAVO KERR	UNIDADE	180	R$ 5,9500	R$ 1.071,0
40	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO EM CARBIDE HASTE LONGA 4. FORMATO ESFÉRICA E DIÂMETRO 0,5MM. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	E.H KAVO KERR	UNIDADE	180	R$ 5,9500	R$ 1.071,0
41	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO EM CARBIDE HASTE LONGA 6. FORMATO ESFÉRICA E DIÂMETRO 0,5MM. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	E.H KAVO KERR	UNIDADE	100	R$ 5,9500	R$ 595,00
42	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO EM CARBIDE HASTE LONGA 8. FORMATO ESFÉRICA E DIÂMETRO 0,5MM. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	E.H KAVO KERR	UNIDADE	100	R$ 5,9500	R$ 595,00

43	1	BROCA 3082 PONTA DIAMANTADA CÔNICA EXTREMIDADE INATIVA FG.HASTE: REGULAR. GRANULOMETRIA MÉDIA. ALTA ROTAÇÃO. COMPRIMENTO DA PARTE ATIVA 10,0MM. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. CATMAT: 403377	3R/MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 2,0300	R$ 203,00
50	1	CARTÃO PLÁSTICO PARA RAIO X. CAPACIDADE: 14 FUROS; DIMENSÕES: 15X20CM APROXIMADAMENTE. CONFECCIONADO EM RESINA TRANSPARENTE. FACILITA A VISUALIZAÇÃO DAS RADIOGRAFIAS, ALÉM DE PRESERVÁ-LAS.	IMPLA PLAS-TICO	UNIDADE	50	R$ 1,2700	R$ 63,50
52	1	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL. IONÔMERO DWE VIDRO COM 20% DE RESINA NA COMPOSIÇÃO; LIVRE DE BPA; ALTA LIBERAÇÃO DE FLÚOR; ALTA RESISTÊNCIA A FLEXÃO; DOSAGEM PÓ/LÍQUIDO: 1 MEDIDA PARA 2 GOTAS; PROPORÇÃO PÓ/LÍQUIDO: 0,22G/0,07G; PROFUNDIDADE CURA (A3) (MM): 1,8MM; APRESENTAÇÃO: KIT COM 8ML; 15G DE PÓ; BLOCO DE ESPATULAÇÃO; COLHER DOSADORA.	FGM MAXXION R	KIT	250	R$ 21,4400	R$ 5.360,0
58	1	CIMENTO PROVISÓRIO 25G. COM CONSISTÊNCIA CREMOSA QUE FACILITA A ADAPTAÇÃO NO INTERIOR DA CAVIDADE. ALÉM DISSO, TEM ENDURECIMENTO FACILITADO ATRAVÉS DA AÇÃO DA SALIVA. NÃO REQUER MISTURA: ELIMINA DESPERDÍCIOS E OTIMIZA O TEMPO CLÍNICO. LIBERAÇÃO DE FLÚOR: SIM. EXPIRAÇÃO: LONGA. FÁCIL REMOÇÃO: SIM, PROPORCIONANDO MAIOR CONTROLE. CATMAT: 404546	ORBI	UNIDADE	100	R$ 6,6900	R$ 669,00
60	1	CLIPE INDIVIDUAL/COLGADURA PARA FILME RADIOGRÁFICO EM AÇO INOXIDAVEL.	IMPLA	UNIDADE	50	R$ 2,4000	R$ 120,00
63	1	CONDICIONADOR ÁCIDO FOSFÓRICO 37%. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO ORTOFOSFÓRICO; CONCENTRAÇÃO: 37%; COLORAÇÃO: AZULADA; FÁCIL DE APLICAR; CADA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER: 3 SERINGAS DE 2,5 ML DE CONDICIONADOR ÁCIDO; 3 PONTEIRAS DE APLICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. IMAGEM ILUSTRATIVA:	IMPLA C/3	KIT	250	R$ 3,2200	R$ 805,00
68	1	ESCOVA DENTAL INFANTIL. COM CERDAS EXTRA MACIAS, QUE TORNAM A ESCOVAÇÃO MAIS SUAVE, SEM MACHUCAR AS GENGIVAS; CABO ANATÔMICO, EMBORRACHADO. CORES SORTIDAS; VALIDADE: PRODUTO NÃO PERECÍVEL.	ULTRA	UNIDADE	10000	R$ 0,6300	R$ 6.300,0
69	1	ESCOVA DENTAL ADULTO COM CERDAS ARREDONDADAS EXTRA MACIAS, CONTENDO O MESMO TAMANHO DE CERDAS ECOM MUITOS TUFOS, CABO ANATÔMICO. CORES SORTIDAS. VALIDADE: PRODUTO NÃO PERECÍVEL.	ULTRA	UNIDADE	7000	R$ 0,6600	R$ 4.620,00
71	1	ESCOVA DE ROBSON OU ESCOVA PROFILÁTICA MACIA, FLEXIVEL. DIVERSAS CORES.	IMPLA	UNIDADE	2000	R$ 0,8800	R$ 1.760,00
86	1	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA DE AÇO 5MM - ROLO COM 50CM.	IMPLA	UNIDADE	100	R$ 1,2600	R$ 126,00
105	1	GUTTAPERCHA ACESSÓRIA MF. PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA. TAMANHO 28MM. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES.	IMPLA	CAIXA	10	R$ 23,9900	R$ 239,90
106	1	GUTTAPERCHA ACESSÓRIA FF. PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA. TAMANHO 28MM. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES.	IMPLA	CAIXA	100	R$ 23,9900	R$ 2.399,00
121	1	LIMA HEDSTROEM 1ª SÉRIE (15 A 40) 21 MM. CAIXA COM 6 UNIDADES. CATMAT: 418544	IMPLA H	CAIXA	50	R$ 8,9900	R$ 449,50
123	1	LIMA HEDSTROEM 2ª SÉRIE (45 A 80) 21 MM. CAIXA COM 6 UNIDADES. CATMAT: 418545	IMPLA H	CAIXA	50	R$ 8,9900	R$ 449,50
125	1	LIXA DE POLIÉSTER 3M EM TIRA. POLIÉSTER EM ABRASIVO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO. ABRASIVO DE GRANULAÇÃO GROSSA (CINZA) E MÉDIA (BRANCA); CADA TIRA POSSUI UM CENTRO NEUTRO (SEM ABRASIVO). EMBALAGEM: 150 TIRAS (4MM LARGURA X 170MM COMPRIMENTO).	IMPLA	KIT	100	R$ 7,9100	R$ 791,00
126	1	LIMA K #15-40 1ª SÉRIE. TAMANHO 21MM. PARA PREPARO DE CANAIS RADICULARES. COM SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRADA. MATERIAL: AÇO INOX. ALTA RESISTÊNCIA. IDEAL PARA TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS QUE EXIGEM PRECISÃO E DURABILIDADE. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA MESMO SOB TORQUE. EXCELENTE CONTROLE TÁTIL DURANTE A INSTRUMENTAÇÃO. IDEAL PARA CANAIS ESTREITOS OU CURVOS. COMPATÍVEL COM PROTOCOLOS DE INSTRUMENTAÇÃO MANUAL. MAIOR DURABILIDADE CLÍNICA E MENOS ÍNDICE DE FRATURA. VALIDADE INDETERMINADA. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	IMPLA K	KIT	110	R$ 8,5000	R$ 935,00
128	1	LIMA K #45-80 2ª SÉRIE. TAMANHO 21MM. PARA PREPARO DE CANAIS RADICULARES. COM SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRADA. MATERIAL: AÇO INOX. ALTA RESISTÊNCIA. IDEAL PARA TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS QUE EXIGEM PRECISÃO E DURABILIDADE. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA MESMO SOB TORQUE. EXCELENTE CONTROLE TÁTIL DURANTE A INSTRUMENTAÇÃO. COMPATÍVEL COM PROTOCOLOS DE INSTRUMENTAÇÃO MANUAL. MAIOR DURABILIDADE CLÍNICA E MENOS ÍNDICE DE FRATURA. VALIDADE INDETERMINADA. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	IMPLA K	KIT	100	R$ 8,5000	R$ 850,00
139	1	ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EPI). ÓCULOS DE SEGURANÇA. CONSTITUÍDO DE UM ARCO DE MATERIAL PLÁSTICO PRETO E UM VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR. O ARCO POSSUI BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E PROTEÇÃO NAS BORDAS. O VISOR INCOLOR FILTRA 99,9 % TODOS RAIOS ULTRAVIOLETA. VLT (ÍNDICE DA TRANSMISSÃO DE LUZ VISÍVEL) 90%, COM TRATAMENTO ANTI-RISCO. POSSUI APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL INJETADA DO MESMO MATERIAL. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E SÃO COMPOSTAS DE	FM IMPERIAL	UNIDADE	40	R$ 2,6900	R$ 107,60

		DUAS PEÇAS PARA AJUSTE DO TAMANHO. APROVADO E TESTADO PELA NORMA ANSI Z.87.1/2003. CA DO PRODUTO: 27418					
140	1	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO. FABRICADO COM ÓLEO MINERAL ATÓXICO DE BAIXA VISCOSIDADE. NÃO CONTÉM CLORO FLÚOR CARBONO. COM PONTEIRA ADAPTÁVEL. FRASCO DE 200 ML.	IMPLA	FRASCO COM 200 ML	100	R$ 15,9500	R$ 1.595,00
147	1	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA BACTERIANA. FÓRMULA À BASE DE FUCSINA BÁSICA, CONFERE AO PRODUTO UM MAIOR PODER DE CORAR A PLACA BACTERIANA. DE UMA COR QUE CONTRASTE COM OS DENTES. EMBALAGEM: COM 120 UNIDADES.	BIODINAMICA	UNIDADE	100	R$ 19,7000	R$ 1.970,00
153	1	PONTAS DE GUTTA PERCHA #25. TAMANHO 28MM. PRODUTO TERMOPLÁSTICO. USO ODONTOLÓGICO. CALIBRADA. PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA. EMBALAGEM COM:120 UNIDADES.	IMPLA	CAIXA	120	R$ 23,9900	R$ 2.878,80
154	1	PONTAS DE GUTTA PERCHA #30. TAMANHO 28MM. PRODUTO TERMOPLÁSTICO. USO ODONTOLÓGICO. CALIBRADA. PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES. CATMAT: 418990	IMPLA	CAIXA	120	R$ 23,9900	R$ 2.878,80
155	1	PONTAS DE GUTTA PERCHA #35. TAMANHO 28MM. PRODUTO TERMOPLÁSTICO. USO ODONTOLÓGICO. CALIBRADA. PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES.	IMPLA	CAIXA	120	R$ 23,9900	R$ 2.878,8
156	1	PONTAS DE GUTTA PERCHA #40. TAMANHO 28MM. PRODUTO TERMOPLÁSTICO. USO ODONTOLÓGICO. CALIBRADA. PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES.	IMPLA	CAIXA	120	R$ 23,9900	R$ 2.878,80
157	1	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE #30 28MM PARA SECAGEM DOS CANAIS RADICULARES EM TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES DE 28MM.	IMPLA	CAIXA	40	R$ 23,9900	R$ 959,60
158	1	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE #35 28MM PARA SECAGEM DOS CANAIS RADICULARES EM TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES DE 28MM.	IMPLA	CAIXA	40	R$ 23,9900	R$ 959,60
159	1	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE #40 28MM PARA SECAGEM DOS CANAIS RADICULARES EM TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS. EMBALAGEM COM: 120 UNIDADES DE 28MM.	IMPLA	CAIXA	40	R$ 23,9900	R$ 959,60
160	1	CONES DE PAPEL ABSORVENTE - PONTAS DE PAPEL EM FORMA DE CONE. CONTÉM CONES DO 45,50,60,70,80. INDICAÇÃO: SECAR O CANAL APÓS A IRRIGAÇÃO. CAIXA COM 120 PONTAS DE PAPEL.	IMPLA	CAIXA	20	R$ 23,9900	R$ 479,80
161	1	PRENDEDOR BABADOR JACARÉ. CORRENTE. FABRICADO EM LATÃO CROMADO.	IMPLA	UNIDADE	30	R$ 4,3600	R$ 130,80
175	1	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL COM FLÚOR: FLUORETO DE SÓDIO 2,42% = 1,09% ÍONS DE FLÚOR. ÓTIMA FLUIDEZ. ATUA COMO AGENTE MECÂNICO E QUÍMICO. ALTO ÍNDICE DE ADESÃO. EMBALAGEM COM 1 SERINGA DE 2,5G.	BIODINAMICA BIOSEAL	UNIDADE	100	R$ 8,6200	R$ 862,00
180	1	TAÇA DE BORRACHA TIPO: COPO PROFILÁTICO. USO: PARA CONTRA ÂNGULO AR. DUREZA: GRÃO ABRASIVO MÉDIO. COR: BRANCA. DIÂMETRO: 6 MM. INDICAÇÃO: PROFILAXIA PROFISSIONAL COM PASTAS POLIDORAS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	IMPLA	UNIDADE	150	R$ 0,7400	R$ 111,00
181	1	TIRA DE LIXA DE AÇO 4MM. AÇO INOXIDÁVEL. PARA DESGASTE INTERPROXIMAL DA ESTRUTURA DENTAL. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE TIRA ABRASIVA DE AÇO.	IMPLA	UNIDADE	100	R$ 4,4200	R$ 442,00

Valor Total Homologado - R$ 59.936,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.

2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:

2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.

2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 11 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B5EAFF92

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: BÉRITH COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ: 57.642.694/0001-88

LOTES: 1, 2, 5, 11, 12, 26, 51, 54, 55, 57, 59, 67, 74, 81, 84, 87, 90, 91, 92, 95, 102, 103, 133, 142, 144, 146, 172, 174, 178, 182 e 183.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	ADESIVO ODONTOLÓGICO, DOIS EM UM. O FRASCO CONTÉM PRIMER E ADESIVO, TEM O CONDICIONAMENTO ÁCIDO TOTAL DE ESMALTE E DENTINA (TÉCNICA ÚMIDA). SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL, NÃO EVAPORA COM FACILIDADE COMO A ACETONA, ALÉM DISSO POSSUI A TAMPA FLIP TOP. CARGA NANOPARTICULADA (10%), PROPORCIONANDO ELEVADA RESISTÊNCIA DE UNIÃO, SEM A NECESSIDADE DE AGITAR O FRASCO ANTES DO USO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - TIPO DE ADESIVO: DECAPAGEM TOTAL. -TIPO DE CURA: FOTOPOLIMERIZÁVEL. - RENDIMENTO: ATÉ 280 RESTAURAÇÕES. - ADESÃO COM A TÉCNICA ÚMIDA: CONDICIONAMENTO ÁCIDO TOTAL DE ESMALTE E DENTINA. - VALIDADE: 4 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. APROXIMADAMENTE 6G. - ESPECIALIDADE: DENTÍSTICA E ESTÉTICA. - DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	AF	UNIDADE	80	R$ 16,2000	R$ 1.296,00
2	1	AGENTE ANTISSÉPTICO DE AÇÃO PROLONGADA PARA	Quimidrol	UNIDADE	30	R$ 25,2000	R$ 756,00

		USO ENDODÔNTICO A BASE DE IODOFÓRMIO 10 GRAMAS.					
5	1	AGULHA GENGIVAL LONGA DESCARTÁVEL 27 G. CAIXA C/ 100 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. CATMAT:442144	DC	CAIXA C/100 UNIDADES	20	R$ 22,2100	R$ 444,20
11	1	BARREIRA GENGIVAL. COMPOSIÇÃO: HEMA, MONÔMEROS DE URETANO DI-METACRILATO, CARGA INERTE, PIGMENTOS E FOTOINICIADORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. EXCELENTE PODER DE VEDAÇÃO. A EMBALAGEM DEVE CONTER: 1 SERINGA COM 2G; 3 PONTEIRAS PARA APLICAÇÃO DO PRODUTO. COR: VERDE. CATMAT: 413641	ORBI	UNIDADE	50	R$ 5,2200	R$ 261,00
12	1	BICARBONATO DE SÓDIO (PÓ). ALTO GRAU DE PUREZA, GRANULOMETRIA ULTRAFINA, PARA PROFILAXIA, ODONTOLÓGICA. EMBALAGEM FRASCO 200 GRAMAS.	AF	UNIDADE	80	R$ 7,1700	R$ 573,60
26	1	HASTE: REGULAR. AUTOCLAVÁVEL. CONFECCIONADA EM AÇO E IMPREGNADA COM DIAMANTES NATURAIS ATRAVÉS DE ELETRÓLISE EM EMBALAGEM ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	FAVA	UNIDADE	100	R$ 2,1900	R$ 219,00
51	1	CIMENTO COMPÓSITO DE IONÔMERO DE VIDRO FORRADOR FOTOPOLIMERIZADOR. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. CATMAT: 404578	Iodonto	UNIDADE	180	R$ 26,2800	R$ 4.730,40
54	1	CIMENTO ENDODÔNTICO REPARADOR MTA, À BASE DE AGREGADO TRIÓXIDO MINERAL, COR BRANCA, BIOCLIOCOMPATÍVEL, RADIOPACO, COM ALTA LIBERAÇÃO DE ÍONS DE CÁLCIO. APRESENTAÇÃO EM KIT CONTENDO SACHÊS DE PÓ (0,28G) E LÍQUIDO (ÁGUA DESTILADA) PARA MANIPULAÇÃO, PROPORCIONANDO SELAMENTO HERMÉTICO E REPARO DE PERFURAÇÕES RADICULARES E CAPEAMENTO PULPAR. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES NA ENTREGA. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	Maquira	UNIDADE	20	R$ 79,0800	R$ 1.581,60
55	1	CIMENTO ENDODÔNTICO BIOCERÂMICO PRONTO PARA O USO. INDICADO PARA OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES DE DENTES PERMANENTES E TRATAMENTO DE REABSORÇÃO INTERNA. CARACTERÍSTICAS: PRONTO PARA USO; NÃO RESINOSO; ALTA RADIOPACIDADE. DISPENSA ESPATULAÇÃO, APLICAÇÃO DIRETA NO CANAL; FÁCIL LIMPEZA; ESTIMULA A REGENERAÇÃO TECIDUAL; AÇÃO BACTERICIDA; BIOATIVO; ALTA ALCALINIDADE (PH ~ 12); FLUIDEZ ADEQUADA; EXPANSÃO DE PRESA E ADESÃO QUÍMICA À DENTINA; EXCELENTE ESCOAMENTO; IMPEDE INFILTRAÇÃO BACTERIANA; EXCELENTE VISUALIZAÇÃO RADIOGRÁFICA. EMBALAGEM COM: 1 SERINGA DE 0,5G. VALIDADE MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	MAQ	UNIDADE	35	R$ 45,5400	R$ 1.593,00
57	1	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO. O KIT DEVE CONTER: TUBO 1 - PASTA BASE 13G; TUBO2 - PASTA CATALISADORA 11G; 01 BLOCO DE MISTURA. CIMENTO PROVISÓRIO EM KIT. UTILIZADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA DURAÇÃO (ATÉ 2 ANOS). SUA COMPOSIÇÃO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO	IODONTO	KIT	50	R$ 20,5200	R$ 1.026,00
59	1	CIMENTO PROVISÓRIO EM KIT. UTILIZADO PARA RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA DURAÇÃO (ATÉ 2 ANOS). SUA COMPOSIÇÃO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO OFERECE EXCELENTE DURABILIDADE, PROPRIEDADES SEDATIVAS E FACILIDADE DE MANIPULAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PÓ (38G): ÓXIDO DE ZINCO E POLI METACRILATO DE METILA. LÍQUIDO (15ML): EUGENOL 99,5% E ÁCIDO ACÉTICO 0,5%. VALIDADE: 2 ANOS PARA O PÓ E 3 ANOS PARA O LÍQUIDO. INDICAÇÃO: RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA (ATÉ 2 ANOS). DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	AF	KIT	300	R$ 13,4400	R$ 4.032,00
67	1	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS E PONTAS.	SE	UN	40	R$6,14	R$ 245,60
74	1	EUCALIPTPÇ – SOLVENTE DOS CONES DE GUTA-PERCHA 10ML, PARA USO ODONTOLÓGICO. COMPOSIÇÃO: ÓLEO ESSENCIAL DE VÁRIAS ESPÉCIES DE EUCALIPTOS, RICAS EM 1,8 – CINEOL. FORMA: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR OU AMARELO PÁLIDO. ODOR: AROMÁTICO, CANFORÁCEO, CARACTERÍSTICO. SABOR: PICANTE. SOLUBILIDADE: PRATICAMENTE INSOLÚVEL EM ÁGUA; MISCÍVEL EM ÁLCOOL, CLOROFÓRMIO, SULFETO DE CARBONO, ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL, ÓLEOS VEGETAIS E ESSÊNCIAS. FRASCO COM 10 ML DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	IODONTOSUL	FRASCO COM 10 ML	20	R$6,2400	R$ 124,80
81	1	FIO RETRATOR NUMERO 000 ULTRA-FINO, EMBALAGEM COM 250CM	AF	UN	40	R$12,60	R$ 504,00
84	1	FIO DE SUTURA SEDA 4.0 SE AGULHADO COM AGULHA CT ½ EM AÇO INOX. CAIXA COM: 24 ENVELOPES INDIVIDUAIS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	SE	CAIXA C/24	100	R$31,20	R$ 3.120,00
87	1	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA DE AÇO 7,0MM - ROLO COM 50CM.	Maquira	UNIDADE	100	R$ 1,2600	R$ 126,00
90	1	FORMOCRESOL COMPOSIÇÃO: FORMALDEÍDO, O-CRESOL, GLICERINA E ÁGUA PURIFICADA. EMBALAGEM COM: 10ML.	Maquira	UNIDADE	70	R$ 11,8800	R$ 831,60
91	1	FLÚOR TÓPICO EM GEL. COMPOSIÇÃO: FLUORETO FOSFATO ACIDULADO (FFA) A 1,23% DE ÍONS FLÚOR. USO ODONTOLÓGICO. TIXOTRÓPICO (CONSISTÊNCIA IDEAL PARA NÃO ESCORRER DA MOLDEIRA). AÇÃO RÁPIDA DE 01 MINUTO. SABOR A DEFINIR. DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES E MARCA DO FABRICANTE NO RÓTULO. EMBALAGEM: FRASCO CONTENDO 200ML OU 300ML, COM TAMPA FLIP-TOP OU GOTEJADOR. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	iodonto	Frasco	60	R$ 4,1900	R$ 251,40
92	1	FLÚOR TÓPICO NEUTRO EM GEL: GEL TIXOTRÓPICO DE	iodonto	Frasco	100	R$ 4,7600	R$ 476,00

		USO ODONTOLÓGICO PROFISSIONAL, À BASE DE FLUORETO DE SÓDIO A 2% (NAF 2%). PH NEUTRO (APROXIMADAMENTE 6,5 A 7,5). INCOLOR. PROPRIEDADE TIXOTRÓPICA (VISCOSIDADE DIMINUI SOB PRESSÃO PARA MELHOR PENETRAÇÃO INTERPROXIMAL). SEM CORANTES. SABOR A DEFINIR.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM: FRASCO COM 200 ML, CONTENDO TAMPA DOSADORA. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.					
95	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 1. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	ICE	UNIDADE	15	R$ 9,5800	R$ 143,70
102	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 6. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	ICE	UNIDADE	15	R$ 9,5800	R$ 143,70
103	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 9. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	ICE	UNIDADE	15	R$ 9,5800	R$ 143,70
133	1	LENÇOL DE BORRACHA ODONTOLÓGICO. MATERIAL DO PRODUTO: POLIPROPILENO COM CERDAS EM FIBRAS. DIMENSÕES APROX: 13,5 X 13,5 CM. ESPESSURA MÍNIMA: 0,18MM. COMPOSIÇÃO: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL. RESISTÊNCIA: EXTRA RESISTENTE. USO: ÚNICO. ARMAZENAMENTO: EM EMBALAGEM ORIGINAL, PROTEGIDO DO CALOR, UMIDADE E DA LUZ. COR: AZUL. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PACOTES ASSÉPTICOS SELADOS COM SISTEMA EASY OPEN, GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA E PRATICIDADE NO USO. EMBALAGEM: MÍNIMO 20 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	ALP	CAIXA	150	R$ 17,9400	R$ 2.691,00
142	1	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO. SOLUÇÃO LÍQUIDA VOLÁTIL. MEDICAÇÃO INTRACANAL PRONTA. EMBALAGEM DE 20ML. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	Maquira	UNIDADE	50	R$ 10,6800	R$ 534,00
144	1	PASTA PARA POLIMENTO UNIVERSAL. CONTÉM NANO PARTÍCULAS COM PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA. EMBALAGEM COM 5G	ORBI	UNIDADE	100	R$ 8,3800	R$ 838,00
146	1	PASTA PARA TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE ALVEOLITES PÓS EXODONTIAS. A BASE DE IODOFÓRMIO. EMBALAGEM: FRASCO 10 GRAMAS.	IodontoSul	UNIDADE	40	R$ 23,8800	R$ 955,20
172	1	RESTAURADOR TEMPORÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL. É UM MATERIAL RESINOSO, COMPOSTO POR GRUPOS DIMETACRILATOS, CARGA ORGÂNICA, DIÓXIDO DE SILÍCIO, FLUORETO DE SÓDIO E CATALISADORES. UTILIZADO PARA VEDAR TEMPORARIAMENTE AS CAVIDADES. APRESENTA FLÚOR NA COMPOSIÇÃO. (FLUORETO DE SÓDIO = 0,52% ÍONS FLÚOR). NÃO CONTÉM EUGENOL. KIT COM 2 SERINGAS DE 2G CADA E GEL COM 3 SERINGAS DE 3G CADA + BICO APLICADOR.	Maquira	KIT	150	R$ 23,9400	R$ 3.591,00
174	1	ROLETE DE ALGODÃO ITEM DESCARTÁVEL QUE GARANTE PRATICIDADE E EFICIÊNCIA EM ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. COMPOSIÇÃO: FIBRAS SELECIONADAS 100% NATURAIS. PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO. PROPORCIONANDO QUALIDADE E SEGURANÇA. IDEAL PARA ABSORÇÃO DE FLUIDOS, AFASTAMENTO DA BOCHECHA E MANUTENÇÃO DE UM CAMPO OPERATÓRIO LIMPO E SECO. COR: BRANCO. FORMATO: ROLETE EMBALAGEM: 100 UNIDADES DE ROLETE DENTAL DE ALGODÃO. . DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	SAFT	PACOTE C/100	1200	R$ 2,1400	R$ 2.568,
178	1	SUGADOR DESCARTÁVEL ENDODÔNTICO. ATÓXICO. CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO, POSSUI TUBO TRANSPARENTE COM FIO DE AÇO ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA. A PONTEIRA DO SUGADOR É CONFECCIONADA EM PVC COLORIDO, MACIO, VAZADO E AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE. PONTEIRA: MACIA. EMBALAGEM: 20 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM: 20 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	AeG	PACOTE C/ 20	250	R$ 11,7600	R$ 2.940,
182	1	TRICRESOL FORMALINA 10ML. MATERIAL PARA DESINFECÇÃO DE CANAL RADICULAR.	Maquira	UNIDADE	40	R$ 11,8800	R$ 475,20
183	1	VASELINA SÓLIDA. INDICADA PARA ISOLAR A RESINA ACRÍLICA DE TECIDOS BUCAIS. FRASCO COM NO MÍNIMO 90G.	AF	UNIDADE	40	R$ 7,3800	R$ 295,20

Valor Total Homologado - R$ 37.583,20

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.

2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:503969F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE
CNPJ: 35.626.812/0001-21

Lotes: 3, 7, 10, 80, 82, 83 e 179.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
3	1	AGULHA GENGIVAL CURTA 30G. CAIXA C/ 100 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIQMED	CAIXA C/100 UN	600	R$ 21,6000	R$ 12.960,00

7	1	AVENTAL EM PVC COM MANGA LONGA E ELÁSTICO NO PUNHO, INDICADO PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE. POSSUI TIRAS EXTERNAS PARA AJUSTE E FECHAMENTO FRONTAL, LATERAL OU POSTERIOR E NA GOLA. ESPESSURA: 0,20CM.	EMBRAST	UNIDADE	200	R$ 4,1600	R$ 832,00
10	1	BABADOR IMPERMEÁVEL COMPOSTO POR DUAS CAMADAS - DESCARTÁVEL. COMPOSIÇÃO: FIBRAS DE CELULOSE E POLIETILENO ATÓXICO. PAPEL PLASTIFICADO (1 PAPEL + 1 PLÁSTICO). MEDIDAS APROXIMADAS: 30X40CM. COR: BRANCO EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. CATMAT: 438695	MAX-CLEAN	PACOTE C/100	500	R$ 14,1100	R$ 7.055,00
80	1	FIO DENTAL. COMPRIMENTO MÍNIMO: 100M. COR: BRANCA. ODOR E SABOR: MENTA. ATIVO: POLIAMIDA. PROMOTOR DE ADERÊNCIA: PARAFINA. LUBRIFICANTE E AROMATIZANTE: ÓLEO ESSENCIAL DE MENTA. VALIDADE: 3 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	ALG	UNIDADE	1000	R$ 1,1800	R$ 1.180,00
82	1	FIO DE SUTURA MONONYLON 4.0 AGULHADO COM AGULHA CT ½ EM AÇO INOX. CAIXA COM: 24 ENVELOPES INDIVIDUAIS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	MEDIX	CAIXA C/24	300	R$ 27,4800	R$ 8.244,00
83	1	FIO DE SUTURA MONONYLON 5.0 AGULHADO COM AGULHA CT ½ EM AÇO INOX. CAIXA COM: 24 ENVELOPES INDIVIDUAIS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	MEDIX	CAIXA C/24	150	R$ 27,4800	R$ 4.122,00
179	1	SUGADOR ODONTOLÓGICO CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE E ATÓXICO, FEITO COM UM ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA QUE A FIXAÇÃO SEJA FEITA DE FORMA IMEDIATA E NA POSIÇÃO CORRETA. DESCARTÁVEL: USO ÚNICO. PONTEIRA: EXTRA MACIA. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 40UN.	MAX-CLEAN	PACOTE	1000	R$ 5,6400	R$ 5.640,00

Valor Total Homologado - R$ 40.033,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n ° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:EA7492C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ: 02.482.141/0001-13
LOTES: 6, 24, 53, 64, 75, 89, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 135, 137, 138, 141, 148, 150, 166, 170, 173 e 184.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
6	1	AVENTAL CIRÚRGICO ESTÉRIL EM KIT. GRAMATURA 40. O KIT DEVE CONTER: - 2 AVENTAIS MANGAS LONGAS; - 2 TOALHAS DE MÃO; - 1 CAMPO DE MESA IMPERMEÁVEL (70 X 90CM APROXIMADAMENTE); - 1 CAMPO DE MESA (70 X 90CM APROXIMADAMENTE); - 2 PROTETORES DE SUGADOR; - 1 CAMPO FENESTRADO (90CM X 1,40M APROXIMADAMENTE); - 1 PROTETOR DE REFLETOR. TAMANHOS DISPONPÍVEIS: PP,P,M,G,GG,XGG A SEREM DEFINIDOS NO PEDIDO.	AME-DICA	KIT	300	R$ 33,57	R$ 10.071,00
24	1	BROCAS DIAMANTADAS EM KIT. PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO, PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA, FINO E ULTRA FINO, COMPOSTA DE 7 BROCAS NA COR DOURADA. COM AS SEGUINTES NUMERAÇÕES: 3168F/3168FF/1190F/1190FF/3118F/3195F/2135F.	FAVA	UNIDADE	50	R$ 35,440	R$ 1.772,00
53	1	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR CONDENSÁVEL DE PRESA QUÍMICA. O MAIS UTILIZADO NA TÉCNICA DE TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO E COM INTENSA LIBERAÇÃO DE FLÚOR. MISTURA CONDENSÁVEL E NÃO PEGAJOSA, TODO O MATERIAL PODE SER INSERIDO NA CAVIDADE EM UMA ÚNICA MANOBRA (PASSO ÚNICO), BIOCAMPATÍVEL, RADIOPACO, BAIXA SOLUBILIDADE E MENOR EROSÃO DO MATERIAL NA CAVIDADE ORAL. EMBALAGEM CONTENDO: 5G DE PÓ; 2,4ML DE LÍQUIDO ACESSÓRIOS. COR A2. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	FGM / MAXXION R A2	CAIXA	110	R$ 17,550	R$ 1.930,50
64	1	CUNHA ANATÔMICA PLÁSTICA INTERPROXIMAL SORTIDO C/120UN CONFECCIONADAS EM MATERIAL PLÁSTICO; FORMATO ANATÔMICO: FORMA VAZIA EM "V" PERMITINDO UMA COMPRESSÃO SUAVE E ADAPTAÇÃO PRECISA À ANATOMIA DOS DENTES, MINIMIZANDO DANOS À PAPILA. GEOMETRIA DA CABEÇA ARREDONDADA PARA FACILITAR O MANUSEIO, PERMITINDO COLOCAÇÃO E REMOÇÃO SUAVES COM QUALQUER PINÇA OU FÓRCEPS PADRÃO. GUIAMENTO PRECISO: PROTEGE A PAPILA E GUIA A BANDA MATRIZ PARA A ÁREA CERVICAL DO DENTE, GARANTINDO UM PROCEDIMENTO EFICAZ; IDENTIFICAÇÃO DOS TAMANHOS POR CORES DISTINTAS; KIT CONTENDO TODOS OS TAMANHOS SORTIDOS, INCLUINDO TODOS OS TAMANHOS DISPONÍVEIS GRANDE, MÉDIO, PEQUENO E EXTRA PEQUENO. CAIXA COM: 120 UNIDADES DE TAMANHOS VARIADOS.	AMERI-CAN BURRS	KIT	18	R$ 84,290	R$ 1.517,22
75	1	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA SOLUÇÃO À BASE DE ERITROSINA, FRASCO COM 500ML. O PRODUTO É UTILIZADO PARA AUXILIAR NA IDENTIFICAÇÃO DE PLACA BACTERIANA EM PROCEDIMENTOS DE HIGIENE BUCAL, SENDO INDICADO INCLUSIVE PARA USO PEDIÁTRICO (A PARTIR DE 7 ANOS).	IOIDON-TOSUL	FRASCO C/500 ML	100	R$ 32,270	R$ 3.227,00
89	1	FIXADORRADIOGRÁFICO. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, TIOSSULFATO DE AMÔNIO E TIOCIANATO DE AMÔNIO. FORMA FÍSICA: LÍQUIDO. INCOLOR. EMALAGEM COM: 500 ML.	DPC BRASIL	FRASCO C/500 ML	250	R$ 8,7800	R$ 2.195,00
107	1	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. FRASCO CONTENDO 10G. AÇÃO ANTIMICROBIANA E PROPRIEDADES DE INDUÇÃO DE DENTINA. PH ALCALINO.	MAQUI-RA	UN	50	R$ 4,8600	R$ 243,00
111	1	INSERTO LONGO COM SUPERFÍCIE CIRCULAR E PONTA ARREDONDADA, PARA: REMOÇÃO DE BIOFILME E CÁLCULO SUPRA E SUBGENGIVAIS DE ÁREAS PROXIMAIS DOS DENTES SUPERIORES E INFERIORES. INSERTO P10.	HOL-DENT	UN	20	R$ 45,900	R$ 918,00
112	1	INSERTO LONGO COM SUPERFÍCIE CIRCULAR E PONTA ARREDONDADA, IDEAL PARA: FURCAS INFERIORES: VESTIBULAR LADO ESQUERDO E LINGUAIS DO LADO DIREITO E FURCAS SUPERIORES: VESTIBULAR E DISTAL DOS MOLARES	HOL-DENT	UN	20	R$ 45,900	R$ 918,00

		E FURCAS MESIAIS DOS PREMOLARES DO LADO ESQUERDO E DOS MOLARES DO LADO DIREITO. INSERTO P12.					
113	1	INSERTO LONGO COM CURVATURA PARA DIREITA COM SUPERFÍCIE CIRCULAR E PONTA ARREDONDADA, IDEAL PARA: FURCAS INFERIORES: VESTIBULAR LADO DIREITO E LINGUAIS DO LADO ESQUERDO E FURCAS SUPERIORES: VESTIBULAR E DISTAL DOS MOLARES ESQUERDOS E FURCAS MESIAIS DOS PREMOLARES DO LADO ESQUERDO E DOS MOLARES DO LADO DIREITO. INSERTO P11.	HOL-DENT	UN	20	R$ 45,900	R$ 918,00
114	1	INSERTOS PONTEIRAS EM KIT ORIGINAIS P1, G1 E G2.	HOL-DENT	KIT	20	R$ 137,00	R$ 2,740,00
115	1	KIT COMPLETO PARA POLIMENTO DE RESINA. O KIT DEVERÁ CONTER: 3 POLIDORES DE GRANULOMETRIA GROSSA FORMATO CHAMA, TAÇA E DISCO; 3 POLIDORES DE GRANULOMETRIA MÉDIA FORMATO CHAMA, TAÇA E DISCO; 3 POLIDORES DE DE GRANULOMETRIA MÉDIA FORMATO CHAMA, TAÇA E DISCO; 3 POLIDORES DE GRANULOMETRIA FORMATO CHAMA, TAÇA E DISCO; 1 ESCOVA PELO DE CABRA; COM BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL. SISTEMA COMPLETO DE POLIMENTO DE RESINA. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	MICRO-DONT/COM-PLETE COM-POSITE	KIT	40	R$ 61,03	R$ 2.441,20
116	1	KIT PONTA DE POLIMENTO ABRASIVA DE SILICONE. KIT COM 8 UNIDADES SORTIDAS (FORMATOS TAÇA, CHAMA E DISCO) + 1 MANDRIL. PONTAS DE SILICONE/BORRACHA ABRASIVA. PARA INSTALAR NO CONTRA-ÂNGULO. CATMAT: 439281	MICRO-DONT/FAST COM-POSITE	KIT	40	R$ 42,460	R$ 1.698,40
134	1	MANDRIL PARA CONTRA-ÂNGULO E DISCOS. AÇO INOX. 25MM. AUTOCLAVÁVEL.	PREVEN	UN	50	R$ 3,6000	R$ 180,00
135	1	MANDRIL E DISCOS DE ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÃO EM RESINA, FLEXÍVEL, IMPERMEÁVEL, 4 GRANULAÇÕES (GROSSA, MÉDIA, FINA E SUPERFINA), IDENTIFICADAS POR COR, CENTRO PERFURADO PARA ADAPTAÇÃO DO MANDRIL. EMBALAGEM CONTENDO: 01MANDRIL; 60 DISCOS.	FGM/DIA-MOND PRO SORTIDO	KIT	100	R$ 99,440	**R$** 9.944,00
137	1	MICROBRUSH FINO. TUBO COM 100 UNIDADES DE MICROAPLICADOR. COMPRI-MENTO DO MICROAPLICADOR: 102 MM; DIÂMETRO DO MICROAPLICADOR: 3,2 MM; MATERIAL DO PRODUTO: POLIPROPILENO COM CERDAS EM FIBRAS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	FGM/CAVI-BRUSH	UN	200	R$ 6,7500	R$ 1.350,00
138	1	MICROBRUSH REGULAR. MATERIAL DO PRODUTO: POLIPROPILENO COM CERDAS EM FIBRAS. COMPRIMENTO DO MICROAPLICADOR: 102 MM; DIÂMETRO DO MICROAPLICADOR: 3,2 MM; TUBO COM 100 UNIDADES DE MICROAPLICADOR. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	FGM/CAVI-BRUSH	UN	200	R$ 6,7500	R$ 1.350,00
141	1	PAPEL CARBONO. DUPLA COR AZUL E VERMELHO. IDEAL PARA MARCAÇÃO DE OCLUSÃO EM ESTÁTICA E DINÂMICA. MEDIDAS APROXIMADAS: 10MM X 30MM X 65MM 30G. REPRODUZ CÓPIA EXTREMAMENTE FIEL E NÃO BORRA. EMBALAGEM: COM 50 UNIDADES.	BAUSCH	CX	200	R$ 35,130	R$ 7.026,00
148	1	PEDRA DE ARKANSAS 6198.	MK LIFE	UN	50	R$ 9,7900	R$ 489,50
150	1	PLÁSTICO FILME DE PVC ROLO ESTICÁVEL DE APROXIMADAMENTE 12CM X 120M. CABO GIRATÓRIO. TRANSLÚCIDO. INDICADO PARA EMBALAR E PROTEGER AS MAIS DIVERSAS NECESSIDADES, ATENDENDO O SEGMENTO ODONTOLOGICO.	DISPA -FILM	UN	150	R$ 17,400	R$ 2,416,00
166	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: B1. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	FGM / LLIS	UNIDADE	150	R$ 11,680	R$ 1.752,00
170	1	RESINA FLUIDA FLOW. COR A2. COMPOSIÇÃO: BHT, METACRILATO. PREENCHIMENTO 2MM. COMPÓSITO FLUIDO DE VISCOSIDADE MÉDIA, OU SEJA, DE EXCELENTE FLUIDEZ, CAPAZ DE COBRIR POR COMPLETO AS PAREDES CAVITÁRIAS. INDICADO PARA CAVIDADES DE QUALQUER CLASSE. ALTO NIVEL DE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, RESISTÊNCIA MECÂNICA, DUREZA. APLICAÇÃO SEGURA E PRECISA. ALTA ESTABILIDADE DE COR. ÓTIMAS PROPRIEDADES DE POLIMENTO E BRILHO DURADOURO. COR BRANCO OPACO (WO) COM RADIOPACIDADE EXTREMAMENTE ALTA (500% AI) PARA UM FORTE CONTRASTE COM O TECIDO DENTÁRIO OU OUTROS MATERIAIS DE RESTAURAÇÃO. EMBALAGEM COM: 2 SERINGAS DE 2G CADA.	BIODINAMICA/MASTER FLOW	KIT	200	R$ 12,080	R$ 2.416,00
173	1	REVELADOR RADIOGRÁFICO COMPOSIÇÃO: ÁGUA, DIETILENO GLICOL, HIDROQUINONA E CARBONATO DE POTÁSSI200O. FORMA FÍSICA: LÍQUIDO. EMBALAGEM COM 500ML.	DPC BRASIL	FRASCO C/500 ML	250	R$ 8,7800	R$ 2.195,00
184	1	VERNÍZ FLUORETADO. VERNIZ DE SECAGEM RÁPIDA COM UMA COMBINAÇÃO DE 6% DE FLUORETO DE SÓDIO E 6% DE FLUORETO DE CÁLCIO. EMBALAGEM CONTENDO: 1 FRASCO DE 10ML DE VERNIZ; 1 FRASCO DE 10ML DE SOLVENTE.	FGM / DUO-FLUO- RID XII	KIT	100	R$ 14,850	R$ 1.485,00

Valor Total Homologado - R$ 61.400,82

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:3B679EE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: BIO LOGICA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.175.908/0001-12

Lotes: 66, 109, 145 e 149.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
66	1	DESSENSSIBILIZANTE DENTINÁRIO, COMPOSTO DE NITRATO DE POTÁSSIO 6% E FLUORETO DE SÓDIO 2%.EMBALAGEM CONTENDO: 3 SERINGAS COM 3G CADA; 3 PONTERIAS DE APLICAÇÃO; MANUAL DE INSTRUÇÕES.	AF do BRASIL	CAIXA	50	R$ 14,4900	R$ 724,50
109	1	INDICADOR BIOLÓGICO PARA TESTE NA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. EMBALAGEM COM: 10 UNIDADES	DTECH	CAIXA	150	R$ 21,0000	R$ 3.150,00
145	1	PASTA PROFILÁTICA ODONTOLÓGICA PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EXÓGENAS, PLACAS, MATÉRIA ALBA E RESÍDUOS ORAIS. COM FLÚOR. SEM ÓLEO. CONSISTÊNCIA PASTOSA PARA EVITAR ESCORRIMENTO. SABOR ARTIFICIAL. INDICADA PARA POLIMENTO FINAL. EMBALAGEM: BISNAGA COM NO MÍNIMO 90G. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	AF do BRASIL	Tubo	150	R$ 3,8600	R$ 579,00
149	1	PEDRA POMES EM PÓ EXTRA-FINA. EMBALAGEM COM 100 GRAMAS.	AF do BRASIL	UNIDADE	30	R$ 3,5400	R$ 106,20

Valor Total Homologado – R$ 4.559,70

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso,

devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:6CF60479

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

•
DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

•
A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.

•
Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA
CNPJ: 44.223.526/0001-06

Lotes: 56, 73 e 88.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
56	1	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO. RADIOPACO, FOTOPOLIMERIZÁVE L E OFERECE ADESÃO À DENTINA. É DE ALTA CARGA, ESPECIALMENTE FORMULADA PARA REDUZIR A CONTRAÇÃO DURANTE O PROCEDIMENTO, MINIMIZAR A ABSORÇÃO DE ÁGUA E PROPORCIONAR UMA VISCOSIDADE MAIOR, FACILITANDO A APLICAÇÃO. COR: DENTINA. FOTOPOLIMERIZÁVE L. COMPOSIÇÃO: CONTÉM HIDRÓXIDO DE CÁLCIO E HIDROXIAPATITA DE CÁLCIO EM UMA BASE DE DIMETACRILATO DE URETANO (UDMA). APRESENTAÇÃO: EM SERINGA. PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO FOTOPOLIMERIZÁVEL . PERMITE UMA APLICAÇÃO CONTROLADA E PRECISA COM SERINGA. NÃO DISSOLVE AO LONGO DO TEMPO. ADESÃO DE 3–5 MPA NA DENTINA SECA. CATMAT: 421356	Maquira	UNIDADE	180	R$ 18,3000	R$ 3.294,00
73	1	ESPONJA HEMOSTÁTICA. COMPOSTA POR GELATINA DE ORIGEM PORCINA. ESTÉRIL. ATÓXICO E APIROGÊNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES 1X1X1 CM. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	Maquira	CAIXA	120	R$ 36,9000	R$ 4.428,00
88	1	FITA MATRIZ DE POLIÉSTER 10MM. 1 UNIDADE DE ROLO DE FITA MATRIZ COM 15M. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. CATMAT:406147	TDV	UNIDADE	100	R$ 46,8800	R$ 4.688,00

Valor Total Homologado – R$ 12.410,00

•
A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

•
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

•
O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

•
O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

•
Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.

•

Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.

•
Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.

•
A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.

•
Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.

•
Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:

•
Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.

•
A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

•
– **Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:**

•
Local de Entrega: Almoxarifado Central

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral. **Horário de entrega:** Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

•
O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

•
A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.

•
Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

•
DA FORMA DE PAGAMENTO

•
Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.

•
O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

•
Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagame nto passará a fluir após a sua reapresentação.

•
A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

•
Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

•

No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

•

Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

•

Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

•

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

•

É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

•

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

•

Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

•

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

•

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

•

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

•

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

•

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

•

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

•

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

•

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

•

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

•

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

•

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

•

- O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

•

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

•

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

•

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de

despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

•

O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

•

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

•

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

•

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

•

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

•

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

•

Mantiverem sua proposta original.

•

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

•

O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

•

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

•

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

•

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

•

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

•

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

•

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

•
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

•
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

•
Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

•
Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

•
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

•
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

•
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

•
O reajuste será realizado por apostilamento.

•
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

•
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

•
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

•
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

•
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

•
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

•
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

•
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

•
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

•
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

•
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

•
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

•
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para

que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

•
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

•
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

•
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

•
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

•
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

•
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

•
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

•
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

•
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

•
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

•
Por razão de interesse público;

•
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

•
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

•
DAS PENALIDADES

•
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

•
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

•

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

•
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

•
OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

•
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

•
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

•
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

•
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

•
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

•
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

•
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

•
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

•
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

•
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

•
O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

•
Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

•
DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

•
A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

•
A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

•

Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

•
A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

•
A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

•
No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

•
A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

•
DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n ˚ 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular; Bruna Malucelli – titular;

•
CONDIÇÕES GERAIS

•
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

•
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Anexo I da Ata de Registro de Preços Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A720096E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: E.C.S. TECNOLOGIA EM SAUDE, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO
CNPJ: 35.706.397/0001-16

Lote**s: 22, 23, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 76, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131 e 132.**

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
22	1	BROCA CIRÚRGICA HASTE LONGA NÚMERO 701. COM MATÉRIA-PRIMA CUIDADOSAMENTE SELECIONADA PARA GARANTIR MÁXIMA DUREZA DA PONTA DE CORTE E FORÇA DO PESCOÇO DE CADA BROCA EVITANDO O RISCO DE QUEBRA. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	UNIDADE	50	R$ 5,0000	R$ 250,00

23	1	BROCA CIRÚRGICA HASTE LONGA NÚMERO 702. COM MATÉRIA-PRIMA CUIDADOSAMENTE SELECIONADA PARA GARANTIR MÁXIMA DUREZA DA PONTA DE CORTE E FORÇA DO PESCOÇO DE CADA BROCA EVITANDO O RISCO DE QUEBRA. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	UNIDADE	50	R$ 8,0000	R$ 400,00
31	1	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1011HL PARA ALTA ROTAÇÃO. TIPO DE ENCAIXE: FG. HASTE: LONGA. AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	MICRO-DONT	UNIDADE	180	R$ 2,1400	R$ 385,20
44	1	BROCAS GATES 32MM N° 1. EM AÇO INOX. COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO E ESTERILIZAÇÕES INCLUINDO AUTOCLAVE, VAPOR QUÍMICO, E LÍQUIDOS SUPER ÁCIDOS; PARA BAIXA ROTAÇÃO. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES.	D PERFECT	CX C/6 UNIDADES	25	R$ 25,5000	R$ 637,50
45	1	BROCAS GATES 32MM N° 2. EM AÇO INOX. COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO E ESTERILIZAÇÕES INCLUINDO AUTOCLAVE, VAPOR QUÍMICO, E LÍQUIDOS SUPER ÁCIDOS; PARA BAIXA ROTAÇÃO. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES.	D PERFECT	CX C/6 UNIDADES	25	R$ 25,5000	R$ 637,50
46	1	BROCAS GATES 32MM N° 3. EM AÇO INOX. COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO E ESTERILIZAÇÕES INCLUINDO AUTOCLAVE, VAPOR QUÍMICO, E LÍQUIDOS SUPER ÁCIDOS; PARA BAIXA ROTAÇÃO. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES.	D PERFECT	CX C/6 UNIDADES	25	R$ 25,5000	R$ 637,50
47	1	BROCAS GATES 32MM N°4. COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO E ESTERILIZAÇÕES INCLUINDO AUTOCLAVE, VAPOR QUÍMICO, E LÍQUIDOS SUPER ÁCIDOS; PARA BAIXA ROTAÇÃO. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES.	D PERFECT	KIT	25	R$ 25,5000	R$ 637,50
48	1	BROCA ZEKRYA N° 151L- Z. TAMANHO LONGA 21MM. ALTA ROTAÇÃO. COM PONTA ATIVA. FORMATO TRONCO-CÔNICA. FABRICADA 100% EM TUNGSTÊNIO K20. PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	UNIDADE	100	R$ 9,0000	R$ 900,00
76	1	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS. INDICADO PARA REMOÇÃO DE TECIDO VIVO DO INTERIOR DO CANAL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL ESTERILIZÁVEL A 150 GRAUS. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. N° 10-40 21MM. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	D PERFECT	KIT	50	R$ 16,2000	R$ 810,00
119	1	LIMAS C-PILOT 1º SÉRIE Nº 15 PARA ENDODONTIA. TAMANHO: 21MM. . LIMA DE ALTA FLEXIBILIDADE. LIMA MANUAL. SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRANGULAR. PONTA INATIVA. MATERIAL DA PARTE ATIVA: AÇO INOXIDÁVEL. MATERIAL DO STOP: SILICONE. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	KIT	50	R$ 22,5000	R$ 1.125,00
120	1	LIMAS C-PILOT 1º SÉRIE Nº 15 PARA ENDODONTIA. TAMANHO: 25MM. LIMA DE ALTA FLEXIBILIDADE. LIMA MANUAL. SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRANGULAR. PONTA INATIVA. MATERIAL DA PARTE ATIVA: AÇO INOXIDÁVEL. MATERIAL DO STOP: SILICONE. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	D PERFECT	KIT	50	R$ 22,5000	R$ 1.125,00
122	1	LIMA HEDSTROEM 1ª SÉRIE (15 A 40) 25 MM. CAIXA COM 6 UNIDADES. CATMAT: 418546	D PERFECT	CAIXA	50	R$ 9,0000	R$ 450,00
124	1	LIMA HEDSTROEM 2ª SÉRIE (45 A 80) 25 MM. CAIXA COM 6 UNIDADES.	D PERFECT	CAIXA	50	R$ 8,6000	R$ 430,00
127	1	LIMA K #15-40 1ª SÉRIE. TAMANHO 25MM. PARA PREPARO DE CANAIS RADICULARES. COM SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRADA. MATERIAL: AÇO INOX. ALTA RESISTÊNCIA. IDEAL PARA TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS QUE EXIGEM PRECISÃO E DURABILIDADE. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA MESMO SOB TORQUE. EXCELENTE CONTROLE TÁTIL DURANTE A INSTRUMENTAÇÃO. IDEAL PARA CANAIS ESTREITOS OU CURVOS. COMPATÍVEL COM PROTOCOLOS DE INSTRUMENTAÇÃO MANUAL. MAIOR DURABILIDADE CLÍNICA E MENOS ÍNDICE DE FRATURA. VALIDADE INDETERMINADA. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	KIT	50	R$ 8,6000	R$ 430,00
129	1	LIMA K #45-80 2ª SÉRIE. TAMANHO 25MM. PARA PREPARO DE CANAIS RADICULARES. COM SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRADA. MATERIAL: AÇO INOX. ALTA RESISTÊNCIA. IDEAL PARA TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS QUE EXIGEM PRECISÃO E DURABILIDADE. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA MESMO SOB TORQUE. EXCELENTE CONTROLE TÁTIL DURANTE A INSTRUMENTAÇÃO. COMPATÍVEL COM PROTOCOLOS DE INSTRUMENTAÇÃO MANUAL. MAIOR DURABILIDADE CLÍNICA E MENOS ÍNDICE DE FRATURA. VALIDADE INDETERMINADA. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	KIT	100	R$ 8,6000	R$ 860,00
130	1	LIMA K #08 25MM. USO MANUAL. MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA. SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRADA. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	D PERFECT	KIT	100	R$ 8,4000	R$ 840,00
131	1	LIMA K #10 25MM. USO MANUAL. MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA. SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRANGULAR. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	KIT	100	R$ 8,6000	R$ 860,00
132	1	LIMA K #15 25MM. USO MANUAL. MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL. ALTA RESISTÊNCIA À FRATURA. SECÇÃO TRANSVERSAL QUADRADA. EMBALAGEM COM: 6 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	D PERFECT	KIT	100	R$ 8,4000	R$ 840,00

Valor Total Homologado – R$ 12.255,20

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:8FC26CDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação

na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ: 10.633.441/0001-84

Lote**s: 62, 85 e 136.**

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
62	1	CLOREXIDINA GLUCONATO 0,12% SEM ÁLCOL. ASPECTO FÍSICO: SOLUÇAO. FORMA FARMACÊUTICA: COLUTÓRIO (ANTISSÉPTICO BUCAL). FRASCOS CONTENDO 2 LITROS. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	Prolink	Frasco	100	R$ 35,9000	R$ 3.590,00
85	1	FITA DE AÇO CINTA PROFILÁTICA - É IMPRESCINDÍVEL NOS TRABALHOS DE PROFILAXIA POIS ACESSA COM FACILIDADE A REGIÃO PROXIMAL, ONDE SUA FACE ATIVA AGE EFICAZMENTE NA REMOÇÃO DE CÁLCULOS DENTAIS. AS MICROLÂMINAS CIRCULARES, LOCALIZADAS EM TORNO DOS FUROS EM UMA DAS FACES DA FITA, TEM COMO PRINCIPAL CARACTERÍSTICA UMA AÇÃO CONTRA OS CÁLCULOS, PRESERVANDO, PORÉM, A INTEGRIDADE DO ESMALTE E DOS MATERIAIS RESTAURADORES. 100 MM COM 10 UNIDADES.	Microdont	PACOTE	50	R$ 31,0000	R$ 1.550,00
136	1	MATRIZ UNIMATRIX.KIT SORTIDO. AÇO INOX. ESPESSURA DA MATRIZ DE 0,05MM. PRÉ-CONTORNADAS. MATRIZES SECCIONAIS PARA RESTAURAÇÕES CLASSE II. EMBALAGEM COM: 50 UNIDADES	Iodontosul	KIT	40	R$ 67,0000	R$ 2.680,00

Valor Total Homologado – R$ 7.820,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:BBF01935

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: LDG CLEAN COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 49.087.735/0001-93

Lote**s: 117 e 118.**

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
117	1	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL COM ESTOJO COMPOSTO DE 01 ESTOJO DE ESTRUTURA RÍGIDA DE LIGA DE POLIPROPILENO E ADITIVADOS COM TAMPA EM FORMATO DE PRISMA, TRONCO ELÍPTICO E ESTOJO EM FORMA DE TRONCO CÔNICA COM BASE EM ELIPSE. APRESENTA ENCAIXE COM ALÇA. MEDIDAS APROXIMADAS DE 20CM DE ALTURA X 6 CM DE LARGURA E 3,5CM DE DIÂMETRO. COM 01 ESCOVA DE DENTE INFANTIL COM NO MÍNIMO 28 TUFOS DE CERDAS MACIAS, COM COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 15CM, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO LACRADO. 01 FIO DENTAL EM POLIAMIDA CERA E AROMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ESTOJO PLÁSTICO EM ROLO COM 25 METROS. FIO DE RESINA TERMOPLÁSTICA, QUE RESISTE AO DESFIAMENTO E ROMPIMENTO, SUAVE PARA GENGIVAS; COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. 01 CREME DENTAL COM NO MÍNIMO 1500PPM DE FLÚOR SABOR MENTA, EMBALADO EM BISNAGA PLÁSTICA COM NO MÍNIMO 50 GRAMAS. IMAGEM ILUSTRATIVA:	ALG DENTAL	KIT	3000	R$ 3,6900	R$ 11.070,00
118	1	KIT DE HIGIENE BUCAL ADULTO: CONTENDO: - 1 CREME DENTAL 50G EM TUBO PLÁSTICO (COMPOSIÇÃO: CARBONATO DE CÁLCIO, SORBITOL, CARBOXIMETILCELULOSE DE SÓDIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO, LAUREL SULFATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA, FOSFATO TRISSÓDICO, SABOR, FORMALDEÍDO, MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO, ÁGUA). - 1 FIO DENTAL DE 25 M, EM POLIAMIDA, CERA E AROMA. - 1 ESCOVA DENTAL ADULTO (COM CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 3 A 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO DE 28 A 32 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO, MEDINDO DE 15 E 17 CM, ANATÔMICO, COM EMPUNHAMENTO, EMBALADA EM SAQUINHO - (PLÁSTICO COM PROTETOR DE CERDAS, CORES VARIADAS). - 1 SACOLINHA PLÁSTICA DE PVC DE 0,20MM. SENDO A FRENTE TRANSPARENTE E VERSO BRANCO, MEDINDO APROXIMADAMENTE12 X 20 CM.	ALG DENTAL	KIT	3000	R$ 3,7900	R$ 11.370,00

Valor Total Homologado – R$ 22.440,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:12D532AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI
CNPJ: 43.352.606/0001-07

Lote**s: 93, 143, 168, 171, 176 e 177.**

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
93	1	GELO SECO PARA TESTE DE VITALIDADE PULPAR. FRASCO DE 200ML.	Maquira	Frasco	50	R$ 31,0000	R$ 1.550,00
143	1	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACA, PRONTA PARA USO, ASSOCIADA AO IODOFÓRMIO. SERINGA CONTENDO 2,5G. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA.	Maquira	UNIDADE	150	R$ 21,3000	R$ 3.195,00
168	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: C4. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	Biodinâ-mica	UNIDADE	100	R$ 49,5000	R$ 4.950,00
171	1	RESINA OPAQUER PINK. RESINA OPACIFICADORA FLUÍDA FOTOPOLIMERIZÁVEL; ADEQUADA PARA MASCARAR SUBSTRATO DE DENTES ESCURECIDOS E SUPERFÍCIES METÁLICAS; VISCOSIDADE ADEQUADA E ALTO NIVELAMENTO PARA FÁCIL MANIPULAÇÃO; TECNOLOGIA APS; ALTA OPACIDADE; EMBALAGEM COM: 1 SERINGA DE 2G E 2 PONTEIRAS. VALIDADE: 2 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO.	FGM	KIT	100	R$ 89,9500	R$ 8.995,00
176	1	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA DE CLORETO DE ALUMÍNIO 10ML.	Biodinâ-mica	UNIDADE	80	R$ 12,3000	R$ 984,00
177	1	SUGADOR CIRÚRGICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL. ATÓXICO. EMBALAGEM: COM 20 UNIDADES.	Maquira	CAIXA	200	R$ 14,6500	R$ 2.930,00

Valor Total Homologado – R$ 22.604,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9212FBD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ODONTOMED T/A LTDA
CNPJ: 27.205.945/0001-04

Lote**s: 78 e 79.**

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
78	1	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL INFANTIL. TAMANHO APROXIMADO: 2,2X3,5 CM. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO EMBALAGEM: COM 100 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	CARES-TREAM	CAIXA C/100 UNIDADES	100	R$ 232,36	R$ 23.236,00
79	1	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL ADULTO. TAMANHO APROXIMADO: 31,0 X 35,0 MM. COR: AZUL. CLASSE DE VELOCIDADE: E (INTERMEDIÁRIA). COMPATIBILIDADE: COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO E MANUAL. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM: COM 150 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	CARES-TREAM	CAIXA	150	R$ 175,00	R$ 26.250,00

Valor Total Homologado – R$ 49.486,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.

2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas:

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:ABF341A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ODONTO SUL LTDA
CNPJ: 04.971.211/0001-22

LOTES: 65, 72, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 162, 163, 164, 165, 167 e 169.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total

65	1	CUBA DE INOX PARA ASSEPSIA. CAPACIDADE: 530ML; MEDIDAS APROXIMADAS: 13,5 X4,5 CM; AUTOCLAVÁVEL. GARANTIA DE 12 MESES. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA	COOPER-FLEX	UNIDADE	50	R$ 28,0000	R$ 1.400,00
72	1	ESPELHO DE MÃO COM CABO ERGONÔMICO, IDEAL PARA USO ODONTOLÓGICO. POSSUI TAMANHO APROXIMADO DE 20 CM DE COMPRIMENTO POR 1,5 CM DE LARGURA, PROPORCIONANDO FÁCIL MANUSEIO E PRECISÃO. INDICADO PARA AUXILIAR PACIENTES NA VISUALIZAÇÃO DO TRATAMENTO REALIZADO, GARANTINDO MAIOR COMPREENSÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. FABRICADO COM MATERIAIS RESISTENTES, LEVES E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, OFERECENDO PRATICIDADE E DURABILIDADE NO USO DIÁRIO.	CON-FORT	UNIDADE	20	R$ 14,5000	R$ 290,00
94	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 0. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	15	R$ 6,2000	R$ 93,00
96	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 14. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	15	R$ 6,2000	R$ 93,00
97	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 201. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	15	R$ 6,2000	R$ 93,00
98	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 205. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	15	R$ 6,2000	R$ 93,00
99	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 209. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	15	R$ 6,2000	R$ 93,00
100	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 212. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	10	R$ 6,2000	R$ 62,00
101	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO 29. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	30	R$ 6,2000	R$ 186,00
104	1	GRAMPO DE ISOLAMENTO PARA FIXAÇÃO DO LENÇOL DE BORRACHA NÚMERO W8A. AÇO IMMUNITY. AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA.	COOPER-FLEX	UNIDADE	15	R$ 6,2000	R$ 93,00
162	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: A1. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	LLIS	UNIDADE	150	R$ 14,5000	R$ 2.175,00
163	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: A2. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	LLIS	UNIDADE	150	R$ 14,5000	R$ 2.175,00
164	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: A3. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	LLIS	UNIDADE	200	R$ 14,5000	R$ 2.900,00
165	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: A3,5. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS	LLIS	UNIDADE	150	R$ 14,5000	R$ 2.175,00

		TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70.. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.					
167	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR: B2. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES ANTERIORES QUANTO POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	LLIS	UNIDADE	150	R$ 14,5000	R$ 2.175,00
169	1	RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA DE ALTO DESEMPENHO PARA RESTAURAÇÕES. COR:UD. SUA FÓRMULA COMBINA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA COM O EFEITO CAMALEÃO, OFERECENDO RESULTADOS DISCRETOS, NATURAIS E DURADOUROS TANTO EM DENTES POSTERIORES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: NÃO ESCORRE, EXTREMAMENTE FÁCIL DE ESCULPIR. PREENCHIMENTO: INDICADA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS ANTERIORES E POSTERIORES. FOTOPOLIMERIZÁVEL. ESMALTE E DENTINA: DIÓXIDO DE SILICONE, SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), VIDRO DE BÁRIO (NANOPARTÍCULAS 400NM), YBF3 (< 1MM), BISGMA, TEGDMA, EBPADMA. INCISAL: VIDRO DE BOROSSILICATO (NANOPARTÍCULAS 400NM), SÍLICA (NANOPARTÍCULAS 50NM), UDMA, TMPTA SR 351H. CARGA EM PESO: 78%. CARGA EM VOLUME: 61%. PERCENTUAL DE CONTRAÇÃO: 2,70.. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DEVE POSSUIR REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM: SERINGA DE 4G.	Z100	UNIDADE	200	R$ 42,0000	R$ 8.400,00

Valor Total Homologado – R$ 22.496,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;

Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas:

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:F366290B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 312/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 66/2026**, **processo administrativo nº 5183/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de materiais e insumos odontológicos.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES - EPP
CNPJ: 26.240.632/0001-16
LOTES: 4, 13, 77, 151 e 152.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	1	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA 30G. CAIXA C/ 100 UNIDADES. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. CATMAT:442142	PROCARE	CAIXA C/100 UNIDADES	150	R$ 21,9000	R$ 3.285,00
13	1	BLOCO DE PAPEL PARA ESPATULAÇÃO. MEDIDA APROXIMADA: 10X7,5CM. IDEAL PARA ESPATULAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS. BLOCO COM 50 FOLHAS.	DMS	UNIDADE	150	R$ 3,1200	R$ 468,00
77	1	FICHA DE RAIO-X 2 ESPAÇOS ADULTO. PAPEL OFFSET 240G. FORMATO 11X8CM. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	DMS	KIT	50	R$ 9,5200	R$ 476,00
151	1	POLIDOR ODONTOLÓGICO TIPO RODA, MATERIAL CARBETO DE SILÍCIO, HASTE PARA CONTRA-ÂNGULO (CA), USO INTRAORAL. INDICADO PARA ALTO BRILHO EM CERÂMICAS E RESINAS. GRANULOMETRIA FINA, FLEXÍVEL, AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE OU EQUIVALENTE	AMERI-CAN BURRS	UNIDADE	40	R$ 23,8200	R$ 952,80
152	1	POLIDOR ODONTOLÓGICO TIPO CHAMA, MATERIAL CARBETO DE SILÍCIO, HASTE PARA CONTRA-ÂNGULO (CA), USO INTRAORAL. INDICADO PARA ALTO BRILHO EM CERÂMICAS E RESINAS. GRANULOMETRIA FINA, FLEXÍVEL, AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE OU EQUIVALENTE	AMERI-CAN BURRS	UNIDADE	40	R$ 24,2200	R$ 968,80

Valor Total Homologado – R$ 6.150,60

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de valor mínimo ou quantidade mínima por pedido, devendo atender integralmente a todas as solicitações formalizadas mediante emissão de empenho.
2.2.3 Os itens deverão ser entregues com prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de entrega.
2.2.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE. Para troca de marca do produto o município deve ser consultado, antes da entrega do item, para autorização.
2.2.5 Não será permitida a adesão à ata por outros municípios.
2.2.6 Justificativa para exigência de marca dos itens 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170 do edital:
2.2.7 Adota-se como marca de referência as resinas Forma Ultradent e Herculite Precis Kerr, ou equivalentes de qualidade superior, em razão de apresentarem elevado padrão de desempenho clínico, durabilidade, estética e adequada aderência aos procedimentos restauradores realizados pela equipe técnica. Ressalta-se que, em aquisições anteriores, foi utilizada marca de qualidade inferior à atualmente referenciada, a qual não apresentou resultados satisfatórios quanto à aderência e efetividade do tratamento odontológico, comprometendo a qualidade dos procedimentos executados.
2.2.8 A indicação de marca de referência visa garantir a padronização, segurança, eficiência e qualidade dos materiais utilizados, sem restringir a competitividade, uma vez que serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam às especificações técnicas exigidas.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

Recebimento provisório: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Recebimento definitivo: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.
- A Secretaria terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceita-la ou rejeita-la.
- Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

João Henrique de Souza – titular;
Bruna Malucelli – titular;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de setembro de 2026.

Testemunhas:

_____
João Henrique de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Bruna Malucelli
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

As empresas participantes que aceitaram cotar os itens pelos mesmos preços do adjudicatário, bem como aquelas que mantiveram suas propostas originais, encontram-se devidamente identificadas nos relatórios da sessão, anexos ao processo administrativo de origem (PA), e também disponíveis para consulta na plataforma da BLL.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A0487937

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 193/2021 – S1908

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Pregão Nº 08/2021
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – 11/2021

14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 193/2021 – S1908

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2021 NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **40.375.493 EDER PAULOSKI**, com endereço à Sit. Pov. Saída Rio Da Casa PL 91, CASA - CEP: 85270000 - Bairro: Rural, Palmital/PR inscrita no CNPJ sob nº 40.375.493/0001-69, neste ato por seu representante legal, Sr. EDER PAULOSKI, a denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 193/2021, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado ao valor do Lote 2, do Contrato Administrativo n. 193/2021, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Educação / Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
2	1	31881	LOTE LINHA 02: RIO LOGRADOR/CIDADE LOTE LINHA 02: RIO LOGRADOR/CIDADE PERÍODO: TARDE - VEÍCULOS CAPACIDADE MINIMA DE 09 LUGARES - 65 KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS	KM	421,20	5,99	2.522,99
TOTAL							2.522,99

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 08/10/2026

Município de Palmital/PR
ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

40.375.493 Eder Pauloski
EDER PAULOSKI

Gestor:
ANDRESSA NAIRNE

Fiscal:
DILCÉLIA REGINA MARTINS

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:657CAE0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETROÔNICO 35/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	40094	PISO MODULAR INDOOR 250X250MM COM NO MINIMO 8 ENCAIXES, FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE PISO MODULAR INDOOR 250 X250 X12MM SOBRE O PISO ATUAL NA ÁREA DE 652,68 M² ABSORÇÃO DE QUEDA ATÉ 0,70CM DE ALTURA, PROTEÇÃO UV E ANTIOXIDAÇÃO, FITA DE DEMARCAÇÃO ESPORTIVA EM ALTA ADERENCIA PARA VÔLEI E FUTSAL COM LINHAS DE 5 CM DE LARGURA, INCLUSO MANTA LAMINADA PEBD DE 3MM ESTENDIDA SOBRE TODA A ÁREA MEMORIAL DESCRITIVO DO PISO INDOOR MATERIAL: PP - POLIPROPILENO COPOLÍMERO CP442 DE ALTO IMPACTO E ALTA RESISTÊNCIA. MASSA: 3,52 KG/M² DIMENSÕES: 250MM X 250MM X 12MM (ATENDENDO À EXIGÊNCIA MÍNIMA DE 11MM DE ALTURA) GARANTIA: 10 ANOS (MATERIAL) E 5 ANOS PELA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA E MATERIAIS. ADITIVOS DE PROTEÇÃO: UV ATÓXICO E ANTI-OXIDAÇÃO PARA MANTER A COR ORIGINAL SISTEMA DE TRAVA ANTIFURTO: COM ENCAIXES TIPO MACHO/FÊMEA, GARANTINDO MÍNIMA EXISTÊNCIA DE VÃO E ESTABILIDADE INDEPENDENTE DE VARIAÇÕES DE TEMPERATURA ACABAMENTO: FOSCO (COM CONFORME PROJETO) RESISTÊNCIA À UMIDADE: 100% ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. ALTA ABSORÇÃO DE IMPACTO. BAIXO ABSORÇÃO DE CALOR. BAIXA AMPLITUDE DIMENSIONAL. RESISTENTE A UMIDADE, NÃO FORMA LIMO. ADITIVO ANTIESTÁTICA, NÃO CAUSA CHOQUE POR ACÚMULO DE ENERGIA ESTÁTICA;	652,68	MT²	316,14	206.338,26
TOTAL						206.338,26

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 96/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 35/2026,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO"**, conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 09 de Outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:DDB25539

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 34/2026

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 103/2026**, elaborado pela Modalidade de **Dispensa Eletrônica Nº 34/2026** teve por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CONJUNTOS DE BALANÇO INFANTIL E BANCOS EM MADEIRA PLÁSTICA COM PÉS DE AÇO, DESTINADOS À PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR, VISANDO À SUBSTITUIÇÃO DOS BALANÇOS DANIFICADOS EXISTENTES NA ÁREA DE RECREAÇÃO INFANTIL E À DISPONIBILIZAÇÃO DE BANCOS PARA PAIS, RESPONSÁVEIS E ACOMPANHANTES DAS CRIANÇAS,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO**", conforme especificado no aviso de licitação e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICO, HOMOLOGO E RATIFICO** os objetos aos licitantes:

CV MOBILIARIOS URBANOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	BANCO EM MADEIRA PLÁSTICA BANCO DESTINADO À UTILIZAÇÃO EM ÁREA EXTERNA, CONFECCIONADO EM MADEIRA PLÁSTICA, NA COR NATURAL, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES, CHUVA E EXPOSIÇÃO AO SOL, COMPOSTO POR ASSENTO E ENCOSTO, APOIADOS SOBRE ESTRUTURA/PÉS EM AÇO. O BANCO DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO: MÍNIMO DE 1,50 M; PROFUNDIDADE: MÍNIMO DE 50 CM; ALTURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 80 CM; ALTURA DO ASSENTO: APROXIMADAMENTE 40 A 45 CM. A ESTRUTURA DEVERÁ SER CONFECCIONADA EM AÇO, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ACABAMENTO ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO EM ÁREA EXTERNA. O BANCO DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 250 KG, DISTRIBUÍDA UNIFORMEMENTE, GARANTINDO RESISTÊNCIA E ESTABILIDADE PARA UTILIZAÇÃO POR MAIS DE UMA PESSOA. A MADEIRA PLÁSTICA DEVERÁ APRESENTAR RESISTÊNCIA À UMIDADE, EXPOSIÇÃO SOLAR E INTEMPÉRIES, SENDO ADEQUADA PARA UTILIZAÇÃO CONTÍNUA EM PRAÇA PÚBLICA. O ASSENTO E O ENCOSTO DEVERÃO ESTAR FIRMEMENTE FIXADOS À ESTRUTURA, APRESENTANDO ACABAMENTO ADEQUADO, SEM REBARBAS, PARTES CORTANTES OU ELEMENTOS QUE POSSAM OFERECER RISCOS AOS USUÁRIOS. O BANCO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, PRONTO PARA INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO, ACOMPANHADO DE TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS À MONTAGEM E FIXAÇÃO.	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	UND	4,00	1.280,00	5.120,00
TOTAL								5.120,00

SLG BRINQUEDOS RECREATIVOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONJUNTO DE BALANÇO INFANTIL COM CORRENTES COMPOSTO POR 01 (UM) ASSENTO E 02 (DUAS) CORRENTES METÁLICAS DE SUSTENTAÇÃO, DESTINADO À INSTALAÇÃO EM ESTRUTURA DE PLAYGROUND EXISTENTE. O ASSENTO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO DE ALTA RESISTÊNCIA, PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM ÁREA EXTERNA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 40 CM DE COMPRIMENTO X 30 CM DE LARGURA, FORMATO ANATÔMICO, ACABAMENTO ARREDONDADO E SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES. DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 50 A 90 KG POR ASSENTO. CADA CONJUNTO DEVERÁ SER COMPOSTO POR 02 (DUAS) CORRENTES METÁLICAS, PRÓPRIAS PARA EQUIPAMENTOS DE PLAYGROUND, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO/GALVANIZADO, RESISTENTES ÀS CONDIÇÕES DE USO EXTERNO, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,50 M A 2,00 M, OU COMPATÍVEL COM A ESTRUTURA EXISTENTE. O CONJUNTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, CONTENDO 01 (UM) ASSENTO, 02 (DUAS) CORRENTES E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SUA FIXAÇÃO NA ESTRUTURA EXISTENTE, GARANTINDO RESISTÊNCIA, SEGURANÇA, ESTABILIDADE E DURABILIDADE DURANTE A UTILIZAÇÃO.	KRENKE	Assento	UND	2,00	1.197,99	2.395,98
TOTAL								2.395,98

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 09 de outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:7953C0B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 35/2025

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	40094	PISO MODULAR INDOOR 250X250MM COM NO MINIMO 8 ENCAIXES, FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE PISO MODULAR INDOOR 250 X250 X12MM SOBRE O PISO ATUAL NA ÁREA DE 652,68 M² ABSORÇÃO DE QUEDA ATÉ 0,70CM DE ALTURA, PROTEÇÃO UV E ANTIOXIDAÇÃO, FITA DE DEMARCAÇÃO ESPORTIVA EM ALTA ADERENCIA PARA VÔLEI E FUTSAL COM LINHAS DE 5 CM DE LARGURA, INCLUSO MANTA LAMINADA PEBD DE 3MM ESTENDIDA SOBRE TODA A ÁREA MEMORIAL DESCRITIVO DO PISO INDOOR MATERIAL: PP - POLIPROPILENO COPOLÍMERO CP442 DE ALTO IMPACTO E ALTA RESISTÊNCIA. MASSA: 3,52 KG/M² DIMENSÕES: 250MM X 250MM X 12MM (ATENDENDO À EXIGÊNCIA MÍNIMA DE 11MM DE ALTURA) GARANTIA: 10 ANOS (MATERIAL) E 5 ANOS PELA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA E MATERIAIS. ADITIVOS DE PROTEÇÃO: UV ATÓXICO E ANTI-OXIDAÇÃO PARA MANTER A COR ORIGINAL SISTEMA DE TRAVA ANTIFURTO: COM ENCAIXES TIPO MACHO/FÊMEA, GARANTINDO MÍNIMA EXISTÊNCIA DE VÃO E ESTABILIDADE INDEPENDENTE DE VARIAÇÕES DE TEMPERATURA ACABAMENTO: FOSCO (COM CONFORME PROJETO) RESISTÊNCIA À UMIDADE: 100% ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. ALTA ABSORÇÃO DE IMPACTO. BAIXO ABSORÇÃO DE CALOR. BAIXA AMPLITUDE DIMENSIONAL. RESISTENTE A UMIDADE, NÃO FORMA LIMO. ADITIVO ANTIESTÁTICA, NÃO CAUSA CHOQUE POR ACÚMULO DE ENERGIA ESTÁTICA;	652,68	MT²	99,50	**64.941,66**
TOTAL						**64.941,66**

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 96/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 35/2026,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO**", conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 09 de Outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:DE63B89F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO

TERMO DE PRORROGAÇÃO 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025

A Prefeitura do Município de Paranaguá–PR, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Esportes e Juventude, Senhor JOSÉ MIGUEL PEREIRA, pelo Secretário Municipal de Inclusão, Senhor HALLESON RICARDO STIEGLITZ, pelo Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral, Senhor THIAGO CASAS DO NASCIMENTO, pela Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, Senhora CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO, pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria, Senhora FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca, Senhor MARCIO LUIS PEDRERO VEGA e pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Senhor JOSÉ REIS DE FREITAS NETO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e a empresa Anatur Transportes e Locações Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.515.247/0001-67, neste ato representada por RAFAEL

FRANCISCO BORGE, seu representante legal abaixo assinado. As partes acima qualificadas têm entre si justo e acordado celebrar o presente 1º Termo de Prorrogação da Ata de Registro de Preços nº 025/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, por força do presente instrumento e Processo Administrativo n° 76.583/2026, sujeitos às disposições da Lei n° 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais passam a fazer parte integrante da contratação originária.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Constitui objeto do presente a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 025/2025, com relação aos itens fornecidos pela empresa elencada acima, nas condições atualmente pactuadas, durante o período de 08 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS PACTUADOS

Ficam mantidos os preços unitários e as demais condições originalmente pactuadas na Ata de Registro de Preços nº 025/2025, considerando a comprovação da vantajosidade dos preços registrados, conforme documentação constante dos autos do Processo Administrativo nº 76.583/2026, bem como a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

EMPRESA: Anatur Transportes e Locações Ltda - ME		
CNPJ: 11.515.247/0001-67	Telefone: (41) 3423-8210 / 98817-7030	E-mail: anaturtransportes@hotmail.com
Endereço: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 3606, Sala 8 – Jd. Samambaia, Paranaguá/PR CEP: 83215-000 Representante Legal: Rafael Francisco Borge		

ITEM	CÓD IPM	QTDE	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO/SERVIÇO	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**56194**	**20201**	Prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros por quilometro rodado, com veículo tipo Van Executiva, capacidade mínima de 19 lugares, equipada com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade	KM Rodado	**R$ 15,00**	**R$ 303.015,00**
02	**56190**	**32001**	Prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros por quilometro rodado, com Micro-ônibus Executivo, capacidade mínima de 32 lugares, equipado com ar-condicionado, garantindo conforto, segurança e acessibilidade	KM Rodado	**R$ 18,77**	**R$ 600.658,77**
03	**56182**	**17001**	Prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros por quilometro rodado, com Ônibus modelo LD, de capacidade mínima de 44 lugares, equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade	KM Rodado	**R$ 20,40**	**R$ 346.820,40**
04	**56186**	**23751**	Prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros por quilometro rodado, com Ônibus modelo DD, de capacidade mínima de 59 lugares, equipado com ar-condicionado, banheiro e geladeira, garantindo conforto, segurança e acessibilidade	KM Rodado	**R$ 25,69**	**R$ 610.163,19**
VALOR TOTAL						**R$ 1.860.657,36**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS está fundamentado no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, c/c o artigo 299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023 e a ARP respectiva.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Prorrogação fica condicionada à divulgação integral do presente termo no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, à luz do que preceitua o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 025/2025 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo de Prorrogação.

E, por estarem assim justas e acordes, firmam o presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 025/2025, que vai assinado eletronicamente pelas partes.

Paranaguá, 08 de outubro de 2026

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

MARCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Anatur Transportes E Locações LTDA - ME
RAFAEL FRANCISCO BORGE

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:BD224461

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA

Dispensa de Licitação Nº 006/2026
Processo Administrativo Nº 0102026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, inscrito no CNPJ sob nº 15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba,1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranavaí, neste ato representado pelo Presidente do Consórcio CICA, Sr. José Gabriel Gonçalves Fachiano, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Caiuá/PR, considerando a dispensa de licitalção, para REGISTRO DE PREÇOS N. º 010/2026. Processo Administrativo N. º 010/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando- se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Contratação de Empresa para fornecimento de Água Mineral destinado a atender a demanda do Consórcio CICA, especificados nos itens 1.1 do Termo de Referência, anexo II do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

MIDALI SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.569.005/0001-05,
Avenida Domingos Sanches, 866, Parque Morumbi, CEP: 87703-030, Paranavaí/PR
Proprietária: Regiane C. U. De Oliveira Mota

Item	Especificação	Un.	Marca Ofertada	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Galão de água mineral natural, 20 L.	Galão	Peruille	120	R$ 15,00	R$ 1.800,00
02	Copo de água mineral de 200 ml.	Caixa	Peruille	20	R$ 33,00	R$ 660,00
03	Vasilhame (galão), vazio com capacidade de 20 L, para acondicionamento de água mineral.	Galão	Peruille	2	R$ 25,00	R$ 50,00
Valor Total						**R$ 2.510,00**

2.2. Valor total dessa ATA de Registro de Preço: R$ 2.510,00 (dois mil e quinhentos e dez reais)

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE
3.1. O órgão gerenciador será o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.2. SER CONSORCIADO CICA: (SOMENTE CONSORCIADOS CICA PODERÃO ADERIR A ATA);
4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais tenham saldo de adesão.
Dos limites para as adesões:
4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos:
4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no orçamento, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou
no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADO**
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Paranavaí, 02 de outrubro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
Presidente do CICA

REGIANE C. U. DE OLIVEIRA MOTA
Midali Serviços LTDA
Representante Legal

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:92B66B5C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 09/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Compras e Contratos
Termo Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2026 Número - Minuta - Licitação: 27 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2026 cotaCredenciamento: Não
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico
Nº 9/2026
Processo Administrativo: 27/2026
A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 34/2026.
Homologa
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 9/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens						
1823 – SERVITEC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	01 (UM) POSTO DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E EQUIPAMENTOS PARA CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES NAS INSTALAÇÕES DO CIS/ AMUNPAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA.	SERVIÇO	Serviço	1	R$565.369,13	R$565.369,13
2	POSTO VOLANTE - DIÁRIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO NAS INSTALAÇÕES DO CIS/ AMUNPAR CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	DIARIA	Serviço	225	R$262,18	R$58.990,50
					Total do Fornecedor:	R$624.359,63
					Total Geral:	R$624.359,63

Dos recursos orçamentários:
40 - 00.000.0000.3339037010000000000.00000000 - Apoio administrativo, técnico e operacional
40 - 00.000.0000.3339037020200000000.00000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

_____
Direção Geral
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 08 de outubro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:9AAC3381

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 ATA DE ANÁLISE SOBRE OS RECURSOS E CONTRARRAZÕES APRESENTADOS

Os membros da Comissão de Seleção, designados por meio da Portaria nº 1.504/2026, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí/PR para proceder ao julgamento dos Recursos Administrativos interpostos pelas entidades participantes em face do resultado preliminar de análise das propostas técnicas e planos de trabalho, publicado na Ata de Análise da Comissão de Seleção, lavrada no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2026. O certame destina-se a selecionar Organização Social qualificada na área da saúde para celebração de Contrato de Gestão, visando ao gerenciamento, operação e execução dos serviços especializados no Centro de Atendimento do Autista de Paranavaí.
Instalados os trabalhos, os membros da Comissão de Seleção reiteraram, de forma solene, unânime e expressa, a declaração de inexistência de qualquer hipótese de impedimento, suspeição ou conflito de interesses. Restou consignado que nenhum dos julgadores exerceu, nos últimos cinco anos, função, vínculo ou atividade profissional na condição de associado, cooperado, dirigente, conselheiro, empregado, prestador de serviços ou

colaborador voluntário junto a qualquer das entidades concorrentes, inexistindo vínculo direto ou indireto capaz de comprometer a estrita imparcialidade, impessoalidade, moralidade e independência técnica exigidas para o julgamento das impugnações recursais.

1. Relatório das impugnações e juízo de admissibilidade recursal

No curso regular do Chamamento Público nº 01/2026, após o recebimento das propostas e planos de trabalho, a realização de diligência saneadora e o detido exame dos documentos comprobatórios, a Comissão de Seleção divulgou o resultado de avaliação das propostas técnicas na Ata de Análise, lavrada e publicada no Diário Oficial do Município. Naquela oportunidade, aplicando-se os parâmetros fixados no instrumento de avaliação do subitem 10.8 do Edital, a Comissão atribuiu a pontuação preliminar de 100 pontos ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), classificando-o em primeiro lugar, e de 98 pontos à USC Saúde, classificando-a em segundo lugar.

Intimadas as participantes da referida ata e assegurado o prazo regulamentar para a manifestação recursal, ambas as concorrentes exerceram a prerrogativa impugnatória, manifestando tempestivamente a intenção de recorrer perante o sistema eletrônico municipal. Subsequentemente, as entidades encartaram suas razões recursais completas, trazendo fundamentação detalhada a respeito dos pontos que consideram merecedores de reforma decisória por parte desta Comissão de Seleção.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) interpôs recurso administrativo tempestivo em 23 de setembro de 2026, sustentando a existência de inconsistências materiais e formais na proposta técnica e no plano de trabalho da entidade concorrente USC Saúde.

Em síntese, a entidade recorrente alega que a proposta da USC Saúde não previu metas, indicadores ou mecanismos específicos de implantação, monitoramento e avaliação do Plano Terapêutico Compartilhado (PTC), limitando-se a abordar o Plano Terapêutico Singular (PTS), o que contrariaria a diretriz fixada no item 5.1.6 do instrumento convocatório. Afirma também que a concorrente omitiu providências para a implantação do mini jardim sensorial na praça interna da unidade, em suposta inobservância ao item 6.2.5 do Edital.

Ademais, o recorrente INDSH questionou a validade das assinaturas apostas a caneta no Estatuto Social da USC Saúde em sua versão digitalizada, asseverando a ausência de mecanismo de certificação digital no arquivo encaminhado. No tocante ao acolhimento e humanização, sustentou a falta de previsão de metas, cronograma executivo e custeio específico para a confecção e entrega da pelúcia do Mascote Institucional aos usuários no ato de ingresso.

Por fim, deduziu ampla impugnação em face da planilha orçamentária e do quadro de pessoal da USC Saúde, aduzindo a substituição indevida de rubricas do modelo editalício, valores supostamente irrisórios para materiais pedagógicos (R$ 1.500,00) e uniformes (R$ 500,00), subdimensionamento de encargos e benefícios sociais, bem como ausência de previsão para contratação de jovem aprendiz. Sob tais fundamentos, requereu a reavaliação da proposta e a correspondente redução da pontuação concedida à USC Saúde.

Por sua vez, a entidade USC Saúde formalizou seu recurso administrativo em 23 de setembro de 2026, apontando vícios e divergências na avaliação atribuída ao concorrente INDSH.

Inicialmente, arguiu a ilegalidade da diligência realizada pela Comissão em 25 de agosto de 2026, asseverando que a intimação da licitante para juntar contratos de gestão e aditivos ultrapassou os limites do poder fiscalizatório, culminando na apresentação de documentos essenciais novos para constituição de pontuação técnica, em afronta ao artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 e às disposições dos itens 5.1.6 e 10.7.4 do Edital.

Apontou, sob o mesmo prisma, a irregularidade da utilização de link de armazenamento em nuvem (Google Drive) para encaminhamento de tais documentos, contrariando vedação expressa do certame.

No mérito da avaliação técnica, a recorrente USC Saúde insurgiu-se fortemente contra a atribuição da pontuação máxima no Critério 2 (Experiência Específica em TEA) ao INDSH, argumentando que a Comissão adotou metodologia indevida de soma aritmética linear de contratos simultâneos e sobrepostos, transformando experiências paralelas em tempo sucessivo inexistente, quando o lapso cronológico real de atuação especializada do concorrente não alcançaria a faixa editalícia de dez anos.

No Critério 1 (Experiência Geral em Saúde Pública), sustentou a incompatibilidade do cômputo de quinze anos referente à unidade de Pedro Leopoldo/MG, considerando a afirmação da própria entidade de que se trata de unidade própria.

No Critério 5 (Modelo de Atenção), apontou suposta inadequação da proposta do INDSH ao perfil ambulatorial municipal, em razão da presença de conceitos de ambiente hospitalar.

Por fim, no Critério 6 (Monitoramento e Avaliação), sustentou que o INDSH não especificou individualmente os responsáveis e fontes primárias para cada indicador, requerendo a redução de sua pontuação técnica nos critérios impugnados e a reversão do resultado classificatório para sagrar a USC Saúde como vencedora.

Apresentadas as respectivas contrarrazões, ambas as entidades manifestaram-se acerca dos argumentos deduzidos nos recursos administrativos, apresentando suas considerações e fundamentos em defesa de suas propostas e da classificação obtida no certame, bem como requerendo o afastamento das alegações suscitadas pelas recorrentes.

Passando ao juízo de admissibilidade, esta Comissão de Seleção constata que **ambos os recursos preenchem os pressupostos extrínsecos e intrínsecos exigidos pela ordem jurídica**.

Com relação à tempestividade, a decisão de classificação das propostas foi formalizada em ata e disponibilizada publicamente, tendo havido oportuna e imediata manifestação de recorrer, seguida da apresentação tempestiva das respectivas peças recursais e na sequência a apresentação das contrarrazões.

Restam igualmente configuradas a legitimidade das proponentes e interesse recursal, porquanto ambas disputam diretamente a celebração da parceria pública.

Havendo regularidade formal, representação estatutária adequada e pertinência temática das insurgências em face dos critérios de julgamento estabelecidos no instrumento convocatório, **a Comissão de Seleção conhece integralmente de ambos os recursos administrativos interpostos**, passando à análise exaustiva e motivada do mérito de cada um dos fundamentos suscitados.

2. Recurso da USC Saúde: Análise da diligência e meio de envio de documentos

A recorrente USC Saúde impugna preliminarmente a atuação desta Comissão de Seleção sob a alegação de que a diligência instaurada em 25 de agosto de 2026 configurou ato nulo, decorrente da concessão indevida de oportunidade para que o concorrente INDSH apresentasse documentos essenciais novos com o propósito de suprir falhas instrutórias e assegurar pontuação técnica diferenciada, ferindo o disposto no artigo 64 da Lei nº 14.133/2021, os itens 5.1.6 e 10.7.4 do instrumento convocatório e o postulado da isonomia entre as participantes.

Cumpre esclarecer que o instituto da diligência administrativa, historicamente delineado na legislação de regência e expressamente acolhido no artigo 64 da Lei nº 14.133/2021, consubstancia importante poder conferido ao julgador para assegurar a verdade material e a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

O ordenamento jurídico vigente não veda a realização de diligências destinadas a complementar informações ou esclarecer dados fáticos preexistentes, mas proíbe terminantemente a inserção voluntária e tardia de documentos novos que deveriam constar originariamente da proposta técnica, mormente quando vocacionados a criar artificialmente condições de qualificação não comprovadas tempestivamente.

Na hipótese dos autos, o concorrente INDSH encartou em sua proposta tempestiva cópias de atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos da Administração Direta e Indireta, os quais certificavam expressamente a prestação de serviços de gerenciamento em unidades de saúde e complexos especializados de atendimento ao neurodesenvolvimento e TEA.

Os documentos iniciais já indicavam a vigência aproximada e a natureza das atividades executadas, preexistindo no certame elementos idôneos de prova documental expedidos por autoridades públicas.
Todavia, considerando a necessidade de fixar os marcos temporais com a mais estrita precisão cronológica para a atribuição das faixas de pontuação, a Comissão solicitou a cópia dos contratos e eventuais termos aditivos correspondentes àqueles atestados públicos.
Segue quadro demonstrativo dos documentos apresentados pelo INDSH e relacionados com a diligência:

Documento apresentado originariamente	Documento apresentado na diligência	Finalidade do documento apresentado	Prazo que deve ser considerado
- **Atestado deCapacidade Técnica** referente ao Contrato de Gestão nº 03/2022. Objeto:Gerenciamento hospitalar no Município de Pedro Leopoldo/MG.	---	---	---
- **Termo de Colaboração nº 29010.000001/2025 (Processo nº 2024/30551/000144 - gerenciamento e operacionalização;** - **1º Termo Aditivo de Prorrogação (Processo nº 2024/30551/000144);** - **Termo de Colaboração n° 29010.000003/2025 (Processo nº 2024/30551/000238) - aquisição de equipamentos e materiais.** Objeto: Gerenciamento do Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista - CETEA em Palmas/TO.	---	---	**1 ano e 4 meses** (Início: Abril/2025 Término: Março/2030) * considerado até Agosto/2026
- **Atestado de Capacidade Técnica** referente ao Contrato de Gestão nº 38/SESPA/2015. Objeto: Gerenciamento do Hospital Regional Público de Marajó em Breves/PA.	Contrato de Gestão nº 38/SESPA/2015 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 38/SESPA/2015	Verificar o prazo de vigência/execução contratual Início em 22/09/2015 Vigência até 20/03/2022 # Deveria ter sido considerado apenas a vigência do contrato, conforme atestado (Término da vigência do contrato: 21/09/2016)	**1 ano**
- **Atestado de Capacidade Técnica** referente ao Contrato de Gestão nº 07/SESPE/2021. Objeto: Gerenciamento do Hospital Jean Bitar em Belém/PA.	Contrato de Gestão nº 07/SESPE/2021 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 07/SESPE/2021	Verificar o prazo de vigência/execução contratual Início em 10/11/2021 Vigência até 10/11/2026 # Deveria ter sido considerado até o 11º termo aditivo, conforme atestado (Término de vigência do aditivo: 10/11/2025)	**4 anos** * considerado até 08/2026
- **Atestado de Capacidade Técnica** referente ao Contrato de Gestão nº 01/2019. Objeto: Gerenciamento do Hospital Delphina Rinaldi Aziz em Manaus/AM.	Contrato de Gestão nº 01/2019 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2019	Verificar o prazo de vigência/execução contratual Início em 25/03/2019 Vigência até 30/03/2027 # Deveria ter sido considerado até o 14º termo aditivo, conforme atestado (Término da vigência do aditivo: 30/03/2026)	**7 anos** * considerado até 08/2026
- **Atestado de Capacidade Técnica** referente ao Contrato de Gestão nº 01/2019. Objeto: Gerenciamento da UPA Campos Salles/AM.	Contrato de Gestão nº 01/2019 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2019	Verificar o prazo de vigência/execução contratual Início em 25/03/2019 Vigência até 30/03/2027 # Deveria ter sido considerado até o 14º termo aditivo, conforme atestado (Término da vigência do aditivo: 30/03/2026)	**7 anos** * considerado até 08/2026
- **Atestado de Capacidade Técnica;** - **Contrato de Gestão n° 05/SESPA/2024;** - **3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 05/2024.** Objeto: Gerenciamento do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação e Centro Especializado no Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CETEA/PA.	---	---	**1 ano e 11 meses** (Início: 16/09/2024 Término: 15/09/2026) * considerado até 08/2026
- **Atestado de Capacidade Técnica;** - **Contrato de Gestão nº 02/SESPA/2017**; Objeto:Gerenciamento do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação em Belém/PA.	13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2017	Verificar o prazo de vigência/execução contratual Início em 22/11/2017 Vigência até 10/11/2024 # Deveria ter sido considerado até o 10º termo aditivo, conforme atestado (Término da vigência do aditivo: 14/05/2024)	**6 anos e 5 meses** * considerado até 08/2026
- **Atestado de Capacidade Técnica** referente ao Contrato nº 05/SESPA/2022**;** - **Contrato Emergencial nº 03/SESPA/2021;** - **12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 05/2022.** Objeto: Gerenciamento do Hospital Regional dos Caetés e, Policlínica Francisco de Freitas Filho e Núcleo de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista em Capanema/PA.	Contrato de Gestão nº 05/2022 6º Termo Aditivo ao Contrato Emergencial de Gestão nº 03/2021	Verificar o prazo de vigência/execução contratual Contrato Emergencial de Gestão nº 03/2021 e 6º Termo Aditivo (Início em 20/04/2021 Vigência até 14/07/2022) # Deveria ter sido considerado sem o termo aditivo, conforme atestado (Término da vigência do contrato: 17/10/2021) --- Contrato de Gestão nº 05/2022 até o 12º Termo Aditivo Início em 01/06/2022 Vigência até 01/06/2027	Contrato Emergencial de Gestão nº 03/2021 (Início: 20/04/2021 Término: 17/10/2021) 5 meses Contrato de Gestão nº 05/2022 4 anos e 2 meses * considerado até 08/2026 **= 4 anos e 7 meses**

A vedação à juntada de documento novo essencial visa resguardar a igualdade e a segurança jurídica, obstando que uma entidade negligente venha a remediar a falta de comprovação de requisitos técnicos após conhecer o teor da disputa.
No presente procedimento seletivo, contudo, a Comissão de Seleção não requisitou documentos substitutivos, nem autorizou a substituição de atestados inexistentes. **A notificação teve por escopo conferir os termos exatos de vigência e o histórico temporal dos serviços certificados nos atestados públicos já autuados**.
Mesmo assim, assiste parcial razão à Recorrente, pois alguns dos documentos juntados não podem ser considerados para pontuação. São exemplos:
O 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 07/SESPE/2021, pois o atestado apresentado está limitado ao 11º Termo Aditivo.
O 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2019, pois o atestado apresentado está limitado ao 14º Termo Aditivo.
O 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2017, pois o atestado apresentado está limitado ao 10º Termo Aditivo.
O 6º Termo Aditivo ao Contrato Emergencial de Gestão nº 03/2021, pois o atestado não indicou qualquer Termo Aditivo.
Ao contrário, ou seja, são documentos que devem ser considerados para fins de complementar informações já existentes ou solicitar esclarecimentos, temos:
Contrato de Gestão nº 38/SESPA/2015, pois o atestado juntado inicialmente não indica o período de vigência/execução contratual.
O Contrato de Gestão nº 07/SESPE/2021, expressamente indicado no atestado juntado inicialmente.
O Contrato de Gestão nº 01/2019, expressamente indicado no atestado juntado inicialmente.
O Contrato de Gestão nº 05/2022, pois foi juntado incialmente o seu 12º Termo Aditivo.
Além disso, o Contrato de Gestão nº 03/2022, referente ao gerenciamento hospitalar no Município de Pedro Leopoldo/MG,não pode ser considerado pois falta documentação para comprovar o período, notadamente em razão da sua data (2022) e o período indicado no atestado (mais de 15 anos).
O segundo aspecto ventilado pela USC Saúde diz respeito ao formato empregado pela concorrente INDSH na resposta à diligência.
A recorrente aduz que a disponibilização de link de acesso à pasta do serviço de armazenamento em nuvem Google Drive violou frontalmente a regra editalícia que veda expressamente a inclusão de conteúdos por meio de hiperlinks, QR codes ou repositórios externos que não componham o processo digital.
Sustenta a impugnante que tal expediente retiraria a segurança jurídica quanto à tempestividade e inalterabilidade dos documentos recebidos.
Não assiste razão à insurgente quanto à nulidade do ato. A proibição editalícia de utilização de links externos **dirige-se precipuamente à elaboração da proposta técnica e do plano de trabalho**, conforme item 10.5.5 do edital, cuja integridade deve constar integralmente encartada nos

arquivos do protocolo originário para evitar manipulações ulteriores ou modificações substanciais em páginas da internet após a data limite de apresentação. Diversa é a situação verificada na hipótese de cumprimento de diligência deflagrada pela própria Administração Pública. Ressalta-se, ainda, que os mesmos contratos e respectivos termos aditivos apresentados pela entidade também se encontram disponíveis em seu Portal da Transparência, contendo conteúdo e teor correspondentes aos documentos apresentados.
A remessa do link hospedado em nuvem deu-se exclusivamente para viabilizar a transferência eletrônica de arquivos em formato PDF que excediam o limite de tamanho suportado pela caixa de correio eletrônico. Tão logo recebido o comunicado, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde realizou o download de todos os instrumentos contratuais e termos aditivos encaminhados realizando a respectiva conferência.
Não houve remissão indeterminada a conteúdo mutável, mas transferência documental devidamente incorporada ao processo público, atendendo ao princípio da instrumentalidade das formas e do formalismo moderado, sem causar qualquer prejuízo aos concorrentes.
Conclui-se, portanto, que a abertura da diligência e a autuação dos contratos não acarretaram nulidade procedimental apta a invalidar a participação do concorrente.
Todavia, se a diligência é válida para subsidiar a conferência das informações fáticas preexistentes, a verificação da eficácia desses mesmos contratos para fins de cálculo dos anos de experiência técnica é matéria atinente ao mérito da pontuação, cujo exame circunstanciado impõe-se a seguir.

3. Recurso da USC Saúde: metodologia de cômputo do tempo no critério 2
No que tange ao mérito da pontuação técnica, a recorrente USC Saúde deduziu impugnação circunstanciada em face da nota máxima concedida ao INDSH no Critério 2 (Experiência específica no atendimento a pessoas com TEA, reabilitação, neurodesenvolvimento e atenção psicossocial).
O subitem 10.8 do instrumento convocatório estabeleceu faixas graduadas de pontuação para a comprovação de atuação voltada a esse público especializado, fixando 14 pontos para até 2 anos de experiência, 16 pontos para o período entre 3 e 4 anos, 20 pontos para o intervalo entre 5 e 9 anos, e a pontuação máxima de 22 pontos privativamente para a comprovação a partir de 10 anos completos.
Na Ata de Análise preliminar, esta Comissão de Seleção conferiu 22 pontos ao INDSH com esteio em quatro instrumentos contratuais:
i. o Contrato de Gestão nº 05/SESPA/2024 referente ao CIIR e CETEA em Belém/PA, computado em 1 ano e 11 meses;
ii. o Contrato de Gestão nº 02/2017 do CIIR em Belém/PA, computado em 6 anos e 11 meses;
iii. o Contrato de Gestão nº 05/2022 relativo ao Hospital Regional dos Caetés e Núcleo de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista em Capanema/PA, computado em 5 anos e 4 meses; e
iv. o Termo de Colaboração nº 29010.000001/2025 para gerenciamento do CETEA em Palmas/TO, computado em 1 ano e 4 meses.
A insurgência da recorrente funda-se no argumento de que a Comissão procedeu à indevida soma cumulativa de contratos executados de forma simultânea e sobreposta no tempo cronológico, multiplicando artificialmente a experiência pretérita da entidade.
Assinala que o instrumento convocatório exigiu expressamente anos de experiência comprovada, expressão que pressupõe o transcurso de tempo histórico sucessivo na prestação dos serviços especializados, e não o somatório desordenado de meses de contratos paralelos.
Pondera, ainda, que a própria Proposta Técnica do INDSH consignou que a instituição atua na implantação de centros voltados ao TEA a partir do ano de 2017, marco temporal que, comparado com a data de abertura da presente seleção em agosto de 2026, resulta em um lapso temporal inferior a dez anos completos indispensável à pontuação máxima.
Acolhe-se a tese jurídica suscitada pela recorrente.
A contagem de tempo de experiência institucional e técnica deve observar a realidade física e cronológica da passagem do tempo, salvo se o edital houvesse admitido, expressa e textualmente, a contagem de períodos sobrepostos ou a soma linear de atestados simultâneos, o que inocorreu no Chamamento Público nº 01/2026.
A execução concomitante de dois ou mais contratos de gestão no mesmo período revela inegável capacidade operacional e volume de atendimento da entidade, mas não possui o condão de multiplicar o lapso temporal vivenciado.
Se uma instituição executa simultaneamente três unidades especializadas durante determinado ano civil, ao final desse exercício ela experimentou doze meses de vivência técnica institucional, e não trinta e seis meses.
O ordenamento jurídico repudia a utilização de ficções temporais que resultem na contagem cumulativa ou em duplicidade de períodos concomitantes para o alcance de vantagens que dependam do transcurso de tempo efetivo.
Acolher a soma de contratos simultâneos redundaria no absurdo lógico de conferir dez anos de experiência a uma instituição que existisse há apenas dois anos, bastando que executasse cinco contratos paralelos durante esse biênio, subvertendo a finalidade do critério de julgamento.
Além da concomitância temporal verificada, o histórico fático apresentado pela USC revela que o Contrato nº 02/2017, firmado inicialmente para o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação em Belém/PA e o INDSH, teve por objeto originário a implantação do serviço geral reabilitação, tendo os núcleos especificamente vocacionados ao TEA sido implantados de forma progressiva.
Nesse caso, para fins de pontuação no critério 2, há alegação de que "*A documentação do INDSH demonstra que determinados serviços especializados em TEA foram implantados durante a vigência de contratos mais amplos de reabilitação*", que fazem parte do objeto do Contrato nº 02/2017.
Tal argumento não prospera, pois **o objeto de pontuação no critério 2 é mais amplo do que "*serviços especializados em TEA*", envolvendo adicionalmente "*reabilitação, neurodesenvolvimento e atenção psicossocial*".**
Desse modo, procedendo-se à contagem linear e contínua do tempo cronológico real decorrido desde o marco inicial da primeira contratação especializada do INDSH no segmento do neurodesenvolvimento, reabilitação, atenção psicosocial e TEA, compreendido entre meados de 2017 e agosto de 2026, constata-se a comprovação de 8 anos de experiência ininterrupta.
Tal lapso enquadra-se com exatidão na terceira faixa avaliativa do subitem 10.8 do Edital, correspondente a experiência entre 5 e 9 anos, à qual se atribui a nota de 20 pontos, e não na faixa residual de 10 anos ou mais.
Impõe-se, por conseguinte, conferir provimento ao recurso da USC Saúde neste capítulo específico, para reformar a decisão inicial da Comissão de Seleção e readequar a pontuação do INDSH no Critério 2 de 22 para 20 pontos, decotando-se 2 pontos de sua nota geral.
Registra-se que, com essa correção técnica, o INDSH passa a ostentar no referido quesito pontuação idêntica àquela atribuída à concorrente USC Saúde (20 pontos), a qual comprovou aproximadamente 6 anos de atuação especializada por meio de seus contratos de gestão no Centro de Reabilitação do Neurodesenvolvimento de Santos e na CAPEP.

4. Recurso da USC Saúde: Exame dos Critérios 1, 5 e 6 da Proposta do INDSH
Prosseguindo na análise do recurso interposto pela USC Saúde, cumpre examinar os pedidos sucessivos de decréscimo de pontuação direcionados aos Critérios 1, 5 e 6 da proposta técnica apresentada pelo concorrente INDSH.
No tocante ao Critério 1 (Experiência institucional na área da saúde pública), a recorrente sustentou a ocorrência de vício na fundamentação da ata, haja vista que a Comissão computou quinze anos de experiência com base em atestado relativo ao gerenciamento hospitalar no Município de Pedro Leopoldo/MG, quando o próprio INDSH, em resposta à diligência, afirmou que não apresentou contrato para aquela localidade por se tratar de unidade própria. Argumenta a insurgente que a inexistência de contrato de gestão formal desautorizaria a contagem desse período.
Em que pese a pertinência do alerta formulado pela recorrente a respeito da divergência formal sobre a natureza jurídica do estabelecimento de Pedro Leopoldo, a análise detida do conjunto revela que a manutenção da pontuação máxima no Critério 1 independe da consideração dessa unidade.

Com efeito, o instrumento convocatório estabeleceu a atribuição da nota máxima de 13 pontos para qualquer entidade que comprovasse experiência em saúde pública a partir de 5 anos completos.
O INDSH apresentou, tempestivamente, além do atestado referente ao gerenciamento hospitalar do Município de Pedro Leopoldo/MG, múltiplos atestados e contratos de gestão pública plenamente documentados, destacando-se a UPA Campos Salles/AM, Hospital Delphina Rinaldi Aziz e o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação em Belém/PA, os quais possuem vigência comprovada de mais de 5 anos nos próprios atestados apresentados originariamente.
Qualquer uma dessas avenças estatais, tomada individualmente ou em sua sucessão contínua, **supera com ampla margem o piso de cinco anos exigido pelo Edital, justificando plenamente a manutenção dos 13 pontos atribuídos ao INDSH no Critério 1**.
Quanto ao Critério 5 (Metodologia e modelo de atenção proposto), a USC Saúde pugnou pela redução drástica da nota de 14 para 5 pontos, aduzindo que o Plano de Trabalho do INDSH seria generalista e dissociado da realidade do Centro do Autista de Paranavaí.
A Comissão de Seleção rejeita os argumentos recursais nesse ponto.
O exame integral do Plano de Trabalho apresentado pelo INDSH demonstra a formulação de um modelo técnico-assistencial denso, interdisciplinar e perfeitamente compatível com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Projeto Técnico-Referencial de Paranavaí.
Embora tenha sido utilizada a expressão referente à prestação de serviços a usuários em processo de diagnóstico de autismo, tal menção não descaracteriza o objeto da contratação, que compreende o atendimento de pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – TEA, na faixa etária de 2 a 12 anos, nos níveis de suporte 1 e 2, conforme expressamente estabelecido no edital. Trata-se, portanto, de informação compatível com o objeto e com as condições previstas no instrumento convocatório, não sendo possível interpretá-la de forma isolada para afastar a abrangência dos serviços exigidos.
Ademais, a própria documentação apresentada pela entidade evidencia sua submissão à regulação estabelecida pelo Município. Portanto, a proposta atende integralmente à descrição técnica do Edital, sendo mantida a nota de 14 pontos no Critério 5.
Por fim, no tocante ao Critério 6 (Sistema de monitoramento e avaliação de resultados), a recorrente USC Saúde requereu o rebaixamento da nota de 9 para 5 pontos, asseverando que o INDSH não individualizou formalmente a fonte de dados e o responsável nominal por cada indicador em sua planilha, tratando de matriz futura a ser implementada.
A impugnação não prospera.
O subitem 10.8 do Edital previu a faixa máxima de 9 pontos para a entidade que apresentasse plano completo com indicadores, metas, periodicidade definida, fontes de dados, responsáveis e sistema eletrônico de acompanhamento.
Conforme expressamente registrado na ata preliminar e comprovado no plano de trabalho, o INDSH apresentou metodologia estruturada de monitoramento contínuo, contemplando indicadores quantitativos e qualitativos de acesso, produção, adesão e satisfação, com periodicidade de aferição estabelecida.
A comprovação do uso de sistema eletrônico de gestão e monitoramento foi plenamente atendida mediante a juntada do contrato de prestação de serviços celebrado com empresa especializada de tecnologia e de imagens comprobatórias da plataforma em funcionamento.
Ademais, a proposta estruturou com clareza a governança interna de monitoramento, distribuindo as atribuições fiscalizatórias e de auditoria.
Inclusive, nos termos do item 5.10.2 do Projeto Técnico-Referencial, cumpre ressaltar que o cumprimento das metas será avaliado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, no exercício de sua função fiscalizatória, mediante o acompanhamento dos indicadores pactuados com a Secretaria Municipal de Saúde, os quais serão objeto de avaliação periódica, a fim de verificar o desempenho da entidade e a efetiva consecução dos resultados estabelecidos.
Constatada a completude e robustez do sistema proposto, mantém-se inalterada a pontuação de 9 pontos atribuída ao INDSH no Critério 6.

5. Recurso do INDSH: Exame da Proposta Técnica e Formalidades da USC Saúde
Passando à apreciação analítica do recurso administrativo interposto pelo concorrente Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), cumpre examinar as impugnações deduzidas em face da Proposta Técnica, do Plano de Trabalho e da documentação institucional da entidade USC Saúde.
A primeira objeção formulada pelo recorrente INDSH versa sobre a suposta omissão da USC Saúde na estruturação, monitoramento e avaliação do Plano Terapêutico Compartilhado (PTC), asseverando que a entidade teria se limitado a abordar o Plano Terapêutico Singular (PTS), em alegada violação ao subitem 5.1.6 do instrumento convocatório.
Sustenta o impugnante que o PTC constitui instrumento essencial de organização intersetorial e que a ausência de indicadores específicos para sua aferição desautorizaria a pontuação conferida à proposta.
A argumentação do INDSH não merece acolhimento.
No âmbito das políticas públicas de atenção psicossocial e reabilitação voltadas ao neurodesenvolvimento e ao Transtorno do Espectro Autista no Sistema Único de Saúde, o Plano Terapêutico Singular consubstancia a matriz clínica central e integradora do cuidado interdisciplinar.
O Plano Terapêutico Compartilhado atua como desdobramento prático do próprio PTS sempre que a complexidade do caso demandar a corresponsabilização e a pactuação de tarefas com serviços externos do território, abrangendo escolas, unidades socioassistenciais e a Atenção Primária à Saúde.
O exame da Proposta Técnica e do Plano de Trabalho da USC Saúde demonstra que a entidade se comprometeu expressamente a elaborar, aplicar e revisar periodicamente o Plano Terapêutico Singular para os usuários. Inclusive, conforme consignado pela USC Saúde em suas contrarrazões, figuram entre os objetivos específicos a estruturação de fluxo integrado de regulação, avaliação e elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e do Projeto Terapêutico de Cuidado (PTC), bem como a garantia de elaboração do PTS/PTC para 100% dos usuários ativos.
Essa arquitetura assistencial assegura a plena realização da governança compartilhada preconizada pelo Edital, demonstrando que a integração interdisciplinar foi plenamente contemplada.
A segunda insurgência recursal do INDSH aponta a falta de menção expressa à implantação do mini jardim sensorial na praça interna do complexo, aduzindo inobservância ao subitem 6.2.5 do Edital.
A Comissão de Seleção constata que a proposta apresentada pela USC Saúde abordou a ambientação física no Eixo IX (Ambiente Terapêutico, Neuroarquitetura e Mini Cidade).
A entidade demonstrou compreensão do impacto dos estímulos sensoriais sobre o comportamento e a autorregulação das crianças com autismo, prevendo a readequação espacial com controle de iluminação, acústica, circulação, barreiras ambientais e cenários de vivência cotidiana na Mini Cidade nas áreas de convivência externa da unidade. Inclusive, a aprovação do projeto ficará condicionada a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.
Não há qualquer carência que comprometa a suficiência técnica da proposta.
O terceiro ponto impugnado pelo INDSH refere-se à validade formal das assinaturas manuscritas constantes das folhas 19, 21 e 23 do Estatuto Social da USC Saúde, tendo o recorrente afirmado que a ausência de mecanismos de validação eletrônica em arquivo digitalizado vulneraria a segurança do certame.
A alegação deduzida pelo concorrente carece de sustentação jurídica.
A cópia do Estatuto Social e das atas de assembleia geral apresentada pela USC Saúde corresponde a traslado de documento público lavrado e averbado sob o registro nº 78.030 perante o Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Santos, Estado de São Paulo.

A atuação administrativa deve pautar-se pelo formalismo moderado e pela proporcionalidade, priorizando a análise substantiva da capacidade técnica.
Inclusive, o disposto no art. 3º da Lei nº 13.726/2018 é claro ao dispensar as exigências de reconhecimento de firma da assinatura e autenticação dos documentos.
Ademais, o item 16.4 é taxativo ao dispor que "*As proponentes são responsáveis pela veracidade das informações e autenticidade dos documentos apresentados em qualquer fase do processo. A constatação de falsidade documental ou de informação inverídica ensejará a desclassificação, comunicação às autoridades competentes, eventual desqualificação como Organização Social e, se for o caso, rescisão da parceria e rejeição das contas*".
Desse modo, repelem-se todas as alegações atinentes à metodologia e à formalidade documental da USC Saúde, mantendo-se integralmente preservada a pontuação obtida pela entidade nos quesitos correspondentes.

6. Recurso do INDSH: planilha orçamentária, mascote e dimensionamento de RH
O recorrente INDSH dedicou capítulo autônomo de sua impugnação recursal para questionar a planilha orçamentária e a proposta financeira apresentadas pela USC Saúde, desdobrando seus questionamentos na suposta ausência de dotação para a confecção do Mascote Institucional, na alegada incompatibilidade de rubricas materiais e na falta de previsão de cota de jovem aprendiz no quadro de recursos humanos.
No tocante ao Mascote Institucional do Centro TEA, instituído pelo Anexo III do Edital, o recorrente aduz que o item 2.2, alínea m, e o item 5.17 atribuem à Organização Social a obrigação de confeccionar e entregar uma pelúcia representativa da mascote a cada criança no ato de sua inscrição, e que a USC Saúde teria condicionado tal produção a disponibilidades orçamentárias futuras, sem prever rubrica orçamentária autônoma ou meta específica.
O exame da Proposta Técnica da USC Saúde evidencia que a entidade não apenas acolheu expressamente a determinação municipal relativa ao Mascote Institucional, como integrou sua utilização aos procedimentos de humanização e acolhimento familiar no Eixo VII (Educação em Saúde, Ciência, Inclusão e Mobilização Social).
A instituição registrou expressamente a adoção da identidade visual da mascote como recurso facilitador de vínculo afetivo e previsibilidade para os usuários. Informou, ainda, em suas contrarrazões, que a rubrica "material de consumo" comporta insumos educativos e pedagógicos indispensáveis ao cumprimento do objeto.
Ademais, o próprio instrumento convocatório estabeleceu que a produção dos referidos itens de pelúcia submete-se à aprovação prévia, formal e vinculante dos protótipos por parte da Secretaria Municipal de Saúde antes do início de qualquer confecção.
Assim, revela-se inteiramente compatível com o rito de execução da parceria, inexistindo omissão invalidante.
No que tange às críticas direcionadas à planilha de custos, o INDSH sustenta que a USC Saúde modificou a estrutura do modelo editalício ao inserir a rubrica de material de higiene e limpeza no lugar de insumos e brindes, bem como orçou montantes pretensamente irrisórios para materiais educativos e pedagógicos (R$ 1.500,00) e uniformes de colaboradores (R$ 500,00 para 42 profissionais), alegando a inexequibilidade dessas despesas.
A argumentação recursal improcede.
A contratação de Organizações Sociais rege-se pelos ditames da Lei Federal nº 9.637/1998, caracterizando-se pela contratualização de resultados mediante repasses orçamentários vinculados ao atingimento de metas.
O orçamento estimativo anexo ao edital, conforme consignado na Nota Técnica nº 01/2026, possui caráter meramente referencial, uma vez que considera parâmetros estimados para a execução dos serviços, sem afastar a autonomia de cada entidade na definição de sua metodologia de gestão e operacionalização das atividades. Diversamente, o montante correspondente ao repasse único possui finalidade específica, destinando-se à implementação e à estruturação inicial dos serviços, devendo sua aplicação observar as finalidades e os respectivos itens previstos na referida Nota Técnica.
Quanto às rubricas de material educativo e uniformes, os valores mensais apontados pela proponente referem-se à estimativa de custeio continuado de reposição e manutenção ordinária ao longo do contrato.Tal previsão consta no "Plano de Aplicação **Mensal** e Planilha Detalhada", apresentado à página 26 do Plano de Trabalho.
Por fim, no que concerne aos encargos trabalhistas e à cota de jovem aprendiz, o recorrente INDSH arguiu que os custos de benefícios e encargos sociais não teriam sido demonstrados de forma exaustiva e que a planilha de pessoal omitiu a figura do aprendiz exigida pela legislação trabalhista.
A insurgência revela-se de todo descabida.
A USC Saúde apresentou dimensionamento detalhado de recursos humanos contemplando as categorias profissionais mínimas exigidas pelo Edital, inclusive Médico Psiquiatra, Médico Neuropediatra, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeutas, Nutricionista, Educador Físico, Assistente Social.
Conforme apontado pela USC em suas contrarrazões, consta expressamente em seu plano de trabalho, notadamente à página 31, que os valores projetados contemplam os respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos e encargos incidentes sobre as contratações, de modo que tais despesas já se encontram consideradas na composição dos valores apresentados pela entidade.
No que concerne especificamente à contratação de aprendiz, essa exigência é matéria de execução do contrato de trabalho a ser implementada na fase operacional do serviço, não consistindo em critério técnico de pontuação da proposta no chamamento público. Não cabe desclassificar ou penalizar a concorrente por aspectos inerentes à gestão interna de admissão funcional.
Dessa forma, conclui-se pela manifesta improcedência de todos os tópicos articulados no recurso administrativo interposto pelo INDSH, devendo ser mantida inalterada a nota técnica de 98 pontos atribuída à entidade USC Saúde.

7. Quadro geral de pontuação revista e critérios de desempate
Diante do julgamento motivado e analítico de todas as matérias devolvidas à apreciação desta Comissão de Seleção, com a rejeição integral dos pleitos deduzidos pelo INDSH e o acolhimento parcial da insurgência formulada pela USC Saúde para retificar o cômputo temporal no Critério 2, impõe-se a consolidação objetiva das notas atribuídas às concorrentes.
A revisão da avaliação inicial no tocante à experiência específica constante no Critério 2 alterou a composição aritmética da pontuação técnica, ensejando a readequação dos resultados do certame, conforme demonstrado no quadro comparativo a seguir:

Critério de Avaliação Técnica do Edital nº 01/2026	Pontuação Máxima	INDSH	USC Saúde
Critério 1: Experiência institucional na saúde pública	13 pontos	13 pontos	13 pontos
Critério 2: Experiência específica em TEA e reabilitação	22 pontos	20 pontos	20 pontos
Critério 3: Estrutura organizacional e governança	14 pontos	14 pontos	14 pontos
Critério 4: Capacidade técnico-operacional e equipe	14 pontos	14 pontos	14 pontos
Critério 5: Metodologia e modelo de atenção proposto	14 pontos	14 pontos	14 pontos
Critério 6: Sistema de monitoramento e avaliação	9 pontos	9 pontos	9 pontos
Critério 7: TI, transparência ativa e integridade	14 pontos	14 pontos	14 pontos

Total geral de pontos	100 pontos	**98 pontos**	**98 pontos**

A consolidação das notas evidencia a ocorrência de empate técnico na pontuação final global, tendo ambas as Organizações Sociais alcançado a marca idêntica de 98 pontos.
Em vista dessa situação fática, incumbe a esta Comissão proceder às regras de desempate estabelecidas no instrumento convocatório, com o propósito de definir a ordem definitiva de classificação das propostas técnicas.
O item 10.7 do Edital estabeleceu a ordem dos critérios resolutivos de desempate entre participantes.
Em primeiro lugar, examina-se a **maior pontuação obtida no Critério 2 (Experiência específica no atendimento a pessoas com TEA, reabilitação, neurodesenvolvimento e atenção psicossocial)**. Confrontadas as fichas de avaliação, constata-se que o INDSH obteve 20 pontos e a USC Saúde obteve 20 pontos, persistindo o empate.
Em segundo lugar, afere-se a **maior pontuação obtida no Critério 7 (Tecnologia da informação, transparência e compliance institucional)**, constatando-se que as duas entidades atenderam cumulativamente a todos os parâmetros de portal ativo, sistema informatizado, ouvidoria e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados, auferindo 14 pontos cada uma.
Em terceiro lugar, afere-se a **maior pontuação obtida no Critério 5 (Metodologia e modelo de atenção proposto)**. Na análise das propostas, verifica-se que ambas as entidades foram contempladas com a pontuação máxima de 14 pontos, remanescendo a igualdade de notas.
Em quarto lugar, examina-se a **existência de certificações de qualidade assistencial ou de gestão** (por exemplo, ONA ou ISO). Na análise dos autos, verifica-se que o INDSH anexou, dentre os documentos apresentados, Declaração de Acreditação, na qual consta que a entidade **está inscrita no Programa Internacional de Acreditação, coordenado mundialmente pela HSO – Health Standards Organization, em conjunto com a Accreditation Canada e a QGA – Quality Global Alliance Brasil.** Conforme o documento apresentado, a entidade obteve a acreditação na categoria Diamond em abril de 2024, com validade até abril de 2027. Por sua vez, não foi identificada, entre os documentos apresentados pela USC Saúde, qualquer certificação de qualidade assistencial ou de gestão apta a ser considerada para fins deste critério de desempate.
Diante do exposto, após a análise e aplicação sucessiva de todos os critérios de desempate previstos no instrumento convocatório, e considerando a documentação apresentada pelas entidades participantes, **conclui-se pela classificação do INDSH – Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano em primeiro lugar**, restando, portanto, vencedor da etapa de seleção do presente Chamamento Público.

8. Dispositivo deliberatório, determinações e fechamento da ata
Ante o exposto, a Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 01/2026, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.504/2026, em consonância com as normas da Lei nº 9.637/1998 e as disposições do Edital, delibera de forma colegiada e por unanimidade:
No tocante ao juízo de admissibilidade, conhecer integralmente de ambos os Recursos Administrativos e as Contrarrazões apresentadas, porquanto tempestivos e formalmente regulares perante as normas que regem a seleção.
No mérito do recurso interposto pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), negar-lhe provimento, por restar demonstrado que a Proposta Técnica da USC Saúde atende integralmente ao modelo interdisciplinar, restando preservada sua pontuação de **98 pontos**.
No mérito do recurso interposto pela USC Saúde, dar-lhe parcial provimento, unicamente para reconhecer a impossibilidade jurídica de contagem cumulativa de contratos simultâneos e sobrepostos no tempo cronológico para fins de tempo de experiência no Critério 2, reformando-se a decisão preliminar para enquadrar a atuação do concorrente INDSH na faixa avaliativa de 5 a 9 anos, readequando a nota da entidade de 22 para 20 pontos no respectivo quesito, o que reduz sua pontuação final de 100 para 98 pontos.
Constatou-se a ocorrência de empate entre as entidades participantes após a análise dos recursos e das respectivas contrarrazões, tornando necessária a aplicação sucessiva dos critérios de desempate estabelecidos no item 10.7.3 do Edital. Após a análise dos critérios previstos, o desempate somente foi alcançado mediante a comprovação de certificações de qualidade assistencial ou de gestão, circunstância que **resultou na classificação do INDSH em primeiro lugar, sagrando-se vencedor da etapa de seleção do presente Chamamento Público.**
Determinar a juntada desta ata aos autos do respectivo processo administrativo, submetendo-se posteriormente o procedimento à apreciação da Secretária Municipal de Saúde para os fins legais e homologatórios cabíveis.
Nada mais havendo a constar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata circunstanciada que, após lida, conferida e achada conforme por todos os presentes, segue devidamente assinada pelos membros integrantes da Comissão de Seleção.

Paranavaí/PR, 08 de Outubro de 2026.

Ratifico a decisão supra

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

DANILO ROBERTO BARBOZA BATISTA
Agente Administrativo

MELISSA ALIBERTO
Técnica de Contabilidade

HELOISE CRISTINE DADAM SIMAS
Analista Administrativo

ANITA DOS SANTOS JOÃO BRUMASSIO
Enfermeira

SARAH FERNANDA MILANI GUILHERMINO
Psicóloga

ELLEN MEDEIROS DE SOUZA
Fisioterapeuta

ANA BEATRIZ MAYER BERGARMINE
Psicóloga

AGATA CRISTINA NEUMANN JORGE
Fonoaudióloga

LUCIANE BRUNHOLI XAVIER DAL PONTE
Médica da Família ESF

EDMO DA SILVA BORDIN
Médico Psiquiatra

JAQUELINE SOARES STUANI
Médica Pediatra

IEDA CARLA CANDIDO
Educadora Física

HELLEN PATRICIA ZAINE MATSUMOTO
Assistente Social

ALINE CAMARGO SOARES
Agente Administrativo

BRUNA RAMOS FEITOSA DA CRUZ
Nutricionista

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:59CB5957

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AEO5J09	277490NIC0045870	19/09/2026	50020
AID1494	277490NIC0045838	19/09/2026	50020
AOJ0E14	277490NIC0045849	19/09/2026	50020
AQV2B36	277490NIC0045858	19/09/2026	50020
ARI3E90	277490NIC0045852	19/09/2026	50020
ATE3866	277490NIC0045880	19/09/2026	50020
ATQ0581	277490NIC0045857	19/09/2026	50020
ATQ1B95	277490NIC0045835	19/09/2026	50020
ATV5281	277490NIC0045865	19/09/2026	50020
AUB6A11	277490NIC0045847	19/09/2026	50020
AUT2998	277490NIC0045878	19/09/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045854	19/09/2026	50020
AWJ9H48	277490NIC0045829	19/09/2026	50020
AXX4G16	277490NIC0045861	19/09/2026	50020
AXZ9D96	277490NIC0045836	19/09/2026	50020
AYQ8G88	277490NIC0045845	19/09/2026	50020
AZX2D71	277490NIC0045888	19/09/2026	50020
BAN7H10	277490NIC0045867	19/09/2026	50020
BAY6C75	277490NIC0045828	19/09/2026	50020
BBS6375	277490NIC0045860	19/09/2026	50020
BBW7635	277490NIC0045848	19/09/2026	50020
BCB5C15	277490NIC0045864	19/09/2026	50020
BCE9D89	277490NIC0045883	19/09/2026	50020
BCW3E94	277490NIC0045853	19/09/2026	50020
BDD2817	277490NIC0045882	19/09/2026	50020
BDD7E44	277490NIC0045830	19/09/2026	50020
BDE4E69	277490NIC0045879	19/09/2026	50020
BDX0C19	277490NIC0045832	19/09/2026	50020
BED1H46	277490NIC0045843	19/09/2026	50020
BEK2E47	277490NIC0045850	19/09/2026	50020
BEP5B34	277490NIC0045842	19/09/2026	50020
BEX4J93	277490NIC0045875	19/09/2026	50020
BOV2E93	277490NIC0045856	19/09/2026	50020
DRI9A50	277490NIC0045844	19/09/2026	50020
DSN4611	277490NIC0045891	19/09/2026	50020
EDM1B08	277490NIC0045876	19/09/2026	50020
EEU9A96	277490NIC0045887	19/09/2026	50020
EGV9A79	277490NIC0045868	19/09/2026	50020
FDO5H80	277490NIC0045893	19/09/2026	50020
JST5A46	277490NIC0045841	19/09/2026	50020
MHN3H41	277490NIC0045862	19/09/2026	50020
MHU0I03	277490NIC0045894	19/09/2026	50020
PJZ0B00	277490NIC0045889	19/09/2026	50020
QAG6F01	277490NIC0045859	19/09/2026	50020
QAL3C10	277490NIC0045897	19/09/2026	50020
QAR9J71	277490NIC0045881	19/09/2026	50020
QQP9C46	277490NIC0045839	19/09/2026	50020

QSE5B59	**277490NIC0045855**	**19/09/2026**	**50020**
RHB4J31	**277490NIC0045846**	**19/09/2026**	**50020**
RYI4C32	**277490NIC0045869**	**19/09/2026**	**50020**
SCE9F85	**277490NIC0045874**	**19/09/2026**	**50020**
SEB4A51	**277490NIC0045851**	**19/09/2026**	**50020**
SEB6J89	**277490NIC0045886**	**19/09/2026**	**50020**
SEN6J36	**277490NIC0045840**	**19/09/2026**	**50020**
SEQ3D00	**277490NIC0045885**	**19/09/2026**	**50020**
SFF5D04	**277490NIC0045866**	**19/09/2026**	**50020**
SFO6B43	**277490NIC0045833**	**19/09/2026**	**50020**
SMB4E73	**277490NIC0045837**	**19/09/2026**	**50020**
STV0D44	**277490NIC0045890**	**19/09/2026**	**50020**
TAT7C77	**277490NIC0045834**	**19/09/2026**	**50020**
TAT7C77	**277490NIC0045871**	**19/09/2026**	**50020**
TAW5D40	**277490NIC0045863**	**19/09/2026**	**50020**
TBT1B24	**277490NIC0045895**	**19/09/2026**	**50020**
UBH7G48	**277490NIC0045884**	**19/09/2026**	**50020**
UBM3A00	**277490NIC0045872**	**19/09/2026**	**50020**
UBP1A83	**277490NIC0045873**	**19/09/2026**	**50020**
UBQ2B87	**277490NIC0045896**	**19/09/2026**	**50020**
UBQ9B16	**277490NIC0045877**	**19/09/2026**	**50020**
UDB3E37	**277490NIC0045892**	**19/09/2026**	**50020**

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:15025ED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 7/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROMERSA, RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO, RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, ADILSON FRANCISCO, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, através das Secretarias Municipais de: Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Fundação Cultural, Gabinete, Infraestrutura, Esporte e Lazer, Procuradoria Geral, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Administração. Educação e Proteção a Vida patrimônio Público e Trânsito**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453 %** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 44/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 59.090,00 (cinquenta e nove mil e noventa reais).**

Fornecedor: **SCANNERGRAF ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
28	Impresso Padronizado,Material: Papel couchê fosco, nacor matte ou reciclato, gramaturaentre 90 a 210 g/m², tipo:cartilha, comprimento: 21 cm,largura: 15 cm. Formato fechado/capa: couchê 170 g/m²,aplicação: informativo.Quantidade de Páginas: mínimode 8 folhas e 16 páginas, e, máximo de 10 folhas e 20páginas. Impressão capa e miolocores: 4/4. Acabamento: grampoduplo. Arte a ser definida pelasecretaria solicitante. Pedidomínimo: 5.000 unidades por modelo.	Unid.	42.000	R$ 1,01	R$ 42.420
32	Antologia do Femupinho, Livreto com 40 páginas internas, em papel couchê A4 com brilho, capa e contracapa coloridas. Medidas: 20,3 x 20cm-10 x 20 cm, 1 x 1 cores grampeados. Arte a definir pela Secretaria solicitante. B (01-018-6761).	Unid	1.000	R$ 2,95	R$ 2.950,00
48	Impresso Padronizado,Material: Papel couchê fosco, na cor matte ou reciclato, gramatura entre 90 a 210 g/m², tipo: cartilha, comprimento: 21 cm, largura: 15 cm. Formato fechado/ capa: couchê 170 g/m², aplicação: informativo. Quantidade de Páginas: mínimo de 8 folhas e 16 páginas, e, máximo de 10 folhas e 20 páginas. Impressão capa e miolo cores: 4/4. Acabamento: grampo duplo. Arte a ser definida pela secretaria solicitante. Pedido mínimo: 5.000 unidades por modelo	Unid	14.000	R$ 0,98	R$ 13.720,00
Total Fornecedor: R$ 59.090,00 (cinquenta e nove mil e noventa reais).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2025), datada de 25 de março de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Scannergraf Artes Graficas e Editora LTDA
CNPJ: 01.524.426/0001-07
Endereço: Rua DESEMBARGADOR WESTPHALEN, - Parolin, Curitiba - PR, 80.220-031
Nome do Representante:
FERNANDO RIBEIRO MASCARENHAS
CPF: 004.754.639-51

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:703899D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 128.2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2025
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO)
PROCESSO DIGITAL: 42934/2026
REF.: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2025
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí/Pr, inscrita no CPF nº 042.081.609-77 e portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, doravante denominada **contratante** e a empresa **L.CHRISTINE MARELLI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.319.367/0001-05, estabelecida à Rua Minas Gerais, 528, centro – CEP 87.701-070, na cidade de Paranavaí – Paraná, e-mail. layslamarelli@hotmai.com, neste ato representada pela representante legal Sra **LAYSLA CHRISTINE MARELLI**, inscrita no CPF 388.505.428-01, doravante denominado **contratada** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
O objeto do presente contrato é CREDENCIAMENTO de Clínicas veterinárias interessadas na execução dos procedimentos cirúrgicos de ovariosalpingohisterectomia (OSH) e orquiectomia (OC), serviço leva e traz (transporte), implantação de microchip de identificação animal e fornecimento da medicação pós-cirúrgica para cães e gatos abandonados e/ou de famílias carentes do Município de Paranavaí.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO DE PRAZO
2.1 Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços objeto do Contrato nº 128/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo contratual para **13 de outubro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda do Contrato para Prestação de Serviços nº 128/2025, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas por meio do Memorando nº 144/2026/, Processo Digital N° 42934/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.
Paragrafo Primeiro: O valor da remuneração pelos serviços prestados referente ao Contrato nº 128/2025, segue conforme tabela abaixo:

Fornecedor: - **L. CHRISTINE MARELLI LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Serviço veterinário – Código CATSER: 14001. Observações complementares: Cirurgia de esterilização de cão fêmea com implantação de microchip para identificação animal, medicamentos pós-cirúrgico por 5 dias e remoção de pontos	Unid.	250	R$ 519,41	R$ 129.852,50
2	Serviço veterinário – Código CATSER: 14001. Observações complementares: Cirurgia de esterilização de cão macho com implantação de microchip para identificação animal, medicamentos pós-cirúrgico por 5 dias e remoção de pontos	Unid	250	R$ 447, 81	R$ 111.952,50
3	Serviço veterinário – Código CATSER: 14001. Observações complementares: Cirurgia de esterilização de gato fêmea com implantação de microchip para identificação animal, medicamentos pós-cirúrgico por 5 dias e remoção de pontos	Unid	250	R$ 444,69	R$ 111.172,50
4	Serviço veterinário – Código CATSER: 14001. Observações complementares: Cirurgia de esterilização de gato macho com implantação de microchip para identificação animal, medicamentos pós-cirúrgico por 5 dias e remoção de pontos	Unid	250	R$ 385,33	R$ 96.332,50
5	Serviço veterinário – Código CATSER: 14001. Observações complementares: Serviço de transporte de animais – leva e traz.	Unid	1000	R$ 27,77	R$ 27.770,00
Total Fornecedor: R$ 477.080,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e oitenta reais)					

Paragrafo Segundo: Os custos originados pela presente prorrogação serão cobertos com recursos provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:
Órgão: 4 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2352 - Controle da Natalidade de Cães e Gatos
Referência: 473
Modalidade de Aplicação: 33390390000000000000 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 128/2025), datado de 13 de outubro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

L. CHRISTINE MARELLI LTDA
Contratado

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:B43EB649

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL Nº 54529/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

2° TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025
(Reajuste de Valor)
(Processo Digital nº 54529/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**,inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Comunicação Sr**. AMAURI DE CARVALHO MARTINELI, inscrito no CPF 642.680.559-91**; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.337.225-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.326.292-26 SSP/PR e inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.932.340-4 SSP/PR e inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9291427-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92;; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA,** portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário

Municipal de Segurança e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; ,pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87 registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços é Registro de Preços Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, através das Secretarias Municipais de: Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Fundação Cultural, Gabinete, Infraestrutura, Esporte e Lazer, Procuradoria Geral, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Administração. Educação e Proteção a Vida patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,223453% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 053/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 053/205, conforme segue:

Fornecedor: ARTES GRAFICAS BEREZOVSKI LTDA						
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Marca**	**Quant.**	**Preço Únit.**	**Preço Total**
3	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Bloco em papel off-set, gramatura mínima 63 g/m2. Tamanho aproximado de 210 mm x 150 mm - com 100 folhas brancas cada bloco. Cor 1×0 cores arte inclusa, preto e branco a definir conforme modelo disponibilizado pela Secretaria solicitante. Pedido mínimo: 10 unidades por modelo.	BLO CO		6.650	R$2,65	R$ 17.622,50
05	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Bloco em papel off-set, gramatura mínima 63 g/m2. Tamanho aproximado de 297 mm x 210 mm - com 100 folhas brancas cada bloco. Preto e branco 1x0 cores. Arte inclusa a definir conforme modelo disponibilizado pela Secretaria solicitante. Pedido mínimo: 03 unidades por modelo.	BLOC O		3.506	R$ 5,30	R$ 18.581,80
07	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Bloco em papel off-set, gramatura mínima de 63 g/m2. Tamanho aproximado de 297 mm x 210 mm - com 50 folhas brancas frente e verso cada bloco. Arte inclusa, 4×4 cores a definir conforme modelo disponibilizado pela Secretaria solicitante. Pedido mínimo: 30 unidades por modelo.	BLOC O		3.570	R$ 4,30	R$ 15.351,00
15	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Agenda Permanente Personalizada - formato 150 mm x 210 mm capa e contracapa: em papel cartão 750 g revestido em papel couchê 170 g impressão off-set 4×1 cor - com laminação brilho, com guardas internas em papel offset 150 g - sem impressão. Arte da Capa a definir pela Secretaria solicitante. Miolo: formato miolo comercial em papel off-set 63gr. impressão 2×2 cores sendo uma página por dia, nas páginas que antecedem o início de cada mês, será uma página personalizada com arte a definir pela Secretaria solicitante. Sem menção ao ano e dia da semana, apenas dia numérico (01 de janeiro a 31 de dezembro). As 06 páginas finais com anotações e agenda alfabética. Acabamento: intercalado, furado, colocação de espiral de plástico reciclado. Pedido mínimo: 35 unidades por modelo.	BOC O		2.420	R$ 12,05	R$ 29.161,00
26	Envelope, Material: Offset, Modelo: Saco Padrão, Tamanho (C X L): 250 X 185 MM, Cor: Branco, Gramatura: 90 G/M2, Características Adicionais: Impressão Personalizada. Código CATMAT 461217. Observações Complementares: Arte a definir pela Secretaria Solicitante. Pedido Mínimo: 4000 unidades por modelo.	BLOC O		30.000	R$ 0,42	R$ 12.600,00
31	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Pasta, confeccionado com lâmina de plástico 100% reciclado, espessura de 30 micras, formato aberto 545 x 400 mm, formato fechado 250 x 330 mm. Acabamento com corte e vinco, formando dobras, impressão offset UV, Cor: 1 x 0. No arquivo digital a ser impresso, deverá conter boxes com superfície fosca, que permitam a escrita com caneta esferográfica diretamente sobre o plástico, devendo ser utilizado tintas resistentes ao uso prolongado. Arte a definir pela Secretaria solicitante. Pedido mínimo: 5000 unidades por modelo.	UND		17.250	R$ 10,61	R$ 183.022,5 0
33	Coletânea de Textos do Projeto Pequenos Leitores e Grandes Escritores, Livro com Lombada quadrada, com 230 páginas de miolo, com medidas de 22 x 42 cm, com orelhas. Corte e Vinco, guilhotina - corte inicial, guilhotina - refile final, intercalção. Laminação BOPP fosca (frente), hot melt costurado em caderno, verniz UV localização; Miolo fechado com offset 90 g/m² com 4 x 4 cores, capa em cartão supremo 250 g/ m² com 4 x 4 cores, arte da capa. Revisão Ortográfica; Diagramação de acordo com as normas ABNT para área de documentação. Arte a definir pela Secretaria solicitante	UND		600	R$ 30,68	R$ 18.408,00
36	Registro de Classe - EJA, Capa e Contracapa, deverá ser em lâmina de plástico 100% reciclado de 30 micras de espessura. No arquivo digital a ser impresso haverá boxes com superfície fosca, que permitam escrita com caneta esferográfica diretamente sobre o plástico, impressa em offset uv, 1 x 0 cor, com tintas resistentes ao uso prolongado. Acabamento grampeado. O impresso deverá ser para o ano letivo trimestral. Miolo: contendo 18 lâminas no papel sulfite 90 gramas, 30 x 42 cm (aberto) em 4 x 4 cores. Acabamento: 1 laminação bopp 32 x 44 na frente, 1 intercalada, 2 grampos. Arte a definir pela Secretaria solicitante	UND		100	R$ 32,10	R$ 3.210,00
38	Registro de Classe - SALA DE RECURSOS E CLASSE ESPECIAL, Capa e Contracapa, deverá ser em lâmina de plástico 100% reciclado de 30 micras de espessura. No arquivo digital a ser impresso haverá boxes com superfície fosca, que permitam escrita com caneta esferográfica diretamente sobre o plástico, impressa em offset uv, 1 x 0 cor, com tintas resistentes ao uso prolongado. Acabamento grampeado. O impresso deverá ser para o ano letivo trimestral. Miolo: contendo 18 lâminas no papel sulfite 90 gramas, 30 x 42 cm (aberto) em 4 x 4 cores. Acabamento: 1 laminação bopp 32 x 44 na frente, 1 intercalada, 2 grampos. Arte a definir pela Secretaria solicitante.	UND		300	R$ 21,80	R$ 6.540,00
47	Reprodução Encadernação. Código CATSER 20567. Observações Complementares: Serviço de Impressão e Encadernação Capa Dura de Livro Histórico, Tamanho: A4, Capa Dura: Percalux, Costurado, com Letras Douradas na capa e lombada do livro, com miolo impresso em papel couchê fosco, gramatura: 170g, de até 200 folhas, na capa deverá conter identificação. Identificação e Escrita, a definir pela Secretaria Solicitante.	UND		551	R$ 30,57	R$ 16.844,07
49	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Pasta, confeccionado com lâmina de plástico 100% reciclado, espessura de 30 micras, formato aberto 545 x 400 mm, formato fechado 250 x 330 mm. Acabamento com corte e vinco, formando dobras, impressão offset UV, Cor: 1 x 0. No arquivo digital a ser impresso, deverá conter boxes com superfície fosca, que permitam a escrita com caneta esferográfica diretamente sobre o plástico, devendo ser utilizado tintas resistentes ao uso prolongado. Arte a definir pela Secretaria solicitante. Pedido mínimo: 5000 unidades por modelo.	UND		5.750	R$ 3,18	R$ 18.285,00
50	Registro de Classe - ENSINO FUNDAMENTAL, Capa e Contracapa, deverá ser em lâmina de plástico 100% reciclado de 30 micras de espessura. No arquivo digital a ser impresso haverá boxes com superfície fosca, que permitam escrita com caneta esferográfica diretamente sobre o plástico, impressa em offset uv, 1 x 0 cor, com tintas resistentes ao uso prolongado. Acabamento grampeado. O impresso deverá ser para o ano letivo trimestral. Miolo: contendo 18 lâminas no papel sulfite 90 gramas, 30 x 42 cm (aberto) em 4 x 4 cores. Acabamento: 1 laminação bopp 32 x 44 na frente, 1 intercalada, 2 grampos. Arte a definir pela Secretaria solicitante.	UND		750	R$ 6,46	R$ 4.845,00

R$ 344.470,87

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2025), datada de 25 de Março de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:

Empresa: Artes Graficas Berezovski LTDA
CNPJ: 07.259.843/0001-56
Endereço: Rua Rocha Loures, 665 - Bonsucesso, Guarapuava - PR, 85.055-070
Nome do Representante:
SILVANEY BEREZOVSKI
CPF: 620.590.419-53

Assinatura: _____.

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:89CFF2CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54577/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2025
(Reajuste de Valores) (Processo Digital nº 54577/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nestacidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E PARCELADA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (COMO CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHAS, PULA-PULA, BRINQUEDOS INFLÁVEIS), ARCOS DE BALÕES E CARRINHOS PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE PIPOCA, ALGODÃO-DOCE E SORVETE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE E EQUIPE UNIFORMIZADA PARA ATENDIMENTO EM EVENTOS PÚBLICOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 264/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 264/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
11 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOURO MECÂNICO, com proteção inflável abaixo e nas laterais do brinquedo. Capacidade de 1 usuário por vez. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		75	R$ 719,14	R$
14 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA SALGADA E DOCE. As pipocas serão preparadas no local de realização e durante o evento. O prestador do serviço deverá fornecer: carrinho próprio, higienizado, ingredientes para preparo e embalagem sendo sacos de pipoca em papel kraft branco, 11x7 cm. Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição das pipocas, manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.	Serviço		95	R$ 322,05	R$
15 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE ALGODÃO DOCE. Contemplando todos os insumos necessários, incluindo açúcar, corantes, palitos e embalagens. Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição, manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.	Serviço		69	R$ 283,49	R$
17 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA, no mínimo 2,20 m x 2,20 m, com no mínimo 2.000 bolinhas inclusas. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		47	R$ 415,85	R$
Total do Lote:					R$ 123.636,01
Total do Fornecedor:					R$ 123.636,01

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 264/2025), datada de 25 de março de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte

Fornecedor:
Empresa: 63.049.821 Rossane Andrea Cavasin Cereja CNPJ: 63.049.821/0001-32
Endereço: RUA PROFESSORA ENIRA BRAGA DE MORAES, 111 - JARDIM NAKAMURA, Paranavaí - PR,
Nome do Representante:
ROSSANE ANDREA CAVASIN CEREJA
CPF: 003.719.619-71

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:8DF914C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54560/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2025
(Reajuste de Valores) (Processo Digital nº 54560/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) RAFAEL LUCAS TORRENTE, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E PARCELADA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (COMO CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHAS, PULA-PULA, BRINQUEDOS INFLÁVEIS), ARCOS DE BALÕES E CARRINHOS PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE PIPOCA, ALGODÃO-DOCE E SORVETE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE E EQUIPE UNIFORMIZADA PARA ATENDIMENTO EM EVENTOS PÚBLICOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ..
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 265/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 265/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - LOCAÇÃO DE ARCO DE BALÕES DE LÁTEX (BEXIGAS), com no mínimo 200 balões de 8 polegadas, tamanho padrão, barra de cano de 6 metros, para porta simples, com cores a serem definidas pela secretaria demandante, no envio do empenho. Os balões utilizados deverão ser de 1ª qualidade. Incluso montagem e desmontagem, conforme solicitação da secretaria demandante	SERVIÇO		200	R$ 269,94	R$ 53.988,00
2 - LOCAÇÃO DE ARCO DE BALÕES DE LÁTEX (BEXIGAS), com no mínimo 300 balões de 5, 9, 11 e 16 polegadas, barra de cano de 6 metros, com cores a serem definidas pela secretaria demandante, no envio do empenho. Os balões utilizados deverão ser de 1ª qualidade. Incluso montagem e desmontagem, conforme solicitação da secretaria demandante.	Serviço		223	R$ 325,18	R$ 72.515,14
13 - LOCAÇÃO DE ARCO DE BALÕES DE LÁTEX (BEXIGAS), com no mínimo300 balões de 5, 9, 11 e 16 polegadas, barra de cano de 6 metros, com cores a serem definidas pela secretaria demandante, no envio do empenho. Os balões utilizados deverão ser de 1ª qualidade. Incluso montagem e desmontagem, conforme solicitação da secretaria demandante.	Serviço		74	R$ 325,18	R$ 24.063,32
Total do Lote:					R$ 150.566,46
Total do Fornecedor:					R$ 150.566,46

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 265/2025), datada de 25 de março de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente d Fundação Cultura de Paranavaí

Fornecedor:
Empresa: DDM Locações LTDA CNPJ: 33.570.917/0001-80
Endereço: Rua Rosa Maria Dos Santos, 413 - Jardim Morumbi, Paranavaí - PR,
Nome do Representante:
CAROLINE GALVAO DE ALMEIDA DOS SANTOS
CPF: 090.295.909-39

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:4D9C4635

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54588/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 54588/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nestacidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E PARCELADA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (COMO CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHAS, PULA-PULA, BRINQUEDOS INFLÁVEIS), ARCOS DE BALÕES E CARRINHOS PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE PIPOCA, ALGODÃO-DOCE E SORVETE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE E EQUIPE UNIFORMIZADA PARA ATENDIMENTO EM EVENTOS PÚBLICOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 266/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 266/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA SALGADA E DOCE. As pipocas serão preparadas no local de realização e durante o evento. O prestador do serviço deverá fornecer: carrinho próprio, higienizado, ingredientes para preparo e embalagem sendo sacos de pipoca em papel kraft branco, 11x7 cm. Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição das pipocas, manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.	Serviço		285	R$ 302,25	R$
4 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE ALGODÃO DOCE. Contemplando todos os insumos necessários, incluindo açúcar, corantes, palitos e embalagens. Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição, manutenção e apoio durante o evento. O profissiona deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.	Serviço		209	R$ 254,31	R$
5 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE SORVETE. Locação de carrinho contendo 300 picolés tipo palito, nos sabores frutas e/ou leite, conforme solicitação da secretaria demandante, incluindo: Profissional uniformizado para distribuição; montagem, manutenção e apoio técnico durante o evento; tempo mínimo de permanência: 3 horas ou até finalização das 300 unidades. Carrinho em bom estado, higienizado e funcional.	Serviço		152	R$ 458,58	R$
6 - LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA (PULA-PULA). Estrutura em aço galvanizado, dimensões mínimas de 4,27 m (diâmetro), altura total 2,13 m, altura da lona até o chão 86 cm Dimensões mínima da rede de proteção: 1,30 m x 13,90 m, com proteção de molas, com escada de acesso. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		223	R$ 155,29	R$
7 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA, no mínimo 2,20 m x 2,20 m, com no mínimo 2.000 bolinhas inclusas. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional	Serviço		141	R$ 357,49	R$

deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.					
8 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOBOGÃ INFLÁVEL, no mínimo 5m de altura e 3m de largura. Período de locação após a montage: 4 (quatro) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		135	R$ 447,12	R$
9 - LOCAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL INFLÁVEL, com no mínimo 4 m de largura, 7 m de comprimento, com funcionamento seco ou molhado, faixa etária a partir dos 5 anos até adultos. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		40	R$ 411,68	R$
10 - LOCAÇÃO CAMPO DE FUTEBOL DE SABÃO INFLÁVEL, com medida mínima de 4 m de largura, 10 m de comprimento e laterais com altura mínima de 1 m. Capacidade de 8 jogadores por vez, faixa etária a partir dos 8 anos até adultos. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		36	R$ 614,92	R$
12 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO GUERRA DE COTONETES INFLÁVEL, medindo 5,00 m x 5,00 m. Acompanha 2 bastões com no mínimo de 1,60 m x 22 cm. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		81	R$ 520,08	R$
16 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE SORVETE. Locação de carrinho contendo 300 picolés tipo palito, nos sabores frutas e/ou leite, conforme solicitação da secretaria demandante incluindo: Profissional uniformizado para distribuição; montagem, manutenção e apoio técnico durante o evento; tempo mínimo de permanência: 3 horas ou até finalização das 300 unidades. Carrinho em bom estado, higienizado e funcional.	Serviço		50	R$ 458,58	R$
Total do Lote:					R$ 439.490,00
Total do Fornecedor:					R$ 439.490,00

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 264/2025), datada de 28 de outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte

Fornecedor:
Empresa: 47.463.186 Bruno Henrique Alves Dos Santos
CNPJ: 47.463.186/0001-89
Endereço: Rua Pioneiro Tonhao, 1305 - Jardim Satelite, Paranavaí - PR,
Nome do Representante:
BRUNO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS
CPF: 062.278.039-52

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:E4338FF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54834/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2025

(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 54588/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nestacidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E PARCELADA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (COMO CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHAS, PULA-PULA, BRINQUEDOS INFLÁVEIS), ARCOS DE BALÕES E CARRINHOS PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE PIPOCA, ALGODÃO-DOCE E SORVETE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE E EQUIPE UNIFORMIZADA PARA ATENDIMENTO EM EVENTOS PÚBLICOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 266/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 266/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA SALGADA E DOCE. As pipocas serão preparadas no local de realização e durante o evento. O prestador do serviço deverá fornecer: carrinho próprio, higienizado, ingredientes para preparo e embalagem sendo sacos de pipoca em papel kraft branco, 11x7 cm. Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição das pipocas, manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.	Serviço		285	R$ 302,25	R$
4 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE ALGODÃO DOCE. Contemplando todos os insumos necessários, incluindo açúcar, corantes, palitos e embalagens.	Serviço		209	R$ 254,31	R$
Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição, manutenção e apoio durante o evento. O profissiona deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.					
5 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE SORVETE. Locação de carrinho contendo 300 picolés tipo palito, nos sabores frutas e/ou leite, conforme solicitação da secretaria demandante, incluindo: Profissional uniformizado para distribuição; montagem, manutenção e apoio técnico durante o evento; tempo mínimo de permanência: 3 horas ou até finalização das 300 unidades. Carrinho em bom estado, higienizado e funcional.	Serviço		152	R$ 458,58	R$
6 - LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA (PULA-PULA). Estrutura em aço galvanizado, dimensões mínimas de 4,27 m (diâmetro), altura total 2,13 m, altura da lona até o chão 86 cm Dimensões mínima da rede de proteção: 1,30 m x 13,90 m, com proteção de molas, com escada de acesso. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		223	R$ 155,29	R$
7 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA, no mínimo 2,20 m x 2,20 m, com no mínimo 2.000 bolinhas inclusas. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		141	R$ 357,49	R$
8 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOBOGÃ INFLÁVEL, no mínimo 5m de altura e 3m de largura. Período de locação após a montage: 4 (quatro) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. Período de locação após a montagem deverá ser de 4 (quatro) horas, com oferta a vontade. Incluso profissional para preparo e distribuição, manutenção e apoio durante o evento. O profissiona deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada.	Serviço		135	R$ 447,12	R$
5 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE SORVETE. Locação de carrinho contendo 300 picolés tipo palito, nos sabores frutas e/ou leite, conforme solicitação da secretaria demandante, incluindo: Profissional uniformizado para distribuição; montagem, manutenção e apoio técnico durante o evento; tempo mínimo de permanência: 3 horas ou até finalização das 300 unidades. Carrinho em bom estado, higienizado e funcional.	Serviço		152	R$ 458,58	R$
6 - LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA (PULA-PULA). Estrutura em aço galvanizado, dimensões mínimas de 4,27 m (diâmetro), altura total 2,13 m, altura da lona até o chão 86 cm. Dimensões mínima da rede de proteção: 1,30 m x 13,90 m, com proteção de molas, com escada de acesso. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		223	R$ 155,29	R$
7 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA, no mínimo 2,20 m x 2,20 m, com no	Serviço		141	R$ 357,49	R$

mínimo 2.000 bolinhas inclusas. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.					
8 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOBOGÃ INFLÁVEL, no mínimo 5m de altura e 3m de largura. Período de locação após a montage: 4 (quatro) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		135	R$ 447,12	R$
9 - LOCAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL INFLÁVEL, com no mínimo 4 m de largura, 7 m de comprimento, com funcionamento seco ou molhado, faixa etária a partir dos 5 anos até adultos. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		40	R$ 411,68	R$
10 - LOCAÇÃO CAMPO DE FUTEBOL DE SABÃO INFLÁVEL, com medida mínima de 4 m de largura, 10 m de comprimento e laterais com altura mínima de 1 m. Capacidade de 8 jogadores por vez, faixa etária a partir dos 8 anos até adultos. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		36	R$ 614,92	R$
12 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDO GUERRA DE COTONETES INFLÁVEL, medindo 5,00 m x 5,00 m. Acompanha 2 bastões com no mínimo de 1,60 m x 22 cm. Período de locação após a montagem: 5 (cinco) horas. Incluso monitor, para manutenção e apoio durante o evento. O profissional deverá estar devidamente uniformizado de modo que identifique a empresa contratada. Incluso montagem e desmontagem.	Serviço		81	R$ 520,08	R$
16 - LOCAÇÃO DE CARRINHO DE SORVETE. Locação de carrinho contendo 300 picolés tipo palito, nos sabores frutas e/ou leite, conforme solicitação da secretaria demandante, incluindo: Profissional uniformizado para distribuição; montagem, manutenção e apoio técnico durante o evento; tempo mínimo de permanência: 3 horas ou até finalização das 300 unidades. Carrinho em bom estado, higienizado e funcional.	Serviço		50	R$ 458,58	R$
Total do Lote:					R$ 439.490,00
Total do Fornecedor:					R$ 439.490,00

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 264/2025), datada de 28 de outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte

Fornecedor:
Empresa: 47.463.186 Bruno Henrique Alves Dos Santos
CNPJ: 47.463.186/0001-89
Endereço: Rua Pioneiro Tonhao, 1305 - Jardim Satelite, Paranavaí - PR,
Nome do Representante:
BRUNO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS
CPF: 062.278.039-52

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:805F60B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54920/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 54920/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 282/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 282/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED PONTA DE BRAÇO com potência máxima 140W com tecnologia LED, fabricada em corpo de alumínio único confeccionado em liga de alumínio, injetado a alta pressão e ou alumínio extrudado, possuindo aletas para dissipação de calor autolimpantes, deve possuir válvula de alivio de pressão interna, acabamento pintado por processo eletrostático em resina de poliéster em pó, grau de proteção mínimo IP 66 total para o conjunto óptico e compartimento do driver, deve ser resistente a vibrações severas e a ação de ventos com velocidade de 150Km/h, resistência a impacto mecânico IK-09; fixação para braço ou suporte central de 48,5mm com ajuste de ângulo de ± 10° direto na luminária sem uso de adaptador, parafusos fabricados em material inoxidável, com bloco do alojamento deve ser separado do conjunto ótico. Índice de reprodução de cor (IRC = 70) e temperatura da cor de 5000K, devendo ainda possuir eficiência luminosa declarada no certificado igual ou superior a 175lm/W com fluxo luminoso mínimo de 24.500 lúmens, com tensão de Alimentação bivolt 110V a 240V, protetor de surto contra transientes de tensão com capacidade de 10Kv, fator de potência igual ou superior a 0,92 e distorção Harmônica total (THD) menor ou igual a 15%. Deve ainda possuir vida útil mínimo de 100.000 horas, a luminária deverá ser fornecida com base padrão ANSI	UND	SX LIGHTING SX LIGHTING	128	R$ 611,46	R$ 99.735,60

3, 5 ou 7 Pinos e Driver Dimerizável (0-10V). Garantia mínima de 05 anos.					
8 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED PONTA DE BRAÇO com potência máxima 140W com tecnologia LED, fabricada em corpo de alumínio único confeccionado em liga de alumínio, injetado a alta pressão e ou alumínio extrudado, possuindo aletas para dissipação de calor autolimpantes, deve possuir válvula de alivio de pressão interna, acabamento pintado por processo eletrostático em resina de poliéster em pó, grau de proteção mínimo IP 66 total para o conjunto óptico e compartimento do driver, deve ser resistente a vibrações severas e a ação de ventos com velocidade de 150Km/h, resistência a impacto mecânico IK-09; fixação para braço ou suporte central de 48,5mm com ajuste de ângulo de ± 10° direto na luminária sem uso de adaptador, parafusos fabricados em material inoxidável, com bloco do alojamento deve ser separado do conjunto ótico. Índice de reprodução de cor (IRC = 70) e temperatura da cor de 5000K, devendo ainda possuir eficiência luminosa declarada no certificado igual ou superior a 175lm/W com fluxo luminoso mínimo de 24.500 lúmens, com tensão de Alimentação bivolt 110V a 240V, protetor de surto contra transientes de tensão com capacidade de 10Kv, fator de potência igual ou superior a 0,92 e distorção Harmônica total (THD) menor ou igual a 15%. Deve ainda possuir vida útil mínimo de 100.000 horas, a luminária deverá ser fornecida com base padrão ANSI 3, 5 ou 7 Pinos e Driver Dimerizável (0-10V). Garantia mínima de 05 anos.	UND	SX LIGHTING SX LIGHTING	42	R$ 611,46	R$ 25.681,32
Total do Lote:					R$ 103.948,20
Total do Fornecedor:					R$ 103.948,20

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 282/2025), datada de 07 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ,
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa: Sibatech Servicos De Engenharia LTDA CNPJ: 43.962.484/0001-62
Endereço: Alameda Rio Negro, 1030 - Alphaville Centro Industrial E Empresarial, Barueri - SP,
Nome do Representante:
ALLEX DA SILVA SIBALDE
CPF:402.388.928-83

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:288C9561

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54920/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2025
(Reajuste de Valores) (Processo Digital nº 54920/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 282/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 282/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED PONTA DE BRAÇO com potência máxima 140W com tecnologia LED, fabricada em corpo de alumínio único confeccionado em liga de alumínio, injetado a alta pressão e ou alumínio extrudado, possuindo aletas para dissipação de calor autolimpantes, deve possuir válvula de alivio de pressão interna, acabamento pintado por processo eletrostático em resina de poliéster em pó, grau de proteção mínimo IP 66 total para o conjunto óptico e compartimento do driver, deve ser resistente a vibrações severas e a ação de ventos com velocidade de 150Km/h, resistência a impacto mecânico IK-09; fixação para braço ou suporte central de 48,5mm com ajuste de ângulo de ± 10° direto na luminária sem uso de adaptador, parafusos fabricados em material inoxidável, com bloco do alojamento deve ser separado do conjunto ótico. Índice de reprodução de cor (IRC = 70) e temperatura da cor de 5000K, devendo ainda possuir eficiência luminosa declarada no certificado igual ou superior a 175lm/W com fluxo luminoso mínimo de 24.500 lúmens, com tensão de Alimentação bivolt 110V a 240V, protetor de surto contra transientes de tensão com capacidade de 10Kv, fator de potência igual ou superior a 0,92 e distorção Harmônica total (THD) menor ou igual a 15%. Deve ainda possuir vida útil mínimo de 100.000 horas, a luminária deverá ser fornecida com base padrão ANSI 3, 5 ou 7 Pinos e Driver Dimerizável (0-10V). Garantia mínima de 05 anos.	UND	SX LIGHTING SX LIGHTING	128	R$ 611,46	R$ 99.735,60
8 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED PONTA DE BRAÇO com potência máxima 140W com tecnologia LED, fabricada em corpo de alumínio único confeccionado em liga de alumínio, injetado a alta pressão e ou alumínio extrudado, possuindo aletas para dissipação de calor autolimpantes, deve possuir válvula de alivio de pressão interna, acabamento pintado por processo eletrostático em resina de poliéster em pó, grau de proteção mínimo IP 66 total para o conjunto óptico e compartimento do driver, deve ser resistente a vibrações severas e a ação de ventos com velocidade de 150Km/h, resistência a impacto mecânico IK-09; fixação para braço ou suporte central de 48,5mm com ajuste de ângulo de ± 10° direto na luminária sem uso de adaptador, parafusos fabricados em material inoxidável, com bloco do alojamento deve ser separado do conjunto ótico. Índice de reprodução de cor (IRC = 70) e temperatura da cor de 5000K, devendo ainda possuir eficiência luminosa declarada no certificado igual ou superior a 175lm/W com fluxo luminoso mínimo de 24.500 lúmens, com tensão de Alimentação bivolt 110V a 240V, protetor de surto contra transientes de tensão com capacidade de 10Kv, fator de potência igual ou superior a 0,92 e distorção Harmônica total (THD) menor ou igual a 15%. Deve ainda possuir vida útil mínimo de 100.000 horas, a luminária deverá ser fornecida com base padrão ANSI 3, 5 ou 7 Pinos e Driver Dimerizável (0-10V). Garantia mínima de 05 anos.	UND	SX LIGHTING SX LIGHTING	42	R$ 611,46	R$ 25.681,32
Total do Lote:					R$ 103.948,20
Total do Fornecedor:					R$ 103.948,20

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 282/2025), datada de 07 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ,
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa: Sibatech Servicos De Engenharia LTDA CNPJ: 43.962.484/0001-62
Endereço: ALAMEDA RIO NEGRO, 1030 - ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL, Barueri - SP,
Nome do Representante:
ALLEX DA SILVA SIBALDE
CPF:402.388.928-83

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:09944E2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54966/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2025
(Reajuste de Valores) (Processo Digital nº 54966/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 283/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 283/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED PONTA DE BRAÇO com potência máxima 100W com tecnologia LED, fabricada em corpo de alumínio único confeccionado em liga de alumínio, injetado a alta pressão e ou alumínio extrudado, possuindo aletas para dissipação de calor autolimpantes, deve possuir válvula de alivio de pressão interna, acabamento pintado por processo eletrostático em resina de poliéster em pó, grau de proteção mínimo IP 66 total para o conjunto óptico e compartimento do driver, deve ser resistente a vibrações severas e a ação de ventos com velocidade de 150Km/h, resistência a impacto mecânico IK-09; fixação para braço ou suporte central de 48,5mm com ajuste de ângulo de ± 10° direto na luminária sem uso de adaptador, parafusos fabricados em material inoxidável, com bloco do alojamento deve ser separado do conjunto ótico. Índice de reprodução de cor (IRC = 70) e temperatura da cor de 5000K, devendo ainda possuir eficiência luminosa declarada no certificado igual ou superior a 175lm/W com fluxo luminoso mínimo de de 17500 lúmens, com tensão de Alimentação bivolt 110V a 240V, protetor de surto contra transientes de tensão com capacidade de 10Kv, fator de potência igual ou superior a 0,92 e distorção Harmônica total (THD) menor ou igual a 15%. Deve ainda possuir vida útil mínimo de 100.000 horas, a luminária deverá ser fornecida com base padrão ANSI 3, 5 ou 7 Pinos e Driver Dimerizável (0-10V). Garantia mínima de 05 anos.	UND	Inbrax	225	R$ 362,96	R$ 81.666,00
7 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED PONTA DE BRAÇO com potência máxima 100W com tecnologia LED, fabricada em corpo de alumínio único confeccionado em liga de alumínio, injetado a alta pressão e ou alumínio extrudado, possuindo aletas para dissipação de calor autolimpantes, deve possuir válvula de alivio de pressão interna, acabamento pintado por processo eletrostático em resina de poliéster em pó, grau de proteção mínimo IP 66 total para o conjunto óptico e compartimento do driver, deve ser resistente a vibrações severas e a ação de ventos com velocidade de 150Km/h, resistência a impacto mecânico IK-09; fixação para braço ou suporte central de 48,5mm com ajuste de ângulo de ± 10° direto na luminária sem uso de adaptador, parafusos fabricados em material inoxidável, com bloco do alojamento deve ser separado do conjunto ótico. Índice de reprodução de cor (IRC = 70) e temperatura da cor de 5000K, devendo ainda possuir	UND	Inbrax	75	R$ 362,96	R$ 27.222,00

eficiência luminosa declarada no certificado igual ou superior a 175lm/W com fluxo luminoso mínimo de de 17500 lúmens, com tensão de Alimentação bivolt 110V a 240V, protetor de surto contra transientes de tensão com capacidade de 10Kv, fator de potência igual ou superior a 0,92 e distorção Harmônica total (THD) menor ou igual a 15%. Deve ainda possuir vida útil mínimo de 100.000 horas, a luminária deverá ser fornecida com base padrão ANSI 3, 5 ou 7 Pinos e Driver Dimerizável (0-10V). Garantia mínima de 05 anos.					
Total do Lote:					R$ 108.888,00
Total do Fornecedor:					R$ 108.888,00

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 283/2025), datada de 07 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa: Construvita Comercio E Servicos LTDA
CNPJ: 37.386.859/0001-90
Endereço: RUA MDV6, 672 - Moinho dos Ventos, Goiânia – GO
Nome do Representante:
DANILO SOUZA SILVA
CPF: 753.262.801-91

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:D291D216

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 54837/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2025
(Reajuste de Valores) (Processo Digital nº 54837/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Luminárias de LED e afins..

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 284/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 284/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - Braço Luminária Externa 3000 mm - (Tipo Modelo BR-3) BRAÇO LUMINÁRIA EXTERNA, MATERIAL: AÇO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ZINCAGEM POR IMERSÃO A QUENTE, TIPO FIXAÇÃO: POR BRAÇADEIRAS, COMPRIMENTO 3000 MM	UND	ENERGY LUX	170	R$ 165,72	R$ 28.172,40
Total do Lote:					R$ 28.172,40
Total do Fornecedor:					R$ 28.172,40

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 284/2025), datada de 05 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ,
Secretário Municipal de Desenvolvimemto Urbano

Fornecedor:
Empresa: Eletromega Instalacoes Eletricas LTDA

CNPJ: 45.006.762/0001-33
Endereço: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, 6640 - Jardim Santos Dumont,
Paranavaí - PR,
Nome do Representante:
FERNANDA DUARTE GASPAR RIBEIRO
CPF:066.505.769-56

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:52D31C14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 943, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 15.878, de 20 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Remover os servidores públicos abaixo relacionados, dos atuais postos de trabalho e designá-los para os respectivos novos postos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de outubro de 2026.

MATR.	SERVIDOR	DE	PARA
6980-9	Ana Cristina Duarte	Almoxarifado	UBS Alvorada
7581-7	Angelina Lorenzett Tondello	UPA 24h	CAPS I
5956-0	Antonia Irene Holek	NIS Central	UBS São Francisco
6292-8	Beatriz Leonora Oppemann	NIS Central	Sala de Vacina Central
6798-9	Clarice Fátima Ribeiro	Pronto Atendimento	UBS Pinheirinho
7855-7	Cleunice Ruzza Demezuk	NIS Central	UBS Morumbi
6037-2	Cleuza Ribeiro	Transporte Saúde	Central de Materiais e Esterilização
6227-8	Danielli Fátima Debastiani	Transporte Saúde	Central de Materiais e Esterilização
8053-5	Elisete Carla Presotto Cadena	Mãe Patobranquense	Rede Materno Infantil
6935-3	Eliziane Mara de Oliveira	NIS Central	ESF - Central
7587-6	Joscelia Medeiros	UBS Morumbi	Setor de Transporte
6312-6	Marilu Alves	NIS Central	ESF Central
8012-8	Marines Pinto de Oliveira	UBS Planalto	Farmácia Oeste
5955-2	Natalia Jurkiewicz	NIS Central	UBS Parque do Som
5698-7	Roseni dos Santos Demarch	Farmácia	ESF Central
5698-7	Roseni dos Santos Demarch	Farmácia	ESF Central
6775-0	Sirlei da Silva	UPA 24h	Central de Materiais e Esterilização
6955-8	Sirlei Ferreira Cardoso Berti	NIS Central	EFS Central
7613-9	Vanuza Ap Linhares	NIS Central	UBS Industrial

Art. 2º Remover os servidores públicos abaixo relacionados, dos atuais postos de trabalho e designá-los para os respectivos novos postos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19 de outubro de 2026.

MATR.	SERVIDOR	DE	PARA
5835-1	Liria de Fátima Davila Ferri	CAPS	CAPS II

Art. 3º Remover os servidores públicos abaixo relacionados, dos atuais postos de trabalho e designá-los para os respectivos novos postos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de outubro de 2026.

MATR.	SERVIDOR	DE	PARA
6420-3	Elivete Kalinoski	Transporte Saúde	UBS Pinheirinho

Art. 4º Remover os servidores públicos abaixo relacionados, dos atuais postos de trabalho e designá-los para os respectivos novos postos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28 de outubro de 2026.

MATR.	SERVIDOR	DE	PARA
5922-6	Marilda Menezes	UBS Novo Horizonte	Central de Materiais e Esterilização
6352-5	Vanda Cadena Cardoso	UPA 24h	Centro de Abastecimento a Saúde

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:03AB6D27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PLANO OPERATIVO PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO 147/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIÊN, CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40.
CONTRATADA: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA – ISCMC, 76.613.835/0012-31.

A participação complementar de instituições privadas na assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é disciplinada pela Portaria GM/MS nº 1.034, de 5 de maio de 2010. Nesse contexto, o presente Plano Operativo integra o instrumento contratual firmado entre o Município de Piên/PR e a instituição prestadora, detalhando as condições de execução dos serviços pactuados. Ministério da Saúde
O Plano Operativo define a oferta assistencial, os fluxos de acesso, a utilização da capacidade instalada, as atividades, as metas e os indicadores de acompanhamento. Sua finalidade é orientar a execução e a avaliação dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, especialmente das ações e dos procedimentos de Média e Alta Complexidade (MAC) destinados a atendimentos hospitalares de urgência e emergência à população de Piên e aos demais usuários atendidos conforme a organização regional da Rede de Atenção à Saúde.
Por meio da Deliberação CIB/PR nº 087, de 13 de maio de 2016, foi aprovada, ad referendum, a mudança de Piên da Gestão Estadual para a Gestão Plena do Sistema, a partir da competência de maio de 2016. A deliberação estabeleceu, para a assistência de MAC sob gestão municipal, o teto financeiro federal mensal de R$ 56.115,99 (cinquenta e seis mil cento e quinze reais e noventa e nove centavos).
Os recursos federais são transferidos do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde. O seu recebimento, contudo, não corresponde a pagamento automático à prestadora: os valores devidos pela produção assistencial observarão os procedimentos ambulatoriais e hospitalares efetivamente realizados, registrados, processados e aprovados nos sistemas oficiais do SUS, especialmente o SIA/SUS e o SIH/SUS, respeitados os limites financeiros e as condições estabelecidas no contrato e neste Plano Operativo.
A execução contratual compreende, ainda, recursos estaduais vinculados à manutenção e à qualificação da assistência hospitalar. Entre eles, inclui-se o incentivo instituído pela Resolução SESA nº 166/2016 para a estruturação das portas de entrada da Rede Paraná Urgência, no valor mensal de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), observadas as condições de adesão e execução aplicáveis. saude.pr.gov.br
Integra também o planejamento a Estratégia de Qualificação Hospitalar para os Internamentos de Caráter de Urgência (EQH-UE), referida nas Resoluções SESA nº 905/2023 e nº 1.679/2025. A aplicação desse incentivo deverá seguir as regras estaduais relativas às Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) aprovadas, com identificação própria para fins de acompanhamento e prestação de contas.
Assim, este Plano Operativo estabelece os compromissos assistenciais e os critérios de monitoramento e avaliação da prestação dos serviços, de modo a assegurar a continuidade do atendimento, a aplicação dos recursos conforme sua finalidade e a transparência na relação entre o gestor municipal e a instituição prestadora.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA			
NOME FANTASIA: Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças – Piên – CNPJ: 76.613.835/0012-31.			DATA DE FUNDAÇÃO: 05/10/2021
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Natal, nº 334, Centro, Piên-PR, CEP: 83860000			CADASTRO CNES: 0925662
TELEFONE: 41 – 3632-1481	E-MAIL: pedro.filho@santacasacuritiba.com.br		
RESPONSÁVEL LEGAL: Diamantino Prata de Carvalho	TELEFONE (41) 991564288	E-MAIL diamantino.prata@santacasacuritiba.com.br	
DADOS DA CONTA BANCÁRIA: BANCO: Caixa Econômica Federal - Agência: 4266 - Conta: 546-3			

2. CAPACIDADE INSTALADA:

Tipo de Profissional	Quadro Geral	Quantidade Afastamento	Quadro total Ativo
MÉDICO - CLÍNICA MÉDICA GERAL	17	00	17
ENFERMEIRAS	12	00	12
TÉCNICOS DE ENFERMAGEM	44	02	42
FARMACÊUTICO (A)	01	00	01
AUXILIAR DE FARMÁCIA	02	00	02
FISIOTERAPEUTA	02	00	02
FONOALDIOLOGA	01	00	01
PSICÓLOGO	01	00	01
NUTRICIONISTA	01	00	01
ADMINISTRATIVO	11	00	11
ATENDIMENTO/RECEPÇÃO	06	01	05
HOTELARIA/LIMPEZA	13	00	13
NUTRIÇÃO	07	00	07
TÉCNICOS EM RADIOLOGIA	03	00	03

3. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE PIÊN, VISANDO À FORMALIZAÇÃO DO REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS DESTINADOS AO CUSTEIO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC).

Item	Descrição	Origem	Valor mensal	Valor anual
1	Pós-fixado – Ambulatorial.	Federal	R$ 19.895,04	R$ 238.740,48 (12 meses)

2	Pós-fixado - Internação hospitalar.	Federal	R$ 32.755,17	R$ 393.062,04 (12 meses)
	Repasse adicional de 20% (vinte por cento) do valor de cada Autorização de Internação Hospitalar aprovada no Sistema de Informações Hospitalares. Resolução SESA Nº 905/2023 prorrogada pela Resolução SESA nº 1.679/2025, que estende os efeitos financeiros de Janeiro/2026 a Dezembro/2026.	Estadual	R$ 6.551,03	R$ 19.653,09 (3 meses de out/2026 até dez/2026)
3	Pré-fixado – Incentivo de Custeio Rede Paraná Urgência (Resolução SESA nº 166/2016).	Estadual	R$ 110.000,00	R$ 1.320.000,00 (12 meses)
VALOR TOTAL				**R$ 1.971.455,61**

4. METAS:

Constituem metas para manutenção dos itens 1, 2 e 3 do contrato:

a) Manter, durante toda a vigência contratual, **no mínimo 50 (cinquenta) leitos SUS ativos** e cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde — CNES, com atualização dos dados relativos à capacidade instalada, aos profissionais, aos equipamentos e aos serviços disponibilizados.

b) Garantir à população abrangida pela pactuação assistencial o acesso aos serviços de urgência e emergência, **24 (vinte e quatro) horas por dia**, todos os dias da semana, de forma ininterrupta, assegurando acolhimento, classificação de risco, avaliação e atendimento compatíveis com a capacidade assistencial da instituição, bem como estabilização e encaminhamento regulado quando necessário.

c) Manter **médico generalista e enfermeiro em plantão presencial durante as 24 (vinte e quatro) horas** de funcionamento, além dos demais profissionais necessários à execução dos serviços contratados, assegurando a continuidade da assistência nas trocas de plantão e nas substituições de pessoal.

d) Disponibilizar os **serviços de apoio diagnóstico, terapêutico e operacional** necessários ao atendimento ambulatorial e hospitalar, em condições compatíveis com a estrutura em funcionamento, a capacidade instalada e o perfil assistencial da instituição.

e) Manter os serviços contratados **vinculados ao Complexo Regulador do SUS Estadual**, observando os fluxos de acesso, encaminhamento, internação e transferência definidos pelo gestor e pela regulação assistencial, com atualização das informações sobre a disponibilidade de leitos e serviços.

f) Manter **vigente o licenciamento sanitário** e os demais documentos necessários ao funcionamento da instituição, assegurando condições adequadas de infraestrutura, equipamentos, higiene, segurança e assistência aos usuários.

g) Alimentar regularmente os sistemas de informação do SUS, especialmente o **Sistema de Informações Ambulatoriais — SIA/SUS e o Sistema de Informações Hospitalares — SIH/SUS**, com registros completos e compatíveis com os atendimentos efetivamente realizados. Encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde, nos prazos estabelecidos, os arquivos eletrônicos e os documentos necessários ao processamento, à conferência e à avaliação da produção de cada competência.

h) Alcançar, em cada competência, a produção equivalente a no mínimo 70% (setenta por cento) dos valores de produção pactuados para os componentes federais e estadual pós-fixados: **R$ 19.895,04 para a produção ambulatorial e R$ 32.755,17 para a produção de internações hospitalares**, mediante procedimentos efetivamente realizados, registrados, processados e aprovados nos respectivos sistemas de informação do SUS. O pagamento desses componentes ficará limitado à produção aprovada e aos limites financeiros contratados, observados os valores de referência do Ministério da Saúde. Caso a produção aprovada seja inferior ao valor pactuado, será devido apenas o montante correspondente, sem garantia de repasse integral.

i) **Apresentar relatórios periódicos de execução**, contendo os quantitativos de atendimentos, procedimentos, internações e demais informações necessárias à verificação das metas e das condições estabelecidas neste Plano Operativo.

j) Disponibilizar ao gestor e aos fiscais do contrato, bem como ao profissional responsável pela auditoria médica, os registros e documentos necessários à avaliação da assistência e à conferência da produção informada, observados o sigilo e a proteção dos dados dos pacientes.

k) Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde as intercorrências que possam comprometer a oferta dos serviços ou o cumprimento das metas, informando as medidas adotadas e a previsão de regularização.

5. 5. INDICADORES E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

5.1. O cumprimento das metas estabelecidas no item 4 será acompanhado mensalmente pelos seguintes indicadores:

a) Quantidade de atendimentos e procedimentos realizados, discriminados por tipo de serviço e competência;

b) Quantidade e valor da produção ambulatorial e hospitalar registrada, processada e aprovada nos sistemas oficiais do SUS, comprovados pelos relatórios do Sistema de Informações Ambulatoriais — SIA/SUS e do Sistema de Informações Hospitalares — SIH/SUS;

c) Percentual de alcance das metas de produção pactuadas, apurado pela comparação entre os valores da produção aprovada e os valores previstos para cada componente pós-fixado;

d) Número de leitos SUS ativos e cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde — CNES, observado o mínimo estabelecido no item 4;

e) Cobertura dos plantões presenciais de médico generalista e enfermeiro, para verificação da continuidade do atendimento durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias.

5.2. A Secretaria Municipal de Saúde realizará o acompanhamento mediante análise dos relatórios de produção, dos registros do CNES, dos dados do SIA/SUS e do SIH/SUS, das escalas de profissionais e dos documentos de regularidade da CONTRATADA, complementada pelas atividades de fiscalização contratual e auditoria médica.

5.3. Para comprovação da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente:

a) Relatório de produção contendo as estatísticas dos atendimentos e procedimentos realizados, a comparação entre os resultados alcançados e as metas pactuadas e, quando houver, a justificativa para os desvios identificados;

b) Relatórios do SIA/SUS e do SIH/SUS referentes à competência correspondente, conforme a disponibilidade do processamento, com identificação da produção apresentada e aprovada;

c) Escalas de plantão médico e de enfermagem referentes ao período, com identificação dos profissionais e dos horários de atuação, incluindo as substituições ocorridas.

5.4. Para verificação da regularidade cadastral, sanitária e documental, a CONTRATADA deverá manter disponíveis e apresentar à Secretaria Municipal de Saúde:

a) Comprovante de atualização do CNES, no prazo de até 60 (sessenta) dias após cada alteração cadastral;

b) Licença sanitária vigente, com apresentação de novo documento a cada renovação ou alteração;

c) Certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade do FGTS — CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT, observados os respectivos prazos de validade e com apresentação de documentos atualizados quando do vencimento.

5.5. A regularidade dos documentos previstos no subitem 5.4 será verificada mensalmente.

5.6. A apuração dos pagamentos observará a modalidade de financiamento de cada item contratual. A proporcionalidade prevista na alínea “h” do item 4 aplica-se aos componentes federais pós-fixados de produção ambulatorial e hospitalar, considerando a produção aprovada e os limites financeiros contratados. O incentivo estadual pré-fixado e o adicional estadual incidente sobre as Autorizações de Internação Hospitalar — AIH observarão as respectivas condições de repasse, vigência e critérios de execução previstos no contrato e nos atos que os regulamentam.

5.7. As inconsistências ou o descumprimento de metas e condições identificados no acompanhamento deverão ser registrados pela fiscalização e comunicados à CONTRATADA para esclarecimento e adoção das medidas corretivas cabíveis, nos prazos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo das providências previstas no contrato.

6. VIGÊNCIA DO PLANO OPERATIVO

O Plano Operativo constitui parte integrante e indissociável do contrato nº 147/2026, para todos os fins, e terá vigência coincidente com a do instrumento contratual com início em 01/10/2026, abrangendo suas eventuais prorrogações formalizadas por termo aditivo.
A prorrogação da vigência contratual estenderá, pelo mesmo período a vigência do Plano Operativo, dispensando sua republicação autônoma quando mantido integralmente o seu conteúdo, sem prejuízo da publicação e divulgação do termo aditivo e das demais exigências legais aplicáveis.
Havendo alterações de metas, serviços, quantitativos, valores, indicadores ou demais condições previstas no Plano Operativo deverão ser formalizadas em versão atualizada, aprovada pelas partes e incorporada ao contrato mediante instrumento adequado, observadas as exigências de publicidade aplicáveis.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A execução das ações previstas será acompanhada e avaliada pelo gestor municipal, por meio do monitoramento contínuo dos indicadores, metas pactuadas e relatórios de produção, podendo ser objeto de auditorias, avaliações técnicas e revisões periódicas, conforme normativas do Sistema Único de Saúde (SUS).
Eventuais adequações no Plano Operativo poderão ser realizadas mediante comum acordo entre as partes, desde que devidamente justificadas, formalizadas por termo aditivo e em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do Programa Mais Acesso a Especialistas.
O descumprimento das metas e obrigações estabelecidas poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, conforme previsto no instrumento contratual e na legislação aplicável.

Piên/PR, 28 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Município de Piên

FREI DIAMANTINO PRATA DE CARVALHO
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia De Curitiba – ISCMC

TATIANE CUBAS RIBAS MALCHOVSKI
Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde
Portaria 1319/2026 de 28/09/26

Testemunhas:

1. FABIULA GABRIELLI SURA
Assinatura_____

2. LEILA GERTLER
Assinatura_____

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D115856C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 218/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 6020 - Decreto n° 218/2026 de 07/10/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação		30.000,00
Despesa				
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo		30.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
1310 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo		30.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:79759AEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 219/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 6029 - Decreto n° 219/2026 de 07/10/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		50.000,00

Despesa				
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	50.000,00
07.003		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.1501.2054		Manter as Atividades de Obras e Urbanismo		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2850	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	50.000,00
07.004		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.752.1501.2057		Extensão, Ampliação e Melhoria da Rede de Iluminação Publica		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3010	507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	50.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	50.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:BA83D02A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.098/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 700.000,00 (Setecentos mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 700.000,00 (Setecentos mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.01.01 – Legislativa
01.01.01.031 – Ação Legislativa
01.01.01.031.0001.2.001 – Administração dos Serviços da Câmara Municipal de Piraquara

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	18	1001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	170.000,00
3.3.90.46.00.00	20	1001	Auxílio-Alimentação	30.000,00
4.4.90.52.00.00	23	1001	Equipamentos e material permanente	500.000,00
Total				**700.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.01.01 – Legislativa
01.01.01.031 – Ação Legislativa
01.01.01.031.0001.2.001 – Administração dos Serviços da Câmara Municipal de Piraquara

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	03	1001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	700.000,00
Total				**700.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 09 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:4B21FC85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2026-2027 PLANO DE AÇÃO APROVADO POR MEIO DA RESOLUÇÃO DO CMAS Nº13/2026 PONTAL DO PARANÁ/PR 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PONTAL DO PARANÁ

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2026-2027

Plano de Ação Aprovado por meio da Resolução do CMAS nº13/2026

PONTAL DO PARANÁ/PR 2026

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a descentralização e a participação da população entre as diretrizes da política de assistência social. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) constitui uma instância de deliberação e controle social. A NOB/SUAS/2012 reforça que a participação deve integrar o planejamento e a execução da política de assistência social.
O Plano de Ação do CMAS de Pontal do Paraná organiza as prioridades do Conselho para o período de setembro de 2026 a dezembro de 2027. O documento reúne as atividades relacionadas ao funcionamento do colegiado, à atuação das comissões, ao acompanhamento do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e à análise das prestações de contas. Também permite registrar o andamento das ações e os encaminhamentos definidos em plenária.
Para orientar a leitura e o acompanhamento do plano, seus elementos são entendidos da seguinte forma:

Objetivo: resultado que o Conselho pretende alcançar no período.

Ação: atividade prevista para contribuir com o alcance do objetivo ou da meta.

Responsável: comissão, setor ou instância encarregada de conduzir a ação e articular os demais participantes necessários à sua execução.
Prazo: período previsto para a realização da atividade.

PLANILHA DO PLANO DE AÇÃO ANUAL DO CMAS

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2026			
OBJETIVO	**AÇÕES**	**RESPONSÁVEIS**	**PRAZO**
Concluir a eleição da sociedade civil para o CMAS	Acompanhar as inscrições dos candidatos e publicar as inscrições homologadas	Comissão eleitoral e Secretaria Executiva	Inscrições: 08 a 30/09/2026 Publicação: 05/10/2026
Garantir a análise dos recursos eleitorais	Receber recursos, homologar as inscrições e publicar o resultado do julgamento conforme o calendário divulgado.	Comissão eleitoral	Recursos: 05 a 09/10; Homologação: 10/10; Julgamento e publicação: 16/10/2026

Eleger e empossar a nova composição	Realizar Assembleia Geral Eleitoral; publicar o resultado final; realizar a Assembleia de Posse e a sessão extraordinária de início do mandato.	Comissão eleitoral, Presidência e Secretaria Executiva	Assembleia: 26/10; Resultado: 30/10; Posse: 03/11/2026
Prestação de Contas	Receber e analisar a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026 (maio a agosto)	Órgão Gestor	Outubro/2026
Acompanhar o PMAS	Receber a apresentação de monitoramento e avaliação do PMAS, debater resultados e dificuldades e registrar recomendações.	Órgão Gestor	Novembro/2026
Reestruturar as comissões permanentes	Definir integrantes, coordenações e plano inicial de trabalho das cinco comissões temáticas permanentes. Registrar a deliberação e formalizar os atos necessários.	Conselheiros e Presidência	Dezembro/2026
Organizar o planejamento do CMAS para 2027	Definir o calendário de reuniões e das comissões, programar as atividades de acompanhamento e estabelecer os prazos para elaboração de relatórios e demais documentos do Conselho.	Conselheiros, Presidência e Secretaria Executiva	Dezembro/2026

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2027			
OBJETIVO	**AÇÕES**	**RESPONSÁVEIS**	**PRAZO**
Manter o funcionamento regular do CMAS	Realizar reuniões ordinárias, acompanhar decisões anteriores e registrar atas, presenças, resoluções e encaminhamentos.	Conselheiros, Presidência e Secretaria Executiva	Janeiro a Dezembro/2027
Ampliar a participação da sociedade civil nos espaços de controle social	Realizar ações de mobilização e divulgação para incentivar a participação de usuários, trabalhadores e entidades nos espaços de controle social. Elaborar e divulgar materiais informativos.	Comissão de Controle Social e Mobilização, com apoio da Secretaria Executiva	Janeiro a Dezembro/2027
Prestação de Contas	Analisar o 3º quadrimestre de 2026 (setembro a dezembro).	Órgão Gestor e Comissão de Financiamento e Orçamento	Fevereiro/2027
Realizar a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social	Organizar e realizar a Conferência em 2027. Mobilizar usuários,	Comissão Organizadora da Conferência, Conselheiros, Presidência, Secretaria Executiva e Gestão	Janeiro a Julho/2027
	trabalhadores, entidades e representantes do poder público. Debater e aprovar propostas para aprimorar a assistência social. Eleger delegados e encaminhar as deliberações à etapa estadual.		
Acompanhar entidades e ofertas socioassistenciais	Atualizar o cadastro de entidades inscritas e definir roteiro de análise documental e visitas de acompanhamento, com devolutiva à plenária.	Comissão de Registro, Inscrição e Fiscalização de Entidades	Janeiro a outubro/2027
Acompanhar transferências de renda e CadÚnico	Solicitar informações sobre gestão, acesso e demandas identificadas; apresentar análise e recomendações à plenária.	Comissão de Programas de Transferência de Renda e Cadastro Único	Abril e setembro/2027
Prestação de Contas	Analisar o 1º quadrimestre de 2027 (janeiro a abril).	Órgão Gestor e Comissão de Financiamento e Orçamento	Junho/2027
Qualificar os conselheiros do CMAS para o exercício de suas atribuições e o fortalecimento do controle social.	Realizar a formação continuada de conselheiros titulares e suplentes. Fortalecer o controle social na gestão da política municipal de assistência social.	Comissão de Controle Social e Mobilização, com apoio da Secretaria Executiva	Janeiro a Dezembro 2027
Prestação de Contas	Analisar o 2º quadrimestre de 2027 (maio a agosto).	Órgão Gestor e Comissão de Financiamento e Orçamento	Outubro/2027
Reavaliar o PMAS	Receber a avaliação atualizada, verificar resultados e dificuldades e definir recomendações para o ciclo seguinte.	Órgão gestor, Comissão de Políticas Públicas, Normas e Plano e Conselheiros	Novembro/2027
Concluir o período do plano	Consolidar o relatório de ações, pendências e recomendações para 2028. Preparar os documentos a serem apreciados em fevereiro de 2028.	Conselheiros, Presidência e Secretaria Executiva	Dezembro/2027

CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS - CMAS 2026

Mês	**Data De Reunião**	**Horário**	**Endereço**
Janeiro	19 /01/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Fevereiro	02 /02/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Março	02 /03/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Abril	06 /04/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Maio	04 /05/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Junho	01 /06/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Julho	06 /07/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Agosto	03 /08/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Setembro	01 /09/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Outubro	06/10/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Novembro	03 /11/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura
Dezembro	01 /12/2026	08h30	Sala de Reuniões - Prefeitura

O calendário de reuniões ordinárias será apresentado e submetido à deliberação do CMAS na plenária de dezembro. Após sua aprovação, será publicada a respectiva resolução, e o calendário será anexado a este documento.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:49580952

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE DE HABILITAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRÊMIO SMED DE BOAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO - 2ª EDIÇÃO (2026)

Resultado definitivo da análise de habilitação das inscrições
Prêmio SMED de Boas Práticas na Educação - 2ª Edição (2026)

A Comissão Organizadora torna público o resultado definitivo da análise de habilitação das inscrições do Prêmio SMED de Boas Práticas na Educação - 2ª Edição (2026). Encerrado o prazo recursal em 7 de outubro de 2026, não foram recebidos recursos. Assim, ficam mantidas as decisões divulgadas no resultado preliminar, conforme a relação a seguir.
Nas inscrições coletivas, a relação apresenta apenas o(a) autor(a) de referência para divulgação, sem reproduzir a lista completa de coautores. As Categorias 04 e 05 têm participação automática prevista no edital e, por isso, não aparecem como inscrições individuais nesta relação.

Categoria 01: Melhor Prática da Educação Especial

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
12	Adriana de Moraes da Silva	Jogos digitais interativos para alfabetização matemática e linguística de alunos com deficiência.	Individual
47	Alessandra Alves Silva Borochok	MÃOS NA MASSA, DO FORNO AO PROTAGONISMO Empreendedorismo, Autonomia e Acessibilidade na Classe Especial	Individual
85	Joelma de Oliveira	Corpo em ação: Adaptar para participar - Estratégias de Educação Física Inclusiva	Individual
119	Lizmari Simioni Rusycki	CLARINHA E SEU AMIGO CEBOLINHA	Individual
84	Monse Laine Ferraro	Projeto Educação Financeira Funcional: Autonomia, Escolhas e Participação Social. "Dinheiro se aprende contando. Responsabilidade se aprende escolhendo."	Individual
72	Roseli de Campos Gonçalves	"CADA NÚMERO NO SEU LUGAR" Aprendendo com QVL	Individual
82	Vaneli Ramos de Miranda	O Mundo Colorido de Romero Britto: A Alegria em Forma de Arte	Individual
96	Vanessa Freire Silva Claudino	Uno das Emoções: Jogo acessível para a comunicação e autorregulação na SRM	Individual
4	Willian Wander Rocha de Sant'Anna	Vamos Falar Diferente? Uma prática de aprendizagem e participação a partir dos interesses dos estudantes	Individual
		Total da Categoria 01	**9 aptas**

Categoria 02: Melhor Prática do Professor na Educação Infantil

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
63	Ana Cristina Nascimento de Campos	NOSSA CANOA CAIÇARA: DESCOBRINDO A CULTURA DO MAR"	Individual
78	Ana Paula Carvalho de Lima	Ambiente sensorial verde: Explorando a natureza e a reciclagem	Individual
76	Bábylla Roberta Coelho Miras	Artes e Formas Geométricas: Investigando Formas e Cores na Educação Infantil	Coletiva
125	Célia Regina da Silva Batista Evers	Guardiões da Natureza: plantando, cuidando e aprendendo com a horta e as abelhas Jataí	Individual
66	Cintia Cristina Caetano	"PROJETO DANÇANDO JUNTOS: sexta-feira da dança."	Individual
73	Cristiane Regina Alves	Nossa Escola, Nossa Casa, Nosso Planeta - Aprender, Cuidar e Transformar	Individual
103	Daniele Cristina Rosa	Vivencias da Cultura Caiçara: Tecendo Saberes Através da Arte.	Coletiva
34	Eliane Jeneski	Do CMEI para o Planeta: Uma jornada de cuidado	Individual
79	Eva Fernanda Carvalho	Sala Sensorial " Fundo do Mar"	Coletiva
41	Isabella dos Santos Ramos Fortes	Minha Lata de Descobertas	Coletiva
99	Isabelli Leal Colaço Fernandes	Musicalização na Educação Infantil	Individual
107	Ivanilsa Cordeiro Campos da Costa	Calendário Vivo: Cada dia uma Nova Descoberta	Individual
88	Jaqueline Pinheiro Rocha	Pequenos Protetores da Restinga: o protocolo dos pequenos cientistas para monitorar o que o mar devolve	Individual
87	Josiane Boneti da Rosa Gonzalez	Quando o silêncio também fala.	Individual
130	Juliane Soares Marinho Guimarães	Quando os pássaros chegam, a infância voa.	Coletiva
108	Katiani Aparecida Laurindo Martins	Musicalização no refeitório	Coletiva
126	Leidiany Grabowski Xavier Pinheiro	Pequenas Mãos, Futuras Letras: O Desenvolvimento da Motricidade Fina na Rotina da Educação Infantil	Individual
55	Leticia de Lima Morais	Cabana Encantada	Individual
16	Luciana Borges Janoario	Projeto Identidade	Individual
71	Mariah Clara Guimarães Freitas	Uma colmeia de descobertas	Individual

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
128	Marli Aparecida Camargo	Pequenos Super Heróis em Movimento: Corpo, cuidado e combate à dengue no CMEI Golfinho Azul.	Individual
111	Mirelli Camila dos Santos	DO DESCARTE À ARTE	Individual
1	Patrícia Renata Lopes	EXPLORANDO NOVOS MUNDOS COM ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL	Coletiva
61	Raphaela de Miranda	Pequenos Guardiões do Oceano	Individual
77	Rayane de Oliveira Cunha	A história não acaba quando o livro fecha	Individual
74	Regiane Santos Teixeira Nascimento	Libras na Educação Infantil: pequenas mãos, grandes possibilidades de comunicação	Coletiva
117	Renata Luana da Rosa Correia	Dança inclusiva	Individual
23	Sheila Magali Moraes	BRINQUEDO QUE CIRCULA, BRINCADEIRA QUE TRANSFORMA	Individual
15	Silmara Aparecida Cardoso	Sustentabilidade e Educação Ambiental	Individual
27	Silvia Maria Petroski da Costa	Água viva da coordenação motora fina	Individual
98	Susan Franciele Faccio	Pequenos jardineiros em ação.	Coletiva
62	Susana da Silva	O MAR DAS EMOÇÕES E DAS CORES	Individual
7	Thais da Silva Cardoso	Projeto Psicomotricidade	Individual
		Total da Categoria 02	**33 aptas**

Categoria 03: Melhor Prática de Gestão Escolar na Educação Infantil

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
6	Dilair Sobral de Moraes França	BRINCANDO CONQUISTEI MEU PRIMEIRO TÍTULO.	Individual
93	Elizangela Rocha Kriger	Brincando com Reciclado: gestão sustentável com tampinhas, venda de recicláveis e dia da família	Individual
50	Jaqueline Alves de Souza	Protagonismo Infantil: a participação da criança nas decisões da instituição	Individual
67	Joice Hartmann Santo Pinheiro	TAMPINHA SOLIDÁRIA - EDUCAÇÃO FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Individual
132	Jussimara Aparecida Erdmann	Escola e Comunidade: Construindo Vínculos que transformam	Individual
3	Regiane Ferreira da Silva Mendes	Projeto Pequenos Economistas	Individual
113	Rosemeri Fedasz	CMEI e Família: Laços que Educam.	Individual
124	Sandra Regina Duarte Machado de Souza	Horta Escolar na Prática	Individual
		Total da Categoria 03	**8 aptas**

Categoria 06: Melhor Prática de Gestão Escolar no Ensino Fundamental

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
102	Giaroly Franciely Oliveira Albuquerque	UM RECREIO ORGANIZADO RENDE RESULTADOS	Coletiva
29	Jaqueline Wengue	Central pedagógica digital	Individual
54	Kelli Leal Soares Humenhuk Taborda	Ernestinho Presente.	Individual
40	Maria José de Freitas Lima	LIXO QUE NÃO É LIXO: RECICLAR É PRECISO!	Coletiva
35	Simone Cristina Nunes Alves	PROJETO ALMOÇO EDUCATIVO - APRENDER, CONVIVER E CUIDAR	Coletiva
		Total da Categoria 06	**5 aptas**

Categoria 07: Melhor Prática do Professor no Ensino Fundamental

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
86	Adriano Dina Crispim	Horta Escolar	Individual

65	Ana Cristina Nascimento de Campos	HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DA DESCOBERTA DOS GIBIS À FORMAÇÃO DE LEITORES.	Individual
64	Ana Luiza Dias Moreira	Cultivando Saberes: Horta, Jardinagem e Reciclagem na Escola	Individual
31	Bryan Avon	Entre Marés e Códigos: Pontal do Paraná em Jogo	Individual
43	Daiani Paschoal Monteiro	Brasil: As cinco regiões do Brasil	Individual
69	Dinilso Marques	Meu Avatar Squishy, minha identidade	Individual
26	Elizane Capeta Borba	Literatura: Ler brincando.	Individual
28	Elloá Liandra da Rocha Oliveira	Mercadinho: Aprendendo matemática na prática.	Individual
38	Francielle Bezerra da Silva de Souza	Ler e Lucrar	Individual
68	Gianne Vaz da Silva Vieira	Cientistas do Futuro	Individual
9	Gilmara Remeika	"Matemática que cabe no carrinho"	Individual
13	Gislaine Correia de Moraes	ALFABETIZAÇÃO EM MOVIMENTO - LER, ESCREVER E COMPARTILHAR	Individual
32	Glaucia dos Santos Bonaldi Lima	Entre Passos e Comandos: Coordenadas e Matrizes na Robótica Desplugada no 4º Ano do Ensino Fundamental.	Individual
18	Hiorrana Januario Honorato dos Santos	Brincar, Criar e Aprender: práticas lúdicas, interdisciplinares e inclusivas no 1º Ano A	Individual
120	Jaqueline de Paula	O Tempo em Nossas Mãos: Aprendendo as Horas na Rotina	Individual
17	Joelson Gonçalves	Projeto Campeões da Leitura	Individual
11	Juliane Vieira	Saberes e Sabores na EJA	Individual
37	Kamilla da Cunha Kaminski Alves	Palavras que Brincam, Crianças que Aprendem: Jogos e Descobertas na Oficina de Português	Individual
131	Karin Cristina Escobar Yamashiro	Da Água à Mesa: A Jornada da Tilápia pelos Gêneros Textuais	Individual
129	Kauana Laissa da Rosa	DO SOM À LEITURA: UMA PRÁTICA COLABORATIVA E SISTEMÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO 1º ANO	Coletiva
56	Kelly Baptista Grechuski	Educapontos - aprendendo e conquistando	Individual

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
101	Kerin da Silva Macedo	Alfabetizar com significado: Práticas que acolhem, ensinam e transformam.	Coletiva
110	Liziane da Silva	Cultura maker, robótica sustentável e desenho universal para aprendizagem (DUA)	Individual
118	Luciane Aparecida Platner Campos	Uma história de cinema	Individual
51	Maycow Edling	Recomposição das Aprendizagens: estratégias de intervenção pedagógica a partir do diagnóstico das aprendizagens	Individual
115	Molinary da Veiga Miranda	Setembro Amarelo: Pequenos Gestos, Grandes Sentimentos	Individual
45	Rhaiza de Souza Zanon	Da lua ao fundo do mar - Uma jornada de descobertas em Educação Digital e Robótica	Individual
5	Sabrina Lima dos Santos	Robótica Criativa e Sustentável	Individual
39	Sabrina Petça Florencio	Mercadinho Matemático: Aprendendo a Comprar e Calcular	Individual
19	Simone da Silva Martins	Alfabetização	Individual
123	Simone Zolin Ortiz Silva	Matemática com tampinhas e pratinhos	Individual
89	Sirlei da Silva Rocha	Aprender Brincando: Jogos e gêneros textuais no desenvolvimento da aprendizagem.	Individual
116	Tháis Fernanda de Siqueira Viana	My world, my english	Individual
49	Valéria Rodrigues dos Santos	A ÁGUA, O CICLO DA ÁGUA E OS OCEANOS: UMA APRENDIZAGEM INTERDISCIPLINAR	Individual
33	Vanessa Caroline Gonçalves Guedes	Práticas inclusivas e colaborativas no aperfeiçoamento da leitura e escrita.	Individual
104	Vanessa Cristina Laufer	Xadrez inclusão e aprendizagem	Individual
30	Vanessa Kely Santos de Lima	Mãos na terra: Cultivando Saberes e Colhendo Aprendizagens com o Agrinho.	Individual
60	Zueh Maria Moura	Da descoberta ao xeque-mate: o xadrez como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento.	Individual
		Total da Categoria 07	**38 aptas**

Categoria 08: Sabores de Pontal

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
97	Ariana Condradi	Shawpioca	Coletiva
20	Cinara do Rocio da Silva Simões	Escondidinho de PTS com Batata doce	Individual
109	Cristina Petry	PANQUECAS DIVERTIDAMENTE	Coletiva
59	Denise Aparecida de Moraes	Lasanha nutritiva a moda Siri Azul	Individual
92	Eleonor Ferraz de Souza	Colheradinha de amor	Individual
112	Eliane Miranda Alves	Torta Caseira de Grão de Bico com Atum e Legumes	Coletiva
105	Graziela Santana de Góis	Receita Vegetariana - Ovos Pochê Nutritivo	Coletiva
94	João Gualberto dos Anjos Filho	Brigadeiros saudáveis	Coletiva
106	Jonilda Ferreira da Silva	Coxinha de Peixe	Coletiva
22	Laudicea Souza de Lima	FAROFA DE CENOBANA	Individual
52	Lindalva Aparecida de Britto	TORTA NUTRITIVA DA TERRA	Individual
42	Lourdes Aparecida Claudino	Strogonoff Nutritivo	Coletiva
122	Luzinete Alves Pereira	Brigadeiro de batata doce e beterraba	Individual
100-A	Nilza Aparecida Biancato Machado	BEIRUTE DE FRANGO	Individual
95	Soeli Maria Alves Andrioli	“Todo Mundo Pode: O Biscoito de Banana”	Individual
100-B	Valéria Marcelino	ROCAMBOLE DE QUIBE E PURÊ	Individual
58	Verônica Franco Souza Pereira	Brigadeiro de banana	Individual
53	Viviane do Rocio Pires Burda	STROGO CHICKEN	Coletiva
		Total da Categoria 08	**17 aptas**

Nota: As identificações 100-A e 100-B individualizam as duas práticas apresentadas na inscrição original nº 100. Elas foram separadas para fins de divulgação do resultado, conforme a autoria indicada para cada receita.

Categoria 09: Celebrar com Saúde

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
75	Adriana Chemure dos Anjos	PÁSCOA SAUDÁVEL	Institucional
10	Bruna da Veiga Campos dos Santos	Piquenique das descobertas	Institucional
46	Dilair Sobral de Moraes França	CMEI E FAMÍLIA- NUTRINDO COM AMOR	Institucional
70	Elizângela Rocha Kriger	Páscoa Saudável do Siri Azul	Institucional
2	Jaqueline Alves de Souza	Páscoa: Celebrar, brincar e aprender com saúde	Institucional
91	Rosemeri Fedasz	Semana da Criança saudável	Institucional
		Total da Categoria 09	**6 aptas**

Categoria 10: Melhor Prática de Educação das Relações Étnico-Raciais

Nº da inscrição	Autor(a) de referência	Título da prática	Tipo
121	Alaine Santos Santana	"NOSSAS CORES, NOSSAS HISTÓRIAS: aprendendo, pesquisando e construindo relações étnico-raciais na escola" - Uma prática pedagógica de valorização da identidade, da diversidade e das contribuições africanas e afro-brasileiras.	Individual
90	Aline Oshiro	Desconstrução do Racismo	Coletiva
80	Márcia de Andrade	O som e a cor da nossa ancestralidade	Individual
24	Norma do Rocio do Rosário Soares	AS RAÍZES DO FUTURO INICIAM-SE NOS PRIMEIROS PASSOS	Individual
114	Sthefany dos Santos Pereira	Identidades que florescem na infância.	Coletiva
57	Vanessa Rodrigues de Lima	Saberes Ancestrais: Identidade, Práticas Antirracistas e a Contribuição de Intelectuais Negros e Indígenas na Sociedade	Individual
		Total da Categoria 10	**6 aptas**

Registros não incluídos na relação definitiva de inscrições habilitadas

Nº da inscrição	Candidato(a)	Categoria	Motivo
81 e 83	Cassio de Souza Farias	01	**Inscrição nº 81: registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 83, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital. **Inscrição nº 83: não habilitada.** A documentação informa que o sistema ainda não foi testado nem aplicado com estudantes da Rede Municipal e aguarda homologação institucional. Assim, não comprova a implementação da prática em 2026, conforme os itens 3.1, inciso I, e 3.8 do edital.
36	Daiani Paschoal Monteiro	07	**Registro anterior em duplicidade**. Foi considerada a inscrição nº 43, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.
8	Francielle Bezerra da Silva de Souza	07	**Registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 38, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.
25	Jaqueline Pinheiro Rocha	02	**Registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 88, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.
127	Marli Aparecida Camargo	02	**Registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 128, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.
21	Norma do Rocio do Rosário Soares	10	**Registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 24, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.
44	Rhaiza de Souza Zanon	07	**A candidata realizou duas inscrições na Categoria 07.** Conforme o item 5.9 do edital, foi considerada a inscrição nº 45, enviada por último.
14	Silmara Aparecida Cardoso	02	**Registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 15, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.
48	Valéria Rodrigues dos Santos	07	**Registro anterior em duplicidade.** Foi considerada a inscrição nº 49, enviada posteriormente, conforme o item 5.9 do edital.

Assinado Digitalmente
CINTIA MENDES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:21427DF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL – SELECIONADOS – 12º FESTPON FESTIVAL DE TEATRO DE PONTAL DO PARANÁ 2026.

RESULTADO FINAL – SELECIONADOS – 12º FESTPON FESTIVAL DE TEATRO DE PONTAL DO PARANÁ 2026.				
PROPONENTE	**ESPETÁCULO**	**CIA./ ARTISTA/ GRUPO**	**CIDADE**	**CATEGORIA**
NATHALIA BORTOLASO POSSIGNOLO	**CAPITÃO JONZÉ E MONSTRO LIXUOSO**	TRUPE JONZÉ	PRESIDENTE PRUDENTE - SP	PROFISSIONAL
AACC	**AS LOUCURAS DE ISABELLA**	GAP- RUA	JOINVILLE- SC	AMADOR
M. DANIELLE FEITOSA FERRUCIO PONTES	**SOBRE NÓS**	FERRUCIO TEATRO	JUAZEIRO DO NORTE - CE	PROFISSIONAL
LIGIA BATISTA FERREIRA	**BIBI CRICRI- BICHOS E CRIANÇAS**	COLETIVO VIRA VOLTA	CURITIBA - PR	PROFISSIONAL
THIAGO BRUNO JURASKI	**SOBRE PEDRAS**	ABSTRATO TEATRO DE ANIMAÇÃO	GUARAPUAVA - PR	PROFISSIONAL
ELCIO DOMINGOS TRENTO	**ERA UM, ERAM DOIS, ERAM TRÊS**	ELCIO DI TRENTO PRODUÇÕES	CURITIBA - PR	PROFISSIONAL
MARCOS APARECIDO TRINTADE	**VOLTA PARA CASA**	TRINDADE PRODUÇÕES	MARINGÁ - PR	PROFISSIONAL
NILO SILVA PEREIRA NETO	**RISAS Y SONRISAS**	CIA. RISAS	CURITIBA - PR	PROFISSIONAL
REGIANE CONSUELO M. A. MOREIRA	**FOLGUEDO DE CAUSOS MIÚDOS**	CIA. IMPACTO EM CENA	PALMEIRA -PR	AMADOR
GISELLE XAVIER MIRANDA	**SORRIR E PENSAR**	CIA. GIKLAUS DE TEATRO	MATINHOS - PR	PROFISSIONAL
BÁRBARA VIEIRA SOUZA	**FERVO!**	TRIO ELÉTRICO TEATRO	CURITIBA-PR	PROFISSIONAL
KELVIN AUGUSTO V. MILLARCH	**DOCE²**	CIA. KA TEATRO	CURITIBA-PR	PROFISSIONAL
RESULTADO FINAL – SELECIONADOS PARA OFICINAS – 12º FESTPON FESTIVAL DE TEATRO DE PONTAL DO PARANÁ 2026.				
PROPONENTE	**OFICINA**		**CIDADE**	
SAMMOVAR ARTE E CULTURA LTDA.	IMPROVISAS: PALHAÇARIA & IMPROVISAÇÃO		CURITIBA -PR	
LIGIA FERREIRA	CRIA E CONTA		CURITIBIA - PR	
JOSÉ RICARDO BASSANI	INTRODUÇÃO A PALHAÇARIA		PRESIDENTE PRUDENTE - PR	

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:141BF819

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 20 DE MARÇO DE 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 20 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a nova redação do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná-Cispar)

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO, Faço saber que a Assembleia Geral aprova e eupromulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná passa a vigorar de acordo com a redação anexa.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º O novo texto do contrato deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial.

Jussara, 20 de março de 2023.

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO CONSOLIDADO CONFORME ASSEMBLEIA GERALREALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR

Jussara, 07 de outubro de 2022.

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR é constituído pelos municípios que, por meio de Lei, ratificaram o Protocolo de Intenções e celebraram o Contrato de Consórcio Público de Saneamento do Paraná ao final subscritos.
CLÁUSULA SEGUNDA. *(Da ratificação)***.** O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 1/4 dos entes da Federação que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR.**
§1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.
§2º Serão automaticamente admitidos no Consórcio os entes da Federação que efetuarem ratificação em até 2 (dois) anos.
§3º A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição somente será válida após a homologação da Assembleia Geral do Consórcio, tanto ordinária quanto extraordinária, não sendonecessário que se faça na primeira Assembleia Geral imediatamente subsequente.
§4º A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.
§5º Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o ente da Federação que o tenha subscrito.
§6º Diante do princípio da cooperação entre os entes federativos, fica automaticamente autorizada e aprovada pela Assembleia Geral e pelos legislativos dos municípios já consorciados a alteração do Estatuto e do Contrato de Consórcio Público visando a inclusão, no Consórcio, de novos municípios, semque seja necessário promover a aprovação de lei nesse sentido em cada Legislativo de cada Município já consorciado
§7º Por força do disposto no §6º desta cláusula, a inclusão contratual observará o seguinte procedimento:

I – o Município interessado em ingressar no Consórcio deverá encaminhar ofício dirigido à Presidência manifestando o interesse;
II – a Presidência colocará a solicitação em discussão e votação em Assembleia Geral, tanto ordinária quanto extraordinária, não sendo necessário que se faça na primeira Assembleia Geral imediatamente subsequente; e
III – uma vez aprovada a solicitação pela Assembleia Geral, fica automaticamente aprovado o ingresso do Município interessado, promovendo-se a respectiva alteração e inclusão contratual e estatutária nesse sentido.
§8º A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções ou do Contrato de Consórcio Público; nessa hipótese, o consorciamento dependerá de que as reservas sejam aceitas pela Assembleia Geral, tanto ordinária quanto extraordinária, não sendo necessário que se faça na primeira Assembleia Geral imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS
CLÁUSULA TERCEIRA. Para todos os efeitos, consideram-se**:**

I - s*aneamento básico*: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixodoméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, sistemas de proteção contra as cheias;

II - *gestão associada*: cooperação voluntária de entes federados, por convênio de cooperaçãoou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - u*niversalização*: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
IV - *controle social*: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - *prestação regionalizada*: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VI - *subsídios*: instrumentos econômicos de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;
VII - s*alubridade ambiental*: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito a sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como de favorecer o pleno direito à saúde e ao bem estar;
VIII - *planejamento:* atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada em determinado período para o alcance das metas e resultados pretendidos;
IX - *fiscalização*: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas, bem como pelo ente regulador e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

X - *prestação de serviço público*: a execução, em estrita conformidade com o estabelecido na legislação em vigor, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinada;
XI - *projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico:* os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:
a) o fornecimento de água bruta para outros usos, comprovado o não prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água;
b) o aproveitamento de água de reuso;
c) o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário; e

d) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de aterros sanitários, estações de tratamento de esgotos ou, outros processos de tratamento de resíduos sólidos; e

XII - *regulação:* todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigaçõesdos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de taxas, tarifas e outros preços públicos cobrados em decorrência dos serviços de saneamento básico.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA. O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR** é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados.
PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de pelo menos 1/4 (um quarto) dos subscritores do Protocolo de Intenções.
Em toda a sua atuação institucional, o Consórcio terá sempre em vista o objetivo primordial de promover a união dos municípios subscritores, buscando laços de cooperação federativa entre si, com o governo estadual e com o governo federal, buscando melhorias na prestação dos serviços de saneamento básico.

CLÁUSULA QUINTA. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.
CLÁUSULA SEXTA. A sede do Consórcio é o Município de Jussara, no Estado do Paraná; todavia,para que haja proveito para os consorciados, poderá o Consórcio desenvolver atividades em escritórios ououtras sedes localizadas em outras localidades, inclusive municípios não-consorciados, com vistas ao alcance de suas finalidades.
PARÁGRAFO ÚNICO. Mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá ser alteradaa sede do Consórcio.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS
CLÁUSULA SÉTIMA. Além de seu objetivo primordial de promover ações na área dosaneamento básico, englobando abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais urbanas, o Consórcio desenvolverá os objetivos adiante descritos, podendo firmar contratos ou figurar como interveniente em convênios, ajustes e instrumentos congêneres nas mais diversas esferas governamentais e não-governamentais, sejam nacionais ou internacionais, em toda a sua esfera de atuação, inclusive com outros consórcios públicos ou privados e pessoas jurídicas de direito público ou privado:
I - ser contratado, inclusive com a formalização de contrato de rateio ou de programa, pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir;
II - estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos associados, apoiando-os na execução dos serviços administrativos;
III – estudar e sugerir a adoção de normas na respectiva legislação municipal, visando a ampliação e melhoria dos serviços locais dos associados;
IV - defender junto aos Governos Federal e Estadual que os serviços públicos de saneamento básico sejam considerados de fundamental importância para a vida da população brasileira;
V - colaborar e cooperar com os poderes legislativos e executivos municipais na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento e fortalecimento dos serviços públicos de saneamento básico;
VI - promover o desenvolvimento local das políticas de resíduos sólidos;
VII - estudar, propor e promover campanhas educativas sobre a adequada disposição final dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação de áreas e corpos receptores degradados pela disposição inadequada de resíduos sólidos e líquidos, e pelas deficiências de drenagem urbana que provoquem inundações e erosões;
VIII - promover reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos federais e estaduais de interesse comum dos associados;
IX - promover gestões junto aos órgãos competentes visando a obtenção de recursos financeiros para futuras melhorias nos serviços de saneamento básico;
X - desenvolver outras atividades que por sua natureza venham a promover o aperfeiçoamento dos serviços públicos de saneamento;

XI - informar a população sobre as questões relevantes para a preservação do meio ambiente, incentivando a criação de mecanismos de controle social sobre a prestação dos serviços de saneamento básico;
XII - discutir as relações do Consórcio com os diversos órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

XIII - estruturar-se e figurar como agência de água no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, agência essa que poderá figurar como órgão do Consórcio e será estruturada de acordo com a legislação de regência e conforme diretrizes estabelecidas em resoluções próprias aprovadas pela Assembleia Geral do Consórcio, inclusive no que tange à criação de seus respectivos órgãos internos subordinados;

XIV - promover a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana,manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal nº 11.445/07, prestado por qualquer prestador de serviços, a qualquer título, podendo:

a) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dosusuários;

b) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nas normas regulamentares e nos instrumentos da política municipal de saneamento básico;
c) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
d) definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de saneamento básico, inclusive contratos, como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência eeficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;
e) estabelecer relações cooperativas com outros consórcios e entidades de regulação que possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas; e
f) contribuir, quando solicitado e dentro do possível, para o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas de saneamento básico;
XV – realização de licitações, dispensas ou inexigibilidades de licitação, dentro das áreas de atuação do Consórcio, em nome do município consorciado, seja administração direta ou indireta, das quais decorramum ou mais contratos a serem celebrados diretamente pelo Município consorciado ou por órgãos da administração indireta deste; e
XVI – realização de licitações compartilhadas, em quaisquer áreas, das quais decorram dois ou mais contratos celebrados por municípios consorciados ou entes de sua administração indireta.
§1º Especificamente na área da regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, prestados por meio de seu órgão administrativo também constituído como unidade orçamentária, ao Consórcio competirá:
I - regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, através da fixação de normas, regulamentos e instruções relativos, no mínimo:
a) aos padrões e indicadores de qualidade dos serviços regulados;
b) aos requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
c) às metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
d) ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como aos procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
e) à medição, faturamento e cobrança de serviços;
f) ao monitoramento dos custos;
g) à avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
h) ao plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
i) aos subsídios tarifários e não tarifários;
j) aos padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e
k) às medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.
II - acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos regulados, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;
III - exercer o poder de polícia administrativa no que se refere a prestação dos serviços públicos regulados, prestando orientações necessárias, apurando as irregularidades e aplicando as sanções cabíveis e, se for o caso, determinando providências e fixando prazos para o seu cumprimento;
IV - buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;
V - manifestar-se quanto ao conteúdo dos editais de licitação, concessão e permissão e quanto aos contratos e demais instrumentos celebrados, assim como seus aditamentos ou extinções, nas áreas sob sua regulação, zelando pelo seu fiel cumprimento, bem como revisar e propor ajustes, no âmbito de suas competências, dos instrumentos contratuais já celebrados antes da vigência do Contrato de Consórcio Público;
VI - requisitar à Administração e aos prestadores dos serviços públicos municipais regulados, as informações convenientes e necessárias ao exercício de sua função regulatória, guardando o sigilo legal,quando for o caso, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;
VII - moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesses entre o Poder Público e os prestadores de serviços e entre estes e os consumidores, no limite das atribuições previstas em lei, relativos aos serviçospúblicos sob sua regulação;
VIII - permitir o amplo acesso dos interessados às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados e sobre as suas próprias atividades, salvo quando protegidos pelo sigilo legal;
IX - avaliar os planos e programas de metas e investimentos das operadoras dos serviços delegados, visando garantir a adequação desses programas à continuidade da prestação dos serviços emconformidade com as metas e disposições contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais instrumentos legais da política municipal de saneamento básico;
X - realizar audiências e consultas públicas referentes à prestação dos serviços públicos regulados;
XI - manifestar-se sobre as propostas de alterações dos instrumentos de delegação, apresentadas pelos prestadores de serviços públicos, para subsidiar as decisões do titular dos serviços;
XII - analisar e aprovar os manuais de serviços e atendimento propostos pelos prestadores de serviços públicos regulados;
XIII - analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelos prestadores de serviços, bom como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico;

XIV - manifestar-se sobre as propostas de legislação e normas que digam respeito ao saneamento básico;

XV - prestar informações, quando solicitadas, ao conselho municipal responsável pelo controle social do saneamento básico nos municípios consorciados;
XVI - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
XVII - arrecadar e aplicar suas receitas;

XVIII – prestação de serviços na área do saneamento, englobando a prestação regionalizada de serviços públicos nos termos da lei, demais regulamentos e contratos, notadamente os previstos neste Contrato de Consórcio Público; quando o Consórcio não for o próprio prestador dos serviços, poderá esteexercer as atividades de regulação e fiscalização respectivas;
XIX - elaborar seu Regimento Interno.
§2º O exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico far-se-á segundo os dispositivos de regência do Consórcio e dos seus regulamentos, das demais normas legais e técnicas pertinentes, e, em especial, dos instrumentos de delegação dos serviços públicos, visando o cumprimento das obrigações de universalização, equidade, continuidade, modicidade das tarifas e qualidade atribuídas às operadoras dos serviços públicos de saneamento básico.
§3º O consórcio poderá exercer atividades em prol de municípios consorciados em outras localidades, caso haja necessidade, e poderá exercer em prol de municípios não-consorciados e de outrasentidades de direito público ou privado, observadas as legislações e procedimentos legais cabíveis respectivos.
§4º Os atos de normatização das atividades de regulação e fiscalização exarados pelo Consórcio tomarão a forma de resoluções e deverão ser submetidos e aprovados diretamente pelo Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, na forma do Estatuto, não sendo necessária a aprovação em Assembleia Geral do Consórcio.

TÍTULO III

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA
CLÁUSULA OITAVA. *(Da autorização da gestão associada de serviços públicos).* Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos, a qual será desenvolvida e formalizada por meio dos instrumentos contratuais próprios.
§1º A gestão associada autorizada no **caput** refere-se:

I – ao auxílio ao planejamento, à fiscalização e à regulação dos serviços públicos que figuram nos objetivos e competências do Consórcio;
II – a implementação de melhorias sanitárias domiciliares, desenvolvimento de programas de educação sanitária e ambiental, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou assemelhados;
III – a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços que figuram nos objetivos e competências do Consórcio nos Municípios consorciados; e
IV - aquisição ou administração dos bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados nas áreas que figuram nos objetivos e competências do Consórcio.

CLÁUSULA NONA. *(Área da gestão associada de serviços públicos).* A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos municípios que se consorciarem ou quese conveniarem, considerando notadamente o disposto no art. 8º, §4º da Lei Federal nº 11.445, de 2007, com a redação alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA. *(As competências cujo exercício se transferiu ao Consórcio).* Para a consecução da gestão associada, os municípios consorciados ou conveniados transferem ao Consórcio o exercício das competências de estudo e elaboração de projetos, auxílio no planejamento, fiscalização e regulação dos serviços públicos que figuram nos objetivos e competências do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. *(Das diretrizes específicas para os serviços públicos de saneamento básico).* No que não contrariar a legislação federal, são diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico a serem observadas e fomentadas pelo Consórcio:
I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes decada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
IV disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais e sistemas de proteção contra as cheias adequados à saúde pública e à segurança davida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
VII - eficiência e sustentabilidade econômica;
VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, quando for o caso, e a adoção de soluções graduais e progressivas;
IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;
XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; e

XIII - a promoção das ações de educação sanitária e ambiental para a conscientização sobre os procedimentos para evitar a contaminação dos solos, das águas e do ar.
CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. *(Do contrato de programa).* O contrato de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte dos objetivos e competências do Consórcio, será firmado entre este e cada ente consorciado, inclusive com os respectivos órgãos da administração indireta, podendo figurar o prestador dos serviços como interveniente.
§1º O contrato de programa deverá atender à legislação respectiva cabível e deverá promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira das atividades de regulação executadas por delegação de cada ente consorciado.
§2º O Consórcio e os entes federados prestarão serviços públicos, em regime de gestão associada, por meio de contrato de programa, sendo-lhes vedado sub-rogar ou promover a transferência de direitos ouobrigações.
§3º O contrato de programa poderá ser formalizado também entre os municípios consorciados, tanto administração direta quanto indireta, e o Consórcio ou entre aqueles com órgãos da administração direta ouindireta dos municípios consorciados.
§4º O disposto no caput desta cláusula não impede que nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (*Das cláusulas).* São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio, no que couberem, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:
I – o objeto, a área e o prazo da prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
IV - o cálculo de tarifas e de outros preços públicos, na conformidade da regulação e dos serviços a serem prestados, observando-se, ainda, o disposto neste Contrato de Consórcio Público;
V – os procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;
VI – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
VII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;
VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
IX – as penalidades e sua forma de aplicação;
X – os casos de extinção;
XI – os bens reversíveis;
XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio,ao Município ou ao Estado, ou à União, relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;
XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;
XIV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;
XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.
§1º No caso de a prestação de serviços ser operacionalizada por transferência total ou parcial deencargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:
I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;
IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;
VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierema ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.
§2º Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o contrato de programa.
§3º Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilizaçãoe controle.
§4º Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou comogarantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos nocontrato.
§5º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio.
§6º O contrato de programa continuará vigente nos casos de:
I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;
II – extinção do consórcio.

§7º Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.
§8º Aplicam-se aos contratos de programa celebrados entre os municípios consorciados asdisposições contidas nesta cláusula, no que couberem.

CAPÍTULO III
DO CONTRATO DE RATEIO
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. *(Do contrato de rateio).* Os contratos de rateio serão firmados pelos entes consorciados, por meio de suas administrações diretas e/ou indiretas, com o Consórcio, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros pelo consorciado ao Consórcio.
§1º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
§2º A fruição de todos os direitos previstos no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto dependeda existência prévia de contrato de rateio formalizado entre o ente consorciado, por meio de sua administração direta e/ou indireta, com o Consórcio, bem como da condição de perfeita adimplência em relação às obrigações do contrato de rateio com o Consórcio.
§3º Não são objeto de contrato de rateio os recursos repassados pelas prestadoras dos serviços públicos ao Consórcio decorrentes do pagamento de preços devidos pelo exercício da regulação e fiscalização.

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA *(Do Estatuto)*. O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Contrato de Consórcio Público.
PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio exterioriza suas normas e decisões por meio de resoluções, asquais poderão ser:
I- resoluções de emissão exclusiva da Presidência, com delegação ao Diretor Executivo, sem a apreciação da Assembleia Geral, para assuntos de ordem meramente administrativa;
II- resoluções emitidas pela Assembleia Geral, nos casos previstos neste Contrato de Consórcio Público e nos de interesse geral de maior relevância.

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. *(Dos órgãos)*. O Consórcio é composto dos seguintes órgãos, distribuídos com a seguinte ordem hierárquica:
I - Assembleia Geral do Consórcio, como órgão de deliberação máxima;
II - Conselho de Administração, como órgão de deliberação administrativa geral do Consórcio, no qual estão inseridos os seguintes órgãos:
a) Presidência e Vice-Presidência;
b) Diretoria Executiva;
c) Diretoria de Administração e Finanças;
d) Diretoria de Regulação e Fiscalização; e
III - Conselho Fiscal, como órgão máximo de controle interno geral do Consórcio;
IV - Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, como órgão de deliberação específica na área da regulação e fiscalização dos serviços;
V - Conselhos Locais de Regulação, como órgãos consultivos de controle social;
VI - Ouvidoria.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLEIA GERAL
Seção I
Do Funcionamento
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. *(Natureza e composição).* A Assembleia Geral do Consórcio é um órgão colegiado composto pelos chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida pelo Conselho de Administração.
§1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos emAssembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos; no caso do Presidente, Vice-Presidente e membrosdo Conselho Fiscal, poderá haver apenas uma recondução imediatamente subsequente; no caso dos demais membros do Conselho de Administração, poderá haver reconduções sucessivas sem limitação.

§2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período compreendido do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.
§3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o concorrente mais idoso.
§4º Poderão concorrer à eleição para Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração epara o Conselho Fiscal apenas os prefeitos regularmente empossados dos municípios consorciados e emdia com suas obrigações contratuais e estatutárias, até 30 (trinta) dias antes da eleição.
§5º No caso de ausência do Prefeito na Assembleia Geral, poderá este ser representado pelo Vice-Prefeito, independentemente de procuração, ou, mediante procuração, por qualquer outro secretário ou servidor municipal, diretor, superintendente, coordenador ou congênere da Administração Indireta, inclusive com direito a voto.
§6º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo primeiro Vice-Presidente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA *(Das reuniões).* A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por ano e extraordinariamente, sempre que convocada.
§1º As convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias será feita pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, mediante publicação de edital de convocação nosmeios oficiais de publicação e/ou meios eletrônicos com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§2º No edital de convocação deverá constar a pauta da Ordem do Dia da reunião; novas matérias só serão inseridas na Ordem do Dia mediante aprovação da maioria simples dos presentes à reunião.
CLÁUSULA DÉCIMA NONA *(Dos votos).* Cada ente consorciado terá direito a 1 (um) voto na Assembleia Geral.
§1º Pode ser realizado voto por procuração.

§2º O voto será público e simbólico, ou seja, sob a forma de "os favoráveis permaneçam como estão; os contrários que se levantem", admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.
§3º O Presidente do Conselho de Administração, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam *quorum* qualificado, votará apenas para desempatar.

CLAUSULA VIGÉSIMA. ***(****Do quorum).* A Assembleia Geral será instalada com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um dos entes consorciados, sendo computados para a contagem desse quórum os consorciados que estiverem com contrato de rateio formalizado no momento em que se realizar a Assembleia
Seção II
Das Competências

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. *(Das competências).* Compete à Assembleia Geral:
I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto;
III - aprovar e alterar o Regimento Interno do Consórcio e de seus órgãos;

IV - aplicar pena de exclusão ao ente consorciado;
V - deliberar sobre a entrega de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI - aprovar:

a) os valores dos diversos preços cobrados pelo Consórcio em suas atividades pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços sugeridas por seus órgãos competentes;
b) a resolução do orçamento anual do Consórcio, a qual deverá ser apresentada e aprovada até o dia 31 de dezembro de cada exercício para vigência no exercício seguinte;
c) as resoluções dos respectivos créditos adicionais;

d) a resolução das diretrizes orçamentárias do Consórcio, a qual deverá ser apresentada e aprovada dentro do exercício corrente para o exercício seguinte;
e) a resolução do plano plurianual, a qual deverá ser apresentada no primeiro ano de mandato dos chefes dos poderes executivos e aprovada dentro do exercício corrente para vigência nos próximos 4 (quatro) anos;
f) o Relatório Anual de Atividades; e

g) a Prestação de Contas, após a análise do Conselho Fiscal;

VII - autorizar:
a) a realização de operações de crédito;
b) a alienação de bens imóveis do Consórcio;

c) a mudança da sede.

VIII - aprovar a extinção do consórcio;

IX - deliberar sobre assuntos gerais do Consórcio que não sejam meramente administrativos;

X – escolher os membros do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços;
XI - julgar o processo administrativo disciplinar contra os membros do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, para fins de perda do mandato, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao Código de Ética;
XII - definir, caso necessário, por meio de resolução, o funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
XIII - estabelecer plano de carreira e remuneração dos empregados públicos;

XIV - aprovar o código de ética dos diversos órgãos e empregados do Consórcio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. *(Da forma das deliberações).* O Consórcio exterioriza suas normas e decisões por meio de resoluções, as quais poderão ser:
I - resoluções de emissão exclusiva da Presidência do Conselho de Administração, sem aapreciação da Assembleia Geral, para assuntos de ordem meramente administrativa;
II - resoluções do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, nos assuntos de suas competências; e
III – resoluções emitidas pela Assembleia Geral, nos casos previstos no Contrato de ConsórcioPúblico e no Estatuto e nos de interesse geral de maior relevância.

CLÁUSULA VIGÈSIMA TERCEIRA. *(Da eleição do Presidente e Vice-|Presidente).* O Presidente eVice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia na qual conste expressamente esse assunto em pauta, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 15 (quinze) minutos após o início da Assembleia; somente serão aceitos como candidatos chefes de poderes executivos de entes consorciados devidamente empossados e em dia com suas obrigações pecuniárias para com o Consórcio derivadas de contratos de rateio.
§1º O Presidente e Vice-Presidente poderão concorrer de forma isolada ou em chapas; havendo chapa única, a eleição poderá ocorrer por votação por aclamação; caso exista mais de uma chapa ou mais de uma candidatura, a eleição será secreta.
§2º Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, presentes à Assembleia pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos consorciados que estejam em dia com suas obrigações contratuais e estatutárias, até 30 (trinta) dias antes da eleição.
§3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado os 2/3 (dois terços), realizar-se-á segundo turno da eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados; no segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos válidos, exceto brancos e nulos.
§4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se *pro tempore* o mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente em exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. (*Da indicação e nomeação dos demais membros do Conselho de Administração).* Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique os demais membros do Conselho de Administração, quais sejam o Diretor Executivo, o Diretor de Administração e Finanças e o Diretor de Regulação e Fiscalização, os quais serão nomeados para mandatos coincidentes aos do Presidente e Vice-Presidente, permitidas reconduções sucessivas.
PARÁGRAFO ÚNICO. Feitas as indicações, serão considerados nomeados os membros caso haja aprovação por maioria simples dos consorciados presentes à assembleia; após a aprovação, serão editadas as resoluções de nomeação.

Seção III Das Atas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA *(Do registro).* Nas atas da Assembleia Geral seraõregistradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes consorciados representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante de forma legível e a assinatura;
II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral; e
III – íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e as votaçõesrespectivas, com a proclamação de resultados.
PARÁGRAFO ÚNICO. A ata será assinada por aquele que a lavrou e por quem presidiu otérmino dos trabalhos da Assembleia Geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA (*Da publicação).* Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, publicada em meio eletrônico e, sendo o caso, levadas a registro no órgão notarial competente.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA
CLÁUSULA VIGÉSTIMA SÉTIMA. *(Da competência).* Compete ao Diretor Executivo:
I - promover a execução das atividades administrativas e de gestão, dando cumprimento aos objetivos e às competências do Consórcio;
II - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços;
III - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços;
IV - propor ao Conselho de Administração a requisição em favor do Consórcio de servidores públicos dos entes consorciados;
V - executar as decisões tomadas pelos órgãos do Consórcio;

VI - promover o encaminhamento de propostas aos diversos órgãos;
VII - expedir instruções contendo orientações e determinações;

VIII - assinar contratos e convênios do Consórcio, sem prejuízo de que a Presidência possa igualmente fazê-lo;

IX - ordenar a realização de concursos públicos e promover a contratação, exoneração e demissão dos servidores públicos, estagiários e contratados temporariamente, bem como a aplicação de sanções disciplinares, praticando todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, sem prejuízo de que a Presidência possa igualmente fazê-lo;
X - elaborar as propostas de resolução do orçamento anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual.
XI - executar a gestão administrativa e financeira dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da Administração Pública;
XII - elaborar as prestações de contas e o relatório de atividades;

XIII - ordenar as despesas e realizar a movimentação financeira e bancária dos recursos em conjunto com o Presidente e/ou Vice-Presidente e/ou Diretor de Administração e Finanças;
XIV - autorizar as compras e assinar os processos de licitação para contratação de bens e serviços, podendo delegar tais competências; e
XV– autorizar a alienação de bens móveis inservíveis, assim considerados após a análise por comissão regularmente constituída.
XVI - orientar as unidades gestoras do Consórcio quanto aos procedimentos administrativos e financeiros;
XVII - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à arrecadação e à movimentação de recursos financeiros do Consórcio
XVIII – baixar normas e procedimentos que disciplinem as despesas relacionadas a passagens, diárias e outros custos com deslocamentos e estadias de membros do Consórcio;

XIX – baixar normas e procedimentos que disciplinem a aquisição, gestão de bens, contratação deobras e serviços, bem como as atividades de recebimento, tombamento, distribuição, armazenamento, movimentação, baixa e inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis do Consórcio;
XX - elaborar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais para a execuçãodas atividades do Consórcio;
XXI - analisar e emitir parecer sobre todos os projetos e investimentos submetidos à apreciação do Consórcio para ampliação da oferta de serviços ou modernização;
XXII - induzir, acompanhar e monitorar os investimentos para a ampliação e modernização dos serviços prestados;
XXIII - executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial;

XXIV - preparar os balancetes e o balanço geral do Consórcio;

XXV- movimentar os valores do Consórcio, procedendo aos pagamentos e acompanhando os recebimentos;
XXVI - apresentar planos de contas, balanços, inventários e relatórios para permitir os devidos acompanhamentos;
XXVII - planejar, gerenciar e executar as atividades de recursos humanos, acompanhando o desempenho e a saúde dos empregados;

XXVIII - elaborar e atualizar regularmente as respectivas rotinas e procedimentos, executando as atividades de cadastro e registro funcionais e de elaboração da folha de pagamento; e
XXIX - emitir relatórios com a descrição completa do quadro de recursos humanos.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. *(Da competência).* Compete ao Diretor de Regulação e Fiscalização:
I - definir as pautas de revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços regulados pelo Consórcio, com base nos estudos encaminhados pelos regulados e respectivos pareceres emitidos;
II - acompanhar as reuniões do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços e Agência de Água, subsidiando os conselheiros com informações e documentos, quando necessário;
III- executar as decisões tomadas pelo Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços e Agência de Água;

IV - encaminhar ao Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços e Agência de Água propostas de normas, regulamentos e instruções inerentes à regulação;
V - expedir instruções contendo orientações e determinações aos prestadoras de serviços regulados com base nas resoluções expedidas pelo Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços eAgência de Água;
VI - determinar e aplicar sanções e penalidades aos prestadoras de serviços pelo descumprimentodas resoluções expedidas pelo Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, Agência de Água ouda legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
VII - realizar pesquisas e estudos econômicos e qualitativos do mercado, referentes aos serviços regulados;
VIII - coordenar, supervisionar e controlar a fiscalização da execução, evolução e qualidade dos serviços prestados;

IX - articular e apoiar tecnicamente as ações de fortalecimento institucional e estruturação de áreas e processos de regulação;
X - desenvolver e gerenciar sistema de informações, com todos os dados a respeito dos serviços regulados, que permita o acompanhamento da evolução em cada município e a uniformização daprestação dos serviços em todos os municípios consorciados;
XI - encaminhar ofício para instauração de processo administrativo, quando verificado indícios de irregularidades nas ações das prestadoras de serviços, e emitir parecer para julgamento e aplicação das penalidades cabíveis;
XII - coordenar o monitoramento e a avaliação dos projetos aprovados pelo Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, Agência de Água e Diretoria Executiva;
XIII- notificar, advertir e/ou multar as entidades reguladas que estejam em desacordo com a legislação vigente, ou com as normas, regulamentos e instruções editadas pelo Consórcio; e

XIV- executar ações voltadas a dar cumprimento aos objetivos, às competências e às normas expedidas pelo Consórcio.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. (*Da composição).* O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) conselheiros titulares e 2 (dois) suplentes representantes dos entes consorciados, necessariamente chefes de poderes executivos, eleitos na mesma ocasião da eleição para a Presidência e Vice-Presidência, logo após a eleição destes e escolha dos demais membros do Conselho de Administração, e com mandato com período coincidente ao da Presidência e Vice-Presidência, podendo haver uma única recondução para o período imediatamente subsequente.
PARÁGRAFO ÚNICO. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados com a mesma observância dos procedimentos de destituição dos membros do Conselho de Administração.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. *(Da competência).* Compete ao Conselho Fiscal exercer o controleda legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, como auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas, e especialmente:
I - fiscalizar a contabilidade do Consórcio;
II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;
III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral; e
IV - eleger entre seus pares um Presidente, o qual será nomeado pelo Presidente do Consórcio por meio de resolução.
PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto no **caput** deste parágrafo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromisso ao Consórcio.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. (*Da composição).* O Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços é órgão de participação institucionalizada da sociedade no processo de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico nos municípios consorciados.
§1º O Conselho de Superior de Regulação, órgão de natureza técnica, é a instância máxima de decisão e deliberação dos assuntos relacionadas à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico e será composto de acordo com o previsto em resolução aprovada pela Assembleia Geral, competindo-lhe, predominantemente:
I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nas normas regulamentares e nos instrumentos da política municipal de saneamento básico;
III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de saneamento básico, inclusive contratos, como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; no que tange à remuneração dos serviços por taxas, o Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços poderá elaborar os respectivos estudos de sustentabilidade econômico-financeira para subsidiar o encaminhamento de proposições aos respectivos poderes legislativos municipais;
V - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios e entidades de regulação que possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas; e
VI - contribuir, quando solicitado e dentro do possível, para o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas de saneamento básico.
§2º Ainda na área da regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, competirá ao Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços:
I - regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, através da fixação de normas, regulamentos e instruções relativos, no mínimo:
a) aos padrões e indicadores de qualidade dos serviços regulados;

b) aos requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
c) às metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

d) ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como aos procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
e) à medição, faturamento e cobrança de serviços;

f) ao monitoramento dos custos;

g) à avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
h) ao plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

i) aos subsídios tarifários e não tarifários;

j) aos padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e

k) medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive quanto a racionamento;

l) procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções previstas nos instrumentos contratuais e na legislação do titular; e
m) diretrizes para a redução progressiva e controle das perdas de água;

II - acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos regulados, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;
III - exercer o poder de polícia administrativa no que se refere à prestação dos serviços públicos regulados, prestando orientações necessárias, definindo, fixando e apurando as irregularidades e

definindo, fixando e aplicando as sanções cabíveis, inclusive pecuniárias, e, se for o caso, determinandoprovidências e fixando prazos para o seu cumprimento;
IV- buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;
V- manifestar-se quanto ao conteúdo dos editais de licitação, concessão e permissão, e quanto aos contratos e demais instrumentos celebrados, assim como seus aditamentos ou extinções, nas áreas sob sua regulação, zelando pelo seu fiel cumprimento, bem como revisar e propor ajustes, no âmbito de suascompetências, dos instrumentos contratuais já celebrados antes de sua instituição como entidade reguladora;
VI- requisitar à Administração e aos prestadores dos serviços públicos municipais regulados as informações convenientes e necessárias ao exercício de sua função regulatória, guardando o sigilo legal,quando for o caso, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;
VII- moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesses entre o Poder Público e os prestadores de serviços e entre estes e os consumidores, no limite das atribuições previstas em lei, relativos aos serviçospúblicos sob sua regulação;
VIII- permitir o amplo acesso dos interessados às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados e sobre as suas próprias atividades, salvo quando protegidos pelo sigilo legal;
IX- avaliar os planos e programas de metas e investimentos das operadoras dos serviços delegados, visando garantir a adequação desses programas à continuidade da prestação dos serviços emconformidade com as metas e disposições contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais instrumentos legais das políticas municipais de saneamento básico;
X- realizar audiências e consultas públicas referentes à prestação dos serviços públicos regulados;

XI- manifestar-se sobre as propostas de alterações dos instrumentos de delegação, apresentadas pelos prestadores de serviços públicos, para subsidiar as decisões do titular dos serviços;
XII- analisar e aprovar os manuais de serviços e atendimento propostos pelos prestadores de serviços públicos regulados;
XIII- analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelos prestadores de serviços, bom como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico, promovendo ainda os devidos estudos técnicos para fins de proposição de taxas pelos municípios regulados;
XIV- manifestar-se sobre as propostas de legislação e normas que digam respeito ao saneamento básico;

XV- prestar informações, quando solicitadas, aos conselhos municipais responsáveis pelo controle social do saneamento básico nos municípios consorciados;
XVI- celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XVII- arrecadar e aplicar suas receitas;

XVIII- elaborar seu Regimento Interno, resoluções, instruções normativas, notas técnicas e demais normas atinentes; e
XIX– representar os entes consorciados perante outras esferas de governo nas competências que foram transferidas por estes à agência.
§3º O exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico far-se-á segundo os dispositivos de regência do Conselho de Regulação eFiscalização dos Serviços e dos seus regulamentos, das demais normas legais e técnicas pertinentes, e, em especial, dos instrumentos de delegação dos serviços públicos, visando o cumprimento das obrigações de universalização, equidade, continuidade, modicidade das tarifas e qualidade atribuídas às operadoras dos serviços públicos de saneamento básico.

CAPÍTULO VII

DOS CONSELHOS LOCAIS DE REGULAÇÃO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA (*Da composição e competência).* Os conselhos locais de regulação, vinculados ao Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços, existirão em cada um dos municípios regulados e serão formados de acordo com o disposto em resolução aprovada pelo Conselho deRegulação e Fiscalização dos Serviços.
PARÁGRAFO ÚNICO. Da mesma forma, a competência e funcionamento dos conselhos locais de regulação serão definidas em resolução aprovada pelo Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços.

CAPÍTULO VIII DA OUVIDORIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA (*Da composição e competência).* A Ouvidoria é órgão da estrutura do Consórcio, sendo dirigida pelo Ouvidor, que será escolhido conforme dispuser resolução específica aprovada em Assembleia Geral, sendo que as competências também serão definidas em Assembleia Geral.

TÍTULO V

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. (*Do exercício de funções remuneradas).* Os empregos públicos são os previstos no Contrato de Consórcio Público.
PARÁGRAFO ÚNICO. Os chefes dos poderes executivos que exerçam funções no Consórcio não serão remunerados por este, aplicando-se o mesmo aos membros dos conselhos locais de regulação.

Seção II
Dos Empregos Públicos
CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. (*Do regime jurídico).* Os empregados públicos do Consórcio, sejam efetivos ou demissíveis *ad nutum*, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e deverão sofrer a incidência de todos os recolhimentos legais cabíveis, inclusive FGTS.
PARÁGRAFO ÚNICO. O regulamento aprovado pela Assembleia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, normas hierárquicas, deveres e obrigações dos empregados públicos, contendo também a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação dos empregos públicos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA. *(Da forma de provimento).* Conforme detalhamento contido no anexo próprio, haverá empregos temporários por mandato, empregos de livre provimento em comissão, empregos providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, e também empregos providos por contratação através de processo seletivo simplificado temporário para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
PARÁGRAFO ÚNICO. A remuneração dos empregos públicos é a definida no anexo próprio do Contrato de Consórcio Público, sendo que a Presidência do Conselho de Administração poderá conceder reajuste anual, por simples resolução, mediante a aplicação de qualquer índice inflacionário; no caso de revisão geral anual que supere índice inflacionário, deverá haver a aprovação de resolução em assembleia geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva e prévio processo administrativo simplificado a ser disciplinado pela Assembleia Geral.
§1º O empregado do Consórcio poderá ser cedido, com ônus para o órgão cessionário, para exercersuas funções em qualquer outro órgão ou entidade pública.
§2° Havendo cessão, caberá o ônus da remuneração do servidor ao órgão ou entidade cessionária, sendo também de responsabilidade desse órgão ou entidade todos os encargos sociais e trabalhistas devidos, observando-se, entretanto, a carreira e progressões conforme as normas e disciplina do Consórcio,sendo que, esse caso, os atos de concessão serão oriundos do próprio Consórcio; no caso de concessão de vantagens, o órgão cessionário poderá concedê-las diretamente ao empregado cedido, mas desde que observadas as disposições funcionais do Consórcio.
§ 3º Não haverá cessão sem o pedido do cessionário, a concordância do cedente e a concordância do empregado público.
§4º A cessão do empregado, nesse caso, será autorizada pelo Conselho de Administração.

Seção III

DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS E VANTAGENS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA. Os valores dos vencimentos, salários, adicionais e gratificações correspondentes, respectivamente, aos empregos e funções gratificadas, são os constantes do Anexo II, IIIe IV tendo como data-base o mês de setembro de 2022.
§1º As funções gratificadas mencionadas no caput deste artigo serão assumidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Cispar, conforme o disposto no inciso V, doart. 37 da Constituição Federal.
§2o . Ficam reservados aos servidores titulares de cargos efetivos 20% (dez por cento) dos cargos de provimento em comissão, previstos no Anexo I, II E III.
§3o É vedada a acumulação de duas ou mais funções gratificadas.
§4º Fica vedado conceder gratificações para exercício de atribuições inerentes ao desempenho do cargo.
§5º Fica autorizada concessão de auxílio alimentação e vale cultura a ser regulamentado por Resolução expedida pelo Presidente do Cispar.
§6º Poderá ser concedida ao empregado ajuda de custo para transporte que deverá ser regulamentado por Resolução específica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA. O servidor que for designado para o exercício de cargo de provimento em comissão deverá optar:
I - pela remuneração de seu cargo efetivo; ouII - pela remuneração do cargo em comissão.
§ 1o Não será facultado ao servidor, em qualquer hipótese, acumular o vencimento do cargo efetivo eo do cargo em comissão.
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA. No interesse da administração pública e mediante anuência do empregado, o regime de trabalho parcial com carga horária semanal de trabalho de 20 (vinte) horas poderá ser ampliado para (30) trinta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial.
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA. Extinto qualquer órgão da estrutura administrativa, automaticamente extinguir-se-á o cargo comissionado ou a função gratificada correspondente à sua direção, assessoramento ou chefia.
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA (*Dos Empregos Vinculados à Atividade Regulatória).* Fica definido que os empregos públicos, efetivos ou de provimento em comissão, destinados especificamente à atividade regulatória conforme definidos no Anexo III deste Contrato serão automaticamente extintos, rescindindo-se os contratos de trabalho de seus ocupantes, de acordo com as respectivas necessidades, caso o Consórcio não mais exerça, total ou parcialmente, as funções deregulação.
PARÁGRAFO ÚNICO. Fica estabelecido que os empregados públicos contratados genericamente para o consórcio poderão desempenhar, dentro de suas funções, atividades de regulação em proveito dos serviços regulados.
Seção III
Das Contratações Temporárias
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA *(Da admissão).* Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente motivada por meio de resolução subscrita pelo Conselho de Administração do Consórcio, a qual estabelecerá quais empregos serão providos temporariamente, por meio de teste seletivo simplificado, bemcomo a respectiva remuneração e carga horária.
Parágrafo único. A remuneração da contratação temporária será compatível com a remuneração prevista para o emprego público correlato eventualmente existente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA *(Da duração).* As contratações temporárias terão prazo de até 2 (dois) anos.
§1º O prazo de contratação poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo total de 2 (dois) anos.

§2º Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado aprover o emprego público.

TÍTULO VI

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. *(Do regime da atividade financeira)* A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA *(Da responsabilidade solidária).* Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

TÍTULO VII

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA. *(Da extinção)* A extinção de Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, exigido o quórum de 2/3 (dois terços) dos consorciados presentes, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
§1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.
§2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
§3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.
§4º A alteração do Contrato de Consórcio Público observará o mesmo procedimento previsto no *caput***.**

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA *(Da exigibilidade).* Quando adimplente com suas obrigações estatutárias e contratuais, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA. *(Disposição transitória quanto aos atuais membros da Diretoria).* Ficam mantidos em seus respectivos cargos e empregos os atuais membros da Diretoria do Consórcio até a próxima eleição para Presidente e Vice-
Presidente, os quais exercerão as respectivas competências previstas para seus cargos e empregos.
PARÁGRAFO ÚNICO. A remuneração para os empregos remunerados Conselho de Administração, exceto os cargos de Presidente e Vice-Presidente e os providos atualmente por chefes de poderes executivos, serão as previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA. *(Disposição transitória quanto às normas regulatórias e todos os demais atos regulatórios).* Ficam convalidadas e em plena vigência, no âmbito do Consórcio, desde a data de sua fundação, todas as normas regulatórias e fiscalizatórias, englobando resoluções e todos os demais atos administrativos e normativos praticados, bem como todos os instrumentos contratuais e congêneres praticados, inclusive com os respectivos valores cobrados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA. *(Do quórum)*. Salvo disposições expressas constantes neste Contrato, todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA. Fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Pessoal do Consorcio Público Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR que se regerá pelas normas da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e será disciplinado por Regulamento aser aprovado pela Assembleia Geral com fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.
PARÁGRAFO ÚNICO. O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos de que tratam os Anexos II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção observarão os requisitos fixados em regulamento.
CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA. Os atuais servidores ocupantes dos empregos públicos estabilizados serão enquadrados quando da instituição do novo Plano de Cargos e Salários respeitando emqualquer caso, os níveis das remunerações já alcançados pelos processos de progressões sendo que do referido enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 37, XV, da Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO IX DO FORO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMANONA *(Do foro).* Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro do Município de Cianorte, Estado do Paraná.

Jussara/PR, 07 de outubro de 2022.

ANEXO I
MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

I – o **MUNICÍPIO DE ABATIÁ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sobo nº 75.743.567/0001-57, com sede na Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, CEP: 86.460-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
II– o **MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.132.860/0001-88, com sede na Praça Prefeito Antônio de Souza Lemos, nº 32, CEP: 86.150-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
III– o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.235.761/0001-94, com sede na Rua Mauro Cardoso de oliveira, nº 190, CEP: 86.380-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
IV– o **MUNICÍPIO DE ÂNGULO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.642.286/0001-15, com sede na Avenida Valério Osmar Estevão, nº 72, CEP: 86.755-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

V – o **MUNICÍPIO DE ANTONINA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MFsob o nº 76.022.516/0001-07, com sede na Rua XV de Novembro, nº 150, CEP: 83.370-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
VI– o **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJdo MF sob o nº 76.235.753/0001-48, com sede na Rua Frei Rafael Pronner, nº 1457, CEP: 86.360-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
VII– o **MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.612.906/0001-20, com sede na Rua Moisés Miranda, 422, CEP: 85.225-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
VIII– o **MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.422.911/0001-13, com sede na Rua Olivio Gabriel de Oliveira, nº 10, CEP: 83.590-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
IX – o **MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.719.449/0001-10, com sede na Rua Tocantins, nº 600, CEP: 85.988-00 neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
X– o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.772.400/0001-14, com sede na Rua São Pedro, nº 443, CEP: 86.780-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XI– o **MUNICÍPIO DE IBIPORÃ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.244.961/0001-03, com sede na Rua Padre Vitoriano Valente, nº 540, Centro, CEP: 86.200-00, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XII– o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, n° 294, CEP: 86.750-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XIII– o **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 220, CEP: 86.610-00, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XIV – o **MUNICÍPIO DE JAPURÁ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MFsob o nº 75.788.349/0001-39, com sede na Avenida Bolívar, nº 363, CEP 87225-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XV– o **MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.970.383/0001-92, com sede na Avenida Siqueira Campos, nº 83, CEP: 87.690-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XVI– o **MUNICÍPIO DE JATAIZINHO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ doMF sob o nº 76.245.042/0001-54, com sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 494, CEP: 86.210-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XVII– o **MUNICÍPIO DE JUSSARA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.789.552/0001-20, com sede na Avenida Princesa Izabel, nº 320, CEP: 87.230-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XVIII– o **MUNICÍPIO DE KALORÉ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.771.238/0001-10, com sede na Praça Francisco Lemes Goncalves, nº 267, CEP: 86.920-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XIX– o **MUNICÍPIO DE LOBATO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.970.367/0001-08, com sede na Rua Antônio Coletto, nº 1260, CEP: 87.790-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XX- o **MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.205.814/0001-24, com sede a Rua Espirito Santo, nº 777, CEP: 85.960-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXI- o **MUNICÍPIO DE MARIALVA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.282.680/0001-45, com sede na Rua Santa Efigênia, nº 680, CEP: 86.990-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXII– o **MUNICÍPIO DE MARILUZ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.404.136/0001-29, com sede na Avenida Marília, nº 1920, CEP: 87.470-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXIII– o **MUNICÍPIO DE MARUMBI,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.771.246/0001-66, com sede na Rua Vereador João Fuzetti, nº 800, CEP: 86.910-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXIV– o **MUNICÍPIO DE MERCEDES,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ doMF sob o nº 95.719.373/0001-23, com sede na Rua Doutor Oswaldo Cruz, nº 555, CEP: 85.998-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXV– o **MUNICIPIO DE MIRASELVA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.845.529/0001-05, com sede na Rua São Paulo, nº 10, CEP: 86.615-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXVI– o **MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.352.062/0001-61, com sede na Rua Domingos Ricardo de Lima, nº 174, CEP: 86.760-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXVII– o **MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.828.418/0001-90, com sede na Rua Doutor Aloysio de Barros Tostes, nº 420, CEP: 86.310-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XXVIII– o **MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.561.080/0001-60, com sede na Rua Walfredo Bittencourt de Moraes, nº 222, CEP: 86.250-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXIX– o **MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.970.391/0001-39, com sede na Rua Doutor José Cândido Muricy, nº 199, CEP: 87.680 -000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXX– o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.977.768/0001-81, com sede na Rua Getúlio Vargas, 900, CEP 87.702-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXI– o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.719.472/0001-05, com sede na Avenida Willy Barth, nº 2885, CEP: 85.948-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXII– o **MUNICÍPIO DE PEABIRU,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ doMF sob o nº 75.370.148/0001-17, com sede na Praça Eleutério Galdino de Andrade, nº 21, CEP: 87.250-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXIII– o **MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.543.427/0001-42, com sede na Avenida Central, nº 408, CEP: 86.613-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XXXIV– o **MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.613.136/0001-30, com sede na Rua São Paulo, nº 201, CEP: 86.618-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXV– o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.279.959/0001-70, com sede na Rua José Peres Gonçalves, nº 53, CEP: 87.180-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXVI– o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.449.579/0001-73, com sede na Rua Coronel Emilio Gomes, nº 731, CEP: 86.410-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXVII– o **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.290.691/0001-77, com sede na Rua Jeronimo Farias Martins, nº 514, CEP: 86.225-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XXXVIII – o **MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.974.823/0001-80, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 470, CEP: 87.910-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XXXIX – o **MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.641.916/0001-37, com sede na Rua Marieta Mocelin, nº 588, CEP: 87.915-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XL – o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.832.170/0001-31, com sede na Avenida Deputado Nilson Ribas, nº 886, CEP: 86.315-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XLI – o **MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede Praça Coronel Deolindo, s/n, CEP: 86.270-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XLII – o **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita noCNPJ do MF sob o nº 76.282.649/0001-04, com sede na Praça Santa Cruz, nº 249, CEP: 87.190-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XLVIII – o **MUNICÍPIO DE SARANDI,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 78.200.482/0001-10, com sede na Rua José Emiliano de Gusmão, nº 565, CEP: 87.111-230, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XLIV – o **MUNICÍPIO DE SERTANEJA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 81.880.973/0001-64, com sede na Avenida Nossa Senhora do Rocio, nº 233, CEP: 86.340-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XLV – o **MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.245.034/0001-08, com endereço na Avenida Doutor Vacyr Gonçalves Pereira, nº 342, CEP: 86.170-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XLVI – o **MUNICÍPIO DE TAPEJARA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.247.345/0001-06, com sede na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 442, CEP: 87.430-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
XLVII **– o MUNICÍPIO DE TERRA RICA,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.978.881/0001-81, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 1.120, CEP 87.890-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;

XLVIII **– o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 77.877.116/0001-38, com sede na Praça Santos Dumont, s/n, CEP 85.945-000, neste ato representado pela Chefia do Poder Executivo;
PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se igualmente subscritores todos os municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos municípios mencionados nos incisos do *caput* desta cláusula, desde que o representante legal do município de origem tenha firmado o presente Contrato de Consórcio Público.

ANEXO II
QUADRO DE PESSOAL

1.1 CARGOS EM COMISSÃO –CC E FUNÇÕES DE CONFIANÇA - FC

Quantidade	Denominação do Cargo	Remuneração	Carga Horária
1	Diretor-Executivo	R$ 8.453,00 – FC1	40/h
1	Diretor Administrativo e Operacional	R$ 7.338,00 – FC1	40/h
1	Coordenador de Laboratório	R$ 6.427,00 – FC2	40/h
1	Coordenador Administrativo e Financeiro	R$ 4.517,00 – FC2	40/h
1	Gerente de qualidade	R$ 5.895,00 – FC4	40/h
1	Gerente técnico	R$ 5.895,00 – FC4	40/h
1	Gerente Administrativo	R$ 3.926,00 – FC6	40/h
1	Assessor Administrativo	R$ 2.987,00 – FC6	40/h

1.2 EMPREGOS EFETIVOS COM PROVIMENTO POR CONCURSO/CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Quantidade	Denominação do Emprego	Carga Horária	Grupo Ocupacional	Remuneração
02	Advogado	20	GES II	R$ 5.600,00
04	Analista Área Contábil	40	GES I	R$ 4.300,00
01	Analista Área Direito	40	GES I	R$ 4.300,00
04	Analista Área Administrativa	40	GES I	R$ 4.300,00
04	Analista Área Biologia	40	GES I	R$ 4.300,00
08	Analista Área Laboratorial	40	GES I	R$ 4.300,00
08	Auxiliar Administrativo	40	GEM II	R$ 2.500,00
15	Auxiliar de laboratório	40	GEM I	R$ 2.500,00
02	Biólogo	40	GES II	R$ 5.600,00
02	Contador	40	GES II	R$ 5.600,00
04	Engenheiro Civil	40	GES II	R$ 5.600,00
02	Engenheiro Ambiental	40	GES II	R$ 5.600,00
05	Químico	40	GES II	R$ 5.600,00
10	Técnico em Saneamento	40	GET II	R$ 3.200,00
12	Técnico em Laboratório	40	GET I	R$ 3.200,00
06	Técnico em Química	40	GET II	R$ 3.200,00
02	Técnico Ambiental	40	GET I	R$ 3.200,00

ANEXO III

DOS EMPREGOS PÚBLICOS DESTINADOS À ATIVIDADE REGULATÓRIA

1.1 CARGOS EM COMISSÃO –CC E FUNÇÕES DE CONFIANÇA - FC

Quantidade	Denominação do Cargo	Remuneração	Carga Horária
1	Diretor de RegulaçãoeFiscalização	R$ 7.338,00 – FC1	40/h
1	Coordenador deRegulação	R$ 6.427,00 – FC2	40/h
1	Coordenador Contabilidade Regulatória	R$ 6.027,00 – FC3	40/h
1	Coordenador de Fiscalização	R$ 6.027,00 – FC3	40/h

1.2 EMPREGOS EFETIVOS COM PROVIMENTO POR CONCURSO/CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Quantidade	Denominação do Emprego	Carga Horária	Grupo Ocupacional	Remuneração
01	Advogado	40/h	GTR II	R$ 5.600,00
06	Analista d eF iscalização e Regulação(Área Engenharia Civil/Sanitária/Ambiental)	40/h	GTR II	R$ 5.600,00
02	Analista de Fiscalização e Regulação(Área Biologia)	40/h	GTR II	R$ 5.600,00
06	Analista de Fiscalização e Regulação(Área Contábil/Econômica/Administração)	40/h	GTR II	R$ 5.600,00
04	Assistente Administrativo I (Nível Superior)	40/h	GTR I	R$ 3.800,00
01	Ouvidor	40/h	GTR I	R$ 4.214,00

ANEXO IV

DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DAS FUNCÕES GRATIFICADAS E DOS ADICIONAIS

FUNÇÃO DE CONFIANÇA (DIREÇÃO, COORDENAÇÃO, CHEFIA)		
SÍMBOLO		PERCENTUAL
FC1		60%
FC2		60%
FC3/FC4/FC5/FC6		40%

CONTROLADORIA INTERNA		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
FGCI	CONTROLADOR INTERNO	45%

GRATIFICAÇÃO RESPONSABILIDADE TÉCNICA		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
FGRT	TÉCNICO SANEAMENTO	30%
FGRT	ENGENHEIRO AMBIENTAL	30%
FGRT	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	30%
FGRT	TÉCNICO AMBIENTAL	30%

GRATIFICAÇÃO RESPONSABILIDADE TÉCNICA/REPRESENTAÇÃO		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
FGR	ADVOGADO	60%
FGR	CONTADOR	60%
FGR	ENGENHEIRO CIVIL	60%
FGR	QUÍMICO	60%

GRATIFICAÇÃO ATIVIDADE EXTERNA		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
GAE	TÉCNICO SANEAMENTO	20%
GAE	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	20%
GAE	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	20%
GAE	ENGENHEIRO CIVIL	20%
GAE	TÉCNICO AMBIENTAL	20%
GAE	ENGENHEIRO AMBIENTAL	20%
GAE	ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO	20%
GAE	OUVIDOR	20%

GRATIFICAÇÃO POR MINISTRAÇÃO DE TREINAMENTO E CURSOS	
SÍMBOLO	PERCENTUAL (%)
GMT	60% sobre a hora da remuneração

EQUIPE DE LICITAÇÃO		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
FG1	PREGOEIRO	75%
FG2	AGENTE DE CONTRATAÇAO	40%
FG3	MEMBRO DA COMISSÃO DE APOIO	20%

GRATIFICAÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
GEE1		20%
GEE2		40%
GEE3		60%
GEE4		80%
GEE5		100%

GRATIFICAÇÃO ENCARREGADO		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
FGE1	SEÇÃO	20%
FGE2	SETOR	30%
FGE3	DEPARTAMENTO	40%

ADICIONAL PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES INSALUBRES	
SÍMBOLO	
AI	Laudo oficial

ADICIONAL NOTURNO	
SÍMBOLO	
AN	Consolidação das Leis Trabalhistas

ANEXO V

DEFINIÇÃO SUMÁRIA DAS HABILITAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Diretor-Executivo
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Superior Completo
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Coordenar, supervisionar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de gestão, dando cumprimento aos objetivos e às competências do Consórcio, além daquelas atribuições elencadas no artigo 27 do Protocolo de Intenções, inerentes à Diretoria de Executiva
CARGO: Diretor Administrativo e Operacional
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Superior Completo ou experiência comprovada como diretor administrativo ou outra posição gerencial.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Supervisionar a alocação de recursos e o orçamento coordenar, supervisionar e controlar a execução de todas as atividades relativas às ações de administração e de gestão financeira e orçamentária do Consórcio além de outras definidas em Estatuto
CARGO: Coordenador de Laboratório
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Químico Registro no Conselho de Classe (CRQ)
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Supervisionar e coordenar os setores e pessoal laboratorial. Responsabilidade técnica dos relatórios de ensaios e atividades realizadas no laboratório. Garantir que o laboratório opere de forma adequado e ser apoio ao sistema de gestão da qualidade. Supervisionar e coordenar a provisão de recursos de pessoal, insumos e estrutura para o Laboratório.
CARGO: Gerente de Qualidade
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Químico Registro no Conselho de Classe (CRQ) ou correlatas.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Responsável pelo atendimento da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 por meio de elaboração de documentos, treinamentos, orientações e aplicação de todos os requisitos da norma. Garantir que os requisitos da norma sejam atendidos e gerenciar os processos nos sistemas. Implementar, manter e demonstrar a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade; a identificação de possíveis desvios do Sistema da Qualidade, dos procedimentos para a realização das atividades de ensaios do laboratório ou mesmo desvios à norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017.
CARGO: Gerente Técnico
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Químico Registro no Conselho de Classe (CRQ) ou correlatas.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Garantia do atendimento da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, com responsabilidade sobre os requisitos técnicos, por meio de elaboração de documentos, treinamentos, orientações e aplicação de todos os requisitos da norma. Orientar o pessoal técnico nos ensaios, treinando, verificando controles de qualidade e garantindo a adequação de equipamentos.
CARGO: Gerente Administrativo
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Curso superior completo em qualquer área
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Gerenciar os processos de compra, estoque de materiais, planejamentos estratégicos e consumos dos itens laboratoriais. Gerenciar as informações e procedimentos nos sistemas auxiliares de informática envolvidos nos processos. Treinar, orientar e supervisionar demais colaboradores
que atuem nos processos de compras.
CARGO: Coordenador Administrativo e Financeiro
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharias ou correlatas.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Coordena, organiza e controla as atividades da área **administrativa** e atividades afins, definindo normas e procedimentos de atuação para atender as necessidades
e objetivos do Consórcio e dar suporte operacional às Coordenação e Diretoria e aos órgãos colegiados do Consórcio.
CARGO: Assessor Administrativo
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Superior Completo em qualquer área
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES Exercer atribuições de assessoramento em funções compatíveis com a área de formação; Realizar assessoria na implantação e no acompanhamento de planos e programas em sua área de competência; Realizar assessoria técnica, procurando instruir procedimentos administrativos internos; Examinar e emitir pareceres e relatórios sobre situações, processos e expedientes administrativos, consultando a matéria pertinente, submetendo-os à apreciação do superior hierárquico imediato;
Desenvolver outras atividades correlatas.

ANEXO VI

DEFINIÇÃO SUMÁRIA DAS HABILITAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS – ATIVIDADE REGULATÓRIA

CARGO: Diretor de Regulação e Fiscalização
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino superior completo em Biologia, Ciências Contábeis, Direito Engenharia Sanitária, Civil ou correlatas, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES Coordenar, supervisionar e controlar a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, além daquelas atribuições elencadas no artigo 28 do Protocolo de Intenções, inerentes à Diretoria de Regulação.
CARGO: Coordenador de Regulação e Normatização
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Sanitária, Civil ou correlatas, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: coordenar e controlar a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, propor normas e procedimentos na área do saneamento básico, analisar e emitir pareceres, além daquelas atribuições inerentes à Coordenadoria de Regulação e Normatização definidas no Estatuto.
CARGO: Coordenador de Fiscalização
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Biologia ou Engenharia Sanitária, Civil ou correlatas, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: coordenar e supervisionar a fiscalização dos serviços de saneamento básico, além daquelas atribuições elencadas no artigo XX do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Fiscalização.
CARGO: Coordenador de Regulação Tarifária
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Bacharelado em Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Coordenar e executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial, além daquelas atribuições elencadas no artigo 58 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Contabilidade.
CARGO: Advogado
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: elaborar projetos de resoluções, pareceres, editais de licitação pública e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.
CARGO: Ouvidor
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: receber e registrar reclamações e sugestões sobre os serviços de saneamento básico, dando-lhes e devido encaminhamento, além daquelas atribuições elencadas no artigo 33 do
Protocolo de Intenções, inerentes à Ouvidoria.
CARGO: Analista de Fiscalização e Regulação
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: prestar apoio, fornecer suporte e desenvolver, implementar e executar, internamente ou em campo, programas, projetos, processos, sistemas, fiscalizações, produtos e serviços para o consórcio público, cujas soluções implicam níveis elevados de complexidade, articulação e tecnicidade e que possam contribuir para qualidade, efetividade e sustentabilidade da regulação dos serviços de saneamento básico.

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:E27736EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11955, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, e dá outras providências"

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 de Dezembro de 2025:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de **R$ 784.512,02 (setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e doze reais, e dois centavos),** para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária: 17.004	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
Funcional Programática: 17.004.0023.0695.0041.2205	**Atividade:**Ações para Manutenção do Departamento de Turismo	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária: 15.002	Departamento de Logística e Frotas	
Funcional Programática: 15.002.0015.0452.0022.2011	**Atividade:**Ações para a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 21.478,88
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.004	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
Funcional Programática: 22.004.0018.0304.0033.2043	**Atividade:**Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 105.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 22.001.0018.0542.0010.2067	**Atividade:**Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 47.238,35
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 22.001.0018.0542.0010.2067	**Atividade:**Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 22.001.0018.0542.0010.2180	**Atividade:**Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 12.129,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.004	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
Funcional Programática: 22.004.0018.0304.0033.2043	**Atividade:**Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 22.001.0018.0542.0010.2067	**Atividade:**Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 160.556,94
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.2076	**Atividade:**Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01356 - Incentivo Financ.de Invest.p/o Transporte Sanitário	R$ 170.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		

Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.2076	**Atividade:**Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	03500 - Bloco Investimento SUS - exerc. anteriores	R$ 197.908,85
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 784.512,02**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) indicados os seguintes recursos(s):

I – Oriundos de anulação de dotação orçamentária:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 03.002	Departamento de Finanças e Planejamento	
Funcional Programática: 03.002.0099.0999.0999.9999	**Atividade:** Reserva de Contingência	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
9999990000 - Reserva de contingência	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 194.567,35
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 02.002	Gabinete do Secretario de Governo e Comunicação	
Funcional Programática: 02.002.0004.0122.0041.2089	**Atividade:** Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Governo	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 21.478,88
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
Unidade Orçamentária: 33.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
Funcional Programática: 33.001.0015.0451.0041.2222	**Atividade:** Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 40.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$ 256.046,23**

II – Oriundos do excesso de arrecadação da(s) receita(s):
1112530100 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal, da fonte 1000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados) no valor de **R$ 160.556,94**; e
2421500108- FAF-Ref.Incentivo Financeiro de Investimento p/o Transporte Sanitário Ex.2020-Res 596/2020-ambulânci, da fonte 1356 - Incentivo Financ.de Invest.p/o Transporte Sanitário, no valor de **R$ 170.000,00**

III - Oriundo do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025:
Da fonte 3500 - Bloco Investimento SUS - exerc. Anteriores, no valor de **R$ 197.908,85.**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 09 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:0194635C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 224/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026
CONTRATO Nº. 224/2026
VENCIMENTO: 06/04/2027

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR 53.571.7884 LUCILENE APARECIDA DE OLIVEIRA

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.973.692/0001-16, com sede à Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *ALEX SANDRO FERNANDES*, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente CONTRATANTE, e a empresa 53.571.7884 LUCILENE APARECIDA DE OLIVEIRA, CNPJ sob o nº 53.571.784/0001-74 com sede Rua São Salvador, 217, CEP: 87930-000 - bairro Centro, Querência do Norte/PR**,** neste ato representado por Sra. LUCILENE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF nº 038.***.129-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
É objeto do presente termo o credenciamento dos serviços de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação conforme credenciamento 001/2024, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.
LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46195	SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA, conforme Chamada Pública nº 001/2024 para o credenciamento de Microempreendedor Individual MEI, para contratação de prestação de serviço de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação para atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte.	HORA	1062	R$ 9,61	10.205,82

							TOTAL:	10.205,82

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
A execução do contrato reger-se-á pelas normas consubstanciadas na Lei 14.133/21, especificações/normas estabelecidas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 110/2026, Credenciamento nº 01/2024
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (SEIS) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser alterado nos termos estabelecido na lei 14.133/21, mediante termo aditivo.
Parágrafo único: Os serviços deverão ter Ínicio no dia 06/10/2026 e conclusão dentro do limite estabelecidos pela Administração.
CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO
O valor estimativo do presente contrato é de R$ 9,61 (Nove Reais e Sessenta e Um Centavos), que corresponde a uma estimativa de 1.062 (Um Mil e Sessenta e Duas) horas de serviço prestado, totalizando o valor de R$ 10.205,82 (dez mil e duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.
E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

QUERÊNCIA DO NORTE-PR, 06 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

LUCILENE APARECIDA DE OLIVEIRA
Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:68892216

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-227

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AGD8006	278050T000004658	31/07/2026	76332	R$ 293,47
AJV8F94	278050T000004598	21/07/2026	55412	R$ 195,23
APS3D20	278050T000004602	27/07/2026	55411	R$ 195,23
APV1H34	278050T000004526	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ASF6A43	278050T000004531	30/07/2026	57200	R$ 195,23
AUU1596	278050T000004657	31/07/2026	51930	R$ 293,47
AVU2979	278050T000004601	27/07/2026	76331	R$ 293,47
AVY8B06	278050T000004652	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AWX9D38	278050T000004519	28/07/2026	55414	R$ 195,23
AYG7379	278050T000004654	31/07/2026	70561	R$ 293,47
AYG7379	278050T000004653	31/07/2026	52070	R$ 88,38
AYG7379	278050T000004655	31/07/2026	66371	R$ 195,23
AYK2H25	278050T000004524	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYZ2B33	278050T000004520	28/07/2026	61220	R$ 293,47
AZC4J43	278050T000004594	29/07/2026	54522	R$ 195,23
BBI3I19	278050T000004449	18/07/2026	55412	R$ 195,23
BXB3J92	278050T000004587	28/07/2026	65800	R$ 293,47
DFK4I16	278050T000004525	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DJP5C28	278050T000004532	31/07/2026	55414	R$ 195,23
DSG4H57	278050T000004527	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EQW0H13	278050T000004521	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004597	21/07/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004523	20/07/2026	55412	R$ 195,23
JCE9J40	278050T000004592	29/07/2026	76332	R$ 293,47
QHZ1D03	278050T000004600	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RAC6901	278050T000004591	29/07/2026	76332	R$ 293,47
RBY3B39	278050T000004593	29/07/2026	54522	R$ 195,23
RGU4B78	278050T000004656	31/07/2026	76332	R$ 293,47
SEL4B90	278050T000004518	27/07/2026	76331	R$ 293,47

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:5422A8DA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-231

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração

ACA8H13	278050T000004349	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AFV7I43	278050T000004568	23/07/2026	55414	R$ 195,23
AGW3E48	278050T000004422	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AIB4B11	278050T000004517	24/07/2026	55414	R$ 195,23
AJV8F94	278050T000004559	13/07/2026	55412	R$ 195,23
AJV8F94	278050T000004576	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AKF5H99	278050T000004421	11/07/2026	55412	R$ 195,23
ALF4G54	278050T000004432	16/07/2026	55414	R$ 195,23
AMT9J70	278050NIC0000562	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AMT9J70	278050NIC0000563	07/07/2026	50020	R$ 390,46
ANS4B27	278050T000004415	17/07/2026	55250	R$ 130,16
APZ3582	278050T000004426	14/07/2026	55414	R$ 195,23
APZ3582	278050T000004441	23/07/2026	55414	R$ 195,23
AQX3506	278050T000004508	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ARO6I99	278050T000004564	13/07/2026	55412	R$ 195,23
ARR5338	278050T000004416	20/07/2026	76331	R$ 293,47
AUJ3A63	278050T000004431	14/07/2026	55414	R$ 195,23
AVA3J39	278050T000004348	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AWR9C20	278050T000004440	23/07/2026	55414	R$ 195,23
AXW9H00	278050T000004516	24/07/2026	55417	R$ 195,23
AXX3E10	278050T000004424	11/07/2026	55412	R$ 195,23
AZN8B39	278050NIC0000561	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BCT8E96	278050T000004438	23/07/2026	57380	R$ 293,47
BDD6F39	278050T000004562	13/07/2026	55412	R$ 195,23
BDF4E49	278050NIC0000555	30/06/2026	50020	R$ 390,46
BEC6I69	278050T000004566	23/07/2026	76332	R$ 293,47
BED2D17	278050T000004578	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BEY7J41	278050T000004428	20/07/2026	55414	R$ 195,23
CRL0516	278050NIC0000549	30/06/2026	50020	R$ 390,46
CRL0516	278050NIC0000550	30/06/2026	50020	R$ 390,46
DDJ2C05	278050T000004504	14/07/2026	55412	R$ 195,23
DSQ4377	278050T000004423	11/07/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004512	14/07/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004574	16/07/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004585	17/07/2026	55412	R$ 195,23
EWE2C63	278050T000004417	11/07/2026	55412	R$ 195,23
IVJ1G39	278050T000004554	21/07/2026	51930	R$ 293,47
KYL2J87	278050T000004499	20/07/2026	76332	R$ 293,47
LUP9C42	278050T000004445	15/07/2026	55412	R$ 195,23
LUP9C42	278050T000004510	14/07/2026	55412	R$ 195,23
LXW5F26	278050T000004429	14/07/2026	55414	R$ 195,23
MCM9C29	278050T000004563	13/07/2026	55412	R$ 195,23
MLW2C10	278050T000004437	20/07/2026	54526	R$ 195,23
MMM6G20	278050NIC0000559	07/07/2026	50020	R$ 390,46
MMM6G20	278050T000004515	14/07/2026	55412	R$ 195,23
MMM6G20	278050T000004577	16/07/2026	55412	R$ 195,23
MWC0F28	278050T000004506	14/07/2026	55412	R$ 195,23
NSA4843	278050NIC0000554	30/06/2026	50020	R$ 586,94
PVB3I34	278050T000004436	20/07/2026	54526	R$ 195,23
QBP6J76	278050T000004501	10/07/2026	55412	R$ 195,23
QHY5F24	278050NIC0000552	30/06/2026	50020	R$ 260,32
RHR4C65	278050T000004552	21/07/2026	76332	R$ 293,47
RKX6F13	278050T000004435	20/07/2026	55414	R$ 195,23
RLA2E72	278050T000004502	10/07/2026	55412	R$ 195,23
RMK9E12	278050T000004557	13/07/2026	55412	R$ 195,23
RNF3A98	278050T000004420	11/07/2026	55412	R$ 195,23
RNU2C27	278050T000004511	14/07/2026	55412	R$ 195,23
RSX2I40	278050T000004419	11/07/2026	55412	R$ 195,23
RSX2I40	278050T000004558	13/07/2026	55412	R$ 195,23
RTM9G60	278050T000004584	17/07/2026	55412	R$ 195,23
RXS9J52	278050NIC0000560	07/07/2026	50020	R$ 390,46
SET3J46	278050NIC0000553	30/06/2026	50020	R$ 390,46
TBA4E30	278050T000004442	23/07/2026	55414	R$ 195,23
TPQ8G80	278050T000004586	17/07/2026	55412	R$ 195,23
UBN7D74	278050T000004553	21/07/2026	55680	R$ 195,23
UBP4A82	278050T000004500	21/07/2026	64830	R$ 88,38
UBS6C05	278050T000004579	16/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:FD9C91D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 164/2026 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 164 de 09/10/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitório Antunes de Paula, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica no Art. 80, Inciso VIII;

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 561.000,00 (Quinhentos e Sessenta e Um Mil Reais), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
12.392.0005.2036	MANUTENÇÃO DA CULTURA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1141	01079-Transferências da Política Nacional Aldir	39.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1161	01079-Transferências da Política Nacional Aldir	28.500,00
05.007	DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR	
12.361.0005.2014	MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2680	00119-FNDE/PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar	93.000,00
	SUBTOTAL	161.000,00
06	SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0006.2017	FUNDO MUNICIPAL E ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2980	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3010	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	150.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3110	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	150.000,00
	SUBTOTAL	400.000,00
	TOTAL	561.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte maneira:

I – Anulação de dotação;

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0006.2017	FUNDO MUNICIPAL E ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2950	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

II– Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
01079	Transferências da Política Nacional Aldir	432,76
	TOTAL	432,76

III – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	100.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	200.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL	93.000,00
1.7.1.9.60.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14399/2022 - PRINCIPAL	68.000,00
	TOTAL	461.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:0C472755

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA DE MATÉRIA PUBLICADA DIA 17/04/2026, EDIÇÃO 3512 CODIGO IDENTIFICADOR BFF47CB8

ERRATA DE MATÉRIA PUBLICADA DIA 17/04/2026, EDIÇÃO 3512 CODIGO IDENTIFICADOR BFF47CB8
ONDE LIA-SE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0128/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: 5A MÁQUINAS LTDA
CNPJ.: 60.179.675/0001-71
VALOR: R$ **20.300,00** (Vinte Mil e Trezentos Reais).

PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **15/04/2026** à **14/04/2027.**
ASSINATURA: 15/04/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LUCAS NIERO BUDNY
Representante

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	1	74933	Toldo Tipo Fixo Estrutura fixa em policarbonato de alta resistência, com calhas horizontais e verticais em material compatível, projetadas para drenagem eficiente da água da chuva. O material possui proteção contra radiação UV, garantindo durabilidade e estabilidade dimensional ao longo do tempo. A instalação será realizada conforme normas técnicas vigentes, e a cor do toldo será definida em conjunto com a Secretaria solicitante."	FINK FINK	M2	125,00	178,00	22.250,00
LOTE: 003 - AMPLA CONCORRENCIA	1	74933	Toldo Tipo Fixo Estrutura fixa em policarbonato de alta resistência, com calhas horizontais e verticais em material compatível, projetadas para drenagem eficiente da água da chuva. O material possui proteção contra radiação UV, garantindo durabilidade e estabilidade dimensional ao longo do tempo. A instalação será realizada conforme normas técnicas vigentes, e a cor do toldo será definida em conjunto com a Secretaria solicitante."	FINK FINK	M2	375,00	178,00	66.750,00
TOTAL								89.000,00

PASSA A LER-SE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0128/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: 5A MÁQUINAS LTDA
CNPJ.: 60.179.675/0001-71
VALOR: R$ **20.300,00** (Vinte Mil e Trezentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **15/04/2026** à **14/04/2027.**
ASSINATURA: 15/04/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LUCAS NIERO BUDNY
Representante

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	76720	Grade niveladora pesada 32 discos, disco de 22", espaçamento de 200mm, abertura manual, transporte nos três pontos do trator	BUDNY GND 32D22"	UN	1,00	20.300,00	20.300,00
TOTAL								20.300,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:FFB12347

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 56/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 56/2026
OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ANGAI COMERCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI EPP
CNPJ.: 81.896.789/0001-02
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 09 de outubro de 2026.
(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0321/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ANGAI COMERCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI EPP
CNPJ.: 81.896.789/0001-02
VALOR: R$ **100.000,00** (Cem Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **09/10/2026** à **08/10/2027.**
ASSINATURA: 09/10/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(a)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(a)NILTON SILVERIO BORCATH SANTOS
Representante

ITENS

ITENS									
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Porcentagem	Preço uni	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	76903	MÃO DE OBRA - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	SERVIÇO	UN	7.500.000,00	75%	0,01	75.000,00
LOTE: 004 - Lote 004	1	76903	MÃO DE OBRA - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	SERVIÇO	UN	2.500.000,00	755	0,01	25.000,00
TOTAL								100.000,00	

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:AA6169D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 338/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ					
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO					
CNPJ: 01.612.413/0001-90					
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr					
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057					
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA					
DIÁRIA N° 338/2026					
(campo de preenchimento pela contabilidade)					
Nome do Agente Público: ARIANE RAFAELA PINHEIRO FERNANDES				CPF: 087.640.589-80	
Função: SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade de Lotação: AÇÃO SOCIAL					
Município de destino: CURITIBA					
Local do Evento: PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS					
Saída:20/ 10/ 2026		Chegada: 22/10/ 2026			
Motivo do Deslocamento:					
CAPACITAÇÃO, VIGILÂNCIA SOCIOASSITENCIAL.					
CÁLCULO DAS DIÁRIAS					
N° Diárias com Pernoite: 02				Valor Unitário da Diária: R$510,00	
N° Diárias sem Pernoite:01				Valor Unitário da Diária: R$ 255,00	
TOTAL DE DIÁRIAS: R$ 1275,00					
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular	Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 07 de OUTUBRO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:4F9B38EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 339/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 339/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: TATYANE MARTINELI	CPF: 057.508.019-18
Função: COORDENADORA SERVIÇO DE ASSIST. SOCIAL	Unidade de Lotação: SECRE. MUNIC. ASSIST.
SOCIAL	
Município de destino: CURITIBA	
Local do Evento: PALÁCIO	DAS ARAUCÁRIAS

Saída:20/ 10/ 2026	Chegada: 22/10/ 2026					
Motivo do Deslocamento:						
CAPACITAÇÃO, VIGILÂNCIA SOCIOASSITENCIAL.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 02	Valor Unitário da Diária: R$450,00					
N° Diárias sem Pernoite:01	Valor Unitário da Diária: R$ 225,00					
TOTAL DE DIÁRIAS: R$ 1125,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 08 de OUTUBRO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:A0D4E940

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2026 - COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021.

O Município de Rio Branco do Sul - PR, através do seu Agente de Contratação e em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Contratação de empresa para **"A contratação visa o fornecimento de kit natalidade, com entrega parcelada, conforme a necessidade da Secretaria, durante o período de 12 meses.",** podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.
Tabela do Objeto:

ANEXO I – LOTE ÚNICO

Item	Quant.	Unidade	Descrição	R$ Unit.	Valor R$
1	96	Unidade	**Toalha de banho para bebê com capuz**, confeccionada em tecido **100% algodão** ou felpa de alta absorção, macia, antialérgica, com acabamento reforçado, dimensões aproximadas de **70 cm x 90 cm. Cor a definir pela administração.**	R$ 34,10	R$ 3.273,60
2	96	Unidade	**Manta para bebê**, confeccionada em **microfibra 100% poliéster**, macia, antialérgica, com acabamento reforçado, dimensões aproximadas de **90 cm x 110 cm**. **Cor a definir pela administração**	R$ 16,50	R$ 1.584,00
3	96	Unidade	**Kit toalha de boca**, contendo **03 unidades**, confeccionadas em tecido **100% algodão**, macio, absorvente, antialérgico, com acabamento reforçado nas bordas, tamanho aproximado de **30 cm x 30 cm**, indicado para higiene e cuidados com o bebê, embalado individualmente.	R$ 9,90	R$ 950,40
4	96	Unidade	**Conjunto de body e calça** em algodão. Tamanhos RN ao GG **Cor a definir pela administração**	R$ 18,95	R$ 1.819,20
5	96	Unidade	**Macacão** em algodão com botões e pé reversível. Tamanhos RN ao G. **Cor a definir pela administração**	R$ 18,99	R$ 1.823,04
6	96	Unidade	**Banheira infantil para banho**, confeccionada em plástico resistente e atóxico, com capacidade mínima de **20 litros**, formato anatômico, bordas arredondadas, fundo antiderrapante, livre de rebarbas, adequada para recém-nascidos e bebês, atendendo às normas de segurança vigentes. **Cor a definir pela administração**	R$ 23,75	R$ 2.280,00
7	96	Kit	**Kit para recém-nascido,** contendo **01 par de meias, 01 par de luvas e 01 gorro,** confeccionados em tecido de algodão, macio, antialérgico, com acabamento reforçado, tamanho para recém-nascidos (0 a 3 meses), embalado individualmente. **Cor a definir pela administração**	R$ 11,90	R$ 1.142,40
8	96	Unidade	**Bolsa maternidade para mamãe e bebê**, confeccionada em material resistente e impermeável, com fechamento em zíper, alças de mão e/ou ombro, compartimentos internos e externos para organização dos itens do bebê, dimensões aproximadas de **40 cm x 30 cm x 15 cm**, lavável, com acabamento reforçado. **Cor a definir pela administração**	R$ 38,00	R$ 3.648,00
Total (R$):					**R$ 16.520,64**

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **16/10/2026.**

As propostas de preços deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao, até a data limite de **16/10/2026, às 23h59min**. Não serão aceitas propostas encaminhadas por e-mail ou por qualquer outro meio diverso do **e-Licita**.
Após o encerramento do prazo para apresentação das propostas, será realizada, no dia **19/10/2026,** a partir das **09h00**, a fase de **disputa de lances**, com duração de **6 (seis) horas**, encerrando-se às **15h00** do mesmo dia, **exclusivamente por meio do sistema e-Licita.**

O Termo de Referência da Contratação Direta estará disponível no Site Oficial do Município, em https://riobrancodosul.atende.net, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados exclusivamente pelos e-mails arion.cristo@riobrancodosul.pr.gov.br ou ellisdonato.rbs@gmail.com, **não sendo estes endereços destinados ao recebimento de propostas.** Outras informações poderão ser obtidas na Sala do DECOL, situada na Rua Horacy Santos, nº 222, Centro, CEP 83.540-001, Rio Branco do Sul – PR, telefone (41) 98881-6632, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação - Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:DDAAE6FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026 – CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO

79º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL – CAPITAL DO CIMENTO

O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.576/0001-85, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE) e da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições do Edital de Chamamento Público nº 11/2026, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do credenciamento de patrocinadores para o Evento Festivo de Aniversário de 79 Anos do Município.

1. DOS PATROCINADORES SELECIONADOS E CLASSIFICADOS
Após a análise das propostas e documentações apresentadas, tornam-se públicos as empresas/entidades credenciadas, o valor/modalidade das cotas e a respectiva classificação:
1.1. COTA OURO (A partir de R$ 10.000,00)

• Não houve propostas/empresas credenciadas para esta cota.

1.2. COTA PRATA (De R$ 3.000,00 a R$ 9.999,99)

Classificação	Razão Social / Nome do Patrocinador	CNPJ / Identificação	Modalidade / Valor da Cota	Status
1º	MINERACAO RIO BRANCO DO SUL LTDA	78.420.718/0001-24	R$ 3.000,00	SELECIONADO

1.3. COTA BRONZE (De R$ 1.000,00 a R$ 2.999,99)

Classificação	Razão Social / Nome do Patrocinador	CNPJ / Identificação	Modalidade / Valor da Cota	Status
1º	TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DO SOLO LTDA	77.388.874/0001-92	R$ 1.650,00	SELECIONADO
2º	Indústria e Comércio de Cal Sereia LTDA	91.894.090/0001-72	R$ 1.000,00	SELECIONADO
3º	Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP	81.466.286/0055-90	R$ 1.000,00	SELECIONADO
4º	Mineração Itafiller LTDA	07.151.116/0001-70	R$ 500,00 (Valor sob análise de contrapartida especial)	SELECIONADO

1.4. PATROCÍNIO EM SERVIÇOS / BENS E INSUMOS (Apoio Operacional)

Razão Social / Nome do Patrocinador	CNPJ	Especificação da Contraprestação	Status
COPEL Distribuição	Isento/Apoio	Gerador de energia elétrica para realização do evento	SELECIONADO

2. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO E RECOLHIMENTO
2.1. Ficam os patrocinadores acima selecionados **CONVOCADOS** para realizarem a assinatura do **Contrato de Patrocínio** no prazo de **3 (três) dias úteis** a contar da publicação deste edital, junto à Sala do Empreendedor na Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul.
2.2. O recolhimento dos valores correspondentes às cotas deverá ser efetuado em parcela única, no prazo de até **3 (tres) dias corridos** após a assinatura do contrato, via depósito/transferência para a conta bancária do **Fundo Municipal de Cultura**:

• **Banco:** Banco do Brasil
• **Agência:** 2537-2
• **Conta Corrente:** 36.470-3
• **Favorecido:** Fundo Municipal de Cultura
• **CNPJ:** 43.834.810/0001-56

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
3.1. As contrapartidas publicitárias de cada empresa serão concedidas estritamente de acordo com a cota e modalidade formalizada no Termo de Contrato. 3.2. Publica-se este Edital de Resultado no Diário Oficial do Município de Rio Branco do Sul para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Rio Branco do Sul/PR, 09 de outubro de 2026.

ELTON CARLOS MARCHIORO SANTOS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE

ROBSON MAESTRELLI
Secretaria Municipal de Cultura – SECULT

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2E4FC7F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 276/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 52/2026

OBJETO: Aquisição de Concreto usinado convencional FCK 25 MPA, SLUMP 10+-2, com brita nº 1.

Lote	Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
	1	1.000,00	M³	CONCRETO USINADO CONVENCIONAL, FCK 25 MPA, SLUMP 10+-2, COM BRITA Nº 1	635,63	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA

Rio Negro, 06 de outubro de 2026 –

KARINA SAIBOTH –
Agente de contratação.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:84D361E4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 335/2025 PROCESSO Nº 297/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 076/2025

Aos oito dias do mês de outubro de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 936.249.729-87 e **BENEFICIÁRIA: AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **10.173.480/0001-46**, sediada na Rua GUSTAVO ADOLFO FRIEDRICH, nº 2936, FAXINAL, município de Mafra - SC, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **ROSIANE APARECIDA SCHAFASCHECK MARGOTI**, Brasileiro(a), Portador(a) da Carteira de Identidade nº **2.779.085** e do CPF/MF nº **896.049.709-68**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação do MUNICÍPIO DE RIO NEGRO e anuência da BENEFICIÁRIA, fica prorrogado em mais **12 (doze) meses** o prazo de **CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E TRATOR,** com efeito retroativo ao dia **07/10/2026**. **SEGUNDA – DO VALOR** O valor estimado do presente aditivo é de **R$ 2.793.016,30 (dois milhões, setecentos e noventa e três mil, dezesseis reais e trinta centavos)**, mantendo-se a mesma quantidade inicialmente contratada, após a aplicação do reajuste de **4,22%**, correspondente à variação do **IPCA/IBGE** no período.

Lote 01					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	250	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	117,65	29.412,50
02	250	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	201,02	50.255,00
03	250	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	147,95	36.987,50
04	150	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	120,30	18.045,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 250.000,00
Lote 02					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	121,64	18.246,00
02	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	200,68	30.102,00
03	150	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	147,61	22.141,50
04	80	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	115,67	9.253,60
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 100.000,00
Lote 03					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	180	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	118,05	21.249,00
02	180	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	201,02	36.183,60
03	180	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	151,82	27.327,60
04	120	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	120,44	14.452,80
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 150.000,00
Lote 04					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	128,48	19.272,00
02	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	212,09	31.813,50
03	150	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	159,19	23.878,50
04	100	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	124,94	12.494,00

05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 150.000,00
Lote 05					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	128,48	10.278,40
02	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	207,25	16.580,00
03	80	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	159,03	12.722,40
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	124,94	6.247,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 50.000,00
Lote 06					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	126,81	10.144,80
02	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	210,33	16.826,40
03	80	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	157,39	12.591,20
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	123,50	6.175,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 30.000,00
Lote 07					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	186,88	14.950,40
02	50	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	208,44	10.422,00
03	50	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	205,79	10.289,50
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	182,49	9.124,50
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 50.000,00
Lote 08					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	196,09	15.687,20
02	50	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	219,10	10.954,50
03	50	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	215,98	10.799,00
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	93,18	9.659,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 50.000,00
Lote 09					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	172,66	25.899,00
02	100	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	195,92	19.592,00
03	60	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	195,04	11.702,40
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	172,44	8.622,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 100.000,00
Lote 10					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	173,88	13.910,40
02	50	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	196,21	9.810,50
03	80	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA	196,14	15.691,20

			E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.		
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	158,07	7.903,50
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 100.000,00
Lote 11					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	250	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	196,15	49.037,50
02	200	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	216,78	43.356,00
03	200	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	213,87	42.774,00
04	150	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	190,38	28.557,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 300.000,00
Lote 12					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	168,94	25.341,00
02	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	190,57	15.245,60
03	80	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	191,81	15.344,80
04	80	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	160,96	12.876,80
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 100.000,00
Lote 13					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	180,70	14.456,00
02	60	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	200,09	12.005,40
03	80	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	199,34	15.947,20
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	171,00	8.550,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 50.000,00
Lote 14					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	80	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	198,62	15.889,60
02	60	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	219,15	13.149,00
03	80	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	216,03	17.282,40
04	50	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	184,16	9.208,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 50.000,00
Lote 15					
Item	Qtde	un	Descrição do Item	Valor Unitário Reajustado R$	Valor Total R$
01	150	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA GERAL DIAGNOSTICAR PROBLEMAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	166,06	24.909,00
02	100	H	MÃO DE OBRA DE MECÂNICA (MOTOR) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA MOTOR: MONTAGEM, DESMONTAGEM, TROCA, REGULAGEM E AJUSTE DE PEÇAS FIXAS E MOVEIS DO MOTOR, CABEÇOTE E ACESSÓRIOS DO MOTOR	148,48	14.848,00
03	120	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA (CAIXA E DIFERENCIAL) MÃO DE OBRA DE MECÂNICA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL: REVISÃO, REPAROS, TROCA E AJUSTES DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS, E COMPONENTES DO CONJUNTO.	161,63	19.395,60
04	100	H	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS / ELETRONICOS COM APARELHO DE SCANER SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E REPARO ELETRÔNICO: DIAGNOSTICO DE FALHAS COM EQUIPAMENTO SCANNER, AVISOS NO SISTEMA ELETRÔNICO, CHICOTE, MÓDULOS, PAINÉIS E OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.	171,47	17.147,00
05	Estimativa de consumo		Peças e Acessórios	---	R$ 150.000,00
TOTAL GERAL: R$ 2.793.016,30					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado nas seguintes dotações orçamentárias: **1051 – 13.004.26.782.0002.2.057.3.3.90.39.19.99 – Fonte 000; 1051 – 13.004.26.782.0002.2.057.3.3.90.39.19.05 – Fonte 000; 1051 – 13.004.26.782.0002.2.057.3.3.90.39.19.04 – Fonte 000. CLÁUSULA QUARTA -** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR e BENEFICIÁRIA assinam este termo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:3E17018C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 676/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022
I – Secretaria Municipal de Educação

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Veículo	Valor
A	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista de veículo pesados	Cornélio Procópio /Pr	14/10/2026	Transportar alunos	UBD7J70	45,00
B	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista de veículo pesados	Londrina /Pr	17/10/2026	Transportar alunos	UBD7J70	45,00
C	Sidnei Pereira	Motorista de veículo pesados	Londrina /Pr	17/10/2026	Transportar alunos	BDV1B78	45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 09 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:AE75DEA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL 02 LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 39/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL 02

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico
Nº 39/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado parcial da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Nº 39/2026***, que teve como objeto ***Registro de Preços Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
5	1	BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL Bola oficial de voleibol com as seguintes especificações: peso 260-280g, circunferência 65- 67cm, contendo 18 gomos, laminada em microfibra construção em termotec, camada 6D, sistema de forro termofixo, camada interna Neogel, com dupla colagem miolo cápsula sis. Bola usada para jogos abertos oficiais do Paraná.	PENALTY VOLEIBOL 8.1 PRO		UN	20,00	297,59	5.951,80

Sendo este os item adjudicado ao participante, o valor total do certame resultou em R$ 5.951,80 (Cinco mil novecentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos) conforme ata da Sessão Pública, ficando a empresa vencedora CONVOCADA a comparecer no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em nove dias de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:F27D5002

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 28/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro –CEP: 86240-000 –Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 28/2026
GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026
Torna-se pública a **Adjudicação** e a **homologação** da Dispensa de Licitação 28/2026 a que se refere o Processo Administrativo 99/2026, com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025 cujo objeto é a **aquisição de drone para uso do Setor de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira.**
D&D COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, estabelecida na TRV Cupuaçu, nº. 279, Bela Vista, CEP: 85 460 000, no Município de **Quedas do Iguaçu,** no Estado do **Paraná,** inscrita no CNPJ sob nº **68.283.375/0001-40.**
Valor total da despesa: R$ 12.170,00 (doze mil e cento e setenta reais).
Pagamento: Conforme previsão.

LOTE	ORDEM	QUANTI- DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	1,00	UNIDADE	Aeronave não pilotada (Drone) DJI Air 3S Fly More Combo (RC 2) BR - Código DJI056	R$ 12.170,00	R$ 12.170,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 12.170,00						
TOTAL DO PROCESSO: R$ 12.170,00						

São Sebastião da Amoreira - PR, 09 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:00C34376

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2026

Aviso de Dispensa Eletrônica nº 14/2026
Processo Administrativo n.º 91/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR.
Secretaria Municipal de Assistência Social

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS, DESTINADO AO DESLOCAMENTO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR ATÉ CURITIBA/PR, NOS DIAS 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2026, COM RECURSOS DO PROGRAMA VIAJA +60, FASE 2, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 13.316,00 (treze mil e trezentos e dezesseis reais)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De **13/10/2026** às **08h00m**
Até **23/10/2026** às **08h20m**

Abertura: **23/10/2026** às **08h30m**

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Prefeitura Municipal de Sapopema-Pr
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2026
Processo Administrativo n° 91/2026

Torna-se público que o Município de Sapopema-Pr, por meio da Secretaria Municipal de Administração, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por **LOTE ÚNICO,** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 58/2023 e demais normas aplicáveis.
Data de início de Proposta: 13/10/2026 às 08h00m.
Data fim de recebimento de proposta: 23/10/2026 às 08h20m.
Abertura: 23/10/2026 às 08h30m
Plataforma https://bnc.org.br/
Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote Único
Publicidade: www.pncp.gov.br, www.sapopema.pr.gov.br e bnc.org.br
OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS, DESTINADO AO DESLOCAMENTO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR ATÉ CURITIBA/PR, NOS DIAS 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2026, COM RECURSOS DO PROGRAMA VIAJA +60, FASE 2, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO,**

conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Item	Especificação	Forma de execução	Unidade de medida	Quantidade	Unitário
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal, em ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, para transporte do Grupo da Terceira Idade do Município de Sapopema/PR até Curitiba/PR, nos dias 18 e 19 de novembro de 2026, com recursos do Programa Viaja +60, Fase 2. O veículo deverá possuir, no mínimo, poltronas reclináveis, ar-condicionado, banheiro, água para os passageiros e equipamentos de segurança, incluindo o trajeto de ida e volta e os deslocamentos internos previstos no roteiro. Deverá estar incluído no serviço seguro de viagem individual para os 60 (sessenta) participantes, válido desde o embarque em Sapopema/PR até o retorno ao Município, bem como o cumprimento dos horários definidos neste Termo de Referência.	Única	Serviço	1	R$ 13.316,00
Valor total				R$ 13.316,00	

O critério de julgamento adotado será o **menor preço por LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica pela plataforma Bolsa Nacional de Compras, disponível no endereço eletrônico https://bnc.org.br/
Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal da Bolsa Nacional de Compras (BNC), para acesso ao sistema e operacionalização.
O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s); e, que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021;
estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
que se enquadrem nas seguintes vedações:
autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e,
pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

aplica-se o disposto no item 2.4.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item https://bnc.org.br/
O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
A proposta poderá ser substituída pelo fornecedor quantas vezes desejar, enquanto o prazo para envio de propostas estiver vigente.
No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá também enviar às declarações constante no Anexo III.

Os licitantes deverão comprovar que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Encerrada a fase de oferta de proposta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último valor ofertado.
O prazo de validade da proposta não será inferior a 150 (cento e cinquenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
contiver vícios insanáveis;
não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Declaração de enquadramento, instruída com certidão expedida pela **Junta Comercial** ou Prova da Inscrição no Regime Especial unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – **Simples Nacional**, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Em se tratando de sociedade Simples, o documento apto a comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deve ser expedido pelo **Registro Cível das Pessoas Jurídicas, com data de no máximo 90 (noventa) dias da apresentação da documentação;**

TRATANDO-SE DE PROCURADOR: A procuração por instrumento público, em cópia autenticada, ou particular, em original ou cópia autenticada, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, oferecer descontos, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. Acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

A ausência de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte, acarretará na inabilitação do licitante.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Certificado de Regularidade de Fiscal – CRF, junto ao FGTS, em vigor;

c) Certidão Negativa de Débito – CND, junto ao INSS em vigor; Certidão Negativa de Débitos e contribuições Federais administradas pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

d) Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, emitida pela Prefeitura Municipal da sede da proponente; e,

i) Certidão Negativa Trabalhista, conforme Lei Federal 12440/2011.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
5.3.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitida por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, de que a empresa e/ou responsável técnico, executou serviços compatíveis com o objeto deste termo de referência.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

CONTRATAÇÃO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.
O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

A recusa imotivada da futura contratada em assinar o contrato decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, na forma do artigo 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
Não haverá exigência da garantia da contratação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O procedimento será divulgado na Bolsa Nacional de Compras (BNC) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

republicar o presente aviso com uma nova data;
valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento; e,

fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II - Minuta do Termo de Contrato; e,
ANEXO III – Modelo de Declaração

Sapopema-Pr, 09 de outubro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA POR VALOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026

TR elaborada em atendimento aos critérios e parâmetros definidos nos termos do Art. 75, inciso II da Lei 14.133/21.

Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável pela elaboração do Termo: Silvana Maria Rocha Calixto

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote**.**

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Do objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal, em ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, destinado ao deslocamento do Grupo da Terceira Idade do Município de Sapopema/PR até Curitiba/PR, nos dias 18 e 19 de novembro de 2026, com recursos do Programa Viaja +60, Fase 2, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO						
Item	Especificação	Forma de execução	Unidade de medida	Quantidade	Unitário	Valor total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal, em ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, para transporte do Grupo da Terceira Idade do Município de Sapopema/PR até Curitiba/PR, nos dias 18 e 19 de novembro de 2026, com recursos do Programa Viaja +60, Fase 2. O veículo deverá possuir, no mínimo, poltronas reclináveis, ar-condicionado, banheiro, água para os passageiros e equipamentos de segurança, incluindo o trajeto de ida e volta e os deslocamentos internos previstos no roteiro. Deverá estar incluído no serviço seguro de viagem individual para os 60 (sessenta) participantes, válido desde o embarque em Sapopema/PR até o retorno ao Município, bem como o cumprimento dos horários definidos neste Termo de Referência.	Única	serviço	1	R$ 13.316,00	R$ 13.316,00

O custo estimado total da contratação é de R$ 13.316,00 (treze mil, trezentos e dezesseis reais), correspondente à média aritmética simples das três cotações diretas obtidas para a prestação do serviço. O resultado foi confrontado com as contratações públicas similares de Braganey/PR (Contrato Administrativo nº 0107/2025 – R$ 17.400,00) e Santa Helena/PR (Contrato nº 349/2024 – R$ 8.640,00), utilizadas como referências complementares de mercado, conforme análise crítica da pesquisa de preços.

Da caracterização de serviço comum
Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.
O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
Da vigência
O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses,** a partir da assinatura na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da pesquisa de preço
A pesquisa de preços foi realizada mediante obtenção de 03 (três) cotações comerciais diretamente junto a fornecedores do ramo de transporte, complementada pela análise de contratações públicas similares realizadas no âmbito do Programa Viaja Mais 60, em observância ao art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. As propostas diretas referem-se ao deslocamento de Sapopema/PR a Curitiba/PR, em ônibus com capacidade para 60 passageiros, para atendimento da programação do Grupo da Terceira Idade.
As propostas diretas apresentaram os seguintes valores: TOP TOUR LTDA – R$ 12.500,00; ÓRION EMPREENDIMENTOS LTDA – R$ 12.448,00; e NAYARA ANA MORENO – R$ 15.000,00. A média aritmética das três cotações corresponde a R$ 13.316,00 (treze mil, trezentos e dezesseis reais).
As três propostas comerciais apresentam maior aderência ao objeto específico pretendido pelo Município de Sapopema, pois foram solicitadas para a contratação em análise e contemplam transporte rodoviário em ônibus de aproximadamente 60 lugares, com características compatíveis com o roteiro, os horários, a capacidade e as condições definidas neste Termo de Referência.
Como referências complementares de mercado, foram analisadas contratações públicas semelhantes, utilizadas para confrontar e validar a razoabilidade dos valores obtidos na pesquisa direta, sem incorporação automática desses preços à média principal, em razão das diferenças de rota, distância e composição dos serviços.

Referências públicas complementares
Foi analisado o Contrato Administrativo nº 0107/2025, vinculado à Dispensa Eletrônica nº 055/2025, celebrado pelo Município de Braganey/PR com a empresa Viagens C.R. dos Santos Ltda., CNPJ nº 04.313.875/0001-02, no valor de R$ 17.400,00. O objeto consiste no fretamento de ônibus Double Decker (DD), com capacidade mínima de 55 lugares e 4 eixos, destinado ao transporte de idosos do Município de Braganey/PR até Matinhos/PR, no âmbito do Projeto Viaja Mais 60 Paraná, incluindo motorista habilitado, seguro, combustível e demais despesas.
A referência de Braganey/PR apresenta elevada pertinência, porque o núcleo do objeto é o fretamento de ônibus para idosos no âmbito do mesmo programa. Contudo, a rota, a distância e as condições de execução não são idênticas às da contratação de Sapopema/PR, razão pela qual o valor é utilizado como parâmetro externo de razoabilidade e não integra a média aritmética principal.
Também foi analisado o Contrato nº 349/2024, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 041/2024, celebrado pelo Município de Santa Helena/PR com a empresa W V Serviços Ltda., no valor total de R$ 8.640,00, referente à organização e realização do passeio "Melhor Idade – Viaja Mais 60". O objeto contempla transporte e também outros componentes do passeio, incluindo ingressos, alimentação e atividades turísticas.
Como o contrato de Santa Helena/PR possui serviços agregados e seu valor global não representa o preço isolado do transporte rodoviário, essa contratação é utilizada exclusivamente como referência complementar de mercado, sem incorporação matemática à média das três cotações diretas.

Do critério de definição do valor
Para fins de definição do valor estimado da presente contratação, adota-se a média aritmética simples das 03 (três) cotações diretas, por apresentarem maior homogeneidade e aderência ao objeto específico de Sapopema/PR. As contratações públicas de Braganey/PR e Santa Helena/PR permanecem como referências complementares para validação da razoabilidade do preço, preservando-se a equivalência econômica entre os parâmetros considerados.
Memória de cálculo: R$ 12.500,00 + R$ 12.448,00 + R$ 15.000,00 = R$ 39.948,00. R$ 39.948,00 ÷ 3 = R$ 13.316,00. Valor estimado da contratação: R$ 13.316,00 (treze mil, trezentos e dezesseis reais).
Após a análise crítica das referências, entende-se que o valor estimado de R$ 13.316,00 é compatível com o mercado pesquisado para o objeto específico. A metodologia observa o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite, de forma combinada ou não, a utilização de contratações similares da Administração Pública e pesquisa direta com fornecedores, consideradas as quantidades e as peculiaridades do local de execução. As propostas comerciais e os contratos públicos utilizados como referência deverão permanecer anexados ao processo administrativo como documentos de suporte da memória de cálculo.
Abaixo segue a tabela com a fonte das pesquisas:

Fonte de Pesquisa	Top Tour Ltda. CNPJ: 04.411.691/0001-77	Órion Empreendimentos Ltda. CNPJ: 20.906.362/0001-53	Nayara Ana Moreno CNPJ: 51.544.498/0001-94	Média aritmética
Valor total	R$ 12.500,00	R$ 12.448,00	R$ 15.000,00	R$ 13.316,00
Data da cotação	25/09/2026	05/10/2026	10/09/2026	-

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço especializado de transporte rodoviário intermunicipal, em ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, para deslocamento do Grupo da Terceira Idade do Município de Sapopema/PR até Curitiba/PR, com viagem programada para os dias 18 e 19 de novembro de 2026, conforme roteiro estabelecido neste Termo de Referência.
A necessidade da contratação decorre da execução de atividade prevista no âmbito das ações de promoção, proteção e valorização da pessoa idosa, viabilizada com recursos estaduais do Programa Viaja +60, Fase 2, destinado ao incentivo de experiências de turismo social, lazer, convivência comunitária, fortalecimento de vínculos e ampliação do acesso da população idosa a atividades culturais, recreativas e de integração social.
A iniciativa encontra respaldo nas políticas públicas voltadas ao envelhecimento digno e ativo, bem como no Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, que assegura à pessoa idosa o direito à cultura, ao esporte, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, à dignidade e à participação social. A viagem busca proporcionar vivências que contribuam para a qualidade de vida, a socialização, a autonomia e o bem-estar dos participantes.
Considerando as especificidades do público atendido, composto por 60 (sessenta) pessoas idosas, mostra-se indispensável que o transporte seja realizado por empresa especializada, com veículo adequado, seguro, confortável e regular perante os órgãos competentes, de forma a assegurar condições compatíveis com a duração do trajeto e com as necessidades do grupo.
A Administração Pública Municipal não dispõe de veículo próprio com capacidade e características suficientes para realizar o deslocamento do grupo nas condições necessárias. Assim, a contratação de empresa especializada revela-se indispensável para garantir a execução da viagem de forma planejada, segura, eficiente e compatível com a finalidade do recurso estadual recebido.

Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir a correta aplicação dos recursos vinculados ao Programa Viaja +60, Fase 2, o atendimento ao interesse público e a realização do deslocamento com segurança, conforto, pontualidade e qualidade, proporcionando aos idosos beneficiados acesso às atividades programadas em Curitiba/PR.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
A presente contratação deverá observar requisitos mínimos de habilitação, qualificação técnica, capacidade operacional e condições de execução compatíveis com o serviço de transporte rodoviário de passageiros e com as especificidades do público atendido, composto por 60 (sessenta) pessoas idosas.
A empresa contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como a documentação necessária para a prestação regular do serviço de transporte de passageiros, nos termos da legislação aplicável e da Lei nº 14.133/2021.
A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, disponibilizando ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, em adequado estado de conservação, higiene, segurança e funcionamento.
O veículo deverá possuir, no mínimo, poltronas reclináveis, ar-condicionado, banheiro e fornecimento de água durante o trajeto, além dos equipamentos obrigatórios de segurança previstos na legislação. Sempre que disponíveis no veículo ofertado, poderão ser disponibilizados itens adicionais de conforto, como apoio para os pés, televisão, refrigerador, Wi-Fi e carregadores de celular.
A empresa deverá manter o veículo e a documentação regularizados perante os órgãos competentes, bem como possuir o seguro obrigatório e o seguro de passageiros exigíveis para a execução do transporte. Além disso, deverá providenciar seguro de viagem individual para os 60 (sessenta) participantes, válido durante todo o período compreendido entre o embarque em Sapopema/PR e o retorno ao Município, com cobertura compatível com viagem rodoviária nacional, incluindo, no mínimo, acidentes pessoais, atendimento médico-hospitalar de urgência/emergência decorrente de acidente e traslado/remoção quando necessário. A apólice, certificado ou comprovante equivalente deverá ser apresentado à Administração antes do início da viagem.
O(s) motorista(s) deverá(ão) possuir habilitação compatível com a categoria do veículo e atender aos requisitos legais para condução de transporte coletivo de passageiros, observando rigorosamente as normas de trânsito, os limites de jornada e os períodos de descanso aplicáveis.
O valor contratado deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do serviço, incluindo motorista(s), combustível, pedágios, seguro obrigatório dos passageiros, seguro de viagem individual dos 60 (sessenta) participantes, tributos, encargos, manutenção, despesas operacionais e demais custos diretos e indiretos relacionados ao transporte, não sendo admitida cobrança adicional à Administração pelos itens exigidos neste Termo de Referência.
Os serviços deverão ser executados de forma organizada, pontual e compatível com as necessidades do público idoso, cabendo à contratada garantir a disponibilidade do veículo durante todo o período necessário ao cumprimento do roteiro, inclusive para os deslocamentos internos previstos em Curitiba/PR, quando solicitados pela Administração dentro da programação estabelecida.
A contratada deverá atender integralmente às exigências constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual, responsabilizando-se por falhas, omissões, atrasos ou irregularidades decorrentes da execução inadequada dos serviços.

Da Sustentabilidade
A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.
A empresa contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução do transporte, mantendo o veículo em boas condições de manutenção e regulagem, de modo a reduzir emissões excessivas de poluentes e consumo desnecessário de combustível.
Deverão ser observadas as normas ambientais e de trânsito aplicáveis, bem como práticas de condução segura e eficiente, com planejamento de rota e prevenção de deslocamentos desnecessários.
A contratada deverá promover o descarte adequado dos resíduos gerados no interior do veículo e manter condições adequadas de limpeza e conservação durante a viagem.
A presente contratação também possui relevante dimensão social, considerando que a ação é destinada à promoção da qualidade de vida, convivência comunitária, inclusão social, lazer e valorização da pessoa idosa, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, digno e saudável.
Dessa forma, a contratação revela-se compatível com os princípios da sustentabilidade, ao conciliar a adequada execução do objeto com a promoção do interesse público, do bem-estar social e da utilização responsável dos recursos públicos disponíveis.

Da Subcontratação
Não será admitida a subcontratação integral do objeto. Eventual subcontratação de caráter acessório dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do serviço e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas.

Da Garantia da contratação
Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO
A execução do objeto ocorrerá por meio da contratação de empresa especializada em transporte rodoviário de passageiros, responsável pelo deslocamento do Grupo da Terceira Idade do Município de Sapopema/PR até Curitiba/PR e pelo atendimento aos deslocamentos previstos no roteiro da viagem.
Os serviços deverão ser executados nos dias 18 e 19 de novembro de 2026, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo a empresa contratada observar rigorosamente os horários, locais de embarque, desembarque e visitas programadas.
O veículo deverá estar disponível para embarque em Sapopema/PR com antecedência suficiente, com saída impreterivelmente às 02h00 do dia 18/11/2026, de modo a permitir a chegada do grupo à FETAEP, em Curitiba/PR, às 07h00. O veículo permanecerá à disposição durante toda a programação e para os deslocamentos previstos no roteiro, sendo a saída de Curitiba/PR para retorno a Sapopema/PR fixada para as 10h00 do dia 19/11/2026.
O roteiro previsto para o dia 18/11/2026 compreende: saída de Sapopema/PR às 02h00; chegada à FETAEP, em Curitiba/PR, às 07h00; café, acomodação e palestra no período da manhã; almoço às 12h00; saída para passeio às 13h30; visita à Ópera de Arame às 14h00; visita ao Parque Tanguá às 15h15; visita ao Memorial Ucraniano às 16h30; retorno à FETAEP às 17h30; chegada, banho e jantar entre 18h00 e 18h30; e baile às 20h00.
No dia 19/11/2026, o roteiro prevê: café da manhã às 07h30; saída às 08h30; visita ao Mercado Municipal entre aproximadamente 08h45/09h00 e 10h00; e saída de Curitiba/PR às 10h00 para retorno ao Município de Sapopema/PR.

A contratada deverá disponibilizar veículo, motorista(s) e estrutura operacional suficientes para garantir a adequada execução do serviço, responsabilizando-se pela segurança, conforto, pontualidade, continuidade e qualidade do transporte durante todo o período contratado.
A fiscalização da execução contratual será realizada pela Administração Municipal, por intermédio de servidor designado, competindo ao fiscal acompanhar a prestação dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar ocorrências e adotar as providências administrativas necessárias em caso de irregularidades.

Do roteiro e dos deslocamentos

O objeto contempla o transporte rodoviário de ida e volta entre Sapopema/PR e Curitiba/PR, bem como os deslocamentos internos necessários ao cumprimento integral da programação indicada neste Termo de Referência, durante os dias 18 e 19 de novembro de 2026, com saída de Sapopema/PR às 02h00 do dia 18/11/2026 e saída de Curitiba/PR para retorno a Sapopema/PR às 10h00 do dia 19/11/2026.
A Administração poderá promover ajustes pontuais de horários ou sequência dos locais visitados, desde que preservado o objeto, o período da viagem e a compatibilidade com a execução contratada, comunicando a empresa com antecedência sempre que possível.
A contratada deverá manter o veículo disponível durante a programação, observando as orientações da coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e assegurando o embarque e desembarque dos participantes em condições adequadas de segurança.

Obrigações da contratada
São obrigações da contratada:

I – Executar os serviços conforme especificações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

II – Responsabilizar-se integralmente pela adequada prestação dos serviços contratados;

III – Comunicar imediatamente à Administração quaisquer fatos que possam impedir, atrasar ou comprometer a execução do serviço, adotando as providências necessárias para evitar prejuízo à programação;

IV – Garantir transporte adequado, organizado, seguro e compatível com as necessidades do público idoso;

V – Cumprir rigorosamente os horários, itinerário e deslocamentos previamente definidos pela Administração;

VI – Zelar pela segurança, conforto, integridade física e bem-estar dos passageiros durante toda a execução do transporte;

VII – Disponibilizar veículo em condições adequadas, motorista(s) habilitado(s) e suporte operacional durante toda a viagem;

VIII – Arcar integralmente com combustível, pedágios, seguro obrigatório dos passageiros, seguro de viagem individual dos 60 (sessenta) participantes, motorista(s), tributos, manutenção e demais despesas necessárias à execução do objeto, apresentando à Administração, antes do embarque, a apólice, certificado ou comprovante do seguro de viagem contratado;

IX – Manter canal de comunicação ativo com a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social durante toda a execução dos serviços;

X – Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação exigidas na contratação.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica
O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa
O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato
O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento
Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da realização, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **7 (sete)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis,** a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;
a data da emissão;
os dados do contrato e do órgão contratante;
o período respectivo de execução do contrato;
o valor a pagar; e
eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (instrução normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).
Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)de correção monetária.

Forma de pagamento
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito
É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, SEM DISPUTA, NO MENOR VALOR** em sua forma **ELETRÔNICA,** com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
Justifica-se o critério de julgamento pelo menor valor por lote, pois o objeto corresponde a um único serviço integrado de transporte para a mesma viagem, não sendo recomendável seu fracionamento entre diferentes fornecedores. A contratação por lote único facilita a gestão e a fiscalização e preserva a responsabilidade integral pela execução do itinerário.

Forma de fornecimento
O serviço será executado de forma integral, em uma única contratação, nas datas e condições definidas neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação
Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: a) SICAF; b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos
Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz
Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Da exclusividade para ME e EPP

A presente contratação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal estabelecido para aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às empresas enquadradas nessas categorias.
A medida visa promover o desenvolvimento econômico local e regional, incentivar a competitividade, ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas contratações públicas e fortalecer a geração de emprego e renda, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.
Dessa forma, a disputa ocorrerá exclusivamente entre empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, regularmente comprovadas na forma da legislação vigente.

Da habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Da qualificação técnica
Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação satisfatória de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou serviço de natureza equivalente.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R$ 13.316,00 (treze mil, trezentos e dezesseis reais), correspondente à média aritmética simples dos três orçamentos válidos obtidos para a prestação do serviço.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Viaja +60, Fase 2, devendo a dotação orçamentária específica ser indicada pelo setor contábil competente antes da formalização da contratação.

Dotação					
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso	Funcional programática	Grupo da fonte
2026	3102	3.3.90.39.74.00 Fretes e Transportes de encomendas	00866 – Programa Cuida Mais PR – Promoção envelhecimento de 35-2024 Idoso	10.001.08.244.0011.2029	Do Exercício

Município de Sapopema, 07 de outubro de 2026

SILVANA MARIA ROCHA CALIXTO
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO
CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Administrativo nº 91/2026

Dispensa de Licitação nº 14/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PARANÁ, E A EMPRESA .....
O MUNICÍPIO **DE SAPOPEMA**, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858 - CEP: 84290-000 -Centro na cidade de Sapopema Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo sr. Paulo Maximiano de Souza Junior, Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, doravante denominado CONTRATANTE, e a ..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., em ....., Telefone (xx) xxxx-xxxx, E-mail xxxxxx: doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto Municipal nº 58/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente ***da Dispensa de Licitação nº 14/2026***, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS, DESTINADO AO DESLOCAMENTO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR ATÉ CURITIBA/PR, NOS DIAS 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2026, COM RECURSOS DO PROGRAMA VIAJA +60, FASE 2, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento**,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência que embasou a contratação;
O Aviso de Licitação e a Autorização de Contratação Direta;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

O prazo de vigência e execução da contratação é de **06 (seis) meses**.
A execução deverá resultar na **conclusão integral do objeto**, sendo este o fator determinante para o encerramento do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global, compreendendo a prestação integral dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal, conforme as especificações, condições, horários, roteiro e demais exigências estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.
3.2. A execução dos serviços ocorrerá nos dias 18 e 19 de novembro de 2026, mediante disponibilização de ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, em adequadas condições de conservação, higiene, segurança e funcionamento, com poltronas reclináveis, ar-condicionado, banheiro, fornecimento de água e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.
3.3. O veículo deverá estar disponível para embarque no Município de Sapopema/PR com antecedência suficiente, devendo a saída ocorrer impreterivelmente **às 02h00 do dia 18/11/2026**, com destino a Curitiba/PR, permanecendo à disposição durante a programação prevista, inclusive para os deslocamentos internos, e realizando o retorno a **Sapopema/PR com saída de Curitiba/PR às 10h00 do dia 19/11/2026**.
3.4. A Contratada deverá disponibilizar motorista(s) devidamente habilitado(s), bem como todos os recursos materiais, operacionais e humanos necessários à adequada execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela segurança, conforto, pontualidade e continuidade do transporte.
3.5. O serviço compreenderá o transporte de ida e volta entre Sapopema/PR e Curitiba/PR, bem como os deslocamentos internos necessários ao cumprimento do roteiro estabelecido pela Administração, incluindo os locais e horários indicados no Termo de Referência.
3.6. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os horários, locais de embarque e desembarque e demais condições estabelecidas pela Administração, admitidos apenas ajustes pontuais de horários ou da sequência dos locais visitados quando necessários à adequada execução da programação, desde que preservados o objeto e o período da viagem.
3.7. Correrão por conta da Contratada todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo motoristas, combustível, pedágios, seguros, manutenção, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas diretas e indiretas, não sendo admitida cobrança adicional pelos serviços e itens previstos no Termo de Referência.
3.8. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, o veículo e a documentação devidamente regularizados perante os órgãos competentes, bem como os seguros exigíveis para a prestação do serviço, inclusive o seguro de viagem individual para os 60 (sessenta) participantes, devendo apresentar à Administração a respectiva apólice, certificado ou comprovante antes do início da viagem.
3.9. Do Roteiro

3.9.1. A execução dos serviços observará o roteiro estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, compreendendo os deslocamentos, horários e locais previstos para os dias 18 e 19 de novembro de 2026.
3.9.2. No dia 18/11/2026, o roteiro compreenderá:
a) saída do Município de Sapopema/PR às 02h00;
b) chegada à FETAEP, em Curitiba/PR, às 07h00;
c) café, acomodação e participação em palestra no período da manhã;
d) almoço às 12h00;
e) saída para passeio às 13h30;
f) visita à Ópera de Arame às 14h00;
g) visita ao Parque Tanguá às 15h15;
h) visita ao Memorial Ucraniano às 16h30;
i) retorno à FETAEP às 17h30;
j) chegada, banho e jantar entre 18h00 e 18h30;
k) participação no baile às 20h00.
3.9.3. No dia 19/11/2026, o roteiro compreenderá:
a) café da manhã às 07h30;
b) saída às 08h30;
c) visita ao Mercado Municipal, aproximadamente entre 08h45/09h00 e 10h00;
d) saída de Curitiba/PR às 10h00, para retorno ao Município de Sapopema/PR.
3.9.4. A Contratada deverá manter o veículo à disposição durante toda a programação, realizando os deslocamentos previstos no roteiro e observando as orientações da coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.
3.9.5. A Administração poderá promover ajustes pontuais nos horários ou na sequência dos locais visitados, desde que preservados o objeto, o período da viagem e a compatibilidade com a execução contratual, comunicando a Contratada com antecedência sempre que possível.
3.9.6. A alteração pontual do roteiro não implicará acréscimo de valor quando estiver compreendida nos deslocamentos e condições já previstos no objeto contratado.
3.10. Da fiscalização e Gestão contratual
3.10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Hélida Fátima Santin**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar ocorrências, determinar correções e comunicar ao gestor do contrato as situações que demandem providências administrativas.
3.10.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o Termo de Referência e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
3.10.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, quando cabível, a utilização de correio eletrônico ou outros meios eletrônicos aptos a comprovar o recebimento da comunicação.
3.10.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma será prorrogado pelo período correspondente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
3.10.5. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por eventuais danos decorrentes de sua atuação, permanecendo integralmente responsável pelos serviços prestados.
3.10.6. A gestão do contrato caberá a servidora **Angelita Subtil Guerreiro da Silva**, a quem competirá coordenar as atividades de acompanhamento e fiscalização, acompanhar os registros realizados pelos fiscais, adotar ou encaminhar as providências necessárias à solução das ocorrências e assegurar o regular processamento da execução contratual.
3.10.7. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições estabelecidas, registrando as ocorrências e determinando, quando cabível, a correção de falhas ou irregularidades identificadas.
3.10.8. O fiscal administrativo, quando designado, acompanhará os aspectos administrativos da contratação, inclusive a manutenção das condições de habilitação da Contratada, o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa e demais procedimentos administrativos relacionados ao contrato.
3.10.9. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa impedir, atrasar ou comprometer a execução dos serviços, especialmente aqueles relacionados ao veículo, aos motoristas, às condições de trânsito ou a qualquer circunstância que possa prejudicar o cumprimento do roteiro e dos horários estabelecidos.
3.10.10. Eventuais irregularidades constatadas durante a execução serão registradas pela fiscalização e poderão ensejar a adoção das medidas administrativas e das sanções previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.
3.10.11. O pagamento ficará condicionado ao regular cumprimento do objeto e ao respectivo atesto pela fiscalização, após a verificação da conformidade dos serviços efetivamente prestados com as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.
3.10.12. Essa redação fica bem alinhada ao seu TR, especialmente porque o TR já estabelece o roteiro detalhado, a obrigação de permanência do veículo durante a programação e a fiscalização pela Administração.
CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
PREÇO
O valor total da contratação é de R$..... (.....)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e observadas as condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Sapopema/PR e apresentada acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas para a contratação.
O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva execução dos serviços contratados.
O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência e atesto do fiscal do contrato, que verificará o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada.
Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo após a regularização.
O pagamento será realizado por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica em conta de titularidade da Contratada.
Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação vigente e devidamente justificadas pela Administração.

Como é um pacote de viagem executado em datas determinadas, o mais comum é **pagamento único após a execução integral dos serviços e o recebimento definitivo do objeto**.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo constante no item 5.2.1, contados do recebimento da Nota Fiscal e entrega do objeto.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

Não se aplica.

CESSÃO DE CRÉDITO

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços contratados são fixos e irreajustáveis durante toda a vigência do contrato.

Não haverá reajuste de preços, tendo em vista que a vigência contratual é inferior a 12 (doze) meses, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser analisada pela Administração, mediante requerimento formal da Contratada, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E CONTRATANTE (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e a proposta apresentada.

7.1.2. Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades, falhas ou ocorrências verificadas na execução dos serviços, determinando, quando cabível, a adoção das medidas necessárias à sua correção.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por intermédio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando as ocorrências relacionadas à prestação dos serviços e adotando as providências necessárias para o fiel cumprimento do contrato.

7.1.5. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, especialmente quanto ao roteiro, horários, locais de embarque, desembarque e demais deslocamentos previstos.
7.1.6. Comunicar à Contratada, com a maior antecedência possível, eventuais alterações pontuais no roteiro, horários ou sequência dos locais visitados, desde que compatíveis com o objeto contratado.
7.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada pelo serviço efetivamente prestado, após o regular cumprimento das obrigações contratuais, o recebimento e o respectivo atesto pela fiscalização.
7.1.8. Verificar, por intermédio da fiscalização, a conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, inclusive quanto às condições do veículo, pontualidade, segurança e cumprimento do roteiro.
7.1.9. Recusar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.
7.1.10. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e neste instrumento, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
7.1.11. Fornecer à Contratada as informações necessárias para o adequado planejamento e execução dos deslocamentos, considerando o público atendido e a programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
7.1.12. Zelar para que a execução dos serviços ocorra de forma compatível com a finalidade da contratação e com a programação do **Programa Viaja +60 – Fase 2**, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.
7.1.13. Não praticar atos que caracterizem ingerência na gestão da Contratada ou que impliquem alteração das obrigações assumidas, ressalvadas as determinações necessárias à adequada fiscalização e execução do objeto.
7.1.14. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.2. São obrigações do contratado
7.2.1. Executar integralmente os serviços objeto deste Contrato, de acordo com as especificações, condições, prazos, horários e roteiro estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.
7.2.2. Disponibilizar ônibus com capacidade mínima de 60 (sessenta) passageiros, em adequadas condições de conservação, higiene, segurança e funcionamento, dotado, no mínimo, de poltronas reclináveis, ar-condicionado, banheiro e fornecimento de água.
7.2.3. Disponibilizar motorista(s) devidamente habilitado(s) e qualificado(s) para a condução de transporte coletivo de passageiros, observando a legislação de trânsito, os limites de jornada e os períodos de descanso aplicáveis.
7.2.4. Cumprir rigorosamente os horários, locais de embarque e desembarque, itinerários e deslocamentos previstos no roteiro estabelecido pela Administração.
7.2.5. Manter o veículo à disposição do grupo durante toda a programação prevista em Curitiba/PR, inclusive para os deslocamentos internos constantes do roteiro.
7.2.6. Responsabilizar-se integralmente pela segurança, conforto, pontualidade, continuidade e adequada execução do transporte durante todo o período da viagem.
7.2.7. Manter o veículo e toda a documentação necessária à prestação dos serviços devidamente regularizados perante os órgãos competentes.
7.2.8. Manter os seguros obrigatórios e demais seguros exigíveis para a execução do transporte, inclusive o seguro de viagem individual para os 60 (sessenta) participantes, apresentando à Administração a respectiva apólice, certificado ou comprovante antes do início da viagem.
7.2.9. Arcar integralmente com combustível, pedágios, seguros, motoristas, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, manutenção e demais custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, não sendo admitida cobrança adicional da Administração.
7.2.10. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer fato que possa impedir, atrasar ou comprometer a execução dos serviços, adotando as providências necessárias para evitar prejuízos à programação.
7.2.11. Disponibilizar veículo substituto, em caso de pane, avaria, acidente ou qualquer outra ocorrência que impossibilite a continuidade da prestação, sem prejuízo da manutenção dos horários e condições estabelecidos, sempre que tecnicamente possível.
7.2.12. Atender às orientações da coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social relacionadas à execução do roteiro, desde que compatíveis com o objeto contratado.
7.2.13. Manter canal de comunicação ativo com a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social durante toda a execução dos serviços.
7.2.14. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação, de seus empregados, motoristas, prepostos ou veículos utilizados na execução do objeto.
7.2.15. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
7.2.16. Responsabilizar-se integralmente por falhas, omissões, atrasos ou irregularidades decorrentes da execução inadequada dos serviços.
7.2.17. Observar as normas de segurança, trânsito, transporte de passageiros e demais normas legais aplicáveis à execução do objeto.
7.2.18. Adotar práticas de sustentabilidade durante a execução dos serviços, mantendo o veículo em adequado estado de conservação e manutenção, evitando emissões excessivas de poluentes, consumo desnecessário de combustível e descarte inadequado de resíduos.
7.2.19. Não subcontratar integralmente o objeto, sendo que eventual subcontratação de caráter acessório dependerá de prévia e expressa autorização do Contratante, permanecendo o Contratado integralmente responsável pela execução dos serviços.
7.2.20. Cumprir as demais obrigações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta apresentada.
CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
Multa:
moratória de 05 % a 10% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
moratória de 05 % a 10%, *por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de*10% *pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
O atraso superior a 15 (quinze) dias *autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 *(quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO E ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:**

"prática corrupta"1: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
"**prática fraudulenta"2**: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
"prática colusiva"3: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
"prática coercitiva"4: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
"prática obstrutiva": significa:
(a) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
(b) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
(c) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
(d) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
(e) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco;
(f) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco; e,
(g) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente Contrato, a CONTRATADA realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, a CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.
O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca do dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O presente contrato extinguir-se-á automaticamente quando houver o cumprimento integral do objeto contratado, com o recebimento definitivo pela Administração, nos termos dos arts. 105 e 140 da Lei nº 14.133/2021.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação					
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso	Funcional programática	Grupo da fonte
2026	3102	3.3.90.39.74.00 Fretes e Transportes de encomendas	00866 – Programa Cuida Mais PR – Promoção envelhecimento de 35-2024 Idoso	10.001.08.244.0011.2029	Do Exercício

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)
É eleito o Foro Curiúva/Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Sapopema, xx de junho de 2026.

Contratante
Municipio De Sapopema
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Contratado
xxxxxxxxxxx

Testemunhas:-

Edna Pereira de Paula Lidinei Ap. Ferreira Mainardes Oliveira
CPF: 347.748.248-44 CPF: 027.231.049-23

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A EMPRESA_____, inscrita no CNPJ _____, sediada na cidade de: _____, Rua/Av _____, telefone: _____ (neste ato representado por seu (sua) sócio(a)/representante, o(a) Sr(a) _____, CPF _____ e e-mail: _____, com poderes estabelecidos no ato de investidura, declara aceitar os termos abaixo:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

Local, data, ano

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Assinatura:

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8879946B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 006/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL

O Diretor Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, o Senhor Natanael Antonio Monteiro de Figueiredo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 14.133/2021 e suas regulamentações, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação à(s) seguinte(s) empresa(s):

FORNECEDOR: NOROESTE LICITACOES LTDA
CNPJ: 38.852.363/0001-28

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
4	78818	ABRAÇADEIRAS DE NYLON 4,8 MM X 400 MM PACOTE COM 100 UNIDADES	FERTAK	PCTE	10	11,85	118,50
6	78820	ADESIVO POLIURETANO PU40 CINZA APROXIMADAMENTE 360G	TITANIUM	UNID.	30	12,20	366,00
8	78821	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM GUIA 100 MM, COMPOSTO EM BORRACHA ELASTOMÉRICA DE ALTA VEDAÇÃO, RESISTENTE A ODORES, INFILTRAÇÕES E DEFORMAÇÕES.	FIRLON	UNID.	10	5,35	53,50
11	78822	ARGAMASSA ACIII INTERNO E EXTERNO 20KG CINZA FLEXÍVEL	BELITICOLA	SACO	100	26,60	2.660,00
17	78825	BUCHA DE PLÁSTICO S6 PARA PAREDE MACIÇA C/500 UNID	ECOLIDER	PCTE	2	17,90	35,80
18	78826	BUCHA DE PLÁSTICO S8 PARA PAREDE MACIÇA C/ 200 UNID	ECOLIDER	PCTE	5	8,25	41,25
23	78830	DISPENSER DE PAREDE PARA DETERGENTE LÍQUIDO, PLÁSTICO ABS RESISTENTE, RESERVATÓRIO INTERNO REMOVÍVEL COM	NOBRE	UNID.	20	31,90	638,00

		CAPACIDADE P/ 400 ML.					
24	78831	DISPENSER PORTA PAPEL TOALHA INTERFOLHA P/ BANHEIRO BRANCO	NOBRE	UNID.	20	30,25	605,00
27	78834	ESPIGÃO DE PLÁSTICO DE REDUÇÃO 1" X ¾ DENTE/ ROSCA, PARA MANGUEIRAS DE 1 POL	MAC LOREN	UNID.	10	2,60	26,00
37	78845	GRAFITE SPRAY AEROSOL MINIMO 200M LOU 130G	CHEMICOLOR	UNID.	5	11,80	59,00
38	78846	GRELHA EM INOX PARA RALO QUADRADO 10X10 CM	SANYME	UNID.	10	4,15	41,50
39	78847	GRELHA EM INOX PARA RALO QUADRADO 15X15 CM	SANYME	UNID.	10	10,65	106,50
40	78848	KIT LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PORTÁTIL RECARREGÁVEL + BOLSA COLETORA PARA LIMPEZA DE AR-CONDICIONADO SPLIT (12000 ATÉ 30.000 BTUS), 2 BATERIAS DE 96V, POTÊNCIA: 1000W, CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO (110V/220V) – SAÍDA 21V, TEMPO DE CARGA: 3 HORAS MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO: 4 METROS, BOCAL DE ALTA PRESSÃO NÍVEIS DE PRESSÃO: AJUSTÁVEIS, FLUXO DE ÁGUA: 4 LITROS/MINUTO, PRESSÃO DE TRABALHO 300 PSI	PR	UNID.	1	132,00	132,00
42	78850	KIT PINTURA CONTENDO NO MINIMO: ROLO LÃ 23 CM, PINCEL 2", BANDEJA PLÁSTICA RESISTENTE.	COMPEL	UNID.	5	16,00	80,00
43	68111	MASSA PLÁSTICA 400 G, COM CATALIZADOR, PARA REPARO METÁLICO, SECAGEM RÁPIDA, ALTO PODER DE ENCHIMENTO.	CAR PLAST	UNID.	5	12,95	64,75
45	20359	ÓLEO DESENGRIPANTE AEROSSOL MÍNIMO 300 ML, COM BICO APLICADOR.	CHEMICOLOR	UNID.	50	7,25	362,50
46	78852	PARAFUSO AUTO ATARRAXANTE CABEÇA PANELA COM FENDA PHILLIPS ZINCADO BRANCO 3,9 MM X 32 MM, CAIXA COM 500 UNIDADES	NEW FIX	CX	5	34,15	170,75
47	78853	PARAFUSO AUTO ATARRAXANTE CABEÇA PANELA COM FENDA PHILLIPS ZINCADO BRANCO 4,8 MM X 45 MM, CAIXA COM 200 UNIDADES	NEW FIX	CX	10	32,75	327,50
50	78856	PARAFUSO CHIPBOARD BICROMATIZADO CABEÇA CHATA PHILLIPS 5 MM X 50 MM, CAIXA COM 500 UNIDADES	NEW FIX	CX	5	70,00	350,00
52	78858	PISO CERÂMICO MONOCOLOR BRANCO ACETINADO BORDA RETA INTERNO MEDIDAS DE 55X55CM A 60X60CM	CECAFI	M²	200	25,00	5.000,00
54	78860	PENEIRA DE PISCINA COM CABO TELESCÓPICO 3 M	CRIS AGUA	UNID.	10	87,00	870,00
55	78861	PUXADOR TUBULAR DUPLO PARA PORTA NDEX, BRANCO, COMPRIMENTO APROXIMADO 40 CM.	PR	UNID.	10	50,00	500,00
57	78863	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG PARA PISO E PEDRA INTERNO/EXTERNO, CORES VARIADAS	INDEFLEX	UNID.	100	4,15	415,00
61	78867	SILICONE ACÉTICO TRANSPARENTE APROXIMADAMENTE 270ML 256G	TEKBOND	UNID.	20	13,10	262,00
69	78875	TORNEIRA DE MESA PARA COZINHA, METÁLICA (LATÃO OU LIGA METÁLICA), 1/4 DE VOLTA, BICA MÓVEL, ACABAMENTO CROMADO, ROSCA 1/2".	PURO METAL	UNID.	10	40,00	400,00
70	78876	TORNEIRA DE PAREDE PARA COZINHA, METÁLICA, 1/4 DE VOLTA, BICA MÓVEL, ACABAMENTO CROMADO, ROSCA 1/2".	PURO METAL	UNID.	10	40,00	400,00
71	78877	TORNEIRA METÁLICA DUPLA SAÍDA PARA TANQUE E MÁQUINA DE LAVAR, COM DERIVAÇÃO 1/2", ACABAMENTO CROMADO.	PURO METAL	UNID.	10	52,35	523,50
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**14.609,05**

FORNECEDOR: EMPORIUM FOR HOME LTDA
CNPJ: 20.550.625/0001-34

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	78815	ABRAÇADEIRAS DE NYLON 2,5MM X 100 MM PACOTE COM 100 UNIDADES	NOVE54	PCTE	10	2,15	21,50
5	78819	ABRAÇADEIRA MANGOTE 1" AÇO ZINCADO	METALMA-TRIX	UNID.	20	7,06	141,20
7	59613	ADITIVO ACELERADOR DE PEGA PARA CONCRETO E ARGAMASAS 3,6 LITROS, 4 KG	VEDACIT	UNID.	20	83,80	1.676,00
16	78824	BUCHA DE PLÁSTICO S10 PARA PAREDE MACIÇA C/ 100 UNID.	FIXAR	PCTE	10	8,80	88,00
29	78836	ESPUMA EXPANSIVA POLIURETANO AEROSSOL MÍNIMO 300 ML, EXPANSÃO CONTROLADA.	MUNDIAL PRIME	UNID.	30	14,74	442,20
32	78840	FECHADURA PARA JANELA DE CORRER EM VIDRO, SISTEMA DE TRAVAMENTO SEGURO.	VITRUSFER	UNID.	10	31,30	313,00
48	78854	PARAFUSO AUTO ATARRAXANTE CABEÇA PANELA COM FENDA PHILLIPS ZINCADO BRANCO 6,3 MM X 50 MM CAIXA COM 100 UNIDADES	NEWFIX	CX	4	37,08	148,32
49	78855	PARAFUSO CHIPBOARD BICROMATIZADO CABEÇA CHATA PHILLIPS 4 MM X 40 MM, CAIXA COM 500 UNIDADES	VONDER	CX	5	29,58	147,90
51	78857	PARAFUSO CHIPBOARD BICROMATIZADO CABEÇA CHATA PHILLIPS 6 MM X 60 MM, CAIXA COM 200 UNIDADES	VONDER	CX	2	39,49	78,98
53	78859	ESPAÇADOR PLÁSTICO 4MM STANDERS (EMBALAGEM COM 100 PEÇAS)	JUNTALIDER	PCTE	20	2,33	46,60
58	78864	ROLDANA EXCÊNTRICA REGULÁVEL LATÃO 1125E PORTA DE CORRER	ALAC	UNID.	50	7,80	390,00
59	78865	ROLDANA METÁLICA PADRAO "V" 4POL PARA PORTAS/PORTÕES DE CORRER, COM	BTN	UNID.	20	36,27	725,40

		PARAFUSO					
74	78880	TRINCO FERROLHO REDONDO AÇO ZINCADO 10CM P/ PORTAS E JANELAS	VONDER	UNID.	20	3,08	61,60
75	78881	TRINCO FERROLHO REDONDO AÇO ZINCADO 5CM P/ PORTAS E JANELAS	VONDER	UNID.	20	1,86	37,20
78	78922	ALAVANCA METALICA REDONDA OU SEXTAVADA, COMPRIMENTO 180CM, DIAMETRO 1", PONTA E PÁ RETA	NP	UNID.	20	116,04	2.320,80
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**6.638,70**

FORNECEDOR: SERGIO L POTRICH MATERIAIS DE CONSTRUCAO
CNPJ: 85.038.347/0001-86

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
9	52821	ARAME RECOZIDO LISO BWG14 2,11MM 1KG	TOP	KG	20	13,80	276,00
10	55436	CAIBRO DE MADEIRA 5X5CM	Eucalipto	M	300	5,50	1.650,00
15	52814	VIGA DE MADEIRA 5X10CM	Eucalipto	M	300	14,00	4.200,00
20	78828	CAL HIDRATADA SACO 20 KG PARA USO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, ISENTO DE IMPUREZAS, TORRÕES ENDURECIDOS OU MATERIAIS ESTRANHOS.	Mottim	SC	100	15,19	1.519,00
22	55438	CIMENTO CP II – Z -32 – SACO 50KG	CSN	SACO	1000	37,90	37.900,00
64	78870	TIJOLO CERÂMICO MACIÇO, FABRICADO EM ARGILA SELECIONADA, MOLDADO E QUEIMADO EM FORNO ADEQUADO, APRESENTANDO ESTRUTURA COMPACTA, SEM PERFURAÇÕES INTERNAS, COLORAÇÃO AVERMELHADA UNIFORME E ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, DIMENSÕES APROXIMADAS: 5 X 10 X 20 CM (OU MEDIDAS EQUIVALENTES CONFORME PADRÃO REGIONAL), ESTRUTURA MACIÇA (SEM FUROS)	São Carlos	UNID.	5000	0,77	3.850,00
81	56311	PEDRA BRITA DE 1/2	Ingá	M³	125	138,90	17.362,50
82	78884	PEDRISCO DE BRITA	Ingá	M³	125	140,00	17.500,00
83	55428	AREIA LAVADA MEDIA	São José	M³	750	138,90	104.175,00
85	56311	PEDRA BRITA DE 1/2	Ingá	M³	375	138,90	52.087,50
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**240.520,00**

FORNECEDOR: J. J. VITALLI
CNPJ: 08.658.622/0001-13

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
12	33931	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL BRANCO, COMPATÍVEL COM LOUÇAS OVAIS, ACOMPANHA PARAFUSO DE FIXAÇÃO	Uniforte	UNID.	20	23,47	469,40
19	78827	CABO TELESCÓPICO PROFISSIONAL COMPRIMENTO 3,00M EM ALUMINIO	Pincéis Roma	UNID.	10	34,65	346,50
60	78866	SIFÃO SANFONADO EXTENSIVO DE PLÁSTICO BRANCO 700MM	Uniforte	UNID.	30	3,10	93,00
72	78878	TORNEIRA METÁLICA USO RESTRITO COM CHAVE, MEDIDA DE 1/2"X 3/4"	Kala	UNID.	10	18,33	183,30
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**1.092,20**

FORNECEDOR: ARQ+ MATERIAIS PARA CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA
CNPJ: 55.389.379/0001-65

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
63	78869	TIJOLO CERÂMICO DE VEDAÇÃO, TIPO 6 FUROS, FABRICADO EM ARGILA SELECIONADA, SUBMETIDO A PROCESSO DE MOLDAGEM, SECAGEM E QUEIMA EM FORNO CONTÍNUO OU INTERMITENTE, APRESENTANDO COLORAÇÃO AVERMELHADA UNIFORME; DIMENSÕES APROXIMADAS: 9 X 14 X 19 CM (OU MEDIDAS EQUIVALENTES CONFORME PADRÃO REGIONAL)	SÃO CARLOS	UNID.	5000	0,75	3.750,00
79	55428	AREIA LAVADA MEDIA	SÃO JOSÉ	M³	250	144,90	36.225,00
84	20737	BRITA GRADUADA SIMPLES	PEDREIRA INGÁ	TON	1125	96,97	109.091,25
86	78884	PEDRISCO DE BRITA	PEDREIRA INGÁ	M³	375	137,90	51.712,50
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**200.778,75**

FORNECEDOR: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 52.386.933/0001-62

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
28	78835	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO 40 MM, EM PVC FLEXÍVEL OU BORRACHA RESISTENTE, PRÓPRIO PARA VEDAÇÃO ENTRE BACIA E TUBULAÇÃO.	Socel	UNID.	10	1,55	15,50
68	78874	TORNEIRA CURTA PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL, METÁLICA CROMADA (LATÃO), ROSCA 1/2", RESISTENTE À CORROSÃO E PRÓPRIA PARA ÁGUA POTÁVEL.	Ravid	UNID.	20	30,97	619,40
76	78882	TUBO DE LIGAÇÃO AJUSTÁVEL PARA VASO SANITÁRIO BRANCO DN 38	Valeplast	UNID.	10	5,64	56,40
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**691,30**

FORNECEDOR: MARCELO SOUSA GONCALVES
CNPJ: 44.883.034/0001-47

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
2	78816	ABRAÇADEIRAS DE NYLON 2,5MM X 200 MM PACOTE COM 100 UNIDADES	Fertak	PCTE	10	3,80	38,00
3	78817	ABRAÇADEIRAS DE NYLON 4,8 MM X 200 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	Fertak	PCTE	10	8,30	83,00
26	78833	ENGATE FLEXÍVEL 50 CM, CONEXÕES 1/2", TRANÇADO INOX	Fertak	UNID.	20	16,50	330,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**451,00**

FORNECEDOR: COMERCIAL SPONCHIADO LTDA
CNPJ: 13.338.681/0001-44

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
21	78829	CARRINHO DE MÃO PVC 90 LITROS	PARABONI	UNID.	10	315,00	3.150,00
25	78832	DOBRADIÇA PARA PORTEIRA, TIPO FERRADURA, EM AÇO FORJADO 200 MM, RESISTENTE A INTEMPÉRIES.	CINFER	UNID.	40	17,23	689,20
33	78841	FECHADURA PARA PORTA DE CORRER TIPO BLINDEX, CORPO EM INOX OU ALUMÍNIO, COM CHAVE.	3F	UNID.	10	38,40	384,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**4.223,20**

FORNECEDOR: VEAR TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 45.704.834/0001-16

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
30	78837	FECHADURA BANHEIRO LIVRE/OCUPADO, COMPATÍVEL COM PORTAS 26 A 40 MM, COM INDICADOR VISUAL.	SOPRANO	UNID.	10	29,32	293,20
31	78839	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA DE MADEIRA, TRINCO PARTIDO, ACABAMENTO CROMADO, COMPATÍVEL COM PORTAS 25 A 35 MM. INCLUI 2 CHAVES YALE	SOPRANO	UNID.	15	47,33	709,95
34	78842	FECHADURA WC INOX POLIDO, PARA PORTAS 25 A 35 MM, COM MAÇANETA, INSTALAÇÃO REVERSÍVEL, CHAVE FIXA.	SOPRANO	UNID.	15	34,68	520,20
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**1.523,35**

FORNECEDOR: F A DE OLIVEIRA METAS
CNPJ: 58.924.171/0001-97

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
41	78849	KIT MECANISMO DE DESCARGA UNIVERSAL DUPLO ACIONAMENTO (3/6L), COMPATÍVEL COM CAIXAS ACOPLADAS PADRÃO NACIONAL, FABRICADO EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA RESISTENTE À PRESSÃO E VARIAÇÃO TÉRMICA.	METAIS AURA	UNID.	20	60,00	1.200,00
73	78879	TORNEIRA PARA TANQUE DE PAREDE, METÁLICA CROMADA, ROSCA 1/2", RESISTENTE À CORROSÃO.	METAIS AURA	UNID.	5	29,00	145,00
77	78883	VÁLVULA DE DESCARGA AUTOMÁTICA PARA MICTÓRIO METAL CROMADO -COMPRIMENTO MANGUEIRA FLEXÍVEL: 20 CENTÍMETROS, MECANISMO DE ABERTURA: HIDROMECÂNICO (ECONOMIA DE ÁGUA), BITOLA ENTRADA ÁGUA: 1/2" POLEGADA (ACOMPANHA ADAPTADOR 3/4"), ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO E USO (CANOPLA E ADAPTADOR)	METAIS AURA	UNID.	10	55,00	550,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**1.895,00**

FORNECEDOR: BF3 TINTAS LTDA
CNPJ: 55.818.205/0001-70

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
62	78868	SOLVENTE (THINNER) PARA DILUIÇÃO DE TINTAS ESMALTE E LIMPEZA DE FERRAMENTAS, EMBALAGEM MÍNIMA 5 LITROS.	ARARAS	UNID.	15	56,32	844,80
65	78871	TINTA ESMALTE SINTÉTICO ANTIFERRUGEM 900 ML, CORES VARIADAS, ALTA ADERÊNCIA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS.	RESICO-LOR	UNID.	10	29,00	290,00
66	78872	TINTA ESMALTE SINTÉTICO ANTIFERRUGEM 3600 ML, CORES VARIADAS, ALTA ADERÊNCIA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS.	MAZA	UNID.	10	87,00	870,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**2.004,80**

FORNECEDOR: PIX COLLOR PRODUCOES LTDA
CNPJ: 63.242.370/0001-55

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R$)

						(R$)	
14	78823	BORRACHA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE BASE ACRÍLICA, BALDE DE 15 KG A 18 KG	PREMIUN	BALDE	15	190,00	2.850,00
67	78873	TINTA LÁTEX ACRÍLICA 18 LITROS, CORES VARIADAS, ACABAMENTO FOSCO OU SEMIBRILHO, ALTO RENDIMENTO E LAVÁVEL.	PREMIUN	UNID.	25	190,00	4.750,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**7.600,00**

FORNECEDOR: POLIZELLI - MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 30.244.492/0001-21

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
35	78843	FERRO DE CONSTRUÇÃO CA-50 – 6 MM: **BARRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO NOMINAL 6,0 MM**, DESTINADA À ARMADURA DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO. PRODUTO NERVURADO, GARANTINDO MELHOR ADERÊNCIA AO CONCRETO, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES (ABNT NBR 7480 OU NORMA EQUIVALENTE), COMPRIMENTO PADRÃO DE 12 METROS	ARCELORMITTAL	BARRA	20	25,00	500,00
36	78844	FERRO DE CONSTRUÇÃO CA-50 – 8 MM: **BARRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO NOMINAL 8,0 MM**, DESTINADA À ARMADURA DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO. PRODUTO NERVURADO, GARANTINDO MELHOR ADERÊNCIA AO CONCRETO, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES (ABNT NBR 7480 OU NORMA EQUIVALENTE), COMPRIMENTO PADRÃO DE 12 METROS	ARCELORMITTAL	BARRA	20	33,00	660,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**1.160,00**

FORNECEDOR: MR OBRAS & SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 68.513.411/0001-14

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
80	20737	BRITA GRADUADA SIMPLES	PRÓPRIA	TON.	375	102,99	38.621,25
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**38.621,25**

FORNECEDOR: GARDA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 64.655.198/0001-24

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
44	78851	MANGUEIRA CRISTAL TRANÇADA 1" ROLO 50 METROS	Forceline	ROLO	4	589,00	**2.356,00**
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)							**2.356,00**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO PARA O CERTAME: R$ 524.164,60

Sarandi, 09 de outubro de 2026.

NATANAEL ANTONIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor Geral-Águas de Sarandi
Decreto 1263/2026

Publicado por:
Jaqueline Harumi Hashimoto
Código Identificador:224230B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS FMAS

RESOLUÇÃO n.º 27/2026

Dispõe sobre aprovação da proposta de reprogramação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Extraordinário CMAS no dia 06 de Outubro de 2026:

CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;
- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;
- A Lei Municipal n.º 2908/2023;

- Apresentação pelo Secretário Municipal de Assistência Social - Alisson Jhonnathan G. Antônio na pauta n.º 11: Apresentação e Deliberação do Ofício n.º 1.051/2026 SAS/ADM proposta de anulação e suplementação dos projetos atividades alocados no FMAS para execução dos serviços socioassistenciais no exercício de 2026;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar a reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguinte tabela:

2.161 – PAIF							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	2.161	PAIF	177	3.1.90.13	1000	Obrigações Patronais	2.000,00
Anulação	2.161	PAIF	181	3.3.90.08	1000	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	1.500,00
Anulação	2.161	PAIF	186	3.3.90.36	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
						Total anulação	13.500,00
						Total suplementação	0
2.163 – PAEFI							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	2.163	PAEFI	191	3.3.91.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Intra-Orçamentário	30,00
Anulação	2.163	PAEFI	195	3.1.90.13	1000	Obrigações Patronais	1.400,00
Anulação	2.163	PAEFI	199	3.3.90.14	1000	Diárias – Civil	200,00
Anulação	2.163	PAEFI	207	3.3.90.47	1000	Obrigações Tributárias e Contributivas	350,00
Anulação	2.163	PAEFI	210	3.3.91.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Intra-Orçamentário	400,00
						Total anulação	2.380,00
						Total suplementação	0
2.167 – ABORDAGEM SOCIAL							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	2.167	Abordagem Social	224	3.3.90.33	1000	Passagens e Despesas com Locomoção	1.900,00
Anulação	2.167	Abordagem Social	225	3.3.90.36	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	400,00
						Total anulação	2.300,00
						Total suplementação	0
6.013 – FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	6.013	Fortalecimento de Vínculos	327	3.3.90.30	1000	Material de Consumo	10.000,00
Anulação	6.013	Fortalecimento de Vínculos	332	3.3.90.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.200,00
Anulação	6.013	Fortalecimento de Vínculos	337	3.3.90.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	900,00
Anulação	6.013	Fortalecimento de Vínculos	346	3.3.90.32	1000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.900,00
Anulação	6.013	Fortalecimento de Vínculos	347	3.3.90.33	1000	Passagens e Despesas com Locomoção	5.900,00
						Total anulação	25.900,00
						Total suplementação	0
6.015 – MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	358	3.1.90.13	1000	Obrigações Patronais	1.600,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	362	3.3.90.14	1000	Diárias – Civil	1.900,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	363	3.3.90.30	1000	Material de Consumo	2.800,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	364	3.3.90.32	1000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	300,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	365	3.3.90.33	1000	Passagens e Despesas com Locomoção	500,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	366	3.3.90.36	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	590,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	371	3.3.90.93	1000	Indenizações e Restituições	290,00
Anulação	6.015	Medidas Socioeducativas	372	3.3.91.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Intra-Orçamentário	1.900,00
						Total anulação	9.880,00
						Total suplementação	0
6.016 – FAMÍLIA ACOLHEDORA							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	6.016	Família Acolhedora	379	3.3.90.14	1000	Diárias – Civil	500,00
Anulação	6.016	Família Acolhedora	3852	3.3.90.33	1000	Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00
Anulação	6.016	Família Acolhedora	384	3.3.90.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.000,00
						Total anulação	9.500,00
						Total suplementação	0
6.014 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	6.014	Acolhimento Institucional	346	3.3.90.32	1000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	6.000,00
Anulação	6.014	Acolhimento Institucional	347	3.3.90.33	1000	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
Anulação	6.014	Acolhimento Institucional	355	3.3.91.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Intra-Orçamentário	2.000,00
						Total anulação	13.000,00
Suplementação	6.014	Acolhimento Institucional	344	3.3.90.14	1000	Diárias – Civil	5.000,00
Suplementação	6.014	Acolhimento Institucional	345	3.3.90.30	1000	Material de Consumo	45.000,00
Suplementação	6.014	Acolhimento Institucional	349	3.3.90.36	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.360,00
						Total suplementação	60.360,00
2.157 – ATENDIMENTO AO IDOSO							
Movimento	Projeto	Serviço	Reduzido	Natureza	Fonte	Descrição	Valor
Anulação	2.157	Atendimento ao Idoso	404	3.3.90.30	1000	Material de Consumo	500,00
Anulação	2.157	Atendimento ao Idoso	408	3.3.90.93	1000	Indenizações e Restituições	400,00
						Total anulação	900,00
Suplementação	2.157	Atendimento ao Idoso	407	3.3.90.39	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17.000,00
						Total suplementação	17.000,00

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 09 de Outubro de 2026.

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:55AC0EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
PUBLICAÇÕES DE NOTIFICAÇÕES, AUTOS DE INFRAÇÃO E EMBARGOS N° 12/2026

PROPRIETÁRIO	BAIRRO	QUADRA	LOTE	TIPO	NÚMERO
IMOBILIARIA YPEI LTDA	PQ. SAO PEDRO	15	16	AUTO DE INFRAÇÃO	510/2026
IMOBILIARIA YPEI LTDA	PQ. SAO PEDRO	15	16	NOTIFICAÇÃO	14143/2-2026
IZABELLY DE SOUZA DA ROCHA BIONDO	JARDIM DOS IPES	19	13	NOTIFICAÇÃO	14139/13-2026
IZABELLY DE SOUZA DA ROCHA BIONDO	JARDIM DOS IPES	19	13	NOTIFICAÇÃO	14137/13-2026
IZABELLY DE SOUZA DA ROCHA BIONDO	JARDIM DOS IPES	19	13	NOTIFICAÇÃO	14138/13-2026
EDUARDO ALESANDRO DE LIMA	JD. CASTELO	9	16	NOTIFICAÇÃO	14237/1-2026
J V VIGNOTO & CIA LTDA	RESIDENCIAL SÃO JOSE	4	2	AUTO DE INFRAÇÃO	690/2026
J V VIGNOTO & CIA LTDA	RESIDENCIAL SÃO JOSE	4	2	AUTO DE INFRAÇÃO	695/2026
J V VIGNOTO & CIA LTDA	RESIDENCIAL SÃO JOSE	4	2	NOTIFICAÇÃO	14343/1-2026
J V VIGNOTO & CIA LTDA	RESIDENCIAL SÃO JOSE	4	2	NOTIFICAÇÃO	14344/1-2026
ADRIANO ROBERTO CAPRIOLI VIEIRA	JD. DAS TORRES	1	8	AUTO DE INFRAÇÃO	528/2026
ADRIANO ROBERTO CAPRIOLI VIEIRA	JD. DAS TORRES	1	8	AUTO DE INFRAÇÃO	557/2026
ADRIANO ROBERTO CAPRIOLI VIEIRA	JD. DAS TORRES	1	8	NOTIFICAÇÃO	14197/1-2026
ADRIANO ROBERTO CAPRIOLI VIEIRA	JD. DAS TORRES	1	8	NOTIFICAÇÃO	14204/1-2026
VY INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA	JD. DAS TORRES	3	21	NOTIFICAÇÃO	14195/1-2026
JIRO NUMOTO	JARDIM DOS IPES	43	3	AUTO DE INFRAÇÃO	691/2026
JIRO NUMOTO	JARDIM DOS IPES	43	3	AUTO DE INFRAÇÃO	692/2026
JIRO NUMOTO	JARDIM DOS IPES	43	3	NOTIFICAÇÃO	14343/2-2026
JIRO NUMOTO	JARDIM DOS IPES	43	3	NOTIFICAÇÃO	14344/2-2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA	JARDIM CENTRO CIVICO	12	1	AUTO DE INFRAÇÃO	755/2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA	JARDIM CENTRO CIVICO	12	1	NOTIFICAÇÃO	14508/3-2026
FABRICIE MARCELE WILBERT	JARDIM CENTRO CIVICO	9	16	NOTIFICAÇÃO	14504/1-2026
FABRICIE MARCELE WILBERT	JARDIM CENTRO CIVICO	9	16	NOTIFICAÇÃO	14505/1-2026
MARIO BERNARDINO DA SILVA	JD. MONTE REY	26	3	EMBARGO	14614/1-2026
VALDIR CASASSA	JD. UNIVERSAL	11	28	NOTIFICAÇÃO	14613/1-2026
GERSON GAMBAROTO	JD. UNIVERSAL	52	4	NOTIFICAÇÃO	14472/1-2026
GERSON GAMBAROTO	JD. UNIVERSAL	52	4	NOTIFICAÇÃO	14473/1-2026
GERSON GAMBAROTO	JD. UNIVERSAL	52	4	NOTIFICAÇÃO	14474/1-2026
MARIA JULIA ROQUE MELEGARI	JD. UNIVERSAL	55	7	NOTIFICAÇÃO	14463/1-2026
MARIA JULIA ROQUE MELEGARI	JD. UNIVERSAL	55	7	NOTIFICAÇÃO	14464/1-2026
MARIA JULIA ROQUE MELEGARI	JD. UNIVERSAL	55	7	NOTIFICAÇÃO	14465/1-2026
MARIA DE LOURDES VITAL LEITE	JD. UNIVERSAL	51	24	NOTIFICAÇÃO	14433/1-2026
MARCIA ALESSANDRA SANTOS	JD. UNIVERSAL	51	30A	NOTIFICAÇÃO	14432/1-2026
ADRIANA CASTELHANO DE LIMA	JD. UNIVERSAL	40	22	NOTIFICAÇÃO	14333/1-2026
SIDNEI DE SOUZA BOMFIM	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE	38	1	NOTIFICAÇÃO	14644/1-2026
SIDNEI DE SOUZA BOMFIM	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE	38	1	NOTIFICAÇÃO	14645/1-2026
BENOIL PINTO FONSECA	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE	38	3	NOTIFICAÇÃO	14647/1-2026
BENOIL PINTO FONSECA	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE	38	3	NOTIFICAÇÃO	14648/1-2026
BENOIL PINTO FONSECA	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE	38	3	NOTIFICAÇÃO	14649/1-2026
OSVALDO SOURASSO	JD. UNIVERSAL	40	10	NOTIFICAÇÃO	14340/1-2026
SANT'ANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	PQ. RES. SANTANA	14	13	EMBARGO	14715/1-2026
DEJACIR DOMINGUES DE SOUZA	PQ. RES. SANTANA	13	13	EMBARGO	14717/1-2026
ANTONIO BUENO DE CAMARGO	JARDIM ANA ELIZA – NUCLEO B	3	9	NOTIFICAÇÃO	14640/1-2026
GABRIELA STEFANE MEDEIROS	LOTEAMENTO ECOVALLEY	1	20	NOTIFICAÇÃO	14527/1-2026
VALDIR DE FREITAS JUNIOR	LOTEAMENTO ECOVALLEY	1	23	NOTIFICAÇÃO	14527/2-2026
VALDIR DE FREITAS JUNIOR	LOTEAMENTO ECOVALLEY	1	23	NOTIFICAÇÃO	14528/1-2026
LEANDRO COSMO APARECIDO ANDRES	JARDIM DOS IPES	34	2	NOTIFICAÇÃO	147513/2-2026
LEANDRO COSMO APARECIDO ANDRES	JARDIM DOS IPES	34	2	NOTIFICAÇÃO	14515/2-2026
LEANDRO COSMO APARECIDO ANDRES	JARDIM DOS IPES	34	2	NOTIFICAÇÃO	14517/2-2026
WCLB ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	JARDIM DOS IPES	40	13/14/15	NOTIFICAÇÃO	14703/1-2026
WCLB ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	JARDIM DOS IPES	40	13/14/15	NOTIFICAÇÃO	14704/1-2026
CLAUDIO TEIXEIRA FLOES	JD. HIGIENOPOLIS	2	1	EMBARGO	14485/1-2026
JAIR ALVES DE SOUZA	CHACARAS AEROPORTO	25	16	EMBARGO	14616/1-2026
ROSIMARA DOS SANTOS PONTES	JD. HIGIENOPOLIS	1	2A	EMBARGO	14714/1-2026
MEGA FERA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	4	4	EMBARGO	14744/1-2026

Publicado por:
Queren Luana Rodrigues Faustino da Silva
Código Identificador:482B28EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 221, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.049		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA E ESPECIAL	
139 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	50.000,00
Total Suplementação:			50.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
06.010.08.122.0009.2.045		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SUPERVISAO E COORDENACAO DO DEPARTAMENTO	
122 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.049		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA E ESPECIAL	
141 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00
06.030.08.244.0009.2.050		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA ATRAVES DO CRAS.	
149 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	5.000,00
150 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.000,00
152 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	4.000,00
154 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
06.030.08.244.0009.2.051		MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS	
155 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.500,00
156 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.500,00
Total Redução:			50.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:8FDC28F8

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 222/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 222/2026, decorrente de Pregão n°46/2026 de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, com cadastro junto à COPEL, para futura e eventual prestação de serviços com fornecimento de materiais, equipamentos e elaboração de projetos executivos, com o objetivo de ampliar e manter a rede de média e baixa tensão, iluminação pública e demais serviços com base nas unidades de serviço (us) determinadas nos manuais de instruções técnicas (mit) da COPEL.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. **ANA RUTH SECCO**; de outro lado, a empresa **CONSORCIO FALCON-STEL CNPJ: 69.500.477/0001-32** com sede no endereço BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, nº 1482, JARDIM BELA ITALIA, CAMBE-PR neste ato representado pelo **Sr. OSIRES CAVALETTI,** portadora do CPF sob n° 362.089.819-72, CONSORCIO FORMADO PELAS EMPRESAS: **FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 53.732.817/0001-10, com sede no endereço BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, nº 1482, JARDIM BELA ITALIA, CAMBE-PR e a empresa **STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA**., inscrita no CNPJ sob nº 07.248.071/0001-57, com sede na Rua Francisco Delgado Sanches, nº 305, Letra C, Jardim Vitória, Cambé - PR, CEP 86182-130 acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a formalização da **divisão operacional e faturamento individualizado** do objeto da **Ata de Registro de Preços nº 222/2026** (ID nº 85239), das respectivas Unidades de Serviço (US) da detentora líder **FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA** para a consorciada **STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA**, integrantes do *Consórcio Falcon-Stel*.

1.2. Em decorrência desta adequação operacional, autorizada pelo MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS/PR nos termos do edital e da legislação vigente, o quantitativo total registrado fica distribuído e atribuído paritariamente para fins de execução e emissão de notas fiscais diretas, na seguinte proporção:

· **À FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA. (50%):** 12.500 Unidades de Serviço (US), perfazendo o montante de R$ 721.250,00 (setecentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta reais).

· **À STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA. (50%):** 12.500 Unidades de Serviço (US), perfazendo o montante de R$ 721.250,00 (setecentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Empresa Executante / Cedente	Item	Especificação	Unidade	Quantidade (Cota-Parte)	Valor Unitário	Valor Total da Cota
FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA.	1	Serviços Elétricos	US	12.500	R$ 57,70	R$ 721.250,00
STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA.	1	Serviços Elétricos	US	12.500	R$ 57,70	R$ 721.250,00

1.3. A presente alteração destina-se exclusivamente à regularização do faturamento individualizado e distribuição interna das frentes de trabalho das consorciadas, **não importando, sob hipótese alguma, na alteração ou mitigação da responsabilidade solidária** assumida pelas empresas FALCON e STEL perante a Administração Pública por todos os atos e obrigações decorrentes do certame e da execução contratual, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (dois) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 09 de outubro de 2026.

Município De Sertanópolis / PR	Consorcio Falcon-Stel.
ANA RUTH SECCO –	Representado Por:
Prefeita Municipal	***OSIRES CAVALETTI***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:D454EC66

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 56/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	321/2026
b) Licitação Nº:	56/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	09/10/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para fornecimento de Kits de Cestas Básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
139	06030082440009204933903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA - CNPJ: 40.138.949/0001-77 Valor total homologado: R$ 431.760,00							
LOTE	**ORDEM**	**DESCRIÇÃO**		**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	1	Kit Cesta Básica conforme Termo de Referência.		KIT	240	R$ 179,90	R$ 43.176,00
2	1	Kit Cesta Básica conforme Termo de Referência.		KIT	2160	R$ 179,90	R$ 388.584,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 431.760,00 (quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 09 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B8FAE69C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.467/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4467/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 0,38 (trinta e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
14.001.27.122.0008.2.122.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1766 - 3.3.90.93.00.00	821	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,38
		Total Suplementação:	**0,38**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.34.00000000	Fonte: 821	0,38
Total da Receita:		**0,38**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:25FCC37D

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.468/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA **
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4468/2026 de 09/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.002.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Assessor	
02.002.04.121.0002.2.004.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	
36 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.304.0007.2.070.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
1762 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
1763 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.001.10.305.0007.2.119.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
1761 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
14.001.27.122.0008.2.122.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1403 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
		Total Suplementação:	**24.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
02.001.04.122.0002.1.020.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE DO PREFEITO	
2 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.115.		MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS	
1027 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Esportes	
14.002.27.812.0008.1.046.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	
1415 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
		Total Redução:	**24.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

VALTER PERES	*LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA*
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:615E83DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 454

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 95/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 95/2026 de 16/09/2026(dezesseis dias de setembro de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para materiais de limpeza e de higienização.**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR - LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AEROSOL SEM PERFUME - EMBALAGEM 150 ML Especificações mínimas: Desodorante antitranspirante em aerosol, sem perfume, destinado ao controle da transpiração e dos odores corporais. Fórmula dermatologicamente testada e sem álcool, apropriada para uso diário. Embalagem aerosol contendo, no mínimo, 150 ml, com identificação do fabricante, composição, lote, prazo de validade e modo de uso. Produto regularizado junto à ANVISA (registro/notificação), conforme legislação vigente.	MOOD	MOOD	UNID	90,00	19,05	1.714,50
5	1	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON SEM PERFUME - EMBALAGEM 50 ML Especificações mínimas: Desodorante antitranspirante tipo roll-on, sem perfume, destinado ao controle da transpiração e dos odores corporais. Fórmula sem álcool e dermatologicamente testada, apropriada para uso diário. Embalagem contendo, no mínimo, 50 ml, com identificação do fabricante, composição, lote, prazo de validade e modo de uso. Produto regularizado junto à ANVISA (registro/notificação), conforme legislação vigente.	RED APPLE	RED APPLE	UNID	210,00	10,30	2.163,00
6	1	ENXAGUANTE BUCAL SEM ÁLCOOL - EMBALAGEM MÍNIMA 500 ML Especificações mínimas: Enxaguante bucal destinado à higiene oral e à manutenção da sensação de frescor, fórmula sem álcool, com sabor menta ou similar. Produto pronto para uso. Embalagem contendo, no mínimo, 500 ml, com identificação do fabricante, composição, lote, prazo de validade e modo de uso. Produto regularizado junto à ANVISA (registro/notificação), conforme legislação vigente.	HILLO	HILLO	UNID	60,00	17,09	1.025,40
7	1	ENXAGUANTE BUCAL ANTISSÉPTICO COM CLOREXIDINA 0,12% - EMBALAGEM 1 LT Especificações mínimas: Enxaguante bucal antisséptico contendo digluconato de clorexidina na concentração de 0,12%, sem álcool, destinado à higiene e antissepsia bucal e ao auxílio no controle da placa bacteriana. Produto pronto para uso, com ação antimicrobiana. Embalagem contendo, no mínimo, 1 litro, com identificação do fabricante, composição, lote, prazo de validade e modo de uso. Produto regularizado junto à ANVISA (registro/notificação), conforme	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	LT	40,00	31,63	1.265,20

		legislação vigente.						
8	1	HIDRATANTE CORPORAL - EMBALAGEM MÍNIMA 400 ML Especificações mínimas: Loção ou creme hidratante corporal destinado à hidratação e ao cuidado da pele, apropriado para uso diário. Produto dermatologicamente testado. Embalagem contendo, no mínimo, 400 ml, com identificação do fabricante, composição, lote, prazo de validade e modo de uso. Produto regularizado junto à ANVISA (registro/notificação), conforme legislação vigente.	SKALA	SKALA	UNID	110,00	28,65	3.151,50
9	1	LENÇOS UMEDECIDOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 70 UNIDADES Especificações mínimas: Lenços umedecidos destinados à higiene pessoal e corporal, confeccionados em material macio e apropriado para contato com a pele. Cada lenço deverá possuir dimensões mínimas de 20 cm x 12 cm. Embalagem contendo, no mínimo, 70 unidades, dotada de sistema de fechamento que permita conservar a umidade do produto durante o período de utilização, contendo identificação do fabricante, lote e prazo de validade.	BABY FREE	BABY FREE	EMB	1.180,00	6,52	7.693,60
15	1	TALCO CORPORAL EM PÓ - EMBALAGEM MÍNIMA 200 G Especificações mínimas: Talco corporal em pó destinado à higiene e aos cuidados da pele, apropriado para uso corporal e dermatologicamente testado. Produto acondicionado em embalagem própria para aplicação, contendo, no mínimo, 200 g, com identificação do fabricante, composição, lote, prazo de validade e modo de uso. Produto regularizado junto à ANVISA (registro/notificação), conforme legislação vigente.	NUTRIEX	NUTRIEX	UNID	440,00	18,47	8.126,80
TOTAL								25.140,00

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos nove dias de outubro de 2026. (09/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:55F414A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 91-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 156/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 91/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 156/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 91/2026, o(s) participante (s):

641 - RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01-AUTOMATIZADOR PORTÃO DESLIZANTE 7 SEGUNDOS						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	AUTOMATIZADOR PARA PORTÃO DESLIZANTE COM CONECTIVIDADE VIA WI-FI, PERMITINDO ACIONAMENTO REMOTO POR SMARTPHONE COM ACESSO À INTERNET. O EQUIPAMENTO DEVE SER BIVOLT (127/220V - 50/60HZ), ADEQUADO PARA USO RESIDENCIAL E COMERCIAL, COM CAPACIDADE PARA PORTÕES DE ATÉ 400 KG, CICLO DE ATÉ 20 OPERAÇÕES POR HORA, VELOCIDADE NOMINAL DE 17 M/MIN E TEMPO DE ABERTURA APROXIMADO DE 7 SEGUNDOS PARA 3 METROS. DEVE POSSUIR CENTRAL DE COMANDO MICROCONTROLADA COM FONTE CHAVEADA 12V, AJUSTE DE RAMPA E FREIO COM 10 NÍVEIS, ENTRADA PARA FOTOCÉLULA, MEMÓRIA INTERNA E PROTEÇÃO COM FUSÍVEL 5A. O CONJUNTO DEVERÁ INCLUIR MOTOR, CENTRAL DE COMANDO, MÓDULO DE CONECTIVIDADE WI-FI, CONTROLES REMOTOS E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO COMPLETA	UNIDADE		5	R$904,19	R$4.520,95
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AUTOMATIZADOR PARA	SERVICOS		5	R$255,81	R$1.279,05

	PORTÃO DESLIZANTE 07 SEGUNDOS					
Lote: 2 - LOTE 02 - AUTOMATIZAD R PORTÃO DESLIZANTE 11 SEGUNDOS						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	AUTOMATIZADOR PARA PORTÃO DESLIZANTE COM MOTOR MONOFÁSICO, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (127V/220V), POTÊNCIA NOMINAL DE 370W (127V) OU 515W (220V), CAPACIDADE PARA PORTÕES DE	UNIDADE		20	R$726,59	R$14.531,80
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AUTOMATIZADOR PARA PORTÃO DESLIZANTE 11 SEGUNDOS	SERVICOS		20	R$223,41	R$4.468,20
Lote: 3 - LOTE 03 - SUPORTE						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	SUPORTE BASE AJUSTÁVEL PARA AUTOMATIZADORES DE PORTÃO DESLIZANTE, CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, COM AJUSTE DE ALTURA DE 85 MM A 155 MM. POSSUI SISTEMA DE FIXAÇÃO NO PISO COM AJUSTE ANGULÁVEL EM QUALQUER DIREÇÃO, PERMITINDO INSTALAÇÃO EM SUPERFÍCIES DESNIVELADAS.	UNIDADE		10	R$90,00	R$900,00
Lote: 4 - LOTE 04 - AUTOMATIZAD R PORTÃO BASCULANTE						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	AUTOMATIZADOR PARA PORTÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE PARA PORTÕES DE ATÉ 300 KG E ATÉ 30 CICLOS POR HORA. O EQUIPAMENTO DEVE SER BIVOLT (127V/220V), COM MOTOR MONOFÁSICO, POTÊNCIA NOMINAL DE 325W (127V) OU 430W (220V), REDUÇÃO DE 1:26, ROTAÇÃO MÁXIMA DE 1740 RPM E TEMPO MÉDIO DE ABERTURA DE 16,5 SEGUNDOS PARA CURSO DE 1,4 METROS. DEVE POSSUIR TRILHO CENTRALIZADO EM ALUMÍNIO, COROA EM NYLON, FUSO COM DIÂMETRO DE 1/2", PASSO DE 62MM E CINCO ENTRADAS, ALÉM DE FIM DE CURSO HÍBRIDO. A CENTRAL DE COMANDO DEVE CONTAR COM RECEPTOR DE FREQUÊNCIA 433,92MHZ, CAPACIDADE PARA ATÉ 164 CONTROLES CÓDIGO FIXO E 82 DE CÓDIGO ROLANTE, ENTRADA PARA FOTOCÉLULA, AJUSTE DE EMBREAGEM ELETRÔNICA, MEMÓRIA AUTOMÁTICA DE PERCURSO, AJUSTES DE RAMPA, TORQUE E FREIO, E PERMITIR ACIONAMENTO REMOTO VIA WI-FI. O CONJUNTO DEVERÁ INCLUIR MOTOR, CENTRAL ELETRÔNICA INCORPORADA, CONTROLES REMOTOS, BRAÇO DE ACIONAMENTO COM TRAVA ARTICULADA DE 1,4 METROS, KIT FIM DE CURSO E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO COMPLETA.	UNIDADE		5	R$845,29	R$4.226,45
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AUTOMATIZADOR PARA PORTÃO BASCULANTE.	SERVICOS		5	R$254,71	R$1.273,55
Lote: 5 - LOTE 05 - CENTRAL DE COMANDO						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	CENTRAL DE COMANDO PARA AUTOMATIZADORES DE PORTÃO DESLIZANTE, BIVOLT (127V/220V - 50/60HZ), COM FONTE CHAVEADA 12V QUE PROPORCIONA MAIOR POTÊNCIA E SEGURANÇA. POSSUI MEMÓRIA INTERNA, TECNOLOGIA MICROCONTROLADA, FUSÍVEL DE PROTEÇÃO 5A, AJUSTE DE FREIO COM 10 NÍVEIS, AJUSTE DE RAMPA, ENTRADA PARA FOTOCÉLULA E COMUNICAÇÃO COM MÓDULO EXTERNO. COMPATÍVEL COM MOTORES DE ATÉ 1/4 HP	UNIDADE		15	R$141,067	R$2.116,00
Lote: 6 - LOTE 06 - CREMALHEIRA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	CREMALHEIRA INDUSTRIAL REFORÇADA PARA AUTOMATIZADORES DE PORTÃO DESLIZANTE, CONFECCIONADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,58 METROS, ADEQUADA PARA USO EM PORTÕES DE GRANDE PORTE E APLICAÇÕES INDUSTRIAIS.	UNIDADE		50	R$160,00	R$8.000,00
Lote: 7 - LOTE 07 - CONTROLE REMOTO						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	CONTROLE REMOTO TRANSMISSOR PARA AUTOMATIZADORES DE PORTÃO, COM FREQUÊNCIA DE 433,92 MHZ, TECNOLOGIA DE CÓDIGO FIXO OU ROLANTE (CONFORME COMPATIBILIDADE DO RECEPTOR), ADEQUADO PARA ACIONAMENTO SEM FIO DE CENTRAIS ELETRÔNICAS DE COMANDO. (REF. GAREN E PPA)	UNIDADE		100	R$39,10	R$3.910,00
Lote: 8 - LOTE 08 - IMA FIM DE CURSO						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	IMÃ DE ACIONAMENTO DE FIM DE CURSO COM SUPORTE, COMPATÍVEL COM MOTORES DE PORTÃO DESLIZANTE DE DIFERENTES MODELOS E MARCAS. PRODUTO UNIVERSAL, DESTINADO AO ACIONAMENTO PRECISO DO SISTEMA DE FIM DE CURSO DOS AUTOMATIZADORES.	UNIDADE		50	R$19,859	R$992,97
Lote: 9 - LOTE 09 - SUPORTE UNIVERSAL						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	SUPORTE UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO DE MOTOR DE PORTÃO DESLIZANTE, CONFECCIONADO EM FERRO GALVANIZADO, COMPATÍVEL COM DIFERENTES MARCAS DE AUTOMATIZADORES. MEDIDAS APROXIMADAS DA BASE: 3 CM DE ALTURA, 13,5 CM DE LARGURA E COMPRIMENTO VARIÁVEL ENTRE 26,5 CM E 33 CM.	UNIDADE		15	R$93,00	R$1.395,00
Lote: 10 - LOTE 10 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AUTOMATIZADORES DE PORTÕES DESLIZANTES E BASCULANTES, INCLUINDO AJUSTES, REPAROS, REGULAGENS, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, TESTES DE FUNCIONAMENTO E DEMAIS INTERVENÇÕES TÉCNICAS NECESSÁRIAS PARA GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS.	UNIDADE		50	R$160,00	R$8.000,00
					Total do Fornecedor:	R$55.613,97

641 - RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA			
Lote	**% Desc.**	**Desc. Neg.**	**Valor Total**

1 - LOTE 01-AUTOMATIZADOR PORTÃO DESLIZANTE 7 SEGUNDOS		0	R$ 5.800,00
2 - LOTE 02 - AUTOMATIZADOR PORTÃO DESLIZANTE 11 SEGUNDOS		0	R$ 19.000,00
3 - LOTE 03 - SUPORTE		0	R$ 900,00
4 - LOTE 04 - AUTOMATIZADOR PORTÃO BASCULANTE		0	R$ 5.500,00
5 - LOTE 05 - CENTRAL DE COMANDO		0	R$ 2.116,00
6 - LOTE 06 - CREMALHEIRA		0	R$ 8.000,00
7 - LOTE 07 - CONTROLE REMOTO		0	R$ 3.910,00
8 - LOTE 08 - IMA FIM DE CURSO		0	R$ 992,97
9 - LOTE 09 - SUPORTE UNIVERSAL		0	R$ 1.395,00
10 - LOTE 10 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		0	R$ 8.000,00
	Total Fornecedor: R$ 55.613,97		

Terra Roxa, 09 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:7D8812B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7312/2026

DATA 28/09/2026

Súmula. Abre um crédito suplementar no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2910/2025 de 07/08/2025 E 3023/2025 de 16/12/2025.
D E C R E T A
Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 428.358,96 (quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04	Secretaria Munic. da Fazenda	
04.01	Dpto de Faz. Tesouraria e Contabilidade	
288460000.0.002000	Amortização e Encargos das Dívidas	
4.6.90.71 (3522) (000)	Principal da dívida contratual resgatado	7.000,00
288460000.0.003000	Pagto de Precatórios e Setenças Judiciais	
3.3.90.91 (3523) (000)	Sentenças judiciais	30.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.36 (3858) (103)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	82.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.013000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP	
3.3.72.39 (3414) (303)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	200.000,00

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.39 (3485) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	95.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.33 (3857) (1043)	Passagens e despesas com locomoção	14.358,96

Total.....R$ 428.358,96
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.02	Departamento de Turismo	
136950018.2.044000	Manutenção do Departamento de Turismo	
3.1.90.11 (4145) (000)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	20.000,00
3.1.90.13 (4146) (000)	Contribuições patronais	5.000,00
3.1.90.94 (4147) (000)	Indenizações e restituições trabalhistas	5.000,00
3.3.90.31 (4151) (000)	Premiações culturais, artísticas, cient., desport. e outras	7.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.1.030000	Execução de obra de ampliação de Creche	
4.4.90.51 (3920) (103)	Obras e instalações	20.000,00
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.1.90.11 (3921) (103)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	29.000,00
3.1.90.13 (3923) (103)	Contribuições patronais	5.000,00
3.1.90.94 (3925) (103)	Indenizações e restituições trabalhistas	15.000,00
3.3.90.49 (3947) (103)	Auxílio-transporte	5.000,00

4.4.90.52 (3950) (103)	Equipamentos e material permanente	8.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103030008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.32 (3782) (303)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	118.000,00
103040022.2.016000	Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.3.90.36 (3433) (303)	Outros serviços de terceiros - pessoa física	12.000,00
103060008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.1.90.11 (3797) (303)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	30.000,00
3.1.90.13 (3798) (303)	Contribuições patronais	20.000,00
3.1.90.94 (3799) (303)	Indenizações e restituições trabalhistas	20.000,00

05	Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos.	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (3582) (504)	Obras e instalações	20.000,00
154510007.1.015000	Aquisição de terrenos e imóveis p/ infraestrutura Administrativa	
4.4.90.61 (3584) (504)	Aquisição de imóveis	10.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (3735) (504)	Equipamentos e material permanente	5.000,00
103020021.1.029000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Média Complex. em Saúde	
4.4.90.52 (3754) (504)	Equipamentos e material permanente	5.000,00

10	Secret. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente	
10.01	Departamento de Agricultura	
206060015.2.041000	Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.3.90.39 (4065) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	30.000,00

11	Secret. Mun. Indústria, Comércio e Serviços	
11.01	Departamento de Indústria, Com. e Serviços	
226610017.1.005000	Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industrial	
4.4.90.52 (4109) (504)	Equipamentos e material permanente	10.000,00
226610017.1.013000	Construção, reformas e manut. de barracões industriais e obras de infraestrutura	
4.4.90.51 (4113) (504)	Obras e instalações	15.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.3.90.33 (3905) (1043)	Passagens e despesas com locomoção	8.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.3.90.33 (3939) (1043)	Passagens e despesas com locomoção	1.358,96
123650011.2.103000	Manutenção da Educação Infantil/ Pré-escola da Educação no Campo	
3.3.90.33 (4004) (1043)	Passagens e despesas com locomoção	5.000,00

Total.....R$ 428.358,96

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 28 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:C33DE4EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO
PORTARIA Nº 03/2026

PORTARIA Nº 03/2026

Aprova os Manuais de Procedimentos do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo(PR), determina sua observância obrigatória e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo(PR), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 06/2023 e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e documentar os procedimentos internos, conferindo segurança, eficiência e continuidade às rotinas administrativas;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022, que institui o Pró-Gestão RPPS e estabelece a adoção de manuais e controles internos formalizados como instrumento de governança;
CONSIDERANDO que os manuais ora aprovados foram adequados à realidade e à prática do Regime Próprio, refletindo as rotinas efetivamente executadas;
CONSIDERANDO a conveniência de assegurar a evidência e a auditabilidade dos procedimentos perante os órgãos de controle;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar os Manuais de Procedimentos do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo(PR) relacionados no Anexo Único desta Portaria, que passam a integrar o conjunto normativo interno do Regime Próprio.
Parágrafo único. Os manuais aprovados refletem as rotinas efetivamente praticadas e devem ser observados em sua integralidade.
Art. 2º Os manuais são de observância obrigatória por todos os setores e servidores envolvidos nos respectivos processos.
Art. 3º Determinar a divulgação dos manuais aos servidores e a sua disponibilização em meio de fácil acesso, com registro de ciência.
Art. 4º Os manuais serão revisados periodicamente, anualmente, ou sempre que houver alteração de rotina, de sistema informatizado ou de legislação aplicável, mantendo-se o controle de versões.
Art. 5º Compete à unidade gestora e às diretorias responsáveis zelar pela aplicação dos manuais e pela guarda das evidências de sua execução.
Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente do Funprev

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Turvo, 08 de outubro de 2026.

DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente Funprev-Turvo(PR)

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS MANUAIS APROVADOS

Nº	Manual	Versão	Data
1	*Manual de Concessão e Revisão de Benefícios*	*1.0*	*08/10/2026*
2	*Manual de Arrecadação*	*1.0*	*08/10/2026*
3	*Manual de Investimentos*	*1.0*	*08/10/2026*
4	*Manual de COMPREV*	*1.0*	*08/10/2026*
5	*Manual de Controle de Acesso*	*1.0*	*08/10/2026*

1. Manualização do Processo de Concessão e Revisão de Benefícios Previdenciários
Processo: Concessão, Revisão dos Benefícios e Gestão da folha de Pagamentos de Benefícios. **Unidade gestora: Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR Histórico de Alterações**

Revisão	Data	Descrição
Versão 1.0	06/07/2026	Elaboração Inicial

2. Regulamentações Utilizadas
• Constituição Federal de 1988.
• Emenda Constitucional nº 41/2003.
• Emenda Constitucional nº 47/2005.
• Emenda Constitucional nº 103/2019.
• Lei Complementar Municipal nº 06/2023.
• Lei Complementar Municipal nº 06/2024.
3. Objetivo
O presente manual tem como finalidade orientar e padronizar as atividades relacionadas à concessão e à revisão dos benefícios previdenciários.
O documento define as etapas do processo, estabelece as responsabilidades de cada setor envolvido e descreve os procedimentos necessários para a execução eficiente das rotinas, garantindo uniformidade, controle e qualidade nos resultados das ações previdenciárias.
4. Setores Responsáveis e Definição de Responsabilidades

Setor	Responsabilidade
Diretor Presidente	Despacho nos processos e demais atos administrativos necessários à concessão de benefícios.
Diretor Presidente	Conferência dos processos de Aposentadorias e Pensões
Assessoria Jurídica	Parecer jurídico dos processos de benefícios previdenciários quanto ao cumprimento das regras estabelecidas pela legislação.
Diretor Presidente	Orientação, agendamento, simulação da concessão e recepção dos documentos necessários para a abertura do processo administrativo.
Diretor Presidente	Protocolar o processo administrativo e enviá-lo ao Setor de Análise de Benefícios.

Setor	Responsabilidade
Controle Interno	Fiscalização do cumprimento das normas dos processos de benefícios permanentes exigidas pelo TCE.
Setor de RH	Cadastro dos dados pessoais, funcionais e do número de matrícula do segurado aposentado.
Setor de RH	Implantação dos benefícios na folha de pagamento e respectivo pagamento.
Diretor Presidente	Conferência dos procedimentos quanto à compensação previdenciária; sobrestamento.

5. Conceitos e Definições
• **Segurados:** servidores efetivos ativos e inativos que contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social.
• **Ex-segurados:** segurados ativos exonerados e inativos falecidos.
• **Aposentados:** servidores que recebem benefício de aposentadoria após cumprirem os requisitos estabelecidos por lei.
• **Benefíciários:** dependentes dos segurados elegíveis para fins de recebimento dos benefícios de Pensão por Morte.

6. Detalhamento das Atividades
6.1. Concessão de Aposentadoria
Atendimento e simulação de aposentadoria
• Receber solicitação de simulação por e-mail ou telefone.
• Solicitar do requerente a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) de outro regime e/ou extrato previdenciário (CNIS).

• Apresentar ao segurado as regras de aposentadoria aplicáveis e indicar a mais vantajosa financeiramente.
• Enviar a simulação por e-mail ou gerar via aplicativo de simulação.
• Orientar o segurado quanto aos documentos necessários para solicitação de CTC, caso ainda não possua.

Requerimento do benefício de aposentadoria

• Verificar o cumprimento dos requisitos legais para alguma regra de aposentadoria.
• Solicitar ao segurado os documentos necessários:
◦ Requerimento emitido pelo RPPS;
◦ Documento de identificação com foto atualizada;
◦ Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
◦ Comprovante de PIS/PASEP;
◦ CTC original (RGPS ou outro RPPS, quando houver);
◦ Declaração de acúmulo de cargos/benefícios previdenciários;
◦ Declaração de inexistência de processo disciplinar (Comissão Permanente Processante);
◦ Ficha financeira (de julho/1994 até a data do requerimento).
• Conferir a autenticidade e a validade das CTCs apresentadas.
• Havendo inconsistência, orientar o segurado a providenciar correção junto ao órgão expedidor.

Análise das regras de aposentadoria – anteriores às regras da EC 103/2019.

O Diretor Presidente e a Assessoria Jurídica observarão as seguintes modalidades, conforme a legislação vigente:

• a) Regra Permanente (art. 40, §1º, III, "a", CF/88)
◦ Mulheres: 30 anos de contribuição, 10 de serviço público, 5 no cargo e 55 de idade.
◦ Homens: 35 anos de contribuição, 10 de serviço público, 5 no cargo e 60 de idade.
◦ Magistério: redução de 5 anos na idade e no tempo.
◦ Cálculo: média aritmética das 80% maiores remunerações desde julho/1994.

• b) Regra de Transição (art. 6º da EC nº 41/2003)
◦ Ingresso até 31/12/2003.
◦ Mulheres: 30 de contribuição, 20 de serviço público, 10 de carreira, 5 no cargo e 55 de idade.
◦ Homens: 35 de contribuição, 20 de serviço público, 10 de carreira, 5 no cargo e 60 de idade.
◦ Cálculo: integralidade da última remuneração, com paridade.

• c) Regra de Transição (art. 3º da EC nº 47/2005)
◦ Ingresso até 16/12/1998.
◦ Mulheres: 30 de contribuição, 25 de serviço público, 15 de carreira, 5 no cargo e 55 de idade.
◦ Homens: 35 de contribuição, 25 de serviço público, 15 de carreira, 5 no cargo e 60 de idade.
◦ Cálculo: integralidade e paridade total.

• d) Aposentadoria por Idade
◦ Mulheres: 60 de idade, 10 de serviço público e 5 no cargo.
◦ Homens: 65 de idade, 10 de serviço público e 5 no cargo.
◦ Cálculo: média de 80% das maiores remunerações, proporcional ao tempo de contribuição.

• e) Aposentadoria Compulsória
◦ 75 anos de idade, independentemente do tempo.
◦ Cálculo: média de 80% das maiores remunerações, proporcional.

• f) Aposentadoria por Invalidez
◦ Concedida mediante laudo médico do SESMT (incapacidade permanente).
◦ Cálculo: média de 80% das maiores contribuições, podendo ser integral ou proporcional.

• g) Aposentadoria Especial (agentes nocivos)
◦ 25 anos de efetiva exposição, 10 de serviço público e 5 no cargo.
◦ Cálculo: média de 80% das maiores contribuições.

Abertura do processo administrativo

• Diretor Presidente recebe e confere os documentos pessoais e funcionais.
• Estando corretos, inicia o processo administrativo; não estando, contata o segurado para as providências cabíveis.
• O Diretor Presidente protocola o processo e faz novamente à análise dos documentos.
• O Diretor Presidente junta os demais documentos funcionais, elabora o memorial de cálculo e encaminha à Assessoria Jurídica.

Análise jurídica

• Verificar a legalidade e a conformidade do processo de aposentadoria.
• Emitir parecer jurídico conclusivo e encaminhar ao Diretor Presidente.

Análise do Diretor Presidente

• Conferir informações e a observância das regras legais.
• Emitir manifestação técnica e encaminhar à Controladoria Interna.

Análise do Controlador Interno

• A Controladoria Inerna elabora despacho de autorização e Portaria de Concessão, contendo nome, matrícula, cargo, dados do servidor, número da portaria, processo administrativo (e, se houver, judicial) e data de vigência.
• A Controladoria Inerna elabora despacho de autorização e Portaria de Concessão,

Despacho e portaria de concessão

• Após análise e enviar a portaria por sistema 1doc para assinatura do Prefeito Municipal.
• Após assinatura do Prefeito Municipal o ato é enviado publicação no Diário Oficial do Município através de Sistema de Publicação da Associação dos Municípios do Paraná.

Despacho da portaria de concessão

• Após publicação o ato, todo o processo é enviado pelo sistema 1doc para o Diretor Presidente para verificação do processo.
• Após anaálise o processo é encaminhado ao Setor de RH.

Implantação do benefício

• O Setor de RH implanta o benefício em folha de pagamento e, concluída a implantação, encaminha ao Diretor Presidente.

Análise das normas do TCE e demais instruções

• O Diretor Presidente verifica a conformidade do processo com as normas do TCE e demais instruções da autarquia.

• Cadastra o processo para afnálise técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Análise da compensação previdenciária
• O Diretor Presidente analisa a necessidade de compensação previdenciária e adota as medidas cabíveis.
• Manter o processo administrativo sob guarda permanente nesta unidade.

6.2. Concessão de Pensão por Morte
Recepção de documentos
• O Diretor Presidente realiza o primeiro atendimento e a abertura do processo administrativo, conforme a relação de documentos necessários.
Requerimento do benefício de Pensão por Morte.
• Solicitar ao beneficiário/requerente os documentos necessários:
◦ Requerimento emitido pelo RPPS;
◦ Documento de identificação com foto atualizada;
◦ Se cônjuge, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
◦ Documentos dos filhos menores de 21 anos, se for o caso;
◦ Certidão de óbito do segurado;
◦ Declaração de acúmulo de cargos/benefícios previdenciários;
◦ Comprovante de residência atualizado;
◦ Dados bancários para recebimento do benefício;
◦ Outros documentos, conforme o caso, de acordo com relação de documentos do RPPS;
• Havendo inconsistência, orientar o requerente a providenciar correção dos documentos.

Análise do Diretor Presidente
• Analisa se o requerente está devidamente inscrito como dependente previdenciário.
• Informa os dados do instituidor (ativo/inativo, código funcional etc..

Análise de Benefícios
• Junta documentos da vida funcional do instituidor, elabora o memorial de cálculo do benefício e envia à Procuradoria.
Análise da Assessoria Jurídica
• Avaliar os aspectos legais do requerimento, emitir parecer jurídico e encaminhar o processo ao Diretor Presidente para manifestação.
Análise da Diretor Presidente
• Verificar todas as informações do processo, observar as regras da legislação vigente, emitir opinião pelo deferimento ou indeferimento com fundamentação legal e encaminhar à Controladoria Interna.
Análise da Controladoria Interna
• Analisar e elaborar despacho de autorização e portaria de concessão, observando as regras legais vigentes, os dados do instituidor e do pensionista, o número da portaria e do processo (e, se aplicável, do judicial) e a data de vigência.
• Disponibilizar e enviar a portaria por sistema 1doc para assinatura do Prefeito Municipal.
• Após assinatura do Prefeito Municipal o ato é enviado publicação no Diário Oficial do Município através de Sistema de Publicação da Associação dos Municípios do Paraná.
Despacho da portaria de concessão
• Após publicação o ato, todo o processo é enviado pelo sistema 1doc para o Diretor Presidente para verificação do processo.
• Após anaálise o processo é encaminhado ao Setor de RH.
Implantação do benefício
• O Setor de RH implanta o benefício em folha de pagamento e, concluída a implantação, encaminha ao Diretor Presidente.
Análise das normas do TCE e demais instruções
• O Diretor Presidente verifica a conformidade do processo com as normas do TCE e demais instruções da autarquia.
• Cadastra o processo para afnálise técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Análise da compensação previdenciária
• O Diretor Presidente analisa a necessidade de compensação previdenciária e adota as medidas cabíveis.
• Manter o processo administrativo sob guarda permanente nesta unidade.

6.3. Revisão de Aposentadoria e Pensão por Morte
Requerimento inicial
• O pedido de revisão deverá ser protocolado na Central de Atendimento, mediante requerimento expresso do segurado ou por determinação judicial, acompanhado de:
◦ Requerimento formal;
◦ Documentos pessoais;
◦ Cópia da Portaria de concessão;

◦ Justificativa fundamentada do pedido de revisão;
◦ Documentos comprobatórios;
◦ Outros documentos pertinentes.
• O processo será encaminhado ao Diretor Presidente.
Análise e manifestação do requerimento
• O Diretor Presidente encarta a solicitação no processo de concessão original, analisa os novos documentos, emite enquadramento legal e realiza novo cálculo, quando for o caso.
• Encaminhar à Assessoria Jurídica para parecer, quando necessário.
Análise jurídica e da Diretoria
• A Procuradoria analisa os aspectos legais e emite parecer jurídico, quando for o caso, encaminhando ao Diretor Presidente para manifestação.
• O Diretor Presidente verifica as informações, observa a legislação vigente, emite opinião pelo deferimento ou indeferimento com fundamentação legal e encaminha à Controladoria interna.
Despacho e portaria de concessão
• Após análise e enviar a portaria por sistema 1doc para assinatura do Prefeito Municipal.
• Após assinatura do Prefeito Municipal o ato é enviado publicação no Diário Oficial do Município através de Sistema de Publicação da Associação dos Municípios do Paraná.

Despacho da portaria de concessão
• Após publicação o ato, todo o processo é enviado pelo sistema 1doc para o Diretor Presidente para verificação do processo.
• Após anaálise o processo é encaminhado ao Setor de RH.
Implantação do benefício
• O Setor de RH implanta o benefício em folha de pagamento e, concluída a implantação, encaminha ao Diretor Presidente.
Análise das normas do TCE e demais instruções
• O Diretor Presidente verifica a conformidade do processo com as normas do TCE e demais instruções da autarquia.
• Cadastra o processo para afnálise técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Análise da compensação previdenciária
• O Diretor Presidente analisa a necessidade de compensação previdenciária e adota as medidas cabíveis.

6.4. Gestão de Folha de Pagamento de Benefícios
Implantação do benefício em folha
• Realizar o cadastro do beneficiário no sistema de folha, registrando o valor do benefício, a base de contribuição (quando aplicável) e os descontos obrigatórios.
• Realizar cálculo retroativo se a data de concessão for de meses anteriores e lançar o respectivo valor em folha.
• Contatar o aposentado/pensionista e agendar atendimento inicial de implantação para assinaturas de termos e orientações.
Geração da folha
Antes da geração da folha mensal, devem ser realizadas as seguintes verificações:
◦ Inclusão de novos benefícios;

◦ Exclusão de benefícios cessados;
◦ Aplicação de reajustes previdenciários;
◦ Atualização de descontos judiciais ou consignações;
◦ Realização das exclusões (óbitos e maioridade).
Processamento e conferência da folha
• O sistema de Recursos Humanos processa a folha considerando valores dos benefícios, descontos legais e retenções tributárias.
• A conferência verifica: valores dos benefícios; aplicação correta dos reajustes; valores de descontos (IR, contribuição previdenciária, pensão judicial, consignações); e comparação com a folha do mês anterior.
• Após a conferência, o responsável técnico válida a folha e emite relatório confirmando a consistência das informações; em seguida, são gerados relatórios preliminares para conferência.
Autorização e pagamento
• A folha é encaminhada ao Gestor do RPPS para autorização formal de emissão de Empenho, Liquidação e Ordem de Pagamento.
• Autorizada, o Setor de Contabilidade emite a documentação contábil necessária e coleta as assinaturas dos representantes do RPPS.
• O Diretor Presidente e o Tesoureiro recebem o arquivo bancário do responsável pela folha e o transmite via sistema bancário.
• O pagamento dos benefícios é realizado diretamente na conta bancária do beneficiário, conforme o calendário definido pelo RPPS.

7. Encerramento
7.1. Homologação
• Este Manual de Processos de Arrecadação, versão 1.0, foi aprovado pela Portaria nº 03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

1. Manualização do Processo de Arrecadação
Processo: Arrecadação de contribuições previdenciárias e cobrança de débitos previdenciários em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos.
Unidade gestora: Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR.

Versionamento

Revisão	Data	Descrição
Versão 1.0	06/07/2026	Elaboração Inicial

2. Regulamentações Utilizadas
• Lei Federal nº 4.320/1964 (Contabilidade Aplicada ao Setor Público).
• Lei Complementar Municipal nº 06/2023.
• MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
• Portaria MTP nº 1.467/2022 — normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, inclusive quanto ao parcelamento de débitos previdenciários.
• Lei Federal nº 9.717/1998.
• Constituição Federal, art. 40 e art. 149, § 1º.
• Lei Complentar nº 06/2023 — alíquotas, prazos de repasse, acréscimos legais e regras de parcelamento.
• Lei Complenetar nº 06/2023 — regras de cessão, licenças e contribuição do servidor afastado.
3. Objetivo
O presente manual tem como finalidade orientar e padronizar as atividades relacionadas à arrecadação das contribuições previdenciárias e à cobrança de débitos em atraso do ente federativo, bem como dos servidores licenciados e cedidos, assegurando a padronização da execução, o desempenho, a qualidade e a reprodutibilidade do processo.
4. Setores Responsáveis e Definição de Responsabilidades

Setor	Responsabilidade
Setor Contábil	Receber relatórios e GRCP, conferir valores, registrar e encaminhar informações aos setores responsáveis.
Diretor Presidente	Comunicar atrasos e autorizar ofícios de cobrança aos entes.
Setor Contábil	Lançar as contribuições no CadPrev/DIPR e no sistema contábil/financeiro.
Diretor Presidente	Notificações e comunicações oficiais.
Setor de Contabilidade	Execução dos pagamentos e envio de comprovantes.
Assessoria Jurídica	Ações judiciais e comunicação aos órgãos de controle.

Diretor Presidente	Ciência das pendências e acompanhamento.

5. Conceitos e Definições
• **GRCP:** Guia de Recolhimento de Contribuição Previdenciária.
• **Competência:** mês do fato gerador da arrecadação.
• **Tipo de Contribuição:** informação que se refere à modalidade da arrecadação.

• **Órgão:** departamento da entidade pagadora responsável pela apuração, pelo desconto e pelo repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS.
• **Folha de Contribuição:** base de cálculo que gera a cobrança das contribuições previdenciárias.
• **Alíquota:** percentual fixo utilizado para calcular o valor das contribuições previdenciárias definidas em lei, tanto para a contribuição patronal quanto para a do servidor.
• **Aporte para a Amortização do Déficit Atuarial:** contribuição financeira do Município para equacionamento do déficit atuarial do RPPS.
• **Entidades Pagadoras:** Prefeitura Municipal de Turvo-PR, Câmara Municipal de Turvo-PR, Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR e facultativa, no caso de servidor cedido ou em licença.
• **Recolhimento da Receita:** transferência de valores arrecadados.

6. Detalhamento das Atividades

6.1. Arrecadação de Contribuição Previdenciária – Entes

Recebimento de informações
• O Diretor Presidente receberá dos entes, via e-mail e sistema informatizado (1Doc), relatório contendo:
◦ Matrícula dos servidores;
◦ Nome completo;
◦ Data de admissão;
◦ Base de contribuição;
◦ Valor descontado d--a contribuição ao RPPS;
◦ Valor da contribuição patronal correspondente.
• GRCP (Guia de Recolhimento de Contribuição Previdenciária), conforme a legislação vigente.

Conferência de dados
• Conferir os valores informados nos relatórios com os das GRCP recebidas.
• Em caso de divergências, entrar em contato com o emissor para correção da guia ou do relatório.

Controle de prazos e comunicação
• Os entes devem realizar a transferência dos valores até o dia 10 do mês subsequente.
• Caso o prazo não seja cumprido, o setor de arrecadação comunicará a Presidência/Superintendência do Instituto.
• A Presidência da entidade emitirá ofício formalizando o atraso e informando os valores acrescidos de multa e juros.

Registro e lançamento
• Após a confirmação dos depósitos, emitir o extrato bancário e identificar as contribuições de cada ente.
• Registrar os valores na planilha de controle interno.
• Lançar os valores no sistema contábil/financeiro, no respectivo código de receita.
• Encaminhar as GRCP/Guia de Parcelamento ao setor de contabilidade.
• O setor de contabilidade lança as informações das contribuições no Sistema CadPrev/DIPR.

Parcelamento em andamento
• O setor de Contabilidade emite a Guia de Parcelamento no sistema CadPrev e a envia ao ente.
• O Diretor Presidente confere no extrato bancário a entrada da receita de parcelamento e encaminha o processo para o Setor de Contabilidade para o registro e lançamento.

6.2. Arrecadação de Contribuição Previdenciária – Servidores Cedidos

Identificação da cessão
• Acompanhar diariamente as publicações do Diário Oficial para identificar atos de cessão de servidores.

Solicitação de informações ao RH (órgão de origem)
• Solicitar ao setor de Recursos Humanos do órgão de origem:
◦ Dados do servidor cedido;
◦ Órgão de destino;
◦ Contato do setor responsável pela folha de pagamento do ente cessionário;
◦ Identificação do ente cessionário (órgão de destino);
◦ Alinhamento dos procedimentos relativos ao desconto e repasse das contribuições previdenciárias (servidor e patronal).

Recebimento de informações
• O setor de contábil receberá dos entes relatório contendo: matrícula, nome completo, data de admissão, base de contribuição, valor descontado do RPPS, valor da contribuição patronal, GRCP e comprovante de pagamento.

Conferência de dados
• Conferir se os valores recolhidos correspondem à base de contribuição informada.
• Conferir os valores informados nos relatórios com os das GRCP recebidas.
• Em caso de divergências, entrar em contato com o emissor para correção da guia ou do relatório.

Controle de prazos e comunicação
• Os entes devem realizar a transferência financeira até o 10 de cada mês.
• Caso a transferência não seja realizada na data, o Diretor Presidente emitirá ofício informando o ente pagador do atraso e os valores acrescidos de multa e juros.

Registro e lançamento
• Após a confirmação dos depósitos, emitir o extrato bancário e identificar as contribuições de cada ente pelo Diretor Presidente.
• O setor contábil registra os valores na planilha de controle interno.
• Lançar os valores no sistema contábil/financeiro, no respectivo código de receita.
• Encaminhar as GRCP ao setor de contabilidade.
• A contabilidade lança as informações no Sistema CadPrev/DIPR.

6.3. Arrecadação de Contribuição Previdenciária – Servidores Licenciados

Identificação e formalização da opção
• Acompanhar o Diário Oficial para detectar licenças sem remuneração.

• O servidor formaliza o requerimento de opção pela continuidade ou não da contribuição.
◦ Se não optante, o requerimento é juntado ao processo funcional e a manifestação é registrada na ficha previdenciária do servidor.
◦ Se optante, é protocolado processo administrativo.

Efeitos da não contribuição

• O período de licença sem remuneração em que não houver recolhimento de contribuição não é computado como tempo de contribuição para fins de aposentadoria, nem integra a base de cálculo dos proventos.
• O período sem contribuição deve constar expressamente da ficha previdenciária do servidor e da respectiva Certidão de Tempo de Contribuição, com a indicação das datas de início e término do afastamento.
• A opção pela não contribuição não impede a contagem do tempo para efeitos exclusivamente funcionais, quando assim previsto na legislação local.

• É vedado o recolhimento retroativo de competências relativas a período em que o servidor tenha optado formalmente por não contribuir, salvo previsão expressa na legislação local.
• No retorno do servidor, o setor contábil confere a integralidade dos recolhimentos do período e comunica ao setor de Recursos Humanos eventuais lacunas, para regularização cadastral.

Registro, lançamento e controle

• Registrar as informações na ficha previdenciária do servidor, conforme a opção.
• Efetuar, mensalmente, as conferências entre os valores recolhidos e as informações dos servidores licenciados constantes no sistema.
• Após a confirmação dos depósitos, emitir o extrato bancário e identificar as contribuições.
• Registrar os valores na planilha de controle interno.
• Lançar os valores no sistema contábil/financeiro, no respectivo código de receita.
• Emitir e encaminhar as GRCP ao setor de contabilidade.
• A contabilidade lança as informações no Sistema CadPrev/DIPR.

6.4. Cobrança de Contribuição Previdenciária em Atraso (Ente e Servidores Cedidos e Licenciados)

Identificação da inadimplência

• Monitoramento mensal dos repasses.
• Comparação entre folha de pagamento e guias (GRCP).
• Registro de ausência ou inconsistência.

Notificação inicial

• Envio de e-mail ou ofício ao responsável pelo repasse.
• Prazo para regularização: 30 dias corridos, contados do recebimento da notificação.
• O prazo é único para todos os devedores e deve ser fixado em conformidade com a legislação local; não havendo previsão específica, adota-se o prazo definido em ato do dirigente do RPPS, aplicado de forma uniforme.

Notificação formal

• Emissão de ofício com valores atualizados e acréscimos legais.
• Cópia para os Conselhos e a Chefia do Executivo.

Proposta de acordo

• Sugestão de parcelamento conforme legislação vigente.
• Aceita a proposta, geração do Termo de Parcelamento e da Guia de Pagamento, observado o rito do item 6.5.

Recusa ou silêncio quanto à proposta de acordo

• Decorrido o prazo do ofício sem manifestação do ente federativo, ou havendo recusa expressa à proposta de parcelamento, o débito permanece integralmente exigível e o fluxo prossegue com as medidas previstas neste item.
• Registro da recusa ou do decurso do prazo em processo administrativo próprio, com juntada das notificações expedidas e dos respectivos comprovantes de recebimento.
• Comunicação formal ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e ao setor de controle interno, com registro em ata, para ciência e acompanhamento.
• Manutenção do registro da inadimplência no CADPREV/DIPR, na competência correspondente, ficando o ente federativo sujeito à não emissão ou à não renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), nos termos da Portaria MTP nº 1.467/2022.

• Encaminhamento do processo à Assessoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis, inclusive ação de cobrança do débito e representação quanto à eventual apropriação indébita das contribuições descontadas dos segurados e não repassadas.
• Prosseguimento da comunicação aos órgãos de controle externo, na forma do bloco seguinte.

Comunicação aos órgãos de controle

• Persistindo a inadimplência, ofício ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.
• Cópia ao Executivo e ao Legislativo.

Monitoramento

• Acompanhamento contínuo até a liquidação integral ou parcelada.
• Arquivamento dos comprovantes e guias por exercício.

6.5. Parcelamento de Débitos Previdenciários do Ente Federativo

Cabimento e iniciativa

• O parcelamento é medida excepcional, cabível quando frustrada a cobrança administrativa prevista no item 6.4 ou quando o ente federativo manifestar formalmente a impossibilidade de quitação integral do débito.
• A iniciativa pode partir do ente devedor, mediante requerimento dirigido ao RPPS, ou de proposta do próprio RPPS, na forma do Anexo III.
• Não podem ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos segurados cuja competência ainda não esteja vencida, nem valores não previamente apurados e confessados.

Requisitos prévios

• Demonstrativo de apuração do débito por competência, elaborado pelo setor de arrecadação e conferido pela contabilidade, com discriminação de valores originais, atualização monetária, juros e multa.
• Termo de confissão de dívida firmado pelo representante legal do ente federativo.
• Autorização legislativa específica, quando exigida pela legislação local.
• Parecer do setor jurídico/procuradoria quanto à legalidade das cláusulas e à conformidade com a norma federal de regência.
• Manifestação prévia do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, conforme previsto na legislação local.

Condições do acordo

• Número de parcelas: até 60 parcelas, observados os limites e as condições fixados na legislação federal vigente e na legislação local.

• Atualização monetária e juros: aplicados desde o vencimento de cada competência, conforme os índices e percentuais previstos na Lei Complementar nº 06/2023 e na norma federal de regência.
• Garantia: vinculação de receitas próprias ou de transferências constitucionais do ente federativo, com autorização expressa no termo e comunicação formal ao órgão repassador.
• Vedação de concessão de condições mais favoráveis do que as admitidas pela legislação federal, especialmente quanto a carência, redução de encargos ou dispensa de garantia.

Formalização e registro

• Elaboração da minuta do Termo de Acordo de Parcelamento pela Assessoria Jurídica do RPPS, instruída com o demonstrativo de débito produzido pelo setor contábil, contendo: qualificação das partes, competências e valores parcelados, critério de atualização, número e vencimento das parcelas, garantia oferecida, hipóteses de rescisão e foro.
• Assinatura pelo representante legal do ente federativo e pelo dirigente do RPPS.
• Publicação do termo em Diário Oficial ou meio oficial equivalente.

• Registro do parcelamento no sistema CADPREV, com anexação do termo, da lei autorizativa, do demonstrativo de débito e do comprovante de publicação, dentro do prazo fixado pela norma federal.
• Encaminhamento de cópia integral do processo aos Conselhos e ao setor de controle interno.

Execução e acompanhamento

• Emissão mensal da Guia de Parcelamento pelo setor contábil, conforme o item 6.1.
• Conferência mensal, pelo Diretor Presidente, da entrada da receita de parcelamento no extrato bancário.
• Registro das receitas de parcelamento em código de receita segregado das contribuições correntes, no sistema contábil e na planilha de controle interno.
• Informação das parcelas quitadas no DIPR, na competência correspondente.
• Relato periódico da situação do parcelamento aos Conselhos e no Relatório de Governança.

Inadimplemento do parcelamento

• O atraso no pagamento de 05 parcelas, consecutivas ou não, caracteriza o inadimplemento do acordo e sujeita o ente às medidas previstas no item 6.4, retomando-se o fluxo a partir da notificação formal.
• Comunicação imediata do inadimplemento aos Conselhos e ao setor de controle interno, com registro em ata.
• Registro da situação no CADPREV, para os fins de apuração dos critérios de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).
• Encaminhamento do termo, do demonstrativo de débito e das notificações à Assessoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis e acionamento da garantia.

7. Anexos (Modelos)

• Anexo I – Modelo de e-mail/ofício de notificação inicial.
• Anexo II – Modelo de ofício de notificação formal.
• Anexo III – Modelo de proposta de acordo/parcelamento.
• Anexo IV – Modelo de ofício ao Ministério Público.
• Anexo V – Modelo de ofício ao Tribunal de Contas.

8. Encerramento

8.1. Homologação

• Este Manual de Processos de Arrecadação, versão 1.0, foi aprovado pela Portaria nº 03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

MODELOS DE NOTIFICAÇÃO E OFÍCIOS DE COBRANÇA

Manual de Arrecadação – Versão Customizada (Turvo - PR) Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR

• Este documento reúne as versões customizadas dos Anexos do Manual de Arrecadação do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR. Todas as referências genéricas foram adaptadas à estrutura normativa local, com a indicação da Lei Complementar Municipal nº 06/2023 e da Lei Complementar Municipal nº 03/2023, restando aos operadores do RPPS apenas o preenchimento dos dados variáveis das competências e devedores nos campos em destaque (identificados em colchetes ou sublinhados).

Anexo I – Modelo de mensagem de e-mail/ofício para notificação inicial

• **Assunto:** Notificação de Recolhimento da Contribuição Previdenciária – Inadimplência Identificada Prezados(as) Senhores(as),

O Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR, no exercício de suas competências legais, por meio de seu Diretor Previdenciário, notifica Vossa Senhoria de que, até a presente data, não foi detectado o recolhimento das contribuições previdenciárias obrigatórias (envolvendo contribuição do segurado, cota patronal e/ou servidores cedidos a outros órgãos), bem como eventuais repasses correspondentes aos aportes atuariais, conforme detalhamento a seguir:

• Competência (mês/ano):
• Valor Devido Principal: R$ (_)
• Data de Vencimento Original: /_/20

Ressaltamos que, em conformidade com as regras estabelecidas pela Lei Complementar Municipal nº 06/2023, o não repasse das contribuições destinadas ao RPPS de Turvo-PR no prazo legal ensejará a imediata incidência de atualização monetária calculada com base nos mesmos índices adotados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), além da aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes a partir do dia imediatamente subsequente ao vencimento.

Com fundamento no item 6.4 do nosso Manual de Arrecadação, solicitamos as providências imediatas para a regularização do débito apontado ou apresentação de manifestação formal no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento desta notificação, enviando os respectivos comprovantes de recolhimento.

Certos de sua atenção e imbuídos do espírito de transparência e zelo que norteia a gestão dos recursos previdenciários dos servidores públicos municipais de Turvo-PR, renovamos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

_____
Diretor Previdenciário
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR

Anexo II – Modelo de ofício para notificação da autoridade competente
Turvo - PR, ... de ..... de 20.....

Ofício nº XXXX / 20
Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Turvo - PR C/C ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Fazenda

Prezado Senhor Prefeito,

O Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR, por intermédio de seu Diretor-presidente, no estrito cumprimento de suas atribuições regulamentares e de governança, NOTIFICA Vossa Excelência de que, até a presente data, os registros bancários e contábeis deste Fundo não identificaram a entrada do repasse das contribuições previdenciárias de responsabilidade desse ente federativo (envolvendo os valores retidos dos segurados ativos, a contribuição patronal e/ou servidores cedidos/afastados), bem como as parcelas dos aportes atuariais referentes à seguinte competência:
• **Competência (mês/ano):**
• **Valor Nominal Acumulado:** R$ (_)
• **Vencido em:** _/_/20

Alertamos que, em consonância com as diretrizes de regência da Lei Complementar Municipal nº 06/2023, o atraso nos recolhimentos previdenciários obriga a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária com base no indexador do RGPS.

Ademais, é imperioso registrar que a persistência no inadimplemento das obrigações previdenciárias constitui fator impeditivo para a renovação e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) deste Município, nos termos da Portaria MTP nº 1.467/2022. Atualmente, o Município possui o CRP nº , emitido em _/_/_, com validade estabelecida até _/_/_.
Por fim, recordamos que a conduta de reter as contribuições descontadas da remuneração dos servidores e deixar de repassá-las à autarquia previdenciária pode, em tese, caracterizar o ilícito de apropriação indébita previdenciária, sujeitando os agentes políticos e administrativos às sanções cabíveis.

Diante do exposto, solicitamos a regularização imediata do recolhimento dos valores informados, devidamente corrigidos, ou justificativa plausível, no prazo improrrogável de **30 (trinta) dias corridos**, sob pena de este Fundo formalizar a ocorrência junto aos órgãos externos de controle e fiscalização.
Certos de sua atenção para com a solvabilidade e o equilíbrio atuarial do RPPS de Turvo-PR, firmamo-nos. Respeitosamente,

_____
Diretor-presidente
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR

Anexo III – Modelo de ofício para notificação e sugestão de acordo
Turvo - PR, ... de ..... de 20.....

Ofício nº XXXX / 20
Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Turvo - PR
C/C ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Turvo - PR C/C aos Nobres Vereadores do Município de Turvo - PR

Prezado Senhor Prefeito e Senhores Vereadores,

O Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR, representado por seu Diretor-presidente, no uso de suas atribuições e com vistas a mitigar o impacto financeiro decorrente da inadimplência registrada, NOTIFICA Vossas Excelências REITERADAMENTE sobre a pendência de repasse das contribuições previdenciárias e/ou aportes previstos em lei, cujo montante acumulado e atualizado segue delineado:
• **Competências em Atraso:**
• **Valor Consolidado (Original + Encargos da LC 06/2023):** R$ (_)

Visando preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, e em sintonia com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e com os ditames da Lei Complementar Municipal nº 06/2023, propomos a celebração de Acordo de Parcelamento, como medida excepcional para adimplemento do passivo previdenciário existente. Conforme balizamento do nosso Manual de Arrecadação (item 6.5), as condições de parcelamento autorizadas abrangem:
1. Limite máximo de parcelas: até 60 (sessenta) parcelas mensais;
2. Encargos de atualização: aplicação dos critérios definidos na Lei Complementar Municipal nº 06/2023;
3. Garantia obrigatória: vinculação de receitas próprias e das quotas de transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
4. Cláusula de inadimplência: o atraso no pagamento de 05 (cinco) parcelas, consecutivas ou não, implicará a rescisão automática do termo e imediata cobrança do saldo remanescente.

Ressaltamos a necessidade de que o Poder Executivo providencie e envie a este Fundo manifestação expressa de interesse na negociação no prazo de **07 (sete) dias úteis**, contados do recebimento deste, indicando o número pretendido de parcelas para que possamos confeccionar a minuta do Acordo de Parcelamento acompanhada do respectivo Demonstrativo de Apuração de Débito (CadPrev).
Salientamos que a ausência de manifestação no prazo estipulado acarretará o envio de representação formal ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e ao Ministério Público do Estado do Paraná, além de impossibilitar a emissão de novo CRP, de acordo com as normas previdenciárias federais.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos nossos votos de estima.

Respeitosamente,

_____
Diretor-presidente
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR

Anexo IV – Modelo de ofício para comunicação ao Ministério Público
Turvo - PR, ... de ..... de 20.....
Ofício nº XXXX / 20
Ao Ilustríssimo Senhor Promotor de Justiça de Guarapuava-PR
Ministério Público do Estado do Paraná
Promotoria de Justiça da Comarca de Guarapuava-PR
Ilustríssimo Promotor,
O Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR, por intermédio de seu Procurador Autárquico abaixo assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria, em atenção aos deveres institucionais de proteção ao patrimônio público e social, comunicar a INADIMPLÊNCIA do ente federativo municipal (CNPJ:), sob a gestão do(a) atual representante legal, Sr.(a) , ocupante do cargo de , em relação aos repasses das contribuições previdenciárias (cota do segurado, cota patronal e/ou servidores cedidos) e/ou dos aportes de amortização do déficit atuarial devidos a este RPPS, conforme dados consolidados abaixo:

• **Competência(s) Inadimplida(s):**
• **Valor Nominal Original Devido:** R$ ( )
• **Data de Vencimento Original:** / /20

Insta registrar que a referida inadimplência persiste mesmo após esgotadas as vias de cobrança administrativa preliminares. A municipalidade foi devidamente notificada de sua irregularidade por meio eletrônico em / / , de forma oficial conforme Ofício nº em / / e, novamente, com oportunidade de acordo nos termos do Ofício nº em / / , consoante comprovam as cópias integrais dos expedientes anexadas a esta representação.

Diante da gravidade da situação, que repercute diretamente no equilíbrio de médio e longo prazo do RPPS de Turvo-PR e na regularidade fiscal do município (inclusive gerando pendências junto ao CADPREV e iminente bloqueio de repasses por falta de CRP), submetemos a presente comunicação para adoção das medidas que esse duto Órgão entender cabíveis no âmbito de suas atribuições, notadamente quanto à apuração de eventuais condutas de improbidade administrativa ou do tipo penal de apropriação indébita previdenciária.
Colocamo-nos à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos ou juntar novos documentos necessários à instrução de eventual procedimento investigatório.

Respeitosamente,

_____
Assessora Jurídica– Matrícula
OAB/PR nº _____
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR

Anexo V – Modelo de ofício para comunicação ao Tribunal de Contas (TCE)
Turvo - PR, ... de ..... de 20.....

Ofício nº XXXX / 20
Ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná Diretoria de Contas Municipais / Coordenadoria de Gestão Municipal
Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico, Curitiba - PR, CEP: 80530-910 Excelentíssimo Senhor Presidente,
O Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR, representado por seu Procurador Autárquico subscrito, no estrito dever legal de resguardo das normas contábeis, orçamentárias e financeiras aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social, comunica a ocorrência de INADIMPLÊNCIA no repasse de contribuições previdenciárias e/ou aportes por parte da Prefeitura Municipal de Turvo - PR (CNPJ:), sob a responsabilidade do(a) Sr.(a)
, em relação às obrigações patronais e funcionais não vertidas ao RPPS, conforme detalhado:
• Competência(s) e Fato Gerador:
• Valor Nominal Inadimplido: R$ ( )
• Vencido originariamente em: / /20

Certificamos que este Fundo exauriu os meios de solução consensual previstos no Manual de Arrecadação local. A municipalidade foi alertada de sua mora via correio eletrônico em / / , notificada formalmente por meio do Ofício nº em / / e instada a firmar acordo de parcelamento (conforme facultado pela Lei Complementar Municipal nº 06/2023) através do Ofício nº em
/ / , restando infrutíferos todos os expedientes de cobrança administrativa, de modo que a pendência previdenciária permanece inalterada.
A presente comunicação faz-se necessária tendo em vista as exigências da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei Federal nº 9.717/1998 e da própria Portaria MTP nº 1.467/2022, cujas infrações repercutem diretamente no julgamento de regularidade das contas anuais do município e na manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial previdenciário.

Requeremos que a presente seja autuada e anexada aos registros de fiscalização correspondentes ao atual exercício financeiro para fins de exame e adoção das sanções ou deliberações de alçada desse egrégio Colegiado.
Aproveitamos o ensejo para externar nossos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

_____
Assessora Jurídica – Matrícula
OAB/PR nº _____
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR

1. Manualização dos Processos de Investimentos
Processo: Arrecadação, alocação, monitoramento e credenciamento no âmbito da gestão dos recursos previdenciários.
Responsável pelo processo: DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA / Comitê de Investimentos
Unidade gestora: Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR (FUNPREV)
Histórico de Alterações

Revisão	Data	Descrição
Versão 1.0	**02/102026**	Elaboração Inicial e adequação integral aos dados e regulamentações do FUNPREV de Turvo-PR.

2. Regulamentações Utilizadas
· **Constituição Federal de 1988,** especialmente o artigo 40 e suas diretrizes relativas à liquidez, rentabilidade e segurança dos RPPS.
· **Lei Federal nº 9.717/1998,** que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social.
· **Resolução CMN nº 4.963/2021 (e alterações posteriores),** que disciplina as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, estabelecendo limites de alocação por segmento e exigências de governança.
· **Portaria MTP nº 1.467/2022 e Portaria MPS nº 1.400/2024,** que estabelecem normas gerais de organização, funcionamento e parâmetros de gestão de investimentos dos RPPS.
· **Lei Complementar Municipal nº 06/2023 e Lei Complementar nº 03/2023,** que estruturam a previdência municipal dos servidores de Turvo-PR e regulamentam a gestão financeira e previdenciária do FUNPREV.
· **Instruções e Normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Banco Central do Brasil (BACEN),** referentes a credenciamento de instituições, fundos de investimento e administradores de carteira.
· **Manual do CADPREV (DPIN e APR),** instruções normativas da Secretaria de Previdência (SPREV/MPS) e Resoluções/Recomendações vigentes do CNRPPS.

3. Objetivo
O presente manual tem como finalidade orientar, padronizar e regulamentar os procedimentos operacionais de gestão de investimentos do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR (FUNPREV). O documento abrange as etapas de elaboração e aprovação da Política de Investimentos, execução das operações de aplicação e resgate de recursos, e o processo de credenciamento de instituições financeiras e gestoras, assegurando o cumprimento rigoroso dos limites legais da Resolução CMN nº 4.963/2021, mitigação de riscos, governança, segurança, rentabilidade e transparência das alocações.

4. Responsabilidades
Participam ativamente do processo de investimentos do FUNPREV os seguintes setores e órgãos colegiados:

Setor / Órgão	Responsabilidades Principais
Diretor Presidente	Despacho dos processos administrativos, autorizando a aplicação ou o resgate, bem como o veto, a Política de Investimentos e o Credenciamento das Instituições Financeiras.
Comitê de Investimentos	Opinar formalmente pelo deferimento ou indeferimento das propostas de aplicação ou resgate com base no fluxo de caixa e necessidades de liquidez.
Comitê de Investimentos / Gestor dos Recursos / Diretor Presidente	Operacionalizar as decisões relacionadas às alocações, elaborar minutas, emitir DPIN e APRs no CADPREV e conduzir a instrução do credenciamento de instituições.
Comitê de Investimentos	Deliberar sobre as alocações de recursos, formulação e aprovação da minuta da Política de Investimentos, acompanhamento de riscos e aprovação do credenciamento de instituições financeiras.
Conselho Deliberativo	Aprovar a Política de Investimentos do FUNPREV e deliberar sobre eventual veto do Presidente referente às alocações decididas pelo Comitê de Investimentos.
Conselho Fiscal	Acompanhar, fiscalizar e homologar periodicamente as alocações e a conformidade das operações de investimentos com a Política de Investimentos vigentes.

5. Conceitos e Definições
· **Política de Investimentos (PI) —** documento anual e obrigatório que define diretrizes, metas atuariais, limites de alocação por segmento e estratégia de gestão dos recursos do FUNPREV para o exercício seguinte.
· **DPIN (Demonstrativo da Política de Investimentos) —** demonstrativo obrigatório transmitido via sistema CADPREV à Secretaria de Previdência, formalizando e conferindo transparência à Política de Investimentos aprovada.
· **Aplicação —** alocação de recursos financeiros do FUNPREV em ativos, títulos e fundos de investimento autorizados, respeitados rigorosamente os segmentos e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da PI.
· **Resgate —** retirada total ou parcial de recursos aplicados em fundos ou títulos, realizada para suprir necessidades de liquidez da folha de benefícios, rebalanceamento de carteira ou pagamento de obrigações do RPPS.
· **APR (Autorização de Aplicação e Resgate) —** documento obrigatório que autoriza e comprova individualmente cada operação de aplicação ou resgate, registrado no CADPREV e assinado digitalmente pelos responsáveis legalmente constituídos.

· **Extrato Decisório —** registro formal e instrução da deliberação colegiada do Comitê de Investimentos referente às movimentações de aplicação e resgate, fundamentando o processo administrativo.
· **Credenciamento —** processo prévio e obrigatório de análise qualificada e habilitação de instituições financeiras, gestores e administradores antes de qualquer alocação de recursos previdenciários.
· **Termo de Credenciamento —** documento formal emitido pelo FUNPREV que atesta a habilitação da instituição financeira aprovada pelo Comitê de Investimentos e pela Presidência.

6. Detalhamento das Atividades
6.1. Elaboração e Aprovação da Política de Investimentos
· **Elaboração da minuta:** O Diretor Presidente recebe, quando aplicável, proposta de minuta elaborada por consultoria técnica credenciada externa, promove as adequações conforme o perfil atuarial e os dados do FUNPREV e a encaminha ao Comitê de Investimentos.
· **Análise pelo Comitê de Investimentos:** O Comitê de Investimentos analisa o cenário macroeconômico, delibera sobre diretrizes, cenários de alocação e metas atuariais, aprova a versão final da minuta e a encaminha para deliberação do Conselho Deliberativo.
· **Aprovação pelo Conselho:** O Conselho Deliberativo do FUNPREV analisam a proposta e deliberam sobre sua aprovação em reuniões formais com o devido registro em ata.
· **Assinaturas:** Após a aprovação colegiada, o documento da Política de Investimentos é formalmente assinado pelo Gestor de Recursos de Investimentos, pelo Presidente e demais Membros do Conselho Deliberativo do FUNPREV.

· **Publicação e transparência:** A Política de Investimentos aprovada é publicada integralmente no portal institucional e no Diário Oficial do Município de Turvo-PR no prazo de até 30 (trinta) dias após sua aprovação.
· **DPIN:** O Setor Contábil do Funprev preenche as informações da Política de Investimentos no módulo DPIN do sistema CADPREV, conforme orientações da Secretaria de Previdência. Após o processamento, o DPIN é assinado digitalmente pelo Diretor Presidente do FUNPREV e pelo Gestor dos Recursos do RPPS.

6.2. Processo de Aplicação e Resgate
· **Deliberação:** O Comitê de Investimentos do FUNPREV, em reuniões ordinárias mensais (ou extraordinárias, quando necessário), delibera sobre as aplicações e resgates dos recursos, observando a meta atuarial, os limites por segmento da Resolução CMN e a necessidade de fluxo de caixa, registrando formalmente suas decisões.
· **Formalização do processo:** O Setor Contábil recebe o Extrato Decisório da reunião do Comitê e promove sua juntada em processo administrativo próprio (via sistema 1Doc), garantindo a rastreabilidade da decisão colegiada.
· **Avaliação e ratificação:** O processo administrativo é encaminhado ao Comitê de Inestimentos, Consultor Contratado e ao Diretor Presidente para avaliação da liquidez e ratificação das deliberações do Comitê de Investimentos. Após a ratificação, o processo é enviado ao Diretor Presidente e ao Gestor dos Recursos para a fase de execução.
- **Execução das operações:** O Gestor de Recursos encaminha, por meio eletrônico (e-mail institucional oficial), as ordens formais de movimentação às instituições gestoras dos fundos escolhidos, tanto para aplicações quanto para resgates. Acompanha a efetivação financeira junto às instituições e junta ao processo administrativo toda a documentação comprobatória (ordens de transmissão, notas de aplicação/resgate, comprovantes bancários e extratos), assegurando o controle e a auditabilidade.
- **APR (Autorização de Aplicação e Resgate):** O Setor Contábil registra todas as operações concluídas no módulo APR do CADPREV, colhe as assinaturas digitais dos responsáveis e providencia a publicação mensal das APRs no site institucional do FUNPREV.
6.3. Credenciamento de Instituições Financeiras
- **Recepção e conferência da documentação:** O Diretor Presidente recebe os documentos da instituição financeira interessada, confere o atendimento integral aos requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e documentos complementares solicitados pelo FUNPREV. Havendo inconsistências ou pendências, encaminha e-mail formal à instituição solicitando a devida regularização.
- **Pesquisa de idoneidade:** Realizar diligências qualificadas mediante consulta nos sistemas da CVM, Banco Central do Brasil (BACEN), cadastro de punidos e levantamento de informações e certidões em fontes públicas, verificando a inexistência de fatos desabonadores da conduta institucional ou fiscal.
- **Formalização do processo administrativo:** O Diretor Presidente elabora memorando de juntada de toda a documentação e solicita ao setor Contábil a abertura do processo administrativo formal de credenciamento. Em seguida, encaminha os autos para análise do Comitê de Investimentos.
- **Análise e deliberação do Comitê de Investimentos:** Em reunião formal, o Comitê de Investimentos analisa os pareceres e documentos. Se aprovado, junta-se ao processo a ata da reunião deliberativa. Se reprovado, o processo administrativo é arquivado com a devida justificativa.
- **Publicação e controle:** Aprovado o credenciamento, o Setor Contábil emite e junta o Termo de Credenciamento assinado pelo Diretor Presidente do FUNPREV e solicita a publicação do resumo do ato no Diário Oficial do Município de Turvo-PR, anexando o comprovante de publicação aos autos.
- **Atualizações e registros:** O Setor Contábil atualiza a relação de instituições e gestores credenciados, providencia a publicação da versão atualizada no site institucional do FUNPREV e efetua o registro cadastral no módulo correspondente do CADPREV.

7. Encerramento
7.1. Homologação
Este **Manual de Processos de Investimentos, Versão 1.0, do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR (FUNPREV)**, foi aprovado pela Portaria nº 03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

1. Manualização da Compensação Previdenciária (COMPREV)
Responsável pelo processo:DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Unidade gestora: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVOPR()
Histórico de Alterações

Revisão	Data	Descrição

2. Regulamentações Utilizadas
• Constituição Federal de 1988.
• Lei nº 9.796/1999.
• Decreto nº 10.188/2019.
• Portarias Conjuntas PGFN/SRFB/INSS nº 01/2013 e Portaria nº 1.467/2022.
• Portaria MPS nº 1.400/2024.
• Resoluções e Recomendações do CNRPPS vigentes.
• Manual do Novo COMPREV (versão atual).
3. Objetivo
Padronizar os procedimentos de Compensação Previdenciária (COMPREV) executados pelo RPPS, tanto na condição de **Regime Instituidor** quanto de **Regime de Origem,** estabelecendo diretrizes para identificação do direito à compensação, requerimento, análise, atendimento de exigências, deferimento, indeferimento, acompanhamento, controle financeiro e monitoramento dos processos, assegurando conformidade com a legislação vigente, eficiência operacional, transparência, rastreabilidade das informações e adequada gestão dos recursos previdenciários.

4. Responsabilidades

Setor	Responsabilidades Principais
Benefícios / RH	Identificar benefícios elegíveis à compensação previdenciária.
COMPREV	Protocolar, acompanhar e controlar requerimentos. Receber, analisar e decidir requerimentos.
Financeiro / Contábil	Controlar valores recebidos. Registrar valores a pagar.
Controle Interno	Monitorar e acompanhar indicadores e conformidade.
Diretor Presidente	Validar documentação e mérito.
Diretor Presidente	Supervisionar o processo

5. Conceitos e Definições
• **Regime Instituidor:** regime
responsável pela concessão e pagamento do benefício previdenciário.
• **Regime de Origem:** regime
responsável pelo período contributivo utilizado na concessão do benefício.
• **COMPREV:** Sistema de Compensação Previdenciária administrado pela DATAPREV.
• **CTC:** Documento oficial que certifica tempo de contribuição.
6. Detalhamento da Atividades

6.1. Solicitação da Compensação Previdenciária
Identificação do Direito
Responsável: Responsável pela área de RH
Atividades:
- Verificar benefícios concedidos (aposentadorias e pensões).
- Identificar existência de tempo averbado de outro regime.
- Confirmar o direito à compensação previdenciária.
Preparação da Documentação
Responsável: Responsável pela área de RH / COMPREV
Atividades:
- Reunir documentação obrigatória.
- Digitalizar documentos.
- Conferir consistência cadastral.
- Organizar arquivos para protocolo
Protocolo no Sistema COMPREV
Responsável: Diretor Presidente
Atividades:
- Cadastrar requerimento.
- Informar dados do benefício.
- Anexar documentos.
- Protocolar e enviar ao regime de origem.
Acompanhamento Processual
Responsável: Diretor Presidente
Atividades:
- Monitorar andamento.
- Consultar pendências.
- Registrar movimentações em controle interno.
Atendimento de Exigências
Responsável: Diretor Presidente
Atividades:
- Receber exigências emitidas pelo regime de origem.
- Complementar documentação.
- Responder no prazo regulamentar.
- Reencaminhar para análise.

Recebimento da Compensação
Responsável: Setor Contábil
Atividades:
- Registrar deferimentos.
- Controlar valores recebidos.
- Conciliar valores financeiros.
- Atualizar controles mensais.
Encerramento
Responsável: Diretor Presidente
Atividades:
- Emitir relatórios mensais e trimestrais.
- Arquivar documentação.
- Disponibilizar informações para auditorias.
6.2. Análise dos Requerimentos Recebidos
Recebimento do Requerimento
Responsável: Assessoria Jurídica
Atividades:
- Receber requerimento encaminhado através do sistema COMPREV.
- Registrar recebimento.
- Atualizar controle interno.
Conferência da Documentação
Responsável: Assessoria Juridica
Atividades:
- Verificar integridade documental.
- Conferir dados do benefício.
- Validar períodos de contribuição.
- Verificar consistência cadastral
Análise Técnica
Responsável: Assessoria Jurídica
Atividades:

- Avaliar mérito do requerimento.
- Conferir CTC.
- Verificar tempo utilizado na concessão.
- Validar enquadramento legal da compensação.

Emissão de Exigência
Responsável: Assessoria Jurídica
Quando houver inconsistências:
- Gerar exigência.
- Registrar justificativa.
- Encaminhar ao regime instituidor.

Deferimento
Responsável: Assessoria Jurídica
Atividades:
- Registrar deferimento.
- Encaminhar para controle financeiro.
- Atualizar sistemas internos.

Indeferimento
Responsável: Assessoria Jurídica Atividades:
- Registrar indeferimento.
- Informar justificativa.
- Atualizar controles internos.

Controle Financeiro
Responsável: Setor Contábil
Atividades:
- Registrar valores a pagar.
- Iniciar pagamento da compensação.
- Controlar fluxo mensal de pagamentos.

Monitoramento e Gestão
Responsável: Diretor Presidente
Atividades:
- Monitorar pendências.
- Controlar prazos processuais.
- Emitir relatórios mensais e trimestrais.
- Apoiar auditorias periódicas.

7. Modelos e Ferramentas de Apoio
• Planilha de Controle de Requerimentos (modelo padrão Excel).
• Check-list de Documentos (Anexo I).

8. Indicadores de Desempenho
- Quantidade de requerimentos enviados.
- Taxa de deferimento.
- Prazo médio de atendimento de exigências.
- Tempo médio até deferimento.
- Valor total recebido em compensação previdenciária.
- Quantidade de requerimentos recebidos.
- Percentual de deferimentos.
- Percentual de exigências emitidas.
- Prazo médio de análise.
- Valor mensal pago em compensação previdenciária.
- Quantidade de processos pendentes.

9. Governança e Controle
• Revisão anual da manualização.
• Registro de versões e responsáveis.
• Integração com o planejamento estratégico do RPPS.

10. Exigências do Comprev
10.1. Exigências Documentais (Comprovação de Tempo e Vínculo)
São os documentos que comprovam o tempo de contribuição e o vínculo do servidor com o ente público. Documentos mais comuns:
• Ficha funcional completa do servidor (início, término e alterações de cargo).
• Portarias ou decretos de nomeação, posse, exoneração e aposentadoria.
• Contracheques ou folhas de pagamento (quando necessário).
• Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) detalhada, emitida e assinada pela unidade gestora do RPPS. • Termo de responsabilidade pela CTC, conforme legislação vigente.
• Documentos que comprovem períodos especiais (laudos técnicos, PPP etc., quando aplicável).

10.2. Exigências Cadastrais (Conferência de Dados do Benefício) Utilizadas para confrontar as informações do segurado com os dados constantes nos sistemas do INSS ou do RPPS. Itens verificados:
• Nome completo e CPF do servidor.
• Data de nascimento e de ingresso no serviço público.
• Matrícula, cargo, regime e jornada.
• Dados do benefício concedido (espécie, número, data de início).
• Número do processo e informações do protocolo no sistema COMPREV.

10.3. Exigências de Cálculo e Tempo Concomitante
Voltadas à conferência do cálculo do tempo reconhecido e à eliminação de sobreposições entre regimes. Pontos de atenção:
• Retificação de períodos concomitantes (tempo em mais de um regime no mesmo período).
• Revisão de tempo de contribuição contado em duplicidade.
• Conferência dos períodos averbados no CNIS.
• Ajuste de datas de início e fim dos vínculos.
10.4. Exigências Administrativas
Relacionadas ao andamento processual e à regularidade do ente federativo. Podem incluir:
• Indicação de servidor responsável pela resposta no sistema COMPREV.
• Atualização do cadastro do RPPS no sistema.
• Cumprimento de prazos para resposta.
10.5. Exigências no Sistema COMPREV
O sistema pode gerar exigências automáticas quando há inconsistências. Situações frequentes:
• Divergência de CPF, nome ou data de nascimento.
• CTC sem assinatura digital válida.
• Falta de anexos obrigatórios no processo.
• Benefício informado incorretamente (espécie ou número).
11. Encerramento
11.1. Homologação
• Este Manual de Compensação Previdenciária, versão 1.0, foi aprovado pela Portaria nº 03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

Anexo I – Check-list de Documentos (Decreto nº 10.188/2019)
Check-list de documentos conforme o Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019:
• I - dados pessoais e outros documentos necessários e úteis à identificação do segurado ou do servidor e, se for o caso, dos seus dependentes;
• II - o valor inicial da aposentadoria ou da pensão por morte dela decorrente e a data de início do benefício;
• III - o tempo de contribuição no âmbito do regime de origem utilizado na concessão do benefício na forma da contagem recíproca e o tempo de contribuição total do segurado ou do servidor no regime instituidor;
• IV - cópia da Certidão de Tempo de Serviço ou da Certidão de Tempo de Contribuição fornecida pelo regime de origem e utilizada para cômputo do tempo de contribuição no âmbito do regime instituidor;
• V - cópia do laudo médico que reconheceu a invalidez nos casos de aposentadoria por invalidez;
• VI - cópia do ato expedido pela autoridade competente que concedeu a aposentadoria ou a pensão por morte dela decorrente; e
• VII - cópia do registro do ato concessório da aposentadoria ou da pensão por morte pelo Tribunal de Contas competente, quando couber.
§ 1º A Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelos RPPS, prevista no inciso IV do caput, observará as regras estabelecidas pela Portaria nº 154, de 15 de maio de 2008, do extinto Ministério da Previdência Social, quando emitida a partir de 16 de maio de 2008.
§ 2º Será dispensado o envio de cópia dos documentos previstos neste artigo quando:
• I - o tempo de contribuição for averbado eletronicamente por meio de sistema disponibilizado pela Secretaria de Previdência;
• II - os dados do registro do ato que tenha concedido a aposentadoria ou a pensão forem encaminhados eletronicamente pelo Tribunal de Contas; ou
• III - as demais informações exigidas puderem ser obtidas eletronicamente pelo órgão ou pela entidade responsável por prestar a informação.

1. Manualização dos Processos de Contingência e Controle de Acesso
Unidade gestora: Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR (FUNPREV)
Setor responsável pela manutenção: Diretor Presidente **Histórico de Alterações**

Revisão	Data	Descrição
Versão 1.0	21/08/2026	Elaboração inicial do manual e adequação aos processos de segurança da informação, backup, contingência e controle de acesso do FUNPREV de Turvo-PR.

2. Regulamentações Utilizadas
Este manual observa o arcabouço legal e normativo aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e às boas práticas de segurança da informação e continuidade de negócios, em especial:
· **Lei Federal nº 9.717/1998:** normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS.
· **Portaria MTP nº 1.467/2022:** consolidação das normas dos RPPS, incluindo controles internos, governança e o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS).
· **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD):** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que impõe medidas de segurança, controle de acesso e prevenção de incidentes sobre dados pessoais.
· **Lei Complementar Municipal nº 06/2023 e Lei Complementar nº 03/2023:** legislação do Município de Turvo-PR atinente à estrutura e gestão previdenciária.
· **Política de Segurança da Informação (PSI/PPSI):** diretrizes institucionais e Plano de Contingência e Backup do FUNPREV.
· **Normas técnicas de referência:** ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 (segurança da informação) e ABNT NBR ISO 22301 (continuidade de negócios), adotadas como boas práticas.
· **Normativos Locais:** Leis municipais, regimento interno, diretrizes do Conselho Deliberativo e Código de Ética institucional do FUNPREV.

3. Objetivo
O presente manual tem como finalidade orientar e padronizar os procedimentos de contingência e de controle de acesso (físico e lógico) do FUNPREV, determinando, de forma formal e auditável, a existência de cópias de segurança (backups) dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, bem como as regras de proteção do acesso às instalações e às informações.
Os objetivos específicos são: (i) assegurar a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade das informações previdenciárias; (ii) garantir a continuidade das atividades essenciais em situações de falha, sinistro ou indisponibilidade; (iii) restringir o acesso físico às áreas críticas e o acesso lógico aos sistemas e dados conforme a necessidade de conhecer; e (iv) atender aos requisitos do Pró-Gestão RPPS relativos a controles internos e segurança da informação.

4. Definições

Termo	Descrição

Backup	Cópia de segurança de dados, sistemas ou configurações, armazenada de forma segregada para permitir a restauração em caso de perda ou corrupção.
Backup completo	Cópia integral de todos os dados do escopo definido.
Backup incremental	Cópia apenas dos dados alterados desde o último backup, reduzindo tempo e volume.
Acesso físico	Entrada e permanência de pessoas nas instalações e nas áreas restritas do FUNPREV.
Acesso lógico	Acesso a sistemas, redes, aplicações e bancos de dados mediante credenciais.
Princípio do menor privilégio	Concessão a cada usuário apenas dos acessos estritamente necessários às suas atribuições.
RPO (Recovery Point Objective)	Perda máxima de dados tolerável, expressa em tempo (ex.: 24 horas).
RTO (Recovery Time Objective)	Tempo máximo aceitável para restabelecer um serviço após indisponibilidade.

5. Definição de Responsabilidades

Setor / Órgão	Responsabilidades
Diretoria Executiva	Deliberar sobre acessos críticos; autorizar a ativação do plano de contingência; prover recursos.
Diretor Presidente	Executar e monitorar os backups dos sistemas e bancos de dados; testar restaurações; criar, alterar e revogar credenciais; manter logs; operar o plano de contingência e o suporte técnico.
Controle Interno	Auditar a aderência aos procedimentos; verificar a efetividade dos backups e das revisões de acesso; emitir a declaração de conformidade.
Diretor Presidente / Assessoria Jurídica	Definir e revisar as regras de acesso e tratamento de dados; tratar incidentes; coordenar a resposta a violações de dados pessoais.
Diretor Presidente	Identificar e registrar visitantes; controlar entrada e saída; encaminhar e acompanhar o acesso às áreas internas.
Assessoria Jurídica	Emitir pareceres em casos de não conformidade e orientar quanto a obrigações legais e contratuais.
Usuários / Servidores do FUNPREV	Usar credenciais de forma responsável e individual; participar de treinamentos; comunicar incidentes; não compartilhar senhas.

6. Detalhamento das Atividades

6.1. Processo de Controle de Acesso Físico

O controle de acesso físico tem por finalidade restringir a entrada de pessoas às instalações do FUNPREV e, especialmente, às áreas críticas (sala de servidores/CPD, arquivo de documentos e áreas de processamento de dados sensíveis), prevenindo acessos indevidos, furtos, danos físicos e comprometimento das informações.

Procedimentos de Controle Físico:

· Identificação obrigatória do visitante na recepção, mediante apresentação de documento oficial com foto.

· Registro de entrada e saída em livro próprio ou sistema eletrônico de controle (1Doc/sistema local), constando data, horário, setor de destino, motivo e responsável pelo atendimento.

· Direcionamento e acompanhamento do visitante até o setor competente, vedado o trânsito desacompanhado em áreas restritas.

· Classificação das áreas físicas do FUNPREV em públicas, internas e restritas, mantendo-se o acesso às áreas restritas limitado a pessoas previamente autorizadas.

· Acesso à sala de servidores/CPD e ao arquivo físico permitido apenas a servidores expressamente autorizados, mediante registro; prestadores de serviços técnicos somente ingressam acompanhados pela TI.

· Uso de mecanismos de controle compatíveis com a estrutura do FUNPREV (crachá de identificação, fechadura eletrônica, chave controlada ou biometria), conforme disponibilidade.

· Encerramento do atendimento com registro do horário de saída e conferência da devolução de crachá/credencial temporária.

· Revisão periódica das autorizações de acesso físico e imediata revogação em caso de desligamento, exoneração ou mudança de função.

6.2. Processo de Controle de Acesso Lógico

O controle de acesso lógico disciplina o acesso a sistemas, redes, aplicações e bancos de dados do FUNPREV, garantindo que cada usuário acesse apenas as informações necessárias ao exercício de suas atribuições formais (princípio do menor privilégio e segregação de funções).

Procedimentos de Controle Lógico:

· Solicitação formal de acesso por meio de formulário cadastral ou abertura de chamado no sistema de gestão (1Doc), com indicação do perfil pretendido e aprovação da chefia imediata.

· Conferência e validação dos dados cadastrais pelo setor de TI antes da concessão das permissões.

· Criação de credenciais individuais e intransferíveis (login pessoal e senha provisória), sendo expressamente vedado o uso de contas genéricas ou compartilhadas.

· Troca obrigatória de senha no primeiro acesso e adoção de política de senhas fortes (comprimento mínimo de 8 caracteres, complexidade alfanumérica/símbolos e expiração periódica).

· Adoção de autenticação multifator (MFA) para acessos administrativos, remotos e a bancos de dados com dados sensíveis, quando disponível tecnologicamente.

· Definição de perfis de acesso conforme a necessidade de conhecer, segregando funções incompatíveis (ex.: o servidor que cadastra dados de benefícios não possui permissão para autorizar ou efetuar pagamentos).

· Concessão de privilégios de administrador de rede/banco de dados apenas a usuários estritamente necessários, com registro formal da justificativa.

· Monitoramento contínuo por meio de logs e trilhas de auditoria dos sistemas, preservados pelo prazo mínimo definido na Política de Segurança da Informação.

· Revisão periódica (no mínimo anual) dos acessos concedidos a todos os sistemas do FUNPREV, com revalidação formal ou exclusão de acessos obsoletos.

· Bloqueio e revogação imediata das credenciais em caso de desligamento, aposentadoria, exoneração, afastamento não remunerado, mudança de função ou indício de não conformidade.

Indicadores de Desempenho do Acesso Lógico: tempo médio para concessão e revogação de credenciais; percentual de acessos revisados no período; e número de incidentes de acesso lógico reportados e tratados.

6.3. Cópias de Segurança (Backup) dos Sistemas e Bancos de Dados

Este processo determina a existência obrigatória de cópias de segurança (backups) dos sistemas informatizados e dos bancos de dados do FUNPREV, de modo a assegurar a plena recuperação das informações em caso de falha, corrupção de dados, exclusão acidental, ataque cibernético ou sinistro.

Escopo das Cópias de Segurança:

· Bancos de dados dos sistemas de gestão previdenciária (cadastro de segurados, dependentes, histórico contributivo, concessão de benefícios, arrecadação e compensação previdenciária – COMPREV).

· Sistemas informatizados e suas configurações (aplicações, parametrizações, rotinas de integração e tabelas do sistema).

· Sistemas de investimentos e documentos de prestação de contas (DRAA, DIPR, DAIR, DPIN, demonstrativos financeiros, carteira de investimentos e relatórios administrativos e financeiros).

· Documentos eletrônicos institucionais, atas de reuniões dos Conselhos e Comitê, pareceres jurídicos/atuariais e arquivos funcionais digitalizados.

Parâmetros Mínimos e Procedimentos de Backup:

· Execução automatizada das cópias de segurança conforme a periodicidade definida (backups diários incrementais e backups semanais/mensais completos).
· Adoção da estratégia 3-2-1: manutenção de ao menos três cópias dos dados, em dois tipos de mídia distintos, sendo no mínimo uma cópia armazenada fora das instalações do FUNPREV (armazenamento seguro em nuvem ou mídia off-site).
· Criptografia compulsória de todas as cópias de segurança e restrição de acesso aos repositórios de backup apenas a pessoal autorizado pelo Diretor Presidente.
· Registro e monitoramento diário da execução dos backups, com tratamento imediato de eventuais falhas e geração de log auditável de evidência.
· Realização de testes periódicos de restauração (restore) em ambiente controlado (no mínimo semestrais), para comprovar a integridade, consistência e recuperabilidade das cópias.
· Definição e cumprimento rigoroso dos prazos de retenção das cópias e descarte seguro de mídias obsoletas ou danificadas.

6.4. Procedimentos de Contingência e Continuidade de Negócios

Os procedimentos de contingência visam assegurar a rápida recuperação da infraestrutura tecnológica e dos serviços previdenciários essenciais do FUNPREV diante de interrupções não planejadas.

Cenários de Risco Considerados:

· Falha ou indisponibilidade prolongada de servidores, equipamentos de rede ou fornecimento de energia elétrica.
· Corrupção, perda crítica ou exclusão acidental de bases de dados previdenciárias e financeiras.
· Incidentes de segurança cibernética (ataques de ransomware, invasão de sistemas, contaminação por malware ou vazamento de dados).
· Sinistros físicos (incêndio, alagamento, vendaval ou danos estruturais) que afetem a sede do FUNPREV ou o CPD.

· Indisponibilidade grave de fornecedores de sistemas, links de internet ou serviços essenciais em nuvem.

Procedimentos de Contingência e Recuperação:

· Identificação e classificação dos serviços e sistemas críticos do FUNPREV, com definição dos parâmetros de RTO (Recovery Time Objective) e RPO (Recovery Point Objective) para cada um deles.
· Ativação formal do Plano de Contingência pelo setor de TI, com comunicação imediata à Diretoria Executiva e às áreas operacionais afetadas.
· Isolamento do ambiente afetado para conter danos, especialmente em casos de incidentes cibernéticos ou falhas de hardware.
· Restauração das aplicações e dados a partir da última cópia de segurança íntegra (backup em nuvem ou mídia externa).
· Acionamento de infraestrutura alternativa ou suporte técnico especializado contratado, quando necessário.
· Validação da integridade dos dados restaurados em conjunto com as áreas de negócios (Benefícios, Arrecadação, Financeiro) antes do restabelecimento total da operação.
· Realização de testes e simulações periódicas do plano de contingência (pelo menos anualmente), avaliando o tempo de resposta e a eficácia das rotinas.
· Elaboração de Relatório de Pós-Incidente contendo a causa raiz, os impactos, as ações adotadas e as recomendações de melhoria contínua.

Indicadores de Desempenho de Contingência: tempo efetivo de recuperação frente ao RTO estabelecido; número de incidentes tratados com sucesso; e realização das simulações anuais previstas.

7. Monitoramento, Auditoria e Conformidade

O cumprimento deste manual é objeto de monitoramento contínuo pelo Diretor Presidente e de verificação periódica pelo Controle Interno do FUNPREV. As trilhas de auditoria, os registros de acesso (físico e lógico) e os relatórios de execução e teste dos backups constituem evidências formais de conformidade e devem ser preservados conforme os prazos definidos na Política de Segurança da Informação.
As constatações de não conformidade ou vulnerabilidades identificadas serão imediatamente comunicadas à Diretoria Executiva e, quando aplicável, à Assessoria Jurídica, com a elaboração de Plano de Ação Corretivo e o respectivo acompanhamento até a completa regularização.

8. Disposições Finais

· O presente manual deve ser revisado, no mínimo, anualmente e sempre que houver mudanças legais, normativas, operacionais ou tecnológicas relevantes.
· As alterações propostas pelo Diretor Presidente, pelo Controle Interno ou pela Comissão de Segurança da Informação/LGPD devem ser submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para prévia aprovação.
· O cumprimento das etapas e diretrizes aqui descritas é obrigatório para todos os servidores e colaboradores, sendo auditável e integrando o sistema de controles internos do FUNPREV para fins de auditoria e do Programa Pró-Gestão RPPS.

· Os casos omissos ou dúvidas de interpretação serão dirimidos pelo Conselho Deliberativo do FUNPREV, ouvidos o Diretor Presidente, o Controle Interno e a Assessoria Jurídica.

9. Encerramento

9.1. Homologação

• Este Manual de Processos de Contingência e Controle de Acesso, versão 1.0, foi aprovado pela Portaria nº 03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

1. Manualização dos Processos de Contingência e Controle de Acesso
Unidade gestora: Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo-PR (FUNPREV)
Setor responsável pela manutenção: Diretor Presidente
Histórico de Alterações

Revisão	Data	Descrição
Versão 1.0	21/08/2026	Elaboração inicial do manual e adequação aos processos de segurança da informação, backup, contingência e controle de acesso do FUNPREV de Turvo-PR.

2. Regulamentações Utilizadas
Este manual observa o arcabouço legal e normativo aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e às boas práticas de segurança da informação e continuidade de negócios, em especial:
- **Lei Federal nº 9.717/1998:** normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS.
- **Portaria MTP nº 1.467/2022:** consolidação das normas dos RPPS, incluindo controles internos, governança e o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS).
- **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD):** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que impõe medidas de segurança, controle de acesso e prevenção de incidentes sobre dados pessoais.

- **Lei Complementar Municipal nº 06/2023 e Lei Complementar nº 03/2023:** legislação do Município de Turvo-PR atinente à estrutura e gestão previdenciária.
- **Política de Segurança da Informação (PSI/PPSI):** diretrizes institucionais e Plano de Contingência e Backup do FUNPREV.
- **Normas técnicas de referência:** ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 (segurança da informação) e ABNT NBR ISO 22301 (continuidade de negócios), adotadas como boas práticas.
- **Normativos Locais:** Leis municipais, regimento interno, diretrizes do Conselho Deliberativo e Código de Ética institucional do FUNPREV.

3. Objetivo

O presente manual tem como finalidade orientar e padronizar os procedimentos de contingência e de controle de acesso (físico e lógico) do FUNPREV, determinando, de forma formal e auditável, a existência de cópias de segurança (backups) dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, bem como as regras de proteção do acesso às instalações e às informações.

Os objetivos específicos são: (i) assegurar a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade das informações previdenciárias; (ii) garantir a continuidade das atividades essenciais em situações de falha, sinistro ou indisponibilidade; (iii) restringir o acesso físico às áreas críticas e o acesso lógico aos sistemas e dados conforme a necessidade de conhecer; e (iv) atender aos requisitos do Pró-Gestão RPPS relativos a controles internos e segurança da informação.

4. Definições

Termo	**Descrição**
Backup	Cópia de segurança de dados, sistemas ou configurações, armazenada de forma segregada para permitir a restauração em caso de perda ou corrupção.
Backup completo	Cópia integral de todos os dados do escopo definido.
Backup incremental	Cópia apenas dos dados alterados desde o último backup, reduzindo tempo e volume.
Acesso físico	Entrada e permanência de pessoas nas instalações e nas áreas restritas do FUNPREV.
Acesso lógico	Acesso a sistemas, redes, aplicações e bancos de dados mediante credenciais.
Princípio do menor privilégio	Concessão a cada usuário apenas dos acessos estritamente necessários às suas atribuições.
RPO (Recovery Point Objective)	Perda máxima de dados tolerável, expressa em tempo (ex.: 24 horas).
RTO (Recovery Time Objective)	Tempo máximo aceitável para restabelecer um serviço após indisponibilidade.
5. Definição de Responsabilidades	
Setor / Órgão	**Responsabilidades**
Diretoria Executiva	Deliberar sobre acessos críticos; autorizar a ativação do plano de contingência; prover recursos.
Diretor Presidente	Executar e monitorar os backups dos sistemas e bancos de dados; testar restaurações; criar, alterar e revogar credenciais; manter logs; operar o plano de contingência e o suporte técnico.
Controle Interno	Auditar a aderência aos procedimentos; verificar a efetividade dos backups e das revisões de acesso; emitir a declaração de conformidade.
Diretor Presidente / Assessoria Jurídica	Definir e revisar as regras de acesso e tratamento de dados; tratar incidentes; coordenar a resposta a violações de dados pessoais.
Diretor Presidente	Identificar e registrar visitantes; controlar entrada e saída; encaminhar e acompanhar o acesso às áreas internas.
Assessoria Jurídica	Emitir pareceres em casos de não conformidade e orientar quanto a obrigações legais e contratuais.
Usuários / Servidores do FUNPREV	Usar credenciais de forma responsável e individual; participar de treinamentos; comunicar incidentes; não compartilhar senhas.

6. Detalhamento das Atividades

6.1. Processo de Controle de Acesso Físico

O controle de acesso físico tem por finalidade restringir a entrada de pessoas às instalações do FUNPREV e, especialmente, às áreas críticas (sala de servidores/CPD, arquivo de documentos e áreas de processamento de dados sensíveis), prevenindo acessos indevidos, furtos, danos físicos e comprometimento das informações.

Procedimentos de Controle Físico:

- Identificação obrigatória do visitante na recepção, mediante apresentação de documento oficial com foto.
- Registro de entrada e saída em livro próprio ou sistema eletrônico de controle (1Doc/sistema local), constando data, horário, setor de destino, motivo e responsável pelo atendimento.
- Direcionamento e acompanhamento do visitante até o setor competente, vedado o trânsito desacompanhado em áreas restritas.

- Classificação das áreas físicas do FUNPREV em públicas, internas e restritas, mantendo-se o acesso às áreas restritas limitado a pessoas previamente autorizadas.
- Acesso à sala de servidores/CPD e ao arquivo físico permitido apenas a servidores expressamente autorizados, mediante registro; prestadores de serviços técnicos somente ingressam acompanhados pela TI.
- Uso de mecanismos de controle compatíveis com a estrutura do FUNPREV (crachá de identificação, fechadura eletrônica, chave controlada ou biometria), conforme disponibilidade.
- Encerramento do atendimento com registro do horário de saída e conferência da devolução de crachá/credencial temporária.
- Revisão periódica das autorizações de acesso físico e imediata revogação em caso de desligamento, exoneração ou mudança de função.

6.2. Processo de Controle de Acesso Lógico

O controle de acesso lógico disciplina o acesso a sistemas, redes, aplicações e bancos de dados do FUNPREV, garantindo que cada usuário acesse apenas as informações necessárias ao exercício de suas atribuições formais (princípio do menor privilégio e segregação de funções).

Procedimentos de Controle Lógico:

- Solicitação formal de acesso por meio de formulário cadastral ou abertura de chamado no sistema de gestão (1Doc), com indicação do perfil pretendido e aprovação da chefia imediata.
- Conferência e validação dos dados cadastrais pelo setor de TI antes da concessão das permissões.
- Criação de credenciais individuais e intransferíveis (login pessoal e senha provisória), sendo expressamente vedado o uso de contas genéricas ou compartilhadas.
- Troca obrigatória de senha no primeiro acesso e adoção de política de senhas fortes (comprimento mínimo de 8 caracteres, complexidade alfanumérica/símbolos e expiração periódica).
- Adoção de autenticação multifator (MFA) para acessos administrativos, remotos e a bancos de dados com dados sensíveis, quando disponível tecnologicamente.
- Definição de perfis de acesso conforme a necessidade de conhecer, segregando funções incompatíveis (ex.: o servidor que cadastra dados de benefícios não possui permissão para autorizar ou efetuar pagamentos).
- Concessão de privilégios de administrador de rede/banco de dados apenas a usuários estritamente necessários, com registro formal da justificativa.
- Monitoramento contínuo por meio de logs e trilhas de auditoria dos sistemas, preservados pelo prazo mínimo definido na Política de Segurança da Informação.
- Revisão periódica (no mínimo anual) dos acessos concedidos a todos os sistemas do FUNPREV, com revalidação formal ou exclusão de acessos obsoletos.
- Bloqueio e revogação imediata das credenciais em caso de desligamento, aposentadoria, exoneração, afastamento não remunerado, mudança de função ou indício de não conformidade.

Indicadores de Desempenho do Acesso Lógico: tempo médio para concessão e revogação de credenciais; percentual de acessos revisados no período; e número de incidentes de acesso lógico reportados e tratados.

6.3. Cópias de Segurança (Backup) dos Sistemas e Bancos de Dados

Este processo determina a existência obrigatória de cópias de segurança (backups) dos sistemas informatizados e dos bancos de dados do FUNPREV, de modo a assegurar a plena recuperação das informações em caso de falha, corrupção de dados, exclusão acidental, ataque cibernético ou sinistro.

Escopo das Cópias de Segurança:

- Bancos de dados dos sistemas de gestão previdenciária (cadastro de segurados, dependentes, histórico contributivo, concessão de benefícios, arrecadação e compensação previdenciária – COMPREV).
- Sistemas informatizados e suas configurações (aplicações, parametrizações, rotinas de integração e tabelas do sistema).
- Sistemas de investimentos e documentos de prestação de contas (DRAA, DIPR, DAIR, DPIN, demonstrativos financeiros, carteira de investimentos e relatórios administrativos e financeiros).
- Documentos eletrônicos institucionais, atas de reuniões dos Conselhos e Comitê, pareceres jurídicos/atuariais e arquivos funcionais digitalizados.

Parâmetros Mínimos e Procedimentos de Backup:

- Execução automatizada das cópias de segurança conforme a periodicidade definida (backups diários incrementais e backups semanais/mensais completos).
- Adoção da estratégia 3-2-1: manutenção de ao menos três cópias dos dados, em dois tipos de mídia distintos, sendo no mínimo uma cópia armazenada fora das instalações do FUNPREV (armazenamento seguro em nuvem ou mídia off-site).
- Criptografia compulsória de todas as cópias de segurança e restrição de acesso aos repositórios de backup apenas a pessoal autorizado pelo Diretor Presidente.
- Registro e monitoramento diário da execução dos backups, com tratamento imediato de eventuais falhas e geração de log auditável de evidência.
- Realização de testes periódicos de restauração (restore) em ambiente controlado (no mínimo semestrais), para comprovar a integridade, consistência e recuperabilidade das cópias.
- Definição e cumprimento rigoroso dos prazos de retenção das cópias e descarte seguro de mídias obsoletas ou danificadas.

6.4. Procedimentos de Contingência e Continuidade de Negócios

Os procedimentos de contingência visam assegurar a rápida recuperação da infraestrutura tecnológica e dos serviços previdenciários essenciais do FUNPREV diante de interrupções não planejadas.

Cenários de Risco Considerados:

- Falha ou indisponibilidade prolongada de servidores, equipamentos de rede ou fornecimento de energia elétrica.
- Corrupção, perda crítica ou exclusão acidental de bases de dados previdenciárias e financeiras.
- Incidentes de segurança cibernética (ataques de ransomware, invasão de sistemas, contaminação por malware ou vazamento de dados).
- Sinistros físicos (incêndio, alagamento, vendaval ou danos estruturais) que afetem a sede do FUNPREV ou o CPD.
- Indisponibilidade grave de fornecedores de sistemas, links de internet ou serviços essenciais em nuvem.

Procedimentos de Contingência e Recuperação:

- Identificação e classificação dos serviços e sistemas críticos do FUNPREV, com definição dos parâmetros de RTO (Recovery Time Objective) e RPO (Recovery Point Objective) para cada um deles.
- Ativação formal do Plano de Contingência pelo setor de TI, com comunicação imediata à Diretoria Executiva e às áreas operacionais afetadas.
- Isolamento do ambiente afetado para conter danos, especialmente em casos de incidentes cibernéticos ou falhas de hardware.
- Restauração das aplicações e dados a partir da última cópia de segurança íntegra (backup em nuvem ou mídia externa).
- Acionamento de infraestrutura alternativa ou suporte técnico especializado contratado, quando necessário.
- Validação da integridade dos dados restaurados em conjunto com as áreas de negócios (Benefícios, Arrecadação, Financeiro) antes do restabelecimento total da operação.
- Realização de testes e simulações periódicas do plano de contingência (pelo menos anualmente), avaliando o tempo de resposta e a eficácia das rotinas.
- Elaboração de Relatório de Pós-Incidente contendo a causa raiz, os impactos, as ações adotadas e as recomendações de melhoria contínua.

Indicadores de Desempenho de Contingência: tempo efetivo de recuperação frente ao RTO estabelecido; número de incidentes tratados com sucesso; e realização das simulações anuais previstas.

7. Monitoramento, Auditoria e Conformidade

O cumprimento deste manual é objeto de monitoramento contínuo pelo Diretor Presidente e de verificação periódica pelo Controle Interno do FUNPREV. As trilhas de auditoria, os registros de acesso (físico e lógico) e os relatórios de execução e teste dos backups constituem evidências formais de conformidade e devem ser preservados conforme os prazos definidos na Política de Segurança da Informação.

As constatações de não conformidade ou vulnerabilidades identificadas serão imediatamente comunicadas à Diretoria Executiva e, quando aplicável, à Assessoria Jurídica, com a elaboração de Plano de Ação Corretivo e o respectivo acompanhamento até a completa regularização.

8. Disposições Finais

- O presente manual deve ser revisado, no mínimo, anualmente e sempre que houver mudanças legais, normativas, operacionais ou tecnológicas relevantes.
- As alterações propostas pelo Diretor Presidente, pelo Controle Interno ou pela Comissão de Segurança da Informação/LGPD devem ser submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para prévia aprovação.
- O cumprimento das etapas e diretrizes aqui descritas é obrigatório para todos os servidores e colaboradores, sendo auditável e integrando o sistema de controles internos do FUNPREV para fins de auditoria e do Programa Pró-Gestão RPPS.
-Os casos omissos ou dúvidas de interpretação serão dirimidos pelo Conselho Deliberativo do FUNPREV, ouvidos o Diretor Presidente, o Controle Interno e a Assessoria Jurídica.

9. Encerramento

9.1. Homologação

• Este Manual de Processos de Contingência e Controle de Acesso, versão 1.0, foi aprovado pela Portaria nº 03/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

Publicado por:
Diogo Augusto de Oliveira
Código Identificador:61D11165

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 EDITAL DE ABERTURA N° 01.001/2026 EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL 15.001/2026

A Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, nas disposições contidas na Lei Orgânica do Município e suas posteriores alterações, na Lei Municipal nº 1247/2003 e suas posteriores alterações, Lei Municipal nº 2435/2025 e suas posteriores alterações e demais legislação pertinente do Município de Guaíra, Estado do Paraná, resolve:

1. - DIVULGAR, o Anexo Único, sendo o resultado final com a classificação final dos candidatos aprovados, por cargo, na forma estabelecida no item 18, do Processo de Seleção de Pessoal - Concurso Público nº 001 - Edital n˚ 01.001/2026, para ampla concorrência, afrodescendente e portador de deficiência, após a análise dos recursos da classificação preliminar.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, 07 de outubro de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ANEXO ÚNICO – CLASSIFICAÇÃO FINAL

AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Cargo	CANDIDATO(A)	Obj	Prat	Disc	Tit	Nota Final	Classif	CE	PORT	MAT	CG	INF	Data Nasc
11112867	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	CHEILA CRISTIANE VIANA	59,50		20,00		79,50	1	42,50	5,00	3,00	4,00	5,00	18/06/1987
11112720	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GABRIEL HENRIQUE ALOISIO	60,00		17,00		77,00	2	40,00	5,00	5,00	5,00	5,00	14/12/1994
11110920	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RAFAEL ALEXANDRE BORGES	55,50		17,00	2,00	74,50	3	37,50	3,00	5,00	5,00	5,00	05/03/1985
11113330	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	TÂNIA MARIA CANDIL	50,00		17,00	2,00	69,00	4	35,00	3,00	4,00	4,00	4,00	10/05/1972
11111450	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JESSICA BRUM BARANCELLI	47,50		17,00	1,00	65,50	5	32,50	4,00	4,00	5,00	2,00	02/09/1993
11113062	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	FRANCESLY TIBER	49,50		13,00	2,00	64,50	6	32,50	5,00	3,00	4,00	5,00	16/05/1980
11110973	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MARCOS PAULO HAWERROTH	50,50		13,00	1,00	64,50	7	32,50	5,00	3,00	5,00	5,00	28/10/1991
11114281	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	CAMILA CORAZZA GOMES NUNES	52,00		10,00	2,00	64,00	8	35,00	4,00	4,00	4,00	5,00	12/09/1988
11111144	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	SILMAX CORREIA BORGES	44,50		17,00		61,50	9	27,50	4,00	4,00	5,00	4,00	19/06/1998
11114376	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JACQUELINE EVELYN FRANJOTTI	45,00		13,00	2,00	60,00	10	30,00	3,00	4,00	3,00	5,00	02/01/1995
11113551	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MANOEL ROBERTO MARON	47,00		13,00		60,00	11	30,00	4,00	4,00	5,00	4,00	13/07/2004
11112795	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	SANDRO HENRIQUE GONCALVES PINTO	44,50		13,00		57,50	12	27,50	4,00	4,00	5,00	4,00	10/04/1971
11111643	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GEAN LUCAS SILVESTRE FARIAS	47,00		10,00		57,00	13	30,00	5,00	3,00	4,00	5,00	28/02/2002
11111174	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JOSé ANTôNIO LUCAS VIRGINOTI DIAS	44,00		13,00		57,00	14	25,00	5,00	4,00	5,00	5,00	21/10/1997
11114576	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	ELEANDRO PAZ DOMINGOS	43,00		13,00		56,00	15	30,00	4,00	3,00	2,00	4,00	29/10/1988
11114279	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	NATALIA MARIA DE OLIVEIRA DE SOUZA PEDROZO	42,50		13,00		55,50	16	27,50	4,00	3,00	4,00	4,00	12/03/1997
11113202	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GABRIEL MATEUS KOCHEM	40,50		13,00	2,00	55,50	17	22,50	3,00	5,00	5,00	5,00	28/03/2002

11114240	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	VINICIUS CHAGAS PIAIA	42,00		13,00		55,00	18	25,00	4,00	4,00	4,00	5,00	16/06/2001
11111024	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	FABIO SILVEIRA VON HERTWIG	40,50		13,00	1,00	54,50	19	27,50	3,00	4,00	3,00	3,00	11/05/1988
11110938	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	DARA DE MORAIS BENCK	41,50		13,00		54,50	20	27,50	3,00	3,00	4,00	4,00	20/08/2005
11113849	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RICARDO KLEM MOREIRA	40,00		13,00	1,00	54,00	21	30,00	1,00	3,00	3,00	3,00	15/12/1981
11111428	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MAYARA DA SILVA BEZERRA	39,50		13,00		52,50	22	27,50	2,00	2,00	4,00	4,00	14/07/1998
11113813	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	VINICIUS MENDES GIROLOMETO	42,50		10,00		52,50	23	27,50	5,00	5,00	3,00	2,00	02/11/2001
11114270	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	DAIANE VIEIRA DIERINGS	39,00		10,00	1,00	50,00	24	25,00	4,00	1,00	4,00	5,00	13/04/1989
11112533	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MIKE ALVES BARBOSA	37,00		13,00		50,00	25	20,00	4,00	4,00	5,00	4,00	22/08/1992
11114291	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	LUCAS JULIANO LIEBSCH MARQUES	36,50		13,00		49,50	26	22,50	3,00	3,00	3,00	5,00	10/03/2005
11111103	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GUSTAVO PISTA SILVA	36,00		13,00		49,00	27	20,00	4,00	2,00	5,00	5,00	20/01/2002
11114000	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JUNIOR CESAR DOS SANTOS	38,00		10,00		48,00	28	25,00	4,00	3,00	3,00	3,00	08/06/1996
11110968	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RODOLFO FELIPE FERNANDES BOSCHINI	35,00		13,00		48,00	29	20,00	4,00	3,00	3,00	5,00	21/06/1989
11113534	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RICARDO FERNANDES	35,00		13,00		48,00	30	20,00	3,00	3,00	4,00	5,00	03/07/2000
11113052	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	APARECIDO CONCEIÇÃO BONFIM	37,50		10,00		47,50	31	27,50	2,00	1,00	3,00	4,00	08/12/1972
11114322	ENFERMEIRO PADRÃO	ELIANE GIMENÉS PARRA	59,00				#	#	49,00	2,00	0,00	4,00	4,00	08/10/1961
11111221	ENFERMEIRO PADRÃO	PAMELA CAROLINE FERREIRA DA SILVA	57,50				#	#	45,50	4,00	0,00	4,00	4,00	04/02/1996
11110850	ENFERMEIRO PADRÃO	ROZANE ZOTTI	56,00				#	#	42,00	8,00	2,00	0,00	4,00	07/02/1985
11113411	ENFERMEIRO PADRÃO	GABRIELE DIAS WELTER	50,00				#	#	42,00	2,00	4,00	0,00	2,00	12/04/1988
11112408	ENFERMEIRO PADRÃO	LETICIA VIANA DOS SANTOS	53,00				#	#	42,00	0,00	4,00	4,00	3,00	25/01/2001
11114253	ENFERMEIRO PADRÃO	MARIANA DE ASSIS DA SILVA	53,00				#	#	42,00	0,00	4,00	3,00	4,00	18/06/2003
11112985	ENFERMEIRO PADRÃO	LUCAS DE SOUZA CAMARGO SANTOS	88,50				88,50	1	66,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/01/1995
11111012	ENFERMEIRO PADRÃO	CARLOS HENRIQUE MANGER BACHS	84,00				84,00	2	56,00	10,00	8,00	5,00	5,00	20/02/2002
11113635	ENFERMEIRO PADRÃO	LETICIA SCHMOELLER	83,50				83,50	3	59,50	8,00	8,00	4,00	4,00	31/12/1987
11113948	ENFERMEIRO PADRÃO	NATHIELY ROCHA VALIGUSKI	83,00				83,00	4	56,00	10,00	8,00	4,00	5,00	15/09/1994
11114003	ENFERMEIRO PADRÃO	CAMILA BRANDãO MACHADO DE CAMPOS HENRIQUE	81,50				81,50	5	59,50	8,00	6,00	5,00	3,00	10/09/1981
11113734	ENFERMEIRO PADRÃO	JESSICA EMELYN DOS SANTOS GAUDENCIO	80,50				80,50	6	59,50	8,00	6,00	3,00	4,00	08/12/1990
11110849	ENFERMEIRO PADRÃO	ANA CAROLINE MEIRA GARCIA	79,00				79,00	7	56,00	8,00	6,00	4,00	5,00	30/05/2002
11110851	ENFERMEIRO PADRÃO	VANESSA CRISTINA ZOTTI	77,50				77,50	8	59,50	4,00	6,00	4,00	4,00	13/06/1990
11111740	ENFERMEIRO PADRÃO	KRYSTEN DUTRA COSTA	75,50				75,50	9	52,50	8,00	6,00	4,00	5,00	24/03/2001
11111158	ENFERMEIRO PADRÃO	FRANCIELE GONZALES LOPES TANAKA	75,00				75,00	10	56,00	6,00	4,00	4,00	5,00	28/03/1986
11112772	ENFERMEIRO PADRÃO	ERCILENE ROSA LEANDRO DE ALMEIDA	74,50				74,50	11	52,50	8,00	6,00	3,00	5,00	12/06/1978
11112245	ENFERMEIRO PADRÃO	FABIANO FAGUNDES MARQUES	74,00				74,00	12	49,00	8,00	10,00	4,00	3,00	29/08/1990
11111231	ENFERMEIRO PADRÃO	INGRID BASTOS ALVES	73,50				73,50	13	59,50	6,00	2,00	4,00	2,00	29/07/1992
11111162	ENFERMEIRO PADRÃO	DAMARIS DA ROCHA BLEMER	73,50				73,50	14	52,50	8,00	6,00	4,00	3,00	15/06/2003
11110970	ENFERMEIRO PADRÃO	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	73,00				73,00	15	56,00	6,00	6,00	3,00	2,00	28/01/1983
11113852	ENFERMEIRO PADRÃO	NATHALIA DA SILVA MIRANDA	73,00				73,00	16	49,00	8,00	8,00	3,00	5,00	25/03/2004
11112055	ENFERMEIRO PADRÃO	CAMILA DE OLIVEIRA SEEHAGEL DA SILVA	72,00				72,00	17	56,00	4,00	6,00	3,00	3,00	17/11/2004
11111046	ENFERMEIRO PADRÃO	NáTALY DIAS DA SILVA TEMISTOCLE	72,00				72,00	18	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	02/12/1997
11110990	ENFERMEIRO PADRÃO	BRUNA DA CONCEIçãO SILVA	72,00				72,00	19	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	28/08/1999
11111739	ENFERMEIRO PADRÃO	THAUANY KAROLINE DE SOUSA GON	71,50				71,50	20	52,50	8,00	4,00	4,00	3,00	05/12/2004
11113227	ENFERMEIRO PADRÃO	GIOVANNA MOTA DOS REIS	71,50				71,50	21	52,50	8,00	2,00	4,00	5,00	18/08/2003
11111154	ENFERMEIRO PADRÃO	MILENA DUMMER	71,50				71,50	22	52,50	6,00	4,00	5,00	4,00	02/06/1998
11112829	ENFERMEIRO PADRÃO	ISADORA MANETTI ZANATTA	71,50				71,50	23	52,50	4,00	6,00	5,00	4,00	02/04/1997
11112191	ENFERMEIRO PADRÃO	LORENA CAROLINE CORREA	71,50				71,50	24	45,50	10,00	8,00	4,00	4,00	21/12/1999
11113108	ENFERMEIRO PADRÃO	MIRLENE GONTIJO LOPES	71,00				71,00	25	49,00	8,00	8,00	3,00	3,00	26/02/1990

11110916	ENFERMEIRO PADRÃO	DANYELE VIANA COSTA	70,50				70,50	26	52,50	8,00	4,00	3,00	3,00	09/01/1999
11111999	ENFERMEIRO PADRÃO	JAQUELINE DOS SANTOS SOUSA	70,50				70,50	27	52,50	6,00	4,00	3,00	5,00	13/12/1990
11111482	ENFERMEIRO PADRÃO	DANIEL SPITTEL BARBOZA MUNIZ DE OLIVEIRA	70,50				70,50	28	45,50	10,00	6,00	4,00	5,00	14/09/2004
11112019	ENFERMEIRO PADRÃO	KEMILY OHANI DE SOUZA DO NASCIMENTO	69,50				69,50	29	52,50	6,00	6,00	2,00	3,00	11/07/1993
11110854	ENFERMEIRO PADRÃO	IGOR GABRIEL APRIGIO GOMES	68,50				68,50	30	45,50	8,00	6,00	4,00	5,00	24/04/2002
11114285	ENFERMEIRO PADRÃO	ADRIANO TESINI HIRONO	68,00				68,00	31	49,00	4,00	8,00	3,00	4,00	15/04/1999
11114421	ENFERMEIRO PADRÃO	KARINA SANTANA REGO	67,50				67,50	32	52,50	2,00	8,00	1,00	4,00	04/03/1977
11113440	ENFERMEIRO PADRÃO	TAIS DOMICIANO CORREIA AULER BEDIN	67,00				67,00	33	56,00	2,00	4,00	4,00	1,00	11/08/1987
11110964	ENFERMEIRO PADRÃO	SANDRA SOARES RAMOS	67,00				67,00	34	49,00	8,00	4,00	5,00	1,00	14/12/1981
11110859	ENFERMEIRO PADRÃO	NICOLE GIOVANA TELES DA SILVA	66,50				66,50	35	52,50	2,00	4,00	3,00	5,00	06/07/2002
11113293	ENFERMEIRO PADRÃO	ALEXANDRO APARECIDO LOURENÇO	66,50				66,50	36	45,50	6,00	6,00	4,00	5,00	01/04/1989
11112403	ENFERMEIRO PADRÃO	DANIELE LAGUNA	66,00				66,00	37	56,00	2,00	2,00	3,00	3,00	14/01/1986
11114044	ENFERMEIRO PADRÃO	CLEZIANE FERNANDES	66,00				66,00	38	49,00	4,00	6,00	3,00	4,00	26/09/1999
11110826	ENFERMEIRO PADRÃO	MIKAELLA BASTOS DA SILVA	65,50				65,50	39	45,50	8,00	2,00	5,00	5,00	10/10/2003
11114086	ENFERMEIRO PADRÃO	RAYAN DIAS DE PAULA	64,00				64,00	40	49,00	2,00	6,00	3,00	4,00	01/04/2003
11112877	ENFERMEIRO PADRÃO	GABRIELA MORAIS MENDONçA	63,50				63,50	41	45,50	6,00	4,00	4,00	4,00	31/07/2003
11114193	ENFERMEIRO PADRÃO	PATRICIA DE SOUZA ROSEMBERGER	62,00				62,00	42	49,00	4,00	2,00	4,00	3,00	22/10/1989
11111280	ENFERMEIRO PADRÃO	ISABELA RAMOS DORNELES DOS SANTOS	62,00				62,00	43	49,00	4,00	2,00	4,00	3,00	25/12/2002
11110894	ENFERMEIRO PADRÃO	LARISSA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA	62,00				62,00	44	49,00	2,00	6,00	2,00	3,00	30/04/2002
11113936	ENFERMEIRO PADRÃO	DIOGO LOPES DE Sá	62,00				62,00	45	42,00	6,00	8,00	4,00	2,00	26/12/2006
11110934	ENFERMEIRO PADRÃO	PEDRO HENRIQUE DIAS CASARIN	62,00				62,00	46	42,00	6,00	6,00	3,00	5,00	02/10/2004
11113388	ENFERMEIRO PADRÃO	ROGER DOS SANTOS	61,50				61,50	47	52,50	2,00	4,00	2,00	1,00	07/09/1988
11111324	ENFERMEIRO PADRÃO	GADIEL EDUARDO FLORES DIAZ	61,50				61,50	48	45,50	6,00	4,00	3,00	3,00	24/03/1994
11111122	ENFERMEIRO PADRÃO	NATIELY DE SOUZA COELHO	61,00				61,00	49	49,00	6,00	2,00	3,00	1,00	24/12/1999
11111230	ENFERMEIRO PADRÃO	PAULA THAIMARA PIFFER CHAVES	61,00				61,00	50	42,00	6,00	6,00	4,00	3,00	09/07/1988
11114102	ENFERMEIRO PADRÃO	ANA CLARA MARTINS RIBEIRO	60,50				60,50	51	38,50	6,00	8,00	4,00	4,00	04/05/2004
11111297	ENFERMEIRO PADRÃO	KAILAINE DA SILVA PORTO	60,00				60,00	52	42,00	4,00	6,00	4,00	4,00	04/09/2003
11111105	ENFERMEIRO PADRÃO	ARACELI CRISTINA DE LIMA	59,00				59,00	53	49,00	2,00	2,00	4,00	2,00	03/07/1979
11111437	ENFERMEIRO PADRÃO	AMANDA RODRIGUES MARCATO	59,00				59,00	54	42,00	8,00	2,00	3,00	4,00	23/10/2003
11113053	ENFERMEIRO PADRÃO	LEUZA BATISTA SILVA	59,00				59,00	55	42,00	6,00	4,00	3,00	4,00	17/10/1973
11112329	ENFERMEIRO PADRÃO	GRAZIELE CAROLINA MARIANO MARQUES	58,50				58,50	56	45,50	4,00	4,00	2,00	3,00	23/11/2001
11113419	ENFERMEIRO PADRÃO	ARLETE MERLI	58,50				58,50	57	45,50	2,00	4,00	3,00	4,00	20/07/1987
11114006	ENFERMEIRO PADRÃO	CAIO HENRIQUE GOMES	58,50				58,50	58	38,50	8,00	6,00	3,00	3,00	03/04/1996
11110903	ENFERMEIRO PADRÃO	JULIA TAYNA DE MOURA	58,00				58,00	59	42,00	6,00	4,00	3,00	3,00	20/12/2005
11114259	ENFERMEIRO PADRÃO	LARISSA HERCULANO DA SILVA	57,50				57,50	60	38,50	10,00	2,00	4,00	3,00	03/04/1996
11111108	ENFERMEIRO PADRÃO	GEYSA JACINTO DA SILVA	57,00				57,00	61	42,00	6,00	4,00	3,00	2,00	02/03/1998
11110904	ENFERMEIRO PADRÃO	ELAINE XAVIER PERALTA DENIS	57,00				57,00	62	42,00	4,00	4,00	2,00	5,00	11/09/1995
11111829	ENFERMEIRO PADRÃO	TAINARA CAROLINE DINIZ CRISTINO	56,50				56,50	63	45,50	2,00	4,00	3,00	2,00	03/12/1996
11110921	ENFERMEIRO PADRÃO	HELLICA REGINA DA CUNHA	56,50				56,50	64	45,50	2,00	4,00	2,00	3,00	15/11/1989
11113010	ENFERMEIRO PADRÃO	AMANDA CAMARGO DA SILVA	56,00				56,00	65	42,00	4,00	6,00	2,00	2,00	06/07/1997
11113444	ENFERMEIRO PADRÃO	JULIA DOS SANTOS CORREIA	56,00				56,00	66	42,00	4,00	4,00	2,00	4,00	14/05/2004
11113016	ENFERMEIRO PADRÃO	ROSANA MARIA SILVA DE SOUZA REICHENBACH	55,50				55,50	67	45,50	2,00	4,00	3,00	1,00	17/11/1972
11113368	ENFERMEIRO PADRÃO	STEFFANIE LOURRAYNE DE MELO MORET	55,00				55,00	68	42,00	4,00	4,00	3,00	2,00	10/02/1992
11114280	ENFERMEIRO PADRÃO	MARCIA APARECIDA FABIANI	54,00				54,00	69	42,00	2,00	4,00	3,00	3,00	09/12/1967
11114039	ENFERMEIRO PADRÃO	KAUANY GABRIELLE PEREIRA CARVALHO	53,00				53,00	70	42,00	4,00	2,00	3,00	2,00	17/07/2004
11114042	ENFERMEIRO PADRÃO	KELLY FERNANDES GOMES MILANI	53,00				53,00	71	35,00	10,00	2,00	3,00	3,00	20/01/2005
11114124	ENFERMEIRO PADRÃO	KARINE MEIRELES PRIMO	53,00				53,00	72	35,00	8,00	4,00	3,00	3,00	06/04/2004
11110839	ENFERMEIRO PADRÃO	DANIELE DA SILVA FIGUEIREDO	52,50				52,50	73	45,50	2,00	2,00	2,00	1,00	25/11/2002
11112263	ENFERMEIRO PADRÃO	GEOVANA MARQUES VAIM	51,50				51,50	74	38,50	4,00	6,00	2,00	1,00	02/12/2003
11112662	ENFERMEIRO PADRÃO	MARIA LUISA DE MEIRELES GUTIERRES	51,50				51,50	75	38,50	2,00	4,00	4,00	3,00	27/11/1999
11111733	ENFERMEIRO PADRÃO	AGILENO ANTONIO DA SILVA	51,00				51,00	76	42,00	2,00	2,00	3,00	2,00	23/03/1982
11111073	ENFERMEIRO PADRÃO	WELLINGTON HENRIQUE DOS SANTOS	51,00				51,00	77	35,00	6,00	6,00	2,00	2,00	29/01/2002

11111268	ENFERMEIRO PADRÃO	TAUANE SAIDEFUSS GUATIERRI	50,00				50,00	78	42,00	2,00	2,00	3,00	1,00	20/02/2003
11111038	ENFERMEIRO PADRÃO	NATASHA OTELAKOSKI CARDOSO DOS SANTOS	50,00				50,00	79	35,00	6,00	4,00	2,00	3,00	18/06/2005
11111459	ENFERMEIRO PADRÃO	ANA PAULA PIES	50,00				50,00	80	35,00	2,00	6,00	3,00	4,00	28/11/1982
11113694	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANTHONY BORGES MARQUES	56,50				#	#	38,50	4,00	10,00	4,00	0,00	16/12/2008
11114304	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANGéLICA RAFAELLA ORTELAN	54,50				#	#	38,50	4,00	8,00	4,00	0,00	13/11/1984
11114313	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ARIANE FRANCISCA DE SOUZA	51,50				#	#	38,50	4,00	0,00	4,00	5,00	11/11/1994
11113981	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	HELOÍSA VICTÓRIA DA SILVA SERAFIM	78,50				78,50	1	59,50	4,00	8,00	4,00	3,00	03/05/2007
11113714	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JULIANA APOLINARIO DA SILVA MARTINS	73,50				73,50	2	52,50	6,00	8,00	4,00	3,00	03/12/1983
11113874	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CAIO SOUZA PRADO	72,00				72,00	3	49,00	8,00	8,00	4,00	3,00	08/05/1989
11113513	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FELIPE BRIAN JANDREI NEOTTE	71,50				71,50	4	52,50	4,00	6,00	5,00	4,00	28/08/2002
11110955	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LIA LEAL MACIEL	71,50				71,50	5	45,50	8,00	10,00	4,00	4,00	26/11/1991
11110929	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ÉRIKA SABRINA GOMES DE SOUZA	69,50				69,50	6	52,50	4,00	6,00	4,00	3,00	21/07/2005
11113530	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANA CAROLINA DO CARMO DA SILVA	67,50				67,50	7	45,50	6,00	8,00	4,00	4,00	12/08/1999
11114021	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCOS RAFAEL DE SOUZA GOMES	66,50				66,50	8	45,50	2,00	10,00	4,00	5,00	20/10/2005
11111310	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	DANIELA FREIRE DA NATIVIDADE	66,00				66,00	9	49,00	4,00	6,00	4,00	3,00	12/07/1973
11113526	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LETíCIA SUSKI LOPES	63,50				63,50	10	45,50	4,00	8,00	4,00	2,00	17/04/2006
11113834	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARIA RITA DOS SANTOS WORMS	63,00				63,00	11	42,00	4,00	10,00	4,00	3,00	10/10/2007
11113686	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RENAN HENRIQUE SILVESTRE CARDINAL	62,00				62,00	12	42,00	8,00	4,00	5,00	3,00	30/05/2005
11111137	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	PAULA DANUSA CORREA FURTUNA WATANABE	61,50				61,50	13	45,50	4,00	4,00	4,00	4,00	26/08/1992
11113720	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ROBSON DE MELO SOUZA	61,50				61,50	14	38,50	6,00	8,00	4,00	5,00	03/01/1987
11111225	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAISSA VILA NOVA DE MEL	59,00				59,00	15	42,00	4,00	6,00	3,00	4,00	22/07/2008
11110925	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCIA MÔNICA ANTUNES AMARO DA SILVA	59,00				59,00	16	42,00	2,00	8,00	4,00	3,00	19/01/1989
11113666	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	BRENDA TEODORO DA SILVA MOESCH MEIRA	58,50				58,50	17	38,50	6,00	6,00	4,00	4,00	13/06/2003
11113910	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MATEUS HENRIQUE DE PAULA AZEVEDO	58,50				58,50	18	38,50	4,00	8,00	4,00	4,00	02/09/2001
11113119	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	AUGUSTO ZOTTI	57,00				57,00	19	42,00	2,00	6,00	4,00	3,00	16/12/2010
11112314	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	NEI VARGAS SOARES APARECIDO	57,00				57,00	20	35,00	8,00	8,00	4,00	2,00	25/02/1981
11111239	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LUCAS TAILON DA SILVA	57,00				57,00	21	35,00	4,00	10,00	4,00	4,00	09/01/2007
11111436	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LORENA BORGES	56,50				56,50	22	38,50	4,00	6,00	4,00	4,00	02/10/2006
11113059	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ALEXANDRO DE FARIAS DE SOUZA	56,00				56,00	23	42,00	2,00	4,00	4,00	4,00	09/06/1987
11110869	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAFAEL BATISTA LEODORO	56,00				56,00	24	35,00	6,00	8,00	3,00	4,00	27/07/1999
11110995	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARISA WEBER	55,00				55,00	25	35,00	6,00	8,00	4,00	2,00	27/05/1970
11114349	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JúLIA CLARA OCAMPOS VITORINO	54,00				54,00	26	42,00	4,00	4,00	2,00	2,00	17/12/2003
11110943	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MELIDIANE DOS SANTOS RODRIGUES	53,50				53,50	27	38,50	2,00	6,00	3,00	4,00	01/09/2002
11113710	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	DEBORA MILIANI GARCIA BASTOS	53,50				53,50	28	31,50	8,00	6,00	4,00	4,00	25/06/1996
11111886	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	WESLEY SOARES TELESTE	53,50				53,50	29	31,50	4,00	10,00	4,00	4,00	04/04/1998
11113630	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	EDINEI PEREIRA DOS SANTOS	53,00				53,00	30	35,00	2,00	8,00	5,00	3,00	24/11/1978
11113754	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FáBIO AUGUSTO RAMIREZ DOS SANTOS	53,00				53,00	31	28,00	6,00	10,00	4,00	5,00	01/03/2002
11110999	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	KALINE CAMPAGNIN GROSSI	52,50				52,50	32	38,50	2,00	4,00	4,00	4,00	07/07/2002
11111940	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RYAN AUGUSTO COLONTONIO HILGERT	52,50				52,50	33	31,50	6,00	8,00	4,00	3,00	20/04/2005
11113927	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CLARISSA GRAZIELA MALDANER	52,00				52,00	34	35,00	4,00	6,00	3,00	4,00	02/08/1989
11112243	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	AMANDA VITORIA SALES DA SILVA	51,50				51,50	35	31,50	4,00	10,00	4,00	2,00	30/10/2003
11111869	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LUIS FELIPE BATISTA NANDI MARTINS	51,00				51,00	36	35,00	4,00	6,00	3,00	3,00	01/11/1996
11113049	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JONATAS PORTELA DE SOUZA DA SILVA	51,00				51,00	37	35,00	2,00	6,00	5,00	3,00	05/03/1982
11113325	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JENIFER PANARO DIAS	51,00				51,00	38	35,00	2,00	6,00	4,00	4,00	03/02/2005
11113641	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LUCIMARA GONçALVES MAIA	51,00				51,00	39	28,00	4,00	10,00	4,00	5,00	08/03/1986
11114536	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCIO CENTURIAO BENITEZ	50,50				50,50	40	31,50	6,00	6,00	4,00	3,00	26/02/1992
11112466	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	GIOVANI MANESCO GODOI	50,50				50,50	41	31,50	4,00	6,00	5,00	4,00	18/04/1990
11111858	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FELIPE FERNANDO DE ARAUJO DA ROCHA	50,00				50,00	42	35,00	4,00	4,00	3,00	4,00	12/10/1993
11111175	FONOAUDIÓLOGO	*ANDRESSA ALCAIDE DOMINGOS DA SILVA	72,50				72,50	1	52,50	6,00	4,00	5,00	5,00	25/03/1992

11113804	FONOAUDIÓLOGO	*CATIA DOS SANTOS BOMFIM	50,00				50,00	2	35,00	4,00	4,00	5,00	2,00	03/04/1986
11113512	FONOAUDIÓLOGO	*GISLENE MENDONCA ALVES ALMEIDA	50,00				50,00	3	35,00	2,00	8,00	3,00	2,00	28/09/1983
11112118	MOTORISTA DE VEÍCULOS	FABIANO PRADO DOS SANTOS	85,00	100,00			92,50	1	63,00	10,00	4,00	4,00	4,00	10/10/1979
11113470	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANTONIO ALCENIR MENDES	81,50	100,00			90,75	2	59,50	10,00	6,00	4,00	2,00	27/03/1976
11114145	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ODAIR JOSé DE ALMEIDA LARA	80,00	100,00			90,00	3	56,00	8,00	8,00	5,00	3,00	03/08/1980
11112926	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MATEUS FELIPE GOVEIA DA SILVA SILVEIRA	75,50	100,00			87,75	4	52,50	10,00	6,00	4,00	3,00	02/03/1995
11112850	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MAICON MORAIS DOS SANTOS	75,00	100,00			87,50	5	56,00	8,00	6,00	4,00	1,00	06/03/1986
11111809	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JEFERSON PEREIRA DA SILVA	83,50	90,00			86,75	6	59,50	8,00	8,00	5,00	3,00	10/05/1996
11110895	MOTORISTA DE VEÍCULOS	VALDENIR WOITOWICZ	78,50	95,00			86,75	7	52,50	10,00	8,00	4,00	4,00	19/12/1971
11112027	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GILMAR LUCAS RIBEIRO	72,50	100,00			86,25	8	52,50	8,00	6,00	4,00	2,00	28/11/1986
11111793	MOTORISTA DE VEÍCULOS	REGINALDO FRANCISCO DA SILVA	72,00	100,00			86,00	9	49,00	8,00	6,00	4,00	5,00	11/05/1981
11112099	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCELO DA SILVA SANTOS	71,50	100,00			85,75	10	45,50	10,00	8,00	4,00	4,00	08/01/1986
11110886	MOTORISTA DE VEÍCULOS	NATHAN FELIPE DA CRUZ DA SILVA	75,50	95,00			85,25	11	52,50	8,00	8,00	2,00	5,00	20/12/2003
11114635	MOTORISTA DE VEÍCULOS	RAFAEL CAJOLA	70,00	100,00			85,00	12	49,00	8,00	6,00	4,00	3,00	19/05/1989
11114040	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SEBASTIÃO CLEBER BRAGANÇA	69,50	100,00			84,75	13	52,50	10,00	2,00	3,00	2,00	11/01/1994
11112404	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCOS EDUARDO BUTTENDORF DE OLIVEIRA	74,50	95,00			84,75	14	52,50	8,00	8,00	3,00	3,00	05/08/1999
11111076	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JULIO TENORIO BRAGA	79,00	90,00			84,50	15	56,00	8,00	8,00	4,00	3,00	10/04/1985
11112259	MOTORISTA DE VEÍCULOS	BRUNO ORLANDO NEVES FONTANA	78,00	90,00			84,00	16	56,00	8,00	10,00	3,00	1,00	06/04/2002
11110892	MOTORISTA DE VEÍCULOS	HERBERT ANGELO VIEIRA	68,00	100,00			84,00	17	49,00	6,00	6,00	5,00	2,00	12/07/1085
11111070	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MáRCIO CAETANO DOS SANTOS	77,50	90,00			83,75	18	52,50	8,00	8,00	5,00	4,00	26/04/1984
11111763	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCOS MATHIAS	77,00	90,00			83,50	19	56,00	8,00	4,00	5,00	4,00	27/10/1991
11111744	MOTORISTA DE VEÍCULOS	OLAIR FERREIRA DE SOUZA	76,00	90,00			83,00	20	56,00	8,00	4,00	4,00	4,00	22/05/1975
11111317	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JULIO CESAR KLAUCK DE MACEDO	66,00	100,00			83,00	21	49,00	4,00	4,00	5,00	4,00	27/04/1986
11113056	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALMIR ROGéRIO SPADA	75,50	90,00			82,75	22	52,50	10,00	6,00	5,00	2,00	04/11/1978
11110832	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ILDCER DE CASSIO DE OLIVEIRA	75,50	90,00			82,75	23	52,50	8,00	8,00	3,00	4,00	31/12/2004
11113278	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ROGéRIO CARBONI	64,00	100,00			82,00	24	42,00	10,00	4,00	4,00	4,00	12/04/2026
11112746	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALEXANDRE AUGUSTO WICKERT	64,00	100,00			82,00	25	42,00	6,00	8,00	5,00	3,00	19/08/1993
11113970	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ELIVELTON DE SOUZA FERREIRA	73,00	90,00			81,50	26	56,00	6,00	4,00	4,00	3,00	26/09/1991
11112120	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SANDRA LUIZA FREY DOS SANTOS	72,00	90,00			81,00	27	49,00	10,00	6,00	4,00	3,00	21/06/1977
11110947	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JACÓ PEREIRA DE SOUZA	62,00	100,00			81,00	28	49,00	4,00	2,00	4,00	3,00	05/08/1988
11114094	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SéRGIO ALONSO DE FREITAS	60,00	100,00			80,00	29	42,00	8,00	4,00	5,00	1,00	01/10/1981
11112758	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JONATHA ALVES FERREIRA	60,00	100,00			80,00	30	42,00	6,00	8,00	2,00	2,00	26/01/1984
11114159	MOTORISTA DE VEÍCULOS	LEANDRO FURTADO DA SILVA	60,00	100,00			80,00	31	42,00	4,00	4,00	5,00	5,00	29/09/1988
11110896	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GUSTAVO GONçALVES DE LIMA	74,50	85,00			79,75	32	52,50	10,00	4,00	4,00	4,00	23/12/1992
11114195	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JOAO DE LUCAS PEREIRA	69,00	90,00			79,50	33	42,00	10,00	8,00	5,00	4,00	12/05/1998
11112928	MOTORISTA DE VEÍCULOS	DANIEL MALLMANN	62,00	95,00			78,50	34	42,00	8,00	4,00	4,00	4,00	01/07/1986
11110987	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANDRE MIRANDA DE CARVALHO	66,50	90,00			78,25	35	45,50	8,00	4,00	4,00	5,00	17/10/1991
11111213	MOTORISTA DE VEÍCULOS	CLAUDIO LUIZ JIANELO	61,50	95,00			78,25	36	38,50	8,00	8,00	4,00	3,00	08/08/1977
11113811	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MATEUS CORDEIRO	65,50	90,00			77,75	37	45,50	8,00	6,00	2,00	4,00	12/06/2003
11110853	MOTORISTA DE VEÍCULOS	FELIPE MIRANDA	68,00	85,00			76,50	38	49,00	8,00	4,00	3,00	4,00	14/05/1991
11110983	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALAN MORAIS DOS SANTOS	62,50	90,00			76,25	39	45,50	4,00	8,00	3,00	2,00	03/06/1990
11114004	MOTORISTA DE VEÍCULOS	HELTON DA CONCEIçãO MOISES	82,00	70,00			76,00	40	56,00	10,00	8,00	4,00	4,00	26/09/1988
11111086	MOTORISTA DE VEÍCULOS	CESAR KIYOSHI SUGAWARA	77,00	75,00			76,00	41	49,00	8,00	10,00	5,00	5,00	22/02/1996
11112957	MOTORISTA DE VEÍCULOS	TIAGO DE OLIVEIRA	60,50	90,00			75,25	42	45,50	6,00	2,00	4,00	3,00	09/01/1987
11112987	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JULIANO GROBERIO	59,00	90,00			74,50	43	42,00	8,00	2,00	4,00	3,00	26/05/1984
11113829	MOTORISTA DE VEÍCULOS	CLAUDIO ANDRADE DA SILVA	59,00	90,00			74,50	44	42,00	6,00	4,00	5,00	2,00	16/07/1977
11110889	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCOS GUALBERTO DA SILVA	78,00	70,00			74,00	45	49,00	10,00	10,00	5,00	4,00	11/04/1980
11112650	MOTORISTA DE VEÍCULOS	OZIAS DE MELLO	58,00	90,00			74,00	46	49,00	2,00	2,00	4,00	1,00	22/02/1971
11113800	MOTORISTA DE VEÍCULOS	EDMAR MARTINS	68,50	75,00			71,75	47	45,50	10,00	8,00	3,00	2,00	02/08/1982
11110868	MOTORISTA DE VEÍCULOS	RODRIGO DOS SANTOS	72,00	70,00			71,00	48	49,00	8,00	10,00	4,00	1,00	02/05/1983
11111067	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANDERSON EDOARDO BALEM	70,00	70,00			70,00	49	49,00	10,00	6,00	3,00	2,00	03/10/1990
11113869	MOTORISTA DE VEÍCULOS	FABIANO MARTINS BRANDORFF	70,00	70,00			70,00	50	49,00	8,00	8,00	3,00	2,00	05/05/1991
11112332	MOTORISTA DE VEÍCULOS	HELIO DA SILVA PEREIRA	60,50	70,00			65,25	51	45,50	6,00	2,00	4,00	3,00	19/02/1966
11112334	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GERALDINO VIEIRA COUTINHO	57,00	60,00			58,50	52	35,00	10,00	6,00	4,00	2,00	18/11/1982
11111017	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SANDRO RICARDO AGUAYO	63,50	50,00			56,75	53	45,50	6,00	6,00	4,00	2,00	01/09/1973
11111944	NUTRICIONISTA	ALAN PATRICK FURRIER DE ALMEIDA	57,00				#	#	42,00	8,00	4,00	0,00	3,00	01/05/1994
11111018	NUTRICIONISTA	HELEM BEATRIZ DOS SANTOS MARQUES	89,50				89,50	1	66,50	6,00	8,00	4,00	5,00	05/07/2002

11111183	NUTRICIONISTA	JOAO VITTOR MONTEIRO LUZ	85,50				85,50	2	66,50	6,00	4,00	4,00	5,00	24/12/2000
11114191	NUTRICIONISTA	CINTHIA MANFRINATTO ROMEIRO DE ALMEIDA	83,50				83,50	3	66,50	4,00	4,00	4,00	5,00	27/01/1985
11111333	NUTRICIONISTA	DANIELE GOMES M. TSUKAMOTO	83,00				83,00	4	63,00	8,00	4,00	4,00	4,00	04/04/1998
11110830	NUTRICIONISTA	KEILA PALMA FERREIRA	81,00				81,00	5	63,00	6,00	4,00	4,00	4,00	03/07/1987
11113190	NUTRICIONISTA	MARIA ANGéLICA STRAPAZON	80,50				80,50	6	59,50	8,00	6,00	3,00	4,00	04/01/1987
11113794	NUTRICIONISTA	DYENIFER VUELMA	79,00				79,00	7	56,00	8,00	8,00	4,00	3,00	25/07/1997
11110926	NUTRICIONISTA	GIOVANA CARAíBA DE AGUIAR	75,50				75,50	8	52,50	6,00	8,00	5,00	4,00	11/05/2003
11111033	NUTRICIONISTA	SABRINA PRISCILA JEZIUR	74,00				74,00	9	56,00	4,00	6,00	4,00	4,00	08/04/1993
11110857	NUTRICIONISTA	KARINA LOPES RUBIN	68,00				68,00	10	49,00	6,00	8,00	3,00	2,00	11/01/1989
11113612	NUTRICIONISTA	CAROLINA SANTANA KUNZ	66,50				66,50	11	45,50	8,00	6,00	3,00	4,00	24/03/2001
11111149	NUTRICIONISTA	NATALIA PASSONI MüLLER	63,00				63,00	12	42,00	6,00	6,00	4,00	5,00	06/02/1996
11113128	NUTRICIONISTA	CAMILA CALISTRO MICULIS	59,00				59,00	13	42,00	8,00	2,00	4,00	3,00	11/08/1986
11114615	NUTRICIONISTA	MICHELLI DOS SANTOS LUIZ	58,50				58,50	14	38,50	8,00	6,00	4,00	2,00	11/07/2002
11114353	NUTRICIONISTA	SUZAN AQUINO LOVERA	58,00				58,00	15	42,00	2,00	8,00	3,00	3,00	03/12/1988
11111872	NUTRICIONISTA	SUZANY LUCAS DOS SANTOS	57,50				57,50	16	38,50	6,00	4,00	4,00	5,00	03/06/1993
11113118	NUTRICIONISTA	MIKAELA MARQUEZINI	55,00				55,00	17	35,00	6,00	10,00	2,00	2,00	28/10/2004
11113098	NUTRICIONISTA	ADRIAN ALVES MARTINS	53,00				53,00	18	35,00	4,00	8,00	2,00	4,00	07/12/2005
11111298	PSICÓLOGO	KEVIN WILLI RIBEIRO	59,00				#	#	42,00	8,00	0,00	4,00	5,00	18/08/1999
11111407	PSICÓLOGO	FABIANA SANTANA NASCIMENTO	52,00				#	#	42,00	0,00	4,00	3,00	3,00	05/08/1998
11111021	PSICÓLOGO	GUILHERME BARTOLLI	75,50				75,50	1	52,50	6,00	8,00	4,00	5,00	11/06/1985
11111138	PSICÓLOGO	PAULO CéSAR COSTA DE LIMA	74,50				74,50	2	52,50	8,00	8,00	3,00	3,00	22/05/1986
11113577	PSICÓLOGO	QUENDRA RAMOS SILVA	74,50				74,50	3	52,50	8,00	6,00	5,00	3,00	03/08/2002
11112727	PSICÓLOGO	WILLIAN HELDER GEBAUER JUNIOR	74,00				74,00	4	49,00	8,00	8,00	4,00	5,00	13/10/2003
11112905	PSICÓLOGO	LETICIA DA SILVA PEREIRA	73,50				73,50	5	52,50	8,00	6,00	3,00	4,00	10/05/1998
11114634	PSICÓLOGO	MATHEUS RICHTER NOGUEIRA	72,50				72,50	6	52,50	6,00	6,00	4,00	4,00	01/07/1994
11114396	PSICÓLOGO	FABIANA PEREIRA DE ANDRADE	70,00				70,00	7	49,00	10,00	4,00	3,00	4,00	22/01/1980
11111309	PSICÓLOGO	CLEBER BASTOS DE OLIVEIRA	69,00				69,00	8	49,00	4,00	8,00	5,00	3,00	20/03/1976
11113880	PSICÓLOGO	BRUNA DA SILVA ROSSANO	69,00				69,00	9	42,00	8,00	10,00	4,00	5,00	14/02/2004
11110957	PSICÓLOGO	STéFANY ANTUNES DE ALMEIDA	68,00				68,00	10	42,00	8,00	8,00	5,00	5,00	16/02/2003
11112941	PSICÓLOGO	GIOVANA WENTLAND DIAS	67,50				67,50	11	45,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/02/1998
11113424	PSICÓLOGO	DEBORAH SABRINA BLEICH LETTNIN	67,00				67,00	12	49,00	6,00	6,00	2,00	4,00	30/03/2000
11113286	PSICÓLOGO	MARIELE CAMPOS KAMCHEN TAVARES	66,00				66,00	13	42,00	8,00	6,00	5,00	5,00	15/03/1999
11114474	PSICÓLOGO	LETíCIA VALEGUSKI BORRI	64,00				64,00	14	42,00	8,00	6,00	4,00	4,00	28/04/2001
11114288	PSICÓLOGO	THUANE AINY CAMPOS BARRETTO	63,50				63,50	15	45,50	4,00	6,00	4,00	4,00	06/04/1994
11113576	PSICÓLOGO	MICHELE D'ARC DOS SANTOS	62,50				62,50	16	45,50	6,00	2,00	4,00	5,00	30/05/1995
11114584	PSICÓLOGO	KARLA ANDRESSA SANTOS GALVãO DRIMEL	62,00				62,00	17	42,00	8,00	4,00	5,00	3,00	10/10/2003
11114642	PSICÓLOGO	VITóRIA ROCHA LOPES	62,00				62,00	18	42,00	8,00	4,00	4,00	4,00	27/09/2001
11113756	PSICÓLOGO	SAMARA SOARES DIAS	62,00				62,00	19	42,00	6,00	6,00	5,00	3,00	04/02/1998
11114628	PSICÓLOGO	VICTOR HUGO BISPO MINUEZA	61,50				61,50	20	38,50	8,00	6,00	5,00	4,00	27/10/2004
11111456	PSICÓLOGO	LARISSA FELIX ARAúJO	60,00				60,00	21	42,00	4,00	6,00	4,00	4,00	28/10/1997
11111734	PSICÓLOGO	KáTIA DE OLIVEIRA MAREGA ROLIM	58,50				58,50	22	31,50	10,00	8,00	5,00	4,00	11/07/1994
11113174	PSICÓLOGO	MARIANA SILVA COUTO	56,50				56,50	23	38,50	6,00	4,00	3,00	5,00	23/12/2003
11110960	PSICÓLOGO	BáRBARA NATHALIA FERREIRA	56,00				56,00	24	35,00	4,00	8,00	4,00	5,00	24/07/1993
11113705	PSICÓLOGO	AMANDA RANGEL DE LIMA	55,00				55,00	25	35,00	6,00	6,00	5,00	3,00	25/09/2004
11113747	PSICÓLOGO	FLAVIA EDUARDA DE AZEVEDO MINHONI	55,00				55,00	26	35,00	2,00	10,00	3,00	5,00	14/11/2004
11111079	PSICÓLOGO	JANAíNA GOMES DE SOUZA	53,00				53,00	27	35,00	6,00	4,00	5,00	3,00	30/01/1988
11114306	PSICÓLOGO	LUCAS VINICIUS SCHISLER GROFF	53,00				53,00	28	35,00	4,00	6,00	3,00	5,00	27/05/1996
11110884	PSICÓLOGO	BEATRIZ MAYUME DE OLIVEIRA HASEGAWA	52,00				52,00	29	35,00	6,00	6,00	2,00	3,00	26/02/2001
11113967	TÉCNICO ELETRICISTA	BRUNO BATISTA	79,00				79,00	1	63,00	4,00	6,00	3,00	3,00	04/07/1997
11113639	TÉCNICO ELETRICISTA	JACKSON NOVAES PENA MACHADO LIMA	73,00				73,00	2	56,00	4,00	6,00	3,00	4,00	05/02/1994
11113668	TÉCNICO ELETRICISTA	ERICK LACROIX	69,50				69,50	3	52,50	6,00	6,00	3,00	2,00	15/08/1967
11113439	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	MARLENE MINUEZA VORMATH	51,00				#	#	42,00	4,00	0,00	4,00	1,00	13/05/1980
11113719	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	JEFERSON MOREIRA	67,00				67,00	1	42,00	8,00	8,00	4,00	5,00	06/05/1987
11111039	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	CAMILA RAMIRES CEDARO	65,50				65,50	2	52,50	6,00	4,00	2,00	1,00	27/02/2003
11111110	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	JOAO VITOR ANTONIO GIMENEZ ALVES	63,50				63,50	3	45,50	2,00	8,00	4,00	4,00	26/05/1999

11111278	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	GRACIELE TAVARES DE OLIVEIRA	62,50				62,50	4	45,50	4,00	8,00	2,00	3,00	07/11/2003
11114076	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	ADRIEL SANTANA BACHS	55,50				55,50	5	45,50	4,00	2,00	3,00	1,00	22/06/2007
11111059	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	MARLI MINUEZA DE OLIVEIRA	55,00				55,00	6	42,00	4,00	4,00	4,00	1,00	13/05/1980
11111052	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	CLARICE MOREIRA DUARTE	51,50				51,50	7	38,50	4,00	6,00	2,00	1,00	08/12/1980
11112858	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	TALITA RAFACHO	51,00				51,00	8	42,00	2,00	2,00	4,00	1,00	01/03/2003

* alteração em virtude dos recursos da classificação preliminar

AFRODESCENDENTE

Inscrição	Cargo	CANDIDATO(A)	Obj	Prat	Disc	Tit	Nota Final	Classif	CE	PORT	MAT	CG	INF	Data Nasc
11111428	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MAYARA DA SILVA BEZERRA	39,50		13,00		52,50	1	27,50	2,00	2,00	4,00	4,00	14/07/1998
11112985	ENFERMEIRO PADRÃO	LUCAS DE SOUZA CAMARGO SANTOS	88,50				88,50	1	66,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/01/1995
11111231	ENFERMEIRO PADRÃO	INGRID BASTOS ALVES	73,50				73,50	2	59,50	6,00	2,00	4,00	2,00	29/07/1992
11110970	ENFERMEIRO PADRÃO	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	73,00				73,00	3	56,00	6,00	6,00	3,00	2,00	28/01/1983
11110990	ENFERMEIRO PADRÃO	BRUNA DA CONCEIçãO SILVA	72,00				72,00	4	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	28/08/1999
11112019	ENFERMEIRO PADRÃO	KEMILY OHANI DE SOUZA DO NASCIMENTO	69,50				69,50	5	52,50	6,00	6,00	2,00	3,00	11/07/1993
11110854	ENFERMEIRO PADRÃO	IGOR GABRIEL APRIGIO GOMES	68,50				68,50	6	45,50	8,00	6,00	4,00	5,00	24/04/2002
11110859	ENFERMEIRO PADRÃO	NICOLE GIOVANA TELES DA SILVA	66,50				66,50	7	52,50	2,00	4,00	3,00	5,00	06/07/2002
11113293	ENFERMEIRO PADRÃO	ALEXANDRO APARECIDO LOURENÇO	66,50				66,50	8	45,50	6,00	6,00	4,00	5,00	01/04/1989
11113053	ENFERMEIRO PADRÃO	LEUZA BATISTA SILVA	59,00				59,00	9	42,00	6,00	4,00	3,00	4,00	17/10/1973
11114042	ENFERMEIRO PADRÃO	KELLY FERNANDES GOMES MILANI	53,00				53,00	10	35,00	10,00	2,00	3,00	3,00	20/01/2005
11113714	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JULIANA APOLINARIO DA SILVA MARTINS	73,50				73,50	1	52,50	6,00	8,00	4,00	3,00	03/12/1983
11113530	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANA CAROLINA DO CARMO DA SILVA	67,50				67,50	2	45,50	6,00	8,00	4,00	4,00	12/08/1999
11113059	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ALEXANDRO DE FARIAS DE SOUZA	56,00				56,00	3	42,00	2,00	4,00	4,00	4,00	09/06/1987
11113049	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JONATAS PORTELA DE SOUZA DA SILVA	51,00				51,00	4	35,00	2,00	6,00	5,00	3,00	05/03/1982
11112027	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GILMAR LUCAS RIBEIRO	72,50	100,00			86,25	1	52,50	8,00	6,00	4,00	2,00	28/11/1986
11113056	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALMIR ROGéRIO SPADA	75,50	90,00			82,75	2	52,50	10,00	6,00	5,00	2,00	04/11/1978
11111018	NUTRICIONISTA	HELEM BEATRIZ DOS SANTOS MARQUES	89,50				89,50	1	66,50	6,00	8,00	4,00	5,00	05/07/2002
11113098	NUTRICIONISTA	ADRIAN ALVES MARTINS	53,00				53,00	2	35,00	4,00	8,00	2,00	4,00	07/12/2005
11113576	PSICÓLOGO	MICHELE D'ARC DOS SANTOS	62,50				62,50	1	45,50	6,00	2,00	4,00	5,00	30/05/1995
11111079	PSICÓLOGO	JANAíNA GOMES DE SOUZA	53,00				53,00	2	35,00	6,00	4,00	5,00	3,00	30/01/1988
11114076	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	ADRIEL SANTANA BACHS	55,50				55,50	1	45,50	4,00	2,00	3,00	1,00	22/06/2007

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Inscrição	Cargo	CANDIDATO(A)	Obj	Prat	Disc	Tit	Nota Final	Classif	CE	PORT	MAT	CG	INF	Data Nasc
11112985	ENFERMEIRO PADRÃO	LUCAS DE SOUZA CAMARGO SANTOS	88,50				88,50	1	66,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/01/1995
11111046	ENFERMEIRO PADRÃO	NáTALY DIAS DA SILVA TEMISTOCLE	72,00				72,00	2	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	02/12/1997
11111067	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANDERSON EDOARDO BALEM	70,00	70,00			70,00	1	49,00	10,00	6,00	3,00	2,00	03/10/1990
11114634	PSICÓLOGO	MATHEUS RICHTER NOGUEIRA	72,50				72,50	1	52,50	6,00	6,00	4,00	4,00	01/07/1994

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:FBE5BE58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

RECURSOS HUMANOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

Errata Onde se lê:
LEI COMPLEMENTAR N°007/2026
Leia-se:
LEI COMPLEMENTAR N°006/2026
Republica-se:

LEI COMPLEMENTAR N°006/2026

SUMULA: "Cria cargos de provimento efetivo e amplia o número de vagas no Quadro Permanente da Administração Pública Direta do Município de Itambaracá, Estado do Paraná, e altera a Lei Complementar nº 003, de 1º de abril de 2024, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos, criando 01 (uma) vaga do cargo de Engenheiro Civil, em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, preservada a vaga de 20 (vinte) horas hoje existente, e criando 02 (duas) vagas do cargo de Coveiro, em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, ampliando em 03 (três) vagas o cargo de Operador de Máquinas, e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

TÍTULO I
DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL – 40 HORAS SEMANAIS

Art. 1º. Ficam criadas 01 (uma) vaga do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, integrante do Grupo Ocupacional Profissional do Quadro Permanente de Pessoal da Administração Pública Direta do Município de Itambaracá, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, observados os requisitos de escolaridade, o registro profissional e as atribuições definidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A criação de que trata o *caput* não altera o cargo de Engenheiro Civil em jornada de 20 (vinte) horas semanais, cuja vaga, escolaridade, atribuições e remuneração permanecem integralmente preservados nos termos da Lei Complementar nº 003, de 1º de abril de 2024.

Art. 2º. O cargo de Engenheiro Civil em jornada de 40 (quarenta) horas semanais terá as mesmas escolaridade mínima, requisitos e atribuições do cargo de Engenheiro Civil constante do Anexo V da Lei Complementar nº 003/2024, na forma dos Anexos I e IV desta Lei Complementar, passando o Anexo II (Estrutura dos Cargos – Quadro Permanente Lei Complementar n° 003/2024) a vigorar acrescido da nova linha, e o Anexo XII (Tabelas de Vencimentos – Grupo Ocupacional Profissional) a vigorar acrescido da tabela correspondente à jornada de 40 (quarenta) horas, na forma do Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 3º. O provimento da vaga criada pelo art. 1º far-se-á exclusivamente mediante prévia aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, observados o regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e os arts. 11 a 14 da Lei Complementar nº 003/2024, e somente produzirá efeitos financeiros a partir da efetiva nomeação e posse, na primeira folha de pagamento subsequente.

TÍTULO II
DO CARGO DE COVEIRO – 40 HORAS SEMANAIS

Art. 4º. Fica criado, no Quadro Permanente da Administração Pública Direta do Município de Itambaracá, o cargo de provimento efetivo de COVEIRO, integrante do Grupo Ocupacional Operacional I, com escolaridade mínima de Ensino Fundamental Incompleto, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e 02 (duas) vagas, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 5º. O Anexo II – Estrutura dos Cargos – Quadro Permanente da Lei Complementar nº 003/2024 passa a vigorar com a inclusão, no Grupo Ocupacional Operacional I, do cargo de Coveiro, com 40 (quarenta) horas semanais de carga horária e 02 (duas) vagas.

Art. 6º. As atribuições e os requisitos para investidura no cargo de Coveiro são os constantes do ANEXO V desta Lei Complementar, o qual passa a integrar o Anexo V – Atribuições dos Cargos – Quadro Permanente da Lei Complementar nº 003/2024, no Grupo Ocupacional Operacional I.

Art. 7º. Os vencimentos e a progressão funcional da carreira do cargo de Coveiro, com os respectivos Níveis, Classes e valores, são os constantes do Anexo VIII da Lei Complementar nº 003/2024 – Tabelas de Vencimentos – Grupo Ocupacional Operacional I, ao qual fica acrescida a linha correspondente ao cargo de Coveiro, desnecessária a juntada de tabela autônoma.

Parágrafo único. Aplica-se ao cargo de Coveiro o ingresso no Nível A, Classe 1, bem como os mesmos Níveis, Classes, valores e critérios de evolução funcional aplicáveis aos demais cargos do Grupo Ocupacional Operacional I, observados os requisitos de escolaridade e a carga horária previstos nesta Lei.

Art. 8º. A evolução funcional do cargo de Coveiro dar-se-á por avanço vertical e avanço horizontal, observados os arts. 26 a 31 da Lei Complementar nº 003/2024, com acréscimo de 3% (três por cento) por Classe, a cada interstício de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho e qualificação.

Art. 9º. O provimento do cargo de Coveiro dar-se-á mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 003/2024, ficando o servidor sujeito ao estágio probatório de 36 (trinta e seis) meses, na forma do Capítulo III da mesma Lei Complementar.

TÍTULO III
DA AMPLIAÇÃO DE VAGAS DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

Art. 10. Fica ampliado em 03 (três) vagas o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, integrante do Quadro Permanente de Pessoal da Administração Pública Direta do Município de Itambaracá, passando o Anexo II da Lei Complementar nº 003/2024 a vigorar com a atualização do quantitativo de vagas, na forma do Anexo VI desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A ampliação de que trata o *caput* não altera a escolaridade mínima, os requisitos para investidura, as atribuições nem a tabela de vencimentos do cargo de Operador de Máquinas, que permanecem integralmente regidos pela Lei Complementar nº 003/2024.

Art. 11. O provimento da vaga criada pelo art. 11 far-se-á exclusivamente mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 003/2024, e somente produzirá efeitos financeiros a partir da efetiva nomeação e posse, na primeira folha de pagamento subsequente.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, atendidos os requisitos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 13. Integram esta Lei Complementar os Anexos I a VI.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

ANEXO I

REDAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2024 – QUADRO PERMANENTE (GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL – LINHAS DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL), COM A NOVA VAGA DE 40 HORAS
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

Cargo	Escolaridade mínima	Carga Horária Semanal	nº de vagas
Engenheiro Civil *(jornada mantida – LC nº 003/2024)*	Ensino Superior completo em Engenharia Civil e Registro no Conselho de Classe	20 horas	01
Engenheiro Civil	Ensino Superior completo em Engenharia Civil e Registro no Conselho de Classe	40 horas	01

Nota: As demais linhas do Grupo Ocupacional Profissional permanecem inalteradas. A vaga de 20 horas é preservada, e a vaga de 40 horas é acrescida ao quadro.

ANEXO II

REDAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2024 – QUADRO PERMANENTE (GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I – LINHA DO CARGO DE COVEIRO), COM A VAGA CRIADA

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I

CARGO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	N° DE VAGAS
Coveiro	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas	02

Nota: As demais linhas do Grupo Ocupacional Operacional I permanecem inalteradas.

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL – 40 HORAS SEMANAIS (QUADRO PERMANENTE)
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL CARGO: ENGENHEIRO CIVIL CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais *(mesmas atribuições da jornada de 20 horas previstas no Anexo V da LC nº 003/2024)*

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
CARGO HORÁRIA: 40 horas semanais
REQUISITOS
· Ensino Superior em Engenharia Civil
· Registro no Conselho de Classe correspondente
ATRIBUIÇÕES
· Realizar levantamento de dados para a elaboração de estudos e projetos;
· Elaborar e aprovar estudos e projetos de obras civis, de eletrificação, de iluminação e outros;
· Realizar estimativa de prazos de execução, mão de obra e materiais necessários;
· Elaborar o orçamento das obras públicas;
· Orientar as equipes quanto ao correto manuseio de materiais e equipamentos de trabalho;
· Acompanhar, orientar e supervisionar a execução dos projetos;
· Fiscalizar a execução das obras;
· Proceder a estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras executadas direta ou indiretamente pelo Município, bem como a fiscalização das condições de trabalho, conservação e administração dos próprios municipais;
· Realizar inspeções e vistorias diurnas e noturnas em fábricas, torres, galerias subterrâneas, escavações e câmaras frigoríficas;
· Prestar orientação quanto a instalações de locais de trabalho;
· Efetuar serviços de engenharia legal, perícias e arbitramento;
· Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras públicas, em suas várias etapas;
· Proceder a estudos sobre saneamento urbano e rural;
· Executar, elaborar, supervisionar, planejar, analisar, emitir pareceres, fiscalizar, avaliar, atualizar, medir, levantar, dimensionar, orçar e quantificar obras e projetos de: construção civil e construção pesada, áreas de lazer (parques e praças), terraplenagem, drenagem, pavimentação, iluminação de baixa tensão, circulação viária, controle ambiental, saneamento, loteamento e parcelamento do solo entre outros, com base nas normas, especificações e legislação urbana, tanto em meio digital como meio físico;
· Adequar os projetos, se necessário, para a correta implantação de obras;
· Acompanhar o desenvolvimento de projetos complementares;
· Realizar vistorias técnicas em obras de edificações, loteamentos e faixas de drenagem, verificando quanto à adequação dos mesmos aos projetos aprovados e à legislação;
· Executar, controlar, fiscalizar, medir e aceitar serviços e obras de implantação e manutenção de rede de drenagem superficial e subterrânea, pontes, passarelas de madeira e córregos pertencentes à área de abrangência do Município;
· Executar, fiscalizar, medir e aceitar serviços e obras de paisagismo, compreendendo a recuperação de calçadas danificadas, a implantação de calçadas alternativas, convencionais e ciclovias, serviço de roçadas em vias públicas bem como limpeza e roçada de terrenos baldios no Município;
· Fiscalizar obras e serviços relacionados ao abastecimento público de água e de coleta, remoção, tratamento e destinação de efluentes sanitários;
· Elaborar, complementar e adequar projetos, de acordo com as normas técnicas, no setor de iluminação, fontes e chafarizes;
· Acompanhar e fiscalizar as equipes próprias e ou empresas contratadas em obras de implantação, manutenção e revitalização de iluminação em áreas de lazer, fontes e chafarizes;
· Elaborar laudos e orçamentos relativos a solicitações de implantação de pavimento, drenagem, entre outros;

· Elaborar quantitativos, orçamentos, especificações e cronogramas de execução de obras para projetos de área de lazer;
· Realizar levantamentos e medições básicas para elaboração de custo estimativo com vistas à análise preliminar;
· Emitir parecer técnico quanto à viabilidade de custos de obras e serviços;
· Planejar, coordenar, e supervisionar o cadastro e arquivamento dos orçamentos desenvolvidos;
· Organizar e supervisionar atividades inerentes à pesquisa de mercado visando o controle e a atualização das tabelas de preços e serviços para composição de custos de obras e ou serviços;
· Pesquisar e identificar fontes de dados para composição de custos;
· Analisar, classificar e aprovar o cadastramento das empresas que executam obras para o Município;
· Pesquisar novos métodos de construção e materiais alternativos, bem como seus respectivos métodos e processos de implantação para obras e serviços, visando a obtenção de soluções funcionais para o Município;
· Elaborar normas e especificações de caráter técnico, na área de construção civil, pavimentação, saneamento, terraplenagem, drenagem, circulação viária, entre outros;
· Emitir ordens para execução de serviços;
· Acompanhar a evolução do Mercado Imobiliário do Município através de pesquisa de imóveis ofertados, formando um banco de dados permanente;
· Prestar assessoria na área de engenharia, fazendo avaliações, executando projetos, orçamentos, plantas, croquis e planilhas para lançamento de tributos;
· Proceder a vistorias "in loco" para a apuração de características gerais dos imóveis localizados no Município, para fins de avaliação, reavaliação e informações em processos administrativos e judiciais;
· Avaliar imóveis e ou áreas de interesse do Município ou ocupados pelo mesmo, para determinação de seus valores locatícios ou sua revisão, bem como para fins de desapropriação, aquisição, venda, permuta, doação, atualização patrimonial e hipoteca, para aprovação de loteamentos e concessão de direito real de uso;
· vistoriar as condições de saneamento dos estabelecimentos onde haja interesse de saúde pública, emitindo pareceres;
· Supervisionar a elaboração de projetos e croquis, o dimensionamento de serviços e de materiais nas obras, inclusive projetos arquitetônicos, estruturais e complementares;
· Elaborar, emitir e liberar alvarás para execução de obras em vias públicas bem como fiscalizar e efetuar cadastro destas obras, executadas tanto pelo Município como pelas concessionárias de serviços públicos;
· Administrar e supervisionar tecnicamente equipes de trabalho nos procedimentos inerentes aos serviços, bem como os materiais utilizados em obra;
· Emitir relatórios e/ou planilhas referentes a obras executados com equipes próprias, e/ou contratadas;
· emitir pareceres técnicos sobre a viabilidade de obras civis em geral;
· Prestar o atendimento a profissionais atuantes na área de construção civil e pesada, prestando informações com base na legislação vigente, nos dados cadastrais e nos procedimentos do Município;
· Realizar treinamento e orientação dos fiscais de obra e estagiários, bem como a verificação dos serviços por eles executados;
· Fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia, respeitando as normas técnicas e de qualidade;
· Aferir e efetuar medições e validar faturas de empresas contratadas;
· Acompanhar e orientar tecnicamente equipes de trabalhos nos procedimentos inerentes aos serviços nos aspectos referentes à sua formação profissional;
· Prestar atendimento e orientação ao público, em assuntos relacionados à sua área, nos aspectos referentes à sua formação profissional;
· Proferir palestras, treinamentos e debates, bem como ministrar cursos nas áreas de abrangência, nos aspectos referentes à sua formação profissional;
· Manter as normas de cordialidade, educação e respeito com colegas, subordinados e munícipes;
· Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de proteção;
· Dirigir, quando habilitado, veículo oficial do Município para deslocamento em cumprimento das funções ou atividades inerentes ao respectivo cargo;
· Garantir a confidencialidade das informações de sua área e da Administração Municipal;
· Buscar constantemente o autodesenvolvimento de acordo com as necessidades de sua função e suas expectativas de carreira;
· Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

ANEXO V

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL
CARGO: COVEIRO
CARGO HORÁRIA: 40 horas semanais
REQUISITOS
· Ensino Fundamental Incompleto
ATRIBUIÇÕES
· Abrir, fechar e preparar as sepulturas (covas) no cemitério municipal, manualmente e/ou com auxílio de equipamentos, observando as medidas e alinhamentos padronizados;
· Realizar sepultamentos e exumações, manuseando com respeito e zelo os restos mortais e as urnas funerárias;
· Auxiliar a família e os serviços funerários no momento do sepultamento, prestado informações e orientações básicas sobre os procedimentos do cemitério;
· Transportar, organizar e acomodar os materiais e instrumentos necessários à execução dos serviços funerários no cemitério;
· Manter o controle e o registro das sepulturas utilizadas, das datas de sepultamento e das exumações realizadas, comunicando à autoridade competente a necessidade de remoção de ossos e a transladação de restos mortais;
· Promover a limpeza, conservação e manutenção das áreas, ruas, calçadas, muros, portões e dependências do cemitério municipal, procedendo à capina, roçagem e poda de vegetação;
· Zelar pela guarda e conservação das ferramentas, equipamentos e materiais sob sua responsabilidade, comunicando à chefia imediata a necessidade de reposição;

· Observar rigorosamente as normas de biossegurança, higiene e saúde no trabalho, utilizando os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos, em razão do contato com agentes biológicos e materiais infectocontagiosos;
· Cumprir determinações superiores relacionadas à manutenção e à regularidade dos serviços funerários do Município;
· Recolher e dar destinação adequada aos resíduos provenientes de suas atividades, observando as normas de proteção ao meio ambiente e de manejo de resíduos de serviços de saúde;
· Manter atitudes de respeito, discrição, cordialidade e urbanidade no atendimento ao público, especialmente a munícipes em situação de luto;
· Zelar pela conservação do patrimônio público;
· Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de proteção;
· Manter as normas de cordialidade, educação e respeito com colegas, subordinados e munícipes;
· Buscar constantemente o autodesenvolvimento de acordo com as necessidades de sua função e suas expectativas de carreira;
· Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

ANEXO VI

REDAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2024 – QUADRO PERMANENTE (GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II – LINHA DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS), COM A VAGA ACRESCIDA
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL

Cargo	Escolaridade Mínima	Carga Horária Semanal	N° de Vagas Anteriores	N° de vagas atualizado
Operador de Máquinas	Conforme LC nº 003/2024	40 horas	03	06

ANEXO III												
CARGO: **ENGENHEIRO CIVIL**												
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**												
QUADRO PERMANENTE												
CLASSES												
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**
E	6.800,00	7.004,00	7.214,12	7.430,54	7.653,46	7.883,06	8.119,56	8.363,14	8.614,04	8.872,46	9.138,63	9.412,79
F	7.140,00	7.354,20	7.574,83	7.802,07	8.036,13	8.277,22	8.525,53	8.781,30	9.044,74	9.316,08	9.595,56	9.883,43
G	7.497,00	7.721,91	7.953,57	8.192,17	8.437,94	8.691,08	8.951,81	9.220,30	9.496,98	9.781,88	10.075,34	10.377,60

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:1339D378

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°.16.2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 16/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10760/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL O.S.C. A SEREM COFINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.

A Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria 12.623/2016 e suas alterações, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 10.764/16, torna público o Edital de Chamamento Público para Seleção de Entidades da Sociedade Civil, para firmar parceria nos termos da Lei 13.019/14, alterada pela Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015 de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

DO CRONOGRAMA:

O prazo para a apresentação da documentação será de, no mínimo, trinta dias, contado da data de publicação deste edital, ficando determinada a data e horário limites para entrega dos envelopes o dia **09/11/2026 até as 09h00min**., mediante protocolo no Departamento de Compras e Licitações.
LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
Prefeitura Municipal de Palmeira – Central de Atendimento ao Cidadão - Departamento de Compras e Licitações. ENDEREÇO: Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Centro – Palmeira – PR CEP: 84.130-000.
DATA LIMITE PARA ENTREGA: 09/11/2026
HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA: Até às 09h00min.

O presente edital seguirá as etapas seguintes:

ETAPAS	PRAZOS
Publicação no diário oficial e site institucional do Município de Palmeira	13/10/2026
Impugnação do edital	13/10/2026 A 19/10/2026
Apresentação e envio das propostas	Até às 09h00min. do dia 09/11/2026
Análise das propostas pela Comissão Especial de Seleção	09/11/2026 A 16/11/2026
Divulgação do resultado preliminar	17/11/2026
Apresentação de recurso	18/11/2026 A 27/11/2026
Divulgação do resultado final	30/11/2026

1-DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS VALORES PREVISTOS

1.1- As despesas decorrentes deste Chamamento Público correrão à conta das dotações orçamentárias, conforme projeto de Lei Orçamentária do ano de 2027.

Dotação orçamentária	Fonte de Recurso
08.002.08.245.0016.6048.3.3.50.43.00.00	1001
08.002.08.245.0017.6051.3.3.50.43.00.00	1001
08.002.08.245.0017.6051.3.3.50.43.00.00	941

1.2- Os créditos orçamentários necessários para as despesas de **custeio** poderão ser pagos com recursos vinculados à parceria, no que couber, desde que atendidas às exigências das legislações vigentes.
1.3- As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, bem como as observações legais vigentes.
1.4-Os valores previstos para o presente edital de chamamento público são:

I) Proteção Social Básica

Item	Serviço – Modalidade	Público Alvo	Meta	Fonte de recurso	Valor total
1	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Centro de Convivência ou outros espaços da comunidade	Crianças e Adolescentes[1]	330 (6 a 17 anos) 10 (0 até 6 anos)	Recursos próprios	R$ 990.624,00

[1] **Considera- se público prioritário para o atendimento no SCFV crianças e/ou adolescentes nas seguintes situações:**
• Em situação de isolamento;
• Trabalho infantil;
• Vivência de violência e/ou negligência;
• Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
• Em situação de acolhimento;
• Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
• Egressos de medidas socioeducativas;
• Situação de abuso e/ou exploração sexual;
• Com medidas de proteção do ECA;
• Crianças e adolescentes em situação de rua;
• Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Considera – se Público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 0 até 6 anos, em especial:
Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;

Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; e outros;
Crianças residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário;
Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos

Considera – se Público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, em especial:
• Crianças e adolescentes encaminhados pelos serviços da Proteção Social Especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil(PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
• Crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou que já retornaram ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento;
• Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
• Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
• Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso à renda e a serviços públicos.

Considera – se Público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Adolescentes de 15 a 17 anos, em especial:
• Adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
• Adolescentes egressos de medidas socioeducativas ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
• Adolescentes em cumprimento ou egressos de medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990);
• Adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil(PETI) ou adolescentes egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual;
• Adolescentes de famílias com perfil de programas de transferência de renda;
• Adolescentes com deficiência, em especial beneficiários do BPC;
• Adolescentes fora da escola.
TODOS OS USUÁRIOS DEVEM SER REFERENCIADOS AO CRAS

II) Proteção Social Especial

Item	Serviço – Modalidade	Público Alvo	Metas	Fonte de recurso	Valor total
1	Serviço de Acolhimento Institucional – Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa	Pessoa Idosa[2]	28	Recursos do FNAS / PAC I e Recursos próprios	R$ 638.736,00
2	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência – Centro Dia	Pessoas com Deficiência[3]	75	Recursos Próprios	R$ 261.000,00
3	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência – Centro Dia	Pessoas com Deficiência[3]		Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R$ 60.000,00

*** Deverá ser apresentado um plano de trabalho para cada fonte de recurso**

[2]Considera – se Usuário do Serviço de Acolhimento Institucional – Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa

Idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Todos os usuários devem ser encaminhados e referenciados ao CREAS

[3]Considera – se Usuário do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Unidade: Centro Dia.
Jovens e adultos com deficiência em situação de dependência prioritariamente ,beneficiários do BPC e inseridos no CadÚnico. Público de 18 a 59 anos;
Em situação de risco e direitos sociais violados. Público de 18 a 59 anos;
As Famílias dos usuários – Cuidador Familiar
TODOS OS USUÁRIOS DEVEM SER REFERENCIADOS AO CREAS

1.5-Os valores utilizados como referência de cálculo para o cofinanciamento dos serviços da Rede Socioassistencial privada foram estabelecidos com base nos valores do cofinanciamento federal e estadual dos serviços, nível de proteção social, grau de complexidade, considerando a quantidade de atendimentos durante o período de um mês, mensurados e referenciados pelo CRAS e CREAS, e também levantamento realizado pelo Setor de Vigilância Socioassistencial.

1.6- A critério da Secretaria Municipal de Assistência Social e mediante a concordância do parceiro, devidamente justificado, poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados no termo de colaboração para redução ou ampliação do público mínimo atendido ou capacidade de serviços, ou para qualificação do objeto da parceria, sendo que a ampliação anteriormente mencionada não poderá ultrapassar 30% do valor global da parceria, considerando a disponibilidade orçamentária financeira para o período.

2-DO OBJETO DA PARCERIA

2.1-Constitui objeto deste chamamento público a seleção de projetos de organizações da sociedade civil a serem cofinanciados com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, mediante a transferência de recursos financeiros através de Termo de Colaboração, para execução dos serviços Socioassistênciais Tipificados de forma continua e ininterrupta durante os 12 meses da parceria, não podendo conter períodos de férias.
2.2-Poderão apresentar projetos as instituições inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Palmeira que ofertem de forma permanente, continuada e planejada, serviços, programas e projetos de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, em conformidade com a Resolução CNAS nº 109/2009, Resolução CNAS nº 13/2014, Resolução CNAS nº 33/2011, Resolução CNAS nº 34/2011, Resolução CNAS 27/2011.

DOS SERVIÇO TIPIFICADOS

Nome do Serviço: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.
Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.
Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.
Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.
Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social. Encaminhados via CRAS

Nome do Serviço: Serviço de Acolhimento Institucional Para Pessoa Idosa - ILPI
Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e excepcionalmente de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
Idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto.
Idosos com deficiência devem ser incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento. Encaminhados via CREAS

Nome do Serviço: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Unidade: Centro Dia
Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência em situação de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.
O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.
As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla “cuidador e dependente”. Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.
A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

3-DAS PUBLICAÇÕES, INTIMAÇÕES E PRAZOS

3.1-Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no Diário Oficial do Município ou na página de internet do sítio oficial do órgão.
3.2-A apresentação das propostas relacionadas ao presente edital observará o seguinte cronograma:

I-Apresentação das propostas: em até 35 dias corridos contados do primeiro útil após a data de publicação do Edital no diário oficial do Município.
II-Avaliação e seleção das propostas pela Comissão de Seleção: em até 10 (dez) dias úteis, posteriores ao prazo estabelecido no inciso I, deste item, podendo ser prorrogado a critério da comissão de seleção mediante prévia justificativa;
III-Caso a Comissão de Seleção verifique irregularidade nos documentos apresentados, a OSC será notificada, para no prazo improrrogável de 3 dias contados a partir do recebimento do correio eletrônico, regularizar a documentação, sob pena de desclassificação;
IV-Publicação do resultado das propostas avaliadas: até 02 (dois) dias úteis, posteriores ao prazo estabelecido no inciso II, deste item;
V-Recurso à avaliação das propostas: 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da decisão da Comissão de Seleção, em página do sítio eletrônico oficial;
VI-Prazo para apresentação de contrarrazões 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento do correio eletrônico;
VII-Publicação do resultado final da fase de seleção após análise do(s) recurso(s) e contrarrazões: até 2 (dois) dias úteis;
.

4-APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1-O presente Chamamento Público está organizado em uma fase de avaliação. Obedecendo a prazos, local de entrega e documentos específicos, conforme descritos abaixo:
I) A apresentação de proposta pela OSC deverá ser por meio do plano de trabalho, conforme modelos previstos em ANEXOS, deste edital, documentos originais, assinados pelo seu representante legal da OSC, conforme segue:
a)Anexo I - MODELO DE PLANO DE TRABALHO
b)Anexo II - MODELO DE PLANILHA DE APLICAÇÃO
c)Anexo III - MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PESSOAL, caso a OSC apresente despesas com pessoal no plano de aplicação;
d)Anexo IV - ETAPAS E FASES DE EXECUÇÃO
e)Anexo V - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
f)Anexo VI - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SALARIAL, caso a OSC apresente despesas com pessoal no plano de aplicação;
g)Anexo VII- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS INDIRETOS, caso a OSC apresente despesas com custos indiretos, como por exemplo: luz, água, internet etc., no plano de aplicação;
h) Cópia de resolução ou certificado de inscrição junto ao CMAS de Palmeira vigente
II) A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, identificada com o nome da OSC e com a indicação do número do Chamamento Público que participa, na Secretaria de Assistência Social, no seguinte endereço: Rua Querubina Marcondes de Sá, 369, Vila Maria, Palmeira – Paraná, no horário das 09h às 11h e das 14h às 16h, de segunda a sexta-feira, conforme o prazo estabelecido no inciso I, do item 3.2. deste edital.
III) Expirado o prazo para o recebimento da proposta, conforme inciso I, do item 3.2. deste edital, nenhuma outra proposta será recebida, sob nenhum pretexto;
IV) A Secretaria de Assistência Social de Palmeira não se responsabilizará por qualquer falha no envio ou entrega de documentação;
V) A ausência de quaisquer documentos previstos no item 4.4 deste edital acarretará na desclassificação da OSC;
VI) Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados nos itens I do item 4.1., a comissão poderá proceder diligência para constatar sua regularidade. Não sendo admitido a juntada de documento novo que deveria constar no envelope;
VII) Decorrido o prazo elencado no inciso I do item 3.2, deste edital haverá a análise do Plano de Trabalho, por parte da Comissão de Seleção, em que será analisado o mérito da proposta.

4.2-SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO
4.2.1-A análise e julgamento da proposta será feito conforme a seguir:
I)A Comissão de Seleção apresentará parecer técnico após análise das propostas apresentadas, parte integrante deste Edital, manifestando e justificando a escolha daquela melhor qualificada e seguirá as seguintes referências de pontuação, com o valor máximo de 10 pontos;

Quadro 1 – critérios de avaliação

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre: ações a serem executadas, objetivo, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	- Grau pleno de atendimento (de 2,1 a 3,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (de 0,1 a 2,00 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	3,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política de assistência social,conforme serviço tipificado, do plano de trabalho em que se insere a parceria, especialmente no atendimento	- Grau pleno de adequação (1,1 a 3,0) - Grau satisfatório de adequação (0,1 a 2,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0).	3,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou plano de trabalho proposto.	- Grau pleno da descrição (1,1 a 2,0) - Grau satisfatório da descrição (0,1 a 1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	2,0
(D) Capacidade Técnico-Operacional da Organização da Sociedade Civil e a qualificação da equipe de referência para atendimento do Serviço.	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (0,6 a 1,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (0,1 a 0,5). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).	1,0
(E) Plano de Aplicação em consonância com plano de trabalho.	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (0,6 a 1,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (0,1 a 0,5). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).	1,0

PONTUAÇÃO MÁXIMA GLOBAL	**10,0**

II)A pontuação de cada proposta será obtida pela média entre os pontos atribuídos por todos os membros da comissão de seleção.
III)Será desclassificada a proposta que não alcançar pelo menos 4,00 (quatro) pontos de média entre as avaliações realizadas ou que tenham avaliação zerada por algum membro da comissão, em algum dos itens de avaliação.
IV)Será selecionada a OSC que obtiver maior pontuação, sendo a seleção de forma decrescente, respeitando-se o quantitativo de metas e valor global de recursos financeiros previstos neste Edital.

4.3-CRITÉRIOS DE DESEMPATE

I)O desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de avaliação (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de avaliação (B), (C) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada primeiramente selecionada a OSC com mais tempo de constituição e em último caso, a questão será decidida por sorteio;
II)A partir da análise realizada pela Comissão de Seleção, haverá a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção em ordem decrescente da referida pontuação obtida, no Diário Oficial do Município ou na página de internet do sítio oficial do órgão.

4.4-CELEBRAÇÃO DO TERMO

I)A OSC deverá apresentar junto com a proposta, inciso I do item 4.1, cópia simples e legível da documentação para fins de comprovação ao cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, conforme segue:

1-cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;
2-cópia da Ata de Eleição;
3-cópia legível da Cédula de identidade (RG) e CPF do representante legal da entidade, caso a proposta seja apresentada por Órgão da Administração Pública Municipal é necessário apresentar ainda, cópia do Decreto de Nomeação.
4-comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;
5-comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
a)instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
b)relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
c)publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
d)currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
e)declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
f)prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;
6-Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
7-Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
8-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
9-Certidão de Débitos com o Concedente;
10-Certidão Liberatória do Concedente;
11-Em caso de OSCIP apresentar certidão comprovante;
12-Certidão do Tribunal de Contas do Paraná;
13-Certidão negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Estadual,
14-Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;
15-Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
16-Declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento; e
17-Declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria;
18-Declaração de Capacidade Técnica e Operacional

19-Comprovar através de documento próprio que é regida por normas de organização interna que preveja, expressamente:
a)objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
b)que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta
20-Declaração de guarda e conservação de documentos
21- Declaração da entidade com relação nominal da equipe responsável pela execução do Serviço tendo um coordenador técnico como responsável.
22 - Apresentar listagem contendo a nome dos usuários atendidos pelo serviço, forma de inserção do serviço e número NIS.
23- A entidade que apresentar proposta para oferta e execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo deverá apresentar:
a)Planejamento de oferta e execução do Serviço de forma ininterrupta durante o período de 12 (doze) meses;
b) Instrumento de acompanhamento dos usuários, para subsidiar os equipamentos de Proteção Social no processo de acompanhamento de encaminhamentos para a inserção no Serviço, seja de perfil prioritário ou perfil não prioritário, conforme proposta de reordenamento ratificado junto ao CMAS de Palmeira.
24 - Cópia da Inscrição do CMAS vigente.

II) Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados conforme solicitado e/ou quando as certidões estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a entidade será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.
III)A assinatura do termo de colaboração, para fins de celebração de parceria, deverá ser realizada pelo representante da OSC, após convocação.
IV)Poderá ser solicitado a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital. O prazo para realização de ajustes será de quinze dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada à OSC.
V)Após aprovação final do Plano de Trabalho, o mesmo deverá ser encaminhado para a Secretaria de Assistência Social em duas vias originais.
VI)A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

5-DA COMISSÃO SELEÇÃO

5.1-A comissão de seleção, constituída pela Portaria 12.623/2016 e suas alterações, é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, previamente às fases de seleção e de celebração, formada por servidores públicos, sendo, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do quadro de pessoal da administração pública.
5.2-Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 5 anos, tenha mantido relação jurídica ou na qualidade de associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.
5.3-configurado o impedimento previsto no item 5.2 desse edital, deverá ser imediatamente designado membro substituto a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.
5.4-A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a OSC e a administração pública.
5.5-Para subsidiar seus trabalhos, a comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
5.6-A comissão de seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pela OSC ou para esclarecer dúvidas e omissões.
5.7-Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização dos eventos nos prazos estipulados neste edital, os atos vinculados ao presente chamamento público ficarão automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

6-MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

6.1-A parceria oriunda do presente Chamamento Público é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos no termo de colaboração, conforme minuta constante no Anexo XV;

7-APOIO FINANCEIRO

7.1-Serão apoiados projetos com a previsão de despesas de **custeio**, que devem estar estritamente vinculadas ao objeto a ser executado pela instituição, compreendendo:
a)Materiais de consumo: gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, material de expediente, material educativo e esportivo, tecidos e aviamentos, gás; materiais para manutenção de bens imóveis e veículos;
b)Material de distribuição gratuita: materiais a serem distribuídos gratuitamente, desde que não caracterizados como provisões de benefícios eventuais regulamentos e concedidos pelo poder público;
c)Serviços de terceiros pessoa física ou jurídica: capacitações, oficinas, mão-de-obra para manutenção de bens imóveis e veículos, impressão de material educativo e informativo, despesas com energia elétrica, água e esgoto, serviços de telefonia e internet, locação de imóvel, transporte;
d)Pagamento de pessoal: pagamento de profissionais que compõe a equipe executora do projeto, desde que em conformidade com a legislação nacional vigente e com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº 269/2006, que estabelece a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, e pela Resolução CNAS nº 17/2016, que estabelece percentual dos recursos do SUAS financiado pelo governo federal que podem ser gastos no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência.

7.2- As despesas referentes à aquisição de materiais e contratação de serviços para a realização de manutenção, reparos, consertos e adaptações de bens imóveis, desde que necessárias à execução do objeto proposto, poderão constar no projeto até o limite máximo de 30% do valor total.

8-DAS AQUISIÇÕES

8.1-As compras e contratações de bens e serviços pela OSC com recursos transferidos pela administração pública adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado.
A execução das despesas relacionadas à parceria observará os seguintes termos:
I)a responsabilidade exclusiva da OSC selecionada pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; e
II)a responsabilidade exclusiva da entidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública quanto à inadimplência da entidade em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.
8.2-A OSC deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
8.3-Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto Municipal 10.764 de 29/11/16, quando for o caso.
8.4-As organizações da sociedade civil deverão obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da entidade e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.
8.5-a OSC deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas no SIT – Sistema Integrado de Transferências (TCE-PR), sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas.
8.6-as organizações da sociedade civil deverão manter a guarda dos documentos originais referidos nocaput.
8.7-os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final na plataforma eletrônica.
8.8-os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração da parceria.
8.9-os custos indiretos necessários à execução do objeto, de que trata oinciso III do caput do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.
8.10-a OSC somente poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.
8.11-para os fins deste Edital, considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
8.12-Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas com remuneração da equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio da entidade, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo - terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:
I)estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e
II)sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Municipal.

8.13-Poderão ser pagas diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir, para a equipe de trabalho e para os prestadores de serviço voluntário, nos termos daLei nº9.608, de 18 de fevereiro de 1998.
8.14-O pagamento das verbas rescisórias de que trata ocaput, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.
8.15-A OSC deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo minimamente as informações que estabelece o art. 11, parágrafo único, incisos I a VI, da Lei 13.019/2014.

9-DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

9.1-O prazo para execução do Termo de Colaboração será de 01/01/2027 até 31/12/2027.

10-DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1-As entidades credenciadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados na Lei Federal nº 13.019/2014.
10.2-A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.
10.3-Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a administração pública municipal notificará a organização da sociedade civil para apresentar, no prazo de até trinta dias, Relatório Parcial de Execução Financeira, que deverá observar o disposto no art. 55 e art.56, do Decreto Municipal 10.764/16e subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação
10.4-Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Colaboração.

10.5-As notas comprobatórias das despesas deverão ser entregue ao concedente até o primeiro dia útil do fechamento do bimestre, podendo estar sujeito a suspensão da parcela subsequente caso não apresente as mesmas.

11-DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO

11.1-Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data limite de envio da proposta, através dos e-mails gestorsocial.palm@gmail.com ou pelo telefone: (42) 99107-9616(whatsapp)

11.2-Os pedidos de esclarecimento independem de forma, devendo tão somente informar a parte interessada e indicar, expressamente, quais pontos carecem de esclarecimentos.

11.3-Os pedidos de impugnação aos termos deste edital poderão ser promovidos por qualquer pessoa, devendo ser protocoladas junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Luiza Trombini Malucelli, 134 Centro, Palmeira – Paraná, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira, até 03 (três) dias úteis, antes da data final de recebimento das propostas, devendo ser dirigidas à presidência da Comissão de Seleção.

11.4-A Comissão de Seleção não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocoladas no prazo legal.

11.5-As impugnações somente serão analisadas se contiverem, necessariamente:

I)A identificação e qualificação do impugnante

II)A indicação dos termos do edital da qual se está impugnando;

III)As razões da impugnação, com fundamentos essenciais à demonstração do direito pretendido;

IV)Os pedidos do impugnante.

11.6-Havendo impugnação do presente edital, haverá publicação em sítio eletrônico oficial do Município, caberá a Comissão analisar resolvendo o mérito no prazo de 02 (dois) dias úteis.

11.7-Concluída a apreciação da impugnação e proferida a decisão, será publicada no sítio oficial do Município, sendo que da referida decisão não caberão novos recursos na esfera administrativa.

11.8-A OSC poderá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão, à comissão que a proferiu, a ser protocolado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Luiza Trombini Malucelli nº134, Centro, Palmeira – Paraná, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.

11.9-Os recursos somente serão analisados se contiverem, necessariamente:

I)A identificação e qualificação do recorrente;

II)A indicação da decisão da qual se está recorrendo;

III)As razões do recurso, com os fundamentos essenciais à demonstração do direito pretendido;

IV)Os pedidos do recorrente.

11.10-Interposto o recurso, a Secretaria de Assistência Social de Palmeira dará ciência, por correio eletrônico, às partes diretamente afetadas para que estas, querendo, manifestem-se em até 5 (cinco) dias, contados do recebimento do correio eletrônico, devendo as contrarrazões ser protocolada junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Centro, Palmeira – Paraná, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.

11.11-Os recursos que não forem reconsiderados pela Comissão de Seleção no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, serão encaminhados à autoridade competente para a decisão final.

11.12-Concluída a apreciação do recurso e proferida a decisão, considerar-se-á exaurida a esfera administrativa.

11.13-Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões, ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o procedimento será encaminhado para deliberação quanto a homologação e divulgação no sítio eletrônico oficial, juntamente com as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

12-DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1-Os ANEXOS I, II, III,IV,V,VI,VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV E XV são partes integrantes deste Edital.

12.2-Reserva-se a autoridade competente o direito de revogar no todo ou em parte o presente chamamento, visando o interesse da Administração Pública, devendo anulá-lo por ilegalidade, assegurados o contraditório e ampla defesa.

12.3-A aprovação do plano de trabalho bem como a homologação não gera direito à OSC à celebração da parceria.

12.4-Incorporar-se-ão a este edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações relativos a este chamamento e que vierem a ser divulgados em sítio eletrônico oficial.

12.5-O presente edital é regido pelas normas nele estabelecidos, assim como com os preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS nº 8.742/93, e suas alterações posteriores; Política Nacional de Assistência Social; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS; Resolução nº 109/2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Resolução nº 28/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

12.6-Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Seleção juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Palmeira, 01 de outubro de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ANEXO I - MODELO DE PLANO DE TRABALHO

Ao Elaborar o Plano de Trabalho considerar os critérios de avaliação conforme previstos no item 4.2.1.

Logomarca da **OSC** /Papel timbrado da **OSC**

MODELO DE PLANO DE TRABALHO
CAPA DO PLANO DE TRABALHO
Na capa do plano de trabalho deve estar apresentado o Título do Plano de Trabalho.
Orienta-se que seja indicado título simplificado, **evitando-se** títulos longos ou que se referida aoanoemcursoequereflitaapropostadetrabalho.Porexemplo:*LarFeliz,Proteçãoaquem precisa*.
APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
OBSERVAÇÃO: O texto deverá conter no **máximo 02 páginas. Énecessário incluirobrigatoriamente:**
OSC (nome, sigla, CNPJ, endereço, telefone,e-mail);
Indicar o responsável pela elaboração do Plano de Trabalho e coordenador domesmo, indicando o telefone e e-mail paracontato;
Histórico da **OSC** (data de criação, diretrizes gerais, trabalhos realizados e principais fontes de recursos ou financiamentos/Parceriasexistentes);
Informar sobre a instalação física, indicando o número de cômodos, tamanho e atividades realizadas em cadaespaço;

Tipo	Metragem (m²)	Quantidade
Xxx		
Xxx		
Xxx		
Xxx		
Xxx		

• Recursos Humanos que serão responsáveis pela execução do serviço, com a respectiva qualificação profissional contendo: quantidade, cargo e carga horária semanal:

Quantidade	Cargo	Carga horária semanal
Xxx		
Xxx		

APRESENTAÇÃO DO PLANODETRABALHO
Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrada a relação entre esta realidade e as atividades e metas a serem atingidas; (diagnóstico daárea)
Convém ressaltar a importância do tema, devendo relacioná-lo ao cenário social local, abrangência territorial, cultural e econômico no qual a execução do plano de trabalho estáinserido;
Local e endereço onde será desenvolvido e executado o plano detrabalho.
JUSTIFICATIVA
Apontar a necessidade e a importância de executar o plano detrabalho;
Deve indicar qual a relevância do trabalho proposto, quais os resultados esperados a curto, médio e longo prazos, demonstrando a relação das despesas apresentadas em plano de aplicação com o plano de trabalhoapresentado;
Quais os benefícios para o público alvo, a família, a comunidade e asociedade.
OBJETIVOS
Objetivo Geral – deve ser focado no público alvo, contemplando o que se quer alcançar com esse plano de trabalho.
Exemplo: Executar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 30 crianças e adolescentes, de ambos os gêneros, na faixa etária de xx a xx anos, pelo período de 12 meses.
Objetivos Específicos – deve apresentar ações específicas para atingir o Objetivo Geral. Sugestão: inserir no máximo 4 (quatro) objetivos específicos.
PÚBLICO–ALVO
Púbico alvo;Gênero; Faixa etária; Indicar a vulnerabilidade e/ou risco do público alvo a ser beneficiado pelo plano detrabalho.
VAGAS
Quantificaro número de pessoas a serem beneficiadas ou, se for o caso, o número de atendimentos do público alvo com o plano detrabalho.
Exemplo: Executar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 30 crianças e adolescentes, de ambos os gêneros, na faixa etária de xx a xx anos, pelo período de 12 meses.
PLANODEAÇÃO/CRONOGRAMADEATIVIDADES

Descrever como os objetivos gerais e específicos serãoalcançados;
Apresentar o público alvo, capacidade de atendimento, faixa etária, período de atendimento e dias dasemana;
Descrever os critérios para seleção do público atendido
O Cronograma de Atividades é anual , com indicação dos responsáveis:

ATIVIDADES	Mês ou bimestre	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Responsável

INDICADORES

Os indicadores são utilizados para verificar se os objetivos geral e específicos propostos estão sendo alcançados, no período determinado para a execução do Plano deTrabalho;

Descrição da	Vagas	Responsável	Frequência	Instrumento de	**Porcentagem**
Ação				Monitoramento	
Exemplo:	**Exemplo:** 5	**Exemplo:**	**Exemplo:**	**Exemplo:** Relatório	**Exemplo:**
Incentivar o desenvolvimento	pessoas	Serviço Social	semanal	de Acompanhamento	100%
da autonomia e					
capacidades do					
usuário.					
Exemplo:	**Exemplo:**	**Exemplo:**	**Exemplo:**	**Exemplo:**	**Exemplo:**
Promover a construção de	10 pessoas	Serviço Social	quinzenal	Projeto	100%
projetos de vida					
assegurando a					
História de vida					
preservada					

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Descrever como serão avaliadas as atividades do plano de trabalho e reprogramadas para alcance dos objetivos propostos.
Devem ser destacados os procedimentos necessários para avaliação, os responsáveis por cada procedimento e a periodicidade da aplicação dos instrumentos (reuniões, aplicação de formulários, entrevistas, etc.)
Descrever a forma que a **OSC** vai acompanhar a execução do Plano deAção:
Reuniões (com quem? Periodicidade? Lista departicipantes);
Acompanhamento do plano individual de atendimento do usuário dosserviços;
Pesquisa de satisfação (questionário, entrevista,outros);
Relatórios de atendimentos(periodicidade);
Participação nas atividades propostas (Listagem de iniciantes econcluintes);
Encaminhamentos realizados para as outras políticaspúblicas;
Número de visitas domiciliaresrealizadas;
Visita da família na Unidade de Acolhimento, bem como, final de semana com a família, caso seaplique;
Satisfação do usuário e qualidade noatendimento.

Palmeira, xx_dexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO II - PLANO DE APLICAÇÃO

Logomarca da **OSC** /Papel timbrado da **OSC**

PLANO DE APLICAÇÃO

Organização da Sociedade Civil:		**CNPJ:**
Item	**Especifcação**	**Valor Total**
01	**Material de Consumo**	**R$**
	Apenas apresentar os tipos, sem discriminar por valor. **Exemplo:** Gêneros de alimentação; Material de expediente; Material de processamento de dados; Material de copa e cozinha; Material de limpeza e produção de higienização; Material de cama, mesa e banho;	R$

	Combustíveis e lubrificantes automotivos; Material para manutenção de veículos; Material elétrico; Material educativo e esportivo; Material para manutenção de bens imóveis; Material para manutenção de bens móveis; Gás engarrafado.	
02	**Serviços de Terceiros**	**R$**
	Exemplo: Pessoa Física: Pessoa Jurídica:	R$ R$
03	**Pessoal**	**R$**
	Exemplo: Salários + 13º Terceiro+Férias EncargosSociais (conforme planilha orçamentária)	R$ R$
TOTAL DE DESPESAS (01+ 02 + 03)		**R$**

IMPORTANTE: excluir os itens que não tiverem valor previsto.

PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

RECURSOS ORIUNDOS DO FMAS					
MATERIAL DE CONSUMO					
DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Ex: Gêneros Alimentícios	Ex: Arroz	Ex: pct			
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURIDICA					
DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FISICA					
DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS					
DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Ex: Vencimentos e salários	Cargo/função	Mês			
Ex: 13º Salário					

IMPORTANTE: excluir os itens que não tiverem valor previsto.

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PESSOAL

Logomarca da OSC /Papel timbrado da OSC
(VALOR MENSAL)

CATEGORIA PROFISSIONAL (CARGA HORÁRIA)	**QTDE**	**SALÁRIO BASE (R$)**	**13º TERCEIRO (R$)**	**FÉRIAS (R$)**	**ENCARGOS EMPREGADOR (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
Exemplo: ASSISTENTE SOCIAL (30 H)	**0X**					
Exemplo: PEDAGOGO (20 H)	**0X**					
Exemplo: PSICÓLOGO (40 H)	**0X**					
Exemplo: CUIDADOR/ EDUCADOR SOCIAL (40 H)	**0X**					
TOTAL GERAL (R$)		**= SOMA (SALÁRIO BASE + 13º TERCEIRO + FÉRIAS)**			**SOMA DOS ENCARGOS**	**SOMA DO VALOR TOTAL**

Palmeira, xxdexxxxx de 2026

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO IV – ETAPAS E FASES DE EXECUÇÃO

Logomarca da OSC /Papel timbrado da OSC ETAPAS/FASES DE EXECUÇÃO

ETAPAS/FASE DE EXECUÇÃO ESPECIFICAR	PREVISÃO		VALOR PREVISTO
	INÍCIO	TÉRMINO	R$.....
Etapa 1 (descrição)	Ex: Mês 1	Ex: Mês 2	R$.....
Etapa 2 (descrição)	Ex: Mês 3	Ex: Mês 4	R$ ....
Etapa 3 (descrição)			
Etapa 4 (descrição)			
Etapa 5 (descrição)			
Etapa 6 (descrição)			
Etapa 7 (descrição)			
Etapa 8 (descrição)			
Etapa 9 (descrição)			
Etapa 10(descrição)			
Etapa 11(descrição)			
Etapa 12 (descrição)	Ex: Mês 1	Ex: Mês 12	

Palmeira, xxdexxxxx de 2026

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO V – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Logomarca da OSC /Papel timbrado da OSC

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

MÊS	VALOR A SER RECEBIDO
JANEIRO/2025	R$...
FEVEREIRO/2025	R$...
MARÇO/2025	R$...
ABRIL/2025	R$...
MAIO/2025	R$...
JUNHO/2025	R$...
JULHO/2025	R$...
AGOSTO/2025	R$...
SETEMBRO/2025	R$...
OUTUBRO/2025	R$...
NOVEMBRO/2025	R$...
DEZEMBRO/2025	R$...

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SALARIAL
Logomarca da OSC /Papel timbrado da OSC

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SALARIAL

Nº do CBO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR	DATA DA PESQUISA	FONTE DA PESQUISA *

Palmeira, xxdexxxxx de 2026

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

(Indicar fonte de referência para valores, tais como Sindicato, Tabela FIPE, Convenção Coletiva, Salário em Carteira, Salariômetro, etc.)

ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS INDIRETOS

Logomarca da **OSC** /Papel timbrado da **OSC**
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS INDIRETOS

OSC:		
Previsão das despesas para o rateio dos serviços de:		
Valor total dos serviços contratados:		
Plano de Trabalho	**% do serviço**	**Valor**
Plano de Trabalho x		R$
Plano de Trabalho y		R$
Plano de Trabalho z		R$
OSC		R$
	Total	**R$**

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO VIII – RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES ATUALIZADA

Logomarca da OSC /Papel timbrado da OSC
RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES ATUALIZADA

NOME	CARGO	ENDEREÇO RESIDENCIAL	TELEFONE	E-MAIL	RG	ORGÃO EMISSOR	CPF

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DOS DIRIGENTES

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DOS DIRIGENTES

Eu, ...,declaro para osdevidos fins que a ..... (identificação da OSC) e seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações dispostas no art.39 , da Lei Federal nº 13.019/2014. Nesse sentido, declaro que a OSC:

1-Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
2-Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com a administração pública municipal;
3-Não tem em seu quadro de dirigentes membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se ao seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, bem como, nenhum servidor ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau atuando como diretor, proprietário, controlador ou integrante de conselho de empresa fornecedora ou que realiza qualquer modalidade de contrato com o município;
4-Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 anos, observadas a exceções previstas em Lei;
5-Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
6-Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
7-Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos;
8-Não tem entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
9-Não tem entre seus dirigentes pessoa considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

Declaro estar ciente, que a não veracidade desta declaração configura crime contra a administração pública ou contra o patrimônio público, previsto no artigo 299, do Código Penal Brasileiro.

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO X
DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Logomarca da **OSC** /Papel timbrado da **OSC**
DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Eu,_____,na condição de representante legal declaro que a_____**(OSC)****possui** infraestrutura para o desenvolvimento da parceria, conforme orientações legais de cada serviço cofinanciado.

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

Logomarca da **OSC** / Papel timbrado da **OSC**
DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

Eu, ..., portador do Rg. nº....., inscrito no CPF/MF sob nº....., representante legal da (OSC)....., adiante subscrito (a), declaro que os dirigentes ou controladores desta **OSC** não são membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, membros de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, nem seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau. Nenhum servidor (a) ou seu cônjuge, companheiro e parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau atuando como diretor, proprietário, controlador ou integrante de conselho de empresa fornecedora que realiza qualquer modalidade de contrato com o município.
Declaro ainda, que não contratarei, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
Declaro que não será remunerado, a qualquer título, com os recursos repassados: membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.Declaro estar ciente, que a não veracidade desta declaração configura crime contra a administração pública ou contra o patrimônio público, previsto no artigo 299, do Código Penal Brasileiro.
Palmeira, xx de xxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**
ANEXO XII - DECLARAÇÃO DAS CERTIDÕES

Logomarca da **OSC** /Papel timbrado da **OSC**

Eu,_____, representante legalda _____ (OSC), em atendimento à política de controle interno e externo da utilização de recursos públicos decorrentes das transferências voluntárias sob pena de responsabilização do tomador e da concedente, é de ciência e aceite da **OSC** que durante a vigência da parceria deverá manter atualizadas todas as certidões, inclusive para as solicitações de pagamentos. São elas:
-Certidão Negativa de Tributos Municipais
-Certidão Negativa de Tributos Estaduais
-Certidão Negativa de Tributos Federais (Contemplando débitos previdenciários e de terceiros)
-Certidão Liberatória de Transferências Voluntárias Municipal
-Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
-Certificado de Regularidade do FGTS
-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Palmeira, xx de xxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE PREÇOS

Logomarca da **OSC** /Papel Timbrado da **OSC**

DECLARAÇÃO
Declaro para os devidos fins que os valores constantes nas Planilhas e Plano de Aplicação dos Recursos estão compatíveis com os praticados no mercado.

Palmeira, xx de xxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO XIV–DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

Logomarca da **OSC** /Papel timbrado da **OSC**

DECLARAÇÃO DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA A PARCERIA

Eu,_, na condição de representante legal da _____ (OSC) declaro que no momento da formalização do termo de Colaboração apresentarei número de conta bancária específica e exclusiva, em banco conveniado, para esta parceria.

Palmeira, xxdexxxxx de 2026.

(**Nome e Assinatura do Presidente da OSC)**

ANEXO XV - Minuta – Termo de Colaboração

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA** e **OSC**.

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65, com sede administrativa na cidade de Palmeira, na Praça Marechal Floriano Peixoto n ° 11, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede à Rua, centro, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente Sr, brasileiro, portador do RG nº , inscrita no CPF/MF nº, residente e domiciliado na cidade de Palmeira, Paraná, doravante denominada simplesmente **Organização da Sociedade Civil:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público XX/20XX, tem por objeto _____, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;

b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;

i) divulgar os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

k) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

l) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;

m) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a)manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

i) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

j) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

k) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

l) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;

m) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

n) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;

o) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

p) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

q) Garantir a execução do serviço de forma ininterrupta durante os 12 meses de vigência do Termo, sob pena de notificação e bloqueio e/ou suspensão de repasse financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R$ _____ (por extenso).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R$ _____ (por extenso), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária _____, conforme discriminação abaixo:

Fonte: Valor

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração R$_____ (por extenso), relativamente à avaliação econômica dos bens/serviços dados a título de contrapartida.
(se houver contrapartida em bens/serviços.)

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida. (se houver contrapartida financeira)

4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir de 01/01/2027 até 31/12/2027, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

lll - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do**caput**sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a)omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5– Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

....., de de 2026

_____
Assinatura do Representante Legal da Administração Pública Municipal

_____
Assinatura do Representante Legal da Organização da Sociedade Civil

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:FD211E10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2026

Ref. Pregão nº 087/2026 – Combustíveis PA – 12.393/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Willie Davids, nº 457, Centro,

na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade resolve registrar o preço da empresa AUTO POSTO MANECO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ 03.688.277/0001-47, com sede à Rua Deputado Waldomiro Pedroso, nº 31, Térreo, Centro, CEP nº 86.600-143, fone nº (43)3159-0021, (43)9957-1117, (43)99115-9150, e-mail: postomaneco39@gmail.com, maneco@ac2.live, raquel.vielendank@gmail.com, na cidade de Rolândia - PR, representada pela Senhor DJALMA EUGÊNIO GUARDA JUNIOR, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de combustíveis automotivos, destinados ao abastecimento da frota de veículos leves, veículos pesados, máquinas, equipamentos, implementos, motocicletas, geradores e demais equipamentos motorizados pertencentes ao Município de Rolândia/PR e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº087/2026, devidamente homologado pelo Município em 06/10/2026.

Nome do Fornecedor	Item	Und.	Qtd Prefeitura	Qtd Previdência	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total Prefeitura	R$ Total Previdência	Marca
AUTO POSTO MANECO - LTDA	1	LT	279.800,00	200,00	8401	Gasolina comum	5,75	1.608.850,00	1.150,00	Própria
AUTO POSTO MANECO - LTDA	3	LT	179.800,00	200,00	72689	Etanol	3,42	614.916,00	684,00	Própria
AUTO POSTO MANECO - LTDA	4	LT	250.000,00	0	72690	Óleo diesel s-10	6,80	1.700.000,00	0	Própria
AUTO POSTO MANECO - LTDA	5	LT	200.000,00	0	72691	Óleo diesel s-500	6,80	1.360.000,00	0	Própria
AUTO POSTO MANECO - LTDA	6	LT	4.000,00	0	72692	Arla 32 -	2,43	9.720,00	0	Própria

CLÁUSULA SEGUNDA –OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
fornecer os combustíveis em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e com as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
realizar o abastecimento imediatamente após a apresentação da requisição de abastecimento, documento equivalente ou sistema eletrônico adotado pelo Município, observando os horários de funcionamento e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;
manter estoque suficiente para garantir o atendimento contínuo da demanda da Administração Municipal durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
responsabilizar-se pela qualidade dos combustíveis fornecidos, substituindo ou ressarcindo eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento de produto fora das especificações legais, quando comprovada sua responsabilidade;
atender prontamente às solicitações da Administração e prestar todas as informações necessárias à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
cumprir todas as normas ambientais, de segurança, saúde ocupacional e demais legislações aplicáveis à atividade de comercialização de combustíveis;
responder integralmente pelos danos causados ao Município ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão, dolo ou culpa, na execução do objeto contratado;
comunicar imediatamente ao Município qualquer fato que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis ou o cumprimento das obrigações assumidas;
emitir os documentos fiscais em conformidade com as requisições de abastecimento efetivamente realizadas.
O não atendimento imediato da requisição de abastecimento, sem justificativa aceita pela Administração, ou o descumprimento dos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, sujeitará a ADJUDICATÁRIA às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 5.293.486,00 (cinco mil, duzentos e noventa e três mil e quatrocentos e oitenta e seis reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

O Instituto de Previdência Municipal de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 1.834,00 (mil oitocentos e trinta e quatro reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município ,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;

• Não celebrar o rgistro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. Após o recebimento da requisição de abastecimento, documento equivalente ou autorização emitida pelo Município de Rolândia/PR, a CONTRATADA deverá realizar o abastecimento imediatamente, diretamente no veículo, máquina ou equipamento indicado, sem necessidade de agendamento prévio.

2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.

3. A prorrogação estará condicionada:

a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;

b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;

c. à necessidade administrativa devidamente justificada;

d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.

4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.

4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.

5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.

8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9.Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete; 04 – Administração;
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.
30 - Fundo Apos. Pensões Benf. Servidores Munic.
CLÁUSULA TREZE–DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 06 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***AUTO POSTO MANECO LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:71B4B5DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2026

Ref. Pregão nº 087/2026 – Combustíveis PA – 12.393/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Willie Davids, nº 457, Centro, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade resolve registrar o preço da empresa JEQUITIBA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ 45.607.882/0001-96, com sede à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 699, Centro, CEP nº 86.600-183, fone nº (43)3313-6435, (43)99664-2424, e-mail: marcelo@opala29.com.br, na cidade de Rolândia - PR, representada pela Senhora MILAINE APARECIDA SILVA BEARZI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de combustíveis automotivos, destinados ao abastecimento da frota de veículos leves, veículos pesados, máquinas, equipamentos, implementos, motocicletas, geradores e demais equipamentos motorizados pertencentes ao Município de Rolândia/PR e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº087/2026, devidamente homologado pelo Município em 06/10/2026.

Item	Und.	Qtd Prefeitura	Qtd Previdência	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total Prefeitura	R$ Total Previdência	Marca
2	LT	179.400,00	600,00	68733	Gasolina aditivada	6,87	1.232.478,00	4.122,00	Ipiranga
7	LT	100.000,00	0	72693	Óleo diesel s-10 - aditivado	7,00	700.000,00	0	Ipiranga

CLÁUSULA SEGUNDA –OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
fornecer os combustíveis em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e com as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
realizar o abastecimento imediatamente após a apresentação da requisição de abastecimento, documento equivalente ou sistema eletrônico adotado pelo Município, observando os horários de funcionamento e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;
manter estoque suficiente para garantir o atendimento contínuo da demanda da Administração Municipal durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
responsabilizar-se pela qualidade dos combustíveis fornecidos, substituindo ou ressarcindo eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento de produto fora das especificações legais, quando comprovada sua responsabilidade;

atender prontamente às solicitações da Administração e prestar todas as informações necessárias à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
cumprir todas as normas ambientais, de segurança, saúde ocupacional e demais legislações aplicáveis à atividade de comercialização de combustíveis;
responder integralmente pelos danos causados ao Município ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão, dolo ou culpa, na execução do objeto contratado;
comunicar imediatamente ao Município qualquer fato que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis ou o cumprimento das obrigações assumidas;
emitir os documentos fiscais em conformidade com as requisições de abastecimento efetivamente realizadas.
O não atendimento imediato da requisição de abastecimento, sem justificativa aceita pela Administração, ou o descumprimento dos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, sujeitará a ADJUDICATÁRIA às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 1.932.478,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil e quatrocentos e setenta e oito reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação

da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
O Instituto de Previdência Municipal de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 4.122,00 (quatro mil e cento e vinte e dois reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o rgistro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. Após o recebimento da requisição de abastecimento, documento equivalente ou autorização emitida pelo Município de Rolândia/PR, a CONTRATADA deverá realizar o abastecimento imediatamente, diretamente no veículo, máquina ou equipamento indicado, sem necessidade de agendamento prévio.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.

5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.

8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.

9.Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:

Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 02 – Chefia de Gabinete; 04 – Administração;

Classificação Orçamentária:

Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.

Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

30 - Fundo Apos. Pensões Benf. Servidores Munic.

CLÁUSULA TREZE–DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 06 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***JEQUITIBA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS***
Prefeito Municipal De Rolândia	

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:819D50E0